UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

ESTRUTURA PATRIMONIAL E PADRÃO DE RENTABILIDADE DOS BANCOS PRIVADOS NO BRASIL (1970-2008): TEORIA, EVIDÊNCIAS E PECULIARIDADES

Giuliano Contento de Oliveira

Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Ciências Econômicas – área de concentração: Teoria Econômica, sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos de Souza Braga.

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por *Giuliano Contento de Oliveira* ***em*** *26/02/2009* ***e orientado pelo*** *Prof. Dr. José Carlos de Souza Braga.*

CPG, 26 / 02 / 2009

Campinas, 2009

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca do Instituto de Economia/ UNICAMP

Oliveira, Giuliano Contento de

OL4e **Estrutura patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil (1970-2008): teoria, evidencias e peculiaridades/ Giuliano Contento de Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2009.**

Orientador : Jose Carlos de Souza Braga.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.
1. Bancos – Brasil. 2. Inflação – Brasil. I. Braga, Jose Carlos de Souza. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Titulo.

Título em Inglês: Balance sheet structure and profitability pattern of private banks in Brazil (1970-2008): theory, evicences and peculiarities
Keywords : Banks – Brazil ; Inflação – Brasil.
Área de concentração : Teoria Economica
Titulação : Doutor em Ciencias Economicas
Banca examinadora : Prof. Dr. Jose Carlos de Souza Braga
Profa. Dra. Simone Silva de Deos
Prof. Dr. Julio Sergio Gomes de Almeida
Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho
Profa. Dra. Maria Cristina Penido de Freitas
Data da defesa: 26-02-2009
Programa de Pós-Graduação: Ciencias Economicas

Tese de Doutorado

Aluno: GIULIANO CONTENTO DE OLIVEIRA

"Estrutura Patrimonial e Padrão de Rentabilidade dos Bancos Privados no Brasil (1970-2008): Teoria, Evidências e Peculiaridades"

Defendida em 26 / 02 / 2009

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA
Orientador – IE / UNICAMP

Profa. Dra. SIMONE SILVA DE DEOS
IE/UNICAMP

Prof. Dr. JÚLIO SERGIO GOMES DE ALMEIDA
IE/UNICAMP

Prof. Dr. CARLOS EDUARDO FERREIRA DE CARVALHO
PUC / SP

Profa. Dra. MARIA CRISTINA PENIDO DE FREITAS
FUNDAP

Dedico este trabalho a todos aqueles que um dia acreditaram em mim.

APRESENTAÇÃO

Esta tese é resultado de um processo de intermitente reflexão acerca do sistema financeiro nacional, em particular do setor bancário brasileiro, iniciado em meados da década de 1990. Trata-se, por isso, de um esboço eminentemente incompleto, em razão da constante mutação do objeto de estudo e dos desafios e limites que ainda se colocam ao autor.

Originalmente, a intenção consistia em focar o estudo no comportamento dos bancos em contexto de baixa inflação. À medida que o trabalho foi avançando, contudo, a análise histórica se fez cada vez mais necessária.

Mais do que uma única resposta, o trabalho procura apresentar ao leitor algumas possíveis vias de entendimento das principais características de um sistema financeiro historicamente pouco subserviente ao financiamento do desenvolvimento. E isto, acredito, representa o alcance de um grande objetivo.

A despeito dos encadeamentos envolvidos entre os capítulos, o leitor pode centrar sua atenção diretamente no tema de seu maior interesse. Acredito, contudo, que a leitura integrada do trabalho aumenta o peso do argumento que se procurou sustentar.

De modo a tornar a leitura menos truncada e melhorar a diagramação do trabalho, optou-se pela alocação das tabelas, das figuras e dos quadros (nesta ordem) ao final de cada respectiva seção. Os dados de balanço dos bancos privados utilizados para a elaboração das figuras e das tabelas com indicadores selecionados estão disponibilizados nos Anexos A e B. Ademais, alguns temas relevantes, porém apenas suplementares para a sustentação do argumento central, estão apresentados nos respectivos apêndices.

Ottimo divertimento. Campinas, 02/2009

AGRADECIMENTOS

O cumprimento de mais esta etapa, e nesta Instituição em particular, representa para mim a realização de um sonho, cujo alcance exigiu a superação de incontáveis obstáculos, o que teria sido impossível sem a ajuda de mestres e amigos e familiares, bem como do apoio institucional e financeiro da Capes e do Centro Internacional Celso Furtado.

Utilizo esse espaço, pois, para agradecer a algumas pessoas e instituições sem as quais a realização desta tese teria sido impossível.

Em primeiro lugar, meus sinceros agradecimentos a todos os professores do IE/Unicamp com os quais tive a oportunidade de compartilhar ideias e, principalmente, aprender. Foram eles: João Manuel Cardoso de Mello, Ricardo Carneiro, Luciano Coutinho, Mariano Laplane, Carlos Alonso, Daniela Prates, Luiz Gonzaga Belluzzo, José Carlos de Souza Braga, Júlio Gomes de Almeida, Frederico Mazzucchelli e Macos Antonio Macedo Cintra. À Rosangela, Ana Rosa e Simone de Deos pela compreensão a respeito de minha decisão de deixar tudo de lado para poder finalizar este trabalho. Simone, ademais, pela ajuda na realização do resumo.

Registro meus agradecimentos, em especial, a dois amigos e professores do IE/Unicamp: meu orientador, José Carlos de Souza Braga, a disponibilidade, o auxílio sempre que necessário e a paciência, elementos que se mostraram indispensáveis para a realização desta tese; e Marcos Antonio Macedo Cintra, a leitura do trabalho e as sugestões realizadas; agradeço-lhe, ainda, as lições e os ensinamentos na ocasião em que tive a oportunidade de lecionar a disciplina Economia Internacional no curso de graduação do Instituto, no âmbito do Programa de Estágio Docência realizado em 2008, bem como o apoio incondicional nos momentos mais difíceis. Marcos Antonio ajudou-me a superar as barreiras que se colocaram em um momento crucial para a realização de minha tese de doutorado, contribuindo para a superação de minhas fraquezas e me encorajando a alcançar mais este objetivo. A ambos, os meus mais sinceros agradecimentos.

Ao mestre e amigo Carlos Eduardo Carvalho, minha eterna gratidão. Tudo começou com um trabalho de pesquisa no âmbito de um programa de iniciação científica quando realizei o curso de graduação. Certamente, foi quem mais acreditou em mim durante todo este tempo. Companheiro de todos os momentos, alegres e tristes, deu-me a oportunidade de mostrar meu trabalho e meu empenho, minha seriedade e minhas qualidades, além de realizar trabalhos em conjunto, fundamentais para meu aprendizado.

À Profª. Maria Cristina Penido de Freitas, que além da carta de recomendação encaminhada quando de meu ingresso no curso de doutorado, cumpriu papel importantíssimo para a realização desta tese, seja em razão dos excelentes trabalhos realizados sobre o tema, seja por conta das recorrentes conversas, críticas e sugestões. Sempre disponível, soube passar com clareza seu vasto conhecimento sobre o tema dessa tese. Sua ajuda foi, portanto, fundamental para a realização do trabalho. Muito Obrigado!

Ao amigo e professor José Benedito Zarzuela Maia (Benê), o suporte concedido sempre que necessário no que diz respeito aos dados do Banco Central. Registro, ainda, meus agradecimentos a Maurício Barreto Campos, a mim apresentado por Benê, com quem tive a oportunidade de conversar ao telefone sobre os métodos de consolidação dos balanços das instituições financeiras no Brasil.

No âmbito familiar, em primeiro lugar agradeço a minha tão amada esposa, especialmente a dedicação e a paciência. Beatriz cumpriu papel decisivo para o alcance deste sonho, ajudando-me a superar as maiores dificuldades, apoiando-me nos momentos difíceis e compartilhando os frequentes momentos de alegria de nossa tão amável relação. Ao seu lado, além de tudo ser possível, a vida se torna muito mais bela.

Aos meus irmãos, Braulio Oliveira e Lisangela Oliveira, os apoios dispensados nos momentos de indecisões e fragilidades. Ao meu irmão, ademais, agradeço a leitura da versão preliminar do trabalho e as constantes indicações realizadas em momentos importantes de minha carreira. Valeu!

Aos meus pais, os recorrentes momentos de amor e carinho. Ao Átila e ao Tomazzo, os momentos de distração e diversão.

À minha família, o constante apoio.

Aos amigos do IE/Unicamp, o aprendizado mútuo.

No âmbito institucional, ademais, agradeço o apoio financeiro da Capes e do Centro Internacional Celso Furtado, concedido em diferentes momentos. Sem esse auxílio, tudo seria muito mais difícil, senão impossível.

No âmbito administrativo do IE/Unicamp, registro os agradecimentos às seguintes pessoas: Alberto, Cida, Greisiane, Alex e Marinete. Agradeço, também, aos funcionários da biblioteca. Sem vocês, certamente as coisas teriam sido mais complicadas.

The peculiar circularity of a capitalist economy [...] has a banking and financial-system corollary. Not only must the banking and financial system maintain favorable asset prices and conditions for investment financing now, but the banking and financing system also must be expected to maintain favorable asset prices and conditions for investment financing in the future. Because such normal functioning of the banking and financial system is a necessary condition for the satisfactory operation of a capitalist economy, disruption of the system will lead to malfunctioning of the economy.

H. P. Minsky (1986, p.227)

RESUMO

Esta tese discute a estrutura patrimonial e o padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil no período 1970/2008, com ênfase no contexto de baixa inflação (1995-2008). Acreditava-se que a estabilidade monetária mudaria substancialmente o padrão de atuação destas instituições, o qual passaria a ser pautado nas operações de crédito. Contudo, os indicadores de balanço de grandes bancos privados analisados neste trabalho revelam que isso não aconteceu. O comportamento dos bancos privados no Brasil em contexto de baixa inflação continuou sendo ditado pela opção por flexibilidade. Estas instituições continuaram sendo capazes de se adaptarem a diferentes conjunturas, mantendo seus elevados níveis de rentabilidade. Sustenta-se, pois, que esse padrão de atuação decorre fundamentalmente da combinação de dois fatores: 1) instabilidade macroeconômica e a consequente prática de juros básicos reais elevados; e 2) indexação dos títulos públicos à taxa de juros de curto prazo (Selic). Ou seja, de um lado a estabilidade monetária no Brasil não significou estabilidade macroeconômica; de outro, a lógica do plano de estabilização impediu a supressão do arcabouço institucional do regime de alta inflação, a saber, da moeda indexada. Nestas condições, nos momentos de maior incerteza os bancos têm a possibilidade de composição de uma carteira de ativos ao mesmo tempo líquida e rentável, o que lhes possibilita obter altos ganhos mesmo em conjunturas adversas. A despeito do fim da alta inflação, as operações destas instituições continuaram sendo pautadas majoritariamente no curto prazo, tendo nas operações com títulos públicos o principal suporte para manter seus níveis elevados de rentabilidade em contextos marcados por adversidades. Concluí-se, deste modo, que a mudança deste padrão de atuação requer a prevalência de condições macroeconômicas e institucionais que induzam essas instituições a assumirem maiores riscos, fazendo do crédito a base de seu padrão de rentabilidade.

Palavras-chave: bancos privados; estrutura patrimonial; padrão de rentabilidade; preferência por liquidez; alta inflação; baixa inflação.

ABSTRACT

This thesis discusses balance sheet structure and profitability pattern of private banks in Brazil in the period 1970/2008, with emphasis in the years of low inflation (1995-2008). It was argued that monetary stability would change private banks behavior, which would so be driven by credit operations. However, the balance sheet indicators of the big private banks analyzed in this thesis shows that it didn't happen. The behavior of private banks in Brazil in the context of low inflation continued to be ruled by a flexibility option. These institutions were able to adapt its balance sheet structure to different situations maintaining their high levels of profitability. It is argued, therefore, that this behavior results fundamentally of the combination of two points: 1) macroeconomic instability and, consequently, the prevalence of high real interest rate; and 2) indexation of the government bonds to short-term money market rate (Selic). In other words, on one side the monetary stability in Brazil didn't mean macroeconomic stability; on the other hand, the logic of the stabilization plan prevented the elimination of the institutional structure of high inflation regime, that is to say, of the near money. In these conditions, during periods of higher uncertainty the banks are able to build a portfolio that is at the same time liquid and profitable, which makes possible to have high profit even in bad periods. In spite of the end of the high inflation period, the operations of these institutions continued to be focused in short-term, being the operations with government bonds the main support to high profitability levels even in adverse situations. The change of this behavior requests the prevalence of macroeconomics and institutional conditions that induce those institutions to assume larger risks, having credit as the key-point of their profitability pattern.

Key-words: private banks; balance sheet structure; profitability pattern; liquidity preference; high inflation; low inflation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 1
PARTE 1 – ECONOMIA EMPRESARIAL E GESTÃO ESTRATÉGICA DE BALANÇO DOS BANCOS 5
2 ECONOMIA EMPRESARIAL: PRINCÍPIOS, DINÂMICA E A CENTRALIDADE DOS BANCOS 7
2.1 OS CIRCUITOS INDUSTRIAL E FINANCEIRO 8
2.2 OS PRINCÍPIOS DE UMA ECONOMIA MONETÁRIA DA PRODUÇÃO 13
2.2.1 Considerações adicionais sobre a endogenia da oferta de moeda 30
2.2.2 A centralidade dos bancos nas economias capitalistas 37
3 GESTÃO ESTRATÉGICA DE BALANÇO DOS BANCOS 49
3.1 DA TEORIA DA PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ À TEORIA DA PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS 49
3.1.1 Liquidez e flexibilidade 56
3.2 O COMPORTAMENTO DOS BANCOS NUMA ECONOMIA EMPRESARIAL 60
3.2.1 A gestão estratégica de balanço dos bancos 60
3.2.2 Os bancos nas fases de expansão e contração dos negócios 74
PARTE 2 – O COMPORTAMENTO DOS BANCOS PRIVADOS NO BRASIL (1970/2008): ESTRUTURA PATRIMONIAL E PADRÃO DE RENTABILIDADE 85
4 MOEDA INDEXADA, BANCOS EM CONTEXTO DE MODERADA E ALTA INFLAÇÃO E ESTABILIDADE MONETÁRIA NO BRASIL 87
4.1 O ARCABOUÇO INSTITUCIONAL DA MOEDA INDEXADA: ORIGEM E DESVIRTUAMENTO 88
4.2 ESTRUTURA PATRIMONIAL E PADRÃO DE RENTABILIDADE DOS BANCOS PRIVADOS NO BRASIL (DEZ.1971/JUN.1994) 106
4.2.1 O comportamento dos bancos privados nos anos 1970 108
4.2.2 O comportamento dos bancos privados na década de 1980 e início dos anos 1990 115
4.2.2.1 A importância dos ganhos inflacionários para os bancos no Brasil 117
4.2.2.2 Os bancos privados no período 1980/88 122
4.2.2.3 Evolução dos indicadores selecionados de solvência e liquidez, capital e risco e rentabilidade dos bancos privados (dez.1971/jun.1988) 129
4.2.2.4 Os bancos privados no interregno 1988/94 133
4.2.3 Balanço geral do comportamento dos bancos no interregno dez.1971/jun.1994 140
4.3 OS LIMITES DA ESTABILIDADE MONETÁRIA NO BRASIL: INSTABILIDADE MACROECONÔMICA, INDEXAÇÃO FINANCEIRA E OPÇÃO POR FLEXIBILIDADE 161
5 OS BANCOS PRIVADOS EM CONTEXTO DE BAIXA INFLAÇÃO (1994-2008) 177
5.1 OS BANCOS PRIVADOS NO BRASIL EM CONTEXTO DE BAIXA INFLAÇÃO: TRANSIÇÃO, CONCENTRAÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO 178
5.1.1 Transição para o ambiente de baixa inflação: fragilização e reestruturação 178
5.1.2 Concentração e desnacionalização 197
5.1.3 Síntese 209

5.2 ESTRUTURA PATRIMONIAL E PADRÃO DE RENTABILIDADE DOS GRANDES BANCOS PRIVADOS NO BRASIL (1995-2008) 231
5.2.1 Metodologia e arranjo dos dados 232
5.2.2 Análise dos dados e indicadores 234
5.2.3 Prazos do ativo e do passivo, risco de taxa de juros e classificação da carteira de crédito de grandes bancos privados no Brasil (1994-2008) 295
5.2.3.1 Metodologia e arranjo dos dados 295
5.2.3.2 Análise dos indicadores selecionados 297
6 À GUISA DE CONCLUSÃO 319
REFERÊNCIAS 325
APÊNDICE A – O BALANÇO DE UM BANCO E OS RISCOS ENVOLVIDOS NA ATIVIDADE BANCÁRIA 347
APÊNDICE B – INOVAÇÕES FINANCEIRAS: CAUSAS PRINCIPAIS, RESULTADOS E CONSEQUÊNCIAS 359
APÊNDICE C – OS BALANCETES CONSOLIDADOS DOS BANCOS PRIVADOS NO BRASIL 363
APÊNDICE D – INDICADORES DE ANÁLISE DE BALANÇO DE BANCOS 369
APÊNDICE E – PANORAMA GERAL DA ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 1980 E INÍCIO DOS 1990 375
APÊNDICE F – CONCENTRAÇÃO E CONGLOMERAÇÃO DO SFN NOS ANOS 1970/80 379
APÊNDICE G – ALGUMAS PARCEIRAS REALIZADAS PELOS GRANDES BANCOS PRIVADOS NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE 385
ANEXO A – DADOS EM R$ CONSTANTES E INDICADORES UTILIZADOS 389
ANEXO B – DADOS EM R$ CONSTANTES E INDICADORES DOS BANCOS PRIVADOS NO BRASIL (DEZ.1995/JUN.2008): BASE 50 MAIORES BANCOS DO BANCO CENTRAL 447
ANEXO C – COMPOSIÇÃO DAS CONTAS DO ATIVO E DO PASSIVO DOS BANCOS PRIVADOS DISPONIBILIZADAS NA BASE 50 MAIORES BANCOS DO BANCO CENTRAL 553

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Inflação no Brasil, IGP-DI acumulado nos últimos 12 meses (jan.1945-dez.1969).... 153
Figura 2: Participação dos haveres monetários e não-monetários no total de haveres financeiros no Brasil (1950-1993)..... 153
Figura 3: Inflação no Brasil, IGP-DI acumulado nos últimos 12 meses (jan.1970/dez.1985).... 154
Figura 4: Índice real do crédito ao setor privado no Brasil: jan.1970 a jun.1994 (jan. 1980 = 100) 154
Figura 5: ROE – empresas, instituições financeiras e bancos privados no Brasil (1975/1991).. 155
Figura 6: Imposto inflacionário e transferências inflacionárias para os bancos comerciais no Brasil (1950-92)..... 156
Figura 7: Dimensão do sistema bancário privado no Brasil: número de agências bancárias (1968/88) 156
Figura 8: Composição das receitas de intermediação financeira dos seis maiores bancos privados no Brasil, em % (1993)..... 157
Figura 9: Participação das instituições financeiras no PIB..... 157
Figura 10: Índice real das operações de crédito dos bancos privados no Brasil (1975-1991) 158
Figura 11: ROE e alavancagem dos cinco maiores bancos privados no Brasil (1980/1991)..... 159
Figura 11 (continuação): ROE e alavancagem dos cinco maiores bancos privados no Brasil (1980/1991) 160
Figura 12: ROE – bancos privados versus setor produtivo (1990/1993) 160
Figura 13: Taxa de juros real na economia brasileira - acumulado nos últimos 12 meses (jan.1994/jun.2008) 175
Figura 14: Taxa de juros real mensal na economia brasileira (jul.1987/dez.1999)..... 175
Figura 15: Índice real saldo das operações de crédito (total geral): diferença do IGP-DI de jul.1994 217
Figura 16: Índice real saldo das operações de crédito (total ao setor privado): diferença do IGP-DI de jul.1994 217
Figura 17: Crédito e massa real de rendimentos no Brasil (jan.94/dez.97)..... 218
Figura 18: Saldo das operações de crédito por tipo de risco (total geral) – índice real e % do total (jan.94/dez.97)..... 219
Figura 19: Saldo das operações de crédito por tipo de risco (total ao setor privado) – índice real e % do total (jan.94/dez.97) 220
Figura 20: Saldo das operações de crédito por tipo de risco (total às pessoas físicas) – índice real e % do total (jan.94/dez.97)..... 221
Figura 21: Dados e indicadores selecionados do setor bancário brasileiro 222
Figura 22: Dimensão e índices de razão de concentração do setor bancário brasileiro 223
Figura 23: Razão de concentração e IHH do setor bancário brasileiro 224

Figura 24: Composição do ativo e ROE dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008) 267
Figura 25: Relação crédito/PIB no Brasil, em % (jun.1988/out.2008) 268
Figura 26: Composição do ativo e ROE dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008) 269
Figura 27: Rentabilidade e alavancagem dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008) 270
Figura 28: Rentabilidade e alavancagem dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008) 271
Figura 29: Receitas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008) 272
Figura 30: Receitas de intermediação financeira dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008) 273
Figura 31: Receitas de crédito com dedução das despesas de arrendamento e provisão, TVM e ROE dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008) 274
Figura 32: Receitas de crédito com dedução das despesas de arrendamento e provisão, TVM e ROE dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008) 275
Figura 33: Ativo permanente dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008) 276
Figura 34: Ativo permanente dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008) 277
Figura 35: Receitas de prestação de serviços e índice de eficiência dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008) 278
Figura 36: Receitas de prestação de serviços e índice de eficiência dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008) 279
Figura 37: Receitas operacionais selecionadas dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008) 280
Figura 38: Receitas operacionais selecionadas dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008) 281
Figura 39: Depósitos e operações de crédito dos bancos privados no Brasil por natureza do capital, em % do passivo total (dez.1995/jun.2008) 282
Figura 40: Depósitos e operações de crédito dos grandes bancos privados no Brasil, em % do passivo total (dez.1995/jun.2008) 283
Figura 41: Contas selecionadas do passivo dos bancos privados no Brasil por natureza do capital, em % do passivo total (dez.1995/jun.2008) 284
Figura 42: Contas selecionadas do passivo dos grandes bancos privados no Brasil, em % do passivo total (dez.1995/jun.2008) 285
Figura 43: Outras contas selecionadas do passivo dos bancos privados no Brasil por natureza do capital, em % do passivo total (dez.1995/jun.2008) 286

Figura 44: Outras contas selecionadas do passivo dos grandes bancos privados no Brasil, em % do passivo total (dez.1995/jun.2008) 287
Figura 45: Despesas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil por natureza do capital, em % do total das despesas de intermediação (dez.1995/jun.2008) 288
Figura 46: Despesas de intermediação financeira dos grandes bancos privados no Brasil, em % do total das despesas de intermediação (dez.1995/jun.2008) 289
Figura 47: Índices de solvência e liquidez dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008) 290
Figura 48: Índices de solvência e liquidez dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008) 291
Figura 49: Índices de capital e risco dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008) 292
Figura 50: Índices de capital e risco dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008) 293
Figura 51: *Spread* bancário no Brasil depois do Plano Real: total e modalidades de crédito selecionadas 294
Figura 52: Indicadores de prazos e riscos do conjunto de nove grandes bancos privados no Brasil (1994-2008) 309
Figura 53: Indicadores de prazos e riscos do conjunto de seis grandes bancos privados de varejo no Brasil (1994-2008) 310
Figura 54: Indicadores de prazos e riscos do conjunto de três grandes bancos privados de atacado no Brasil (1994-2008) 311
Figura 55: Indicadores de prazos e riscos do conglomerado econômico Bradesco, consolidado societário (jun.01/jun.08) 312
Figura 56: Indicadores de prazos e riscos do conglomerado econômico Itaú, consolidado societário (jun.01/jun.08) 313
Figura 57: Indicadores de prazos e riscos do conglomerado econômico Unibanco, consolidado societário (jun.01/jun.08) 314
Figura 58: Indicadores de prazos e riscos do conglomerado financeiro HSBC (jun.01/jun.08) . 315
Figura 59: Indicadores de prazos e riscos do conglomerado financeiro Santander (jun.01/jun.08) 316
Figura 60: Indicadores de prazos e riscos do conglomerado financeiro Citibank (jun.01/jun.08) 317
Figura 61: Rentabilidade do patrimônio - setores produtivos versus grandes bancos privados (1994/2007) 318
Figura 62: Rentabilidade do patrimônio - setores produtivos versus grandes bancos privados (1994/2007) 318

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores macroeconômicos selecionados (1968/1994) 145
Tabela 2: Contas selecionadas do ativo dos bancos privados no Brasil (dez.1971/jun.1988) 146
Tabela 3: Contas selecionadas do passivo dos bancos privados no Brasil (dez.1971/jun.1988) 147
Tabela 4: Receitas inflacionárias dos bancos no Brasil (1990-1995)..... 148
Tabela 5: Indicadores selecionados dos bancos privados no Brasil (dez.1971/jun.1988)..... 149
Tabela 6: Contas selecionadas do ativo dos bancos privados no Brasil (dez.1988/jun.1994) 150
Tabela 7: Contas selecionadas do passivo dos bancos privados no Brasil (dez.1988/jun.1994) 151
Tabela 8: Indicadores selecionados dos bancos privados no Brasil (dez.1988/jun.1994)..... 152
Tabela 9: Indicadores macroeconômicos selecionados (1990/2008) 176
Tabela 10: Composição das receitas dos grandes bancos privados no Brasil (1993-95) 211
Tabela 11: Variação % real das operações de crédito entre jun./dez.94, por atividade econômica e natureza do capital dos bancos privados – diferença entre os deflatores 212
Tabela 12: Contas selecionadas do ativo dos bancos privados - % do ativo, R$ bilhões de dez.2007 e variação real em relação ao semestre imediatamente anterior (jun.94/dez.96)..... 213
Tabela 13: Contas selecionadas do passivo dos bancos privados - % do ativo, R$ bilhões de dez.2007 e variação real em relação ao semestre imediatamente anterior (jun.94/dez.96)..... 214
Tabela 14: Indicadores selecionados dos bancos privados no Brasil (jun.1994/dez.1996)..... 215
Tabela 15: Participação percentual das instituições do segmento bancário nos ativos, depósitos, crédito e patrimônio líquido deste segmento (dez.1993/dez.2006) 216
Tabela 16: Geração e distribuição do valor adicionado das instituições financeiras no Brasil, em R$ bilhões correntes (1995-2007) 260
Tabela 17: Rentabilidade e alavancagem do crédito de sistemas bancários de países desenvolvidos (1995-2007) 261
Tabela 18: Rentabilidade e alavancagem do crédito dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (1995-2007) 262
Tabela 19: Rentabilidade e alavancagem do crédito de sistemas bancários de países desenvolvidos (1995-2007) 263
Tabela 20: Rentabilidade dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (1995-2007) . 264
Tabela 21: Relação crédito/ativo total e demais índices de alavancagem de sistemas bancários de países desenvolvidos (1995-2007) 265
Tabela 22: Relação crédito e arrendamento mercantil/ativo total e demais índices de alavancagem dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (1995-2007)..... 266
Tabela 23: Prazo médio e participação no total das concessões e do saldo das operações de crédito com recursos livres referencial para a taxa de juros, médias semestrais (jul./dez.2000 a jan./jun.2008)..... 306

Tabela 23 (continuação): Prazo médio e participação no total das concessões e do saldo das operações de crédito com recursos livres referencial para a taxa de juros, médias semestrais (jul./dez.2000 a jan./jun.2008)..... 307
Tabela 23 (continuação): Prazo médio e participação no total das concessões e do saldo das operações de crédito com recursos livres referencial para a taxa de juros, médias semestrais (jul./dez.2000 a jan./jun.2008)..... 308

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instituições que sofreram ajustes depois do Plano Real (1994/98) 225
Quadro 1 (continuação) – Instituições que sofreram ajustes depois do Plano Real (1994/98) 226
Quadro 2 – Fusões, incorporações e aquisições no setor bancário brasileiro (1995/2008).....227
Quadro 2 (continuação) – Fusões, incorporações e aquisições no setor bancário brasileiro (1995/2008) 228
Quadro 3 – Grupos estrangeiros no SFN.....229
Quadro 3 (continuação) – Grupos estrangeiros no SFN.....230

1 INTRODUÇÃO

Depois da forte expansão do crédito na década de 1970, nos anos 1980 os bancos privados passaram a assumir um padrão de atuação cada vez mais marcado pela alta preferência por liquidez. Sob o abrigo da moeda indexada e das receitas proporcionadas pela alta inflação, esta estratégia lhes permitiu a obtenção de altos níveis de rentabilidade. Esperava-se, desse modo, que a estabilidade monetária induziria essas instituições a adotarem uma estrutura patrimonial calcada em operações de prazos mais longos, além de ensejar um padrão de rentabilidade fundado na concessão de crédito.

Contudo, a despeito das transformações ocorridas no setor bancário depois do Plano Real, a estabilidade monetária não alterou o aspecto estrutural do padrão de atuação dos bancos privados em contexto de alta inflação, a saber, o alto grau de preferência por liquidez. As receitas inflacionárias foram substituídas não apenas pelas receitas de prestação de serviços e de operações de crédito, mas também, e não menos importante, pelos ganhos obtidos a partir do financiamento do setor público. Ademais, a maior parte de suas operações continuou sendo concentrada no curto prazo. Em razão disso, assim como nos anos 1980 e início dos 1990, no contexto de baixa inflação[1] essas instituições continuaram sendo capazes de se adaptarem de forma rápida e eficiente aos diferentes contextos macroeconômicos, tirando proveito das oportunidades percebidas de lucro e preservando a rentabilidade média do setor em nível elevado.

Neste sentido, esta tese tem o objetivo geral de analisar a estrutura patrimonial e o padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil no período 1971/2008. Ênfase particular será atribuída ao contexto de baixa inflação, que constitui o principal objetivo específico deste trabalho. A escolha do período se justifica pelo fato de permitir a referida análise a partir de uma perspectiva histórica, tomando-se como contraponto tanto o contexto de inflação moderada (anos 1970), como de alta inflação (1980/jun.94). Além disso, a extensão do período permite compreender a influência da institucionalidade da indexação dos títulos públicos à taxa de juros

[1] Por "baixa inflação" objetiva-se tão somente retratar um fenômeno de desinflação abrupta e manutenção do nível de preços em patamar bem inferior ao prevalecente no período de alta inflação. Em razão disto evitou-se a utilização do termo "estabilidade econômica", conceito mais amplo que envolve outros predicados além da inflação controlada (BRAGA, CINTRA e DAIN, 1995). Ademais, cumpre salientar que o termo carrega as especificidades históricas e institucionais brasileiras. Não significa necessariamente, portanto, a observância de aumento de preços ao mesmo nível do que o verificado nos países desenvolvidos. Significa, sim, baixas taxas de inflação quando da comparação com o ritmo de aumento dos preços no Brasil na década de 1980 e início da década de 1990.

de curtíssimo prazo sobre o padrão de atuação dessas instituições, sobretudo depois do Plano Real. Ou seja, a análise da estrutura patrimonial e do padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil requer a discussão da influência do ambiente macroeconômico e institucional, bem como as oportunidades de ganhos daí decorrentes sobre as decisões de balanço destas instituições.

Se por um lado as receitas inflacionárias perderam significativa importância no período posterior ao Plano Real, por outro a prática de taxa básica de juros elevada permitiu a apropriação das receitas oriundas da aquisição de títulos públicos. Deste modo, sustenta-se que o arcabouço institucional da moeda indexada herdado do regime de alta inflação, articulado com um ambiente de instabilidade macroeconômica e de juros reais elevados, contribuiu decisivamente para que os bancos privados no Brasil conseguissem se adaptar lucrativamente às diferentes conjunturas em contexto de baixa inflação. Contribuiu, ainda, para aguçar o desejo por flexibilidade dessas instituições. Como resultado desse padrão de atuação, a eficiência dos bancos quanto à capacidade de geração de resultados não se traduziu em termos de viabilização de uma estrutura de financiamento com prazos e custos compatíveis com o crescimento econômico sustentado.

Não obstante a transição da alta para a baixa inflação, permaneceu aberta a essas instituições a possibilidade de continuarem implementando estratégias de balanço flexíveis, capazes de coadunar liquidez e rentabilidade, mas agora a partir de uma estrutura de custos muito mais enxuta do que a observada no período de alta inflação – resultante do redimensionamento do setor e da aceleração do processo de incorporação de novas tecnologias, processos que se fizeram sentir em termos de aumento do grau de eficiência na atividade bancária. Se, de um lado, isto garantiu a solidez do sistema em períodos de maior instabilidade, ainda que tendo como contrapartida a fragilização fiscal e financeira do setor público, de outro, reprimiu o apetite dessas instituições por operações mais arriscadas. Argumenta-se, assim, que a estabilidade monetária no Brasil, além de não ter se traduzido em estabilidade macroeconômica, não operou a destruição da macroestrutura financeira peculiar presente desde os tempos de alta inflação, ante a permanência do arcabouço institucional da indexação financeira. Com efeito, manteve-se a possibilidade de os bancos conformarem uma carteira de ativos com alto grau de liquidez e rentabilidade.

Este trabalho será realizado a partir de três abordagens simultâneas e interdependentes, quais sejam: teórica, histórica e institucional e quantitativa, no sentido de que o conjunto selecionado de dados e indicadores será analisado à luz do referencial teórico desenvolvido e do ambiente macroeconômico e institucional brasileiro.

Cumpre registrar, ainda, que a opção de analisar apenas o comportamento dos bancos privados reside primordialmente no fato de que, não obstante a crescente similitude entre bancos públicos e privados no que diz respeito às práticas operacionais no período mais recente, há diferenças relevantes entre os objetivos a serem alcançados por estas instituições na maior parte do período considerado, especialmente antes da segunda metade dos anos 1990, visto que os bancos públicos nem sempre adotavam posturas operacionais articuladas com a maximização dos lucros.

Esta tese está dividida em duas partes, cada uma composta por dois capítulos. Na primeira, de caráter eminentemente teórico, discute-se o conceito de uma economia empresarial, bem como a gestão de balanço empenhada pelos bancos neste sistema. Com isso, busca-se subsidiar teoricamente a análise do objeto proposto nesta tese.

Inicia-se com a discussão sobre os princípios de uma economia monetária da produção e a centralidade dos bancos neste sistema. Argumenta-se que a importância do investimento torna a instituições bancárias fundamentais para o crescimento e a multiplicação da renda e do emprego, de tal modo que a existência de um sistema bancário avesso às operações mais longas e arriscadas acaba exercendo implicações negativas sobre o desempenho macroeconômico, reprimindo sua dinâmica.

A seguir, discute-se a gestão estratégica de balanço dos bancos em economias empresariais. Apresenta-se a teoria da preferência pela liquidez de Keynes (1936) e, a partir dela, a teoria da precificação de ativos, que permite compreender a dinâmica de alocação de ativos e emissão de dívidas dos atores econômicos, particularmente dos bancos. Depois disso, realiza-se a análise do comportamento dessas instituições nas fases de expansão e contração dos negócios, à luz do referencial pós-keynesiano.

Finalizada a abordagem teórica, a segunda parte desta tese discute a estrutura patrimonial e o padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil no interregno 1971/2008, com ênfase

no período de baixa inflação (1995/2008). Num plano mais geral de análise, busca-se apresentar as evidências e as peculiaridades do padrão de atuação e de rentabilidade destas instituições.

Inicialmente, discute-se o arcabouço institucional da moeda indexada no Brasil, sua origem e os desvirtuamentos ocorridos neste sistema. Esta discussão se faz necessária porque, ao nosso entendimento, não é possível compreender o comportamento dos bancos no Brasil sem levar em consideração a possibilidade de alocação de recursos em ativos capazes de combinar altos graus de liquidez e rentabilidade. Feito isto, o capítulo analisa, então, a estrutura patrimonial e o padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil nas décadas de 1970/80 e início dos anos 1990. O capítulo é finalizado com a discussão sobre os limites da estabilização monetária no Brasil, mostrando que a desindexação dos contratos realizada no setor produtivo da economia não foi acompanhada da desindexação financeira, o que induziu, num contexto de instabilidade macroeconômica renitente e juros reais elevados, os bancos a privilegiarem flexibilidade, assim como no regime de alta inflação.

Finalmente, o último capítulo discute o comportamento dos bancos privados em contexto de baixa inflação (1995/2008). Inicialmente, são analisados os processos de transição e fragilização do sistema bancário após o Plano Real, bem como os fenômenos subsequentes de reestruturação, desnacionalização e concentração. Depois disso, realiza-se a análise da estrutura patrimonial e do padrão de rentabilidade dos conglomerados financeiros privados no interregno dez.1995/jun.2008.

PARTE 1 – ECONOMIA EMPRESARIAL E GESTÃO ESTRATÉGICA DE BALANÇO DOS BANCOS

Uma economia monetária da produção, tal como categorizada por Keynes (1933, p.408-11)[2], possui certas características que alteram substantivamente o sistema admitido pelas abordagens convencionais, pois concorre na direção de alterar o comportamento dos atores econômicos e suas decisões de gastos.

Esta parte do trabalho tem o objetivo de discutir o ambiente em que os atores econômicos tomam suas decisões, ou, mais precisamente, definir e compreender o ambiente em que os bancos processam a gestão estratégica de seus balanços. Portanto, busca-se, com isso, estabelecer o marco teórico e analítico a partir do qual será procedida a análise tanto da gestão de balanço dos bancos a nível teórico, assunto desenvolvido no segundo capítulo desta parte, como do comportamento dos bancos privados no Brasil em contexto de alta e, sobretudo, de baixa inflação, tema que será discutido na segunda parte deste trabalho, composta por mais dois capítulos.

No que diz respeito ao entendimento do ambiente em que os atores econômicos tomam suas decisões, faz-se necessária a discussão da lógica de operação de uma economia orientada para o mercado e voltada para a valorização e a acumulação de riqueza sob a forma geral, monetária. Conforme será discutido no primeiro capítulo, à luz do referencial teórico pós-keynesiano, uma economia monetária da produção constitui um sistema sujeito a flutuações permanentes, com a moeda sendo capaz de influenciar as variáveis fundamentais do sistema não apenas no curto prazo, mas também no longo prazo. Isto se faz importante porque, diferentemente das abordagens convencionais, que admitem a ciência econômica enquanto uma ciência natural, na abordagem pós-keynesiana a economia capitalista é concebida a partir de princípios que, por corresponderem à realidade, conseguem captar e refletir sua real dinâmica de funcionamento. Nos termos de Shackle (1976, p.26):

---

[2] Conforme assinala Szmrecsányi (1978, p.30-32), J. M. Keynes passou a utilizar o termo "*The monetary theory of production*", ao invés de "*The pure theory of money*", em 1932, quando da alteração do título de seu curso em Cambridge. Tal curso, que em 1934 passou a ser denominado "*The general theory of employment*", quando uma primeira versão de sua *General Theory* já estava pronta, resultou numa série de notas de aula que iria compor a essência da principal obra de Keynes, publicada em fevereiro 1936. O termo "economia monetária da produção" foi apenas publicado pela primeira vez em 1933, sob a forma de uma pequena nota num livro que homenageava Arthur Spiethoff, na Alemanha.

> [...] La teoría económica, durante 200 años, tomó cada vez más como modelo a la ciencia de la creación inanimada; a la mecanica celeste, por lo toca a su concepción en gran escala, y al experimento aislable, modificable, por lo que respecta a la escala pequeña. El producto final de esto fue la concepción neoclássica del equilibrio general, el sistema económico plenamente ajustado a un conjunto subyacente de conocimientos pertinentes completos. [...] Se ha supuesto que la ciencia económica se parece a las ciencias fundamentales de la naturaleza, donde, en última instancia, todo lo que es podría reducirse a un solo e solitario <<secreto del cosmos>> o ser explicado por él. Sin embargo, la economía no es tal. Se ocupa de los pensamientos y las acciones, no de la química última del hombre.

O capítulo discute, ainda, a importância dos bancos numa economia eminentemente empresarial e voltada para a acumulação e valorização da riqueza sob a forma monetária, à luz do entendimento da centralidade do investimento na dinâmica econômica. Mostra-se a importância da moeda e dos bancos num sistema exposto ao tempo histórico, ao invés de tempo lógico, situado e determinado num ambiente social dinâmico.

Feito isto, o capítulo seguinte discute o comportamento dos bancos neste sistema, chamando atenção para as alterações processadas pelos bancos em suas estruturas ativas e passivas ao longo do ciclo de negócios, vale dizer, nos períodos de expansão e contração do nível de atividade econômica. Enfim, o capítulo tem como objetivo principal a discussão da gestão estratégica de balanço dos bancos numa economia empresarial, orientada para a valorização e a acumulação da riqueza.

2 ECONOMIA EMPRESARIAL: PRINCÍPIOS, DINÂMICA E A CENTRALIDADE DOS BANCOS

As ideias de Keynes constituíram um marco na teoria econômica, uma vez que permitiu o entendimento do funcionamento efetivo de uma economia capitalista e lançou as bases para a superação dos problemas inerentes a uma economia empresarial orientada para o mercado e fundada na utilização da moeda.

Numa economia empresarial, os agentes são orientados para a acumulação e a valorização da riqueza sob a forma monetária. Trata-se de um sistema que opera sob uma lógica a partir da qual os mecanismos de mercado são insuficientes para conduzi-lo para uma situação intertemporal de equilíbrio com pleno emprego. Ao invés disso, a instabilidade constitui um fenômeno decorrente de sua própria dinâmica de funcionamento.

Neste sistema, a moeda deixa de constituir um simples meio de pagamento e passa a constituir um ativo, capaz de orientar o comportamento econômico dos agentes e, por extensão, afetar suas decisões de dispêndio, alocação de riqueza e emissão de dívidas. Isto porque, ao representar a *leitmotiv* das decisões econômicas, a moeda se mostra passível de ser retida pelo público, condição que atribui contornos particulares à dinâmica de funcionamento de uma economia. O capítulo discute os princípios de uma economia monetária da produção e a importância dos bancos neste sistema, ante a capacidade dessas instituições influenciarem as decisões de gasto dos atores econômicos.

Com sua teoria da preferência pela liquidez, Keynes (1936) mostrou que o investimento constitui variável determinante dos níveis de produção e emprego. O desemprego passa a resultar do excesso de poupança, ao invés de sua insuficiência. Ou seja, o problema de uma economia empresarial não corresponde à escassez de poupança, mas à insuficiência de financiamento para dar curso aos projetos de inversão. Por isso, ante a maior propensão a poupar das classes de maior renda, Keynes (1936, p.154) ironicamente afirmou:

> O dia em que a abundância de capital venha a interferir com a abundância da produção pode ser postergado à medida que os milionários encontrem satisfação em edificar vastas mansões para nelas morarem enquanto vivos e pirâmides para se recolocarem depois de mortos, ou, arrependido de seus pecados, levantem catedrais e dotem mosteiros ou missões no estrangeiro. “Cavar buracos no chão” à custa da poupança não só aumentará o emprego, como também a renda nacional em bens e serviços úteis. Contudo, não é razoável que uma comunidade sensata concorde em depender de paliativos tão fortuitos

> e frequentemente tão extravagantes, quando já sabemos de que influências depende a demanda efetiva.

A seguir, são analisados os circuitos industrial e financeiro, os princípios de uma economia empresarial e a centralidade dos bancos neste sistema.

2.1 Os circuitos industrial e financeiro

Numa economia empresarial não há como se conceber os setores produtivo e monetário de forma independente, como faz as correntes que sustentam a neutralidade da moeda[3]. Em contraposição à economia de trocas reais[4], será o grau de preferência pela liquidez dos atores econômicos, ao invés da escassez de poupança, que irá impor obstáculos à dinamização do ciclo de negócios (DAVIDSON, 1994; EICHNER e KREGEL, 1975). Uma economia monetária da produção ou empresarial constitui um sistema real, atinente ao mundo em que vivemos. Nos termos de Keynes (1933, p.410):

> The idea that it is comparatively easy to adapt the hypothetical conclusions of a real wage economics to the real world of monetary economics is a mistake. It is extraordinarily difficult to make the adaptation, and perhaps impossible without the aid of a developed theory of monetary economics.

O entendimento de Keynes (1930a; 1930b) acerca do papel que a moeda cumpre numa economia capitalista constituiu condição essencial para o rompimento com os dogmas da teoria convencional então prevalecente (CARDIM DE CARVALHO, 1992a, p.34). Para Marshall (1890, p.38), aquele que me melhor sintetizou os postulados clássicos com a doutrina marginalista, *"O dinheiro não é senão um meio para atingirmos certos fins."*. Seu então discípulo, contudo, talvez tenha considerado mais detidamente a qualificação feita logo adiante por seu mestre, quando Marshall (1890, p.38) afirma que *"Em resumo, o dinheiro é o poder aquisitivo geral e se busca como um meio que pode servir a todos os fins, nobres ou baixos, espirituais ou materiais."*. Mas justamente o fato de poder servir a todos os fins faz dele um objeto de retenção pelo público, convertendo-o num ativo, sustentaria Keynes (1930a) no

[3] Hipótese aqui concebida enquanto subterfúgio utilizado pelos defensores do *laissez-faire* para sustentar a não-intervenção do estado na economia. Isto porque, como explica Davidson (2002, p.7), numa economia onde a moeda é neutra, no longo prazo prevalece uma certa taxa natural de desemprego e um fluxo real de produção predeterminados, não passíveis de serem influenciados por ações deliberadas do Estado.

[4] Uma economia de autossuficiência e, portanto, não-monetária, que dispensa a utilização de contratos para a organização da produção e dinheiro para a liquidação das obrigações contratuais. Davidson (1994, p.101) critica, com isso, a concepção clássica presente em Barro (1993), para o qual o ambiente econômico primitivo de Robinson Crusoe, tal como mencionado por Keynes (1936, p.26), contém a essência das escolhas envolvidas numa economia de mercado.

capítulo 15 de seu *Treatise*, quando o autor estabeleceu a distinção entre os circuitos financeiro e industrial de uma economia que mais tarde seria qualificada de empresarial[5].

Em seu *Treatise*, Keynes (1930a, p.30-32) faz uma distinção entre depósitos de renda, depósitos de negócios e depósitos de poupança[6]. A primeira categoria corresponde aos depósitos à vista que são utilizados para cobrir o intervalo entre o recebimento e o gasto da renda, prestando-se à satisfação de dispêndios e poupanças pessoais. A segunda, por seu turno, diz respeito aos depósitos realizados pelos homens de negócios, dos quais apenas uma parte corresponde à reserva de recursos líquidos que busca fazer frente às despesas existentes entre os períodos de produção e de realização das vendas, ao passo que a outra se presta à realização de transações especulativas e financeiras. Já os depósitos de poupança se referem aos depósitos realizados por proprietários de recursos por diversos motivos não relacionados ao propósito de pagamentos correntes.

Apenas os depósitos de renda e a parcela dos depósitos para negócios que serve para a manutenção do processo normal de produção do empreendimento apresentam uma função razoavelmente estável com o volume de produção corrente. Isto significa que apenas nestes dois tipos de depósitos a moeda é utilizada para a realização de transações relacionadas à compra e venda de bens e serviços, exercendo a função meio de pagamento. Tais depósitos, então, mostram-se circunscritos à circulação industrial (KEYNES, 1930a).

No entanto, uma parcela dos depósitos para negócios é relacionada às transações especulativas em bens de capital ou commodities e/ou às transações financeiras, como resgate e renovação de títulos do tesouro ou substituições de investimentos. Tais transações não são governadas pelo volume de produção corrente e seu volume é sujeito a flutuações muito bruscas e amplas, cuja magnitude irá depender das expectativas dos agentes em relação ao futuro e cujos impactos sobre a economia se darão de forma bastante diferenciadas em relação àqueles

[5] Pode-se conjeturar, então, que além de o dinheiro ter oferecido maior exatidão à *Economics*, na comparação com as demais Ciências Sociais, posto que representa a balança do economista, conforme metáfora de Marshall (1890, p.33) logo no início de seu *Principles*, a moeda pode ser também encarada, à luz de Keynes (1930a; 1936), como o elemento que torna a *economy* mais sujeita a oscilações.

[6] No capítulo 13 de sua TG, Keynes (1936, p.121-126) divide o motivo transação de demanda por moeda em motivo renda e motivo negócios, os quais correspondem aos depósitos de renda e à parcela dos depósitos para negócios necessários e relacionados à manutenção do nível de produção. Já os motivos precaução e especulação correspondem aos depósitos de poupança e à parcela dos depósitos para negócios destinada às transações especulativas e financeiras em seu *Treatise*, respectivamente. Tais motivos de demanda por moeda são analisados por Keynes (1936, p.139-147) de forma mais pormenorizada no capítulo 15 de sua TG, ocupando papel central em sua obra.

provenientes de flutuações do nível de transações relacionadas à produção. Nos termos de Keynes (1930a, p.42):

> The volume of such transactions is subject to very wide and incalculable fluctuations, easily double at one time what it is at another, depending on such factors as the state of speculative sentiment; and, whilst it is possibly stimulated by the activity and depressed by the inactivity of production, its fluctuations are quite different in degree from those of production. Moreover the price level of the capital goods thus exchanged may vary quite differently from that of consumption goods.

Neste sentido, os depósitos para negócios que se prestam às transações especulativas e financeiras, bem como os recursos alocados em depósitos de poupança, estão circunscritos à circulação financeira. Nesta esfera, a moeda exerce a função de girar ativos financeiros, ao invés de ativos físicos, tornando-se um ativo. Este último atributo deriva do fato de a moeda constituir liquidez, que embora não possibilite a apropriação de rendimentos monetários, oferece ao seu possuidor a segurança derivada da possibilidade de liquidação imediata das transações, protegendo-lhe das incertezas do futuro[7].

Além de variarem bruscamente e de forma diferente daquelas relacionadas à circulação industrial, as transações de negócios especulativas e financeiras são muito mais abundantes do que as transações de produção[8]. Enquanto os depósitos relacionados ao setor produtivo da economia guardam uma relação estável com o nível de produção nacional em termos monetários, os depósitos ligados à circulação financeira são altamente voláteis e guardam uma relação altamente instável com o nível de renda corrente[9].

Portanto, a circulação financeira se refere à esfera em que são processadas as negociações com ativos financeiros. Com efeito, a própria moeda se torna um ativo, donde sua retenção, ao afetar os preços dos demais ativos e dívidas, mostra-se capaz de afetar o circuito industrial, posto que a decisão de alocação de riqueza dos atores econômicos entre os circuitos industrial e financeiro irá determinar a direção do fluxo monetário. Isto significa que a demanda por moeda no circuito industrial pode ser atendida mediante transferência de saldos monetários do circuito

[7] Em termos gerais, a esta segurança que a moeda fornece ao seu proprietário, dá-se o nome de prêmio de liquidez. Este ponto será retomado adiante.
[8] Sobre os fatores que determinam os volumes das circulações industrial e financeira, ver Keynes (1930a, p.217-230).
[9] Como uma parte dos depósitos de negócios não são relacionados ao nível de produção corrente, Keynes (1930a, p.43) chama atenção ao fato de ser inapropriado relacionar a totalidade dos depósitos em dinheiro com a renda monetária nacional.

financeiro e/ou aumento da velocidade de circulação da moeda, bem como da capacidade dos bancos criarem dinheiro[10]. Por esta razão, nos termos de Cardim de Carvalho (1992a, p.34):

> The financial circulation [...] includes operations with assets, stocks of wealth, that have not necessary relation to the turnover of goods. […] The retention of positions in money affected the prices of debts and assets and actually affect the allocation of wealth among its various forms, making money non-neutral.

Logo, conforme destacado por Keynes (1930a), estes dois circuitos não são isolados um do outro. Ao invés disso, guardam uma relação de interdependência, que resulta da gestão estratégica de balanço empenhada pelos atores econômicos[11]. Parte da renda, pois, pode ser destinada à circulação financeira, podendo originar crises causadas por insuficiência de demanda efetiva no âmbito da circulação industrial. É nesse contexto que se coloca a seguinte afirmação de Keynes (1936, p.117), agora no âmbito de sua Teoria Geral (TG):

> O único remédio radical para as crises de confiança que afligem a vida econômica do mundo moderno seria restringir a escolha do indivíduo à única alternativa de consumir a sua renda, ou servir-se dele para encomendar a produção de bens específicos de capital, que, embora com evidência precária, se lhe afiguram o investimento mais interessante ao seu alcance. Talvez, em certos momentos, quando se visse, mais do que de costume, assoberbado por dúvidas a respeito do futuro, a perplexidade o levasse a consumir mais e a realizar menos investimentos novos, mas isto evitaria as repercussões desastrosas, cumulativas e de amplo alcance, oriundas do fato de poder abster-se de gastar a sua renda de uma ou de outra forma.

A dualidade circulação financeira versus circulação industrial revela, então, a singularidade da moeda enquanto ativo e meio de pagamento, respectivamente. Quando

[10] Como bem observa Fiocca (2000, p.64-65) à luz de Keynes (1930a; 1930b), os períodos de expansão dos negócios normalmente são acompanhados de uma redução na posição dos ursos (que esperam uma queda dos preços dos títulos ou aumento dos juros), o que implica um processo de substituição de ativos (a troca de depósitos de poupança, atinente à circulação financeira, para depósitos de rendas ou à vista, atinente à circulação industrial) que permite irrigar o circuito industrial de moeda. Não menos importante, o aumento da velocidade de circulação da moeda pode ser viabilizado mediante pequena elevação da taxa de juros, capaz de induzir uma substituição de ativos (dos depósitos de menor velocidade para os de maior velocidade de circulação, como a parcela dos depósitos de negócios articuladas com a produção) e, ao mesmo tempo, aumentar o custo de oportunidade de se manter saldos monetários ociosos por parte do público demandante, movimentos que concorrem no sentido de acomodar a expansão da renda nominal mesmo sem alterar a quantidade de moeda do sistema. Isto porque a demanda por moeda se mostra sensível às variações da taxa de juros, diferentemente da abordagem quantitativista, que, por seu turno, por assumir uma sociedade estática e operando sob condições de certeza, admite a velocidade de circulação da moeda constante. Ou seja, para os monetaristas, como a moeda é assumida como sendo um simples meio de troca, a demanda por moeda responde apenas ao motivo transacional, que não guarda qualquer relação com a taxa de juros. Para uma abordagem didática sobre este ponto, ver Rousseas (1986, p.45-50).

[11] Nas economias modernas, marcadas por crescentes estoques de riqueza, não apenas os bancos, mas também as famílias, empresas e governos empenham estratégias de balanço (composição de portfólio e emissão de dívidas) que afetam a direção do fluxo monetário entre os circuitos aludidos. Os bancos, evidentemente, desempenham um papel de destaque neste processo, posto que são capazes de executar e sancionar posturas especulativas circunscritas à circulação financeira mediante a emissão de passivos contra si próprios e que servem como meio de pagamento.

privilegiada pelo público enquanto um ativo, são lançadas as bases para crises decorrentes de insuficiência de demanda efetiva. Por isso, tais circuitos são interdependentes, tal como as funções da moeda. Jaz, pois, nesta interdependência, a instabilidade sistêmica das economias capitalistas[12]. A circulação financeira pode interferir na circulação industrial seja a partir da sucção de recursos desta última, podendo reduzir a disponibilidade de moeda para o mercado de bens e serviços, seja mediante modulações nos preços dos títulos (taxa de juros) capazes de alterar o preço de demanda dos novos investimentos (KEYNES, 1930a, p.226).

A relação entre esses dois circuitos revela que numa economia empresarial as flutuações do produto e do emprego decorrem, em larga medida, das instabilidades que cercam as decisões de gasto dos atores econômicos, notadamente às decisões de investimento, ante o quadro de incerteza estrutural. Os bancos ocupam papel central neste sistema, pois são capazes de afetar as decisões dos agentes, seja mediante alterações no volume e nas condições da oferta empréstimos, seja a partir de modulações dos preços dos ativos de capital e das expectativas dos empresários decorrentes da política de balanço realizada, fundamentais para a determinação da direção do fluxo monetário entre os circuitos industrial e financeiro[13]. Por isso, afirma Minsky (1986, p.227):

> The peculiar circularity of a capitalist economy [...] has a banking and financial-system corollary. Not only must the banking and financial system maintain favorable asset prices and conditions for investment financing now, but the banking and financing system also must be expected to maintain favorable asset prices and conditions for investment financing in the future. Because such normal functioning of the banking and financial system is a necessary condition for the satisfactory operation of a capitalist economy, disruption of the system will lead to malfunctioning of the economy.

A circulação financeira também cumpre papel benigno quanto ao investimento produtivo, pois, ao injetar liquidez nos mercados secundários de ativos, concorre no sentido de possibilitar a

[12] Faz-se importante registrar que na abordagem neoclássica do pensamento keynesiano, tais circuitos se apresentam isolados. Este constitui um dos motivos pelos quais tal abordagem não consegue captar a instabilidade enquanto traço constitutivo de uma economia capitalista.

[13] Outra linha de explicação das flutuações cíclicas de uma economia capitalista que também envolve a perspectiva pós-keynesiana, conforme bem destacado por Sawer (1995, p.47), parte do conflito distributivo entre trabalhadores e capitalistas, uma vez que a distribuição da renda, assim como o investimento, afeta a determinação da renda e a dinâmica sistêmica. O esquema departamental de Kalecki (1954) deixa claro o efeito dos fatores distributivos sobre as oscilações da renda. Neste trabalho, contudo, será atribuído destaque ao papel do investimento no processo de determinação da renda e na dinâmica sistêmica, ante o importante papel desempenhado pelos bancos neste processo.

emissão primária de títulos, condição fundamental para o processo de consolidação das dívidas das empresas[14] (FERREIRA, 1995, p.16).

Deste modo, numa economia monetária da produção o comportamento dos níveis de produto e emprego se torna inevitavelmente mutável ao longo do tempo histórico. Isto porque, por constituir um ativo irreproduzível, no sentido de dispensar a contratação de trabalhadores para a sua produção e, ao mesmo tempo, passível de ser retida pelo público por representar segurança ao seu detentor, a moeda introduz elementos adicionais de incerteza no processo de tomada de decisão, tornando-o sujeito a variações bruscas e inesperadas (KEYNES, 1936; LIMA, 2003). Nas palavras de Keynes (1933, p.408-409), ao contrapor sua teoria à economia de trocas simples:

> The theory which I desiderate would deal, in contradiction to this, with an economy in which money plays a part of its own and affects motives and decisions and is, in short, one of the operative factors in the situation, so that the course of events cannot be predicted, either in the long period or in the short, without a knowledge of the behaviour of money between the first state and the last. And it is which we ought to mean when we speak of a monetary economy.

2.2 Os princípios de uma economia monetária da produção

No intento de consolidar o entendimento de uma economia em que a moeda transcende a simples função de meio de pagamento, posto que representa um ativo, bem como organizar o conjunto de ideias até aqui desenvolvido, mostra-se oportuno discorrer de modo mais pormenorizado sobre cada um dos princípios fundamentais que orientam uma economia empresarial, conforme proposto por Cardim de Carvalho (1992a). Cumpre salientar, pois, que tais princípios têm como resultante um sistema incompatível com as proposições analíticas derivadas da escola clássica que Keynes (1936) buscou refutar, as quais se mostravam amparadas em axiomas (substituição, real e ergodicidade)[15] dissociados da hipótese da não-neutralidade da moeda (CARDIM DE CARVALHO, 1992a).

---

[14] Não menos importante, num contexto em que, cada vez mais, a riqueza financeira dita o compasso das decisões de gasto dos atores econômicos, a transferência de moeda do circuito industrial para o financeiro, ao desencadear um ciclo de alta dos preços dos ativos financeiros, estimulam as despesas no âmbito do circuito industrial, seja a partir dos recursos provenientes da riqueza acumulada e valorizada, seja mediante a contratação de empréstimos junto ao sistema bancário, utilizando-se como colateral os próprios ativos financeiros. A comunhão benigna entre os circuitos tende a prevalecer, pois, até que o estouro da bolha os separe... (COUTINHO e BELLUZZO, 1998; AGLIETTA, 2004).

[15] O axioma da substituição sustenta que uma mudança de preços relativos induz os agentes a comprarem mais de um bem e menos de outro, mantendo o mesmo nível de gasto, enquanto o da ergodicidade que o futuro é passível de ser previsto estatisticamente a partir de informações passadas e presentes. O axioma real ou da neutralidade da

Um primeiro princípio de uma economia empresarial vem a ser o **princípio da produção e da não-neutralidade da moeda**[16]. As decisões de investimento são orientadas pela valorização e acumulação da riqueza em sua forma mais geral, monetária. Os lucros constituem a locomotiva de um sistema que opera sob a égide da propriedade privada dos meios de produção, representando o combustível da expansão dos negócios numa economia de salários nominais (FEIJÓ, 2002).

Isto porque apenas a moeda permite ao seu possuidor deter o poder sobre a riqueza, além de viabilizar o cumprimento de contratos expressos em termos monetários. Ou, nas palavras de Shackle (1976, p.196): *"[...] El dinero representa el poder de compra general, una forma de riqueza que le permite al hombre aplazar la decisión acerca de qué le comprarán sus ahorros, aplazarla, en caso de ser posible, para siempre."*

Keynes (1979, p.81) à luz de Marx (1867, p.125-145), mostrou que a natureza de uma economia empresarial consiste na dinâmica estabelecida pelo circuito M-C-M', ou seja, um sistema cuja *leitmotiv* parte do dinheiro (*money* - M) para commodities (C) ou mercadorias para obter mais dinheiro (M'), subordinado à lógica da acumulação, ao invés de C-D-C', concernente à uma economia neutra ou cooperativa[17]. Logo, o ato de investir constitui o ato de trocar dinheiro hoje por mais dinheiro amanhã. No termos de Keynes (1979, p.81):

> The distinction between a co-operative economy and an entrepreneur economy bears some relation to a pregnant observation made by Karl Marx, - though the subsequent use to which he put this observation was highly illogical. He pointed out that the nature of production in the actual world is not, as economists seem often suppose, a case of C – M – C', i.e. of exchanging commodity (or effort) for money in order to obtain another commodity (or effort). That may be the standpoint of the private consumer. But it is not the attitude of business, which is a case of M – C – M', i.e. of parting with money for commodity (or effort) in order to obtain more money.

---

moeda, por sua vez, assume que apenas os bens e serviços geram utilidade, de modo que comportamento dos agentes, pautado na racionalidade, mostra-se orientado por metas reais (DAVIDSON, 2002; CARDIM DE CARVALHO, 1992a, p.42).

[16] Cardim de Carvalho (1992) apresenta separadamente, para fins didáticos, os princípios da produção e da não-neutralidade da moeda. Não obstante, optamos por apresentá-los aqui de forma integrada, de modo a deixar evidente as razões pelas quais os empresários buscam, numa economia empresarial, valorizar e acumular a riqueza sob a forma monetária, bem como as implicações daí resultantes.

[17] Em nota de rodapé, contudo, Keynes (1979, p.81-82) qualificou de equivocado o entendimento de Marx (1867) de que M' seria sempre maior que M no longo prazo, acepção derivada da hipótese de que o sistema capitalista constitui um sistema necessariamente de exploração (extração de mais-valia da força de trabalho). Para o primeiro autor, a diferença entre M' e M constitui um fenômeno monetário, donde inexiste qualquer mecanismo que garanta seu sinal positivo (em termos monetários). Cabe, no entanto, registrar a ponderação de Keynes (1979, p.82), quando afirma que: *"[...] Marx, however, was approaching the intermediate truth when he added that the continuous excess of M' would be inevitably interrupted by a series of crises, gradually increasing in intensity, or entrepreneur bankruptcy and underemployment, during which, presumably, M must be in excess […]"*

Conforme afirmou Cardim de Carvalho (1992a, p.44), *"[...] The principle of production states that production is performed by firms with a view to obtaining profits."*. Por isso, conforme já salientado, o nível de emprego será aumentado apenas se o aumento da demanda agregada for superior aos custos agregados em termos monetários, de tal modo a ensejar a produção adicional de mercadorias pelos empresários e, por extensão, a contratação de mais trabalhadores. Mais uma vez, nos termos de Keynes (1979, p.82; p.89):

> An entrepreneur is interested, not in the amount of product, **but in the amount of *money* which will fall to his share**. He will increase his output if by so doing he expects to increase his money profit, even though this profit represents a smaller quantity of product than before.
> The explanation of this is evident. The employment of factors of production to increase output involves the entrepreneur in the disbursement, not of product, but of money. […] **Thus if the advantage in terms of money of using money to start up a productive process is increased, this will stimulate entrepreneurs to offer more employment**.
> **[...] The firm is dealing throughout in terms of sums of money. It has no object in the world except to end up with more money than it started with. That is the essential characteristic of an entrepreneur economy**. [grifo nosso]

Logo, por constituir a finalidade ulterior dos atores econômicos privados numa economia empresarial, a moeda se mostra capaz de influenciar o ritmo da acumulação capitalista, tanto no curto prazo, como no longo prazo. De acordo com Keynes (1936, p.157-169), a moeda possui duas propriedades fundamentais, a saber, nula ou negligenciável elasticidade de produção e substituição – esta última, portanto, revogando o axioma da substituição admitido pelas correntes convencionais. Enquanto a primeira faz com que a taxa própria de juros da moeda seja resistente à baixa, assumindo-se a hipótese de rigidez salarial em termos de moeda; a segunda faz com que o aumento da demanda por moeda não seja correspondido pelo aumento de sua oferta, ao menos a partir da contratação de mais trabalhadores, o que provoca um aumento da taxa de juros e, ao cabo, uma queda dos níveis de renda e emprego (KEYNES, 1936, p.162).

Numa economia empresarial, pois, o dinheiro se metamorfoseia em forma de manutenção de riqueza no tempo, podendo-se tornar um objeto de retenção pelo público[18]. Por viabilizar o transporte da riqueza ao longo do tempo histórico, cumprindo o papel de *liquidity time machine*, a moeda passa a constituir um ativo que oferece ao seu possuidor um benefício, ao qual Keynes

[18] Para que a moeda desempenhe esta função, no entanto, ela deve ser estável, de modo a fazer com que a sua retenção implique proteção em relação às surpresas do futuro. A estabilidade da moeda, além de mudar o status econômico de uma sociedade primitiva por tornar possível a realização segura de contratos futuros, garante a diferença positiva entre o prêmio de liquidez e custo de carregamento de moeda. Permite, pois, a preservação de sua baixa ou nula elasticidade de substituição (KEYNES, 1936). Por isso, nos termos de Aglietta e Orléan (1990, p.71): *"O poder de compra da moeda é o calcanhar de Aquiles da instituição monetária."*

(1936) denominou "prêmio de liquidez", ou seja, o ganho que seu detentor passa a ter decorrente da possibilidade de liquidação imediata das transações, cuja importância se torna maior quanto mais incertas forem as expectativas dos atores econômicos em relação ao futuro. Por isso, como bem sintetizou Cardim de Carvalho (1992a, p.49):

> [...] In a monetary economy, money is not only a means of circulation but it is also an asset, a means of conserving wealth, the main attribute of which is the capacity to liquidate debts and to represent purchasing power in its purest form. The existence of a demand for money as an asset affects the demand (and prices) for other types of assets, alternative forms of conserving wealth with different attributes.

Destarte, as propriedades da moeda fazem com que uma crise de demanda efetiva, ocasionada pelo aumento do grau de preferência por liquidez dos atores econômicos, em resposta a uma situação de incerteza, não possa ser sanada pela realocação dos fatores de produção pelo setor privado para a fabricação de dinheiro ou ativos altamente líquidos, a despeito do aumento de seus preços – no caso da moeda, o aumento de seu prêmio de liquidez. Isto porque a liquidez constitui o refúgio contra as intranquilidades causadas pelo desconhecido, conforme assinala Davidson (1991a).

Então, ao cunhar e utilizar a expressão **economia monetária da produção**, Keynes (1933, p.408-409) buscou mostrar que a moeda exerce impacto sobre as variáveis-chave do sistema, pois altera o ritmo de acumulação de capital da economia em seu conjunto, visto constituir um porto seguro contra um futuro incognoscível. Keynes (1933, p.408-409) expressou este ponto do seguinte modo:

> In my opinion the main reason why the problem on crises is unsolved, or at any rate why this theory is so unsatisfactory, is to be found in the lack of what might be termed a monetary theory of production […] The theory which I desiderate would deal […] with an economy in which money plays a part of its own and affects motives and decisions and is, in short, one of the operative factors in the situation, so that the course of events cannot be predicted, either in the long period or in the short, without a knowledge of the behaviour of money between the first state and the last. And it is this which we ought to mean when we speak of a monetary economy.

Neste sistema, não há qualquer garantia que faça a taxa de juros se situar num patamar que corresponda a um nível de investimento condizente com a condição de pleno emprego no longo prazo, pois no caso da moeda, diferentemente dos demais ativos reprodutíveis, o retorno esperado não cai quando há um aumento por sua demanda. Quando o prêmio de liquidez se mostra elevado, o público opta por conservar riqueza sob a forma mais geral. Neste contexto, será a eficiência marginal do dinheiro, vale dizer, a taxa de juros, que irá reagir (aumentar),

inviabilizando a condição de equilíbrio com pleno emprego (KREGEL, 1988). Pode-se afirmar, pois, que a *causa causans* da rigidez à baixa da taxa de juros é o estado geral de expectativas dos agentes[19]. Logo, o desequilíbrio setorial concebido pela teoria clássica cede lugar ao desequilíbrio sistêmico (KEYNES, 1936, p.162). Por esta razão, faz-se oportuno registrar a seguinte afirmação de Aglietta e Orléan (1990, p.71-72):

> [...] Quando os proprietários procuram monopolizar a moeda, fazer dela o objeto de seus desejos de apropriação, em oposição às mercadorias, os problemas mais temíveis se colocam [...]
> [...] Enquanto reserva de valor, a moeda é a fonte de um poder privado, o famoso poder do dinheiro, porque ela assegura a seu possuidor a iniciativa face à circulação. Mas essa iniciativa ameaça a soberania monetária, isto é, a ordem sobre a qual é fundada a propriedade privada! [...] **Num momento em que a moeda enquanto meio de troca é signo de vida, sua busca por ela mesma, para acumulação em forma de tesouros, é mortífera**. [...] [grifo nosso]

Decorre, pois, que numa economia empresarial não há qualquer mecanismo de mercado que garanta um grau de preferência pela liquidez compatível com uma taxa de juros que assegure a igualdade entre receitas esperadas e custos agregados em termos monetários ao nível de pleno emprego dos fatores de produção. A demanda por dinheiro será ineficiente para gerar sinais de mercado que concorram para estimular o investimento e, ao cabo, a contratação de unidades adicionais de força de trabalho pelos homens de negócios. Isto porque, de um lado, o dinheiro representa um veículo menos incerto para estabelecer uma ponte entre o presente e um futuro desconhecido e, de outro, o prêmio por sua renúncia constitui fenômeno eminentemente monetário.

O segundo princípio de uma economia empresarial diz respeito ao **princípio da estratégia dominante ou princípio da hierarquia**. Com isto se quer afirmar que numa economia de salários nominais o poder de decisão é distribuído de forma desigual, onde as decisões dos empresários e dos banqueiros determinam os níveis de produto e emprego, bem como os gastos dos demais atores econômicos em termos agregados[20] (CARDIM DE CARVALHO, 1992a; 1989). Isto porque as decisões empresariais, não raro, mostram-se dependentes de validação dos bancos, pois estes detêm condições de viabilizar a transformação do espírito animal dos empresários em realidade objetiva de investimento a partir da capacidade

[19] Isto porque seu limite mínimo ocorre no momento em que ninguém mais acredita que a taxa de juros irá cair mais, ou seja, todos se transformam em ursos (baixistas).

[20] Conforme assinalam Belluzzo e Almeida (1999, p.247-48) a própria ideia de multiplicador de Keynes (1936) e Kalecki (1954) exprime a hierarquia das decisões de gasto na economia. O multiplicador mostra que são as decisões capitalistas as responsáveis pela determinação da renda e, por conseguinte, dos gastos dos trabalhadores.

de emissão de passivos que servem como meio de pagamento. Consequentemente, pode-se conjeturar que são as decisões de investimento das empresas e de balanço dos bancos que, conjuntamente, ditam o compasso do ciclo de negócios de uma economia monetária da produção (STUDART, 1992, p.59).

O terceiro princípio de uma economia de salários nominais corresponde ao **princípio da temporalidade da atividade econômica e da incerteza ou princípio da irreversibilidade do tempo e da incerteza**. Considerando que o ato de produzir demanda tempo, as decisões empresariais são condicionadas pelas expectativas de retorno, constituindo, por isso, uma atividade eminentemente especulativa, ante a impossibilidade de antever com total certeza, a partir de parâmetros racionais, o comportamento da demanda agregada vindoura, do qual depende a eficiência marginal do capital (CARDIM DE CARVALHO, 1989; CARDIM DE CARVALHO, 1992a). O tempo, pois, nega a onipotência da razão, posto que esta se pauta em parâmetros já conhecidos, mostrando-se incapaz de abranger uma sucessão temporal de situações[21] (SHACKLE, 1976, p.49). A seguinte afirmação de Keynes (1973, p.113-114) deixa bastante claro o conceito de incerteza:

> By "uncertain" knowledge, let me explain, I do not mean merely to distinguish what is known for certain from what is only probable. The game of roulette is not subject, in this sense, to uncertainty; nor is the prospect a Victory bond being drawn. Or, again, the expectation of life is only slightly uncertain. Even the weather is only moderately uncertain. The sense in which I am using the term is that in which the prospect of a European war is uncertain, or the price of copper and the rate of interest twenty years hence, or the obsolescence of a new invention, or the position of private wealth-owners in the social system in 1970. About these matters there is no scientific basis on which to form any calculable probability whatever. We simply do not know. […]

Desta maneira, comportamentos tidos como irracionais num mundo imutável, submerso ao tempo lógico, como a retenção de moeda ou de ativos altamente líquidos, passam a constituir atitudes racionais num ambiente intermitentemente marcado pela incerteza (DAVIDSON, 2002; LIMA, 1992, p.99-100).

Diferentemente das abordagens tradicionais, presas ao tempo lógico, condição que torna possível o que Lima (1992, p.100) irônica e providencialmente chamou de viagens *spielberguianas*, ou seja, mudanças intertemporais no processo de alocação de recursos entre projetos alternativos, numa economia empresarial o tempo é assumido enquanto fenômeno

[21] Como adverte Keynes (1936, p.107): *"O fato de que as hipóteses da situação estática estão, quase sempre, subjacentes na teoria econômica contemporânea conduz a uma grande dose de irrealismo."*

unidirecional (tempo histórico), na direção passado-futuro, tempo enquanto espaço com sucessão, de tal modo que a distribuição de probabilidades de eventos passados se mostra insuficiente para a realização de previsões totalmente seguras e acertadas.

Numa economia empresarial prevalece, então, a condição de irreversibilidade do tempo histórico, o que contribui para tornar inadequada a noção de tendência ao equilíbrio e de propensão do sistema a dele não sair (MOORE, 1984). As decisões empresariais são orientadas por expectativas de curto prazo, atinentes ao custo da produção em diversas escalas e ao preço de demanda desta produção; e de longo prazo, relacionadas às rendas esperadas oriundas do acréscimo ao estoque de capital[22]. Expectativas em relação a um futuro incognoscível, não-probabilístico e, por isso, sujeitas a oscilações constantes ao longo do tempo, explicam as flutuações do investimento e, ao cabo, da demanda efetiva. Isto porque, a despeito de, geralmente, o estado de expectativas a longo prazo ser estável, afirma Keynes (1936, p.118):

> [...] as decisões humanas que envolvem o futuro, sejam elas pessoais, políticas ou econômicas, não podem depender da estrita expectativa matemática, uma vez que as bases para realizar semelhantes cálculos não existem e que o nosso impulso inato para a atividade é que faz girar as engrenagens, sendo que a nossa inteligência faz o melhor possível para escolher o melhor que pode haver entre as diversas alternativas, calculando sempre que se pode, **mas retraindo-se, muitas vezes, diante do capricho, do sentimento ou do azar**. [grifo nosso]

Cumpre salientar, contudo, que os efeitos instabilizadores da incerteza sobre as decisões de investimento são passíveis de serem atenuados por comportamentos convencionais, baseados nas atitudes e expectativas da maioria dos agentes e supondo que as condições correntes permanecerão constantes ao longo de certo interregno, a não ser que existam razões capazes de mudar o estado vigente de expectativas[23]. Contudo, a mesma convenção que em determinados momentos pode funcionar como uma espécie de antídoto contra a incerteza, evitando transformar a anarquia da produção em caos, pode se mostrar incapaz de evitar movimentos de instabilidade sistêmica, podendo inclusive potenciá-los. Isto porque a convenção se encontra sujeita a modulações súbitas e inesperadas, ante seus fundamentos vulneráveis à temporalidade histórica e,

[22] São as diversas expectativas, de curto e longo prazo, que segundo Keynes (1936, p.44) determinam o volume de empregos ofertado pelas empresas. Não menos importante, deve-se destacar que tais rendas esperadas são sujeitas a oscilações intermitentes, especialmente sob contexto de mercados financeiros organizados (KEYNES, 1936, p.111).

[23] Seguindo o esquema proposto por Dequech (2003, p.156), pode-se assumir o estado de expectativas como uma espécie de guia para a ação prática dos atores econômicos, sendo determinado pela confiança, de um lado, e pelas expectativas, de outro. O estado de expectativas constitui, então, um dos principais elementos condicionantes do processo de tomada de decisão.

por isso, frágeis (KEYNES, 1936; KEYNES, 1937c; POSSAS, 2003). De acordo com Keynes (1936, p.113):

> Uma avaliação convencional, fruto da psicologia de massa de grande número de indivíduos ignorantes, está sujeita a modificações violentas e consequência de repentinas mudanças na opinião suscitada por certos fatores que na realidade pouco significam para a renda provável, já que essa avaliação carece de raízes profundas que permitam sua sustentação. Em períodos anormais em particular, quando a hipótese de uma continuação indefinida do estado atual dos negócios é menos plausível do que usualmente, mesmo que não existam motivos concretos para prever determinada mudança, o mercado estará sujeito a ondas de sentimentos otimistas ou pessimistas, que são pouco razoáveis e ainda assim legítimos na ausência de uma base sólida para cálculos satisfatórios.

Ou ainda, nos termos de Belluzzo e Almeida (1990, p.64) ao se referirem a uma economia capitalista ou empresarial:

> [...] os produtores privados estão escravizados à ditadura do futuro e só lhes resta acreditar, adivinhando o que os outros imaginam, que o futuro é a reprodução do presente. Esta convenção só pode se manter de forma precária. Quando o futuro não confirma o presente, o dinheiro que servia de mero veículo para a valorização do estoque de riqueza e liquidação dos contratos pelo valor antecipado – através da produção e da venda de mercadorias – torna-se um objeto perturbador.

Do que foi exposto decorre, pois, que a incerteza em relação ao futuro impõe aos agentes a necessidade de compor portfólios que contemplem moeda e/ou ativos com alto grau de liquidez, seja para viabilizar proteção contra o surgimento de obrigações inesperadas e erros de previsão, ante a incerteza em relação ao futuro (motivo precaucional de demanda por moeda), seja para viabilizar operações especulativas com ativos físicos, monetários e financeiros (motivo especulação de demanda por moeda) pelos atores econômicos. Isto porque o estado geral de confiança, que segundo Dequech (1999b) depende das expectativas e da confiança nas próprias expectativas, mostra-se suscetível a mudanças bruscas e imprevisíveis. Logo, passa a ser racional reter moeda para desfrutar dos prazeres decorrentes do atributo reserva de valor. A moeda, pois, converte-se num tranquilizante capaz de neutralizar os dissabores provocados aos possuidores de riqueza pela reversão do estado de convenção prevalecente, conforme ironicamente sustentou Keynes (1937c). As expectativas constituem elemento central na hipótese de equilíbrio com subemprego[24].

[24] Desta forma, *ceteris paribus*, uma redução de preços e salários, não obstante poder exercer um impacto redutor sobre a taxa de juros de curto prazo, ao ensejar expectativas pessimistas em relação ao futuro por parte dos agentes, concorre no sentido de aprofundar o problema do desemprego, ao invés de contorná-lo, constituindo elemento capaz de inviabilizar a sustentação da condição de *market clearing* em todos os mercados. Keynes (1936), assim, rompe com a estrutura de análise walrasiana (LIMA, 1992, p.34).

Em razão disso, ademais, os contratos devem ser concebidos enquanto importante instrumento no sentido de organizar a produção e as transações econômicas, operações que envolvem tempo. O contrato constitui expediente a partir do qual se busca reduzir a incerteza em relação ao futuro, a despeito de não eliminá-la – ante a inexistência de contrato ótimo –, além de atribuir viabilidade de operação a um sistema em que, diferentemente de uma economia cooperativa, a remuneração dos fatores de produção não é dividida em proporção previamente acordada entre os membros participantes do processo. Um empresário estabelece as condições salariais pactuadas com seus empregados sob a forma contratual, da mesma forma como procede em relação às condições de entrega e aos preços dos produtos com seus fornecedores. E diante da possibilidade do não cumprimento por uma das partes envolvidas, o Estado impõe a execução das cláusulas contratuais (DAVIDSON, 1972).

Com efeito, uma economia empresarial constitui um sistema regido por contratos estabelecidos em unidades monetárias e legalmente exigíveis, de sorte a respaldar as funções da moeda – unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor (MOORE, 1984). Não obstante, cumpre observar que ao mesmo tempo em que os contratos atribuem operacionalidade à máquina capitalista, concorrem no sentido de limitar a mobilidade de recursos entre diferentes opções de investimento e, consequentemente, agravar a condição de irreversibilidade do tempo histórico. Os contratos podem, ainda, problematizar a postura financeira dos agentes, ante as restrições que as obrigações contratuais colocam à gestão estratégica de balanço dos atores econômicos. Portanto, se por um lado os contratos reduzem a incerteza prevalecente numa economia empresarial, por outro agravam os impactos oriundos da irreversibilidade do tempo histórico, além de concorrerem no sentido de complexificar as decisões estratégicas dos atores econômicos no que compreende a gestão de seus direitos e de suas obrigações (DAVIDSON, 1994; MINSKY, 1986).

O quarto princípio, umbilicalmente articulado com o anterior, posto que torna a incerteza estrutural e a diferencia do conceito de risco[25], corresponde ao **princípio da não-ergodicidade**[26]. De modo geral, isto significa que estimativas calculadas a partir de dados passados são insuficientes para antecipar as condições que irão prevalecer no futuro, ou seja, o futuro pode ser

[25] Em poucas palavras, segundo Davidson (1994, p.88), *"Risk can, by probability statements, be reduced to an actuarial certainty, uncertainty can not. Classical theorists fail to detect this crucial difference."*. Sobre a diferença entre risco e incerteza, ver ainda Cardim de Carvalho (1992a, p.54-71) e Ferrari Filho e Araújo (2000).

[26] Dequech (1999b) argumenta que embora suficiente, a não-ergodicidade não constitui condição necessária para a incerteza estrutural, visto que a falta de algum conhecimento já se faz suficiente para instituir um quadro de incerteza estrutural, que pode assumir diferentes graus.

diferente do passado e do presente. As decisões são tomadas num ambiente em constante mutação, ao invés de estático e não sujeito ao tempo histórico. Logo, os eventos passados e correntes são insuficientes para fornecer parâmetros confiáveis para viabilizar o conhecimento completo *ex-ante* acerca dos resultados vindouros das decisões tomadas no período corrente[27] (DAVIDSON, 1994; DAVIDSON, 2002).

Davidson (1994, p.90) salienta, contudo, que se faz importante não confundir um processo estocástico ergódigo com um processo estocástico estacionário. Para ele, um processo estacionário pode ser não-ergódigo, desde que as probabilidades calculadas de dados passados se mostrem insuficientes para fornecer uma estimativa confiável de qualquer evento numa data específica futura. Isto porque num processo não-ergódigo de realizações finitas, diferentemente de um processo ergódigo, médias de tempo e espaço não apresentam tendência para a convergência. Ou seja, embora as distribuições de probabilidades dos valores médios estimados não mudem com o período do calendário histórico sob observação (condição de estacionariedade), nada garante que as condições que irão vigorar no futuro serão iguais àquelas que prevaleceram no passado[28].

Eventos futuros podem ocorrer de forma totalmente independente dos acontecimentos pregressos, pois o futuro passa a ser transmutável a partir de ações humanas e institucionais. Isto significa que o conceito de probabilidade mostra-se insuficiente para desvendar o futuro, visto que transcende a cadeia lógica envolvida num dado conjunto de proposições. As decisões econômicas envolvem não apenas a lógica formal, mas também a lógica humana, considerando que, normalmente, o conjunto de premissas observadas para a tomada de decisão se apresenta insuficiente para atribuir certeza a uma determinada proposição, demandando a criação de premissas adicionais atinentes a condicionantes de ordens subjetivas (LIMA, 1992; CARDIM DE CARVALHO, 1992a, p.65).

Numa economia monetária da produção, o processo de decisão será influenciado por fatores objetivos e subjetivos, de modo que projetos de mais longo termo serão mais vulneráveis

---

[27] Nos termos de Davidson (2002, p.50-51): *"Invoking the ergodic axiom means that the outcome at any future date is merely the statistical shadow of events that have already occurred; the future is written in today's historical 'evidence'."*

[28] De acordo com Cross (1993), contudo, testes de raiz unitária e de cointegração oferecem *insights* sobre a natureza de certos fenômenos macroeconômicos, não sendo inteiramente conflitante, ao seu entendimento, com a visão pós-keynesiana. Para uma crítica, ver Davidson (1993).

aos efeitos da incerteza. O ato de transportar as condições presentes e passadas de unidades particulares e da economia para o futuro representa apenas uma das inúmeras possibilidades de se estimar o comportamento médio dos agentes no período vindouro. É neste sentido que a previsão é sujeita a mudanças violentas e inesperadas (MINSKY, 1975). Keynes (1936, p.110) deixou isso muito explícito ao afirmar que:

> O fato de maior importância é a extrema precariedade da base do conhecimento sobre o qual temos que fazer os nossos cálculos das rendas esperadas. O nosso conhecimento dos fatores que regularão a renda de um investimento alguns anos mais tarde é, em geral, muito limitado e, com frequência, desprezível. Se falarmos com franqueza, temos de admitir que as bases do nosso conhecimento para calcular a renda provável dentro de dez anos de uma estrada de ferro, uma mina de cobre, uma fábrica de tecidos, a aceitação de um produto farmacêutico, um navio transatlântico ou um imóvel no centro comercial de Londres pouco significam e, às vezes, a nada levam. De fato, aqueles que tentam, com seriedade, fazer um cálculo desta natureza constituem uma pequena minoria, cuja conduta não chega a influenciar o mercado.

Neste sentido, da mesma maneira que o passado não pode ser mudado, o futuro não pode ser conhecido com um grau de certeza totalmente confiável até que se realize, torne-se presente (EICHNER e KREGEL, 1975; ARESTIS, 1988; DAVIDSON, 1994). Logo, a incerteza estrutural acerca do futuro confere racionalidade ao ato de reter dinheiro e/ou manter ou comprar ativos altamente líquidos, uma vez que a moeda ou a possibilidade de conversão imediata de ativos em dinheiro protege seu detentor contra o desconhecido. Nos termos de Minsky (1975, p.73): *"The possession of money – and of financial assets that are near monies, i.e., savings accounts, certificates of deposits, etc. – acts as "insurance" against the economy, or particular markets, behaving in an inappropriate way."*

Por sua vez, a incerteza em relação a um futuro desconhecido, induz a um comportamento interdependente dos atores econômicos numa economia empresarial. Isto porque a decisão de um agente é influenciada pelas decisões dos demais, uma vez que seu principal objetivo consiste em antecipar a psicologia coletiva do mercado. Keynes (1936, p.114-15), ao discutir o estado da expectativa a longo prazo, afirmou:

> Para variar um pouco de metáfora, o investimento por parte dos profissionais pode ser comparado aos concursos organizados pelos jornais, onde os participantes têm de escolher os seis rostos mais belos entre uma centena de fotografias, ganhando o prêmio o competidor cuja seleção corresponda, mais aproximadamente, à média das preferências dos competidores em conjunto; assim, cada concorrente deverá escolher não os rostos que ele próprio considere mais bonitos, mas os que lhe parecem mais próprios a reunir as preferências dos outros concorrentes, os quais encaram o problema do mesmo ponto de vista. Não se trata de escolher os rostos que, no decorrer de cada um, são realmente os mais lindos, nem mesmo aqueles que a opinião geral considere realmente como tais.

> Alcançamos o terceiro grau, no qual empregamos nossa inteligência em antecipar o que a opinião geral espera que seja a opinião geral. E há pessoas, segundo creio, que vão até o quarto e o quinto grau, ou mais longe ainda.
> [...] O investimento baseado nas previsões autênticas a longo prazo é hoje tão difícil que mal pode ser posto em prática. Os que tentarem fazê-lo poderão estar certos de passar dias de trabalho muito intenso e de correr riscos muito maiores que os que tentam adivinhar as reações do público melhor que o próprio público; e, dada igual inteligência, eles podem cometer erros muito mais desastrosos.

Portanto, as ações de um agente dependem das ações que serão tomadas pelos demais atores econômicos, envolvendo uma multiplicidade de fatores de influência que indetermina o resultado econômico do comportamento coletivo a partir da lógica da razão. Por este motivo, num ambiente marcado pela incerteza estrutural as distribuições de probabilidades são normalmente desconhecidas e, ao cabo, insuficientes para assegurar a antecipação de eventos futuros a partir de parâmetros estritamente objetivos. Ou, como diz Dequech (1999b), a insuficiência de conhecimento impede a estruturação de uma distribuição de probabilidade única, aditiva e totalmente confiável. Neste contexto, as decisões dos agentes se tornam interdependentes. Tais vetores concorrem para instituir o problema de regressão infinita no processo de estruturação das expectativas dos atores econômicos, que nos termos de Oreiro (2000, p.180-81) corresponde a:

> [...] uma situação na qual os agentes econômicos devem formar expectativas a respeito das expectativas dos demais agentes, as quais dependem, em larga medida, das expectativas dos primeiros e assim sucessivamente. Esta indeterminação torna impossível a definição de uma distribuição de probabilidades – objetiva ou subjetiva –, a respeito dos eventos futuros.

Em resumo, numa economia empresarial o futuro passa a ser trabalhado sob a égide da incerteza estrutural, ou seja, num contexto onde as decisões dos atores econômicos são realizadas num contexto em que a distribuição de probabilidade é desconhecida, tornando a previsão dos fluxos de rendas futuras de um determinado projeto de investimento inevitavelmente imprecisa. Trata-se, pois, de um sistema exposto ao tempo e situado num determinado contexto histórico, onde somente o passado e o presente são conhecidos.

Cumpre salientar, contudo, que a assunção do princípio da não-ergodicidade, que decorre de um processo social em constante transformação (não-determinístico), onde as inovações são inevitáveis e intermitentes e, por isso, produzem mudanças nos parâmetros da distribuição populacional, não implica a impossibilidade de captar e identificar certas regras de comportamento, haja vista a observância de condutas convencionais por parte dos atores

econômicos. Significa, apenas, que num contexto em que se processam ações humanas irreplicáveis, como as decisões de investimento orientadas por expectativas de longo prazo, a lógica humana da convicção não raro se sobrepõe à lógica formal da probabilidade, tornando a indução impossível e, por extensão, inviável a utilização da premissa da ergodicidade numa economia empresarial (CARDIM DE CARVALHO, 1992a, p.69).

Outro fundamental princípio de uma economia empresarial diz respeito ao que pode ser chamado de **princípio da anarquia da produção**[29]. Conforme advertiu Keynes (1979, p.76-77), diferentemente de uma economia cooperativa, em que os fatores de produção são remunerados a partir de parcelas predeterminadas do produto dos esforços cooperativos de seus membros, numa economia empresarial inexiste qualquer mecanismo que garanta a remuneração dos fatores de produção em proporções equânimes aos esforços produtivos de cada um de seus participantes. Trata-se, pois, de um sistema em que prevalece o que pode ser denominado de anarquia da produção, ou seja, o processo de produção de bens e serviços é realizado por produtores independentes, além de ser fragmentado e ser pautado sob a égide da divisão social do trabalho.

As decisões de produção são descoordenadas no tempo e no espaço, condição que possibilita a ocorrência de descompassos entre as receitas esperadas e as efetivamente obtidas com as vendas dos produtos e serviços produzidos pelas empresas, posto que as decisões de investimento são responsivas às expectativas individuais dos homens de negócios[30]. O desajustamento das decisões dos atores econômicos que regem a orquestra de uma economia empresarial abre a possibilidade para crises e perdas. Daí resulta, pois, a necessidade de as economias modernas contarem com arcabouços institucionais de socialização de prejuízos e redução dos riscos envolvidos nas decisões de inversão.

Outro princípio que pode ser adicionado aos já discutidos, diz respeito ao **princípio da endogenia da oferta de moeda**.

Em sua principal obra, Keynes (1936) trabalhou com a hipótese de estoque de moeda com um dado da economia, o que não significa assumi-la como sendo constante (SAWER, 2006). Keynes (1930a; 1930b) revelou a capacidade de criação de moeda pelos bancos em seu *Treatise*,

[29] Cardim de Carvalho (1992a, p.47) se refere ao **princípio da coordenação**.
[30] Por isso, afirma Studart (1992, p.49): *"[...] the entrepreneur economy is essentially a forward-looking system."*

publicado cinco anos antes[31]. Afirmou, depois da publicação de sua *General Theory*, que sua análise não estava baseada na condição de oferta monetária constante e determinada exogenamente (determinada pelo banco central)[32]. Não há, ademais, qualquer passagem em sua principal obra que mostra ter havido uma mudança de ideia em relação à capacidade do bancos criarem moeda (MACEDO E SILVA, 2008). Não obstante, Keynes (1936) não incorporou em sua principal obra o sistema bancário, e isso certamente se deve ao fato de que a incorporação dos bancos dificultaria a estruturação de um modelo simples e com alta precisão de determinação do emprego e da renda, conforme assinala oportunamente Macedo e Silva (2008, p.261) – especialmente no âmbito da política monetária, cujo grau de eficiência depende fortemente da interação entre o banco central e os bancos.

Como ironicamente expõe Davidson (1994, p.135-36; 1972, p.147), dinheiro não entra no sistema como maná do céu, tampouco jogado de helicóptero. De modo que o aumento da oferta de moeda pode decorrer, de um lado, de uma política expansionista empenhada pela autoridade monetária a partir do manejo de seus instrumentos e, de outro, das necessidades de negócios atendidas pelos bancos, caso estes últimos desejem.

Conforme assinala Keynes (1930a), o estabelecimento do hábito de apenas a transferências de direito de se dispor de meio de pagamento satisfazer o público, dispensando a necessidade de conversão em dinheiro propriamente dito (moeda estatal) – hábito este conquistado pela confiança da sociedade nos bancos –, fez com que estas instituições passassem a trabalhar com o denominado sistema de "reservas fracionárias". Isto é, pelo fato de a obrigação emitida pelo banco contra si próprio servir como forma de meio de pagamento aceita de forma generalizada (moeda escritural), os bancos precisam dispor apenas de uma fração de seus depósitos sob a forma de reservas (daí o termo, "reservas fracionárias"), dado que sob condições normais apenas uma parcela dos depositantes irá exigir, ao mesmo tempo, a conversão da moeda escritural ou bancária em moeda manual. Esta condição oferece a estas instituições "emprestarem

[31] Conforme oportunamente lembram Fontana e Realfonzo (2005, p.3), a critica à teoria quantitativa da moeda já havia sido feita por Wicksell em seu livro "Juros e Preços", de 1898, a partir da hipótese de uma oferta de moeda endógena, derivada de seu modelo de crédito puro. Tal modelo foi mais tarde, inclusive, desenvolvido por Myrdal, Lindahl, Ohlin e Lundberg. Em 1912, Shumpeter estruturou um arcabouço teórico pautado nos bancos enquanto criadores de moeda, além de moeda enquanto uma instituição social. Inclusive D. Robertson, em seu "*Banking policy and the price level*", de 1926, sugeriu a criação de um modelo alternativo de sistema monetário e salários. O próprio Keynes (1930a; 1930b), por seu turno, realizou um esforço intenso acerca da capacidade de criação de moeda pelos bancos.

[32] Keynes (1973, p.232, nota 1).

mais do que possuem", tornando-as capazes de criar poder de compra novo mediante uma simples operação de balanço[33]. Os bancos são capazes, pois, de emitir um passivo (depósito à vista) que pode ser usado para a liquidação de dívidas (DAVIDSON, 1972, p.157).

Chick (1994) mostrou que o desenvolvimento contínuo do sistema bancário o conduziu de uma situação de mero receptor de poupança, dependente de depósitos para constituir reservas e, ao cabo, emprestar (estágio I), para outra muito mais avançada em que os bancos administram ativamente não apenas o lado esquerdo de seus balanços, mas também seus passivos (estágio V). No estágio V do desenvolvimento do sistema bancário, essas instituições são capazes não apenas de acomodar a demanda por empréstimos (estágio IV), como de incitar o endividamento dos demais atores econômicos, ou seja, os bancos passam a buscar ativamente novas oportunidades de empréstimos, ratificando a função de empretador de última instância do Banco Central. Destarte, a sequência causal deixa de ser $\Delta L^d = \Delta L \rightarrow \Delta D \rightarrow \Delta R$ (estágio IV), para se tornar $\Delta L^s = \Delta L \rightarrow \Delta D \rightarrow \Delta R$ (estágio V), sendo ΔL^d = demanda por empréstimos, ΔL^s = oferta de empréstimos, ΔL = volume efetivo de novos empréstimos, ΔD = depósitos e ΔR = reservas. Por isso, Chick (1994, p.18) conclui acertadamente que: *"[...] a teoria da oferta de moeda deve ser uma teoria da política dos bancos, com as autoridades atuando – se atuarem – através das taxas de juros."*

A possibilidade de criação de moeda pelos bancos decorre, pois, da aceitação dos depósitos à vista enquanto meio de pagamento[34]. Não menos importante, cumpre registrar que os bancos criam depósitos entre si. Isto porque um indivíduo que saca de uma determinada instituição e deposita em outra, está cancelando um depósito e criando outro, de modo que um banco estará continuamente recebendo direitos contra outros bancos e cumprindo direitos de outros bancos. Ao depósito criado em um banco, cuja contrapartida se refere ao cancelamento do mesmo em outro banco, denomina-se "criação passiva de depósitos". Por outro lado, a criação de

[33] Para uma abordagem didática e histórica sobre o processo de criação de moeda pelos bancos, ver Galbraith (1983).

[34] Para o objetivo ora estabelecido, pois, importa destacar que o sistema de reservas fracionárias abre a possibilidade de os bancos criarem depósitos contra si próprios, de forma endógena. E fazem isto a partir da concessão de empréstimos ou adiantamentos, mediante uma simples operação contábil. Um banco concede crédito mediante o lançamento da quantia emprestada no ativo, sob a rubrica "operações de crédito", e no passivo, sob a rubrica "depósito à vista". Nesta operação, o banco expandiu os meios de pagamento disponíveis na economia por meio da criação de moeda escritural.

depósito proveniente da emissão de obrigações contra si próprios corresponde à "criação ativa de depósitos" [35] (KEYNES, 1930a, p.21).

Admitir o caráter endógeno da oferta monetária, decorrente da capacidade de os bancos expandirem os meios de pagamento a partir de uma simples operação contábil, mostra-se fundamental para apreender a complexidade de uma economia empresarial[36]. De um lado, este princípio concorre no sentido de rejeitar a hipótese de que existe uma tendência natural das economias ao equilíbrio com pleno emprego, bem como a de que a velocidade-renda de circulação da moeda se mostra estável e independente da taxa de juros. De outro, permite captar o caráter intrinsecamente instável das economias capitalistas, revelando que a estrutura financeira subjacente ao sistema é determinada por ondas de inovações financeiras decorrentes das respostas dos bancos às restrições impostas pela autoridade monetária[37], além de inverter a relação causal convencional entre moeda e preços. A capacidade de criação autônoma de dinheiro pelos bancos impõe limites à gestão da moeda e do crédito (ROUSSEAS, 1986, p.73). Conforme argumenta Palley (1996, p.126): *"[...] endogenous finance helps explain how capitalist economies with well developed financial sector are able to circumvent the monetary constraint that central banks seek to impose."*[38]

---

[35] Em nota de rodapé, Keynes (1930a, p.21) recorrendo ao Prof. C. A. Phillips, também denomina tais depósitos de depósitos derivativos (*derivative deposits*). Já para a criação passiva, o autor utiliza o termo depósitos primários (*primary deposits*).

[36] Embora, faz-se importante registrar, o princípio da endogenia da oferta de moeda não constitui condição indispensável para o princípio da demanda efetiva, a despeito de poder reforçá-lo. Isto porque, para que exista crise de demanda efetiva, basta a existência de dinheiro, um ativo cujo principal prêmio seja a liquidez (MEIRELLES, 1998, p.122 e p.171).

[37] Condição que potencia a hipótese de variação da velocidade de circulação da moeda (V = PY/M) ao longo do tempo, ante as inovações financeiras processadas no âmbito do sistema financeiro. Isto porque além de depender da produção, dos hábitos do público, do custo de oportunidade de se manter saldos monetários ociosos e da taxa de juros, V depende da estrutura institucional do sistema financeiro, particularmente no que se refere à sua capacidade de empenhar inovações. Logo, em função das inovações financeiras, V pode sofrer variações ainda mais pronunciadas, pois são capazes de alterar a disponibilidade de crédito e de recursos a partir de fontes convencionais. Logo, um aumento da taxa de juros, além de *per se* implicar um aumento de V, ao induzir o desenvolvimento e empenho de inovações financeiras, tende a reforçar o impacto sobre V. A curva de V, positivamente inclinada no espaço taxa de juros versus V, então, pode ser deslocada, sob uma dada taxa de juros, pela introdução de inovações financeiras (ROUSSEAS, 1986, p.92-93; FIOCCA, 2000, p.105; MINSKY, 1975).

[38] É importante frisar, contudo, que por "*endogenous finance*" Palley (1996) se refere não apenas ao fornecimento de *finance* pelo sistema bancário, mas à oferta de financiamento de todo o sistema financeiro. Isto porque, conforme sugeriu Keynes (1937a; 1937b), a demanda por *finance* não se restringe à demanda por crédito bancário, envolvendo todas as possibilidades de obtenção de recursos que não implique elevação da taxa de juros, como venda de ativos financeiros nos mercados secundários, por exemplo. Nesta parte do trabalho, contudo, atribuí-se destaque ao processo de criação de moeda pelos bancos, posto que seu objetivo consiste justamente em voltar os olhos para o papel dos bancos numa economia empresarial. Não deixa de ser procedente e sugestiva, contudo, a abordagem de Palley (1996).

Um sistema que conta com os princípios acima aludidos se mostra, pois, inexoravelmente sujeito a recorrentes **flutuações da demanda efetiva**. Esta foi uma das grandes contribuições de Keynes (1936) para a teoria econômica, pois mostrou que a instabilidade das decisões investimento constitui a *causa causans* das flutuações dos níveis de produto e emprego[39]. Como são as decisões de gasto, ao invés de poupança, que determinam os níveis de produção e emprego, um aumento da preferência do público por moeda e ativos líquidos pode gerar insuficiência de demanda efetiva, não passível de ser contornada de forma automática pelas livres forças de mercado. Keynes (1936), assim, dissocia o ato de poupar do ato de consumo futuro, donde o aumento da propensão a entesourar irá afetar adversamente a rentabilidade esperada do investimento – pois este depende do consumo futuro. Segundo Keynes (1936, p.149): *"Um ato de poupança individual significa – por assim dizer – uma decisão de não jantar hoje, mas não implica, necessariamente, a decisão de jantar ou de comprar um par de sapatos daqui a uma semana ou um ano, ou de consumir uma coisa específica numa data especificada."*[40]

Então, é nesse ambiente econômico, assentado nesses seis princípios mutuamente articulados, que os atores econômicos tomam suas decisões. É neste mundo não-probabilístico e sujeito a crises de demanda efetiva, onde os agentes ora optam por maior grau de liquidez, ora por maior prêmio por sua renúncia (taxa de juros), é que os agentes processam suas decisões de gasto, emissão de dívidas e alocação de portfólio. Trata-se, pois, de uma economia monetária da produção, ao invés de uma simples economia cooperativa, de trocas simples. Enquanto nesta última não existe nenhum ativo cujo prêmio de liquidez seja superior ao seu custo de carregamento, numa economia monetária da produção este bem passa a existir: é a moeda. Num ambiente de alta incerteza, a moeda constituirá objeto de retenção não apenas pelos agentes não-bancários, mas também e principalmente pelos próprios bancos, atribuindo dificuldade às condições de refinanciamento e liquidez do sistema.

O investimento depende das expectativas de retorno dos empresários, bem como do comportamento das instituições que podem viabilizar a transformação do espírito animal dos homens de negócios em realidade objetiva de investimento, os bancos. Emoção e cultura

---

[39] Por esta razão, Keynes afirmou que (1979, p.85): *"[...] is a characteristic of an entrepreneur economy as distinguished from a co-operative economy."*

[40] Ou seja, o ato de poupar, ao invés de acelerar, implica uma desaceleração do ritmo de acumulação capitalista, ante a diminuição líquida da demanda corrente – que, por seu turno, pode inclusive reduzir o rendimento provável do investimento, ante o efeito que a diminuição da demanda efetiva provoca sobre as expectativas de rendas futuras, reduzindo também o volume de investimento.

empresarial são elementos fundamentais para as decisões de investimento em uma economia empresarial (DAVIDSON, 1991a; 1991b). Neste sistema o processo decisório exige percepção e faro, artifícios subjetivos que extrapolam a lógica formal para enfrentar o indecifrável e dele obter lucros. A despeito da utilização de todos os instrumentos possíveis a partir de parâmetros formais e racionais, nada garante que a receita esperada agregada seja superior aos custos agregados em termos monetários quando o bem ou serviço produzido for escoado para o mercado. Por isso, argumenta Shackle (1976, p.44):

> El hombre de negocios está condenado a meter la mano, interminablemente, en un barril sin fondo. Si trata de hacer una lista de cosas distintas especificadas que pueden ocorrir (inclusive hasta alcanzar algún horizonte de tiempo práctico más allá del cual no valga la pena tomar nada en consideración) a consecuencia de qualquier acción de su parte, en resumidas cuentas se le acabará el tiempo para llevar a cabo su compilación, se dará cuenta de que esta tarea no tiene fin y se verá empujado a terminar su lista con una hipótesis residual, un reconocimiento de que puede ocorrir qualquiera de las cosas que há enumerado, y también cualquiera de las demás cosas en las que no ha pensado y que no ha podido contemplar antes de que llegase la fecha definitiva de la decisión: una caja de Pandora de posibilidades que queda fuera de toda formulación.

2.2.1 Considerações adicionais sobre a endogenia da oferta de moeda

O dinheiro constitui, ao mesmo tempo, um bem público, uma vez que atribui operacionalidade ao sistema de pagamentos da economia, e objeto de desejo humano, de enriquecimento privado e, por isso, passível de ser retido pelo público (BELLUZZO, 2003). Mas, além de poder ser retido pelo público, o dinheiro também pode ser emitido por atores privados, os bancos, donde deriva a peculiaridade destas instituições numa economia empresarial. O dinheiro criado pelos bancos, como explicou Keynes (1930a, p.5) logo no início de seu *Treatise*, nada mais é do que uma expressão de um contrato privado, regulado pela autoridade monetária e usado para a liquidação de outros contratos privados. Por um lado, isso aumenta a agilidade e a eficiência do sistema monetário. Por outro, torna passível a emissão de moeda (escritural) pelos bancos – atores que embora subordinados à autoridade monetária, podem não seguir suas determinações.

Um banco, portanto, pode emprestar um múltiplo dos recursos nele depositados pelos seus clientes, donde parte de sua criação ativa de depósitos é transferida para outros bancos, pois uma parcela dos agentes que tomam crédito num determinado banco irão transferir os seus respectivos direitos de propriedade para outros bancos. De igual modo, nem todos aqueles que venderam ativos a um determinado banco irão optar pela manutenção de tais direitos de propriedade

naquela mesma instituição. Os bancos aprofundam as relações de débito e crédito da economia, o que permite inflar o valor da riqueza e facilitar o endividamento dos agentes sob determinados contextos. Por isso, não há como se pensar a 'instituição moeda' sem a existência dos bancos, da moeda escritural (MINSKY, 1986).

Deve-se salientar, contudo, que o lastro último da moeda privada numa economia empresarial vem a ser justamente a confiança do público na moeda estatal, embora em "tempos normais" a moeda bancária disponha do mesmo status da moeda central (BELLUZZO, 2004, p.12). Para que a moeda emitida pelos bancos opere como meio de pagamento, três condições são necessárias, conforme explica Davidson (1994, p.104): a) a dívida privada deve ser expressa em termos monetários; b) a instituição de compensação para esses contratos deve ser desenvolvida; e c) a crença de que a moeda bancária seja passível de, a qualquer tempo, ser convertida em moeda estatal. Diante de dúvidas do público em relação à capacidade de os bancos honrarem seus compromissos, os agentes (e os próprios bancos) correm para a moeda estatal, ensejando os problemas ocasionados pela nula elasticidade de substituição do dinheiro manual, de curso forçado.

Neste sentido, entendemos não ser negligenciável a propriedade de inelasticidade de substituição da moeda numa perspectiva intertemporal, mesmo sob contexto de criação de moeda endógena pelos bancos e de existência de ativos financeiros que cumprem a função de quase-moedas. Isto porque a moeda estatal se encontra situada numa posição hierarquicamente superior *vis-à-vis* às moedas privadas. Não obstante, a crise de confiança na moeda privada pode contagiar a própria moeda estatal, ante a possibilidade de o Banco Central se mostrar incapaz de conter a crise do sistema de pagamentos induzida por uma corrida bancária. Neste caso, considerando a existência de hierarquia monetária[41], os agentes tendem a converter seus ativos numa moeda que cumpre a função de reserva de valor em âmbito internacional, implicando um processo de crise de confiança e, por extensão, desmonetização, caos monetário e, no limite, destruição completa da ordem monetária. A violência da moeda, pois, torna-se manifesta (AGLIETTA e ORLÉAN, 1990, p.25-188).

[41] Keynes (1930a) deixou explícita a existência de hierarquia monetária ao estabelecer a diferença e a relação entre dinheiro estatal e dinheiro bancário. Sobre esta discussão, além de Keynes (1930a), ver Prates (2002) e Prates e Cintra (2008).

Já em relação à nula elasticidade de produção, entendemos que a capacidade de criação endógena de moeda pelos bancos, mediante uma operação estritamente contábil, não anula o princípio da propriedade da inelasticidade de produção da moeda, particularmente no que se refere à possibilidade de crises causadas por insuficiência de demanda efetiva, posto que tanto a moeda estatal, como a moeda privada, dispensa a contratação de trabalhadores para o aumento de sua produção. Como assinala Costa (1993, p.63):

> A manutenção do postulado de a moeda ter uma baixa elasticidade de produção deve ser somente no sentido de que é insignificante a resposta do volume de mão-de-obra dedicado a produzi-la diante de um aumento na quantidade de trabalho que se pode obter com uma unidade da mesma. Em outras palavras, os empresários não podem aplicar à vontade trabalho para produzir moeda em quantidades crescentes à medida que seu valor sobe. A moeda é um ativo não reprodutível via emprego direto; especificamente a moeda creditícia é um ativo que surge de uma relação contábil com um passivo, ou seja, depende da interação débito-crédito entre bancos e seus clientes (induzidos pelas expectativa de lucros), sob supervisão do banco central.

A capacidade de criação de dinheiro escritural pelos bancos não apenas se mostra insuficiente para impedir crises causadas por insuficiência de demanda efetiva[42], como pode operar inclusive no sentido de potenciá-las. Como consequência lógica, entendemos que o **princípio da endogenia da oferta de moeda** não revoga a principal conclusão que resulta do **princípio das propriedades da moeda**. Ou seja, quando as pessoas quiserem dinheiro, ao invés de bens reprodutíveis absorvedores de mão-de-obra, o aumento do desemprego será a resultante. Diante disso, o banco central geralmente procura acomodar a demanda do público por moeda, no intento de preservar o ritmo normal dos negócios e evitar uma espiral deflacionária. Por isso, Keynes jocosamente afirmou (1936, p.164):

> Quer isso dizer que o desemprego aumenta porque as pessoas querem a Lua; os homens não podem conseguir emprego quando o objeto de seus desejos (isto é, o dinheiro) é uma coisa que não se produz e cuja demanda não pode ser facilmente contida. O único remédio consiste em persuadir o público de que Lua e queijo verde são praticamente a mesma coisa, e a fazer funcionar uma fábrica de queijo verde (isto é, um banco central) sob o controle do poder público.

[42] Não é por acaso, portanto, que Keynes (1936) recomendava uma política fiscal expansionista para tirar a economia da depressão, ante os percalços existentes "entre a taça e os lábios..." que envolvem os mecanismos de transmissão da política monetária. Conforme destacado por Keynes (1936, p.125), a política de gasto público corresponderia a uma espécie de "produção de dinheiro por trabalhadores", necessária para conter a insuficiência de demanda efetiva. Daí a célebre proposição do autor (1936, p.96): *"Se o Tesouro se dispusesse a encher garrafas usadas com papel-moeda, as enterrasse em uma profundidade conveniente em minas de carvão abandonadas que logo fossem cobertas com o lixo da cidade e deixasse à iniciativa privada, de acordo com os bem experimentados princípios do laissez-faire, a tarefa de desenterrar novamente as notas [...], o desemprego poderia desaparecer [...]"*

Mas embora a assunção da hipótese de criação endógena de moeda pelos bancos lance as bases para potencializar as atividades especulativas, ela não invalida a tese de que alterações do grau da preferência pela liquidez dos agentes exercem impactos sobre a taxa de juros. Isto porque os bancos não acomodam passivamente a demanda do público por moeda. Reversões do estado geral de expectativas implicam modulações do grau de preferência pela liquidez de todos os atores econômicos, incluindo os bancos. Conforme salienta Chick (1993, p.340): *"O motivo lucro, quando se aplica aos bancos, atua no sentido de reforçar os altos e baixos das expectativas de negócios ao invés de atenuá-los."*

Logo, sob determinadas circunstâncias, nas quais as expectativas dos banqueiros são compatíveis com as dos mutuários, os bancos podem acomodar a demanda por crédito endogenamente, sem implicações em termos de alterações da taxa de juros. Diz-se, pois, que neste contexto e durante certo período a oferta de moeda pode ser considerada horizontal no espaço juros versus moeda. Contudo, este tipo de situação, passível de prevalecer nas fases de expansão do ciclo de negócios, não tende a se sustentar ao longo do tempo, indefinidamente, posto que uma reversão do estado geral de expectativas modifica o grau de preferência pela liquidez dos bancos.

Destarte, uma curva horizontal de oferta de moeda no espaço acima aludido não pode ser admitida numa perspectiva intertemporal, ou dinâmica, como prefere qualificar Rousseas (1986, p.83), ainda que o controle da taxa de juros pela autoridade monetária imponha uma postura acomodatícia no âmbito da oferta de reservas bancárias. O contrário implicaria assumir a condição de passividade tanto dos bancos, quanto da autoridade monetária, como destaca Freitas (1999b). Mas, cumpre reiterar, isto não significa que em determinados contextos e durante certo interregno a oferta de moeda não possa contar com alto grau de endogenia, quando não completa. Os bancos podem ou não sancionar os pedidos de empréstimos, a depender do grau de preferência pela liquidez desejado por estas instituições em dado momento[43].

Estas instituições podem reter liquidez, mesmo que o público a deseje, especialmente num ambiente de alta incerteza em relação ao futuro. Por isso, a oferta de crédito pelos bancos não

[43] As condições de oferta de moeda irão depender, portanto, do efeito combinado do grau de preferência pela liquidez desejado pelos bancos e das políticas empenhadas pelo Banco Central. Sobre o debate entre estruturalistas e horizontalistas, além dos trabalhos citados no corpo do trabalho, ver Cardim de Carvalho (1993, 1994, 1996), Costa (1992, 1994a, 1994b, 1999a e 1999b), Freitas (1999b); Fiocca (2000), Davidson (2002), Dow e Dow (1989), Dow (1997), Palley (1991) e Paula (2003b).

pode ser assumida como uma resposta passiva à demanda do público por empréstimos, conforme sustentam Kaldor (1985) e Moore (1988; 1989a; 1989b). Os bancos são instituições ativas que, na ânsia de acumular riqueza sob a forma monetária, assumem diferentes graus de preferência por liquidez ao longo do ciclo de negócios, os quais irão determinar sua política de empréstimos. Nos termos de Keynes (1937a, p.153-54):

> [...] São as "facilidades" financeiras, em larga medida, que regulam a marcha de novos investimentos. [...] É a oferta de financiamento disponível que, na prática, de vez em quando freia o lançamento de "novas emissões". Mas se o sistema bancário **decide tornar disponível** o financiamento e se o investimento projetado pelas novas emissões realmente ocorre, o nível apropriado de rendas será gerado e dele sobrará, necessariamente, um montante de poupança suficiente, na proporção exata, para fazer face ao novo investimento. O controle do financiamento é, na verdade, um método poderoso, porém por vezes perigoso, para regulamentação da taxa de investimento (embora seja muito mais poderoso quando usado como um freio que como um estímulo). **Contudo, esta é apenas uma outra maneira de expressarmos o poder dos bancos exercido através do seu controle sobre a oferta de dinheiro – isto é, sobre a liquidez**. [grifo nosso]

Em determinados contextos e durante certos períodos em que prevalecem expectativas favoráveis, os bancos podem acomodar endogenamente a demanda por dinheiro, ainda que isto implique uma manutenção temporária da velocidade de circulação da moeda. A curva de oferta de moeda pode ser horizontal, ainda que temporariamente, ante a capacidade de criação de moeda e de inovação pelos bancos (WRAY, 1990, p.92; MYNSKY, 1982, p.162-178). A acomodação da demanda por empréstimos pode se dar mediante a substituição de títulos públicos por títulos privados na carteira dos bancos, ainda que isso implique um aumento o grau de fragilidade financeira do sistema (MINSKY, 1975). Contudo, num ambiente de expectativas pessimistas a curva de oferta de moeda pode se tornar praticamente vertical, pois segundo Wray (1990, p.93): *"[...] banks become unwilling to meet the demand for loans so the money supply curve may remain steep throughout a downswing. […]"*

Para rejeitar a ideia da taxa de juros enquanto um fenômeno real dentro do *constructo* de sua TG, Keynes (1937a; 1937b) lançou mão do motivo *finance* de demanda por moeda, concernente à demanda por dinheiro para despesas planejadas, particularmente para aquisição de ativos instrumentais *ex-ante*. Embora o investimento seja igual à poupança *ex-post*, o investimento *ex-ante* requer uma provisão financeira antes mesmo de ocorrer, antes que se processe o efeito multiplicador a partir do qual a poupança correspondente é gerada. Ou seja, pode haver desequilíbrio entre investimento e poupança *ex-ante*, a despeito de sua inexorável

equivalência *ex-post*. Daí o trocadilho de Chick (1993), de que investimento e poupança são, ao mesmo tempo, diferentes e iguais[44].

Significa, então, que pode haver uma demanda antecipada de financiamento por parte das empresas antes mesmo da poupança existir. Este financiamento requerido, então, pode ser fornecido a partir de um fundo rotativo dos bancos, posto que os recursos oriundos dos investimentos já realizados o reabastece continuamente, tornando possível o financiamento para o investimento *ex-ante* sem qualquer alteração da quantidade de moeda existente, desde que o investimento esteja aumentando a uma taxa constante. Assegura-se, assim, o equilíbrio entre investimento e poupança *ex-ante*. Ou seja, o aumento da demanda por *finance* pode ser suportado por um fundo rotativo dos bancos, formando pelos depósitos decorrentes dos investimentos *ex-post*. Com efeito, a demanda por financiamento para atribuir viabilidade ao investimento *ex-ante* não implicará modulações diretas na taxa de juros, de maneira que esta última não será determinada pela igualdade entre oferta e demanda por fundos emprestáveis, hipótese que Keynes (1936) procurou refutar para desconstruir o edifício clássico[45]. Afirmam Belluzzo e Almeida (2002, p.49):

> Reproduzindo-se a mesma demanda de *finance*, esta encontrará o fundo anteriormente avançado pelos bancos já reconstituído, de forma que o motivo *finance* passa a ser neutro em seu possível efeito sobre a taxa de juros. Isto decorre, em outras palavras, de ser um "fundo rotativo" o avanço bancário para suprir a demanda de liquidez pelo motivo *finance*. Evidentemente, alterando-se a decisão de formar novo capital real ou ainda a decisão bancária de emprestar, recoloca-se o problema de liquidez/iliquidez do sistema. São os casos, por exemplo, de um aumento dos investimentos em capital fixo, como em um *boom* de investimento; ou de uma decisão empresarial de formar capital de giro ou capital líquido na expectativa de elevação da produção e das vendas.

Neste sentido, em contraposição à abordagem convencional, para Keynes (1936) a igualdade entre poupança e investimento *ex-post* se processa via efeito multiplicador da renda, ao

---

[44] A poupança *ex-ante* se refere à parcela da renda esperada que não será destinada ao consumo, enquanto o investimento *ex-ante* se refere ao investimento planejado, ainda não realizado. *Ex-ante*, portanto, refere-se às ações planejadas pelos atores econômicos, antes de se processar, portanto, o efeito multiplicador da renda (BOIANOVSKY, 1992, p.299). A introdução do tempo na análise econômica se mostra, pois, essencial para o entendimento das relações funcionais efetivas das variáveis econômicas agregadas. Ao mostrar que o futuro e o passado são coisas diferentes, permitiu dissociar as identidades *ex-post-facto* das relações causais *a priori*. Em particular, a abordagem *ex-ante* versus *ex-post*, pioneiramente inaugurada por Gunnar Myrdal em torno de 1931, mostrou-se muito funcional para Keynes (1937b) sustentar sua teoria da taxa de juros, embora não tenha utilizado-a em sua TG por ser, segundo o próprio autor, pouco funcional para uma análise de equilíbrio. Sobre as contribuições de Myrdal, bem como as estritas relações de sua obra com a de Keynes, ver Shackle (1991, p.92-125).

[45] Ao não fazer menção ao motivo *finance* de demanda por moeda em sua TG, a despeito de ter trabalhado a ideia em seu *Treatise*, Keynes (1937a; 1937b) o apresentou apenas nos debates subsequentes à publicação de sua obra principal.

invés de se dar a partir de modulações da taxa de juros. O aumento da taxa de juros, para uma dada eficiência marginal do capital, ao implicar uma redução do investimento, resulta uma diminuição da poupança agregada, ao invés de seu aumento. Por outro lado, supondo um aumento no investimento agregado, a renda aumenta num múltiplo do montante investido, o que garante a igualdade *ex-post* entre poupança e investimento, uma vez que, para uma dada propensão marginal a consumir (dCw/dYw), tem-se que $\Delta Yw = k\Delta Iw$, sendo k o multiplicador de investimento e $(1 - 1/k)$ a propensão marginal a consumir (PMgC). Por isso, quando maior a PMgC, maior será o multiplicador. Isso explica, então, o papel primordial do investimento nas flutuações do emprego e da renda numa economia empresarial, apesar de sua geralmente baixa participação na renda nacional, bem como o papel do investimento público para a superação do problema do desemprego[46]. A poupança agregada, então, é determinada pelo investimento, ao invés de sê-lo pela taxa de juros (KEYNES, 1936, p.85-92).

Cumpre salientar, ainda, que numa economia empresarial a taxa de juros não apenas constitui um fenômeno essencialmente monetário, no sentido de ser determinada no mercado monetário ao invés de sê-lo no mercado de empréstimos, ou, alternativamente, pela preferência pela liquidez *vis-à-vis* uma dada quantidade de moeda, como também cumpre um papel instabilizador no sistema, e não estabilizador[47]. A taxa de juros, enquanto um prêmio pela renúncia à liquidez, constitui o preço que equilibra a ânsia do público por manter riqueza sob a forma mais ou menos líquida com a disponibilidade de moeda. Por isso, Keynes (1937c) denominou a taxa de juros como "a medida do grau de nossa inquietação."

Decorre, assim, a importância da política monetária numa economia empresarial, pois ela se mostra capaz de produzir alterações na alocação de ativos dos atores econômicos e, por

[46] Além da expansão fiscal, outras medidas poderiam auxiliar a recuperação do emprego e da renda, a saber: a) redução da taxa de juros mediante a realização de uma política monetária expansionista, que estimulem as decisões de gasto dos agentes e; b) redistribuição da renda em favor da parcela da população com maior propensão ao gasto (KEYNES, 1979). Sobre este tópico, ver ainda Cardim de Carvalho (1999b).

[47] Enquanto a taxa de juros de curto prazo é determinada no mercado monetário, a partir da gerência de liquidez que se processa no âmbito do mercado de reservas bancárias e, por isso, passível de ser influenciada pelo banco central especialmente através de operações compromissadas de mercado aberto, a determinação da curva de juros dependerá da reação dos detentores de riqueza, em termos de alocação de ativos com diferentes graus de liquidez e rentabilidade, às sinalizações da autoridade monetária, processando-se no âmbito do mercado de títulos com diferentes prazos de vencimento, mediante o embate entre touros e ursos. Destarte, a determinação da estrutura a termo da taxa de juros se processa a partir de uma dinâmica (especulativa) não necessariamente articulada com aquela que se opera no âmbito do circuito industrial, condição que lhe confere um comportamento inerentemente inquieto, para utilizar o termo de Shackle (1976, p.222-23). Sobre a operacionalidade da política monetária, ver Torres (1999).

extensão, afetar a estrutura a termo da taxa de juros. Significa, pois, que o impacto da taxa básica de juros sobre o complexo de taxas de juros dependerá das expectativas dos agentes em relação à ação do banco central, bem como de suas reações em termos de alocação de ativos. Ou seja, a autoridade monetária exerce controle sobre a taxa de juros de curto prazo, mas nada assegura que alterações na taxa de juros das reservas bancárias impactem, na mesma direção e na magnitude desejada, as taxas de longo prazo. Como adverte Belluzzo (2004, p.11):

> A despeito de o Banco Central fixar a taxa de juros de curto-prazo – ou seja, a taxa que regula o acesso às reservas bancárias e que regula a remuneração dos títulos mais curtos dos Tesouros – os efeitos sobre as taxas de longo prazo vão depender do estado de convenções prevalecentes e da organização do sistema financeiro. Assim, no que respeita às expectativas, se há predominância dos que antecipam uma subida na taxa de juros, portanto dos "baixistas", a tentativa do Banco Central de reduzir a taxa curta pode intensificar as expectativas dos que apostam numa queda no preço dos títulos. Outro exemplo pode ser tomado de algumas experiências atuais: uma redução muito forte das taxas de curto prazo entre em choque com as antecipações de elevação da taxa de inflação, fazendo com que o mercado promova um salto nas taxas longas e uma queda no preço dos títulos.

Segue, pois, a advertência de Keynes (1936, p.125): *"[...] se nos vemos tentados a considerar a moeda como a bebida que estimula a atividade do sistema, não nos esqueçamos que podem surgir muitos percalços entre a taça e os lábios. [...]"*. Esta ponderação se coloca de forma ainda mais incisiva quando considerada a capacidade de criação de moeda pelos bancos, bem como a possibilidade de formação de bolhas de ativos, que em algum momento podem acabar estourando (KINDLEBERGER, 2000, p.19). Dito de outro modo, a assunção da oferta de moeda endógena nos conduz, adicionalmente, a considerar a possibilidade de formação de bolhas de ativos em economias empresariais, bem como seus impactos sobre as flutuações da produção e do emprego.

2.2.2 A centralidade dos bancos nas economias capitalistas

O investimento constitui variável determinante do sistema, com o nível de produção do Departamento I determinando não apenas a demanda efetiva, mas também o nível de capacidade produtiva nos três departamentos[48]. Além de papel determinante sobre o nível de renda, o

[48] Kalecki (1954) dividiu a produção em três departamentos, seguindo os "esquemas de reprodução" marxistas: o departamento I, produtor de bens de investimento; o departamento II, de bens de consumo para os capitalistas, e o departamento III, de bens de consumo para os trabalhadores. Tem-se, então, que o montante de salários depende da produção dos departamentos I e II, que irá determinar o volume de salários do departamento III. O aumento do investimento (departamento I), especialmente por conta do fato de o consumo capitalista (departamento II) depender de investimentos passados, irá determinar não apenas o volume de lucros, mas também o volume de salários (KALECKI, 1954; MIGLIOLI, 1983).

investimento constitui importante elemento que atribui uma natureza inerentemente instável de uma economia capitalista. E neste aspecto, embora Kalecki (1954) contribuiu para revelar que a dinâmica de uma economia capitalista é caracterizada por instabilidade, foi Keynes (1936) quem, mediante os conceitos preferência pela liquidez, expectativas e incerteza, contribuiu de forma substantiva para lançar as bases para o entendimento da dinâmica intrinsecamente instável de uma economia capitalista, a despeito de, ele mesmo, também ter incorrido nas amarras impostas pelo "automatismo cíclico" em suas breves notas sobre o tema[49] (KEYNES, 1936, p.217-227).

Embora a produção de qualquer bem esteja sujeita à incerteza, a aquisição de investimentos instrumentais, por impor um prazo de maturação mais alongado, conforma um contexto em que a volatilidade do investimento se mostra maior do que a observada na produção de outros bens, condição que aliado ao fato de o investimento marginal não ser financiado pela renda corrente, faz do investimento a variável-chave do sistema, no que tange à determinação do emprego e da renda.

A partir do modelo de determinação da renda de Kalecki (1954), pode-se conjeturar que, para além viabilização do investimento pelos bancos, numa economia empresarial existe uma predisposição inerente ao endividamento, notadamente das empresas (MINSKY, 1986). Conforme assinala Feijó (1999), a própria sobrevivência de uma empresa, num ambiente competitivo, implica delinear e empenhar uma estratégia intermitente de crescimento. Isto porque a aceleração dos lucros depende de um gasto capitalista acima dos lucros correntes (KALECKI, 1954). Logo, para que o investimento seja dinamizado, há a necessidade de endividamento por parte dos capitalistas, posto que o gasto tem de ser superior ao lucro corrente. Ou seja, numa economia capitalista o aumento dos lucros requer a ampliação do investimento, condição que torna o endividamento parte constitutiva de sua lógica (KALECKI, 1954; BELLUZZO e ALMEIDA, 1999).

É nesta perspectiva que os bancos desempenham um papel central numa economia empresarial, visto que comportamento destas instituições se mostra capaz de afetar os movimentos da economia, ante sua capacidade de conceder *finance*; criar e destruir moeda e, por extensão, expandir e contrair a liquidez do sistema; estabelecer as condições (prazos, taxas de juros, etc.) a partir das quais os recursos são concedidos; afetar os preços dos ativos financeiros e,

[49] Para um apanhado geral das teorias das flutuações capitalistas em Keynes (1936) e Kalecki (1954), ver Vazquez e Oliveira (2009). Para uma análise mais aprofundada, consultar Braga (2000; 1993).

por extensão, a taxa de juros e a eficiência marginal do capital; influenciar o estado de ânimo dos atores envolvidos numa economia empresarial; e, por conta disso, alterar as orientações da política monetária. De acordo com Davidson (2002, p.7):

> One of the main theoretical differences between the classical vision of how an economy operates and Keynes's general theory involves the role of financial markets and their impact on the 'real economy' of production and employment opportunities. For the classical scheme, free financial markets are the efficient allocator of capital goods that promotes the economic progress of society. In Keynes's scheme, free financial markets are the efficient allocator of capital goods that promotes the economic progress of society. **In Keynes's scheme of things, real world financial markets provide liquidity and not necessarily efficiency. In good times the liquidity of financial markets encourages capital accumulation and rapid economic growth. In bad times, however, this appearance of liquidity in financial markets is capable of producing persistent high rates of unemployment, excess idle capacity, slow economic growth and even depression**. [grifo nosso]

Neste sentido, o circuito *finance*-investimento-*funding* oferece uma visão sistêmica e dinâmica do papel dos bancos numa economia empresarial[50]. Mais do que um mero truísmo[51], o entendimento deste circuito permite mostrar que a poupança prévia não impede a realização do investimento, além de constituir elemento fundamental, dentro do *constructo* teórico de Keynes (1936), para ratificar a taxa de juros enquanto fenômeno monetário, mesmo quando considerado um estado não-estacionário. No mais, o circuito acima aludido permite a integração da importância entre fluxo (*finance*) e estoque (*funding*) num mesmo sistema, mostrando-se capaz de captar a relevância dos bancos para o crescimento econômico. Integra, pois, o terceiro elemento do tripé que irá afetar o ciclo de negócios: as empresas, os bancos e os possuidores de riqueza (STUDART, 1992).

Conforme já salientado, o *finance* constitui um fundo rotativo dos bancos formado pelo fluxo de depósitos que decorre do investimento *ex-post*. Por isso, sua demanda pode ser atendida sem provocar alterações da taxa de juros. Tal como originalmente concebido por Keynes (1937a; 1937b), o investimento *ex-ante* pode ser financiado pelo fluxo de rendas oriundo do investimento *ex-post*, além de poder sê-lo mediante a venda de ativos financeiros nos mercados secundários

[50] Sobre o circuito *finance*-investimento-*funding*, além das obras referenciadas, ver ainda Davidson (1986).
[51] Conforme sustentado por Ohlin (1937) no debate travado com Keynes logo depois da publicação de sua TG acerca da possibilidade do investimento poder preceder a poupança.

por parte das empresas[52]. O *finance* cumpre, pois, papel determinante nas decisões de gasto dos capitalistas.

Supondo que o crescimento da economia seja dirigido pelo investimento (*growth investment-led*), tem-se: $I_t = (1 + g).I_{t-1}$, onde I é o investimento e g o crescimento da renda. O fundo rotativo dos bancos que irá viabilizar o *finance* decorrerá do fluxo de recursos decorrente de It-1. Desta maneira, Keynes (1936; 1937a; 1937b) sustentou que a taxa de juros não é determinada pela produtividade do capital e pela propensão a poupar ou, dito de outro modo, pela relação entre a demanda e a oferta de fundos de empréstimos.

O efeito da produtividade do capital e da propensão a poupar sobre a taxa de juros poderia se dar apenas de forma indireta, sustentou Keynes (1937a; 1937b). Um aumento do investimento induzido pela elevação da produtividade marginal do capital afeta diretamente a renda e o emprego, ao invés de influenciar a taxa de juros. Isto, *ceteris paribus*, ao implicar um aumento da demanda por moeda pelo motivo transação, pode provocar uma elevação do prêmio pela renúncia à liquidez. O mesmo raciocínio se aplica, de maneira inversa, ao aumento da propensão a poupar. Portanto, o impacto da produtividade marginal do capital e da propensão a poupar sobre a taxa de juros pode se dar apenas de forma indireta, depois da (e provocada pela) variação da renda e caso a autoridade monetária não acomode a maior demanda transacional por moeda decorrente do aumento do investimento. E isto porque a demanda por moeda para investimento pode ser atendida pelos bancos via *finance* (KEYNES, 1937a, 1937b; OREIRO, 1999; STUDART, 1992).

O aumento da taxa de juros resultante da elevação do investimento *ex-ante vis-à-vis* o *ex-post* apenas se mostra possível numa economia não-estacionária ($I_t > I_{t-1}$) se considerada a condição de oferta de moeda constante, determinada exogenamente[53]. Nesse caso, um aumento do investimento em relação ao investimento realizado no período pregresso, ao tornar a oferta de *finance* insuficiente para acomodar a demanda suplementar por recursos, faz com que os tomadores de recursos tenham de recorrer ao mercado monetário, movimento que inevitavelmente implicará um aumento da taxa de juros (KEYNES, 1937b, p.168). Contudo, essa relação causal não se sustenta quando se considera a possibilidade de uma mudança do grau de

[52] Isto porque, segundo Keynes, o *finance* pode ser originado por outros canais que não apenas o sistema bancário, ainda que seja o mais provável. De modo que a demanda por *finance* não constitui, necessariamente, uma demanda por crédito bancário (OREIRO, 1999; KEYNES, 1937a, 1937b)

[53] Além, embora não menos importante, da impossibilidade de obtenção de recursos pelas empresas mediante autofinanciamento e/ou conversão de ativos em moeda.

preferência pela liquidez do público e dos bancos, o que geralmente acontece nas fases de expansão dos negócios[54]. Ou seja, não se sustenta quando admitida a possibilidade de alteração da "posição de liquidez" do público, notadamente dos bancos, como prefere dizer Keynes (1937b, p.340). Por isso, afirma o autor (1937b, 340):

> Resta, contudo, a questão de que a transição de uma escala inferior de atividade para uma escala mais elevada envolve maior demanda de recursos líquidos que não pode ser atendida sem uma elevação da taxa de juros, **a menos que os bancos estejam preparados para emprestar mais dinheiro, ou que o resto do público se disponha a liberar mais dinheiro à taxa de juros existente**. [...]
> **Isto quer dizer que os bancos detêm, em geral, posição-chave na transição de uma escala inferior de atividade para uma mais elevada**. [...] O mercado de investimentos pode tornar-se congestionado por causa de falta de dinheiro, mas nunca se congestionará por falta de poupança. [...] [grifo nosso]

Os bancos, pois, ocupam lugar central, embora perigoso, na determinação da taxa de investimento, conforme advertiu Keynes (1937a). Importa destacar, ademais, que tanto as empresas que tomam empréstimos, quanto os bancos que os concedem, tendem a se encontrar em condição de fragilidade financeira. As primeiras, por financiarem um ativo de longo prazo mediante a contratação de uma dívida de curto prazo; os segundos, por emitirem uma obrigação de curto prazo contra um ativo (empréstimo) ancorado em outro que dispõe de baixo grau de liquidez (ativos instrumentais), condição que implica a assunção de uma posição com maior grau de iliquidez. Daí a importância da composição de portfólio dos agentes poupadores, bem como de um arcabouço institucional que viabilize a consolidação financeira dos débitos, ou seja, que propicie o *funding* – transformação de obrigações de curto prazo em passivos de longo prazo, a partir da transformação da poupança financeira em poupança econômica (CARDIM DE CARVALHO, 1992a).

Portanto, numa economia empresarial o equilíbrio macroeconômico, mesmo que com desemprego, pode coexistir com um estado de desequilíbrio financeiro, posto que os detentores

[54] Tem-se, pois, que o fundo rotativo, bem como a criação de moeda pelos bancos, potencia a independência entre poupança e investimento *ex-ante*, o que concorre para ratificar a natureza eminentemente monetária da taxa de juros. Essa última, então, passa a ser independente da produtividade marginal do capital e da propensão a poupar, mesmo quando assumido um estado não-estacionário. Isso se mostra válido, ademais, mesmo quando não se considera a hipótese do multiplicar instantâneo do investimento, posto que a demanda por *finance* pode ser satisfeita pela redução do grau de preferência pela liquidez dos bancos, ou até mesmo mediante a venda de ativos financeiros detidos pelas próprias empresas (KEYNES, 1937a; 1937b). Para um resumo desse debate, ver Oreiro (1999). Deve-se destacar, ainda, que a importância do *finance* para o investimento *ex-ante* não retira a relevância da poupança e, principalmente, do estoque de riqueza, numa economia empresarial, particularmente no que diz respeito à sua distribuição e alocação. Isto porque a divisão da poupança e do estoque de riqueza entre ativos com diferentes graus de liquidez e risco, vale dizer, a política de composição de portfólio dos agentes superavitários e possuidores de ativos, será determinante para a consolidação financeira dos atores endividados (*funding*).

de riqueza podem orientar sua alocação de portfólio para outros ativos que não aqueles emitidos pelos agentes endividados, inviabilizando o processo de consolidação financeira. Um maior grau de preferência pela liquidez por parte dos poupadores, ao implicar um maior prêmio por sua renúncia, pode dificultar, ou até mesmo inviabilizar, as condições para que se opere o *funding*. Este tipo de situação induz a assunção de posturas financeiras frágeis dos atores endividados, que ficam dependentes de constante refinanciamento e, portanto, sujeitos a severos prejuízos causados por mudanças súbitas do estado geral de expectativas. Por isso, afirma Cardim de Carvalho (1992a, p.151-52):

> The real alternative to reduce these losses lies not in persuading savers to save more but in creating institutions that allow savings to be used as funding at the same time in which they permit savers to remain relatively liquid. This is the role of financial institutions which, by pooling risks, are able to transform shorter- into longer- term assets. They may be able to offer liquid assets to savers and at the same time supply longer-term funds to investors. […]

O contexto de expectativas otimistas, ao ensejar um "rastro de dívidas", conforme assinala Minsky (1975, p.89), lança a possibilidade para os atores econômicos assumirem posturas financeiras arrojadas. Isto, sob contexto de contratos futuros denominados em moeda, que concorre no sentido de atribuir rigidez aos compromissos financeiros dos agentes endividados, torna o sistema vulnerável a mudanças bruscas e inesperadas do estado geral de expectativas, particularmente das instituições que têm como lógica a assunção de posturas financeiras intrinsecamente especulativas, os bancos. Por isso, conforme assinalam Belluzzo e Almeida (1999), numa economia de endividamento são os gastos que permitem viabilizar a liquidação das dívidas passadas, posto que a geração de poupança em termos agregados exige a criação de renda, cuja determinação depende essencialmente do investimento empresarial. Não por acaso, Minsky (1975, p.130), afirmou que *"[...] finance sets the pace for the economy."*

Portanto, o ponto a ser destacado é o seguinte: ao mesmo tempo em que os bancos permitem um ritmo de acumulação capitalista mais acelerado *vis-à-vis* àquele pautado na utilização de poupança prévia, estas instituições abrem a possibilidade para a ocorrência de crises financeiras ocasionadas pelo descasamento dos prazos das operações ativas e passivas por parte dos agentes endividados. Neste sentido, o *funding* se mostra essencial porque tende a reduzir (embora não elimine) a instabilidade financeira, evitando o risco de deflação de dívidas que ocorre quando da tentativa, por parte dos agentes endividados, de vender seus ativos para liquidar suas obrigações contratuais (FISHER, 1933).

Foi nesta perspectiva que Minsky (1986, p.197-220) elaborou sua hipótese da instabilidade financeira, mediante a desagregação das posturas financeiras dos agentes em *hedge*, *especulative* e *ponzi*. A postura *hedge* diz respeito a uma situação em que o agente apenas aceita obrigações com prazos de maturidade equivalentes aos dos ativos que serão adquiridos, com fluxo de caixa esperado das operações das unidades sendo mais que suficiente para pagar o compromisso das dívidas nas datas estipuladas. Tem-se, pois, que um banco nunca pode assumir uma postura *hedge*, como bem observa Minsky (1986, p.207).

A postura *especulative*, por seu turno, se faz presente quando o agente se predispõe a arcar com obrigações com prazos mais curtos do que os de seus ativos, donde o fluxo de caixa esperado não se mostra suficiente para arcar com as obrigações contratuais nas datas estipuladas, tornando-o dependente de algum refinanciamento por parte dos bancos e, por extensão, sujeito à insolvência caso se observe uma reversão do estado geral de expectativas. Mas embora não consiga arcar com o principal, tornando-o dependente de refinanciamento, tais agentes conseguem pagar os encargos contratuais, de modo que o valor do principal permanece constante. Espera-se, por isso, que ao longo do tempo os fluxos de receitas futuras compensem as situações iniciais de déficit.

Finalmente, na postura *Ponzi* o fluxo de caixa esperado é insuficiente até mesmo para pagar os juros devidos, traduzindo-se numa situação extrema de financiamento especulativo, de modo que o agente ficará dependente do refinanciamento de curto prazo do principal e de parte ou da totalidade dos encargos contratuais. Como o aumento da dívida se processa sem a contrapartida do aumento do patrimônio, a única maneira deste agente ficar solvente consiste na obtenção de um fluxo futuro de rendas tal que seja suficiente para arcar com o endividamento crescente. O grau de fragilidade do sistema dependerá da participação de cada conjunto de agente na economia em dado momento (MINSKY, 1986, p.209).

Os bancos, então, ocupam papel decisivo neste processo. Isto porque, num contexto em que banqueiros e tomadores de recursos se tornam mais confiantes[55] em relação ao cenário econômico prospectivo, suas margens de segurança – que tomam como referência as receitas estimadas e as obrigações ensejadas dos projetos de investimento a serem financiados – são progressivamente reduzidas. Essa deterioração das margens de segurança, que se processa de

[55] Mas não necessariamente de euforia ou expectativas excessivamente otimistas (KREGEL, 1997, p.546).

forma gradual e imperceptível[56], conforme assinala Kregel (1997, p.543), constitui a raiz da fragilidade financeira que se opera ao longo dos períodos de expansão dos negócios. Na fase de reversão do estado geral de expectativas, não apenas as empresas, mas também os bancos irão aumentar o grau de preferência pela liquidez, dificultando o refinanciamento das dívidas empresariais e, ao cabo, condicionando a fragilização da estrutura financeira do sistema. O aumento do grau de preferência por liquidez dos atores econômicos num contexto de restrição de crédito, cumpre salientar, os induz a transformarem ativos em dinheiro, o que concorre no sentido de aumentar a taxa de juros, problematizando ainda mais as condições de refinanciamento. Nos termos de Cardim de Carvalho (1992a, p.155-56):

> [...] Thus, in the upswing, the proportion of speculative investors tends to increase. In the *boom*, Ponzi investors emerge, willing to accept any financial deal to allow the implementation of very risky investments. **The increasing illiquidity of banks, however, may put a stop to the process of increasing indebtedness, even if the Central Banks do not. If credit is restrained, new plans may be choked off and aggregate demand may fall**. In any case, a rise in interest rate is more than likely to ensure, strangling some investment plans. A fall in aggregate demand (or even its failure to grow at the same rates as before) may disappoint income expectations of not only speculative and Ponzi investors but even of hedgers. If this happens, a crisis will take place, leading to a wave of insolvencies and, eventually, if a debt deflation process is initiated and the government does not take active measures to stabilize the economy, to a depression which only hedgers are likely to survive, to begin the process anew. [grifo nosso]

Portanto, para Minsky (1982; 1986), o grau de fragilidade financeira de uma economia resulta da forma pela qual os atores econômicos financiam seus gastos. E neste aspecto, evidentemente, os bancos desempenham papel central, pois sancionam as posturas mais agressivas dos atores econômicos, caso as suas expectativas em relação ao futuro se mostrarem compatíveis (e, não raro, isso acontece) com as dos mutuários. A instabilidade do capitalismo provém, então, de forças endógenas ao próprio sistema. Logo, conforme observa Studart (1992, p.79), embora os bancos possuam a capacidade de criar moeda mediante uma simples operação contábil, isso não garante um processo financeiramente estável de crescimento, mas o contrário, ante os motivos expostos.

---

[56] Os banqueiros reduzem suas margens de segurança de forma imperceptível nos momentos de expansão e de confiança não porque são ignorantes ou desconhecedores das reais condições dos mutuários, mas porque o próprio estado geral de expectativas prevalecente sanciona a ampliação das operações mais arriscadas, ainda que não percebidas, a partir dos parâmetros usualmente utilizados para proceder à administração estratégica de seus ativos e passivos. Para um detalhamento desta lógica, ver Kregel (1997). Este ponto será retomado adiante, quando da discussão sobre o comportamento dos bancos nas fases de expansão dos negócios.

No intento de valorizar e acumular riqueza sob a forma monetária, os bancos podem aguçar a instabilidade sistêmica constitutiva do capitalismo, não apenas por influenciar o lado do ativo das decisões empresariais, mas também, e não menos importante, por exercer influência sobre o lado do passivo. Por serem influenciados, assim como as empresas, pelas expectativas em relação ao futuro, os bancos recorrentemente compartilham das impressões empresariais acerca da demanda esperada. Ou seja, os bancos assumem uma postura eminentemente pró-cíclica, no sentido que sancionam as decisões arrojadas de endividamento das firmas em contexto de otimismo (CHICK, 1993, p.340).

No mais, a importância dos bancos no que diz respeito às modulações da renda e do emprego decorre ainda de sua capacidade de influenciar os preços dos ativos financeiros e, por extensão, os preços de demanda dos ativos instrumentais. Isto porque a capacidade de criação de poder de compra que estas instituições dispõe, bem como de mudanças nos termos e na escala dos empréstimos, tornam-nas capazes de alterar as taxas de juros de mercado a partir de sua participação direta ou indireta no circuito financeiro. Os bancos podem sancionar posições baixistas no mercado de títulos, ou até mesmo assumi-las diretamente, afetando negativamente as decisões de inversão. Por isso, Minsky (1986, p.227) afirma que:

> Financial markets and banking affect the investment because the current value of capital assets and thus the demand price for investment output are determined in financial markets, because the amount of investment that will be financed depends upon banking processes, and because the supply price of investment depends upon the costs of finance.

Os bancos podem não apenas sancionar as posturas de ursos e touros mediante criação de moeda, mas também tomar partido neste processo. Donde sua capacidade alavancar posições pode acentuar as oscilações dos preços dos títulos ou mesmo condicioná-los para uma trajetória deletéria no que diz respeito às operações que se processam no circuito industrial, afetando a taxa de juros e a eficiência marginal do capital.

Não menos importante, os bancos são fundamentais no que tange o processo de transmissão da política monetária. Isto porque estas instituições representam veículo decisivo a partir do qual mudanças na taxa de juros de curto prazo, determinada pela autoridade monetária no âmbito do mercado de reservas bancárias, se fazem sentir nas demais taxas de empréstimos do mercado. A intensidade da transmissão, contudo, irá depender da reação dos bancos às sinalizações da autoridade monetária, vale dizer, das expectativas dos banqueiros no que se refere ao cenário prospectivo. Em determinados contextos os bancos podem ratificar as decisões do

banco central, irradiando o aumento da taxa básica de juros para as demais. Não obstante, em determinadas situações os bancos podem decidir não acomodar integralmente as sinalizações do banco central, reprimindo a eficiência da política monetária. Suas estratégias de balanço podem ir ao desencontro dos objetivos traçados pela autoridade monetária. Por isso, de acordo com Minsky (1986, p.220):

> The standard analysis of banking has led to a game that is played by central banks, henceforth to be called the authorities, and profit-seeking banks. In this game, the authorities impose interest rates and reserve regulations and operate in money markets to get what they consider to be the right amount of money, and the banks innovate in order to circumvent the authorities [...] This is an unfair game [...] The profit-seeking bankers almost always win their game whit the authorities, but, in winning, the banking community destabilizes the economy [...]

A possibilidade de os bancos acomodarem a demanda por empréstimos dos especuladores pode configurar um cenário de aumento continuado nos preços dos ativos[57]. Impõe considerar, ainda, o impacto das estratégias de balanço dos bancos sobre as decisões de investimento dos empreendedores e de alocação de portfólio e emissão de passivos dos diversos atores econômicos.

Conforme salientado, ao mesmo tempo em que a capacidade de criação de moeda pelos bancos pode amplificar o ritmo de acumulação na esfera industrial, reforçando a independização entre a poupança e o investimento, pode concorrer no sentido de potencializar movimentos especulativos autorreferenciais, desprovidos de fundamentos, viabilizando o surgimento de recorrentes bolhas de ativos[58] e, por extensão, instituindo uma dinâmica capitalista do tipo *finance-led*, donde as decisões de gastos dos atores econômicos se acham cada vez mais influenciadas pelos movimentos de preços dos estoques de ativos do que pelas variáveis de fluxo[59]. As manias especulativas são potenciadas pela expansão da moeda e do crédito, sendo em

---

[57] Em sua TG, Keynes (1936, p.115) estabeleceu uma diferença entre especulação e empreendimento: enquanto a primeira atividade consiste em antecipar a psicologia do mercado, a segunda compreende a previsão da renda provável dos bens durante sua vida útil. Neste sentido, as figuras do especulador e do empreendedor estão sendo aqui utilizadas nesta acepção.

[58] Por bolhas de ativos entende-se um aumento dos preços dos ativos numa série ampliada e autorreferencial que implode num determinado momento, quando os especuladores descobrem, por qualquer razão, que os referidos preços não podem subir mais, ou seja, quando ocorre uma deterioração do estado geral de expectativas em relação ao futuro, em linha com a definição de Kindleberger (2000).

[59] Institui-se, pois, uma macroestrutura financeira, para usar a expressão de Braga (2000), que conta com a participação ativa não apenas dos bancos, mas também das empresas e dos investidores institucionais, que concorre no sentido de viabilizar o circuito D – D' a partir da lógica dos estoques, de variações do valor da riqueza financeira. Neste contexto, conforme apropriadamente assinalam Coutinho e Belluzzo (1996), a especulação deixa de ser estabilizadora e auto-corretiva, dando suporte a movimentos autorreferenciais. Sobre

alguns casos, inclusive, iniciadas e induzidas pela maior disposição dos bancos em emprestar, como bem lembrou Kindleberger (2000, p.63). Por esta razão, num sistema em que a criação de moeda pode ser viabilizada por agentes privados - os bancos -, as bolhas financeiras passam a constituir uma característica intrínseca à sua própria lógica de operação, ao invés de representar um mero acaso, tal como admitido pelas abordagens convencionais que trabalham com a hipótese dos mercados eficientes - para as quais os preços de mercado dos ativos refletem os fundamentos.

Decorre, pois, a natureza intrinsecamente instável de uma economia empresarial: a própria estrutura financeira que permite o processo de aceleração da acumulação capitalista, constitui a causa de sua instabilidade. Trata-se de um sistema inexoravelmente sujeito a oscilações não passíveis de serem erradicadas e cujas bases são lançadas no período de tranquilidade, ante a possibilidade de endividamento. Sua estabilidade depende das condições pelas quais as dívidas são refinanciadas. A dinamização do ciclo de negócios conduz à emergência de estruturas financeiras frágeis e instáveis (MINSKY, 1986; 1975). Ou, para utilizar a expressão de Kindleberger (2000, p.72), nos períodos de euforia a qualidade dos débitos sofre um progressivo processo de deterioração.

Em suma, os bancos são importantes não apenas por diminuírem os custos de transação e minimizarem as assimetrias de informações no processo de intermediação de recursos, tal como sustentado pela abordagem novo-keynesiana, mas também pelo fato de avalizarem posturas financeiras mais arrojadas dos demais atores mediante a emissão de dívidas contra si próprios e serem, ademais, capazes de influenciar tais posturas a partir de operações no mercado de ativos. Deste modo, estas instituições estão na raiz da instabilidade constitutiva de uma economia monetária da produção, uma vez que são capazes de afetar as variáveis-chave do sistema.

Neste contexto, o papel da autoridade monetária tende a ser eminentemente acomodatício, no sentido de prover recursos para os agentes endividados, notadamente os bancos, atores responsáveis pela articulação e operacionalidade do sistema de pagamentos nas economias modernas. Socialização de prejuízos passa a ser o termo de ordem. *Lender o last resort*, a principal função da autoridade monetária[60]. Para evitar, conter ou contornar o pânico, o banco dos bancos se acha condicionado a expandir a quantidade de moeda no sistema, uma vez que as ações

---

este ponto, ver ainda Braga e Cintra (2004), Aglietta (2004), Belluzzo (1997), Coutinho e Belluzzo (1998), Carneiro (1999) e Chesnais (2005). Para um resumo, ver Oliveira (2007).

[60] Conforme lembra Kindleberger (2000, p.206): *"O fornecedor de empréstimos em último recurso é resultado, não da mente de economistas, mas de práticas do mercado. [...]"*

individuais dos agentes destinada a "salvar a própria pele", ainda que producentes para um único agente, quando generalizadas acabam desencadeando um resultado altamente instabilizador no âmbito agregado. Trata-se, pois, de um fenômeno elucidativo de "falácia da composição"[61] (KINDLEBERGER, 2000; BRAGA, 2001).

Feita a análise dos princípios de uma economia empresarial e da centralidade dos bancos neste sistema, passemos à discussão de como essas instituições, em particular, processam a gestão de seus recursos e de suas obrigações num sistema sujeito ao tempo histórico e, por isso, condicionado por expectativas em relação a um futuro incerto, o que o torna sujeito a flutuações recorrentes, imanente à sua lógica de operação e funcionamento. Conforme será discutido, a gestão estratégica de balanço dos bancos, ou seja, a administração simultânea de seus ativos e passivos, mostra-se altamente suscetível às modulações do estado geral de expectativas, o que faz com que estas instituições assumam um comportamento eminentemente pró-cíclico, acentuando os períodos de expansão e retração do ciclo de negócios. Discute-se como os bancos alteram suas posições de balanço diante de modulações das expectativas e, ao cabo, dos negócios.

[61] Keynes (1936) faz da macroeconomia uma área de conhecimento autônoma em relação à microeconomia convencional – estudo de estruturas de mercado e funções de produção particulares –, tal como sustentado por Ferreira (2003), Macedo e Silva (1999), entre outros autores. Conforme registra Ferreira (2003, p.1), no prefácio à edição francesa de sua TG Keynes afirma que erros importantes foram cometidos ao se transpor conclusões corretas ao nível microeconômico para o plano macroeconômico. A microeconomia da TG de Keynes, decisivamente influenciada por sua macroeconomia do emprego e da renda, é a do processo de tomada de decisões dos agentes, particularmente dos detentores de riqueza (FERREIRA, 2003, p.96; MACEDO E SILVA, 1999, p.141-142). Nos termos de Ferreira (2003, p.113), a macroeconomia *"[...] estuda a tomada de decisão do agente capitalista e o resultado da interação das inúmeras decisões de aplicação da riqueza [...]"*. Para uma análise aplicada que parte da premissa metodológica de que os problemas macroeconômicos conformam entidades autônomas, independentes da microeconomia e capazes de produzir mutações em sua estrutura, ver Fanelli e Frenkel (1995).

3 GESTÃO ESTRATÉGICA DE BALANÇO DOS BANCOS

Neste capítulo, discute-se como os bancos tomam suas decisões de balanço numa economia empresarial, à luz da teoria da preferência pela liquidez – sobre a principais contas do ativo e do passivo dos bancos, bem como os riscos aos quais essas instituições se encontram sujeitas, ver Apêndice A.

Inicia-se com uma apresentação do modelo de taxa própria de juros de Keynes (1936, p.157-169), apresentado no famoso capítulo 17 de sua obra principal, bem como a sua adaptação realizada por Minsky (1975, p. p.77-92), que permitiu captar não apenas as decisões relacionadas à escolha de ativos, mas também de composição de passivos. A seguir, discorre-se sobre o comportamento dos bancos no que concerne à administração de seus ativos e passivos, que como será discutido, reflete o grau de preferência pela liquidez assumindo por estas instituições em dado instante e num determinado contexto. Os bancos realizam uma gestão estratégica de seus balanços no sentido de que administram suas obrigações e suas aplicações de forma interdependente. Deste modo, desenvolve-se o argumento de que o grau de liquidez de um ativo ou de uma cesta de ativos decorrerá não apenas da rapidez de sua conversão em moeda, bem como do risco de perdas que a operação implica, mas também dos tipos de passivos emitidos para financiá-lo.

Isto significa que, antes de emprestar, estas instituições fazem uma análise comparativa entre os retornos esperados deste tipo de aplicação com a taxa própria de juros (retorno) de todos os demais ativos que possam compor o seu respectivo portfólio. Logo, mesmo havendo demanda por empréstimos, os bancos podem optar por não atendê-la.

3.1 Da teoria da preferência pela liquidez à teoria da precificação de ativos

No capítulo 15 de sua TG, Keynes (1936, p.139-147) apresenta o conceito de preferência pela liquidez a partir de uma abordagem dicotômica. O agente tem duas opções para compor seu portfólio: moeda ou títulos, ou seja, liquidez ou iliquidez. E assim procedeu possivelmente para fins analíticos, dado que no capítulo 13, ao discorrer sobre a teoria geral da taxa de juros, indicou a preferência pela liquidez enquanto uma questão de grau[62], sendo a taxa de juros determinada

[62] Indaga Keynes (1936, p.122), para sustentar sua teoria geral da taxa de juros, *"[...] qual é o grau de sua preferência pela liquidez, onde a preferência pela liquidez do indivíduo é representada por uma escala do volume dos seus recursos, medidos em termos monetários ou em unidades de salário, que deseja conservar em forma de moeda em diferentes circunstâncias?"*

pela forma (mais ou menos líquida) como os agentes alocam a riqueza entre ativos com diferentes graus de liquidez.

No entanto, a teoria da preferência pela liquidez não deve ser entendida enquanto uma simples teoria de demanda por moeda, mas sim como uma teoria de alocação de portfólio, de escolha de ativos (CARDIM DE CARVALHO, 1999a; WRAY, 1990).

Foi no capítulo 17 da referida obra que Keynes (1936, p.157-169) expande sua abordagem analiticamente dicotômica desenvolvida no capítulo 15 para uma ampla variedade de ativos disponível no mercado. Com isso, o autor viabiliza a construção de uma "teoria da composição da carteira e da precificação de ativos", uma maneira mais completa de interpretar sua teoria da preferência por liquidez. A partir daí a preferência pela liquidez passa a ser entendida enquanto uma questão de grau[63], onde rendimentos monetários e não-monetários podem ser combinados numa classe ou num conjunto de ativos, ante a existência de uma diversidade de ativos que apresentam diferentes níveis de liquidez e rentabilidade e que podem ser combinados de diferentes maneiras (KEYNES, 1936; CARDIM DE CARVALHO, 1999a; 1992, p.88-89). De acordo com Keynes (1936, p.167):

> É claro que não existe um padrão de "liquidez" absoluto, **mas simplesmente uma escala de liquidez** – um prêmio variável que se tem de levar em conta, além do rendimento do uso e dos custos de manutenção, ao calcular o atrativo de conservar diversas formas de riqueza. A noção do que contribui para a "liquidez" é, em parte, vaga, modificando-se de tempos em tempos e dependendo das práticas sociais e das instituições. Existe, entretanto, na idéia dos proprietários de riqueza uma ordem de preferência bem definida, na qual eles exprimem em qualquer tempo o que pensam a respeito da liquidez, e não precisamos de mais nada para nossa análise do comportamento do sistema econômico. [grifo nosso]

O grau de liquidez de um ativo depende da rapidez com que ele pode ser convertido em dinheiro sem perdas, de modo que um aumento do grau de preferência pela liquidez reflete o aumento do desejo dos detentores de ativos pela certeza de convertê-los por seus respectivos valores esperados (HICKS, 1962)[64]. Por esta razão, Chick (1993, p.335-36) sustenta que a liquidez envolve três dimensões, a saber: 1) probabilidade; 2) preço; e 3) tempo. Um ativo totalmente líquido possui a máxima probabilidade de ser convertido instantaneamente em meio

---

[63] De acordo com Keynes (1936, p.166) *"[...] talvez seja útil insistir sobre o fato [...] de que a 'liquidez' e os 'custos de manutenção' são, ambos, questão de grau e que é unicamente na importância da primeira em relação aos últimos que reside a peculiaridade da moeda."*

[64] Nos termos de Hicks (1962, p.790), *"[...] One thing is more liquid than another if it is 'more certainly realizable at short notice without loss. [...]"*

de pagamento sem perda de capital, com a moeda constituindo liquidez *par excellence*, aceita por seu valor nominal. Por isso, é o insuperável desconhecimento do futuro que explica a preferência pela liquidez dos agentes (SHACKLE, 1976, p.227-39).

O retorno total oferecido por um ativo corresponde aos valores assumidos por quatro atributos: 1) taxa de rendimento esperada pelo uso ou pela posse de um ativo, ou seja, a razão entre os retornos esperados do ativo e o preço pelo qual este ativo está sendo comprado, ***q***; 2) custo esperado de manutenção ou carregamento do ativo, calculado pela razão entre os custos esperados e o preço corrente do ativo, ***c***; 3) prêmio de liquidez ou retorno não-monetário do ativo, que corresponde ao rendimento monetário que as pessoas abrem mão em razão da conveniência ou segurança oferecida pela liquidez, ***l***; 4) apreciação ou depreciação esperada do valor de mercado do ativo, calculada pela razão entre o desvio do preço esperado frente ao preço corrente do ativo, ***a***. Conforme salienta Minsky (1989, p.61), enquanto ***q***, ***c*** e ***a*** representam fluxos monetários, ***l*** constitui o preço pela segurança contra contingências, oferecendo uma utilidade subjetiva ao seu detentor. Então, a taxa própria de juros (r) de cada classe de ativos será dada pela seguinte equação[65]:

$$\mathbf{r = a + q - c + l}$$

A taxa própria de juros de um ativo constitui, pois, uma medida de seu rendimento total. A especificidade da moeda decorre do fato de que seu custo de manutenção se mostra inferior ao seu prêmio de liquidez, entendido enquanto a proteção que a moeda oferece ao seu detentor ante sua capacidade de liquidação imediata das transações, ou seja, um direito sobre a riqueza. Por isso, um aumento do estoque de dinheiro não implica uma queda de sua utilidade (CHICK, 1993; SHACKLE, 1976). Além de desempenhar as funções convencionais de meio de pagamento e unidade de conta, a moeda possui o atributo de proteger o seu detentor das incertezas que o futuro lhe reserva (reserva de valor), o que confere ao dinheiro o status de ativo. Embora a moeda não ofereça retorno monetário ao seu detentor, proporciona-lhe o máximo prêmio de liquidez ou

[65] Conforme assinala Cardim de Carvalho (1992a, p.89) à luz de Kaldor, o grau de liquidez de um ativo pode ser mensurado a partir de uma escala crescente que vai de -1 (ativo ilíquido) a 0 (moeda). Neste sentido, todos os ativos (que não a moeda) têm um atributo de risco em relação à moeda, no que diz respeito ao grau de liquidez. Com isso, viabiliza-se a transformação de uma escala negativa de liquidez em uma escala positiva, considerando que a liquidez máxima corresponde ao risco mínimo (zero). Então, chamando de r o risco (de iliquidez) de um ativo em relação à moeda (risco zero), a taxa própria de juros (α) será dada por: $\alpha = a + q - c - r$. Este artifício permite, então, mensurar a liquidez tomando por base um valor zero de referência, ao invés de um valor máximo infinito que tornaria impossível o cálculo de α.

retorno não-monetário[66]. Por isso, o dinheiro passa a ser desejado por todos notadamente em contexto de alta incerteza, razão pela qual serve de balizamento para as decisões empresariais, orientadas para a acumulação e a valorização da riqueza na forma mais geral[67] (KEYNES, 1936). Ou seja, a taxa própria de juros da moeda (e/ou das quase-moedas) constitui o parâmetro das decisões capitalistas.

Do conceito de taxa própria de juros decorre que as diferentes classes de ativos oferecem, em diferentes proporções, um retorno denominado em moeda (retorno monetário) e outro denominado sob a forma de prêmio liquidez ou retorno não-monetário. O aumento do grau de preferência pela liquidez por parte dos atores econômicos se objetiva sob a forma de uma demanda mais elevada por ativos que possuem maiores retornos não-monetários (l) *vis-à-vis* os que oferecem maiores retornos monetários. Por esta razão, afirma Cardim de Carvalho (1992a, p.84):

> The own-rate of interest measures, then, the total returns expected from an asset, not only in value terms but also in terms of safety against disappointments of expectations. It is the latter attribute that allows us to consider money as an asset and to compare its "return" with the value returns offered by other assets.

Segue, pois, que as escolhas de composição do portfólio dos atores econômicos, incluindo os bancos, irão variar entre classes de ativos que oferecem maior ou menor rentabilidade esperada (q – c), mais ou menos sujeitas a perdas ou ganhos de capital (a) e com maior ou menor prêmio de liquidez (l). Donde a intensidade da preferência por cada um desses atributos irá depender do estado geral de expectativas de longo prazo dos atores econômicos. A satisfação de determinado grau de preferência pela liquidez não implica a obtenção de um ativo que detenha apenas um dos atributos indicados, ante a existência de diferentes classes de ativos que permitem a acomodação de diferentes graus de preferência por liquidez. Diversos ativos financeiros, por exemplo, dispõem de razoável grau de liquidez e, ao mesmo tempo, oferecem um rendimento monetário ao seu possuidor (CARDIM DE CARVALHO, 1992a, p.90).

---

[66] Não menos importante, conforme ratificado por Sawer (1995), numa economia onde a moeda não é neutra, todos os ativos financeiros, e não apenas a moeda, afetam as decisões de gastos dos agentes.

[67] Salienta-se, ainda, que a demanda por moeda não precisa ser satisfeita a partir da moeda manual, estéril em termos de rendimento, mas mediante depósitos bancários, que rendem juros. O mesmo se coloca em relação à preferência pela liquidez (MACEDO E SILVA, 2008). Isto, cumpre salientar, não altera a relação entre preferência pela liquidez e preços dos ativos de capital, pois um aumento do grau de preferência pela liquidez, objetivado sob a forma de elevação dos depósitos bancários, continua implicando uma queda dos preços dos títulos. Deste modo, o aumento do grau de preferência pela liquidez, ao aumentar a taxa de juros, implica uma redução do preço de demanda dos ativos de capital, ante a relação inversa entre investimento e a taxa de juros, bem como o papel dos gastos com investimento no processo de determinação da renda e, ao cabo, sobre a demanda agregada.

Pelo mecanismo de arbitragem, as taxas próprias de juros de todos os ativos disponíveis no sistema tendem a se equiparar. Isto significa que o grau de iliquidez de um certo ativo ou de uma classe de ativos pode ser compensado pelo maior rendimento esperado em termos monetários. Trata-se do típico caso dos ativos de capital. Por outro lado, no caso da moeda, por encarnar a própria noção de liquidez, possui rendimento monetário nulo, desde que os preços se mantenham constantes. O custo de oportunidade de se manter recursos em moeda, inclusive, tende a ser compensado pela segurança e flexibilidade frente a oportunidades lucrativas de negócios que ela oferece ao seu possuidor. Este mecanismo constitui um importante indutor do comportamento dos agentes numa economia empresarial. Determinadas institucionalidades, contudo, podem implicar a existência de "ativos peculiares", capazes de coadunar elevados níveis de liquidez e rentabilidade. Esta condição tende a implicar anomalias na dinâmica de funcionamento de determinados mercados, ante o desestímulo à assunção de riscos maiores por parte dos agentes.

A equação de taxa própria de juros, além de revelar a moeda enquanto ativo – que não rende juros, mas oferece um prêmio de liquidez ao seu detentor –, mostra que a aquisição de tipos particulares de ativos ou classes de ativos se processa em termos relativos. Ou seja, a compra de um ativo resulta da análise que o comprador faz das diferentes possibilidades disponíveis no mercado para valorizar sua riqueza em dado momento. Logo, será o grau de preferência pela liquidez assumido pelo detentor de riqueza, determinado por suas expectativas em relação ao custo, ao retorno e ao preço esperados de um ativo, bem como pelo nível de confiança nelas depositadas, que irá determinar sua opção de aquisição de um ativo particular, ou seja, a participação de cada um dos atributos que compõe a taxa própria de juros. Por esta razão, ao se referir ao modelo de taxa própria de juros proposto por Keynes (1936), Cardim de Carvalho (1992a, p.93) faz a seguinte afirmação:

> […] **It shows that decisions to purchase particular kinds of assets are not independent of the other choices available, making it possible to study the behaviour of aggregate investment as a result of the choices of private agents comparing the various forms of accumulating wealth that are available**. But the model also allows us to realize that money is also an option of storing wealth that is especially efficient to face the uncertainties of the future, give its liquidity premium. […] [grifo nosso]

Portanto, o modelo de taxa próprio de juros desenvolvido por Keynes (1936, 157-169) permite o estabelecimento de uma relação entre o grau de preferência pela liquidez e os preços

dos diferentes ativos disponíveis num dado momento, constituindo elemento central na formulação do autor[68]. Este modelo permite mostrar que mudanças do grau de preferência pela liquidez estão articuladas com alterações dos preços dos ativos, de sorte a restaurar a igualdade entre seus retornos esperados – posto que em função do mecanismo da arbitragem, a taxa própria de juros de todos os ativos disponíveis deve ser igual. Uma redução do grau de preferência pela liquidez dos agentes se manifesta em termos de aumento dos preços dos ativos menos líquidos e, por extensão, de elevação da demanda por moeda creditícia, além de propiciar uma queda da taxa de juros.

Para os propósitos deste trabalho, ademais, importa destacar que o modelo de taxa própria de juros significa uma importante transição, a saber, da teoria da preferência pela liquidez para a teoria da composição da carteira e da precificação de ativos. Este último modelo, derivado da teoria da preferência pela liquidez, lançou as bases para a incorporação explícita da estrutura de dívidas e dos compromissos de pagamentos em moeda, realizada precursoramente por Minsky (1975, p.77-92), que estendeu o modelo de taxa própria de juros de Keynes (1936) para o lado do passivo. Isto permitiu a consolidação de um marco teórico capaz de captar a gestão estratégia de balanço empenhada pelos atores econômicos, incluindo os bancos e as empresas, posto que passou a contemplar os dois lados em simultâneo. Por isto, ao versar sobre o capítulo 17 da TG de Keynes (1936), afirma Minsky (1975, p.79):

> […] In this chapter he discusses the valuation of assets. His discussion, though perceptive, is flawed because he does not explicitly introduce liability structures and the payment commitments they entail at this point, even though this entered into his definition of precautionary demand for money. […]

Na abordagem ampliada proposta por Minsky (1975, p.77-92), o atributo "***c***" do modelo de taxa própria de juros de Keynes (1936) passa a corresponder aos gastos monetários incorridos pela emissão de dívidas para financiar a compra de ativos. O ponto fundamental consiste em notar que os custos das obrigações, sob a forma de pagamento de juros e/ou abatimento do principal, afeta a quase-renda que decorre da aquisição de um ativo ("**q**" no modelo de taxa de juros de Keynes). Isto porque, agora, ao diferencial entre a receita total e o custo variável, que constitui a quase-renda, deve ser deduzido o pagamento de juros em moeda atinente à dívida contratada para adquirir o ativo. Sob determinadas circunstâncias, os pagamentos em dinheiro

[68] Isto porque, conforme bem observa Cardim de Carvalho (1992a, p.93), as teorias da preferência pela liquidez e da eficiência marginal do capital são derivações lógicas e mais específicas do modelo geral de taxa própria de juros. Por esta razão, esta última constitui o coração da macroeconomia.

sobre as obrigações podem superar o total de quase-rendas, fazendo o agente assumir uma postura financeira especulativa ou *Ponzi*.

Por isto, este marco teórico permite a compreensão da gestão estratégica de balanço das empresas e dos bancos numa economia empresarial. No caso particular dos bancos, suas elevadas obrigações de curto prazo impõem a necessidade de refinanciamento intermitentemente, induzindo a estruturação de arranjos institucionais que assegurem a solvência destas instituições mediante o provimento de liquidez especialmente nos contextos de maior instabilidade, como o mercado interbancário e as operações de assistência de liquidez do banco central. Segue, pois, que a gestão de passivos se mostra tão importante quanto a de ativos para viabilizar o alcance dos resultados desejados por essas instituições numa economia empresarial, posto que os dispêndios dos atores econômicos são financiados a partir da emissão de débitos. Nos termos de Minsky (1975, p.86-87): *"The fundamental speculative decision of a capitalist economy centers around how much, of the anticipated cash flow from normal operations, a firm, household, or financial institutions pledges for the payment of interest and principal on liabilities. […]"*

Em sua equação adaptada de taxa própria de juros, Minsky (1975, p.77-92) passa a incluir, então, o custo acarretado pela emissão de dívidas, relativo ao financiamento das operações ativas dos atores econômicos. Numa economia capitalista, firmas e bancos têm um balanço que contempla não apenas um conjunto de ativos que rende "**q**", sujeitos sob diferentes intensidades a variações de preços que provocam perdas ou ganhos de capital "**a**", mas também obrigações e cumprimentos contratuais expressos em dinheiro que ensejam um fluxo monetário de pagamentos, representado por "**c**", além, é claro, de contar com certo grau de liquidez, "**l**". A taxa própria de juros de um ativo também depende, pois, do custo envolvido para financiá-lo. Neste sentido, afirma Minsky (1975, p.88):

> An operating firm therefore has to speculate on q – c, and on the assets to be owned which are valued for their disposal properties, i.e., assets which yield implicit returns in the form of l. A firm can acquire additional assets, which yield q, by increasing its liabilities, thus raising c, and by decreasing its liquid assets, thus lowering l. It can also increase its l by increasing its c; firms and households often have debts and own liquid assets.

Portanto, a decisão de investir do empresário representa, posto que implica, uma decisão de emitir dívidas ou, alternativamente, de reduzir seu grau de preferência pela liquidez. Sob contexto de expectativas otimistas, a razão entre ativos com maior e menor prêmio de liquidez

tende a decrescer, ante o estímulo ao endividamento. Em função disto, uma economia capitalista corresponde a um sistema eminentemente especulativo, pois pautado na aposta de que o fluxo de caixa esperado pela aquisição de um ativo com baixo prêmio de liquidez seja mais do que suficiente para arcar com os custos das dívidas emitidas para adquiri-lo. Tal aposta, cumpre salientar, reflete a visão dos homens de negócios sobre o futuro, sujeita a mudanças violentas e inesperadas (MINSKY, 1975).

3.1.1 Liquidez e flexibilidade

Em contextos de alta incerteza e/ou de aumentos esperados da taxa de juros os atores econômicos tendem a aumentar o grau de preferência pela liquidez – motivos precaução e especulação de demanda por moeda, respectivamente. E isso porque o dinheiro se mostra capaz de transportar a riqueza ao longo do tempo histórico, oferecendo não apenas segurança ao seu detentor, mas também, e não menos importante, a capacidade de reação frente a oportunidades lucrativas de negócios. Tem-se, pois, que a liquidez propicia flexibilidade de escolhas alternativas (HICKS, 1974). Conforme assinala Hicks (1974, p.47): *"A função social da liquidez está no fato de ela nos dar tempo para pensar."*, ainda que sua busca exasperada revele sua função anti-social, posto que capaz de gerar crises de insuficiência de demanda efetiva, como mostrou Keynes (1936).

Essa flexibilidade propiciada pela liquidez constitui condição fundamental para as decisões de balanço dos bancos e das empresas numa economia empresarial, sendo mais privilegiada quanto maior for a percepção de incerteza desses atores num dado momento. Diferentes necessidades de flexibilidade impõem distintos graus de preferência pela liquidez. Em ambientes de alta instabilidade macroeconômica, por exemplo, a opção por uma carteira de ativos com grau mais elevado de liquidez propicia a possibilidade de ajustamentos patrimoniais quase instantâneos, necessários tanto para proteger a riqueza em termos monetários, como para dilatar o leque de oportunidades para ampliá-la, posto que a estruturação de posições com alto grau de liquidez aumenta a capacidade de reação dos bancos e das empresas às oportunidades de ganhos proporcionadas pelas oscilações abruptas e repentinas das taxas de juros, de câmbio, de inflação, etc.

Em tais contextos, a abdicação da flexibilidade propiciada pela liquidez tem o custo de impedir o trânsito quase instantâneo da riqueza entre ativos alternativos. Essa inflexibilidade de

balanço pode, inclusive, comprometer a sobrevivência das empresas em ambientes de forte instabilidade. Como mais uma vez nos ensina Hicks (1974, p.38): *"[...] ao ficar com ativo de liquidez imperfeita, o proprietário estreita a faixa de oportunidades que se pode estar aberta. [...] Como se diz no jargão do mercado, ele 'se trancou'."*

Portanto, a opção por maior flexibilidade enseja um aumento do grau de preferência pela liquidez por parte dos agentes. Como consequência lógica, a busca por maior flexibilidade de escolha entre formas alternativas de alocação da riqueza enseja o aumento do grau de preferência pela liquidez. Ou seja, a opção por maior flexibilidade se traduz em termos de preferência por ativos com graus mais elevados de liquidez, cumprindo uma função estratégica no que diz respeito à gestão de balanço em contextos marcados por alta incerteza. Em tais ambientes, o custo ocasionado pela maior flexibilidade tende a ser inferior aos ganhos que podem ser obtidos a partir dela.

A maior flexibilidade obtida mediante o aumento do grau de preferência pela liquidez não necessariamente significa a assunção de uma postura defensiva por parte dos atores econômicos, posto que passível de estar relacionada a movimentos especulativos em relação às variações esperadas da taxa de juros (motivo especulação de demanda por moeda), bem como a oportunidades imprevistas de ganhos com os diversos ativos disponíveis no mercado em dado momento (motivo precaução de demanda por moeda). A flexibilidade propiciada pela liquidez, no plano da gestão de balanço permite a troca de posições quase instantâneas entre os mais diferentes ativos, condição que oferece aos bancos uma alta capacidade de adaptação e/ou reação às diferentes conjunturas. Por isso, o maior grau de liquidez desejado pelos bancos em ambientes de maior incerteza não se articula simplesmente com a ideia de uma postura defensiva, considerando se tratar de uma estratégia que visa ampliar a riqueza em contexto de instabilidade. Ao discorrer sobre o motivo precaução de demanda por moeda, afirma Keynes, (1936, p.140):

> [...] Entre outros motivos para conservar recursos líquidos, destacam-se o de atender às contingências inesperadas e **às oportunidades imprevistas de realizar compras vantajosas** e os de conservar um ativo de valor fixo em termos monetários para honrar uma obrigação estipulada em dinheiro. [grifo nosso]

Tem-se, pois, que a busca pela flexibilidade e, por extensão, pela liquidez, não necessariamente constitui um fim em si mesmo. Ao conformarem uma carteira de ativos pouco sujeita a perdas e com prazos curtos, os agentes atribuem maleabilidade no âmbito da gestão de

seus balanços, deixam de ficar "trancados" e, assim, expostos aos riscos provocados pelas oscilações dos preços fundamentais do sistema.

Em determinados ambientes, contudo, pode ocorrer de o "custo relativo da retenção de recursos líquidos" ao qual se refere Keynes (1936, p.140) ser negativo, ante a possibilidade de existência de ativos capazes de oferecer altos graus de liquidez e rentabilidade. Nesses casos, a opção pela assunção de posturas mais líquidas e, portanto, flexíveis do lado esquerdo do balanço tende a ser privilegiada pelos bancos. Num contexto dessa natureza, o desejo por flexibilidade e, ao cabo, por maior grau de liquidez, tende a ditar o compasso do padrão de atuação dessas instituições numa economia empresarial.

Isso quer dizer que a flexibilidade oferecida pela retenção de moeda ou de ativos altamente líquidos pode ser privilegiada não apenas em função da incerteza em relação ao futuro da taxa de juros, mas da incerteza em relação a todos os fatores que condicionam a tomada de decisão de balanço dos bancos. A opção pela assunção de um maior grau de liquidez em um dado momento não necessariamente se associa com a expectativa de aumento da taxa de juros adiante, conforme indicou o próprio Keynes (1936, p.140) quando da apresentação do motivo precaução de demanda por moeda. Esse aumento de flexibilidade viabilizado a partir da elevação do grau de preferência pela liquidez pode decorrer da ânsia dessas instituições de possuir "poder de reação" frente a movimentos esperados ou inesperados dos preços dos ativos ou a mudanças abruptas da conjuntura. A liquidez oferece, pois, liberdade e flexibilidade para responder às diferentes oportunidades de negócios. Como explica Davidson (1988, p.335), também à luz de Hicks (1974):

> In an economy that organises its production and purchase operation *via* money contracts, the possession of money and/or liquid assets (i.e. assets readily resalable for money in well-organised, orderly spot markets – cf. Hicks, 1974, p.42) permits the individual to take advantage of currently unforeseeable, future opportunities, while simultaneously self-insuring the holder against untoward events. **If an individual holds only illiquid (non-marketable) assets and no money, then the person has 'locked' himself in to a non-flexible course of action no matter what the future may bring**. An intermediate position of holding only imperfectly liquid assets (potentially saleable but not in well-organised markets) and no money will limit both the individual's opportunities and his self-insurance against misfortune (cf. Hicks, 1974, ch.2). […]

Logo, a opção pela assunção de posições de balanço mais líquidas tende a ser cada vez mais privilegiada quanto maior for a incerteza percebida pelos agentes, de um lado, e menor for o "custo relativo da retenção de recursos líquidos", de outro. A alocação da riqueza em ativos mais

ou menos líquidos afeta o prêmio pela renúncia à liquidez, mas o grau de preferência pela liquidez assumido pelos agentes em dado momento não depende somente das expectativas em relação ao comportamento vindouro da taxa de juros.

Portanto, em contextos de instabilidade, a assunção de posições mais líquidas implica maior flexibilidade de gestão de balanço, ante a maior capacidade de alternar as posições ativas ao sabor das necessidades de cada momento. Baseando-se em Hicks (1974), Fanelli e Frenkel (1995, p.32) afirmam que: *"[...] en una economía de alta incertidumbre macroeconómica donde es más fácil equivocarse, la flexibilidad para cambiar decisiones del pasado tine un premio económico."*. Em tais ambientes, condutas conservadoras sob o ponto de vista da liquidez podem ser as mais lucrativas, posto que garantem maior flexibilidade. Trata-se, pois, de uma forma de ajustamento dos atores econômicos ao contexto de alta incerteza (FANELLI e FRENKEL, 1995, p.33). Uma queda do estado de confiança tende a reduzir o desejo por posições menos flexíveis, como a aquisição de novos bens de capital, e aumentar as posições mais flexíveis, como a compra de ativos financeiros altamente líquidos. Os atores econômicos buscam com isso não apenas proteger a sua riqueza em termos monetários, mas também resguardar sua capacidade de optar entre diferentes alternativas de aplicação de recursos (JONES e OSTROY, 1984, p.14). O aumento da demanda por liquidez reflete o maior desejo por flexibilidade, um prêmio não trivial em tempos de alta incerteza (RUNDE, 1994, p.136-137)[69].

Portanto, tem-se a seguinte relação causal: o aumento da incerteza eleva o desejo por flexibilidade dos atores econômicos, o que incita o aumento da razão entre ativos mais e menos líquidos no lado esquerdo do balanço, ou seja, do grau de preferência pela liquidez[70]. Enseja, ainda, a redução dos prazos de maturação dos ativos, de modo a diminuir o grau de exposição a perdas (diretas e indiretas) provocadas por alterações bruscas dos preços fundamentais do sistema. Como as decisões que envolvem a aquisição de ativos instrumentais são irreversíveis no curto prazo, o aumento do desejo por flexibilidade, objetivado sob a forma de aumento do grau de preferência por liquidez, tende a reduzir o investimento agregado, com efeitos deletérios sobre

[69] Como bem observa Runde (1994, p.137) ao se referir aos trabalhos de Davidson (1988) e Makowski (1990), a despeito das divergências: *"Both adopt Hicks's (1974, p.39) interpretation of Keynesian liquidity preference as a instance of a more general demand for flexibility that arises with a view to 'things which are unknown now, but which will become known in time'. […]"*

[70] O aumento da participação de ativos mais líquidos no ativo total dos bancos, contudo, pode decorrer de outros fatores que não apenas o aumento da incerteza. A exigência de capital mínimo ponderado pelo risco, por exemplo, pode estimular o aumento da referida participação.

o emprego e a renda, ainda que temporários (JONES e OSTROY, 1984; MAKOWSKI, 1990; KEYNES, 1936).

3.2 O comportamento dos bancos numa economia empresarial

Apresentado o modelo de taxa própria de juros desenvolvido por Keynes (1936, 157-169) e adaptado por Minsky (1975, p.77-92), esta seção tem por objetivo discutir como os bancos se comportam numa economia empresarial. Desenvolve-se o argumento de que a composição de balanço dos bancos será guiada pelo grau de preferência pela liquidez assumido por estas instituições em dado momento, que irá determinar as classes de ativos adquiridas e a estrutura de obrigações assumida.

3.2.1 A gestão estratégica de balanço dos bancos

Conforme discutido no capítulo anterior, por trabalharem com o sistema de "reservas fracionárias", os bancos são capazes de expandir a quantidade de meios de pagamentos na economia, pois podem emprestar "mais do que possuem". Contudo, como uma parte dos depósitos de um banco resulta da emissão de outro banco contra si próprio, um banco individual, em geral, tende a não criar depósito de forma persistente em ritmo superior àquele correspondente à sua participação média no sistema bancário, posto que uma parcela dos depósitos criados tende a ser drenado para os demais bancos. Ou seja, como um banco está permanentemente recebendo direitos contra outros bancos e assumindo obrigações frente a outros bancos, ele deve conduzir seu negócio de modo a fazer com que estes movimentos opostos possam ser aproximadamente compensados. Uma postura muito ousada assumida por um banco individual em relação à concessão de crédito implica fortalecimento dos demais bancos em detrimento de si próprio (KEYNES, 1930a). Por esta razão, conforme já salientado, os bancos geralmente agem em conjunto, condição que tende a aprofundar as fases de expansão e contração dos negócios.

Nesta perspectiva que Alves Jr., Dymski e Paula (2008) sustentam, à luz de Keynes (1930a, p.23), que a composição de balanço de um banco individual se mostra apenas parcialmente determinada por suas próprias decisões, posto que influenciada pelas decisões de balanço dos demais bancos. A partir da desagregação do multiplicador bancário, os autores mostram que a expansão do crédito por um banco individual em ritmo superior ao do sistema

como um todo implica perda de reservas, uma vez que parte dos empréstimos do banco será drenada para os demais bancos, conduzindo-o a um processo de fragilização.

Embora normalmente o comportamento de um banco individual se mostra influenciado pelo comportamento dos demais bancos, deve ser destacado que isto não significa que um banco individual não possa, em determinadas circunstâncias e durante certo interregno, assumir uma postura mais arrojada do que as outras instituições, ante a possibilidade administração dinâmica das obrigações. Os bancos têm diante de si uma multiplicidade de possibilidades de captação de recursos, ao invés de apenas depósitos. A perda de reservas de um banco, decorrente de sua postura audaciosa na gestão de seus ativos, pode ser por ele compensada, por exemplo, mediante a utilização de instrumentos que busquem influenciar a escala de preferências dos depositantes e viabilizar a captação de recursos a partir de outras fontes, como no mercado interbancário ou internacional.

Isto significa que estas instituições não precisam manter fundos ociosos para poder atribuir viabilidade às suas operações ativas. Se assim fosse, os banqueiros seriam pobres, conforme assinala Minsky (1986, p.229). E isto porque os bancos têm acesso a fundos em diferentes mercados, incluindo o interbancário, de modo a amparar suas operações ativas e/ou zerar posição de reservas junto ao banco central. Não menos importante, podem suportar necessidades de liquidez mediante a venda de ativos altamente líquidos, optando pela alternativa de menor custo, conforme registra Saunders (2000, p.351-352). Os bancos podem, inclusive, realizar operações de arbitragem entre as taxas de redesconto e de mercado, a depender do arcabouço regulatório e dos mecanismos de supervisão prevalecentes. Tratam-se, pois, de atores ativos no que compreende à administração de seus passivos, posto que estão no mercado para maximizar lucros. Nas palavras de Minsky (1986, p.229-30):

> When a banker vouches for creditworthiness or authorizes the drawing of checks, he need not have uncommitted funds on hand. He would be a poor banker if had idle funds on hand for any substantial time. In lieu of holding non-income-earning funds, a banker has access to funds. Banks make financing commitments because they can operate in financial markets to acquire funds as needed; to so operate the hold assets that are negotiable in markets and have credit lines at other banks. […]

O conceito de multiplicador monetário[71], embora possa cumprir a finalidade de mostrar como o banco central pode influenciar a política bancária, apresenta-se insuficiente para captar a

[71] O multiplicador monetário é dado por $\alpha = 1 / 1\text{-}d\ (1\text{-}e)$, sendo "d" a relação entre depósitos à vista dos bancos comerciais e os meios de pagamentos (DVbc/MP) e "e" a razão entre as reservas bancárias e os depósitos à vista

dinamicidade da gestão de balanço de um banco numa economia empresarial tal como definida no capítulo anterior. Logo, embora normalmente o comportamento de cada banco seja influenciado pelo comportamento do sistema como um todo, ou seja, por "forças exógenas" sobre as quais um banco individual não exerce controle, tais forças podem decorrer dos próprios desejos dos banqueiros, ao invés dos depositantes e, porque não, da autoridade monetária e dos demais bancos. Nos termos de Keynes (1930a, p.23):

> Thus the behaviour of each bank, though it cannot afford to move more than a step in advance of the others, will be governed by the average behaviour of the banks as a whole – to which average, however, it is able to contribute its quota small or large. Each bank chairman sitting in his parlour may regard himself as the passive instrument of outside forces over which he has no control; **yet the 'outside forces' may be nothing but himself and his fellow-chairmen, and certainly not his depositors**. [grifo nosso]

Com efeito, afirmar que os bancos normalmente atuam juntos não implica assumir a impossibilidade de um banco individual não agir em linha com o comportamento médio do sistema durante certo período e em determinados contextos. Um banco poderá assumir postura operacional diferenciada caso as suas expectativas divirjam da percepção prevalecente da maioria, antecipando comportamentos que imaginam se tornar comuns ao sistema para, mais adiante, apropriar-se de lucros extraordinários por um determinado período ou se proteger de movimentos adversos provocados pela reversão dos negócios, mesmo que esta estratégia implique uma maior dependência do interbancário. A assunção de uma postura mais prudente por um banco nas fases de expansão, por outro lado, pode significar perdas de fatias de mercado irrecuperáveis diante de alterações do estado geral de expectativas.

Os bancos não são agentes passivos. São instituições capazes de influenciar seus depositantes e, sob determinados contextos, contrariar as determinações das autoridades

---

(Et/DVbc). Logo, quanto maior for "e", *ceteris paribus*, menor será o multiplicador monetário (α), e quanto maior for "d", maior será "α". Isto induz a supor que a autoridade monetária, ao poder impor níveis mínimos de reservas aos bancos (recolhimento compulsório) e praticar taxas punitivas nas operações de redesconto, ou seja, ao poder afetar "e" e "d", exerce controle absoluto do multiplicador monetário (α), ou seja, sobre a capacidade de empréstimos dos bancos e, por conseguinte, sobre a quantidade de moeda na economia. Trata-se, contudo, de um entendimento estático do comportamento dos bancos, insuficiente para captar a dinamicidade destas instituições. Conforme será discutido, os bancos administram dinamicamente os dois lados do balanço, sendo capazes de driblar as restrições impostas pela autoridade monetária. Supor que um banco que aumenta seus empréstimos em ritmo superior à sua quota no sistema não irá buscar incessante e ativamente recursos no mercado para dar suporte às suas aplicações, bem como optar por formas de captação menos sujeitas à incidência de recolhimentos compulsórios, constitui uma abstração que, a despeito de cumprir sua função, não acomoda a realidade destas instituições numa economia empresarial.

monetárias[72]. Não constituem simples criadoras quase-técnicas de moeda, intermediárias neutras entre poupadores e agentes deficitários, incapazes de afetar as variáveis-chave do sistema. Ao invés disto, a postura operacional dos bancos será fortemente influenciada pela percepção do banqueiro em relação ao cenário econômico futuro, percepção esta que é fruto de um conjunto de expectativas sensível a fatores objetivos e subjetivos, ainda que normalmente em linha com as posturas dos demais bancos.

A abordagem de balanço permite captar, em boa medida, a gestão estratégica de ativos e passivos implementada por estas instituições. Com o termo "gestão estratégica de balanço" se quer afirmar que os bancos administram simultaneamente os dois lados de seus balanços, de forma interdependente. Isto porque, conforme destacou Minsky (1975, p.70), uma decisão de portfólio envolve dois movimentos inter-relacionados, a saber: de um lado, envolve a decisão de quais ativos serão comprados; e, de outro, a decisão de como esta posição será financiada, ou seja, quais obrigações serão emitidas. Tem-se, então, a configuração de uma estrutura financeira interconectada, envolvendo uma enorme variedade de fluxos de recebimentos e pagamentos denominados em moeda.

Enquanto a administração do ativo corresponde à alocação de recursos entre diferentes alternativas de investimento, a administração do passivo diz respeito à captação de recursos a partir de fontes alternativas disponíveis, incluindo a participação do capital próprio no total do passivo destas instituições, ou seja, o grau de alavancagem assumido por elas. Donde a composição do ativo entre aplicações mais e menos líquidas, bem como do passivo entre obrigações mais ou menos custosas e mais ou menos curtas, irá depender do grau de preferência pela liquidez dos bancos em dado momento, que, por seu turno, irá determinar a gestão estratégica de balanço destas instituições. Nos termos de Bezerra (1995, p.146):

> Enquanto a administração de ativos é utilizada para determinar **de que forma** o banco vai emprestar, é no âmbito da administração do passivo que o banco vai tomar as decisões visando modificar o montante total de recursos disponíveis para empréstimos. As decisões envolvendo a administração do passivo visam, também, determinar as

[72] Diferentemente do admitido pelas abordagens tradicionais sobre o comportamento dos bancos. Sobre as abordagens convencionais que assumem os bancos como meros intermediários neutros, ver Gurley e Shaw (1955) e Fama (1980). Sobre a "visão nova" de Tobin (1971), pautada na condição de que os bancos acomodam as demandas do público até o ponto em que a receita marginal é igual ao custo marginal, mas que não admitem a possibilidade de os bancos afetarem a escala de preferências dos depositantes e que supõem as reservas enquanto a forma de satisfação da liquidez por estas instituições, ver também Klein (1971). Para um resumo dos modelos neoclássicos de firma bancária, ver Baltensperger (1980) e Santomero (1984). Para uma abordagem geral e crítica, ver Paula (1997) e Bezerra (1995).

> participações que cada obrigação deve ter no total [do ativo/passivo], incluindo a proporção do patrimônio líquido, ou o que significa o mesmo, o seu grau de alavancagem. [grifo do autor; incorporação nossa]

Para além de uma abordagem estritamente contábil, a composição do balanço de um banco expressa sua escala de preferência por liquidez em dado momento, circunscrita a um contexto onde previsões baseadas em cálculos de probabilidades não são suficientes para garantir que o cenário esperado seja aquele efetivamente verificado, ante a possibilidade de reversões súbitas do estado geral de expectativas. O portfólio dos bancos, bem como sua estrutura de obrigações, reflete a percepção destas instituições em relação ao cenário prospectivo de unidades particulares e da economia, formada a partir de suas visões presentes e passadas (MINSKY, 1975, p.69). Nos termos de Freitas (1997, p.76):

> […] Os bancos, como todos os outros agentes, possuem preferência pela liquidez e expectativas em relação ao futuro, que norteiam as estratégias que traçam em sua busca incessante de valorização. **Nesse sentido, eles administram ativamente os dois lados do balanço e utilizam igualmente de expedientes, como as transações fora do balanço**. Como o desejo dos bancos em se manterem líquidos depende de suas considerações otimistas ou pessimistas sobre o estado dos negócios ao longo do ciclo econômico, é possível que, em certas circunstâncias, eles decidam racionar o crédito, refreando o crescimento econômico ou mesmo conduzindo à regressão da produção e dos investimentos. [...] [grifo nosso]

No que se refere ao lado esquerdo do balanço, os bancos podem combinar diversos ativos com diferentes graus de liquidez e rentabilidade, ao sabor de suas expectativas. A participação de cada uma destes ativos na composição de suas aplicações se mostra sujeita a amplas flutuações, posto que dependente do estado geral de expectativas prevalecente: do grau de preferência pela liquidez dos banqueiros e demais atores econômicos. A oferta de crédito não será determinada passivamente pela demanda por recursos por parte dos mutuários. A demanda por crédito será apenas satisfeita se o banqueiro assim desejar, caso suas expectativas em relação à capacidade de repagamento futuro do empréstimo pelo mutuário e à manutenção do valor do colateral forem otimistas, bem como se a natureza das suas obrigações emitidas assim permitir (CARDIM DE CARVALHO, 1999a). Por este motivo, inclusive, as proporções nas quais os recursos são alocados pelos bancos entre ativos mais ou menos líquidos se acham sujeitas a amplas oscilações. Não por outra razão, afirmou Keynes (1930b, p.59):

> [...] what bankers are ordinarily deciding is, not *how much* they will lend in the aggregate – this is mainly settled for them by the state of their reserves – but in *what forms* they will divide their resources between the different kinds of investment which are open to them. Broadly there are three categories to choose from – (i) bills of exchange and call loans to the money market, (ii) investments, (iii) advances to customers. As a rule, advances to customers are more profitable than investments, and

> investments are more profitable than bills and call loans; but this order not invariable. On the other hand, bills and call loans are more 'liquid' than investments, i.e. more certainly realizable at short notice without loss, and investments are more 'liquid' than advances [...] **the proportions in which their resources are divided between these three categories suffer wide fluctuations** [...] [grifo nosso]

Nesta passagem, ademais, Keynes (1930b, p.59) estabelece uma relação entre retorno e grau de liquidez no que tange às três categorias de ativos mencionadas, a saber: 1) títulos de curtíssimo prazo; 2) títulos de médio e longo prazos; e 3) operações de crédito. Os primeiros apresentam alto prêmio de liquidez, mas em detrimento do retorno monetário. Os segundos, por sua vez, apresentam um grau de liquidez inferior aos títulos de curtíssimo prazo, mas em contrapartida oferecem um rendimento mais elevado. Finalmente, os empréstimos são mais lucrativos do que os dois anteriores, mas apresentam um grau de liquidez bem menor. Em realidade, os atores econômicos, e os bancos em particular, se deparam com uma enorme variedade e complexidade de ativos passíveis de serem adquiridos.

Neste mesmo trecho de seu *Treatise*, contudo, Keynes (1930b) sugere que as reservas agregadas de recursos ditam o compasso que é comum ao sistema bancário. Por isso, inclusive, sua ênfase nas formas pelas quais os bancos alocam seus ativos, mais do que na quantidade emprestada, posto que restringida pela posição de reservas determinada institucionalmente (HAWKINS, 2002, p.111). Não obstante, o desenvolvimento do sistema bancário fez com que a quantidade de reservas deixasse de constituir o principal determinante do volume de suas operações de crédito no agregado (CHICK, 1994). Com efeito, essas instituições passam a decidir não apenas a alocação de seus recursos entre as diferentes classes de ativos disponíveis em dado instante e contexto de expectativas, mas também a dispor de grande flexibilidade em relação à quantidade de recursos que irão emprestar no agregado. Os bancos, então, decidem quanto e como alocar seus recursos simultaneamente.

Para reduzir os riscos envolvidos nas operações de crédito, os bancos normalmente exigem garantias para caucionar os empréstimos. Por estas e outras razões, o contrato exerce papel muito importante para a decisão de emprestar do banco, constituindo um mecanismo de defesa do credor frente à possibilidade de inadimplência por parte do mutuário, pois nele irão constar as cláusulas que irão garantir ao credor o direito sobre os colaterais dados em garantia. Nas palavras de Minsky (1986, p.228), *"Money contracts used to finance asset holding and investment contain clauses that protect financing units against the moral hazard of borrowers conveying assets."*. Conforme registra Davidson (2002, p.147), moeda e contratos são

intimamente relacionados. Os contratos funcionam como uma garantia da continuidade entre o presente e o futuro, condição necessária para que o dinheiro cumpra suas funções básicas (meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor)[73]. A existência de fatores que impeçam o cumprimento rápido e eficaz dos termos contratuais tende a fazer com que os bancos sejam ainda mais seletivos em suas operações de crédito e estabeleçam margens de segurança mais dilatadas quando da realização de tais operações.

Para subverter o baixo grau de liquidez dos adiantamentos a clientes, os bancos podem securitizar suas carteiras de empréstimos, cujos títulos passam a ser negociados nos mercados secundários. Opera-se, assim, a transformação de ativos não-negociáveis em ativos negociáveis no mercado (FERREIRA e FREITAS, 1990). Este constitui, pois, o estágio VI de desenvolvimento do sistema bancário, à luz de Chick (1994). Com isso, os bancos passam a atuar como *brokers*, obtendo seus ganhos a partir de comissões e tarifas de serviços prestados. E além de as carteiras de crédito dos bancos serem transformadas em valores mobiliários negociáveis, elas são retiradas de seus respectivos balanços patrimoniais, transformadas em ativos líquidos. Por isso, afirma Cardim de Carvalho (2007, p.17):

> [...] a securitização muda a natureza da operação desempenhada pelo banco. Suas obrigações são reduzidas, de modo que os riscos a que o banco estão sujeitos são diminuídos. Tudo é tornado possível porque o empréstimo que é securitizado se torna muito líquido; de fato, ele se torna tão líquido que o banco pode simplesmente vendê-lo. [...]

Com a securitização de sua carteira de empréstimos, o banco transfere o risco de juros para terceiros e viabiliza a retirada de tais operações de seu balanço. O banco agrupa certa quantidade de novos empréstimos e constitui um fundo, que passa a ser gerenciado por um agente fiduciário. Os títulos emitidos pelo fundo, que têm como lastro a carteira de empréstimos do banco, são repassados para um subscritor, que viabiliza o escoamento dos papéis para o público interessado. Os tomadores do empréstimo pagam normalmente os encargos para o banco. Este, por seu turno, repassa o fluxo de rendas para o agente fiduciário, que depois de abater a parcela referente às suas próprias despesas, bem como as do banco, o transfere para os quotistas do fundo. Para tornar os títulos de dívida atrativos aos investidores, os bancos podem assumir a condição de avalista do fundo (HOWELLS E BAIN, 2001, p.281). A securitização de suas

[73] Por isso, afirma Davidson (1972, p.149): *"It is synchronous existence of money as a unit of account and the presence of 'offer contracts' and 'debt contracts' which are denominated in money units which forms the core of a modern monetary production economy."*

carteiras de empréstimos lhes permite transformar empréstimos de longo prazo em disponibilidades (caixa), com seus ganhos passando a decorrer da corretagem de valores (*broker*), ao invés da transformação de ativos (SAUNDERS 2000, p.593).

Inovação da década de 1980, a securitização das carteiras de crédito permitiu aos bancos de diversos países driblarem as regras impostas pelo Acordo de Basiléia de 1988[74], viabilizando o processo de "arbitragem regulatória". Comparando a ponderação estabelecida pelo Acordo com a determinada por seus controles internos de risco, sucuritizaram as carteiras menos arriscadas e se enveredaram em direção às operações mais arriscadas registradas em balanço, pois como o Acordo impunha sobre os empréstimos coorporativos, indistintamente, um ponderação máxima de risco e, portanto, de necessidade de capital próprio, os bancos se tornaram mais apetitosos por risco, condição que potenciou a utilização de uma outra inovação do período, os derivativos de crédito[75] (GUTTMANN, 2006).

Com esses processos, além minimizarem as exigências de capital mínimo impostas pelas autoridades monetárias, os bancos conseguem aumentar o grau de liquidez de seus ativos mesmo realizando operações de crédito, reduzindo o nível necessário de reservas para fazer frente ao risco de liquidez. Nos termos de Saunders (2000, p.362), tomando-se por base a realidade norte-americana:

> [...] os empréstimos bancários estão sendo cada vez mais securitizados e/ou vendidos em mercados secundários. Isso tem alterado de maneira fundamental a iliquidez das carteiras de empréstimos bancários, tornando-as mais parecidas com as carteiras de títulos do que anteriormente. Quanto mais líquida a carteira de empréstimos, menor a necessidade de grandes volumes de ativos líquidos tradicionais, tais como caixa e títulos, para atuar como reservas complementares contra retiradas inesperadas.

Além da possibilidade de securitizarem e/ou venderem suas carteiras de crédito, os bancos podem viabilizar ou auxiliar a captação direta de recursos pelas empresas, também atuando como

---

[74] Sucintamente, um dos principais objetivos do primeiro acordo da Basiléia consistiu na viabilização de um arranjo jurídico-institucional para a constituição de reserva de capital próprio pelos bancos, mediante a ponderação das diferentes operações às respectivas classes de risco envolvidas, de sorte a minimizar os diferentes riscos envolvidos no processo de intermediação de recursos e, assim, garantir a estabilidade do sistema financeiro. Sobre os pressupostos teóricos do acordo da Basiléia, bem como a relação entre regulamentação prudencial e estabilidade do sistema financeiro, ver Chianamea (2004).

[75] Os bancos, alternativamente, também podem vender suas carteiras de empréstimos para outros bancos ou para investidores institucionais diretamente, ao invés de a venda ser processada sob a forma de títulos, de sorte a transferir os riscos envolvidos nestas operações. Trata-se, contudo, de uma forma mais primitiva de securitização. A venda das carteiras é normalmente realizada sem recurso, ou seja, o banco não assume passivo condicional em termos de risco de crédito, posto que seu principal objetivo consiste justamente em retirar tais operações de seus balanços. Os empréstimos são garantidos por ativos da empresa tomadora dos recursos, e não pelo banco vendedor (SAUNDERS, 2000, p.571).

brokers. Mas diferentemente da securitização das carteiras de empréstimos, estas operações não passam em nenhum momento pelo balanço dos bancos, afetando apenas seus resultados. Isto oferece a estas instituições a possibilidade de orientar seus recursos de balanço para a aquisição de outros ativos sem comprometer seus níveis de reservas.

A depender do quadro e das possibilidades institucionais prevalecente em dado país, os bancos podem adquirir proteção contra riscos de crédito a partir de instrumentos derivativos (de crédito), protegendo-se contra a inadimplência. Nestes casos, a um dado preço, os ofertantes de proteção, normalmente investidores institucionais, assumem o risco de inadimplência das carteiras de empréstimos dos bancos, o que pode torná-los ainda mais predispostos à assunção de riscos exagerados. No que diz respeito à proteção mediante a securitização de suas carteiras de empréstimos, por seu turno, os bancos já se mostraram capazes de transferir os riscos das operações mais arriscadas mediante o "empacotamento", num só papel, de diferentes espécies de recebíveis, de sorte a imputar-lhe uma classificação de risco condizente com a possibilidade de sua negociação em mercado[76] (CINTRA e CAGNIN, 2007). Por isso, tomando-se por base a realidade do sistema financeiro norte-americano contemporâneo, afirmam Cintra e Cagnin (2007, p.314-15):

> O desenvolvimento de novos instrumentos financeiros decerto favoreceu o processo de transferência de risco dos bancos para outros agentes financeiros. Esse risco, entretanto, não desapareceu: ele foi apenas segmentado e redistribuído. Por meio dos derivativos e de outros instrumentos, os diversos riscos foram fatiados, securitizados e vendidos. Essa expansão dos mecanismos de transferência de risco pode representar a imagem refletida no espelho dos baixos riscos contabilizados nos balanços bancários.

Isso mostra que os bancos são capazes de viabilizar diversas operações fora de seus balanços, seja mediante o provimento de serviços financeiros, seja a partir de atividades que implicam passivos contingentes (que podem ou não ocorrer)[77]. Estas instituições podem reduzir os riscos envolvidos em suas operações, não apenas de empréstimos, a partir de operações nos

---

[76] Para viabilizar o escoamento para o mercado dos papéis de maior risco, os bancos também podem assumir passivos contingentes. Nestes casos, caso os papéis lastreados em suas carteiras de crédito não sejam mais financiados, são obrigados a assumir tais perdas em seus balanços. Em termos gerais, foi isso que aconteceu no mercado de hipotecas *subprime* norte-americano em 2007-2008, conforme registram Cintra e Gagnin (2007), cujas perdas patrimoniais assumidas pelos bancos atingiram cifras gigantescas e exigiram a atuação coordenada dos bancos e dos bancos centrais para conter o risco sistêmico.

[77] Ou seja, tratam-se de operações que geram rendas para os bancos, como prestação de serviços financeiros (consultoria de investimento, corretagem de seguros, etc.) e atividades que geram passivos contingentes (subscrição de valores mobiliários, organização e planejamento de operações nos mercados derivativos, emissão de garantias, etc.), mas que não têm contrapartida em seus balanços patrimoniais, pois não criam ativos e passivos registrados pela contabilidade convencional (HOWELLS E BAIN, 2001).

mercados de derivativos, as quais podem inclusive ser utilizadas para atividades meramente especulativas. De qualquer modo, a despeito dos possíveis e cada vez mais frequentes "malabarismos" utilizados pelos bancos para reduzir os riscos envolvidos em suas operações, bem como dos riscos particulares envolvidos em cada modalidade de crédito e grupo de tomadores, pode-se afirmar que os empréstimos a clientes apresentam um grau de liquidez inferior aos demais ativos referenciados por Keynes (1930b, p.59).

A aplicação e títulos públicos ou privados de médio e longo prazo, equivalente ao que Keynes (1930b, p.59) chamou de investimentos, constitui uma alternativa mais líquida do que os empréstimos para os bancos. Isto porque embora tenham, geralmente, um alto grau de liquidez, estes ativos são sujeitos a perdas de capital, decorrentes das variações de seus preços de mercado, caso se decida resgatá-los antes do prazo de vencimento. Para que sejam atrativos para os bancos, estes títulos de dívida normalmente possuem uma rentabilidade maior do que os de menor maturação, especialmente os relacionados à negociação no mercado interbancário, posto que têm prazos mais alongados (maior risco).

Como a composição do balanço dos bancos se mostra sensível ao estado geral de expectativas prevalecente, estas instituições podem procurar assumir uma postura mais líquida quando da observância de um cenário prospectivo pouco promissor. Os bancos tendem a privilegiar, assim, as operações com títulos de curtíssimo prazo, geralmente títulos públicos. Em função da existência de um mercado desenvolvido para a negociação desses papéis, do reduzido prazo de vencimento do título – que pode chegar a apenas um dia – e da possibilidade de compromisso de recompra pela contraparte envolvida a um preço previamente estipulado, minimiza-se o risco de perda de capital para os bancos. Com efeito, tais ativos representam quase-moedas (*near moneys*), mostrando-se capaz de acomodar a demanda por moeda pelo motivo segurança ou precaução, conforme já advertido por Minsky (1975, p.76). Garantem liquidez e oferecem certa rentabilidade.

A abordagem da preferência pela liquidez permite observar, então, a lógica do papel da moeda numa economia empresarial tanto no que concerne à esfera da demanda, quanto no que diz respeito ao âmbito de sua oferta. São as escolhas de portfólio realizadas pelos bancos, associadas às imposições impostas pela autoridade monetária, que irão determinar a quantidade de moeda disponível na esfera da circulação industrial. Tais escolhas, por seu turno, são

condicionadas pelo grau de preferência pela liquidez assumido por estas instituições em dado instante, considerando-se o modelo de taxa própria de juros desenvolvido por Keynes (1936) apresentado no item anterior. Não menos importante, o grau de liquidez assumido pelos bancos num dado período depende da capacidade destas instituições obterem recursos no mercado, bem como gerar receitas a partir deles.

O estado geral de expectativas prevalecente constitui variável central no âmbito da composição de balanço dos bancos, pois determina a percepção de risco assumida por estas instituições e, ao cabo, suas margens de segurança. Embora indispensáveis, as ferramentas de gestão de ativos e passivos utilizadas pelos bancos são sujeitas a erros. Na busca da otimização dos riscos e retornos envolvidos em suas posições de balanço, os bancos e demais atores econômicos com operações nos mais diversos mercados fazem uso de variados modelos de gerenciamento de risco, os quais buscam otimizar a relação risco versus retorno das diversas classes de ativos disponíveis à luz das regulamentações prudenciais vigentes em dado momento. Não obstante, a despeito de se mostrarem úteis em momentos de normalidade, esses modelos se mostram suscetíveis a falhas, especialmente nos momentos de nervosismo dos mercados, quando todos os agentes tendem a correr para uma só direção (GREENSPAN, 2008a). Segundo Greenspan (2008b, p.B6):

> O problema essencial é que nossos modelos tanto os de risco quanto os econométricos, por mais complexos que se tenham tornado, ainda assim são simples demais para capturar a ampla gama de variáveis que definem e propelem a realidade econômica mundial.
> [...] Correlações negativas entre classes de ativos, tão evidentes durante uma expansão, podem entrar em colapso quando todos os preços de ativos caem juntos, o que solapa a estratégia de melhorar o equilíbrio por meio da diversificação.

Ou, ainda, conforme mais detalhadamente registram Cintra e Cagnin (2007, p.322-23), à luz de Guttmann (2006, p.190-191):

> O pressuposto dos modelos de gestão e monitoramento de risco é que o passado continue a se reproduzir no futuro. Isso significa que os modelos presumem uma relativa normalidade no ambiente de negócios. **Em períodos de turbulência, no entanto, os sofisticados sistemas de administração de risco se tornam inadequados**. Os conceitos estatísticos utilizados para mensurar os riscos – as distribuições de probabilidade, as médias aritméticas indicando resultados mais prováveis na forma de valores esperados, o desvio-padrão de resultados efetivos a partir do valor (médio) esperado, a co-variância que mede a forma em que os retornos dos diferentes ativos estão inter-relacionados – deixam de se aplicar a episódios de crises financeiras. Em movimentos imprevisíveis de rupturas e ajustes violentos [...] os modelos auxiliam muito pouco. [...] Os padrões bem-comportados de previsibilidade de eventos sugeridos pela teoria estatística da diversificação dos *portfólios* de ativos desaparecem. [...] [grifo nosso]

No que confere ao lado direito de seus balanços, os bancos administram dinamicamente as suas obrigações, seja para escapar das restrições regulatórias impostas pela autoridade monetária, seja para concorrer pela captação de recursos com as demais instituições que operam no mercado. Conforme indica Saunders (2000, p.354), se do lado esquerdo do balanço um banco enfrenta o *trade-off* risco versus retorno, do lado direito se depara com o *trade-off* risco de liquidez versus custo de captação. Ou seja, quanto maior o prazo da obrigação emitida, de sorte a reduzir o risco de liquidez, maior tende a ser o custo de captação. Deste modo, ao buscar reduzir o custo de suas obrigações, os bancos são induzidos a encurtarem seus passivos. Ficam, assim, mais expostos ao risco de liquidez. Os bancos tendem, pois, a preferir uma carteira diversificada de ativos e passivos.

Essas instituições são capazes de utilizar diversos mecanismos para reduzir o risco de liquidez oriundo do encurtamento de suas obrigações. Podem, por exemplo, transferir automaticamente a totalidade ou parte dos recursos depositados em conta corrente pelos clientes para a conta-poupança[78]. O manejo da taxa de juros de captação de recursos corresponde a apenas um dos mecanismos que os bancos utilizam para moldar suas obrigações ao sabor de suas necessidades de balanço, nem sempre ocupando o lugar de maior importância no processo competitivo. Não obstante, trata-se de um instrumento poderoso para aumentar a captação de recursos pelos bancos. Essas instituições geralmente pagam juros explícitos maiores à medida que aumenta o volume de recursos aplicados pelo cliente e/os que os prazos pactuados entre as partes envolvidas são elevados.

Enfim, os bancos buscam se diferenciar permanentemente de seus concorrentes de modo a lhes permitir a obtenção de ganhos extraordinários, mesmo que temporários. A diferenciação, inclusive, pode se dar mediante a introdução de inovações financeiras, ou seja, a partir da introdução de um novo produto ou serviço financeiro, bem como de novas formas de se oferecer um produto ou serviço já existente (FREITAS, 1997).

---

[78] Esta estratégia tem sido utilizada recorrentemente pelos bancos no Brasil. Com isso, estas instituições buscam, a um só tempo, reduzir a incidência de recolhimento compulsório, pois no caso específico brasileiro a alíquota determinada pelo banco central é menor do que a incidente sobre os depósitos à vista, e induzir o cliente a permanecer com os recursos em conta por mais tempo, visto que recebem juros explícitos sobre os depósitos de poupança. Esta iniciativa pode se mostrar bastante lucrativa para os bancos, especialmente sob contexto de elevada demanda por crédito imobiliário, pois atualmente no Brasil, em particular, 65% dos valores depositados nas cadernetas de poupança devem ser destinados ao financiamento imobiliário. No mais, os juros explícitos pagos aos depositantes são bastante inferiores aos pagos nos CDBs.

Isto significa que a estratégia competitiva de um banco transcende a concorrência estritamente via preço. Estas instituições podem ainda oferecer produtos financeiros que acomodem ou modifiquem as preferências público; disponibilizar linha de crédito aos clientes sem a cobrança de juros durante certo interregno; estabelecer relações personalizadas com faixas selecionadas de clientes; instituir novos processos, de sorte a reduzir custos e aumentar a celeridade de certos procedimentos, como abertura de conta e concessão de linhas de crédito; utilizar estratégias e ações de marketing de modo a passar uma imagem de segurança e eficácia; oferecer uma cesta ampla de produtos e serviços, de modo a estimular a contratação de quaisquer produtos e serviços pelos clientes, transformando estas instituições em verdadeiros "supermercados financeiros"; contratar equipes de profissionais renomados no mercado, de modo a induzir o público à utilização de seus serviços; realizar uma gestão eficiente dos produtos financeiros disponibilizados, com taxas de administração competitivas, quando houver; oferecer canais diretos de aplicação de recursos, de modo a possibilitar ao cliente a compra de títulos públicos e ações sem a intermediação do banco, que passa a atuar como *broker* na operação; podem, ainda, conceder prêmios e bonificações a partir de utilização de variados tipos serviços e produtos financeiros.

Além da utilização de técnicas convencionais de administração do passivo, os bancos trabalham constantemente para lançar novos produtos e serviços no mercado, buscando inovar. As inovações financeiras, por não estarem previamente sujeitas às restrições regulatórias, permitem a consolidação de uma estratégia operacional diferenciada, possibilitando a obtenção de lucros extraordinários até que elas sejam difundidas para os demais concorrentes e/ou reprimidas pela autoridade monetária mediante imposição de novas restrições regulatórias (FREITAS, 1997; MINSKY, 1986).

Neste contexto, as inovações são contínuas, podendo ser exógenas ou endógenas ao sistema. Seguindo a tipologia proposta por Howells e Bain (2001, p. 277), são exógenas quando decorrem da resposta dos bancos às mudanças no ambiente econômico, decorrentes principalmente de alterações regulatórias, de aumento da volatilidade de preços-chaves do sistema e das novas tecnologias incorporadas ao sistema financeiro. São endógenas quando decorrem de outros distúrbios, assim como de iniciativas das próprias instituições financeiras com vista a se diferenciar dos demais concorrentes – ver Apêndice B.

As inovações financeiras são capazes, então, de modificar a conduta dos atores econômicos ao sabor das necessidades de resultados dos bancos, tornando viáveis operações que são restringidas pelo arcabouço regulatório e/ou inviabilizadas pela elevada volatilidade de preços fundamentais para a tomada de decisão. Destarte, tem-se que sempre que os custos das inovações financeiras se mostrarem inferiores aos custos das restrições que lhes são colocadas, os bancos são condicionados a implementá-las. Por outro lado, tais inovações concorrem no sentido de minimizar a eficiência da política monetária, bem como potenciar a instabilidade sistêmica, à medida que podem ser utilizadas para potenciar posições especulativas[79] (HOWELLS e BAIN, 2001, p.277).

Numa economia empresarial, portanto, a estrutura de obrigações passa a ter uma importância singular aos bancos, pois irá viabilizar a consolidação de um portfólio que exprima as suas reais expectativas em relação ao futuro. A quantidade e o perfil das obrigações emitidas por estas instituições irão expressar as suas apostas em relação ao cumprimento dos contratos realizados com os seus devedores, ou seja, ao fluxo monetário que se espera receber de suas aplicações (MINSKY, 1975). Existirá não apenas uma diversidade de ativos disponíveis no mercado, mas também diversas possibilidades existentes para emissão de dívidas, combinando formas diferenciadas de liquidez, rentabilidade/custo e prazos de maturação. Nos termos de Belluzzo (2004, p.9):

> Podemos […] imaginar a economia como uma estrutura de balanços inter-relacionados e em transformação: aos ativos correspondem passivos que resultaram de decisões passadas. A esta configuração patrimonial estão se agregando os resultados das decisões em curso relativas à posse de ativos e à forma de financiá-los. Além de adiantar recursos líquidos, criar liquidez, para a efetivação do gasto, o sistema bancário é encarregado de intermediar as mudanças patrimoniais ao longo dos sucessivos "momentos" de geração e utilização da renda.

Isto não significa que a captação de recursos seja uma necessidade prévia para que os bancos emprestem, como admitido pelas abordagens tradicionais, mas, sim, que diante de oportunidades lucrativas os bancos podem explorar novos canais de financiamento, de modo a potenciar linhas de negócios e geração de resultados.

---

[79] Embora os instrumentos "*hedging finance*" sejam capazes de evitar as distorções provocadas por variações de juros e câmbio sobre as estruturas patrimoniais dos agentes individuais, eles se mostram incapazes de suprimir a instabilidade financeira sistêmica. Isto porque tais instrumentos apenas transferem e segmentam riscos, ao invés de eliminá-los (FARHI, 1999, p.112; CINTRA e CAGNAIN, 2007, p.314-15). Sobre a relação entre inovações financeiras e instabilidade sistêmica, ver ainda Braga e Cintra (2004), Farhi (1998) e Cintra (1997; 2000).

3.2.2 Os bancos nas fases de expansão e contração dos negócios

Em contextos de otimismo e de inexistência de outras classes de ativos menos arriscados que permitam o alcance da rentabilidade esperada, os bancos tendem a aumentar suas posições em ativos cujo retorno monetário seja elevado e cujo prêmio de liquidez seja baixo, como operações de crédito[80]. Estas instituições estarão mais propensas a alongar os prazos (aumentar a relação entre ativo realizável e ativo total) e aumentar a proporção entre ativos com baixo e alto grau de liquidez em carteira (reduzir disponibilidades e aplicações em títulos de curto prazo, públicos e privados), a despeito de incorrem em maiores riscos de juros, liquidez e crédito. E tendem a fazer isso conjuntamente, de sorte a evitar perdas de fatias de mercado para os demais concorrentes. Nesses ambientes, os bancos "fazem posição" (*position making*) no sentido sugerido por Minsky (1975, p.124), ou seja, privilegiam ativos com altos retornos monetários, menos líquidos.

Na fase de expansão dos negócios, pois, os bancos tendem a reduzir suas margens de segurança, inserindo-se na região de riscos crescentes. Conforme assinala Kregel (1997), os bancos geralmente não percebem que suas margens de segurança estão sendo reduzidas, pois: 1) a própria expansão dos negócios tende a aumentar a convicção dos banqueiros (peso do argumento) de que os potenciais mutuários apresentam boas condições de repagamento; e 2) o estado de otimismo influencia positivamente o histórico de risco do tomador de empréstimos, que em outras condições fatalmente teriam seus pedidos recusados. O aumento da demanda por financiamento, por seu turno, responde às expectativas otimistas e altamente confiantes dos empresários em relação à taxa esperada de retorno dos projetos de investimento, condição que inclusive os induz a subestimar eventuais erros de previsão. Neste contexto, cumpre salientar que os próprios bancos tendem a "correr atrás de mutuários", na ânsia de tirar proveito das oportunidades de ganhos surgidas e viabilizar a preservação ou a expansão de suas respectivas participações de mercado. Portanto, os banqueiros reduzem suas margens de segurança de forma imperceptível nos momentos de expansão e de confiança não porque são ignorantes ou desconhecedores das reais condições dos mutuários, mas porque o próprio estado geral de

[80] No que compreende às operações de empréstimos, a incerteza será em relação à capacidade futura de pagamento do mutuário (principal + juros). De modo que incerteza contemplará não apenas o ambiente macroeconômico vindouro, mas todos os vetores que exercem influência sobre a capacidade dos devedores honrarem seus compromissos, com destaque à liquidez do colateral e à eficiência do sistema de exigibilidades de garantias, entre outros fatores.

expectativas prevalecente sanciona a ampliação das operações mais arriscadas, ainda que não percebidas, a partir dos parâmetros usualmente utilizados para proceder administração estratégica de seus ativos e passivos.

Com efeito, as posturas financeiras arrojadas dos mutuários são validadas. Ansiosos para tirarem proveito das oportunidades de lucro, os bancos, assim como os demais agentes, reduzem o grau de liquidez do lado esquerdo de seus balanços, alterando sua composição em direção a aplicações mais arriscadas[81] (KALECKI, 1937; MINSKY, 1986). Trata-se de instituições que assumem comportamentos eminentemente pró-cíclicos: ao mesmo tempo em que são indispensáveis para dar curso ao processo de dinamização do ritmo de acumulação de capital, amplificam a instabilidade sistêmica. Segundo Minsky (1986, p.228-29):

> […] bankers live in the same expectational climate as businessmen, profit-seeking bankers will find ways of accommodating their customers; this behavior by bankers reinforces disequilibrating pressures. Symmetrically, the process that decrease the prices of capita assets will also decrease the willingness of bankers to finance business.
> […] It is [banks] a disruptive force that tends to induce and amplify instability even as it is an essential factor if investment and economic growth are to be financed. [inclusão nossa]

Portanto, à medida que o estado geral de expectativas vai se robustecendo, ou melhor, que as perspectivas otimistas vão se generalizando, os bancos tendem a reduzir suas margens de segurança, mesmo que imperceptivelmente. A concorrência e a necessidade de preservar fatias de mercado podem levá-los a realizarem empréstimos ainda mais arriscados. Ao invés de privilegiar o fluxo de rendas esperado de um projeto de investimento, estas instituições passam a enfatizar, por exemplo, os valores dos colaterais tomados em garantia ou os valores esperados dos ativos. Os bancos vão assumindo, assim, posturas financeiras cada vez mais arrojadas, contribuindo para a conformação de uma estrutura financeira frágil do sistema (MINSKY, 1986, p.234).

Para que esta postura operacional arrojada do lado do ativo seja viabilizada, os bancos terão de administrar dinamicamente as suas obrigações, seja para cumprir as exigências impostas pela autoridade monetária, seja para viabilizar a implementação de estratégias competitivas orientadas para a obtenção de lucros extraordinários. Isto porque para maximizar seus ganhos,

[81] Os bancos aumentam, pois, a razão entre ativos com menores graus de liquidez e ativos com maiores graus de liquidez. Segundo Kalecki (1937, p.442), dois fatores fazem o risco marginal aumentar quando o investimento aumenta: 1. maior a exposição ao risco de insucesso; e 2. maior o grau de iliquidez assumindo pelos atores econômicos. Isto, aplicado aos bancos, significa que à medida que os bancos assumem menores margens de segurança, tomando-se por base a acepção minskyana, vão assumindo riscos crescentes, pois ficam mais expostos ao risco de insucesso dos empréstimos (inadimplência), de um lado, e aumentam o grau de iliquidez de suas aplicações, de outro.

conforme já salientado, os bancos precisam não apenas maximizar suas receitas, mas também minimizar seus custos. Para isso, além de buscarem intermitentemente ativos lucrativos novos e em escala cada vez maior, estas instituições estão sempre buscando novas maneiras de captar recursos a custos e prazos favoráveis (MINSKY, 1986, p.237).

Para manterem as reservas primárias nos níveis estipulados pela autoridade monetária, os bancos mudam a composição de seus ativos, reduzindo as suas reservas secundárias. Com efeito, os bancos são capazes de aumentar o volume de empréstimos sem que isso implique perda de reservas primárias (STUDART, 1995; PAULA, 1997). Ao mesmo tempo, nas fases de expansão dos negócios, estas instituições buscarão captar recursos mediante o oferecimento de obrigações que economizem reservas e, assim, atribuam maior flexibilidade em relação às exigências institucionais, de sorte a compatibilizar suas obrigações com uma postura mais arrojada do lado esquerdo de seus balanços (PAULA e ALVES JR., 2003a). Isto pode ser realizado de diferentes maneiras, mutuamente complementares.

Para economizarem reservas sobre os depósitos, os bancos buscam oferecer produtos diferenciados no mercado. Suas estratégias implementadas para a obtenção de fundos, contudo, são orientadas não apenas para a captação de depósitos dos clientes. Os bancos podem emitir papéis de dívida diversos, no país e no exterior, além de poderem contar com os recursos do mercado interbancário. Isto porque, tal como sublinhado anteriormente, os bancos têm uma pressão inata por inovar, seja mediante a introdução de novos produtos ou serviços no mercado, seja a partir de novas maneiras de se disponibilizar produtos e/ou serviços já existentes para o público.

Estas instituições podem fazer uso dos expedientes acima aludidos também com vista a ampliar os prazos de suas obrigações, de tal modo a compatibilizá-los com os termos de suas aplicações. Não obstante, a despeito de todos os esforços envidados pelos bancos no sentido de viabilizar a dilatação das maturações de seus passivos, no ciclo expansivo estas instituições tendem a assumir uma postura ainda mais especulativa, notadamente no que compreende à transformação de prazos em favor do devedor. Deve-se salientar, contudo, que o próprio desenrolar do ciclo expansivo, ante o contexto de confiança prevalecente, tende a favorecer a estratégia dos bancos de aumentar a maturação de suas obrigações. Isto porque a redução das margens de segurança do público em geral, e não apenas dos bancos, concorre no sentido de

viabilizar a absorção de títulos de dívida mais longos pelo mercado. Recoloca-se novamente, então, a importância do aspecto institucional, visto que em países que não dispõem de mercados de capitais profundos, torna-se dificultosa a consolidação financeira das dívidas assumidas pelos atores econômicos.

Mas embora a compatibilização de prazos entre ativos e passivos reduza o risco de *default* dessas instituições no ciclo expansivo, ela pode não garantir a solvência financeira do sistema quando da reversão do estado geral de expectativas. Isto porque a tendência à liquidação de ativos, de um lado, eleva o valor real das dívidas dos mutuários (inclusive dos bancos), e, de outro, desvaloriza os colaterais dados em garantia. Por isso a necessidade de regulação e, não raro, de intervenção estatal no sistema financeiro, mesmo quando da observância de práticas financeiras toleráveis ao nível microeconômico.

Nos períodos de dinamização do ritmo de acumulação, os bancos tendem a aumentar a relação entre capitais de terceiros e capital próprio, ou seja, a elevar seus níveis de alavancagem – usam mais recursos do público para comprar ativos, o que tende a elevar a rentabilidade destas instituições. Nestes contextos, as restrições impostas pelo banco central com vista a garantir um crescimento sustentável e financeiramente sólido podem se mostrar insuficientes, posto que o controle sobre o preço das reservas bancárias pelo banco central geralmente se apresenta insuficiente para reprimir a ganância dos banqueiros. Em função disto, a taxa de alavancagem dos bancos e o grau de fragilidade da estrutura financeira da economia constituem os dois lados de uma mesma moeda. Repõe-se, novamente, a necessidade de uma estrutura de regulação e supervisão que busque limitar os riscos assumidos pelos bancos em seu negócio de fazer lucros, posto que esta dinâmica enseja um processo de redução das margens de segurança assumidas pelos agentes – o que implica um aumento da vulnerabilidade financeira do sistema (MINSKY, 1986, p.238).

A despeito de os bancos buscarem permanentemente driblar as restrições impostas pela autoridade monetária, conforme já destacado, sistemas financeiros desregulamentados tendem a assumir um caráter eminentemente autofágico, no sentido de que a inexistência de limites à obtenção de ganhos pelos bancos e demais instituições financeiras tende a torná-los mais suscetíveis a crises oriundas de práticas e comportamentos imprudentes. Logo, a despeito da dialética reguladora, tal como sugerido por Kane (1981; 1984) – ideia de que as restrições

impostas pelo banco central se mostram perecíveis com o passar do tempo[82] –, as experiências internacionais sugerem que é melhor a existência de regulamentação prudencial, ainda que recorrentemente ela necessite de aperfeiçoamento, do que sua inexistência. Isto, cumpre salientar, mesmo considerando que o jogo entre os banqueiros e o banco central tem como frequente vencedor os primeiros (MINSKY, 1986, p.250).

Os bancos são obrigados a manter recursos sob a forma de reservas, sejam elas voluntárias ou compulsórias (determinadas pelo banco central), geralmente não remuneradas. Tais recursos representam saldos ociosos para os bancos, constituindo um fator de custo para estas instituições. Minsky (1986, p.242) o denominou custo escondido ou encoberto, ou seja, o custo de oportunidade de se manter saldos ociosos, que normalmente pode ser representado pela taxa de juros que o banco deixa de ganhar ao não aplicar no interbancário. Para evitar a manutenção de elevados níveis de reservas, os bancos podem captar recursos sob a forma de depósitos a prazo, que geralmente absorvem menos reservas do que os depósitos à vista, ou mediante emissão de dívidas no mercado financeiro. Estas formas de captação, contudo, são remuneradas, também constituindo fator de custo para os bancos, que Minsky (1986, p.242) chamou de custos evidentes ou abertos.

Com efeito, os bancos buscam substituir obrigações que absorvem mais reservas por outras que absorvem menos reservas até quando os custos abertos forem iguais aos custos encobertos. Isto porque, ante o objetivo de minimizar custos, quando o custo de oportunidade de se manter recursos ociosos na forma de reservas for superior ao custo de remuneração das obrigações que absorvem menos reservas (ou nenhuma), será mais vantajoso o banco arcar com os custos abertos, vez que inferiores aos encobertos. Os bancos, pois, administram seus passivos de modo a minimizar a quantidade de recursos ociosos, bem como o custo médio de suas obrigações (MINSKY, 1986, p.242-45).

[82]Faz-se importante ressalvar, contudo, que Kane (1981; 1984) não enfatiza o fato de que é a busca incessante pela acumulação e valorização da riqueza sob a forma monetária que constitui a principal razão para a introdução de inovações financeiras. Neste sentido, pode-se sustentar que a "dialética reguladora" mencionada por Kane (1981; 1984) tem como *leitmotiv* a lógica concorrencial envolvida na intermitente disputa por ampliação dos lucros por parte dos atores econômicos, ainda que de caráter temporário. Finalmente, faz-se necessário registrar que a ideia de que a introdução de novos instrumentos e práticas financeiras responde à lógica concorrencial envolvida no processo de disputa pela acumulação e valorização da riqueza sob a forma monetária foi originalmente introduzida por Freitas (1997).

E os bancos podem burlar as restrições da autoridade monetária, tais como exigência de capital mínimo, de reservas e outras, mediante operações fora de balanço, conforme já indicado. O processo de securitização de suas carteiras de empréstimos, por exemplo, contribui para manter o grau de alavancagem dos bancos dentro dos parâmetros estipulados pelo banco central. A expansão acelerada do crédito pode estimular a internacionalização destas instituições, de sorte a escapar da jurisdição da autoridade monetária. Não menos importante, os bancos podem emitir garantias de crédito, atribuindo viabilidade à contratação de empréstimos pelos mutuários. Enfim, podem avistar novas possibilidades de captação ainda pouco exploradas ou não utilizadas.

Nas fases de expansão dos negócios e de otimismo, estas instituições tendem a se arriscar mais, assumindo e validando posturas financeiras mais agressivas ou menos cautelosas. Além da tendência ao aumento do grau de alavancagem, tende a prevalecer um descompasso cada vez maior entre os prazos de maturação de seus ativos e passivos. Isto significa que os próprios bancos se tornam dependentes de refinanciamento, o que aumenta a vulnerabilidade financeira do sistema.

Contudo, as fases de otimismo não duram indefinidamente, posto que ensejam a assunção de posturas financeiras frágeis. O aumento do grau de endividamento dos agentes e a redução das margens de segurança tendem a resultar em sobreinvestimento e concentração de riscos. Os bancos passam, então, a fazer um gerenciamento mais parcimonioso de suas aplicações. Os testes de *stress* realizados pelos departamentos de gestão de riscos dessas instituições passam a sinalizar que uma série de mutuários passaria a recorrer ao refinanciamento de suas dívidas no caso, por exemplo, de um aumento da taxa de juros, pois o aumento dos custos do financiamento reduz a diferença entre o fluxo de rendas esperado e o fluxo de obrigações estimado. O ponto, então, é que o sistema fica cada vez mais suscetível a choques adversos, provocados por modulações inesperadas de variáveis que alterem os fluxos dos retornos estimados. Os que antes eram *hedge* podem se tornar *especulative*, ou até mesmo *Ponzi*, ante a prevalência de diferentes margens de segurança assumidas pelos tomadores de recursos. O aumento do grau de fragilização financeira que se processa ao longo dos ciclos de expansão dos negócios e de otimismo se trata, pois, de um fenômeno que decorre da própria lógica de operação de uma economia empresarial (KREGEL, 1997, p.548).

O estado de convenção que estimulava o comportamento dos bancos em direção aos ativos menos líquidos, agora passa a induzi-los às aplicações com maior grau de liquidez. Não por acaso, registrou Minsky (1975, p.128): *"Of all the markets in the economy, the markets for investments and the debt instruments used to acquire shares and control over capital assets are most clearly based upon tenuous conventions. […]"*. Os bancos se mostram mais predispostos a reterem uma classe de ativos que privilegie o prêmio de liquidez *vis-à-vis* o retorno monetário, como títulos públicos ou privados de curto prazo[83], que fornecem segurança e possuem um custo de carregamento desprezível. O objetivo não só dos bancos, mas de todos os atores econômicos, consistirá em "limpar" seus balanços, conforme destacado por Minsky (1975, p.126), de sorte a viabilizar o cumprimento das obrigações contratuais denominadas em moeda assumidas no passado. Aliás, conforme já salientado, ao agirem desta forma os agentes tendem a instaurar uma espiral deflacionária, aumentando ainda mais o grau de vulnerabilidade financeira do sistema.

Nas fases de pessimismo e retração dos negócios, estas instituições envidam esforços para aumentar a proporção entre ativos com maior e menor grau de liquidez, mediante substituição das operações ativas de mais longa maturação por aquelas de prazos curtos, ante o aumento da percepção de risco dos bancos. Considerando a estrutura de balanço patrimonial, os bancos tendem a privilegiar o ativo circulante *vis-à vis* o ativo realizável. E no âmbito das aplicações de curto prazo, buscam mudar sua composição em direção às operações com títulos e valores mobiliários (TVM), excluindo títulos de renda variável e papéis privados e públicos de maior risco, bem como às relações interfinanceiras, em detrimento das operações de crédito e arrendamento mercantil.

A mudança das condições de crédito, por sua vez, implica alterações nos valores das dívidas passadas, bem como das quase-rendas esperadas dos ativos de capital e financeiros. Induzirá, ainda, modulações nas relações entre prestamistas e mutuários, problematizando as condições de pagamentos do sistema (BELLUZZO, 2004). Nas circunstâncias em que prevalece um aumento da percepção de risco dos agentes, os bancos tendem a aumentar o racionamento de crédito, elevando a franja de tomadores não atendidos no sistema. E fazem isto não apenas

[83] Conforme já destacado, enquanto a moeda é líquida *par excellence*, representando a própria liquidez, os ativos líquidos são aqueles cujo tempo requerido para negociá-los é pequeno e cuja possibilidade de mudança de seus preços é baixa. Mas, diferentemente da moeda, os ativos financeiros não-monetários apresentam rendimentos positivos e são sujeitos, mesmo que em baixa medida, a variações de preços, a despeito do fato de o custo de carregamento ser pequeno.

mediante elevação da taxa de juros, mas também a partir de restrições quantitativas às operações de crédito, que decorrem da transição da composição de seus ativos em direção a aplicações com maior grau de liquidez. Ou seja, o aumento da preferência pela liquidez dos bancos, ao implicar iniciativas que busquem alterar a proporção entre ativos com menor grau e ativos com maior grau de liquidez, reduz a disponibilidade de crédito do sistema. O racionamento de crédito pelos bancos, cumpre salientar, faz parte das estratégias empenhadas por estas instituições para reduzir o risco de crédito de suas carteiras de empréstimos. Por isso, segundo Keynes (1930b, p.326-27):

> The relaxation or contraction of credit by the banking system does not operate, however, merely thought a change in the rate charged to borrowers; it also functions through a change in the abundance of credit. […] Thus there is normally a fringe of unsatisfied borrowers who are not considered to have the first claims on bank's favours, but to whom the bank would be quite ready to lend if it were to find itself in a position to lend more.

A reorientação da política bancária em direção a ativos com maiores graus de liquidez exerce impacto sobre as decisões de gastos dos agentes, reduzindo o fluxo de caixa esperado das empresas que investiram mediante a contratação de empréstimos bancários[84]. Ao inviabilizar o refinanciamento dos débitos contraídos pelos demandantes de moeda creditícia, isso pode ensejar os devedores a liquidarem seus ativos, no intento de viabilizarem o pagamento de suas dívidas, induzindo um processo deflacionário que torna suas obrigações impagáveis e reduz o valor dos colaterais tomados em garantia pelos bancos. Ou seja, as posturas financeiras dos próprios bancos são fragilizadas pelas iniciativas tomadas por eles mesmos. Por isto, os bancos como desestabilizadores endógenos impõem a atuação do banco central enquanto emprestador de última instância (MINSKY, 1986, p.250).

Em relação ao passivo, nos períodos de retração dos negócios os bancos buscam aumentar a participação de seus recursos próprios, de sorte a diminuir o grau de alavancagem e disputar recursos no mercado, de modo a cumprir o fluxo de obrigações atinente aos passivos emitidos no passado e viabilizar a reestruturação dos débitos, respectivamente. Faz-se importante reparar que tanto a gestão do lado esquerdo, quanto do lado direito de seus balanços, os bancos tendem a agravar as condições de iliquidez do sistema.

Nos períodos de retração dos negócios a administração do passivo empenhada pelos bancos passa a se mostrar menos importante no que diz respeito especificamente à obtenção de

[84] Segundo Minsky (1986, p.232), os devedores dispõem de três fontes de recursos para viabilizar o cumprimento das obrigações contratuais atinentes ao empréstimo contraído, a saber: fluxo de caixa prospectivo (rendas esperadas), refinanciamento ou rolagem das dívidas e venda de ativos.

fundos para potenciar suas operações ativas mais arriscadas e de prazos mais alongados (PAULA e ALVES Jr., 2003a). Mas como a deterioração de suas carteiras de ativos implica dificuldades para essas instituições arcarem com as obrigações atinentes às dívidas emitidas anteriormente, elas tendem a continuar em busca de novas fontes de recursos, no país e no exterior, de sorte a minimizar as perdas decorrentes do descompasso entre seus fluxos de recebimentos e pagamentos. Intentam, pois, reconfigurar sua estrutura de obrigações, empenhando-se na captação de recursos de modo a reduzir o fluxo de pagamentos de curto prazo, com os olhos voltados para o gerenciamento da liquidez[85]. Mas, neste caso, cumpre salientar, as estratégias de obtenção de fundos não têm mais por objetivo a ampliação de suas operações ativas mais arriscadas e de maior termo. Os bancos evitam, assim, fazer posição a partir da liquidação de seus ativos antes dos prazos de vencimento estipulados contratualmente, caso possível, pois isso lhes imporia perdas de capital em função do maior grau de preferência do público por liquidez.

Tem-se, pois, que os bancos se comportam ativamente, exercendo um papel de transformação da realidade, ao invés de simples adaptação. O negócio destas instituições consiste em tirar proveito de oportunidades percebidas de lucro, nem que para isto tenham que desafiar as medidas regulatórias impostas pelas autoridades monetárias. Não poderia ser diferente, posto que os bancos são mercadores de dívidas: *"[...] Bankers cannot make a living unless business, government, and households borrow; they are merchants of debt."* (MINSKY, 1986, p.250). Ainda segundo Minsky (1986, p.225-226):

> […] Banking is a dynamic and innovative profit-making business. **Bank entrepreneurs actively seek to build their fortunes by adjusting their assets and liabilities, that is, their lines of business, to take advantage of perceived profit opportunities**. This banker's activism affects not just the volume and the distribution of finance but also the cyclical behavior of prices, incomes, and employment. [grifo nosso]

A existência de ativos mais atrativos que permitem o alcance da rentabilidade desejada pelo banqueiro constitui um fator de grande relevância em sua decisão de balanço, assim como o perfil e a natureza das obrigações emitidas pelo banco. Quanto à oferta de crédito bancário, afirma Cardim de Carvalho (1999a, p.11):

---

[85] O aumento do grau de preferência pela liquidez, ao elevar a taxa de juros, torna os bancos mais sujeitos ao risco de descasamento de taxa de juros entre suas operações ativas e passivas. Para evitar que os juros sobre os passivos excedam os juros sobre os ativos, os bancos buscam alongar suas obrigações e encurtar suas aplicações, de sorte a contornar o risco de descasamento. Contudo, caso a obtenção de recursos no mercado seja viabilizada apenas a um custo muito punitivo, os bancos podem optar pela captação via interbancário ou, até mesmo, via assistência de liquidez do banco central.

> It would rather depend on each bank's assessments not only of the specific credit risks each borrower represented, but also on the nature of the liabilities issued by the bank, the need to be ready to meet the contractual cash outflows even under adverse conditions and **the own-rates of interest of the other classes of assets**. [grifo nosso]

Isto significa que ativos mais líquidos do que as operações de crédito, cujos retornos monetários sejam atrativos – ainda que inferiores aos rendimentos proporcionados pelos empréstimos –, podem constituir uma alternativa viável para estas instituições, inclusive em contextos não adversos (OLIVEIRA e CARVALHO, 2007). Considerando que os bancos manejam seus balanços mediante a comparação do rendimento (monetário e não-monetário) de todos os ativos disponíveis no mercado, a prevalência de um ambiente macroeconômico e institucional que possibilite a existência de um ativo ao mesmo tempo líquido e rentável tende a reprimir a assunção de riscos maiores pelos bancos.

PARTE 2 – O COMPORTAMENTO DOS BANCOS PRIVADOS NO BRASIL (1970/2008): ESTRUTURA PATRIMONIAL E PADRÃO DE RENTABILIDADE

Feita a discussão da gestão estratégica de balanço dos bancos em uma economia empresarial ou monetária da produção, cumpre-nos a partir de agora analisar a estrutura patrimonial e o padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil no interregno 1970/2008, com ênfase no período de baixa inflação.

O capítulo a seguir faz uma discussão do arcabouço institucional da moeda indexada no Brasil, desde sua origem até os desvirtuamentos ocorridos nos anos 1980. Conforme será desenvolvido, diante da crise monetária e do descontrole quase absoluto da autoridade monetária sobre a oferta de moeda, o sistema de indexação caminhou progressivamente para a taxa de juros de curto prazo, um indexador diário e definido pela autoridade monetária que permitiu evitar o processo de substituição monetária. O atrelamento dos títulos públicos aos juros de curtíssimo prazo, contudo, implicou disfuncionalidades importantes na dinâmica do Sistema Financeiro Nacional (SFN), pois significou uma estrutura de acomodação, patrocinada pelo Estado, que condicionou o padrão de atuação dos bancos no Brasil.

A instabilidade monetária faz estas instituições se concentrarem cada vez mais na especulação com a moeda indexada. Mediante a emissão de passivos não-remunerados ou sub-remunerados, não raro os bancos fizeram das receitas inflacionárias a parcela principal de suas receitas de intermediação financeira. Isto fez com que, não obstante o alto grau de aversão ao risco e de demanda reprimida por recursos prevalecentes na década perdida, estas instituições foram altamente bem-sucedidas na preservação de seus altos níveis de rentabilidade, ante o lugar privilegiado que ocupavam no arcabouço institucional da moeda indexada. Ante a completa endogenia da oferta de moeda acarretada pelo processo inflacionário, de um lado, e a necessidade de preservar ao menos a função meio de pagamento da moeda nacional, de outro, os bancos se tornaram emissores de moeda indexada.

Acreditava-se, deste modo, que o estancamento do processo inflacionário inauguraria uma nova realidade no âmbito do sistema bancário brasileiro. Sem as receitas inflacionárias e diante da necessidade de preservação de seus lucros, estas instituições seriam condicionadas a

abandonar a estrutura patrimonial conservadora[86] adotada nos anos 1980 e início dos 1990, a partir da qual viabilizaram a conformação de um padrão de rentabilidade fundado na fragilidade fiscal do Estado. O comportamento dos bancos privados em contexto de baixa inflação, contudo, não oferece elementos para sustentar essa hipótese. Argumenta-se que uma das razões principais para isso foi a prevalência do tripé instabilidade macroeconômica – juros reais elevados – indexação financeira. A estabilidade monetária no Brasil, além de não ter significado estabilidade macroeconômica, não foi acompanhada da desindexação financeira, conforme anunciado na parte introdutória deste trabalho. Com efeito, continuou aberta aos bancos a possibilidade de estruturação de uma gestão estratégica de balanço ao mesmo tempo líquida e rentável, adotada por estas instituições notadamente quando da observância de contextos macroeconômicos adversos.

Deste modo, a despeito do estancamento do processo inflacionário, os bancos privados no Brasil continuaram concentrando suas operações no curto prazo, além de não fazerem do crédito ao setor privado a *leitmotiv* de seu padrão de atuação. O padrão de rentabilidade destas instituições, ainda que tenha passado a contemplar outras fontes de receitas, continuou fortemente ancorado na fragilização fiscal do Estado. Tampouco o processo de reestruturação e desnacionalização do SFN contribuiu para alterar significativamente este comportamento. Os bancos estrangeiros, ao invés de desempenharem um papel de transformação da realidade do mercado brasileiro, adaptaram-se às condições locais, pouco contribuindo para a expansão sustentada do crédito e para a redução de seu custo, a despeito dos ciclos de crédito registrados nesse período, incluindo o mais recente, iniciado em meados de 2003.

Sustenta-se, portanto, que a permanência da institucionalidade da moeda indexada mesmo em contexto de baixa inflação, articulada com o ambiente macroeconômico instável e a prevalência de juros básicos reais elevados, impediu uma modificação substantiva do padrão de atuação dos bancos no interregno 1994/2008, particularmente no que se refere à ampliação sustentada das operações de crédito em seus ativos. Ou seja, mormente em razão desses condicionantes, o Plano Real se mostrou insuficiente para viabilizar a estruturação de um sistema financeiro privado subserviente ao financiamento do desenvolvimento.

[86] Conservadora, ressalva-se, sob o ponto de vista do grau de liquidez, vez que altamente subserviente ao propósito da geração de resultados.

4 MOEDA INDEXADA, BANCOS EM CONTEXTO DE MODERADA E ALTA INFLAÇÃO E ESTABILIDADE MONETÁRIA NO BRASIL

Este capítulo tem o objetivo de discutir o comportamento dos bancos em contexto de moderada e alta inflação, concernente às décadas de 1970 e 1980, respectivamente. Chama-se particular atenção ao arcabouço institucional da moeda indexada. Mais especificamente, o capítulo destaca a relação entre o arcabouço institucional da moeda indexada e o comportamento dos bancos em contexto de alta inflação, apontando para os limites da estabilidade monetária alcançada a partir de julho de 1994. Na última seção, desenvolve-se o argumento de que a lógica do Plano Real e a instabilidade macroeconômica decorrente, associadas a não supressão da indexação dos títulos públicos à taxa de juros de curto prazo, concorreram no sentido de aguçar o desejo por flexibilidade dos atores econômicos, em particular dos bancos, traduzido sob a forma de aversão às operações mais arriscadas – com menores graus de liquidez.

Conforme discutido anteriormente, o aumento do desejo por flexibilidade enseja uma elevação do grau de preferência pela liquidez assumido pelos atores econômicos. No caso brasileiro em contexto de alta inflação, contudo, o alto grau de preferência pela liquidez não se objetivava em termos de retenção de moeda ou de qualquer outro ativo que dispunha de fácil transformação em dinheiro, porém com baixo rendimento. Em lugar disso, ela se deu a partir da retenção de quase-moedas, representadas pelos títulos públicos – primeiro com cláusula de correção monetária e depois, a partir de 1986 com a criação das LBCs, com indexação à taxa de juros de curto prazo –, ativos que além de facilmente convertíveis em dinheiro, ofereciam aos seus detentores alto rendimento monetário – especialmente para os bancos, pois tais ativos constituíam importante instrumento a partir do qual essas instituições viabilizavam a apropriação das receitas inflacionárias.

Sustenta-se que o Plano Real constituiu um plano de estabilização monetária parcial, pois embora tenha operado a desindexação de grande parte dos contratos no mercado de bens e serviços, não realizou a desindexação dos contratos financeiros aos juros de curtíssimo prazo, em particular os títulos públicos federais negociados em mercado. Isso, conforme será discutido no último capítulo desta tese, influenciou diretamente o comportamento dos bancos privados em contexto de baixa inflação.

O propósito maior deste capítulo consiste, pois, em oferecer subsídios para a análise do comportamento dos bancos no Brasil em contexto de baixa inflação. Enquanto nos dois capítulos anteriores buscou-se estabelecer o marco teórico para a análise dos bancos em baixa inflação, este capítulo tem o propósito de discutir o comportamento dos bancos em contexto de alta inflação. A discussão se faz pertinente em razão de permitir uma análise comparada entre a estrutura patrimonial e o padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil nos períodos de alta e de baixa inflação, além de evidenciar o contexto macroeconômico e institucional prevalecente na economia brasileira após o Plano Real, o que exige uma volta ao passado, ou seja, uma discussão a respeito do instituto da indexação e de sua evolução e suas transformações ao longo do tempo.

4.1 O arcabouço institucional da moeda indexada: origem e desvirtuamento

Com a inflação elevada e crescente que prevaleceu na primeira metade da década de 1960[87] (Figura 1), num contexto em que se fazia presente a Lei da Usura[88] e a cláusula de ouro[89], os militares se empenharam na realização de uma reforma financeira capaz de viabilizar o processo de mobilização de poupança e dinamização do sistema de crédito, o que exigia a liberação da taxa de juros praticada pelo sistema financeiro. Neste contexto, assinalam Minella (1995, p.60) e Moura e Silva (1979, p.5), as aplicações no sistema financeiro eram desestimuladas, inviabilizando a mobilização de capitais ociosos e, por extensão, a estruturação de um sistema de financiamento, tanto do setor privado, quanto do governo. Opera-se, deste modo, uma alocação ineficiente de recursos no sistema.

A continuidade do processo de industrialização impunha a criação de mecanismos de financiamento para viabilizar o escoamento da produção[90]. Buscava-se, com efeito, estimular a

[87] As causas da aceleração dos preços eram diversas, entre as quais os pontos de estrangulamento existentes na estrutura produtiva brasileira, a suspensão da política de subsídios à importação de trigo e petróleo em 1961, inexistência de mecanismos capazes de atribuir viabilidade ao financiamento não inflacionário do setor público, déficits orçamentários, entre outros.

[88] Decreto n. 22.626 de abril de 1933 que determina que a taxa máxima de juros que pode ser cobrada numa operação de crédito não pode ser superior a 12% ao ano, o dobro da taxa legal. No entender crítico de Simonsen (1995, p.14), tratou-se da estipulação da "ficção legal da moeda estável" no Brasil, que produziu distorções substantivas a partir do momento em que a inflação passou a superar o teto da taxa de juros. A cobrança de taxas superiores a 12% ao ano constituía crime de usura.

[89] Decreto n. 23.501 de novembro de 1933 segundo o qual os valores contratuais podem apenas ser estipulados e liquidados em moeda nacional.

[90] Isto porque, conforme sustenta Cruz (1994), as grandes empresas industriais privadas, nacionais e estrangeiras, contavam com elevada autonomia financeira, ante a capacidade de geração de lucros a partir da prática de *markups* elevados, de acesso aos recursos externos (notadamente as filiais das multinacionais instaladas no país) e ao financiamento público subsidiado. Para este autor, esta elevada capacidade de mobilização de fundos pelo

poupança financeira que caiu substancialmente entre 1951-65[91]. A correção monetária se colocava enquanto peça-chave neste processo, pois permitiria garantir a prática de taxa de juros real mesmo com inflação, protegendo o valor dos ativos financeiros (públicos e privados) da aceleração dos preços mesmo sob a prevalência da Lei da Usura, o que permitiria o financiamento e o desenvolvimento de contratos de longo prazo. Com a reforma financeira o governo buscava reproduzir a estrutura de financiamento dos países adiantados, particularmente norte-americana, a partir de uma estrutura segmentada (TAVARES, 1978a, p.140-41). Contribuiria, ademais, para operar a necessária redefinição do sistema de financiamento dos setores público e privado. Estabilização monetária e modernização do arcabouço institucional, eis os dois objetivos pilares da política econômica de Castelo Branco. Em relação ao segundo aspecto, afirma Zini Jr. (1982, p.55):

> [...] Tratou-se de reorganizar os mecanismos de acumulação capitalista sob o signo do reforço ao papel do sistema de preços e das "forças de mercado" como orientadoras da economia. As mudanças foram profundas e inequívocas: terminar de implantar a hegemonia do capital monopolista no Brasil.

Criadas em 1964, no âmbito da reforma financeira realizada por Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões[92]no governo Castelo Branco (1964/67), as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) passaram a cumprir o papel de instrumento legal para referência do valor dos contratos, com valor corrigido pela inflação passada a partir de uma média móvel com defasagem de aproximadamente 5,5 meses[93]. Tal como concebida, a ORTN cumpriria papel decisivo para a modernização do quadro institucional brasileiro, um dos principais objetivos da

---

grande capital industrial constituiu a principal razão para o baixo desenvolvimento do sistema privado de financiamento de longo prazo, estando na origem do fracasso das reformas de 1965/67, destinadas a articular as órbitas financeira e produtiva.

[91] De acordo com Simonsen (1995, p.19), a relação entre depósitos a prazo e depósitos bancários caiu de 24,5% em 1951 para 4,0% em 1965. As operações com títulos de dívida, por seu turno, foram se tornando progressivamente insignificantes.

[92] Ministro do Planejamento e da Fazenda no governo do marechal Castelo Branco (abr.1964-mar.1967), respectivamente. A orientação de política econômica era pautada no gradualismo do combate à inflação, posto que sua eliminação implicaria uma grande recessão; no aumento das exportações; e na retomada do crescimento econômico. Este último, contudo, passa a ser alcançado apenas em 1967-68 ante a política econômica restritiva observada no interregno 1964-67 (HERMANN, 2005a; RESENDE, 1989). Por gradualismo, entende-se uma queda gradativa da inflação sem se apelar para a recessão econômica (SIMONSEN e CAMPOS, 1974, p.100).

[93] Este método prevaleceu, no geral, entre 1964 e 1976, com exceção do interregno 1972/74, em que se prefixou 40% da correção monetária. Tomava-se por base o Índice de Preços por Atacado (IPA). Em julho de 1976, opera-se o encurtamento da defasagem da indexação, ante o quadro de aceleração dos preços, além da inclusão de uma parcela de 20% prefixada na fórmula de cálculo da correção monetária. Com isso, buscava-se tornar a correção mais próxima da inflação corrente. Seu efeito, contudo, consistiu em sub-remunerar as ORTNs, posto que além de se utilizar o IPA-DI livre de variações acidentais e da defasagem ainda presente na fórmula, a inflação anual estimada para a parcela prefixada, de 15%, era muito inferior à inflação efetivamente registrada. Para maiores detalhes, ver Minella (1995, p.177-230).

gestão de Castelo Branco, bem como para estimular a poupança financeira[94] e fomentar o financiamento de longo prazo[95] (ALMEIDA, 1980).

O instrumento da correção monetária introduziu o conceito de juro real explícito aplicado aos títulos públicos, ao invés de juros nominais que embutiam uma estimativa de inflação futura. Viabilizou, pois, um sistema de reajustamento do valor da dívida e de seus encargos a partir da taxa de inflação, atribuindo viabilidade ao financiamento não-monetário do setor público a partir da criação de um mercado de dívida pública em contexto inflacionário. Ademais, a postura gradualista[96] de combate à inflação adotada pelo governo Castello Branco impunha, segundo a dupla Campos-Bullhões, o expediente da correção monetária para estimular a geração de poupança interna e de sua alocação, mediante a prática de juros reais positivos (BAER, 1996, p.90; p.154; HERMANN, 2005a). Em termos gerais, a moeda indexada corresponde a um ativo financeiro de altíssima liquidez[97], que por esta razão serve de quase-moeda, cujo valor de face se apresenta vinculado a um índice de reajuste que cumpre a função de indexador – o qual pode tomar como referência a inflação passada (correção monetária) ou a taxa de juros de curto prazo (indexação financeira).

Portanto, com a ORTN buscava-se dinamizar o mercado de dívida pública e a redução do financiamento monetário do Tesouro, além de lançar as bases para a estruturação do sistema de haveres financeiros e de créditos pós-fixados sob contexto de combate gradual à inflação. Embora inicialmente aplicada a títulos públicos, o sistema de indexação foi sendo estendido para outros diversos instrumentos financeiros, incluindo dívidas corporativas, a partir da Lei de Reforma do Mercado de Capitais de 1965 (Lei n.4.728) e de Resoluções emitidas pelo Banco

---

[94] De acordo com a versão oficial do governo, a reforma financeira proporcionaria a prática de remuneração mais elevada para os poupadores e de juros menores junto os investidores (ALMEIDA, 1980, p.10). Todavia, o estímulo à poupança financeira, conforme discutido no primeiro capítulo desta tese, não garante por si só a geração de poupança econômica. Ver, adicionalmente, Tavares (1972, p.236).

[95] Quando de sua criação, a ORTN constituía um título público de longo prazo (3 a 20 anos), corrigida trimestralmente e *a posteriori* a partir de um índice de preços (PAULA, 1997, p.65; MINELLA, 1995, p.183). Adicionalmente, criou-se a Unidade Padrão de Capital (UPC), um indexador que tomava como referência a variação da ORTN e que, logo de início, servia para referenciar os contratos de financiamento, com vistas a estimular o mercado habitacional. Com a UPC, então, cria-se uma nova unidade para os contratos, em substituição à moeda de curso forçado, o que permite o estabelecimento de contratos financeiros em termos reais. Nos termos de Sochaczewski (1980, p.308): *"[...] A coexistência de dois padrões monetários, isto é, o cruzeiro, a moeda 'velha' que se desvaloriza a cada dia, e a UPC/ORTN, a moeda 'nova' que se valoriza a cada dia, foi efetivamente responsável pela tremenda expansão da captação de poupanças pelo sistema financeiro."*

[96] Sobre a opção gradualista de combate à inflação, que norteou a estratégia do PAEG, ver Simonsen e Campos (1974) e Simonsen (1970, p.9-56).

[97] Tal como discutido anteriormente à luz de Hicks (1962).

Central, especialmente depois de iniciada a aceleração da inflação em 1974/75 (Figura 3). Isso propiciou, conforme registram Tavares (1978a, p.146) e Zini Jr. (1982, p.97), um crescimento substancial dos haveres financeiros líquidos em relação ao volume dos haveres monetários no Brasil num curto período (Figura 2), bem como dos empréstimos do sistema financeiro em relação ao PIB[98], ante a proteção conferida pela correção monetária – que operou no sentido de estimular o endividamento dos atores econômicos, incluindo o governo, aumentando notadamente o crédito ao consumo. A existência de um ativo emitido pelo setor público e com proteção contra a inflação contribuiu, ainda, para centralizar a poupança financeira nas mãos do Estado (TONETO Jr., 1992; MOURA E SILVA, 1979).

Contudo, a reforma financeira se mostrou mal sucedida no que tange à estruturação de um sistema de financiamento de longo prazo[99], conforme apontado por diversos autores, entre os quais Cruz (1994), Tavares (1972; 1978b), Zini Jr. (1982) e Sochaczewski (1980, p.311). Segundo este último autor, em particular:

> [...] De fato, por um lado, a não formação de um mercado de recursos de longo prazo, seja sob a forma de ações seja de debêntures, não deixou alternativa ao setor comercial-industrial do que a de continuar financiando sua expansão através do movimento relativo de preços uma vez tendo declinada a inflação a suas taxas históricas. Por outro lado, a persistência da inflação mesmo depois das drásticas políticas, de 1964/66, nos faz concluir que o setor produtivo [e também o financeiro!] brasileiro não conseguiu efetivamente se desvencilhar da inflação como mecanismo oculto de capitalização e expansão. [inclusão nossa]

---

[98] De acordo com os dados compilados por Zini Jr. (1982, p.97-98), a relação haveres financeiros/PIB, que caiu de 32,3% para 20,1% do PIB entre 1950/64, atingiu 41,3% no fim dos anos 1970, enquanto os empréstimos do SFN passaram de 15% do PIB em 1964 para 55,7% em 1979 (movimento traduzido em maior grau de endividamento dos agentes e influenciado pela drenagem dos recursos do mercado paralelo para a órbita institucionalizada do sistema financeiro), a partir do momento em que passa a recuar em função da política monetária restritiva e da crise da dívida externa no início dos anos 1980. Enfim, observou-se um aumento do grau de aprofundamento financeiro na economia brasileira, conforme destacado por Tavares (1978a), Zini Jr. (1982) e Sochaczewski (1980), entre outros autores que estudaram este período. A aceleração da inflação e a correção monetária, por seu turno, fizeram diminuir abruptamente a relação entre haveres monetários e financeiros, que passa de 92% em 1964 para 32,4% em 1979, caindo ainda mais a partir de então.

[99] Com o tempo, conforme assinalam Tavares e Assis (1985, p.18) e Cruz (1994, p.74), os bancos de investimento concentraram-se notadamente nos empréstimos de curto e médio prazo com garantias reais (notadamente capital de giro), tal como os bancos comerciais, enquanto as corretoras e distribuidoras se concentraram cada vez mais no mercado de títulos públicos, ao invés de ações. Isto fez com que a atrofia do sistema financeiro privado de longo prazo não fosse subvertida com as reformas financeiras de 1964/65, sendo o crédito de longo prazo viabilizado pelas agências de desenvolvimento e pelo capital externo, inclusive pelas maiores facilidades oferecidas por estes canais *vis-à-vis* os bancos de investimento. Uma estrutura de financiamento, pois, que acomodava muito bem as possibilidades de captação de recursos no euromercado, articulando o sistema financeiro nacional ao internacional. Sobre este ponto, ver adicionalmente Tavares (1972, p.210-263), Toneto Jr. (1992, p.95-211) e Baer (1986). Para Baer (1986), em particular, a reforma financeira promovida em 1964/65, além de intensificar o movimento de concentração bancária a partir do estreitamento dos vínculos com capitais internacionais, pavimentou o terreno para a internacionalização do SFN.

Considerando o diagnóstico do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG, 1964/66), bem como a opção por uma política de combate gradual à inflação, o sistema de correção monetária, articulado com a centralização da política de reajustamento dos salários, contribuiu para atacar diretamente ao menos duas das três principais causas da inflação assumidas pelo governo, ainda que sob diferentes intensidades. Eram elas: o déficit público, o aumento dos salários em ritmo superior ao aumento da produtividade e o aumento do crédito às empresas (ALMEIDA, 1980, p.5). Assim, na perspectiva do diagnóstico do PAEG, a correção monetária viabilizaria o financiamento não-monetário do déficit público mediante a garantia de remuneração real aos credores, além de contribuir fortemente para o ajuste fiscal, considerando o efeito "Oliveira-Tanzi às avessas"[100]. Ao mesmo tempo, e não menos importante, considerando a política de sub-correção dos contratos salariais, a indexação dos demais contratos à inflação significaria uma queda do salário médio real dos trabalhadores, o que reduziria a pressão de custos exercida pelo aumento dos salários acima da produtividade – outra causa da inflação aos olhos dos formuladores do Plano.

A correção monetária *ex-post* também contribuiria para a estabilização monetária, ainda que gradual, em função de resolver o conflito entre a política anti-inflacionária proposta pelo PAEG e a prática de deságios superestimados e em escala crescente. Deste modo, considerando a generalização da prática do deságio no comportamento dos atores econômicos, mesmo que se processasse uma desinflação abrupta, que não era o objetivo do PAEG, ainda assim faria sentido, para os formuladores do plano, a utilização da correção monetária, pois esse instrumento potenciaria a eficiência da política anti-inflacionária. Não menos importante, os formuladores das reformas acreditavam que o instituto da correção monetária contribuiria para o aumento dos prazos das operações bancárias e, por extensão, do investimento. Isto porque, com a reforma financeira, o expediente da correção monetária neutralizaria os efeitos sobre as condições de empréstimos provocados pela combinação entre inflação e Lei da Usura, de um lado, e pela adaptação dos bancos comerciais ao contexto de alta inflação[101], de outro (ALMEIDA, 1980).

---

[100] Como as receitas fiscais eram indexadas à inflação e as despesas do governo não, o aumento dos preços implicava uma redução do déficit público. Não menos importante, introduziu-se a cláusula de correção monetária para os débitos fiscais em atraso. Com efeito, o déficit fiscal do setor público passa de 4,2% para 1,1% entre 1964/66 (TAVARES e ASSIS, 1985, p.24; SIMONSEN, 1970, p.185).

[101] Isto porque os bancos conseguiam driblar as restrições da Lei da Usura e, com isso, lucrar mesmo em ambiente de alta inflação. De um lado, emprestavam a taxas efetivas bem acima das permitidas pela referida lei, e, de outro, empenhavam-se na captação de depósitos à vista, que rendiam 6% ao ano até 1965, 3% ao ano entre 1965/68,

Ao tomar por base a inflação passada recente e a perspectiva de aceleração dos preços, a prática do deságio acabou constituindo um vetor de aceleração dos preços, e não somente de realimentação inflacionária. Por esta razão, Almeira (1980, p.48) argumenta que o deságio inspirou a introdução da correção monetária. Esta prática, quando antecipa de forma superestimada a elevação dos preços, pode instituir uma dinâmica de aceleração descontrolada dos preços, de um lado, e concorrer para retardar os efeitos da política anti-inflacionária, podendo inclusive comprometê-la, de outro. Neste entendimento, acreditava-se que a correção monetária, ao evitar a referida superestimação e viabilizar a correção *a posteriori* dos contratos, contribuiria para tornar a política desinflacionária mais eficiente, especialmente se acompanhada de iniciativas para reduzir o componente de realimentação da inflação – o que foi realizado pela política de arrocho salarial.

Contudo, deve-se observar que em contexto de aumento contínuo e generalizado dos preços a correção monetária acabaria cumprindo uma função tão ou mais deletéria em termos de aumento dos preços. O deságio, neste caso, seria preferível à correção monetária *ex-post*. Nos termos de Almeida (1980, p.60):

> [...] Implicitamente, só admitiam que a correção monetária pudesse vir a dificultar o controle da inflação se seu cálculo se baseasse em expectativas, como no deságio. Já a correção monetária, se pós-fixada, na medida em que apenas refletiria a variação dos preços efetivamente ocorrida num determinado período de tempo, estaria isenta deste mal. Evidentemente, uma conclusão como esta apoiou-se num raciocínio que levou em conta apenas uma situação particular: uma situação na qual se partia de uma elevada taxa de inflação como a verificada em 1964, a qual no entanto estaria na eminência de ser rebaixada pela ação da política econômica. Se, todavia, fosse aplicado o mesmo raciocínio a uma possível situação inversa a esta, na qual o ponto de partida fosse um nível relativamente baixo da taxa de inflação e sobreviessem pressões altistas, os diagnósticos oficiais seriam obrigados a concluir, por uma questão de coerência interna, que as impropriedades que assinalaram para o deságio transferir-se-iam para a correção *a posteriori* e esta, e não aquele, atuaria como entrave a obstaculizar o declínio da taxa de inflação. Mas, como à época a perspectiva dos responsáveis pela política econômica

---

quando passam a não ter qualquer remuneração. Lucravam, ainda, a partir da cobrança de comissões e de exigências de saldos médios dos clientes (ou seja, num empréstimo de valor X, o mutuário era obrigado a tomar emprestado X + Y, com Y ficando depositado sem juros), o que lhes possibilitava a obtenção de *spreads* positivos, não raro generosos. Opera-se, então, o aumento substantivo da quantidade de agências bancárias entre 1950 e 1960, bem como a prática de correção monetária *a priori* sobre os títulos emitidos para atribuir viabilidade à captação de recursos. Esta adaptação dos bancos comerciais ao contexto inflacionário, ademais, condicionou fortemente a opção pela segmentação do sistema financeiro, com a Lei do Mercado de Capitais n. 4.728 de julho de 1965, a partir da qual se pretendia, adicionalmente, "enquadrar" o mercado paralelo de empréstimos (ALMEIDA, 1980, p.13-16; MOURA E SILVA, 1979, p.6; TONETO Jr., 1992, p.107; SIMONSEN, 1970, p.193-195; SIMONSEN, 1995, p.21; STUKART, 1976, p.742). A exigência de reciprocidades exigidas pelos bancos junto aos tomadores de crédito constituiu uma constante ao longo dos anos 1970 (GAZETA MERCATINL, 1977, p.99).

> não era outra senão a de eliminar em definitivo os focos inflacionários, não dedicaram a devida atenção ao exame desta segunda alternativa. [...]

De qualquer modo, pode-se afirmar que o combate gradualista à inflação proposto pelo PAEG seria dificultado, senão impossibilitado, caso o expediente da correção monetária não fosse introduzido. Sem ele, o financiamento não-monetário do déficit público a partir da criação de um mercado de dívida pública teria sido obstado, ante a impossibilidade de se oferecer aos compradores dos títulos a garantia de recebimento de uma taxa de juros real positiva. Para Simonsen e Campos (1974, p.81), a correção monetária viabilizou, ainda, a neutralização das distorções ocasionadas pela aceleração dos preços ao longo do tempo, a despeito de já introduzir o componente de realimentação ao processo inflacionário.

Não menos importante, salienta Martone (1975, p.70), à medida que se esgotavam as possibilidades de financiamento do desenvolvimento a partir do imposto inflacionário (poupança forçada), em razão da incorporação da inflação às expectativas dos agentes, interpunha-se a necessidade de introdução de um mecanismo capaz de resgatar a capacidade de intervenção estatal na economia, de modo a superar as forças estagnacionistas que decorriam da saturação do processo de substituição maciça de importações[102]. A correção monetária cumpriu de maneira razoavelmente bem o papel originalmente concebido enquanto conseguiu estabelecer perdedores no âmbito do processo distributivo, ainda que esse instrumento tenha significado o aumento da desigualdade de renda e a criação de um mecanismo propagador da inflação a partir do momento em que se mostrou politicamente impossível manter a política de arrocho salarial.

Alternativamente, poder-se-ia optar pela prática de políticas fiscais e monetárias ainda mais restritivas[103]. Para os formuladores do PAEG, contudo, o custo social desta estratégia seria ainda maior. O não alcance das metas estabelecidas pelo plano, de um lado, e a aceleração da inflação a partir de 1974/75, de outro, ensejou a continuidade da correção monetária ao longo do tempo, concebida originalmente enquanto mecanismo transitório, como oportunamente registra Almeida (1980, p.20). A correção monetária foi se tornando não apenas cada vez mais generalizada, como também pactuada a partir de prazos progressivamente mais curtos. Por isso, afirma Almeida (1980, p.22):

---

[102] Isto porque, para os formuladores do plano, não seria possível retomar o desenvolvimento num contexto de inflação acelerada (MARTONE, 1975, p.77).

[103] Isto porque, no âmbito do PAEG, o objetivo da prática de política monetária restritiva, especialmente em 1966, tinha o objetivo de apressar o ritmo de queda dos preços, a partir de sua influência sobre o componente deflacionário de regulagem da demanda, tal como salientado por Simonsen e Campos (1974, p.103).

> [...] a correção monetária – orgulho da "imaginação reformista" – acabou enveredando por caminhos que o governo ao introduzi-la preocupou-se tanto em evitar: foi sendo aplicada a operações de cada vez mais curto prazo; teve de conviver lado a lado com uma criação do "passado arcaico", a correção prefixada representada no deságio; e de algo transitório e provisório acabou permanente, na medida mesmo em que a estabilidade se revelava ser nada além de mera ilusão.

A prática frequente de sub-indexação do setor salarial, conjugado ao provimento de subsídios livres de indexação para determinados setores econômicos predominantes (agricultores, industriais, etc.), concorreu para viabilizar a conciliação entre o crescimento econômico acelerado e o combate gradualista à inflação entre 1968-1973 (BAER, 1996, p.135). O expediente da correção monetária, contudo, apenas viabilizaria o financiamento não-inflacionário do setor público e, por extensão, o estímulo ao investimento[104], enquanto alguns contratos da economia não estivessem sujeitos ao sistema de indexação (ou, ao menos, a ele atrelados de outras formas), com destaque aos contratos salariais, de sorte a estabelecer uma relação lucros/salários crescente. Isto porque sua generalização para todos os contratos da economia, incluindo os salariais, ensejaria uma espiral inflacionária de caráter inercial, como acabou acontecendo no decorrer dos anos 1980 e praticamente toda a primeira metade dos anos 1990, em sintonia com as quatro fases de progressão da inflação referendadas por Simonsen e Campos (1974, p.95)[105].

A partir do governo Costa e Silva a indexação começa a se generalizar, ante as pressões da sociedade em relação à política de arrocho salarial promovida pela fórmula utilizada no governo Castello Branco, que ao subestimar a inflação para os 12 meses vindouros, estimada a partir do acordo coletivo, corroía o poder de compra do salário do trabalhador e, assim, tornava o sistema de indexação então em vigor politicamente insustentável. O reajuste automático e compulsório dos salários nominais começa, então, a praticamente tomar como referência a inflação dos últimos 12 meses. Isto, aliado à indexação dos demais preços do sistema, serviu de combustível ao processo de realimentação da inflação no Brasil (SIMONSEN, 1995, p.4). Neste sentido, adverte Simonsen (1995, p.3-4):

---

[104] Sustentava-se, contudo, que a correção monetária, ao possibilitar a prática de taxas de juros reais, significaria um estímulo à poupança. Trata-se, no entanto, da "poupança financeira", cuja garantia de transformação em "poupança econômica" inexiste.

[105] De acordo com Simonsen e Campos (1974, p.95), na primeira fase, se um aumento de preços for acomodado por determinados grupos sob a forma de redução de sua participação na renda nacional, tem-se um aumento apenas transitório dos preços. Esta era a estratégia do PAEG. Na segunda fase, os grupos prejudicados conseguem reajustar os preços, caso em que o processo inflacionário tende a se repetir cronicamente. Na terceira, processa-se o encurtamento do período de reajustamento dos preços e salários. Finalmente, na quarta fase, além da recomposição da inflação passada, os agentes buscam introduzir uma previsão de inflação em seus reajustamentos, caso que a inflação se torna generalizada, rumando para a hiper-inflação. Esta última fase retrata bem a realidade da economia brasileira nos anos 1980 e início dos 1990.

> Parece correto afirmar, em retrospecto, que o governo Castelo Branco foi tão sofisticado em análise econômica quanto ingênuo em ciência política. O conceito de indexação, como cláusula de exceção, era inquestionável, mesmo num regime militar nos moldes brasileiros, na medida em que a correção monetária era regulamentada pelo governo. Por que não garantir aos assalariados a mesma correção assegurada aos proprietários de imóveis alugados? A típica resposta de um tecnocrata era que o proprietário do imóvel só dispunha dessa garantia, porque não tinha o direito de despejar o inquilino, enquanto o trabalhador insatisfeito estava livre para pedir demissão. O argumento não pecava por erro de lógica, mas por falta de simetria. Protegia-se o proprietário do imóvel com a correção monetária porque não se permitia que ele retomasse o que lhe era seu. E não era possível estender a mesma norma aos contratos salariais, a menos que se privassem os trabalhadores da liberdade de demissão, o que representaria a volta à escravidão. Essa assimetria era incompreensível para a maioria dos mortais em geral, e para os congressistas em particular. E resultava de um pecado original em ciência política: a tentativa de legislar democraticamente sobre aquilo que só se deve aceitar como exceção.[106]

Pode-se afirmar, deste modo, que a coexistência entre operações prefixadas e pós-fixadas, corrigidas pelas ORTN e, algumas, pela taxa de câmbio, esteve na base do desenvolvimento financeiro experimentado desde então, e que atingiu seu ápice em meados dos anos 1970 (SILVA, 1979; MINELLA, 1995). Os haveres não-monetários, que no início da década de 1960 representavam menos de 10% do total de haveres financeiros da economia brasileira, passam a responder por mais de 2/3 no final dos anos 1970 (Figura 2).

O aumento da utilização da ORTN como referência para a correção dos contratos acabou convertendo-a em quase-moeda, à medida que a moeda corrente perdia progressivamente a função de padrão de preços para prazos superiores a algumas semanas ou mesmo dias. Ao funcionar como uma espécie de muleta para a função reserva de valor da moeda de curso forçado, contribuiu decisivamente para evitar o processo de substituição monetária nos anos 1980, quando a inflação se tornaria crônica em função do processo de realimentação provocada pelo mecanismo da indexação[107]. Esse mecanismo, contudo, se processou em detrimento da parcela da população sem acesso a serviços e produtos financeiros e a partir da fragilização fiscal do Estado, além de praticamente extinguir as operações de crédito e débito com prazos mais dilatados.

---

[106] Isto porque a correção monetária, instituída em 1964, foi admitida enquanto cláusula de exceção, não sendo revogado o Decreto n. 23.501 de 1933, que proibia a estipulação de pagamento em ouro e a estipulação de pagamento em outra moeda que não a corrente (proibição da cláusula de ouro), bem como qualquer forma de indexação, estabelecido no contexto de crise externa provocada pela Grande Depressão dos anos 1930. Acreditava-se que a revogação do referido decreto, ao generalizar a indexação, tornaria a inflação fora de controle. Optou-se, por isso, pela cláusula de exceção (SIMONSEN, 1995). Para um histórico da indexação no Brasil, consultar Simonsen (1995).

[107] Sobre a inércia inflacionária provocada pelos contratos com cláusula de indexação, bem como a alternativa de congelamento de preços e salários para conter o efeito da inflação passada sobre a inflação (conhecida de "choque heterodoxo") – que constituiu suporte para o Plano Cruzado (28/02/1986) –, ver Lopes (1986). Adicionalmente, ver Bresser-Pereira e Nakano (1991) e Tavares (1990).

Com o segundo choque do petróleo, mais os reajustes semestrais dos salários a partir de 1979, inaugurou-se o período de "indexação acelerada" da economia brasileira – Figura 3 (SIMONSEN, 1995, p.17)[108]. A aceleração dos preços induziu os agentes a lutarem pela manutenção de suas respectivas quotas na renda nacional, o que generalizou o sistema de indexação e potenciou a aceleração da inflação.

Os compradores de ORTNs e também, mais tarde, de Letras do Tesouro Nacional (LTN)[109], conseguiam não apenas preservar, mas valorizar a riqueza financeira em contexto de alta inflação, ou seja, de instabilidade monetária. Embora tais títulos não possuíssem plena liquidez monetária – relacionada com a variação da produção corrente e que permite a liquidação imediata das dívidas –, detinham elevada liquidez financeira – relacionada à negociabilidade perfeita dos haveres não-monetários como se estes fossem moeda. Ou seja, trava-se de ativos com alto grau de liquidez monetária, a contrapartida de sua plena liquidez financeira, seguindo a tipologia proposta por Tavares (1978a, p.148-49). Ativos tão líquidos quanto os depósitos à vista, com garantia de juros reais aos seus detentores (MOURA E SILVA, 1979, p.78). Ao invés de estimular a acumulação de capital no âmbito da circulação industrial, os ativos financeiros com rendimento real assegurado pelo instituto da correção monetária possibilitavam a valorização da riqueza no âmbito da circulação financeira. Segundo Tavares (1978a, p.150):

> [...] Estes títulos se destinam na realidade a alimentar um circuito financeiro privilegiado a pretexto de servir de contrapartida ao manejo das contas monetárias, internas e externas. Na verdade, ambos os títulos têm servido fundamentalmente de "base de expansão" para a circulação financeira [...]

A eliminação do instituto da correção monetária foi se tornando cada vez mais difícil, ante o aguçamento do processo inflacionário resultante de uma economia superindexada e exposta a sucessivos choques de oferta (Figura 3)[110]. Além de fatalmente ensejar um processo de substituição monetária, sua extinção imporia perdas aos credores e inviabilizaria o financiamento

---

[108] A fase da indexação acelerada (1980-85) sucede a de indexação moderada (1968-79) e precede a fase de choques e do descontrole (1986-93), segundo periodização de Simonsen (1995, p.17).

[109] As LTNs, títulos públicos também prefixados, foram criadas em agosto de 1970, contando com prazos de resgates mais curtos do que as ORTNs, que em 1986 (Plano Cruzado) se tornariam OTNs e teria seu valor congelado por 1 ano. Enquanto as LTNs tinham prazo mínimo de 35 dias, as ORTNs, a despeito da correção trimestral, tinham prazo mínimo inicialmente de 3 anos e, depois, a partir de 1985, de 1 ano e até mesmo de 6 meses (no caso das ORTNs escriturais, ofertadas ao mercado no primeiro bimestre de 1986). No início de 1989, no âmbito do Plano Verão, as OTNs foram finalmente extintas (PAULA, 1997, p.67; MINELLA, 1995).

[110] Além dos dois choques do petróleo, as maxidesvalorizações cambiais de 1979 e 1983, esta última realizada já num sistema de reajustes salariais semestrais compulsórios e automáticos pela inflação passada, agudizaram a trajetória da inflação ao longo dos anos 1980, ante o quadro de superindexação (SIMONSEN, 1995).

do governo a partir da emissão de títulos públicos. Conseguintemente, a correção monetária cumpria um papel contraditório: ao mesmo tempo em que reforçava ou realimentava o processo inflacionário, funcionava como uma muleta da função reserva de valor da moeda de curso forçado. Neste contexto, a moeda indexada cumpria o papel precípuo de evitar a hiper-inflação.

A volta dos riscos cambiais elevados, com os primeiros sinais da crise da dívida que eclodiria em 1982, mais a perda de confiança dos agentes nas ORTNs, notadamente em função da desastrada prefixação da correção monetária[111] e da correção cambial em 1980, bem como das sucessivas mudanças de regras da correção monetária, levou a um progressivo desarranjo deste sistema (CARVALHO, 1987; CARVALHO, 1992). Isto porque se quebrou a confiança na expectativa de que a correção das ORTN refletiria a inflação efetiva com margem de erro aceitável, confiança que estava na base do sistema em vigor nos anos anteriores. A aceleração da inflação a partir de 1979, ao aumentar a percepção de incerteza em relação à taxa futura de retorno real dos ativos, induziu a emissão de títulos pós-fixados também pelas empresas, generalizando a indexação no setor privado (MENDONÇA DE BARROS, 1993; MINELLA, 1995, p.64-65).

O encurtamento dos prazos dos contratos e a generalização da indexação refletem a reação dos agentes às perdas patrimoniais ocasionadas pela alta inflação, constituindo os dois lados de uma mesma moeda (MINELLA, 1995, p.81; MOURA E SILVA, 1979, p.68; FRENKEL, 1990, p.114). Também contribuíram para a observância e a consolidação desse fenômeno, ademais, as crescentes necessidades de financiamento do Estado, no quadro de estatização da dívida externa[112] e de aumento da dívida pública – potenciado pela aquisição de divisas pelo setor

[111] Depois da maxidesvalorização cambial de 30% realizada em novembro de 1979, em 1980 o governo prefixou a correção monetária em 45%, depois reajustada para 50% no interregno jul.80/jun.81, com o intento de conter as expectativas inflacionárias dos agentes. Prefixou, ainda, a correção cambial em 40%. Com efeito, negou-se o papel desempenhado pela própria indexação, pautado no conhecimento posterior do valor monetário, implicando a perda de credibilidade dos agentes neste instrumento. Daí em diante, seguiram-se diversas iniciativas de prefixação, bem como de estabelecimento de limites ao crescimento dos agregados monetários e do crédito, ante a perspectiva monetarista de ajustamento do balanço de pagamentos então prevalecente. Para uma análise detalhada deste processo, ver Ferreira, Freitas e Santos (1988). A prefixação da correção monetária implicou uma expressiva queda da relação entre haveres financeiros em poder do público e em proporção do PIB. A razão haveres financeiros/PIB caiu de 40,8% para 33% entre 1979/80 (FERREIRA, FREITAS e SANTOS, 1988; CARVALHO, 1992, p.155).

[112] Viabilizada não apenas pela oferta de ORTN com cláusula de correção pela variação cambial, mas também e, sobretudo, pelo pagamento da dívida denominada em moeda estrangeira antes do vencimento das obrigações mediante transferência antecipada ao Banco Central, permitido pela Resolução 432 do Conselho Monetário Nacional e Circular 230 do Banco Central de 1977. Operou-se, deste modo, a estatização da dívida externa, com

público[113] (geradas pelo setor privado). Neste contexto, o próprio sistema de indexação se convertia num mecanismo endógeno de expansão da dívida pública. Por esta razão, não há dúvidas de que o segundo choque do petróleo e a crise externa subsequente dão início à aguda instabilidade monetária no Brasil.

Os esforços envidados para o restabelecimento da confiança na correção monetária levaram ao desenvolvimento progressivo do que se chamaria de indexação financeira, com o estabelecimento de regras implícitas de vinculação entre a correção das ORTN, os juros praticados no *overnight* e as expectativas de inflação[114]. Já na primeira metade dos anos 1980, conforme registra Minella (1995, p.79-80), além do sistema formal de indexação baseado na variação da ORTN, ganhou força o sistema de indexação informal, baseado na taxa *over*, ante a importância que o financiamento do setor público passou a representar para os bancos, particularmente no âmbito da geração de receitas. Isto porque, além do rendimento envolvido na operação, esses ativos constituíam importante instrumento para essas instituições se apropriarem das receitas proporcionadas pela alta inflação.

Em 1986, o expressivo crescimento da demanda agregada que se seguiu ao Plano Cruzado, que mais tarde resultaria em crise de abastecimento e tornaria o congelamento de preços insustentável, sinalizava a necessidade de um forte aperto da política monetária. Um expressivo

---

o Estado passando a assumir o risco cambial, posto que se responsabiliza pela liquidação dos débitos em seus respectivos vencimentos. Em meados da década de 1980, cerca de 80% da dívida externa total era estatal.

[113] Trata-se, aqui, do impacto interno do endividamento externo. Como quase totalidade das divisas era gerada pelo setor privado, impunha-se a necessidade de o governo emitir títulos públicos para, com os recursos obtidos, viabilizar a aquisição de moeda estrangeira do setor privado e, assim, liquidar a dívida externa.

[114] Entre jan.81 e fev.83, foi estabelecido que o INPC, calculado pelo IBGE, serviria de referência para o cálculo da correção monetária, cuja fórmula não foi divulgada. Embora com aderência satisfatória, contudo, a correção diferia da taxa de inflação de cada mês, esta última mais volátil. Isto porque a correção era prefixada com dois meses de antecedência. Entre mar./nov.83, por sua vez, inicialmente utilizou-se o IGP-DI como referência, logo substituído pelo índice ajustado, que expurgava a inflação corretiva e a causada por fenômenos acidentais, o que causou queda do valor real da ORTN no período. Como a sub-correção impedia uma política ativa de juros, em nov.83, na esteira das negociações com o FMI, estabeleceu-se que o índice de referência seria o IGP-DI cheio e que a correção das ORTNs tomaria por base a variação do índice do mês imediatamente anterior. A correção monetária passou, então, a seguir a inflação mensal, com a ORTN do mês t sendo igual à ORTN do mês t-1 mais a variação dos preços. Este sistema, contudo, fazia com que o valor da ORTN de um determinado mês fosse conhecido apenas ao longo do próprio mês, aumentando a incerteza no mercado financeiro. Em função disso, em mai.85 instituiu-se uma nova fórmula, pautada na média geométrica das últimas 3 variações mensais do IGP-DI, o que recolocou a defasagem no sistema de indexação e fez com que o valor da ORTN do mês seguinte fosse conhecido no mês corrente. A defasagem da correção, contudo, recolocava o problema da sub-correção em alguns meses, o que implicava a fuga das aplicações indexadas e dificultava o financiamento da dívida pública, pois a taxa *over* (custo de captação) poderia ser superior ao rendimento do título. A partir daí foram adotados diversos métodos de indexação num curto espaço de tempo, aumentando a incerteza em relação à correção monetária (MINELLA, 1995, p.194-199).

aumento da taxa de juros, contudo, implicaria perdas substanciais aos detentores de títulos do governo, ante a queda de seus preços de mercado, colocando em risco o sistema financeiro[115]. Para evitar o risco sistêmico na intermediação financeira, foram criadas as Letras do Banco Central (LBC) – Resolução n.1.124, de 15/05/1986 –, papéis indexados à taxa *overnight*. A indexação financeira, aliada à zeragem automática de mercado, eliminava o risco indexatório dos bancos, dispensando a recompra dos títulos a taxas favorecidas pelo Banco Central quando do aumento da taxa de juros[116] (ARIDA, 2007). O sistema de indexação passa, então, a ser diário e ter como referência a taxa *overnight* – por isso, indexação financeira –, ao invés de um índice de preços. De acordo com Arida (2007, p.232), a ideia da indexação financeira:

> [...] se materializou nas Letras do Banco Central em maio de 1986, quando o Plano Cruzado já apresentava sinais evidentes do excesso de demanda agregada que, meses depois, tornaria insustentável o congelamento de preços. Era previsível que, cedo ou tarde, haveria forte aumento das taxas de juros. O aperto monetário provocaria uma queda no valor de mercado da dívida pública mobiliária interna, financiada na ocasião apenas com títulos convencionais.

Mas com o fracasso do Cruzado em fins de 1986, a indexação generalizada volta[117], e agora tendo como referência a taxa de juros do *overnight*[118], não mais um índice de preços. Mesmo a OTN passa a ser indexada ao rendimento das LBCs e, por extensão, à taxa *over* a partir de março de 1987. A poupança financeira migra em escala crescente para o *open-market*, registra Mendonça de Barros (1993, p.8). Esse sistema de indexação, contudo, já revelaria desde logo sua face voraz: além de "financeirizar os preços", ou seja, tornar a taxa *over* a referência para as expectativas de inflação dos agentes, tornava a definição da taxa de juros diária uma arte, pois tinha de ser alta ao ponto de garantir rendimento real aos aplicadores, e baixa ao ponto de não

---

[115] Um aumento da taxa de juros no mercado secundário (taxa *over*) impunha perdas às instituições financeiras com posições ativas em títulos, ou seja, às instituições bancadoras de títulos públicos.

[116] A LBC, então, suprimia o risco de descasamento entre as taxas das operações ativas e passivas dos bancos, decorrente da diferença de indexador de suas aplicações *vis-à-vis* suas obrigações. Mas ao oferecerem um passivo remunerado de curtíssimo prazo, os bancos ficavam demasiadamente expostos ao risco de liquidez, o que exigiu do banco central o compromisso de zerar a posição dos bancos ao final do dia, fornecendo-lhes os recursos necessários para o financiamento de suas posições em aberto em títulos públicos à taxa média diária – zeragem automática do mercado. Com isso, a autoridade monetária eliminava o custo de carregamento de títulos pelos bancos, ainda existente mesmo com a criação da LBC, além de viabilizar a fixação da taxa de juros de curtíssimo prazo com certa autonomia. O efeito colateral, contudo, consistiu na migração efetiva de todo o sistema para o mercado diário, imputando uma orientação de curto prazo aos agentes (MENDONÇA DE BARROS, 1993; CARVALHO, 1992).

[117] Já em 14.01.1987 a reindexação da economia é completada. Passa a ser possível, a partir daí, a emissão de CDB pós-fixados pelos bancos, atrelados à LBC, com 60 dias de prazo (CARVALHO, 1992, p.141).

[118] A partir de dez.86, as letras de câmbio, as cadernetas de poupança novas e os depósitos a prazo fixo passam a ser indexadas às LBCs, indexadas à taxa *over* (Resolução n.1.216, de 24/11/1986 e Resolução CMN n.1.217, de 24/11/1986).

deteriorar as expectativas de inflação[119]. Não menos importante, este arranjo radicalizou o entrelaçamento entre o mercado de dívida pública e o mercado monetário, com a taxa do mercado monetário se consolidando enquanto referência para a remuneração dos títulos emitidos pelo setor público para viabilizar seu financiamento[120].

A substituição da moeda pelos títulos indexados à taxa de juros de curtíssimo prazo representa uma forma de substituição monetária, ainda que não sob a forma de substituição da moeda nacional por uma moeda estrangeira. Com a desvalorização da moeda provocada pela inflação, outro ativo passou a cumprir a função reserva de valor, condição que se objetivou sob a forma de desmonetização da economia. A demanda pela moeda de curso forçado se restringiu cada vez mais ao atendimento da necessidade de liquidação de débitos, o que significou a supressão da autonomia da gestão da moeda e, ao cabo, da definição da taxa de juros de curto prazo (BELLUZZO e ALMEIDA, 1990).

As LBCs e, a partir de fins de 1987, num contexto de implementação de medidas que visavam atribuir maior transparência à distinção de funções entre o Banco Central e o Tesouro Nacional – em que a autoridade monetária não mais podia emitir títulos próprios –, as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), permitiam a quase neutralização da taxa de risco inflacionário, além eliminar o risco de descasamento entre as taxas de aplicação e captação de recursos dos bancos. O governo, por seu turno, deixava de pagar um elevado prêmio de risco para os bancos e demais compradores de títulos, exigido em contrapartida à assunção do risco de descasamento de indexadores entre seus respectivos ativos e passivos (PAULA, 1997, p.77-78; MINELLA, 1995, p.157-61). Além disso, a indexação dos títulos à taxa *overnight*, bem como sua manutenção mesmo depois do fracasso do Plano Cruzado, decorreu da própria necessidade do sistema por um indexador diário, evitando o fenômeno da substituição monetária *de facto*. A um só tempo, portanto, essa institucionalidade buscava evitar a hiper-inflação, eliminar o risco indexatório dos bancos e, por extensão, diminuir o custo de refinanciamento da dívida pública – ante a redução esperada do prêmio cobrado pelos credores do Estado para cobrir o risco de descasamento indexatório.

---

[119] O compromisso do Banco Central em oferecer uma taxa de juro nominal ao menos igual à variação dos preços decorria da própria necessidade de rolagem da dívida pública, além de servir de contenção à hiper-inflação, à medida que reprimia a "fuga" da riqueza financeira para ativos reais (CARVALHO, 1992; 1993; 1996b). Vale registrar a seguinte afirmação de Carvalho (1992, p.141): *"[...] O BC tinha que operar, portanto, meio às cegas, em busca de um patamar para o juro real mensal."*

[120] Este ponto será explorado detidamente mais adiante, no item 4.3.

A agudização da instabilidade monetária impôs ao Estado a assunção da ruptura das funções da moeda, condição que se objetivou na moeda indexada (BELLUZZO e ALMEIDA, 1990). Os próprios bancos, a partir do mecanismo da "zeragem automática", tornaram-se emissores de moeda indexada, pois eram capazes de oferecer depósitos remunerados ao público com seus ativos alocados quase integralmente em títulos do governo corrigidos pela taxa *overnight*[121]. Operou-se a generalização, assim, da quase-moeda na economia brasileira no decorrer da década de 1980, com os depósitos à vista remunerados, mediante depósitos de um dia no mercado aberto. O sistema de indexação exigia a atuação dos bancos enquanto compradores de títulos públicos e ofertantes de depósitos remunerados junto ao público não-bancário, tendo o Banco Central na outra ponta, como garantidor da liquidez global do sistema. Esta prática ensejou a generalização do sistema de liquidez diária dos títulos públicos, incluindo os de longo prazo, com a autoridade monetária indexando-os à taxa *over* e viabilizando seu financiamento diário, de sorte a permitir o refinanciamento da dívida pública mobiliária, de um lado, e acomodar a demanda por quase-moeda do público, de outro (MENDONÇA DE BARROS, 1993).

No Plano Bresser, implementado em junho de 1987, a LBC passa a desempenhar o papel de indexador oficial, em substituição à OTN, o que significou mais um abatimento da correção monetária na transição de indexador[122]. No fim de 1987, figuravam-se, fundamentalmente, três indexadores principais: a LBC, a OTN Fiscal[123] e a taxa de câmbio (PAULA, 1997; MINELLA, 1995; CARVALHO, 1992). No início de 1989, com o Plano Verão, ocorre uma nova mudança de indexador oficial, com a substituição do IPC pela LFT[124]. Já no Plano Collor (1990), além do fim da zeragem automática de mercado, operou-se a substituição dos títulos indexados (LFT e LBC) pelos títulos prefixados (LTN) vendidos a uma taxa de desconto predeterminada e, portanto,

[121] No Plano Cruzado, a emissão de CDB pelos bancos com financiamento diário em *overnight* se torna legal. As aplicações com remuneração diária pela taxa *over* são popularizadas em outubro de 1986, quando da criação dos Fundos de Aplicações de Curto Prazo (FACP), os quais permitiam aplicações de baixos valores, de modo a contribuir para o financiamento do setor público (MINELLA, 1995; CARVALHO, 1992). Segundo Carvalho (1992, p.140), antes da criação dos FACP *"[...] boa parte dos bancos não aceitava aplicações por um dia para valores reduzidos, ou pagava por elas taxas muito inferiores à média diária do overnight. [...] Com os fundos [...] mesmo recursos reduzidos passavam a receber juros diários quase idênticos aos recebidos pelos grandes aplicadores no overnight. [...]"*

[122] A medida significou, no caso de todas as aplicações com correção monetária, incluindo a caderneta de poupança, uma redução de 8,07% da correção.

[123] A partir do fim de 1987 a OTN Fiscal passa a contar com reajuste diário, com base nas expectativas de inflação do governo, servindo de referência para o cálculo da taxa de juros real das aplicações financeiras, sobre o qual incidia o imposto de renda.

[124] O rendimento da caderneta de poupança com aniversário em 15 de janeiro daquele ano, em particular, sofreu uma redução de 20,37%, resultado da diferença entre a variação do IPC acumulado e da oscilação da LFT (BAETA, 2008; O ESQUELETO..., 2008). Sobre a lógica dos Planos Bresser e Verão, ver Carvalheiro (1999).

independente da taxa de juros de curtíssimo prazo. No fim do ano, contudo, com o fracasso do Plano, o governo passou a ter cada vez mais dificuldades para colocar LTNs no mercado, ensejando a criação do Bônus do Banco Central (BBC), ainda que com as mesmas características das LTNs[125].

Frente à aceleração da inflação a partir do fracasso do Plano Collor II (1991), para atribuir viabilidade ao financiamento do setor público o governo criou as Notas do Tesouro Nacional (NTN), títulos pós-fixados corrigidos pela inflação e remunerados com juros reais de até 12% ao ano. Diante da inflação crescente, a autoridade monetária volta a oferecer títulos públicos com acordos diários de recompra, além de restaurar a zeragem automática de mercado (PAULA, 1997; MINELLA, 1995; CARVALHO, 1996b; 2006).

Embora tenham sido observados, a partir de então, sucessivos momentos de supressão e restabelecimento da indexação a índices de preços[126], de maneira geral conviveu-se desde então com os títulos públicos de curto prazo com rendimento atrelado à taxa básica de juros (CARVALHO, 1992; MINELLA, 1995). Com a aceleração dos níveis inflacionários na segunda metade dos anos 1980, as quase-moedas solidificam o fenômeno da "ciranda financeira", já presente na década anterior. A indexação dos títulos públicos à taxa de juros de curtíssimo prazo alimentou o "caldeirão fervente da especulação", para utilizar a expressão de Tavares (1978a, p.182). O governo captava recursos por meio da sinalização de juros reais positivos. Os bancos, por seu turno, se apropriavam de *spreads* em operações sem risco, ante o compromisso de "zeragem automática" assumido pela autoridade monetária. Os aplicadores, por sua vez, alocavam seus recursos em ativos com liquidez elevada e garantia informal de retorno real. Logo, sob o arcabouço institucional da moeda indexada, a oferta de moeda se tornou endógena, tornando a política monetária passiva.

---

[125] Entre as medidas do Plano Collor, estabeleceu-se a BTN fiscal como indexador oficial da caderneta de poupança, em substituição ao IPC. Com efeito, o rendimento da caderneta com vencimento entre 14 e 28 de março de 1990 foi expurgado em mais de 80%, pois as contas renderiam, com base no IPC mais TR, 85,24%, mas receberam apenas 4% (NUNES, 2001; EXPURGO..., 2000; NUNES, 1997). Em função das tentativas frustradas de estabilização monetária no Brasil e os expurgos da correção monetária decorrentes do processo de substituição de indexadores, estima-se um "esqueleto" de aproximadamente R$ 120 bilhões ainda em 2008, ante a implementação de planos de estabilização monetária que, de algum modo, sub-remuneraram os aplicadores (BAUTZER et al., 2008; O ESQUELETO..., 2008).

[126] Como registra Minella (1995, p.221), entre 1964 e 1989 o Brasil contou com 15 formas diferentes de estipulação da correção monetária, a partir de diferentes formas de cálculo.

Com efeito, opera-se um crescente desvinculamento entre os circuitos industrial e financeiro. Os títulos públicos atrelados à taxa de juros paga pelo governo para o financiamento de um dia passam a constituir o suporte do processo de valorização e acumulação da riqueza sob a forma monetária. Bancos e grandes empresas lucravam com a ciranda (SOCHACZEWSKI, 1980, p.276; CARVALHO, 1987).

Neste processo de desvirtuamento, o sistema de indexação deixa de cumprir uma de suas principais funções originalmente concebida, qual seja, de estruturar um sistema financeiro privado de longo prazo, capaz de financiar o desenvolvimento. A indexação passa por um processo de metamorfose, especialmente ao longo dos anos 1980, cumprindo a função de lastro à quase-moeda, ao mecanismo de defesa do público contra os efeitos da alta e persistente inflação (BELLUZZO e ALMEIDA, 1990, p.67). Ela se transforma, desta maneira, em sua antítese: estimula contratos de curtíssimo prazo, ao invés de longo termo (MINELLA, 1995). Conforme sintetizam Belluzzo e Almeida (1990, p.67), os títulos públicos *"[...] deixam de ser veículo de financiamento do setor público para servirem de lastro à 'moeda indexada', além de base à arbitragem entre 'dinheiro velho' e 'dinheiro financeiro' exercida por quem gera ou tem acesso privilegiado à liquidez."*

Com isso, o Estado buscava evitar potenciais efeitos instabilizadores provocados pela fuga em direção aos ativos físicos. A recomposição das funções da moeda a partir da moeda indexada, contudo, permitiu ao Estado reassumir a gestão da moeda de forma apenas restringida, pois o exercício da política monetária assumiu um papel subordinado. Tratou-se, pois, de uma pseudo-restituição da unidade monetária, das funções da moeda. Não menos importante, a existência de um ativo financeiro ao mesmo tempo líquido e com garantia de rendimento real pelo Banco Central concorreu na direção de atribuir contornos no mínimo peculiares, para não dizer exóticos, ao Sistema Financeiro Nacional. Não por outra razão, afirma categoricamente Tavares (1978a, p.149):

> [...] A presença crescente de títulos públicos perfeitamente líquidos no âmbito da circulação financeira e, ademais, destituídos de qualquer risco (com proteção contra a inflação e garantia de um piso mínimo de taxa de juros) exprime nitidamente a importância desta característica "peculiar" do sistema financeiro nacional.

A correção monetária se transforma em indexação financeira, um instrumento de realimentação da inflação e de estruturação de um circuito de valorização da riqueza financeira independente do circuito industrial, autônomo. Todos os contratos do sistema passam a tomar

como referência a taxa *over* e as quase-moedas são proliferadas, o que reduz o horizonte de cálculo econômico para 1 dia, senão algumas horas. No contexto de instabilidade monetária sistêmica, os atores econômicos reagem buscando tirar proveito das possibilidades que se apresentam no âmbito da circulação financeira. Isto porque a agudização do processo inflacionário tende a aumentar a dispersão dos preços relativos, aumentando o risco de liquidez daqueles que assumem contratos financeiros reais com remuneração nominal desconhecida, conforme adverte Moura e Silva (1979, p.79). No mais, a taxa básica de juros passa a ser totalmente condicionada pela necessidade de correção das perdas provocadas pela inflação, o que paradoxalmente implica um crescente processo de "financeirização dos preços", ou seja, a taxa de juros esperada de curtíssimo prazo passa a ser o principal indexador para o reajustamento dos preços de todos os ativos do sistema, não se restringindo aos ativos financeiros (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002, p.182). A taxa de juros esperada vira referência para o comportamento da inflação corrente, tornando a política monetária passiva.

Portanto, a indexação financeira no Brasil deve ser entendida numa perspectiva histórico-institucional-macroeconômica, decorrendo de um desvirtuamento do instituto da correção monetária introduzido no bojo das reformas institucionais do governo militar. Desvirtuamento este, cumpre notar, decorrente não apenas da necessidade imposta pelo resgate da função reserva de valor da moeda, mas em razão da necessidade de criação de um espectro de riqueza capaz de atribuir viabilidade ao processo de conservação e valorização da riqueza em contexto de alta inflação, de instabilidade monetária[127].

A existência de títulos atrelados à taxa de juros de curtíssimo prazo, num contexto em que prevalecem juros reais elevados, acaba constituindo uma anomalia para o funcionamento do sistema financeiro, tornando-o disfuncional ao propósito do financiamento da produção. Isto porque permite aos bancos e demais atores econômicos a consolidação de portfólios ao mesmo tempo líquidos e rentáveis. No contexto de instabilidade monetária, os bancos passaram a especular permanentemente contra a moeda velha, de curso forçado. Nos termos de Belluzzo e Almeida (1990, p.67), *"[...] O título público passa então a ser a base do ganho bancário: na*

[127] E, neste sentido, procede o argumento de Teixeira (1988, p.32) de que as reformas da década de 1960 lançaram as bases institucionais para a acumulação financeira, pautada mormente nos títulos públicos, ainda que tenham sido originalmente destinadas a amplificar a acumulação produtiva.

intermediação do dinheiro financeiro (que substituiu a função bancária da intermediação financeira) e na absorção do imposto inflacionário. [...]"

4.2 Estrutura patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil (dez.1971/jun.1994)

As reformas financeiras implementadas nos anos 1960 tiveram o efeito inicial de restabelecer e dinamizar a poupança financeira, cadente com a aceleração da inflação no início da década de 1960, bem como estimular o crédito no decorrer dos anos 1970. O ciclo de expansão que se inicia a partir de meados da segunda metade da década de 1960 enseja (e é ensejado por) uma expansão acelerada dos empréstimos do SFN, o que se traduziu em termos de aumento do grau de endividamento das empresas e famílias. Com as reformas, ocorre um forte aumento dos haveres financeiros. Segundo Zini Jr. (1982, p.97):

> [...] de 1965 ao presente [1980] houve forte aprofundamento das relações débito-crédito na economia. Boa parte da expansão inicial do setor financeiro após as Reformas, se deveu por certo, à canalização para este mercado de recursos que circulavam no mercado paralelo. Porém, o setor encontrou mecanismos próprios para continuar sua expansão ao longo do período. O setor financeiro sofisticou-se, apresentando grande flexibilidade na expansão dos financiamentos à produção e ao consumo e na criação de haveres aceitáveis pelo mercado. [inserção nossa]

Mas se por um lado as reformas intensificaram as operações de empréstimos de curto prazo, por outro se mostraram insuficientes para constituir um sistema de financiamento privado de longo prazo. Os bancos de investimento, criados para cumprir esta última função, acabaram se concentrando nas operações de capital de giro e repasses de recursos externos, sendo o financiamento de longo prazo assumido pelo Estado e pelo capital estrangeiro, com o capital privado nacional constituindo o famoso "pé fraco do tripé". Desta maneira, pode-se afirmar que embora inicialmente bem-sucedidas em termos de ampliação e diversificação do SFN, as reformas de 1964/67 falharam no que diz respeito à estruturação de um sistema financeiro privado de longo prazo, capaz de amparar as decisões de investimento das empresas, especialmente os grandes projetos.

O fracasso da estratégia de estruturação de um sistema financeiro segmentado e baseado no mercado de capitais (modelo americano) seria legitimado jurídica e institucionalmente em 1988, quando a orientação governamental passa a ser guiada pela estruturação de um sistema de financiamento pautado no crédito, conduzido pelos bancos universais ou múltiplos – em linha com os processos de conglomeração financeira e concentração bancária observados depois da

reforma financeira (TONETO Jr., 1992, p.163; HERMANN, 2002; ZINI Jr., 1982; TAVARES e CARVALHEIRO, 1985).

Contudo, passado o impacto inicial das reformas dos anos 1960, o recrudescimento da inflação a partir da segunda metade da década de 1970 passa a estimular a opção por flexibilidade por parte dos bancos[128]. Essas instituições passam a privilegiar uma composição de balanço que, sob o abrigo da institucionalidade da moeda indexada, permitia a obtenção de elevados níveis de rentabilidade e, ao mesmo tempo, aumentar a capacidade de adaptação e/ou reação ao quadro de instabilidade. Isso porque a preferência por ativos líquidos e pelo encurtamento dos prazos por parte dos bancos e dos demais atores econômicos em contexto de alta inflação não era uma preferência pela moeda velha, destituída de sua função de reserva de valor, mas pela moeda financeira, ou seja, indexada.

Para os bancos, as operações realizadas com títulos públicos não impunham a abdicação de alta rentabilidade, pois além do rendimento real muitas vezes oferecido por esses ativos, elas funcionavam como importante instrumento para essas instituições se apropriarem dos ganhos propiciados pela alta inflação – a partir da não-remuneração ou da sub-remuneração dos recursos captados no mercado, destacadamente sob a forma de depósitos. Além de permitir a obtenção de receitas elevadas, a existência de títulos corrigidos pela inflação e, depois, pela taxa *overnight*, protegia os bancos das oscilações abruptas e renitentes da conjuntura, além de oferecer-lhes uma posição de balanço reativa às oportunidades lucrativas previstas ou surgidas inesperadamente, pois tais ativos funcionavam como quase-moedas. Tais operações, portanto, não podem ser assumidas como resultantes de um comportamento simplesmente defensivo num quadro de instabilidade aguda.

Conforme salientam Fanelli e Frenkel (1995), a instabilidade macroeconômica pode produzir importantes mutações no plano microeconômico, relacionado ao funcionamento dos mercados e ao comportamento dos atores econômicos. Ou seja, a instabilidade macroeconômica induz alterações microeconômicas que afetam decisivamente o comportamento dos agentes, que tendem a privilegiar flexibilidade. Neste contexto, a opção por posições de balanço mais líquidas passa a ditar o comportamento dos atores econômicos, notadamente dos bancos, pois a

[128] Sobre esse ponto, ver também Paula (1997).

possibilidade de ajustamentos patrimoniais quase instantâneos lhes permite não apenas acomodar, mas ganhar com as oscilações dos preços-chave do sistema, conforme salientado na seção 3.1.1.

Para os bancos no Brasil em contexto de alta inflação, em particular, a opção por flexibilidade se objetivou em termos de uma composição de ativos fortemente pautada em títulos públicos e demais operações de curtíssimo prazo, o que determinou um alto grau de liquidez do lado esquerdo de seus balanços. A partir da arbitragem entre o dinheiro velho (de curso forçado) e o dinheiro novo (moeda indexada), os bancos conseguiram obter ganhos elevados mesmo diante de um quadro de instabilidade macroeconômica e monetária crônica. Argumenta-se, por isso, que a capacidade de adaptação dessas instituições a diferentes conjunturas em contexto de alta inflação não decorreu apenas de sua simples adaptação a este ambiente, mas também de um arcabouço institucional peculiar que lhes possibilitou a adoção de uma estratégica de balanço ao mesmo tempo defensiva (líquida) e especulativa (na maior parte do período, rentável) e da implantação de sistemas operacionais e de gestão articulados com as especificidades ensejadas por este ambiente. Estratégia esta, cumpre destacar, capaz de viabilizar a adaptação microeconômica lucrativa dessas instituições ao contexto de aumento contínuo e generalizado dos preços que marcou a economia brasileira, sobretudo, nos anos 1980 e no início da década de 1990[129].

A seguir, discute-se a estrutura patrimonial e o padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil no interregno dez.1971/jun.1994. Os indicadores patrimoniais selecionados do conjunto dessas instituições foram calculados a partir dos dados disponibilizados no Boletim do Banco Central – para maiores detalhes sobre a base de dados e os procedimentos metodológicos, ver Apêndices C e D. As tabelas com todas as contas de balanço disponibilizadas na referida publicação são apresentadas no Anexo A. Os valores são apresentados em R$ bilhões de dez.2007, deflacionados pelo IGP-DI.

4.2.1 O comportamento dos bancos privados nos anos 1970

Na esteira dos estímulos à poupança financeira, do crescimento econômico acelerado e da inflação moderada prevalecente especialmente na primeira metade da década de 1970 (Tabela 1),

[129] Isto não significa dizer, evidentemente, que o ambiente de alta inflação não ensejou riscos maiores e adicionais à atividade bancária no Brasil. A alta inflação reduz abruptamente grau de previsibilidade dos atores econômicos, implica um progressivo encurtamento dos prazos das obrigações dessas instituições e inaugura um quadro de instabilidade renitente da taxa de juros (CARVALHO, 2005; PAULA, 1997).

as operações de crédito do SFN ao setor privado cresceram em ritmo muito forte (Figura 4). Em preços constantes de dez.2007, o saldo das operações de crédito ao setor privado no Brasil aumentou de R$ 181,99 bilhões para R$ 842,97 bilhões entre jan.1970/dez.1979, depois de ter atingido R$ 905,77 bilhões em dez.1978. Neste interregno, o índice real dessas operações, tomando-se jan.1980 como período base (jan.1980 = 100), subiu de 21,76 para 100,78, um aumento real de 363,1%. O crédito, portanto, aumentou substancialmente neste período, não obstante a desaceleração do ritmo de seu crescimento entre a primeira e a segunda metade dos anos 1970 (Figura 4).

Conforme discutido nos primeiros dois capítulos desta tese, na fase de expansão dos negócios os bancos assumem, ainda que imperceptivelmente, posturas financeiras mais arrojadas no manejo de seus ativos e passivos, ante a redução do grau de percepção de risco por parte destas instituições – o que se traduz em termos de diminuição de suas margens de segurança. Isto pode ser verificado a partir do elevado patamar e do aumento da participação das operações de crédito no ativo total dos bancos privados no Brasil na primeira metade dos anos 1970 (Tabela 2). Entre 1971 e 1975, a participação dos empréstimos no ativo total destas instituições aumenta de 61,05% para 65,32%, ou seja, praticamente 2/3 dos ativos dos bancos comerciais privados eram destinados às operações de empréstimos. A preços de dezembro de 2007, os empréstimos dos bancos privados sobem de R$ 72,26 bilhões para R$ 131,22 bilhões, um aumento real expressivo, de 81,58% (Tabela 2). Neste interregno, ademais, a participação média dos títulos públicos no ativo do conjunto destas instituições é bastante acanhada, em torno de 0,32%. Os títulos privados, por sua vez, embora ganhem importância na primeira metade dos anos 1970, também apresentam uma baixa participação, passando de 2,88% para 4,56% entre dez.1971/dez.1975 (Tabela 2).

Do lado das obrigações, metade dos passivos dos bancos comerciais privados na primeira metade dos anos 1970 correspondia aos depósitos à vista (Tabela 3). Os depósitos a prazo correspondiam à parcela marginal do passivo dos bancos, em torno de 5% do total, praticamente o mesmo patamar das obrigações destas instituições junto às autoridades monetárias, sob a forma de operações de redesconto, empréstimos de liquidez e, sobretudo, fundos e programas de financiamento (incorporada em “outras contas”, apresentada na Tabela A4, Anexo A).

A estrutura do passivo dos bancos comerciais privados neste período mostra poucas oscilações, quando da comparação com os períodos subsequentes. Além de refletir o baixo grau

de diversificação das formas de captação dos bancos neste período, esta situação evidencia a baixa disposição dos investidores em obter títulos privados de renda fixa, como os CDBs. Conforme assinala Gazeta Mercantil (1979, p.316), somente com as mudanças nas regras de cálculo das ORTNs em 1976, que operou no sentido de reduzir para um mês a antecipação de cálculo do rendimento pelo aplicador nas operações pós-fixadas, é que passa a haver maior disposição do público em relação à compra de títulos prefixados, o que abriu espaço para a ampliação dos depósitos a prazo dos bancos.

A partir da segunda metade dos anos 1970, sob impacto da desaceleração do ritmo de crescimento econômico e das incertezas associadas à crise do petróleo de 1973, ocorre uma redução do grau de exposição dos bancos às operações de crédito. A partir de 1977/78 os bancos privados dão início a uma diminuição persistente da participação do crédito em seus ativos totais, movimento que seria interrompido, ainda que de forma tímida, apenas em 1984. As operações de crédito, que encerraram a primeira metade dos anos 1970 respondendo por 65,32% do ativo destas instituições, terminaram 1979 representando 54,28% (Tabela 2).

Em contrapartida, observa-se um aumento relevante da parcela de seus ativos relacionada às operações cambiais e, em menor medida, aos Depósitos em Moeda Estrangeira do Banco Central (DME). O total dessas operações aumenta de 5,62% para 14,70% entre 1976/79 (Tabela 2). Os DME foram criados em 1974 para estimular a captação de recursos externos pelos bancos num contexto de elevado risco de reversão da política cambial de minidesvalorizações cambiais, ensejado pelo efeito negativo gerado pelo choque do petróleo sobre o saldo de transações correntes do balanço de pagamentos[130] (Tabela 1). Este instrumento permitia que no intervalo envolvido ente a captação e a efetivação do repasse o risco cambial fosse assumido pela autoridade monetária, ao invés de sê-lo pelos bancos – haja vista que ao ativo em DME dos bancos correspondia o passivo em DME assumido pela autoridade monetária, transferido, por seu turno, para o Tesouro Nacional via ORTNs cláusula cambial, as ORTNs cambiais[131]. Sobre a parcela repassada pelos bancos, por sua vez, o referido risco ficava a cargo dos tomadores finais (CRUZ, 1984; TONETO Jr., 1992; FERREIRA, FREITAS e SANTOS, 1988, p.25). Com efeito,

[130] Conforme se pode observar na Tabela 1, o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos como percentual do PIB sobe de 2,48% em 1973, para 6,8% em 1974 e 5,39% em 1975.

[131] Esta transferência do risco cambial do tomador de recursos externos para o governo foi estendida ao setor não-financeiro mediante a Resolução 432, de 1976. Trata-se, pois, de uma iniciativa deliberada de estatização da dívida externa, com o ônus assumido pelo setor público.

as operações cambiais continuaram se mostrando atrativas para os bancos – que assumiam apenas o risco de inadimplência dos mutuários –, oferecendo-lhes, inclusive, ganhos excepcionais nos episódios das maxidesvalorizações cambiais de 1979 e 1983.

A participação das operações com títulos públicos no ativo total do conjunto dos bancos comerciais privados, por seu turno, a despeito do crescimento registrado ao longo dos anos 1970, ainda se mostrava pouco relevante até o final daquela década, quando encerra em 2,04%, ante 0,22% em 1971. Seria apenas nos anos 1980 que a presença dos títulos públicos no rol de aplicações dos bancos ganharia maior importância, num contexto de recrudescimento da inflação e de forte expansão do endividamento do setor público, este último cumprindo o papel de principal pilar da "ciranda financeira". Os títulos privados, por sua vez, respondiam por apenas 1,15% do ativo em 1979, depois de ter alcançado aproximadamente 5% em 1976 (Tabela 2).

Ainda no que se refere ao lado esquerdo do balanço dos bancos privados, deve-se salientar a redução da participação do encaixe voluntário, de 6,83% para 3,95% entre 1971/79, movimento que revela a crescente capacidade dessas instituições trabalharem com níveis cada vez menores de reservas para atender a demanda do público, ante a importância cada vez maior da moeda escritural nas relações de crédito e débito. Registra-se, ainda, a elevação do ativo permanente (total efetivo) no interregno considerado, de 5,88% para 8,27%, o que sinaliza os investimentos realizados por essas instituições para conviverem com um ambiente de aceleração dos preços, notadamente sob a forma de expansão da rede de agências a partir da segunda metade dos anos 1970 (Figura 7).

No âmbito do passivo, os bancos privados sofrem uma redução substancial a participação dos depósitos à vista no passivo total: a relação cai de 53,32% em 1971 para 31,48% em 1979 (Tabela 3). O movimento de queda reflete, principalmente, a decrescente demanda do público por depósitos em conta corrente, ante a corrosão do poder de compra dos depósitos à vista decorrente da aceleração dos preços dos bens e serviços. A participação dos depósitos a prazo, por seu turno, é multiplicada por dois entre a primeira e a segunda metade dos anos 1970, o mesmo praticamente acontecendo com os outros depósitos. Cabe salientar, contudo, que a redução da participação dos depósitos à vista no passivo dos bancos privados entre dez.1971/dez.1979 correspondeu a um movimento em termos relativos, pois tais depósitos subiram de R$ 63,11

bilhões para R$ 91,98 bilhões, um aumento real de 45,75%, contra uma elevação real do 146,83% do passivo total (Tabela 3).

Em 1976, diante do patamar ainda elevado do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, e preso à lógica do ajustamento monetário das contas externas, o Banco Central aumentou alíquota do recolhimento compulsório incidente sobre os depósitos à vista dos bancos, de 26% para 35% - o que implicou um aumento da participação das reservas bancárias de 8,43% para 11,48% do ativo total (Tabela 2). Em reação a isso, contudo, os bancos privados reduziram a parcela dos depósitos à vista entre 1975/76, e aumentaram a dos depósitos a prazo, sobre os quais não incidia recolhimento compulsório (Tabela 3). E assim procederam mediante a majoração das taxas de juros oferecidas aos depositantes – possibilitada pela liberação dos juros a partir do segundo semestre de 1976. O mesmo movimento aconteceu em 1977, em reação ao aumento adicional de 5% do compulsório sobre os depósitos à vista[132] (GAZETA MERCANTIL, 1977, p.99; GAZETA MERCANTIL, 1978, p.288-89). No final dos anos 1970 Gazeta Mercantil (1978, p.290) afirmou: *"Os banqueiros estão-se revelando pilotos bastante hábeis para velejar nas águas tumultuosas da política monetária. [...]."*

Outra alteração fundamental corresponde ao aumento substantivo das operações cambiais, que passam de 11,73% do passivo do conjunto de bancos privados em 1971 para 26,3% em 1978, o que mostra a capacidade destas instituições tirarem proveito de fontes atrativas de captação de recursos, de modo a ampliar suas margens de ganho estipuladas em suas operações ativas. Como as taxas de juros externas, ao menos até meados da segunda metade da década de 1970, eram bem inferiores às domésticas, ante o contexto de elevada liquidez no mercado internacional, os bancos comerciais privados não hesitavam em ampliar suas obrigações externas, notadamente via Resolução 63[133]. Estas passam de R$ 6,29 bilhões para R$ 28,6 bilhões entre dez.1971/dez.1978 (Tabelas 2). Em 1979, o total das operações cambiais atinge R$ 94,1 bilhões (preços de dez.2007), o equivalente a 32,2% do total do passivo do conjunto dessas instituições. Há que se

[132] Cumpre frisar, contudo, que esta parcela adicional estipulada a partir do fim de 1977 foi recolhida sob a forma de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, o que minimizou o impacto sobre as receitas destas instituições (GAZETA MERCANTIL, 1978, p.289).

[133] Fenômeno que, cumpre salientar, reduzia o grau de eficiência da política monetária, pois tais haveres não estavam sujeitos ao recolhimento compulsório, ao menos na primeira operação. Os DMEs constituíam, ademais, um instrumento de especulação cambial, ante a possibilidade de instantânea dos recursos depositados pelos bancos. Isto ocorreu até 1984, quando se instituiu a proibição de novos saques dessa conta, ainda que novos depósitos continuem sendo permitidos (TONETO Jr., 1992, p.256-57).

ressalvar, contudo, a influência da maxidesvalorização cambial de fins de 1979 sobre a referida participação.

Portanto, a elevada participação das operações cambiais nas obrigações dos bancos privados notadamente na segunda metade da década de 1970 deve ser entendida à luz do contexto de liquidez abundante no mercado internacional e, por extensão, do significativo crescimento do euromerado, fatores que ensejaram o processo de internacionalização bancária principalmente a partir de 1975. Processo este, cumpre registrar, que envolveu inclusive a internacionalização de bancos dos países de renda média, como Brasil, Argentina, México, entre outros. Com essa estratégia, essas instituições buscavam principalmente tirar proveito das excepcionais condições de captação de recursos no mercado internacional, potenciando as operações de repasses e lastreadas em moeda estrangeira, as quais lhes permitiam trabalhar com elevadas margens. No que diz respeito aos bancos brasileiros, em particular, inicialmente o processo de internacionalização respondeu às oportunidades de ganhos possibilitadas pelo euromercado e às estratégias concorrenciais implementadas por estas instituições para se diferenciarem dos demais competidores. A partir de 1979, o principal determinante deste processo passa a ser o estímulo governamental para a captação de recursos externos, traduzido na forma de uma política monetária restritiva e imposição de limites à expansão das operações de empréstimos com recursos externos[134] (FREITAS, 1989).

A política de minidesvalorização da taxa de câmbio prevalecente no interregno 1968/78 não diminuiu o apetite dos bancos em relação à utilização desta fonte de recursos, mas o contrário, pois instituiu um alto grau de previsibilidade nas decisões econômicas, além do fato de que as desvalorizações da taxa de câmbio ficavam sempre abaixo da correção monetária. Isto significou a obtenção de ganhos adicionais pelos bancos no interregno 1968/78, haja vista que a

[134] Instituições financeiras comerciais privadas como Real, Mercantil de São Paulo, Unibanco, Econômico, Comind e Nacional instalaram ou expandiram o número de dependências (agências e/ou escritórios) no mercado internacional entre 1974-78, notadamente nos centros financeiros *offshore*. Este processo atingiu seu auge entre 1979-82, período em que se registrou uma ampliação substantiva das dependências de bancos brasileiros no estrangeiro, passando a envolver outros bancos além dos já mencionados, como Itaú, BCN, Noroeste, Auxiliar, Bradesco, Bamerindus e Bandeirantes. Para se ter uma dimensão deste fenômeno, 14 bancos brasileiros tinham 63 dependências instaladas no exterior em 1983. Esta estratégia permitiu que estas instituições superassem os limites sobre as operações de crédito com recursos internos impostos pela autoridade monetária, além de evitar o pagamento de *spreads* e comissões envolvidos na contratação de recursos externos junto a bancos internacionais. Isto reforça, cumpre ressaltar, o entendimento da internacionalização dos bancos brasileiros nos anos 1970 enquanto uma política deliberada de estratégia concorrencial implementada por estas instituições no intento de tirar proveito das possibilidades de ganhos abertas pela farta liquidez internacional (FREITAS, 1989).

ORTN rendia correção monetária mais juros de 5% ao ano entre 1969/71 e 8% ao ano entre 1972/82 (TONETO Jr., 1992; CRUZ, 1984). Significa, pois, que o governo subsidiava a captação de recursos externos, posto que o processo de esterilização monetária subsequente implicava a assunção de um passivo corrigido pela ORTN mais taxa real de juros, contra um ativo (moeda estrangeira) corrigido pelo câmbio mais a taxa de juros internacional (FERREIRA, FREITAS e SANTOS, 1988).

Com a assunção crescente de passivos em moeda estrangeira, estas instituições apropriavam-se de elevadas margens nos repasses destes recursos ao mercado interno, seja para as operações de crédito ao setor privado, seja para a aquisição de títulos públicos, além de estreitarem os vínculos com o sistema financeiro internacional, o que lhes possibilitou a obtenção de elevados níveis de rentabilidade ao longo dos anos 1970. Considerando-se o interregno 1976/1979, para o qual os dados se achavam disponíveis, em nenhum ano a rentabilidade do patrimônio dos bancos privados no Brasil foi inferior ao registrado pelas empresas não-financeiras. O ROE médio registrado pelos bancos privados neste intervalo foi de 22,84%, contra 10,55% das empresas do setor produtivo (Figura 5).

De qualquer modo, contando com o ambiente de alta liquidez internacional, os elevados níveis de rentabilidade dos bancos neste período decorriam em grande parte de operações relacionadas ao financiamento dos setores ligados à produção, consumidores e empresas não-financeiras: o crédito subiu de 18,2% do PIB em 1967 para 53,9% do PIB em 1979, depois de ter atingido 56,3% do PIB em 1976, conforme dados do banco central compilados por Ferreira, Freitas e Santos (1988, p.43).

Contudo, pode-se argumentar que o principal pilar deste processo, o capital estrangeiro, era frágil, como de fato acabou se verificando. E que, em razão disso, bem como dos impactos nocivos daí decorrentes sobre as contas externas e públicas nos anos 1980, este arranjo de financiamento não poderia sobreviver num quadro de reversão do cenário internacional[135]. Ainda assim, não se pode negar que havia uma relação bastante próxima entre os setores financeiro e produtivo neste período, que contribuiu para crescimento acelerado da economia brasileira. Os elevados níveis de rentabilidade do patrimônio (ROE) alcançados nos anos 1970 pelos bancos

[135] Não por acaso, afirmam Ferreira, Freitas e Santos (1988, p.38): *"O período de crise e instabilidade vivido pela economia brasileira nos anos 80 mostrou o esgotamento desse padrão de financiamento onde o ônus e riscos do endividamento concentram-se de forma desproporcional no setor público."*

privados tinham como substrato primordialmente a concessão de crédito ao setor privado[136], ou seja, tratava-se de um padrão de rentabilidade fundado nos empréstimos, ainda que de curto prazo.

4.2.2 O comportamento dos bancos privados na década de 1980 e início dos anos 1990

A partir do fim da década de 1970, em razão da desaceleração do ritmo de atividade econômica e do recrudescimento da inflação, o índice real do crédito ao setor privado no Brasil entra numa trajetória de queda quase ininterrupta que se estende aos anos 1980, ante o aguçamento do quadro de instabilidade, com pequenas e breves recuperações ao longo do interregno considerado, com destaque ao período do Plano Cruzado, quando o índice real encerra 1986 em 90,05, ante 60,32 no mesmo período do ano anterior (Figura 4). A existência de ativos com proteção contra a inflação e, por conseguinte, garantia de rendimento real, passou a deslocar os bancos em direção ao circuito financeiro, propiciando-lhes altos lucros a partir de uma baixa exposição ao risco. Segundo Tavares (1978a, p.149):

> […] A presença crescente dos títulos públicos perfeitamente líquidos no âmbito da circulação financeira e, ademais, destituídos de qualquer **risco** (com proteção contra a inflação e garantia de um piso mínimo de taxa de juros) exprime nitidamente a importância desta característica "peculiar" do sistema financeiro nacional. [grifo nosso]

O segundo choque do petróleo e a reversão da política monetária americana no final dos anos 1970 marcam um claro ponto de inflexão da economia brasileira. O choque de oferta, num contexto de plena indexação de salários e preços e crescente restrição da liquidez internacional, implicou uma aceleração contínua da inflação, cuja dinâmica passou a assumir uma característica cada vez mais inercial (Figura 3). A elevação abrupta do preço do petróleo e a expressiva contração da liquidez internacional a partir do final da década de 1970 desencadeiam o potencial instabilizador de um sistema em que a moeda de curso forçado não cumpria todas as suas funções. Opera-se, desta maneira, a transição de um contexto de inflação moderada para outro, de alta inflação, além da prevalência baixo crescimento econômico. Este novo ambiente constituiu elemento determinante para o comportamento dos agentes, particularmente dos bancos privados.

---

[136] A elevada participação do crédito no ativo total do conjunto de bancos privados na década de 1970 se referia primordialmente às operações destinadas ao setor não-governamental. De acordo com os dados de balanço do conjunto de bancos privados no Brasil, 99,56% do crédito total concedido por essas instituições se referiam a tomadores do setor privado em 1975, contra 63,06% em 1983 e 70,83% em 1985. Ademais, conforme observado, a participação das operações com TVM no ativo do conjunto dessas instituições era pouco expressiva no período 1971/79, bem inferior à média registrada no interregno 1980/88. É neste sentido que se pode afirmar que os ganhos dessas instituições nos anos 1970 foram primordialmente pautados nas operações de crédito destinadas ao setor privado. Teixeira (1988, p.53) e Assis (1986, p.45) fazem essa mesma constatação.

Em meio a um cenário econômico altamente adverso, os bancos privados aumentaram seu grau de preferência por liquidez, ante o maior desejo por flexibilidade. O Estado, "prisioneiro do período anterior", para usar a expressão de Toneto Jr. (1992, p.282), viu-se totalmente constrangido no que compete à gestão monetária e fiscal, assumindo a função de mero ofertante de quase-moeda para o público, ante a concentração da riqueza notadamente em ativos financeiros indexados. Acossado pela crise do balanço de pagamentos e pela desagregação das funções da moeda, impõe-se a realização de uma política monetária que no geral, a despeito das diferentes gradações, pode ser considerada restritiva, quando da comparação com a prevalecente nos anos 1970. Com isso, buscava-se estimular o ingresso de recursos externos e, ao mesmo tempo, evitar o fenômeno da substituição monetária.

Num contexto de instabilidade crônica, na década de 1980 os bancos foram se especializando cada vez mais na geração de receitas a partir da "ciranda financeira", apropriando-se dos chamados ganhos inflacionários, apoiados principalmente na aplicação, no *overnight*, dos recursos captados sob a forma de depósitos à vista (não remunerados), bem como na sub-remuneração dos depósitos a prazo – o que foi ganhando maior importância na esteira do movimento de crescente ampliação da participação dos haveres não-monetários no total de haveres financeiros. Sob a institucionalidade da moeda indexada e da zeragem automática de mercado, os bancos fizeram da inflação uma fonte de receita segura e altamente lucrativa, obtida a partir da especulação contra a moeda ruim, de curso forçado.

O lugar central ocupado pelos bancos no âmbito das iniciativas do Estado para preservar a soberania da gestão monetária num quadro de desintegração das funções da moeda, permitiu-lhes a obtenção de ganhos elevados, ante a capacidade de emissão de moeda indexada. Os anos 1980 foram marcados, então, pela constante troca de posições ativa e passiva entre o setor privado e o setor público, em desfavor deste último, sendo os bancos e as grandes empresas os grandes beneficiados da política de ajustamento patrimonial dos atores privados. Conforme assinalam Belluzzo e Almeida (2002, p.195):

> [...] a gestão monetária do período perdeu efetividade: ela deixou de ser capaz de guiar as expectativas e determinar a taxa de juros, porque ficou prisioneira da polarização da riqueza financeira nas quase-moedas. Esta polarização foi patrocinada como meio de recompor a precária unidade das funções da moeda. Dela passou a se nutrir um mercado financeiro que, sem função intermediadora, se especializou em especular contra essa falsa unidade. Foi ele que passou a comandar de fato a política monetária e os movimentos das taxas de juros.

4.2.2.1 A importância dos ganhos inflacionários para os bancos no Brasil

Os ganhos dos bancos com a inflação decorrem da aquisição de um ativo com proteção contra a aceleração dos preços contra um passivo não ou apenas parcialmente protegido. Esses passivos podem ser depósitos à vista (não-remunerados), depósitos a prazo (remunerados) ou até mesmo recursos em trânsito no sistema bancário, ou seja, haveres mantidos não voluntariamente nessas instituições (compensação de cheques, transferência de tributos para o Tesouro, etc.). Os altos investimentos em tecnologia e automação e em expansão da rede de agências realizados pelos bancos em contexto de alta inflação, buscavam, deste modo, viabilizar um sistema ágil de captação e aplicação de recursos, de sorte a atribuir viabilidade aos ganhos propiciados pela elevada inflação[137].

Os principais estudos que buscaram mensurar os ganhos inflacionários dos bancos no Brasil, contudo, não raro consideraram apenas as receitas obtidas por essas instituições tão-somente a partir da desvalorização de seus depósitos à vista – mais precisamente, a partir da diferença entre os depósitos à vista (passivo não-remunerado) e os encaixes voluntários (ativo não-remunerado). Todavia, esse método de cálculo desconsidera os ganhos decorrentes da sub-remuneração dos depósitos a prazo ou da não-remuneração dos recursos flutuantes ou em trânsito no sistema (*floating*) [138].

De um lado, portanto, tem-se que a desvalorização do passivo dos bancos se processava não apenas a partir da depreciação dos depósitos à vista, mas também dos depósitos a prazo e dos recursos em trânsito no sistema bancário. De outro, a mensuração desses ganhos desconsidera parte das receitas com a inflação que retornava para os clientes notadamente sob a forma de isenção (ou desconto) de cobrança de tarifas sobre os serviços prestados. Mas ainda que devam ser analisadas com cautela, tais medidas propiciam uma dimensão dos ganhos inflacionários obtidos pelos bancos no Brasil.

Cysne (1994), por exemplo, argumenta que enquanto o imposto inflacionário corresponde à perda de poder aquisitivo da moeda, decorrendo do fato de a base monetária não render juros nominais, as transferências inflacionárias para os bancos decorrem da desvalorização dos

[137] Ver Carvalho (2003; 2005).

[138] Isso, cumpre destacar, sem considerar os ganhos resultantes da incorporação de prêmios de riscos elevados envolvidos nos *spreads* das operações ativas dos bancos, notadamente dos empréstimos, a título de proteção contra aumentos inesperados dos preços. Sobre este ponto, ver Aronovich (1994).

depósitos à vista, que também não rendem juros nominais. Ou seja, autoridade monetária e bancos ganham com a inflação porque o aumento dos preços opera no sentido de desvalorizar o passivo monetário emitido por estes atores, que se encontram nas mãos do público. Então, o imposto inflacionário corresponde ao ganho do banco central com a desvalorização da moeda provocada pela inflação, enquanto as transferências inflacionárias ao ganho bruto dos bancos[139], antes de deduzidos os custos envolvidos no processo. Alternativamente, o autor sustenta que as transferências inflacionárias podem ser definidas como os ganhos obtidos pelo excesso dos depósitos à vista (passivo não-remunerado) em relação ao encaixe total dos bancos (ativo não-remunerado).

Nesta perspectiva, à soma de ambos corresponde as transferências inflacionárias totais, a transferência camuflada de renda dos setores não bancários para o governo e para os bancos, os juros reais negativos que incidem sobre os meios de pagamento (M_1 = PMPP + DV)[140]. Cálculos realizados pelo autor apontam que as transferências inflacionárias para os bancos comerciais no Brasil – calculadas apenas pela diferença entre o encaixe total e os depósitos à vista, frise-se – chegaram a ultrapassar 3% do PIB em três anos da década de 1980, período em que se situou num patamar médio de 2,72% do PIB. Já as transferências inflacionárias totais, obtidas pela soma entre as transferências inflacionárias e o imposto inflacionário, alcançaram um nível médio de 5,26% do PIB no interregno considerado, tendo ultrapassado 6% do PIB em quatro anos da década de 1980 (Figura 6).

Se por um lado a queda da participação dos recursos não-remunerados e a proliferação da remuneração dos recursos depositados pelos clientes nos bancos concorriam no sentido de reduzir os ganhos destas instituições com a inflação, por outro os vultosos investimentos em automação bancária e a proliferação da rede de agências permitiam a transformação quase instantânea do dinheiro monetário em dinheiro financeiro, representado pela quase-moeda. Por isso, a despeito da observância do primeiro conjunto de fatores, a participação das transferências inflacionárias no PIB se manteve praticamente no mesmo patamar entre a primeira e a segunda metade dos anos

[139] De acordo com Cysne (1994) e Cysne e Costa (1997), ganho bruto porque parte dele retornava ao público não-bancário sob a forma de serviços não cobrados e sub-remunerados, reciprocidades creditícias e outros serviços que teriam custos mais elevados não fossem as receitas obtidas com a inflação.

[140] De acordo com Cysne (1994, p.127): *"[...] o imposto inflacionário representa um pesado fardo para pessoas físicas e jurídicas (não-bancárias) residentes no país e, sobretudo, para os indivíduos de menor renda, cuja porcentagem do encaixe em meios de pagamento sobre o total dos ganhos é muito maior (o que implica num maior imposto inflacionário em relação à renda) do que aquela relativa aos indivíduos de maior poder aquisitivo. Este fator atua no sentido de aumentar as desigualdades na distribuição de renda."*

1980, especialmente se desconsiderado o Plano Cruzado, quando o estancamento do processo inflacionário a reduziu abruptamente.

A análise do Sistema Financeiro Nacional (SFN) a partir das contas nacionais realizada pelo IBGE (1997, p.44) aponta na mesma direção, embora com metodologia diversa da utilizada por Cysne (1994). Considerando o interregno 1990-93, as receitas inflacionárias, compreendidas pela diferença entre a correção monetária dos passivos sem encargos e a atualização monetária dos ativos indisponíveis para aplicação das instituições financeiras[141], atingiram um nível médio de 4,02% do PIB, o equivalente a R$ 64,24 bilhões a preços de dez.2007, sendo reduzida a um patamar desimportante depois da estabilidade monetária, em 1995, quando atingem R$ 606,61 milhões (Tabela 4). Já em relação à produção imputada das instituições financeiras, calculada pela diferença entre os juros recebidos e os juros pagos, as receitas inflacionárias alcançam um nível médio de 38,55% no interregno considerado, também sendo reduzidas a um patamar muito baixo em 1995, de 0,6%. Deve-se destacar que o cálculo das receitas inflacionárias realizado pelo IBGE considera apenas as contas que não recebem qualquer tipo de remuneração, o que implica uma subestimação de tais ganhos brutos, pois parte das receitas destas instituições resultava da sub-remuneração dos depósitos dos clientes.

A proliferação de agências bancárias a partir da segunda metade da década de1970 se explica, então, pela necessidade de os bancos captarem a maior quantidade de recursos no menor tempo possível, de sorte a direcioná-los rapidamente (em verdade, instantaneamente) às aplicações financeiras com cláusula de correção monetária e, posteriormente, com correção pela taxa *over*. O número total de agências dos bancos privados no Brasil passa de 5.810 em 1968 para 7.782 em 1988, depois de atingir o pico de 9.062 agências bancárias em 1985, considerando-se o interregno 1968/88 (Figura 7). Os bancos buscavam, com isso, potenciar sua capacidade de captação de "moeda velha", destituída da função reserva de valor, de sorte a viabilizar o processo de intermediação do dinheiro financeiro – representado pela moeda indexada – e, assim, a apropriação dos ganhos inflacionários (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002). Por este motivo, Belluzzo e Almeida (2002, p.155) afirmam que, especialmente no que diz respeito aos grandes bancos de varejo no Brasil nos anos 1980:

[141] Não são consideradas, contudo, as obrigações sub-remuneradas, sendo contemplados apenas os passivos não sujeitos a qualquer tipo de remuneração. Para maiores detalhes, ver IBGE (1997, p.44).

> [...] O princípio da operação bancária é capturar o giro da "moeda velha", a moeda de transação, e obter renda com aplicações no mercado aberto ou em carteira de títulos públicos. [...] A intermediação do "dinheiro financeiro" passou a dominar amplamente o negócio bancário.

Com efeito, os bancos foram se afastando progressivamente das operações de crédito. Em média, as receitas inflacionárias respondiam por cerca de 30% a 40% das receitas de intermediação financeira dos bancos, tendo durante vários anos superado a parcela atinente às receitas com operações de crédito (GAZETA MERCANTIL, 1994, p.445). A Figura 8 mostra a participação das receitas inflacionárias nas receitas de intermediação do conjunto de seis grandes bancos privados à época no Brasil[142], na posição de dez.1993. Mesmo num período marcado pela retomada da expansão do crédito e pela redução dos depósitos à vista dos bancos, as receitas inflacionárias respondiam por 35,1% das receitas de intermediação financeira do conjunto dessas instituições. Resultado semelhante é obtido por Donizetti de Paula (2000, p.121)[143] e Dieese (1995, p.12). Neste último trabalho, em particular, no qual são consideradas as médias mensais do conjunto de nove instituições bancárias privadas para o mesmo ano referenciado[144], constatou-se que em alguns grandes bancos privados de varejo, como Bradesco e Unibanco, os ganhos com a inflação eram superiores a 40% no referido ano (44,3% e 47,6%, respectivamente)[145].

A inflação reprime as operações de crédito, pois impõe riscos adicionais aos bancos. Diante do aumento contínuo e generalizado dos preços, essas instituições aplicavam margens maiores entre suas taxas de aplicação e captação de recursos, incorporando um *markup* adicional ou defensivo para se protegerem da deterioração da taxa de juros real provocada pela inflação (ARONOVICH, 1994).

Mesmo nas operações pós-fixadas o aumento da inflação concorre no sentido de aumentar o custo do dinheiro e/ou reprimir a oferta de crédito, pois dificulta a análise do risco envolvido na operação. As posições ativas dos bancos podem ser alteradas em magnitudes iguais ou superiores às passivas. Sem contar, evidentemente, com as possibilidades de mudanças de indexador,

---

[142] Eram eles: Bamerindus, BCN, Bradesco, Itaú, Real e Unibanco.

[143] Donizetti de Paula (2000, p.121) considera os dados de resultado dos bancos Bradesco, Itaú, Bamerindus, Unibanco, Mercantil de São Paulo, Crédito Nacional, Mercantil do Brasil, América do Sul e Bandeirantes, publicados na Revista Bancária Brasileira, no interregno dez.91/dez.95. Segundo os cálculos do autor, depois de atingir 45,7% da receita total do conjunto dessas instituições em 1991, a média dos ganhos com passivos sem encargos deduzidos das perdas com ativos não-remunerados dos nove bancos considerados atingiu 24,8% em 1992, 32,1% em 1993, 17,3% em 1994 e 1,6% em 1995.

[144] Foram elas: Bradesco, Itaú, Unibanco, Bamerindus, Mercantil de São Paulo, Econômico, Nacional, Real e BCN.

[145] Isso também foi mostrado por Donizetti de Paula (2000, p.121).

expurgos inflacionários, prefixações da correção monetárias e perdas causadas por congelamentos, todas elas observadas na economia brasileira nos anos 1980 e começo dos 1990. Decerto, contudo, que a prática de elevadas margens entre as taxas de aplicação e captação dos bancos no decorrer deste interregno, ainda que condicionada pelos riscos acima aludidos, também contribuiu para os altos ganhos obtidos pelos bancos privados. Não obstante, a despeito de ainda responder por parcela importante das receitas intermediação financeira dessas instituições, foi se operando uma redução da importância das receitas de crédito, ante o aumento das receitas inflacionárias – isto já desde a primeira metade dos anos 1980, conforme mostram Belluzzo e Almeida (2002, p.248) a partir de um conjunto de grandes bancos selecionados.

Foi se constituindo no Brasil, deste modo, um sistema bancário inchado, necessário para viabilizar a captação de recursos – notadamente depósitos à vista e recursos em trânsito, tais como impostos e taxas passíveis de serem retidas por estas instituições durante certo período, as chamadas obrigações por arrecadações no passivo dos bancos –, as aplicações de um dia e, assim, a apropriação das receitas inflacionárias, possibilidade aberta pela existência de um sofisticado sistema de indexação. Em contraposição ao senso-comum, a inflação crônica no Brasil induziu a um crescimento substantivo do tamanho do SFN, em lugar de uma redução (Figura 9). Cálculos do IBGE (1997, p.50) mostram que a participação do SFN no PIB, considerando-se a média do interregno 1985/91, correspondia ao triplo da maioria das economias contempladas na amostra[146]. Nesta perspectiva, ao versar sobre os bancos no Brasil em contexto de alta inflação, afirma IBGE (1997, p.49):

> [...] Na verdade, as instituições financeiras brasileiras foram surpreendentemente bem-sucedidas na implementação de inovações financeiras e no aproveitamento de oportunidades regulatórias, que lhes permitiram não apenas sobreviver em um contexto visto no resto do mundo como hostil à atividade econômica, como também acumular capital, desenvolver-se tecnologicamente e crescer absorvendo parte considerável do imposto inflacionário gerado em nossa economia. Taxas de inflação que em outras experiências históricas levaram a economia à desmonetização e o sistema financeiro ao colapso fizeram com que a participação financeira na renda nacional chegasse a níveis agora levantados por esta pesquisa.

[146] Nos países com experiências inflacionárias crônicas e cujos arranjos institucionais se mostraram insuficientes para garantir a adaptação dos atores econômicos ao ambiente de alta inflação, como o Peru, operou-se um atrofiamento das relações de débito e crédito da economia, implicando uma reduzida participação das instituições financeiras no PIB. Para maiores detalhes, ver IBGE (1997, p.53).

4.2.2.2 Os bancos privados no período 1980/88

Sob a ótica da estrutura patrimonial dos bancos comerciais privados no Brasil, o interregno 1980/88 é marcado por fortes oscilações das participações relativas da maioria das contas patrimoniais do ativo e do passivo do conjunto destas instituições, sempre orientadas para a maximização das receitas inflacionárias e minimização dos riscos advindos da aceleração dos preços. Tais alterações evidenciam as mudanças patrimoniais realizadas pelos bancos para se adaptarem ao contexto de forte instabilidade, em grande medida viabilizadas a partir da alta flexibilidade de balanço com a qual essas instituições contavam, ante o elevado grau de preferência pela liquidez assumido ao longo dos anos 1980 sob a institucionalidade do sistema de indexação. Flexibilidade obtida notadamente a partir da assunção de posições ativas em dinheiro financeiro, financiadas preferencialmente por dinheiro velho, ou mesmo mediante a captação de recursos não ou sub-remunerados – para um panorama geral da economia brasileira na década de 1980, ver Apêndice E.

Em relação às aplicações, a participação das operações de crédito entra em queda livre entre 1976/83, recupera-se em 1986 e volta a cair, abruptamente, a partir de 1987. Depois de atingirem 40,46% do ativo total dos bancos em 1983, a participação destas operações no ativo total do conjunto de bancos comerciais privados se recupera em 1985[147], sob influência do crescimento de 7,85% do PIB[148], atingindo 57,56% em 1986, no contexto do Plano Cruzado (Tabela 2). As operações de crédito dos bancos privados passam de R$ 136,01 bilhões para R$ 209,71 bilhões entre 1985/86, a preços constantes de dezembro de 2007, um aumento real de nada menos que 54,19%. O crescimento dos empréstimos dos cinco maiores bancos privados no Brasil cresceu ainda mais neste interregno, 73,44%, sendo que a carteira de crédito do banco Bradesco, o maior banco privado no Brasil desde o início da série apresentada na Figura 10, simplesmente mais do que duplicou, com o índice real passando de 77,3 para 161,7.

---

[147] Esta estratégia dos bancos privados de ampliação da exposição ao crédito, contudo, não foi compartilhada pelos bancos de investimento (FERREIRA, FREITAS e SANTOS, 1988, p.22).

[148] A política monetária de orientação contracionista adotada no início da Nova República por Francisco Dornelles, então Ministro da Fazenda, que contou com nova prefixação da correção monetária (média geométrica do IGP-DI dos últimos três meses), deixa de vigorar a partir do segundo semestre de 1985, quando da substituição de Dornelles por Dilson Funaro, que passa a adotar uma orientação de política econômica compatível com o diagnóstico financeiro do déficit público, o que estimulou o nível de atividades e contribuiu para o crescimento da parcela do ativo dos bancos privados alocada em crédito no ano de 1985. Com a entrada de Funaro, ademais, volta a paridade entre a correção monetária e cambial e o IGP-DI, depois substituído pelo IPCA, no fim daquele ano, numa tentativa de uniformização dos indexadores da economia – a partir de 1986, o IPCA passa a ser o índice de correção dos salários. Para mais detalhes, ver Ferreira, Freitas e Santos (1988, p.89-112).

O *boom* de crédito em 1986 contribuiu decisivamente para o fracasso do Plano Cruzado[149]. Apenas entre janeiro e dezembro a razão crédito/PIB subiu de 23% para 34% (GAZETA MERCANTIL, 1994, p.444). Diante da perda de grande parte das receitas inflacionárias e em resposta ao aumento da demanda por empréstimos decorrente das expectativas favoráveis advindas do estancamento da corrosão do poder de compra dos salários, num contexto de liberação das taxas de juros de captação e aplicação dos bancos – não submetidas, portanto, ao congelamento de preços e salários[150] –, essas instituições rapidamente reorientam seus ativos em direção às operações de crédito, de modo a recompor seus ganhos, aumentando a participação dos empréstimos no total do ativo destas instituições.

Também contribuiu para o resultado positivo obtido pelo conjunto de bancos privados em 1986 a forte expansão das receitas com prestação de serviços, até então pouco expressivas[151] (FERREIRA, FREITAS e SANTOS, 1988, p.60; ASSIS, 1986; FUNDAP, 1993). Este movimento contou com a liberação da cobrança de tarifas por serviços antes gratuitos pelo governo, além de responder à pressão exercida pela significativa redução das receitas inflacionárias com o Plano Cruzado. Embora as receitas de prestação de serviços se tornariam ainda mais relevantes no ambiente de baixa inflação, deve-se registrar que já a partir da segunda metade dos anos 1980 esta fonte de receitas passa a ocupar lugar importante na geração de resultados dos bancos, ainda que destacadamente nos momentos de quedas abruptas das receitas inflacionárias[152] (VIEIRA, 1998). O ano de 1986 representou uma importante demonstração da

[149] Para Belluzzo e Almeida (2002, p.262), a expansão do crédito em 1986, decorrente da reorientação estratégica dos bancos provocada pela queda abrupta das receitas inflacionárias, e destinada a preservar os níveis elevados de rentabilidade tipicamente alcançados por estas instituições, constituiu o componente individual mais importante para a aceleração da demanda agregada no período e, por extensão, para o fracasso do Plano Cruzado.

[150] De acordo com Assis (1986, p.81-99), isto constituiu um esquema deliberado e patrocinado pelo governo de transferência de renda do setor produtivo, cujos preços se achavam submetidos ao congelamento, para o setor financeiro, cujas taxas (juros e serviços) se apresentavam liberadas.

[151] Donizetti de Paula (2000, p.28) pondera, contudo, que antes do Plano Cruzado as receitas de serviços eram contabilizadas em títulos de renda, enquanto o restante em outras contas, posto que decorrentes de descontos das taxas de juros recebidas pelos clientes e de outras operações. No período de alta inflação, as tarifas cobradas pelos bancos em seus serviços oscilavam de acordo com a reciprocidade oferecida por cada cliente. Isto, segundo o autor, dificultava a mensuração de tais receitas. A partir de 1986, as receitas de prestação de serviços se tornaram mais explícitas, além de aumentarem substancialmente naquele ano, uma vez que passaram a ser registradas em contas apropriadas e a aparecer nos extratos dos correntistas. De acordo com este autor (2000, p.112), antes de 1986: *"[...] parte significativa das rendas de prestação de serviços, cobrada de maneira indireta, era contabilizada em outros títulos [contábeis]."* [inclusão nossa]

[152] A cobrança de tarifas também cumpriu papel importante no processo de geração de receitas dos bancos em 1990, no bojo do Plano Collor, ante o descongelamento das tarifas em maio daquele ano. Os processos de desmotetização, de transferência automática dos fundos para a conta-corrente e de redução dos prazos da

capacidade de reação dos bancos no que diz respeito à defesa de seus elevados níveis de rentabilidade, com um aumento expressivo das receitas de crédito e de prestação de serviços.

Dados compilados por Vieira (1998, p.108) a partir dos balanços consolidados das instituições financeiras privadas então publicados pelo Banco Central em seus suplementos estatísticos, mostram que as receitas de prestação de serviços do conjunto de instituições financeiras privadas consideradas subiram de 4,6% para 15,7% da receita líquida total entre 1988/93[153]. Os impactos do Plano Cruzado sobre o setor bancário intensificaram as iniciativas dessas instituições em relação às medidas destinadas à compressão de suas estruturas de custos, tais como racionalização de processos internos, maiores investimentos em automação bancária e tecnologia da informação, enxugamento de pessoal, critérios mais rígidos para a abertura e funcionamento de agências, entre outras.

Com o fracasso do Plano Cruzado e a decretação da moratória da dívida externa em 1987, os bancos rapidamente reorientam seus ativos em direção às aplicações com maior prêmio de liquidez, especialmente títulos públicos. No ano de 1987 verificou-se um forte aumento da inadimplência: o fracasso do Cruzado significou um aumento do valor da dívida para os mutuários, ante a prática da correção monetária nas operações de crédito, de um lado, além de um forte recuo da participação dos depósitos não-remunerados no passivo total destas instituições, de outro, ambos os vetores influenciando negativamente a rentabilidade dos bancos (VISÃO, 1988, p.334).

Entre 1986/87 as operações de crédito do conjunto de bancos privados caem 39,4% em termos reais, para R$ 127,05 bilhões, a preços de dezembro de 2007 (Tabela 2). Os empréstimos dos cinco maiores bancos privados caem ainda mais, com o índice real despencando de 147,9 para 73,5 (Figura 10, gráfico II). Considerando o conjunto dos bancos privados, a participação dos empréstimos diminui 15,36 pontos percentuais (p.p.), enquanto a das aplicações em títulos públicos sobe expressivos 22,00 p.p., sob impacto do sucesso absoluto da criação da LBC (Tabela 2). Em 1988, a queda da participação dos títulos públicos é pouco mais do que compensada pelo aumento da de títulos privados (Tabela 2).

---

permanência de tarifas públicas nos bancos foram realçando a importância das receitas de prestação de serviços para essas instituições na primeira metade dos anos 1990 (FUNDAP, 1993, p.36-37).

[153] Bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito e investimento.

Contudo, com exceção do *boom* de crédito registrado em 1986, a tendência geral dos empréstimos é claramente de queda a partir do final dos anos 1970, com o índice real passando de 108,29 para 54,03 entre dez.1978/dez.89 (Figura 4), de R$ 905,77 bilhões para R$ 491,54 bilhões a preços de dez.2007. Para o conjunto dos bancos comerciais privados, as operações de crédito caem de R$ 162,46 bilhões para R$ 119,35 bilhões entre dez.1978/jun.1988, também a preços de dez.2007, uma queda real de 26,54% (Tabela 2). A participação destas operações no ativo total destas instituições atinge 43,58% em jun.1988, contra uma média de 60% nos anos 1970. Em contrapartida, a participação dos títulos públicos no ativo total dos bancos privados sobe de uma média de 0,65% entre dez.1971/dez.1979 para 8,78% entre dez.1980/jun.1988, depois de ter atingido 23,66% em 1987 (Tabela 2).

Na segunda metade dos anos 1980, ademais, as operações cambiais do conjunto dos bancos comerciais privados têm reduzida sua importância no ativo total. Finalmente, ainda no âmbito do lado esquerdo do balanço dos bancos privados, ganha destaque a mudança de patamar do permanente na composição do ativo destas instituições: sobe de 8,4% em 1980 para 13,6% em 1988, o que reflete o empenho dos bancos na modernização de processos e tecnologias, bem como na expansão da rede de agências, de modo a tornar viável suas operações em contexto de alta inflação. Os encaixes voluntários destas instituições caem abruptamente em proporção do ativo ao longo dos anos 1980, ante o recrudescimento da inflação e o desenvolvimento do mercado de títulos públicos (Tabela 3).

Por todas estas razões, de um modo geral, com exceção do período correspondente ao Plano Cruzado, em que se registrou uma forte expansão do crédito, os principais estudos sobre os bancos no decorrer dos anos 1980, a saber, Hermann (2002), Paula (1997), Carvalho (2005), Ferreira, Freitas e Santos (1988) e Belluzzo e Almeida (2002), são conclusivos no que diz respeito aos movimentos gerais observados neste período, a saber: a) aumento da participação dos títulos públicos e redução da participação do crédito no ativo destas instituições; b) elevados investimentos em tecnologia, com vistas à redução dos custos operacionais e, por extensão, elevação dos ganhos obtidos pelos bancos a partir da aceleração dos preços; e c) processo de concentração bancária e conglomeração financeira, com os bancos ingressando cada vez mais em atividades não relacionadas à atividade bancária, de modo a viabilizar uma política de diversificação de receitas – a esse respeito, ver Apêndice F.

A tendência geral de recuo da participação do crédito no ativo total dos bancos privados, cumpre salientar, decorreu não apenas da retração da disposição destas instituições em relação a essas operações, num contexto de recorrentes imposições de limites ao crescimento dos empréstimos com recursos internos, expurgos da correção monetária, rompimento com o sistema de minidesvalorização cambial e instabilidade macroeconômica e monetária, mas também da redução da demanda por recursos, principalmente por parte das grandes empresas privadas – que "bateram em retirada do sistema de crédito" para reduzir seus graus de endividamento (FERREIRA, FREITAS e SANTOS, 1988, p.73).

No que confere à estrutura do passivo do conjunto destas instituições ao longo da década de 1980, ganha destaque a redução pronunciada da participação dos depósitos à vista no total das obrigações, de 30,44% para 8,68% no interregno 1980/88, na esteira do processo de desmonetização da economia e da possibilidade de alocação dos recursos monetários em moeda indexada. E, diferentemente do recuo registrado no interregno 1971/79, nos anos 1980 a redução dos depósitos à vista se deu não apenas em termos de participação no passivo total, mas também em valores constantes, passando de R$ 76,32 bilhões em dez.1980 para R$ 23,76 bilhões, a preços de dezembro de 2007 (Tabela 3).

Apenas em 1986, em razão do processo de remonetização induzido pelo Plano Cruzado, a parcela dos depósitos à vista retoma a participação verificada no início da década, ainda que temporário, tendo atingido R$ 110,67 bilhões. A importância dos depósitos a prazo também aumenta substancialmente em 1986, atingindo 28,91%, ante apenas 6,2% em 1980 e 20,6% em 1985. O aumento da participação dessas obrigações ao longo da década de 1980 decorre da crescente demanda por moeda indexada, não obstante a redução para 15,79% em 1987 e 17,37% em 1988, sob efeito da aceleração da inflação e das incertezas e perdas geradas pelos expurgos da correção monetária ocorridos nos planos Bresser (1987) e Verão (1988), conforme registrado por Minella (1995, p.206-209)[154] – Tabela 3.

[154] O Plano Bresser determinou o IPC como indexador oficial a partir de agosto de 1987. Desde março daquele ano, contudo, a correção da OTN era determinada pelo IPC, calculado pelo IBGE, ou pelo rendimento da LBC, atrelada à taxa *over*, o que fosse maior. A transição da indexação oficial para o IPC, aliado à correção da OTN de julho pela LBC – ao invés de sê-lo pelo IPC de junho (que captava o aumento de preços antes do congelamento) – e à correção de agosto pelo IPC de julho (pós-congelamento), significou a sub-remuneração do papel. A correção de julho e agosto da OTN ficou em 21,6%, contra alta de 29,9% da inflação pelo IPC, ou 37,6% pelo IGP-DI (CARVALHO, 2007). Não se evitou, contudo, a indexação diária já a partir de outubro, com as OTNs (agora fiscais) passando a ser corrigidas pela previsão de inflação do governo. Novo expurgo

Diante da queda dos depósitos à vista com o recrudescimento da inflação após o fracasso do Plano Cruzado, em 1987 os bancos introduzem a chamada conta-remunerada, proliferada no decorrer de 1988, com os depósitos à vista passando a ser instantaneamente destinados ao *overnight*. Os clientes passam, então, a receber remuneração mesmo deixando seus recursos em conta-corrente. A despeito da queda da razão depósitos à vista/passivo total do conjunto de bancos comerciais privados entre dez.1987 e jun.1988, tal como registrada na Tabela 3, de acordo com Visão (1989, p.25) os depósitos à vista dos 70 bancos comerciais privados listados pela revista apresentaram um crescimento real de 131,3% entre 1987/88, sob influência decisiva da conta-remunerada[155].

A participação das operações cambiais, por sua vez, aumenta aceleradamente na primeira metade dos anos 1980, atingindo o pico em 1983, quando alcançou nada menos que 56,2% do passivo total destas instituições, sob impacto da maxidesvalorização cambial de 30% no início daquele ano. Em 1980/81, o aumento da parcela das operações cambiais no total das obrigações dos bancos privados decorreu da resposta dessas instituições aos mecanismos indutores de financiamento externo implementados pelo governo destinados a viabilizar o ajustamento das contas externas[156], além das maiores taxas de juros aplicadas sobre esses passivos a partir do fim dos anos 1970. Em 1982 observa-se uma pequena elevação, já revelando a interrupção dos fluxos

---

aconteceria no Plano Verão, no começo de 1988. Cumpre frisar, ademais, que além do expurgo da correção monetária, a sub-remuneração dos títulos representativos de quase-moedas decorreu, na segunda metade dos anos 1980, das dificuldades de o índice de preços captar adequadamente a aceleração dos preços, o que tornava o cálculo da taxa real de juros impreciso e, por isso, parcial para efeito da conservação e avaliação da riqueza real (MINELLA, 1995; CARVALHO, 1992). Mesmo assim, contudo, os títulos públicos cumpriam papel fundamental para a geração de receitas dos bancos, conforme já salientado, pois serviam de instrumento para a apropriação dos ganhos inflacionários.

[155] A forte redução da participação dos depósitos totais no passivo do conjunto dos bancos privados entre 1986 e 1987/88 também decorreu da expressiva presença das "operações interfinanceiras" no total de suas obrigações nesse último período. No Boletim do Banco Central, essa conta passa a ser registrada a partir de 1987, depois da introdução do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 1986. Segundo Mendonça de Barros (1993), a criação do CDI permitiu a estruturação de um mercado com transações a partir de 1 dia, até então proibido por lei. As operações interfinanceiras representavam 25,3% e 26,8% do total das obrigações dos bancos privados em 1987 e 1988, respectivamente – Tabela A4 (Anexo A).

[156] O governo impõe tetos quantitativos à expansão do crédito do SF doméstico (inferiores à inflação), com exceção das operações com recursos externos. Com isso, buscou-se estimular a captação de divisas pelo sistema bancário, no início dos anos 1980. Ante a retração da demanda por recursos pelo setor privado no início dos 1980, o setor público se tornou o principal receptor dos recursos via Resolução 63 captados pelos bancos, desmontando o esquema de segmentação da captação de divisas a partir da Lei 4.131 (tomada direta de recursos externos pelas empresas de capital aberto e estatais) e da Resolução 63 (linha reservada para as empresas privadas de capital nacional, intermediada pelos bancos, os quais repassavam a várias empresas, pulverizando os recursos). Operou-se, a partir disso, a retomada do processo de estatização da dívida externa. (CRUZ, 1984).

internacionais de capitais, especialmente a partir da moratória mexicana no segundo semestre[157]. Em valores constantes de dez.07, essas operações sobem de R$ 130,4 bilhões para R$ 175,1 bilhões entre dez.1982/dez.1983, um aumento real de 34,25% (Tabela3). Mas diferentemente registrado no interregno 1980/81, esse aumento decorreu fundamentalmente do impacto da maxidesvalorização cambial sobre o passivo em moeda estrangeira dos bancos, posto que os fluxos internacionais de capitais já se encontravam interrompidos – o que ensejou o acordo com o FMI no fim de 1982.

O impacto da desvalorização cambial de 1983 sobre os passivos dos bancos, contudo, não se traduziu em uma crise bancária. Ao invés disso, em 1983 o conjunto de bancos privados registrou o quarto maior ROE de todo o interregno 1971/88, de nada menos que 24,04%, o que revela que essas instituições estavam não apenas protegidas, mas com posições especulativas em moeda estrangeira. Como já observado, entre 1982/83 o total das operações cambiais e dos depósitos em moeda estrangeira (DME) no Banco Central nas operações ativas dos bancos privados subiu de 17,46% para 32,09% (Tabela 2), revelando a capacidade dessas instituições tirarem proveito das oportunidades percebidas de lucro.

Voltando ao lado do passivo, a partir da segunda metade dos anos 1980 cai abruptamente a participação das operações cambial no total das obrigações do conjunto dos bancos privados, ante a interrupção dos fluxos voluntários internacionais de capitais. Passam de 56,23% em 1983 para 24,13% em 1988, movimento puxado principalmente pela redução da participação das obrigações de empréstimos externos via Resolução 63, de 27,18% para 7,89% no interregno considerado. Em valores constantes de dezembro de 2007, as operações cambiais caem de R$ 175,06 bilhões para R$ 66,08 bilhões entre dez.1983/jun.1988 (Tabela 3). A instabilidade do período se traduz, ademais, em termos de aumento do capital próprio destas instituições: a participação do patrimônio líquido aumenta de 9,3% para 16,26% entre dez.1980/jun.1988 (Tabela 3).

[157] Entre 1981/82, o nível de reservas internacionais caiu de US$ 7,51 bilhões para US$ 3,99 bilhões (valores correntes).

4.2.2.3 Evolução dos indicadores selecionados de solvência e liquidez, capital e risco e rentabilidade dos bancos privados (dez.1971/jun.1988)

A Tabela 5 apresenta indicadores selecionados do conjunto de bancos privados no Brasil no interregno dez.1971/jun.1988. No que diz respeito aos índices de solvência e liquidez, destaque-se o recuo de patamar do encaixe voluntário em proporção dos depósitos à vista, revelando uma necessidade cada vez menor dos bancos manterem recursos ociosos para fazer frente aos saques diários. A média da razão encaixes voluntários/depósitos à vista caiu 14,29% nos anos 1970 para 7,62% no interregno dez.1980/jun.1988. O recrudescimento da inflação nos anos 1980 induziu os bancos comerciais privados a reduzirem abruptamente o volume de suas disponibilidades, ante a desvalorização real dos recursos ociosos. Significa, pois, que os bancos tiveram uma redução mais acelerada dos encaixes voluntários do que seus depósitos à vista, ante a importância deste último para a obtenção dos ganhos inflacionários, denotando uma postura ativa destas instituições na administração de seus balanços.

O índice empréstimos/depósitos, por seu turno, mostra que os bancos privados aumentaram o risco de saque, com o índice subindo de 1,11 nos anos 1970 para 1,44 nos anos 1980. Isto significa que para cada unidade monetária depositada, o conjunto de bancos comerciais privados no Brasil emprestou, em média, mais de uma unidade monetária. Em 1986, não obstante a forte expansão do crédito, o índice foi inferior à unidade em razão do crescimento ainda maior dos depósitos totais – sob impulso do Plano Cruzado (Tabelas 2, 3 e 5). Já o índice de capital de giro próprio cai abruptamente no interregno considerado, indicando que cada vez menos recursos próprios do conjunto destas instituições se encontravam financiando suas operações ativas.

Conforme registrado, ademais, entre as décadas de 1970/80 observou-se uma expressiva redução da participação do crédito no ativo total dessas instituições, resultado de seu crescente desejo por flexibilidade e, portanto, por liquidez. Esta estratégia, contudo, não significou uma redução da rentabilidade dessas instituições, conforme se pode observar na penúltima coluna da Tabela 5. Isto quer dizer que, diante das possibilidades de ganhos com a alta inflação abertas pela institucionalidade da moeda indexada, o aumento do grau de preferência pela liquidez dos bancos não significou uma abdicação da preferência por rentabilidade. O ROE médio do conjunto de bancos comerciais privados passou de 17,33% nos anos 1970, quando os empréstimos correspondiam a 60,0% do ativo total destas instituições, em média, para 17,28% nos anos 1980,

quando os empréstimos passaram a responder por 47,1% do ativo total. O retorno sobre o investimento total, por sua vez, aumentou de 1,64% para 2,03% no período, também considerando as médias dos períodos dez.1971/dez.1979 e dez.1980/jun.1988 (Tabela 5).

Em 1981 os bancos comerciais privados alcançaram o maior nível de rentabilidade do interregno considerado, de 32,7%, e isto sem ter ocorrido um aumento da participação das operações de crédito no ativo total destas instituições (Tabela 5). Isso decorreu, em grande medida, dos ganhos obtidos por estas instituições com a eliminação do redutor de 10% para a taxa de juros dos bancos a partir de novembro de 1980. A liberação das taxas de juros dos depósitos a prazo, acompanhada pelo retorno do prazo mínimo dos depósitos a prazo para 360 dias em 1981, e das altas taxas de juros praticadas nas operações ativas por estas instituições. Estas condições permitiram o alargamento de suas margens cobradas em seus empréstimos, potencializado pela captação de recursos externos – o que, sob o acicate da política econômica de incentivo à captação de divisas, permitiu-lhes driblar os limites impostos pela autoridade monetária ao crescimento do crédito com recursos internos, de 50% em 1981 (GAZETA MERCANTIL, 1981, p.445; FERREIRA, FREITAS e SANTOS, 1988, p.53).

Conforme já destacado, é neste contexto que se explica o aumento das captações via Resolução 63 e obrigações em moeda estrangeira, que se reflete em termos de crescimento de suas participações no passivo total dos bancos comerciais privados (Tabela 3). Os bancos conseguiam, desta forma, trabalhar com *spreads* elevados, transferindo o risco de câmbio ou para o banco central, ou para o tomador final, que por seu turno também poderia transferi-lo para a autoridade monetária via Resolução 432. Contribuiu ainda para o elevado retorno do patrimônio em 1981, ademais, os ganhos obtidos nas operações de mercado aberto, bem como as operações de empréstimos e repasses externos, potenciadas pelo processo de internacionalização dos bancos brasileiros nos anos 1970 (FREITAS, 1989).

Por estas razões, o argumento de que os bancos em contexto de alta inflação assumiram uma postura cada vez mais defensiva deve ser qualificado. Defensivo no sentido de que os bancos passaram a privilegiar ativos de maior grau de liquidez. No caso específico brasileiro, contudo, isto não significou a abdicação da preferência por rentabilidade, ante as receitas obtidas com a alta inflação por estas instituições. Ao invés de assumirem um padrão de atuação defensivo no sentido de acomodação, os bancos se comportaram ativamente no decorrer dos anos 1980,

empenhando diversas iniciativas para viabilizar a preservação de sua rentabilidade em nível elevado. Destacam-se os processos de conglomeração financeira e de constituição de holdings financeiras – com vista à diversificação patrimonial, de riscos e de receitas –, bem como a implementação de medidas destinadas à redução de custos quando da redução das receitas inflacionárias, como em 1986.

A instabilidade macroeconômica prevalecente no período, conjugada à possibilidade de obtenção de níveis elevados de rentabilidade sem que isso implicasse a abdicação de alto grau de liquidez, de um lado, e à baixa demanda por empréstimos, de outro, decerto reduziu o apetite destas instituições pelas operações de crédito. Segundo Saes (2001, p.87-88):

> A década de 80 foi marcada pelo aprofundamento da chamada "ciranda financeira": o crescimento da dívida pública com o pagamento de taxas de juros elevadas permitiu que o sistema financeiro se expandisse de forma aceleradíssima numa década marcada por vários anos de recessão. [...] Pode-se dizer que, na maior parte daquela década, o setor financeiro teve sua atividade destinada a viabilizar o crescimento da dívida pública que foi, de resto, o alimento de sua expansão. [...]

Nos anos 1980 o sistema financeiro, e em particular os grandes bancos privados, apresentou níveis médios de rentabilidade bem superiores aos registrados pelo conjunto de grandes e médias empresas não-financeiras (privadas nacionais, privadas estrangeiras e estatais), conforme se pode verificar na Figura 5, elaborada a partir dos dados da Revista Visão[158]. No caso dos grandes bancos privados, os dados se referem à média do ROE dos 5 maiores bancos em cada ano ponderada pelo patrimônio. Embora exijam certa cautela, ante os diferentes procedimentos contábeis aos quais estão sujeitas as empresas financeiras e não-financeiras, os números são suficientes para elucidar a disparidade de rentabilidade entre estes dois setores, a favor das instituições financeiras e, sobretudo, dos bancos privados. No interregno 1981/91 as empresas

[158] A Revista Visão: quem é quem na economia brasileira, constituía uma espécie de balanço anual Gazeta Mercantil, com a publicação de balanços de empresas de diversos setores da economia brasileira. Trata-se de um levantamento amplo e confiável. Na edição de 1992, por exemplo, foram contempladas 6.773 empresas não-financeiras, grandes e médias. Para as instituições financeiras e as estatais, por seu turno, não se estabelecia qualquer porte mínimo para sua inclusão na revista, com a amostra envolvendo, no mais das vezes, a quase totalidade destas empresas. Na edição de 1992, em particular, foram consideradas 889 instituições financeiras, envolvendo bancos múltiplos e comerciais (particulares e oficiais), caixas econômicas, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, financeiras, sociedades de crédito imobiliário, corretora ou TVM, distribuidora de TVM, empresas de *leasing*, companhias de seguro, capitalização e corretoras de seguros; e 450 estatais não-financeiras. Foram apresentados os dados de 7.811 empresas, cujos dados são consolidados no ROE de 1991. Depois de acessados os dados, a revista os enviava à respectiva empresa para eventual correção e/ou complementação (VISÃO, 1992, p.10-12). A publicação de dados selecionados de balanço dos bancos, segmentado por tipo e controle, tem início na edição de 1976, com dados referentes a 1975. Para o cálculo do ROE médio dos setores financeiro e não-financeiro, a revista considerava as médias das rentabilidades sub-setoriais, ponderadas pelos respectivos patrimônios líquidos.

não-financeiras registraram um retorno médio de 4,3% sobre o patrimônio líquido, contra 11,3% das instituições financeiras, com os cinco maiores bancos privados alcançando um ROE médio de 16,4%.

Apenas em 1986 a rentabilidade das empresas não-financeiras (grandes e médias) foi superior ao das instituições financeiras, e ainda assim muito pouco acima, num contexto de adaptação do setor financeiro ao estancamento da inflação, ainda que temporário. Já em relação aos grandes bancos privados, em nenhum ano o retorno médio foi inferior ao registrado pelas empresas não-financeiras, bem como pelo próprio setor financeiro (Figura 5). Mesmo em 1986, estas instituições conseguiram manter a rentabilidade em nível elevado, diferentemente das instituições oficiais – que conforme registrado por Visão (1987, p.353) tiveram a rentabilidade média reduzida de 17,4% para 3% entre 1985 e 1986. Contribui para isso o aumento da participação das obrigações não-remuneradas no total de seus passivos, bem como dos ajustes realizados para a contenção de custos – sobretudo sob a forma de fechamento de agências e extinção de postos de trabalho (Figura 7).

Se considerarmos o retorno do patrimônio dos cinco maiores bancos privados em cada período (pelo critério depósitos totais), tem-se que o conjunto destas instituições obteve um ROE médio de 24,3% no período 1981/1991, tendo alcançado o maior percentual em 1981, de 43,6%, em meio à prática de taxas de juros reais elevadas praticadas pelos bancos, induzida pela política monetária restritiva encampada pelo Banco Central e pela liberação das taxas de juros de captação e aplicação de recursos (Figura 5). Isso possibilitou, para o conjunto de bancos comerciais privados, um aumento real de 150% do lucro líquido total em comparação com o exercício contábil de 1980 (VISÃO, 1981, p.384; VISÃO, 1982, p.384). Em 1981, o ROE do Bradesco, o maior banco privado do país, atingiu 35,4%. Já o do Itaú e do Real, segundo e quinto maiores, 30,3% e 31,3%, respectivamente, não obstante a redução da razão empréstimos/patrimônio líquido em relação a 1980 (Figura 11). Isso, cumpre destacar, num ano em que o PIB caiu 4,25% (Tabela 1).

No que diz respeito aos demais indicadores de capital e risco, observa-se que no período de maior instabilidade macroeconômica o conjunto de bancos comerciais privados buscou aumentar o grau de independência financeira, aumentando a participação do patrimônio líquido no ativo total, que passou de 10,91% nos anos 1970 para 14,22% nos anos 1980. O crescimento

do patrimônio líquido em ritmo mais acelerado do que as operações ativas significou um recuo do grau de alavancagem do conjunto destas instituições entre as décadas de 1970/80, tanto considerando o ativo total, quando o ativo ajustado (Tabela 5). Os bancos reduziram a alavancagem e aumentaram os níveis de independência financeira, revelando sua alta capacidade de adaptação e reação aos diferentes contextos.

Os altos investimentos em tecnologia, notadamente informática, bem como a constituição de holdings financeiras capitaneadas pelos bancos comerciais privados, significou um aumento substantivo do índice de imobilização do capital próprio do conjunto destas instituições, que quase dobrou entre os anos 1970/80, considerando-se as médias de ambos os períodos. Isto, cumpre registrar, num contexto de aumento substancial da relação entre capital próprio e capital de terceiros destas instituições. Já o índice de exposição em moeda estrangeira dos bancos comerciais privados no interregno considerado permaneceu sempre superior a 2. As garantias oferecidas pelo governo contra a desvalorização cambial, contudo, tornavam essa estratégia altamente lucrativa para os bancos (Tabela 5).

4.2.2.4 Os bancos privados no interregno 1988/94

A partir de 1989, depois da legitimação jurídico-institucional da figura dos bancos múltiplos[159], os bancos comerciais privados passam a responder por parcela marginal da oferta de crédito, com a locomotiva passando a ser assumida pelos bancos múltiplos privados, que já neste ano respondiam por 25,8% do estoque total de empréstimos do sistema bancário, cerca de 5,5 vezes a parcela dos bancos comerciais privados. Em 1993, respondem por nada menos que 44,3% do total das operações de crédito realizadas pelo sistema bancário nacional. Isto reflete, em verdade, a relação entre número de bancos múltiplos e comerciais privados a partir de 1988. Já em 1989 o número de bancos múltiplos privados já era bem maior do que o de bancos comerciais privados, 108 contra 39, com a diferença se ampliando ainda mais a partir de então (HERMANN, 2002; PAULA, 1997).

Portanto, em razão da relevância que os bancos múltiplos privados passam a assumir a partir das alterações na legislação bancária de 1988, optou-se por trabalhar com os dados dos bancos múltiplos privados a partir desse ano. Ressalva-se, ainda, que em razão da possibilidade

[159] Isto porque, como se sabe, quase totalidade dos bancos múltiplos correspondia aos bancos comerciais antes de 1988, ainda que alguns poucos desses últimos não tenham se transformado em múltiplos.

de alguns bancos comerciais não terem se transformado em múltiplos a partir de 1988, conjugada às diferenças de apuração e apresentação dos balanços entre dez.1971/jun.1988 e dez.1988/dez.1996, a comparação dos dados e indicadores entre esses interregnos, ainda que possa ser feita, deve ser realizada com cautela – ver Apêndice C.

As Tabelas 6 e 7 apresentam a estrutura patrimonial dos bancos múltiplos privados no Brasil no período dez.1988/jun.1994, cujas contas já consideram a estrutura do Novo Plano Contábil das Instituições Financeiras (COSIF) de 1987. Neste interregno, a economia brasileira passou por um processo de aprofundamento da instabilidade monetária e macroeconômica. Não bastasse o insucesso dos Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987), no início de 1989 seria a vez do Plano Verão sucumbir, induzindo a um aguçamento do processo inflacionário, que depois de ter alcançado 1.037,53% em 1988, atingiu 1.782,85% em 1989. A despeito do crescimento econômico de 3,2% em 1989, depois da estagnação de 1988, o PIB cai abruptamente em 1990 (-4,35%), sob efeito do Plano Collor. Apenas a partir de 1993 a economia brasileira se recupera, mas a partir de uma base baixa e num quadro de instabilidade monetária aguda, com a inflação atingindo 2.708% (Tabela 1).

Deste modo, a estrutura patrimonial dos bancos múltiplos privados no Brasil no intervalo 1988/94 reflete este quadro de instabilidade monetária e macroeconômica então prevalecente, oriundo da intensificação do processo inflacionário. Como bem observado por Paula (1997, p.106), a despeito da prevalência de um comportamento geral do sistema bancário brasileiro nos anos 1980, pautado na apropriação dos ganhos possibilitados pela alta inflação, há importantes mudanças no padrão de comportamento dos bancos a partir da segunda metade dos anos 1980, fruto do processo de diversificação patrimonial implementado por estas instituições, dos impactos decorrentes dos planos de estabilização monetária e da alteração da legislação bancária em 1988[160] – que permitiu a entrada de novas instituições bancárias com o fim da carta-patente[161] –,

[160] Evitamos a utilização do termo "reforma bancária" em razão do fato de a nova legislação ter apenas legitimado jurídica e institucionalmente a figura dos bancos múltiplos, posto que antes deste ano os bancos comerciais já atuavam como tal na prática, ante o processo de conglomeração financeira ocorrido no Brasil notadamente na década de 1970. A alteração da legislação bancária foi amparada pela Resolução CMN n. 1.524. Sobre este assunto, ver Abdulmacih (2000).

[161] O número de bancos passa de 106 em 1988 para 179 em 1989, atingindo 243 em 1993. Este crescimento, ademais, condicionou o processo de desconcentração bancária a partir de 1989. Paula (1997, p.126-27) mostra que a participação dos 15 maiores bancos privados no total dos depósitos e dos empréstimos do sistema bancário privado caiu de 80,6% e 73,3% para 66,9% e 60,9% entre 1988 e 1993, respectivamente.

do aprofundamento e da generalização da automação bancária a partir do Plano Cruzado (1986)[162], entre outros fatores.

Do lado esquerdo do balanço do conjunto dos bancos múltiplos privados no Brasil no interregno dez.1988/jun.1994, chama a atenção o aumento da participação das operações de crédito e arrendamento mercantil no ativo total destas instituições entre 1988/89, de 34,95% para 44,98%, sob impulso do crescimento econômico registrado em 1989, da nova tentativa de estabilização monetária com o Plano Verão e das taxas de juros bancárias elevadas prevalecentes naquele ano, ante o contingenciamento do crédito aplicado pelo governo para conter o surto de consumo que, esperava-se, decorreria da reforma monetária e da estabilização dos preços. Nesta ocasião, os bancos mostraram mais uma vez a capacidade de driblar as restrições impostas pela autoridade monetária, de sorte a manter seus níveis elevados de rentabilidade.

A prática de juros reais elevados durante o ano de 1989, associada ao insucesso da nova tentativa de estabilização monetária, ademais, fez a participação dos títulos públicos no ativo total atingir 40,81%, contra 17,06% no ano anterior, mas agora não em detrimento das operações de crédito, mas dos títulos privados. Esta estratégia rendeu ao conjunto de bancos múltiplos privados o maior ROE do interregno 1988/94, de 20,79%[163]. Considerando os cinco maiores bancos privados, o retorno do patrimônio atingiu a excepcional marca de 31,6%, superada apenas em 1981 (Figura 5). Lucraram, pois, tanto com operações de crédito, quanto com aplicações em títulos públicos.

Não obstante, com o fracasso do Plano Verão, o recrudescimento da inflação e os efeitos recessivos do Plano Collor – provocados pelo sequestro dos ativos financeiros –, a participação das operações de crédito e arrendamento mercantil cai para 40% em 1990 do ativo total do conjunto de bancos privados. Em função da retenção de cerca de 80% das aplicações financeiras pelo Banco Central e da queda da dívida pública, observou-se uma diminuição substancial da participação dos títulos públicos no ativo total destas instituições, que passou de 40,81% em 1989 para apenas 5,90% em 1990. Neste intervalo, ocorre um recuo de 7,2% do ativo do crédito

[162] No caso do banco Bradesco, conforme mostra Paula (1997, p.131), o percentual de agências automatizadas passa de 0,3% em 1981, para 92,6% em 1989, sendo que entre 1985 e 1987, envolvendo o ano do Cruzado, sobe de 31,2% para 58,9%.

[163] De acordo com Fundap (1993, p.33): *"[...] a política de taxas de juros reais elevados, que já vinha sendo praticada desde o segundo semestre de 88 e, principalmente, após o Plano Verão, permitiu aos bancos múltiplos privados auferirem grandes lucros com o financiamento da dívida pública. [...]"*

normal, seguido de uma elevação do crédito em atraso (Tabelas 5, 6 e 8), em compasso com o aumento substancial dos depósitos compulsórios, que atingem 28,76% e 26,5% do ativo total do conjunto destas instituições em dez.1990 e jun.1991, reflexo das medidas tomadas nos Planos Collor I e II. Depois disso, em nenhum momento adiante, considerando o restante do período de alta inflação, a participação das operações de crédito retorna ao nível de 1989.

O crédito volta mesmo a ocupar uma importância crescente no balanço do conjunto de bancos privados a partir do segundo semestre de 1993, embora já a partir de 1992 os grandes bancos privados já tenham iniciado uma política deliberada de expansão dos empréstimos (CARVALHO e OLIVEIRA, 2002). Conforme registra Carvalho (2005), a retomada do crédito a partir de 1992/1993 também decorreu do ambiente de maior otimismo gerado pela retomada dos fluxos internacionais de capitais e pelas perspectivas de retomada do crescimento econômico, o que de fato aconteceu em 1993. Deve-se considerar, ademais, o baixo patamar atingido pelo crédito do SFN em 1990/1991, em razão do forte aperto de liquidez e das incertezas geradas pelo sequestro e congelamento dos ativos financeiros no âmbito do Plano Collor. Ademais, os bancos, com base nas tentativas anteriores de estabilização, já se preparavam para outra iniciativa dessa natureza a partir de 1992. Não por acaso, afirma Gazeta Mercantil (1994, p.444):

> O sistema financeiro viveu os últimos anos com os pés em duas canoas: aproveitava a inflação elevada e os juros altos para multiplicar seus ganhos, enquanto se preparava para a esperada estabilização da economia.
> Os bancos desenvolveram uma espécie de vida dupla. Os juros altos inspiravam a busca de lucro com as operações com títulos públicos, administração de fundos e aproveitamento de qualquer recurso em trânsito, como os depósitos à vista dos clientes, que resultam no chamado "floating".
> Mas não perdiam de vista a perspectiva de uma futura estabilização da economia, que traria repercussões profundas em sua receita. Os bancos tiveram várias indicações de como seria essa nova vida, nos planos Cruzado e Collor.
> [...] Os bancos se prepararam para ficar em uma canoa só. [...]

A postura patrimonial flexível assumida por grande parte destas instituições na maior parte dos anos 1980 e início dos 1990 constituiu fator fundamental para sua adaptação rápida e eficiente aos diferentes contextos macroeconômicos, incluindo o ambiente de baixa inflação. Não há dúvidas de que a estruturação de posições líquidas e rentáveis foi possibilitada pela política econômica orientada para o saneamento dos grandes grupos privados ao longo dos anos 1980, diante dos prejuízos potenciais causados pela instabilidade monetária e macroeconômica, bem como pela prática de juros elevados na maior parte do período sob o arcabouço institucional da moeda indexada, que contribuiu para manter a atratividade dos haveres não-monetários (sob a

forma de quase-moedas) e, assim, evitar a substituição da moeda nacional (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002; CARVALHO, 2005).

A participação dos títulos públicos no balanço dos bancos, por sua vez, manteve-se em patamar bem abaixo ao registrado em 1989, sob influência das perdas e incertezas provocadas pelo sequestro dos haveres financeiros em 1990. Depois de atingir o mínimo de 1,05% do ativo total dos bancos privados em dez.1991, estas operações alcançam 13,02% em dez.1992 para recuar novamente até o fim do interregno considerado. De outro lado, a participação dos títulos privados, depois de ter atingido 30,71% em dez.1988, passou a responder por parcela tímida do ativo total a partir de 1989, ainda que superior à participação dos títulos públicos em alguns períodos. Deve-se destacar, ainda, o aumento da participação das operações cambiais a partir de jun.1992, na esteira da retomada dos fluxos internacionais de capitais. Neste período, tais operações atingiram 18,76% do ativo total do conjunto destas instituições, permanecendo em patamar elevado desde então, embora inferior ao atingido em jun.1992. O ativo permanente permaneceu respondendo por cerca de 12,6%, em média, do total dos direitos do conjunto dos bancos múltiplos privados no Brasil, o que revela os investimentos realizados por estas instituições em tecnologia para viabilizar a obtenção de lucros mesmo sob contexto de instabilidade monetária (Tabela 6).

Do lado das obrigações, observa-se uma participação cadente dos depósitos à vista (moeda escritural) no passivo total do conjunto de bancos múltiplos privados no interregno dez.1988/jun.1994, bem como uma participação crescente dos depósitos a prazo, com rendimento diário atrelado à taxa *over*, que aumentam de 9,59% em dez.1988 para 27,31% em jun.1994. Depois de caírem de 45,95% para 19,58% do passivo total entre dez.1988 e dez.1989, sob o impacto das perdas provocadas pelo Plano Verão, os depósitos de poupança passam a ocupar uma participação média de 10% entre dez.1990 e jun.1994. Chama atenção, ademais, a mudança da participação das obrigações externas de curto e de médio e longo prazo no total das obrigações destas instituições a partir de jun.1992 (Tabela 7). As primeiras passam a responder por parcela preponderante, diferentemente do registrado ao longo do período dez.1988/dez.1991, o que reflete ao menos em parte a mudança de perfil do fluxo internacional de capitais a partir de 1992 (Tabela 7). Finalmente, destaca-se a expressiva participação das operações especiais em 1990/91 no total das obrigações dos bancos privados, decorrente do bloqueio da liquidez de 1990 (Plano

Collor 1) – recursos que depois foram devolvidos sob a forma de Depósitos Especiais Remunerados (DER).

A partir de jun.1992, ocorre uma clara e substantiva mudança do patamar da participação das operações cambiais no passivo total do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil, atingindo 14,54%, contra apenas 1,66% em dez.1991. Entre jun.1992/dez.1994, as obrigações externas mais as operações cambiais passam, juntas, a responder por 29,5% do passivo total, em média, contra 16,46% no interregno dez.1988/dez.1991 (Tabela 7). Isto evidencia o impacto da retomada dos fluxos internacionais de capitais sobre a estrutura das obrigações dos bancos privados. Tal estratégia contribuiu para os altos níveis de rentabilidade do patrimônio alcançados pelos grandes bancos privados no Brasil, ante o elevado diferencial de taxa de juros interna e externa (Figura 12).

Finalmente, a Tabela 8 apresenta um conjunto selecionado de indicadores, agora considerando os bancos múltiplos privados e o interregno dez.1988/jun.1994. Conforme discutido no capítulo 1, os bancos tomam suas decisões de balanço numa economia empresarial, sujeita a incerteza e, por isso, a permanentes oscilações da demanda efetiva. As decisões estratégicas de balanço destas instituições são baseadas em suas expectativas de retorno, influenciadas pelo nível geral de expectativas prevalecente. O interregno ora considerado foi marcado por alta incerteza, ante o quadro de instabilidade monetária crônica e a insegurança provocada pelo Plano Collor, mas também por perspectivas dos atores econômicos, incluindo os bancos, em relação à implementação de um novo plano de estabilização monetária, já a partir de meados 1992.

O índice empréstimos depósitos, que subiu de 0,53 para 1,17 entre dez.1988 e dez.1990, passou a recuar a partir de jun.1991. Já em 1990 os bancos reduziram sua exposição em operações de crédito e arrendamento mercantil, cuja participação passou de 45% para 40% do ativo total. De modo que o índice empréstimos/depósitos apenas não caiu em 1990 porque a participação dos depósitos foi reduzida de forma ainda mais abrupta, passando de 38,3% para 32,1% do passivo total do conjunto dos bancos múltiplos privados. O índice volta a aumentar, ainda que timidamente, apenas a partir do segundo semestre de 1992, em razão dos motivos já explicitados. O menor grau de preferência pela liquidez dos bancos se refletiu, inclusive, em termos de aumento do nível de alavancagem sobre o ativo ajustado a partir de 1992 (Tabela 8).

Interessante notar que em 1989, não obstante a forte expansão do índice empréstimos/depósitos, observou-se uma redução da alavancagem sobre o ativo ajustado, ante a expansão mais acelerada do patrimônio líquido destas instituições. Por isso, inclusive, que o mesmo movimento não ocorreu com o índice de alavancagem sobre o ativo total (não ajustado). Neste sentido, os indicadores da Tabela 8 revelam, de maneira geral, o comportamento ativo dos bancos na gestão de suas aplicações e obrigações, considerando o período de intensas oscilações dos preços-chave da economia. Num curto espaço de tempo, o conjunto dos bancos privados adotou posturas arrojadas – entre dez.1988/dez.1989 e jun.1992/jun.1994 – e conservadoras – dez.1990/dez.1991 –, sempre em busca das melhores alternativas de alocação de recursos e emissão de dívidas. No mais, porém não menos importante, vale notar a tendência crescente do índice de exposição em moeda estrangeira no período, reflexo da retomada dos fluxos internacionais de capitais ocorrida a partir do início da década de 1990, que pode ser aferida pelo aumento do nível de reservas internacionais, que passou de US$ 9,97 bilhões em 1990 para US$ 38,81 bilhões em 1994 – o que contribuiu, cumpre frisar, decisivamente para o fim da alta inflação (Tabela 1).

Os índices de solvência e liquidez, por seu turno, permaneceram em patamar confortável durante todo o interregno, ainda que com pioras relativas em alguns anos em relação à média, destacadamente em 1990.

Depois da forte expansão do crédito em 1989, sobreveio o sequestro dos haveres financeiros e uma grave crise de liquidez, especialmente no primeiro semestre de 1990, o que reorientou a política estratégica de balanço dos bancos em direção a uma estrutura patrimonial com maior grau de liquidez. Os bancos privados novamente demonstraram sua capacidade de reação às iniciativas do governo para estancar o processo inflacionário. Em 1990, embora tenham reduzido as operações de crédito em razão dos impactos recessivos provocados pelo plano de estabilização, ajustaram-se rapidamente à nova realidade, mediante cobrança de tarifas por serviços prestados aos clientes, redução e/ou supressão de agências e postos de serviços deficitários e desfazendo-se de ativos não-lucrativos, como ativos irrecuperáveis utilizados nos processos de venda das empresas estatais.

Os índices de rentabilidade dos bancos e demais instituições financeiras em 1990, contudo, devem ser interpretados com certa cautela, pois os demonstrativos financeiros foram

corrigidos com base na BTN (que captou apenas metade da inflação registrada no período, o que deprimiu o valor do patrimônio líquido dos bancos, tornando a rentabilidade elevada). Os grandes bancos privados no Brasil apresentaram níveis de rentabilidade superiores a 10%, bem maior do que o registrado nas empresas não-financeiras (VISÃO, 1992, p.234) – Figuras 5 e 11. Para o conjunto de bancos privados, o ROE ficou em 10,9%, segundo os dados publicados no Boletim do Banco Central (Tabela 8).

Em 1991, a despeito das iniciativas do Plano Collor 1, com destaque a extinção do *overnight* e redução dos negócios com títulos públicos, a rentabilidade dos bancos privados permaneceu superior aos das empresas não-financeiras (Figuras 5 e 11). Todavia, a retração da atividade econômica em 1992 (-0,47%) e o aguçamento do processo inflacionário em 1993, com a inflação atingindo 2.708%, que inclusive operou no sentido de reduzir abruptamente a taxa de juros real *ex-post* deflacionada pelo IGP-DI, implicaram uma reverão dos níveis de rentabilidade do conjunto destas instituições nas posições de dez.1992 e dez.1993 (Tabela 8). Neste interregno, contudo, os grandes bancos privados no Brasil continuaram tendo sucesso na preservação de seus níveis médios elevados de retorno do patrimônio, conforme se pode observar na Figuras 5 e 11. Níveis de rentabilidade que, cumpre registrar, continuaram superando os alcançados pela maior parte dos demais setores de atividade da economia brasileira (Figura 12)[164], em compasso com os resultados obtidos por Vieira (1998, p.199) para o interregno 1990/95[165] - também calculados a partir dos dados publicados na Revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil.

4.2.3 Balanço geral do comportamento dos bancos no interregno dez.1971/jun.1994

Os dados analisados mostram, de maneira geral, que os bancos privados no Brasil obtiveram sucesso no que compreende à manutenção dos níveis elevados de rentabilidade nos

[164] Pesquisa feita pelo autor nos periódicos Gazeta Mercantil – balanço anual e Visão revelou que em todos os anos de alta inflação, o sistema bancário ganhou posição de destaque entre as análises setoriais de Visão e Gazeta Mercantil, ante os níveis elevados de rentabilidade obtidos pelo setor financeiro, em particular os bancos, diferentemente da maioria das empresas do setor produtivo. Depois do registro dos altos níveis de rentabilidade durante toda a década de 1980, afirmou Visão (1989, p.248): *"Parece clichê, redundância ou falta de imaginação, mas não há como escapar de figuras repetidas, até desgastadas, quando se fala no desempenho do setor financeiro. Invariavelmente há ganhos a registrar, não importa se a economia vai bem ou vai mal, se o PIB cresce ou diminui, se a inflação é de dois ou quatro dígitos. [...]"*

[165] Vieira (1998, p.120-21) considerou, ainda, apenas as 500 maiores companhias privadas do setor produtivo por patrimônio líquido, de um lado, e os grandes bancos privados, de outro. Também constatou a maior rentabilidade do patrimônio do setor bancário privado *vis-à-vis* o setor não financeiro em todos os seis anos considerados. Em 1990, 1991, 1992, 1993 e 1994, o ROE do conjunto de grandes empresas privadas não financeiras foi de 3,7%, -2,3%, 0,8%, 3,4% e 10,4%, contra 14,6%, 9,1%, 11,5%, 15,8% e 15,5% do conjunto de grandes bancos privados considerados, respectivamente.

anos 1970/80 e início da década de 1990, ou seja, em contexto de alto e baixo crescimento, de moderada e alta inflação. Pode-se afirmar, contudo, que os ganhos obtidos nos anos 1970 estavam fundados nas operações de crédito ao setor privado, diferentemente do padrão de rentabilidade prevalecente nos anos 1980 e início dos 1990, o que pode ser atestado pela maior participação dos empréstimos no ativo total destas instituições no primeiro período em comparação com os subsequentes. Pode-se sustentar, pois, que com o aguçamento da instabilidade monetária e macroeconômica, processa-se uma crescente desarticulação entre os interesses dos bancos e dos setores dinâmicos da produção.

Com isso se quer afirmar que a preservação dos elevados níveis de rentabilidade dos bancos no Brasil exigiu de forma progressiva, sob ambiente de forte instabilidade, a troca do financiamento do setor privado não-financeiro pelo setor público, o que alterou o padrão geral de rentabilidade destas instituições entre os anos de moderada e alta inflação. Antes fundado nas operações de crédito ao setor privado, a partir do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, o padrão de rentabilidade dos bancos passa a ser pautado, de forma progressiva, na ciranda financeira, na arbitragem entre o dinheiro velho e o dinheiro indexado. Isso explica a disparidade entre os níveis de rentabilidade apresentados pelos bancos *vis-à-vis* às empresas do setor produtivo. Disparidade esta, cumpre salientar, provocada pela política de ajustamento realizada pelo setor público nos anos 1980, num contexto de existência de ativos financeiros com garantia de rentabilidade e liquidez. Entre as décadas de 1970/80, observa-se uma clara redução do nível de alavancagem do conjunto dos bancos privados, revelando o maior desejo destas instituições por flexibilidade. As grandes instituições bancárias privadas operavam com níveis de alavancagem ainda menores, conseguindo, mesmo assim, a obtenção de elevados níveis de retorno do patrimônio (Figura 11).

As rápidas e vultosas mudanças registradas na composição da estrutura patrimonial dos bancos privados nos anos 1980 e início dos 1990 revelam que a opção por flexibilidade por parte destas instituições foi fundamental para seu processo de ajustamento ao ambiente de alta inflação. Com as operações ativas centradas no curto prazo e dispondo de alto grau de liquidez, os bancos conseguiam não apenas se adaptar rapidamente às reversões abruptas dos negócios, mas também obter altos níveis de rentabilidade. Uma queda de 57,56% para 42,21% da participação das operações de crédito no ativo total do conjunto de bancos comerciais privados entre dez.1986/dez.1987, tal como registrado na Tabela 2, por exemplo, apenas se mostra possível num

quadro de concentração das operações no curto prazo. A institucionalidade da moeda indexada permitiu aos bancos (e grandes grupos empresariais, diga-se de passagem) a consolidação de uma estrutura patrimonial líquida e rentável, capaz de acomodar os riscos e as oportunidades provenientes de um ambiente de alta inflação, marcado pela elevada incerteza.

Destarte, os altos ganhos obtidos pelos bancos nos anos 1980, com exceção de episódios passageiros, se dão de forma cada vez mais independente do financiamento do consumo e da produção, ficando cada vez mais circunscritos à ciranda financeira. A crise do Estado brasileiro e a instabilidade monetária prevalecentes nos anos 1980 e início dos 1990 conformaram um setor bancário cada vez mais orientado para a esfera de valorização da riqueza financeira, pautada na fragilização fiscal do setor público, em linha com as teses sustentadas por Tavares (1978a), Zini Jr. (1982) e Toneto Jr. (1992). Mediante a operação ativa na ciranda financeira, os bancos privados no Brasil conseguiram obter níveis de rentabilidade bem superiores aos registrados pelo setor produtivo (Figuras 5 e 12). Não foram observados, ademais, grandes sobressaltos no que diz respeito à solvência do sistema bancário no período. O conjunto do sistema financeiro passou pelos anos 1980 praticamente ileso ao quadro de instabilidade crônica, ante as possibilidades de ganhos oferecidas pela moeda indexada em contexto de alta inflação. O processo de liquidação dos bancos Auxiliar, Comind e Maisonnave[166] em 1985 foi insuficiente para abalar a solidez do setor bancário, até porque as práticas irregulares e créditos podres em carteira incorridas por estas instituições já eram conhecidas desde o início daquele ano. Não menos importante, a crise de inadimplência verificada após o fracasso do Plano Cruzado, em 1987, não foi suficiente para abalar o sistema, muito menos os grandes bancos privados, posto que às perdas com o crédito seguiu-se a retomada dos altos ganhos inflacionários.

Portanto, entendemos ser correto o entendimento de Paula (1997) de que os níveis elevados de rentabilidade obtidos pelos bancos privados no Brasil em contexto de alta inflação decorreram de duas ordens de fatores, a saber: de um lado, do arranjo institucional da moeda indexada, que permitiu aos bancos a consolidação de uma estrutura patrimonial ao mesmo tempo líquida e rentável; e, de outro, da dinâmica microeconômica destas instituições, objetivada a partir de uma postura ativa em relação ao quadro de instabilidade monetária e macroeconômica

[166] Para Assis (1986), que realizou um dos poucos trabalhos sobre o processo de insolvência de alguns bancos em 1985, o Comind e o Auxiliar foram fortemente afetados pela inadimplência dos estaleiros do Rio de Janeiro avalizados pela Superintendência Nacional de Marinha Marcante (Sunamam). O Maisonnave, por sua vez, foi afetado pelos impactos que decorreram da intervenção no Sul Brasileiro e Habitasul.

aguda, notadamente sob a forma de altos investimentos em tecnologia (automação bancária), de implementação de inovações financeiras, capazes de acomodar a crescente demanda do público por quase-moedas, e de diversificação da atividade, não apenas para o setor financeiro, mas também para os setores não-financeiros. Nos anos 1980, contudo, a alta capacidade de geração de resultados dos bancos privados se processou a partir de um baixo grau de exposição em operações de empréstimos. O aumento do crédito se deu apenas em conjunturas isoladas e particulares, revelando a elevada capacidade de reação dessas instituições a diferentes contextos macroeconômicos – a recompensa do alto grau de preferência pela liquidez assumido pelos bancos nesse período.

No ambiente de alta inflação, a consolidação de uma estrutura patrimonial ancorada em ativos líquidos e de curto termo de maturação não significava a abdicação de elevada rentabilidade, ante a existência de "ativos financeiros anômalos" no mercado – condição que possibilitava a essas instituições a conformação de um sistema altamente sofisticado de apropriação dos ganhos inflacionários.

Pode-se afirmar, pois, que o comportamento dos bancos no Brasil em contexto de alta inflação concorreu no sentido de atrofiar a interconexão entre os circuitos industrial e financeiro, sem que isso implicasse modulações substantivas em seus níveis de rentabilidade, ante a existência de uma institucionalidade que permitiu a estruturação de um estrato de valorização da riqueza, patrocinado pelo Estado, que viabilizou a obtenção de ganhos elevados pelos bancos e pelos grandes grupos privados. Carvalho, Studart e Alves Jr. (2002, p.32) sintetizam o padrão de rentabilidade dos bancos no Brasil em contexto de alta inflação:

> Ao operar como intermediários, os bancos adquiriam títulos públicos, com prazos de semanas ou de meses, os quais revendiam ao público, por um dia, mediante compromisso de recompra a preço definido. Para minimizar o risco de o custo diário de financiamento superar a rentabilidade dos títulos, o BCB assegurava financiamento diário ("zeragem automática") aos bancos, bem como a eventual recompra dos papéis e sua substituição por outros, caso as expectativas de juros se alterassem de forma imprevista. A política monetária manteve para os bancos, ao longo desses anos, a alternativa rentável e segura de concentrar-se na intermediação de títulos da dívida pública.

Embora o contexto de instabilidade tenha influenciado decisivamente o comportamento dos bancos na década de 1980 e início da de 1990, induzindo estas instituições a assumirem um alto grau de preferência por liquidez, não há como desconsiderar o fato de que este comportamento, por seu turno, contribuiu para o desempenho macroeconômico acanhado

observado neste intervalo (Tabela 1). A crescente opção por flexibilidade pelos bancos no Brasil ao longo dos anos 1980 concorreu na direção de reprimir as decisões de gasto dos agentes, o que implicou um conjunto de impactos negativos sobre o comportamento das variáveis fundamentais do sistema.

Tabela 1: Indicadores macroeconômicos selecionados (1968/1994)

Periodo	Indicadores monetários					Indicadores da produção			Indicadores do setor externo					
	Inflação (IGP-DI)	Inflação (IPC-FIPE)	Taxa de juros nominal (%)	Taxa real de juros - IGP-DI (%)	Taxa real de juros - IPC-FIPE (%)	PIB (var. % real)	FBKF (var. % real)	Taxa de investimento (% do PIB)	Transações correntes (% do PIB)	Divida externa bruta (US$ bilhões)	Reservas internacionais (US$ bilhões)	Reservas internacionais /Divida externa	Exportações /PIB (%)	Importações /PIB (%)
1968	25,50	25,22	-	-	-	9,80	-	18,68	-1,70	4,09	0,26	0,06	5,96	6,72
1969	19,31	22,58	-	-	-	9,50	-	19,11	-0,97	4,64	0,66	0,14	6,71	6,72
1970	19,27	17,46	-	-	-	10,40	-	18,83	-1,97	6,24	1,19	0,19	7,03	7,45
1971	19,48	20,60	-	-	-	11,34	14,11	19,91	-3,31	8,28	1,72	0,21	6,46	8,19
1972	15,73	17,46	-	-	-	11,94	16,51	20,33	-2,87	11,46	4,18	0,36	7,27	8,86
1973	15,53	13,97	-	-	-	13,97	24,58	20,37	-2,48	14,86	6,42	0,43	7,84	9,01
1974	34,56	33,05	17,27	-12,85	-11,86	8,15	16,49	21,85	-6,80	20,03	5,27	0,26	7,67	13,29
1975	29,33	29,26	21,86	-5,77	-5,72	5,17	10,12	23,33	-5,39	25,12	4,04	0,16	7,22	11,02
1976	46,27	38,07	41,15	-3,51	2,23	10,26	0,66	22,42	-4,17	32,15	6,54	0,20	7,01	9,40
1977	38,79	41,10	41,94	2,27	0,59	4,93	-0,02	21,35	-2,72	37,95	7,26	0,19	7,25	7,91
1978	40,81	39,91	46,40	3,97	4,64	4,97	3,15	22,27	-3,47	52,19	11,90	0,23	6,69	7,88
1979	77,24	67,19	42,57	-19,56	-14,73	6,76	0,28	23,36	-4,79	55,80	9,69	0,17	7,24	9,33
1980	110,23	84,77	46,35	-30,39	-20,79	9,20	16,77	23,56	-5,36	64,26	6,91	0,11	8,96	11,19
1981	95,20	90,87	89,27	-3,04	-0,84	-4,25	-12,88	24,31	-4,53	73,96	7,51	0,10	9,62	10,01
1982	99,73	94,63	119,35	9,83	12,70	0,83	-9,02	22,99	-6,00	85,49	3,99	0,05	7,90	8,59
1983	211,02	164,09	199,73	-3,63	13,50	-2,93	-22,56	19,93	-3,57	93,75	4,56	0,05	12,24	9,66
1984	223,81	178,56	255,51	9,79	27,62	5,40	2,08	18,90	0,05	102,13	12,00	0,12	15,04	8,79
1985	235,13	228,22	276,53	12,35	14,72	7,85	30,55	18,01	-0,12	105,17	11,61	0,11	12,95	7,50
1986	65,04	68,08	66,52	0,89	-0,93	7,49	9,53	20,01	-2,07	111,20	6,76	0,06	9,22	6,64
1987	415,95	367,12	352,95	-12,21	-3,03	3,53	-1,47	23,17	-0,51	121,19	7,46	0,06	9,83	6,43
1988	1037,53	891,67	1057,74	1,78	16,75	-0,06	-4,93	24,32	1,37	113,51	9,14	0,08	11,67	6,10
1989	1782,85	1636,61	2406,86	33,14	44,35	3,16	1,20	26,86	0,25	115,51	9,68	0,08	8,93	5,46
1990	1476,71	1639,08	1153,24	-20,52	-27,94	-4,35	-10,90	20,66	-0,81	123,44	9,97	0,08	8,20	6,96
1991	480,23	458,61	536,88	9,76	14,01	1,03	8,96	18,11	-0,35	123,91	9,41	0,08	8,68	7,91
1992	1157,84	1129,45	1549,15	31,11	34,14	-0,47	-8,57	18,42	1,58	135,95	23,75	0,17	10,87	8,39
1993	2708,17	2490,99	3059,80	12,52	21,95	4,67	14,28	19,28	-0,16	145,73	32,21	0,22	10,50	9,10
1994	1093,85	941,25	1153,63	5,01	20,40	5,33	13,03	20,75	-0,33	148,30	38,81	0,26	9,51	9,16

FONTE: Ipeadata. Elaboração do autor.

Tabela 2: Contas selecionadas do ativo dos bancos privados no Brasil (dez.1971/jun.1988)

Periodo	Encaixe voluntário			Reserva bancária			DME			Operações cambiais			Operações de crédito			Títulos públicos			Títulos privados			TVM Total Efetivo			Permanente Total Efetivo		
	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real
dez.1971	6,8	8,1	-	11,9	14,1	-	-	-	-	5,1	6,0	-	61,1	72,3	-	0,2	0,3	-	2,7	3,1	-	2,9	3,4	-	5,9	7,0	-
dez.1972	7,1	11,0	36,5	10,6	16,3	15,5	-	-	-	6,1	9,4	57,5	59,1	91,3	26,3	0,2	0,3	-3,0	2,7	4,1	31,4	2,8	4,4	28,8	5,1	7,9	13,3
dez.1973	7,8	14,2	29,0	11,9	21,8	33,4	-	-	-	6,6	12,1	28,2	60,0	109,8	20,2	0,2	0,3	18,3	2,6	4,8	15,6	2,8	5,1	15,8	4,4	8,1	2,2
dez.1974	7,1	13,1	-7,7	9,3	17,3	-20,4	0,1	0,1	-	8,1	15,0	23,9	61,9	115,0	4,8	0,2	0,4	34,1	3,9	7,2	51,1	4,1	7,6	50,1	4,3	7,9	-1,5
dez.1975	6,1	12,3	-6,1	8,4	16,9	-2,3	0,1	0,2	32,4	5,6	11,2	-25,3	65,3	131,2	14,1	0,9	1,7	334,4	4,6	9,2	26,7	5,4	10,9	42,8	4,5	9,1	14,0
dez.1976	7,6	16,4	33,0	11,5	24,8	46,1	0,2	0,4	138,6	5,6	12,1	8,3	61,7	133,1	1,4	0,9	1,9	9,5	4,9	10,7	16,4	5,8	12,6	15,3	4,1	8,7	-3,5
dez.1977	5,5	13,3	-18,9	13,7	32,9	33,0	0,8	1,9	359,5	8,0	19,1	57,9	60,3	145,1	9,0	0,7	1,6	-16,4	3,6	8,8	-17,9	4,3	10,3	-17,7	4,4	10,7	22,0
dez.1978	5,3	15,3	14,8	11,4	33,0	0,4	1,6	4,6	149,1	11,5	33,3	74,2	56,3	162,5	12,0	0,6	1,8	15,4	2,9	8,3	-5,6	3,5	10,1	-2,4	7,5	21,7	103,4
dez.1979	4,0	11,6	-24,4	9,6	28,0	-15,1	2,8	8,2	76,6	14,7	42,9	28,8	54,3	158,6	-2,4	2,0	6,0	225,5	1,1	3,3	-59,5	3,2	9,3	-7,9	8,3	24,2	11,4
Média	**6,4**	**12,8**	-	**10,9**	**22,8**	-	**0,9**	**2,6**	-	**7,9**	**17,9**	-	**60,0**	**124,3**	-	**0,6**	**1,6**	-	**3,2**	**6,6**	-	**3,9**	**8,2**	-	**5,4**	**11,7**	-
dez.1980	3,2	8,1	-30,0	8,6	21,6	-22,9	1,6	4,1	-50,2	14,5	36,3	-15,4	52,1	130,3	-17,8	5,9	14,6	146,0	2,0	5,0	48,2	7,8	19,6	110,7	8,4	21,1	-12,7
dez.1981	4,0	11,9	46,7	5,9	17,4	-19,5	2,9	8,6	110,6	15,9	47,0	29,3	48,6	143,4	10,0	6,9	20,3	38,3	2,4	7,0	40,7	9,2	27,2	38,9	9,6	28,3	34,4
dez.1982	2,0	6,2	-47,5	6,0	18,3	5,0	2,8	8,4	-2,2	14,7	44,7	-4,7	46,7	142,0	-1,0	9,4	28,6	41,1	4,3	13,0	86,0	13,7	41,6	52,9	11,5	35,0	23,4
dez.1983	0,4	1,3	-78,5	3,9	12,1	-33,6	9,2	28,8	243,4	22,9	71,2	59,1	40,3	125,3	-11,7	6,2	19,3	-32,6	2,8	8,7	-33,3	8,8	27,5	-33,9	10,4	32,4	-7,4
dez.1984	0,7	2,1	57,3	6,0	19,0	57,0	7,4	23,6	-17,9	20,9	66,3	-6,8	42,2	134,0	6,9	5,4	17,2	-10,7	1,8	5,7	-33,7	6,8	21,6	-21,5	11,1	35,3	8,9
dez.1985	1,1	3,1	47,1	5,1	13,8	-27,5	6,4	17,3	-26,8	12,1	32,9	-50,4	50,2	136,0	1,5	7,5	20,4	18,5	3,1	8,4	46,7	9,8	26,6	23,2	13,2	35,9	1,9
dez.1986	0,9	3,2	1,9	11,7	42,6	208,9	2,3	8,2	-52,5	7,6	27,5	-16,3	57,6	209,7	54,2	1,7	6,0	-70,4	8,2	29,8	253,2	9,7	35,4	33,2	11,6	42,2	17,4
dez.1987	0,5	1,5	-51,4	5,6	16,9	-60,3	1,4	4,2	-49,0	8,8	26,5	-3,7	42,2	127,1	-39,4	23,7	71,2	1080,1	4,4	13,3	-55,4	27,9	84,0	137,5	13,4	40,2	-4,7
jun.1988	0,6	1,5	-0,9	2,9	8,0	-52,8	1,3	3,6	-13,8	8,6	23,5	-11,3	43,6	119,4	-6,1	12,5	34,1	-52,1	16,3	44,7	236,2	28,6	78,2	-6,9	13,6	37,3	-7,3
Média	**1,5**	**4,3**	-	**6,2**	**18,9**	-	**3,9**	**11,8**	-	**14,0**	**41,8**	-	**47,0**	**140,8**	-	**8,8**	**25,7**	-	**5,0**	**15,1**	-	**13,6**	**40,2**	-	**11,4**	**34,2**	-

FONTE: Boletim do Banco Central - Tabelas A1, A2 e A3. Elaboração do autor.

Tabela 3: Contas selecionadas do passivo dos bancos privados no Brasil (dez.1971/jun.1988)

Período	Depósitos à vista			Depósitos a prazo			Depósitos totais			Obrigações junto ao BC			Obrigações por arrecadação			Resolução 63			Total operações cambiais			Patrimônio Líquido			Passivo total		
	% passivo	R$ bilhões	var. real	% passiv	R$ bilhões	var. real	% passiv	R$ bilhões	var. real	% passiv	R$ bilhões	var. real	% passivo	R$ bilhões	var. real	% passivo	R$ bilhões	var. real	% passivo	R$ bilhões	var. real	% passivo	R$ bilhões	var. real	% passivo	R$ bilhões	var. real
dez.1971	53,3	63,1	-	6,6	7,8	-	61,5	72,8	-	4,6	5,4	-	6,3	7,5	-	5,3	6,3	-	11,7	13,9	-	11,5	13,7	-	100,0	118,4	-
dez.1972	49,5	76,5	21,1	7,7	12,0	53,4	58,9	90,9	24,9	4,5	7,0	29,1	6,7	10,3	37,6	7,4	11,4	81,3	15,5	23,9	72,1	10,4	16,1	17,9	100,0	154,5	30,5
dez.1973	52,4	95,9	25,4	6,2	11,4	-4,9	60,5	110,8	21,8	4,1	7,5	6,6	5,4	9,9	-4,4	6,5	11,9	4,2	16,4	29,9	25,3	9,4	17,2	7,0	100,0	183,1	18,5
dez.1974	49,8	92,5	-3,5	4,8	8,9	-21,4	57,1	106,2	-4,1	4,8	9,0	20,5	6,6	12,2	23,7	7,2	13,3	12,3	17,7	33,0	10,1	9,2	17,1	-0,6	100,0	185,9	1,5
dez.1975	51,3	103,1	11,4	4,6	9,3	4,3	58,8	118,2	11,3	7,4	14,8	64,3	6,4	12,9	5,9	7,1	14,3	6,9	13,5	27,2	-17,6	9,0	18,1	5,8	100,0	200,9	8,1
dez.1976	43,9	94,7	-8,2	5,5	11,9	27,5	52,1	112,2	-5,0	6,6	14,3	-3,5	6,6	14,1	9,4	9,1	19,6	37,4	20,2	43,6	60,5	8,6	18,5	2,2	100,0	215,6	7,3
dez.1977	38,6	92,9	-1,9	8,2	19,7	66,1	49,3	118,7	5,7	7,3	17,5	22,7	6,7	16,0	13,2	9,4	22,6	15,4	21,4	51,4	17,9	9,4	22,5	21,5	100,0	240,6	11,6
dez.1978	32,8	94,6	1,9	10,7	30,8	56,2	46,4	134,1	13,0	5,4	15,7	-10,6	5,4	15,7	-1,8	9,9	28,6	26,6	26,3	76,0	47,8	11,5	33,2	47,6	100,0	288,8	20,0
dez.1979	31,5	92,0	-2,8	10,1	29,4	-4,7	45,4	132,7	-1,1	4,2	12,3	-21,4	4,5	13,1	-16,6	12,3	35,9	25,5	32,2	94,1	23,8	9,3	27,3	-17,9	100,0	292,2	1,2
Média	**44,8**	**89,5**	-	**7,2**	**15,7**	-	**54,5**	**110,7**	-	**5,4**	**11,5**	-	**6,1**	**12,4**	-	**8,2**	**18,2**	-	**19,4**	**43,7**	-	**9,8**	**20,4**	-	**100,0**	**208,9**	-
dez.1980	30,5	76,3	-17,0	6,9	17,3	-41,1	40,8	102,1	-23,1	4,6	11,5	-6,9	5,2	13,1	0,0	14,6	36,5	1,6	36,1	90,4	-3,9	9,1	22,8	-16,4	100,0	250,2	-14,4
dez.1981	23,8	70,1	-8,2	6,8	20,2	16,4	33,4	98,5	-3,5	5,0	14,9	29,6	5,0	14,6	11,4	19,5	57,4	57,3	41,9	123,7	36,9	9,1	26,8	17,6	100,0	294,9	17,9
dez.1982	21,1	64,1	-8,5	8,6	26,1	29,5	30,7	93,5	-5,1	4,6	14,1	-4,9	5,1	15,4	5,6	22,8	69,2	20,5	42,9	130,4	5,4	11,6	35,2	31,2	100,0	304,1	3,1
dez.1983	13,0	40,5	-36,8	9,7	30,2	15,6	23,5	73,3	-21,6	2,6	8,0	-43,4	2,3	7,1	-54,0	27,2	84,6	22,3	56,2	175,1	34,2	10,9	33,8	-4,0	100,0	311,3	2,4
dez.1984	11,2	35,5	-12,5	15,5	49,3	63,5	27,8	88,1	20,3	0,8	2,5	-68,9	3,5	11,3	58,5	23,9	75,8	-10,4	53,0	168,2	-3,9	11,8	37,4	10,6	100,0	317,4	1,9
dez.1985	16,0	43,3	22,1	20,6	55,8	13,1	37,8	102,6	16,4	0,2	0,6	-76,8	2,7	7,4	-34,0	20,8	56,4	-25,6	41,0	111,2	-33,9	14,2	38,5	3,1	100,0	271,2	-14,5
dez.1986	30,4	110,7	155,3	28,9	105,3	88,8	59,7	217,4	111,8	0,2	0,9	51,5	1,8	6,5	-12,0	10,3	37,6	-33,3	22,4	81,8	-26,5	12,8	46,5	20,6	100,0	364,3	34,3
dez.1987	12,5	37,7	-65,9	15,8	47,5	-54,9	28,5	85,7	-60,6	1,3	4,0	360,1	1,7	5,2	-20,5	9,1	27,5	-26,8	24,1	72,5	-11,3	15,6	47,0	1,2	100,0	301,0	-17,4
jun.1988	8,7	23,8	-36,9	17,4	47,6	0,1	26,1	71,5	-16,6	0,8	2,1	-48,6	2,4	6,6	26,6	7,9	21,6	-21,4	24,1	66,1	-8,9	16,3	44,5	-5,3	100,0	273,8	-9,0
Média	**18,6**	**55,8**	-	**14,5**	**44,4**	-	**34,3**	**103,6**	-	**2,2**	**6,5**	-	**3,3**	**9,7**	-	**17,3**	**51,8**	-	**38,0**	**113,2**	-	**12,4**	**37,0**	-	**100,0**	**298,7**	-

FONTE: Boletim do Banco Central - Tabelas A4, A5 e A6. Elaboração do autor.

Tabela 4: Receitas inflacionárias dos bancos no Brasil (1990-1995)

Em R$ 1.000 de dez.2007

Contas	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Receitas inflacionárias (A) - (B)	61.936.454	61.912.201	64.109.067	68.990.783	33.397.490	606.613
Correção monetária dos passivos sem encargos (A)	126.166.852	96.194.690	95.379.008	99.562.442	50.413.356	7.906.346
Depósitos à vista	89.955.327	82.252.508	76.647.960	78.483.907	40.532.619	6.940.784
Recebimento de tributos e contribuições	16.549.158	7.384.900	12.069.305	10.331.177	6.235.166	614.689
Operações intra-setoriais	19.662.366	6.589.113	6.664.660	10.747.358	3.645.572	350.869
Correção monetária dos ativos indisponíveis para aplicação (B)	64.230.397	34.282.489	31.269.941	30.571.659	17.015.860	7.299.732
Caixa	5.734.857	4.392.742	4.620.053	7.079.569	4.103.426	741.804
Depósitos bancários	327.706	254.652	250.836	250.979	180.664	51.361
Reservas livres e compulsórias em espécie	39.652.439	26.961.252	24.199.860	21.713.131	11.739.560	5.906.239
Operações intra-setoriais	18.351.542	2.323.697	2.015.440	1.492.505	568.891	227.774
Depósitos vinculados	327.706	286.483	169.169	16.679	416.266	368.931
Cheques a receber	0	0	14.584	18.797	7.055	3.623
Receitas inflacionárias/produção imputada (em %)	35,7	41,3	41,9	35,3	20,4	0,6
Receitas inflacionárias/PIB (em %)	4,0	3,9	4,0	4,2	2,0	0,0

FONTE: IBGE (1997). Deflator: IGP-DI, média anual. Elaboração do autor.

Tabela 5: Indicadores selecionados dos bancos privados no Brasil (dez.1971/jun.1988)

Periodo	Solvência e liquidez			Capital e risco						Rentabilidade	
	Encaixe voluntário (%)	Índice empréstimos/depósitos	Capital de giro próprio	Independência financeira (%)	Alavancagem	Alavancagem sobre o ativo ajustado	Relação capital/depositantes (%)	Imobilização do capital próprio (%)	Índice de exposição em moeda estrangeira	ROE (%)	Retorno sobre o investimento (%)
dez.1971	12,81	0,99	5,66	13,05	7,66	7,02	18,77	50,96	2,32	6,91	0,80
dez.1972	14,43	1,00	5,32	11,64	8,59	7,87	17,72	48,97	2,53	6,22	0,65
dez.1973	14,84	0,99	5,01	10,40	9,62	8,51	15,57	46,76	2,48	19,32	1,82
dez.1974	14,19	1,08	4,95	10,16	9,85	9,05	16,14	46,34	2,20	16,86	1,55
dez.1975	11,96	1,11	4,52	9,92	10,08	9,37	15,34	49,95	2,43	19,82	1,79
dez.1976	17,32	1,19	4,54	9,40	10,64	9,32	16,50	47,17	3,60	32,21	2,77
dez.1977	14,33	1,22	4,93	10,32	9,69	8,57	18,97	47,34	2,69	28,46	2,66
dez.1978	16,15	1,21	4,00	13,00	7,69	7,18	24,77	65,22	2,28	14,30	1,65
dez.1979	12,56	1,20	1,07	10,30	9,70	9,04	20,57	88,49	2,19	11,89	1,11
Média	**14,29**	**1,11**	**4,44**	**10,91**	**9,28**	**8,44**	**18,26**	**54,58**	**2,52**	**17,33**	**1,64**
dez.1980	10,60	1,28	0,69	10,03	9,97	9,03	22,35	92,45	2,49	12,60	1,15
dez.1981	16,94	1,46	-0,52	10,01	9,99	9,15	27,24	105,68	2,63	32,68	2,97
dez.1982	9,71	1,52	0,07	13,09	7,64	7,13	37,66	99,41	2,92	17,61	2,04
dez.1983	3,31	1,71	0,45	12,18	8,21	8,24	46,13	95,86	2,46	24,04	2,61
dez.1984	5,95	1,52	0,66	13,35	7,49	7,47	42,40	94,38	2,54	15,23	1,79
dez.1985	7,16	1,33	0,96	16,57	6,04	6,07	37,56	93,22	3,38	18,51	2,63
dez.1986	2,86	0,96	1,18	14,63	6,84	6,72	21,39	90,75	2,97	14,62	1,87
dez.1987	4,07	1,48	2,27	18,52	5,40	4,49	54,87	85,48	2,74	10,13	1,58
jun.1988	6,40	1,67	2,65	19,42	5,15	5,17	62,27	83,68	2,81	10,02	1,63
Média	**7,44**	**1,44**	**0,94**	**14,20**	**7,41**	**7,05**	**39,10**	**93,43**	**2,77**	**17,27**	**2,03**

FONTE: Boletim do Banco Central (nov.1982, out.1984, out.1986 e nov.1988). Elaboração do autor.

Tabela 6: Contas selecionadas do ativo dos bancos privados no Brasil (dez.1988/jun.1994)

Período	Depósitos compulsórios			Operações interfinanceiras			Títulos públicos			Títulos privados			Crédito e arrend. merc. (total efetivo)			Haveres externos (curto prazo)			Operações cambiais			Permanente			Ativo total		
	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real
dez.88	12,4	14,0	-	-17,9	-20,1	-	17,1	19,2	-	30,7	34,6	-	35,0	39,4	-	1,7	1,9	-	3,8	4,2	-	12,1	13,6	-	100,0	112,6	-
dez.89	7,2	16,9	20,9	-36,8	-86,5	329,4	40,8	95,9	399,1	9,2	21,5	-37,8	45,0	105,7	168,5	8,0	18,9	908,4	9,4	22,0	418,5	13,7	32,3	137,7	100,0	235,0	108,7
dez.90	28,8	82,6	387,7	-8,3	-23,8	-72,5	5,9	17,0	-82,3	5,2	14,8	-31,1	40,0	114,9	8,7	8,2	23,7	25,6	6,4	18,4	-16,3	10,0	28,6	-11,3	100,0	287,2	22,2
jun.91	26,5	75,7	-8,4	-1,3	-3,6	-85,0	1,9	5,4	-68,3	4,0	11,4	-22,8	40,4	115,4	0,4	5,8	16,6	-29,9	5,8	16,6	-10,0	11,3	32,3	12,8	100,0	285,5	-0,6
dez.91	15,8	46,6	-38,4	5,5	16,1	-551,1	1,1	3,1	-42,3	3,6	10,7	-6,6	37,8	111,5	-3,4	6,2	18,2	9,6	8,6	25,4	52,8	16,7	49,4	52,9	100,0	295,0	3,3
jun.92	6,0	21,9	-53,1	7,2	26,0	61,6	7,6	27,5	787,6	4,7	16,9	58,2	35,7	129,8	16,4	4,1	14,7	-19,0	18,8	68,2	168,8	14,2	51,5	4,3	100,0	363,4	23,2
dez.92	4,0	15,3	-29,8	9,0	34,9	33,9	13,0	50,4	83,2	5,7	21,9	29,5	38,2	147,9	14,0	3,3	12,6	-14,4	13,7	53,0	-22,3	13,3	51,3	-0,4	100,0	387,0	6,5
jun.93	3,7	15,5	1,3	6,0	25,0	-28,3	12,7	52,6	4,5	6,7	27,8	26,8	37,9	157,2	6,3	4,9	20,5	62,5	16,7	69,1	30,5	12,8	53,0	3,3	100,0	414,9	7,2
dez.93	3,5	16,0	3,1	13,1	60,3	141,2	8,0	36,9	-29,9	4,3	19,9	-28,2	41,4	190,3	21,1	4,6	21,2	3,5	14,0	64,2	-7,1	11,4	52,3	-1,3	100,0	460,0	10,9
jun.94	2,9	14,4	-10,2	15,4	76,7	27,2	9,0	45,2	22,4	6,4	32,0	60,6	41,5	207,4	9,0	4,1	20,4	-4,0	12,0	59,7	-7,0	10,8	54,1	3,4	100,0	499,1	8,5
Média	**11,1**	**31,9**	-	**-0,8**	**10,5**	-	**11,7**	**35,3**	-	**8,0**	**21,2**	-	**39,3**	**131,9**	-	**5,1**	**16,9**	-	**10,9**	**40,1**	-	**12,6**	**41,9**	-	**100,0**	**334,0**	-

FONTE: Boletim do Banco Central - Tabelas A7, A8 e A9. Elaboração do autor.

Tabela 7: Contas selecionadas do passivo dos bancos privados no Brasil (dez.1988/jun.1994)

Periodo	Depósitos à vista			Poupança			Depósitos a prazo			Depósitos totais			Obrigações especiais			Obrigações por arrecadações			Obrigações externas curto prazo			Obrigações externas médio e longo prazo			Operações cambiais			Patrimônio líquido		
	% passivo	R$ bilhões	var. real	% passivo	R$ bilhões	var. real	% passivo	R$ bilhões	var. real	% passivo	R$ bilhões	var. real	% passivo	R$ bilhões	var. real	% passivo	R$ bilhões	var. real	% passivo	R$ bilhões	var. real	% passivo	R$ bilhões	var. real	% passivo	R$ bilhões	var. real	% passivo	R$ bilhões	var. real
dez.88	10,1	11,4	-	45,9	51,7	-	9,6	10,8	-	65,7	74,0	-	0,0	0,0	-	1,4	1,6	-	0,9	1,0	-	5,5	6,2	-	0,5	0,6	-	14,2	16,0	-
dez.89	4,5	10,5	-7,4	19,6	46,0	-11,1	13,8	32,5	200,9	38,3	90,1	21,7	0,0	0,0	-	0,8	1,9	24,2	6,1	14,4	1403,2	11,2	26,2	325,3	4,2	9,8	1607,0	15,6	36,6	128,8
dez.90	6,7	19,2	82,7	8,2	23,5	-48,8	16,6	47,6	46,5	32,1	92,2	2,3	25,6	73,6	-	0,5	1,5	-21,9	5,9	17,0	18,0	10,4	29,8	13,5	1,9	5,4	-45,4	10,8	31,1	-15,0
jun.91	7,0	20,0	4,1	9,5	27,0	14,7	20,0	57,0	19,8	36,9	105,5	14,4	23,0	65,7	-10,7	1,4	4,0	160,9	4,1	11,7	-31,2	10,2	29,0	-2,7	1,8	5,1	-4,1	13,0	37,0	18,8
dez.91	5,5	16,3	-18,6	10,7	31,7	17,3	20,7	61,0	6,9	40,4	119,3	13,1	11,2	32,9	-49,9	0,3	0,8	-79,5	5,0	14,7	25,9	13,2	39,1	34,8	1,7	4,9	-4,4	17,7	52,2	41,0
jun.92	3,2	11,7	-27,9	9,7	35,1	11,0	23,1	84,0	37,8	40,9	148,8	24,7	2,8	10,2	-69,0	1,1	4,1	407,0	12,8	46,6	216,7	4,1	14,8	-62,1	14,5	52,8	975,9	16,1	58,4	12,0
dez.92	3,1	12,0	1,9	10,2	39,4	12,1	26,4	102,3	21,8	43,4	167,8	12,8	0,6	2,2	-78,3	0,8	3,0	-28,3	12,1	46,7	0,3	4,5	17,4	17,1	9,6	37,3	-29,5	15,3	59,2	1,4
jun.93	2,1	8,5	-28,5	10,1	41,7	5,9	23,4	97,1	-5,1	37,9	157,4	-6,2	0,4	1,7	-22,4	0,6	2,5	-15,7	13,2	54,8	17,4	5,4	22,4	28,8	12,9	53,6	43,8	15,4	64,0	8,2
dez.93	1,8	8,3	-2,6	11,0	50,8	21,7	24,7	113,6	17,1	39,3	180,8	14,9	0,3	1,2	-29,8	0,2	0,9	-65,5	14,1	64,7	17,9	6,5	30,0	33,9	10,0	45,9	-14,3	14,2	65,4	2,1
jun.94	1,9	9,4	12,6	10,8	54,0	6,3	27,3	136,3	20,0	41,5	207,0	14,5	0,2	0,9	-26,1	0,6	2,9	233,3	14,3	71,5	10,6	6,1	30,6	2,3	7,5	37,5	-18,2	13,8	68,9	5,4
Média	**4,6**	**12,7**	-	**14,6**	**40,1**	-	**20,6**	**74,2**	-	**41,7**	**134,3**	-	**6,4**	**18,8**	-	**0,8**	**2,3**	-	**8,8**	**34,3**	-	7,7	**24,5**	-	**6,5**	**25,3**	-	**14,6**	**48,9**	-

FONTE: Boletim do Banco Central - Tabelas A12, A13 e A14. Elaboração do autor.

Tabela 8: Indicadores selecionados dos bancos privados no Brasil (dez.1988/jun.1994)

Período	Solvência e liquidez			Capital e risco						Rentabilidade e lucratividade	
	Encaixe voluntário (%)	Índice empréstimos/depósitos	Capital de giro próprio	Independência financeira (%)	Alavancagem	Alavancagem sobre o ativo ajustado	Relação capital/depositantes (%)	Imobilização do capital próprio	Crédito em atraso/crédito total (%)	Índice de exposição em moeda estrangeira	ROE (%)	Retorno sobre o investimento (%)
dez.88	6,67	0,53	2,15	14,22	7,03	4,91	21,67	0,85	0,27	1,26	12,41	1,77
dez.89	23,97	1,17	1,85	15,59	6,41	3,27	41,16	0,88	0,93	1,23	20,79	3,24
dez.90	10,46	1,25	0,87	10,84	9,22	5,96	34,47	0,92	1,86	1,24	10,90	1,18
jun.91	7,72	1,09	1,64	12,96	7,72	5,49	35,56	0,87	1,64	1,38	4,73	0,61
dez.91	12,90	0,93	0,93	17,68	5,66	4,66	47,90	0,95	0,83	1,35	7,47	1,32
jun.92	11,99	0,87	1,89	16,07	6,22	5,35	44,64	0,88	1,14	1,38	1,25	0,20
dez.92	13,76	0,88	2,04	15,30	6,54	5,40	38,54	0,87	0,46	1,54	4,05	0,62
jun.93	20,56	1,00	2,66	15,44	6,48	5,39	43,47	0,83	0,62	1,46	-0,09	-0,01
dez.93	19,43	1,05	2,84	14,22	7,03	6,20	37,88	0,80	0,44	1,64	-0,02	0,00
jun.94	10,07	1,00	2,97	13,81	7,24	6,36	34,52	0,78	0,87	1,74	-0,01	0,00
Média	**13,75**	**0,98**	**1,99**	**14,61**	**6,96**	**5,30**	**37,98**	**0,86**	**0,90**	**1,42**	**6,15**	**0,89**

FONTE: Boletim do Banco Central (set.1994, dez.1997 e mar.1998). Elaboração do autor.

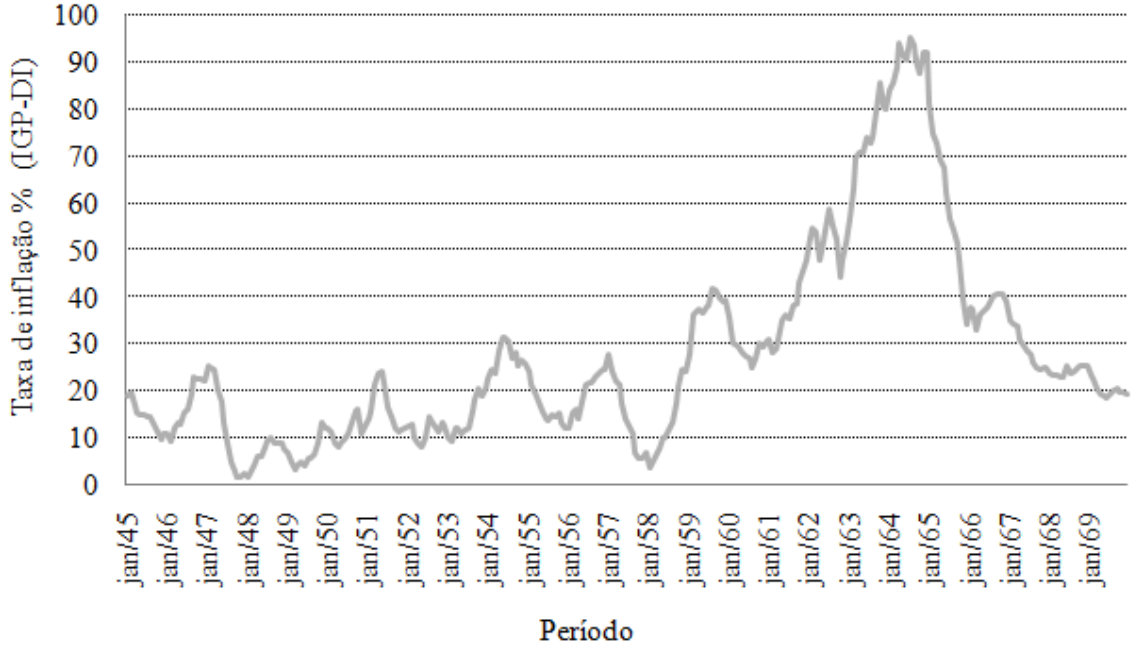


Figura 1: Inflação no Brasil, IGP-DI acumulado nos últimos 12 meses (jan.1945-dez.1969)
FONTE: Ipeadata. Elaboração do autor.

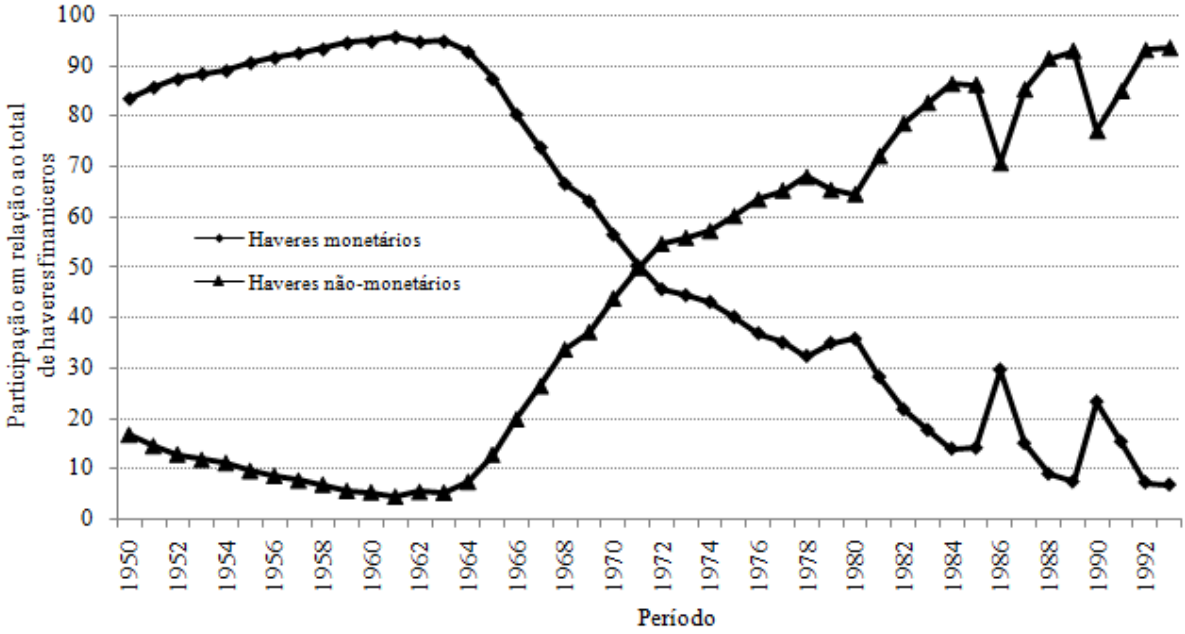


Figura 2: Participação dos haveres monetários e não-monetários no total de haveres financeiros no Brasil (1950-1993)
FONTE: Ipeadata. Elaboração do autor.

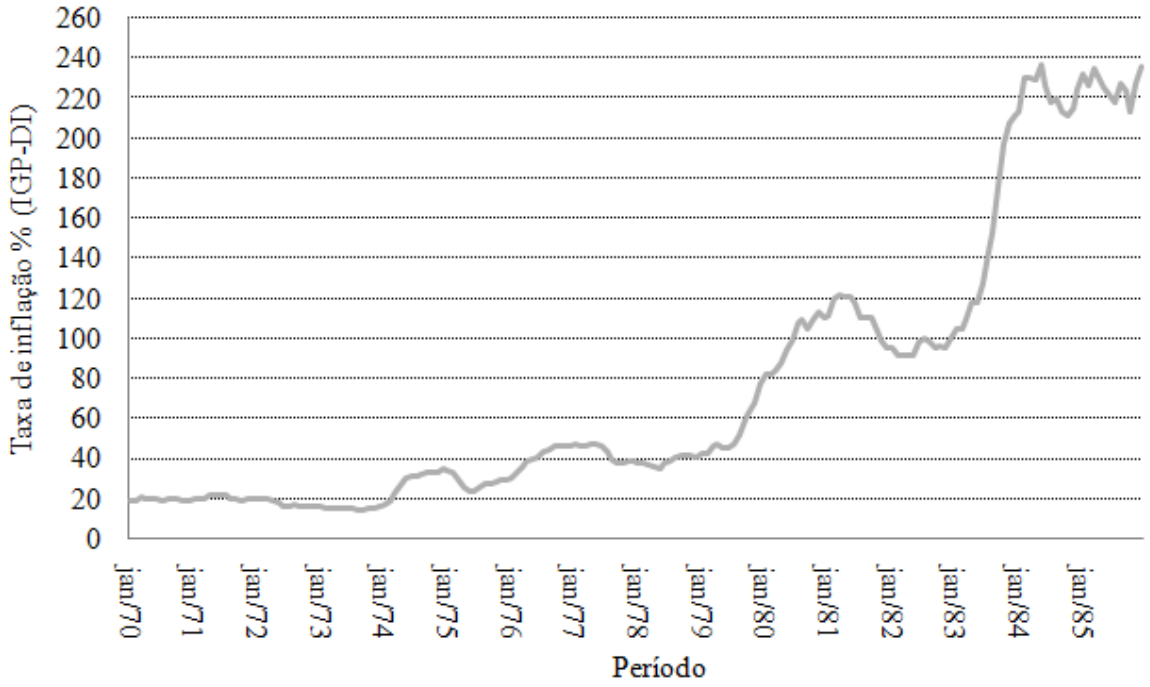


Figura 3: Inflação no Brasil, IGP-DI acumulado nos últimos 12 meses (jan.1970/dez.1985)
FONTE: Ipeadata. Elaboração do autor.

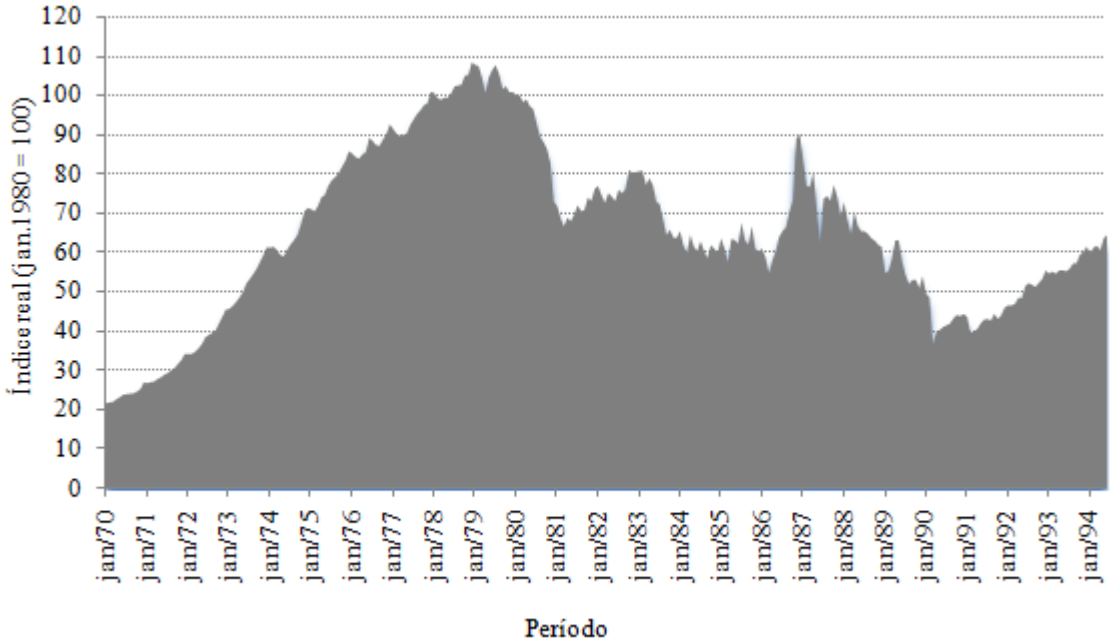
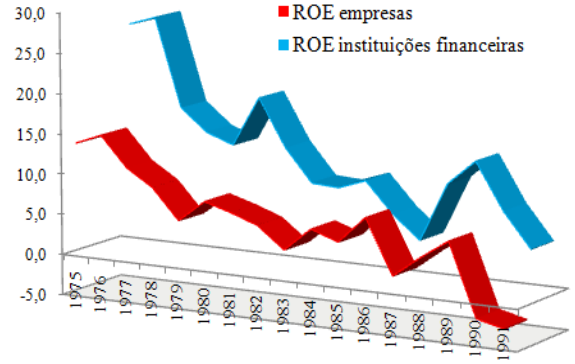
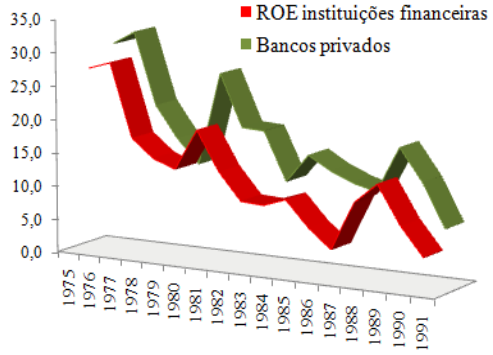


Figura 4: Índice real do crédito ao setor privado no Brasil: jan.1970 a jun.1994 (jan. 1980 = 100)
FONTE: Ipeadata. Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

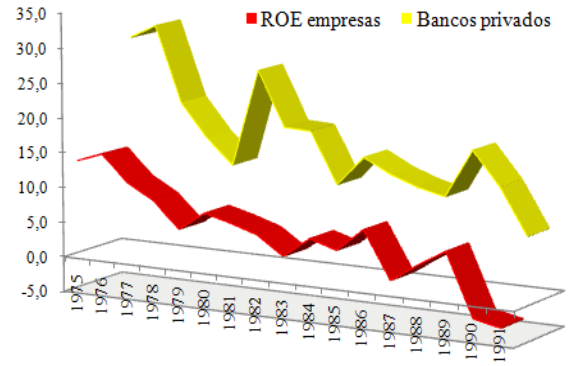
I. ROE: empresas versus instituições financeiras, em %



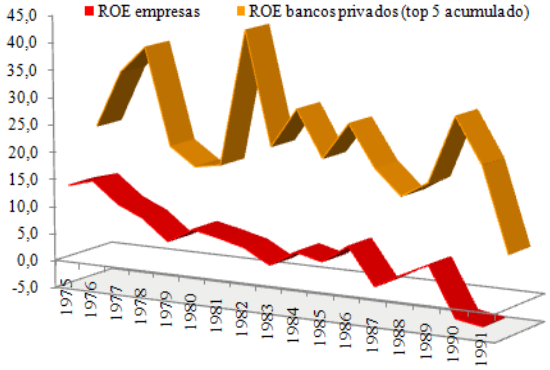
II. ROE: instituições financeiras versus bancos privados, em %



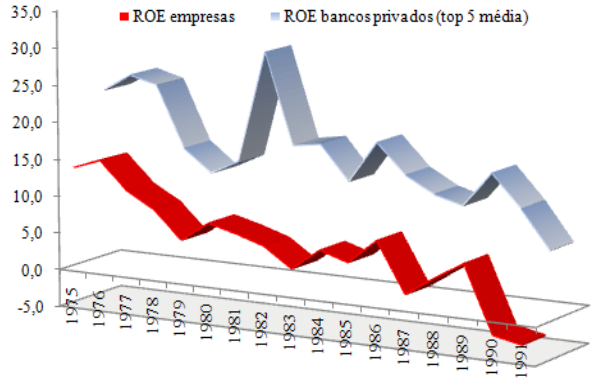
III. ROE: empresas versus bancos privados, em %



IV. ROE: empresas versus bancos privados (top 5 acumulado), em %



V. ROE: empresas versus bancos privados (top 5 média), em %



VI. Valores utilizados para a construção dos gráficos

Período	ROE empresas	ROE instituições financeiras	ROE bancos privados (top 5 acumulado)	ROE bancos privados (top 5 média)	Bancos privados
1975	14,00	nd	23,43	23,43	nd
1976	15,30	28,15	33,92	25,76	30,98
1977	11,60	29,23	38,87	24,72	32,94
1978	9,50	18,34	21,15	16,59	22,27
1979	5,80	15,61	17,82	13,62	17,61
1980	8,50	14,40	18,66	15,51	14,10
1981	7,50	20,50	43,59	30,51	27,90
1982	6,30	14,70	22,96	18,36	20,20
1983	3,70	10,70	30,16	18,97	20,00
1984	6,60	10,50	21,76	14,40	12,90
1985	5,40	11,70	28,45	19,94	17,10
1986	8,70	8,00	20,99	16,04	15,10
1987	2,10	5,20	16,49	13,90	13,70
1988	4,70	12,40	19,35	12,79	12,80
1989	7,00	15,40	31,59	17,44	19,60
1990	-1,80	9,80	23,45	13,23	14,90
1991	-2,60	5,60	8,16	8,16	8,50

Figura 5: ROE – empresas, instituições financeiras e bancos privados no Brasil (1975/1991)
FONTE: Visão (1976 a 1992).

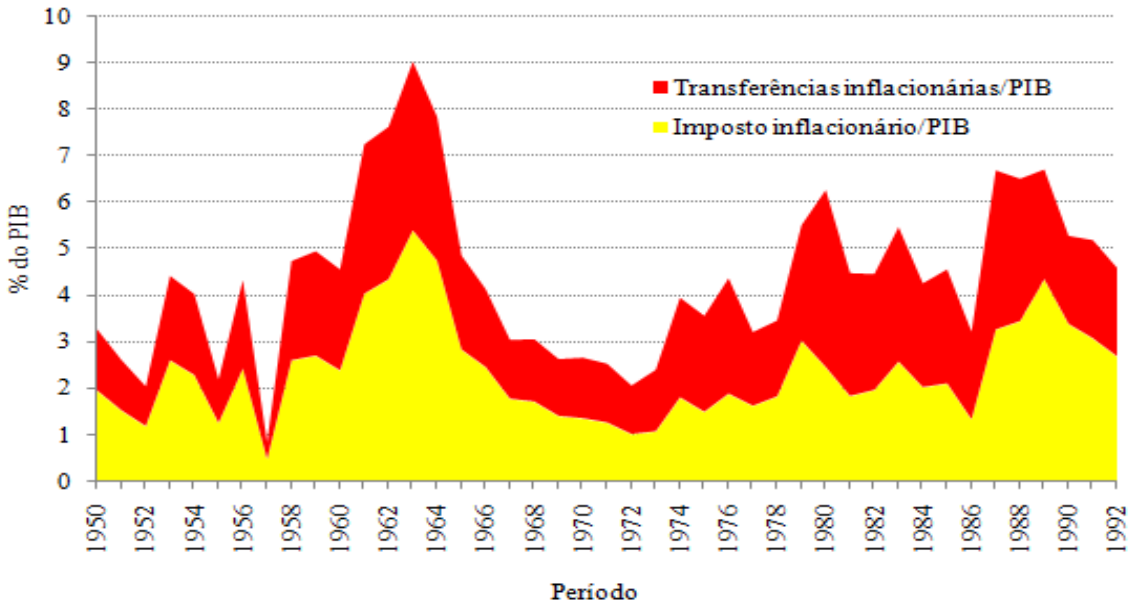


Figura 6: Imposto inflacionário e transferências inflacionárias para os bancos comerciais no Brasil (1950-92)

FONTE: Cysne (1994, p.124). Elaboração do autor.

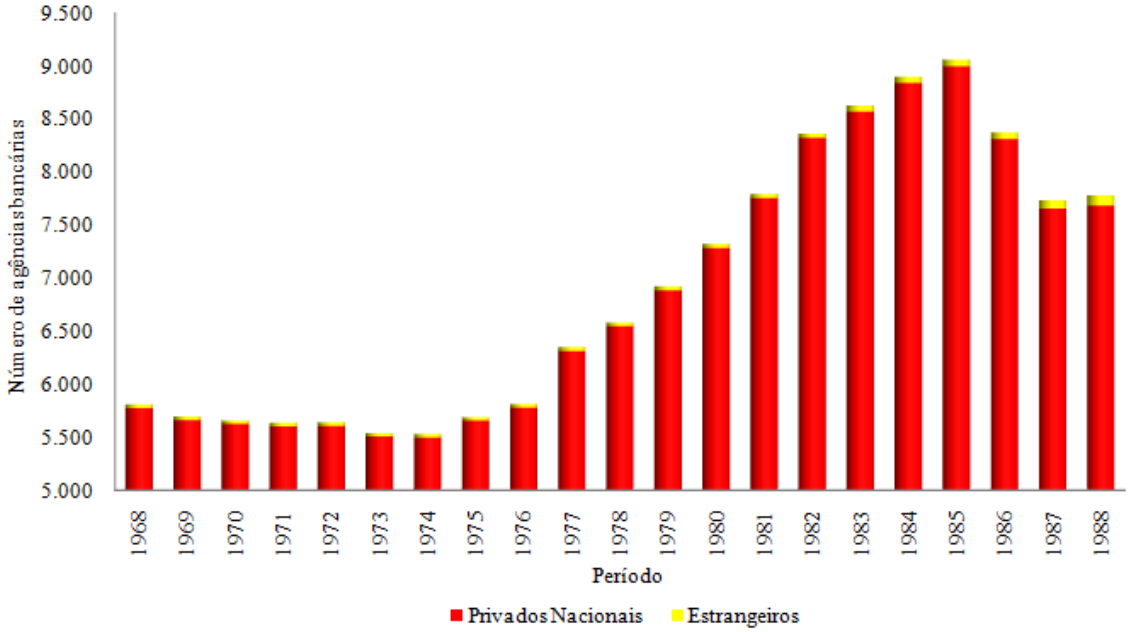


Figura 7: Dimensão do sistema bancário privado no Brasil: número de agências bancárias (1968/88)

FONTE: Paula (1997, p.169). Elaboração do autor.

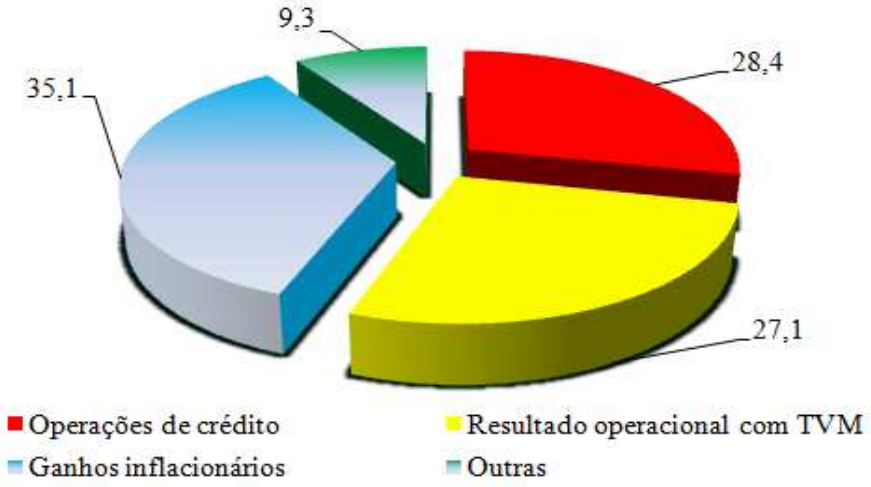


Figura 8: Composição das receitas de intermediação financeira dos seis maiores bancos privados no Brasil, em % (1993)

FONTE: Cysne e Costa (1997, p.339). Elaboração do autor. Notas: Os dados se referem ao conjunto dos bancos Bamerindus, BCN, Bradesco, Itaú, Real e Unibanco. Os ganhos inflacionários se referem aos ganhos com passivos sem encargos menos as perdas com ativos não-remunerados.

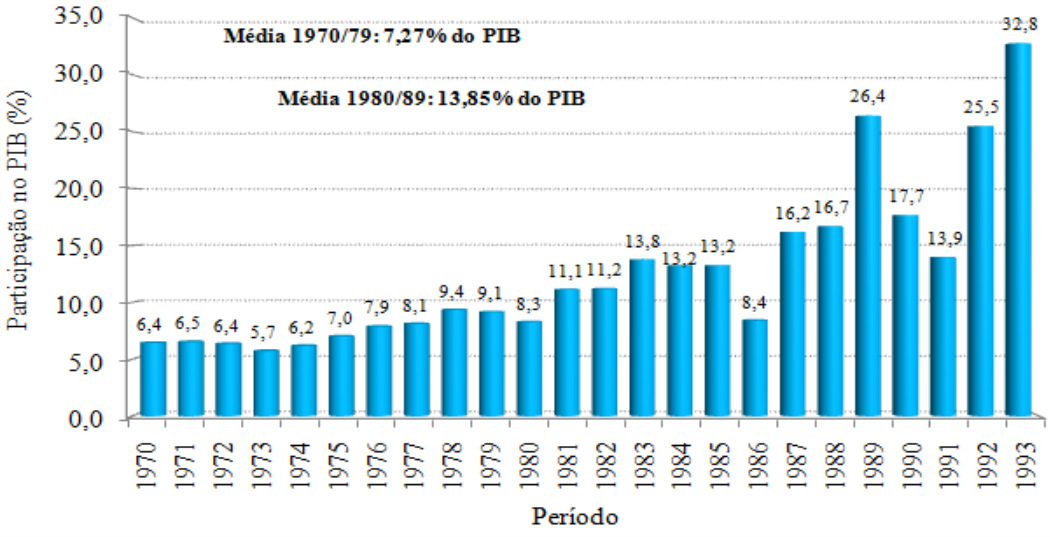


Figura 9: Participação das instituições financeiras no PIB

FONTE: IBGE *apud* Ipeadata. Nota: Entre 1970 e 1989, valor adicionado dos serviços de intermediação financeira medido ao custo de fatores, em percentagem do PIB; de 1990 a 1993, valor adicionado dos serviços de intermediação financeira medido a preços básicos, em percentagem do PIB.

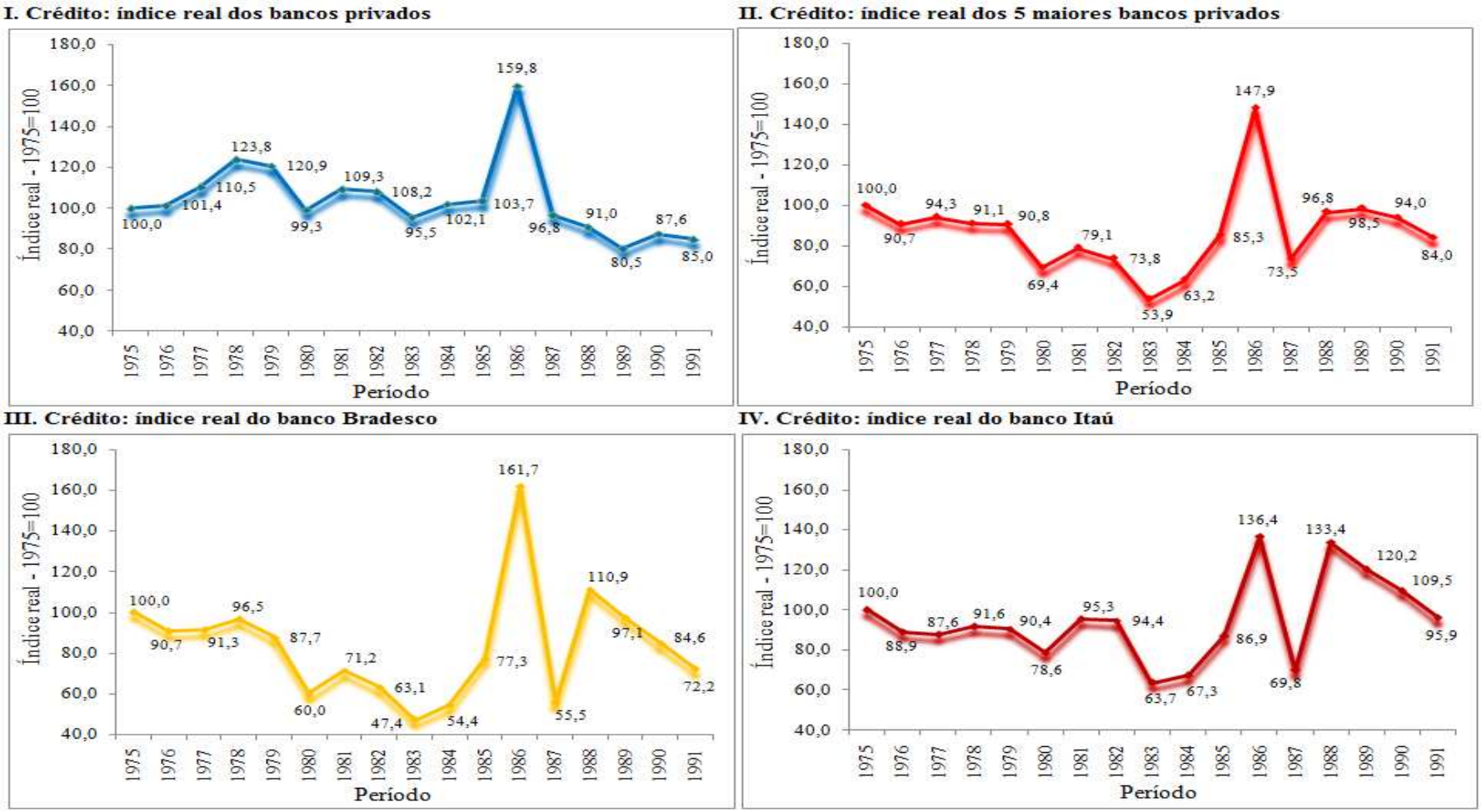


Figura 10: Índice real das operações de crédito dos bancos privados no Brasil (1975-1991)

FONTE: Para o conjunto de bancos privados, Boletim do Banco Central (nov.1982, out.1984, out.1986 e nov.1988); para os cinco maiores privados, Bradesco e Itaú, Visão (1976 a 1992). Notas: O deflator utilizado foi o IGP-DI; a posição de 1988 do conjunto de bancos privados se refere a jun.1988; no caso dos 5 maiores privados, a posição de dez.1988 contempla, em sua maior parte, os bancos privados, com apenas 7 instituições (incluindo Bradesco e Itaú) figurando como bancos múltiplos – a partir de 1989, os dados dos cinco maiores bancos privados correspondem aos bancos múltiplos.

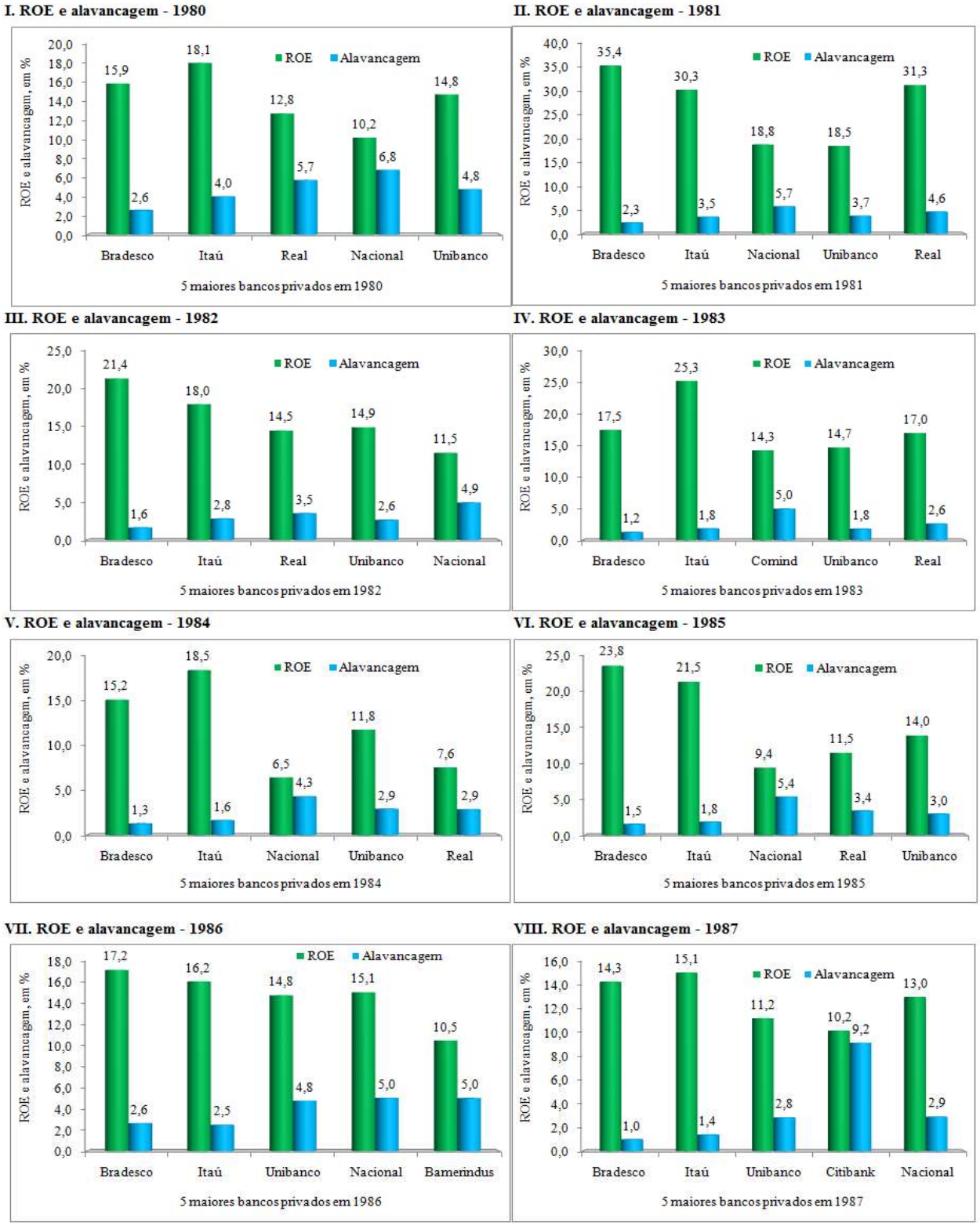


Figura 11: ROE e alavancagem dos cinco maiores bancos privados no Brasil (1980/1991)

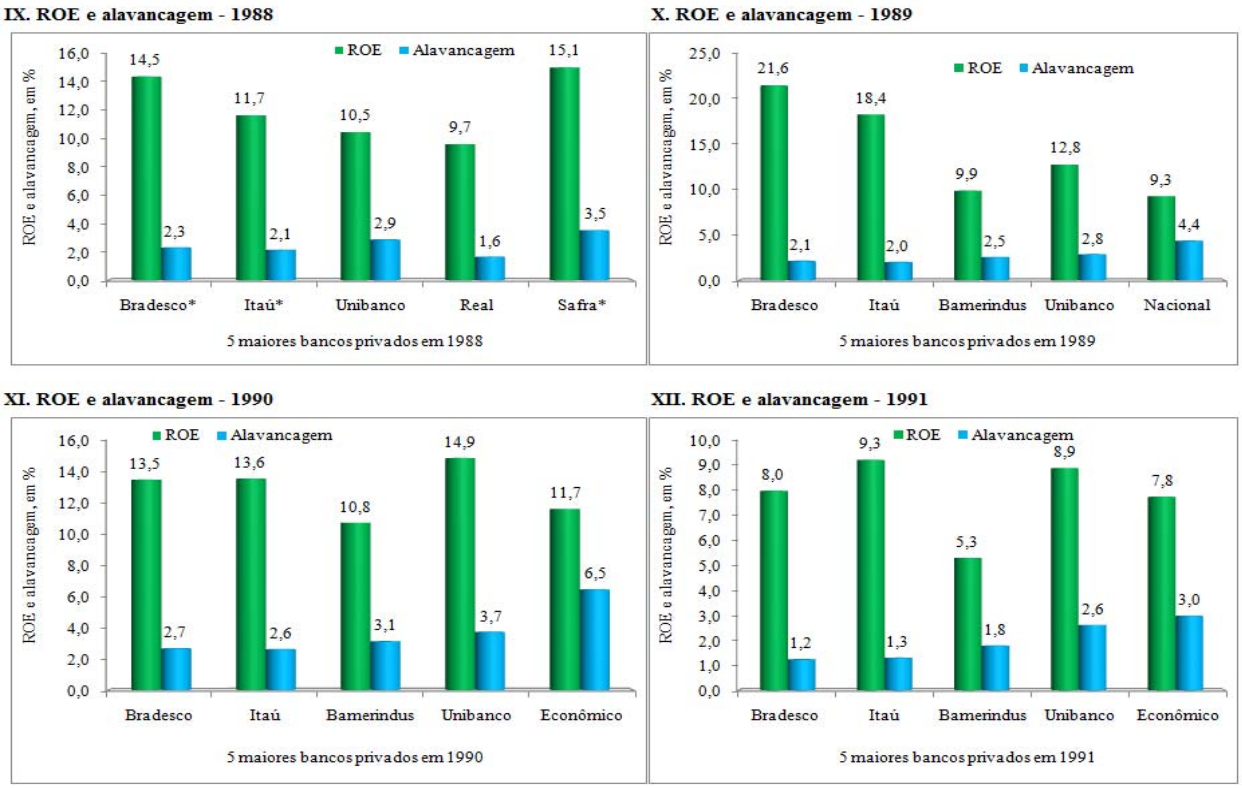


Figura 11 (continuação): ROE e alavancagem dos cinco maiores bancos privados no Brasil (1980/1991)

FONTE: Visão (1981 a 1992). Nota: Entre 1980 e 1987, bancos comerciais privados; em 1988, dos 70 bancos privados considerados, sete se afiguravam como bancos múltiplos (Bradesco, Itaú, Sudameris, Bozano Simonsen, BMC, Banorte e Mercantil de Pernambuco); a partir de 1989, bancos múltiplos privados.

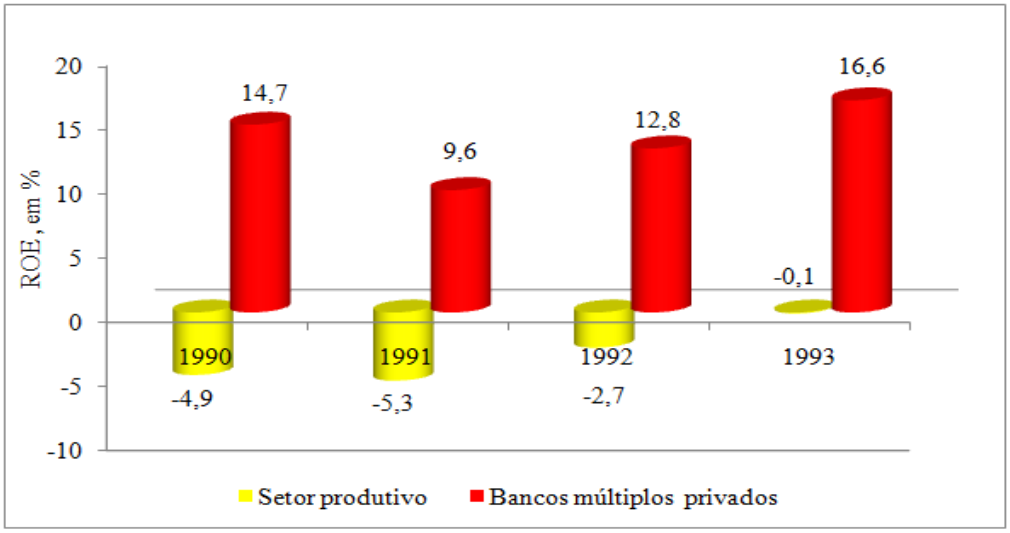


Figura 12: ROE – bancos privados versus setor produtivo (1990/1993)

FONTE: Balanço Anual Gazeta Mercantil (Tabela A26). Elaboração do autor.

4.3 Os limites da estabilidade monetária no Brasil: instabilidade macroeconômica, indexação financeira e opção por flexibilidade[167]

Conforme discutido no item 4.1, a indexação dos contratos à inflação passada ou a um indexador que ofereça proteção contra a corrosão do poder de compra ocasionado pela aceleração dos preços funcionou como uma espécie de "muleta" para a disfunção da moeda de curso forçado como unidade de conta e reserva de valor. Não obstante, seu uso generalizado, além de acelerar a inflação, pavimentou o caminho para a constituição da chamada moeda indexada, que intensificou o processo inflacionário e aguçou o desejo por flexibilidade dos possuidores de riqueza, em particular dos bancos.

Diante do quadro de instabilidade monetária crônica, e contanto com as lições dos erros e acertos dos diversos planos de estabilização no Brasil ao longo da segunda metade dos anos 1980 e do início dos 1990, a retomada dos fluxos internacionais de capitais a partir do começo da década de 1990 abriu a possibilidade para a implementação de um plano de estabilização ancorado na taxa de câmbio. Conforme se pode observar na Tabela 9, as reservas internacionais do Brasil sobem de US$ 9,41 bilhões em 1991 para US$ 23,75 bilhões em 1992, atingindo US$ 32,21 bilhões e US$ 38,81 bilhões em 1993 e 1994, respectivamente. Por isso, ao comparar o Plano Real com as tentativas anteriores de estabilização monetária, afirma Kregel (1999, p.151):

> O Plano Real foi, sob muitos aspectos, semelhante aos planos de reforma anteriores, incluindo-se a eliminação da indexação de salários e preços como principal componente, com a taxa de câmbio nominal como âncora para a estabilidade dos preços. E as taxas de juros continuaram a ser o principal instrumento de política econômica. O que mudou foi que o Plano Real foi introduzido no novo mundo pós-Brady dos fluxos de capital restabelecidos e a mitologia dos retornos excessivos nos mercados emergentes. [...]

A retomada dos fluxos internacionais de capitais voluntários para os países da periferia latino-americana no início dos anos 1990, e para a economia brasileira em particular, respondeu fundamentalmente a quatro fatores mutuamente interligados e que se autorreforçaram, a saber: 1) abundante liquidez nos mercados financeiros internacionais, num contexto de diversificação global de portfólio notadamente dos investidores institucionais dos países centrais e de deflação mobiliária e imobiliária ocorrida nos países desenvolvidos entre o final dos anos 1980 e início

[167] A bibliografia sobre o Plano Real é bastante extensa. Procuramos, aqui, tão-somente destacar os pontos que consideramos relevantes para a discussão da permanência da indexação financeira, ou seja, dos títulos públicos atrelados à taxa de juros de um dia, mesmo sob contexto de estabilidade de preços. Sobre o Plano Real em si, além dos diversos livros de economia brasileira, ver ANDIMA (1994; 1995), Franco (1995), Sayad (1995/96), Arida (1999), Bacha (1995), Carvalho (1996a) e Banco Central (1994).

dos 1990; 2) renegociação e securitização da dívida externa dos países latino-americanos, na esteira do Plano *Brady*; 3) oportunidades de lucro decorrentes da prática de taxas de juros internas elevadas *vis-à-vis* às prevalecentes nos países centrais e das perspectivas de apreciação cambial – induzida pela implementação do esperado plano de estabilização monetária – e de valorização dos ativos mobiliários[168], bem como do processo de privatização de empresas de diversos setores; e 4) abertura do sistema financeiro ao capital estrangeiro, em termos de investimentos de portfólio, ingresso de instituições no SFN[169] e de acesso, por parte dos residentes, às novas modalidades de captação no mercado internacional (*securities*). Logo, o referido processo foi determinado por fatores de repulsão (países centrais) e atração (países da periferia) de capital internacional, com a prevalência dos primeiros em relação aos segundos.

Freitas e Prates (2001) e Cintra (1998; 2003) salientam que os organismos multilaterais, notadamente Banco Mundial e FMI, sustentavam que a abertura dos sistemas financeiros domésticos dos países da periferia ao capital estrangeiro teria o efeito de aprofundá-los e, assim, torná-los mais sólidos. Todavia, a experiência desses países, especialmente os latino-americanos[170], além de refutar esta hipótese, revelou que a abertura financeira, quando articulada com políticas câmbio valorizado e déficits recorrentes em transações correntes do balanço de pagamentos, aumentou o grau de vulnerabilidade externa dessas economias, ao invés de reduzi-lo. Pouco contribuiu, assim, para o financiamento do desenvolvimento, ante as oscilações abruptas e autorreferenciadas às quais os fluxos de capitais se acham sujeitos[171]. Não obstante, a retomada do ingresso de capitais externos voluntários no início dos anos 1990 constituiu

[168] O anexo IV à Resolução n.1.289 de 1987, criado em 1991, por exemplo, implicou maior grau de abertura à entrada de investimentos estrangeiros no mercado acionário. Para uma análise mais pormenorizada do processo de abertura financeira da economia brasileira, ver Freitas e Prates (2001). Sobre as economias latino-americanas, ver Cintra (1998).

[169] No caso brasileiro, em particular, o ingresso de instituições estrangeiras no SFN ocorre com forte intensidade a partir de 1995, na esteira da fragilização do setor após o Plano Real, viabilizada pela Exposição de Motivos n.311, ante a não votação pelo Congresso da lei normativa relacionada ao tema.

[170] Em contraposição à experiência asiática de desenvolvimento.

[171] No caso brasileiro, o processo de abertura, num contexto de juros altos e câmbio baixo, promoveu o que Cintra (1999) oportunamente denominou de "dependência sem desenvolvimento". Ademais, o processo de liberalização e desregulamentação financeira das economias latino-americanas nos anos 1990 implicou um efeito-substituição entre poupança interna e externa, sem impactos significativos em termos de ampliação do investimento agregado, além de pouco contribuir para a ampliação do crédito, notadamente do segmento de longo prazo (CINTRA, 1998, p.62).

elemento decisivo para o sucesso dos planos de estabilização monetária na região, incluindo o caso brasileiro[172].

Particularmente em relação ao Plano Real, a despeito das três etapas[173] envolvidas em sua implementação, pode-se afirmar que a principal engenhosidade de seus formuladores consistiu em superindexar a economia a partir da inserção de um novo indexador, a Unidade Real de Valor (URV), que cumpriu a função de unidade de conta por quatro meses, entre maio e junho de 1994, de modo a alinhar os preços relativos da economia[174] e, assim, minimizar as pressões sobre os preços decorrentes do conflito distributivo que tipicamente sucede o estancamento do processo inflacionário. Adicionalmente, esta iniciativa procurou deliberadamente fazer o público se adaptar com uma unidade de conta estável ao longo do tempo. Procedida a superindexação da economia, operou-se a transformação do indexador em moeda de curso forçado, o Real, que passou a ser emitido a partir de primeiro dia de julho de 1994. O que antes custava 1 URV, que encerrou junho cotada a CR$ 2.750 (cruzeiros reais), passou a custar R$ 1 (um Real).

Em linha com a experiência do Plano Cruzado, em 1986, a reforma monetária e o sucesso inicial no plano no combate à inflação produziram um aumento substancial do consumo agregado. Este movimento teria de ser acomodado mediante o aumento das importações, de modo a viabilizar a elevação da oferta agregada, o que de fato aconteceu. Mas isto, por seu turno, não poderia provocar uma desvalorização da taxa de câmbio, a âncora nominal do plano de estabilização: uma excessiva depreciação cambial produziria aumento de preços, ao tornar os produtos importados mais caros, o que poderia afetar negativamente a confiança do público no plano de estabilização. Mas, ao invés disso, nos primeiros meses do Plano Real observou-se um movimento de apreciação da taxa de câmbio – sob efeito do forte ingresso de capital externo de

---

[172] Pode-se questionar, evidentemente, a solidez dos planos de estabilização monetária que contaram com âncora cambial, ante o quadro de volatilidade dos fluxos internacionais de capitais que prevaleceu em boa parte dos anos 1990 e 2000. Sobre este ponto, ver Coutinho e Belluzzo (1996).

[173] Foram elas: 1ª) o Programa de Ação Imediata (PAI), anunciado em junho de 1993 pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, destinado ao saneamento das contas públicas, com a criação subsequente do Fundo Social de Emergência (FSE – desvinculação de 20% das receitas da União), perfazendo aproximadamente US$ 15 bilhões; 2ª) criação da Unidade Real de Valor (URV) em fevereiro de 1994 (MP n.434), com vigência a partir de 01/03/1994; o indexador iniciou março em CR$ 647,50, podendo o BC arbitrar pela melhor combinação dos três índices de preços elencados (IGP-M, o IPCA-E e a terceira quadrissemana do IPC-FIPE) para viabilizar a correção do indexador, com os preços da economia sendo convertidos sequencialmente à nova unidade de conta, começando pelos salários; e 3ª) a implantação do Real em 1/07/1994, previamente anunciada em meados de maio.

[174] Conforme registram Sicsú (1996) e Andima (1994, p.43), contudo, no interregno março-junho de 1994 algumas cestas de produtos registraram ganhos em relação à variação da URV, enquanto outras acusaram perdas. Tem-se, pois, que o alinhamento dos preços relativos não se processou de maneira perfeita.

curto prazo, ante as altas taxas de juros. O superávit de 1,58% registrado na conta de transações correntes do balanço de pagamentos em 1992 dá lugar a déficits renitentes e crescentes a partir de 1994 (Tabela 9).

Não menos importante, deve-se salientar que a desaceleração abrupta da inflação, ao impactar adversamente as receitas inflacionárias dos bancos, reorientou a política operacional destas instituições em direção às operações de crédito, combustível adicional para o consumo. Em verdade, conforme discutido na seção anterior, a aceleração do crédito tem início já em 1992/93, diante das expectativas dos bancos de perda das receitas proporcionadas pela inflação. Neste contexto, a taxa de juros básica cumpria um papel determinante para o sucesso do plano de estabilização, pois ao mesmo tempo em que funcionava como mecanismo de atração de capitais externos via conta financeira do balanço de pagamentos – necessário para acomodar o aumento das importações sem a produção de uma depreciação cambial –, contribuía decisivamente para a contenção do ritmo de aceleração do consumo agregado.

Desta maneira, a lógica do plano impunha a total subordinação do manejo da política monetária à manutenção de um patamar da taxa de câmbio condizente com a garantia da estabilidade monetária. A contrapartida desta estratégia foi uma crescente fragilização das contas externas e fiscais, que se traduziu em baixo nível de atividade econômica – ante o efeito recessivo causado pela prevalência do binômio juros altos-câmbio baixo –, inviabilizando a estruturação de condições macroeconômicas compatíveis com taxas elevadas de crescimento da produção, especialmente quanto considerado o conjunto do interregno 1995-2002, conforme atestado pelos dados do período e pelos diversos trabalhados realizados sobre o tema[175]. O câmbio valorizado, num contexto de crescente abertura financeira[176] e de taxa básica de juros elevada, implicou um aumento substancial do passivo externo líquido da economia brasileira, com impactos deletérios sobre as contas externas e fiscais, os quais se traduziram em termos de aguda instabilidade macroeconômica.

O regime de câmbio rígido prevaleceu entre meados de 1995 e janeiro de 1999, quando o real passou a flutuar em relação ao dólar depois do ataque especulativo contra a moeda nacional

[175] Destacadamente Bielschowsky (1999), Kregel (1999), Bacha (1997), Sayad (1995/96, 1999), Netto (1997, 1999), Singer (1997), Cintra (1999), Belluzzo (1999), Batista Jr. (1996, 1999), Carneiro (2002, p.357-398) e Belluzzo e Almeida (2002, p.363-403).

[176] De acordo com Freitas e Prates (2001, p.84), o processo de liberalização e desregulamentação da conta capital do balanço de pagamentos foi finalizada em 2000, na gestão de Armínio Fraga no BC.

no início de 1999. A partir de então, a política macroeconômica passou a ser pautada, doravante, no tripé metas para a inflação, que passou a funcionar como a nova âncora de expectativas, em substituição à cambial – regime de câmbio flutuante – superávit fiscal primário[177]. Em 2002 ocorreu uma nova maxidesvalorização cambial, agora provocada pelas incertezas associadas à sucessão eleitoral[178]. Somente a partir de 2003, sob efeito do contexto internacional favorável[179], passam a ser registrados superávits em transações correntes do balanço de pagamentos. Esses saldos positivos em conta corrente, processo interrompido em 2008[180], viabilizou a estruturação de uma blindagem da economia brasileira a choques externos, com a melhoria de diversos indicadores de solvência externa e, por extensão, interna[181] – o que permitiu a não-renovação do acordo com o FMI em 2005, além de ter sido fundamental para a acomodação dos efeitos negativos ocasionados pela crise americana ocorrida em meados do segundo semestre de 2008. Neste sentido, pode-se dizer que apenas a partir de 2003 passa a se observar um ambiente macroeconômico menos instável, sob influência do ambiente internacional marcado por liquidez abundante, o que condicionou a retomada do crescimento.

---

[177] Cintra (2005) faz uma análise crítica deste modelo, afirmando que tem se mostrado capaz de viabilizar a expansão dos negócios quando da observância de um quadro de liquidez internacional abundante, mas tem se apresentado insuficiente para viabilizar o desenvolvimento econômico e social.

[178] Em 2001 também houve um ajuste não desprezível da taxa de câmbio. O índice do câmbio real efetivo subiu de 100 para 112 entre jan./dez.2001, depois de ter atingido 132,5 em out.2001, tomando-se por base o IPCA como deflator (jan.2001=100). Já em 2002, o referido índice pulou de 109,5 para 151,2, uma variação real de 38,1%, depois de ter alcançado 164,6 em out.2002. A partir do segundo semestre de 2004 passa a ser observado um claro movimento de apreciação do câmbio real efetivo, com o índice atingindo 77,5 em jul.2008. Apenas no período mais recente, mais precisamente a partir do segundo semestre de 2008, em razão dos efeitos da crise americana, o referido índice tem aumentado, encerrando nov.2008 em 96,5. Este patamar, num contexto de desaquecimento econômico mundial e, ao cabo, redução dos preços das commodities, tem implicado resultados negativos na conta de transações correntes do balanço de pagamentos.

[179] Marcado por liquidez abundante, crescimento do comércio internacional e aumento substantivo dos preços das commodities. Este contexto determinou, ainda, uma expressiva ampliação dos investimentos diretos estrangeiros, conforme registrado devidamente por Cintra (2005, p.41). Não obstante, cumpre salientar que este ambiente mudou substancialmente em 2008, na esteira da crise imobiliária americana, conjugado ao patamar ainda valorizado da taxa de câmbio real efetiva.

[180] Em 2008 o déficit em transações correntes do balanço de pagamentos atingiu US$ 28,3 bilhões, 1,8% do PIB, sob influência do câmbio valorizado e da redução do excedente exportável, entre outros fatores.

[181] Isto porque a blindagem externa da economia brasileira propiciou condições para a retomada do crescimento e para a redução da taxa básica de juros – a despeito de ainda continuar situada num patamar muito elevado, considerando o padrão internacional –, o que permitiu a redução da razão dívida líquida do setor público/PIB, ante a expressiva determinação financeira do endividamento do setor público no Brasil. Isto não significa dizer, evidentemente, que se trata de um processo sustentado, ante as contradições envolvidas no arranjo de política macroeconômica no Brasil, particularmente do regime de metas para a inflação – que em função de seu desenho institucional e das características envolvidas no processo de formação de preços no Brasil, acaba convertendo a taxa de câmbio em mero instrumento de desinflação.

Para os objetivos estabelecidos nesta tese, contudo, importa discutir outro ponto menos destacado pelos estudos realizados sobre o Plano Real e seus mais diferentes impactos, a saber: a não eliminação da indexação financeira. Para produzir os efeitos desejados para os fins da estabilização monetária, a taxa básica de juros teria de ser aumentada diante de qualquer ameaça de desvio da taxa de câmbio em relação ao seu patamar considerado adequado, pois a utilização da âncora cambial como instrumento de desinflação restringia o grau de autonomia da política monetária. Logo, a possibilidade de aumentos repentinos e substanciais da taxa básica de juros impor severas perdas de capital aos detentores dos papéis do governo impediu a supressão da indexação financeira depois do Plano Real, num quadro de crescente endividamento do setor público (NAKANO, 2007; LOPREATO, 2008). Ao manter a remuneração dos títulos públicos atrelada aos juros de curtíssimo prazo, o governo buscou atribuir viabilidade ao financiamento do setor público num contexto de incerteza em relação ao comportamento dos preços-chave da economia, particularmente da taxa básica de juros, o que implicou a manutenção da indexação financeira, representada pela LFT[182]. Por isto, afirma ANDIMA (2003, p.65):

> A sucessão de profundos choques de juros certamente conspira contra o alongamento das maturidades efetivas dos títulos, porque faz aumentar a probabilidade de ocorrência de graves perdas de capital. É natural que, nessas condições, o prêmio exigido pela compra de papéis de prazo mais longo possa ser inaceitável para o Tesouro, não apenas pelo custo, mas também pelo sinal que seria dado à economia como um todo com relação à fragilidade do futuro. Se a experiência do mercado foi a de que as taxas de juros podem chegar com relativa facilidade a 30% ou 40% a.a. - como de fato chegaram repetidamente no passado recente -, esta será a taxa exigida, como piso, para a colocação de papéis de praticamente qualquer maturidade superior a um ano. **Mesmo para instituições sensíveis ao risco de renda, o risco de capital seria opressivo na compra de papéis de longa maturidade. Foi exatamente esta situação que levou ao perfil atual da dívida pública, típico de uma economia em alerta contra a ocorrência de choques. A indexação dos títulos à taxa Selic foi a única saída para lidar com as incertezas criadas pela instabilidade do período**. [grifo nosso]

Isto significa que o processo de estabilização monetária no Brasil, pautado na manutenção do valor externo da moeda em certo patamar, fez com que a desindexação dos contratos do setor produtivo da economia não pudesse ser acompanhada pela desindexação financeira. Caso esta fosse suprimida, o financiamento não-monetário do setor público teria sido dificultado, o que imporia um grande risco ao sucesso do plano de estabilização. Ou, alternativamente, teria imposto a prática de prêmios de risco ainda mais incompatíveis com a solvência financeira do setor público, fator decisivo para a confiança na moeda, que constitui um passivo da autoridade

[182] Que constitui, segundo Lopreato (2008, p.29), *"[...] o elemento síntese da moeda indexada"*.

monetária garantido pelo Estado. Destarte, pode-se afirmar que esta "parcialidade" do Plano Real foi subserviente ao propósito da estabilização monetária em sua fase inicial. Perpetuou-se, deste modo, a institucionalidade da indexação financeira, mesmo num contexto de estabilidade de preços. Segundo Lopreato (2008, p.29):

> O auge da moeda indexada, com o lançamento das LBC (atuais LFT), constituiu o ponto culminante da construção de um aparato institucional voltado para manter o financiamento público e evitar o desenlace da crise diante do fracasso do Plano Cruzado. O que deveria ser o *modus operandi* de transição, no momento de incerteza radical, acabou se transformando em característica econômica, definida pela estreita conexão entre os mercados monetário e de títulos públicos e pela confusão do que é moeda e poupança financeira.

A indexação de boa parte dos títulos públicos à taxa de juros de curto prazo no Brasil, conjugado ao contexto de instabilidade macroeconômica e juros reais elevados, ofereceu a possibilidade de os bancos continuarem conformando uma composição de balanço ao mesmo tempo líquida e rentável, não obstante o fim da alta inflação. Dito de outro modo, a combinação entre instabilidade macroeconômica, juros reais elevados e indexação financeira propiciou uma forma de ajustamento microeconômico dos bancos altamente peculiar, capaz de propiciar altos níveis de rentabilidade inclusive em conjunturas adversas, mesmo a partir da assunção de posições de balanço com elevado grau de liquidez. A permanência de um dos principais pilares do regime de alta inflação permitiu que essas instituições assumissem uma postura paradoxal, pois ao mesmo tempo conservadora (sob a ótica da liquidez) e lucrativa (no que diz respeito à geração de resultados). Em conjunturas adversas, em vista dos aspectos mencionados, o aumento da preferência por liquidez dos bancos não lhes proporciona apenas elevado retorno não-monetário (l)[183], mas também elevados retornos monetários (a + q – c). Pode-se argumentar, deste modo, que a recorrente opção por flexibilidade, objetivada mediante a assunção de um alto grau de preferência pela liquidez por parte dessas instituições, ditou o compasso do padrão de atuação e de rentabilidade dos bancos no Brasil em contexto de baixa inflação.

A chamada indexação financeira passou a operar de modo distinto após o Plano Real, pois, diferentemente do período de alta inflação, passou a conviver com uma moeda de uso corrente que executa suas três funções básicas. Neste sentido, pode-se argumentar que, se por um lado, depois do Plano Real a moeda indexada deixou de funcionar como "muleta" para a função reserva de valor da moeda estatal, por outro passou a cumprir uma função essencial dentro da

[183] Ou prêmio de liquidez.

lógica do plano de estabilização monetária, à medida que atribuiu viabilidade ao financiamento da dívida pública num contexto de alta incerteza sobre o comportamento prospectivo da taxa básica de juros[184]. Com efeito, os títulos públicos continuaram representando uma aplicação atrativa para a alocação de poupança financeira dos atores econômicos, notadamente dos bancos. Mesmo com a recomposição do grau de monetização da economia registrada depois do Plano Real, o estoque de riqueza dos agentes continuou sendo aplicado majoritariamente em títulos públicos – principalmente de curto prazo –, ora indexados à Selic quando da expectativa de seu aumento, ora sob a forma de títulos prefixados, quando da expectativa de queda dos juros básicos[185].

Contrariando as expectativas de muitos economistas, influenciadas pelas causas do fracasso dos vários planos de estabilização monetária a partir da segunda metade dos anos 1980, o Plano Real foi bem sucedido mesmo não suprimindo a essência da moeda indexada[186]. Ademais, a estabilização monetária em contexto de indexação financeira permitiu ao Banco Central recuperar apenas parcialmente a autonomia da política monetária, ante a redução de seu grau de eficiência provocada pela indexação dos títulos públicos à taxa básica de juros. Isto porque a existência de títulos públicos de curtíssimo prazo, com *duration* praticamente zero[187] e atrelados aos juros de curtíssimo prazo impede que o aumento da taxa básica de juros se traduza em termos de redução do valor de mercado destes ativos, não provocando uma diminuição na riqueza dos agentes e, ao cabo, da demanda agregada[188].

---

[184] Para Arida (2007), o instrumento da indexação financeira continuou sendo essencial mesmo depois da fase inicial do Plano Real, ante as recorrentes crises de financiamento da dívida pública.

[185] Mediante gráficos de funções impulso-resposta elaborados a partir de um *Vector Error Correction Model* (VECM), Oliveira e Carvalho (2008) mostram que a indexação de boa parte da dívida pública mobiliária federal interna (DPMFi) à taxa de juros de curtíssimo prazo faz com que participação dos títulos públicos federais atrelados aos juros de curto prazo na DPMFi responda positivamente aos impulsos nas variáveis Selic, câmbio e inflação, ainda que sob diferentes intensidades. Sobre as modulações da dívida pública por indexadores, ver ainda Lopreato (2007; 2008).

[186] De acordo com Barbosa (1993, p.107): *"[...] Sin embargo, para tener éxito en el combate contra la inflación, un programa de estabilización tendrá forzosamente que terminar con la moneda indizada y establecer un patrón monetario estable."*

[187] Ou seja, a indexação dos títulos públicos à taxa de juros de curto prazo faz com que alterações da Selic (mercado monetário) provoquem mudanças instantâneas no custo da dívida pública – mercado de títulos públicos.

[188] Segundo Cintra (1999, p.6): *"[...] apesar dos esforços das autoridades, não foi possível mudar as relações entre o Banco Central e o sistema bancário no que diz respeito ao giro e à liquidez dos títulos públicos. Esses ativos mantiveram a característica básica de quase-moedas (aplicações concentradas em curtíssimos prazos, em torno de trinta e sessenta dias). [...]"*

Com efeito, o estancamento do processo inflacionário não destruiu a macroestrutura financeira capaz de oferecer aos detentores de riqueza um ativo especialíssimo, com alto rendimento real, liquidez imediata e proteção contra aumentos da taxa de juros, condição que propiciou aos bancos, investidores institucionais e grandes grupos industriais e financeiros a conformação de portfólios ao mesmo tempo líquidos e rentáveis. Institucionalidade que desestimulou, ademais, a estruturação de um sistema financeiro voltado para o financiamento de longo prazo e orientado para a concessão de recursos para o setor produtivo. Em poucas palavras, a estabilidade monetária não rompeu com a institucionalidade que serve de base à ciranda financeira, e não apenas em função da existência de títulos indexados aos juros de curto prazo, mas em razão de não ter se traduzido em estabilidade macroeconômica e não ter propiciado a prática de juros reais baixos. Este último fator, inclusive, serviu de combustível à ciranda financeira, especialmente interregno jul.1994/out.1999 (Figuras 13 e 14).

A estabilidade monetária no Brasil foi obtida sem a destruição de um dos principais pilares do que Frenkel (1990) denominou de "regime de alta inflação", entendido enquanto o conjunto de instituições típicas de uma economia marcada pelo aumento contínuo de generalizado dos preços. Segundo este autor, a transição de um regime de alta para um de baixa inflação se processa de forma lenta, posto que resultante de um processo coletivo de adaptação às novas condições. No caso específico brasileiro, pode-se afirmar que a persistência do que genericamente pode ser chamado de traço fundamental do arcabouço institucional da moeda indexada se mostrou subserviente ao propósito da contenção do processo inflacionário em sua fase inicial, pois contribuiu para o financiamento não-inflacionário do setor público num ambiente marcado por modulações (para cima) repentinas e abruptas da taxa básica de juros da economia. Uma das contrapartidas da manutenção de um dos principais pilares do regime de alta inflação, contudo, correspondeu às anomalias ocasionadas pela existência de ativos capazes de coadunar altos graus de liquidez e rentabilidade. Segundo Lopreato (2008, p.1): *"[...] Após mais de uma década de estabilização econômica, a gestão da dívida pública mantém traços semelhantes ao do período de alta inflação, quando serviu de instrumento na luta contra o desenlace da crise econômica e a hiperinflação aberta."*[189]

[189] Preferimos trabalhar, contudo, com o conceito de estabilidade monetária, ante a possibilidade de combinação entre estabilidade de preços e instabilidade macroeconômica.

Tem-se, pois, que a supressão do risco de taxa de juros no carregamento de títulos públicos, num contexto de prevalência de juros reais elevados, produziu anomalias substantivas na dinâmica de funcionamento do sistema financeiro, ante a possibilidade de conformação de posições de balanço ao mesmo tempo líquidas e rentáveis. Em tese, o controle da inflação, ao permitir maior grau de previsibilidade, dispensaria a indexação dos títulos públicos à taxa de curto prazo. Mas como a estabilidade monetária não se traduziu em estabilidade macroeconômica, os riscos decorrentes da inflação foram substituídos pelos riscos de juros – pois aumentos súbitos e abruptos da taxa básica de juros poderiam implicar reduções não desprezíveis da riqueza financeira alocada em títulos públicos (e demais ativos indexados).

Todos esses fatores concorreram para que a estabilidade monetária no Brasil fosse alcançada sem a adaptação do arcabouço institucional que rege a relação entre o mercado monetário e o mercado de títulos públicos ao contexto de baixa inflação.

O banco central determina a taxa de juros de curto prazo a partir da atuação no mercado de reservas bancárias, mediante operações lastreadas em títulos públicos (*open-market*). A necessidade de manutenção de uma taxa de juros elevada para assegurar a âncora do plano de estabilização sinalizava claramente para uma situação em que, mantido o arcabouço da moeda indexada no Brasil, os títulos públicos se tornariam altamente atrativos aos olhos dos possuidores de haveres monetários e financeiros, pois permitiriam a conformação de um portfólio líquido e rentável. Por que, então, não se optou por trabalhar com uma taxa de juros mais baixa no mercado de reservas bancárias? Porque, muito provavelmente, a redução do custo do dinheiro no atacado aumentaria ainda mais a disposição de emprestar dos bancos, inclusive diante das perdas provocadas pela queda abrupta da inflação, o que significaria um risco adicional ao Plano. No mais, embora não menos importante, a prática de uma taxa de juros nominal de curtíssimo prazo muito inferior à taxa praticada em contexto de alta inflação, certamente estimularia a transformação de ativos financeiros em decisões de consumo numa proporção ainda mais elevada àquela observada, uma das causas principais do fracasso do Plano Cruzado. Deste modo, o arcabouço institucional da moeda indexada se mostrou subserviente à lógica de um plano de estabilização monetária ancorado no câmbio e que buscava evitar uma corrida do público em direção a ativos físicos, sob estímulo baixo custo de oportunidade do dinheiro.

Finalmente, o baixo grau de eficiência dos canais de transmissão da política monetária, de um lado, e a necessidade quase instantânea de se viabilizar um nível confortável de reservas internacionais para garantir a âncora nominal que o plano utilizava, de outro, certamente concorreu no sentido de exigir uma taxa de juro básica ainda mais elevada. Mas além de implicar importantes disfuncionalidades no sistema financeiro, o pagamento de juros reais elevados nas aplicações financeiras de liquidez imediata acabou reprimindo a capacidade de o Tesouro alongar a dívida pública e trabalhar com custos de financiamento mais previsíveis. Ademais, no que compreende o lado da autoridade monetária, concorreu no sentido de impedir a construção de uma curva de rendimentos positivamente inclinada a partir do manejo do preço do dinheiro no mercado de reservas bancárias.

Neste contexto, a alternativa que se tem para alongar o perfil da dívida pública em mercado é indexando também os papéis mais longos, o que acaba produzindo um "sistema único de estrutura a termo da taxa de juros", conforme salienta Mendonça de Barros (2004a). Ferreira, Robotton Filho e Dupita (2004) sugerem a redução gradual da taxa *over* em direção aos níveis internacionais, com a atuação do banco central sendo concentrada na estrutura a termo da taxa de juros (180 e 360 dias), com os papéis mais longos incorporando taxas de juros maiores do que aquela prevalecente nas operações de um dia. Mendonça de Barros (2004b), por seu turno, à luz deste trabalho, sugere a mesma ideia, mas com a atuação da autoridade monetária sendo deslocada para as taxas de 30 e 60 dias, inicialmente, com um alongamento gradual e progressivo no decorrer do tempo.

Para Ferreira, Robotton Filho e Dupita (2004), a ideia seria estabelecer uma estratégia de redução da participação dos títulos pós-fixados e aumento da quota de papéis prefixados com prazos mais alongados e com retornos maiores do que a taxa *over*, de modo a viabilizar a construção de uma curva de juros positivamente inclinada. Para estimular a compra dos títulos prefixados, os autores propõem a concessão de estímulos fiscais para estes papéis e a implementação de ações que concorram no sentido de aumentar a participação de compradores finais desses títulos no mercado (pessoas físicas e empresas), pois entendem se tratar de investidores menos sensíveis às oscilações da conjuntura e que assumem um horizonte de cálculo mais alongado do que os bancos e os investidores institucionais.

Em resumo, a ideia consiste em fazer com que a autoridade monetária atue não apenas na taxa de juros de curto prazo, mas ao longo da curva de juros, de sorte a tornar esta última positivamente inclinada nos eixos juros x tempo de maturação dos títulos. Isto porque, em contexto de indexação financeira, a *duration* extremamente reduzida da dívida pública mobiliária federal interna, ante a alta participação dos títulos pós-fixados, faz com que os instrumentos de política monetária sejam eficientes apenas no que diz respeito ao alcance das metas operacionais (taxa de juros de curto prazo ou nível de reservas bancárias), pois modulações da taxa de juros de curtíssimo prazo não produzem os efeitos desejados no que concerne às metas intermediárias, notadamente sobre a taxa de juros de longo prazo. Em função desta anomalia, a taxa *over* tem de ser muito alta para que se produzam os efeitos almejados.

Os próprios autores, contudo, chamam atenção para os riscos envolvidos nesta proposta. Mencionam, inicialmente, o risco de estas medidas serem interpretadas pelo mercado enquanto uma postura mais tolerante da autoridade monetária em relação à inflação, o que implicaria a aceleração dos preços e inviabilizaria a estratégia. Contudo, se bem recebida, porém em excesso, essa iniciativa poderia derrubar as taxas de juros de longo prazo, dificultando o alongamento dos prazos (FERREIRA, ROBOTTON FILHO e DUPITA, 2004, p.26-28).

Keynes (1936) já advertia, conforme discutido anteriormente, que os efeitos da política monetária sobre os preços e as quantidades fundamentais do sistema dependem da reação dos detentores de riqueza (touros e ursos), em termos de alocação de portfólio, às sinalizações emitidas pela autoridade monetária. O banco central tem a capacidade de influenciar a estrutura a termo da taxa de juros convencionalmente a partir de modulações da taxa de juros de curto prazo. Atuar sobre toda a curva de juros, além de poder ser muito custoso, não garante que empresários, bancos e demais detentores de riqueza reajam em compasso com os movimentos desejados pela autoridade monetária, ainda que essa estratégia possa ser recomendável em certas circunstâncias. Isso porque os atores econômicos nem sempre reagem em sintonia com as sinalizações realizadas pelo banco central. Diante de expectativas de aumento abrupto da taxa básica de juros, dificilmente o Tesouro conseguiria "empurrar" títulos prefixados para os investidores, a não ser mediante o pagamento de um prêmio de risco muito elevado.

Poder-se-ia pensar, ainda, na separação entre o mercado de reservas bancárias e o mercado de títulos com prazos mais dilatados, restringindo o primeiro apenas para o

financiamento da troca de reservas entre os bancos e operações de mercado aberto, impedindo a arbitragem entre as taxas – passível de ser realizada pelos agentes a partir de mecanismos regulatórios. A ideia também consiste em separar a taxa do interbancário da taxa dos títulos com prazo de maturação superior a um dia. Trata-se, portanto, de uma estratégia similar, embora mais imediata, menos gradual, do que a proposta por Ferreira, Robotton Filho e Dupita (2004). No entanto, continua persistindo o risco de o Tesouro apenas conseguir viabilizar o seu financiamento a partir de pagamentos de prêmios altamente punitivos. Supondo que o mercado dê vazão aos títulos prefixados, o risco de juros poderia ser pulverizado no mercado de derivativos, livrando o Tesouro do ônus de um aumento da taxa de juros. A prática de usar o mercado de derivativos para o comprador de um título prefixado se proteger do risco de juros já constitui, inclusive, uma prática comum no Brasil (MOURA, 2007).

Lopreato (2008), por sua vez, sustenta que a convergência da inflação às metas estabelecidas, a disciplina fiscal e a melhoria da posição externa e dos demais fundamentos macroeconômicos nos últimos anos, ao atribuírem maior estabilidade aos preços-chaves da economia e, por extensão, aos indexadores da dívida pública, possibilitam operar a desvinculação entre os mercados de moeda e títulos públicos, suprimindo o sistema de indexação dos papéis do governo à taxa de juros de curto prazo. Ressalva, contudo, que a despeito da oportunidade que o contexto macroeconômico oferece, o fato de este arranjo institucional possibilitar a defesa da valorização da riqueza financeira impõe obstáculos para alterações mais profundas que busquem articulá-lo com a realidade de uma economia não-inflacionária, ou ao que pode ser chamado de regime de baixa inflação, em que o risco de mercado faz parte do processo de tomada de decisão dos agentes. Ressalta, ainda, que a supressão da indexação financeira tem de ser acompanhada por outras medidas de cunho regulatório, notadamente destinadas a reduzir o sistema de liquidez diária dos fundos de investimento e a participação destes ativos nas carteiras dos investidores institucionais[190].

Autores como Arida (2007), Resende (2007) e Bacha e Oliveira Filho (2007), por outro lado, sustentam que a redução da importância das LFTs na gestão da dívida pública tende a ocorrer naturalmente, com a melhora das condições macroeconômicas e, ao cabo, com a redução da percepção de incerteza dos atores econômicos. Sustentam, ademais, que a supressão dos títulos indexados à Selic mediante alterações regulatórias tende a dificultar o financiamento da

[190] Para um exame mais detido desta proposta, ver Lopreato (2008).

dívida do setor público em contextos de instabilidade, contribuindo inclusive para onerar ainda mais sua rolagem.

Pode-se observar, deste modo, que não há consenso a respeito do arranjo institucional que possibilite a desvinculação entre os mercados monetário e de títulos públicos no Brasil. A indexação financeira, um resquício do regime de alta inflação, mostrou-se subserviente à lógica do Plano Real, particularmente no que tange ao refinanciamento do setor público em contexto de aumentos abruptos de inesperados da taxa básica de juros. Contudo, a existência de um ativo destituído de risco de taxa de juros, ainda que seu preço possa oscilar por outros fatores, num contexto de instabilidade macroeconômica renitente – que em diversos momentos ensejou aumentos acentuados e repentinos dos juros básicos e fez a taxa real de juros se situar em patamar muito elevado, sendo na maior parte do período posterior ao Plano Real uma das maiores do mundo, quando não a maior – afetou decisivamente o padrão de atuação dos bancos em contexto de baixa inflação.

Esperava-se que o estancamento do processo inflacionário, ao inaugurar um ambiente de menor incerteza e, ao cabo, maior previsibilidade, induziria os bancos à sua chamada atividade típica, de emprestar ao setor privado, inclusive a partir de taxas de juros baixas – considerando a desnecessidade de aplicação de um *markup* defensivo nas operações de crédito. Todavia, tem-se que considerar que o objetivo do banco consiste em "fazer lucro", conforme destacado por Minsky (1986) e discutido nos dois primeiros capítulos deste trabalho. E, no Brasil, a não supressão da institucionalidade da indexação dos títulos públicos à taxa de juros de curtíssimo prazo, num contexto de instabilidade macroeconômica e de juros reais elevados, permitiu aos bancos uma alta capacidade de adaptação (lucrativa) a diferentes conjunturas. Por isso, a discussão sobre a estrutura patrimonial e o padrão de rentabilidade dos bancos privados em contexto de baixa inflação tem que considerar as peculiaridades macroeconômicas e institucionais prevalecentes na economia brasileira, ante sua influência sobre o padrão de atuação dessas instituições.

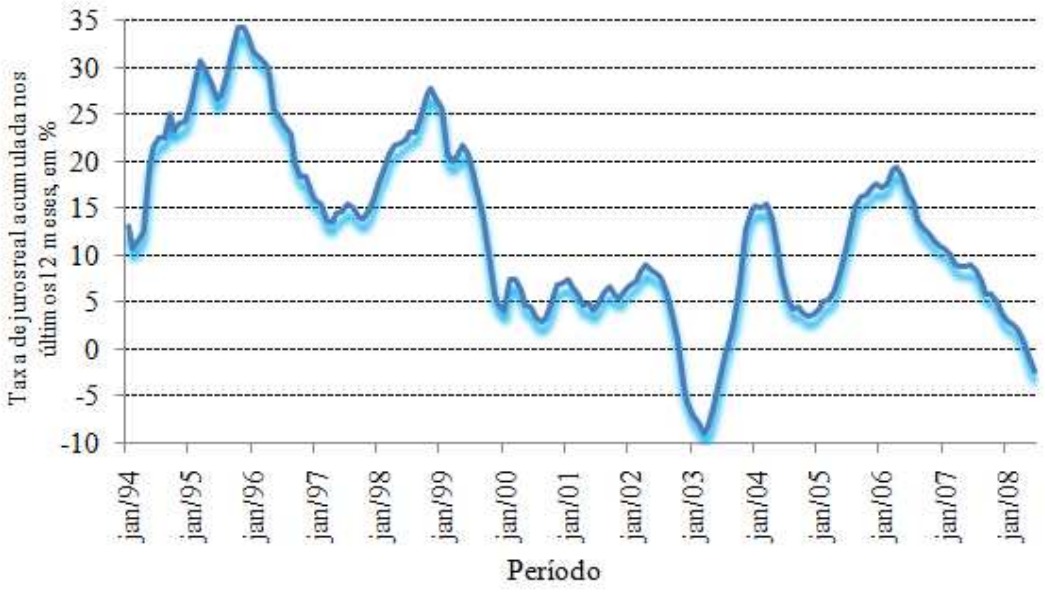


Figura 13: Taxa de juros real na economia brasileira - acumulado nos últimos 12 meses (jan.1994/jun.2008)

FONTE: Ipeadata. Nota: Utilizou-se o IGP-DI como deflator. Dados calculados a partir da taxa Selic acumulada no mês e da variação mensal do IGP-DI.

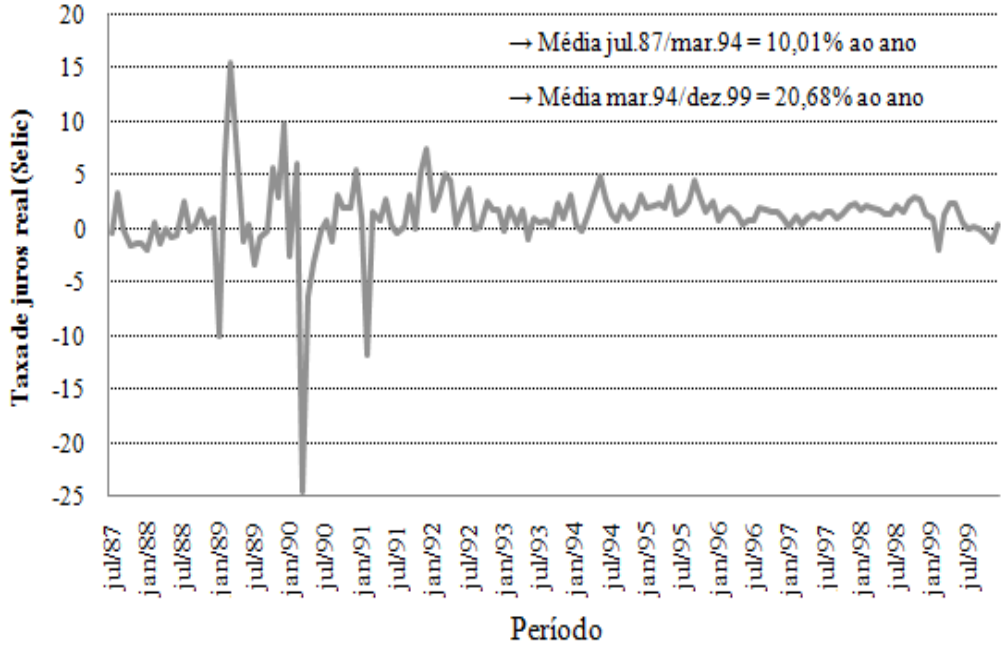


Figura 14: Taxa de juros real mensal na economia brasileira (jul.1987/dez.1999)

FONTE: Ipeadata. Nota: Utilizou-se o IGP-DI como deflator. Dados calculados a partir da taxa Selic acumulada no mês e da variação mensal do IGP-DI.

Tabela 9: Indicadores macroeconômicos selecionados (1990/2008)

Periodo	Indicadores monetários					Indicadores da produção			Indicadores do setor externo					
	Inflação (IGP-DI)	Inflação (IPC-FIPE)	Taxa de juros nominal (%)*	Taxa real de juros - IGP-DI (%)	Taxa real de juros - IPC-FIPE (%)	PIB (var. % real)	FBKF (var. % real)	Taxa de investimento (% do PIB)	Transações correntes (% do PIB)	Dívida externa bruta (US$ bilhões)	Reservas internacionais (US$ bilhões)	Reservas internacionais /Dívida externa	Exportações /PIB (%)	Importações /PIB (%)
1990	1.476,7	1.639,1	1.153,2	-20,52	-27,94	-4,35	-10,90	20,66	-0,81	123,4	9,97	0,08	8,20	6,96
1991	480,2	458,6	536,9	9,76	14,01	1,03	8,96	18,11	-0,35	123,9	9,41	0,08	8,68	7,91
1992	1.157,8	1.129,4	1.549,1	31,11	34,14	-0,47	-8,57	18,42	1,58	135,9	23,75	0,17	10,87	8,39
1993	2.708,2	2.491,0	3.059,8	12,51	21,95	4,67	14,28	19,28	-0,16	145,7	32,21	0,22	10,50	9,10
1994	1.093,9	941,3	1.153,6	24,16	20,40	5,33	13,03	20,75	-0,33	148,3	38,81	0,26	9,51	9,16
1995	14,8	23,2	53,1	33,38	24,29	4,42	8,09	18,32	-2,39	159,3	51,84	0,33	7,26	8,78
1996	9,3	10,0	27,4	16,54	15,79	2,15	5,74	16,87	-2,80	179,9	60,11	0,33	6,57	8,37
1997	7,5	4,8	24,8	16,10	19,04	3,38	9,75	17,37	-3,50	200,0	52,17	0,26	6,82	9,02
1998	1,7	- 1,8	28,8	26,62	31,14	0,04	-2,75	16,97	-3,96	241,6	44,56	0,18	6,93	8,93
1999	20,0	8,6	25,6	4,67	15,61	0,25	-12,22	15,66	-4,32	241,5	36,34	0,15	9,41	10,82
2000	9,8	4,4	17,4	6,95	12,50	4,31	10,28	16,80	-3,76	236,2	33,01	0,14	9,98	11,74
2001	10,4	7,1	17,3	6,26	9,51	1,31	-2,61	17,03	-4,19	226,1	35,87	0,16	12,18	13,50
2002	26,4	9,9	19,2	-5,73	8,44	2,66	-11,11	16,39	-1,51	227,7	37,82	0,17	14,10	12,58
2003	7,7	8,2	23,3	14,57	14,02	1,15	-1,73	15,28	0,75	235,4	49,30	0,21	14,99	12,08
2004	12,1	6,6	16,2	3,67	9,09	5,71	11,84	16,10	1,76	220,2	52,94	0,24	16,43	12,55
2005	1,2	4,5	19,0	17,60	13,90	3,16	-2,47	15,94	1,58	188,0	53,80	0,29	15,13	11,52
2006	3,8	2,5	15,1	10,87	12,22	3,75	11,11	16,52	1,27	199,4	85,84	0,43	14,59	11,67
2007	7,9	4,4	11,9	3,69	7,18	5,42	13,71	17,55	0,11	240,5	180,33	0,75	13,87	12,34
2008**	-	-	11,2	-2,39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Ipeadata. *Fim de periodo.**Posição de junho de 2008. Elaboração do autor.

5 OS BANCOS PRIVADOS EM CONTEXTO DE BAIXA INFLAÇÃO (1994-2008)

Este capítulo tem o propósito de discutir o comportamento dos bancos privados em contexto de baixa inflação, chamando atenção particular para a estrutura patrimonial e o padrão de rentabilidade destas instituições.

Esperava-se que a estabilidade de preços induziria os bancos a ampliarem sustentadamente suas operações de crédito, inclusive no que tange às operações de longo prazo, pois, de um lado, estas instituições deixariam de contar com as elevadas receitas inflacionárias e, de outro, acomodariam o aumento da demanda de crédito dos demais atores econômicos, ante o quadro de maior previsibilidade e, por extensão, de estímulo ao investimento e ao consumo. Todavia, conforme será discutido ao longo deste capítulo, mais do que uma ampliação continuada do crédito ao longo do tempo, o interregno 1994/2008 foi marcado pela observância de mini-ciclos de crédito, ao sabor da conjuntura de cada momento, com destaque à expansão do crédito no período imediatamente posterior ao Plano Real (1994/95) e no período mais recente, a partir de meados de 2003 (OLIVEIRA, 2009, 2007; CINTRA, 2007; 2006; FREITAS, 2007b).

A despeito da estabilidade de preços, o padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil permaneceu fortemente calcado nas receitas advindas da aquisição e do carregamento de títulos públicos, bem como nas operações de crédito preponderantemente de curto prazo e na cobrança de tarifas de prestação de serviços. A solidez do sistema financeiro privado nacional contou decisivamente com um padrão de rentabilidade pautado no curto prazismo, na prática de juros e *spreads* elevados e nas operações com títulos públicos – essas últimas especialmente nos contextos de alta incerteza. Os grandes bancos privados conseguiram, mesmo diante de um quadro de forte instabilidade macroeconômica, preservar seus elevados níveis de rentabilidade, mesmo assumindo uma estrutura patrimonial flexível. E isto em razão da existência de um arcabouço institucional que lhes permitiu a execução de uma gestão estratégica de balanço capaz de compatibilizar liquidez e rentabilidade.

Não causa surpresa, deste modo, o fato de os bancos privados no Brasil, especialmente os grandes, obterem altos níveis de rentabilidade tanto em contexto de expansão dos negócios, como de contração. Num contexto de redução dos juros e ampliação das decisões de gastos, estas instituições se mostraram altamente capazes de, rapidamente, reconfigurar a estrutura de suas aplicações em direção às operações de crédito, preponderantemente de curto prazo. Nas fases de

contração dos negócios, geralmente acompanhada pela prática de uma política monetária contracionista, os bancos também conseguiram rapidamente reorientar sua estrutura patrimonial em direção às aplicações de maior liquidez, que em razão da institucionalidade da indexação financeira, também lhes permitiu a obtenção de alto retorno[191]. Conseguiram isto porque nos períodos de expansão dos negócios a estrutura de aplicações dessas instituições se apresentou fortemente concentrada no curto prazo, particularmente no crédito ao consumo e nos empréstimos para o capital de giro das empresas.

Sustenta-se que a despeito da trajetória errática do produto e da forte instabilidade dos preços-chaves da economia brasileira, estas instituições foram capazes de tirar proveito das oportunidades percebidas de lucro surgidas ao sabor das conjunturas de cada momento. Observa-se, especialmente no interregno 1996/2002, um padrão de rentabilidade fundado na fragilização fiscal do Estado, como no período de alta inflação. No período mais recente (2003-2007), diante de um contexto externo favorável e da redução do patamar médio da taxa de juros real, ou seja, da diminuição do custo de oportunidade das aplicações em títulos públicos, os bancos privados voltam a conformar uma estrutura patrimonial mais amparada no crédito. Ênfase é atribuída à capacidade dessas instituições alternarem rapidamente suas estruturas patrimoniais ao longo do tempo.

5.1 Os bancos privados no Brasil em contexto de baixa inflação: transição, concentração e desnacionalização

Esta seção tem o propósito de discutir a transição dos bancos privados para o ambiente de baixa inflação. São analisados, ainda, os processos de concentração e desnacionalização do setor, ainda em curso na economia brasileira.

5.1.1 Transição para o ambiente de baixa inflação: fragilização e reestruturação

Com o Plano Real e a redução abrupta das receitas inflacionárias, os bancos se viram diante da necessidade de explorar outras fontes de ganhos, o que ensejou uma forte expansão do crédito nos meses imediatamente posteriores à estabilização monetária, bem como o aumento das receitas de prestação de serviços antes gratuitos e de operações com moeda estrangeira (CARVALHO, 2005). De acordo com os dados calculados pelo IBGE (1997, p.44), as receitas

[191] Em razão da institucionalidade da indexação financeira, afirma Lopreato (2008, p.13): *"O mercado pode [...] surfar seguindo a conjuntura econômica, acumulando ganhos nos períodos conturbados e defendendo posições lucrativas com o declínio dos juros e a valorização cambial."*

inflacionárias das instituições bancárias caem expressivamente a partir do Plano Real, de R$ 68,99 bilhões para R$ 33,40 bilhões entre 1993/94, atingindo apenas R$ 606,6 milhões em 1995 – preços constantes de dez.2007, deflacionados pelo IGP-DI. Já os dados apresentados por Cysne e Costa (1997, p.339) a partir do demonstrativo de resultados dos seis maiores bancos privados brasileiros entre 1993/95 mostram que as receitas inflacionárias (ganhos com passivos sem encargos deduzidos das perdas com ativos não-remunerados) diminuem nada menos que 94,1% em termos reais neste interregno, de R$ 6,50 bilhões para R$ 0,39 bilhão – também a preços constantes de dez.2007. As receitas de crédito, por sua vez, registraram um aumento real de 195,11% no período considerado, enquanto as receitas com prestação de serviços de 70,28% (Tabela 10).

Segue, pois, que não obstante a perda da principal fonte de receitas dos bancos privados no período de alta inflação, estas instituições, destacadamente as grandes que conseguiram sobreviver neste novo ambiente, foram bem-sucedidas não apenas em manter suas receitas de intermediação financeira, mas aumentá-las no período imediatamente após o Plano Real, ante o forte crescimento das receitas de operações de crédito. Conforme se pode observar na Tabela 10, as receitas de intermediação financeira dos seis maiores bancos privados à época registraram um aumento real de 15,58% entre 1993/95. Não menos importante, as receitas de prestação de serviços do conjunto dessas instituições, que ocupavam lugar tímido em suas receitas em contexto inflacionário, atingem R$ 3,48 bilhões a preços de dez.2007, contra R$ 2,05 bilhões em 1993. Como se verá adiante, tais receitas passaram a ocupar importância crescente na geração de resultados dos bancos privados.

A praticamente extinção das receitas inflacionárias ocasionou um aumento do apetite dos bancos em direção às operações de crédito. Do lado da demanda por crédito, por sua vez, o fim da alta inflação recompôs o poder de compra das classes de menor renda, cujos rendimentos reais deixaram de ser corroídos pela aceleração dos preços. Esses fatores estimularam ainda mais as decisões de gastos dos atores econômicos, destacadamente as famílias (consumo), inclusive mediante a contratação de dívidas. Com efeito, observou-se uma forte e rápida expansão das operações de crédito logo após o Plano Real.

A trajetória do crédito logo depois do Plano Real, contudo, deve ser analisada com cautela. Isto porque se pode considerar tanto o IGP-DI de julho de 1994 calculado a partir da

variação dos valores expressos em CR$ (Cruzeiros Reais), quanto o índice cujo cálculo tomou por base a oscilação dos preços expressos em R$ (Reais). A utilização de um ou outro índice implica diferenças significativas dos valores dos deflatores calculados anteriores julho de 1994 e, por extensão, das variações percentuais reais dos valores considerados entre junho e dezembro de 1994. Isso porque enquanto o IGP-DI calculado a partir dos preços expressos em cruzeiros reais registrou uma variação de 24,71% em julho de 1994 – o qual chamaremos de IGP-DI (1) –, o mesmo índice que tomou por base os preços denominados em reais subiu bem menos, 5,47% - o qual passaremos a denominar IGP-DI (2).

A Tabela 11 apresenta as diferenças entre as variações percentuais reais quando da utilização de um ou outro índice de preços para o cálculo do deflator. Quando utilizado o IGP-DI (1), verifica-se uma redução real das operações de crédito do SFN entre jul./dez.94, de 4,01%. As operações de crédito destinadas às pessoas físicas registraram o maior aumento real de todos os setores de atividade contemplados, 73,17%. Contudo, quando considerado o IGP-DI (2) de julho de 1994 – que tomou como referência a variação dos preços expressos em R$ - o total geral das operações de crédito do SFN registra um aumento de 13,51% no mesmo interregno considerado. Não menos importante, o índice real do saldo das operações destinadas às pessoas físicas apresenta um aumento real ainda maior, de 104,77%. As operações destinadas à indústria, que quando deflacionadas pelo IGP-DI(1) registram uma queda real de 13,21%, apresenta um aumento real de 2,63% quando considerado o IGP-DI (2). A Tabela 11 apresenta as diferenças para os demais setores de atividade.

Deste modo, ainda que o cálculo dos deflatores e, por extensão, dos valores reais, a partir do IGP-DI(1) mostre a forte expansão do crédito destinado às pessoas físicas entre jun./dez.1994, sua utilização leva à conclusão de que o crédito total caiu no período imediatamente após o Plano Real, enquanto a utilização do IGP-DI(2) permite concluir o contrário.

Nos casos do SF privado (total, nacional e estrangeiro) e SF privado estrangeiro, também são registrados recuos reais do saldo total dos empréstimos quando utilizado o IGP-DI(1) para deflacionar os dados. Em relação a este último segmento, em particular, registra-se uma redução real de 22,3% entre jun./dez.94 (Tabela 11). Quando utilizado o IGP-DI (1), apenas o SF privado nacional registra um aumento real do saldo total das operações de crédito neste intervalo, ainda que pequeno, de 1,69%. Por outro lado, quando se considera o IGP-DI(2) para o cálculo dos

deflatores e, por extensão, dos valores reais, este último aumento passa a ser de 20,24%, com as operações destinadas às pessoas físicas passando a registrar uma elevação de 120,57% entre jun./dez.1994. No caso do SF privado estrangeiro, o recuo real das operações totais de crédito passa a ser bem menor, de 8,02% (Tabela 11).

A diferença de variação dos índices de julho de 1994, ademais, resulta em importantes implicações em termos de extensão setorial do aumento real do crédito no interregno jun./dez.1994. Considerando-se o IGP-DI(2), observa-se que não apenas o saldo das operações de crédito destinadas às pessoas físicas registrou aumento real. O saldo do crédito destinado à indústria pelo SF privado nacional subiu 4,26%; habitação, 8,32%; setor rural, 11,99%; comércio 27,93%; e outros serviços 21,78%. Neste caso, o total ao setor privado registrou expansão real de 22,24%, contra uma variação real de apenas 3,38% quando do cálculo do deflator a partir do IGP-DI(1).

Foram certamente estas diferenças entre as variações do índice no mês de julho de 1994 que levaram Soares (2001) a concluir que a tendência do crédito passou a ser de estabilidade após o Plano Real, incluindo o período imediatamente posterior ao plano de estabilização monetária, em dissonância com a conclusão da maioria dos estudos sobre o assunto. Este autor utilizou o IGP-DI para deflacionar os dados, mas não fez qualquer referência para a diferença do índice de preços apurado pelo IGP-DI de julho de 1994, levando-o à conclusão de que o crédito não cresceu no período imediatamente posterior ao Plano Real, verdadeira apenas quando se considera a variação dos preços em CR$, ou seja, o IGP-DI(1) [192]. Nos termos do autor (2001, p.5):

> Após o Real, vários estudos constataram o crescimento do crédito. Contudo, a conclusão de que o crédito cresceu não parece satisfatória. Em parte, porque a maioria desses estudos mediu o crescimento com duas observações, sem considerar se essas observações refletiam o comportamento do crédito no período e, aparentemente, sem deflacionar os dados. Além disso, somente analisaram o período posterior ao Real, ou seja, constataram que o crédito cresceu com a estabilização da economia, mas não analisaram se passou a crescer mais do que no período inflacionário. E, em parte, porque já em 1999, reconhecia-se que a soma de todos os tipos de financiamentos bancários não crescia há mais de um ano.

[192] Isto porque Soares (2001) faz menção apenas ao índice, mas não à variação de julho de 1994. A base de dados do Ipea (Ipeadata) disponibiliza apenas o IGP-DI(1). Frise-se, ademais, que as conclusões do autor não se mostram equivocadas, pois considera o IGP-DI. Mostram-se, contudo, parciais, ante a contestação que se pode fazer sobre o índice de julho de 1994. Ver, a este último respeito, Pedreira e Rosman (2006a; 2006b). No mais, ainda que considerado o IGP-DI(1), observa-se um aumento, ainda que tímido, do saldo total das operações de crédito do SF privado nacional, além de uma expansão significativa das operações de crédito destinadas às pessoas físicas entre jun./dez.1994.

Não obstante, conforme já destacado, se considerado o IGP-DI(2), chega-se à conclusão oposta: o crédito não apenas cresceu, mas aumentou em ritmo bastante acelerado, especialmente no que diz respeito às pessoas físicas. Os próprios dados de balanço do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil ratificam o aumento do crédito no período imediatamente posterior ao Plano Real, fenômeno decorrente da reação destas instituições às perdas das receitas inflacionárias, num quadro de demanda aquecida e expressiva inclinação ao endividamento por parte dos agentes.

As Figuras 15 e 16 permitem uma visualização mais clara dos impactos gerados pela utilização do IGP-DI(1) e IGP-DI(2) na trajetória do índice real do saldo total das operações de crédito do SFN, SF privado, SF privado nacional e SF privado estrangeiro, destinadas tanto aos setores público e privado (total geral), como apenas ao setor privado. Observa-se que na série deflacionada pelo IGP-DI(2) não se observa uma forte queda das operações em junho de 1994, diferentemente do que ocorre com a série deflacionada pelo IGP-DI(1). Em relação a esta última, observe-se ainda em dez.1994, considerando o SFN, o índice real não atinge o nível de jun.1994, ante o impacto ocasionado pelo deflator. Não obstante, pode-se verificar que a partir de julho de 1994 ambas as séries, deflacionadas pelo IGP-DI(1) e IGP-DI(2), mostram uma clara elevação do crédito no segundo semestre de 1994, assim como no primeiro semestre de 1995, o que permite concluir que os empréstimos cresceram, e mais aceleradamente do que entre dez.91/jun.94, no período imediatamente posterior ao Plano Real (Figuras 15 e 16).

As Figuras 15 e 16 permitem ratificar, ainda, que a expansão do crédito teve início em 1992, e não apenas a partir do Plano Real[193]. Além de revelar as mudanças patrimoniais destas instituições frente às expectativas em relação aos impactos da estabilização monetária sobre suas receitas, a expansão do crédito antes do Plano Real relativiza a tese de que a insolvência de alguns grandes bancos de varejo após 1994 decorreu da forte expansão dos empréstimos ocorrida depois do plano de estabilização monetária, uma vez que o aumento das operações de crédito a antecedeu[194]. O aumento do crédito a partir de 1992/93 reflete a elevação da participação das operações de crédito no ativo total do conjunto de bancos privados entre jun.1992/jun.1994. Neste intervalo, a participação do saldo total efetivo das operações de crédito e arrendamento

[193] Carvalho e Oliveira (2002), Paula (1997), Soares (2001), Donizetti de Paula (2000), Vieira (1998), entre outros autores, já haviam constatado a expansão do crédito a partir de 1992.
[194] Ver, a esse respeito, Carvalho e Oliveira (2002).

mercantil no ativo total do conjunto dessas instituições subiu de 35,71% para 41,55%, conforme salientado anteriormente (Tabela 12). A partir de 1992 passa a se verificar, em verdade, um processo de recuperação do crédito no Brasil, depois de tais operações terem despencado em 1990, sob efeito do Plano Collor – a razão crédito/PIB cai de 35,2% em abril de 1989 para nada menos que 20,2% em fevereiro de 1990.

Como já observado, a aceleração do ritmo de expansão do crédito após o Plano Real, especialmente do crédito ao consumo, mostrava-se incompatível com sua lógica, pois concorria no sentido de descompassar ainda mais o ritmo de crescimento entre a demanda e a oferta interna de bens e serviços, condição que poderia provocar aumento dos preços e intensificar o desajuste das contas externas[195].

Deste modo, já a partir de julho de 1994 a autoridade monetária, no intento de garantir o sucesso do plano de estabilização, implementou uma série de medidas que buscaram restringir o crescimento das operações de crédito do sistema bancário, que em outubro daquele ano passou a contar, inclusive, com a inédita imposição de recolhimento compulsório sobre as operações ativas dos bancos, da ordem de 15%[196]. Tais medidas, contudo, mostraram-se insuficientes para estancar o crescimento do crédito destinado às pessoas físicas, tanto no durante o primeiro semestre de 1994, como no decorrer do primeiro semestre de 1995 (Figuras 15 e 16). Revelou-se, mais uma vez, a capacidade destas instituições driblarem as restrições impostas pela autoridade monetária de sorte a preservar seus altos níveis de rentabilidade. Segundo o Banco Central (1994, p.53):

> As medidas adotadas pelo Banco Central em outubro, impondo o recolhimento compulsório de 15% sobre as operações de adiantamento, empréstimo, financiamento e de crédito, visaram, justamente, a contenção do consumo, que se mostrava bastante elevado. Os efeitos, embora já percebido no mês de novembro, sobretudo em relação ao crédito às pessoas físicas, não alteraram de forma significativa a evolução do crédito global no ano de 1994, dada a proximidade do final do exercício.

Para escaparem das restrições impostas pelo Banco Central, em linha com o referencial teórico discutido no capítulo 2, os bancos empenharam uma série de iniciativas, entre as quais: 1) criação da poupança-salário, a partir da qual os recursos depositados em conta corrente pelos

[195] A política de estabilização dos preços e as metas de saldo comercial eram os dois objetivos pilares do Plano Real, conforme assumido pelo próprio Banco Central (1994, p.38).

[196] A opção da autoridade monetária pelo uso de exigibilidades adicionais, em lugar da ampliação da taxa básica de juros, visava não onerar, ainda mais, as finanças públicas. Com os compulsórios, o Banco Central atuava sobre as taxas de aplicação dos bancos, sem a necessidade de aumentar mais ainda a taxa de captação (BANCO CENTRAL, 1995, p.36).

clientes eram automaticamente aplicados na caderneta de poupança, que contava com uma alíquota de recolhimento compulsório inferior à incidente sobre os depósitos à vista, permitindo aos bancos a economia de reservas – a participação dos depósitos de poupança no passivo total do conjunto de bancos múltiplos privados sobe de 10,8% para 13,61% entre jun.94/dez.95 (Tabela 13); 2) captação de recursos externos, que se mantém em patamar relevante depois do Real (Tabela 13); 3) incentivos para a captação de depósitos a prazo, a partir da majoração das taxas de captação e da concessão de prêmios e bonificações para os clientes. Cabe mencionar, ainda, a compra recíproca de CDB entre os bancos antes de julho de 1994, destinada a minimizar o impacto da esperada imposição de recolhimentos compulsórios sobre os depósitos a prazo, o que de fato acabou acontecendo a partir do Plano Real[197] (CARVALHO, 2005; ALVES JR., 2001, p.95-98; FREITAS, 2000).

Cumpre destacar, contudo, que a redução do recolhimento compulsório não permitiu ao Banco Central se ausentar da zeragem automática de mercado, pois segundo a autoridade monetária, o quadro fiscal ainda exigia a prática de elevadas alíquotas de recolhimento compulsório[198]. Segundo o Banco Central (1995, p.37-38):

> A flexibilização da política de compulsórios sem o apoio dos mecanismos de política fiscal, no entanto, não permitiu que o Banco Central se ausentasse mais do mercado de reservas bancárias (zeragem automática), o que, além de gerar sérios problemas decorrentes da volatilidade dos juros, poderia resultar na prática de uma taxa inadequada. Com efeito, quanto mais sensível à taxa de juros for a oferta monetária, menor a oscilação da taxa de juros de equilíbrio diante de uma alteração na demanda por moeda. A inclinação da oferta de moeda (elasticidade-juros da oferta de moeda) depende das regras de recolhimento compulsório. Quanto mais flexíveis os parâmetros do compulsório, maior a elasticidade-juros da oferta de moeda e, consequentemente, menor a oscilação da taxa de juros frente a uma mudança na demanda por moeda. Ocorre que o quadro fiscal ainda exige elevadas alíquotas de compulsório, bem como impede maior flexibilização de seus parâmetros. Com isso, a oferta monetária torna-se menos elástica a juros e as taxas tendem a uma maior variância, obrigando o Banco Central a praticar a zeragem automática, vendendo ou comprando todo o volume de reservas bancárias que o mercado desejar.

[197] Isto porque, ao aumentar artificialmente a emissão de CDBs antes de julho de 1994, os bancos puderam cancelar as operações recíprocas, escapando dos compulsórios sobre a emissão de papéis novos depois do Plano Real, destinada a potenciar a política de crédito expansiva levada a cabo por estas instituições. Isto exigiu uma mudança da incidência do compulsório sobre os depósitos a prazo. Em 30 de junho, foi estabelecida uma alíquota de 20% sobre o acréscimo dos depósitos a prazo em relação ao final de junho. Em 31 de agosto, a alíquota subiu para 30% e passou a incidir sobre o estoque, com recolhimento progressivo até 07/10, e não mais sobre o acréscimo (CARVALHO, 2005, p.132; FREITAS, 2000, p.288). Um quadro completo e rigorosamente comentado das medidas de política financeira implementadas entre jun.1994/mar.1998 pode ser encontrado em Freitas (2000).

[198] Exigia, ainda, a indexação dos títulos públicos à taxa de curtíssimo prazo, conforme discutido no capítulo anterior. Neste sentido, o efeito-substituição mencionado por Banco Central (1995, p.38) era baixo porque neutralizado pelo efeito-riqueza, decorrente do aumento da taxa de juros.

> Uma consequência da zeragem é o enfraquecimento de um dos mecanismos de transmissão da política monetária: o efeito-substituição. O efeito-substituição ocorre quando, frente a um aumento da taxa de juros, o indivíduo substitui consumo por poupança. Com a prática da zeragem, o efeito-substituição é pequeno, porque ela permite que as instituições financeiras garantam liquidez imediata para os aplicadores. Assim, ao garantir liquidez imediata sem prejuízo de rentabilidade, a zeragem torna o consumo inelástico à taxa de juros, reduzindo a eficácia da política monetária no sentido de conter a demanda agregada.

Isto ajuda a explicar, inclusive, não apenas o baixo efeito substituição (consumo versus poupança) decorrente de modulações da taxa básica de juros, mas também o baixo efeito das restrições impostas pela autoridade monetária sobre a capacidade de empréstimos dos bancos. Isto porque a elasticidade-juros da oferta de moeda depende das regras de recolhimento compulsório, ou seja, quanto menores forem as alíquotas de recolhimento compulsório, maior a elasticidade-juros da oferta de moeda e, por extensão, menor a oscilação da taxa de juros decorrente de um aumento da demanda por moeda. Segue, pois, que num quadro de regras rígidas de compulsório, como no segundo semestre de 1994, prevalecia uma baixa eslasticidade-juros da oferta de moeda, induzindo o BC a garantir a zeragem de posições das instituições financeiras de modo a evitar grandes oscilações da taxa básica de juros. Isto tornava a política de crédito dos bancos menos sensível às medidas restritivas de política monetária, pois os bancos podiam contar com os recursos do BC (zeragem automática). Isto, num contexto de inovações financeiras e iniciativas destinadas a driblar as restrições impostas pelo BC[199], tornava a relação deste com os bancos ainda mais conflituosa, colocando em risco o sucesso do plano de estabilização. A isto se juntou, evidentemente, um contexto de aumento da demanda por crédito e de maior disposição dos bancos emprestarem.

Neste contexto macroeconômico e institucional, pois, a oferta de crédito se revelou altamente endógena, considerando-se o período imediatamente posterior ao Plano Real. Não se tornou, claro, totalmente endógena, inclusive porque a redução da oferta de crédito não decorreu apenas de uma redução da demanda por empréstimos a partir de meados de 1995, mas também, e não menos importante, da política mais seletiva de concessão de recursos adotada pelos bancos, que atuou no sentido de dificultar o refinanciamento das dívidas contratadas e ensejou o aumento da inadimplência (FREITAS, 2000).

---

[199] Portanto, os bancos no Brasil neste período exerceram uma política operacional pró-ativa, buscando driblar as restrições da autoridade monetária para defenderem seus níveis de rentabilidade, diferentemente do que sugere Campello (1995, p.24): *"[...] os bancos responderam de forma passiva à política econômica, esperando para ver o que aconteceria com o plano econômico. [...]."*

A participação das operações de crédito no ativo total dos bancos múltiplos privados no Brasil subiu de 41,55% para 46,58% entre jun./dez.1994, não obstante o expressivo aumento do compulsório, cuja participação aumentou de 2,88% para 9,02% neste intervalo (Tabelas 12). A relação crédito/PIB encerrou 1994 em 36,6%, ante 28,7% em janeiro de 1994. Neste interregno, a referida razão aumentou de 11,2% para 16% no caso do sistema financeiro privado, e de 17,4% para 20,9% no caso do sistema financeiro público. Além dos esforços envidados pelos bancos para compensar a perda das receitas inflacionárias, contribuiu para este movimento a expressiva ampliação da massa real de rendimentos, sob efeito direto da estabilidade monetária (Figura 17).

As medidas restritivas implementadas pela autoridade monetária para frear a expansão do crédito implicou um aumento substantivo dos depósitos compulsórios. Em valores constantes de dez.2007, deflacionados pelo IGP-DI(1), tais os depósitos subiram de R$ 14,38 bilhões para R$ 39,76 bilhões no interregno mencionado entre jun./dez.1994, alta real de 176,3% (Tabela 12). Cumpre destacar, também, a manutenção em níveis confortáveis da participação das operações em atraso e em liquidação neste período. A participação das operações com títulos públicos se manteve em torno de 15% do ativo total do conjunto destas instituições, um pouco acima da parcela registrada em dez.1993, diante do contexto de taxas de juros reais elevadas (Tabela 12). As medidas restritivas de política monetária, num quadro de fragilização de algumas instituições financeiras já a partir do segundo semestre de 1994, retraiu o apetite destas instituições em relação às operações interfinanceiras compromissadas, cuja quota de participação no ativo total caiu de 15,37% para 1,21% entre jun./dez.1994, redução de 93%, de R$ 76,7 bilhões para R$ 5,3 bilhões a preços de dez.2007 (Tabela 12). Este ponto é importante, pois indica a menor disposição de empréstimos de recursos entre os bancos já a partir do segundo semestre de 1994, fato que se tornaria ainda mais agudo quando se toma por base a posição de jun.1995.

Quando se considera o IGP-DI (1) para o cálculo do deflator, registra-se uma redução do valor real do ativo total do conjunto destas instituições entre jun.1994/dez.1994, de R$ 499,14 bilhões para R$ 440,95 bilhões, -11,66% (Tabela 12). Não obstante, quando se utiliza o IGP-DI(2) para deflacionar os dados, observa-se um aumento real de 4,45% do ativo total neste intervalo, de R$ 422,16 bilhões para R$ 440,95 bilhões (Tabela 12). Conforme se pode observar mais uma vez, a utilização do IGP-DI de jul.1994 a partir dos preços em CR$, IGP-DI(1), ou a partir da variação dos preços denominados em R$, IGP-DI(2), resulta em diferenças analíticas

não-triviais. Isto não afeta, contudo, a análise de balanço que toma por base a participação percentual de cada uma das contas no ativo/passivo total, evidentemente.

A expansão acelerada dos empréstimos a partir de julho de 1994, num contexto de juros e *spreads* bancários elevados, constituiu uma estratégia bem sucedida dos grandes bancos de varejo que estavam preparados para conviver em um ambiente de inexpressivas receitas inflacionárias. O conjunto de bancos múltiplos privados registrou um ROE de -0,17% e um ROA de -0,03%, um pouco abaixo dos níveis apresentados em 1993, de -0,02 e 0,00, respectivamente (Tabela 14). Contudo, os grandes bancos privados registraram, juntos, um ROE de 12,57% em 1994, ante 13,96% em 1993, com a queda das receitas inflacionárias entre 1993 e 1994, de R$ 6,5 bilhões para R$ 4,0 bilhões, sendo quase integramente compensada pela ampliação das receitas de crédito, de R$ 5,26 bilhões para R$ 7,5 bilhões, considerando-se os valores a preços constantes de dez.2007 (Tabela 10).

Estudo realizado pelo Dieese (1995) mostra, por sua vez, que entre 1993/94, a rentabilidade líquida medida pelo ROE dos nove maiores bancos privados no país à época passou de 13,2% para 12,7%. A do Bradesco oscilou de 14% para 13%; do Itaú de 13% para 12%; do Unibanco de 13,6% para 12,8%; do Bamerindus de 12,8% para 11%; do Mercantil de São Paulo de 6% para 5%; do Econômico de 9% para 13%; do Nacional de 13% para 16%; do Real manteve-se em 13%; e do BCN passou de 22% para 18%. Mesmo desconsiderando os três grandes bancos que se tornariam insolventes depois do Plano Real (Econômico, Nacional e Bamerindus), os dados são eloquentes em evidenciar a manutenção dos níveis de rentabilidade em patamar não muito inferior ao registrado nos primeiros anos da década de 1990, antes da estabilização monetária. Conforme registra Dieese (1995, p.5) acerca dos resultados de 1994 logo na apresentação do estudo[200]:

> A atuação dos bancos neste novo ambiente [de estabilidade monetária], comprovou uma vez mais a sua agilidade e extraordinária capacidade de adaptação aos sinais da economia. Seus lucros cresceram, sua rentabilidade média esteve próxima da obtida em1993 e, como regra geral registraram-se aumentos substantivos de produtividade. [inclusão nossa]

[200] Dieese (1995, p.62) mostra, ainda, que muitas instituições de pequeno porte obtiveram níveis excepcionais de rentabilidade do patrimônio, tirando proveito, sob diferentes intensidades, das altas taxas de juros reais praticadas pelo governo mediante as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e das receitas com operações de crédito. Bancos como ABC-ROMA, BBA, CINDAM, MARKA e MATRIX obtiveram uma rentabilidade líquida do patrimônio superior a nada menos que 50%.

Pode-se argumentar, contudo, que os resultados de 1994 ainda foram influenciados pelas receitas inflacionárias obtidas por estas instituições no primeiro semestre, o que de fato aconteceu[201]. Mas mesmo em 1995, num contexto altamente adverso, marcado por uma aguda crise de inadimplência – conforme será discutido –, os seis maiores bancos privados conseguiram alcançar, juntos, um ROE de 10,6% (Tabela 10). Cálculo realizado a partir da base "50 maiores bancos" do Banco Central, por seu turno, mostra que o ROE acumulado dos 39 maiores bancos privados atingiu 11,7% em 1995[202].

Em razão do aumento da demanda por crédito e do maior apetite dos bancos em relação a estas operações, estratégia subserviente à manutenção de seus níveis de rentabilidade, as medidas restritivas impostas pela autoridade monetária ao longo do segundo semestre de 1994 se mostraram insuficientes para estancar a expansão real dos empréstimos realizada por estas instituições. Conforme levantamento realizado por Carvalho (2005) e Freitas (2000), tais medidas atingiram seu ápice em abril de 1995 – depois de um breve abrandamento realizado em fins de 1994 –, quando volta a vigorar a alíquota de depósito compulsório de 30% sobre os depósitos a prazo superiores a R$ 15 milhões, institui-se um novo compulsório sobre tais depósitos, além da imposição do compulsório sobre avais e garantias de bancos a empréstimos entre empresas, entre outras medidas.

Este endurecimento da política monetária-creditícia, contudo, durou menos de um mês. As dificuldades crescentes enfrentadas pelos bancos com o crescimento dos níveis de inadimplência, decorrente do choque de juros para conter os efeitos negativos da crise mexicana e das medidas de contenção ao crédito, fizeram o Banco Central voltar atrás e flexibilizar novamente as medidas restritivas então implementadas (CARVALHO, 2005; FREITAS, 2000).

O compulsório sobre as operações de crédito, em particular, foi reduzido de 15% para 12% em maio, caindo para 10% em junho. Depois da intervenção no Banco Econômico, em agosto de 1995, o Banco Central aprofundou o relaxamento das medidas restritivas: naquele mês, a alíquota de recolhimento compulsório incidente sobre as operações de crédito caiu para 8%, depois para 5% em setembro, até finalmente ser zerada em novembro. O compulsório sobre os depósitos à vista, por seu turno, que aumentou de 48% para 100% no início do Plano Real,

[201] O próprio estudo do Dieese (1995, p.12), realizado a partir dos indicadores de resultado dos nove maiores bancos privados de então, mostra isso. As receitas médias mensais com a inflação atingiram 18,5% da receita média de intermediação financeira em 1994.

[202] ROE anualizado a partir do resultado do 2º semestre de 1995.

diminuiu de 90% para 83% em julho de 1995. Sobre os depósitos a prazo, ocorreu uma redução para 20% em agosto, depois da elevação para 30% em abril. Sobre os depósitos de poupança, por seu turno, aumentou de 10% para 20% no início do Plano Real e para 30% em agosto de 1994, recuando para 15% em agosto (FREITAS, 2000; CARVALHO, 2005).

A crise de inadimplência, contudo, já estava instalada. As medidas restritivas empenhadas pelo Banco Central se fizeram sentir de forma evidente a partir de 1995, destacadamente depois do aperto da política monetária em março[203], de modo a combater os efeitos adversos da crise mexicana. O choque de juros, associado às medidas restritivas de contenção ao crédito, consolidou a crise de inadimplência, com os bancos se tornando mais seletivos no que diz respeito à concessão de recursos. De acordo com Cardim de Carvalho (2000, p.141):

> [...] The Mexican exchange crisis of late 1994 and early 1995 led to a sharp reduction of private flows of capital to the Latin American countries, forcing the central bank of Brazil to raise interest rates steeply in order to keep foreign capital coming in. Rising interest rates, however, put an end to the incipient boom initiated by the stabilization plan. Non-performing credits increased drastically and a large-scale banking crisis became a distinct possibility by mid-1995.

A perda das receitas inflacionárias, que revelou os desajustes operacionais em diversas instituições financeiras, notadamente as de menor porte (pequeno e médio), somada às medidas restritivas de política monetária, comprometeu a sobrevivência das instituições mais dependentes das receitas inflacionárias e do mercado interbancário. Nesse período, sete instituições foram liquidadas extrajudicialmente, sendo que várias outras sobreviveram em razão da política de concessão de recursos pelo Banco Central a partir da linha de redesconto (FREITAS, 2000, p.249). De acordo com Freitas (2000, p.249):

> [...] Para amenizar os problemas enfrentados pelo mercado, devido ao enxugamento da liquidez, o governo tomou uma série de medidas ao longo do segundo semestre de 1994. As taxas de juros das operações de assistência financeira de liquidez foram reduzidas para cerca de 10% ao ano acima do *overnight*, e criou-se uma nova linha de assistência a juros de 6% ao ano, com prazo de cinco dias, sem limite máximo e prorrogável, e reduziu o compulsório sobre depósitos a vista e a prazo. Essas medidas de socorro aos bancos apontavam para a necessidade de ajuste de algumas instituições financeiras.

Na Figura 18 são apresentados os índices reais dos saldos das operações de crédito (total geral) por categoria de risco do SFN, SF privado, SF privado nacional e SF privado estrangeiro, os quais revelam a gravidade da crise de inadimplência de 1995. Em todos os casos, ainda que

[203] Em março de 1995 o Banco Central se viu forçado a aumentar fortemente a taxa básica de juros para conter o ataque especulativo que se seguiu à explicitação do sistema de bandas de flutuação cambial e, sobretudo, ao efeito-contágio da crise mexicana. A taxa *over*/Selic mensal anualizada subiu de 46,8% em fevereiro de 1995 para 65,0% em março de 1995.

sob diferentes intensidades, observa-se um aumento expressivo do índice real e da participação das operações de pior qualidade (riscos 1 e 2), cuja contrapartida foi a redução do índice real e da participação do crédito normal nas operações totais de empréstimos. Observa-se um aumento substantivo das operações de risco 2 a partir do segundo semestre de 1995, movimento que se estende por praticamente todo o ano de 1996, em contrapartida à redução do crédito normal. A participação das operações de risco 1 e 2 no crédito total do SF privado sobe de 8,10% para 17,57% entre jun.94/jun.96; do SFN, de 13,77% para 18,57%; do SF privado nacional, de 7,48% para 17,47%; do SF privado estrangeiro, de 10,74% para 17,87%. Comportamento similar se pode observar no âmbito do índice real e da participação do saldo total das operações de crédito destinadas ao setor privado (Figura 19).

A Figura 20, que mostra o saldo dos empréstimos destinados às pessoas físicas (setor privado), oferece uma dimensão dos problemas enfrentados pelos bancos, notadamente o SF privado estrangeiro, a partir de meados de 1995, depois do crescimento expressivo destas operações nos meses imediatamente subsequentes ao plano de estabilização monetária. No caso deste segmento do SFN, a participação dos empréstimos de riscos mais elevados de *default* (riscos 1 e 2) aumentou de 23,61% para 40,23% entre jun.94/jun.96. No caso do SF privado nacional, a referida participação subiu de 15,5% para 19,71%. Estas diferenças sinalizam a relevância do conhecimento do mercado local pelos bancos, e concorrem para relativizar a tese sustentada por muitos executivos de bancos entrevistados por Freitas (1999a), para os quais os bancos estrangeiros dispunham de padrões internacionais de controles de risco e precificação muito superiores aos dos bancos nacionais – isso, evidentemente, considerando o período logo depois da estabilidade monetária.

No âmbito da estrutura patrimonial do conjunto dos bancos múltiplos privados no Brasil, depois do aumento da participação das operações de crédito no ativo total destas instituições, de 41,55% para 46,58% entre jun./dez.1994, observa-se uma expressiva piora da carteira de crédito dos bancos múltiplos privados, o que se traduziu em termos de forte expansão da participação das operações de crédito em atraso e em liquidação no ativo total destas instituições, de 1,86% para 7,09% entre jun.94/jun.96, e, por extensão, do nível de provisões para crédito em liquidação duvidosa (Tabela 13). O crédito normal, que representava 44,55% do ativo total em jun.94, caiu para 35,73% em jun.96. A participação das operações de crédito em atraso e liquidação no crédito normal aumentou de 4,18% em jun.94 para 19,85% em jun.96 (Tabela 12).

A Tabela 14 apresenta os índices de capital e risco, solvência e liquidez e rentabilidade do conjunto dos bancos privados entre jun.94/dez.96. A elevação dos índices de alavancagem em dez.95 e jun.96 decorreu mais da contração do patrimônio líquido dessas instituições, resultante das perdas incorridas pelo setor com a crise de inadimplência, do que da expansão de seu passivo total. Entre jun.95/jun.96 houve um aumento real de 13,1% do ativo total, contra um recuo real de 37,6% dos recursos próprios dessas instituições. Esse movimento se traduziu em uma expressiva redução do grau de independência financeira dos bancos privados neste período, de 14,6% para 8,1%. Destaca-se, ainda, o forte aumento do encaixe voluntário entre dez.94/dez.95, de 12,9% para 30,5%, refletindo a reação dessas instituições ao maior risco de saque dos depositantes, num ambiente marcado pela piora de seus índices de solvência e liquidez – além do aumento da alavancagem, observa-se uma expressiva redução da relação capital/depositantes entre dez.94/dez.95 (Tabela 14).

Esses dados mostram, pois, que depois da expansão do crédito no período imediatamente após o Plano Real, observou-se uma expressiva piora dos indicadores de solvência e liquidez dessas instituições. Com efeito, depois de ter ultrapassado a barreira dos 35%, ante 28,7% em jan.94, a razão crédito/PIB entra numa clara trajetória de queda a partir de meados de 1995 - que se estenderia até o início de 2003.

A crise do mercado de crédito de 1995/96 atingiu em cheio os bancos mais alavancados e, por extensão, dependentes do interbancário, ante o empoçamento de liquidez patrocinado notadamente pelos grandes bancos. As operações interfinanceiras compromissadas recuaram de R$ 76,70 bilhões para R$ 5,34 bilhões entre jun./dez.94, atingindo -R$ 1,34 bilhão em jun.95, em valores constantes de dez.2007 (Tabela 12). O referido aumento do encaixe voluntário do conjunto de bancos privados entre jun.94/dez.95 também evidencia o maior grau de preferência pela liquidez dessas instituições notadamente a partir de meados de 1995 (Tabela 14).

Apenas entre julho de 1994 e dezembro de 1995, foram liquidados 16 bancos privados; 3 bancos sofreram intervenção da autoridade monetária; e 5 bancos estaduais foram colocados no Regime de Administração Especial Temporário – Raet. A atuação do BC como emprestador de última instância, disponibilizando recursos para as instituições que enfrentavam dificuldades foi fundamental para evitar que a situação de *distress* não se transformasse numa crise sistêmica

típica, com a corrida em massa dos depositantes às agências bancárias (BANCO CENTRAL, 1995, p.34; CARDIM DE CARVALHO, 1998; ALVES JR., 2001).

A agudização do problema enfrentado pelo setor bancário brasileiro, contudo, exigiu outras iniciativas por parte da autoridade monetária. Além da atuação enquanto emprestador de última instância, o Banco Central criou, no início de novembro de 1995, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer), criado pela Medida Provisória n.1.179 e Resolução CMN n.2.208 de 03/11/1995, depois transformada em Lei n.9.710 de 1998. O objetivo principal deste programa consistiu em viabilizar e ordenar os processos de fusões e aquisições necessários para garantir a estabilidade do sistema bancário. Isto porque, além de contar com uma linha especial de assistência de liquidez, o Proer previa a disponibilização dos recolhimentos compulsórios sobre os depósitos à vista, o relaxamento dos limites operacionais impostos aos bancos e a permissão de computar como ágio, para a instituição compradora, a diferença entre o valor pago na aquisição de outra instituição e o seu valor patrimonial da participação societária. Com isso, a autoridade monetária buscou atribuir agilidade ao processo de reestruturação do sistema bancário, de modo a preservar sua solvência, ante o financiamento concedido para aquisições[204] (BANCO CENTRAL, 1995). Banco Central (1995, p.49) é bem claro a este respeito:

> O programa visa a assegurar liquidez e solvência ao SFN e a resguardar os interesses dos depositantes e investidores, por meio de estímulo a reorganizações administrativas, operacionais e societárias, previamente autorizadas pelo Banco Central, que resultem na transferência de controle acionário ou na mudança de objeto social. Compreende, ainda, financiamentos a operações vinculadas a passivos do governo federal, a perdas decorrentes de processo de saneamento, inclusive com desmobilização de ativos de propriedade da instituição financeira participante. Prevê, também, a liberação de recursos do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista para aquisição de CDB das instituições participantes do programa, a flexibilização do atendimento dos limites

[204] Conforme destacam Vidotto (2002) e Maia (2003), as operações do Proer totalizaram R$ 20,4 bilhões entre 1995 e 1997, o equivalente a 2,7% do PIB médio do período. Contudo, conforme observam Barros, Loyola e Bogdanski (1998), em 1998 R$ 1,2 bilhão já havia sido quitado, enquanto R$ 13,2 bilhões foram transferidos para a própria autoridade monetária. Com efeito, no cálculo desses autores, acrescentando os encargos financeiros dos recursos emprestados, R$ 3,1 bilhões, o saldo do Proer em 1998 era de R$ 9,7 bilhões. Cumpre destacar, ainda, que o processo de reestruturação do SFN não se restringiu, evidentemente, aos bancos privados. Além do Proer, em 1997 foi criado o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), a partir da Circular do Banco Central n.2.742 de 1997, estimado em R$ 50,6 bilhões; além disso, em 2001 foi criado o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Proef), mediante Medida Provisória n.2.196 de 28/06/2001, destinado a compatibilizar os critérios de atuação dos bancos públicos à prevalecente nos bancos privados. Sobre o processo de reestruturação ocorrida no âmbito dos bancos públicos, bem como do progressivo disciplinamento destas instituições à lógica de mercado, ver Vidotto (2002) e Cintra (2007).

> operacionais aplicáveis às instituições financeiras, e o diferimento dos gastos decorrentes do processo de saneamento e reorganização.

Outra iniciativa relevante que operou no sentido de evitar uma crise sistêmica consistiu regulamentação do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) a partir da Resolução CMN n.2.208 de 03/11/1995, uma associação civil sem fins lucrativos, que garantia os recursos depositados pelos clientes nos bancos em casos de insolvência ou de regime especial nas seguintes modalidades: depósitos à vista; a prazo; contas de poupança; letras de câmbio; letras hipotecárias e imobiliárias, de emissão ou aceite de instituição financeira ou associação de poupança e empréstimo em funcionamento (BANCO CENTRAL, 1995, p.47). Esse instrumento buscou garantir o estado de confiança no sistema responsável pela articulação e viabilização das relações de crédito e débito da economia.

Com vistas a viabilizar o processo de reestruturação do sistema bancário brasileiro e estimular seu processo de consolidação, o Banco Central implementou outras medidas, a saber: 1) ampliou a exigência de capital mínimo para a abertura de novos bancos (Resolução n.2.212 de 16/11/1995); 2) aumentou seus poderes junto às instituições em processo de insolvência e com restrições de liquidez a partir da Medida Provisória n.1.812 de 1995, transformada na Lei n.9.447 de 14/03/1997, a qual possibilitou viabilizar os processos de aportes de capital, transferência de controle acionário e reorganização societária antes da decretação da liquidação ou liquidação extrajudicial; 3) instituiu as regras de Basiléia I mediante a Resolução 2.099 de 26/08/1999, exigindo um percentual de 8% do capital sobre ativos ponderados pelo risco (Resolução n.2.399 de 26/06/1997), depois elevado para 11% no fim de 1997 - acima do índice sugerido pelo Comitê de Basiléia, de 8% -, o que tendeu a reduzir o risco de crédito assumido pelos bancos, de um lado, e a estimular as parcerias entre as instituições, de outro – de modo a viabilizar a adequação às exigências de capital mínimo estipuladas pelo Banco Central[205]; 4) instituiu, a partir de dezembro de 1999, o sistema de classificação de risco de crédito a partir de níveis de risco, que varia do AA (melhor) ao H (pior, mais de 180 dias de atraso), associado a um percentual de provisão, que passou a tomar como referência a inadimplência futura, ao invés da passada– Resolução n.2.682

[205] A aplicação dos princípios do Comitê de Basiléia no setor bancário brasileiro implicou importantes aperfeiçoamentos na fiscalização, supervisão e legislação bancária, atribuindo mais poderes ao Banco Central para a realização de ações preventivas. Adicionalmente, o Banco Central consolidou as demonstrações financeiras dos bancos atuantes no Brasil, que passou a abranger suas participações no exterior (Resolução n.2.302, de 25/07/1996). Sobre as mudanças de legislação do SFN depois do Plano Real, ver Barros, Loyola e Bogdanski (1998) e Puga (1999). Sobre o processo de adequação de capital das instituições financeiras no Brasil, ver também Rodrigues (1998).

de 21/12/1999; e 5) estimulou a entrada de bancos estrangeiros no setor bancário brasileiro mediante a utilização de brechas na legislação, posto que o artigo 192 da Constituição Federal impedia a entrada destas instituições no país[206] (CINTRA, 2007; FREITAS, 1999a; BARROS, LOYOLA e BOGDANSKI, 1998).

Portanto, em compasso com as três fases de ajustamento do sistema bancário no Brasil sugeridas por Barros e Almeida Jr. (1997)[207], pode-se afirmar que o interregno que vai de junho de 1994 a meados de 1996 (primeira fase) foi marcada, basicamente, pela redução do número de bancos (transferência de controle acionário entre instituições financeiras privadas) e pela implementação do Proer. Não se pode atribuir uma causa única para o processo de fragilização do SFN no período imediatamente posterior ao Plano Real, ante as especificidades apresentadas por diversas instituições, com destaque aos três grandes bancos de varejo – Econômico, Nacional e Bamerindus (CARVALHO e OLIVEIRA, 2002). Contudo, não há como se furtar à evidência de que a perda das receitas inflacionárias, seguida da crise de inadimplência a partir de 1995, operou no sentido de redimensionar o sistema bancário no Brasil, tornando insolventes instituições com estruturas e custos operacionais apenas compatíveis com um contexto inflacionário, bem como instituições já fragilizadas antes mesmo do Plano Real. O aumento da inadimplência pegou no contrapé especialmente as instituições de pequeno e médio porte, mais dependentes do interbancário, com a atuação do BC neste mercado exercendo baixa eficácia, ante o empoçamento de liquidez capitaneada notadamente pelos grandes bancos.

Destarte, a perda das receitas inflacionárias significou um golpe fatal para aquelas instituições que dispunham de estruturas de captação de recursos incompatíveis com um quadro

---

[206] Conforme assinalam Freitas (1999a, p.102) e Paula (2003a, p.170), a Constituição de 1988 proibia apenas virtualmente a entrada de bancos estrangeiros no Brasil, posto que o artigo 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias permitia o ingresso dessas instituições no mercado brasileiro a partir de acordos de reciprocidade e internacionais, bem como de ocasiões em que o governo entendia ser de interesse nacional. É no âmbito desta última possibilidade que se encontra a Exposição de Motivos 311, de agosto de 1995, que sustentava ser de interesse nacional o ingresso de bancos estrangeiros no país. A partir desse instrumento viabilizou o aumento do grau de desnacionalização do sistema bancário brasileiro, notadamente a partir de 1997. Contribuiu na mesma direção, ademais, a supressão da exigência de que o capital mínimo de um banco estrangeiro fosse o dobro do requerido para um banco nacional, a partir da Resolução CMN n.2.112 de 16/11/1995.

[207] Das quais, cumpre salientar, as duas subsequentes, a saber, entrada de bancos estrangeiros e ajustes no sistema financeiro público e a ampliação das receitas de intermediação financeira, devem ser muito bem qualificadas, visto que, como se verá adiante, a entrada de bancos estrangeiros não significou uma intensificação da concorrência bancária via preço (inclusive em função de esta prática não ser muito comum nesta atividade). A ampliação das receitas de intermediação contou fortemente com as receitas com títulos e valores mobiliários, ao invés das operações de crédito destinadas ao setor privado.

de restrição aguda de liquidez, mais dependentes do interbancário, levando-as inevitavelmente à insolvência. Por esta razão, Barros e Almeida Jr. (1997) sustentam que a ampliação do crédito que se seguiu ao Plano Real postergou o ajuste do SFN, processo que ocorreu de forma mais profunda e generalizada a partir de 1995. A expansão do crédito que se seguiu à estabilização monetária fez parte do processo de ajustamento patrimonial empenhado pelos bancos para se adequarem ao ambiente de baixa inflação, ao menos num momento mais imediato, posto que esta estratégia não se sustentou ao longo do tempo, conforme será discutido mais adiante. É nesta perspectiva que, ainda que num plano mais geral de análise, posto que não integralmente válida para os casos de insolvência de alguns grandes bancos, é que se mostra producente a interpretação do processo de fragilização do sistema bancário brasileiro à luz do ciclo minskiano, como faz Freitas (2000). Não menos importante, cumpre destacar que embora os casos de instituições como Econômico e Nacional não se insiram totalmente nesta tipologia, certamente contribui para explicar o processo de insolvência destas instituições, inclusive, pois de acordo com Barros e Almeida Jr. (1997, p.6):

> Embora o aumento dos créditos em atraso e em liquidação do sistema financeiro não seja o fator determinante dos problemas verificados com algumas instituições financeiras, a partir do segundo semestre de 1995, ajudam a explicar a deterioração adicional na qualidade dos ativos daquelas instituições que já eram vulneráveis antes do início do Plano Real. Esses são precisamente os casos dos bancos Econômico e Nacional, que deram início ao período mais delicado do ajuste do sistema financeiro brasileiro, a partir do segundo semestre de 1995.

Ou seja, na ânsia de recompor seus níveis de rentabilidade, diversos bancos reduziram a percepção de risco e relaxaram suas margens de segurança, num contexto de perspectivas otimistas em relação plano de estabilização monetária e ao crescimento dos níveis de produção e emprego (CARVALHO, STUDART E ALVES JR., 2002, p.36). O aperto da política monetária em reação à crise mexicana, em 1995, num contexto de expansão acelerada dos empréstimos, desencadeou a crise de inadimplência. Muitas instituições financeiras se viram numa posição de alta vulnerabilidade financeira. Não restou alternativa, então, senão a intervenção direta do Banco Central, posto que a intervenção no mercado interbancário passou a se mostrar insuficiente para as instituições mais fragilizadas.

Uma análise retrospectiva permite afirmar que em 1995/96 houve, de fato, uma fragilização do setor bancário brasileiro, ao invés de uma crise. Isto porque, em linha com o entendimento de Cardim de Carvalho (1998), não houve uma crise bancária clássica, marcada pelo pânico e, por extensão, pela corrida bancária. Ou seja, não houve uma disrupção do sistema

de pagamentos da economia, ainda que tenha havido uma redução da relação Depósitos à Vista (DV)/M1 no interregno dez.1994/dez.96 (Figura 21, gráfico IV). A referida razão, calculada a partir dos saldos médios nos dias úteis de cada mês e considerando a média anual, passou de 64,1% em 1994 para 60,4% em 1995, atingindo 55,2% em 1996. Já em 1997, contudo, a razão se recupera e alcança um nível médio de 62,0%. Ademais, tampouco houve recessão no período 1994/1996, fenômeno geralmente associado a crises bancárias, a despeito da desaceleração do crescimento, de 5,33% para 2,15%. Além das diversas medidas implementadas pelo Banco Central, a existência de um grupo de instituições grandes e sólidas contribuiu para evitar a crise (CARDIM DE CARVALHO, 1998).

A fragilização do sistema bancário brasileiro induziu, pois, um amplo processo reestruturação, o qual implicou um aumento de seu grau de concentração e de desnacionalização. No setor privado, esse processo se fez sentir fundamentalmente em termos de alterações de composição acionária e de ingresso de bancos estrangeiros, enquanto no setor público sob a forma de privatizações. A entrada de bancos estrangeiros contou com o explícito incentivo governamental, a partir da Exposição de Motivos n.311 de agosto de 1995, na qual se sustentava ser de interesse nacional a abertura do setor bancário brasileiro ao capital estrangeiro. Com isso, buscou-se driblar as restrições impostas pelo artigo 192 da Constituição Federal de 1998 e, assim, contribuir para a reestruturação do setor e para sua solvência, notadamente depois da intervenção do Econômico e do Nacional.

Depois do Plano Real até 1998, nada menos do que 104 instituições passaram por algum processo de ajuste que resultou em transferência de controle acionário, intervenção ou liquidação por parte da autoridade monetária ou incorporação (Quadro 1). Entre dez.93/dez.98, ademais, o número de bancos múltiplos caiu de 206 para 174, situando-se em 139 em setembro de 2008 (Figura 21, gráfico VII). O gráfico VIII da Figura 21, por sua vez, mostra o número total de instituições financeiras no Brasil, que recua de 1.065 para 598 entre dez.1993/set.2008.

Ao menos num primeiro momento, a reestruturação do setor bancário brasileiro implicou notadamente uma redução do número de instituições de pequeno e médio porte. A quantidade de grandes bancos múltiplos passou de 25 para 23 entre 1994/99, enquanto o número de bancos múltiplos de médio porte recuou de 63 para 55 e de pequeno porte de 158 para 116. Depois, contudo, o referido processo atingiu os grandes bancos, cujo número diminuiu para 8 em 2006,

ano em que a quantidade de instituições médias e pequenas atingiu 40 e 111, respectivamente (Figura 22, gráfico I). Considerando-se o interregno 1994/2006, o exame dos dados da participação percentual nos ativos totais do segmento bancário revela uma expressiva ampliação da parcela dos ativos detida pelos bancos médios, de 17,0% para 27,8%; um pequeno aumento da participação das pequenas instituições, de 3,4% para 5,1%; e um decréscimo da parcela dos ativos totais do segmento detida pelos grandes bancos, de 79,6% para 67,0% (Figura 22, gráfico II).

5.1.2 Concentração e desnacionalização

A reestruturação do setor bancário brasileiro significou um aumento não desprezível de sua concentração. Considerando-se os dados dos 50 maiores bancos compilados e disponibilizados pelo Banco Central (que incluem conglomerados financeiros e, em alguns casos, instituições independentes) entre dez.95/jun.2008, foram calculados os índices de razão de concentração (RC) para os 5, 10 e 20 maiores bancos (RC5, RC10 e RC20) a partir dos ativos totais, crédito e arrendamento mercantil, depósitos totais e patrimônio líquido (Figura 22, gráficos IV, V, VI e VII; Figura 23, gráficos I, II, III e IV).

Entre dez.95/jun.2008 a participação dos cinco maiores bancos (RC5, incluindo bancos públicos e CEF) nos ativos totais do segmento bancário (SFN menos o total do consolidado não-bancário) aumentou de 45,94% para 53,53%, dos 10 maiores (RC10) de 57,61% para 72,19% e dos 20 maiores (RC20) de 67,76% para 80,49% - Figura 22, gráfico IV. Se considerada as respectivas participações no SFN (que incluí o setor não-bancário), tem-se: RC5, de 43,54% para 53,10%; RC10, de 54,61% para 71,61%; RC20, de 64,23% para 79,84% - Figura 22, gráfico V. Os dados disponibilizados pelo Banco Central no âmbito do Relatório Evolução do SFN para o interregno 1988 e 2006 não diferem muito disso, embora certamente tomem como referência outra base de dados que não a dos 50 maiores. Considerando-se os dados da referida publicação, entre 1994/2006 tem-se os seguintes aumentos da referida participação: RC5, de 50,03% para 53,9%; RC10, de 62,96% para 73,0%; e RC20, de 75,77% para 86,4% (Figura 22, gráfico III).

Foram calculados, adicionalmente, os índices RC para o total das operações de crédito e arrendamento mercantil, depósitos e patrimônio líquido a partir da referida base de dados, considerando tanto o segmento bancário, quanto o SFN no denominador do referido índice. Entre dez.95/jun.2008, o RC5 crédito recuou de 56,29% para 53,49%, considerando-se o segmento

bancário, e de 55,31% para 53,08%, levando-se em conta o total do SFN no denominador da razão (Figura 22, gráficos VI e VII). O RC10 crédito, por outro lado, subiu de 68,64% para 72,28% (segmento bancário), e de 67,44% para 71,73%, quando considerado o total do SFN no denominador (Figura 22, gráficos VI e VII).

Do lado do passivo, o RC5 depósitos totais subiu ligeiramente no intervalo considerado, de 59,76% para 60,74% (segmento bancário) e de 58,86% para 60,67% (SFN) – Figura 23, gráfico I. Já o RC10 registrou um aumento mais significativo, de 72,38% para 78,67% (segmento bancário) e de 71,29% para 78,57% (SFN) – Figura 23, gráficos I e II. Finalmente, o RC5 patrimônio líquido subiu de 33,62% para 44,82% (segmento bancário) e de 30,53% para 43,41% (SFN), enquanto o RC10 patrimônio líquido de 49,53% para 59,90% (segmento bancário) e de 44,98% para 58,02% (SFN) – Figura 23, gráficos III e IV. Tomando-se como referência os índices RC, portanto, é bastante nítido o aumento da concentração bancária após o Plano Real (dez.95/jun.2008).

Ressalta-se, contudo, que os dados da posição de junho de 2008 disponibilizados na base "50 maiores bancos" do Banco Central ainda disponibilizavam os dados patrimoniais e de resultados dos bancos Santander e ABN AMRO separadamente, e, como se sabe, o primeiro comprou o segundo em 2007. Considerando essa operação, mais a fusão entre os bancos Itaú e Unibanco anunciada em novembro de 2008 e as compras da Nossa Caixa, de 49% do Banco Votorantim e do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) pelo Banco do Brasil, o RC5 ativo atinge 67,38% do segmento bancário do SFN e 66,84% do total do SFN; o RC5 crédito 66,43% e 65,92%; o RC5 depósitos totais 75,09% e 75%; e o RC5 patrimônio líquido 56,29% e 54,52%, respectivamente.

Outro índice bastante utilizado para a aferição do grau de concentração de um determinado setor, incluindo o bancário, diz respeito ao Índice Herfindahl Hirschman (IHH)[208]. Foram calculados o IHH ativo total, IHH crédito e arrendamento mercantil, IHH depósitos totais e IHH patrimônio líquido para o período dez.95/jun.08, apresentados na Figura 23 (gráficos V, VI, VII e VIII). Os índices apresentados na Figura 23 não consideram a fusão entre o Itaú e o

[208] O IHH é calculado a partir do somatório dos quadrados da participação de cada instituição financeira num dado mercado considerado, ou seja, $IHH = (IF1)^2 + (IF2)^2 + (IF3)^2 + ... + (IFn)^2$. Este índice é frequentemente utilizado pelas autoridades nacionais e internacionais de defesa da concorrência no setor bancário. Quando $0 < IHH < 0,1$, tem-se um baixo nível de concentração; se $0,1 < IHH < 0,18$, tem-se um nível moderado de concentração; e se $IHH > 0,18$, tem-se um nível elevado de concentração.

Unibanco, bem como as recentes aquisições do BB[209]. Considerou-se, novamente, a base "50 maiores bancos" para o cálculo do índice.

A análise dos índices permite observar que enquanto os mercados de crédito e depósitos podem ser considerados moderadamente concentrados, levando-se em conta a posição de junho de 2008, o IHH ativo total e o IHH patrimônio líquido apontam um baixo nível de concentração. Não obstante, deve-se destacar a expressiva redução do patamar do IHH crédito e arrendamento mercantil entre dez.1998/jun.2008, de 0,147 para 0,107. Uma redução, embora em menor intensidade, também pode ser registrada no IHH depósitos totais entre o início e o fim do período analisado, de 0,129 para 0,109. Resultados similares são obtidos e apresentado pelo Banco Central do Brasil (2008, p.123-24)[210].

Contudo, quando se considera a fusão dos bancos Itaú e Unibanco, a compra do ABN pelo Santander e as referidas aquisições do BB, o IHH ativo total aumenta para 0,132, o IHH crédito total para 0,143 e o IHH depósitos totais para 0,134, todos eles na faixa de moderada concentração[211].

Embora os índices de Razão de Concentração e IHH demonstrem um relevante aumento da concentração bancária entre 1995-2008, com o IHH ativo, crédito e depósitos situando-se na faixa de concentração moderada (entre 0,1 e 0,18), não se pode fazer uma simples interpolação disso com as condições e o padrão de concorrência prevalecentes no setor bancário brasileiro, a despeito da existência de alguns estudos que buscam estabelecer relações entre concentração e concorrência na área bancária[212]. A este respeito, destaca-se a afirmação de Cardim de Carvalho (2007, p.106; 122):

> [...] concentração é apenas uma *proxy*, e não especialmente expressiva, para a variável que realmente se quer descrever, o padrão de competição. A uma mesma medida de participação de um número qualquer de empresas na oferta do setor pode corresponder

[209] Quando da realização do cálculo e dos gráficos do IHH, essas operações ainda não haviam acontecido.

[210] Para estudos adicionais sobre concentração bancária no Brasil, ver ainda Rocha (2001). Para a discussão sobre a relação entre concentração e competitividade do setor bancário brasileiro, Nakane (2003), Belaisch (2003) e Neto, Araújo e Ponce (2005).

[211] Para efeito de comparabilidade com os índices IHH anteriores, para a realização da simulação do cenário 1, como houve perda de 2 instituições razão da transformação do Itaú e Unibanco e Santander e ABN em uma única instituição, foram replicados os dados do Banco Rural, último colocado no ranking "50 maiores bancos" para a 49ª e 50ª instituição. No caso da simulação do cenário 2, como houve, adicionalmente, a perda de mais duas instituições (Nossa Caixa e BESC), os dados do Banco Rural foram replicados também para a 47ª e 48ª instituição. As simulações, portanto, devem ser analisadas com cautela, pois os bancos que passarão a ocupar os lugares depois do Rural certamente apresentarão ativos totais menores.

[212] Tese similar é sustentada por Freitas (1997).

> um conjunto muito grande e diverso de estratégias competitivas, com consequências importantes para o comportamento dos preços dos produtos bancários e para a determinação de suas condições de disponibilidade.
> [...] é demasiado simplista considerar que variações de taxa de juros sejam o principal instrumento de competição no setor. A visão estática tradicional com que se aborda o problema da firma e da estrutura de mercado deve dar lugar a uma perspectiva dinâmica, schumpeteriana, que enfatize a capacidade da firma bancária em criar seu próprio ambiente de operação através de inovações.

Posto isso, cumpre agora chamar a atenção para o fato de que a partir de 1997 o processo de reestruturação do SFN não apenas continuou, como se intensificou, agora com o crescimento mais acelerado do ingresso de instituições estrangeiras no mercado bancário nacional, bem como da expansão das atividades dos bancos estrangeiros já instalados no país, notadamente mediante aquisições (FREITAS, 1999a; 2000). Inaugura-se, pois, uma segunda fase do processo de reestruturação do SFN, marcado agora por um crescente processo de desnacionalização do setor bancário brasileiro, atingindo inclusive e de forma expressiva o setor de varejo, até então pouco explorado pelos bancos estrangeiros até então instalados no país. Processo este, cumpre ressaltar, que contribuiu fortemente para o processo de consolidação (e de concentração) do setor bancário brasileiro.

Apenas para destacar algumas aquisições realizadas pelos bancos estrangeiros em 1997, o Banco Santander, da Espanha, adquiriu o Banco Noroeste e o Banco Geral do Comércio; o Banco InterAtlântico, de Portugal/França, comprou o Boavista; o HSBC, do Reino Unido, adquiriu o Banco Bamerindus (contando com recursos do Proer, assim como a compra do Econômico pelo Excel e do Nacional pelo Unibanco em 1996). Em 1998, ocorre mais uma rodada de expressivas aquisições: o ABN AMRO, da Holanda, comprou o Banco Real; o Banco de Bilbao Viscaya Argentaria (BBVA), da Espanha, adquiriu o Excel-Econômico; o Sudameris, então com participação italiana, francesa e brasileira, arrematou o Banco América do Sul, enquanto a Caixa Geral de Depósitos, de Portugal, comprou o Banco Bandeirantes. O Quadro 2 apresenta as principais fusões, incorporações e aquisições ocorridas no Brasil entre 1995-2008.

No entendimento do governo brasileiro, além de contribuir para o saneamento e para a modernização do setor bancário, com impactos positivos em termos de redução dos custos de intermediação financeira[213], a entrada de bancos estrangeiros permitiria amealhar recursos

[213] De acordo com Barros, Loyola e Bogdanski (1998, p.8): *"[...] Vale lembrar que o ingresso de bancos estrangeiros cumpre várias funções: de um lado, aumenta a concorrência no setor, forçando os demais bancos a evoluir profissionalmente; de outro, contribui para a reestruturação do sistema financeiro por meio, por exemplo, da compra de ativos financeiros de bancos em liquidação extrajudicial."*

externos sob a forma de Investimentos Diretos Estrangeiros (IEDs), estratégia subserviente à sustentação do então principal pilar da política de estabilização monetária, o câmbio. O IED líquido destinado ao setor bancário passou de tímidos US$ 376 milhões em 1996 para US$ 5,73 bilhões em 1996, atingindo US$ 6,02 bilhões em 2000[214] (CARDIM DE CARVALHO, 2000, p.144; FACHADA, 2008, p.11). Esse ingresso de divisas contribuiu para o aumento do nível de reservas internacionais em 1996 para US$ 60,11 bilhões, ante US$ 51,84 bilhões no ano anterior, enquanto em 2000 serviu para evitar uma redução ainda maior, quando as reservas atingiram US$ 33,01 bilhões, depois de ter recuado para US$ 36,34 bilhões em 1999, sob efeito da crise cambial.

Com efeito, a participação dos bancos com controle estrangeiro no ativo total do segmento bancário do SFN, que passou de apenas 8,65% para 10,51% entre dez.1993/dez.1996, subiu para 18,38% em 1998. Depois disso, aumentou para 23,19% em 1999, 27,41% em 1999 e atingiu a maior participação em 2000, 29,86%, sob efeito da compra do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) pelo Santander, realizada em novembro daquele ano (Tabela 15). A partir de 2000, inicia-se uma clara reação dos grandes bancos privados nacionais, com vistas à defesa de suas fatias de mercado, processo que envolveu a recompra de instituições então adquiridas pelos bancos estrangeiros: o Unibanco adquiriu o Bandeirantes da Caixa Geral de Depósitos e o Credibanco do The Banker of New York, enquanto o Bradesco comprou o Boavista Interatlântico do Crédit Agricole – ver Quadro 2.

Em 2006 a referida participação atingiu 21,70%. Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central de maio de 2008, os bancos com controle estrangeiro encerraram 2007 detendo 20% dos ativos totais do segmento bancário (BANCO CENTRAL, 2008, p.123). A redução, sob diferentes intensidades, da participação dos bancos estrangeiros nos ativos totais, depósitos totais, créditos totais e patrimônio líquido total do segmento bancário entre 2000 e 2006 foi fortemente influenciada pela saída do BBVA do mercado brasileiro em 2003, adquirido pelo Bradesco, depois dos prejuízos incorridos na Argentina em 2001 e dos maus resultados obtidos no Brasil em 2001-2002 (Tabela 15 e Quadro 2).

Outra evidência do expressivo aumento da presença de bancos estrangeiros no país pode ser obtida a partir do número de bancos múltiplos com participação estrangeira de 80% a 100% no capital votante. A quantidade de instituições sobe de 17 para 40 entre dez.1994/dez.1998,

[214] Sob efeito da compra do Banespa pelo Santander pelo valor de US$ 3,64 bilhões (FACHADA, 2008, p.48).

atingindo 51 em 2002. De acordo com o último dado disponibilizado pelo Banco Central até a conclusão deste trabalho, em setembro de 2008 havia 49 bancos múltiplos com participação estrangeira no capital votante na faixa mencionada, ante 17 em 1994 (Figura 21, gráfico I). O número de instituições financeiras nos mais diferentes segmentos, por sua vez, aumentou de 77 para 126 entre 1994 e setembro de 2008 (Figura 21, gráfico II). O Quadro 3 apresenta os grupos estrangeiros atualmente integrantes do SFN. São 69 instituições, das quais as primeiras 56 integram conglomerados bancários. Há que se destacar, contudo, que o processo de desnacionalização operado depois do Plano Real, conforme registra Cardim de Carvalho (2000, p.146), não atingiu o núcleo duro do setor bancário brasileiro, que continuou sendo dominado por bancos nacionais: no âmbito da esfera pública, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (CEF); no plano privado, Bradesco e Itaú (Banco Itaú Unibanco a partir do fim de 2008).

A entrada de bancos estrangeiros no Brasil respondeu a condicionantes externos e internos. No que diz respeito ao primeiro grupo, deve-se destacar que depois da consolidação ocorrida nos mercados domésticos dos principais centros financeiros internacionais, os bancos estrangeiros com perspectivas de fortalecimento de suas estratégias globais de atuação viabilizaram um processo de diversificação geográfica de suas atividades, sob o acicate da crescente liberalização e desregulamentação da atividade bancária, do crescimento da importância dos investidores institucionais e do processo de securitização, bem como da consolidação bancária ocorrida nos países desenvolvidos. Todos esses fatores exerceram, ainda que em diferentes intensidades, expressiva pressão competitiva nos mercados bancários e financeiros maduros. Com efeito, a expansão das atividades destas instituições para o mundo e, em particular, para o Brasil, deve ser compreendida como um processo de afirmação e fortalecimento de suas posições em seus respectivos mercados de origem e em âmbito mundial, sob a figura de "banco universal global" (FREITAS, 1999a; PAULA, 2003a; CARVALHO, STUDART e ALVES JR., 2002; CARVALHO, 2000).

No que diz respeito aos condicionantes internos, por seu turno, ganham destaque as perspectivas de ganhos ensejadas pela estabilização monetária (potencial de crescimento das atividades bancárias, ampla parcela da população desprovida de serviços financeiros ou subaproveitada e alto diferencial entre as taxas de aplicação e captação de recursos) e, ao menos

num primeiro momento, o valor de mercado depreciado das instituições mais vulneráveis[215]. Soma-se a isso as condições legais mais flexíveis que passaram a vigorar a partir de 1995 no tocante ao ingresso de bancos estrangeiros no mercado bancário brasileiro, de modo a garantir o processo de reestruturação do sistema (público e privado) depois do processo de fragilização (CARDIM DE CARVALHO, 2000; SERDEIRA, 2002; FREITAS, 1999a; PAULA, 2003a, p.177).

A combinação destes condicionantes, portanto, explicam o intenso processo de aquisições e participações em bancos nacionais levado a cabo pelos bancos estrangeiros no setor bancário brasileiro após o Plano Real, notadamente entre 1997-2000, dentro da estratégia implementada por estas instituições de ampliação dos mercados de atuação em escala mundial. Processo este, cumpre salientar, fortemente capitaneado pelos bancos europeus e, mais especificamente, pelos bancos espanhóis (FREITAS, 1999a; PAULA, 2003a). Deste processo decorreu um aumento da participação dos bancos estrangeiros no patrimônio líquido do segmento bancário a partir de 1995, bem como da participação destas instituições na captação de recursos externos, movimento parcialmente revertido no período mais recente, a partir de 2000 (Figura 21, gráficos V e VI).

O exame da Tabela 15, além de evidenciar o processo de desnacionalização ocorrido no sistema bancário brasileiro na esteira do processo de reestruturação que tomou lugar a partir da estabilidade monetária, mostra que embora parte do aumento da participação dos bancos estrangeiros no ativo total do segmento bancário do SFN tenha se dado em detrimento da referida participação por parte dos bancos privados nacionais, a partir de 1999-2000, conforme observado, os bancos privados nacionais passam a reagir. Como consequência, a parcela do ativo total do setor bancário brasileiro detida pelos bancos privados nacionais, depois de cair de 40,37% para 33,11% entre dez.93/dez.99, ultrapassa a barreira dos 40% já a partir de dez.2003, encerrando 2006 em 47,12%. Na posição de dezembro de 2007, segundo o Banco Central (2008, p.123), os bancos privados nacionais já detinham 51,1% dos ativos totais do segmento bancário, dos quais 19,7% concernentes às instituições privadas nacionais com participação estrangeira (entre 10% e

[215] Além, porém não menos importante, da possibilidade de comprar apenas os ativos bons dos bancos sob a administração do Banco Central e contar com os recursos do Proer. Neste caso, o governo assumia a carteira de crédito ruim das instituições. No caso das instituições saudáveis, por outro lado, o Banco Central cobrava um pedágio, a título de contribuição para garantir a solidez do setor bancário brasileiro (CARDIM DE CARVALHO, 2000, p.149).

49,99%). A análise da evolução da participação dos depósitos, crédito e patrimônio líquido nos respectivos totais do segmento bancário aponta na mesma direção (Tabela 15).

A mais recente rodada significativa de fusões e aquisições ocorrida no setor bancário brasileiro, com a compra do BankBoston pelo Itaú em 2006 e do ABN AMRO REAL pelo Santander[216] anunciada em meados de 2007, bem como da fusão do Banco Unibanco com o Banco Itaú em novembro de 2008, revela que o processo de consolidação deste setor ainda não está encerrado (Quadro 2). Não há como negar que a entrada de bancos estrangeiros concorreu no sentido de dinamizar o processo de consolidação do setor bancário brasileiro depois do Plano Real, posto que a existência de grandes bancos privados e públicos nacionais sólidos tornou inviável o crescimento orgânico das instituições estrangeiras, que para ampliar suas participações de mercado se viram condicionadas a adquirir outros bancos[217].

Portanto, para os propósitos estabelecidos neste trabalho, vale chamar atenção para o fato de que além de influenciar o padrão de atuação destas instituições, cuja discussão se estenderá para a próxima seção, a estabilidade monetária implicou um ajuste na estrutura organizacional dos bancos no Brasil, o que significou um redimensionamento desta atividade. Entre dez.93/dez.98, o número total de instituições do SFN caiu de 1.065 parra 830 (-22,07%), atingindo 598 instituições em setembro de 2008, desconsiderando-se as cooperativas de crédito, as sociedades de crédito ao microempreendedor e consórcios (Figura 21, gráfico VIII). Significou, ainda, conforme já destacado, um importante processo de desnacionalização e concentração do setor.

Além de ser condicionado pela fragilização do sistema após o Plano Real, o processo de Fusões e Aquisições (F&A) decorreu das necessidades impostas pelos efeitos da perda das receitas inflacionárias sobre a estrutura de custos destas instituições, pois além de viabilizarem aumentos na participação de mercado, contribuíram para a configuração de estruturas operacionais mais eficientes por parte dos bancos. Isto porque as F&A permitem a obtenção de ganhos de escala, escopo e planta. Destaca-se, ainda, que havia a expectativa de que o processo

---

[216] Estratégia que, cumpre destacar, mostrou ser equivocada no entendimento do então presidente do Citibank no Brasil, Roberto do Valle, registrada por Carvalho, Studart e Alves Jr. (2002, p.53) a partir de declaração pública no Jornal Folha de São Paulo de 29/09/1996, de que *"um banco estrangeiro não tem condições de se instalar no país e concorrer de igual para igual no mercado de varejo (pessoas físicas) com um Banco do Brasil ou com um Bradesco."*

[217] Sobre este ponto, ver também Cardim de Carvalho (2007).

de redimensionamento do setor para viabilizar estruturas operacionais mais enxutas envolveria uma diminuição substancial da quantidade de agências bancárias, de modo a reduzir custos e aumentar a eficiência do setor. Todavia, isso não aconteceu. Entre dez.1994/set.2008, o número de agências bancárias apresentou inclusive um aumento, passando de 17.400 para 18.853[218] (Figura 21, gráfico III).

É possível elencar uma série de motivos para explicar este fenômeno. Destacam-se os seguintes: a) os condicionantes culturais que cercam a relação banco-cliente no país, parte dos quais decorrentes do longo período de convivência com um contexto de alta inflação; b) o perfil socioeconômico médio dos clientes de bancos de varejo no Brasil, que impõe a existência de canais diretos de atendimento e reduz o impacto de sistemas de *internet banking*, ainda que os avanços nas políticas de acesso à internet tenham ampliado substancialmente a quantidade de usuários nos últimos anos; e c) a importância das estruturas físicas para viabilizar o "novo padrão" de rentabilidade destas instituições em baixa inflação, posto que a capilaridade do sistema bancário constitui elemento importante para atribuir viabilidade ao aumento das receitas de prestação de serviços e do crédito ao consumo, bem como os serviços geralmente associados a estas operações (abertura de contas correntes[219], vendas de seguros e títulos de capitalização, cartões de crédito, etc.). Por esta razão, sustentam Carvalho, Studart e Alves Jr. (2002, p.39):

> [...] por que uma unidade de instalações e de pessoal de um banco de varejo brasileiro teria necessariamente rentabilidade maior, na captação do imposto inflacionário, antes de 1994, do que a que passaria a ter em operações de crédito, em aplicações em títulos, em administração de recursos de terceiros ou em operações de tesouraria, depois da queda da inflação? Pode-se argumentar que boa parte das estruturas operativas e das instalações aprimoradas na inflação alta continuou a ser importante depois de 1994. A informatização em larga escala se revelou de grande importância para a viabilização das receitas com serviços, tanto no que se refere aos serviços bancários tradicionais quanto

[218] Isso, associado à redução do número de empregados no setor, significou uma significativa melhora de seus índices de eficiência. Considerando-se os dados dos 50 maiores disponibilizados pelo BC, o número total de funcionários passou de 592.278 para 543.642 entre dez.95/jun.2008. De acordo com os dados do Anuário Estatístico da Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS), entre 1994/98 o número de pessoas ocupadas no setor bancário brasileiro caiu de 624,76 mil para 420,22 mil. Sobre o impacto da reestruturação e automação bancária sobre o emprego neste setor, ver Schmitz e Mahl (2000).

[219] A prática de abertura de conta corrente quando da concessão de crédito para não-clientes constitui prática comum no setor bancário brasileiro. Mediante redução dos juros cobrados e outros artifícios, estas instituições fazem da concessão do crédito, bem da prestação de outros serviços financeiros (como cartão de crédito), uma forma de capturar novos clientes e prestar-lhes serviços mediante cobrança de tarifas. Esta prática é inclusive praticada pela Caixa Econômica Federal (CEF) para a concessão de crédito imobiliário. Visita ao simulador de crédito imobiliário no site da instituição na internet mostra que se o débito da prestação for realizado em conta-corrente a taxa de juros efetiva envolvida num financiamento de R$ 120.000 em 100 meses cai de 11,5% ao ano mais taxa referencial (TR) para 11% ao ano mais TR. Se o cliente comprar o pacote básico de serviços oferecido pela instituição, a referida taxa cai para 10,5% ao ano mais TR. Outros bancos utilizam a mesma estratégia.

> no que diz respeito à administração de recursos e de outros serviços financeiros mais sofisticados.
> [...] Por outro lado, a rede de agências dos grandes bancos de varejo deve ter papel decisivo na ampliação das operações de crédito junto ao público de média e de baixa renda; faixas essas apontadas como as de maior potencial de crescimento.

Particularmente no que diz respeito ao aumento da participação estrangeira no setor bancário brasileiro ocorrida depois do Plano Real, parcialmente revertida a partir de 2000 – quando os bancos privados nacionais voltam a se envolver mais fortemente nos processo de fusões e aquisições e, por outro lado, alguns bancos estrangeiros optam por sair do mercado brasileiro –, havia a crença de que este processo dinamizaria o crédito e atribuiria maior competitividade no setor bancário, inclusive via preço. Contudo, não foi isso o que se observou. Mais do que uma estratégia competitiva de transformação do mercado bancário brasileiro, até o momento as instituições estrangeiras se adaptaram às condições macroeconômicas e institucionais prevalecentes no país, assumindo uma estrutura patrimonial bastante similar àquela adotada pelos bancos privados nacionais. Embora a análise comparada e mais aprofundada dos bancos privados nacionais e estrangeiros transcenda os objetivos estabelecidos neste trabalho, o estudo da estrutura patrimonial e do padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil, que será realizado a seguir, vai ao encontro das principais conclusões obtidas em diversos trabalhos realizados sobre o tema[220].

Carvalho, Studart e Alves Jr. (2002, p.9), em particular, mostram que a entrada de bancos estrangeiros no Brasil não beneficiou as condições de financiamento das empresas, condição que ratifica a hipótese de que os bancos podem se apresentar altamente eficientes no âmbito microeconômico, ou seja, nos processo de geração de receitas e contenção de custos, mas ineficientes no plano macroeconômico. Bancos, independentemente de sua nacionalidade, buscam lucro. E, no caso do Brasil, este objetivo pode ser alcançado a partir de uma gestão estratégica de balanço flexível. Não por outra razão, afirma Cardim de Carvalho (2000, p.137): *"[...] The foreign banks are coming to the emerging economies, in any case, not to increase macroeconomic efficiency but to explore profit opportunities and to hold or expand their market share."*

A propósito, entrevistas realizadas por esses autores com executivos de bancos estrangeiros, assim como realizado por Freitas (1999a), já revelavam que estas instituições

[220] Notadamente os estudos de Carvalho, Studart e Alves jr. (2002), Freitas (1999a), Paula e Alves Jr. (2006), Cardim de Carvalho (2000; 2002), Braga e Prates (1999) e Prates, Freitas e Farhi (2005).

buscavam explorar o mercado brasileiro "tal como ele é", ou seja, sem competir com os bancos privados nacionais a partir da redução das tarifas cobradas pelos serviços prestados aos clientes e dos *spreads* envolvidos nas operações de crédito. As instituições estrangeiras optaram, assim, pela estratégia de adaptação às condições do mercado brasileiro, o que exigiu uma postura arrojada no âmbito do processo de F&A e na compatibilização dos sistemas de controle e operacionais, de modo a tirar proveito das características e peculiaridades do mercado doméstico[221]. O trabalho de Freitas e Prates (2008) indica, ademais, que esse padrão de atuação dos bancos estrangeiros no mercado brasileiro não constitui fato isolado, posto que a abertura dos sistemas financeiros da Argentina e do México também não exerceu implicações substantivas em termos de ampliação do crédito e de redução de seu custo.

Decorrido mais de uma década do processo de aumento da participação de bancos estrangeiros no setor bancário brasileiro, as evidências sinalizam que o padrão de concorrência se operou primordialmente a partir de iniciativas que buscaram viabilizar a diferenciação de serviços e produtos. Não há indicações de que o fortalecimento das posições de algumas instituições estrangeiras no mercado bancário brasileiro induza a uma concorrência nos mercados de crédito e serviços, inclusive porque os bancos tendem a evitar estratégias de concorrência predatórias (FREITAS, 1997). Isto não significa, contudo, que os custos de intermediação não possam baixar no Brasil, notadamente a partir da melhora das condições macroeconômicas[222], de iniciativas regulatórias, institucionais e monetárias-creditícias, bem como a redução dos custos das instituições a partir da utilização de sistemas de gestão ainda mais eficientes e de incorporação de inovações tecnológicas que estimulem o processo de automação.

Estudo realizado por Fachada (2008) mostra que a entrada de bancos estrangeiros no Brasil induziu um aumento de eficiência (microeconômica) dos bancos privados nacionais,

---

[221] Segundo Freitas e Prates (2001, p.105), ao se referirem ao processo de abertura dos sistemas financeiros dos países latino-americanos: *"[...] A entrada de novas instituições e a ampliação da presença estrangeira nesses países têm como motivação básica a possibilidade de obtenção de ganhos expressivos. [...]"*

[222] Como se sabe, as elevadas taxas médias de juros das operações destinadas às pessoas físicas e jurídicas no Brasil decorrem não apenas do alto custo de captação, mas também e notadamente do elevado diferencial cobrado pelos bancos entre suas taxas de aplicação e captação de recursos (*spread*). Silva, Oreiro e Paula (2007), bem como Paula e Pires (2007), mostram que as variáveis macroeconômicas (notadamente juros e inflação) são essenciais para explicar os altos *spreads* bancários. Oliveira (2004) e Oliveira e Carvalho (2006), por sua vez, chamam a atenção para o alto custo de oportunidade das operações de crédito no Brasil, representada pela taxa básica de juros da economia. Para um resumo da literatura, ver Oliveira (2004) e Leal (2007). Sobre os impactos derivados da prática de elevados *spreads* bancários sobre as micro e pequenas empresas no Brasil, ver Carvalho e Abramovay (2004). Já sobre os impactos sociais, exclusão financeira em particular, ver Dymski (2007). Sobre microcrédito, ver Yunus (2003) e Ribeiro e Carvalho (2006).

especialmente no que se refere à contenção de custos[223]. Não obstante, o conjunto das instituições estrangeiras não conseguiu obter níveis de rentabilidade (ROA e ROE) superiores aos obtidos pelos privados nacionais, muito provavelmente em função de sua menor habilidade em atuar no mercado brasileiro e da dificuldade de competir com as grandes instituições que formam seu núcleo duro. Dados calculados pelo autor mostram que apenas em 1999 e 2002 o ROE dos bancos estrangeiros foi um pouco superior ao dos privados nacionais, motivado pelos ganhos obtidos com a desvalorização cambial.

Não menos importante, além de menor na maior parte do período 1996-2006[224], Fachada (2008) mostra que a rentabilidade do conjunto de bancos estrangeiros considerado apresentou um grau de volatilidade bem maior do que a dos bancos privados nacionais. De acordo com o autor, o BBVA, em particular, registrou no Brasil um ROE médio de 5,4% em 2001-2002, contra 18,9% para o grupo todo em âmbito internacional. Isso, conjugado às incertezas ocasionadas pela crise argentina de 2001, condicionou a saída do banco do país (FREITAS, 2007a; FACHADA, 2008). Tais fatores, ademais, ensejaram o fenômeno que o autor (2008, p.21) chamou de "desinternacionalização" do setor bancário brasileiro a partir de 2002, posto que a partir daí, além da compra do BBVA pelo Bradesco, diversas outras instituições deixaram de operar no país (Sudameris, Lloyds TSB, Banca Nazionale del Lavoro, BankBoston, American Express, etc.).

Deve-se salientar, contudo, que se mostra altamente difícil distinguir o quanto da saída de alguns bancos estrangeiros do mercado brasileiro se deve à "baixa atratividade" aos olhos do investidor internacional; ao processo de consolidação ainda em curso neste setor; e à estratégia do conglomerado em âmbito internacional. Se por um lado algumas instituições estrangeiras saíram do país, outras têm se afirmado cada vez mais, como demonstra o caso emblemático do Banco Santander, que comprou recentemente o ABN. Além disso, algumas aquisições de bancos estrangeiros foram realizadas por outros bancos estrangeiros, ocasionando um efeito de soma zero em termos de participação do conjunto destas instituições no segmento bancário brasileiro,

[223] Testes econométricos realizados por Fachada (2008), considerando o interregno 1996-2006, mostram que a redução de custos realizada pelos bancos privados nacionais constituiu a principal razão para a maior lucratividade apresentada pelo conjunto dessas instituições *vis-à-vis* os bancos estrangeiros. Testes realizados por Faria, Paula e Marinho (2007) a partir da técnica não-paramétrica Análise Envoltória de Dados, tomando-se por base os dados dos bancos Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, ABN Amro e HSBC, também mostraram que as fusões e aquisições aumentaram mais a eficiência de intermediação e de resultados dos bancos privados nacionais do que a dos bancos estrangeiros considerados.

[224] O ROA médio dos bancos privados nacionais (1.039 observações) foi de 1,4% entre 1996-2006, contra 0,7% dos bancos estrangeiros – 590 observações (FACHADA, 2008, p.36).

ainda que no cômputo geral tenha se observado uma importante redução da referida participação entre 2000-2008, sob forte influência da compra do BBVA pelo Bradesco, conforme já destacado.

Finalmente, no que compreende particularmente à saída de alguns bancos estrangeiros do mercado brasileiro, é importante salientar, conforme destacado por próprio Fachada (2008), que a volatilidade apresentada pelos indicadores de rentabilidade do conjunto dessas instituições após o Plano Real guarda um alto grau de correlação com a variabilidade da taxa de câmbio, tendo sido influenciados positivamente com os movimentos de depreciação e negativamente com os de apreciação cambial, ante os maiores incentivos das instituições estrangeiras realizarem operações de *hedge* cambial, ainda que nem todas procedam dessa forma[225]. Prates, Freitas e Farhi (2005, p.158) salientam, contudo, que ainda se mostra prematuro determinar se as causas do refluxo dos bancos estrangeiros do mercado brasileiro decorreram de condicionantes conjunturais e/ou da estratégia global de atuação dessas instituições, ainda que os impactos ocasionados pela volatilidade macroeconômica, pela dificuldade de adaptação às peculiaridades do SFN e pelas perdas incorridas em alguns países da região, tenham inegavelmente contribuído para este processo.

5.1.3 Síntese

A discussão realizada no âmbito desta seção permite concluir que:

a) a estabilidade monetária e a consequente perda das receitas inflacionárias estimulou os bancos privados a orientarem ainda mais suas aplicações em direção às operações de crédito no período logo após o Plano Real. Isso implicou um relevante ajustamento patrimonial por parte dessas instituições, que se fez sentir principalmente sob a forma de aumento da participação das operações de crédito no ativo total, denotando um menor grau de preferência pela liquidez destas instituições no período;

[225] Conforme registra o autor, em 1999 o JP Morgan Bank e o Chase Manhattan Bank registram um ROE de 170% e 93%, respectivamente. Depois de 2002, com a tendência de apreciação da taxa de câmbio, muitas instituições estrangeiras incorreram em prejuízos. O Citibank, por exemplo, apresentou um ROE médio de -8% no interregno 2003-2004, enquanto o Deutsche Bank -30% no mesmo intervalo (FACHADA, 2008, p.28-29). Contudo, a partir de outra linha de argumentação, Prates, Freitas e Farhi (2005) sustentam que as fortes posições em derivativos de câmbio dos bancos estrangeiros são eminentemente especulativas, ao invés de defensivas, visando a apropriação de ganhos derivados das oscilações da taxa de câmbio, cumprindo papel de destaque nos episódios de ataque especulativo contra a moeda nacional – ainda que nem todas as instituições, assim como no âmbito dos bancos privados nacionais, tenham adotado uma estratégia eminentemente especulativa nessas ocasiões.

b) as medidas restritivas de política monetária implementadas já a partir do segundo semestre de 1994, tanto para conter o ritmo de acelerada expansão dos empréstimos, que poderia comprometer o estancamento do processo inflacionário, quanto em resposta à crise mexicana (1994/95), pegaram muitas instituições no contrapé, especialmente os bancos pequenos e médios, bem como alguns grandes bancos que já se apresentavam frágeis e, portanto, mais vulneráveis a uma reversão do quadro macroeconômico e mais dependentes do interbancário, o que ensejou um processo de fragilização do sistema bancário brasileiro. Não se pode, contudo, qualificar este episódio de uma crise bancária, ante a inexistência de "corrida bancária", ainda que tenha havido uma redução da razão depósitos à vista (DV)/M1 entre 1994/1996, conforme registrado;

c) a fragilização do sistema bancário brasileiro exigiu uma postura ativa do Banco Central não apenas no interbancário, mas também na criação de mecanismos institucionais que se fizeram necessários para garantir a solvência do setor. Não menos importante, ensejou um amplo processo de reestruturação e consolidação deste sistema, subservientes ao processo de saneamento e ao ambiente de baixa inflação;

d) ensejado por sua fragilização, o processo de reestruturação do setor bancário brasileiro exerceu ao menos dois impactos muito evidentes, a saber: uma relevante desnacionalização do setor, notadamente entre 1997-2000, e um aumento expressivo de sua concentração. Em relação ao primeiro fenômeno, em particular, a revisão da literatura permite concluir que o ingresso de instituições estrangeiras, além de ter contribuído, em algum grau, para a superação da fragilização do setor, induziu uma postura ainda mais ativa dos bancos privados nacionais no âmbito da gestão de suas receitas e, principalmente, de seus custos, o que lhes permitiu a preservação de seus níveis historicamente elevados de rentabilidade. Contudo, a maior eficiência dos bancos no processo de geração de resultados, decorrente da reestruturação, da desnacionalização e da consolidação, não se traduziu em termos de ampliação sustentada dos empréstimos. Em relação à concentração, o IHH ativo, IHH crédito e IHH depósitos, quando considerado os mais recentes processos de F&A, indicam que o setor bancário brasileiro pode ser considerado moderadamente concentrado.

Tabela 10: Composição das receitas dos grandes bancos privados no Brasil (1993-95)

Demonstrativo de resutlados	1993		1994		1995		Variação % real		
	R$ bilhões dez.07	% das rec./desp. intermed.	R$ bilhões dez.07	% das rec./desp. intermed.	R$ bilhões dez.07	% das rec./desp. intermed.	var.% real 94/93	var.% real 95/94	var.% real 95/93
Receitas de intermediação financeira	18,49	100,00	18,29	100,00	21,37	100,00	-1,09	16,85	15,58
Operações de crédito	5,26	28,42	7,50	41,00	15,51	72,55	42,73	106,76	195,11
Resultado operacional com TVM	5,01	27,11	5,61	30,69	4,50	21,05	12,00	-19,85	-10,23
Ganhos com passivos sem encargos - perdas com ativos não-remunerados	6,50	35,14	4,00	21,89	0,39	1,80	-38,39	-90,38	-94,07
Outras	1,73	9,34	1,17	6,41	0,98	4,59	-32,08	-16,40	-43,22
Despesas de intermediação financeira	-8,46	100,00	-8,40	100,00	-13,54	100,00	-0,76	61,16	59,94
Operações de captação no mercado	-6,59	77,89	-7,05	83,96	-8,97	66,24	6,97	27,15	36,02
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-0,35	4,10	-0,91	10,79	-4,03	29,80	160,97	345,23	1061,91
Outras	-1,52	18,01	-0,44	5,26	-0,54	3,96	-71,03	21,41	-64,83
Resultado bruto da intermediação financeira	10,03	-	9,89	-	7,84	-	-1,37	-20,77	-21,86
Outras receitas/despesas operacionais	-7,45	-	-7,31	-	-5,63	-	-1,83	-22,95	-24,36
Receitas de prestação de serviços	2,05	-	2,52	-	3,48	-	23,34	38,05	70,28
Despesas de pessoal	-5,18	-	-5,47	-	-5,46	-	5,63	-0,15	5,48
Outras despesas administrativas	-4,79	-	-5,06	-	-5,02	-	5,72	-0,89	4,78
Resultado de participação em coligadas/controladas	1,20	-	1,04	-	1,10	-	-13,59	5,94	-8,46
Outras	-0,73	-	-0,35	-	0,26	-	-52,83	-174,74	-135,25
Resultado operacional	2,58	-	2,58	-	2,20	-	-0,04	-14,60	-14,63
Resultado não-operacional	-0,17	-	-0,07	-	-0,08	-	-60,86	23,01	-51,86
Resultado antes da tributação e participação	2,41	-	2,51	-	2,12	-	4,16	-15,57	-12,06
Lucro/prejuízo do exercício	1,75	-	1,63	-	1,55	-	-7,15	-4,61	-11,44
Rentabilidade do patrimônio líquido %	13,96	-	12,57	-	10,60	-	-	-	-

FONTE: Cysne e Costa (1997, p.339). Nota: foram considerados o demonstrativo de resultados dos seis maiores bancos privados do país à época, a saber: Bamerindus, BCN, Bradesco, Itaú, Real e Unibanco. Deflator: IGP-DI. Cálculos realizados pelo autor.

Tabela 11: Variação % real das operações de crédito entre jun./dez.94, por atividade econômica e natureza do capital dos bancos privados – diferença entre os deflatores

Destino	SFN		SF privado		SF privado nacional		SF privado estrangeiro	
	IGP-DI (1)	IGP-DI (2)	IGP-DI (1)	IGP-DI (2)	IGP-DI (1)	IGP-DI (2)	IGP-DI (1)	IGP-DI (2)
Setor público								
Governo Federal	-37,43	-26,01	-21,13	-6,74	-18,15	-3,21	-64,27	-57,75
Governos estaduais e municipais	-20,03	-5,44	-44,11	-33,91	-44,66	-34,57	-32,03	-19,63
Total setor público	-26,00	-12,50	-40,77	-29,96	-40,88	-30,10	-38,48	-27,26
Setor privado								
Indústria	-13,21	2,63	-17,78	-2,78	-11,83	4,26	-34,71	-22,80
Habitação	0,50	18,84	-8,15	8,61	-8,39	8,32	3,95	22,91
Rural	2,13	20,76	-5,34	11,93	-5,29	11,99	-5,78	11,42
Comércio	9,13	29,04	2,35	21,02	8,19	27,93	-23,07	-9,03
Pessoas Físicas	73,17	104,77	67,99	98,64	86,53	120,57	23,15	45,62
Outros serviços	-2,72	15,03	-1,82	16,09	2,99	21,78	-24,52	-10,74
Total setor privado	1,36	19,86	-1,60	16,35	3,38	22,24	-22,17	-7,97
Total Geral	-4,01	13,51	-2,88	14,85	1,69	20,24	-22,30	-8,12

FONTE: Banco Central (Tabela A17 a A24). Nota: IGP-DI (1) refere-se ao deflator cujo cálculo toma como referência o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI) de julho de 1994 a partir da variação dos preços em CR$; IGP-DI (2) refere-se ao deflator cujo cálculo toma como referência o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI) de julho de 1994 a partir da variação dos preços em R$. Elaboração do autor.

Tabela 12: Contas selecionadas do ativo dos bancos privados - % do ativo, R$ bilhões de dez.2007 e variação real em relação ao semestre imediatamente anterior (jun.94/dez.96)

Contas	jun.94			dez.94				jun.95			dez.95			jun.96			dez.96		
	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real IGP-DI (1)	var. real IGP-DI (2)	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real
Depósitos compulsórios	2,9	14,4	-10,2	9,0	39,8	176,3	226,7	7,7	38,0	-4,5	5,3	28,4	-25,2	4,0	22,2	-22,0	4,6	23,6	6,4
Operações interfinanceiras	15,4	76,7	27,2	1,2	5,3	-93,0	-91,8	-0,3	-1,3	-125,1	5,5	29,2	-2280,6	0,2	1,2	-95,9	-1,3	-6,7	-651,5
Títulos públicos	9,0	45,2	22,4	5,4	23,8	-47,3	-37,7	4,8	23,4	-1,8	7,0	37,0	58,6	11,2	62,3	68,2	16,4	84,5	35,7
Títulos privados	6,4	32,0	60,6	10,6	46,8	46,3	73,0	8,9	43,7	-6,6	6,2	32,9	-24,7	5,9	32,6	-1,0	3,2	16,2	-50,1
Operações de crédito (total efetivo)	41,5	207,4	9,0	46,6	205,4	-1,0	17,1	45,3	222,2	8,2	44,1	234,5	5,5	41,3	229,2	-2,3	45,1	232,3	1,4
Normal	44,6	222,4	-32,2	48,8	215,2	-3,3	14,4	46,1	226,2	5,1	38,3	203,4	-10,1	35,7	198,2	-2,6	43,2	222,4	12,2
Em atraso	0,4	1,9	34,9	0,4	1,9	-3,3	14,3	0,8	4,0	114,1	1,1	6,1	52,5	0,8	4,2	-31,1	0,7	3,8	-8,9
Em liqüiação	1,5	7,4	25,3	1,9	8,3	12,0	32,4	2,2	10,9	32,6	6,3	33,5	206,5	6,3	35,1	4,8	2,1	10,8	-69,2
Haveres externos	4,1	20,4	-4,0	3,5	15,6	-23,3	-9,3	3,2	15,8	1,0	3,3	17,6	11,4	4,9	27,3	55,2	3,7	18,9	-30,7
Operações cambiais	12,0	59,7	-7,0	9,7	42,8	-28,3	-15,2	14,3	70,0	63,6	10,9	57,8	-17,4	14,0	77,9	34,6	9,8	50,5	-35,2
Permanente	10,8	54,1	3,4	11,9	52,7	-2,6	15,1	11,6	57,0	8,3	12,4	65,8	15,4	12,0	66,7	1,3	13,0	67,1	0,7
Ativo total	100,0	499,1	8,5	100,0	440,9	-11,7	4,4	100,0	490,3	11,2	100,0	531,8	8,5	100,0	554,6	4,3	100,0	515,5	-7,1

FONTE: Banco Central (Tabela A7 a A11). Nota: deflator: IGP-DI. Em dez.04, variação real com base no IGP-DI (1) e IGP-DI (2). Elaboração do autor.

Tabela 13: Contas selecionadas do passivo dos bancos privados - % do ativo, R$ bilhões de dez.2007 e variação real em relação ao semestre imediatamente anterior (jun.94/dez.96)

Contas	jun.94			dez.94				jun.95			dez.95			jun.96			dez.96		
	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real IGP-DI (1)	var. real IGP-DI (2)	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real	% ativo	R$ bilhões	var. real
Depósitos à vista	1,9	9,4	12,6	4,7	20,9	123,3	164,0	3,0	14,6	-30,4	3,6	19,2	31,5	2,6	14,6	-23,6	3,0	15,5	6,0
Depósitos de poupança	10,8	54,0	6,3	13,6	59,9	11,0	31,2	13,6	66,7	11,4	13,5	72,0	7,9	12,3	68,1	-5,4	15,1	77,9	14,4
Depósitos a prazo	27,3	136,3	20,0	25,5	112,5	-17,5	-2,4	23,9	117,0	4,0	24,9	132,2	12,9	18,6	103,4	-21,8	21,0	108,0	4,5
Depósitos totais	41,5	207,0	14,5	45,0	198,4	-4,2	13,3	41,5	203,5	2,6	42,5	226,0	11,1	34,0	188,3	-16,7	39,5	203,6	8,1
Depósitos interfinanceiros	0,5	2,6	-83,3	0,5	2,3	-10,1	6,3	2,1	10,5	356,2	-1,5	-8,0	-175,7	2,5	13,8	-273,1	3,3	16,9	22,8
Obrigações para empréstimos e repasses	3,8	18,9	13,2	4,4	19,2	1,8	20,4	4,1	20,3	5,5	10,0	53,1	161,6	11,0	61,2	15,3	5,2	26,6	-56,5
Obrigações externas de curto prazo	14,3	71,5	10,6	9,3	41,1	-42,6	-32,1	10,3	50,5	22,8	11,4	60,4	19,7	11,4	63,3	4,8	13,8	71,3	12,7
Obrigações externas de médio e longo prazo	6,1	30,6	2,3	5,3	23,2	-24,1	-10,3	5,3	25,8	11,0	5,0	26,6	3,0	5,7	31,7	19,5	6,3	32,6	2,7
Operações cambiais	7,5	37,5	-18,2	8,6	38,0	1,4	19,9	12,9	63,4	66,8	9,5	50,5	-20,5	12,8	71,1	40,9	8,8	45,3	-36,3
Provisões	2,1	10,7	14,7	2,8	12,3	15,0	36,0	4,2	20,5	66,5	9,6	51,0	149,5	10,2	56,7	11,1	4,7	24,4	-56,9
Patrimônio líquido	13,8	68,9	5,4	15,5	68,2	-1,1	16,9	14,6	71,7	5,2	9,1	48,3	-32,7	8,1	44,7	-7,3	14,4	74,3	66,1
Passivo total	100,0	499,1	8,5	100,0	440,9	-11,7	4,4	100,0	490,3	11,2	100,0	531,8	8,5	100,0	554,6	4,3	100,0	515,5	-7,1

FONTE: Banco Central (Tabela A12 a A16). Nota: deflator: IGP-DI. Em dez.04, variação real com base no IGP-DI (1) e IGP-DI (2). Elaboração do autor.

Tabela 14: Indicadores selecionados dos bancos privados no Brasil (jun.1994/dez.1996)

Indicadores	jun.94	dez.94	jun.95	dez.95	jun.96	dez.96
	% ativo	% ativo	% ativo	% ativo	% ativo	% ativo
Capital e risco						
Encaixe voluntário (%)	10,1	12,9	15,4	30,5	21,2	22,7
Índice empréstimos/depósitos	1,0	1,0	1,1	1,0	1,2	1,1
Capital de giro próprio	3,0	3,5	3,0	-3,3	-4,0	1,4
Solvência e liqüidez						
Independência financeira (%)	13,8	15,5	14,6	9,1	8,1	14,4
Alavancagem	7,2	6,5	6,8	11,0	12,4	6,9
Alavancagem sobre o ativo ajustado	6,4	5,5	6,0	9,5	10,4	5,4
Relação capital/depositantes (%)	34,5	35,3	36,2	21,6	24,0	36,9
Imobilização do capital próprio	0,8	0,8	0,8	1,4	1,5	0,9
Crédito em atraso/crédito total (%)	0,9	0,9	1,8	3,0	2,1	1,7
Índice de exposição em moeda estrangeira	1,7	1,7	1,6	1,8	1,6	2,2
Rentabilidade						
ROE (%)	0,0	-0,2	3,2	2,0	-5,2	5,9
ROA (%)	0,0	0,0	0,5	0,2	-0,4	0,9

NOTA: Boletim do Banco Central (dez.1997 e mar.1998). Elaboração do autor.

Tabela 15: Participação percentual das instituições do segmento bancário nos ativos, depósitos, crédito e patrimônio líquido deste segmento (dez.1993/dez.2006)

Instituição do segmento bancário	dez.93	dez.94	dez.95	dez.96	dez.97	dez.98	dez.99	dez.00	dez.01	dez.02	dez.03	dez.04	dez.05	dez.06
Participação percentual das instituições do segmento bancário nos ativos deste segmento														
Bancos Públicos (+ Caixas Estaduais)	13,41	18,17	21,90	21,92	19,06	11,37	10,23	5,62	4,30	5,87	5,79	5,52	5,09	4,50
Banco do Brasil	22,93	18,28	13,91	12,52	14,42	17,44	15,75	15,63	16,76	17,12	18,40	17,41	15,36	14,46
Caixa Econômica Federal	14,51	14,98	16,40	16,47	16,57	17,02	17,06	15,35	10,97	11,66	13,04	11,51	12,05	10,68
Bancos Privados Nacionais	40,37	40,91	38,90	38,28	36,76	35,29	33,11	35,23	37,21	36,93	40,76	41,70	43,12	47,12
Bancos com Controle Estrangeiro	8,65	7,47	8,65	10,51	12,82	18,38	23,19	27,41	29,86	27,38	20,73	22,43	22,89	21,70
Cooperativas de Crédito	0,13	0,19	0,24	0,30	0,37	0,50	0,66	0,76	0,90	1,04	1,28	1,43	1,49	1,54
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Participação percentual das instituições do segmento bancário nos depósitos deste segmento														
Bancos Públicos (+ Caixas Estaduais)	15,45	15,93	18,46	21,50	17,09	13,26	11,54	7,36	7,15	7,41	7,26	6,55	5,98	5,49
Banco do Brasil	9,60	15,25	18,04	14,53	18,00	17,41	19,14	17,05	16,98	17,73	18,64	17,09	16,51	16,05
Caixa Econômica Federal	23,15	21,21	21,98	23,14	24,05	20,52	19,91	19,49	19,09	16,92	16,53	15,64	14,26	13,30
Bancos Privados Nacionais	44,56	41,30	35,35	33,36	32,85	33,08	31,82	33,93	35,33	36,60	38,19	39,40	41,61	44,38
Bancos com Controle Estrangeiro	7,14	6,17	5,99	7,17	7,54	15,14	16,80	21,14	20,14	19,82	17,56	19,92	20,27	19,33
Cooperativas de Crédito	0,10	0,14	0,18	0,30	0,47	0,59	0,79	1,03	1,31	1,52	1,82	1,40	1,37	1,45
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Participação percentual das instituições do segmento bancário nas operações de crédito deste segmento														
Bancos Públicos (+ Caixas Estaduais)	19,86	18,92	23,46	23,48	10,30	8,86	8,13	5,12	3,09	4,78	4,51	4,41	4,05	3,72
Banco do Brasil	19,12	19,87	15,96	10,62	10,97	12,05	10,58	10,95	14,53	16,17	20,36	19,36	18,46	20,05
Caixa Econômica Federal	22,78	20,35	22,63	23,99	30,93	32,31	28,74	23,00	7,13	7,61	7,86	7,48	8,01	8,11
Bancos Privados Nacionais	31,04	34,97	31,46	31,87	35,35	30,97	31,66	34,53	42,13	39,73	41,31	41,33	40,84	40,18
Bancos com Controle Estrangeiro	7,01	5,56	6,05	9,51	11,71	14,88	19,75	25,16	31,51	29,94	23,82	25,12	26,37	25,68
Cooperativas de Crédito	0,19	0,33	0,44	0,53	0,74	0,93	1,14	1,24	1,61	1,77	2,14	2,30	2,27	2,26
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Participação percentual das instituições do segmento bancário no patrimônio líquido deste segmento														
Bancos Públicos (+ Caixas Estaduais)	15,02	11,06	12,40	12,40	11,49	11,35	11,10	5,66	3,46	4,60	4,33	4,66	4,74	3,93
Banco do Brasil	24,94	17,76	11,82	11,86	11,76	10,03	9,73	9,89	8,76	7,77	8,28	8,69	9,30	8,73
Caixa Econômica Federal	4,04	5,27	12,04	8,85	9,09	5,42	5,22	3,82	3,90	3,91	3,92	4,11	4,39	3,86
Bancos Privados Nacionais	47,91	55,26	48,43	54,21	51,82	49,75	46,69	50,33	51,14	48,66	53,17	52,89	54,15	62,39
Bancos com Controle Estrangeiro	7,59	9,94	13,87	11,41	14,29	21,86	25,46	28,31	30,72	32,89	28,06	27,09	24,56	18,47
Cooperativas de Crédito	0,50	0,71	1,44	1,27	1,55	1,59	1,80	1,99	2,02	2,17	2,24	2,56	2,86	2,62
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Relatório de Evolução do SFN do Banco Central (dez.2006).

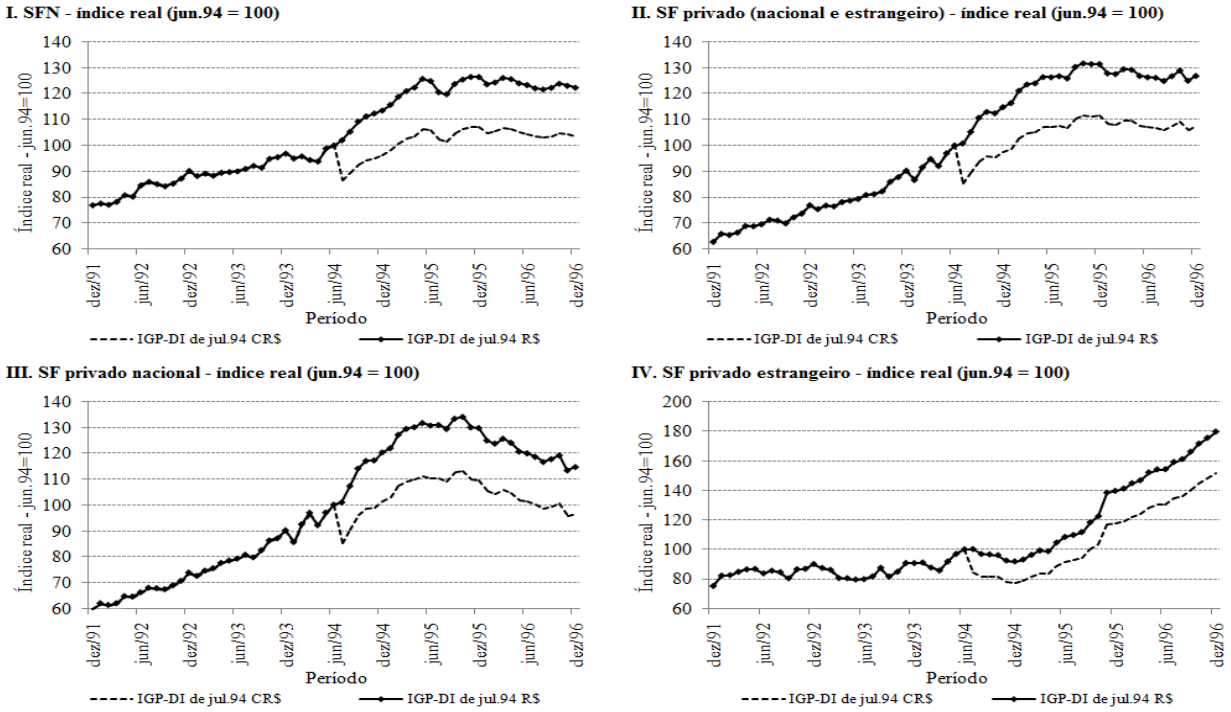


Figura 15: Índice real saldo das operações de crédito (total geral): diferença do IGP-DI de jul.1994

FONTE: Banco Central. Deflator: IGP-DI (Tabela A17 a A24). Elaboração do autor.

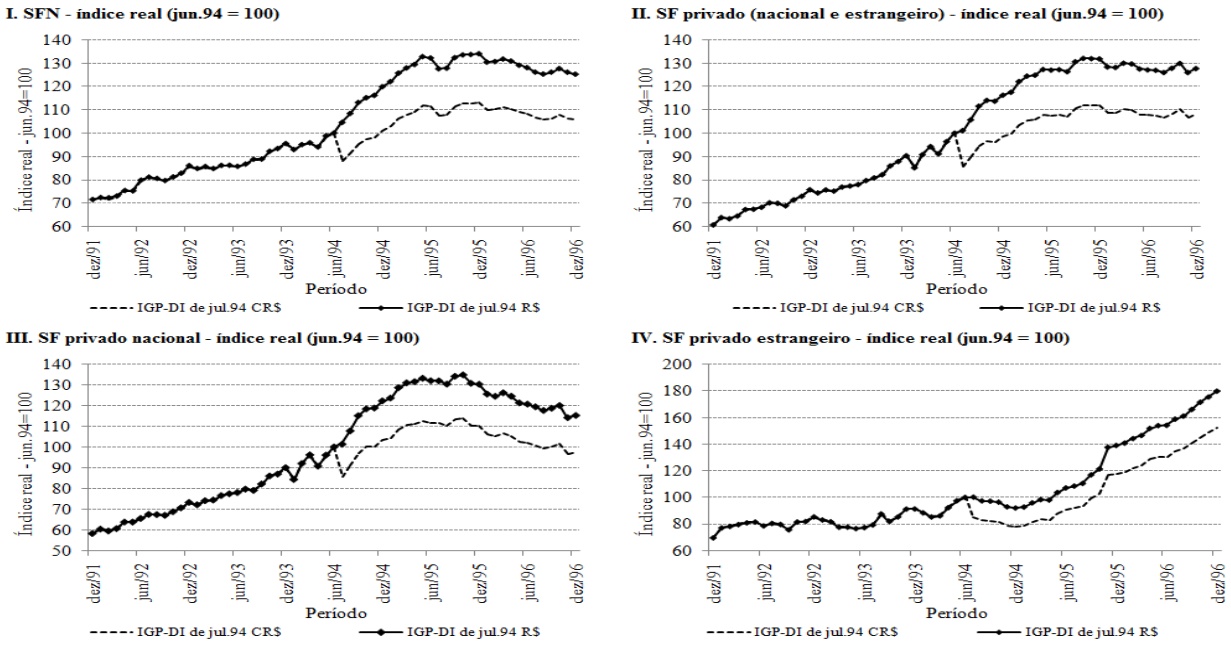


Figura 16: Índice real saldo das operações de crédito (total ao setor privado): diferença do IGP-DI de jul.1994

FONTE: Banco Central. Deflator: IGP-DI (Tabela A17 a A24). Elaboração do autor.

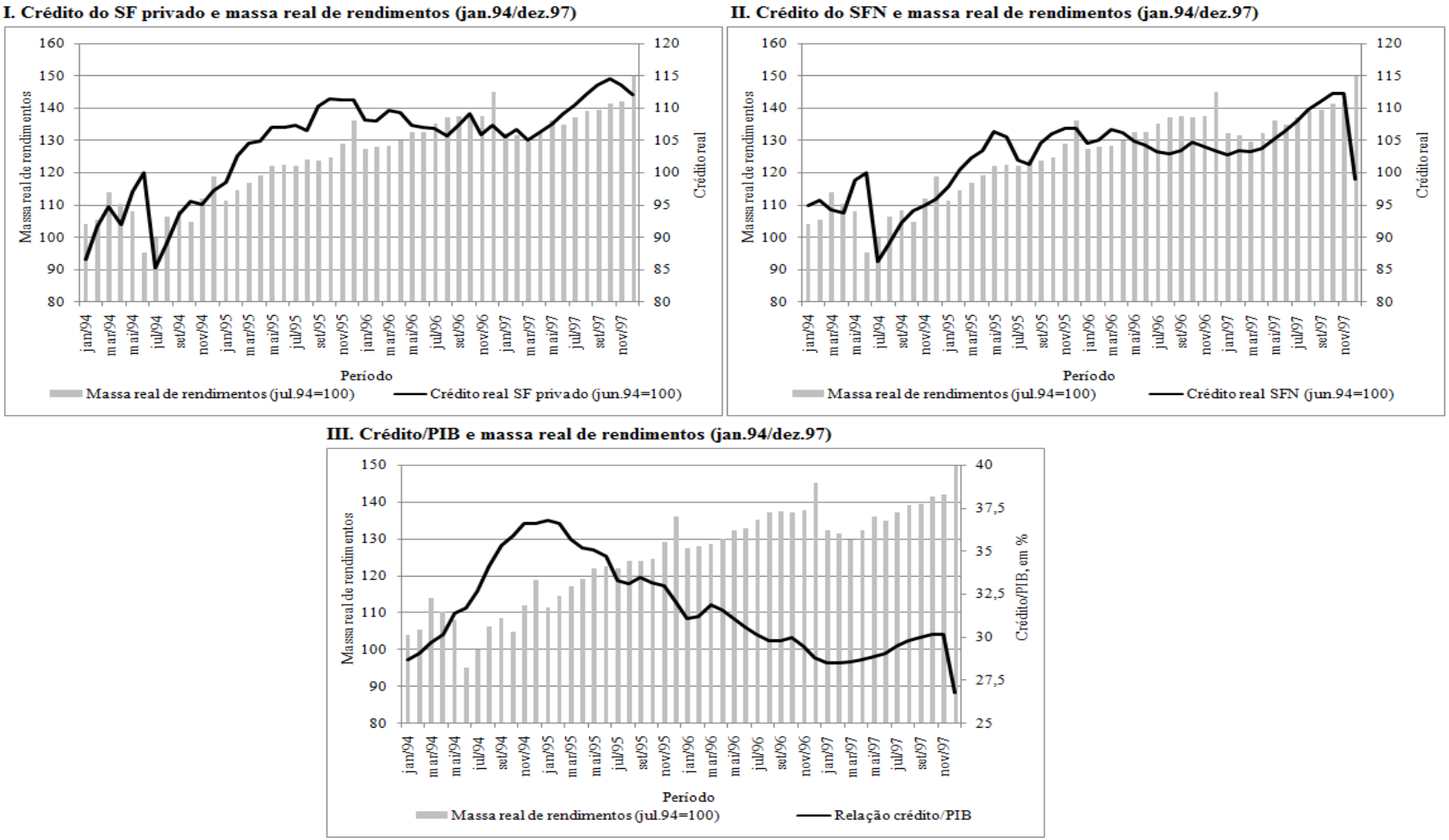


Figura 17: Crédito e massa real de rendimentos no Brasil (jan.94/dez.97)

FONTE: Ipeadata e Banco Central. Elaboração do autor. Nota: Os dados de massa real de rendimentos se referem à metodologia antiga do IBGE, pois a série com a nova metodologia tem início apenas em março de 2002.

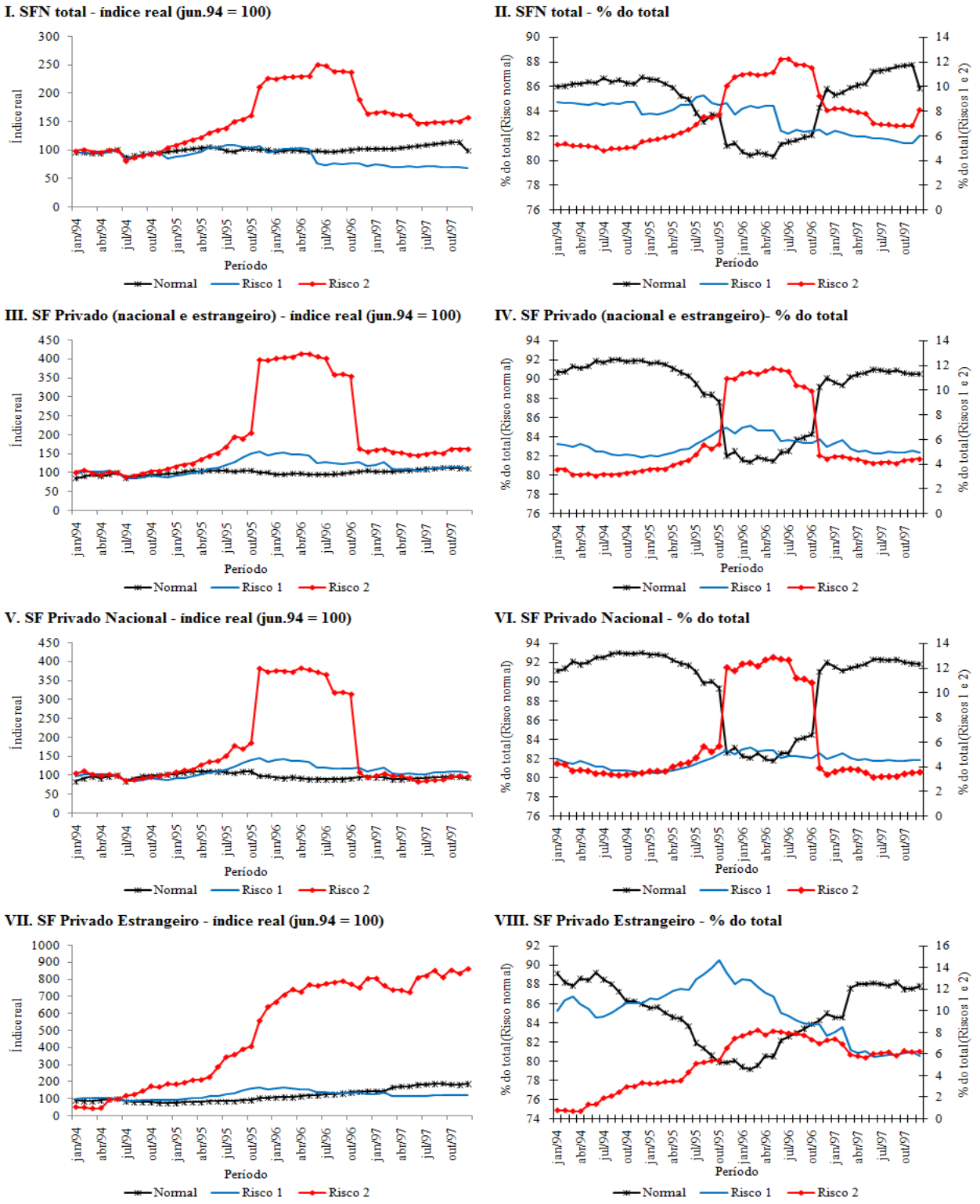


Figura 18: Saldo das operações de crédito por tipo de risco (total geral) – índice real e % do total (jan.94/dez.97)

FONTE: Banco Central. Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

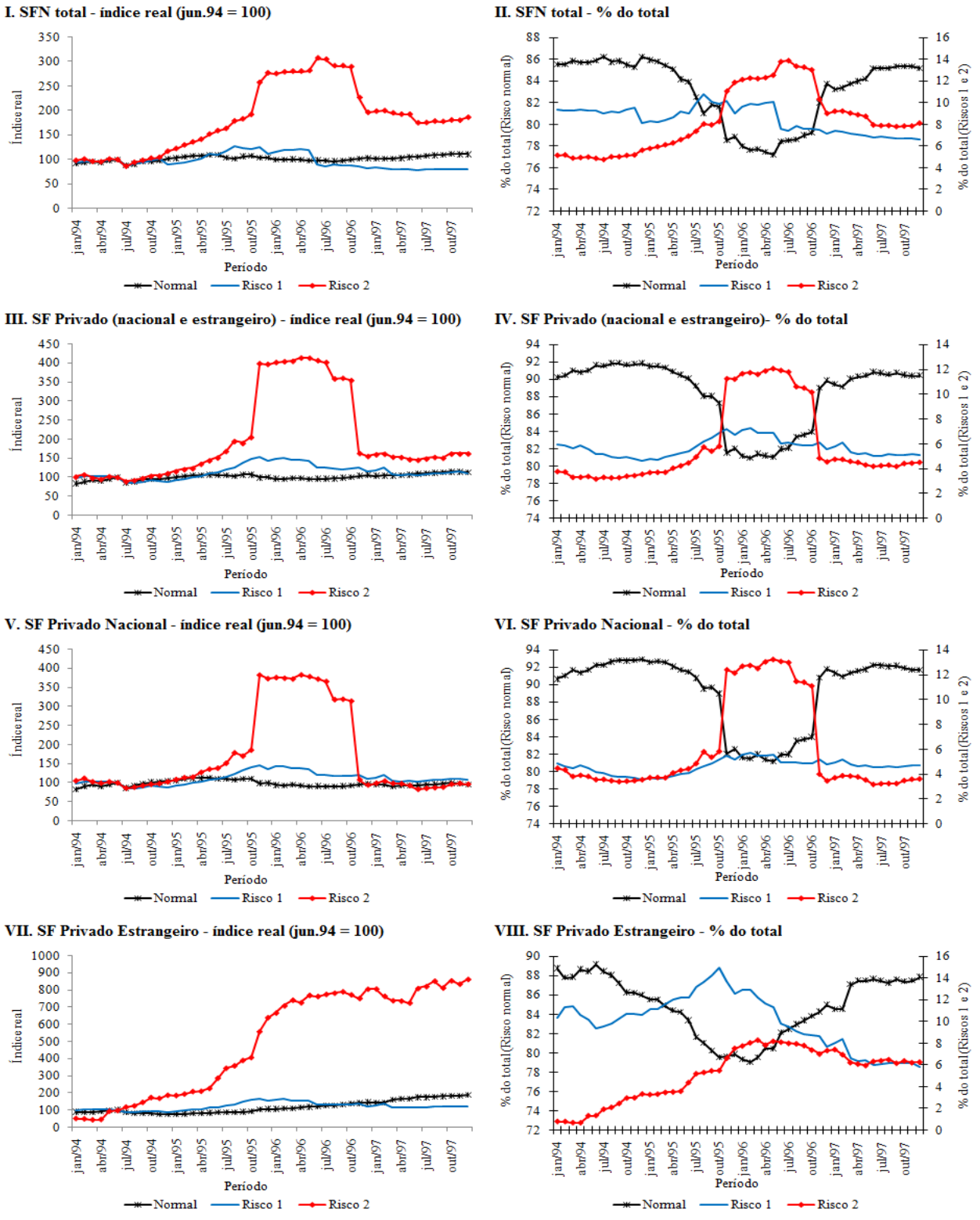


Figura 19: Saldo das operações de crédito por tipo de risco (total ao setor privado) – índice real e % do total (jan.94/dez.97)

FONTE: Banco Central. Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

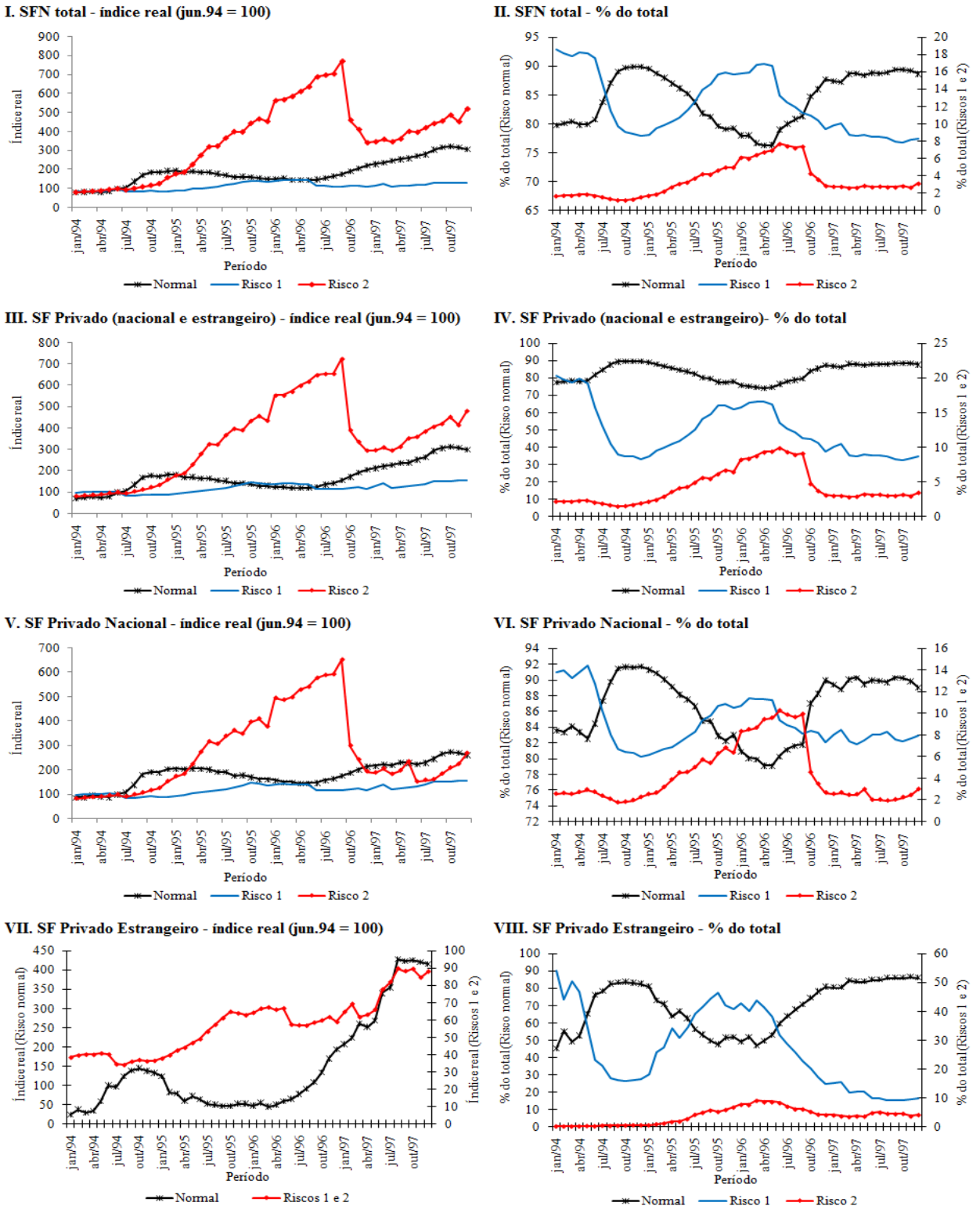


Figura 20: Saldo das operações de crédito por tipo de risco (total às pessoas físicas) – índice real e % do total (jan.94/dez.97)

FONTE: Banco Central. Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

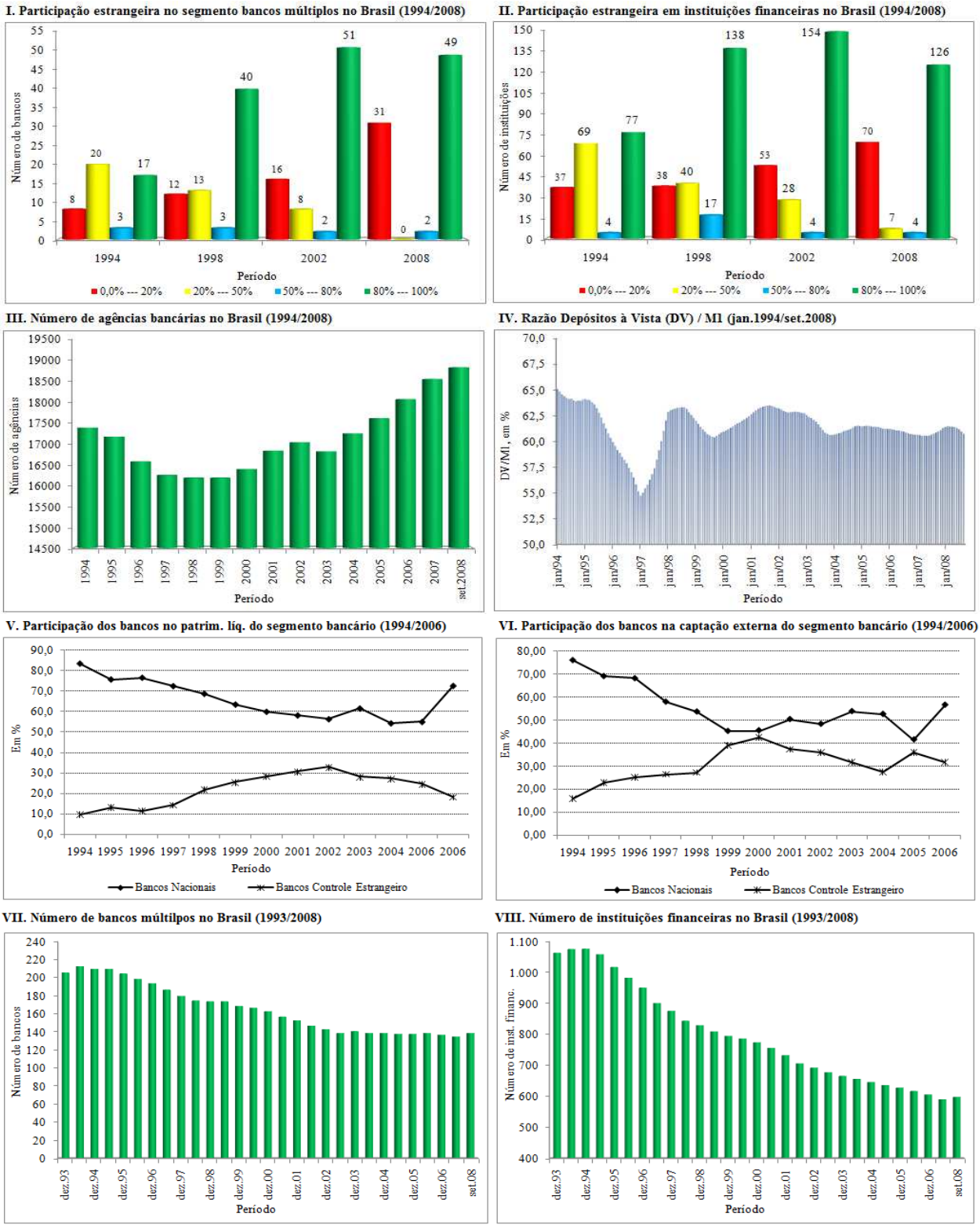


Figura 21: Dados e indicadores selecionados do setor bancário brasileiro

FONTE: Banco Central (Relatório de Evolução do SFN e séries temporais). Nota: número de instituições financeiras (gráfico VIII) desconsidera cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao microempreendedor e consórcios. Elaboração do autor.

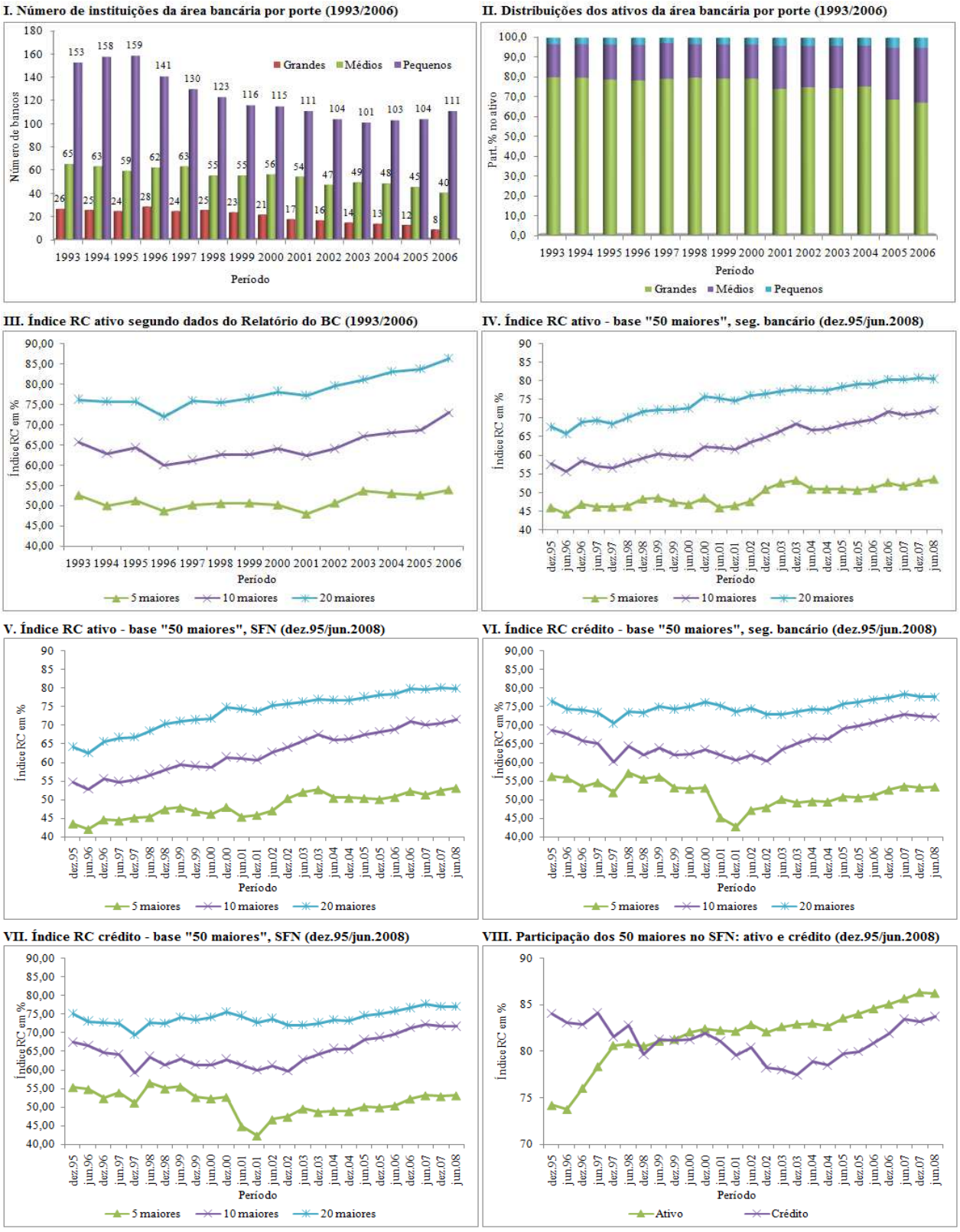


Figura 22: Dimensão e índices de razão de concentração do setor bancário brasileiro

FONTE: Banco Central (Relatório de Evolução do SFN e "50 maiores bancos"). Elaboração do autor.

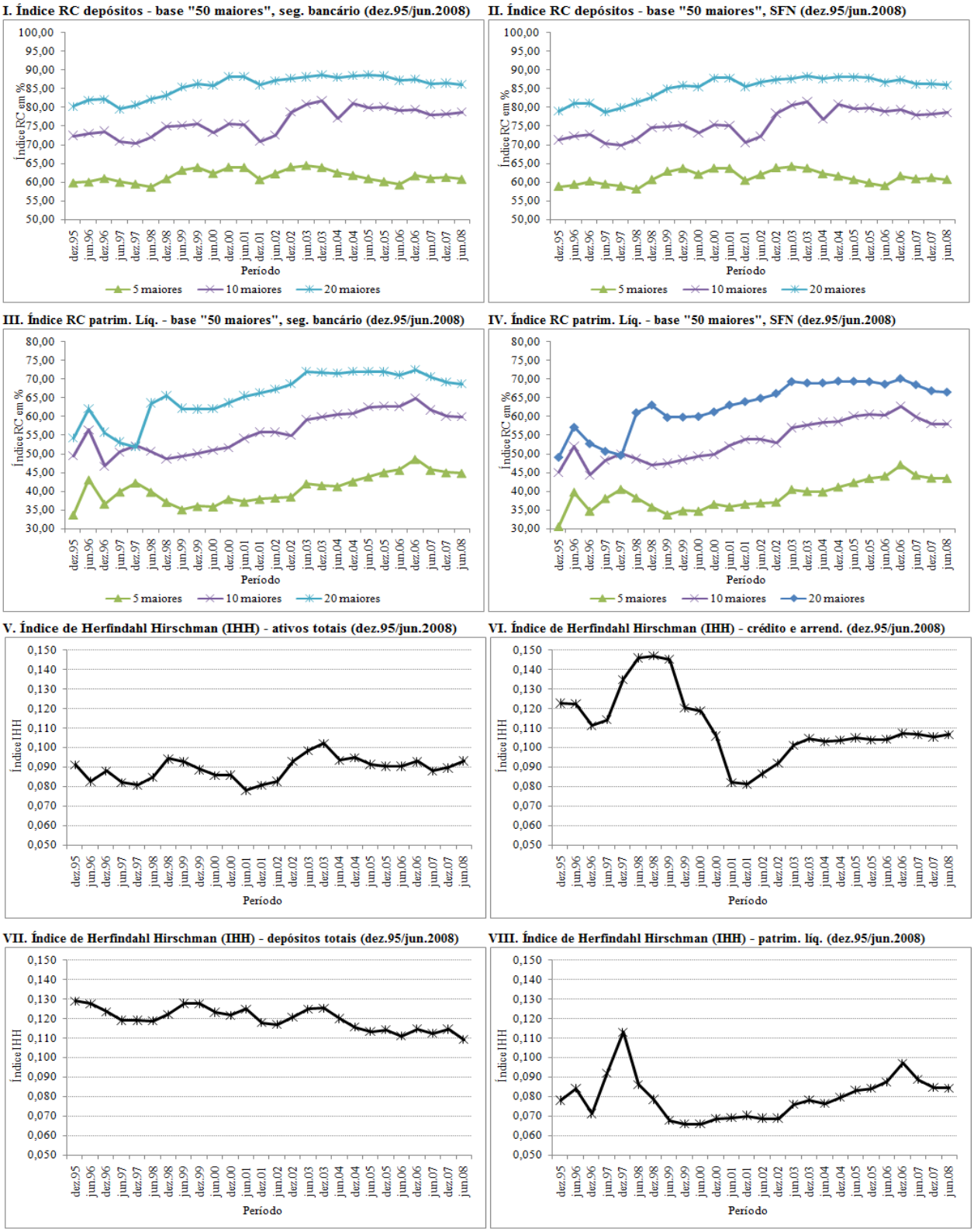


Figura 23: Razão de concentração e IHH do setor bancário brasileiro

FONTE: Banco Central (Relatório de Evolução do SFN e "50 maiores bancos"). Elaboração do autor.

Quadro 1 – Instituições que sofreram ajustes depois do Plano Real (1994/98)

No	INSTIT. ORIGEM	INSTIT. ATUAL	INSTITUIÇÃO AJUSTADA	ANO	DATADE AUTORIZAÇÃO	OCORRÊNCIA
1	BI	BM	BCO ADOLPHO OLIVEIRA & ASSOCIADOS S.A.	94		LIQUIDAÇÃO
2	CFI	BM	BCO ATLANTIS S.A.	94		LIQUIDAÇÃO
3	CTVM	BM	BCO BANCORP S.A.	94		LIQUIDAÇÃO
4	CTVM	BM	BCO GARAVELO S.A.	94	15 janeiro, 1985	LIQUIDAÇÃO
5	CTVM	BM	BCO HERCULES S.A.	94		LIQUIDAÇÃO
6	DTVM	BM	BCO SELLER S.A.	94		LIQUIDAÇÃO
7	DTVM	BM	BRASBANCO S.A. BANCO COMERCIAL S.A.	94		LIQUIDAÇÃO
8	CORRET	BM	BCO AGRIMISA S.A.	95	26 junho, 1931	LIQUIDAÇÃO
9	FILIAL	BM	BCO COMERCIAL BANCESA S.A.	95	2 janeiro, 1941	LIQUIDAÇÃO
10	DTVM	BM	BCO DIGIBANCO S.A.	95	8 agosto, 1940	TRANSF. DE CONTROLE
11	BC	BM	BCO GNPP S.A.	95		LIQUIDAÇÃO
12	BC	BM	BCO HOLANDES UNIDO S.A.	95	4 fevereiro, 1917	INCORPORAÇÃO
13	CFI	BM	BCO INTERPACIFICO S.A.	95		INCORPORAÇÃO
14	DTVM	BM	BCO INVESTCORP S.A.	95		LIQUIDAÇÃO
15	CORRET	BM	BCO INVESTOR S.A.	95		TRANSFORM. EM BI
16	CORRET	BM	BCO OPEN S.A.	95		LIQUIDAÇÃO
17	BC	BM	BCO ROSA S.A.	95		LIQUIDAÇÃO
18	CFI	BM	BCO SÃO JORGE S.A.	95	30 maio, 1989	LIQUIDAÇÃO
19	DTVM	BM	BFC BANCO S.A.	95		LIQUIDAÇÃO
20	BC	BM	BIG-B. IRMÃOS GUIMARÃES S.A.	95		LIQUIDAÇÃO
21	CORRET	BM	BCO BANORTE S.A.	96	4 agosto, 1942	TRANSF. DE CONTROLE
22	CFI	BM	BCO COMERCIAL DE SÃO PAULO S.A.	96	9 junho, 1993	LIQUIDAÇÃO
23	DTVM	BM	BCO CREDIPLAN S.A.	96	14 abril, 1944	INCORPORAÇÃO
24	CORRET	BI	BCO DE FINANCAM.INTERNACIONAL-BFI S.A.	96		LIQUIDAÇÃO
25	DTVM	BI	BCO DE TOKYO S.A.	96	24 agosto, 1946	INCORPORAÇÃO
26	BC	BM	BCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	96	7 março, 1945	LIQUIDAÇÃO
27	BC	BM	BCO DRACMA S.A.	96		LIQUIDAÇÃO
28	DTVM	BM	BCO ECONÔMICO S.A.	96	27 março, 1930	TRANSF. DE CONTROLE
29	BC	BM	BCO FRANCÊS E BRASILEIRO S.A.	96	1 fevereiro, 1944	TRANSF. DE CONTROLE
30	BC	BM	BCO GRANDE RIO S.A.	96		TRANSF. DE CONTROLE
31	BI	BM	BCO INTERUNION S.A.	96		LIQUIDAÇÃO
32	DTVM	BM	BCO MARTINELLI S.A.	96		TRANSF. DE CONTROLE
33	DTVM	BM	BCO MERCANTIL S.A.	96	2 janeiro, 1943	TRANSF. DE CONTROLE
34	BC	BM	BCO MISASI S.A.	96		TRANSFORM. EM BI
35	CORRET	BM	BCO NACIONALS.A.	96	26 janeiro, 1944	TRANSF. DE CONTROLE
36	BC	BM	BCO OK S.A.	96		TRANSFORM. EM BI
37	BC	BM	BCO PERFORMANCE S.A.	96		TRANSFORM. EM BI
38	BC	BM	BCO PRIME S.A.	96		TRANSFORM. EM BI
39	CFI	BM	BCO TOTAL S.A.	96		TRANSFORM. EM DTVM
40	BC	BM	BCO UNITED S.A.	96		INCORPORAÇÃO
41	BC	BM	BCO UNIVERSAL S.A.	96	11 dezembro, 1992	LIQUIDAÇÃO
42	CORRET	BM	BCO VARIG S.A.	96		TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
43	DTVM	BM	BCO ABC BRASIL S.A.	97		TRANSF. DE CONTROLE
44	DTVM	BM	BCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A.	97	17 junho, 1943	TRANSF. DE CONTROLE
45	DTVM	BM	BCO BANERJ S.A.	97		TRANSF. DE CONTROLE
46	DTVM	BM	BCO BANFORT-BCO DE FORTALEZA S.A.	97	5 janeiro, 1907	LIQUIDAÇÃO
47	BC	BM	BCO BOAVISTA S.A.	97	9 abril, 1927	TRANSF. DE CONTROLE
48	FILIAL	BM	BCO BRASEG S.A.	97		TRANSFORM. EM DTVM
49	BC	BM	BCO CINDAM S.A.	97		INCORPORAÇÃO
50	BC	BM	BCO COMERCIAL PARAGUAYO S.A.	97	13 setembro, 1988	LIQUIDAÇÃO
51	BC	BM	BCO CRITERIUM S.A.	97		TRANSFORM. EM DTVM
52	DTVM	BM	BCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S.A.	97	22 agosto, 1900	TRANSF. DE CONTROLE

FONTE: Banco Central, Relatório de Evolução do SFN (1998).

Quadro 1 (continuação) – Instituições que sofreram ajustes depois do Plano Real (1994/98)

No	INSTIT. ORIGEM	INSTIT. ATUAL	INSTITUIÇÃO AJUSTADA	ANO	DATADE AUTORIZAÇÃO	OCORRÊNCIA
53	DTVM	BM	BCO DIMENSÃO S.A.	97		TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
54	DTVM	BM	BCO DO ESTADO DE ALAGOAS S.A.	97	8 fevereiro, 1963	LIQUIDAÇÃO
55	DTVM	BM	BCO DO ESTADO DO AMAPÁ S.A.	97	13 agosto, 1992	LIQUIDAÇÃO
56	CORRET	BM	BCO DO PROGRESSO S.A.	97	7 fevereiro, 1924	LIQUIDAÇÃO
57	CORRET	BM	BCO EMPRESARIALS.A.	97		LIQUIDAÇÃO
58	DTVM	BM	BCO FININVEST S.A.	97		TRANSF. DE CONTROLE
59	DTVM	BM	BCO GERAL DO COMÉRCIO S.A.	97	25 julho, 1942	TRANSF. DE CONTROLE
60	BC	BM	BCO GULFINVEST S.A.	97		TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
61	BI	BM	BCO INTERFINANCE S.A.	97		LIQUIDAÇÃO
62	BI	BM	BCO ITAMARATI S.A.	97	5 fevereiro, 1958	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
63	BC	BI	BCO MERIDIONAL DO BRASIL. S.A.	97	27 maio, 1985	TRANSFER. DE CONTROLE
64	DTVM	BM	BCO NORCHEM S.A.	97		TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
65	BC	BM	BCO PORTO SEGURO S.A.	97		LIQUIDAÇÃO
66	BC	BM	BCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO S.A.	97	10 janeiro, 1967	TRANSF. DE CONTROLE
67	CFI	BM	BCO ROYAL S.A.	97		TRANSFORM. EM BI
68	BI	BM	BCO SHECK S.A.	97		LIQUIDAÇÃO
69	BC	BM	BCO SRL S.A.	97		TRANSF. DE CONTROLE
70	BC	BM	BCO VEGA S.A.	97		LIQUIDAÇÃO
71	BC	BM	BCO VETOR S.A.	97		LIQUIDAÇÃO
72	DTVM	BM	BCO AMÉRICA DO SUL S.A.	98	13 janeiro, 1940	TRANSF. DE CONTROLE
73	DTVM	BMPE	BCO APLICAP S.A.	98		LIQUIDAÇÃO
74	BC	BM	BCO BANCRED S.A.	98		TRANSFORM. EM AM
75	CORRET	BC	BCO BANDEIRANTES S.A.	98	1 setembro, 1944	TRANSF. DE CONTROLE
76	BC	BM	BCO BBM COMERCIAL, CI,CFI S.A.	98		INCORPORAÇÃO
77	BC	BM	BCO BMD S.A.	98	1 abril, 1943	LIQUIDAÇÃO
78	BC	BC	BCO BRASCAN S.A.	98		TRANSF. DE CONTROLE
79	BC	BME	BCO BRASILEIRO COMERCIAL S.A.	98	9 fevereiro. 1933	LIQUIDAÇÃO
80	BC	BME	BCO BRASILEIRO IRAQUIANO S.A.	98		LIQUIDAÇÃO
81	CFI	BM	BCO CAMBIAL S.A.	98		TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
82	BC	BM	BCO CRÉDITO METROPOLITANO S.A.	98		TRANSFORM. EM CFI
83	DTVM	BM	BCO DE CRÉDITO NACIONAL S.A.	98	12 dezembro, 1939	TRANSF. DE CONTROLE
84	CORRET	BC	BCO DIBENS S.A.	98		TRANSF. DE CONTROLE
85	DTVM	BM	BCO DO EST. DE MATO GROSSO S.A.	98	19 novembro, 1963	LIQUIDAÇÃO
86	BI	BM	BCO DO EST. DE RONDÔNIA S.A.	98	28 abril, 1983	LIQUIDAÇÃO
87	BC	BM	BCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S.A.	98	17 agosto, 1967	TRANSF. DE CONTROLE
88	BI	BM	BCO DO ESTADO.DE PERNAMBUCO S.A.	98		TRANSF. DE CONTROLE
89	BC	BM	BCO EXCEL-ECONÔMICO S.A.	98		TRANSF. DE CONTROLE
90	BC	BM	BCO FITAL S.A.	98		TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
91	DTVM	BM	BCO GARANTIA S.A.	98		TRANSF. DE CONTROLE
92	BC	BM	BCO GRAPHUS S.A.	98		TRANSF. DE CONTROLE
93	DTVM	BM	BCO INTERATLÂNTICO S.A.	98		TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
94	BC	BME	BCO IOCHPE S.A.	98	1 setembro, 1939	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
95	BC	BME	BCO ITABANCO S.A.	96		TRANSF. DE CONTROLE
96	BM	BM	BCO LIBERAL S.A.	98		TRANSF. DE CONTROLE
97	BC	BM	BCO MARTINELLI S.A.	98		LIQUIDAÇÃO
98	CORRET	BM	BCO MULTIPLIC S.A.	98		TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
99	BI	BM	BCO NOROESTE S.A.	98	29 julho, 1942	TRANSF. DE CONTROLE
100	CORRET	BM	BCO ÔMEGA S.A.	98		TRANSF. DE CONTROLE
101	CORRET	BM	BCO PONTUAL S.A.	98		LIQUIDAÇÃO
102	BC	BM	BCO SISTEMA S.A.	98		TRANSF. DE CONTROLE
103	DTVM	BM	BCR BCO DE CRÉDITO REAL S.A.	98	22 agosto, 1993	TRANSF. DE CONTROLE
104	BC	BM	MILBANCO S.A.	98		LIQUIDAÇÃO

FONTE: Banco Central, Relatório de Evolução do SFN (1998).

Quadro 2 – Fusões, incorporações e aquisições no setor bancário brasileiro (1995/2008)

Comprou	Comprado	Data	C/ ou S/ PROER	Situação
Itaú	Banco Francês e Brasileiro	Julho de 1995	Sem	Normal
Nacional de Paris – BNP	Comercial de S.Paulo	Agosto de 1995	Sem	Liquidação
Itamarati	Crefisul	Setembro de 1995	Sem	Normal
Comercial de France	Montreal	Setembro de 1995	Sem	Normal
Unibanco	Nacional	Novembro de 1995	**Com**	Liquidação
Pontual	Continental	Janeiro de 1996	Sem	Normal
United	Antonio de Queiroz	Abril de 1996	**Com**	Normal
Mitsubishi	Tokyo	Abril de 1996	Sem	Normal
Dibens	Battistella	Abril de 1996	Sem	Normal
Excel	Econômico	Maio de 1996	**Com**	Liquidação
Bandeirantes	Banorte	Maio de 1996	**Com**	Liquidação
Rural	Mercantil	Maio de 1996	**Com**	Liquidação
Deutsch Sudamerikanische Bank	Banco Grande Rio	Junho de 1996	Sem	Liquidação
Pontual	Martinelli	Junho de 1996	Sem	Normal
BCN	Itamarati	Julho de 1996	Sem	Normal
Cindam	Fonte	Julho de 1996	Sem	Normal
Lavra	Segmento	Novembro de 1996	Sem	Normal
Caoa	Schahin Cury	Novembro de 1996	Sem	Normal
Galicia	BCN Barclays	Dezembro de 1996	Sem	Normal
Société Générale	Sogeral	Janeiro de 1997	Sem	Normal
Lloyds Bank	Multiplic	Fevereiro de 1997	Sem	Normal
Santander	Geral do Comércio	Março de 1997	Sem	Normal
Arabian Bank	ABC Roma	Março de 1997	Sem	Normal
HSBC	Bamerindus	Março de 1997	**Com**	Intervenção
Morgan Greenfeld	Irmãos Guimarães	Abril de 1997	Sem	Liquidação
Itaú	Banerj	Julho de 1997	Sem	Liquidação
Bco.Geral do Comércio (Santander)	Noroeste	Agosto de 1997	Sem	Normal
BCN	Credireal	Agosto de 1997	Sem	Normal
Interatlântico (Bco. Espírito Santo)	Boavista	Setembro de 1997	Sem	Normal
American Express Bank	SRL (associação)	Setembro de 1997	Sem	Normal
AIG Consumer Finance Group	Fenícia	Setembro de 1997	Sem	Normal
Bradesco	BCN	Outubro de 1997	Sem	Normal
Swiss Bank Corporation	Ômega	Novembro de 1997	Sem	Normal
Nations Bank Corporation	Liberal	Novembro de 1997	Sem	Normal
Pactual	Sistema	Dezembro de 1997	Sem	Normal
Bozano Simonsen	Meridional	Dezembro de 1997	Sem	Normal
Wachovia Corp. Finance	Português do Atlântico	Dezembro de 1997	Sem	Normal
Caixa Geral de Depósitos	Bandeirantes	Janeiro de 1998	Sem	Normal
Flemings	Graphus	Fevereiro de 1998	Sem	Normal
General Eletric Capital Corporation	Mappin S/A	Fevereiro de 1998	Sem	Normal
Unibanco	Dibens	Março de 1998	Sem	Normal
Mellon Bank	Brascan	Março de 1998	Sem	Normal

Quadro 2 (continuação) – Fusões, incorporações e aquisições no setor bancário brasileiro (1995/2008)

Comprou	Comprado	Data	C/ ou S/ PROER	Situação
Bilbao Vizcaya	Excel Econômico	Maio de 1998	Sem	Normal
Crédit Suisse First Boston	Garantia	Junho de 1998	Sem	Normal
Sudameris	América do Sul	Junho de 1998	Sem	Normal
ABN-Amro Bank	Real	Julho de 1998	Sem	Normal
Itaú	Bemge	Setembro de 1998	Sem	Normal
Bradesco (BCN)	Pontual	Novembro de 1998	Sem	Normal
ABN-Amro Bank	Bandepe	Novembro de 1998	Sem	Normal
Internacional do Funchal (Banif)	Primus	Maio de 1999	Sem	Normal
Bradesco	Baneb (Bco. Est. da Bahia)	Junho de 1999	Sem	Normal
BBA	Icatu (associação)	Agosto de 1999	Sem	Normal
Bank of New York	Credibanco	Outubro de 1999	Sem	Normal
Santander	Bozano Simonsen / Meridional	Janeiro de 2000	Sem	Normal
Unibanco	Credibanco	Fevereiro de 2000	Sem	Normal
Unibanco	Bandeirantes	Julho de 2000	Sem	Normal
Bradesco	Boavista	Julho de 2000	Sem	Normal
Itaú	Banestado	Outubro de 2000	Sem	Normal
Santander	Banespa	Novembro de 2000	Sem	Normal
Bank of América	Liberal	Julho de 2001	Sem	Normal
Barclays e Gallicia	Gallicia (50%) (parte do Gallic	Agosto de 2001	Sem	Normal
ABN-Amro Bank	Paraiban	Novembro de 2001	Sem	Normal
Itaú	BEG - Bco. Estado de Goias	Dezembro de 2001	Sem	Normal
Bradesco	Mercantil de São Paulo - Finas	Janeiro de 2002	Sem	Normal
Bradesco	Banco do Estado do Amazona	Janeiro de 2002	Sem	Normal
Bradesco	Banco Cidade	Fevereiro de 2002	Sem	Normal
Uinbanco	Investcred	Abril de 2002	Sem	Normal
Itaú	Banco BBA	Novembro de 2002	Sem	Normal
Itaú	Fiat	Dezembro de 2002	Sem	Normal
Bradesco	Banco Bilbao Vizcaya	Janeiro de 2003	Sem	Normal
Trapézio S/A (Bco Rural)	Banco Sul América	Maio de 2003	Sem	Normal
Rural	Rural Mais (Antigo Banco Sul	Maio de 2003	Sem	Normal
ABN-Amro Real	Sudameris	agosto de 2003	Sem	Normal
HSBC	Lloyds TSB	outubro de 2003	Sem	Normal
Societé Generale	Banco Pecúnia	Outubro de 2003	Sem	Normal
Bank of America	Fleet Boston	novembro de 2003	Sem	Normal
Bradesco	Banco Zogbi	novembro de 2003	Sem	Normal
Bradesco	Banco do Estado do Maranhã	Fevereiro de 2004	Sem	Normal
Unibanco	BNL/AS	Junho de 2004	Sem	Normal
Bradesco	BEC	Janeiro de 2006	Sem	Normal
Itaú	Bank Boston	Maio de 2006	Sem	Normal
American Express S.A	Banco Bankpar S. A	Outubro de 2006	Sem	Normal
Itaú	Citicard	2007	Sem	Normal
Bradesco	BMC	2007	Sem	Normal
Santander	Real	2007	Sem	Normal
Itaú (Fusão)	Unibanco	2008	Sem	Normal
Banco do Brasil	BESC	2008	Sem	Normal

FONTE: Febraban (www.febraban.org) e jornais especializados. Nota: Inclui instituições com e sem carteira comercial.

Quadro 3 – Grupos estrangeiros no SFN

Posição: 30.09.2008

No	Instituição	País de Origem	BM	FILIAL	BC	BI	SCFI	CTVM	DTVM	SAM	CH	TOTAL
1	ABC	Uruguai	1						1			2
2	ABN Amro Real*	Países Baixos	3				2	2	3	3		13
3	Azteca	México	1									1
4	Banif	Portugal	1			1		1				3
5	Barclays	Reino Unido	1									1
6	BNP Paribas	França	1				1					2
7	BPN	Portugal	1									1
8	Brascan	EUA/Cayman	1					1			1	3
9	Calyon	França	1						1			2
10	Cargill	EUA	1									1
11	Carrefour	França	1									1
12	Citibank	EUA	2	1				1	1	1	1	7
13	CNH Capital	Países Baixos	1									1
14	NBC (ex-Comercial Uruguai)	Uruguai	1									1
15	Credit Suisse	Suiça	1			1		2	1			5
16	Mercedes Benz	Alemanha/Suiça	1							1		2
17	Deutsche	Alemanha	1					1				2
18	Dresdner	Alemanha	1									1
19	Ford	EUA	1									1
20	GE Capital	EUA	1									1
21	General Motors	EUA	1									1
22	Goldman Sachs	EUA	1					1				2
23	Honda	Japão	1							1		2
24	HSBC	Reino Unido	1			1		1		1		4
25	Ibi	Luxemburgo	1									1
26	IBM	Bermudas	1									1
27	A J Renner	Bahamas	1									1
28	Commercial Investment Trust	EUA	1									1
29	John Deere	EUA	1						1			2
30	JP Morgan	EUA	1	1				1	1			4
31	KDB	Coréia do Sul	1									1
32	Lemon Bank	Bermudas	1									1
33	luso brasileiro	Portugal	1									1
34	Morgan Stanley	EUA	1					1				2

Quadro 3 (continuação) – Grupos estrangeiros no SFN

No	Instituição	País de Origem	BM	FILIAL	BC	BI	SCFI	CTVM	DTVM	SAM	CH	TOTAL
35	PSA Finance	França	1							1		2
36	Rabobank**	Países Baixos	2									2
37	Santander	Espanha	1					2	1	1		5
38	Société Générale	França	3					1		1		5
39	Sumitomo Mitsui	Japão	1									1
40	Tokyo Mitsubishi	Japão	1									1
41	Toyota	Japão	1							1		2
42	UBS Pactual	Suíça/Países Baixos	1					1	2			4
43	Volkswagen	Alemanha	1									1
44	Volvo	Suécia	1									1
45	WestLB	Alemanha	1									1
46	BankBoston	EUA		1								1
47	ING	Países Baixos		1				1				2
48	Nación Argentina	Argentina		1								1
49	Provincia de Buenos Aires	Argentina		1								1
50	República Oriental Uruguay	Uruguai		1								1
51	KEB	Coréia do Sul			1							1
52	BES	Portugal				1		1				2
53	Fidis	Itália				1						1
54	Merril Lynch	EUA				1		1				2
55	Standard	Luxemburgo				1						1
56	BBVA	Espanha				1						1
Total de instituições que integram conglomerado bancário			**51**	**7**	**1**	**8**	**3**	**19**	**12**	**11**	**2**	**114**
57	BMW	Países Baixos					1			1		2
58	Caterpilar Financial	EUA					1			1		2
59	CM Capital Markets	Luxemburgo						1	1			2
60	GBM	EUA							1			1
61	Icap	Reino Unido							1			1
62	Indossuez	França							1			1
63	BNY Mellon	Cayman							1			1
64	Safdié	Suíça							1			1
65	Schroder	Bermudas							1			1
66	Western Assets	EUA							1			1
67	CSI Latina	EUA								1		1
68	Hewlett Packard	Países Baixos								1		1
69	Leaseplan	Países Baixos								1		1
Total de instituições que não integram conglomerado bancário			**0**	**0**	**0**	**0**	**2**	**1**	**8**	**5**	**0**	**16**
Total geral de instituições estrangeiras no país			**51**	**7**	**1**	**8**	**5**	**20**	**20**	**16**	**2**	**130**

FONTE: Banco Central, Evolução do SFN, atualização mensal. Notas: *inclui Aymoré CFI, Bandepe e instituições Sudameris e Renault; **inclui o Banco de Lage Landen Brasil. Controle estrangeiro corresponde à participação igual ou superior a 50% do capital votante.

5.2 Estrutura patrimonial e padrão de rentabilidade dos grandes bancos privados no Brasil (1995-2008)

A preservação de níveis elevados de rentabilidade a partir de um baixo grau de alavancagem, notadamente em conjunturas adversas, constituiu característica marcante do sistema bancário brasileiro, tanto em contexto de alta, quanto de baixa inflação.

Por estarem pouco expostos às operações de crédito de longo prazo, os bancos no Brasil ficam menos sujeitos às reversões dos negócios, conseguindo obter altos lucros mesmo em meio a cenários altamente adversos. Como no período de alta inflação, o sistema bancário brasileiro tem apresentado desempenho invejável tanto nas fases de expansão, como de contração do nível de atividade. A contrapartida de sua blindagem a choques adversos, contudo, corresponde à fragilidade do setor público brasileiro, devedor líquido junto ao sistema bancário. Esta mesma peculiaridade, paradoxalmente, explica o elevado grau de solidez dos bancos no Brasil, capaz de acomodar (lucrativamente) os choques adversos aos quais estas instituições estiveram sujeitas no período posterior ao Plano Real. Não causa surpresa o fato de os bancos obterem altos lucros, mas sim de obtê-los a partir da conformação de uma estrutura patrimonial flexível, condição que os tornam pouco funcionais para o financiamento do desenvolvimento econômico e social. Como parte relevante das receitas destas instituições é gerada a partir das operações com títulos públicos, elas acabam cumprindo o papel de receptadoras do processo de transferência de renda dos demais setores da economia, apropriando-se de importante parcela da renda nacional. Transferência de renda esta, cumpre registrar, que toma por base uma estrutura tributária altamente regressiva, posto que fortemente pautada em impostos indiretos.

Isto não significa que os bancos não sejam, por esta razão, responsivos às oportunidades potenciais e efetivas de ganhos proporcionados por outras fontes de receitas. Os diferentes episódios de expansão do crédito na economia brasileira, tanto em contexto de alta, quanto de baixa inflação, reforçam este entendimento. Conforme apontado por Minsky (1986), o negócio destas instituições consiste em "fazer dinheiro", valorizar riqueza sob a forma monetária. O mais recente ciclo de crédito da economia brasileira, iniciado a partir de meados de 2003, bem como os movimentos de especulação contra a moeda nacional em 1999 e 2002, revelaram mais uma vez a capacidade dessas instituições realizarem ajustes patrimoniais quase instantâneos, reagindo às novas oportunidades de ganhos. Em relação à expansão do crédito a partir de 2003, em

particular, não causa surpresa que esta reorientação do ativo em direção aos empréstimos tenha se processado diante de perspectivas de redução da taxa básica de juros, que concorreu no sentido de aumentar a demanda por crédito e de elevar o apetite destas instituições por operações menos líquidas – no contexto de crescimento da massa real de rendimentos a partir de 2003/2004 e da existência de uma demanda reprimida por crédito. Segundo Carvalho, Studart e Alves Jr. (2002, p.8):

> Os grandes bancos brasileiros de varejo [...] sempre foram capazes de aumentar rapidamente a oferta de crédito quando havia avaliações favoráveis nesse sentido – tal como na sequência do Plano Cruzado ou na fase de preparação e de lançamento do Plano Real – e também de recuar quando as condições se tornavam adversas, em muitas ocasiões com o apoio direto ou indireto do Banco Central e do Tesouro.

5.2.1 Metodologia e arranjo dos dados

A análise da estrutura patrimonial dos bancos privados no Brasil no interregno dez.1995/jun.2008 permite corroborar esta compreensão do padrão de atuação destas instituições. Os dados de balanço analisados foram obtidos no site do Banco Central, "50 maiores bancos", deflacionados pelo IGP-DI (preços constantes de dez.2007) e apresentados, adicionalmente, em percentagem do ativo total, no caso dos dados patrimoniais, e em percentagem das receitas/despesas, no caso dos dados de resultado[226].

Para a maioria das instituições contempladas, os dados se referem ao conglomerado financeiro, ou seja, ao conjunto de entidades financeiras que consolidam seus demonstrativos

[226] São três as fontes de informações contábeis dos bancos no Brasil disponibilizadas na página eletrônica do Banco Central, espaço "Sistema Financeiro Nacional – informações cadastrais e contábeis", a saber: a) informações contábeis analíticas e consolidadas por segmento; b) informações financeiras trimestrais (IFT); e c) 50 maiores bancos. Na fonte "b", algumas instituições divulgam os dados sob a forma de conglomerado econômico, bem como de conglomerado financeiro (a mesma da fonte "c", quando excluída a conta compensação). Ademais, além de nem todos os bancos disponibilizarem as informações contábeis dos respectivos conglomerados econômicos, as informações são disponíveis apenas a partir de 2001, com periodicidade trimestral. Na fonte "a", por seu turno, são disponibilizados os dados contábeis da instituição financeira, ou seja, as demonstrações financeiras da própria instituição, ao invés de seu conglomerado financeiro ou econômico. Na fonte "b" essas informações também são disponibilizadas - no caso do Banco Bradesco, por exemplo, além das demonstrações do Bradesco SA, são disponibilizadas as demonstrações financeiras do Banco Bradesco BBI SA, Banco Bradesco Cartões SA, Bradesco Leasing e Arrendamento Mercantil, Bradesco SA Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e BRAM Bradesco Asset Management SA DTVM. Em função do processo de consolidação das informações, as informações contábeis da instituição financeira, do conglomerado financeiro e do conglomerado econômico diferem substancialmente umas das outras. Uma visão mais abrangente do banco enquanto instituição torna sugestiva a consideração do conglomerado econômico. Contudo, tais informações são disponibilizadas no site do Baco Central apenas a partir de 2001, conforme já registrado (nos sites das instituições, normalmente são disponibilizados as demonstrações mais recentes; uma alternativa seria acessá-los na mídia impressa ou na Revista Bancária Brasileira). Como o conglomerado financeiro é composto pelo conjunto de instituições financeiras integrantes do referido conglomerado, acaba havendo alterações relevantes entre os dados das instituições que formam conglomerados econômicos, como os bancos Bradesco e Itaú, por exemplo.

contábeis e em cuja composição existe ao menos uma instituição do tipo banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial. Portanto, diferentemente do conglomerado econômico, que inclui as entidades não financeiras, o conglomerado financeiro é composto pelo conjunto de instituições financeiras vinculadas, direta e indiretamente, por participação acionária ou por controle operacional efetivo, caracterizado por administração comum, ou mediante atuação no mercado a partir da utilização da mesma marca ou nome comercial[227]. A ideia da consolidação consiste em conceber o conglomerado, no caso em tela financeiro, como se este fosse uma única instituição (COSIF, 1987; IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2006; ALMEIDA, 1991)[228]. De acordo com o Cosif (1987, p.82):

> O conglomerado financeiro, como se este constituísse uma única entidade econômica, deve elaborar consolidação operacional das demonstrações financeiras através de sua instituição líder, refletindo a adequada situação econômico financeiro-patrimonial. Para tanto, as transações de quaisquer naturezas realizadas entre as instituições componentes do conglomerado, para efeito de consolidação, devem ser consideradas como se tivessem sido efetuadas entre departamentos integrantes dessa unidade econômica. (Circ 1273)

Os dados analisados se referem aos bancos privados, sejam eles nacionais, privados com controle estrangeiro e privados com participação estrangeira. Os bancos públicos foram excluídos, salvo na coluna referente ao total do SFN, cujos valores contemplam essas instituições, além das privadas. As tabelas foram organizadas de modo a permitir uma analise comparada entre os tipos de controle, ou seja, entre instituições nacionais e com controle ou participação estrangeira, sendo apresentadas no Anexo B. Os dados e indicadores mais relevantes para a análise que seguirá são apresentados sob a forma de gráficos, de modo a permitir uma

---

[227] Para algumas instituições, bem como, em alguns casos, para uma mesma instituição em diferentes períodos, contudo, são apresentados os dados referentes às instituições independentes, entendidas enquanto instituições financeiras do tipo banco múltiplo sem carteira comercial, banco múltiplo com carteira comercial ou caixa econômica que não integram conglomerado (COSIF, 1987, p.82; Banco Central, 50 maiores).

[228] Deste modo, pois, a ideia da consolidação consiste em considerar apenas as transações do grupo econômico com terceiros, fora do grupo, sendo excluídas as transações realizadas entre suas entidades integrantes. Para um aprofundamento do processo de consolidação das demonstrações financeiras, bem como seus possíveis métodos, ver Iudícibus, Martins e Gelbcke (2006) e Almeida (1991). Para este último autor (1991, p.17*): "[...] quando existem várias sociedades formando um grupo ou uma entidade, o leitor somente terá um entendimento da real situação econômico-financeira se as demonstrações financeiras dessas diversas sociedades forem consolidadas em uma única demonstração contábil, que reflita a posição da entidade ou do grupo."*. No mais, conforme assinalam Iudícibus, Martins e Gelbcke (2006, p.461), este problema se faz sentir de forma mais intensa em empresas que têm investimentos importantes em outras do mesmo grupo. No caso em tela, cumpre ressalvar que como diversos dos grandes bancos privados no Brasil formam conglomerados econômicos, os dados de seus respectivos conglomerados financeiros não refletem os dados consolidados do grupo como um todo, uma vez que não são considerados os dados relativos às entidades não-financeiras que possam integrar os grupos econômicos, bem como possíveis transações entre empresas integrantes e não-integrantes do conglomerado financeiro.

melhor visualização de seu comportamento ao longo do tempo, de um lado, e uma melhor diagramação do trabalho, de outro.

No âmbito das tabelas do Anexo B, são apresentados ainda os saldos de cada uma das contas para o conjunto dos 5 maiores bancos privados, independentemente do tipo de controle, dos 50 maiores bancos exclusive as instituições públicas, e o total do SFN.

Finalmente, foram considerados ainda sete grandes bancos privados, a saber: Bradesco, Itaú, Unibanco, ABN AMRO, HSBC, Safra e Citibank. A seleção se justifica por se tratarem de grandes instituições privadas, bem como pela disponibilidade dos dados ao longo do período considerado - por se tratarem de instituições que não foram incorporadas por outras no interregno contemplado. Apenas no caso do HSBC os dados passam a ser disponibilizados a partir de jun.1997. Juntas, estas sete instituições respondiam por 42,6% do ativo total do SFN em junho de 2008. Nesta última posição, a amostra contemplava cinco grandes bancos de varejo, dos quais dois de propriedade nacional (Bradesco e Itaú), um com participação estrangeira (Unibanco) e dois com controle estrangeiro (ABN e HSBC); e dois grandes bancos de atacado, um nacional (Safra) e outro estrangeiro (Citibank)[229]. Isto porque, como se sabe, no segundo semestre de 2008 houve a fusão entre os bancos Itaú e Unibanco. Contudo, no período contemplado tais instituições e seus respectivos balanços ainda se achavam separados.

5.2.2 Análise dos dados e indicadores

Do lado do ativo dos bancos privados no Brasil, deve-se destacar a expressiva importância da participação das operações com TVM e das aplicações interfinanceiras de liquidez, compostas majoritariamente por títulos públicos, no ativo total destas instituições. Considerando-se as instituições privadas presentes entre os 50 maiores bancos no Brasil, observa-se que em nenhum semestre do interregno dez.1995/jun.2008 a participação das operações de crédito e arrendamento mercantil foi superior às operações com TVM e interfinanceiras de liquidez (Figura 24, gráfico V). Estas últimas, depois de terem superado 40% do ativo total do conjunto destas instituições nos períodos de maior instabilidade macroeconômica (dez.1997 a dez.1998, dez.2000, dez.2001 e dez.2003), encerraram junho de 2008 em 35,59%, contra 32,21% das operações de crédito e arrendamento mercantil. A partir de meados de 2003/2004, na esteira

[229] Coonforme já registrado, o ABN foi adquirido pelo Santander em 2007 e em 2008, ademais, houve a fusão do Itaú e do Unibanco.

do mais recente ciclo de crédito registrado na economia brasileira, observa-se uma redução do hiato entre a participação das operações de crédito e arrendamento mercantil e das operações com TVM e interfinanceiras de liquidez. Não obstante, estas últimas ainda continuaram representando a maior parte dos ativos do conjunto de grandes bancos privados. O mesmo se aplica ao caso do total do SFN (Figura 24, gráficos V e VI).

A trajetória da participação das operações de crédito no ativo total do conjunto de grandes bancos privados revela três fases distintas ao longo do tempo: 1) redução da razão crédito/ativo entre dez.97/jun.00; 2) recuperação relativa da participação das operações de crédito a partir de dez.00, mantendo-se em torno de 32% entre dez.00/jun.04; e 3) expansão mais vigorosa da referida razão entre jun.04/dez.06, com inversão a partir de 2007 – movimento que se mostra ainda mais claro para o conjunto dos 5 grandes bancos privados (Figura 24, gráfico V). A razão crédito/PIB assumiu uma clara trajetória de queda a partir de 1995, revertida apenas a partir do segundo semestre de 2003 (Figura 25), diante de um cenário macroeconômico prospectivo favorável – menor patamar da taxa básica de juros, de um lado, e perspectivas de retomada do crescimento econômico, de outro – articulada com uma demanda reprimida por crédito, notadamente no segmento dos empréstimos destinados às pessoas físicas. No interregno 1996/2002 foram apenas observados alguns mini-ciclos de crédito, logo revertidos por mudanças abruptas do estado geral de expectativas, sendo insuficientes para alterar a tendência declinante da referida razão (OLIVEIRA, 2007; 2009).

A análise da evolução das referidas participações dos bancos estrangeiros contemplados entre os 50 maiores bancos revela que, com exceção do período mais recente, a presença das operações com TVM e interfinanceiras no ativo total do conjunto dessas instituições se mostrou bem mais expressiva do que a verificada nos bancos privados nacionais, tendo atingido 50,74% em dez.1997, no contexto de forte aversão ao risco provocada pela crise asiática. Pode-se conjeturar que tais diferenças são resultantes de uma postura mais flexível dos bancos privados estrangeiros *vis-à-vis* os privados nacionais, bem como do período de adaptação dos primeiros às características e peculiaridades da economia brasileira e do SFN (Figura 24, gráficos II e III).

Os dados do conjunto de bancos privados nacionais elucidam claramente os efeitos provocados pela prática de taxa de juros básicos elevada, sob a institucionalidade da indexação financeira, sobre a rentabilidade dessas instituições. Isto porque a manutenção de um dos

principais pilares do regime de alta inflação no Brasil, a saber, a indexação dos títulos públicos à taxa de juros de curtíssimo prazo, num contexto em que prevalecem operações de crédito de curto termo de maturação (destinadas notadamente ao consumo das famílias e ao capital de giro das empresas, conforme discutido adiante), permite aos bancos alternarem de maneira quase instantânea suas posições de balanço sem que isso implique modulações expressivas de seus níveis de rentabilidade. Como os contextos de maior incerteza, em que ocorre um aumento da percepção de risco dos atores econômicos, geralmente estão associados a políticas monetárias contracionistas, a reorientação dos ativos dos bancos em direção aos títulos públicos lhes permite a redução dos impactos negativos causados por reversões do estado geral de expectativas sobre seus níveis de rentabilidade[230].

Isso explica, pois, a preservação dos níveis de rentabilidade do patrimônio dos bancos privados nacionais mesmo diante de cenários adversos, marcados por forte deterioração das expectativas. Tendo a possibilidade de alterar posições de balanço rapidamente, essas instituições conseguem obter elevados níveis de rentabilidade mesmo assumindo uma estrutura patrimonial flexível, pautada fortemente em operações com TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez. Não obstante a assunção de posições de balanço com maior grau de liquidez, os bancos privados obtiveram níveis de rentabilidade semestrais bastante elevados na maior parte do interregno considerado – os dados do demonstrativo de resultado disponibilizados na base "50 maiores bancos" se referem ao acumulado no semestre, nas posições de junho e dezembro. A despeito das modulações expressivas nas referidas participações, estas instituições conseguiram manter níveis elevados de rentabilidade mesmo assumindo um alto grau de liquidez em suas posições ativas – considerando tanto os dados agregados, quanto os das sete grandes instituições selecionadas, ainda que sob diferentes intensidades (Figuras 24 e 26)[231].

---

[230] Antes da adoção do regime de câmbio flutuante, em 1999, os contextos de maior aversão ao risco impunham aumentos da taxa básica de juros para manter a taxa de câmbio no patamar requerido pelas autoridades monetárias. Depois de 1999, em contraposição à hipótese da trindade impossível, o manejo da política monetária, a despeito do maior grau de autonomia em relação ao período anterior, continuou sendo restringido pelos impactos dos choques externos sobre a taxa de câmbio, cujos efeitos sobre o comportamento dos preços internos continuaram impondo aumentos da taxa básica de juros, de sorte a fazer a inflação convergir para a meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

[231] Os retornos do patrimônio e do ativo de jun.01 registrados no âmbito dos 5 maiores bancos privados, bancos privados estrangeiros, 50 maiores e total do SFN devem ser analisados com cautela, posto que foram fortemente influenciados pelo prejuízo registrado pelo Grupo Santander Banespa, de R$ 12,68 bilhões (preços de dez.07). Este prejuízo, contudo, foi condicionado fortemente pelo resultado negativo da participação em coligadas e controladas, de R$ -13,2 bilhões (também a preços constantes de dez.07), em razão do processo de privatização do Banespa, realizada em novembro de 2000. Contudo, quando excluído o efeito negativo de R$ 7,3 bilhões

Estudo realizado pela FIPECAFI (2004; 2005) sobre a geração e a distribuição do valor adicionado das instituições financeiras bancárias brasileiras oferece importantes indicações acerca da relevância das receitas de tesouraria na criação de riqueza do setor[232], ou seja, na geração de valor adicionado, de um lado, e na sua distribuição entre os fatores utilizados para sua criação, de outro. Infelizmente os dados se achavam disponíveis apenas para o interregno 2002/2005. Não obstante, por envolver um intervalo marcado pela transição para uma maior participação das operações de crédito no ativo dos bancos no Brasil, o dimensionamento das receitas de crédito, de tesouraria e de serviços na geração de valor adicionado do setor bancário brasileiro oferece importantes indicações acerca do padrão de rentabilidade dessas instituições ao longo do tempo. Isto porque o intervalo considerado envolve tanto a situação em que os bancos optaram por uma estrutura patrimonial mais flexível (2002 e 1º semestre de 2003), diante do quadro de forte instabilidade ensejado pela sucessão eleitoral, quanto em que essas instituições, diante do ambiente prospectivo de menor incerteza e de tendência de queda da taxa básica de juros, passaram a orientar seus ativos em direção às operações de crédito. Cumpre salientar, contudo, que os dados não foram segregados entre bancos públicos e privados, tampouco entre bancos múltiplos e outras instituições financeiras, referindo-se ao conjunto dos bancos comerciais e múltiplos, arrendadoras, financiadoras e bancos de investimento[233].

Um primeiro ponto a ser observado diz respeito à expressiva redução do valor adicionado líquido nominal das receitas de tesouraria entre o 1º sem.2002 e o 1º sem.2005, de R$ 10,8 bilhões para R$ 5,5 bilhões, cuja contrapartida foi o expressivo aumento das receitas de operações de crédito, de R$ 7,3 bilhões para R$ 16,3 bilhões – valores correntes (Tabela 16). Essa alteração decorreu do maior grau de exposição das instituições financeiras em operações de

---

decorrente do ágio pago pelo Banespa pela holding do grupo, tem-se que o lucro líquido do Grupo Santander Banespa atingiu R$ 1,298 bilhão no ano de 2001 (a preços correntes), o equivalente a um ROE de 29,6% e um ROA de 2,3%. 70% do lucro obtido correspondeu ao resultado do Banespa (BAUTZER, 2002; VARGA, 2002). Grande parte do lucro adveio, ademais, do resultado com operações de TVM, que atingiu nada menos que R$ 7,03 bilhões, ante R$ 3,35 bilhões do resultado bruto de operações de crédito e de R$ 723 milhões de arrendamento mercantil. Para maiores detalhes, ver ainda Grupo Santander Banespa (2002).

[232] A desagregação das contas Cosif dos conglomerados financeiros disponibilizada no site do BC, de um lado, e a indisponibilidade dos dados de resultado das instituições que fazem parte do conglomerado econômico, de outro, inviabiliza o cálculo do valor adicionado para os períodos a partir de 2005. A FIPECAFI (2004; 2005) realizou o cálculo do valor adicionado das instituições financeiras bancárias no Brasil a partir de dados fornecidos pelo Banco Central. Este, por seu turno, não disponibiliza a demonstração do valor adicionado dos bancos no Brasil, também chamada "PIB da empresa".

[233] Os resultados foram obtidos a partir de critérios de alocação de custos e despesas (em sua maior parte são de natureza fixa) amparados em procedimentos normalmente utilizados pelas instituições financeiras, embora critérios alternativos se mostrem possíveis, conforme registrado pela própria FIPECAFI (2004; 2005). Para um melhor detalhamento da metodologia empregada, ver FIPECAFI (2004; 2005).

empréstimos, de um lado, e da menor atratividade da menor em operações de tesouraria, na esteira da redução da taxa básica de juros entre os períodos, de outro. No primeiro semestre de 2002, 63,8% do lucro líquido do conjunto dessas instituições foi gerado pelos ganhos de tesouraria, contra 21,3% das operações de crédito. A partir do segundo semestre de 2003 essa relação passa a se inverter, na esteira do ciclo de expansão do crédito. No primeiro semestre de 2005, os ganhos com empréstimos responderam por 42,3% do lucro líquido dessas instituições, contra 20,0% dos ganhos de tesouraria (Tabela 16).

Outro destaque diz respeito à reduzida estrutura de custos, relacionada às despesas com terceiros, das receitas de tesouraria *vis-à-vis* às receitas de crédito. Isso também pode ser observado no âmbito da distribuição do valor adicionado líquido total, cuja parcela destinada à remuneração de recursos humanos se mostra muito maior nas operações de crédito em relação às operações de tesouraria (Tabela 16). Em razão disso, parcela maior da geração de valor líquido é transformada em lucro líquido no caso das operações de tesouraria, quando da comparação com o valor adicionado líquido transformado em lucro líquido decorrente das operações de crédito. No primeiro semestre de 2005, por exemplo, do total do valor adicionado líquido gerado pelas operações de empréstimos, 33,7% foi transformado em lucro líquido, contra 47,3% das operações de tesouraria (Tabela 16). Isto revela, uma vez mais, a atratividade das operações de tesouraria para as instituições financeiras no Brasil, notadamente em contextos de instabilidade. Em 2002, o valor adicionado líquido total das operações de tesouraria se mostrou bem maior do que o proporcionado pelas operações de crédito.

Com isso não se quer afirmar que os bancos no Brasil preferem, intertemporalmente, títulos públicos ao invés de crédito. Tampouco que a redução da participação das operações de crédito possa implicar, em algum grau, reduções dos indicadores de rentabilidade dos bancos no Brasil, ainda que não abruptamente – ao menos enquanto prevalecer a prática de juros básicos elevados e o arcabouço da indexação financeira. Quer-se afirmar apenas que a existência de um ativo que concilia elevado grau de liquidez e rentabilidade permite que estas instituições obtenham altos níveis de retorno mesmo diante de conjunturas adversas, pois reduz o grau de sensibilidade dos indicadores de rentabilidade às modulações da participação das operações de crédito no ativo dessas instituições. Com efeito, nos períodos de retração dos negócios e de maior aversão ao risco, a anomalia provocada pela combinação entre alta taxa básica de juros e ativos a ela indexados se apresenta sob uma forma paradoxal, a saber: obtenção de elevados níveis de

rentabilidade do patrimônio mediante a assunção de um baixo grau de alavancagem (Figuras 27 e 28).

É evidente, contudo, que a melhora do cenário macroeconômico e a consequente redução da taxa básica de juros tende a tornar os indicadores de rentabilidade dessas instituições mais sensíveis às modulações dos diferentes graus de riscos assumidos, uma vez que a diminuição da taxa básica de juros tende a tornar as operações com títulos públicos menos rentáveis para os bancos. Essa foi a principal razão, inclusive, pela qual essas instituições passaram a ampliar as operações de crédito a partir de meados de 2003, sob o acicate da retomada do crescimento econômico e da massa real de rendimentos, ensejada pela redução da taxa básica de juros e pela melhora progressiva dos fundamentos macroeconômicos, condições que aumentaram o apetite dos bancos pelas operações de crédito (notadamente ao consumo, segmento que oferece maior rentabilidade), de um lado, e elevaram a capacidade de endividamento dos atores econômicos, de outro[234].

Puxados notadamente pelo crédito com recursos livres destinado às pessoas físicas, incluindo as operações com crédito consignado com desconto em folha de pagamentos[235], conforme destacado por Oliveira (2007; 2009), Cintra (2006) e Freitas (2007b), bem como pelas linhas de curto prazo destinadas às empresas, o ciclo de crédito verificado na economia brasileira a partir de meados de 2003 foi resultado de uma deliberada reorientação da estrutura patrimonial do sistema bancário em direção às operações de empréstimos, num contexto de menor atratividade das operações com títulos públicos, de perspectivas otimistas em relação ao cenário macroeconômico prospectivo e da existência de demanda reprimida por crédito, especialmente no segmento de crédito às pessoas físicas (Figuras 24 e 26).

[234] Entre abril de 2003 e abril de 2004 a taxa Selic recuou de 26,5% para 16% ao ano.

[235] Os empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento foram regulamentados pela Medida Provisória n.130, de 17/09/2003, convertida na Lei 10.820, de 17.12.2003. Estas operações desempenharam um importante papel na dinamização das parcerias entre os grandes e os pequenos e médios bancos, bem como das aquisições destes últimos pelos primeiros. Estas operações cresceram significativamente desde sua introdução, tendo contribuído de forma substantiva para a expansão do crédito a partir de meados de 2003, em vista das taxas de juros bem menores do que as praticadas nas demais modalidades de crédito destinadas às pessoas físicas – ainda que, cumpre salientar, muito elevadas, considerando se tratar de operações praticamente sem risco de inadimplência. A partir de 2007, contudo, passou-se a observar uma redução forte do ritmo de crescimento dessas operações. A redução das margens envolvidas nas operações, a liquidação antecipada dos financiamentos, notícias de fraudes e o crescimento explosivo desse mercado nos últimos anos contribuíram nesse sentido.

Para viabilizar o aumento das operações de crédito no varejo massificado, os grandes bancos privados realizaram uma série de parcerias com grandes e médias redes varejistas, bem como aquisições de pequenas e médias instituições financeiras com nicho no mercado de crédito ao consumidor, com e sem desconto em folha de pagamento. As parcerias com grandes redes de varejo cresceram em ritmo acelerado a partir do segundo semestre de 2003, proporcionando aos bancos uma carteira de clientes com históricos conhecidos, ganhos de escala e popularização de seus serviços junto a um público cativo por recursos e muitas vezes não-bancarizado. Por outro lado, proporcionou às redes de varejo maiores vendas em virtude de melhores condições de financiamento aos clientes, tanto em termos de prazo, como de taxa de juros praticada junto aos mutuários.

Em vista dos obstáculos enfrentados pelos grandes bancos para o desenvolvimento de nichos de mercado, a associação com as grandes e médias redes de varejo permitiu a essas instituições aumentarem os empréstimos rapidamente e sob custos bem menores do que seriam incorridos mediante expansão da rede de agências, transformando as redes de varejo em correspondentes bancários - permitindo um aumento da capilaridade e da base de clientes. Algumas parcerias envolveram a criação de financeiras em sociedade, como as parcerias do Bradesco com as Lojas Colombo e o Leader Magazine, enquanto outras não, como os acordos realizados entre o próprio Bradesco e as Lojas Salfer e as Casas Bahia, bem como do Unibanco com o Ponto Frio e o Magazine Luiza, e do Itaú com o Pão de Açúcar e as Lojas Americanas.

A disputa dos grandes bancos no Brasil pelo crédito massificado também se estendeu para o campo da aquisição de financeiras e de bancos com nicho de mercado no crédito ao consumo, bem como para a esfera da realização de contratos de cessão de crédito com instituições de pequeno e médio portes[236]. Para os pequenos e médios bancos que realizaram as parcerias, tornou-se possível não apenas a sustentação das operações ativas, mas o atendimento de um maior contingente de clientes, estratégia que seria restringida pelos parâmetros estabelecidos pelo acordo da Basiléia. Já os grandes bancos que realizaram parcerias ou aquisições de instituições, ou simplesmente locaram as carteiras de crédito de bancos que operavam no nicho de financiamento ao consumo, potencializaram o crescimento de suas carteiras de crédito e passaram

[236] Este processo foi acelerado após a intervenção no Banco Santos em 2004, que dificultou a captação de recursos por parte dos pequenos e médios bancos, diante da menor disposição dos investidores institucionais comprarem seus CDBs e suas cotas de fundos de recebíveis, levando-os a realizar parcerias com outras instituições (PARCERIAS..., 2005).

a ter nova capacidade de geração de negócios a partir de uma plataforma de relacionamento mais estreito com o público-alvo. Em geral, nas parcerias realizadas, os pequenos bancos se responsabilizam pela distribuição, enquanto os grandes bancos com parte dos recursos para os financiamentos e com o processamento das transações – para mais detalhes sobre as parcerias, ver Apêndice G.

Esse movimento de parcerias e aquisições realizadas sobretudo entre 2003/06 mostra a capacidade de reação dos bancos privados às oportunidades de ganhos, tendo contribuído decisivamente para a rápida ampliação da participação das operações de crédito e arrendamento mercantil no ativo total do conjunto de grandes bancos privados nesse interregno (Figura 24, gráfico 5). Contudo, cumpre salientar que a forte expansão do crédito ocorrida entre meados de 2003 e de 2008, equivalente a cerca de 15% do PIB, não significou uma mudança estrutural do padrão de atuação dos bancos privados no Brasil. Essas instituições, conforme já frisado, sempre se mostraram capazes de ampliar aceleradamente os empréstimos para viabilizarem a obtenção de níveis elevados de rentabilidade, como demonstrado nos episódios de 1986 e 1994. Por outro lado, contudo, revela que a redução da taxa básica de juros constitui condição necessária, ainda que insuficiente, para viabilizar o aumento sustentado do crédito.

As Figuras 29 e 30 apresentam os resultados com crédito e arredamento mercantil, TVM e câmbio, bem como a rentabilidade semestral do patrimônio dos bancos privados. Assim como os dados patrimoniais dos bancos privados ora considerados, os demonstrativos financeiros de resultados disponibilizados na base "50 maiores" do Banco Central consideram os dados dos conglomerados financeiros, os quais contemplam tão somente as entidades financeiras do grupo, excluindo as empresas não-financeiras, inclusive as que operam nos ramos de seguro, previdência e capitalização – ramos de atividades que têm sido responsáveis por parcela crescente da geração de resultados dos grandes bancos (conglomerados econômicos), não raro sendo responsáveis por mais de 1/3 de seus lucros nos últimos anos[237]. Não menos importante, os dados de resultado se referem ao acumulado no semestre, ao invés de acumulado no ano nas posições de dezembro.

[237] Ver, por exemplo, os demonstrativos financeiros recentes dos bancos Bradesco e Itaú (a partir de novembro de 2008 Itaú Unibanco), disponíveis em suas páginas eletrônicas na internet, área de relação com investidores, bem como os dados Consolidados Econômico-Financeiros (CONEF) dos grandes bancos disponíveis na base IFT do Banco Central. Nesta base de dados, contudo, o demonstrativo de resultado do Consolidado Societário (CS) das instituições para as quais este se acha disponível não segmenta os dados de receitas e despesas com TVM e receitas e despesas de seguros, capitalização e previdência - os dados referentes às receitas e despesas com seguros, previdência e capitalização são aglutinados nas contas receitas com TVM e despesas com TVM,

Pode-se observar, considerando-se particularmente o conjunto de bancos privados contemplados entre os 50 maiores instituições no Brasil, que as receitas com TVM ocupam papel de destaque nas receitas de intermediação financeira, já tendo atingido pouco mais de 40% em alguns dos períodos considerados (jun.1999; dez.2000; jun.2001; dez.2002) – Figura 29, gráfico V. A partir de 2004, por outro lado, ocorre uma forte redução das receitas com TVM, as quais também incorporam o resultado líquido das aplicações interfinanceiras de liquidez e das operações com derivativos – sobre a composição de cada conta patrimonial dos bancos contemplados na base "50 maiores" do Banco Central, ver Anexo C. Tais receitas passam a corresponder a pouco mais de 20% do total das receitas de intermediação financeira do conjunto das grandes instituições privadas em junho de 2008, contra quase 70% das receitas com operações de crédito e arrendamento mercantil – praticamente os mesmos patamares registrados pelos bancos privados nacionais e dos cinco maiores bancos privados (Figura 29, gráficos I, II e V).

No caso dos bancos privados estrangeiros, por seu turno, as receitas com TVM, que já corresponderam a mais de 40% do total das receitas de intermediação financeira na maior parte do interregno dez.1995/dez.2002, encerraram junho de 2008 em cerca de 30%, registrando um ROE semestral inclusive superior ao dos privados nacionais (Figura 29, gráficos II e III). Isto, cumpre salientar, mesmo considerando que tais receitas desconsideram, no caso dos conglomerados financeiros, as receitas com seguros, previdência e capitalização, com as duas primeiras obtidas majoritariamente mediante a aquisição de títulos públicos[238].

Deve-se ressalvar, ainda, que enquanto a base de dados "50 maiores bancos" do Banco Central disponibiliza as receitas com TVM, que incorporam rendas com derivativos e aplicações interfinanceiras, deduzidas das respectivas despesas, as receitas de crédito e arrendamento mercantil sofrem apenas as deduções das despesas de cessão de créditos de arrendamento, de créditos decorrentes de contratos de exportação e de operações de crédito. Mas das receitas de crédito e arredamento mercantil podem ser deduzidas, ainda, as despesas com operações de crédito de liquidação duvidosa, provisões para operações de crédito e arrendamento mercantil,

---

respectivamente. Ambos (CONEF e CS), todavia, consideram as atividades não-financeiras dos grandes bancos, pois se referem aos dados do conglomerado econômico, e não apenas do conglomerado financeiro, tal como ocorre no âmbito da base "50 maiores" do BC.

[238] Razão pela qual a participação das operações com TVM e aplicações interfinanceiras no ativo total tende a ser bem mais elevada no caso dos consolidados operacionais dos conglomerados econômicos, que incluem as operações das entidades não-financeiras em seus balanços.

entre outras, as quais são apresentadas no âmbito das despesas de intermediação financeira – despesas de arrendamento mercantil e provisão para crédito em liquidação. As referidas deduções permitem trabalhar com o conceito de resultado efetivo das operações de crédito e arrendamento mercantil, posto que subtraídas das respectivas provisões. Logo, para efeito de melhor comparabilidade entre as participações das receitas (líquidas) com TVM e com crédito e arredamento mercantil, pode-se deduzir destas últimas as despesas de arrendamento mercantil e com provisão para crédito em liquidação. As referidas participações são apresentadas nas Figuras 31 e 32 – em cujo denominador passou a ser contempladas as receitas de intermediação deduzidas das despesas de arrendamento mercantil e de provisão para crédito em liquidação[239].

Neste caso, evidentemente, observa-se um aumento da participação das receitas com TVM e uma redução das receitas com operações de crédito e arrendamento mercantil no total das receitas de intermediação financeira dos grandes conglomerados financeiros no Brasil (Figuras 31 e 32). Considerando-se o conjunto dos bancos privados nacionais contemplados entre as 50 maiores instituições, pode-se verificar que em alguns períodos a participação das receitas com TVM no total das receitas de intermediação chegou a superar as receitas com crédito e arrendamento mercantil (jun.1998 a jun.1999 e dez.2002) – Figura 31, gráfico V.

Em junho de 2008, a participação das receitas com TVM atingiu 30%, ante aproximadamente 20% de acordo com o cálculo anterior, enquanto a das receitas de crédito e arrendamento alcançou 57,33% (Figura 31, gráfico V). Uma vez mais, observa-se que as receitas com TVM, considerando-se todo o interregno dez.1995/jun.2008, foram muito mais elevadas nos caso dos bancos privados estrangeiros do que no dos bancos privados nacionais, tomando-se por base os dados dos respectivos conglomerados financeiros (Figura 31, gráficos II e III). Já no caso dos bancos individuais selecionados, são observadas expressivas diferenças das participações entre as instituições: no caso do Bradesco, em particular, em nenhum período a participação das receitas com TVM superou a dos ganhos com crédito e arrendamento mercantil, diferentemente, sobretudo, do registrado nos casos dos bancos HSBC e Safra (Figura 32).

[239] Para considerar apenas as operações com TVM, seria conveniente excluir as operações com instrumentos derivativos. Contudo, o Banco Central apresenta as contas dos conglomerados financeiros na base "50 maiores" apenas de forma aglutinada, com metodologia de aglutinação não explicitada. Na base IFT, por sua vez, apenas alguns bancos disponibilizam os demonstrativos financeiros na forma de consolidado operacional do conglomerado financeiro. Ademais, nestes casos, a publicação dos demonstrativos têm início apenas em 2001.

Ainda no que se refere às receitas de intermediação – agora não mais considerando as deduções com provisão para crédito de liquidação duvidosa e despesas de arrendamento mercantil –, destaque deve ser atribuído às receitas de operações de câmbio nos episódios das maxidesvalorizações cambiais do início de 1999 e de 2002, decorrentes dos ataques especulativos contra a moeda nacional. No primeiro caso, as receitas cambiais dos bancos privados atingiram pouco mais de 10% das receitas de intermediação financeira na posição de junho, o equivalente a R$ 19,85 bilhões a preços de dez.2007, dos quais R$ 13,91 bilhões obtidos apenas pelos 5 maiores bancos privados (Figura 29) – os valores constantes de todas as contas patrimoniais analisadas nesta seção são apresentados no Anexo B.

O Bradesco, por exemplo, ganhou R$ 3,09 bilhões com a desvalorização cambial na posição de junho de 1999, 12,65% do total de suas receitas de intermediação financeira; o Itaú R$ 2,05 bilhões, 14,31%; o Unibanco R$ 3,46 bilhões, 20,59%; o ABN R$ 2,26 bilhões, 20,18%. Os bancos HSBC, Safra e Citibank, por outro lado, registraram ganhos menos expressivos com as operações cambiais em 1999, ainda que representando, no caso dos dois primeiros, parcelas não desimportantes das respectivas receitas de intermediação (Figura 30). Considerando-se o total do SFN, os ganhos com a maxidesvalorização cambial atingiram nada menos que R$ 29,16 bilhões em jun.1999[240].

Em 2002 ocorreu uma nova maxidesvalorização cambial, agora provocada pelas incertezas relacionadas à sucessão eleitoral. A taxa de câmbio, que passou de R$ 2,32 para R$ 2,84 por dólar entre dez.2001/jun.2002, encerrou dezembro de 2002 em R$ 3,53, depois de ter atingido R$ 3,89 por dólar (americano) no fim de setembro daquele ano e ter superado a barreira dos R$ 4 por dólar em alguns dias de meados do segundo semestre de 2002. Os ganhos dos bancos privados atingiram novamente montantes expressivos. No caso das instituições privadas elencadas entre as 50 maiores, as receitas de operações de câmbio somaram R$ 12,15 bilhões em dezembro de 2002, depois de terem atingido R$ 8,9 bilhões em jun.2002 (sempre a preços de dez.07), o equivalente a 10,93% e 8,14% das receitas de intermediação financeira, respectivamente (Figura 29, gráfico V). Os ganhos no ano de 2002 dos bancos privados nacionais

[240] Cumpre registrar, contudo, que nem todos os bancos ganharam com a desvalorização cambial. Conforme destaca Freitas (2007a), em 1999 bancos que apostaram na direção oposta, como Marka, FonteCindam e Boavista arcaram com expressivos prejuízos.

foram apenas um pouco superiores aos registrados pelos privados estrangeiros, R$ 9,21 bilhões e R$ 8,96 bilhões a preços de dez.2007.

Dentre os grandes bancos individuais selecionados, pode-se observar que o Bradesco foi o que mais se beneficiou com a desvalorização cambial de 2002, com as receitas de operações de câmbio atingindo R$ 6,61 bilhões. O Unibanco também registrou ganhos expressivos, da ordem de R$ 2,70 bilhões. Dentre os bancos privados estrangeiros, por seu turno, o ABN foi o que mais lucrou com o ataque especulativo contra a moeda nacional, R$ 1,46 bilhão. Os dois episódios revelam, pois, a capacidade dos bancos privados fazerem frente às novas oportunidades percebidas de lucro (Figura 30).

Outra conta do ativo que merece destaque diz respeito ao permanente, incluindo o imobilizado, posto que os investimentos em tecnologia e automação bancária contribuíram de modo importante para o aumento dos indicadores de eficiência dos bancos privados no Brasil, notadamente os privados nacionais (Figuras 33 e 34). Tomando-se por base as instituições privadas elencadas entre as 50 maiores do país, pode-se observar a elevada participação do ativo permanente no ativo total do conjunto destas instituições na segunda metade dos anos 1990, média de 10,31% no interregno dez.1995/dez.2000, tendo atingido pouco mais de 12% em dez.1995, no contexto de reorganização administrativa, tecnológica e operacional observado no período logo após o Plano Real. Neste intervalo, os bancos privados nacionais alocaram, em média, 11,6% de seus ativos no permanente, contra 7,42% dos privados estrangeiros. No caso dos 5 maiores bancos privados, a referida participação atingiu, em média, 12,13% (Figura 33, gráficos I, II, III e V).

Entre 2000/2002 a participação do ativo permanente no ativo total do conjunto dos grandes bancos privados entra em declínio, mas volta a aumentar a partir de 2003/2004 sob a liderança das instituições de capital nacional – sob influência dos investimentos realizados para viabilizar a expansão das operações de crédito. Considerando-se a média do período dez.04/jun.08, observa-se que a participação do permanente no ativo total atingiu 10,09% no caso dos privados nacionais, contra apenas 3,75% dos estrangeiros (Figura 33). Os investimentos realizados pelos bancos privados no Brasil contribuíram decisivamente para aumentar substancialmente seus índices de eficiência entre dez.95/jun.08, conforme se pode observar nas Figuras 35 e 36. Com estruturas administrativas mais enxutas, de um lado, e com expressiva

ampliação das receitas com prestação de serviços, de outro, essas instituições conseguiram, de forma progressiva e de maneira geral, viabilizar a consolidação de uma estrutura de custos compatível com um contexto de baixa inflação.

As Figuras 35 e 36, que mostram a evolução do índice de eficiência ou de cobertura, bem como das receitas de prestação de serviços dos bancos privados no Brasil, falam por si só. O índice de eficiência foi calculado pela razão entre as receitas de prestação de serviços e as despesas de pessoal (em módulo). Pode-se observar um aumento representativo do referido índice no caso dos bancos privados entre dez.95/jun.08, de 0,64 para 1,45, denotando que as receitas de prestação de serviços se tornaram mais do que suficientes para arcar com as despesas de pessoal (Figura 35, gráfico V). No caso dos 5 maiores bancos privados, o índice aumentou de 0,71 para 1,51 (Figura 35, gráfico I). Pode-se observar, ainda, que os bancos privados nacionais apresentavam um índice de eficiência não muito distante do registrado pelos bancos estrangeiros já na segunda metade dos anos 1990, situando-se, inclusive, em patamar mais elevado. Em dez.1999, o índice de eficiência dos bancos privados nacionais era de 0,96, contra 0,62 dos bancos estrangeiros. Na posição de jun.08, por outro lado, a situação se inverte: o referido índice atinge 1,41 no caso dos bancos privados nacionais e 1,51 dos bancos privados estrangeiros (Figura 35, gráficos II e III).

Considerando-se o total do SFN, que inclui os bancos públicos e privados, o índice de eficiência sobe de 0,41 para 1,26 no interregno dez.95/jun.08 (Figura 35, gráfico VI). Os dados dos sete bancos individuais considerados na amostra, ademais, apontam na mesma direção, ainda que em diferentes intensidades. Apenas o índice do banco Safra registra declínio entre dez.95/jun.08, ante sua atuação preponderante no mercado de atacado destinado a pessoas jurídicas e físicas de alta renda – o que, em geral, demanda um sistema de prestação de serviços mais personalizado e, por extensão, mais custoso.

Esses dados refletem, pois, as transformações administrativas, organizacionais e tecnológicas empenhadas pelos bancos no Brasil para se adaptarem ao contexto de baixa inflação. As receitas de prestação de serviços se tornaram fundamentais para a obtenção de níveis elevados de rentabilidade pelos bancos privados a partir de 1994, especialmente depois da flexibilização

das restrições que prevaleciam sobre as cobranças de tarifas a partir de 1996[241], assim como os ganhos de intermediação e com TVM. Segundo Freitas (2007a, p.38):

> A ampliação das receitas com prestação de serviços como forma de compensar a perda com os ganhos decorrentes da inflação foi uma estratégia largamente utilizada pelo sistema bancário brasileiro, em particular, a partir de 1996 quando houve total flexibilização das normas que restringiam essas cobranças [...]. Independentemente da natureza do capital, todos os bancos passaram a cobrar tarifas por serviços anteriormente oferecidos gratuitamente aos clientes. [...]

Portanto, tem-se que os ganhos com prestação de serviços passaram a ocupar lugar central na política de geração de receitas operacionais dos bancos privados no Brasil em contexto de baixa inflação. Em valores constantes de dez.2007, as receitas com prestação de serviços dos bancos privados contemplados entre os 50 maiores mais do que duplicaram entre dez.95/jun.08, passando de R$ 7,13 bilhões para R$ 16,40 bilhões. As receitas com prestação de serviços do banco Itaú, em particular, subiram de R$ 1,47 bilhão para R$ 4,17 bilhões no período, mais da metade das receitas operacionais exclusive o resultado de intermediação financeira da instituição (Figuras 37 e 38).

Já no que se refere ao lado direito do balanço dos bancos privados, o primeiro ponto que deve ser destacado diz respeito à trajetória decrescente assumida pelos depósitos de poupança no interregno dez.95/jun.08, considerando-se o conjunto de bancos privados, com destaque aos privados nacionais, para os quais a participação de tais depósitos no passivo total recuou de 18,93% para 6,95% (Figura 39). Em contraposição, a partir de 2001 registra-se um expressivo crescimento dos depósitos a prazo, cuja participação no total do passivo para o conjunto de bancos privados aumentou de 13,21% para 20,53% entre jun.01/jun.08, tendo atingido 24,20% em jun.06 (Figura 39, gráfico V). Observa-se, aqui, uma clara evidência da administração de passivos realizada pelos bancos no Brasil, destinada a amparar a estratégia de expansão do crédito a partir de meados de 2003, visto que sobre os depósitos a prazo incidem menores alíquotas de recolhimento compulsório e demais exigibilidades[242].

---

[241] Resolução 2.302 de 25 de junho de 1996.

[242] A administração ativa das obrigações empenhada pelos bancos para potenciar suas operações de crédito a partir de 2003/2004 não se restringiu à captação de depósitos a prazo. Para escaparem dos compulsórios e de outras exigibilidades do Banco Central, os bancos passaram a fazer uso de suas empresas de arrendamento mercantil para viabilizar a captação de recursos mediante emissão de debêntures, até então não sujeitas ao compulsório e livres da contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC). De acordo com Lucchesi e Bautzer (2006), a empresa de *leasing* do conglomerado emitia debêntures, tendo como comprador a tesouraria do banco controlador. No momento seguinte, a empresa de *leasing* - que até o início de 2008 não era sujeita ao compulsório–, repassava parte dos "recursos captados" ao banco, mediante depósito interfinanceiro. Nessa

Não por outra razão, em todos os casos, ainda que sob diferentes intensidades, pode-se verificar uma estreita relação entre o comportamento das participações dos depósitos a prazo e das operações de crédito e arrendamento mercantil no passivo total para a maioria dos casos dos segmentos e instituições analisados. Esse movimento se mostrou mais evidente no caso dos bancos estrangeiros, comparativamente aos privados nacionais. No período mais recente, mais apropriadamente a partir de meados de 2006, em que se observa uma redução da participação do crédito no ativo total dos bancos, a parcela do passivo do conjunto das instituições privadas concernente aos depósitos a prazo passa a diminuir (Figuras 39 e 40). Com efeito, depois da expansão da participação dos depósitos totais no passivo total dos bancos privados entre 2001 e 2005, a partir de 2006 passa-se a observar uma inversão desta trajetória, conforme indicado pela linha de tendência relativa à média móvel[243] apresentada nos gráficos das Figuras 39 e 40.

Concluí-se, assim, que o crescimento da participação dos depósitos totais que acompanhou a expansão das operações de crédito e arrendamento mercantil a partir de meados de 2003/2004 decorreu, em grande medida, da expressiva expansão dos depósitos a prazo, que na maioria dos casos mais do que compensou o recuo da participação dos depósitos de poupança. Em relação ao interregno 2001/2005, vale notar a diferença apresentada entre os bancos privados nacionais e estrangeiros (Figura 39, gráficos II e III). Os primeiros ensaiam uma expansão da participação dos depósitos totais a partir de jun.01, mas já a partir de jun.03 ela passa a entrar numa trajetória de queda que se estende até jun.08, depois da relativa estabilidade registrada entre jun.04/dez.05, em torno de 35% do passivo total. O crescimento dos depósitos a prazo e, por extensão, dos depósitos totais no caso dos bancos estrangeiros se mostrou muito mais expressiva.

---

operação, que ficou conhecida no mercado como "troca de chumbo", o banco ficava com as debêntures, que passam a ser usadas como lastro para novas captações – ao invés de CDBs, sujeitos ao compulsório e ao FGC. Parte dos recursos utilizada para a compra das debêntures, por sua vez, retornava ao banco sob a forma de depósitos interfinanceiros. Além disso, como os juros pagos pelas empresas de *leasing* são dedutíveis do imposto de renda, essa operação contribuía adicionalmente para o resultado do conglomerado. Para os clientes, por sua vez, tratava-se de uma opção atrativa de investimento, pois a taxa paga pelo banco aos aplicadores com lastro em debêntures era superior à taxa praticada no CDB. Em novembro de 2007 o sistema bancário brasileiro tinha nada menos que R$ 160 bilhões em depósitos interfinanceiros de empresas de arrendamento mercantil. No início de 2008 o Banco Central instituiu o recolhimento compulsório sobre os recursos captados pelas sociedades de *leasing*, alegando atribuir isonomia às fontes alternativas de captação (RIBEIRO, 2008). Isso explica, então, o expressivo crescimento da emissão de debêntures a partir de 2005, conforme assinalam Cintra (2007, p.59-61), Biancareli (2007, p.53-58) e Sant'Anna (2007).

[243] A média móvel permite uma visualização mais clara da tendência de uma variável, pois contribui para uniformizar suas flutuações ao longo do tempo. A média móvel é dada pela seguinte equação: $F_t = (A_t + A_{t-1} + ... A_{t-n+1})/n$. No caso em tela, a média dos dois primeiros pontos foi usada como o primeiro ponto da linha de tendência da média móvel, a média do segundo e terceiro pontos, por sua vez, diz respeito ao segundo ponto da linha de tendência, assim sucessivamente.

A participação de tais depósitos no passivo total do conjunto destas instituições aumentou de pouco mais de 10% em jun.01 para nada menos que 30% em dez.05, passando a cair a partir de jun.06, tal como nos bancos privados nacionais. Deduz-se, disso, uma estratégia bastante ousada dos bancos estrangeiros na captação de recursos sob a forma de depósitos a prazo, o que certamente condicionou os bancos privados nacionais a migrarem para outras fontes de recursos para atribuir viabilidade à expansão do crédito.

No âmbito dos bancos individuais selecionados, este movimento se mostrou bastante claro quando da comparação do comportamento dos depósitos totais dos bancos Bradesco e Itaú *vis-à-vis* os bancos ABN e HSBC (Figura 40). O Bradesco apresentou certa estabilidade da participação dos depósitos totais no passivo total entre 2001 e 2005, enquanto o Itaú registrou uma clara trajetória de queda a partir de 2000: entre dez.99/jun.08, a parcela das obrigações do Itaú referente aos depósitos caiu de 48,08% para 25,63%. Movimento inverso ocorreu no caso dos bancos estrangeiros ABN e HSBC. Entre jun.01/jun.08 a referida participação aumentou de 26,99% para 42,84% no caso do ABN, depois de ter atingido nada menos que 60,83% em dez.05, enquanto no HSBC subiu de 34,91% para 54,95%, depois de ter alcançado o pico de 64,75% em dez.06. Isso revela que os bancos privados estrangeiros pautaram sua estratégia de ampliação dos empréstimos notadamente a partir da ampliação dos depósitos, particularmente a prazo, enquanto os privados nacionais adotaram uma estratégia mais diversificada, utilizando outras fontes de captação.

Não se pode desconsiderar a hipótese, contudo, de que a forte atuação dos bancos estrangeiros no mercado de depósitos a prazo concorreu no sentido de deslocar parte da captação de recursos dos bancos privados nacionais para o mercado aberto, bem como para outras obrigações – as quais envolvem a cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados, obrigações cambiais, obrigações sociais e estatutárias, etc.[244] (Figuras 41 e 42). As demais obrigações, que caem abruptamente no caso do banco ABN AMRO entre dez.01/jun.06, sobem de forma expressiva no caso do Banco Itaú, de aproximadamente 10% em dez.99 para em torno de 25% a partir de jun.04 (Figura 42). Tais movimentos também podem ser observados no aglutinado dos bancos privados nacionais e estrangeiros (Figura 42, gráficos II e III).

[244] Para maiores detalhes sobre a composição da conta "outras obrigações", código Cosif 4.9.0.00.00-9, ver Cosif (1987, p.36-42). Deve-se destacar, ainda, que a conta outras obrigações, considerando-se o aglutinado de contras realizado pelo Banco Central no âmbito da base 50 maiores bancos, incorpora os resultados de exercícios futuros – Anexo C.

Em relação às captações no mercado aberto, as quais, conforme salientado anteriormente, referem-se aos recursos captados por operações compromissadas normalmente com títulos públicos, deve-se destacar o expressivo aumento de sua participação no passivo total dos bancos privados, de pouco mais de 10% em jun.02 para aproximadamente 20% em jun.08. No caso dos bancos privados nacionais, considerando-se o último período analisado, a referida participação se situou em patamar praticamente igual a dos depósitos totais, em torno de 30%, diferentemente dos bancos privados estrangeiros, para os quais a participação das captações no mercado aberto se mostrou bem inferior à participação dos depósitos no total de suas obrigações (Figura 41, gráficos II e III). Dentre os grandes bancos de varejo selecionados na amostra, destacam-se o aumento, no período mais recente, desta forma de captação nos casos dos bancos Bradesco, Unibanco e Itaú (Figura 42). A participação das obrigações por empréstimos e repasses, por seu turno, apresentou trajetória declinante ao longo do período considerado em todos os bancos e segmentos considerados (Figuras 41 e 42).

As Figuras 43 e 44, por sua vez, mostram a evolução das participações dos depósitos interfinanceiros, das relações interfinanceiras, dos recursos de aceites e emissão de títulos e das relações interdependências no passivo total dos bancos privados no Brasil, tanto para os segmentos de natureza do capital, quanto para os bancos individuais selecionados. As relações interfinanceiras mostram um típico comportamento sazonal em todos os casos, atingindo patamares ínfimos nos meses de dezembro.

Já as relações interdependências responderam por parcela ínfima do total das obrigações dos bancos privados no Brasil, em geral menos de 1%. Os depósitos interfinanceiros tem se mantido comumente em torno de menos de 2% para a maioria dos bancos e segmentos considerados, depois de terem atingido patamares um pouco mais elevados em 1995/1997, especialmente no caso dos bancos estrangeiros. Em relação ao período mais recente, uma exceção correspondeu ao Banco Safra entre dez.03/jun.05, período em que os depósitos interfinanceiros atingiram cerca de 6% do passivo total da instituição (Figura 44, gráfico VI). Os bancos privados no Brasil apresentam, pois, uma baixa participação dos depósitos interfinanceiros em suas obrigações totais (Figura 43, gráfico V).

Finalmente, ainda no que diz respeito ao passivo dos bancos privados no Brasil no período dez.95/jun.08, vale chamar atenção para os recursos de aceites e emissão de títulos, que

envolvem a obtenção de recursos sob a forma de aceites cambiais, letras imobiliárias e hipotecárias, debêntures, obrigações por TVM no exterior e letras de crédito imobiliário. Considerando-se os bancos privados elencados entre os 50 maiores, observou-se um representativo aumento de sua participação no passivo total a partir de dez.95, passando de aproximadamente 2% para algo em torno de 5,5% entre jun.98/dez.00 (Figura 43, gráfico V). A partir de então, com exceção do aumento registrado em jun.03, inicia-se uma redução da referida participação, que encerra jun.08 em torno de pouco mais de 2%. Movimento similar se aplica aos demais segmentos por natureza de capital apresentados na Figura 43.

Em relação aos grandes bancos selecionados, observam-se diferentes estratégias empenhadas em relação à captação mediante aceites e emissão de títulos (Figura 44). Contudo, apenas com exceção dos bancos Bradesco e Safra, a partir de meados da segunda metade dos anos 1990 inicia-se uma trajetória de redução de tais obrigações em relação aos respectivos passivos totais. O Unibanco, cuja participação dos recursos de aceites e emissão de títulos já chegou a atingir pouco mais de 14% do passivo total em 1998 e dez.99, encerrou jun.08 em cerca de 4%. Esses dados revelam que os bancos privados nacionais têm como fontes de recursos preponderantes os depósitos e o mercado aberto, que juntos compõem mais de 2/3 do total de recursos captados para a maioria das instituições. A estreiteza do mercado de capitais doméstico, de um lado, e as possibilidades atrativas de captação de recursos mediante canais convencionais (depósitos), de outro, contribuem para limitar a expansão dos recursos de aceites e emissão de títulos nas obrigações destas instituições.

No que tange às despesas de intermediação financeira, a Figura 45 mostra que as despesas de captação[245] dos bancos privados elencados entre as 50 maiores instituições do país prevaleceram em relação às demais, sempre superando 50% das despesas de intermediação, com exceção de jun.99, quando a participação das despesas de empréstimos e repasses, sob efeito do

[245] As despesas de captação, cumpre salientar, envolvem as seguintes contas: depósitos de poupança, TVM no exterior, depósitos interfinanceiros, depósitos de aviso prévio, depósitos a prazo (incluindo os de reaplicação automática), depósitos judiciais, depósitos especiais, depósitos de fundos e programas, depósitos do FGTS, despesas de operações compromissadas, despesas de contrato de assunção de obrigações, despesas de aceites cambiais, despesas de letras imobiliárias, despesas de letras de crédito imobiliário, despesas de letras hipotecárias, despesas de contribuição ao FGC, despesas de debêntures, despesas de cédulas pignoratícias de debêntures e APE - despesas de depósitos especiais. A aglutinação desta conta na base 50 maiores bancos inclui, ainda, as despesas com captação em títulos de desenvolvimento econômico (código Cosif 8.1.9.90.00-8). Para maiores detalhes, ver Anexo C e Cosif (1987).

impacto da desvalorização cambial sobre os passivos em moeda estrangeira dessas instituições[246], atingiu 45,93%. A partir de 2003, em razão da expansão dos depósitos totais dos bancos, condicionada pelo crescimento dos depósitos a prazo, observou-se um aumento da participação das despesas de captação no total das despesas de intermediação dos bancos privados, movimento que se estendeu até 2006, momento a partir do qual se verifica um recuo das despesas de captação e um aumento das despesas de arrendamento mercantil e de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

A segmentação das despesas de intermediação por natureza do capital mostra, ademais, que no interregno considerado a participação das despesas de empréstimos e repasses no total das despesas de intermediação sempre foi, em média, maior nos bancos estrangeiros do que nos bancos privados nacionais, especialmente no intervalo dez.1995/jun.2004, movimento que se articula com o crescimento da participação das primeiras na captação de recursos externos do segmento bancário, conforme registrado anteriormente (Figura 45, gráficos II e III). Tomando-se por base os 5 maiores bancos privados, observa-se que depois de atingir aproximadamente 70% das despesas de intermediação, a participação das despesas de captação encerrou jun.08 em pouco mais de 50%, com um forte aumento das despesas de arrendamento mercantil (Figura 45, gráfico I).

Em relação aos sete grandes bancos selecionados, mostra-se oportuno destacar a expressiva parcela das despesas de intermediação em provisão do Citibank, que atingiu 48,31% em jun.08 (Figura 46). O Banco Safra, em contrapartida, apresentou durante todo o período considerado níveis expressivamente baixos de despesas de provisão. Em relação aos grandes bancos de varejo, por sua vez, observa-se em todos os casos, ainda que em diferentes intensidades, um aumento da participação das despesas de provisão no total de suas respectivas despesas de intermediação, contrapartida da forte expansão das operações de crédito a partir de meados de 2003 (Figura 46).

Finalmente, as Figuras 47, 48, 49 e 50 apresentam alguns índices de solvência e liquidez, bem como de capital e risco selecionados dos bancos privados no Brasil. Em relação aos primeiros, em todos os segmentos por natureza do capital e na maior parte dos bancos selecionados, observou-se uma redução persistente da relação dos encaixes voluntários no

[246] Isto porque as despesas de empréstimos e repasses incluem, entre outras, as contas despesas de empréstimos no exterior (cógido Cosif 8.1.2.40.00-9) e despesas de repasses no exterior (código Cosif 8.1.2.90.00-4).

período considerado. No mais, pode-se verificar um aumento continuado do índice de capital de giro próprio entre dez.97 e dez.04, tanto no caso do conjunto de bancos privados, quanto do SFN. Apenas no período mais recente, a partir de jun.05, observa-se uma reversão desta trajetória no caso do conjunto de bancos privados.

O índice empréstimos/depósitos totais, por seu turno, subiu de 87,7% para 112,2% no caso dos bancos privados nacionais entre jun.03/jun.08, contra um recuo de 93,4% para 82,2% dos bancos estrangeiros. Este movimento reflete, de um lado, a expansão mais acelerada dos empréstimos dos bancos privados nacionais ante os estrangeiros, e, de outro, o crescimento menos vigoroso dos depósitos do conjunto dos primeiros em relação aos últimos. Entre jun.03/jun.08 o índice real dos depósitos totais dos bancos privados nacionais aumentou de 101,2 para 166,93, contra uma expansão de 92,5 para 196,1 no caso dos bancos estrangeiros. Por outro lado, o índice real das operações de crédito e arrendamento mercantil subiu de 104,6 para 220,5 no primeiro caso, ante uma elevação de 84,1 para 156,8 no segundo, considerando-se o mesmo interregno.

Em relação aos índices de capital e risco que ainda não foram analisados, destaca-se o patamar relativamente confortável do índice de independência financeira apresentando pelos bancos privados no Brasil notadamente a partir de meados de 1998, com ligeiro recuo apenas a partir de 2004, reflexo da postura menos conservadora dos bancos em relação às operações de crédito, considerando-se o conjunto de bancos privados. O índice capital/depositantes, por seu turno, entra numa trajetória declinante a partir de 2003 no caso dos bancos privados estrangeiros, contra um comportamento ascendente dos privados nacionais, denotando o menor risco de liquidez desses últimos em relação aos primeiros.

A análise do conjunto de indicadores patrimoniais e de resultado dos bancos privados no Brasil no interregno dez.95/jun.08 permite concluir que essas instituições se mostraram altamente eficientes no plano microeconômico, ou seja, no diz respeito ao processo de geração de resultados. Revelam, ademais, a atuação dinâmica dessas instituições em relação a todas as oportunidades percebidas de lucro, alternando posições de balanço ao sabor das conjunturas de cada momento. Os bancos privados no Brasil em contexto de baixa inflação (dez.95/jun.08) conseguiram obter níveis de rentabilidade expressivos. Ademais, uma constante durante este interregno foi o crescimento das receitas de prestação de serviços, cujo índice real subiu de 66,7

em dez.95 para 153,4 em jun.08, tendo atingido 174,6 em dez.07, considerando-se o conjunto de bancos privados contemplados entre as 50 maiores instituições do país. Em jun.08 tais receitas atingiram R$ 28,23 bilhões no SFN, dos quais R$ 16,4 bilhões concernentes ao conjunto dos maiores bancos privados. Outra constante foi a prática de *spreads* bancários elevados nas mais diferentes modalidades de empréstimos (Figura 51)[247], bem como a possibilidade de conformar uma estrutura patrimonial ao mesmo tempo líquida e rentável em conjunturas adversas, ante o instituto da indexação financeira e a prática de juros básicos elevados.

Conforme salientado, desta análise não segue que os bancos no Brasil preferem títulos públicos a crédito intertemporalmente. Os bancos, em linha com a acepção de Minsky (1986) acerca do objetivo destas instituições, preferem lucro, manejando seus ativos e passivos de modo a tirar o máximo proveito das oportunidades percebidas de ganhos. O ponto a ser destacado é que, no caso específico brasileiro, a prática de juros elevados e a indexação financeira concorrem no sentido de permitir aos bancos a obtenção de níveis elevados de rentabilidade mesmo em conjunturas adversas, mediante a reorientação de seus ativos notadamente para títulos públicos, que combinam alto grau de liquidez e rentabilidade. Obtêm níveis elevados de rentabilidade mesmo assumindo níveis modestos de alavancagem.

A institucionalidade da indexação financeira, num contexto de juros reais elevados, permite que os bancos alternem rapidamente suas fontes de ganhos ao sabor da conjuntura prevalecente, oferecendo-lhes grande e célere capacidade de ajustamento patrimonial. Nas fases de expectativas otimistas, assumem posturas menos líquidas e ganham a partir da expansão do crédito e da prática de juros e *spreads* elevados. Nas fases de contração dos negócios e de maior aversão ao risco, ambiente no qual se esperaria uma contração significativa de seus ganhos, assumem posturas mais líquidas, mas sem que isso afete muito negativamente seus níveis de rentabilidade.

Segue, pois, que se por um lado essa institucionalidade minimiza os impactos de choques adversos sobre a solidez do sistema bancário, por outro tende a tornar essas instituições mais sensíveis às modulações do estado geral de expectativas, posto que a assunção de uma estrutura patrimonial com maior grau de liquidez não se traduz em termos de redução abrupta de seus

[247] Sobre as causas e os impactos da prática de altos *spreads* bancários no Brasil, ver Oliveira (2004) e Oliveira e Carvalho (2008), entre outros diversos trabalhos sobre o tema, alguns dos quais já referenciados.

níveis de rentabilidade. A existência de um ativo destituído de risco de juros[248] e com elevado retorno monetário tende a aguçar o desejo por flexibilidade dos bancos, notadamente em contextos em que prevalecem expectativas pessimistas, o que tende a agudizar as fases de retração do ciclo de negócios.

Embora a análise dos indicadores de resultado dos bancos privados no Brasil em contexto de baixa inflação evidencie, na comparação com o ambiente de alta inflação, um aumento das receitas com operações de crédito no total das receitas de intermediação financeira, bem como a elevação expressiva dos ganhos com prestação de serviços, por outro revela que as receitas dessas instituições com TVM desempenharam um papel decisivo para a obtenção de altos níveis de rentabilidade, posto que possibilitou a defesa de seus altos níveis de rentabilidade em conjunturas marcadas por adversidades. Os passivos não remunerados ou sub-remunerados que no contexto de alta inflação eram aplicados em títulos públicos e permitiam aos bancos se apropriarem das chamadas receitas inflacionárias, continuaram sendo passíveis de aplicação rentável para essas instituições, ante a prevalência do binômio juros elevados-indexação financeira na maior parte do interregno considerado.

O recente ciclo de crédito iniciado em meados de 2003 mostra que apenas uma redução persistente da taxa básica de juros tende a tornar a participação das operações de crédito mais expressiva no ativo total dos bancos. Não menos importante, coloca-se enquanto pedra angular neste processo o rompimento com institucionalidade da indexação financeira, de sorte a viabilizar a estruturação de mecanismos indutores para a ampliação sustentada do crédito. Conforme discutido, as receitas com TVM já chegaram a atingir aproximadamente 40% das receitas de intermediação dos bancos privados em alguns períodos do interregno dez.95/jun.08. A despeito de sua redução no período mais recente, inexistem garantias de que, num contexto de reversão do estado geral das expectativas, tal como nos episódios das crises asiática (1997/98), brasileira (1999), energética (2000) e eleitoral (2002), os bancos voltem a pautar sua política de geração de receitas de forma prevalecente a partir de uma estrutura patrimonial pouco benigna em termos macroeconômicos, entendida enquanto aquela incapaz de viabilizar a transferência de recursos para a circulação industrial. Os episódios recentes e os indicadores patrimoniais e de resultados dos bancos privados analisados oferecem sólidas evidências de que frente a cenários adversos,

[248] Isto porque, embora indexada, a LFT se acha sujeita a oscilações de preços que não decorrem de mudanças da taxa de juros, como em razão de uma piora da qualidade de crédito do Tesouro (ARIDA, 2007, p.238).

essas instituições tendem reorientar rapidamente seus ativos às aplicações em TVM e interfinanceiras de liquidez, obtendo altos retornos monetários (r) e não-monetários (l), ante o patamar permanentemente elevado da taxa básica de juros e a institucionalidade da indexação financeira.

Neste ambiente institucional, pois, a solidez do sistema bancário em contextos adversos tem se dado de forma recorrente a partir da conformação de um padrão de rentabilidade fundado mormente na fragilização fiscal do Estado. Os bancos, como qualquer outra empresa capitalista, buscam permanentemente valorizar a riqueza sob a forma monetária, com a composição de seus ativos e passivos respondendo às suas expectativas em relação ao futuro e às oportunidades de lucro que se apresentam em cada momento, conforme já discutido. A existência de um ambiente macroeconômico que estimule as operações a termo e, por extensão, a assunção de riscos, de um lado, e de um arcabouço institucional que condicione, ao invés de desestimular, a estruturação de um padrão de rentabilidade ancorado no crédito ao setor privado, de outro, ainda se colocam enquanto condições indispensáveis para a consolidação de um padrão de atuação dos bancos compatível com um regime de baixa inflação e com o crescimento econômico sustentado.

A peculiaridade do setor bancário brasileiro jaz, pois, não apenas na obtenção de níveis elevados de rentabilidade nas fases de expansão dos negócios, mas também e principalmente na capacidade dessas instituições obterem resultados excepcionais em contextos marcados por adversidades, a partir de uma estrutura patrimonial que dispõe de alto grau de liquidez. E isso decorre, conforme se procurou sustentar, de "especificidades macroeconômicas e institucionais", para usar a expressão de Paula e Alves Jr. (2003b) – combinadas, cumpre salientar, com os elevados *spreads* bancários.

As evidências internacionais concorrem para reforçar este entendimento. A Tabela 17 apresenta indicadores selecionados de rentabilidade e alavancagem dos sistemas bancários dos países integrantes do G-7, exclusive Reino Unido (indisponíveis), bem como da Coréia. Os dados de balanço dos bancos utilizados para o cálculo dos indicadores foram obtidos na base de dados da OECD, disponível em sua página eletrônica na internet[249]. Os dados se referem ao total dos respectivos sistemas bancários, incluindo bancos comerciais, de poupança e outras instituições monetárias. Isto, mais as prováveis diferenças de apuração e consolidação das demonstrações

[249] Mais precisamente, os dados são disponibilizados na base OECD.StatExtracts, link Finance, Bank Profitability Statistics, disponível em http://stats.oecd.org/WBOS/index.aspx.

contábeis e o processo de aglutinação das contas dos conglomerados financeiros realizada pelo Banco Central na base 50 maiores bancos, exige cautela no que concerne à análise comparativa com os indicadores dos bancos privados no Brasil, discutidas no decorrer desta seção. Ainda assim, esses dados oferecem indicações importantes sobre a destacada peculiaridade do setor bancário brasileiro.

Sistemas bancários sofisticados – embora nem sempre hígidos, cumpre ressalvar –como o americano e o alemão, por exemplo, apresentaram um nível médio de alavancagem do crédito de 6,76 e 11,85, considerando-se os interregnos 1995-2005 e 1995-2007, respectivamente (Tabela 17). Já os bancos privados no Brasil, considerando-se os dados dos conglomerados financeiros privados elencados entre os 50 maiores bancos na base disponibilizada pelo Banco Central, apresentou um nível médio de alavancagem de apenas 3,1 no interregno 1995-2007, medida pela razão entre crédito e arrendamento mercantil/patrimônio líquido, enquanto o SFN atingiu um nível médio de alavancagem do crédito de 3,4 (Tabela 18). Considerando-se os respectivos períodos disponíveis, a média da alavancagem (empréstimos/capital e reservas) do sistema bancário japonês foi de 16,74%; do francês, 8,19%; do italiano, 6,45%; do canadense, 11,30%; e do coreano, 12,27% (Tabela 17).

Outro fator que merece destaque se refere ao menor nível médio do retorno do patrimônio anual de todos os sistemas bancários dos países selecionados na comparação com o setor bancário privado brasileiro (Tabelas 17 e 18). Enquanto na Tabela 17 o ROE e o ROA dos sistemas bancários dos países selecionados foi medido pelo quociente entre o resultado líquido depois da tributação e o patrimônio líquido, na Tabela 19 esses indicadores de rentabilidade foram mensurados deduzindo-se do resultado líquido, adicionalmente, a distribuição dos lucros. Mesmo quando se considera o resultado líquido apenas depois da tributação, sem a dedução da distribuição dos lucros, o ROE e o ROA anuais médios dos sistemas bancários de todos os países da amostra foram menores do que os registrados pelos bancos privados no Brasil, especialmente quando desconsiderado o grupo Santander Banespa em 2001, posto que seus dados de balanço disponibilizados na base 50 maiores bancos do Banco Central para este ano não incorpora a dedução do ágio decorrente da compra do Banespa.

Além disso, porém não menos importante, mesmo desconsiderando o interregno 1997-2000 no caso coreano, cujo sistema bancário foi fortemente afetado pela crise asiática de 1997-

98, ainda assim o ROE médio anual calculado pela razão entre o resultado líquido depois da tributação e o patrimônio líquido, de 11,05%, foi bem inferior ao registrado pelos bancos privados no Brasil no interregno 1995-2007, de 15,66%.

A Tabela 20 apresenta os indicadores de rentabilidade dos grandes bancos privados no Brasil anualizados a partir da média dos dois semestres de cada respectivo ano (exceto 1995), método que minimiza as distorções envolvidas na anualização a partir da soma do lucro líquido do primeiro e do segundo semestre[250]. Verifica-se, uma vez mais, que o conjunto de grandes bancos privados no Brasil apresentou níveis de rentabilidade superiores aos registrados em países que contam com sistemas financeiros maduros, mediante a assunção de riscos muito menores. Mesmo operando com graus de alavancagem de crédito bastante inferiores aos registrados nos referidos países selecionados (Tabelas 21 e 22), esse conjunto de indicadores sinalizam que os bancos privados no Brasil obtêm altos níveis de rentabilidade mediante a assunção de baixa alavancagem, ante a prevalência de juros básicos altos e do instituto da indexação financeira, de um lado, e a prática de *spreads* bancários bem mais elevados do que os praticados internacionalmente, de outro[251].

Os bancos no Brasil dispõem de grande espaço para aumentarem seus respectivos graus de exposição ao crédito. Contudo, enquanto não existirem condições macroeconômicas e institucionais que concorram para estimulá-los a assumirem maiores riscos, o desejo por flexibilidade e, assim, pela conformação de uma composição de ativos com alto grau de liquidez continuará ditando o padrão de atuação dessas instituições em contexto de baixa inflação, posto

---

[250] Na base 50 maiores bancos do Banco Central, os indicadores de resultado dos conglomerados financeiros contemplados nas posições de junho e dezembro se referem aos respectivos acumulados no semestre (jan./jun. e jul./dez.). Os indicadores de rentabilidade anual dos bancos privados no Brasil, apresentados na Tabela 18, foram calculados a partir da razão entre a somatória dos resultados no primeiro e do segundo semestres e o patrimônio líquido (este último, na posição de dezembro de cada ano) - salvo no ano de 1995, que em razão da indisponibilidade dos dados do primeiro semestre os referidos indicadores foram anualizados a partir dos ROE e ROA do segundo semestre. Contudo, no caso particular dos indicadores referentes aos diferentes segmentos por natureza de capital, esse método de cálculo se mostra problemático, pois pode acontecer, como de fato ocorreu ao longo do interregno considerado, de um banco que pertencia a um determinado segmento no primeiro semestre passar a pertencer a outro segmento no segundo semestre de um determinado ano, implicando subestimação ou superestimação dos indicadores de rentabilidade selecionados.

[251] Com exceção do sistema bancário francês e, em menor medida, italiano - que ainda assim, cumpre salientar, apresentam níveis de exposição ao crédito dos bancos mais elevados dos que os registrados no Brasil -, nos sistemas bancários dos países desenvolvidos selecionados a parcela das aplicações dos bancos alocada em operações de crédito oscilam entre 50% e 60%. Um estudo mais aprofundado sobre a rentabilidade do sistema bancário brasileiro e os sistemas bancários dos países desenvolvidos pode ser realizado a partir dos dados compilados pela revista *The Banker*.

que essa estratégia lhes permite a obtenção de ganhos elevados, a despeito do baixo grau de exposição ao risco. Conforme adverte Freitas (2007b, p.5):

> [...] para que o almejado aprofundamento do mercado de crédito brasileiro se torne realidade seria necessário promover uma alteração profunda na política macroeconômica e na gestão da dívida pública, com a separação dos mercados monetário e de títulos públicos. Tarefas difíceis ante o imenso poder de pressão do sistema financeiro e dos investidores.

Tabela 16: Geração e distribuição do valor adicionado das instituições financeiras no Brasil, em R$ bilhões correntes (1995-2007)

Valor adicionado	1o sem.002				2o sem. 2002				1o sem. 2003				2o sem. 2003				1o sem.2004				1o sem.2005			
	Crédito	Tes.	Serv.	Total	Crédito	Tes.	Serv.	Total	Crédito	Tes.	Serv.	Total	Crédito	Tes.	Serv.	Total	Crédito	Tes.	Serv.	Total	Crédito	Tes.	Serv.	Total
Geração do Valor Adicionado																								
Receitas de Juros	46,1	44,0	-	90,2	54,8	56,4	-	111,2	50,4	31,0	-	81,4	50,3	32,9	-	83,2	51,0	29,0	-	80,0	59,1	28,1	-	87,2
(-) Prov. para créd. liq. duvidosa	-6,0	-	-	-6,0	-6,4	-	-	-6,4	-6,7	-	-	-6,7	-5,2	-	-	-5,2	-5,7	-	-	-5,7	-7,4	-	-	-7,4
Despesas de Juros	-25,2	-31,6	-	-56,8	-29,9	-34,7	-	-64,6	-21,4	-23,1	-	-44,5	-22,0	-22,4	-	-44,4	-19,0	-21,2	-	-40,1	-21,4	-20,6	-	-42,0
Spread Bruto	15,0	12,4	-	27,4	18,6	21,6	-	40,2	22,3	7,9	-	30,2	23,1	10,5	-	33,6	26,3	7,9	-	34,1	30,3	7,4	-	37,8
Receita de Serviços e Outras	-	-	21,9	21,9	-	-	24,1	24,1	-	-	33,8	33,8	-	-	23,9	23,9	-	-	24,6	24,6	-	-	39,8	39,8
(-) Desp. com terceiros, depreciação e amortização	-7,6	-1,6	-12,0	-21,3	-11,5	-2,5	-17,6	-31,5	-12,4	-2,6	-18,2	-33,1	-10,0	-2,0	-14,8	-26,8	-9,5	-1,9	-13,9	-25,3	-14,0	-2,0	-20,1	-36,1
Valor Adicionado Líquido Total	7,3	10,8	9,9	28,0	7,1	19,2	6,5	32,7	9,9	5,4	15,7	30,9	13,1	8,5	9,1	30,7	16,8	5,9	10,7	33,4	16,3	5,5	19,7	41,4
Distrib. do Valor Adicionado																								
Recursos Humanos	4,5	1,0	6,6	12,1	5,4	1,2	7,8	14,4	4,8	1,0	7,0	12,9	5,8	1,3	8,4	15,4	5,5	1,2	8,0	14,7	6,1	0,9	8,7	15,7
Tributos	0,8	3,8	2,0	6,6	-0,4	5,9	2,8	8,3	3,4	2,5	3,7	9,6	1,4	2,2	3,0	6,6	4,1	2,1	2,8	9,0	4,7	1,9	6,1	12,7
Lucro Líquido	**2,0**	**6,0**	**1,3**	**9,4**	**2,1**	**12,1**	**-4,1**	**10,0**	**1,7**	**1,8**	**5,0**	**8,4**	**5,9**	**5,0**	**-2,3**	**8,6**	**7,1**	**2,7**	**-0,1**	**9,7**	**5,5**	**2,6**	**4,9**	**13,0**
Distrib. do Valor Adicionado, em %																								
Recursos Humanos	61,6	9,3	66,7	43,2	76,1	6,3	120,0	44,0	48,5	18,5	44,6	41,7	44,3	15,3	92,3	50,2	32,7	20,3	74,8	44,0	37,4	16,4	44,2	37,9
Tributos	11,0	35,2	20,2	23,6	-5,6	30,7	43,1	25,4	34,3	46,3	23,6	31,1	10,7	25,9	33,0	21,5	24,4	35,6	26,2	26,9	28,8	34,5	31,0	30,7
Lucro Líquido	**27,4**	**55,6**	**13,1**	**33,6**	**29,6**	**63,0**	**-63,1**	**30,6**	**17,2**	**33,3**	**31,8**	**27,2**	**45,0**	**58,8**	**-25,3**	**28,0**	**42,3**	**45,8**	**-0,9**	**29,0**	**33,7**	**47,3**	**24,9**	**31,4**
Valor Adicionado Líq. Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribuição no lucro total, em %	**21,3**	**63,8**	**13,8**	**100,0**	**21,0**	**121,0**	**-41,0**	**100,0**	**20,2**	**21,4**	**59,5**	**100,0**	**68,6**	**58,1**	**-26,7**	**100,0**	**73,2**	**27,8**	**-1,0**	**100,0**	**42,3**	**20,0**	**37,7**	**100,0**

FONTE: FIPECAFI (2004; 2005). Elaboração do autor.

Tabela 17: Rentabilidade e alavancagem do crédito de sistemas bancários de países desenvolvidos (1995-2007)

Período	EUA			França			Itália			Alemanha			Canadá			Japão			Coréia		
	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito
1995	1,10	13,31	7,21	0,06	1,26	8,71	0,08	1,25	6,19	0,25	6,00	13,02	0,64	12,06	12,67	-0,48	-14,62	19,87	0,33	4,66	7,34
1996	1,10	13,14	7,30	0,10	2,42	8,80	0,22	3,41	6,11	0,24	5,82	13,17	0,69	14,07	13,89	-0,01	-0,32	19,65	0,27	4,21	8,13
1997	1,12	13,06	7,01	0,21	5,30	9,00	0,09	1,38	6,26	0,22	5,33	12,82	0,74	15,47	13,32	-0,58	-20,44	22,39	-0,93	-21,72	12,51
1998	1,07	12,47	6,93	0,34	8,28	8,82	0,47	6,97	6,23	0,35	8,89	12,97	0,61	12,65	12,53	-0,99	-22,39	14,51	-2,98	-79,03	12,06
1999	1,17	13,84	7,23	0,37	7,99	7,38	0,58	8,39	6,35	0,21	5,18	12,12	0,76	14,61	11,57	0,22	4,52	13,46	-1,00	-24,15	12,41
2000	1,07	12,45	7,17	0,44	9,72	8,05	0,74	10,92	6,66	0,20	5,02	12,07	0,75	13,88	10,94	-0,05	-1,03	12,94	-0,43	-11,98	14,65
2001	1,09	12,07	6,59	0,47	10,28	8,15	0,57	8,41	6,92	0,15	3,70	11,66	0,72	13,25	10,59	-0,83	-21,42	15,57	0,63	15,49	13,01
2002	1,21	13,12	6,36	0,47	9,55	7,73	0,46	6,78	6,69	0,09	1,99	10,71	0,58	10,45	10,40	-0,70	-20,88	17,70	0,58	14,33	14,91
2003	1,29	14,04	6,42	0,45	8,86	7,43	0,49	7,07	6,61	-0,10	-2,21	10,67	0,79	14,03	9,99	0,11	2,86	14,59	0,16	4,12	15,80
2004	1,17	11,69	5,99	0,52	10,97	7,52	0,62	9,22	6,71	0,04	1,08	11,26	0,89	15,89	10,08	nd	nd	nd	0,76	15,82	13,24
2005	1,19	11,89	6,14	0,50	12,58	8,54	0,61	8,60	6,22	0,36	8,60	11,22	0,75	13,71	10,38	nd	nd	nd	1,09	18,74	10,94
2006	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,32	7,43	10,98	0,96	17,50	10,23	nd	nd	nd	nd	nd	nd
2007	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,30	7,30	11,34	0,90	16,60	10,26	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Média	1,15	12,83	6,76	0,36	7,93	8,19	0,45	6,58	6,45	0,20	4,93	11,85	0,75	14,17	11,30	-0,37	-10,41	16,74	-0,14	-5,41	12,27
Mediana	1,12	13,06	6,93	0,44	8,86	8,15	0,49	7,07	6,35	0,22	5,33	11,66	0,75	14,03	10,59	-0,48	-14,62	15,57	0,27	4,21	12,51
Desvio-padrão	0,069	0,773	0,476	0,164	3,536	0,612	0,221	3,201	0,272	0,130	3,152	0,909	0,114	1,907	1,351	0,443	11,627	3,303	1,158	28,680	2,643

FONTE: OECD. Elaboração do autor. Nota: ROE e o ROA medidos pela razão entre o resultado líquido depois da tributação e o patrimônio líquido.

Tabela 18: Rentabilidade e alavancagem do crédito dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (1995-2007)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito
1995*	1,20	9,18	2,70	1,52	11,65	2,49	1,02	10,75	2,61	1,11	12,76	3,10	1,36	11,70	2,59	-0,31	-3,72	4,03
1996	1,54	12,80	2,83	1,59	13,50	2,70	0,93	10,29	3,30	1,79	19,37	3,55	1,51	13,91	2,91	-0,68	-7,39	3,65
1997	1,68	16,03	2,97	0,20	2,99	4,44	0,17	2,33	3,12	0,62	8,01	3,62	0,27	3,88	3,93	0,54	7,14	3,86
1998	1,88	18,69	2,95	1,88	18,59	2,69	-0,28	-2,64	2,11	1,28	13,48	3,26	1,09	10,73	2,58	0,09	0,98	3,49
1999	2,21	18,77	2,58	2,53	22,63	2,62	2,44	24,99	2,46	2,59	22,81	2,91	2,50	23,56	2,60	1,63	16,73	3,06
2000	1,00	9,05	2,90	2,22	21,46	3,18	-0,33	-3,51	2,72	1,63	14,55	2,88	1,07	10,70	2,95	1,00	10,81	3,46
2001	0,05	0,46	2,92	2,49	23,45	3,14	-1,50	-15,46	2,84	1,55	13,90	3,28	0,67	6,49	3,04	0,05	0,55	3,11
2002	2,51	24,30	3,15	2,07	21,07	3,50	3,57	30,68	2,48	1,84	18,95	2,93	2,64	25,06	2,99	1,82	20,02	3,26
2003	1,76	15,24	2,83	1,82	17,96	3,13	1,35	10,11	2,27	1,83	16,31	3,04	1,66	14,70	2,78	1,45	14,90	3,16
2004	2,56	21,15	2,95	2,66	23,88	3,01	1,10	8,99	2,60	1,83	16,69	3,20	2,04	17,74	2,88	1,71	16,92	3,23
2005	2,80	24,71	3,42	2,83	25,46	3,20	1,35	13,49	3,33	1,94	20,32	3,44	2,22	21,00	3,27	2,02	20,55	3,47
2006	2,28	20,63	3,26	2,51	21,68	2,98	1,36	15,60	3,62	2,33	22,72	3,94	2,09	19,98	3,25	2,13	21,45	3,47
2007	2,17	22,77	3,60	2,23	20,58	3,20	2,62	29,52	3,27	2,43	29,99	4,20	2,39	24,14	3,31	2,31	23,64	3,46
Média	1,82	16,45	3,00	2,04	18,84	3,10	1,06	10,40	2,82	1,75	17,68	3,33	1,66	15,66	3,01	1,06	10,97	3,44
Mediana	1,88	18,69	2,95	2,22	21,07	3,13	1,10	10,29	2,72	1,83	16,69	3,26	1,66	14,70	2,95	1,45	14,90	3,46
Desvio-padrão	0,75	7,06	0,29	0,69	6,19	0,50	1,36	13,31	0,46	0,54	5,61	0,40	0,74	6,87	0,37	1,01	10,42	0,29

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central. Nota: anualizado a partir do ROE e ROA do segundo semestre de 1995. Elaboração do autor.

Tabela 19: Rentabilidade e alavancagem do crédito de sistemas bancários de países desenvolvidos (1995-2007)

Período	EUA			França			Itália			Alemanha			Canadá			Japão			Coréia		
	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito	ROA %	ROE %	Alavanc. crédito
1995	0,38	4,62	7,21	-0,07	-1,69	8,71	-0,04	-0,62	6,19	0,09	2,12	13,02	0,38	7,22	12,67	-0,50	-15,26	19,87	0,22	3,07	7,34
1996	0,25	2,97	7,30	-0,04	-0,91	8,80	0,08	1,19	6,11	0,08	2,07	13,17	0,46	9,51	13,89	-0,04	-1,06	19,65	0,15	2,39	8,13
1997	0,32	3,71	7,01	0,06	1,47	9,00	-0,06	-0,92	6,26	0,07	1,78	12,82	0,52	10,98	13,32	-0,61	-21,38	22,39	-0,95	-22,25	12,51
1998	0,34	4,00	6,93	0,18	4,41	8,82	0,22	3,29	6,23	0,17	4,33	12,97	0,40	8,33	12,53	-1,02	-22,92	14,51	-3,01	-79,82	12,06
1999	0,32	3,77	7,23	0,19	4,18	7,38	0,23	3,28	6,35	0,07	1,68	12,12	0,51	9,84	11,57	0,19	3,88	13,46	-1,04	-25,04	12,41
2000	0,27	3,19	7,17	0,23	5,10	8,05	0,33	4,93	6,66	0,06	1,43	12,07	0,53	9,89	10,94	-0,07	-1,64	12,94	-0,50	-13,84	14,65
2001	0,32	3,51	6,59	0,27	5,90	8,15	0,19	2,84	6,92	0,07	1,63	11,66	0,47	8,70	10,59	-0,85	-21,91	15,57	0,56	13,78	13,01
2002	0,31	3,39	6,36	0,25	5,16	7,73	0,15	2,27	6,69	0,02	0,43	10,71	0,30	5,38	10,40	-0,71	-21,48	17,70	0,46	11,26	14,91
2003	0,28	3,10	6,42	0,22	4,40	7,43	0,17	2,39	6,61	-0,15	-3,32	10,67	0,50	8,85	9,99	0,04	0,90	14,59	0,07	1,73	15,80
2004	0,51	5,05	5,99	0,27	5,74	7,52	0,25	3,72	6,71	0,00	-0,11	11,26	0,57	10,22	10,08	nd	nd	nd	0,70	14,53	13,24
2005	0,50	5,01	6,14	0,26	6,61	8,54	0,16	2,17	6,22	0,22	5,38	11,22	0,41	7,57	10,38	nd	nd	nd	0,90	15,55	10,94
2006	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,16	3,73	10,98	0,62	11,27	10,23	nd	nd	nd	nd	nd	nd
2007	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,10	2,51	11,34	0,54	9,91	10,26	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Média	0,35	3,85	6,76	0,17	3,67	8,19	0,15	2,23	6,45	0,07	1,82	11,85	0,48	9,05	11,30	-0,40	-11,21	16,74	-0,22	-7,15	12,27
Mediana	0,32	3,71	6,93	0,22	4,41	8,15	0,17	2,39	6,35	0,07	1,78	11,66	0,50	9,51	10,59	-0,50	-15,26	15,57	0,15	2,39	12,51
Desvio-padrão	0,086	0,744	0,476	0,126	2,795	0,612	0,120	1,767	0,272	0,091	2,152	0,909	0,087	1,633	1,351	0,434	11,435	3,303	1,124	28,126	2,643

FONTE: OECD. Elaboração do autor. Nota: ROE e o ROA medidos pela razão entre o resultado líquido (depois da tributação e da distribuição dos lucros) e o patrimônio líquido.

Tabela 20: Rentabilidade dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (1995-2007)

Período	5 maiores privados		Privado nacional (A)		Privado controle estrangeiro (B)		Privado participação estrangeira (C)		50 maiores (exclusive bancos públicos)		Total SFN	
	ROE %	ROA %	ROE %	ROA %	ROE %	ROA %	ROE %	ROA %	ROE %	ROA %	ROE %	ROA %
1995	9,18	1,20	11,65	1,52	10,75	1,02	12,76	1,11	11,70	1,36	-3,72	-0,31
1996	13,18	1,51	14,08	1,56	10,69	0,85	20,80	1,81	14,57	1,48	-9,83	-0,63
1997	16,40	1,73	0,73	0,18	2,94	0,21	8,66	0,76	3,22	0,30	6,86	0,52
1998	19,79	1,83	19,48	1,81	-6,95	-0,30	13,15	1,12	11,46	1,06	0,74	0,10
1999	19,63	2,09	23,37	2,41	24,83	2,32	25,22	2,44	24,25	2,37	16,63	1,52
2000	10,06	1,10	23,07	2,31	-3,08	-0,32	16,47	1,74	11,65	1,12	10,84	0,98
2001	-0,11	0,10	25,49	2,53	-16,02	-1,34	14,27	1,51	6,46	0,68	0,45	0,05
2002	23,60	2,41	20,41	2,01	31,08	3,21	16,63	1,61	24,49	2,45	19,30	1,73
2003	16,37	1,85	19,31	1,93	10,35	1,34	17,10	1,86	15,44	1,71	15,75	1,48
2004	22,69	2,56	25,95	2,67	9,04	1,07	17,42	1,77	18,71	2,02	17,85	1,69
2005	26,73	2,95	28,30	2,98	13,85	1,40	22,08	2,12	22,62	2,33	22,29	2,11
2006	23,66	2,49	25,13	2,68	16,57	1,43	22,20	2,20	22,21	2,21	23,59	2,23
2007	24,25	2,24	22,07	2,31	33,19	2,61	32,70	2,55	26,30	2,44	25,57	2,35

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central. Nota: Com exceção de 1995, cujos indicadores foram anualizados a partir do ROE e ROA do segundo semestre, os índices de rentabilidade ora apresentados foram anualizados a partir da média do primeiro e do segundo semestre de cada ano. Elaboração do autor.

Tabela 21: Relação crédito/ativo total e demais índices de alavancagem de sistemas bancários de países desenvolvidos (1995-2007)

Período	EUA			França			Itália			Alemanha			Canadá			Japão			Coréia		
	Crédito/ ativo (%)	Alavanc.	Alavanc. ativo ajust.	Crédito/ ativo (%)	Alavanc.	Alavanc. ativo ajust.	Crédito/ ativo (%)	Alavanc.	Alavanc. ativo ajust.	Crédito/ ativo (%)	Alavanc.	Alavanc. ativo ajust.	Crédito/ ativo (%)	Alavanc.	Alavanc. ativo ajust.	Crédito/ ativo (%)	Alavanc.	Alavanc. ativo ajust.	Crédito/ ativo (%)	Alavanc.	Alavanc. ativo ajust.
1995	59,79	12,05	11,05	38,51	22,61	21,61	41,84	14,80	13,80	54,61	23,84	22,84	67,52	18,76	17,76	65,34	30,41	29,41	52,59	13,96	12,96
1996	61,28	11,92	10,92	36,28	24,27	23,27	40,04	15,27	14,27	53,52	24,60	23,60	67,80	20,48	19,48	65,60	29,95	28,95	52,36	15,53	14,53
1997	59,96	11,69	10,69	35,97	25,02	24,02	40,60	15,43	14,43	52,16	24,59	23,59	63,47	20,98	19,98	63,53	35,25	34,25	53,62	23,33	22,33
1998	59,68	11,62	10,62	36,10	24,43	23,43	42,10	14,79	13,79	50,59	25,64	24,64	60,30	20,78	19,78	64,45	22,52	21,52	45,42	26,56	25,56
1999	60,99	11,85	10,85	34,28	21,52	20,52	43,72	14,52	13,52	48,61	24,93	23,93	60,21	19,21	18,21	64,38	20,91	19,91	51,38	24,15	23,15
2000	61,65	11,63	10,63	36,78	21,88	20,88	45,22	14,72	13,72	48,43	24,92	23,92	59,17	18,50	17,50	59,00	21,93	20,93	52,48	27,91	26,91
2001	59,73	11,04	10,04	37,64	21,67	20,67	47,23	14,65	13,65	47,58	24,51	23,51	57,72	18,35	17,35	60,35	25,80	24,80	53,31	24,40	23,40
2002	58,87	10,81	9,81	38,11	20,28	19,28	45,63	14,67	13,67	47,36	22,60	21,60	57,52	18,09	17,09	58,93	30,04	29,04	60,55	24,63	23,63
2003	58,96	10,88	9,88	37,64	19,75	18,75	45,76	14,45	13,45	47,67	22,38	21,38	56,25	17,76	16,76	56,59	25,78	24,78	62,74	25,18	24,18
2004	60,00	9,98	8,98	35,65	21,08	20,08	45,00	14,91	13,91	45,97	24,50	23,50	56,59	17,82	16,82	nd	nd	nd	63,85	20,73	19,73
2005	61,51	9,98	8,98	33,69	25,36	24,36	44,44	14,00	13,00	46,51	24,12	23,12	56,60	18,34	17,34	nd	nd	nd	63,50	17,23	16,23
2006	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	46,61	23,56	22,56	56,33	18,17	17,17	nd	nd	nd	nd	nd	nd
2007	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	46,81	24,22	23,22	55,87	18,36	17,36	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Média	60,22	11,22	10,22	36,42	22,53	21,53	43,78	14,75	13,75	48,96	24,19	23,19	59,64	18,89	17,89	62,02	26,96	25,96	55,62	22,15	21,15
Mediana	59,96	11,62	10,62	36,28	21,88	20,88	44,44	14,72	13,72	47,67	24,50	23,50	57,72	18,36	17,36	63,53	25,80	24,80	53,31	24,15	23,15
Desvio-padrão	0,984	0,744	0,744	1,525	1,947	1,947	2,324	0,385	0,385	2,846	0,914	0,914	4,161	1,126	1,126	3,328	4,788	4,788	6,046	4,642	4,642

FONTE: OECD. Elaboração do autor.

Tabela 22: Relação crédito e arrendamento mercantil/ativo total e demais índices de alavancagem dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (1995-2007)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	Crédito/ ativo (%)	Alavanc.	Alavanc. ativo ajust.	Crédito/ ativo (%)	Alavanc.	Alavanc. ativo ajust.	Crédito/ ativo (%)	Alavanc.	Alavanc. ativo ajust.	Crédito/ ativo (%)	Alavanc.	Alavanc. ativo ajust.	Crédito/ ativo (%)	Alavanc.	Alavanc. ativo ajust.	Crédito/ ativo (%)	Alavanc.	Alavanc. ativo ajust.
1995	36,07	7,49	6,49	33,24	7,49	6,49	25,23	10,35	9,35	27,78	11,17	10,17	30,93	8,39	7,39	33,66	11,97	10,97
1996	34,15	8,29	7,29	31,80	8,50	7,50	29,64	11,12	10,12	32,73	10,83	9,83	31,60	9,21	8,21	33,46	10,90	9,90
1997	31,18	9,53	8,53	29,12	15,26	14,26	22,11	14,10	13,10	28,01	12,92	11,92	27,16	14,47	13,47	28,95	13,33	12,33
1998	29,73	9,92	8,92	27,25	9,88	8,88	22,29	9,47	8,47	30,98	10,52	9,52	26,20	9,83	8,83	30,37	11,49	10,49
1999	30,42	8,49	7,49	29,30	8,93	7,93	24,03	10,23	9,23	33,02	8,81	7,81	27,60	9,42	8,42	29,74	10,28	9,28
2000	31,97	9,06	8,06	32,85	9,68	8,68	25,42	10,68	9,68	32,21	8,93	7,93	29,66	9,95	8,95	32,04	10,80	9,80
2001	33,91	8,60	7,60	33,32	9,42	8,42	27,61	10,28	9,28	36,44	8,99	7,99	31,28	9,71	8,71	29,73	10,45	9,45
2002	32,44	9,70	8,70	34,32	10,20	9,20	28,85	8,59	7,59	28,47	10,28	9,28	31,44	9,50	8,50	29,68	11,00	10,00
2003	32,62	8,68	7,68	31,74	9,87	8,87	30,23	7,51	6,51	34,15	8,90	7,90	31,49	8,84	7,84	30,71	10,30	9,30
2004	35,72	8,25	7,25	33,52	8,97	7,97	31,76	8,18	7,18	35,19	9,10	8,10	33,10	8,70	7,70	32,68	9,87	8,87
2005	38,85	8,81	7,81	35,52	8,99	7,99	33,43	9,96	8,96	32,93	10,45	9,45	34,50	9,47	8,47	33,99	10,20	9,20
2006	36,10	9,04	8,04	34,49	8,63	7,63	31,62	11,46	10,46	40,32	9,76	8,76	33,99	9,56	8,56	34,58	10,05	9,05
2007	34,35	10,48	9,48	34,74	9,22	8,22	29,10	11,25	10,25	33,97	12,36	11,36	32,70	10,11	9,11	33,82	10,24	9,24
Média	33,65	8,95	7,95	32,40	9,62	8,62	27,79	10,24	9,24	32,78	10,23	9,23	30,90	9,78	8,78	31,80	10,84	9,84
Mediana	33,91	8,81	7,81	33,24	9,22	8,22	28,85	10,28	9,28	32,93	10,28	9,28	31,44	9,50	8,50	32,04	10,45	9,45
Desvio-padrão	2,603	0,801	0,801	2,483	1,838	1,838	3,690	1,670	1,670	3,528	1,344	1,344	2,587	1,495	1,495	2,001	0,957	0,957

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central. Elaboração do autor.

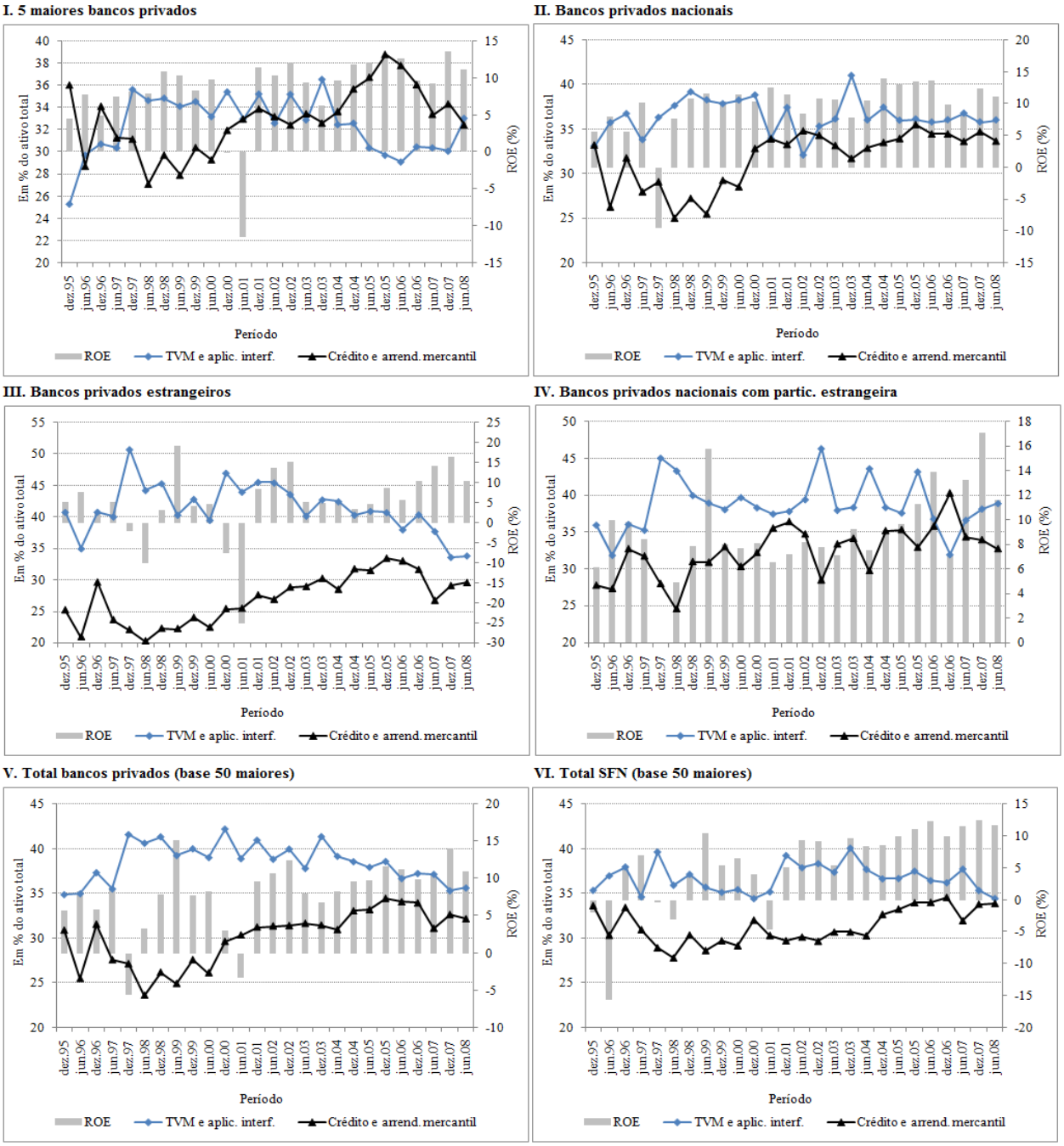


Figura 24: Composição do ativo e ROE dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B3, B4 e B51). Elaboração do autor.

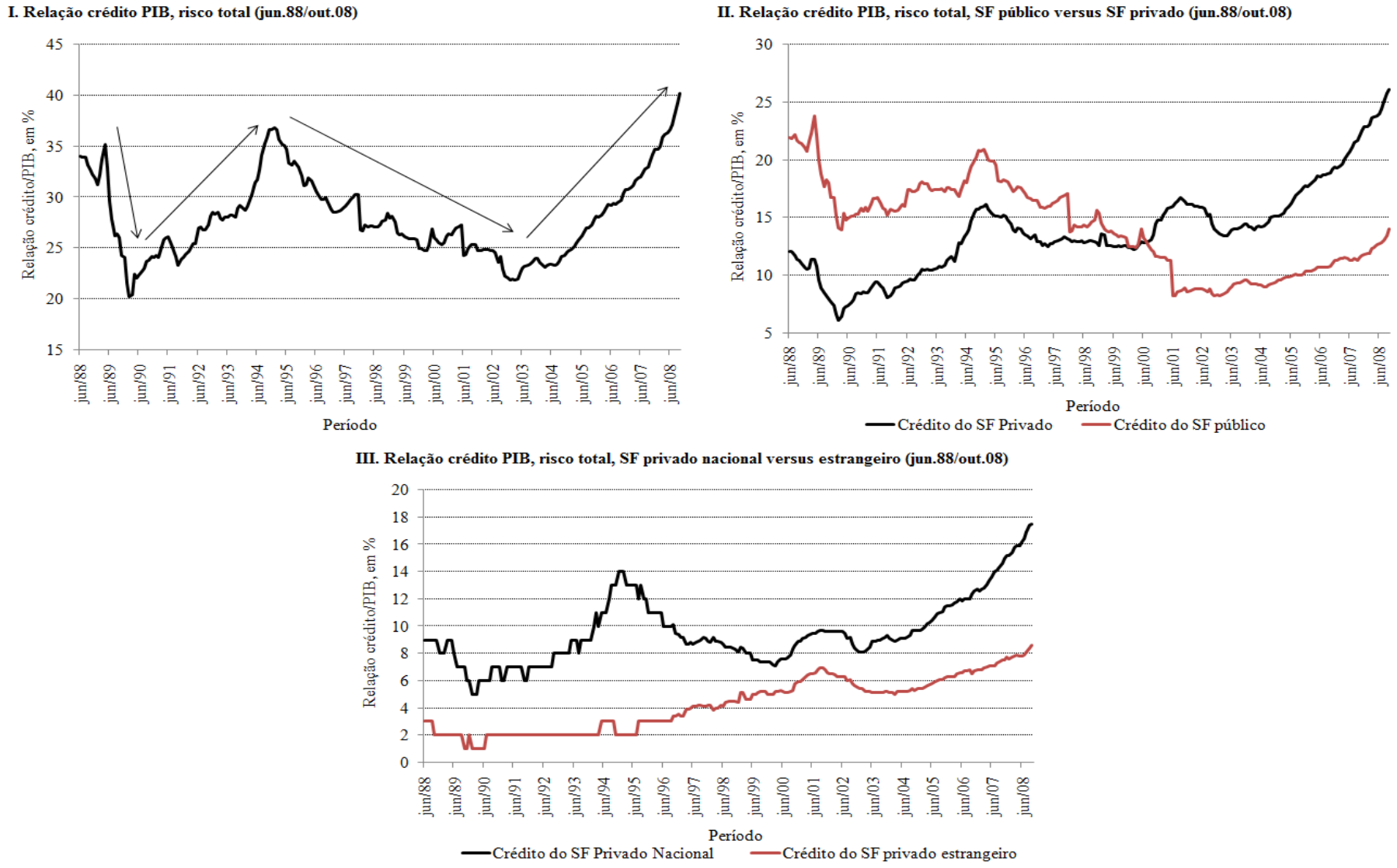


Figura 25: Relação crédito/PIB no Brasil, em % (jun.1988/out.2008)

FONTE: Séries temporais, Banco Central. Elaboração do autor.

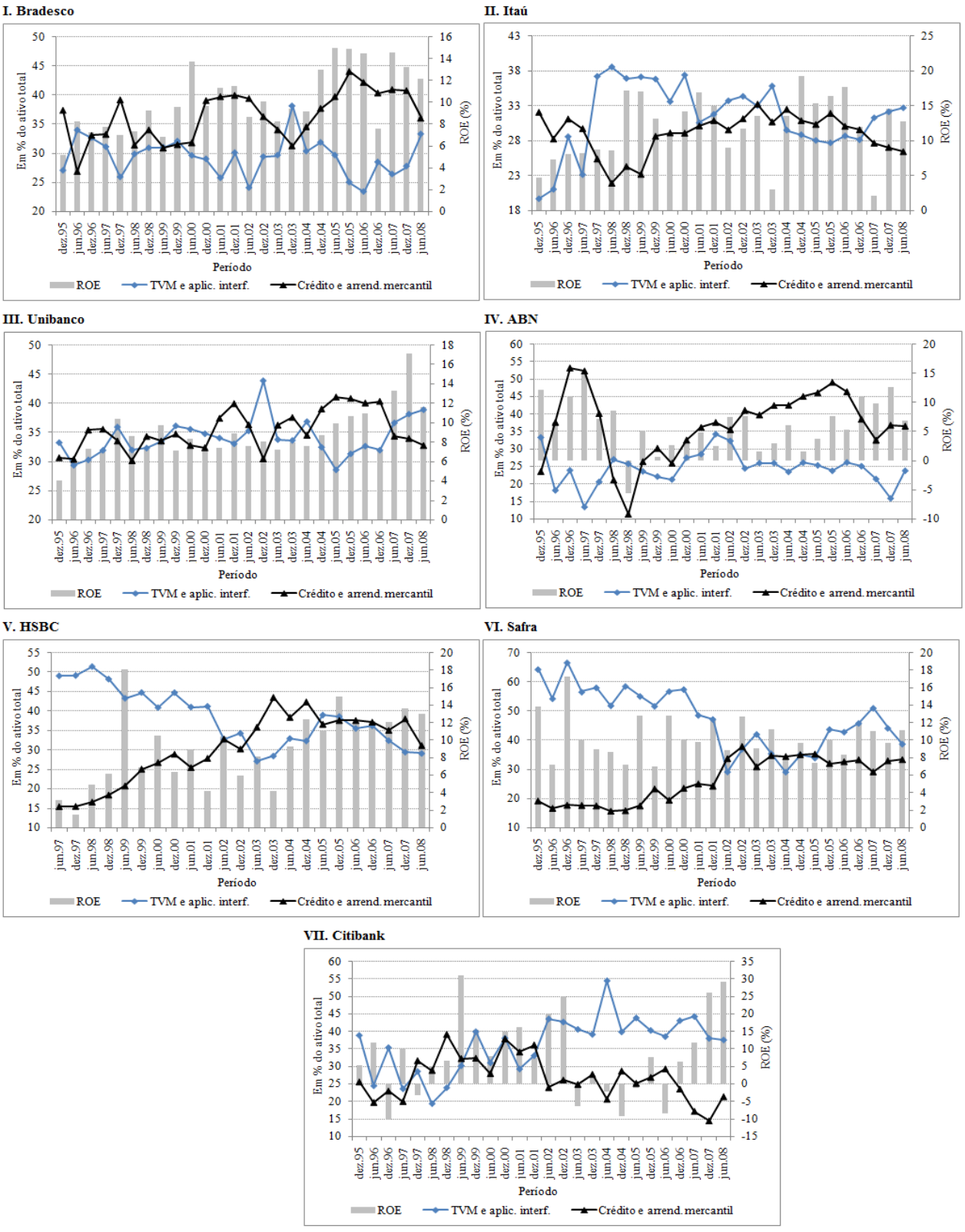


Figura 26: Composição do ativo e ROE dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B3, B4 e B51). Elaboração do autor.

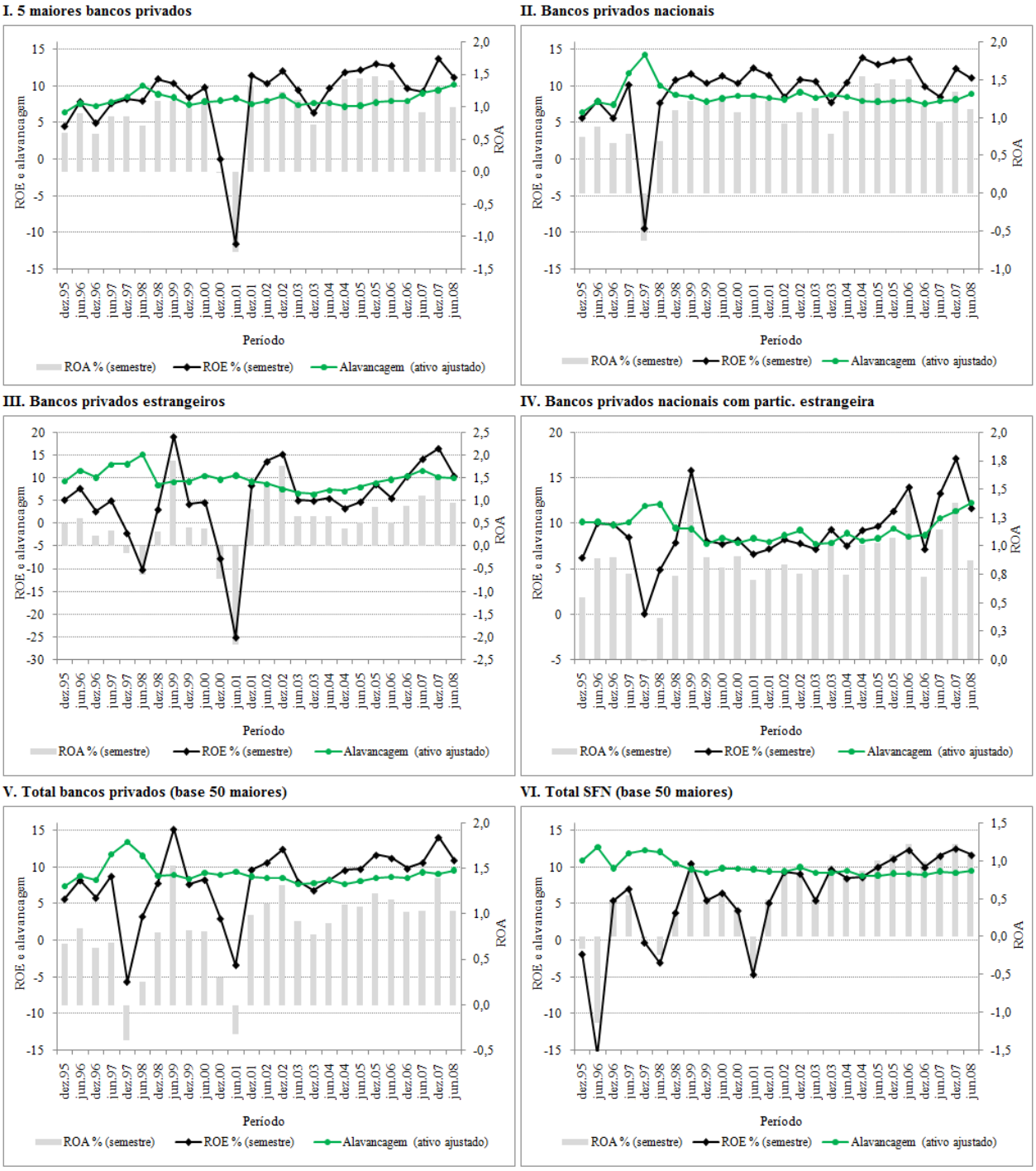


Figura 27: Rentabilidade e alavancagem dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B51 e B49). Elaboração do autor.

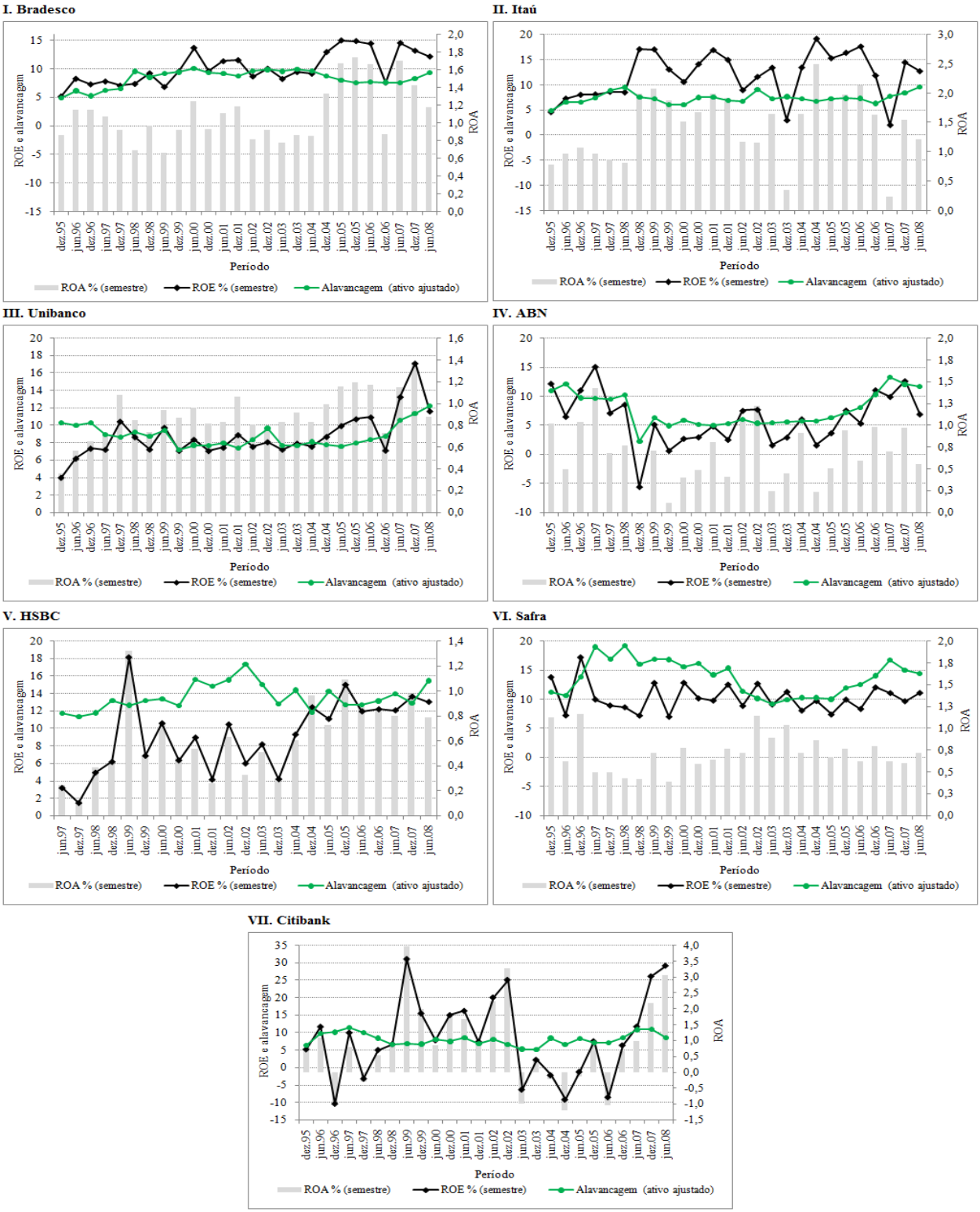


Figura 28: Rentabilidade e alavancagem dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B51 e B49). Elaboração do autor.

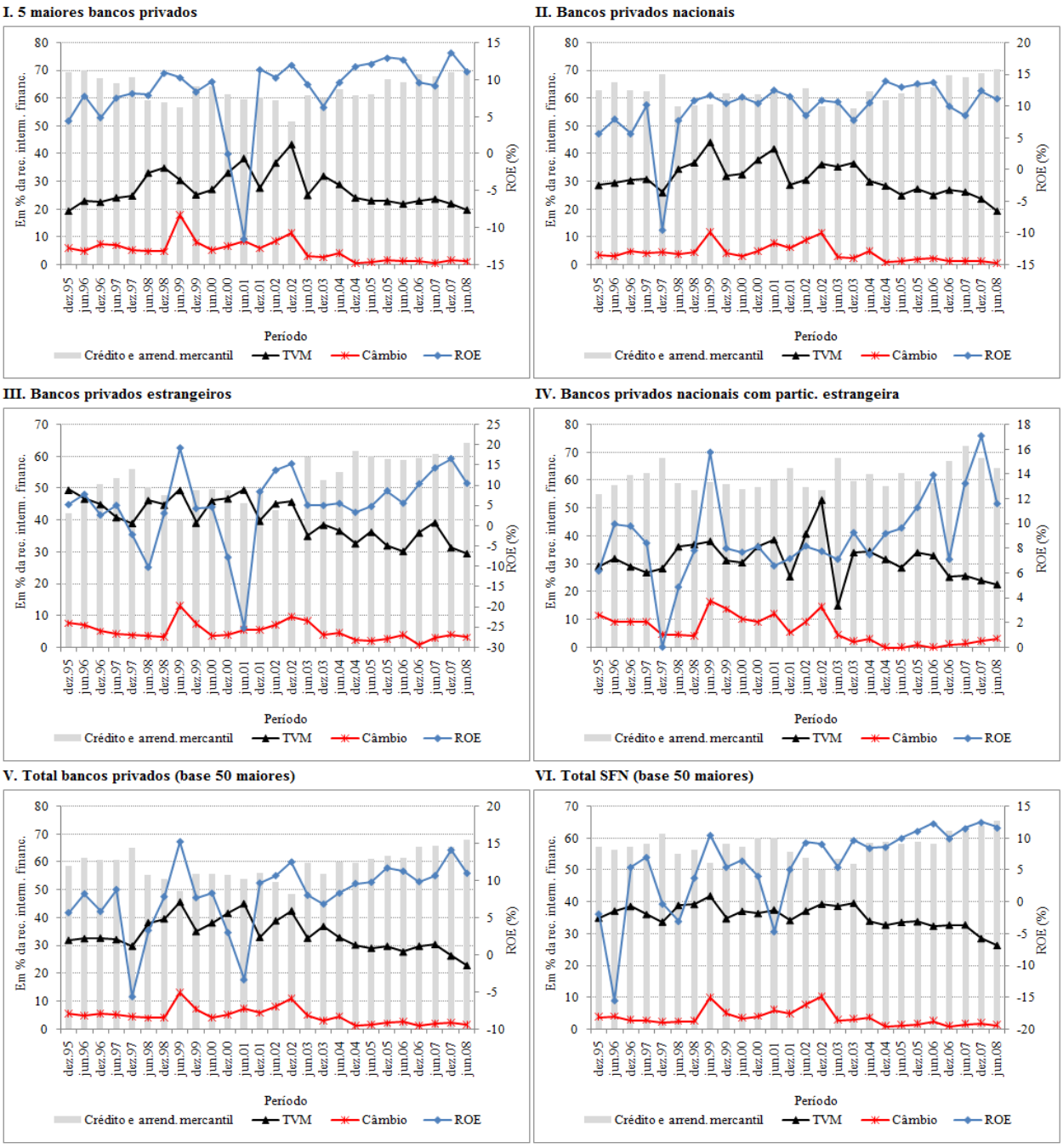


Figura 29: Receitas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B29, B30, B32 e B51). Elaboração do autor.

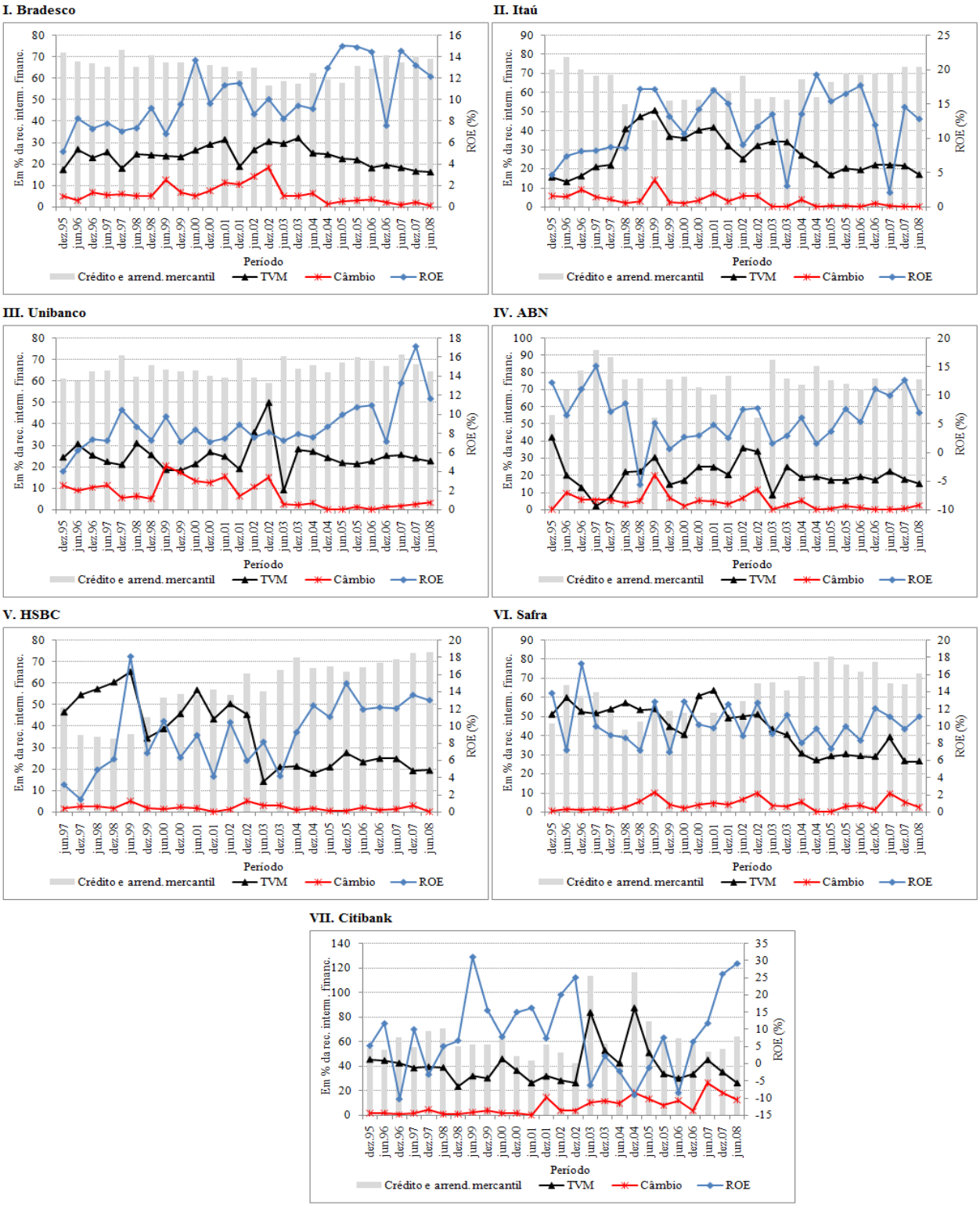


Figura 30: Receitas de intermediação financeira dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B29, B30, B32 e B51). Elaboração do autor.

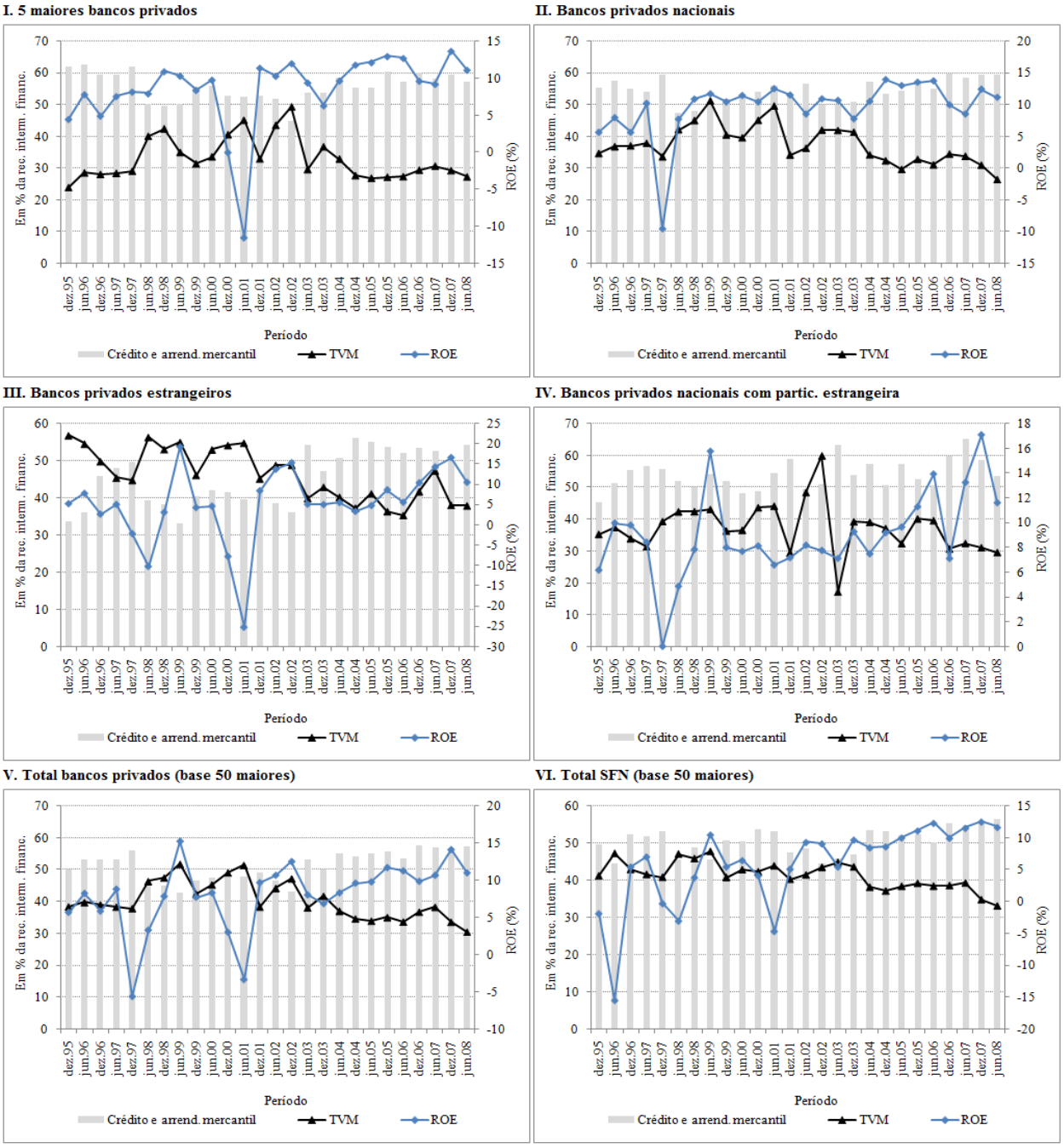


Figura 31: Receitas de crédito com dedução das despesas de arrendamento e provisão, TVM e ROE dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B29, B30, B36, B38 e B51). Elaboração do autor.

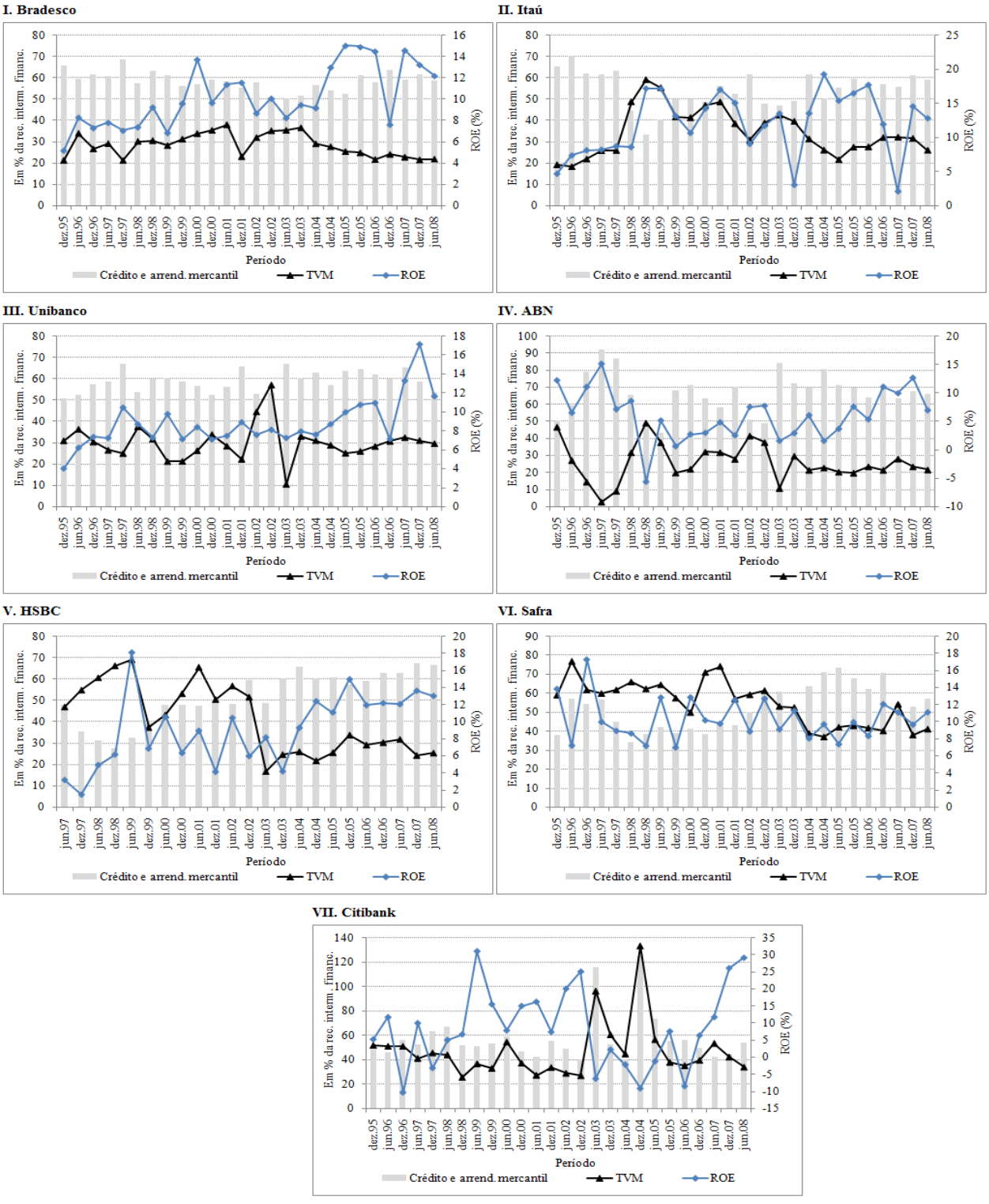


Figura 32: Receitas de crédito com dedução das despesas de arrendamento e provisão, TVM e ROE dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B29, B30, B36, B38 e B51). Elaboração do autor.

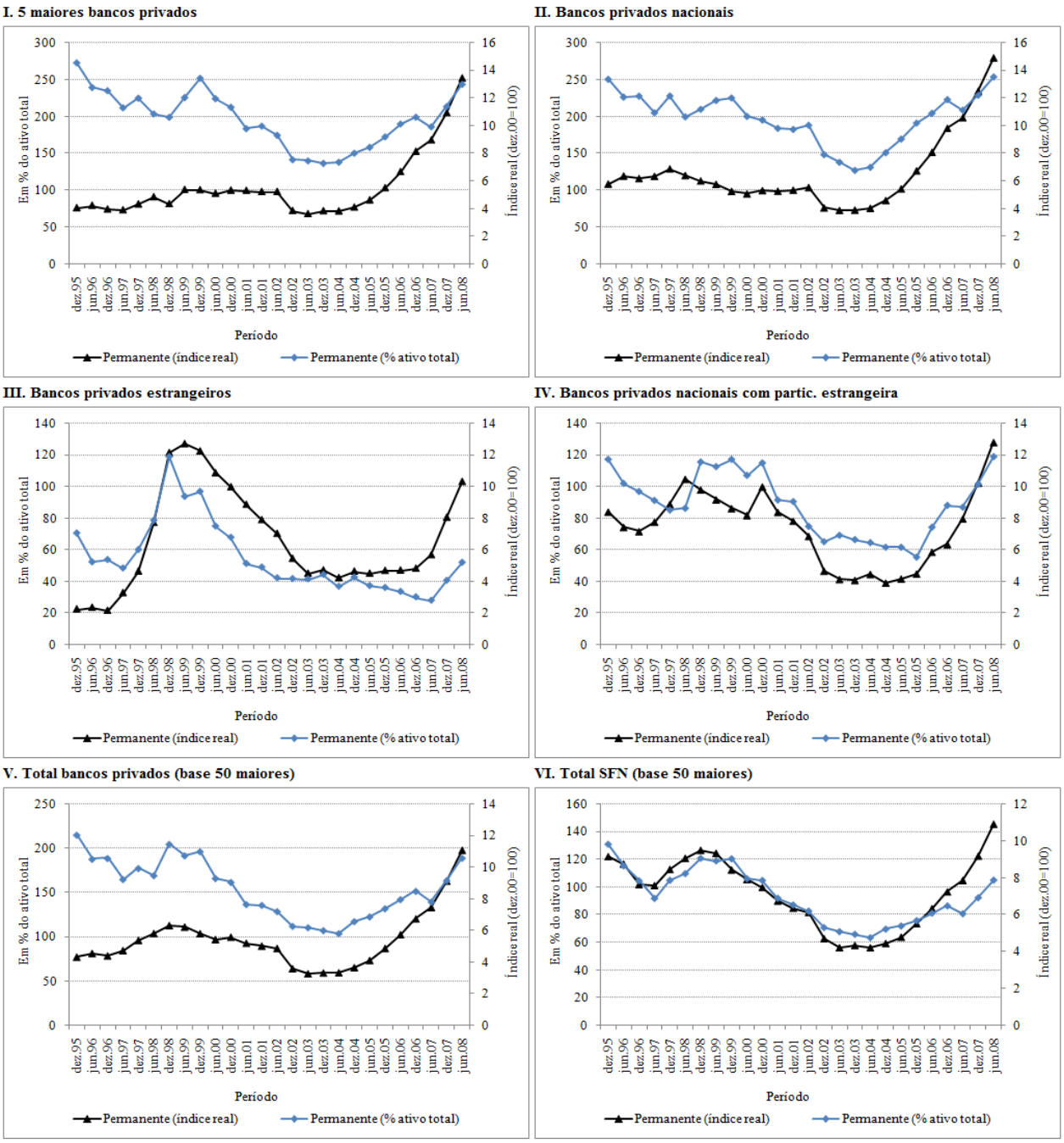


Figura 33: Ativo permanente dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabela B12). Elaboração do autor.

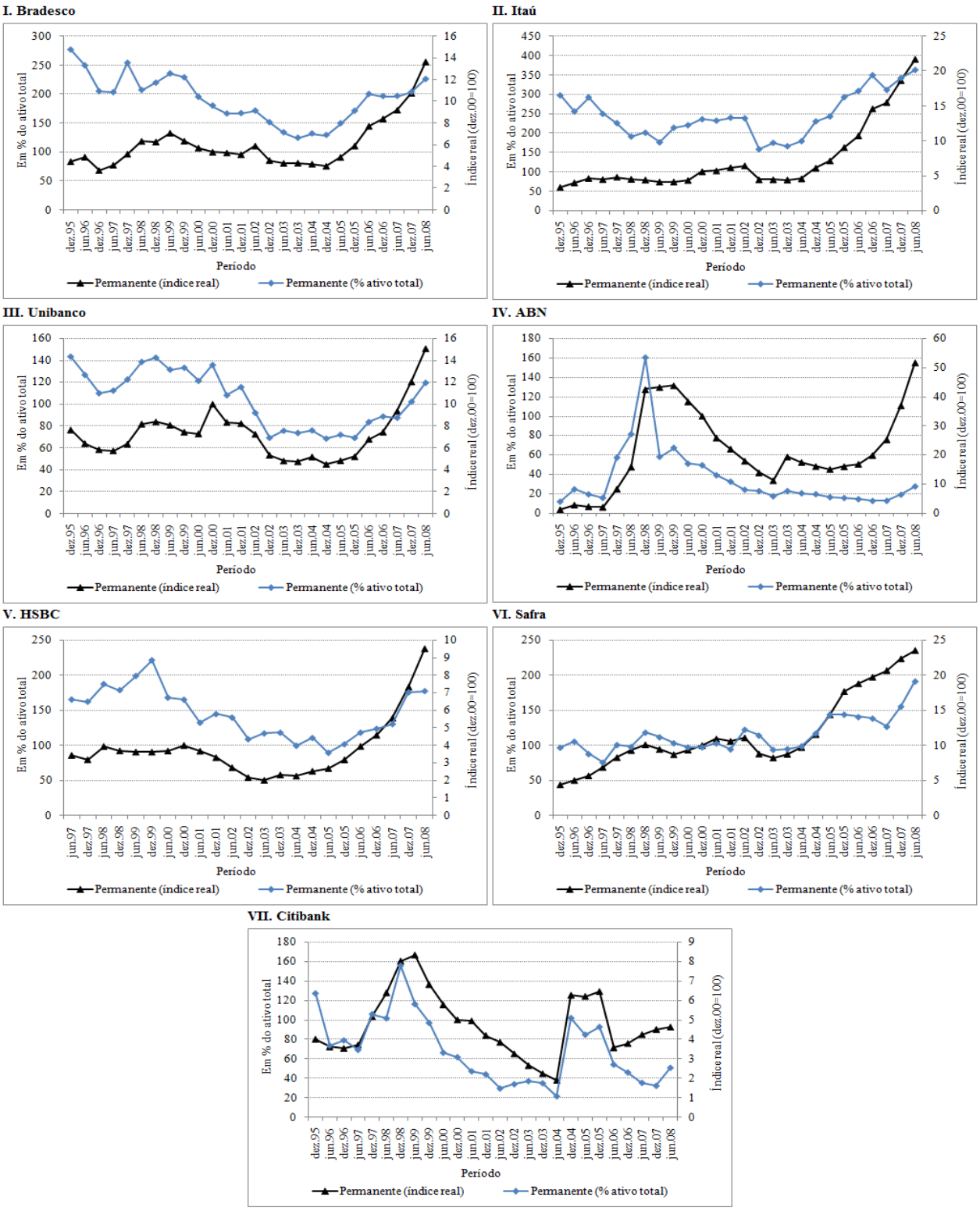


Figura 34: Ativo permanente dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)
FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabela B12). Elaboração do autor.

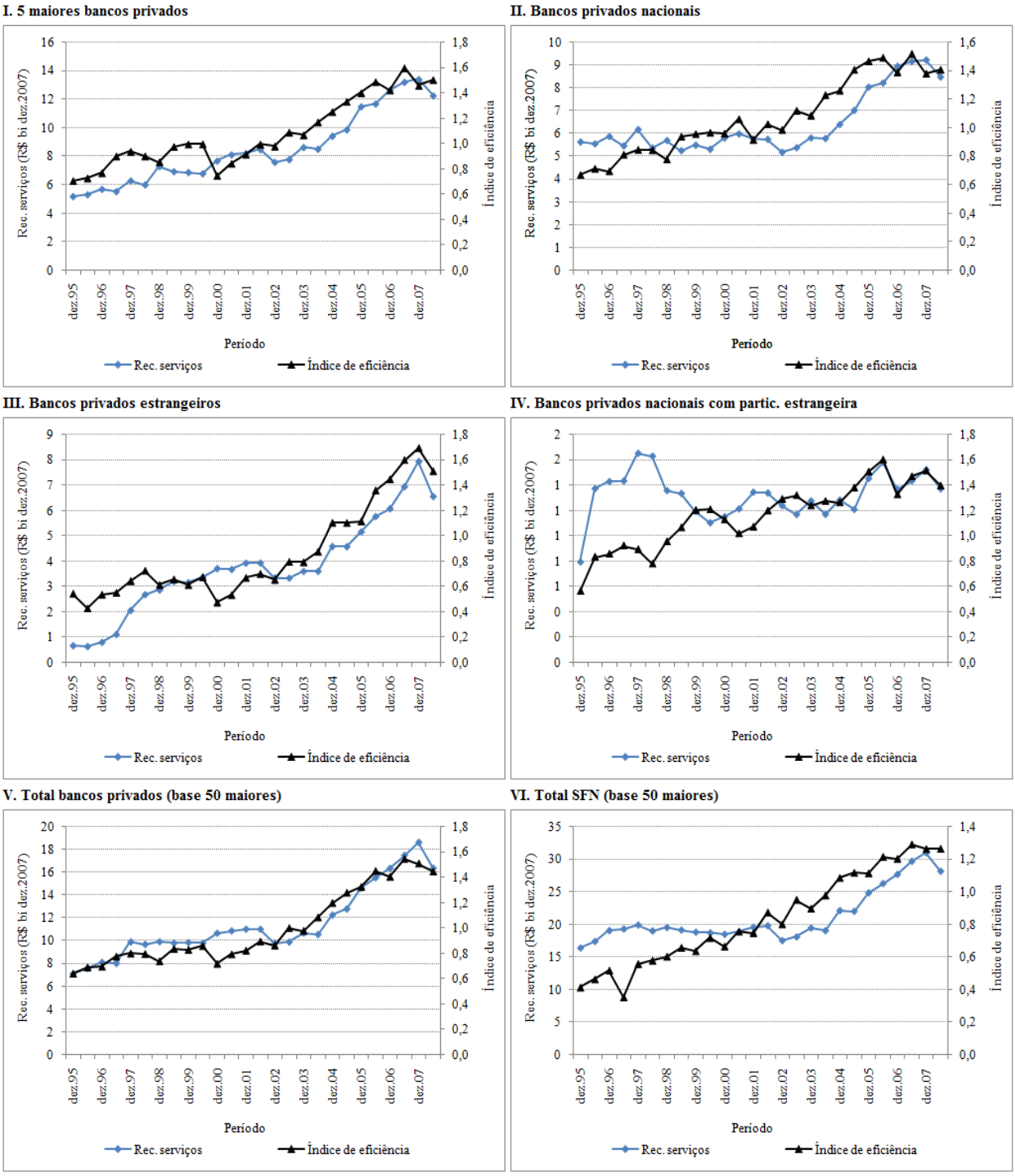


Figura 35: Receitas de prestação de serviços e índice de eficiência dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B39 e B52). Elaboração do autor.

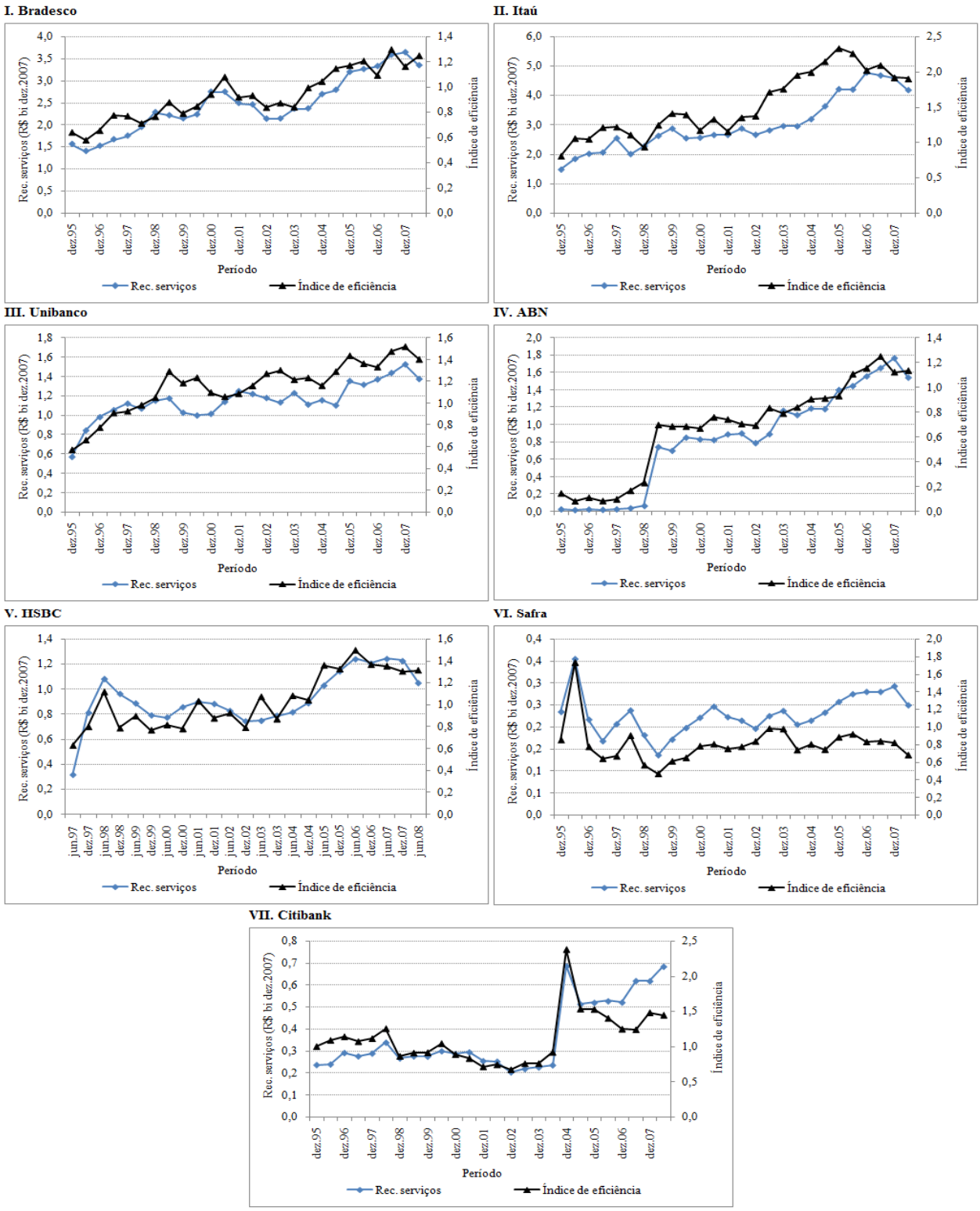


Figura 36: Receitas de prestação de serviços e índice de eficiência dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B39 e B52). Elaboração do autor.

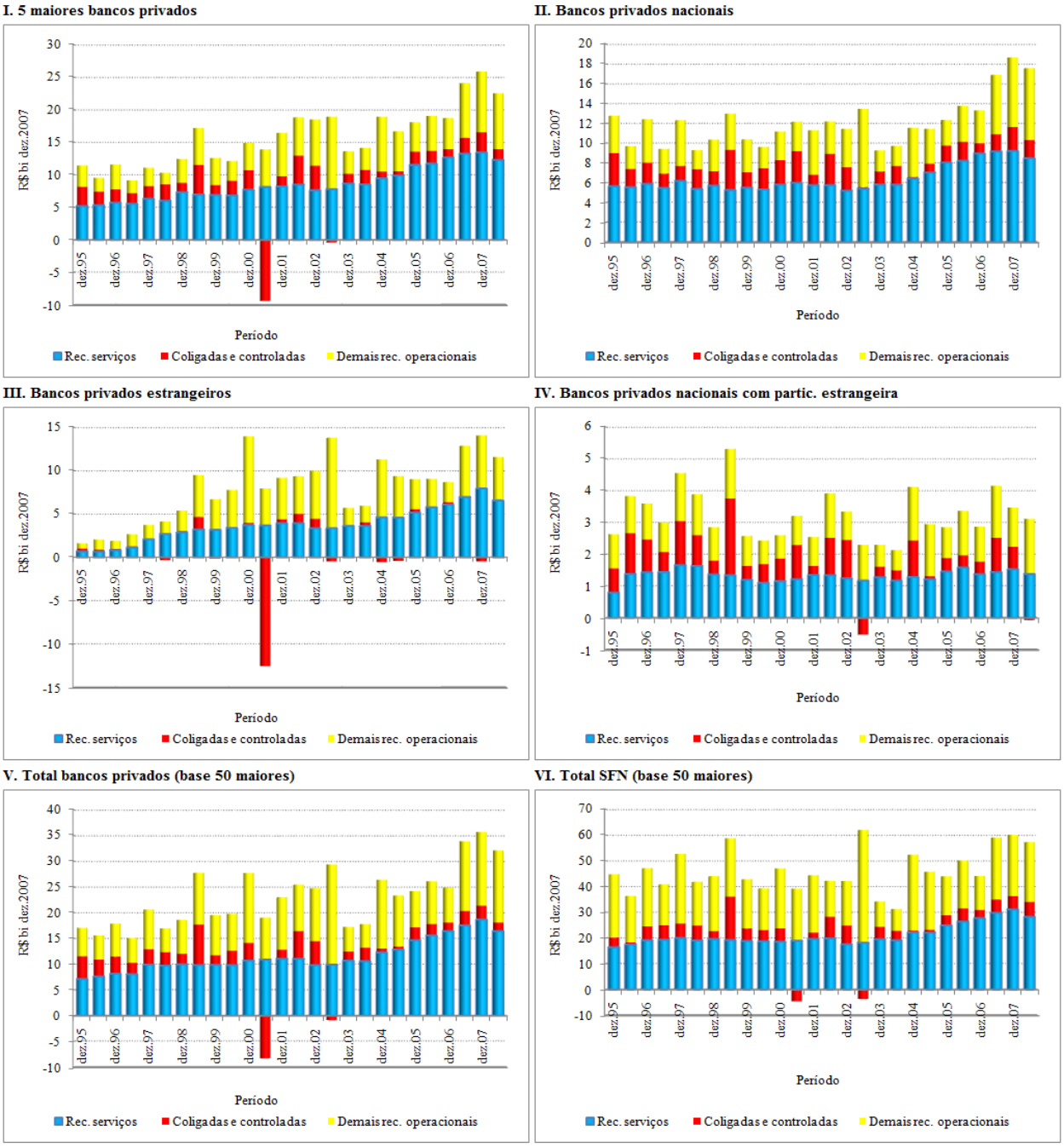


Figura 37: Receitas operacionais selecionadas dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B39, B40 e B41). Elaboração do autor.

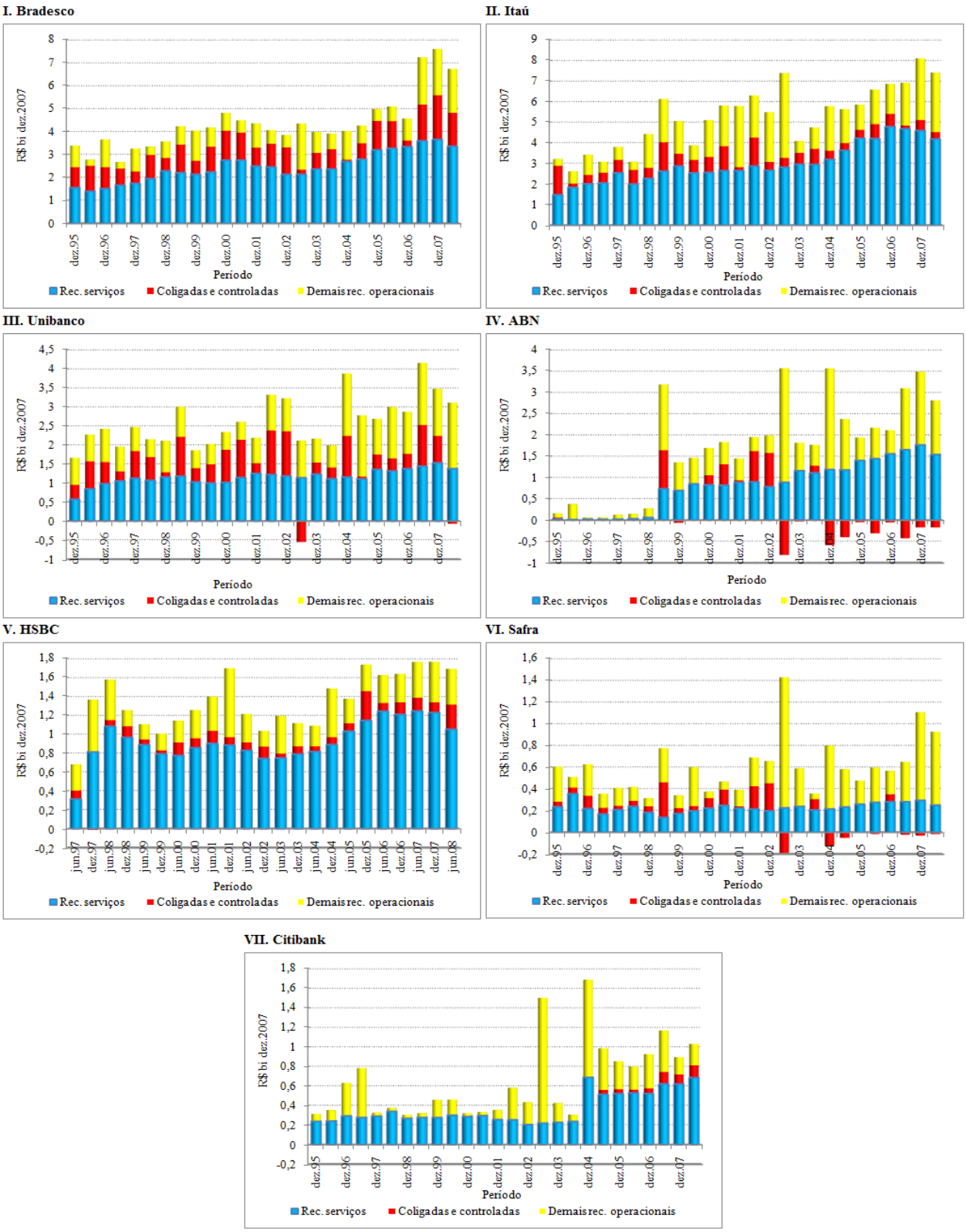


Figura 38: Receitas operacionais selecionadas dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B39, B40 e B41). Elaboração do autor.

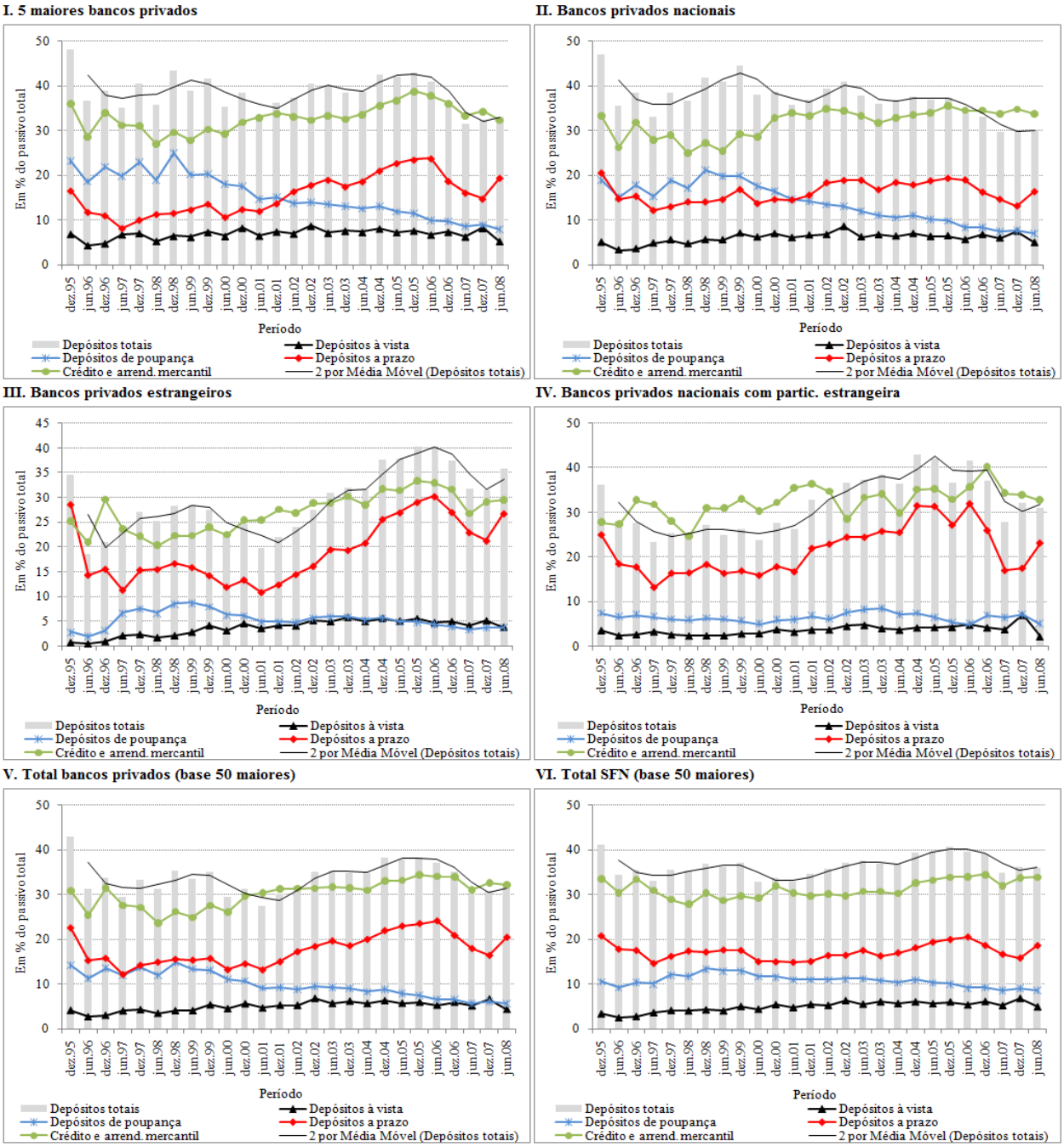


Figura 39: Depósitos e operações de crédito dos bancos privados no Brasil por natureza do capital, em % do passivo total (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B7, B14, B15, B16 e B18). Elaboração do autor.

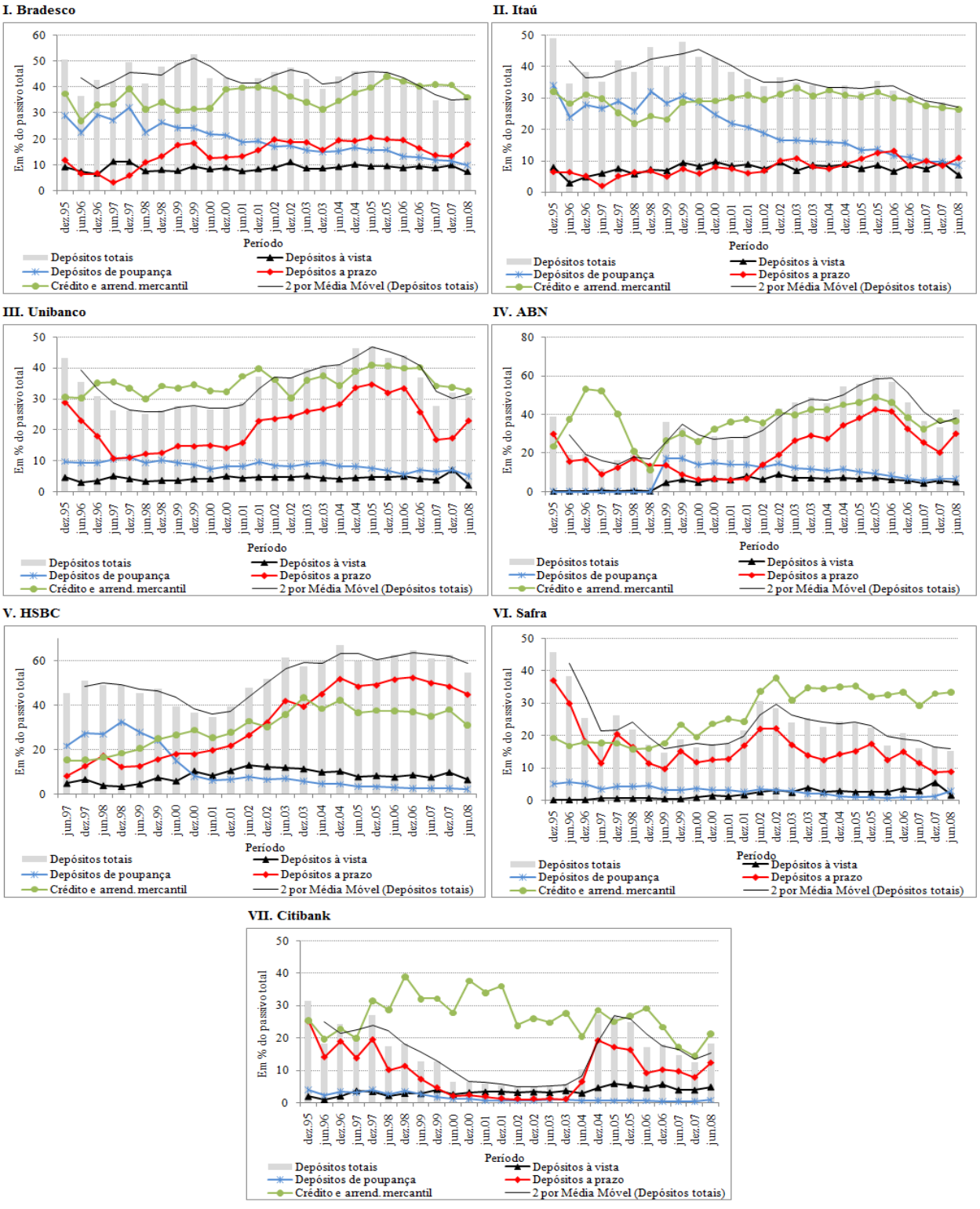


Figura 40: Depósitos e operações de crédito dos grandes bancos privados no Brasil, em % do passivo total (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B7, B14, B15, B16 e B18). Elaboração do autor.

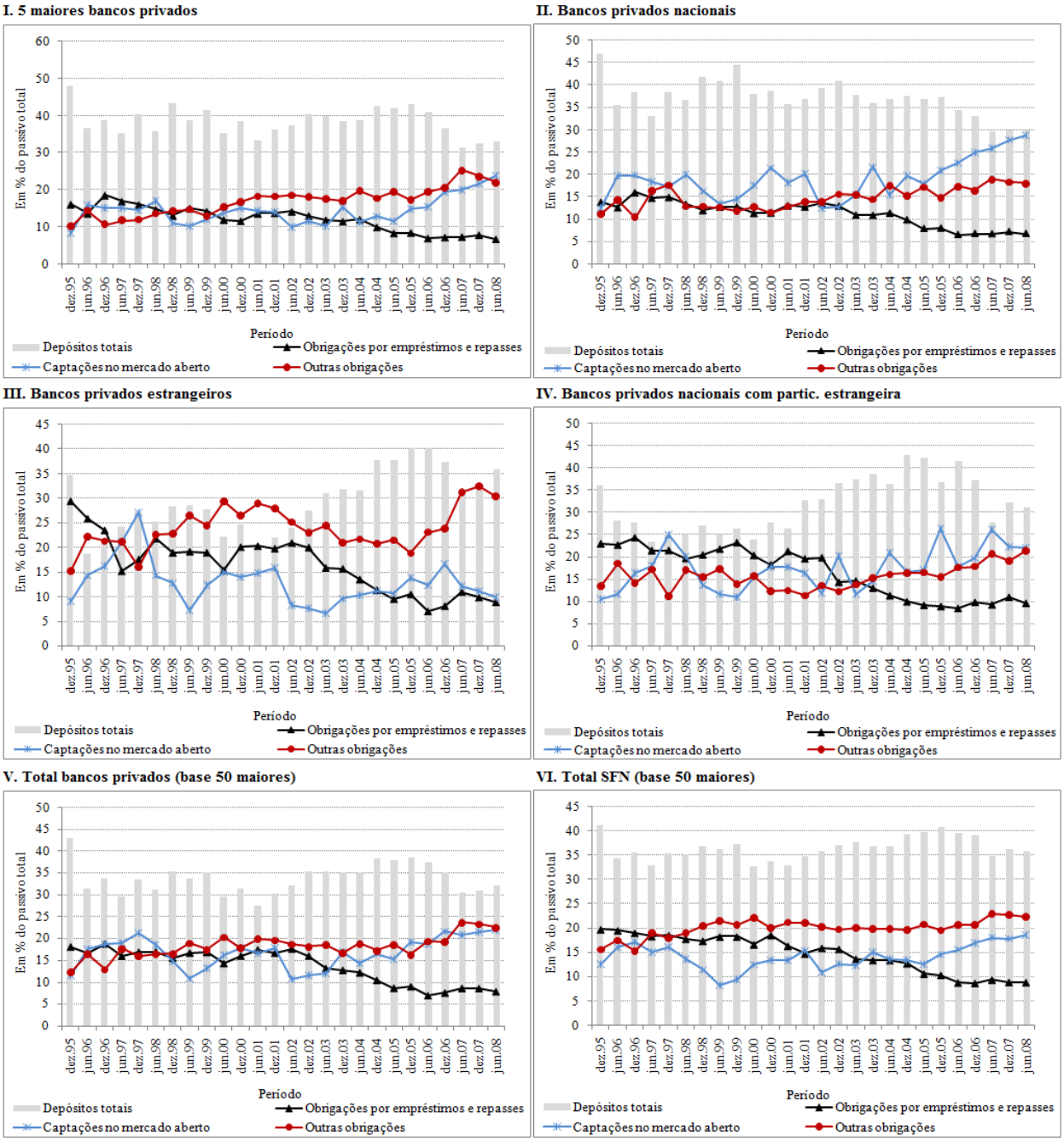


Figura 41: Contas selecionadas do passivo dos bancos privados no Brasil por natureza do capital, em % do passivo total (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B14, B20, B24 e B26). Elaboração do autor.

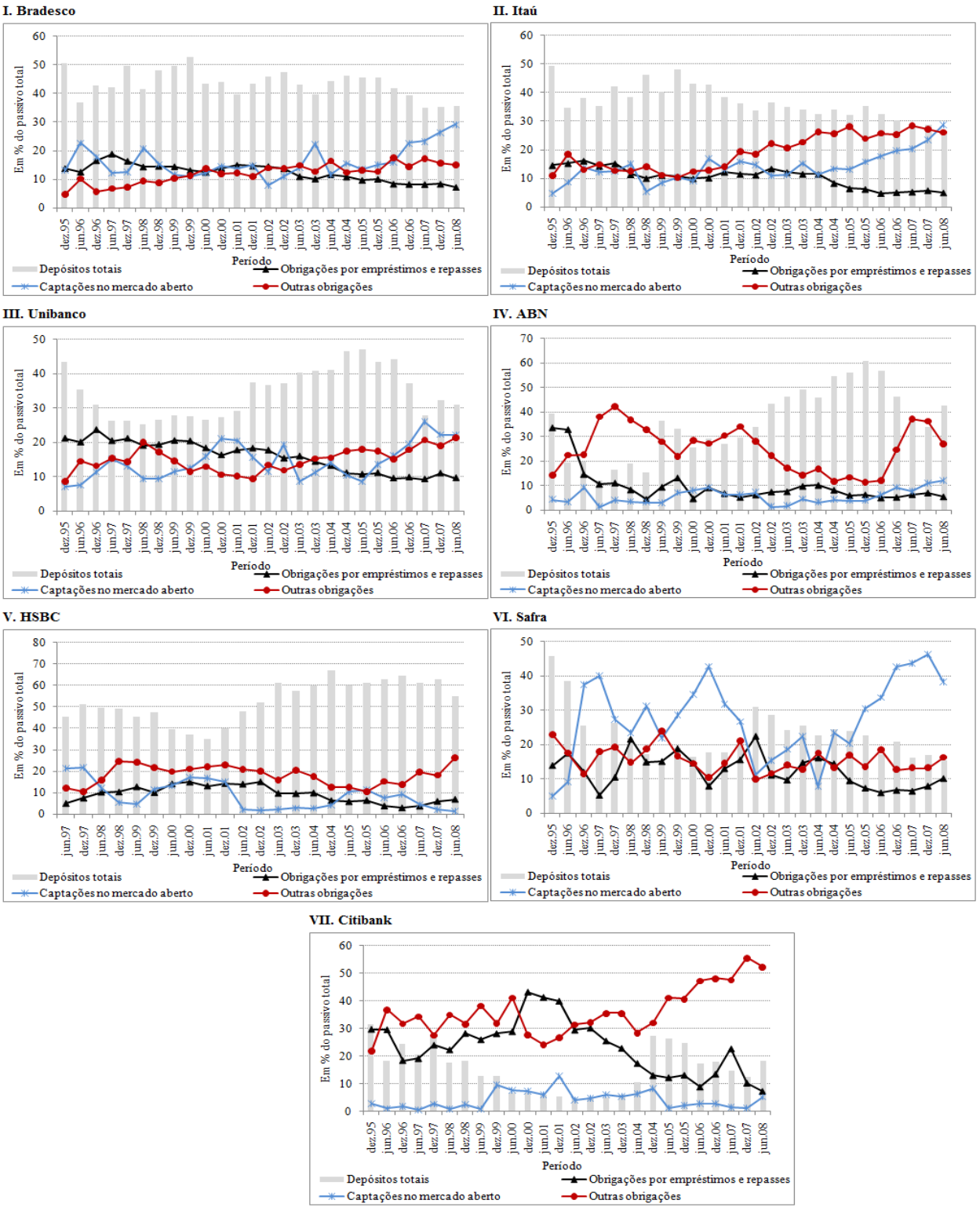


Figura 42: Contas selecionadas do passivo dos grandes bancos privados no Brasil, em % do passivo total (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B14, B20, B24 e B26). Elaboração do autor.

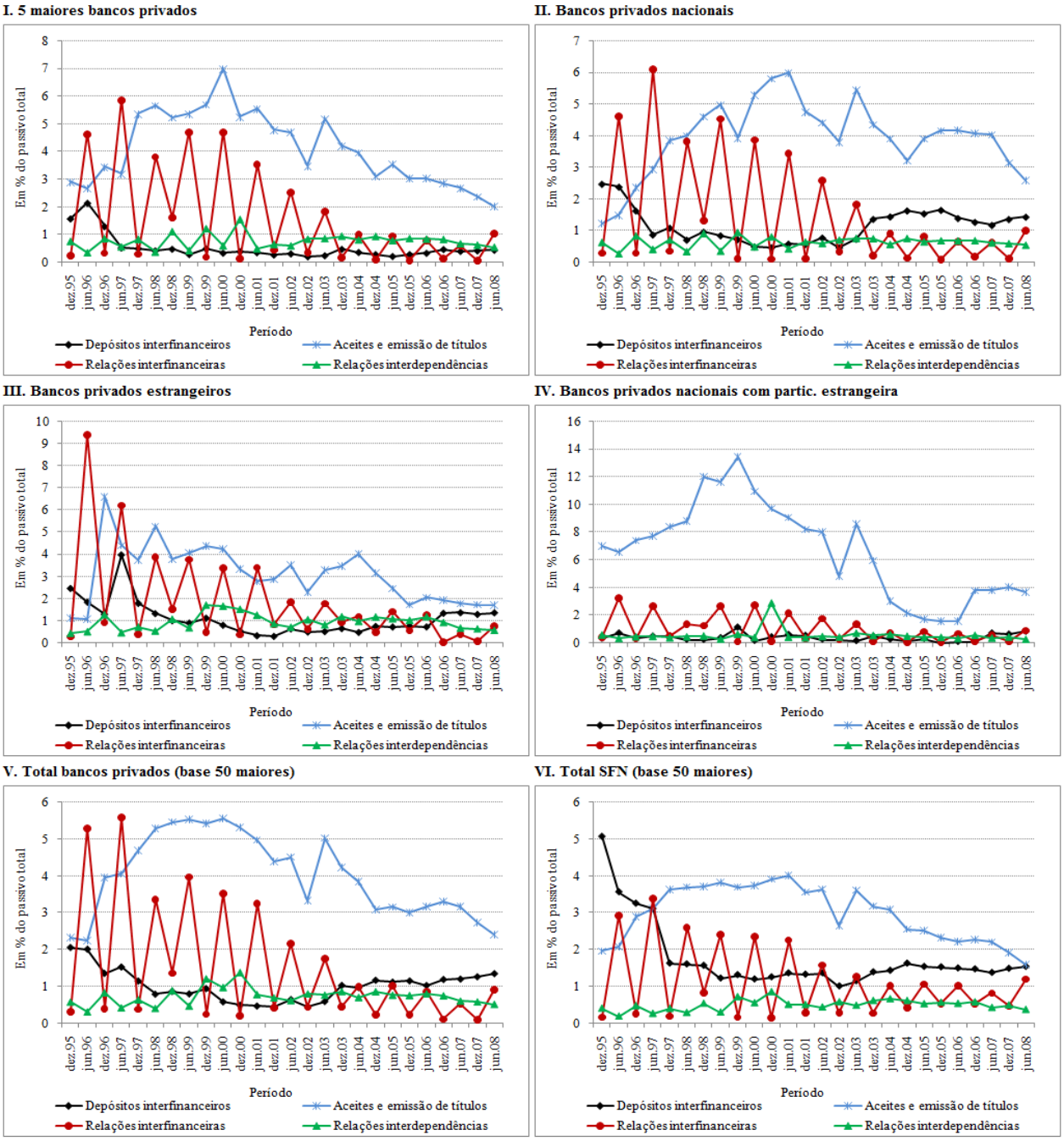


Figura 43: Outras contas selecionadas do passivo dos bancos privados no Brasil por natureza do capital, em % do passivo total (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B17, B21 e B22). Elaboração do autor.

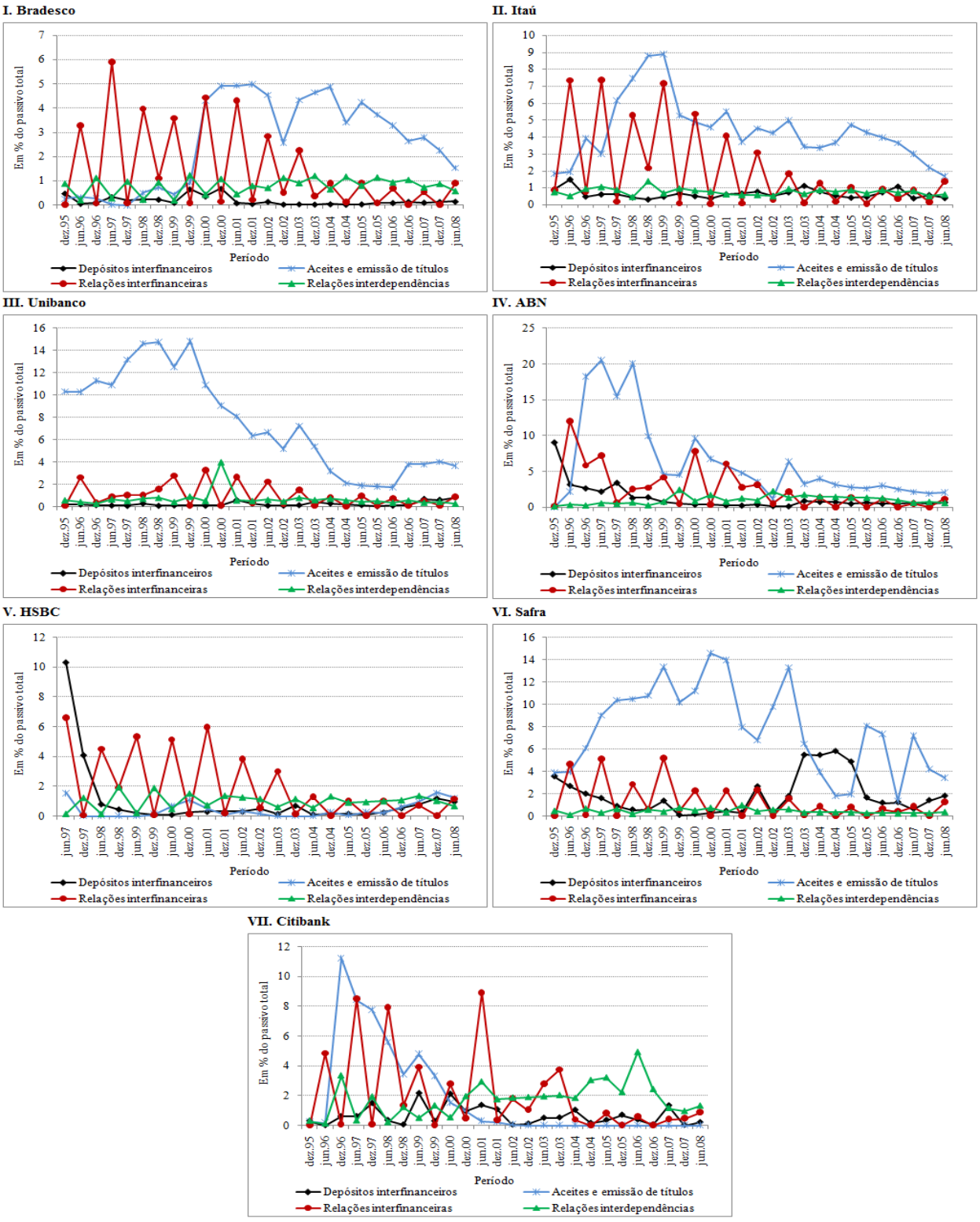


Figura 44: Outras contas selecionadas do passivo dos grandes bancos privados no Brasil, em % do passivo total (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B17, B21 e B22). Elaboração do autor.

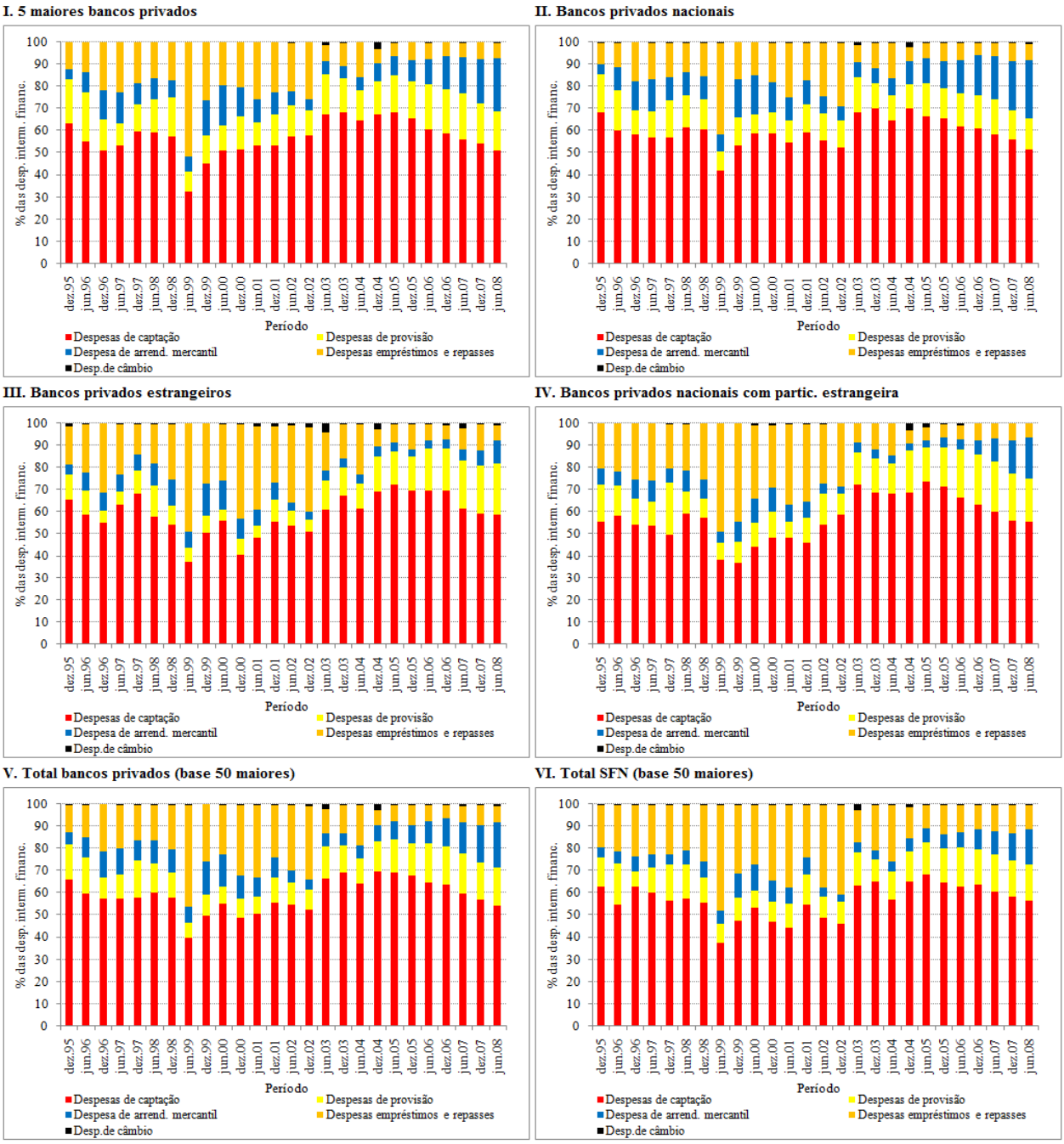


Figura 45: Despesas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil por natureza do capital, em % do total das despesas de intermediação (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B34, B35, B36, B37 e B38). Elaboração do autor.

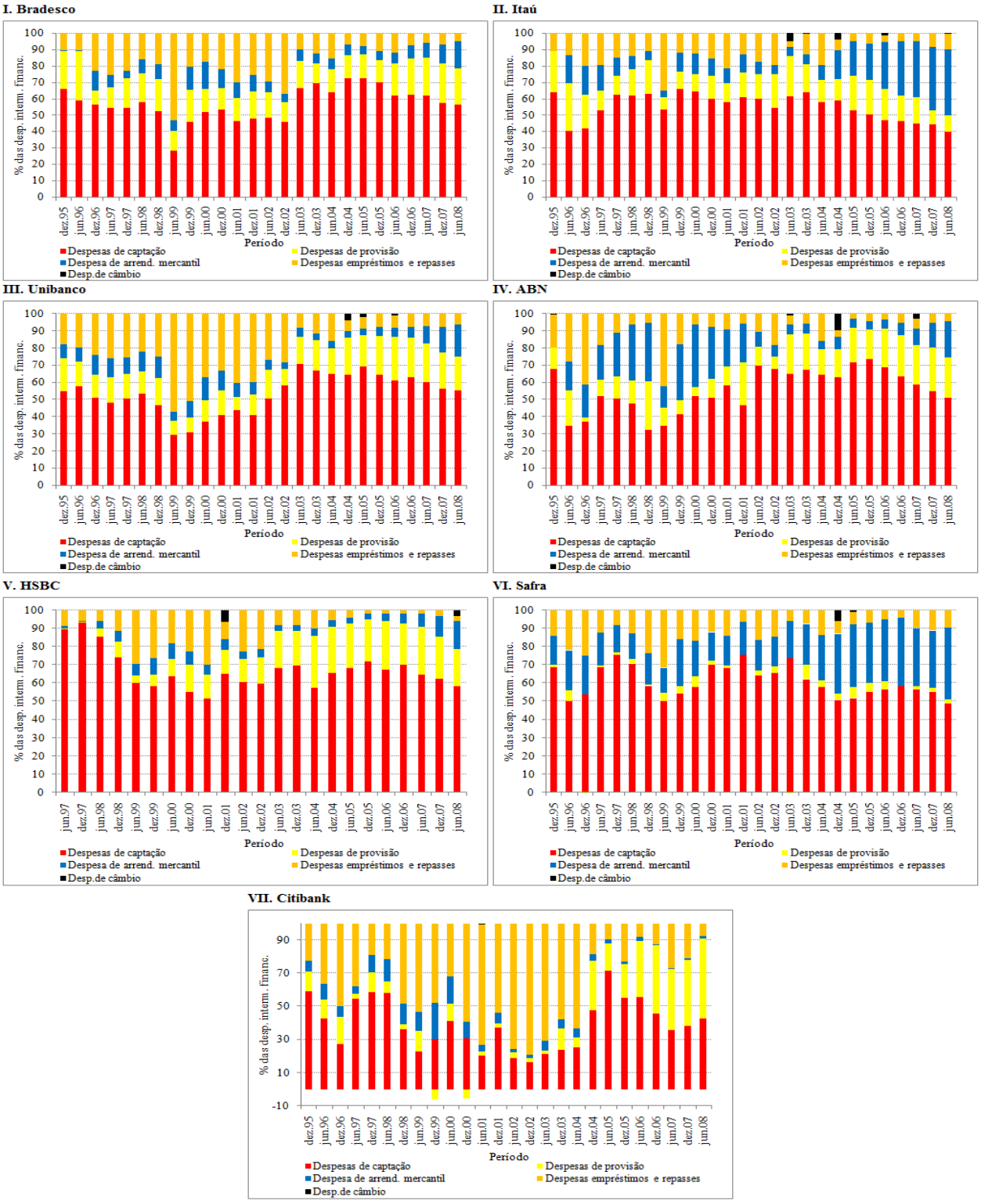


Figura 46: Despesas de intermediação financeira dos grandes bancos privados no Brasil, em % do total das despesas de intermediação (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B34, B35, B36, B37 e B38). Elaboração do autor.

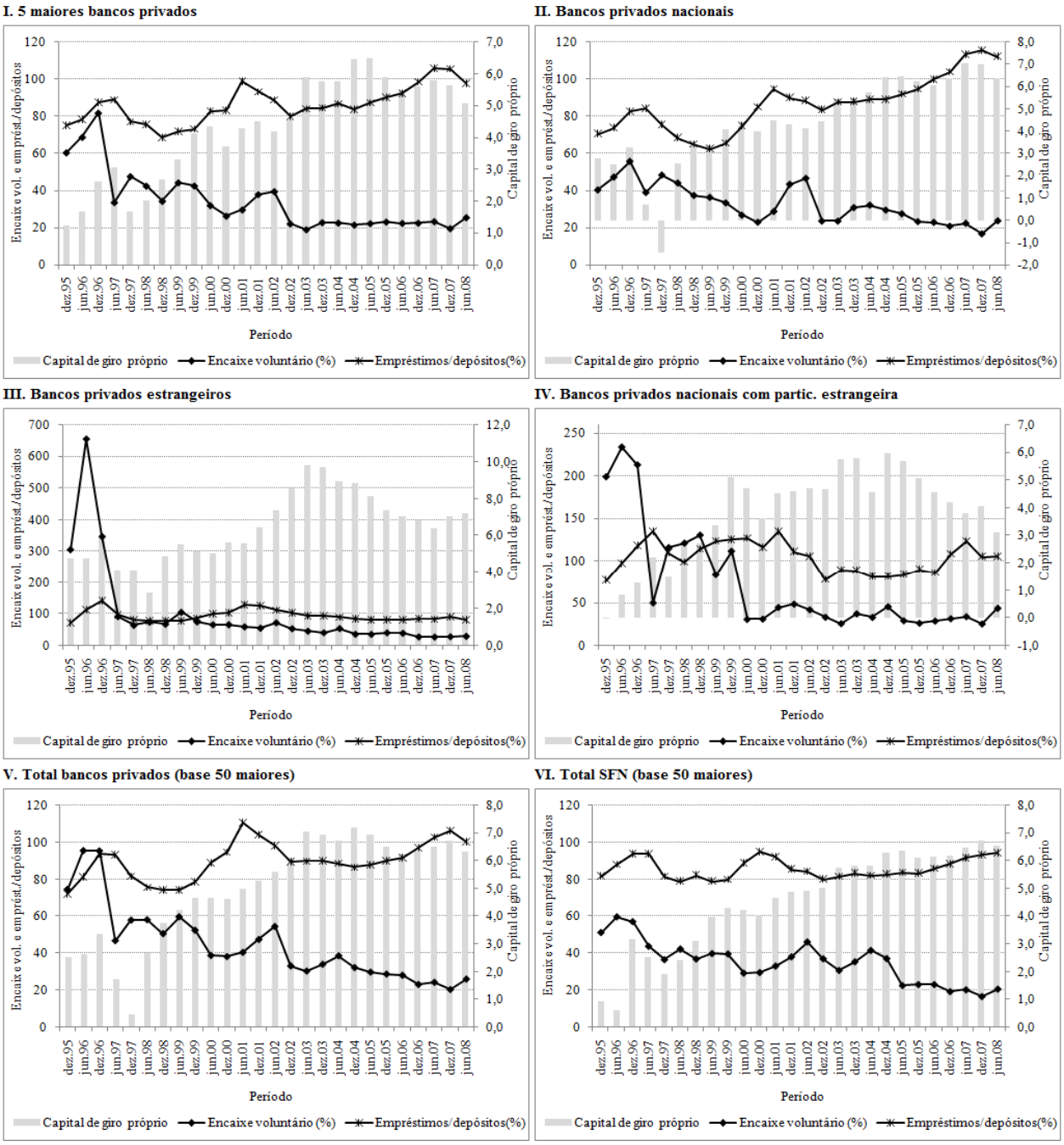


Figura 47: Índices de solvência e liquidez dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabela B48). Elaboração do autor.



Figura 48: Índices de solvência e liquidez dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabela B48). Elaboração do autor.

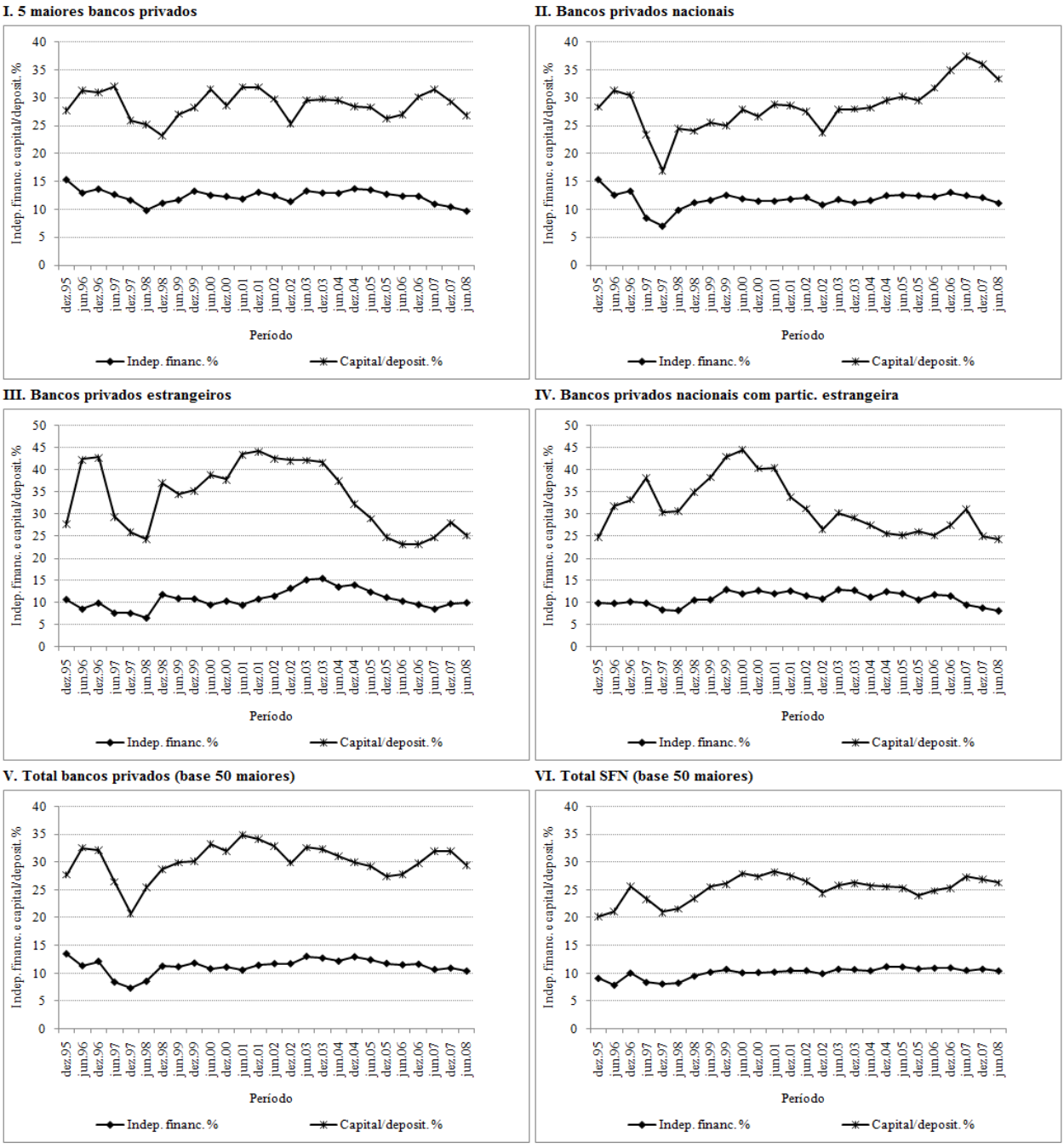


Figura 49: Índices de capital e risco dos bancos privados no Brasil por natureza do capital (dez.1995/jun.2008)

FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B49 e B50). Elaboração do autor.

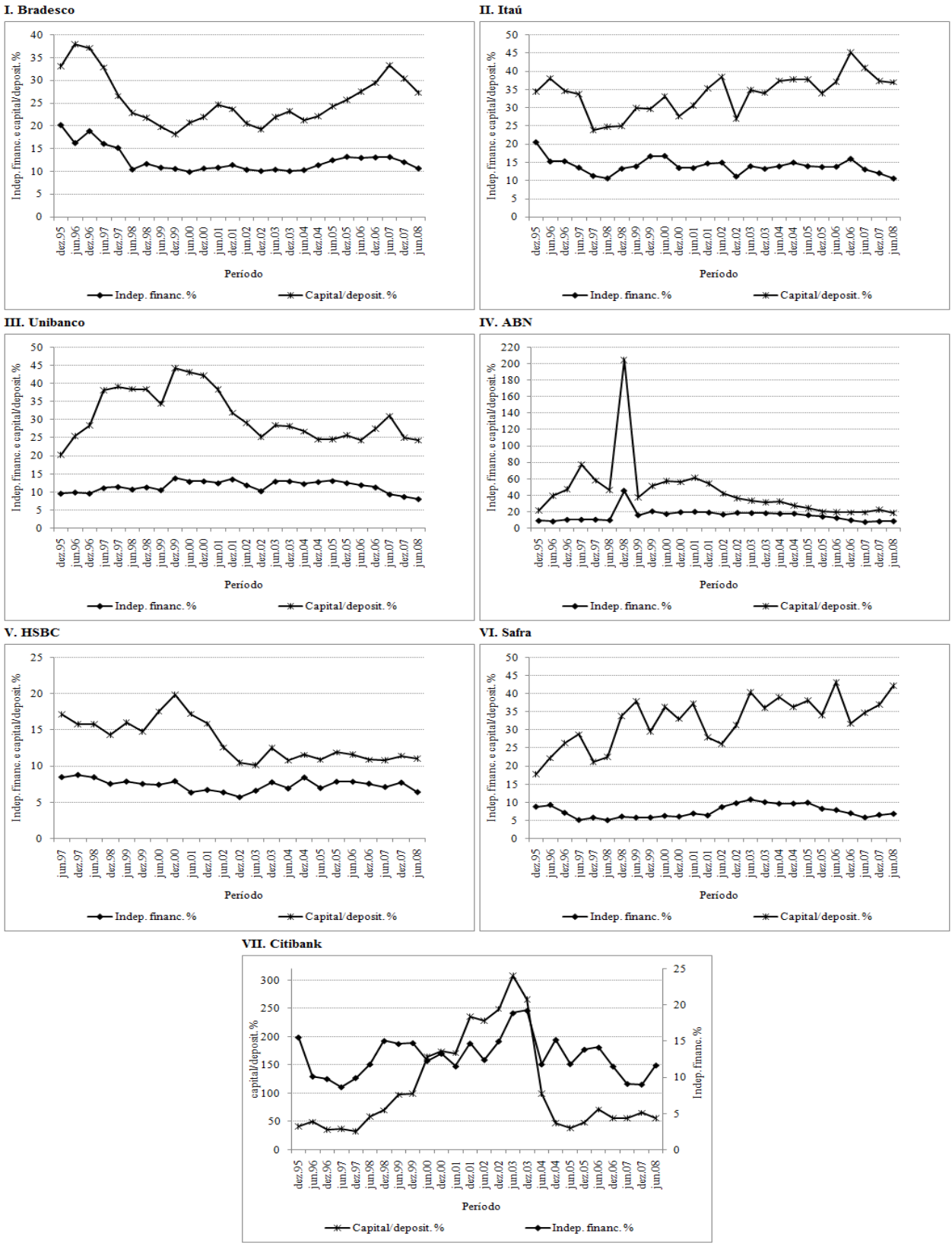


Figura 50: Índices de capital e risco dos grandes bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)
FONTE: 50 maiores bancos, Banco Central (Tabelas B49 e B50). Elaboração do autor.

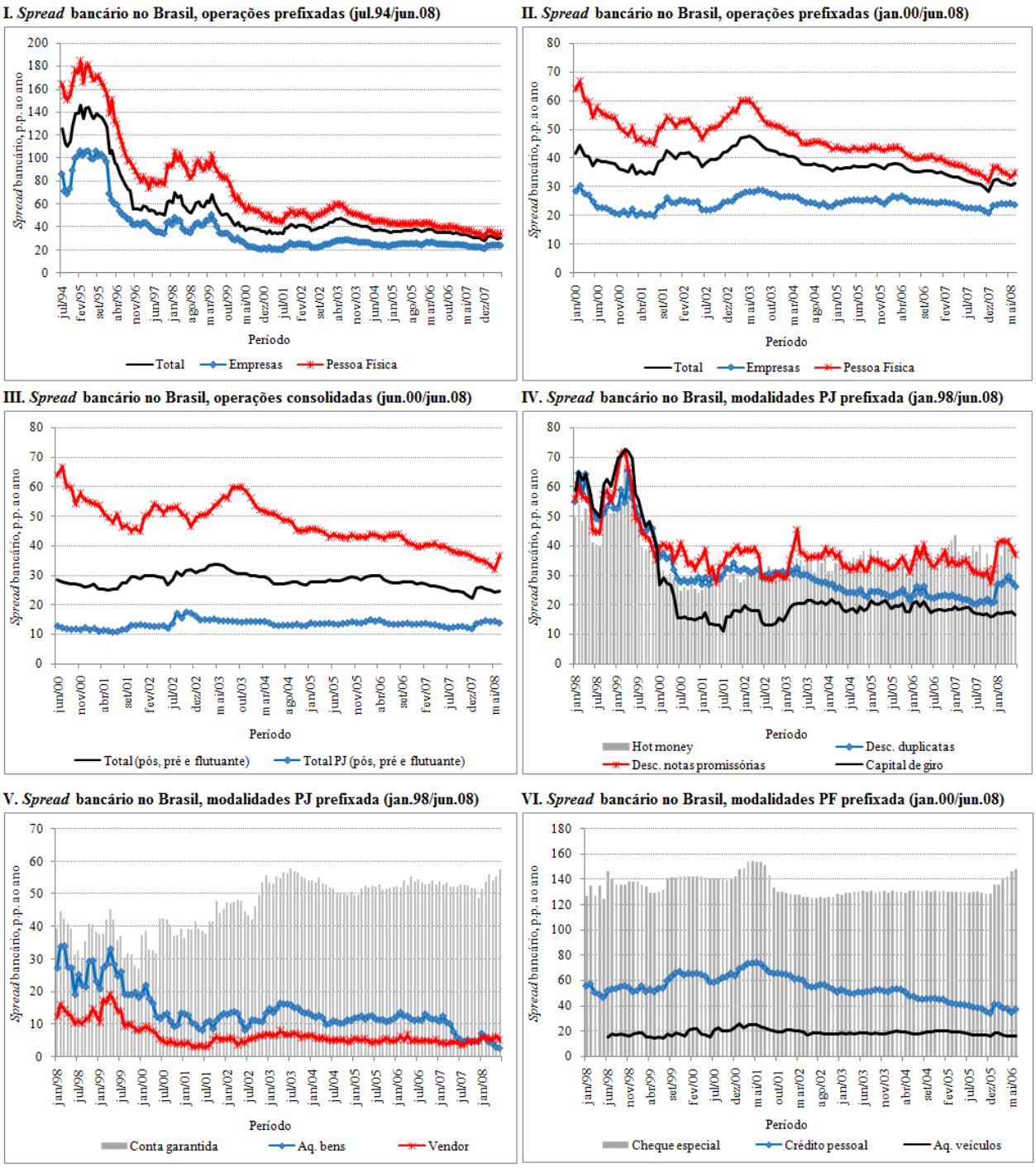


Figura 51: *Spread* bancário no Brasil depois do Plano Real: total e modalidades de crédito selecionadas

FONTE: Séries temporais, Banco Central. Elaboração do autor.

5.2.3 Prazos do ativo e do passivo, risco de taxa de juros e classificação da carteira de crédito de grandes bancos privados no Brasil (1994-2008)

Os dados dos grandes conglomerados financeiros disponibilizados na base 50 maiores bancos no site do Banco Central não permitem a análise dos prazos envolvidos nas operações ativas e passivas dos bancos, pois não oferecem a distinção entre o ativo circulante e realizável, ainda que a segmentação do passivo entre circulante e exigível possa ser viabilizada, posto que os dados do passível exigível a longo prazo são disponibilizados na referida base. Além de inviabilizar a análise dos prazos envolvidos nas operações dos bancos, esta indiferenciação referida impede a construção de alguns outros indicadores de riscos importantes da atividade bancária, especialmente de liquidez e juros.

Em razão desta restrição, a análise dos prazos envolvidos nas operações ativas e passivas dos grandes bancos privados no Brasil exigiu o acesso a duas outras bases de dados disponibilizadas pelo Banco Central em sua página eletrônica na internet, a saber: 1) informações contábeis analíticas e consolidadas por segmento; e 2) informações financeiras trimestrais (IFT). Na primeira, são disponibilizados os dados (não consolidados) das instituições financeiras com operações no Brasil, na maioria dos casos a partir de 1990, enquanto na segunda são disponibilizados os dados dos conglomerados econômicos (consolidado societário e CONEF), além dos dados (não-consolidados) das instituições financeiras, a partir de 2001.

5.2.3.1 Metodologia e arranjo dos dados

Ambas as bases impõem algumas restrições, tal como se processa no âmbito da base “50 maiores”. Esta última, por exemplo, além de não permitir a análise dos prazos das operações, não contempla os dados patrimoniais e de resultado das entidades não-financeiras que eventualmente integram os conglomerados – notadamente o ramo de seguros, previdência e capitalização. No âmbito das informações contábeis analíticas e consolidadas por segmento, os dados se referem apenas à instituição financeira líder do conglomerado, e não ao conglomerado econômico e/ou financeiro, condição que impede uma análise integrada e consolidada de todas as empresas que compõem o grupo econômico e/ou financeiro. Ademais, para efeito de distinção dos prazos das operações ativas e passivas, na base referida considera-se enquanto realizável e exigível a longo prazo operações acima de 90 dias, ao invés de um ano, enquanto o ativo e o passivo circulante referem-se às operações até 90 dias. Esta restrição impõe uma análise cautelosa dos prazos

envolvidos nas operações ativas e passivas dessas instituições, posto que se mostra discutível qualificar de longo prazo uma operação de 91 dias, por exemplo. Contudo, esta é a única base de dados que permite uma análise a partir de um período mais amplo, a partir de 1994, ainda que apenas para as instituições líderes dos conglomerados (dados não consolidados), posto que a base IFT tem início apenas em 2001.

No âmbito das Informações Financeiras Trimestrais, por seu turno, dos dados divulgados que se referem aos conglomerados econômicos, apenas o consolidado societário oferece a distinção do ativo entre circulante e realizável, bem como do passivo entre circulante e exigível, pois o consolidado econômico-financeiro (CONEF) não oferece tal segmentação dos dados de balanço. Mas nem todos os bancos privados individuais selecionados no item anterior disponibilizam os dados do consolidado societário na base IFT do Banco Central. São eles: Citibank, HSBC, Safra e ABN. Destes, ademais, apenas HSBC e Citibank fornecem os dados do conglomerado financeiro em todos os trimestres do interregno 2001/2008 – na base IFT, os dados patrimoniais do conglomerado financeiro distinguem o ativo e o passivo entre circulante e realizável e exigível a longo prazo, respectivamente, diferentemente da base 50 maiores bancos. No caso do banco Safra, são disponibilizados apenas os dados do CONEF, além dos dados da instituição individual, enquanto no caso do ABN são disponibilizados apenas esses últimos, o que inviabilizou a análise dos dados e indicadores de ambas as instituições no que se refere aos prazos das operações do conglomerado econômico e/ou financeiro.

Logo, a análise dos prazos dos dados patrimoniais selecionados que tomam por base as informações disponibilizadas no âmbito da base IFT contemplou, de um lado, os bancos Bradesco, Itaú, Unibanco (conglomerado econômico, consolidado societário) e, de outro, as instituições HSBC, Citibank e Santander (consolidado do conglomerado financeiro). Os dados desses dois conjuntos de instituições não foram agregados via somatória, ante as diferenças envolvidas no processo de consolidação das informações contábeis (conglomerado econômico versus conglomerado financeiro).

Já no âmbito dos dados obtidos na base informações contábeis analíticas e consolidadas por segmento, foram considerados todos os sete bancos individuais selecionados no item anterior, incluindo, portanto, os bancos Citibank, Safra e ABN, considerando-se o interregno 1994/2008. Foram incluídos, ainda, os bancos Santander e Votorantim, totalizando-se nove instituições

(essas, mais Bradesco, Itaú, Unibanco e HSBC). Conforme já frisado, embora a análise dos prazos a partir das informações contábeis dessa base de dados deva ser realizada com cautela, ante a não consolidação dos dados de balanço e a distinção dos prazos apenas inferiores e superiores a 90 dias, ela permite capturar o comportamento dos bancos privados no Brasil ao longo de um período mais alongado não apenas a partir da participação de contas selecionadas no ativo/passivo total, mas também mediante a evolução dos prazos das operações dos dois lados do balanço.

5.2.3.2 Análise dos indicadores selecionados

A Figura 52 apresenta alguns indicadores de prazos selecionados do ativo e do passivo do conjunto de nove bancos privados selecionados a partir dos dados coletados na base informações contábeis analíticas e consolidadas por segmento. Pode-se observar que parcela representativa do ativo dos bancos se refere às operações inferiores a 90 dias, como ativo circulante respondendo por aproximadamente 40% do total do ativo circulante e realizável em junho de 2008, ainda que tenha havido uma importante redução em relação a 1994. Considerando-se as instituições financeiras, ao invés do conglomerado, observa-se, ademais, que as operações com títulos públicos e aplicações interfinanceiras de liquidez respondem por parcela bem superior do ativo do que as operações de crédito.

As operações de crédito inferiores a 90 dias representam cerca de 40% do total do crédito do conjunto de instituições privadas consideradas (Figura 52, gráfico III). Não apenas parte relevante do ativo dos grandes bancos privados se refere às operações de curtíssimo prazo, ora concebidas enquanto aquelas inferiores a 90 dias, mas também do passivo do conjunto dessas instituições. A despeito da redução substancial das obrigações de curto prazo, que em 1994 atingiam pouco mais de 80% do total do passivo circulante e exigível, em jun.2008 tais passivos respondiam por cerca de 40%. Cumpriu papel decisivo para a queda da referida razão, cumpre salientar, o processo de alongamento dos prazos dos depósitos, antes expressivamente de curto prazo (Figura 52, gráfico II,).

Os demais gráficos da Figura 52 mostram que o conjunto dos nove bancos privados selecionados tem mantido a razão ativo circulante/passivo circulante e ativo realizável/passivo realizável em torno de 1 a partir de 2002, o que revela a compatibilidade de prazos das operações ativas e passivas, condição que reduz os riscos de liquidez e juros aos quais essas instituições se

acham submetidas. Não obstante, observa-se que a segunda razão passa a se situar num patamar ligeiramente inferior à unidade a partir de 2006, o que também pode ser verificado pelo valor negativo da razão entre a diferença do ativo realizável e do passivo exigível e o patrimônio líquido (medida de risco de juros), revelando que o aumento do grau de alavancagem do crédito do conjunto de grandes bancos privados a partir de 2003 foi seguido de uma elevação do grau de exposição dessas instituições ao risco de juros. Isto é, como o ativo realizável se mostrou inferior ao passivo exigível no interregno referido, um aumento da taxa de juros tende a afetar negativamente o conjunto dessas instituições (Figura 52, gráfico V).

Trata-se, contudo, de uma medida imprecisa de risco de taxa de juros, pois as contas Cosif da base referida não permitem um grau de abertura suficiente para que se possa apurar os termos (indexadores e condições) das operações ativas e passivas dos bancos pactuadas com prazos superiores a 90 dias. No mais, os créditos com classificação AA, A e B representam parcela preponderante dessas operações para o conjunto das instituições, ainda que esses dados também devam ser analisados com certa cautela, uma vez que no ciclo expansivo se mostra dificultoso o correto dimensionamento dos riscos de inadimplência, conforme discutido anteriormente. Não obstante, a expansão do crédito entre 2003/2008 ocorreu a partir de operações com baixo risco de inadimplência (Figura 52, gráfico VI).

As Figuras 53 e 54 apresentam, por sua vez, os mesmos indicadores, mas agora segmentando o conjunto de bancos selecionados entre varejo (Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, ABN e HSBC) e atacado (Citibank, Safra e Votorantim). Pode-se verificar a maior oscilação de todos os indicadores do segundo grupo em relação ao primeiro, com exceção da classificação da carteira de crédito, que se manteve razoavelmente constante em ambos os casos. Destaca-se que no caso do conjunto de bancos privados de varejo, a participação do crédito de curto prazo no crédito total se mostra superior ao do conjunto dos bancos de atacado no último período considerado. Mas essa constatação deve ser ponderada pela queda substantiva deste indicador entre 2006/2007 no caso dos bancos de atacado. Neste interregno, ademais, observa-se que o conjunto de bancos de varejo aumentou seu grau de exposição ao risco de taxa de juros, enquanto os de atacado reduziram-no substancialmente. Em ambos os casos, verifica-se uma expansão da alavancagem a partir de 2003.

No mais, apenas para elucidar o comportamento dos bancos nas fases de reversão do estado geral de expectativas, a Figura 53 apresenta, ainda, os indicadores selecionados do ativo do Banco Bradesco (gráfico VII). Conforme discutido no âmbito do referencial teórico nos dois primeiros capítulos desta tese, em contextos adversos os bancos não apenas reorientam seus ativos para aplicações com maiores graus de liquidez, como também encurtam os prazos de suas operações ativas. Os indicadores do Banco Bradesco no interregno 2001/2002 elucidam claramente este ponto: em maio à crise de confiança desencadeada pelas incertezas relacionadas à sucessão presidencial, o então maior banco privado do Brasil realizou três alterações sintomáticas no plano de suas operações ativas, a saber, reduziu a participação do crédito no ativo total, aumentou a parcela das aplicações em TVM e interfinanceiras de liquidez e, não menos importante, encurtou substancialmente o prazo de suas aplicações, com a participação do ativo circulante no total do ativo circulante e realizável passando de 54,6% para 71,5% entre 2001 e 2002 (Figura 53, gráfico VII).

A habilidade dos bancos privados no Brasil alternarem rapidamente suas posições de balanço entre ativos com maiores e menores graus de liquidez deriva, de um lado, da expressiva participação das operações com TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez em seus ativos totais, e, de outro, da prevalência das operações de crédito com reduzidos prazos de maturação em suas operações de crédito e ativos totais. Caso prevalecessem as operações de crédito de longo prazo em seus ativos, dificilmente os bancos seriam capazes de reorientar suas estruturas patrimoniais tão rapidamente, seja para fazer frente às oportunidades percebidas e surgidas de lucro, seja para lidar com ambientes marcados por adversidades.

A predominância de operações tipicamente de curto prazo permite que nas fases de reversão do estado geral de expectativas essas instituições sejam capazes de reduzir abrupta e rapidamente seu grau de exposição ao crédito. Por outro lado, por assumirem posições ao mesmo tempo líquidas e rentáveis em contextos adversos, ante a prática de juros básicos elevados e o instituto da indexação financeira, nos períodos recuperação dos negócios e de expectativas otimistas os bancos no Brasil, particularmente os privados, são igualmente capazes de aumentar celeremente seu grau de exposição às operações de empréstimos - tal como demonstrado já em 1986, no âmbito do Plano Cruzado, bem como nos períodos imediatamente posterior ao Real e mais recente, a partir de meados de 2003. Por esta razão, não se mostra incorreto afirmar que a higidez do sistema bancário brasileiro transcende o plano estrito de sua capacidade de geração de

resultados positivos, posto que calcada no curto-prazismo, na prática de *spreads* elevados e, especialmente em contextos adversos, nas operações com títulos públicos.

Os indicadores calculados a partir dos dados dos grandes conglomerados econômicos, consolidado societário (Bradesco, Itaú e Unibanco), bem como dos grandes conglomerados financeiros (Santander, HSBC e Citibank), oferecem uma dimensão mais precisa da importância das operações de curto prazo na estrutura patrimonial dos bancos privados no Brasil. Obtidos na base Informações Financeiras Trimestrais, o ativo e o passivo circulante refletem as operações inferiores a um ano, enquanto o ativo realizável e o passivo exigível as operações com prazos superiores a um ano. Tais dados, ademais, oferecem uma análise mais apurada dos prazos das operações ativas e passivas das seis instituições contempladas para os quais os dados se achavam disponíveis, pois o processo de consolidação operacional dos balanços exclui as operações realizadas entre as instituições (financeiras e não-financeiras, no caso dos conglomerados econômicos) do mesmo grupo. A evolução dos indicadores é apresentada nas Figuras 55, 56, 57, 58, 59 e 60.

Nos casos dos bancos Bradesco, Itaú e Unibanco (conglomerado econômico), a razão ativo circulante/ativo circulante e realizável encerrou junho de 2008 em 78,0%, 77,9% e 74,5%, respectivamente. Ou seja, mais de 2/3 das operações ativas dos então três maiores bancos privados no Brasil correspondiam a aplicações com prazos inferiores a um ano. No caso dos conglomerados Bradesco e Unibanco, em particular, observa-se que a participação das aplicações em TVM e interfinanceiras de liquidez no ativo total se apresentou bastante superior à das operações de crédito, com exceção de apenas dois períodos no caso do segunda instituição, considerando-se o interregno jan.2001/jun.2008 – para o qual os dados se achavam disponíveis na base IFT. No caso do banco Itaú, destaca-se a expressiva elevação da razão crédito/ativo no período jun.2002/dez.2005 (Figuras 55, 56 e 57).

Mesmo no caso do Itaú, contudo, a participação das aplicações em TVM e interfinanceiras encerrou jun.2008 em patamar superior ao da parcela do ativo alocada em operações de crédito (Figura 56, gráfico I). Mas cumpre salientar que as razões entre operações com TVM e interfinanceiras de liquidez/ativo e operações de crédito/ativo devem ser analisadas considerando que, diferentemente dos dados dos conglomerados financeiros, são contempladas as operações com TVM relacionadas ao ramo de seguros, previdência e capitalização. Neste sentido,

tem-se que a redução ou estagnação do quociente entre crédito/ativo no período mais recente pode derivar do crescimento mais acentuado das operações com TVM envolvendo o referido ramo de negócios, ao invés de revelar um maior grau de preferência pela liquidez dessas instituições.

Nas três instituições, ademais, as operações de crédito de curto prazo respondiam, em junho de 2008, a pouco mais de 60% do total das operações de crédito, com o restante sendo relacionado às operações superiores a um ano. Os dados dos bancos Bradesco, Itaú e Unibanco revelam, ainda, que não apenas o ativo, mas também parcela preponderante de seus passivos correspondia a obrigações com prazos inferiores a um ano, a despeito de, em todos os casos, ter havido uma redução das operações ativas e passivas de curto prazo entre o início e o fim do período em tela (Figuras 55, 56 e 57).

Finalmente, ainda no que diz respeito aos três conglomerados econômicos ora analisados, verifica-se que não obstante a razão ativo circulante/passivo circulante se achar superior à unidade no período mais recente, o quociente ativo realizável/passivo exigível tem se situado num patamar inferior à unidade, também considerando o período mais recente – movimento que se processa em simultâneo ao aumento do grau de alavancagem do crédito. Com efeito, o indicador utilizado para mensurar o risco de taxa de juros (diferença entre o ativo realizável e o passivo exigível dividido pelo patrimônio líquido) aponta que essas três instituições têm se encontrado vulneráveis a movimentos de elevação da taxa de juros, ainda que sob diferentes intensidades (Figuras 55, 56 e 57).

Também nos casos dos bancos HSBC, Santander e Citibank (conglomerado financeiro), pode-se observar a preponderância das operações de curto prazo em suas respectivas estruturas patrimoniais (Figuras 58, 59 e 60). No caso do Citibank, em particular, as operações de crédito de curto prazo perfaziam aproximadamente 80% do total das operações de crédito em junho de 2008. Nos casos dos bancos HSBC e Santander esta razão correspondia a pouco mais de 50% e 60%, respectivamente. Destaca-se, no caso do HSBC, a expressiva redução do passivo circulante no total do passivo circulante e exigível entre jun.01/jun.08, de quase 90% para pouco menos de 60%, movimento puxado notadamente pela redução da participação dos depósitos de curto prazo no total dos depósitos, sob efeito da forte expansão dos depósitos a prazo desta instituição, conforme destacado no item anterior (Figura 40, gráfico V).

A expansão da maturação das operações ativas dos bancos privados no Brasil, especialmente das operações de crédito, tende a ensejar uma postura mais arrojada dessas instituições no âmbito da captação de recursos com maiores prazos de vencimento, notadamente sob a forma de depósitos a prazo, de modo a reduzir notadamente o risco de taxa de juros. Para a maioria dos bancos analisados, há indicações de que o incipiente movimento de dilatação dos prazos das operações de crédito verificado no período mais recente, importante para a expansão do crédito[252], tem se processado mediante a assunção de maiores riscos de taxa de juros, pois a participação das obrigações de curto prazo tem se reduzido mais lentamente do que a das operações ativas. Todavia, parcela preponderante das operações dessas instituições ainda tem se achado fortemente ancorada no curto/curtíssimo prazo, condição que lhes oferecem alta margem de manobra para fazerem frente a movimentos inesperados dos preços-chave da economia. Ademais, esse movimento revela, ainda que de forma incipiente, a capacidade dos bancos privados no Brasil transformarem os prazos de maturação de suas obrigações, quando a assunção de posturas financeiras mais arrojadas se apresenta subserviente ao propósito da ampliação de seus lucros.

Os dados do crédito com recursos livres referencial para o cálculo das taxas de juros mostram que as operações de prazos mais curtos, destinadas às pessoas físicas e jurídicas, tais como desconto de duplicatas, conta garantida, vendor e cheque especial são as prevalecentes nas concessões de empréstimos dos bancos no Brasil (Tabela 23). Trata-se de mais uma evidência de que não obstante o fim da alta inflação, e a despeito do processo de dilatação dos prazos registrada no período posterior à estabilidade monetária - especialmente quando consideradas as operações de curtíssimo prazo –, a estrutura patrimonial dos bancos privados no Brasil continuou sendo preponderantemente pautada nas operações de curto termo, inferiores a um ano, entre outras razões em vista da inexistência de um arcabouço institucional (de não-indexação financeira) e de condições macroeconômicas capaz de induzi-los a ampliar os prazos de suas operações ativas. Ou seja, continuaram adotando um padrão de atuação pouco subserviente ao financiamento do desenvolvimento.

Segue, deste modo, que a despeito das restrições envolvidas em ambas as bases de dados, os indicadores calculados se mostram suficientes para verificar que a despeito do fim da alta

[252] Posto que reduziu os valores das prestações dos financiamentos, destinados notadamente aquisição de bens duráveis por parte de consumidores pertencentes às classes de renda C e D.

inflação, os grandes bancos privados no Brasil ainda concentram suas operações principalmente no curto prazo, condição que ajuda a entender as rápidas alterações processadas em suas estruturas patrimoniais diante de inflexões do estado geral de expectativas[253]. Ou seja, conforme advertido pelos trabalhos de Hermann (2002, p.15), Andima (2001, p.76) e Paula, Alves Jr. e Marques (2001), entre outros, a geração de resultados dos bancos no Brasil continuou sendo preponderantemente viabilizada mediante operações ativas de curto prazo, mesmo em contexto de baixa inflação. E isso, conforme salientado, constituiu um importante instrumento de preservação de seus altos níveis de rentabilidade diante de contextos adversos.

A análise dos prazos das operações ativas e passivas dos bancos privados no Brasil ratifica a tese de que o padrão de rentabilidade dessas instituições em contexto de baixa inflação, além de tomar por base a prática de *spreads* elevados, a possibilidade de articular liquidez e rentabilidade mediante a compra de títulos públicos indexados à taxa Selic – notadamente em contextos de instabilidade – e a cobrança crescente de tarifas pelos serviços prestados, continuou sendo pautado nas operações ativas de curto prazo, a despeito da incipiente dilatação dos prazos registrada ao longo do interregno considerado. Conforme já salientado, a concentração das operações ativas no curto prazo, considerando o ambiente macroeconômico e institucional brasileiro, constituiu elemento decisivo para essas instituições alternarem rapidamente suas posições de balanço ao sabor das conjunturas e do estado de expectativas prevalecentes em cada momento, permitindo-lhes a obtenção de níveis de rentabilidade elevados mesmo em contextos de alta incerteza.

Não causa surpresa, deste modo, a discrepância entre o retorno do patrimônio (ROE) registrado pelos grandes bancos privados e o apresentado pela maioria dos diferentes setores da produção contemplados nas Figuras 61 e 62, considerando o período 1994/2007. A comparação da rentabilidade do patrimônio do setor produtivo, calculada a partir do lucro e do patrimônio líquido acumulados, com a dos grandes bancos privados no interregno 1995/2007, revela que em todos os anos a rentabilidade do conjunto de grandes bancos privados foi bem maior do que a apresentada pelo conjunto do setor produtivo, ainda que sob diferentes intensidades. Pode-se

[253] Alternativamente, outra fonte de dados passível de utilização corresponde aos balanços patrimonais publicados na Revista Bancária Brasileira, os quais, em boa parte dos casos, apresentam os dados segmentados entre ativo circulante e realizável e passivo circulante e exigível, ainda que nem sempre referentes ao conglomerado. No site dos bancos na internet são, normalmente, disponibilizadas as demonstrações financeiras mais recentes, além de, não raro, não apresentarem a distinção referida de prazos das operações.

observar que apenas alguns poucos sub-setores apresentaram rentabilidade superior à registrada pelos grandes bancos privados em cada um dos anos considerados. O conjunto de grandes bancos privados apresentou elevados níveis de ROE mesmo em contextos adversos, marcados por instabilidade macroeconômica e/ou retração dos negócios, diferentemente da maioria dos sub-setores não-financeiros considerados. Em 2002, por exemplo, enquanto a rentabilidade média do setor produtivo foi de -2,9%, a rentabilidade dos grandes bancos privados foi de nada menos que 25,1%.

Pode-se argumentar, contudo, que tais resultados são imprecisos, pois não são consideradas apenas as grandes empresas do setor produtivo. Todavia, dados compilados e calculados por Gregório (2005) para o interregno 1997/2004 a partir da base "melhores e maiores" da Revista Exame para o setor produtivo, que considera as 500 maiores empresas do país, e da base "50 maiores bancos" do Banco Central para o setor bancário privado, sinalizam na mesma direção. Entre as principais conclusões de seu trabalho, ganha destaque a de que o ROE médio do setor bancário privado (legal e ajustado pela inflação) foi maior do que o registrado pelo setor não-financeiro[254], considerando-se o intervalo referido. Tomando-se por base o ROE médio de cada ano, o autor constatou que apenas em 2004, pelo ROE legal, e em 2003 e 2004, pelo ROE ajustado, a rentabilidade do setor bancário privado se mostrou inferior a apresentada pelo setor não-financeiro. Verificou, ainda, que a volatilidade do ROE do primeiro foi bem inferior a do conjunto do setor não-financeiro.

A análise da estrutura patrimonial e do padrão de rentabilidade dos bancos privados em contexto de baixa inflação (1994-2008) revela, desta forma, que a prevalência de condições macroeconômicas e institucionais pouco adequadas à assunção de riscos por parte dos atores econômicos, particularmente das instituições financeiras criadoras de moeda, tende a perpetuar uma estrutura patrimonial dos bancos pouco subserviente ao propósito da ampliação sustentada do emprego e da renda.

[254] Foram considerados os seguintes setores de atividade econômica: alimentos, bebidas e fumo; atacado e comércio exterior; automotivo; comércio varejista; comunicações; confecções e têxteis; construção; diversos; eletroeletrônico; farmacêutico, higiene e cosméticos; limpeza; material de construção; mecânica; mineração; papel e celulose; plásticos e borracha; química e petroquímica; serviços de transporte; serviços diversos; serviços públicos; siderurgia e metalurgia; tecnologia e computação; e telecomunicações. Para maiores detalhes, ver Gregório (2005) e Revista Exame – "melhores e maiores".

A continuidade do incipiente processo de dilatação dos prazos das operações de crédito, bem como da própria ampliação sustentada dos empréstimos bancários ao longo do tempo, exige a transformação da estabilidade monetária em estabilidade macroeconômica, assim como a estruturação de um arcabouço institucional compatível com um regime de baixa inflação, ao invés de alta. Ou seja, requer a estruturação de um ambiente macroeconômico institucional capaz de induzir os bancos a adotarem um padrão de atuação e de rentabilidade subserviente ao estreitamento das órbitas industrial e financeira, ancorada no crédito e na intermediação de recursos junto ao setor privado – mediante a prática de *spreads* reduzidos e prazos mais dilatados das operações ativas e passivas.

A despeito das restrições envolvidas em ambas as bases de dados, os indicadores calculados se mostram suficientes para concluir que a despeito do fim da alta inflação, os grandes bancos privados no Brasil ainda concentram suas operações principalmente no curto prazo, condição que ajuda a entender as rápidas alterações processadas em suas estruturas patrimoniais diante de inflexões do estado geral de expectativas. A opção por flexibilidade dessas instituições se processou não apenas a partir de uma elevada participação das operações com TVM e interfinanceiras em seus ativos, mas também a partir da concentração de suas operações ativas majoritariamente no curto prazo. E essa postura patrimonial permite aos bancos a adaptação célere e eficiente às diferentes conjunturas.

Tabela 23: Prazo médio e participação no total das concessões e do saldo das operações de crédito com recursos livres referencial para a taxa de juros, médias semestrais (jul./dez.2000 a jan./jun.2008)

Periodo	Pessoas Jurídicas																							
	Hot money			Desconto de duplicatas			Notas promissórias			Capital de giro			Conta garantida			Financ. Imob.			Aquisição de bens			Vendor		
	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque
jul./dez.00	13,7	1,6	0,4	38,7	5,6	3,2	33,7	1,2	0,6	188,6	7,9	10,5	25,4	20,6	10,0	475,6	0,0	1,7	313,4	1,2	1,3	77,7	4,1	3,8
jan./jun.01	11,5	1,4	0,3	34,7	5,3	2,9	32,8	0,9	0,5	224,9	7,1	9,6	25,1	19,2	9,4	422,5	0,0	1,3	320,0	1,1	1,6	74,7	3,9	3,5
jul./dez.01	13,1	1,5	0,3	37,4	5,4	2,8	32,2	0,7	0,4	224,3	8,9	10,5	23,3	20,2	9,8	814,4	0,0	0,4	304,6	1,1	1,8	76,1	3,8	3,1
jan./jun.02	13,8	1,3	0,2	39,4	5,5	2,9	30,2	0,6	0,2	253,8	7,7	10,9	23,4	20,5	10,2	969,8	0,0	0,4	286,5	1,2	1,9	74,3	3,6	3,1
jul./dez.02	10,3	1,6	0,3	35,2	5,5	2,7	33,0	0,5	0,2	251,2	9,6	12,3	22,9	20,8	9,4	1002,7	0,0	0,3	272,2	1,1	1,9	72,0	4,3	3,3
jan./jun.03	10,4	1,5	0,3	31,4	5,8	2,9	32,1	0,3	0,2	233,1	8,7	14,1	22,5	20,3	9,9	907,4	0,0	0,3	251,1	1,3	2,0	68,4	4,1	3,4
jul./dez.03	10,2	1,0	0,2	30,8	6,4	3,2	36,1	0,2	0,1	232,4	8,9	14,6	23,2	20,5	9,8	943,9	0,0	0,3	262,2	1,5	2,0	86,0	4,1	3,1
jan./jun.04	11,9	1,0	0,3	31,4	6,4	3,2	33,8	0,2	0,1	283,9	7,9	13,6	22,9	20,3	9,8	975,0	0,0	0,2	270,9	1,7	2,2	74,9	4,4	3,4
jul./dez.04	11,4	0,8	0,2	33,0	7,0	3,6	36,3	0,2	0,1	293,3	8,2	14,1	23,1	20,1	9,6	994,7	0,0	0,2	277,7	1,9	2,7	79,3	4,7	3,5
jan./jun.05	13,0	0,6	0,1	31,6	6,5	3,3	34,7	0,1	0,1	287,2	8,1	14,6	22,2	19,2	9,3	1038,2	0,0	0,2	270,5	2,1	3,0	73,0	4,2	3,3
jul./dez.05	13,7	0,7	0,1	32,3	6,3	3,1	34,6	0,2	0,1	327,2	8,3	14,7	22,0	19,3	9,0	964,1	0,0	0,2	285,0	2,2	3,1	80,7	4,4	2,8
jan./jun.06	13,2	0,5	0,1	32,1	6,0	2,9	36,9	0,1	0,0	339,5	7,7	14,7	21,8	19,1	8,6	979,8	0,0	0,2	280,6	2,6	3,3	91,1	4,1	2,7
jul./dez.06	11,7	0,6	0,1	32,4	6,0	2,8	39,8	0,1	0,0	360,9	8,8	15,2	21,8	18,9	8,2	1188,2	0,1	0,2	280,3	3,1	3,4	88,0	4,2	2,6
jan./jun.07	10,2	0,5	0,1	32,6	6,0	2,7	48,0	0,1	0,0	393,3	8,3	16,3	21,2	19,0	8,0	1433,7	0,0	0,2	292,8	3,5	3,3	75,4	3,7	2,3
jul./dez.07	9,2	0,5	0,1	36,5	6,1	2,6	48,1	0,1	0,0	429,6	10,2	17,3	21,5	18,6	7,6	1693,7	0,0	0,2	312,4	4,2	3,4	81,4	3,9	1,9
jan./jun.08	10,2	0,4	0,1	38,9	5,7	2,3	57,8	0,1	0,0	457,2	11,8	20,5	21,7	19,6	7,5	1845,5	0,0	0,2	366,3	2,2	2,8	85,3	3,5	1,8

FONTE: Séries temporais do Banco Central. Elaboração do autor.

Tabela 23 (continuação): Prazo médio e participação no total das concessões e do saldo das operações de crédito com recursos livres referencial para a taxa de juros, médias semestrais (jul./dez.2000 a jan./jun.2008)

Período	Pessoas Jurídicas (continuação)																		Pessoas físicas					
	ACC			Export notes			Repasses externos			Outras operações			Financ. import. e outros			Total PJ			Cheque especial			Crédito pessoal		
	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque
jul./dez.00	124,1	7,2	11,6	364,3	0,0	0,1	405,6	2,6	11,2	301,8	14,2	5,8	303,3	1,2	6,6	205,4	67,3	66,8	20,8	18,2	4,8	182,7	4,5	10,8
jan./jun.01	126,6	7,8	11,6	425,5	0,0	0,1	386,0	3,1	11,3	167,1	15,1	5,1	420,5	1,7	7,7	212,6	66,7	65,0	19,1	18,9	4,7	201,4	4,8	11,1
jul./dez.01	126,8	6,8	11,3	221,4	0,0	0,0	313,2	3,4	11,2	120,8	14,4	5,0	365,5	1,5	8,2	190,9	67,8	64,7	19,6	18,7	4,5	194,0	4,2	11,5
jan./jun.02	123,7	7,4	10,8	266,9	0,0	0,0	275,9	3,6	10,7	106,8	13,7	4,7	334,8	1,2	6,9	180,5	66,4	63,0	19,4	19,0	4,5	204,6	4,5	12,2
jul./dez.02	110,2	7,2	11,4	308,6	0,1	0,1	280,0	2,3	11,1	78,4	13,9	4,4	363,7	0,9	6,7	181,5	67,7	64,1	20,5	18,0	4,2	216,0	3,8	11,7
jan./jun.03	108,2	7,6	12,4	269,8	0,0	0,1	290,2	2,1	8,0	105,2	13,7	4,9	425,6	1,1	4,8	172,0	66,6	62,2	20,4	18,0	4,5	209,7	4,0	12,3
jul./dez.03	112,1	7,2	11,9	192,4	0,0	0,1	294,2	2,0	6,3	121,7	12,9	5,3	483,4	0,8	3,9	172,6	65,7	60,8	20,7	17,9	4,4	219,2	4,5	13,3
jan./jun.04	103,8	8,2	11,8	277,9	0,0	0,1	321,8	1,8	6,6	114,3	12,8	5,2	488,4	1,1	3,6	182,9	65,9	60,1	20,0	16,9	4,2	242,1	5,2	14,2
jul./dez.04	100,4	6,6	10,1	182,2	0,0	0,1	380,3	1,7	6,1	109,8	14,3	5,7	526,0	0,8	3,4	192,6	66,4	59,3	20,4	16,3	4,0	264,0	5,3	15,3
jan./jun.05	98,0	6,9	8,7	148,1	0,0	0,0	387,1	1,9	5,1	120,4	15,4	6,2	539,2	0,8	2,7	190,1	65,9	56,6	20,7	15,6	3,9	286,2	6,0	17,2
jul./dez.05	96,0	5,8	7,4	254,3	0,0	0,0	365,0	2,0	4,8	149,1	15,2	6,6	652,4	0,9	2,4	209,8	65,2	54,3	21,3	15,2	3,7	313,7	5,4	18,6
jan./jun.06	104,6	5,9	6,8	231,1	0,0	0,0	339,5	2,1	4,6	161,8	15,6	6,7	713,9	1,0	2,3	219,7	64,6	53,0	20,8	14,4	3,5	328,0	6,2	19,2
jul./dez.06	105,4	5,6	6,5	251,7	0,0	0,0	326,8	2,4	4,7	158,2	14,6	6,5	622,4	1,1	2,2	224,0	65,5	52,5	21,1	13,6	3,3	356,3	6,3	19,7
jan./jun.07	114,9	5,7	6,2	30,5	0,0	0,0	336,9	2,3	4,6	183,1	14,0	6,5	591,8	1,1	2,1	244,5	64,4	52,2	20,7	13,7	3,2	408,3	7,5	20,0
jul./dez.07	123,6	5,2	6,1	0,0	0,0	0,0	340,0	2,8	4,8	190,1	13,1	6,4	555,8	1,1	2,4	268,7	65,6	52,8	20,8	13,0	2,9	446,4	7,2	19,9
jan./jun.08	134,3	4,2	5,6	0,0	0,0	0,0	357,0	2,6	4,9	209,4	13,9	6,2	564,9	1,6	2,6	302,0	65,6	54,7	20,7	13,1	2,7	486,8	7,6	19,6

FONTE: Séries temporais do Banco Central. Elaboração do autor.

Tabela 23 (continuação): Prazo médio e participação no total das concessões e do saldo das operações de crédito com recursos livres referencial para a taxa de juros, médias semestrais (jul./dez.2000 a jan./jun.2008)

Periodo	Pessoas físicas (continuação)																		Total geral		
	Financ. imobil.			Aquisição de veículos			Outros bens			Cartão crédito			Outras operações			Total PF					
	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque	Prazo médio	% fluxo	% estoque
jul./dez.00	2390,0	0,0	2,4	496,1	3,1	8,8	138,7	1,0	1,9	51,6	1,6	1,9	184,0	4,3	2,5	392,3	32,7	33,2	267,5	100,0	100,0
jan./jun.01	2097,6	0,0	1,7	528,1	2,9	11,2	158,2	0,9	2,0	53,4	1,8	1,9	169,2	3,8	2,3	360,4	33,3	35,0	264,3	100,0	100,0
jul./dez.01	1765,4	0,0	1,1	520,9	2,5	12,0	167,7	0,9	1,9	57,5	1,7	1,8	156,4	4,1	2,4	320,7	32,2	35,3	236,7	100,0	100,0
jan./jun.02	1634,1	0,0	0,9	513,6	2,7	13,1	172,3	0,9	1,9	45,6	2,6	1,9	147,0	4,0	2,4	314,3	33,6	37,0	230,0	100,0	100,0
jul./dez.02	1641,9	0,0	0,9	514,9	2,1	12,6	174,2	1,0	2,0	34,3	3,1	2,1	152,8	4,4	2,3	314,9	32,3	35,9	229,4	100,0	100,0
jan./jun.03	1650,2	0,0	0,8	509,0	2,3	12,7	163,7	0,9	2,1	27,6	3,6	2,9	153,3	4,6	2,5	297,5	33,4	37,8	219,0	100,0	100,0
jul./dez.03	1568,4	0,0	0,6	504,6	2,9	13,1	160,5	1,1	2,2	29,1	3,4	3,0	154,9	4,5	2,5	292,3	34,3	39,2	219,6	100,0	100,0
jan./jun.04	1496,7	0,0	0,5	469,9	3,0	13,6	156,1	1,1	2,3	26,5	3,7	2,9	133,3	4,1	2,2	284,8	34,1	39,9	223,6	100,0	100,0
jul./dez.04	1377,2	0,0	0,4	459,7	3,0	13,5	155,4	1,2	2,4	26,8	3,9	3,0	133,4	3,9	2,1	285,3	33,6	40,7	230,4	100,0	100,0
jan./jun.05	1260,3	0,0	0,4	471,3	3,0	13,8	160,2	1,2	2,6	25,4	4,4	3,3	141,4	3,9	2,2	295,3	34,1	43,4	235,7	100,0	100,0
jul./dez.05	1302,4	0,0	0,3	479,2	3,4	14,4	162,5	1,4	2,9	27,8	5,7	3,4	157,6	3,8	2,4	309,3	34,8	45,7	255,3	100,0	100,0
jan./jun.06	1314,8	0,0	0,2	499,6	3,5	15,2	161,4	1,2	2,8	26,2	6,3	3,5	159,1	3,7	2,6	323,9	35,4	47,0	268,6	100,0	100,0
jul./dez.06	1450,1	0,1	0,3	524,3	3,8	15,6	164,6	1,2	2,6	28,8	6,1	3,4	175,7	3,4	2,8	350,4	34,5	47,5	284,0	100,0	100,0
jan./jun.07	1716,6	0,1	0,3	551,8	4,0	15,6	201,3	1,1	2,5	28,3	6,2	3,5	190,1	3,1	2,6	387,5	35,6	47,8	312,9	100,0	100,0
jul./dez.07	1963,4	0,1	0,4	578,9	4,2	15,7	206,7	1,2	2,4	29,9	6,0	3,4	207,7	2,7	2,6	421,9	34,4	47,2	341,1	100,0	100,0
jan./jun.08	2330,3	0,1	0,5	593,2	3,3	14,8	196,4	1,0	2,1	30,0	6,8	3,4	228,8	2,6	2,1	453,8	34,4	45,3	370,7	100,0	100,0

FONTE: Séries temporais do Banco Central. Elaboração do autor.

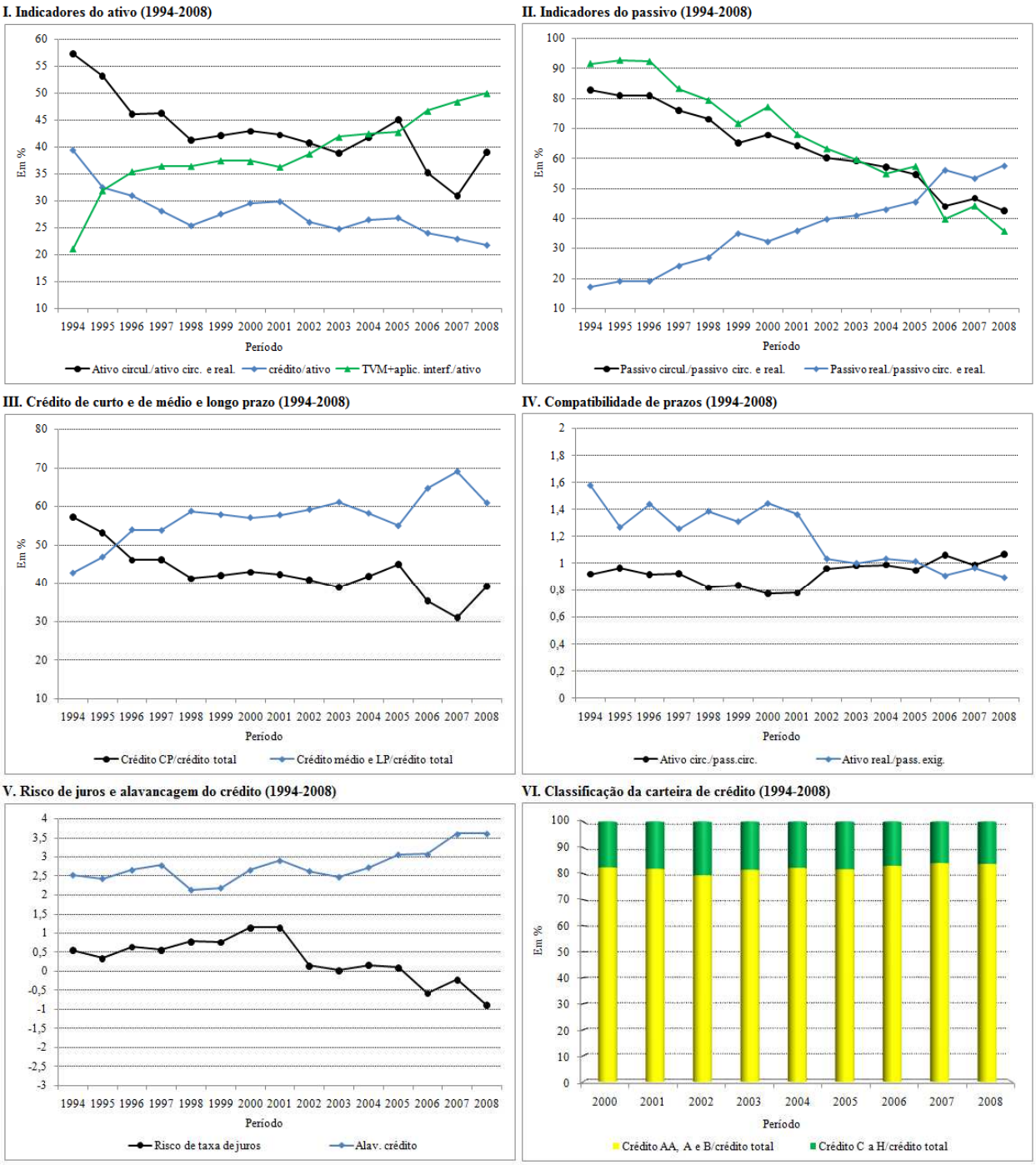


Figura 52: Indicadores de prazos e riscos do conjunto de nove grandes bancos privados no Brasil (1994-2008)

FONTE: Informações contábeis analíticas e consolidadas por segmento do Banco Central. Nota: aglutinado dos bancos Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, HSBC, ABN, Citibank, Safra e Votorantim. Elaboração do autor.

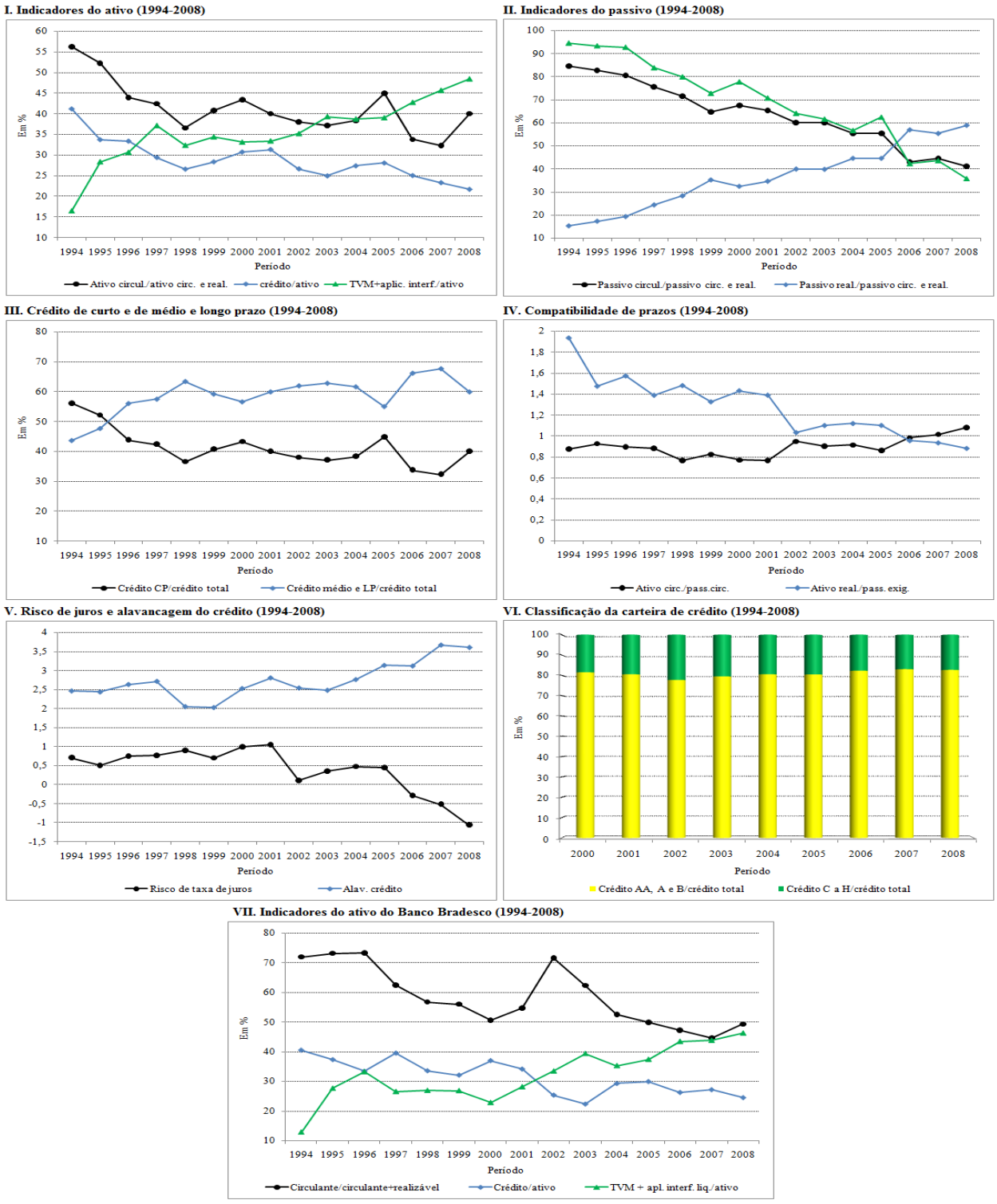


Figura 53: Indicadores de prazos e riscos do conjunto de seis grandes bancos privados de varejo no Brasil (1994-2008)

FONTE: Informações contábeis analíticas e consolidadas por segmento do Banco Central. Nota: aglutinado dos bancos Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, HSBC e ABN. Elaboração do autor.

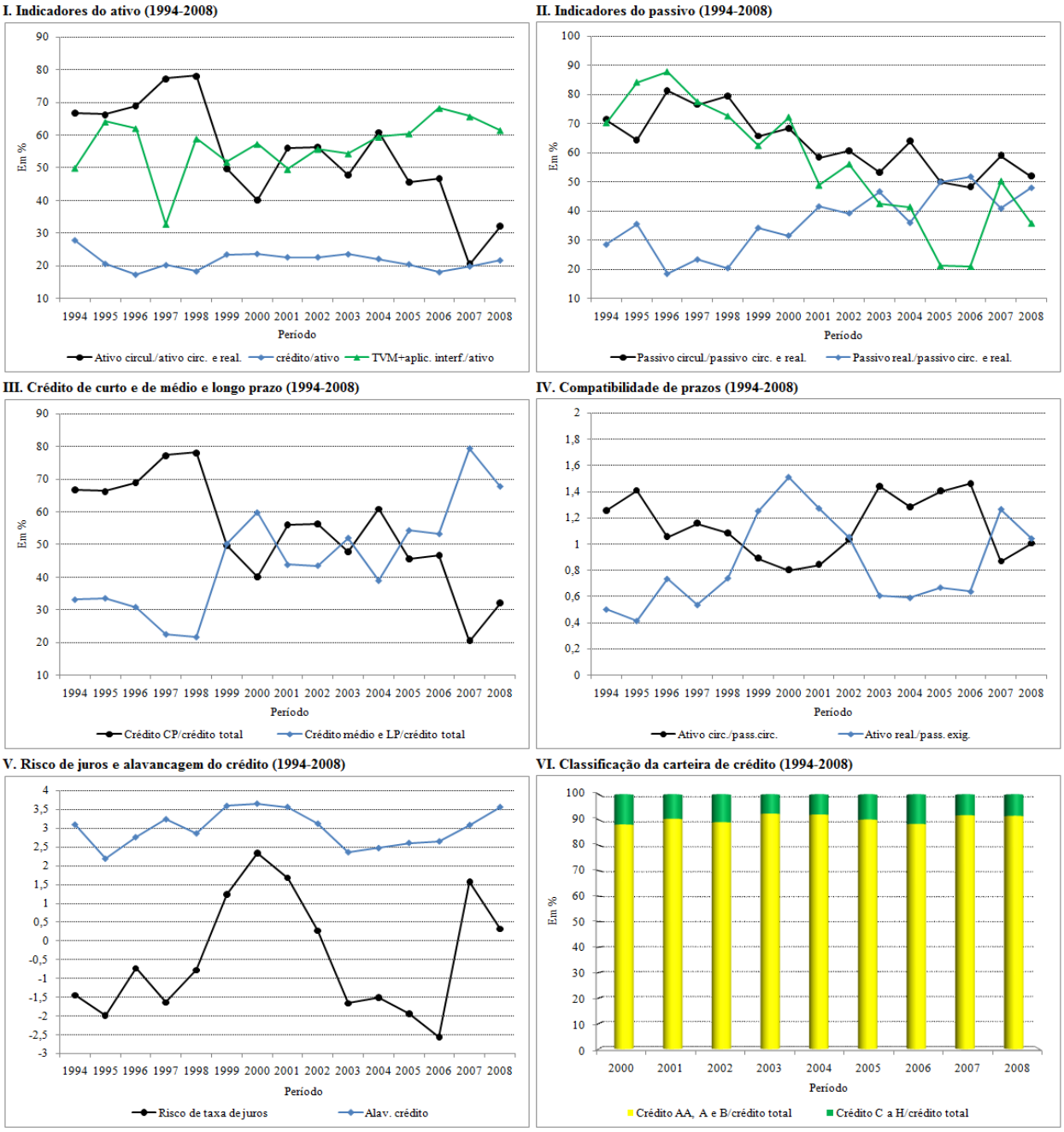


Figura 54: Indicadores de prazos e riscos do conjunto de três grandes bancos privados de atacado no Brasil (1994-2008)

FONTE: Informações contábeis analíticas e consolidadas por segmento do Banco Central. Nota: aglutinado dos bancos Citibank, Safra e Votorantim. Elaboração do autor.

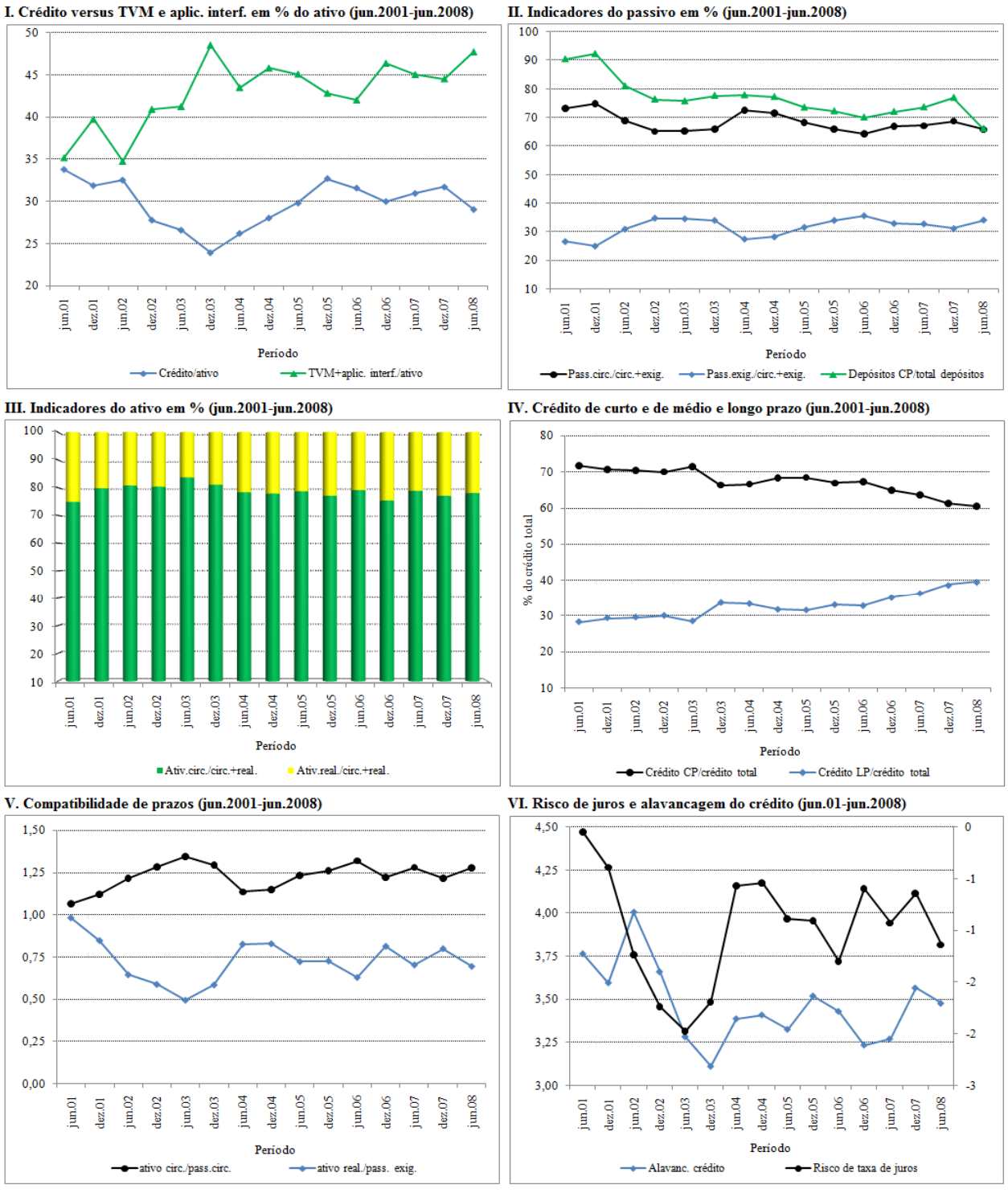


Figura 55: Indicadores de prazos e riscos do conglomerado econômico Bradesco, consolidado societário (jun.01/jun.08)

FONTE: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) do Banco Central. Elaboração do autor.

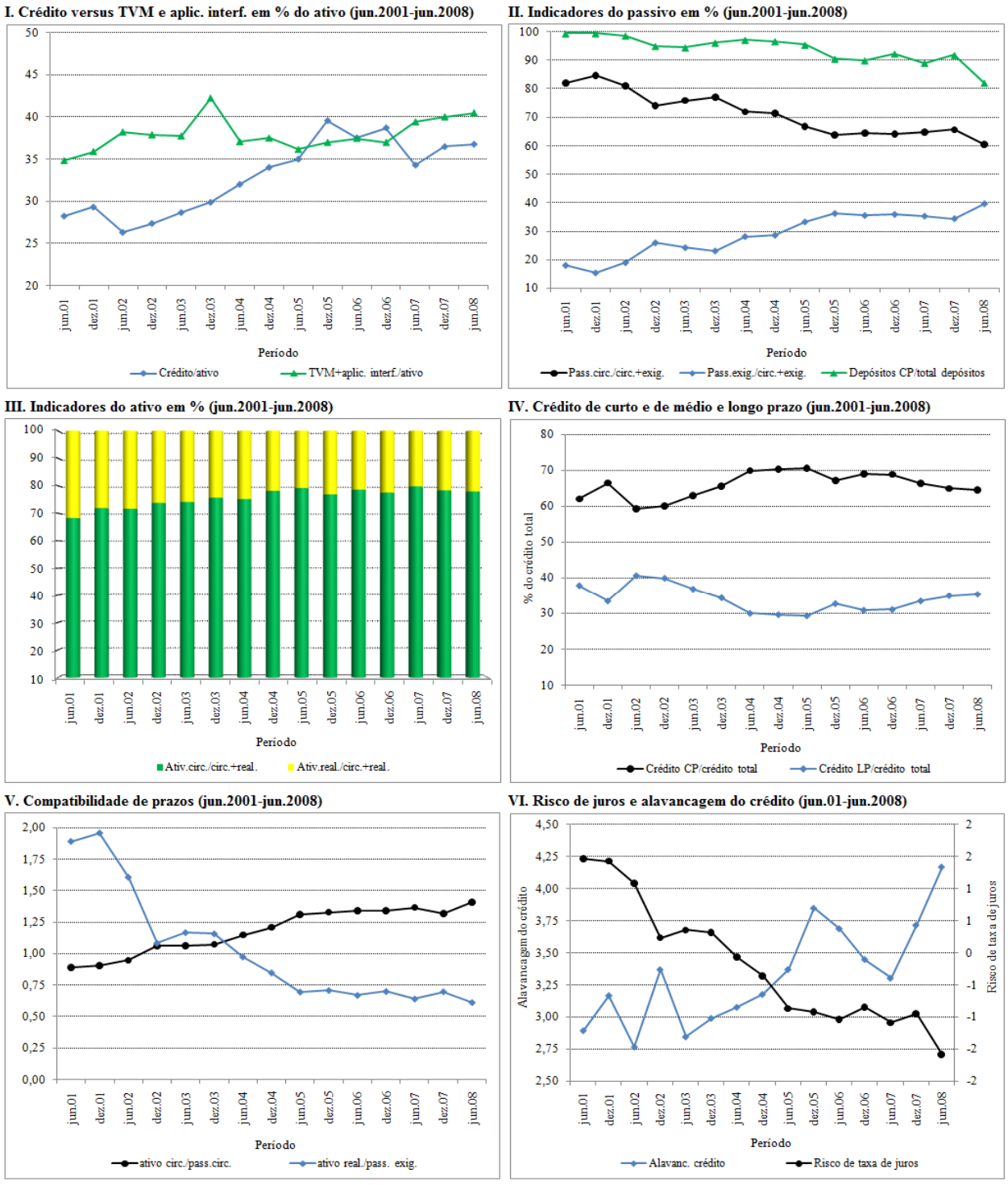


Figura 56: Indicadores de prazos e riscos do conglomerado econômico Itaú, consolidado societário (jun.01/jun.08)

FONTE: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) do Banco Central. Elaboração do autor.

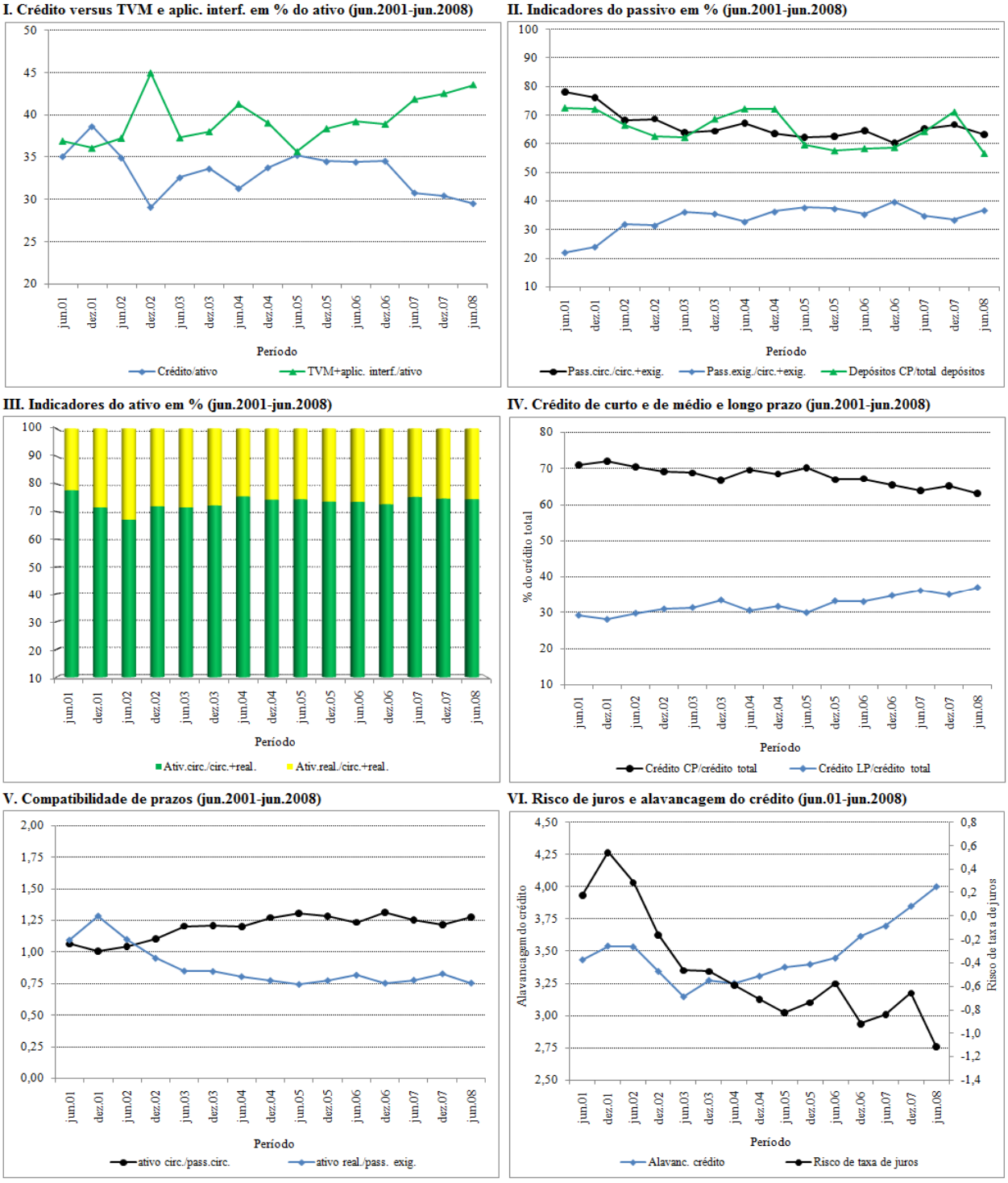


Figura 57: Indicadores de prazos e riscos do conglomerado econômico Unibanco, consolidado societário (jun.01/jun.08)

FONTE: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) do Banco Central. Elaboração do autor.

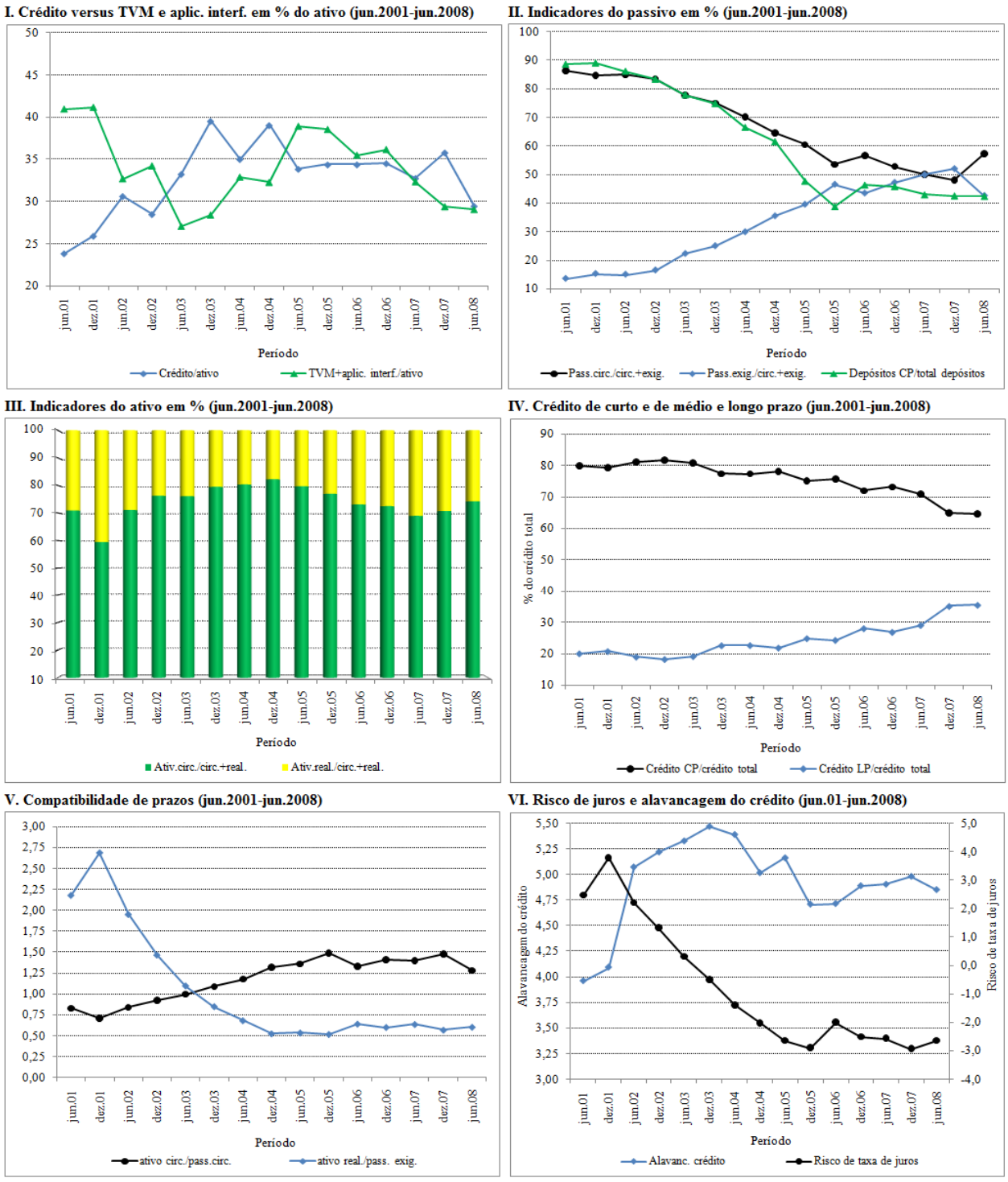


Figura 58: Indicadores de prazos e riscos do conglomerado financeiro HSBC (jun.01/jun.08)
FONTE: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) do Banco Central. Elaboração do autor.

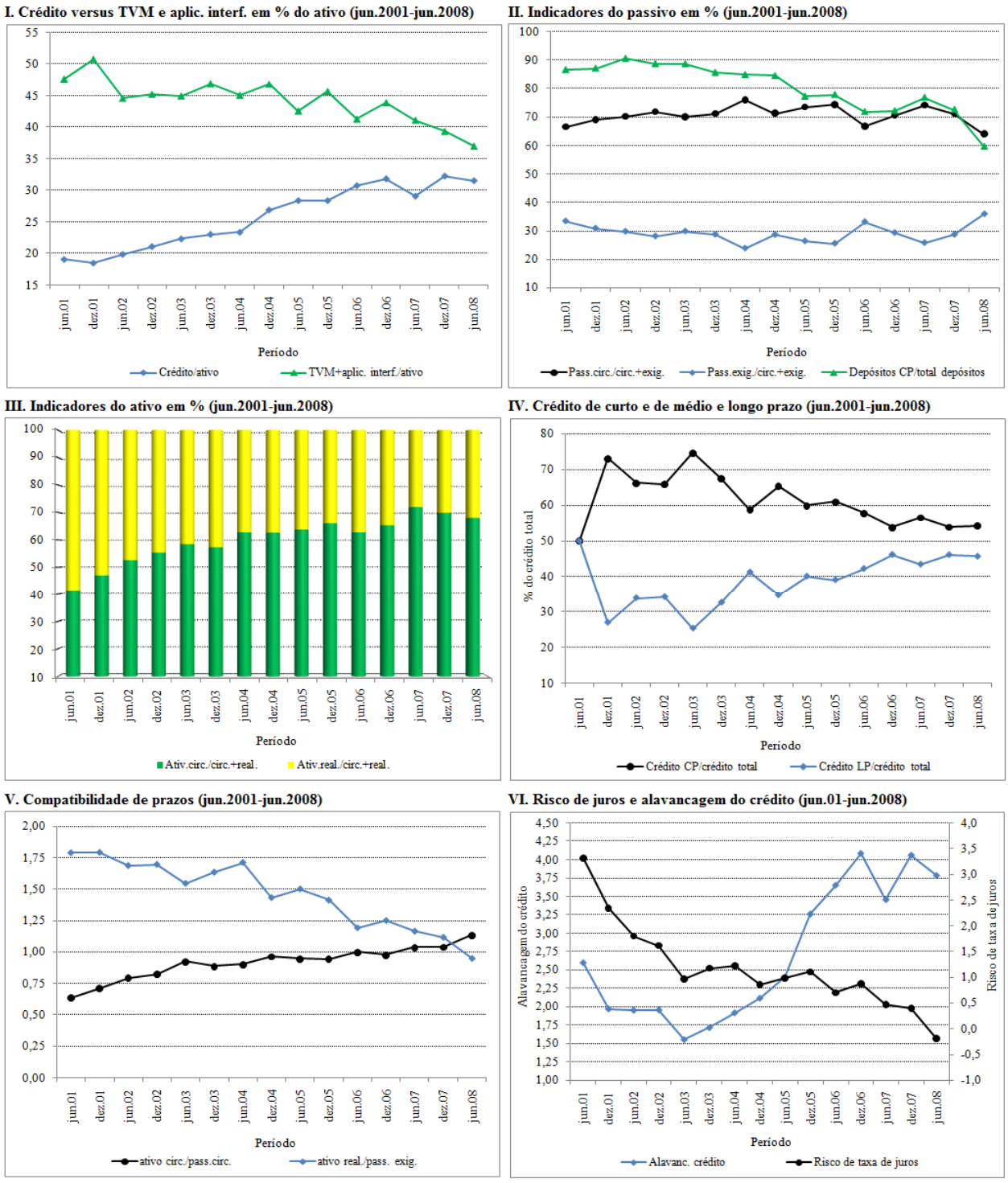


Figura 59: Indicadores de prazos e riscos do conglomerado financeiro Santander (jun.01/jun.08)
FONTE: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) do Banco Central. Elaboração do autor.

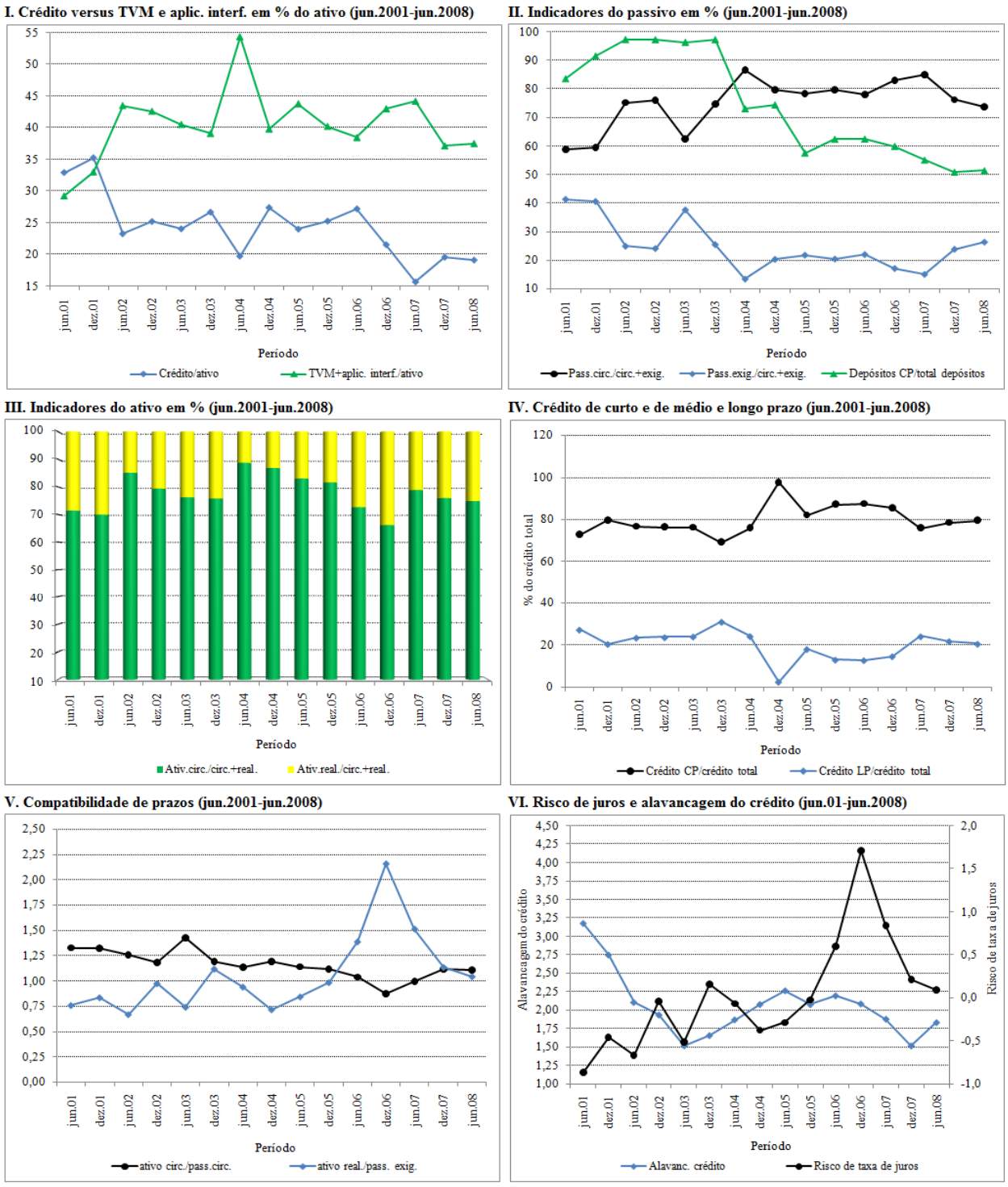


Figura 60: Indicadores de prazos e riscos do conglomerado financeiro Citibank (jun.01/jun.08)
FONTE: Informações Financeiras Trimestrais (IFT) do Banco Central. Elaboração do autor.

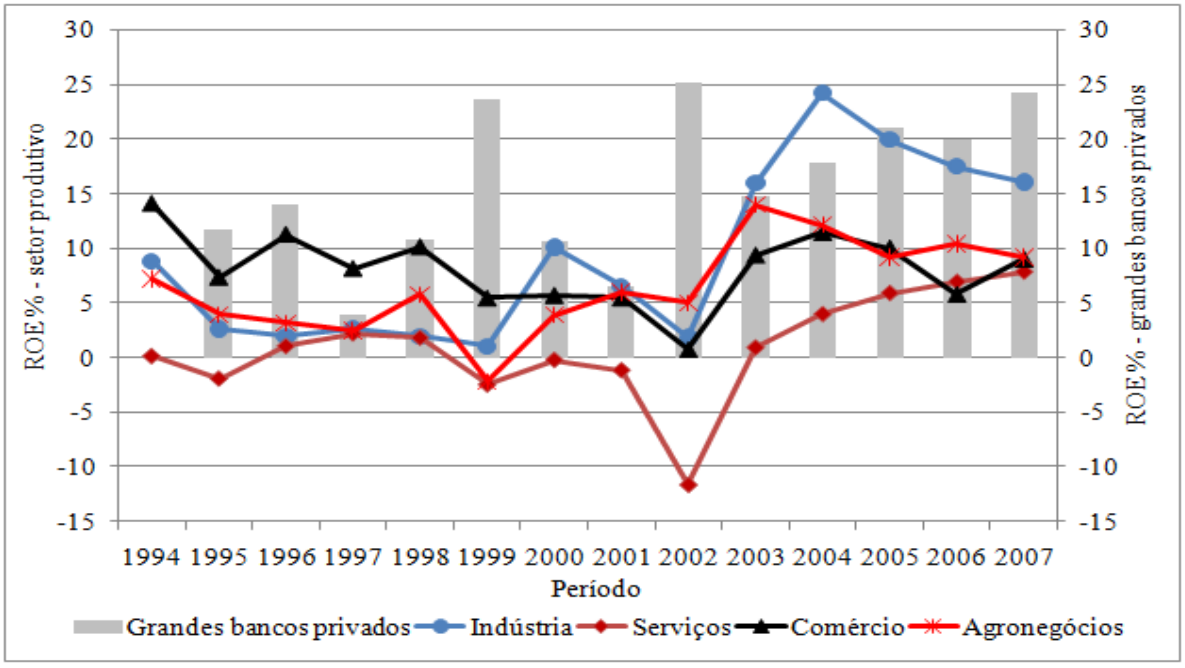


Figura 61: Rentabilidade do patrimônio - setores produtivos versus grandes bancos privados (1994/2007)

FONTE: Balanço Anual Gazeta Mercantil e Banco Central. Nota: ROE calculado a partir do lucro e do patrimônio líquido acumulados nos respectivos sub-setores; o setor indústria não considera o sub-setor petróleo e gás. Elaboração do autor.

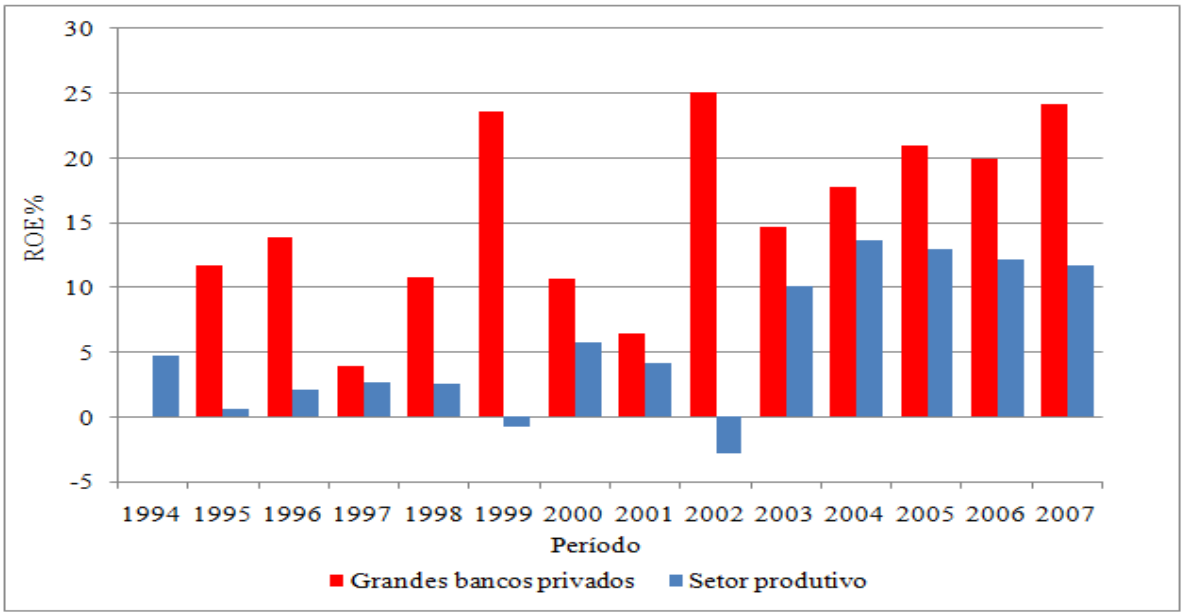


Figura 62: Rentabilidade do patrimônio - setores produtivos versus grandes bancos privados (1994/2007)

FONTE: Balanço Anual Gazeta Mercantil e Banco Central. Nota: ROE calculado a partir do lucro e do patrimônio líquido acumulados; o setor produtivo passa a contemplar o sub-setor petróleo e gás. Elaboração do autor.

6 À GUISA DE CONCLUSÃO

Esta tese analisou a estrutura patrimonial e o padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil no interregno dez.1971/jun.2008, com destaque ao período de baixa inflação (dez.1994/jun.2008). Sustentou-se o argumento de que a combinação entre instabilidade macroeconômica, prevalência de juros básicos reais elevados e o instituto da indexação financeira condicionou essas instituições a adotarem um padrão atuação pouco subserviente ao financiamento do desenvolvimento.

Começamos este trabalho discutindo os princípios de uma economia empresarial, bem como a centralidade dos bancos nesse sistema. Vimos que essas instituições cumprem um papel determinante na dinâmica econômica, contribuindo tanto para as fases de expansão, como de contração dos negócios, ante sua capacidade de criação de moeda a partir da emissão de passivos contra si próprias. A centralidade dessas instituições jaz, pois, na necessidade de financiamento do investimento e demais gastos dos atores econômicos, bem como no lugar peculiar que ocupam no que concerne à relação entre os circuitos industrial e financeiro. Não por outra razão, tal como registrado na epígrafe desse trabalho, o funcionamento normal do sistema bancário constitui condição necessária para que uma economia capitalista opere satisfatoriamente, contribuindo para a geração de emprego e renda.

Por funcionamento normal, cumpre salientar, entende-se não apenas um sistema bancário hígido, capaz de acomodar choques adversos, mas também apto para viabilizar uma estrutura de financiamento que ofereça suporte ao crescimento sustentado da economia, ou seja, capaz de sancionar e estimular a transformação do espírito empreendedor em realidade objetiva de investimento. Uma economia capitalista constitui um sistema cujo endividamento representa condição necessária para sua expansão, pois o aumento dos lucros requer a ampliação intermitente do investimento. De modo que a ausência de um sistema financeiro e bancário capaz de viabilizar esse tipo de estrutura de financiamento tem como resultado uma economia reprimida, incapaz de se desenvolver sustentadamente.

No capítulo seguinte, analisamos a gestão estratégica de balanço dos bancos. Vimos, à luz da teoria da preferência pela liquidez e da precificação de ativos, que os bancos administram não apenas o lado esquerdo de seus balanços, mas também seus passivos. O retorno total oferecido por um ativo depende da taxa de rendimento esperada de sua posse (q), de seu custo de

manutenção (c), de seu prêmio de liquidez (l) e de alterações esperadas em seu valor de mercado (a). Nos contextos em que prevalecem expectativas otimistas, os bancos e demais atores econômicos têm preferência pelo prêmio da renúncia à liquidez, assumindo uma maior predisposição ao risco. Em contrapartida, nos momentos de pessimismo ou de reversão do estado geral de expectativas, essas instituições tendem a privilegiar o prêmio de liquidez de sua carteira de ativos, ao invés de seu rendimento monetário.

Isso, conjugado ao fato de que os bancos tendem a agir em conjunto, concorre para aprofundar as fases de expansão e de retração dos negócios. Quando se observa uma reversão (negativa) do estado geral de expectativas, ocorre um aumento do grau de preferência pela liquidez dos atores econômicos, inclusive dos bancos. Nas fases de otimismo, essas instituições reduzem suas margens de segurança, ainda que imperceptivelmente. Ao "correrem para a liquidez" nos contextos adversos, contudo, acabam colocando em risco a solvência do sistema financeiro, exigindo a intervenção do Banco Central.

No modelo ampliado de Minsky (1975), ademais, o atributo "c" passa a corresponder aos gastos monetários incorridos pela emissão de dívidas para financiar a compra de ativos. Por essa razão, a gestão de passivos se mostra fundamental para viabilizar o alcance dos resultados pelos bancos, considerando que os encargos ensejados pela contratação de uma dívida afetam o fluxo de rendimentos que decorre da aquisição de um ativo. Enquanto a administração do lado esquerdo do balanço corresponde à alocação de recursos entre diferentes alternativas de investimento, a administração do passivo diz respeito à captação de recursos a partir de fontes alternativas disponíveis. A composição do ativo entre aplicações mais e menos líquidas, bem como do passivo entre obrigações mais ou menos custosas e mais ou menos curtas, irá depender do grau de preferência pela liquidez assumido pelos bancos em dado momento, que, por seu turno, irá determinar a gestão estratégica de seus balanços. Nas fases de expansão dos negócios, os bancos assumem posturas financeiras mais arrojadas nos dois lados de seus balanços. O inverso acontece nas fases de retração dos negócios.

Quando da discussão sobre a taxa própria de juros de um ativo, ademais, destacamos que a existência de um ativo capaz de coadunar elevados retornos monetários ($q + a - c$) e não monetários (l) tende a gerar anomalias na dinâmica de funcionamento da economia, pois reprime a assunção de riscos pelos atores econômicos.

Realizada a discussão teórica, na segunda parte dessa tese passamos a analisar a estrutura patrimonial e o padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil no interregno 1971/2008, contemplando os períodos de moderada, alta e baixa inflação.

Inicialmente, fizemos uma discussão sobre o arcabouço institucional da moeda indexada. Vimos que o instituto da correção monetária, originalmente concebido para garantir a prática de juros reais pelos bancos em suas operações ativas e, por extensão, viabilizar o desenvolvimento financeiro da economia brasileira, evoluiu para um sistema de indexação peculiar nos anos 1980. Com a criação das Letras do Banco Central (LBCs) em 1986, destinada a suprimir o risco indexatório dos bancos no carregamento de títulos públicos e, aos olhos do governo, melhorar as condições de financiamento do setor público, a indexação passou a tomar por base a taxa de juros de curto prazo (overnight).

Na década de 1970, num ambiente de crescimento econômico acelerado e de abundante liquidez internacional, observou-se um aumento real acelerado das operações de crédito no Brasil, com os empréstimos respondendo por parcela majoritária do ativo do conjunto dos bancos privados. Contando com a captação de recursos externos, de um lado, e com as garantias do Estado contra perdas provocadas pela oscilação da taxa de câmbio, de outro, essas instituições fizeram das operações de crédito sua principal fonte de receitas no contexto que podemos denominar de moderada inflação. Esse padrão de atuação, contudo, não sobreviveu à reversão do cenário internacional a partir do fim da década de 1970. Não obstante, a alta rentabilidade dessas instituições tinha como base principal a concessão de crédito ao setor privado, ainda que de curto prazo.

A aceleração da inflação a partir do fim da década de 1970, conjugada à interrupção dos fluxos internacionais de capitais no início dos anos 1980 e ao decorrente quadro de instabilidade macroeconômica renitente, fez com que os bancos passassem a se especializar cada vez mais na geração de receitas a partir da "ciranda financeira". Mediante a não-remuneração ou sub-remuneração de recursos captados no mercado, a aplicação no overnight permitiu a essas instituições a obtenção elevados ganhos na "década perdida" e no início dos anos 1990. Sob o abrigo da institucionalidade da moeda indexada, os bancos fizeram da inflação uma fonte de receita segura e altamente lucrativa, obtida a partir da emissão de moeda indexada e da especulação contra a moeda ruim, de curso forçado. Os anos 1980 foram marcados, então, pela

constante troca de posições ativa e passiva entre o setor privado e o setor público, em desfavor deste último, sendo os bancos um dos grandes beneficiados da política de ajustamento patrimonial dos atores privados realizada nesse período.

Neste ambiente, a despeito de episódios isolados – como em 1986, quando ocorreu um *boom* de crédito em função da reação dos bancos ao fim das receitas inflacionárias –, observou-se uma trajetória cadente das operações de crédito, bem como de sua participação no ativo total dos bancos privados. Isso, contudo, não implicou uma redução dos altos níveis de rentabilidade historicamente registrados por essas instituições. À redução da participação do crédito no ativo do conjunto dos bancos privados no Brasil na década de 1980, correspondeu a ampliação da presença dos títulos públicos, importante instrumento utilizado por essas instituições para se apropriarem das receitas inflacionárias. Com efeito, os grandes bancos privados registraram níveis médios de rentabilidade bem superiores aos apurados pelo conjunto de grandes e médias empresas não-financeiras neste período.

A postura patrimonial flexível assumida por grande parte destas instituições na maior parte dos anos 1980 e início dos 1990 constituiu fator fundamental para sua adaptação rápida e eficiente aos diferentes contextos macroeconômicos. Com as operações ativas concentradas no curto prazo e dispondo de alto grau de liquidez, o sistema bancário brasileiro conseguiu não apenas se ajustar rapidamente às reversões abruptas dos negócios, mas também obter altos níveis de rentabilidade mesmo com o distanciamento cada vez maior destas instituições das operações de crédito. Pode-se afirmar, pois, que o comportamento dos bancos no Brasil ao longo dos anos 1980 concorreu na direção de reprimir as decisões de gasto dos agentes, o que implicou um conjunto de impactos negativos sobre o comportamento das variáveis fundamentais do sistema, como produto e emprego.

Contudo, a opção pela conformação de uma estrutura patrimonial flexível e, portanto, com alto grau de liquidez, ditou o compasso do padrão de atuação dos bancos não apenas no contexto de alta, mas também de baixa inflação. A despeito da ampliação das receitas de crédito e de serviços, a possibilidade de compor uma carteira de ativos com alta liquidez e rentabilidade continuou presente depois do Plano Real. E isso porque, além da preservação de um dos principais pilares do arcabouço institucional do regime de alta inflação, a estabilidade monetária não se traduziu em estabilidade macroeconômica. A indexação financeira, representada pelas

LFTs, num contexto de forte instabilidade macroeconômica renitente e juros reais elevados, continuou possibilitando aos bancos a obtenção de altos lucros a partir de uma baixa exposição ao risco. Esse sistema propiciou uma forma de ajustamento microeconômico altamente peculiar dessas instituições, capaz de lhes propiciar altos níveis de rentabilidade diante de conjunturas adversas, mesmo a partir da assunção de posições altamente líquidas no lado esquerdo de seus balanços.

Se por um lado a institucionalidade da indexação financeira preservou a solvência do sistema bancário em conjunturas adversas, por outro tornou a estrutura de débitos sujeita a recorrentes alterações, dificultando um processo de expansão da renda e do emprego a partir de bases financeiramente sólidas. A combinação entre alta liquidez e rentabilidade dos títulos públicos determinou um alto grau de preferência por liquidez dessas instituições, notadamente em contextos de maior instabilidade, inclusive porque essa estratégia, além de não implicar a abdicação por alta rentabilidade, lhes ofereceu uma elevada capacidade de adaptação e/ou reação às diferentes conjunturas, condição essencial para a obtenção de ganhos elevados em ambiente de alta incerteza. Isso, ademais, tornou os bancos privados ainda mais avessos às operações ativas com menores graus de liquidez e maiores prazos de maturação, ante a possibilidade recorrente de mudanças do estado geral de expectativas.

Os indicadores patrimoniais e de resultados dos bancos privados analisados nesse trabalho no interregno 1995/2008 oferecem sólidas evidências de que frente a cenários adversos, essas instituições tendem a reorientar rapidamente seus ativos em direção às aplicações em TVM e interfinanceiras de liquidez, obtendo altos retornos monetários (r) e não-monetários (l). Em tais contextos, a associação entre indexação financeira e juros reais elevados permitiu que os bancos alternassem rapidamente suas fontes de ganhos ao sabor da conjuntura de cada momento: nas fases de expectativas otimistas, estas instituições assumem posturas menos líquidas e ganham a partir da expansão do crédito e da prática de juros e *spreads* elevados; nas fases de contração dos negócios e de maior aversão ao risco, ambiente no qual se esperaria uma contração significativa de seus ganhos, assumem posturas mais líquidas, mas sem que isso comprometa seus elevados níveis de rentabilidade.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que a persistência desse padrão de atuação dos bancos privados, fortemente condicionado pelo ambiente macroeconômico e institucional, torna

inverossímil qualquer tentativa de delegar a essas instituições a responsabilidade pela articulação do segmento de crédito de longo prazo. O fim da alta inflação, embora necessário, revelou-se condição insuficiente para fazer das operações de crédito de longo prazo a principal fonte de lucros dos bancos privados no Brasil. Ao invés disso, o padrão de atuação dessas instituições ficou basicamente circunscrito às operações capazes de lhes oferecer flexibilidade diante de choques adversos, concentrando-se nas operações com títulos públicos e, nos momentos de expectativas otimistas, nas operações de crédito de curto prazo.

A reversão deste comportamento dos bancos privados no Brasil requer a adaptação do arcabouço institucional que rege a relação entre o mercado monetário e de títulos públicos ao regime de baixa inflação, bem como a viabilização de um arranjo de política macroeconômica capaz de dar curso ao crescimento sustentado da renda e que concorra para aproximar o patamar de taxa de juros real ao prevalecente em âmbito internacional. Exige-se, pois, uma equação macroeconômica e institucional que possibilite a coordenação dos diferentes instrumentos de ação do Estado, convertendo os preços-chaves da economia – notadamente câmbio e juros – em mecanismos indutores da assunção de riscos mais elevados por parte dos agentes, de sorte a eliminar as anomalias provocadas pela existência de ativos que coadunam altos níveis de liquidez e rentabilidade.

A realização de mais estudos sobre o tema constitui condição necessária para a superação do atual estado da arte do padrão de atuação dos bancos privados no Brasil. Trabalhos que busquem, pois, refletir sobre as possibilidades de se viabilizar a estruturação de um sistema bancário subserviente ao financiamento do desenvolvimento.

As conclusões desse trabalho sinalizam, ainda, para a necessidade de realização de estudos que procurem investigar os efeitos provocados pela combinação entre indexação financeira, juros reais elevados e instabilidade macroeconômica sobre o padrão de atuação e de rentabilidade dos demais setores de atividade. Estudos, ademais, que visem investigar em que medida essa alta capacidade de adaptação e/ou reação dos bancos privados no Brasil às diferentes conjunturas decorre da imposição de seus interesses.

REFERÊNCIAS

ABDULMACIH, Verenice Pavan Garcia. **A reforma de 1988**: bancos múltiplos e concentração bancária do Brasil. 2000. 170 f. Dissertação (Mestrado em Economia)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

AGLIETTA, M. **Macroeconomia financeira**. São Paulo: Loyola, 2004.

AGLIETTA, Michel; ORLÉAN, André**. A violência da moeda**. 1ª ed. Tradução de Sonia T. Tomazini. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990

ALMEIDA, Julio Sergio Gomes de. **As financeiras na reforma do mercado de capitais**: o descaminho do projeto liberal. 1980. 190 f. Dissertação (Mestrado em Economia)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

ALMEIDA, Marcelo C. **Consolidação de demonstrações financeiras**: equivalência patrimonial, conversão de demonstrações financeiras em moeda estrangeira. São Paulo: Atlas, 1991.

ALVES JR., Antônio José. **A transição do sistema bancário brasileiro da alta inflação para a estabilidade**: fragilização, instabilidade e recomposição. 2001. 181 f. Tese (Doutorado em Economia)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

ALVES JR, A. J.; DYMSKI, Gary; PAULA, L. F. R. . Banking strategy and credit expansion: a post-Keynesian approach. **Journal of Economics**, Cambridge, v. 32, p. 395-420, 2008.

ANDIMA. **Dívida pública**: propostas para ampliar a liquidez. Rio de Janeiro: ANDIMA, 2003.

ANDIMA. **O Novo Perfil do Sistema Financeiro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Andima, 2001.

ANDIMA. **Relatório econômico**: os caminhos da estabilização. Rio de Janeiro: Andima, 1995.

_____. **Relatório econômico**: Plano Real. Rio de Janeiro: Andima, 1994.

ARESTIS, Philip. Post-keynesian theory of money, credit and finance. In: ARESTIS, P. (edited). **Pos-keynesian monetary economics**: new approaches to financial modelling. Aldershot: E. Elgar, 1988. p.41-71.

ARIDA, P. As Letras Financeiras do Tesouro em seu vigésimo aniversário. In: BACHA, E. L.; OLIVEIRA FILHO, L.C. (orgs.). **Mercado de capitais e dívida pública**: tributação, indexação e alongamento. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria: Rio de Janeiro,ANBID, 2007. p.229-244.

_____. Observações sobre o Plano Real. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.3, n. especial, p.109-115, mar.1999.

ARONOVICH, Selmo. Uma nota sobre os efeitos da inflação e do nível de atividade sobre o *spread* bancário. **Revista Brasileira de Economia**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 125-140, jan./mar.1994.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 8ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008.

ASSIS, J. Carlos de. **À sombra do Cruzado**: o impacto da reforma monetária sobre o sistema bancário. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BACHA, E. L.; OLIVEIRA FILHO, L. C. Introdução. In: BACHA, E. L.; OLIVEIRA FILHO, L. C. (orgs.). **Mercado de capitais e dívida pública**: tributação, indexação e alongamento. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria: Rio de Janeiro, ANBID, 2007. p.15-39.

BACHA, Edmar. Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, A. (org.). **O Brasil pós-Real**: a política econômica em debate. Campinas: IE/UNICAMP, 1997. p.11-69.

_____. Plano Real: uma avaliação preliminar. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-26, jun.1995.

BAER, Mônica. **A internacionalização financeira no Brasil**. Petrópolis: Vozez, 1986.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BAETA, Zínia. Plano Verão deve abarrotar justiça. **Valor Econômico**, São Paulo, 30.04.2008.

BALTENSPERGER, E. Alternative approaches to the theory of the banking firm. **Journal of Monetary Economics**, Amsterdam, v.6, n.1, p.1-37, January 1980.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de estabilidade financeira**. Banco Central, Brasília, v.7, n.1, mai.2008.

_____. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/fis/top50/port/default.asp?parmidioma= P&id=TOP50>. Acesso em: 15 fev. 2004.

_____. **Séries temporais**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br /?SERIETEMP>. Acesso em: 5 jan. 2004.

_____. **Relatório anual 1995**. Brasília, v.32, 1995.

_____. **Relatório anual 1994**. Brasília, v.31, 1994.

_____. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Brasília, v.15, n.2, fev.1979.

_____. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Brasília, v.18, n.11, nov.1982.

_____. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Brasília, v.20, n.10, out.1984.

_____. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Brasília, v.24, n.11, nov.1988.

_____. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Brasília, v.22, n.22, out.1986.

_____. **Boletim do Banco Central do Brasil**: suplemento estatístico. Brasília, vol.30, n.9, set.1994.

_____. **Boletim do Banco Central do Brasil**: suplemento estatístico. Brasília, v.33, n.12, dez.1997.

_____. **Boletim do Banco Central do Brasil**: suplemento estatístico. Brasília, v.34, n.3, mar.1998.

_____. **Relatório de evolução do SFN**, Banco Central, Brasília, 2006. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em 05.11.2008.

_____. **Relatório de evolução do SFN**, Banco Central, Brasília, 1998. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em 05.11.2008.

BARRO, R. J. **Macroeconomics**. 4th Edition. New York: Wiley,1993.

BARBOSA, Fernando de H. La indizacion de los activos financieros: la experiencia brasileña. In: JIMÉNEZ L., Luis F. (ed.). **Indización de activos financieros**: experiencias latinoamericanas. CEPAL: Chile, 1993. p.79-110.

BARROS, J. R. M., ALMEIDA Jr., M. F. de. Análise do ajuste do sistema financeiro do Brasil. **Ministério da Fazenda**, Brasília, maio 1997.

BARROS, José R. M. de; LOYOLA, Gustavo J. L.; BOGDANSKI, Joel. **Reestruturação do setor financeiro**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 1998.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. O Brasil depois do Plano Real. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.3, n. especial, p.95-107, mar.1999.

_____. O Plano Real à luz das experiências mexicana e argentina. **Estudos Econômicos**, São Paulo, n. 28, v.10, set./dez. 1996.

BAUTZER, Tatiana et al. Supremo poderá julgar ações sobre o Plano Verão. **Valor Econômico**, São Paulo, 26.09.2008.

BAUTZER, Tatiana. Banespa eleva lucro do Santander a R$ 1,3 bilhão. **Valor Econômico**, São Paulo, 01.03.2002.

BELAISCH, Agnès. Do Brazilian banks compete? **IMF Working Paper n.03/113**, International Monetary Fund, Washington, 2003. 21 p.

BELLUZZO, L. G. M.; ALMEIDA, L. S. **Depois da queda**: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Enriquecimento e produção: Keynes e a dupla natureza do capitalismo. In: LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João; PAULA, Luiz F. de (orgs.). **Macroeconomia moderna**: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p.247-257.

_____. Crise e reforma monetária no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.4, n.1, p.63-75, jan./mar. 1990.

BELLUZZO, L. G. M. Apresentação. In: STIGLITZ, Joseph; GREENWALD, Bruce. **Rumo a um novo paradigma em economia monetária**. Tradução de Laura Knapp e Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Francis, 2004. p.7-18.

_____. Prêmio de liquidez e taxas de juros. **Valor Econômico**, São Paulo, 10.01.2003.

_____. Plano real: do sucesso ao impasse. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.3, n. especial, p.79-93, mar.1999.

_____. O dinheiro e as transfigurações da riqueza: uma economia política da globalização. In: FIORI, J. L.; TAVARES, M. C. (orgs.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. São Paulo: Vozes, 1997. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p.151-193.

BEZERRA, Rogério Sobreira. **Preferência pela liquidez e comportamento dos bancos**: para uma teoria pós-keynesiana da firma bancária. 1995. 160 f. Dissertação (Mestrado em Economia)– Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 1995.

BIANCARELI, A. M. O sistema financeiro doméstico e os ciclos internacionais de liquidez. Relatório 2 do Projeto de Pesquisa – **O Brasil na era da globalização**: condicionantes domésticos e internacionais ao desenvolvimento – Subprojeto II. Abertura, financiamento externo

e sistema financeiro doméstico. Campinas: Cecon/IE/Unicamp: Rio de Janeiro: BNDES, março de 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (coord.). Formação de capital no ambiente das reformas econômicas brasileiras dos anos 1990: uma abordagem setorial. In: BAUMANN, R. (org.). **Brasil**: uma década em transição. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p.143-181.

BOIANOVSKY, Mauro. Uma nota introdutória aos artigos de Kalecki, Keynes e Ohlin. In: IPEA. **Clássicos da literatura econômica**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. p.291-305.

BRAGA, José Carlos de Souza. As crises e o falso liberalismo. **Valor Econômico**, São Paulo, 27.09.2001.

_____. **Temporalidade da riqueza**: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo. Campinas: IE/Unicamp, 2000.

_____. A financeirização da riqueza - a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais**. Economia e Sociedade**, Campinas, n.2, 1993.

BRAGA, José Carlos de Souza; PRATES, Daniela M. Os Bancos da Era FHC. **Indicadores econômicos FEE**, v. 26, n. 4, p.167-187, 1999.

BRAGA, José Carlos de Souza; CINTRA, Marcos A. M. Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano. In: FIORI, J. L. (org.). **Poder americano**. São Paulo: Vozes, 2004.

BRAGA, José Carlos de Souza; CINTRA, Marcos Antonio Macedo; DAIN, Sulamis. A instabilidade das finanças públicas na América Latina. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.593-702, 1995.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. **Inflação e recessão**: a teoria da inércia inflacionária. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CAMPELLO, M. O difícil ajuste dos bancos. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, p.24-25, abr.1996.

CARDIM DE CARVALHO, Fernando J. Estrutura de padrões de competição no sistema bancário brasileiro: uma hipótese para investigação e algum evidência preliminar. In: PAULA, L. F. R. de; OREIRO, J. L. (orgs.). **Sistema financeiro**: uma análise do setor bancário brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p.103-123.

_____. The recent expansion of foreign banks in Brazil: first results. **Latin American Business Review**, v. 2, n. 4, pp. 93-119, 2002.

_____. New Competitive Strategies of Foreign Banks in Large Emerging Economies: the case of Brazil. **Banca Nazionale Del Lavoro Quarterly Review**, Roma, v.LIII, n.213, p.135-169, june 2000.

_____. On banks' liquidity preference. In: DAVIDSON, Paul; KREGEL, Jean (Editors.). **Full Employment and price stability in a global economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 1999a.

_____. Políticas econômicas para economias monetárias. In: LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João; PAULA, Luiz F. de (orgs.). **Macroeconomia moderna**: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 1999b. p.258-283.

_____. The Real stabilization Plan and the banking sector in Brazil. **Banca Nazionale Del Lavoro Quarterly Review**, Roma, v. LI, n. 206, p. 291-326, september 1998.

_____. Sobre a centralidade da teoria da preferência pela liquidez na macroeconomia pós-keynesiana. **Estudos FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, 42-77, 1996.

_____. Sobre a endogenia da oferta de moeda: réplica ao Professor Nogueira da Costa. **Revista de Economia Política**, São Paulo, 13:3, p. 114-121, Jul-Set/1993.

_____. **Mr Keynes and the post keynesians**: principles of macroeconomics for a monetary production economy. England: Edward Elgar, 1992a.

_____. Teoria geral de Keynes 50 anos depois: o que resta?. In: AMADEO, Edward J. **John M. Keynes**: Cinquenta anos da teoria geral. Rio de Janeiro: PNPE/IPEA, 1992b.

_____. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, Edward J. (org.). **Ensaios sobre economia política moderna**: teoria e história do pensamento econômico. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 179-194.

CARVALHEIRO, Nelson. Os Planos Bresser (1987) e Verão (1989): a persistência na busca da estabilização. In: KON, A. (org.). **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999. p.123-166.

CARVALHO, Carlos E. As origens e a gênese do Plano Collor. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.101-134, jan./abr.2006.

_____. Perda de receitas da inflação e defesa da lucratividade dos grandes bancos brasileiros no início do Plano Real. **Revista de Economia Mackenzie**, São Paulo, ano 3, n.3, p.121-153, 2005.

_____. Bancos e inflação no Brasil: da crise dos anos 1980 ao Plano Real. **V Congresso Brasileiro de História Econômica da ABPHE**, Caxambu, 2003.

_____. Três ensaios sobre a política monetária no Plano Real. In: SAWAYA, Rubens R. **O Plano Real e a política econômica**. São Paulo: Educ, 1996a. p. 43-77.

_____. **Bloqueio da liquidez e estabilização**: o fracasso do Plano Collor. Campinas: 1996. 224 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996b.

_____. Liquidez dos haveres financeiros e zeragem automática do mercado. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.13, n.1(49), p. 25-36, jan./mar. 1993.

_____. Liquidez e Choques Antiinflacionários. In: BATISTA Jr., P. N.; BELLUZZO, L. G. M. (orgs.). **A Luta pela Sobrevivência da Moeda Nacional**. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p.126-203.

_____. A ciranda financeira. **Cadernos do CEAS**, n.110, p.18-24, jul./ago.1987.

CARVALHO, Carlos E.; ABRAMOVAY, Ricardo. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. In: Santos, Carlos A.. (Org.). **Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas**: Diagnósticos e Perspectivas. 1 ed. Brasília: Sebrae, 2004, v. 1, p. 17-54.

CARVALHO, Carlos Eduardo; STUDART, Rogério; ALVES Jr., Antônio José. Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas: a experiência brasileira recente. **Texto para Discussão IPEA n.882**, Brasília, 2002. 75 p.

CARVALHO, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Giuliano Contento de. Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p.69-84, jan./jun. 2002.

CARVALHO, Maria C. Bancos contestam dívida do Plano Bresser. **Valor Econômico**, São Paulo, 01.06.2007.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

_____. Globalização financeira e inserção periférica. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 13, p. 57-92, dez. 1999.

CARNEIRO, Dionísio D.; MODIANO, E. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: CARNEIRO, Dionísio D. et al. **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1989. p.323-346.

CASTRO, Lavínia B. de. Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República. In: GIAMBIAGI, Fabio et al. (orgs.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005a. p.116-140.

_____. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90. In: GIAMBIAGI, Fabio et al. (orgs.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005b. p.141-165.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005. p.35-67.

CHIANAMEA, Dante Ricardo. **Regulamentação prudencial e estabilidade do sistema financeiro**. 2004. 126 f. Dissertação (Mestrado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CHICK, Victoria. A evolução do sistema bancário e a teoria da poupança, do investimento e dos juros. **Estudos FEE**, Porto Alegre, v.15, n.1, p.9-23, 1994.

_____. Macroeconomia após Keynes: um reexame da teoria geral. Tradução: Jefferson Boechat e Daniel Camarinha. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

CINTRA, M. A. M. CAGNIN, R. F. Evolução da estrutura e da dinâmica das finanças norte-americanas. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.296-338, dez.2007.

CINTRA, M. A. M. As transformações do sistema financeiro brasileiro entre 1995-2006. **Relatório de Pesquisa**, Campinas, IE/Unicamp, 2007.

_____. A reestruturação patrimonial do sistema bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995-2005. In: CARNEIRO, Ricardo (org.). **A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p.321-346.

_____. Suave fracasso: a política macroeconômica brasileira entre 1999-2005. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 73, p.39-56, nov.2005.

_____. Dependencia sin desarrollo: los límites y contradicciones de la inserción internacional brasileña durante los años noventa. **Revista de Investigación Económica**, México, v.LXIII, n. 243, p. 73-122, enero-marzo 2003.

_____. A dinâmica do novo regime monetário-financeiro americano: uma hipótese de interpretação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n.39, p.103-141, 2000.

_____. Dependência sem desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo: CEBRAP, vol. 53, p. 3-9, mar.1999.

_____. A abertura dos sistemas financeiros latino-americanos e o financiamento do desenvolvimento. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 94, p. 49-67, 1998.

_____. **As transformações na estrutura do sistema financeiro dos Estados Unidos**: a montagem de um novo regime monetário-financeiro (1980-1995). 1997. 316 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

COSIF. **Plano contábil das instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional**. Banco Central: Brasília, 1987. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2003.

COSTA, Fernando N. da. **Economia monetária e financeira**: uma abordagem pluralista. São Paulo: Makron Books, 1999a.

_____. Pós-keynesianismo e horizontalismo: preferência pela liquidez e circuito monetário. In: LIMA, Gilberto Tadeu, SICSÚ, João, PAULA, L. F. R. **Macroeconomia moderna**: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999b.

_____. Postulados de uma teoria alternativa da moeda. **Estudos FEE**, (15)1:62-79, 1994a.

_____. Sobre o horizontalismo da oferta de moeda: tréplica ao Professor Cardim de Carvalho. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol.14, n.1 (53), p. 142-146, jan.-mar. 1994b.

_____. (Im)propriedades da moeda. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol.13, n.2 (50), p.61-75, abr.-jun. 1993.

_____. **Ensaios de economia monetária**. São Paulo: Educ, 1992.

COUTINHO, Luciano; BELLUZZO, Luiz G. Financeirização da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.11, v.7, p.137-150, dez.1998.

_____. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.2, v.5, p.129-154, dez.1996.

CROSS, R. Hysteresis and post keynesian economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, p.305-308, v.15, n.3, Spring 1993.

CRUZ, Paulo R. Davidoff. Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após-guerra. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.3, p.65-80, dez.1994.

_____. **Dívida externa e política econômica**: a experiência brasileira nos anos setenta. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CYSNE, Rubens P. Imposto inflacionário e transferências inflacionárias no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.14, n.3 (55), p.121-128, jul./set.1994.

CYSNE, Rubens P.; COSTA, Sérgio G. S. da. Reflexos do Plano Real sobre o sistema bancário brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.51, n.3, p.325-346, jul./set.1997.

DAVIDSON, Paul. **Financial markets, money and the Real World**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2002.

_____. **Post Keynesian macroeconomic theory**: a foundation for successful economic policies for the twenty-first century. Aldershot: E. Elgar, 1994.

_____. The elephant and the butterfly or hysteresis and Post Keynesian economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, v.15, n.3, p. 309-322, Spring 1993.

_____. **Controversies in post keynesian economics**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 1991a. p.30-72.

_____. Is probability theory relevant for uncertainty? A post keynesian perspective. **The Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 5, n. 1, p. 129-143, Winter 1991b.

_____. A technical definition of uncertainty and the long-run non-neutrality of money. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v.12, n.3, p.329-337, September 1988.

_____. Finance, funding, saving, and investment. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, v.IX, n.1, p.101-110, Fall 1986.

_____. (1972) **Money and the real world**. New York: The MacMillan Press, 1978. p.140-158.

DEQUECH, David. Conventional and unconventional behavior under uncertainty. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, v.26, n.1, p.145-168, Fall 2003.

_____. On some arguments for the rationality of conventional behaviour under uncertainty: concepts, applicability and criticisms. In: SARDONI, C.; KRIESLER, P. (Edited). **Keynes, post-keynesianism and political economy**: essays in honour of Geoff Harcourt. Volume Three. London and New York: Routledge, 1999a. p.176-195.

_____. Incerteza num sentido forte: significado e fontes. In: LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João; PAULA, Luiz F. de (orgs.). **Macroeconomia moderna**: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 1999b. p.88-108.

DIEESE. Desempenho dos bancos em 1994. **Estudos Setoriais DIEESE**, São Paulo, 1995.

DYMSKI, Gary. Exclusão e eficiência: a transformação global do core banking, um estudo de caso sobre o Brasil. In: PAULA, L. F. R. de; OREIRO, J. L. (orgs.). **Sistema financeiro**: uma análise do setor bancário brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p.255-283.

DONIZETTI DE PAULA, Antonio. **Lucratividade do setor bancário, privado e nacional** (1991-95). 2000. 173 f. Dissertação (Mestrado em Economia)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

DOW, Alexander C.; DOW, Sheila C. Endogenous money creation and idle balances. In: PHEBY, J. (ed.). **New directions in post-keynesian economics**. Aldershot: Edward Elgar, 1989. p.147-164.

DOW, Sheila C. Endogenous money. In: HARCOURT, G. C.; RIACH, P. A. **A 'second edition' of The general theory**. New York: Routledge, 1997.

EICHNER, A. S.; KREGEL, J. A. (1975). An essay on post-keynesian theory: a new paradigm in economics. In: WOOD, John C. **John Maynard Keynes**: critical assessments. Volume IV. London: Routledge, 1983. p.127-151.

EXPURGO da poupança ainda pode ser pedido. **Folha de São Paulo**, Caderno Dinheiro, 31.07.2000.

FACHADA, Pedro. Foreign banks' entry and departure: the recent brasilian experience (1996-2006). **Working Paper Series**, Brasília, n.164, jun.2008.

FAMA, E. Banking in the theory of finance. **Journal of Monetary Economics**, Amsterdam, v.6, n.1, p.39-57, January 1980.

FANELLI, José Maria; FRENKEL, Roberto. Estabilidad y estructura: interacciones en el crecimiento económico. **Revista De La CEPAL**, Chile, n.56, p.25-41, ago.1995.

FARHI, Maryse. Derivativos financeiros: *hedge*, especulação e arbitragem. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.13, p.93-114, dez.1999.

_____. **O futuro no presente**: um estudo dos mercados de derivativos financeiros. 1998. 303 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

FARIA, João A. de; PAULA, L. F. R. de; MARINHO, A. Eficiência do setor bancário brasileiro: a experiência recente das fusões e aquisições. In: PAULA, L. F. R. de; OREIRO, J. L. (orgs.). **Sistema financeiro**: uma análise do setor bancário brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p.125-154.

FEIJÓ, Carmem Aparecida. Firms and Banks interacting in a monetary production economy. In: ARESTIS, P.; DESAI, M.; DOW, S. (ed.). **Methodology, microeconomics and Keynes**: essays in honour of Victoria Chick. Volume Two. London: New York: Routledge, 2002. p.181-191.

_____. Decisões empresariais em uma economia monetária da produção. In: LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João; PAULA, Luiz F. de (orgs.). **Macroeconomia moderna**: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p.109-132.

FERRARI FILHO, Fernando, ARAÚJO, Jorge Paulo de. Caos, incerteza e teoria pós-keynesiana. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, ano 21, n. 2, p. 163-182, 2000.

FERREIRA, Adriana N. **Teoria macroeconômica e fundamentos microeconômicos**. 140 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FERREIRA, Carlos Kawall Leal. **O financiamento da indústria e infra-estrutura no Brasil**: crédito de longo prazo e mercado de capitais. 1995. 255 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

FERREIRA, Carlos Kawall Leal; FREITAS, Maria C. P. de. Mercado internacional de crédito e inovações financeiras nos anos 70 e 80. **Estudos de economia do setor público**, São Paulo, Iesp/Fundap, 1990.

FERREIRA, Carlos Kawall Leal; ROBOTTON FILHO, M.; DUPITA, A. B. Política monetária e alongamento da dívida pública. **Texto para Discussão**, Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC/SP, n.9, out.2004.

FERREIRA, Carlos K.; FREITAS, Maria Cristina P. de; SANTOS, Patrícia. Evolução e Impasses do Crédito. **Relatórios de Pesquisa n.4**, São Paulo, IESP/FUNDAP, 1988.

FIOCCA, Demian. **A oferta de moeda na macroeconomia keynesiana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 210p.

FIPECAFI. **Estudo sobre a apuração do *spread* na atividade bancária**. São Paulo: Fipecafi, 2005.

_____. **Estudo sobre a estrutura da taxa de juros no Brasil**: apuração do *spread* na indústria bancária. São Paulo: Fipecafi, 2004.

FISHER, Irving. The debt-deflation theory of great depressions. **Econometrica**, New York, v.1, p.337-357, October 1933.

FONTANA, Giuseppe; REALFONZO, Riccardo. Introduction: the monetary theory of production. In: FONTANA, Giuseppe; REALFONZO, Riccardo (Editors). **The monetary theory of production: tradition and perspectives**. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p.1-19.

FRANCO, Gustavo. **O Plano Real e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

FREITAS, M. Cristina Penido de; PRATES, Daniela M. Investimentos estrangeiros nos sistemas financeiros latino-americanos: os casos da Argentina, do Brasil e do México. **Revista de Economia Comtemporânea**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.189-218, mai./ago.2008.

FREITAS, M. Cristina Penido de. Transformações institucionais do sistema bancário brasileiro. Relatório I do Projeto de Pesquisa – **O Brasil na era da globalização**: condicionantes domésticos e internacionais ao desenvolvimento – Subprojeto VIII. Crédito bancário no Brasil: evolução e transformações institucionais. Campinas: Cecon/IE/Unicamp: Rio de Janeiro: BNDES, março de 2007a.

_____. Evolução e determinantes do crédito bancário no período 2001-2006. Relatório II do Projeto de Pesquisa – **O Brasil na era da globalização**: condicionantes domésticos e internacionais ao desenvolvimento – Subprojeto VIII. Crédito bancário no Brasil: evolução e transformações institucionais. Campinas: Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica/IE/Unicamp: Rio de Janeiro: BNDES, agosto de 2007b.

_____. A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.10, n.2, p.81-111, dez.2001.

_____. Política financeira, fragilidade e reestruturação bancária. In: CARNEIRO, Ricardo et al. **Gestão estatal no Brasil**: armadilhas da estabilização 1995-1998. São Paulo: Fundap, 2000. p.237-295.

_____. Abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro. In: FREITAS, Maria Cristina P. de (org.). **Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90**. São Paulo: FUNDAP: FAPESP; Brasília, DF: IPEA, 1999a. p.101-173.

_____. Moeda endógena e passividade bancária: uma análise crítica da abordagem "horizontalista" e da teoria do circuito monetário. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 114-133, out./dez. 1999b.

_____. A natureza da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p. 51-83, jun.1997.

_____. **Bancos brasileiros no exterior**: expansão, crise e ajustamento. 1989. 255 f. Dissertação (Mestrado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

FRENKEL, Roberto. Hiperinflação: o inferno tão temido. In: REGO, José M. (org.). **Inflação e hiperinflação**: interpretações e retórica. São Paulo: Bienal, 1990. p.111-131.

FUNDAP. Estratégias e Padrão de Rentabilidade dos Bancos Múltiplos Privados: 1988/92. In: FUNDAP. **O Novo Formato Institucional do Sistema Financeiro Brasileiro**, Relatório 1. São Paulo: Fundap, 1993.

GALBRAITH, J. K. **Moeda**: de onde veio, para onde foi. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983.

GAZETA MERCANTIL. **Balanço anual 2008**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XXXII, n.32, 2008.

_____. **Balanço anual 2007**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XXXI, n.31, set.2007.

_____. **Balanço anual 2006**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XXX, n.30, set.2006.

_____. **Balanço anual 2005**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XXIX, n.29, ago.2005.

_____. **Balanço anual 2004**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XXVIII, n.28, 2004.

_____. **Balanço anual 2003**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XXVII, n.27, set.2003.

_____. **Balanço anual 2002**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XXVI, n.26, jun.2002.

_____. **Balanço anual 2001**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XXV, n.25, jun.2001.

_____. **Balanço anual 2000**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XXIV, n.24, jun.2000.

_____. **Balanço anual 99**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XXIII, n.23, jun.1999.

_____. **Balanço anual 98**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XXII, n.22, jun.1998.

_____. **Balanço anual 97**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XXI, n.21, out.1997.

_____. **Balanço anual 95/96**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XIX, n.19, out.1995.

_____. **Balanço anual 94/95**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XVIII, n.18, nov.1994.

_____. **Balanço anual**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XVI, n.16, out.1992.

_____. **Balanço anual**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Ano XV, n.15, out.1991.

_____. **Balanço anual**. São Paulo, Ano IX, n.9, julho.1985.

_____. **Balanço anual**. São Paulo, Ano VI, n.6, set.1982.

_____. **Balanço anual**. São Paulo, Ano V, n.4, set.1981.p.11-12; 14; 22-24; 26-30; 39-46; 445-48.

_____. **Balanço anual**. São Paulo, Ano III, n.3, set.1979. p.315-318.

_____. **Balanço anual**. São Paulo, Ano II, n.2, set.1978.

_____. **Balanço anual**. São Paulo, Ano I, n.1, set.1977. p.98-100.

GREENSPAN, Alan. **A era da turbulência**: aventuras em um novo mundo. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008a.

_____. Jamais teremos um modelo perfeito de risco. **Folha de São Paulo**, Caderno Dinheiro, p.B6, 18 de março de 2008b.

GREGÓRIO, Jaime. **Análise comparativa da rentabilidade do setor bancário atuante no Brasil no período de 1997 a 2004**. 2005. 106 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e

Contabilidade)–Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2005.

GREMAUD, Amaury P. et al. **Economia brasileira contemporânea**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2004.

GRUPO SANTANDER BANESPA. **Informe annual 2001**. Grupo Santander Banespa, São Paulo, março 2002. Disponível em: <http://www.santander.com.br/document/gsb /institucional_info_fin_rel_anual_p2001.pdf>. Acesso em: 02.12.2008.

GURLEY, J.; SHAW, E. Financial aspects of economic development. **American Economic Review**, Nashville, v.XLV, n.4, September 1955.

GUTTMANN, Robert. Basiléia II: uma nova estrutura de regulação para a atividade bancária global. In: MENDONÇA, Ana Rosa R. de; ANDRADE, Rogério P. de (org.). **Regulação bancária e dinâmica financeira**: evolução e perspectivas a partir dos acordos de Basiléia. Campinas: IE/Unicamp, 2006. p.177-212.

HAWKINS, Penelope. Banks' liquidity preference and financial provision. In: DAVIDSON, Paul (ed.). **A Post Keynesian perspective on 21 st century economic problems**. Cheltenham, UK: Northampton, MA, USA: 2002. p. 108-136.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o "milagre econômico" (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fabio et al. (orgs.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005a. p.93-115.

_____. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa. In: GIAMBIAGI, Fabio et al. (orgs.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005b. p.93-115.

_____. Financial Structure and Financing Models: the Brazilian experience over the 1964-1997 period. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 34, p. 71-114, 2002.

HICKS, J. (1974) **A crise na economia keynesiana**. São Paulo: Vértice, 1987. p.30-47.

_____. Liquidity. **The Economic Journal**, New York, vol. LXXII, n.288, p.787-802, December 1962.

HOWELLS, Peter; BAIN, Keith. **Economia monetária, moedas e bancos**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

IBGE. **Sistema financeiro**: uma análise a partir das contas nacionais 1990-1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. p.461-498.

JONES, Robert A.; OSTROY, Joseph M. Flexibility and uncertainty. **Review of Economic Studies**, Oxford, vol.LI (1), n.164, January 1984.

KALDOR, N. **The scourge of monetarism**. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 1985.

KALECKI, M. (1954). **Teoria da dinâmica econômica**: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

_____. The principle of increasing risk. **Economica**, London, n.4, p.440-447, November 1937.

_____. (1936) Algumas observações sobre a teoria de Keynes. In: IPEA. **Clássicos da literatura econômica**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. p.307-316.

KANE, E. J. Accelerating inflation, technological innovations and the decreasing effectiveness of banking regulation. **The Journal of Finance**, New York, v.36, n.2, p.355-367, may 1981.

_____. Technological and regulatory forces in the developing fusion of financial services competition. **The Journal of Finance**, New York, v.39, n.3, p.759-773, July 1984.

KEYNES, J. M. The general theory and after: a supplement. In: MOGGRIDGE, Donald (ed.). **The collected writings of John Maynard Keynes**. New York: Cambridge University Press, 1979.

_____. The general theory and after: preparation. In: MOGGRIDGE, Donald (ed.). **The collected writings of John Maynard Keynes**: defense and development. New York: Cambridge University Press, 1973. v. XIV.

_____. (1937a) Teorias alternativas da taxa de juros. In: IPEA. **Clássicos da literatura econômica**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. p.317-327.

_____. (1937b) A teoria *ex ante* da taxa de juros. In: IPEA. **Clássicos da literatura econômica**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. p.335-341.

_____. (1937c) The general theory of employment. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. LI, p. 209-223, february 1937.

_____. (1936) **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

_____. (1933) A monetary theory of production. In: MOGGRIDGE, Donald (ed.). **The collected writings of John Maynard Keynes**. New York: Cambridge University Press, 1973a. v. XIII. p. 408-411.

_____. (1930a) A treatise on money: the pure theory of money. In: MOGGRIDGE, Donald (ed.). **The collected writings of John Maynard Keynes**. New York: Cambridge University Press, 1971a. v. V. p. 3-43 e p.217-230.

_____. (1930b) A treatise on money: the applied theory of money. In: MOGGRIDGE, Donald (ed.). **The collected writings of John Maynard Keynes**. New York: Cambridge University Press, 1971b. v. VI. p. 43-69 e p. 217-230.

KINDLEBERGER, Charles P. **Manias, pânicos e crashes**: um histórico das crises financeiras. Tradução [da 3ª edição original americana] de Vânia Conde e Viviane Castanho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KLEIN, M. A theory of the banking firm. **Journal of Money, Credit, and Banking**, Ohio, v.3, p.205-218, may 1971.

KREGEL, J. Havia alternativa à crise brasileira? In: VELLOSO, J. P. R. (org.). **A crise mundial e a nova agenda de crescimento**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1999.

_____. Margins of safety and weight of the argument in generating financial fragility. **Journal of Economic Issues**, Nebraska, vol. XXXI, n.2, june 1997.

_____. (1980). Mercados e instituiciones como aspectos de un sistema de producción. In: ESCALANTE A., Guillermo (ed.). **Economia Postkeynesiana**. México: Fondo de Cultura, 1988. p.62-77.

LEAL, Rodrigo M. Estrutura e determinantes do *spread* bancário no Brasil após 1994: uma análise da literatura empírica. . In: PAULA, L. F. R. de; OREIRO, J. L. (orgs.). **Sistema financeiro**: uma análise do setor bancário brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p.221-251.

LIMA, Gilberto Tadeu. A teoria do dinheiro em uma economia monetária: a análise de Keynes. In: LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João. (orgs.). **Macroeconomia do emprego e da renda**: Keynes e o keynesianismo. Barueri, SP: Manole: 2003. p.301-338.

_____. **Em busca do tempo perdido**: a recuperação pós-keynesiana da economia do emprego de Keynes. Rio de Janeiro: BNDES, 1992. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, EAESP/FGV, 1991.

LOPES, Francisco L. de P. **Choque heterodoxo**: combate à inflação e reforma monetária. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

LOPREATO, Francisco L. C. Problemas de gestão da dívida pública brasileira. **Texto para Discussão IE/Unicamp**, n.139, jan.2008.

_____. A política fiscal brasileira: limites e entraves ao crescimento. **Texto para Discussão IE/Unicamp**, Campinas, n.131, ago.2007.

LUCCHESI, Cristiane Perini; BAUTZER, Tatiana. Bancos utilizam debêntures para driblar recolhimentos obrigatórios. **Valor Econômico**, São Paulo, p.C1, 23.10.2006.

MACARINI, José P. Política bancária do regime militar: o projeto de conglomerado (1967-1973). **Economia e Sociedade**, Campinas, v.16, n.3, p.343-369, dez.2007.

MACEDO E SILVA, A. Carlos. Do *Treatise* à *General Theory*: o extravio dos "detalhes monetários". In: SICSÚ, João; VIDOTTO, Carlos. (orgs.). **Economia do desenvolvimento**: economia e políticas keynesianas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p.241-265.

_____. **Macroeconomia sem equilíbrio**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; Campinas, SP: FECAMP, 1999.

MAIA, Geraldo V. S. Reestruturação bancária no Brasil: o caso do Proer. **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**, Brasília, n.38, jun.2003.

MAKOWSKI, L. Keynes's liquidity preference theory: a suggested reinterpretation. In: HAHN, Frank. (ed.). **The economics of missing markets, information, and games**. Oxford: Oxford University Press, 1990. p.468-475.

MARSHALL, A. (1890) **Princípios de economia**. Tradução revista de Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

MARTONE, Celso L. Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1966). In: LAFER, Betty M. (org.) **Planejamento no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975. p.69-89.

MARX, K. (1867) **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

MEIRELLES, Antonio José de A. **Moeda e produção**: uma análise da polêmica pós-keynesiana sobre a endogenia monetária. Campinas: Mercado de Letras, 1998. 222p.

MENDONÇA DE BARROS, Luiz C. Um pouco de história... **Folha de São Paulo**, Caderno Dinheiro, 30.06.2004a.

_____. Uma nova política de juros. **Folha de São Paulo**, Caderno Dinheiro, 06.08.2004b.

_____. A moeda indexada: uma experiência brasileira. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.2, p.3-24, ago. 1993.

MIGLIOLI, Jorge. Apresentação. In: KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica**: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.IX-XXX. (Os Economistas).

MINELLA, André. **A indexação dos contratos financeiros em contexto de alta inflação**: o caso brasileiro (1964-1990). 1995. 246 f. Dissertação (Mestrado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

MINSKY, H. P. Financial structures: indebtedness and credit. In: BARRÈRE, A. (ed.). **Money, credit and prices in Keynesian perspective**: proceedings of a conference held at the University of Paris I – Panthéon – Sorbone. London: MacMillan: 1989. p.49-70.

_____. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University Press, 1986. p. 223-253.

_____.**Can "it" happen again?** Essays on instability and finance. New York: M. E. Sharpe, 1982.

_____. **John Maynard Keynes**. New York: Columbia Universit Press, 1975. p. 55-92.

MODIANO, Eduardo. A opera dos três cruzados: 1985-1989. In: CARNEIRO, Dionísio D. et al. **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1989. p.347-386.

MOORE, Basil J. **Horizontalists and verticalists**: the macroeconomys of credit money. Cambrigde: Cambridge University Press, 1988.

_____. On the endogeneity of money once more. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, v.11, n.3, p.479-487, Spring 1989a.

_____. A simple model of bank intermediation. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, vol. 12, n. 1, p.10-28, Fall 1989b.

_____. Factores monetarios. In: EICHNER, Alfred (ed.). **Economía postkeynesiana**. Traducción de Miguel Morán. Madrid: Hermann Blume, 1984. p.139-157.

MOURA, Alkimar R. Bem-vindo ao admirável mundo novo da LFT sintética. **Valor Econômico**, p.A-10, 14.06.2007.

MOURA E SILVA, Adroaldo. **Intermediação financeira no Brasil**: origens, estrutura e problemas. FEA/IPE/USP: São Paulo, 1979.

NAKANE, Márcio I. Concorrência e *spread* bancário: uma revisão da evidência para o Brasil. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia bancária e crédito**: avaliação de 4 anos do

projeto juros e *spread* bancário. Brasília, DF, 2003. p.58-67. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/?RED-SPREAD. Acesso em: 10.01.2004.

NAKANO, Y. A taxa de juros mais alta do mundo deverá persistir. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, p.10-11, jan.2007.

NETO, Paulo de M. J.; ARAÚJO, L. A. D. de; PONCE, D. A. S. Competição e concentração entre bancos brasileiros. **XXXIII Encontro Nacional de Economia** (ANPEC), Natal, dez.2005.

NETTO, A. Delfim. O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico. In: MERCADANTE, A. (org.). **O Brasil pós-Real**: a política econômica em debate. Campinas: IE/UNICAMP, 1997. p.89-100.

_____. Opções de política econômica. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.3, n. especial, p.5-13, mar.1999.

NUNES, Eunice. Plano Collor 1: lesados ainda podem entrar com ação. **Folha de São Paulo**, Caderno Cotidiano, 04.06.2001.

_____. Poupador ainda pode reaver perdas com o Plano Collor. **Folha de São Paulo**, Caderno Cotidiano, 15.03.1997.

O ESQUELETO do Plano Verão assombra o Tesouro. **Valor Econômico**, Editorial, São Paulo, p.A-12, 30.09.2008.

OHLIN, Bertil. (1937) Teorias alternativas da taxa de juros – réplica. In: IPEA. **Clássicos da literatura econômica**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. p.329-333.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; CARVALHO, Carlos Eduardo. "Indexação financeira" e comportamento pró-cíclico da dívida pública mobiliária federal interna no Brasil. **Anais do Encontro Nacional de Economia Política**, João Pessoa/PB, 2008.

_____. O componente "custo de oportunidade" do *spread* bancário no Brasil: uma abordagem pós-keynesiana. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.16, n. 3 (31), p.371-404, dez.2007.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de. Crédito bancário no Brasil no período recente. **História e Economia**, São Paulo, v.4, n.2, 2009.

_____. Financeirização da riqueza e dinâmica econômica. **X Encontro de Economia da Região Sul (Anpec-Sul)**, Porto Alegre/RS, 2007.

_____. O comportamento da estrutura patrimonial de grandes bancos privados diante do recente ciclo de crédito no Brasil - 2002-05. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 34, p. 179-196, 2007.

_____. **Análise do *spread* bancário no Brasil após o Plano Real (1994-2003)**. 2004. 122 f. Dissertação (Mestrado em Economia)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

OREIRO, J. L. C. **Incerteza, instabilidade macroeconômica e crescimento endógeno**: ensaios em teoria pós-keynesiana. 2000. 299 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. O debate sobre os determinantes da taxa de juros. In: LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João; PAULA, Luiz F. de (orgs.). **Macroeconomia moderna**: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p.225-243.

PALLEY, Thomas I. **Post keynesian economics**: debt, distribution and the macro economy. New York: Palgrave, 1996.

_____. The endogenous money supply: consensus and disagreement. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, p.366-396, v.13, n.3, Spring 1991.

PARCERIAS vão predominar no segmento financeiro. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 março 2005. Finanças e Mercados, Caderno B, p. 1.

PAULA, L. F. R. de. Los determinantes del reciente ingreso de bancos extranjeros a Brasil. **Revista de La Cepal**, Santiago del Chile, n. 79, p. 169-188, 2003a.

_____. Teoria horizontalista da moeda e do crédito: crítica da crítica. **Estudos Econômicos (IPE/USP)**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 325-352, 2003b.

_____. **Comportamento dos bancos em alta inflação**: teoria e experiência brasileira recente. 1997. 189 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PAULA, Luiz Fernando R. de; ALVES JR., Antônio José. Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minskiano. **Análise Econômica**, Rio Grande do Sul, ano 21, n. 39, p. 137-162, mar. 2003a.

_____. Banking behaviour and the brazilian economy after the Real Plan: a post-keynesian approach. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review**, Roma, v. LVI, n. 227, p.337-365, december 2003b.

PAULA, Luiz Fernando R. de; ALVES JR., Antonio José; MARQUES, Maria Beatriz Leme. Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994/98). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.31, n.2, p. 285-310, abr./jul. 2001.

PAULA, Luiz Fernando R. de; PIRES, Manoel C. de Castro. Determinantes macroeconômicos do *spread* bancário: uma análise preliminar para economias emergentes. . In: PAULA, L. F. R. de; OREIRO, J. L. (orgs.). **Sistema financeiro**: uma análise do setor bancário brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p.171-189.

PEDREIRA, J. L. B.; ROSMAN, L. A. C. A constitucionalidade da URV, 11 anos depois. **Valor Econômico**, São Paulo, 24.03.2006.

_____. A constitucionalidade da URV, 11 anos depois - 2. **Valor Econômico**, São Paulo, 27.03.2006.

PIEGAY, Pierre. The new and post keynesian analyses of bank behaviour: consensus and disagreement. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, v.22, n.2, p.265-283, Winter 1999-2000.

PRATES, Daniela M. **Crises financeiras dos países "emergentes"**: uma interpretação heterodoxa. 2002. 205 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

PRATES, Daniela M.; FREITAS, M. C. P. de; FARHI, M. Internacionalização bancária e derivativos financeiros no Brasil. In: FERREIRA, C.; SCHERER, A. F. (orgs.). **O Brasil frente à ditadura do capital**: reflexões e alternativas. Lajeado, RS: Univates, 2005. p.149-172.

PRATES, Daniela M.; CINTRA, Marcos A. M. Keynes e a hierarquia de moedas: possíveis lições para o Brasil. In: SICSÚ, João; VIDOTTO, Carlos. (orgs.). **Economia do desenvolvimento**: economia e políticas keynesianas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p.175-199.

POSSAS, Mario Luiz. Para uma releitura teórica da teoria geral. In: LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João. (orgs.). **Macroeconomia do emprego e da renda**: Keynes e o keynesianismo. Barueri, SP: Manole: 2003. p.429-449.

PUGA, F. P. Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. **Texto para Discussão n.68**, BNDES, Rio de Janeiro, mar.1999.

PURIFICAÇÃO, Carlos A. da. **Contabilidade bancária**. São Paulo: Atlas, 1995.

REED, Edward W.; GILL, Edward K. **Bancos comerciais e múltiplos**. Trad. Maria Claudia S. R. Ratto. São Paulo: Makron Books, 1994.

RESENDE, A. L. Em defesa dos títulos de indexação financeira. In: BACHA, E. L.; OLIVEIRA FILHO, L. C. (Org.). In: BACHA, E. L.; OLIVEIRA FILHO, L.C. (orgs.). **Mercado de capitais e dívida pública**: tributação, indexação e alongamento. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria: Rio de Janeiro,ANBID, 2007. p.219-227.

RESENDE, André L. Estabilização e Reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de P. (org.) **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p.213-231.

RIBEIRO, Bianca. Para empresas de *leasing*, decisão do BC de cobrar compulsório não prejudica o setor. **Valor Econômico**, São Paulo, 01.02.2008.

RIBEIRO, Cristina T.; CARVALHO, Carlos Eduardo. **Do microcrédito às microfinanças**: desempenho financeiro, dependência de subsídios e fontes de financiamento – uma contribuição à análise da experiência brasileira. São Paulo: FAPESP: EDUC, 2006.

ROBINSON, J. Prólogo. In: EICHNER, Alfred (ed.). **Economía postkeynesiana**. Traducción de Miguel Morán. Madrid: Hermann Blume, 1984. p. 11-21.

ROCHA, Fernando Alberto Sampaio**. Evolução da concentração bancária no Brasil (1994-2000)**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2001. 42 p. (Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, n. 11). Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/?NOTASTEC>. Acesso em: 25 jun. 2001.

RODRIGUES, Raimundo N. **O acordo da Basiléia**: um estudo da adequação de capital nas instituições financeiras brasileiras. 1998. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)– Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ROUSSEAS, Stephen. **Post keynesian monetary economics**. Basingstoke: MacMillan, 1986. 126p.

RUNDE, J. Keynesian uncertainty and liquidity preference. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v.18, n.2, p.129-144, April 1994.

SAES, Flávio Azevedo M. de. A moeda, o crédito e o financiamento da Produção. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.41, p.77-90, jan./abr. 2001.

SANT'ANNA, A. A. Debêntures batem recorde, mas emissões são concentradas. **BNDES Visão do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n.27, abr.2007.

SANTOMERO, A. M. Modeling the banking firm. **Journal of Money, Credit, and Banking**, Columbus/Ohio, v.16, n.4, November 1984.

SAUNDERS, A. **Administração de instituições financeiras**. Tradução de Antonio Z. Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2000.

SAYAD, João. A política cambial do Plano Real. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.3, n. especial, p.47-59, mar.1999.

_____. Observações sobre o Plano Real. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.25, n. especial, p.7-24, 1995/96.

SAWER, Malcolm C. Money, interest rates and unemployment: changes in Keynes's analysis from Treatise to General Theory. In: FERRARI FILHO, F. (org.) **Teoria Geral setenta anos depois**: ensaios sobre Keynes e teoria pós-keynesiana. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.85-111.

_____. **Unemployment, imperfect competition and macroeconomics**: essays in the Post Keynesian tradition. Aldershot: Edward Elgar, 1995. p.30-69.

SCHMITZ, A.; MAHL, A. A.; Reestruturação e automação bancária versus emprego: um balanço ao final dos anos 1990. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v.8, n.15, p.67-82, nov.2000.

SERDEIRA, Carlos Aparecido. **Consolidação e convergência operacional bancária no Brasil**: estrangeiros e nacionais na segunda metade dos anos 1990. 2002. 94 f. Dissertação (Mestrado em Economia)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

SHACKLE, George L. S. **Origens da economia contemporânea**: invenção e tradição no pensamento econômico. Tradução de Carmen Celia Myiake. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Epistemica y economia**. (Epistemics & economics: a critique of economic doctrines). Traducción de Francisco Gonzalez Aramburo. 1ª edição 1972. México: Madrid: Buenos Aires, 1976.

SICSÚ, João. A URV e sua função de alinhar preços relativos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.16, n.2, p.71-85, abr./jun.1996.

SILVA, Adroaldo M. **Intermediação financeira no Brasil**: Origens, estrutura e problemas. São Paulo: FEA/USP, mimeo, 1979, 127 p.

SILVA, Guilherme J. C. da; OREIRO, J. L. da C.; PAULA, L. F. R. de. *Spread* bancário no Brasil: uma avaliação empírica recente. . In: PAULA, L. F. R. de; OREIRO, J. L. (orgs.). **Sistema financeiro**: uma análise do setor bancário brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p.191-220.

SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, R. de Oliveira. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. p.79-150.

SIMONSEN, M. H. **30 anos de indexação**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1995.

_____. **Inflação**: gradualismo x tratamento de choque. 2ª ed. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970.

SINGER, Paul. O Plano Real: continuidade e ruptura. In: MERCADANTE, A. (org.). **O Brasil pós-Real**: a política econômica em debate. Campinas: IE/UNICAMP, 1997. p.209-224.

SOARES, Ricardo P. Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação. **Texto para Discussão IPEA**, Brasília, n.808, jul.2001.

SOCHACZEWSKI, A.C. (1980) **Desenvolvimento econômico e financeiro no Brasil**: 1952-1968. São Paulo: Trajetória Cultural, 1993.

STUDART, Rogério. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. In: LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João; PAULA, L. F. R. de. **Macroeconomia moderna**: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p.151-170.

_____. **Investment finance in economic development**. London and New York: Routledge, 1995.

_____. **Investment finance, saving and funding and financial systems in economic development**: theory and lessons from Brazil. 1992. 276 f. Tese (Doutorado em Filosofia)– Universit of London, London, 1992.

STUKART, Gregório F. L. O sistema financeiro em 1966-75. In: VISÃO. **Quem é quem na economia brasileira**, São Paulo, ago.1976. p.740-752.

SZMRECSÁNYI, Tomás. Introdução. In: SZMRECSÁNYI, Tomás (org.). **John Maynard Keynes**: economia. São Paulo: Ática, 1978. p.7-40.

TAVARES, Martus A. R.; CARVALHEIRO, Nelson. **O setor bancário brasileiro**: alguns aspectos do crescimento e da concentração. São Paulo: FIPE/USP, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição. Inflação – os limites do liberalismo. In: REGO, José M. (org.). **Inflação e hiperinflação**: interpretações e retórica. São Paulo: Bienal, 1990. p.133-142.

_____. (1978a) **Ciclo e crise**: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 8) pp.139-186.

_____. (1978b) O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. In: BELLUZZO, L.G. de M.; COUTINHO, R. (orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.107-138.

_____.(1972) **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre a economia brasileira. 11ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, José Carlos de. **O grande salto para o caos**: a economia política e a política econômica do regime autoritário. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.

TEIXEIRA, Natermes G. **Tendências estruturais do sistema financeiro**. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1988.

TOBIN, J. **Essays in economics**. Amsterdan: North Holland, 1971. v.1. p.272-281.

TONETO JR., Rudinei. **Estado, bancos e acumulação financeira no Brasil**: 1964-1984. 1992. 321 f. Dissertação (Mestrado em Economia)–Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

TORRES, Marcos José R. **Operacionalidade da política monetária no Brasil**. 1999. 183 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

VARGA, L. Banespa tem lucro de R$ 1,089 bi em 2001. **Folha de São Paulo**, Carderno Dinheiro, São Paulo, 23.02.2002.

VASCONCELOS, M. R.; FUCIDJI, J. R. Uma avaliação da entrada de bancos estrangeiros no setor bancário brasileiro. **Análise Econômica**, Rio Grande do Sul, n.39, ano 21, p.163-188, mar.2003.

VAZQUEZ, Daniel A.; OLIVEIRA, Giuliano Contento de. A instabilidade inerente às economias de mercado: um resgate das idéias de Keynes e Kalecki. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, no prelo, mar.2009.

VIDOTTO, Carlos Augusto. **O sistema financeiro nos anos noventa**: um balanço das mudanças estruturais. 2002. 330 f. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

VIEIRA, Eneamir. **Bancos privados no Brasil**: estrutura patrimonial e rentabilidade (1988-95). 1998. 138 f. Dissertação (Mestrado em Economia)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

VISÃO. Sem dificuldades para transpor as tormentas. **Visão**: Quem é Quem na economia brasileira. São Paulo, ano XLI, n.45A, 1992. p.10-12; p.234-250

_____. Até para os bancos 1990 foi um ano ruim. **Visão**: Quem é Quem na economia brasileira. São Paulo, ano XL, set.1991. p.234-251

_____. Mais um ano de vacas gordas no setor financeiro. **Visão**: Quem é Quem na economia brasileira. São Paulo, ano XXXIX, set.1990. p.248-271.

_____. Setor financeiro: mais um ano de lucros gordos. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, ano XXXVIII, n.36A, set.1989. p.22-28; p.248.

_____. Setor financeiro: lucros menores no último exercício. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, ano XXXVII, n.39A, set.1988. p.334-367.

_____. Setor financeiro: rentabilidade mais baixa em 1986. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, ano XXXVI, n.39A, set.1987. p.352-367.

_____. Setor financeiro: lucros em alta em 1985. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, ano XXXV, n.35A, ago.1986. p.384-398.

_____. Setor financeiro: mais um ano apenas razoável. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, ano XXXIV, n.35A, ago.1985. p.368-398.

_____. Setor financeiro: lucros em baixa no último exercício. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, ano XXXIII, n.35A, ago.1984. p.376-408.

_____. Lucros do setor financeiro continuam muito altos. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, ano XXXII, n.35A, ago.1983. p.400-430.

_____. A disparada dos lucros no setor financeiro. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, ano XXXI, n.35A, ago.1982. p.384-416.

_____. Rentabilidade alta, operações em baixa. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, ano XXX, n.34A, ago.1981. p.384-408.

_____. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, ano XXIX, n.30, Edição Especial, ago.1980. p.401-406.

_____. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, ago.1979. p.454-465.

_____. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, vol.53, n.4, ago.1978. p.464-470.

_____. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, vol.51, n.4, ago.1977. p.477-490.

_____. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, ago.1976. p.773-774.

_____. O sistema financeiro em 1974. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, ago.1975. p.573-575.

_____. Setor financeiro. **Visão**: quem é quem na economia brasileira, São Paulo, vol.43, n.6, ago.1973. p.393-394.

WRAY, Larry R. **Money and credit in capitalist economies**: the endogenous money approach. Aldershot: Edward Elgar, 1990.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

ZINI JR., Álvaro A. **Uma avaliação do setor financeiro no Brasil**: da reforma de 1964/65 à crise dos anos oitenta. 1982. 374 f. Tese (Mestrado em Economia)–DEPE da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.

APÊNDICE A – O balanço de um banco e os riscos envolvidos na atividade bancária

Um balanço é estruturado a partir do método das partidas dobradas, de tal modo que aos valores das operações ativas correspondem valores das operações passivas de igual valor, ou seja, o registro de qualquer operação de um dos lados do balanço tem de ter um lançamento de igual valor em outra ou outras contas do outro lado, de sorte a fazer com que a soma dos valores dos débitos seja igual à soma dos créditos. O quadro abaixo apresenta o balanço típico de um banco, com as principais contas do ativo e do passivo.

Quadro A1: balanço típico de um banco

Ativo	**Passivo**
Circulante	**Circulante**
Disponibilidades	Depósitos
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Depósitos à Vista
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Depósitos de Poupança
Relações interfinanceiras	Depósitos Interfinanceiros
Relações interdependências	Depósitos a Prazo
Operações de crédito	Outros Depósitos
Operações de Arrendamento Mercantil	Captações no Mercado Aberto
	Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias e Hipotecárias,
Outros créditos	Debêntures e Similares
Outros Valores e Bens	Relações Interfinanceiras
Realizável a Longo Prazo	Relações Interdependências
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Obrigações por Empréstimos
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais
Relações Interfinanceiras	Obrigações por Repasses do Exterior
Operações de Crédito	Instrumentos Financeiros Derivativos
Operações de Arrendamento Mercantil	Outras Obrigações
Outros Créditos	**Exigível a Longo Prazo**
Outros Valores e Bens	Depósitos
Permanente	Depósitos Interfinanceiros
Investimentos	Depósitos a Prazo
Imobilizado	Captações no Mercado Aberto
Diferido	Recursos de Emissão de Títulos
	Obrigações por Empréstimos
	Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais
	Instrumentos Financeiros Derivativos
	Outras Obrigações
	Resultados de Exercícios Futuros
	Patrimônio Líquido
	Capital Social
	Correção Monetária do Capital
	Reservas de Capital
	Reservas de Revaliação
	Reservas de Lucros
	Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos
	Sobras ou perdas acumuladas
	Lucros ou prejuízos acumulados
	(-) Ações em Tesouraria
Total do ativo	**Total do passivo**

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de COSIF (1987).

Diferentemente de uma empresa, um banco tem a maior parte de seus ativos alocada em títulos financeiros. Seus saldos em caixa são muito maiores, enquanto os recursos alocados em estoques muito menores (REED e GILL, 1994, p.133). Os ganhos dos bancos, por seu turno, resultam da realização de empréstimos, de comissões, da prestação de serviços financeiros

variados, da posse e intermediação de títulos e ativos financeiros diversos, da venda de seguros e capitalização, enfim, da atuação ativa em seus mais diversos mercados de atuação (empréstimos, financeiros, derivativos, etc.).

As contas patrimoniais se encontram em ordem decrescente de grau de liquidez. Não menos importante, enquanto o ativo e o passivo circulantes se referem a direitos e obrigações de curto prazo, realizáveis financeiramente até 12 meses depois do encerramento do balanço, o ativo realizável a longo prazo e o passivo exigível a longo prazo correspondem a direitos e obrigações com liquidação prevista a partir de 12 meses seguintes ao encerramento do balanço (ASSAF NETO, 2008).

As contas do ativo se referem às aplicações dos recursos próprios ou de terceiros com vista à remuneração. A conta disponibilidades constitui a conta de maior liquidez, constituindo a reserva primária dos bancos, ou seja, sua liquidez imediata. Ela é composta basicamente do caixa do banco (encaixe bancário), bem como de suas reservas livres ou voluntárias – destinadas a cobrir diferenças entre as relações interfinanceiras ativas e passivas – e disponibilidades em moedas estrangeiras. Com os valores correspondentes a esta conta, os bancos buscam basicamente fazer frente ao fluxo diário de saques. Podem ser usados, ainda, para cobrir parte ou totalidade dos saldos negativos que possam ocorrer no âmbito do sistema de compensação de cheques. Por conta disso, maior parte do saldo da conta registrado em balanço se refere à moeda nacional.

Já a conta aplicações interfinanceiras de liquidez registra os valores atinentes aos saldos de revenda de títulos de renda fixa a serem liquidados (operações compromissadas), contemplando as posições bancada e financiada. Registra, também, os valores das aplicações em depósitos interfinanceiros e as aplicações em moedas estrangeiras. A conta registra, pois, os valores circunscritos às relações financeiras entre os bancos (interbancárias ou interfinanceiras) – aplicações em títulos públicos lançados no mercado primário ou negociados no mercado secundário, bem como em Depósitos Interfinanceiros de Liquidez (CDIs). Tais direitos são normalmente utilizados pelos bancos para zerar a posição da conta de reservas junto ao banco central quando se fizer necessário, ante o alto grau de liquidez destes ativos, bem como para reduzir o custo de oportunidade de se manter recursos ociosos em caixa além das necessidades correntes, sem rendimento.

No âmbito da conta títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos, são registrados os valores das operações livres, com títulos de renda fixa intermediados (comprados e vendidos no mesmo dia, sem assumir compromisso de recompra ou revenda, com saldo nulo ao final do dia), títulos de renda fixa, cotas de fundos de investimento, títulos de renda variável, entre outros. Além da categoria livres, o grupamento contempla os títulos e valores mobiliários vinculados a operações compromissadas, atinente aos títulos de renda fixa vinculados a acordos de recompra. Conforme observam Reed e Gill (1994, p.179), por terem como garantia valores mobiliários, as operações com títulos de recompra permitem a obtenção de fundos pelos bancos com necessidade de recursos sem haja a necessidade de recolhimento de reservas, de um lado, e uma alternativa para aplicação dos recursos ociosos pelos bancos com excesso de recursos, de outro. Não menos importante, a conta em tela também abarca os instrumentos financeiros derivativos, como operações de *swap*, compras a termo a receber, vendas a termo a receber, derivativos de crédito, entre outras.

Para o banco, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (TVMID) são segmentadas em balanço do seguinte modo: carteira própria da instituição, composta por títulos de renda fixa mais títulos de renda variável; títulos vinculados a compromisso de recompra (Letras do Tesouro Nacional, operações compromissadas, debêntures, etc.), ao Banco Central e à prestação de garantias; instrumentos financeiros derivativos; e títulos objeto de operações compromissadas de livre movimentação. Normalmente, no Brasil a carteira própria de um banco de varejo representa a parcela mais importante da conta.

As aplicações interfinanceiras de liquidez mais os títulos públicos da carteira própria de curto prazo são consideradas as reservas secundárias dos bancos, pois em função de seus elevados graus de liquidez podem servir para complementar as reservas primárias (encaixes voluntários) destas instituições, além de, ao mesmo tempo, oferecer-lhes remuneração sob a forma de juros. Conforme observam Reed e Gill (1994, p.139), as reservas primárias e secundárias constituem um conceito econômico, e não contábil, e por isso não aparecem no balanço dos bancos. A administração de passivo pelos bancos, contudo, faz dependê-los cada vez menos das reservas secundárias, ante a possibilidade de obtenção de fundos por estas instituições.

A conta relações interfinanceiras registra os direitos do banco junto a participantes de sistemas de liquidação, como cheques e outros papéis remetidos, a remeter e devolvidos ao

serviço de compensação, bem como recebimentos enviados pelo serviço referido. Contempla, ainda, os créditos vinculados, de natureza compulsória ou atrelados a certas operações especiais, como crédito rural e Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Finalmente, a conta envolve os repasses interfinanceiros, que se referem a créditos do banco oriundos de repasses efetuados para outras instituições, bem como as relações com correspondentes, atinente aos recursos obtidos pelo banco de seus correspondentes dentro e fora do país, e os direitos provenientes de depósitos das cooperativas centrais – registro, nas cooperativas filiadas, das transferências de suas sobras de caixa para as cooperativas centrais (ASSAF NETO, 2008 COSIF, 1987).

A conta relações de interdependências, por sua vez, inclui os recursos em trânsito de terceiros, mormente referente às transferências de recursos que se encontram em processamento na instituição, e as transferências internas de recursos, referente a movimentação financeira que também se encontra em processamento no banco, em seus diferentes departamentos e dependências – não podendo ser aplicada qualquer mudança nos direitos e obrigações em relação a terceiros.

A conta operações de crédito contempla empréstimos, financiamentos e desconto de títulos. Enquanto os empréstimos não exigem destinação específica, os financiamentos (habitacionais, rurais, etc.) impõem esta condição. Registra, ainda, a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, que por se referir a perdas esperadas tem o valor registrado com o sinal negativo. A conta operações de arrendamento mercantil, por seu turno, refere-se fundamentalmente a aquisição de direitos creditórios sobre ativos, sendo que o banco não possui interesse no ativo objeto do contrato, que serve como garantia da operação, mas nos ganhos provenientes do arrendamento a terceiros. Já a conta outros créditos irá contemplar os valores relacionados aos créditos por avais e fianças honrados, carteira de câmbio, rendas a receber, etc.

Na conta outros valores e bens, são contabilizados os investimentos temporários, como participações societárias minoritárias; outros valores e bens, tais como material em estoque, bens não destinados ao uso próprio (imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, etc.); e as despesas antecipadas, ou seja, aplicações cujas contrapartidas positivas para a instituição irão ocorrer no futuro (ASSAF NETO, 2008). Por último, o ativo permanente, tal como nas instituições não bancárias, compreenderá os investimentos (participações em coligadas e controladas, incentivos fiscais e títulos patrimoniais, ações e cotas), o imobilizado (móveis, instalações, etc.) e o diferido

– despesas incorridas em um exercício, mas que, por contribuir para a geração de resultado para mais de um exercício contábil, sofrem amortizações (despesas de reorganização, benfeitorias em prédios de terceiros, gastos com pesquisas de produtos, etc.).

As operações passivas dos bancos irão compreender as fontes de captação de recursos para que estas instituições atribuam respaldo às suas operações ativas. Tratam-se, pois, de obrigações junto a terceiros, a despeito de uma parcela corresponder a obrigações contra estas próprias instituições (depósitos à vista), condição que as diferenciam dos agentes não-bancários. A primeira conta do lado direito do balanço patrimonial dos bancos diz respeito aos depósitos, que podem ser definidos como os recursos aplicados nestas instituições pelo público. Os motivos pelos quais os agentes realizam depósitos são comumente conhecidos, mas cumpre lembrar que seu condicionante principal decorre do fato de os bancos constituírem o centro de gravitação a partir do qual as relações de débito e crédito são estabelecidas numa economia empresarial, sob prevalência da moeda escritural.

Os depósitos são divididos em depósitos à vista, depósitos a prazo, depósitos de poupança, depósitos interfinanceiros e outros depósitos. Os depósitos à vista constituem um tipo muito especial de passivo, pois podem ser utilizados pelo público para liquidação de contratos expressos em moeda, permitindo ao banco a emissão de obrigação contra si próprio. Os bancos, assim, agem como custodiantes de valores, realizando sua guarida, reconhecendo sua titularidade e disponibilizando-os para resgate a qualquer tempo, sem comunicação antecipada e sem qualquer tipo de penalidade, podendo ser transferidos a terceiros por cheque ou eletronicamente. Mais objetivamente, trata-se do dinheiro em conta corrente dos depositantes. Representa, por isso, uma obrigação de curtíssimo prazo para os bancos. Embora não rendam juros, oferecem segurança e conveniência aos credores.

Os depósitos a prazo são normalmente resgatáveis em datas acordadas previamente entre as partes. Fundamentalmente, consistem em captações de recursos mediante a venda de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), passíveis de serem negociados nos mercados secundários, desde que emitidos ao portador (REED e GILL, 1994, p.169). Os depósitos a prazo podem contar com liquidez diária, resgatáveis a qualquer momento, com rendimento prefixado ou pós-fixado – comumente atrelado à taxa básica de juros. Mas, por disporem de prazos médios mais dilatados do que os depósitos à vista, os depósitos a prazo oferecem aos bancos a

possibilidade de lastrear suas operações ativas mais longas, permitindo-lhes compatibilizar os prazos de maturação de suas aplicações e obrigações. Podem ser assim definidos ("a prazo") porque sua contabilização toma por base os vencimentos estabelecidos entre as partes a partir de uma data futura.

Os depósitos de poupança, por seu turno, podem ser resgatáveis a qualquer momento, mas com perda do rendimento do mês, caso o depositante não aguarde a chegada do aniversário de sua conta poupança, o que acaba funcionamento como um mecanismo de indução para a manutenção dos recursos pelo cliente. Não menos importante, tal como os depósitos a prazo, os depósitos de poupança não podem ser transferidos por cheque ou eletronicamente. Isto apenas é possível no caso dos depósitos à vista. No Brasil, os depósitos de poupança constituem a aplicação mais popular.

O grupamento depósitos contém, ainda, os depósitos interfinanceiros. Do mesmo modo que um banco compra Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) de outros bancos, os outros bancos fazem o mesmo em relação a este banco. Trata-se do mercado interbancário de reservas ou mercado secundário. Para que o saldo da conta reservas que um banco comercial ou múltiplo tem junto ao banco central fique em equilíbrio, frequentemente se faz necessária a troca de reservas entre os bancos. Num determinado dia, um banco pode ter acumulado um saldo positivo. Neste caso, ele se torna capaz de emprestar reservas às instituições que apresentaram saldo negativo, e vice-versa. Deste modo, na conta depósitos interfinanceiros serão contabilizados os recursos a prazo, embora geralmente de curtíssimo prazo, no mercado interbancário. Finalmente, na conta outros depósitos podem ser registrados os depósitos sob aviso (depósitos de aviso prévio), obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas (depósitos especiais com remuneração, depósitos do FGTS, etc.), depósitos em moedas estrangeiras, entre outros.

A conta captações no mercado aberto registra os recursos captados por operações compromissadas normalmente com títulos públicos. Ou seja, trata-se de captação de recursos que geralmente tem como lastro operações compromissadas com títulos do governo (posto que envolve o compromisso de recompra de títulos a liquidar), atinentes à carteira própria da instituição, carteira de terceiros e carteira livre movimentação. A carteira própria (títulos do banco) é composta basicamente por títulos públicos, debêntures e outros títulos de emissão

própria, títulos no exterior, entre outros, que têm compromissos de recompra pelo banco. A carteira de terceiros, por sua vez, é representada por títulos públicos e privados - de terceiros porque se trata da venda, com compromisso de recompra, de títulos adquiridos de outras instituições, com compromisso de revenda. Já a conta carteira livre movimentação contempla títulos públicos federais e outros títulos de renda fixa também com recompras a liquidar - operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação.

A conta recursos de aceites contabiliza as captações realizadas pelo banco realizadas a partir de aceites de letras de câmbio, imobiliárias, etc. Já as contas relações interfinanceiras e relações interdependências correspondem às mesmas contas descritas do lado do ativo, mas agora com saldo devedor. Na conta relações interfinanceiras, em particular, são registradas: a) as obrigações da instituição junto a participantes do sistema de liquidação, como cheques e outros papéis girados contra a instituição, recebimentos a devolver e recebimentos remetidos e a regularizar; b) as obrigações vinculadas, atinentes ao redesconto do banco central – compra com compromisso de revenda; c) os repasses interfinanceiros, concernente ao registro das obrigações provenientes de recursos para repasses junto a outras instituições financeiras; e d) centralização financeira – cooperativas, referente aos depósitos das sobras de caixa das cooperativas filiadas. Na conta relações interdependências, por seu turno, são contabilizadas as obrigações referentes aos recursos em trânsito de terceiros e às transferências internas de recursos (ASSAF NETO, 2008; COSIF, 1987).

O grupamento empréstimos e repasses, por sua vez, irá contemplar as captações de recursos dos bancos junto a outros bancos e demais instituições no país e no exterior, incluindo instituições e órgãos oficiais – como assistência financeira e programas especiais do Banco Central. Além dos empréstimos, a conta também integra os repasses de instituições oficiais e do exterior, ou seja, recursos com destinação específica intermediados pelo banco (PURIFICAÇÃO, 1995, p.63-64; COSIF, 1987).

A próxima conta, instrumentos financeiros derivativos, irá contabilizar as obrigações da instituição financeira em relação às operações de swap, obrigações por compra a termo a pagar, derivativos de crédito, entre outras. Já na conta outras obrigações serão computadas as obrigações fiscais e previdenciárias, sociais e estatutárias, bem como provenientes de negociação e intermediação de valores, entre outras. A conta resultados de exercícios futuros registra as rendas

recebidas antes do cumprimento do passivo do qual foram originadas. O patrimônio líquido, por seu turno, representa os recursos próprios do banco, a diferença entre o ativo total e os recursos de terceiros utilizados pela instituição.

Condicionados pelo sistema de regulamentação prudencial de Basiléia I de 1988, os bancos passaram a ter que administrar detidamente e de forma intermitente quatro dos principais riscos aos se acham expostos em suas atividades típicas. São eles:

1. Risco de mercado: os bancos são expostos a flutuações de taxas de juros, câmbio e ações, que podem exercer alterações indesejadas sobre seus ativos e passivos, implicando desequilíbrios. Para lidar com este risco, estas instituições determinam limites operacionais, bem como monitoram suas exposições líquidas consolidadas por moedas, juros e demais indexadores, o que não raro inclui a metodologia *Value at Risk* – medida que demonstra a perda esperada máxima de uma carteira de ativos num determinado período, dado certo nível de confiança;

2. Risco de crédito: como os bancos emprestam recursos, inclusive mediante a emissão de obrigações contra si próprios, ficam expostos ao não recebimento dos valores contratados – inadimplência. Para minimizar este risco, estas instituições podem selecionar clientes de melhor qualidade (primeira linha), diversificar as contrapartes, acompanhar e determinar os limites de crédito a partir da situação financeira do mutuário e dos passivos emitidos para viabilizar a operação e solicitar colaterais – garantias oferecidas pelos mutuários;

3. Risco de liquidez: por terem como *métier* a comercialização de dívidas, transformando prazos de vencimento das obrigações, os bancos ficam sujeitos ao risco de descasamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e moedas de liquidação. A administração deste risco exige a simulação de cenários, cuja minimização se dá mediante a estipulação de limites mínimos a serem mantidos disponíveis ou aplicados em ativos com alto grau de liquidez, de sorte a viabilizar a acomodação de exigências esperadas e inesperadas;

4. Risco operacional: perdas podem ocorrer em razão de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas operacionais, ou inclusive de eventos externos. Para isso, os bancos criam estruturas específicas para controlar este

tipo de risco, a partir do acompanhamento e mensuração das perdas operacionais, assim como da divulgação interna da cultura de seu monitoramento.

APÊNDICE B – Inovações financeiras: causas principais, resultados e consequências

Conforme salientado, as inovações financeiras podem ser exógenas ou endógenas ao sistema. As primeiras geralmente são condicionadas pela inter-relação de três principais causas, a saber: regulação, volatilidade e tecnologia, embora sempre uma delas acabe se destacando. As restrições regulatórias, ao imporem custos adicionais ou inviabilizar operações antes lucrativas, geralmente despertam reações inovativas dos bancos (MINSKY, 1982). Howells e Bain (2001, p. 277) e Ferreira e Freitas (1990) oportunamente chamam a atenção para as respostas dos bancos americanos à "Regulação Q", que limitava a captação de recursos remunerados por estas instituições.

Os bancos americanos contornaram as restrições impostas pelo banco central mediante diversas iniciativas, o que os conduziram ao processo de internacionalização (saindo da jurisdição americana a partir da constituição do mercado de eurodólares), bem como à prática de recompra de valores mobiliários concedidos por determinado período (com prejuízos oriundos de perdas de rendimentos de juros) e à utilização dos depósitos de varejo para a aplicação em instrumentos do mercado monetário de curta maturação – os fundos mútuos de investimento –, que concorreu no sentido de possibilitar o pagamento de juros aos investidores e resgate imediato dos recursos (HOWELLS E BAIN, 2001).

Já no Reino Unido, as restrições impostas na década de 1970 aos bancos no âmbito da captação de recursos remunerados (limites de crescimento e punições mediante multas às instituições infratoras), condicionou a captação direta de recursos no mercado monetário pelas empresas. Estas, contudo, perceberam que poderiam reduzir os custos de captação se contassem com a garantia de um banco. Logo, os bancos passam a agir como *broker*, com os ganhos provenientes de comissões substituindo os rendimentos de juros. Foram proliferadas, a partir de então, as chamadas operações fora de balanço. São assim chamadas porque não são discriminadas nos balanços dos bancos, embora sobre eles exerçam efeitos indiretos, posto que geram rendas (HOWELLS E BAIN, 2001).

Deve-se salientar, ainda, que a introdução de inovações financeiras também se deu em contextos de baixa regulação ou de sua redução. Nestes casos, elas tiveram como causa principal a alta volatilidade financeira e/ou o avanço tecnológico, particularmente no âmbito das telecomunicações. Em relação ao primeiro fator, os anos 1970 e 1980, de maneira geral marcados por alta instabilidade macroeconômica, assistiram o desenvolvimento dos mercados de

derivativos e de empréstimos a taxas variáveis. Neste caso, as inovações tiveram como condicionante principal a necessidade de viabilizar mecanismos de defesa contra os riscos oriundos da instabilidade de preços-chave do sistema. Elas não teriam sido viabilizadas, contudo, sem a transferência de informações em tempo real, propiciada pelos avanços no campo das novas tecnologias de informação a partir dos anos 1960. Para uma discussão das inovações financeiras implementadas nos mercados internacionais nos anos 1970/80, ver Ferreira e Freitas (1990). No âmbito teórico, consultar Freitas (1997), para quem as inovações financeiras decorrem fundamentalmente da ânsia pela obtenção de lucros dos bancos e demais atores financeiros.

O quadro abaixo apresenta as principais causas, os resultados e as consequências das inovações financeiras segundo Howells e Bain (2001, p.277).

Quadro B1 – Inovações financeiras: causas, resultados e consequências

Causas	Resultados	Conseqüências
Regulação e desregulamentação	Mercados de eurodólares	Substitutos monetários
	Fundos Mútuos do Mercado Monetário	Novos instrumentos monetários
	Certificados de Depósitos	Contornar controles quantitativos
	Brecha da legislação	Elevação da taxa própria da moeda
	Atividade fora do balanço patrimonial	Taxa própria da moeda relacionada ao mercado
	Crescente concorrência	Administração de passivo
Volatilidade	Swaps	Redução de risco
	Opções	Demanda por empréstimo com menor elasticaide de juros
	Futuros	
	Concessão de empréstimo com taxa variável	
Tecnologia	Globalização	Economias em saldos monetários
	Mercados de 24 horas	Posições maiores de débito e crédito (queda na velocidade)
	Comércio de programa	Administração de Passivo
	Derivativos	
	Caixas automáticos	
	Transferências eletrônicas de fundos	
	Verificação de crédito	
	Intermediação mais barata	
	Entrada mais barata (mercados contestáveis)	

FONTE: Howells e Bain (2001, p. 277).

APÊNDICE C – Os balancetes consolidados dos bancos privados no Brasil

Os dados de balanço do conjunto de bancos comerciais no Brasil foram obtidos no Boletim do Banco Central do Brasil, publicação em que também são disponibilizados os dados de balanço dos bancos comerciais oficiais, dos bancos de investimento, entre outros.

A publicação dos dados dos balancetes dos bancos comerciais é interrompida em setembro de 1989, retomada em julho de 1991 e, a partir de 1994, disponibilizada apenas no suplemento estatístico do Boletim do Banco Central, cuja publicação é interrompida a partir de 1998 e os dados passam a ser divulgados na plataforma "Sistema Financeiro Nacional" do Banco Central, em sua página eletrônica na internet (www.bcb.gov.br), mas não a partir da mesma segmentação da publicação anterior (conjunto de bancos múltiplos oficiais, comerciais, etc.). A partir de julho de 1991, cumpre salientar, a publicação dos balancetes do sistema financeiro, além de reiniciada, passa a obedecer ao novo Plano Contábil das Instituições do SFN (COSIF), com dados retroativos a junho de 1988.

Diante disso, a comparabilidade entre os dados de balanço anteriores e posteriores ao novo plano contábil se mostra prejudicada, o que tornou a separação dos períodos conveniente (1971/88 e 1988/94). Por isso, um conjunto de tabelas apresenta a composição da estrutura patrimonial dos bancos comerciais privados no interregno dez.1971/jun.1988, antes do novo plano contábil, outro apresenta os dados dos bancos múltiplos privados no período dez.1988/dez.1996, agora em conformidade com o novo Plano Contábil.

Ademais, a partir de 1988, optou-se por compilar e analisar os dados dos bancos múltiplos privados, ao invés dos bancos comerciais privados, ante a decrescente importância destes últimos no sistema financeiro nacional a partir da alteração da legislação bancária em 1988. Há que se destacar, ainda, que a maior parte dos bancos comerciais antes 1988 já assumiam, na prática, a condição de bancos múltiplos, assumindo este status jurídico a partir de 1988/1989. Este fato, portanto, ratifica a análise dos dados de balanço dos bancos múltiplos privados a partir de dez.1988.

Por ter como objeto de análise os bancos privados, não selecionamos os dados dos demais segmentos de instituições financeiras. Uma compilação dos dados dos bancos de investimento, BNDES e bancos públicos e privados (comerciais e múltiplos) foi realizada por Hermann (2002), considerando-se as médias de sub-períodos no interregno 1968-97. Para os dados anuais,

contudo, faz-se necessária a consulta ao Boletim do Banco Central ou, a partir de 1995, ao site do Banco Central do Brasil na internet (www.bcb.gov.br).

Finalmente, cumpre destacar a observância de alguns erros diagnosticados pelo autor na publicação do Banco Central, alguns dos quais foram passíveis de correção. No suplemento estatístico do Boletim do Banco Central v.30, n.9, de setembro 1994, utilizado para a coleta dos dados de dez.1988 a jun.1993, os dados referentes à somatória das obrigações por haveres financeiros estão errados, o que implica diferença entre valor total do ativo e do passivo do conjunto de bancos comerciais privados. Depois de exaustiva conferência dos dados, realizada após a digitalização dos mesmos, verificou-se que no suplemento de março de 1995 (p.55-61) os dados estão corrigidos, tanto da coluna da somatória, quanto do passivo total.

Já no suplemento de março de 1998, por sua vez, utilizado para a coleta dos dados de dez.1994 a dez.1996, constatou-se um erro na coluna da somatória dos dados referentes à conta recursos próprios (passivo) para os períodos jun.1995 e jun.1996. Enquanto a somatória das sub-contas dos respectivos períodos totaliza R$ 30,106 bilhões e R$ 35,094 bilhões, na publicação do Banco Central totalizam R$ 30,102 bilhões e 35,114, respectivamente. Optou-se, neste caso, pela manutenção dos dados do Banco Central, ante o fato de a publicação deixar de ser publicada a partir de 1998 e de que tais valores permitem a igualdade entre o ativo e o passivo total do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil. No suplemento de dez.1997, constam os mesmos valores publicados no suplemento de mar.1998.

Em relação ao período dez.1993, o dado da conta haveres externos de curto prazo, do lado do ativo, consta o valor de CR$ 1.412.922 milhões. Este valor, contudo, quando somado aos valores das demais contas, não permite alcançar o valor presente no ativo total. No Suplemento de março de 1998, que traz a posição de dez.1993, aparece um novo valor (corrigido) nesta conta, de R$1.415.766 milhões, o qual permite se chegar ao valor do ativo total. Por esta razão, inclusive, optou-se por utilizar o suplemento de março de 1998 para a coleta dos dados de dez.1993.

No tocante aos dados do interregno dez.1971/jun.1988, foram constatados dois problemas, ambos do lado do passivo do conjunto de bancos comerciais privados. O primeiro, presente no Boletim do Banco Central de Nov.1982 (vol.18, n.11), consistiu na inversão dos valores referentes a dez.1971 e dez.1972 no total das operações cambiais (p.45). Ou seja,

enquanto nos referidos períodos deveriam constar, respectivamente, Cr$ 4.823 milhões e Cr$ 9.606 milhões, constam Cr$ 9.606 milhões e Cr$ 4.823 milhões. Contudo, na coluna referente à somatória geral de todas as contas, o passivo total, encontram-se os valores corretos, como se a inversão não houvesse ocorrido.

O outro problema encontrado diz respeito à somatória da conta recursos próprios, para o período dez.1980 e dez.1981. Enquanto a somatória das contas capital, reservas, outros e resultado – saldo líquido resulta em Cr$ 225.093 milhões e Cr$ 594.253 milhões para os períodos aludidos, respectivamente, no Boletim constam Cr$ 221.093 milhões e Cr$ 598.028 milhões. Contudo, estes últimos valores, quando somados às demais contas, permitiam a compatibilização do total do passivo com o total do ativo do conjunto de bancos comerciais privados, de Cr$ 2.153.858 milhões em dez.1980 e Cr$ 4.903.065 milhões em dez.1981. Depois de conferir insistentemente, o autor consultou números subsequentes do Boletim do Banco Central. Até o de nov.1983, o problema ainda persistia. No Boletim de outubro de 1984 (vol.20, n.10), contudo, o Banco Central corrigiu os valores das posições de dez.1980 e dez.1981. Por esta razão, apenas para estes dois períodos, já que para os demais (dez.1971 a dez.1979) os dados do Boletim de novembro de 1982, originalmente acessado, conferiam com os de outubro de 1984 – salvo o fato de neste último constar a coluna rendas a receber, do passivo, para todo o interregno dez.1971/dez.81. Não obstante, como se trata de uma conta residual e que nada altera os resultados, optou-se por se trabalhar com a estrutura presente no Boletim de novembro de 1982 para o período dez.1971/dez.1979.

APÊNDICE D – Indicadores de análise de balanço de bancos

Conforme discutido na primeira parte dessa tese, os bancos são instituições peculiares. A capacidade de emissão de dívidas contra si mesmo implica a assunção intermitente de uma postura financeira especulativa, com alta relação entre capital de terceiros e capital próprio. Por esta e por outras razões, estão sujeitos a diversos riscos, ainda que em momentos ruptura do sistema de pagamentos tais riscos tendam a ser socializados. Neste sentido, para a análise comportamento dos bancos, dos riscos e do grau de preferência pela liquidez assumidos por estas instituições ao longo do tempo, fez-se oportuna a análise de alguns indicadores adicionais aos que já fizemos referência na análise vertical e horizontal de balanço.

Contudo, cumpre destacar que a complexidade da atividade bancária e a parcialidade das informações de balanço, especialmente dos balancetes consolidados dos bancos publicados no Boletim do Banco Central antes do COSIF, impõem-nos interpretar de forma cautelosa os indicadores. Os riscos assumidos pelos bancos dependem de razões muitas vezes não explicitadas em seus balancetes. Conforme lembra Assaf Neto (2008, p.317) ao versar especificamente sobre os indicadores de análise do capital dos bancos: *"Duas instituições podem apresentar o mesmo índice patrimônio líquido ativo [...] mas a natureza e a qualidade das aplicações de uma podem diferenciar-se bastante da outra, assumindo riscos diferentes. [...]"*

Para os nossos propósitos, foram calculados os seguintes indicadores:

- ✓ **<u>Índices de solvência e liquidez</u>**: estes índices buscam basicamente revelar a capacidade de os bancos honrarem seus compromissos de curto prazo e, por extensão, assegurarem sua solvência. Foram calculados os seguintes índices:

- Encaixe voluntário: quociente entre encaixe voluntário e depósitos à vista, mostra a capacidade do banco fazer frente aos resgates de seus clientes. No numerador, pode-se considerar ainda as aplicações interfinanceiras, decorrendo o índice de "liquidez imediata". Contudo, os balanços do conjunto de bancos comerciais privados publicados no Boletim do Banco Central passam a apresentar a conta "aplicações interfinanceiras de liquidez" apenas a partir de dezembro de 1988, já em conformidade com o COSIF.

- Índice empréstimos/depósitos: razão entre operações de crédito e depósitos totais dos bancos. A partir de dez.1988, para o conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil (dados do Boletim do Banco Central), o numerador passa a corresponder ao saldo da conta operações de crédito e arrendamento mercantil, considerando-se os bancos múltiplos privados.

- Capital de giro próprio: calculado neste trabalho como a diferença entre o patrimônio líquido e o ativo permanente, dividido pelo ativo total. Mostra a parcela de recursos próprios do banco utilizada para financiar suas operações ativas.

- Participação dos empréstimos: quociente entre operações de crédito e o ativo total. Para os bancos múltiplos privados a partir de dez.1988, entre operações de crédito e arrendamento mercantil e ativo total.

✓ **Índices de capital e risco**: estes índices buscam apurar o volume de capital próprio dos bancos em relação ao total de contas selecionadas de seus ativos, além de mostrar o grau de risco assumido por estas instituições em dado instante. Para este propósito, foram calculados os seguintes índices:

- Independência financeira: razão entre patrimônio líquido e ativo total ajustado (ativo total menos o patrimônio líquido). Quando maior, mais elevado o grau de independência do banco em relação ao capital de terceiros.

- Alavancagem: quociente entre ativo total e patrimônio líquido. Mede a agressividade do banco, pois aponta o número de vezes que suas operações ativas corresponde aos seus recursos próprios. Quando maior, mais elevado é o grau especulativo assumido pelo banco ou pelo conjunto de bancos. No denominador, pode-se considerar o ativo total ajustado, ou seja, o ativo total menos o patrimônio líquido.

- Relação capital/depositantes: quociente entre o patrimônio líquido e os depósitos totais, mede basicamente o quão exposto o banco está ao risco de liquidez, pois mostra a participação do capital próprio no total de seus depósitos.

- Imobilização do capital próprio: razão entre o ativo permanente e o patrimônio líquido, mostra o quanto do capital próprio do banco do conjunto de bancos se encontra sob a forma de investimento, imobilizado e diferido.

- Índice de exposição em moeda estrangeira: razão entre obrigações e direitos em moeda estrangeira. Entre dez.1971/jun.1988, calculado pelo quociente entre a conta operações cambiais dos dois lados do balancete consolidado. Entre dez.1988/jun.1994, razão entre a soma das contas obrigações externas e operações cambiais e a soma das contas haveres externos e operações cambiais. Quando maior do que 1, indica que as obrigações são

superiores aos direitos em moeda estrangeira, com o banco assumindo um maior risco de desvalorização da taxa de câmbio.

- ✓ **<u>Índices de rentabilidade e lucratividade</u>**: medem a capacidade de geração de resultados dos bancos. Foram calculados os seguintes indicadores:

- Retorno sobre o patrimônio líquido ou *return on equity* (ROE): quociente entre resultado líquido e patrimônio líquido.
- Retorno sobre o ativo ou *return on assets* (ROA): razão entre o resultado líquido e o ativo total do banco ou do conjunto de bancos.

APÊNDICE E – Panorama geral da economia brasileira nos anos 1980 e início dos 1990

A década de 1980 entrou para a história como a "década perdida", com o legado de uma taxa média de crescimento de 3,02% ao ano, ante 8,8% ao ano na década de 1970; uma dívida externa bruta de US$ 115,51 bilhões em 1989, ante US$ 6,24 bilhões em 1970; instabilidade monetária crônica e fracassos sucessivos de nada menos do que cinco planos de estabilização monetária – Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Color I (1990) e Plano Collor II (1991). Não menos importante, o ajuste do setor privado (empresas e bancos) patrocinado pelo Estado impôs restrições fiscais agudas e de difícil superação – apenas parcialmente resolvidas com o sequestro e a sub-remuneração de ativos financeiros empenhados pelo Plano Collor I.

Sob efeito de uma crise aguda do balanço de pagamentos, e com os fluxos dos empréstimos externos voluntários interrompidos, o recurso ao FMI significou a implementação de uma agenda de política econômica que privilegiou o pagamento dos encargos da dívida externa, com efeitos negativos sobre a renda e o emprego. A geração de elevados superávits comerciais não permitia a superação do estado de anomia monetária e financeira da economia brasileira, pois sua totalidade era drenada pelo pagamento de juros da dívida externa. Sem contar com o recurso da âncora cambial, ante o baixo nível de reservas internacionais, bem como com as lições que seriam obtidas com o fracasso das iniciativas de estabilização monetária, os planos de estabilização implementados carregavam em si os elementos de seu próprio fracasso. Em fevereiro de 1987, já consagrado o insucesso do Plano Cruzado, o governo brasileiro anunciaria a moratória da dívida externa, de modo a interromper a perda de reservas e renegociar os termos do débito.

Daí em diante, até o Plano Real seriam tentados mais três planos de estabilização monetária, sendo o último o mais radical, o Plano Collor. Visando reduzir a transformação de ativos não-monetários em consumo, um dos motivos do insucesso do Plano Cruzado, o plano sequestrou os ativos financeiros dos atores econômicos, além de uma série de outras medidas. A contração da liquidez do sistema implicou uma aguda recessão na economia brasileira em 1990, com o PIB registrado queda de 4,35% e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) recuando nada menos do que 9,75%. A partir de 1992, na esteira do processo de reestruturação da dívida externa (Plano *Brady*), os capitais externos voltam a fluir para o Brasil, o que contribuiria decisivamente para o sucesso do plano de estabilização monetária de 1994.

Em resumo, a década de 1980 e o início dos anos 1990 foram marcadas por uma instabilidade crônica, que condicionou decisivamente o comportamento dos atores econômicos em direção à liquidez e, por extensão, prejudicando o investimento na produção. Para um tratamento mais aprofundado sobre este período da economia brasileira, ver Hermann (2005b), Castro (2005a; 2005b), Gremaud et al. (2004, p.410-458), Baer (1996, p.104-215), Belluzzo e Almeida (2002), Carneiro e Modiano (1989) e Modiano (1989).

APÊNDICE F – Concentração e conglomeração do SFN nos anos 1970/80

A despeito do modelo de segmentação do sistema financeiro adotado na reforma bancária dos anos 1960, o recrudescimento da inflação e a consequente redução da participação dos haveres monetários no total de haveres financeiros na economia brasileira condicionou a um crescimento vertical (concentração) e horizontal (conglomeração) do sistema bancário nacional. Em relação ao primeiro fenômeno, os bancos comerciais buscavam a obtenção de ganhos de escala e aumento do poder de mercado, e contavam para isso com incentivos governamentais explícitos. Acreditava-se que a concentração contribuiria para reduzir o custo do crédito, além de possibilitar à autoridade monetária maior controle sobre o sistema bancário, além de viabilizar o aprofundamento do *open-market* – que até então funcionava apenas parcialmente no que tange os objetivos de expansão e contração de liquidez do sistema –, de um lado, e o financiamento de grandes projetos de investimento, de outro.

Paradoxalmente, com o processo de F&A os bancos privados buscavam escapar das restrições impostas pela autoridade monetária, particularmente no que concerte aos limites impostos para o crescimento da rede de agências. Com efeito, de um total de 312 bancos comerciais privados em 1964, restaram apenas 77 instituições em 1988. Macarini (2007, p.350) registra que apenas entre 1968-74 a quantidade de bancos comerciais privados nacionais caiu de 188 para 72 - decorrente basicamente de aquisições. Considerando o sistema bancário comercial como um todo, por seu turno, o número de bancos caiu de 336 para 106 entre 1964 e 1988 (ABDULMACIH, 2000; PAULA, 1997). Já em 1972, os treze maiores bancos comerciais privados pelo critério dos depósitos totais, equivalente a 13,4% do total destas instituições, detinham 58,9% dos depósitos, contra apenas 1,8% dos 36 menores, equivalente a 37,1% do total de 97 instituições (VISÃO, 1973, p.393). Em 1977, os cinco maiores bancos privados detinham 44% dos depósitos totais (MACARINI, 2007, p.351). Já no fim dos anos 1970, afirmava Gazeta Mercantil (1979, p.315-316):

> Depois de catorze anos, o modelo [de segmentação do SFN implantado nos anos 1960], teoricamente, ainda é o mesmo, mas, na prática, deixou de existir. Dentro de um processo natural de concentração, o modelo criou as bases para o surgimento dos atuais conglomerados, cada um deles tendo como carro-chefe o seu banco comercial. Eles derrubaram as paredes divisórias e fizeram do mercado uma compartimentação apenas ideal para suas empresas.
> [...] Tornando praticamente morto o princípio da compartimentação do mercado financeiro, ao transformarem seus bancos de investimento, financeiras, sociedades de crédito imobiliário e suas empresas de "leasing" em simples compartimentos de um banco comercial, com caixa única para todo o fluxo diário das várias instituições e empresas do grupo, resta, agora, aos banqueiros, apenas uma dúvida: manter uma

> compartimentação apenas formal, e na prática inexistente, ou extinguir juridicamente suas controladas, partindo para o banco múltiplo, que, na realidade, cada um já é.

Já com o processo de conglomeração financeira, intimamente relacionado ao anterior, os bancos comerciais privados buscaram diversificar suas atividades no SFN, ampliando o raio de ação nos processos de captação e aplicação de recursos, ante a redução da participação dos haveres monetários no total de haveres financeiros da economia brasileira, de um lado, e as oportunidades de lucro que se apresentavam nos demais segmentos do SFN – com destaque às financeiras –, de outro. Mediante a constituição de empresas independentes controladas geralmente pelos grandes bancos comerciais ou a eles associadas, a formação de conglomerados financeiros caminhava na contramão do modelo de segmentação e especialização adotado nos anos 1960, que impunha uma estrutura rígida de vinculação entre a captação de recursos e sua destinação.

Com o tempo, a conglomeração financeira significou, pois, a constituição de bancos universais em uma estrutura institucional de segmentação e especialização do SFN, haja vista que os conglomerados financeiros já atuavam na prática como bancos múltiplos no Brasil. O processo de conglomeração, cumpre salientar, não ficou restrito ao setor financeiro: na ânsia de potencializar a diversificação de suas fontes de receitas e, por extensão, valorizar e acumular riqueza sob a forma monetária, os bancos comerciais privados constituíram as chamadas holdings financeiras, estendendo suas atividades para o setor produtivo e, assim, intensificando o processo de diversificação patrimonial (HERMANN, 2002, p.9; CARVALHO, 2005; FUNDAP, 1993).

Conforme observa Macarini (2007), o processo de conglomeração também respondia aos incentivos do governo militar, particularmente a partir de 1967 (governo Médici). Com esse processo, almejava-se estruturar uma articulação entre os bancos e a indústria, em dissonância com a segmentação intencionada pelo governo Castello Branco (1964-67) para o setor. Intentou-se, assim, alçar a empresa de capital nacional privado (o pé fraco do tripé) ao nível semelhante das empresas estatais e de capital estrangeiro, com a política bancária constituindo papel de destaque na estratégia de desenvolvimento no interregno 1967-73. De acordo com Macarini (2007), contudo, o projeto, contudo, pode ser considerado fracassado já em 1974, particularmente no que se refere à intencionada integração banco-indústria, quando o governo Geisel o deixa de lado e passa a fazer uso de outras estratégias para o fortalecimento das empresas de capital nacional.

Na segunda metade dos anos 1980, observa-se uma nova rodada de diversificação dos bancos em direção às atividades não-financeiras, mas agora delineada a partir de uma estratégia de reação dessas instituições ao quadro de instabilidade crônica, ao invés de meramente defensiva. Com isso, os bancos buscaram diversificar suas fontes de receitas, tornando-se menos expostos às oscilações da conjuntura.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a alteração da legislação bancária de 1988 significou uma adaptação jurídica ao novo arcabouço institucional que resultou do processo de conglomeração desencadeado a partir da segunda metade dos anos 1960, intensificado ao longo das duas décadas seguintes. Por isso, diz acertadamente Abdulmacih (2000, p.38) que com a mini-reforma de 1988, que possibilitou a condensação do conglomerado financeiro num único banco, *"[...] O marco legal foi adaptado à realidade institucional, pois os grandes conglomerados já atuavam como bancos múltiplos, embora com empresas de personalidade jurídica e contabilidade própria para cada tipo de segmento."*

Para uma análise dos processos de concentração e conglomeração financeira, além das referências já citadas, ver Tavares e Carvalheiro (1985), Fundap (1993) e Teixeira (1988).

APÊNDICE G – Algumas parceiras realizadas pelos grandes bancos privados no Brasil no período recente

Para darem curso à expansão do crédito a partir de 2003/2004, os grandes bancos privados realizaram uma série de parcerias e aquisições com pequenas e médias instituições com atuação no nicho de crédito às pessoas físicas. O Banco Bradesco, em particular, realizou diversas operações dessa natureza, incluindo as aquisições dos bancos Zogbi, Morada e BMC em nov.03, abr. 2005 e jan.07, respectivamente, bem como diversas parcerias entre 2003/06 com outros bancos de nicho e grandes redes de varejo - com destaque às Casas Bahia (nov.04), Lojas Salfer (dez.04), supermercado Comper (mar.05), Lojas Colombo (ago.05) e GBarbosa (jun.06). Também realizou parcerias de cessão de crédito com os grupos Eletrozema, Ponte Irmãos e Dismar em 2005.

O Itaú, por sua vez, depois da aquisição de instituições com atuação no segmento de financiamento de veículos, como Fináustria e Banco Fiat em 2002, passou a atuar de forma mais incisiva no âmbito do crédito ao consumo mediante o estabelecimento de uma série de parcerias com grandes redes varejistas, com destaque aos acordos realizados com a Companhia Brasileira de Distribuição (CBD, do Grupo Pão de Açúcar) em julho de 2004 e com as Lojas Americanas em fevereiro de 2005 – maior rede varejista do país –, além da cessão da carteira de crédito do banco Intercap (dez.04) e da parceria com o Banco BMG (dez.04) – neste último caso, visando o segmento de crédito em consignação. Tais aquisições e parcerias, cumpre registrar, potenciaram a atuação dos braços financeiros dos grupos Bradesco e Itaú, a saber, Finasa e Taií, oferecendo-lhes uma posição de destaque no segmento de crédito às pessoas físicas, nas mais diferentes modalidades.

O Unibanco, o HSBC e o ABN não passaram ao largo desse processo de atuação mais efetiva no segmento de crédito massificado. O HSBC, além da aquisição da disputada Losango em 2003 e da financeira do Banco Indusval Multistock em agosto de 2004, realizou parcerias com a financeira Cifra em dezembro de 2004, do Banco Schahin, com foco em crédito consignado, e adquiriu a CrediMatone, segmento de crédito pessoal do Banco Matone – além da realização, com este último, de acordo operacional para o financiamento de operações de crédito consignado para aposentados e beneficiários do INSS em março de 2005. Não menos importante, estabeleceu parceria, a partir de sua financeira Losango, com a Associação dos Comerciantes de Material de Construção (Acomac), bem como com a Associação Comercial e Industrial de Teresópolis (Aciat), ambas em setembro de 2004. Realizou, ademais, acordo com a rede de eletro-eletrônicos Panashop/Best Mix para financiar as compras dos consumidores das duas

bandeiras, além de contar com mais de 15 mil parcerias entre sua financeira Losango e grandes e médias redes varejistas.

O Unibanco, depois de estabelecida a parceria com a rede Magazine Luiza em setembro de 2001, robusteceu a atuação de sua financeira, a Fininvest, mediante a aquisição da Creditec em nov.03, do Grupo BMC, e da administradora de cartões da rede Bompreço em mar.04, a Hipercard. Realizou, também, importantes parcerias com as redes de hipermercado Sonae, em agosto de 2004, e Wall Mart, em fevereiro de 2005. Finalmente, o ABN AMRO aumentou a posição no segmento de crédito consignado mediante parceria válida por três anos com o Banco Cacique, em março de 2005, adquirindo contratos de crédito pessoal consignados com desconto em folha de pagamento de aposentados e pensionistas do INSS, além de potenciar a atuação de seu braço financeiro, a Aymoré Financiamentos.

ANEXO A – Dados em R$ constantes e indicadores utilizados

Tabela A1: Contas do ativo do conjunto de bancos comerciais privados no Brasil em % do ativo total (dez.1971/jun.1988)

Período	Enxaixe			Banco Central: Depósitos em Moeda Estrangeira (DME)	Operações cambiais	Total DME + Operações cambiais	Operações de crédito*	Títulos e Valores Mobiliários								
								Títulos públicos					Títulos Privados			
	Encaixe voluntário	Reserva bancária	Total					ORTN	LTN	LBC	Estaduais e municipais	Total	Ações	CDB	Letras de câmbio	Letras Imobiliárias
dez.1971	6,83	11,94	18,77	-	5,06	5,06	61,05	0,21	-	-	0,00	0,22	2,13	-	-	-
dez.1972	7,14	10,57	17,71	-	6,10	6,10	59,11	0,16	-	-	0,00	0,16	2,25	-	-	-
dez.1973	7,77	11,90	19,68	-	6,61	6,61	59,97	0,11	-	-	0,05	0,16	2,34	-	-	-
dez.1974	7,06	9,32	16,39	0,07	8,06	8,13	61,88	0,15	-	-	0,06	0,21	2,19	-	-	-
dez.1975	6,14	8,43	14,57	0,08	5,57	5,66	65,32	0,69	-	-	0,17	0,86	2,14	-	-	-
dez.1976	7,61	11,48	19,09	0,19	5,62	5,81	61,73	0,24	0,39	-	0,25	0,88	1,92	0,05	0,04	0,00
dez.1977	5,53	13,68	19,21	0,77	7,95	8,73	60,28	0,19	0,35	-	0,12	0,66	2,01	0,11	0,03	0,00
dez.1978	5,29	11,44	16,73	1,60	11,54	13,15	56,25	0,19	0,32	-	0,13	0,63	0,76	0,00	0,01	0,00
dez.1979	3,95	9,60	13,55	2,80	14,70	17,49	54,28	0,78	0,82	-	0,43	2,04	0,00	0,52	0,56	0,00
Média	**6,37**	**10,93**	**17,30**	**0,92**	**7,91**	**8,53**	**59,99**	**0,30**	**0,47**	-	**0,14**	**0,65**	**1,75**	**0,17**	**0,16**	**0,00**
dez.1980	3,23	8,64	11,87	1,62	14,51	16,13	52,09	4,85	0,54	-	0,46	5,85	0,02	1,11	0,63	0,00
dez.1981	4,03	5,90	9,93	2,90	15,92	18,83	48,63	4,53	1,71	-	0,63	6,87	0,09	1,30	0,60	0,00
dez.1982	2,05	6,01	8,05	2,75	14,71	17,46	46,69	7,96	0,41	-	1,03	9,40	0,00	2,26	0,63	0,01
dez.1983	0,43	3,89	4,32	9,24	22,86	32,09	40,26	5,47	0,18	-	0,54	6,19	0,04	1,35	0,13	0,01
dez.1984	0,66	6,00	6,66	7,44	20,90	28,34	42,21	4,93	0,10	-	0,39	5,42	0,02	0,65	0,15	0,00
dez.1985	1,14	5,09	6,23	6,36	12,13	18,49	50,15	7,26	0,13	-	0,13	7,53	0,00	2,07	0,27	0,00
dez.1986	0,87	11,70	12,57	2,25	7,55	9,80	57,56	1,47	0,08	-	0,10	1,66	0,00	0,68	0,13	0,00
dez.1987	0,51	5,62	6,13	1,39	8,80	10,19	42,21	0,88	0,00	22,70	0,08	23,66	0,00	3,84	0,20	0,00
jun.1988	0,56	2,92	3,47	1,32	8,58	9,90	43,58	0,44	0,38	11,09	0,55	12,46	0,03	2,03	0,08	0,00
Média	**1,50**	**6,20**	**7,69**	**3,92**	**14,00**	**17,91**	**47,04**	**4,20**	**0,39**	**16,90**	**0,43**	**8,78**	**0,02**	**1,70**	**0,31**	**0,00**

Tabela A1 (continuação): Contas do ativo do conjunto de bancos comerciais privados no Brasil em % do ativo total (dez.1971/jun.1988)

Periodo	Títulos e Valores Mobiliários (continuação)						Permanente				Rendas a receber	Outras contas	Total do ativo
	Títulos Privados			Total Geral	Provisão para desvalorização	Total Efetivo	Investimento*	Imobilizado*	Diferido*	Total Efetivo			
	Debêntures	Outros	Total										
dez.1971	-	0,53	2,66	2,88	0,00	2,88	0,00	5,88	0,00	5,88	0,00	6,36	100,00
dez.1972	-	0,43	2,68	2,84	0,00	2,84	0,00	5,11	0,00	5,11	0,00	9,12	100,00
dez.1973	-	0,27	2,61	2,78	0,00	2,78	0,00	4,40	0,00	4,40	0,00	6,56	100,00
dez.1974	-	1,70	3,89	4,10	0,00	4,10	0,00	4,27	0,00	4,27	0,00	5,22	100,00
dez.1975	-	2,42	4,56	5,42	0,00	5,42	0,00	4,51	0,00	4,51	0,00	4,52	100,00
dez.1976	-	2,93	4,95	5,83	0,00	5,83	0,00	4,05	0,00	4,05	0,00	3,49	100,00
dez.1977	-	1,48	3,64	4,30	0,00	4,30	0,00	4,43	0,00	4,43	0,00	3,06	100,00
dez.1978	-	2,09	2,86	3,50	0,00	3,50	2,49	5,01	0,00	7,50	0,00	2,88	100,00
dez.1979	-	0,06	1,15	3,18	0,00	3,18	3,71	4,10	0,46	8,27	0,00	3,23	100,00
Média	-	**1,32**	**3,22**	**3,87**	**0,00**	**3,87**	**0,69**	**4,64**	**0,05**	**5,38**	**0,00**	**4,94**	**100,00**
dez.1980	-	0,23	1,98	7,84	0,01	7,83	3,86	4,17	0,40	8,43	1,66	1,99	100,00
dez.1981	-	0,37	2,37	9,24	0,01	9,23	4,81	4,32	0,48	9,61	2,83	0,94	100,00
dez.1982	1,28	0,09	4,27	13,68	0,00	13,68	6,13	4,78	0,59	11,50	3,51	-0,89	100,00
dez.1983	1,16	0,10	2,78	8,97	0,15	8,83	5,78	4,09	0,54	10,41	4,27	-0,18	100,00
dez.1984	0,92	0,07	1,81	7,23	0,44	6,79	6,19	4,34	0,58	11,11	5,01	-0,12	100,00
dez.1985	0,77	0,00	3,11	10,63	0,84	9,80	7,11	5,30	0,84	13,25	5,07	-2,99	100,00
dez.1986	0,38	6,98	8,17	9,83	0,11	9,71	6,68	4,32	0,58	11,58	1,65	-2,89	100,00
dez.1987	0,28	0,09	4,41	28,07	0,16	27,92	8,09	4,66	0,61	13,36	0,87	-0,67	100,00
jun.1988	0,33	13,84	16,31	28,77	0,21	28,56	8,31	4,69	0,60	13,61	0,71	0,18	100,00
Média	**0,73**	**2,42**	**5,02**	**13,81**	**0,21**	**13,59**	**6,33**	**4,52**	**0,58**	**11,43**	**2,84**	**-0,51**	**100,00**

FONTE: Dez.1971 a dez.1979, Boletim do Banco Central (nov.1982); dez.1980 e dez.1981, Boletim do Banco Central (out.1984); dez.1982 a dez.1984, Boletim do Banco Central (out.1986); dez.1985 a jun.1988, Boletim do Banco Central (nov.1988). Elaboração do autor.

* Referem-se aos saldos efetivos. No caso das operações de crédito, entre 1971/82, saldo total menos rendas a apropriar de operações de crédito. Entre 1983/88, dedução adicional do saldo da conta "créditos em liquidação". No caso das contas do ativo permanente, valor de cada conta deduzido da provisão para desvalorização.

Tabela A2: Contas do ativo do conjunto de bancos comerciais privados no Brasil em R$ milhões constantes de dez.2007 (dez.1971/jun.1988)

Período	Enxaixe			Banco Central: Depósitos em Moeda Estrangeira (DME)	Operações cambiais	Total DME + Operações cambiais	Operações de crédito*	Títulos e Valores Mobiliários								
								Títulos públicos					Títulos Privados			
	Encaixe voluntário	Reserva bancária	Total					ORTN	LTN	LBC	Estaduais e municipais	Total	Ações	CDB	Letras de câmbio	Letras Imobiliárias
dez.1971	8.084,7	14.133,8	22.218,4	-	5.985,8	5.985,8	72.263,9	253,4	-	-	5,8	259,1	2.522,1	-	-	-
dez.1972	11.031,8	16.326,3	27.358,1	-	9.429,5	9.429,5	91.302,2	248,8	-	-	2,5	251,3	3.473,3	-	-	-
dez.1973	14.231,1	21.787,0	36.018,2	-	12.092,9	12.092,9	109.783,6	200,3	-	-	96,9	297,2	4.289,4	-	-	-
dez.1974	13.131,4	17.332,5	30.463,9	128,0	14.987,9	15.115,9	115.033,0	283,3	-	-	115,2	398,5	4.073,1	-	-	-
dez.1975	12.334,2	16.938,0	29.272,3	169,5	11.193,5	11.363,0	131.217,3	1.391,9	-	-	339,0	1.730,9	4.306,9	-	-	-
dez.1976	16.403,8	24.750,8	41.154,7	404,4	12.120,8	12.525,2	133.091,8	520,3	840,9	-	534,6	1.895,8	4.142,6	117,6	91,4	0,0
dez.1977	13.306,2	32.909,1	46.215,3	1.858,0	19.137,3	20.995,2	145.054,2	448,0	851,6	-	285,3	1.584,9	4.842,4	273,1	67,1	6,1
dez.1978	15.274,5	33.040,7	48.315,2	4.627,7	33.339,4	37.967,1	162.462,5	538,1	910,4	-	380,1	1.828,6	2.191,8	13,4	31,2	0,0
dez.1979	11.551,9	28.040,4	39.592,3	8.171,2	42.937,9	51.109,1	158.588,9	2.292,2	2.406,7	-	1.253,4	5.952,3	12,2	1.527,2	1.641,5	0,0
Média	**12.816,63**	**22.806,53**	**35.623,15**	**2.559,79**	**17.913,88**	**19.620,41**	**124.310,84**	**686,24**	**1.252,39**	**-**	**334,76**	**1.577,61**	**3.317,08**	**482,83**	**457,78**	**1,52**
dez.1980	8.089,9	21.614,8	29.704,7	4.065,6	36.305,9	40.371,5	130.334,7	12.146,3	1.343,1	-	1.151,3	14.640,6	46,2	2.780,4	1.573,9	0,8
dez.1981	11.871,5	17.404,2	29.275,7	8.561,8	46.958,1	55.519,9	143.419,3	13.371,3	5.031,1	-	1.848,9	20.251,3	279,4	3.827,7	1.779,6	5,5
dez.1982	6.228,0	18.266,9	24.494,9	8.373,6	44.728,5	53.102,1	141.992,9	24.196,9	1.251,6	-	3.128,9	28.577,4	0,0	6.883,6	1.907,1	29,8
dez.1983	1.341,5	12.121,2	13.462,7	28.755,5	71.155,7	99.911,2	125.332,2	17.036,7	555,8	-	1.676,8	19.269,3	115,0	4.206,5	402,4	19,2
dez.1984	2.109,9	19.030,1	21.139,9	23.596,0	66.334,5	89.930,5	133.962,2	15.650,8	328,5	-	1.236,9	17.216,1	53,3	2.068,4	482,3	3,0
dez.1985	3.103,9	13.799,3	16.903,1	17.260,8	32.883,5	50.144,3	136.012,7	19.702,4	348,8	-	358,5	20.409,7	3,5	5.602,9	732,0	0,9
dez.1986	3.161,7	42.632,7	45.794,4	8.200,5	27.515,9	35.716,4	209.713,8	5.368,3	296,4	-	370,8	6.035,6	13,9	2.483,8	473,0	1,1
dez.1987	1.535,3	16.924,5	18.459,8	4.181,2	26.494,5	30.675,7	127.050,0	2.657,4	0,0	68.318,5	247,1	71.223,0	2,3	11.556,8	606,0	9,4
jun.1988	1.521,1	7.987,3	9.508,5	3.602,4	23.495,3	27.097,7	119.350,9	1.196,4	1.028,3	30.382,2	1.517,4	34.124,3	76,6	5.556,6	224,3	0,0
Média	**4.329,20**	**18.864,54**	**23.193,74**	**11.844,15**	**41.763,54**	**53.607,69**	**140.796,52**	**12.369,62**	**1.131,49**	**49.350,36**	**1.281,85**	**25.749,70**	**65,57**	**4.996,30**	**908,97**	**7,73**

Tabela A2 (continuação): Contas do ativo do conjunto de bancos comerciais privados no Brasil em R$ milhões constantes de dez.2007 (dez.1971/jun.1988)

Periodo	Títulos e Valores Mobiliários (continuação)						Permanente				Rendas a receber	Outras contas	Total do ativo
	Títulos Privados			Total Geral	Provisão para desvalorização	Total Efetivo	Investimento*	Imobilizado*	Diferido*	Total Efetivo			
	Debêntures	Outros	Total										
dez.1971	-	627,7	3.149,8	3.408,9	0,0	3.408,9	0,0	6.961,8	0,0	6.961,8	0,0	7.529,0	118.367,8
dez.1972	-	666,8	4.140,0	4.391,3	0,0	4.391,3	0,0	7.889,5	0,0	7.889,5	0,0	14.087,1	154.457,6
dez.1973	-	497,4	4.786,8	5.083,9	0,0	5.083,9	0,0	8.061,9	0,0	8.061,9	0,0	12.011,1	183.051,6
dez.1974	-	3.157,6	7.230,7	7.629,2	0,0	7.629,2	0,0	7.942,9	0,0	7.942,9	0,0	9.700,1	185.885,0
dez.1975	-	4.853,8	9.160,7	10.891,6	0,0	10.891,6	0,0	9.054,2	0,0	9.054,2	0,0	9.071,6	200.869,9
dez.1976	-	6.315,9	10.667,4	12.563,2	0,0	12.563,2	0,0	8.734,4	0,0	8.734,4	0,0	7.523,0	215.592,4
dez.1977	-	3.565,9	8.754,6	10.339,4	0,0	10.339,4	0,0	10.656,4	0,0	10.656,4	0,0	7.354,4	240.614,9
dez.1978	-	6.030,7	8.267,1	10.095,7	0,0	10.095,7	7.193,9	14.477,5	0,0	21.671,5	0,0	8.304,3	288.816,4
dez.1979	-	169,0	3.350,0	9.302,3	5,4	9.296,9	10.841,0	11.975,0	1.336,2	24.152,1	0,0	9.424,6	292.164,0
Média	-	**2.876,09**	**6.611,89**	**8.189,50**	**0,60**	**8.188,91**	**2.003,88**	**9.528,18**	**148,47**	**11.680,53**	**0,00**	**9.445,02**	**208.868,86**
dez.1980	-	564,0	4.965,4	19.606,0	17,1	19.588,9	9.666,4	10.428,7	993,0	21.088,1	4.145,6	4.982,5	250.215,9
dez.1981	-	1.092,8	6.984,9	27.236,2	20,4	27.215,9	14.192,2	12.741,2	1.414,6	28.348,0	8.345,6	2.776,8	294.901,1
dez.1982	3.903,7	268,2	12.992,4	41.599,6	0,0	41.599,6	18.654,3	14.542,0	1.787,9	34.984,2	10.668,1	-2.711,7	304.100,1
dez.1983	3.622,0	297,0	8.662,1	27.941,0	459,9	27.481,1	18.004,5	12.724,9	1.667,3	32.396,6	13.280,6	-546,2	311.327,8
dez.1984	2.914,7	221,9	5.743,6	22.959,8	1.399,7	21.560,1	19.636,7	13.786,5	1.846,5	35.269,7	15.887,5	-393,6	317.356,4
dez.1985	2.075,1	9,7	8.424,2	28.833,9	2.267,6	26.566,2	19.294,4	14.369,7	2.265,9	35.930,0	13.741,9	-8.098,4	271.199,8
dez.1986	1.372,5	25.413,6	29.757,9	35.793,4	405,6	35.387,8	24.323,7	15.740,7	2.124,2	42.188,6	6.024,3	-10.516,2	364.309,1
dez.1987	837,4	270,7	13.282,7	84.505,7	469,5	84.036,2	24.338,8	14.041,2	1.821,8	40.201,8	2.619,2	-2.019,8	301.022,9
jun.1988	894,3	37.904,4	44.656,1	78.780,4	566,0	78.214,4	22.755,5	12.856,2	1.646,3	37.258,0	1.931,4	483,9	273.844,8
Média	**2.231,39**	**7.338,05**	**15.052,15**	**40.806,22**	**622,86**	**40.183,36**	**18.985,16**	**13.470,11**	**1.729,73**	**34.185,00**	**8.516,01**	**-1.782,52**	**298.697,56**

FONTE: Dez.1971 a dez.1979, Boletim do Banco Central (nov.1982); dez.1980 e dez.1981, Boletim do Banco Central (out.1984); dez.1982 a dez.1984, Boletim do Banco Central (out.1986); dez.1985 a jun.1988, Boletim do Banco Central (nov.1988). Elaboração do autor. Deflator: IGP-DI, fim de periodo.

* Referem-se aos saldos efetivos. No caso das operações de crédito, entre 1971/82, saldo total menos rendas a apropriar de operações de crédito. Entre 1983/88, dedução adicional do saldo da conta "créditos em liquidação". No caso das contas do ativo permanente, valor de cada conta deduzido da provisão para desvalorização.

Tabela A3: Contas do ativo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil, variação % real em relação ao período imediatamente anterior (dez.1971/jun.1988)

Período	Enxaixe			Banco Central: Depósitos em Moeda Estrangeira (DME)	Operações cambiais	Total DME + Operações cambiais	Operações de crédito*	Títulos e Valores Mobiliários								
								Títulos públicos					Títulos Privados			
	Encaixe voluntário	Reserva bancária	Total					ORTN	LTN	LBC	Estaduais e municipais	Total	Ações	CDB	Letras de câmbio	Letras Imobiliárias
dez.1971	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez.1972	36,45	15,51	23,13	-	57,53	57,53	26,35	-1,80	-	-	-56,79	-3,02	37,71	-	-	-
dez.1973	29,00	33,45	31,65	-	28,25	28,25	20,24	-19,51	-	-	3.794,62	18,25	23,50	-	-	-
dez.1974	-7,73	-20,45	-15,42	-	23,94	23,94	4,78	41,46	-	-	18,92	34,11	-5,04	-	-	-
dez.1975	-6,07	-2,28	-3,91	32,39	-25,32	-24,83	14,07	391,37	-	-	194,20	334,36	5,74	-	-	-
dez.1976	32,99	46,13	40,59	138,56	8,28	10,23	1,43	-62,62	-	-	57,71	9,52	-3,81	-	-	-
dez.1977	-18,88	32,96	12,30	359,47	57,89	67,62	8,99	-13,88	1,27	-	-46,64	-16,40	16,89	132,24	-26,61	-
dez.1978	14,79	0,40	4,54	149,08	74,21	80,84	12,00	20,10	6,91	-	33,23	15,38	-54,74	-95,09	-53,52	-100,00
dez.1979	-24,37	-15,13	-18,05	76,57	28,79	34,61	-2,38	325,98	164,36	-	229,77	225,52	-99,44	11.280,21	5.166,53	-
dez.1980	-29,97	-22,92	-24,97	-50,24	-15,45	37,52	-17,82	429,90	-44,20	-	-8,15	145,96	278,62	82,06	-4,12	-
dez.1981	46,74	-19,48	-1,44	110,59	29,34	-4,35	10,04	10,09	274,60	-	60,60	38,32	504,21	37,66	13,07	573,32
dez.1982	-47,54	4,96	-16,33	-2,20	-4,75	88,15	-0,99	80,96	-75,12	-	69,23	41,11	-100,00	79,84	7,17	444,24
dez.1983	-78,46	-33,64	-45,04	243,41	59,08	-9,99	-11,73	-29,59	-55,60	-	-46,41	-32,57	-	-38,89	-78,90	-35,69
dez.1984	57,28	57,00	57,03	-17,94	-6,78	-44,24	6,89	-8,14	-40,90	-	-26,24	-10,66	-53,68	-50,83	19,85	-84,56
dez.1985	47,11	-27,49	-20,04	-26,85	-50,43	-28,77	1,53	25,89	6,19	-	-71,02	18,55	-93,37	170,88	51,77	-70,16
dez.1986	1,86	208,95	170,92	-52,49	-16,32	-14,11	54,19	-72,75	-15,01	-	3,43	-70,43	293,86	-55,67	-35,39	21,19
dez.1987	-51,44	-60,30	-59,69	-49,01	-3,71	-11,66	-39,42	-50,50	-100,00	-	-33,37	1.080,05	-83,60	365,29	28,11	782,07
jun.1988	-0,92	-52,81	-48,49	-13,84	-11,32	-100,00	-6,06	-54,98	-	-55,53	514,13	-52,09	3.256,24	-51,92	-62,99	-100,00
Média (1980/88) / Média 1971/79)	**-66,22**	**-17,28**	**-34,89**	**362,70**	**133,14**	**173,22**	**13,26**	-	**-9,65**	-	**282,92**	**1.532,19**	**-98,02**	**934,80**	**98,56**	**407,49**

Tabela A3 (continuação): Contas do ativo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil, variação % real em relação ao período imediatamente anterior (dez.1971/jun.1988)

Período	Títulos e Valores Mobiliários (continuação)						Permanente				Rendas a receber	Outras contas	Total do ativo
	Títulos Privados			Total Geral	Provisão para desvalorização	Total Efetivo	Investimento*	Imobilizado*	Diferido*	Total Efetivo			
	Debêntures	Outros	Total										
dez.1971	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez.1972	-	6,23	31,44	28,82	-	28,82	-	13,32	-	13,32	-	87,10	30,49
dez.1973	-	-25,40	15,62	15,77	-	15,77	-	2,19	-	2,19	-	-14,74	18,51
dez.1974	-	534,81	51,06	50,06	-	50,06	-	-1,48	-	-1,48	-	-19,24	1,55
dez.1975	-	53,72	26,69	42,76	-	42,76	-	13,99	-	13,99	-	-6,48	8,06
dez.1976	-	30,12	16,45	15,35	-	15,35	-	-3,53	-	-3,53	-	-17,07	7,33
dez.1977	-	-43,54	-17,93	-17,70	-	-17,70	-	22,00	-	22,00	-	-2,24	11,61
dez.1978	-	69,12	-5,57	-2,36	-	-2,36	-	35,86	-	103,37	-	12,92	20,03
dez.1979	-	-97,20	-59,48	-7,86	-	-7,91	50,70	-17,29	-	11,45	-	13,49	1,16
dez.1980	-	233,71	48,22	110,77	217,82	110,70	-10,83	-12,91	-25,68	-12,69	-	-47,13	-14,36
dez.1981	-	93,76	40,67	38,92	19,19	38,94	46,82	22,17	42,45	34,43	101,31	-44,27	17,86
dez.1982	-	-75,46	86,01	52,74	-100,00	52,85	31,44	14,13	26,39	23,41	27,83	-197,66	3,12
dez.1983	-7,22	10,76	-33,33	-32,83	-	-33,94	-3,48	-12,50	-6,75	-7,40	24,49	-79,86	2,38
dez.1984	-19,53	-25,29	-33,69	-17,83	204,32	-21,55	9,07	8,34	10,75	8,87	19,63	-27,94	1,94
dez.1985	-28,81	-95,62	46,67	25,58	62,01	23,22	-1,74	4,23	22,71	1,87	-13,51	1.957,70	-14,54
dez.1986	-33,86	-	253,24	24,14	-82,11	33,21	26,07	9,54	-6,25	17,42	-56,16	29,86	34,33
dez.1987	-38,98	-98,93	-55,36	136,09	15,75	137,47	0,06	-10,80	-14,24	-4,71	-56,52	-80,79	-17,37
jun.1988	6,80	-	236,20	-6,78	20,56	-6,93	-6,51	-8,44	-9,63	-7,32	-26,26	-123,96	-9,03
Média (1980/88) / Média 1971/79)	-	**155,14**	**127,65**	**398,27**	**104.227,44**	**390,70**	**847,42**	**41,37**	**1.065,04**	**192,67**	-	**-118,87**	**43,01**

FONTE: Dez.1971 a dez.1979, Boletim do Banco Central (nov.1982); dez.1980 e dez.1981, Boletim do Banco Central (out.1984); dez.1982 a dez.1984, Boletim do Banco Central (out.1986); dez.1985 a jun.1988, Boletim do Banco Central (nov.1988). Elaboração do autor. Deflator: IGP-DI, fim de período.

* Referem-se aos saldos efetivos. No caso das operações de crédito, entre 1971/82, saldo total menos rendas a apropriar de operações de crédito. Entre 1983/88, dedução adicional do saldo da conta "créditos em liquidação". No caso das contas do ativo permanente, valor de cada conta deduzido da provisão para desvalorização.

Tabela A4: Contas do passivo do conjunto de bancos comerciais privados no Brasil em % do passivo total (dez.1971/jun.1988)

Periodo	Depósitos				Operações interfinanceiras	Obrigações junto às autoridades monetárias				Obrigações junto a entidades financeiras oficiais
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo*	Outros	Total		Redescontos	Empréstimos de Liquidez	Outras contas	Total	
dez.1971	53,32	6,58	1,61	61,51	-	3,34	0,90	0,35	4,58	3,51
dez.1972	49,50	7,74	1,63	58,87	-	3,50	0,35	0,69	4,53	3,37
dez.1973	52,38	6,21	1,93	60,51	-	2,26	0,97	0,85	4,08	2,43
dez.1974	49,79	4,81	2,53	57,12	-	2,83	0,81	1,20	4,84	2,97
dez.1975	51,34	4,64	2,84	58,82	-	4,50	1,10	1,76	7,35	3,05
dez.1976	43,93	5,51	2,62	52,06	-	3,95	0,69	1,97	6,61	3,18
dez.1977	38,60	8,20	2,52	49,32	-	4,11	1,53	1,63	7,27	3,38
dez.1978	32,76	10,67	3,02	46,45	-	3,51	0,76	1,15	5,42	3,24
dez.1979	31,48	10,06	3,87	45,41	-	3,14	0,07	1,01	4,21	3,24
Média	**44,79**	**7,16**	**2,51**	**54,45**	-	**3,46**	**0,79**	**1,18**	**5,43**	**3,15**
dez.1980	30,50	6,92	3,37	40,79	-	3,32	0,42	0,84	4,58	3,00
dez.1981	23,77	6,83	2,80	33,40	-	1,45	0,00	3,59	5,04	2,60
dez.1982	21,09	8,58	1,06	30,73	-	1,14	0,11	3,40	4,64	3,06
dez.1983	13,02	9,69	0,82	23,53	-	0,53	0,04	2,00	2,57	1,93
dez.1984	11,18	15,54	1,05	27,77	-	0,06	0,00	0,72	0,78	1,34
dez.1985	15,98	20,57	1,28	37,84	-	0,00	0,06	0,16	0,21	1,35
dez.1986	30,38	28,91	0,38	59,66	-	0,00	0,07	0,17	0,24	1,23
dez.1987	12,52	15,79	0,16	28,47	25,31	0,03	0,00	1,30	1,33	1,87
jun.1988	8,68	17,37	0,06	26,11	26,82	0,01	0,00	0,74	0,75	1,89
Média	**18,57**	**14,47**	**1,22**	**34,26**	**26,06**	**0,73**	**0,08**	**1,44**	**2,24**	**2,03**

Tabela A4 (continuação): Contas do passivo do conjunto de bancos comerciais privados no Brasil em % do passivo total (dez.1971/jun.1988)

Período	Obrigações por arrecadação (continuação)	Operações cambiais				Recursos próprios						Total do Passivo
		Resolução 63	Obrigações em moedas estrangeiras	Outras	Total	Capital	Reservas	Outros	Patrimônio Líquido	Resultado líquido	Total	
dez.1971	6,33	5,31	0,57	5,85	11,73	6,43	5,11	-	11,54	0,80	12,34	100,00
dez.1972	6,68	7,38	0,70	7,39	15,47	5,66	4,77	-	10,43	0,65	11,08	100,00
dez.1973	5,39	6,49	0,03	9,84	16,35	5,97	3,45	-	9,42	1,82	11,24	100,00
dez.1974	6,57	7,18	0,02	10,54	17,73	5,33	3,89	-	9,22	1,55	10,78	100,00
dez.1975	6,43	7,10	0,15	6,28	13,53	5,23	3,79	-	9,02	1,79	10,81	100,00
dez.1976	6,56	9,09	0,62	10,52	20,23	4,25	4,34	-	8,59	2,77	11,36	100,00
dez.1977	6,65	9,39	6,10	5,87	21,36	4,23	5,12	-	9,35	2,66	12,02	100,00
dez.1978	5,44	9,91	6,58	9,81	26,30	3,67	7,83	-	11,50	1,65	13,15	100,00
dez.1979	4,49	12,30	7,19	12,71	32,20	3,57	4,63	1,14	9,34	1,11	10,45	100,00
Média	**6,06**	**8,24**	**2,44**	**8,76**	**19,43**	**4,93**	**4,77**	**1,14**	**9,82**	**1,64**	**11,47**	**100,00**
dez.1980	5,24	14,59	10,87	10,65	36,11	3,40	4,35	1,37	9,12	1,15	10,26	100,00
dez.1981	4,96	19,47	12,17	10,29	41,94	2,88	5,15	1,06	9,10	2,97	12,07	100,00
dez.1982	5,08	22,75	11,53	8,59	42,88	3,47	6,92	1,19	11,57	2,04	13,61	100,00
dez.1983	2,28	27,18	12,74	16,31	56,23	2,52	7,10	1,23	10,86	2,61	13,47	100,00
dez.1984	3,55	23,89	15,28	13,83	52,99	2,44	8,12	1,21	11,78	1,79	13,57	100,00
dez.1985	2,74	20,78	15,07	5,16	41,01	3,00	10,14	1,07	14,21	2,63	16,84	100,00
dez.1986	1,80	10,31	9,55	2,58	22,45	4,38	7,18	1,20	12,76	1,87	14,63	100,00
dez.1987	1,73	9,13	12,41	2,54	24,09	2,17	11,50	1,95	15,62	1,58	17,21	100,00
jun.1988	2,40	7,89	13,76	2,48	24,13	3,51	11,07	1,68	16,26	1,63	17,89	100,00
Média	**3,31**	**17,33**	**12,60**	**8,05**	**37,98**	**3,09**	**7,95**	**1,33**	**12,36**	**2,03**	**14,39**	**100,00**

FONTE: Dez.1971 a dez.1979, Boletim do Banco Central (nov.1982); dez.1980 e dez.1981, Boletim do Banco Central (out.1984); dez.1982 a dez.1984, Boletim do Banco Central (out.1986); dez.1985 a jun.1988, Boletim do Banco Central (nov.1988). Elaboração do autor.

* Refere-se ao saldos efetivo: entre dez.79 e jun.88, valor de resgate deduzido das despesas a apropriar de depósitos.

Tabela A5: Contas do passivo do conjunto de bancos comerciais privados no Brasil em R$ milhões constantes de dez.2007 (dez.1971/jun.1988)

Periodo	Depósitos				Operações interfinanceiras	Obrigações junto às autoridades monetárias				Obrigações junto a entidades financeiras oficiais
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo*	Outros	Total		Redescontos	Empréstimos de Liquidez	Outras contas	Total	
dez.1971	63.111,07	7.790,99	1.900,24	72.802,31	-	3.953,08	1.059,53	408,84	5.421,45	4.157,50
dez.1972	76.458,79	11.952,36	2.517,86	90.929,00	-	5.403,94	534,92	1.062,38	7.001,24	5.199,92
dez.1973	95.875,47	11.367,25	3.524,94	110.767,66	-	4.145,09	1.767,86	1.550,37	7.463,32	4.446,55
dez.1974	92.545,60	8.938,32	4.698,82	106.182,74	-	5.254,16	1.501,19	2.235,78	8.991,13	5.513,43
dez.1975	103.132,79	9.320,26	5.706,23	118.159,28	-	9.033,21	2.206,03	3.531,13	14.770,37	6.124,42
dez.1976	94.710,18	11.887,31	5.643,34	112.240,83	-	8.521,27	1.488,03	4.250,06	14.259,36	6.861,51
dez.1977	92.876,79	19.738,89	6.056,02	118.671,70	-	9.890,78	3.676,28	3.932,91	17.499,97	8.124,88
dez.1978	94.606,62	30.822,98	8.713,00	134.142,60	-	10.151,10	2.183,55	3.316,89	15.651,54	9.370,57
dez.1979	91.983,93	29.385,41	11.313,81	132.683,14	-	9.167,45	191,24	2.946,23	12.304,92	9.456,62
Média	**89.477,91**	**15.689,31**	**5.563,81**	**110.731,03**	-	**7.280,01**	**1.623,18**	**2.581,62**	**11.484,81**	**6.583,94**
dez.1980	76.317,52	17.310,65	8.444,59	102.072,76	-	8.304,72	1.059,36	2.096,54	11.460,62	7.515,22
dez.1981	70.089,14	20.155,66	8.251,34	98.496,14	-	4.266,93	9,76	10.575,58	14.852,28	7.666,97
dez.1982	64.127,73	26.104,04	3.218,31	93.450,08	-	3.456,70	327,79	10.340,30	14.124,79	9.297,33
dez.1983	40.541,31	30.164,04	2.548,80	73.254,16	-	1.638,52	134,15	6.218,70	7.991,36	5.998,31
dez.1984	35.488,69	49.310,72	3.334,92	88.134,34	-	192,34	0,00	2.293,32	2.485,66	4.249,29
dez.1985	43.343,09	55.792,17	3.482,71	102.617,96	-	0,00	151,00	424,74	575,74	3.670,79
dez.1986	110.667,21	105.309,03	1.374,06	217.350,30	-	0,00	250,95	621,21	872,16	4.491,90
dez.1987	37.686,30	47.532,75	492,30	85.711,35	76.174,22	92,84	2,49	3.917,52	4.012,85	5.627,70
jun.1988	23.765,74	47.580,49	154,69	71.500,92	73.439,12	29,63	1,44	2.032,69	2.063,76	5.189,27
Média	**55.780,75**	**44.362,17**	**3.477,97**	**103.620,89**	**74.806,67**	**1.997,96**	**215,22**	**4.280,07**	**6.493,25**	**5.967,42**

Tabela A5 (continuação): Contas do passivo do conjunto de bancos comerciais privados no Brasil em R$ milhões constantes de dez.2007 (dez.1971/jun.1988)

Período	Obrigações por arrecadação (continuação)	Operações cambiais				Recursos próprios						Total do Passivo
		Resolução 63	Obrigações em moedas estrangeiras	Outras	Total	Capital	Reservas	Outros	Patrimônio Líquido	Resultado líquido	Total	
dez.1971	7.494,44	6.290,95	673,72	6.921,49	13.886,16	7.615,36	6.046,23	-	13.661,59	944,36	14.605,95	118.367,82
dez.1972	10.315,26	11.405,00	1.079,79	11.414,95	23.899,75	8.747,81	7.362,00	-	16.109,81	1.002,66	17.112,48	154.457,64
dez.1973	9.866,40	11.879,73	49,53	18.005,85	29.935,11	10.934,43	6.307,00	-	17.241,43	3.331,15	20.572,58	183.051,62
dez.1974	12.206,37	13.337,86	32,01	19.592,28	32.962,15	9.914,57	7.224,27	-	17.138,84	2.890,35	20.029,19	185.885,01
dez.1975	12.924,39	14.260,62	291,99	12.620,02	27.172,64	10.512,97	7.612,84	-	18.125,81	3.592,99	21.718,81	200.869,91
dez.1976	14.142,62	19.589,70	1.328,99	22.686,72	43.605,41	9.172,65	9.346,07	-	18.518,72	5.963,96	24.482,68	215.592,40
dez.1977	16.005,92	22.598,36	14.675,86	14.123,59	51.397,81	10.181,54	12.326,60	-	22.508,14	6.406,52	28.914,66	240.614,93
dez.1978	15.721,67	28.618,22	18.994,83	28.338,56	75.951,61	10.611,70	22.615,18	-	33.226,88	4.751,52	37.978,40	288.816,39
dez.1979	13.117,99	35.927,07	20.997,82	37.137,75	94.062,63	10.427,96	13.528,31	3.336,53	27.292,79	3.245,91	30.538,70	292.164,01
Média	**12.421,67**	**18.211,94**	**6.458,28**	**18.982,36**	**43.652,58**	**9.791,00**	**10.263,17**	**3.336,53**	**20.424,89**	**3.569,94**	**23.994,83**	**208.868,86**
dez.1980	13.121,29	36.510,00	27.208,42	26.643,02	90.361,44	8.501,51	10.880,93	3.427,63	22.810,07	2.874,54	25.684,60	250.215,93
dez.1981	14.612,37	57.429,81	35.900,90	30.350,95	123.681,66	8.503,81	15.199,78	3.121,92	26.825,51	8.766,15	35.591,66	294.901,08
dez.1982	15.435,95	69.193,59	35.073,58	26.133,84	130.401,00	10.548,89	21.038,19	3.605,70	35.192,78	6.198,22	41.390,99	304.100,15
dez.1983	7.100,24	84.627,95	39.669,35	50.765,27	175.062,58	7.857,21	22.096,02	3.842,37	33.795,61	8.125,51	41.921,12	311.327,77
dez.1984	11.256,48	75.803,70	48.485,13	43.874,83	168.163,66	7.758,80	25.762,07	3.849,81	37.370,69	5.693,34	43.064,03	317.353,46
dez.1985	7.432,54	56.362,61	40.859,98	14.003,23	111.225,83	8.129,26	27.511,08	2.901,67	38.542,00	7.134,96	45.676,96	271.199,82
dez.1986	6.540,68	37.577,88	34.784,29	9.407,04	81.769,22	15.965,92	26.153,09	4.367,23	46.486,24	6.798,58	53.284,83	364.309,09
dez.1987	5.200,96	27.494,54	37.360,49	7.646,47	72.501,50	6.538,12	34.615,62	5.877,48	47.031,22	4.763,12	51.794,34	301.022,91
jun.1988	6.585,78	21.613,09	37.668,67	6.800,74	66.082,50	9.608,96	30.314,61	4.599,36	44.522,93	4.460,56	48.983,49	273.844,84
Média	**9.698,48**	**51.845,91**	**37.445,65**	**23.958,38**	**113.249,93**	**9.268,05**	**23.730,16**	**3.954,80**	**36.953,00**	**6.090,55**	**43.043,56**	**298.697,23**

FONTE: Dez.1971 a dez.1979, Boletim do Banco Central (nov.1982); dez.1980 e dez.1981, Boletim do Banco Central (out.1984); dez.1982 a dez.1984, Boletim do Banco Central (out.1986); dez.1985 a jun.1988, Boletim do Banco Central (nov.1988). Elaboração do autor. Deflator: IGP-DI, fim de periodo.

* Refere-se ao saldos efetivo: entre dez.79 e jun.88, valor de resgate deduzido das despesas a apropriar de depósitos.

Tabela A6: Contas do passivo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil, variação % real em relação ao período imediatamente anterior (dez.1971/jun.1988)

Período	Depósitos				Operações interfinanceiras	Obrigações junto às autoridades monetárias				Obrigações junto a entidades financeiras oficiais
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo*	Outros	Total		Redescontos	Empréstimos de Liquidez	Outras contas	Total	
dez.1971	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez.1972	21,15	53,41	32,50	24,90	-	36,70	-49,51	159,85	29,14	25,07
dez.1973	25,39	-4,90	40,00	21,82	-	-23,29	230,49	45,93	6,60	-14,49
dez.1974	-3,47	-21,37	33,30	-4,14	-	26,76	-15,08	44,21	20,47	23,99
dez.1975	11,44	4,27	21,44	11,28	-	71,92	46,95	57,94	64,28	11,08
dez.1976	-8,17	27,54	-1,10	-5,01	-	-5,67	-32,55	20,36	-3,46	12,04
dez.1977	-1,94	66,05	7,31	5,73	-	16,07	147,06	-7,46	22,73	18,41
dez.1978	1,86	56,15	43,87	13,04	-	2,63	-40,60	-15,66	-10,56	15,33
dez.1979	-2,77	-4,66	29,85	-1,09	-	-9,69	-91,24	-11,17	-21,38	0,92
dez.1980	-17,03	-41,09	-25,36	-23,07	-	-9,41	453,95	-28,84	-6,86	-20,53
dez.1981	-8,16	16,44	-2,29	-3,50	-	-48,62	-99,08	404,43	29,59	2,02
dez.1982	-8,51	29,51	-61,00	-5,12	-	-18,99	3.258,35	-2,22	-4,90	21,26
dez.1983	-36,78	15,55	-20,80	-21,61	-	-52,60	-59,08	-39,86	-43,42	-35,48
dez.1984	-12,46	63,48	30,84	20,31	-	-88,26	-100,00	-63,12	-68,90	-29,16
dez.1985	22,13	13,14	4,43	16,43	-	-100,00	-	-81,48	-76,84	-13,61
dez.1986	155,33	88,75	-60,55	111,81	-	-	66,19	46,26	51,49	22,37
dez.1987	-65,95	-54,86	-64,17	-60,57	-	-	-99,01	530,62	360,10	25,29
jun.1988	-36,94	0,10	-68,58	-16,58	-3,59	-68,09	-42,09	-48,11	-48,57	-7,79
Média (1980/88) / Média 1971/79)	**-37,66**	**182,75**	**-37,49**	**-6,42**	-	**-72,56**	**-86,74**	**65,79**	**-43,46**	**-9,36**

Tabela A6 (continuação): Contas do ativo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil, variação % real em relação ao período imediatamente anterior (dez.1971/jun.1988)

Período	Obrigações por arrecadação (continuação)	Operações cambiais				Recursos próprios						Total do Passivo
		Resolução 63	Obrigações em moedas estrangeiras	Outras	Total	Capital	Reservas	Outros	Patrimônio Líquido	Resultado líquido	Total	
dez.1971	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez.1972	37,64	81,29	60,27	64,92	72,11	14,87	21,76	-	17,92	6,17	17,16	30,49
dez.1973	-4,35	4,16	-95,41	57,74	25,25	25,00	-14,33	-	7,02	232,23	20,22	18,51
dez.1974	23,72	12,27	-35,37	8,81	10,11	-9,33	14,54	-	-0,60	-13,23	-2,64	1,55
dez.1975	5,88	6,92	812,24	-35,59	-17,56	6,04	5,38	-	5,76	24,31	8,44	8,06
dez.1976	9,43	37,37	355,14	79,77	60,48	-12,75	22,77	-	2,17	65,99	12,73	7,33
dez.1977	13,18	15,36	1.004,29	-37,75	17,87	11,00	31,89	-	21,54	7,42	18,10	11,61
dez.1978	-1,78	26,64	29,43	100,65	47,77	4,22	83,47	-	47,62	-25,83	31,35	20,03
dez.1979	-16,56	25,54	10,54	31,05	23,85	-1,73	-40,18	-	-17,86	-31,69	-19,59	1,16
dez.1980	0,03	1,62	29,58	-28,26	-3,93	-18,47	-19,57	2,73	-16,42	-11,44	-15,89	-14,36
dez.1981	11,36	57,30	31,95	13,92	36,87	0,03	39,69	-8,92	17,60	204,96	38,57	17,86
dez.1982	5,64	20,48	-2,30	-13,89	5,43	24,05	38,41	15,50	31,19	-29,29	16,29	3,12
dez.1983	-54,00	22,31	13,10	94,25	34,25	-25,52	5,03	6,56	-3,97	31,09	1,28	2,38
dez.1984	58,54	-10,43	22,22	-13,57	-3,94	-1,25	16,59	0,19	10,58	-29,93	2,73	1,94
dez.1985	-33,97	-25,65	-15,73	-68,08	-33,86	4,77	6,79	-24,63	3,13	25,32	6,07	-14,54
dez.1986	-12,00	-33,33	-14,87	-32,82	-26,48	96,40	-4,94	50,51	20,61	-4,71	16,66	34,33
dez.1987	-20,48	-26,83	7,41	-18,72	-11,33	-59,05	32,36	34,58	1,17	-29,94	-2,80	-17,37
jun.1988	26,63	-21,39	0,82	-11,06	-8,85	46,97	-12,43	-21,75	-5,33	-6,35	-5,43	-9,03
Média (1980/88) / Média 1971/79)	**-21,92**	**184,68**	**479,81**	**26,21**	**159,43**	**-5,34**	**131,22**	**18,53**	**80,92**	**70,61**	**79,39**	**43,01**

FONTE: Dez.1971 a dez.1979, Boletim do Banco Central (nov.1982); dez.1980 e dez.1981, Boletim do Banco Central (out.1984); dez.1982 a dez.1984, Boletim do Banco Central (out.1986); dez.1985 a jun.1988, Boletim do Banco Central (nov.1988). Elaboração do autor. Deflator: IGP-DI, fim de período.

* Refere-se ao saldos efetivo: entre dez.79 e jun.88, valor de resgate deduzido das despesas a apropriar de depósitos.

Tabela A7: Contas do ativo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil em % do ativo total (dez.1988/dez.1996)

Período	Encaixe total		Operações interfinanceiras compromissadas	Aplicações em TVM			Operações de crédito e arrendamento mercantil				
	Disponibilidades	Depósitos compulsórios		Títulos públicos	Títulos privados	Total Líquido*	Normal	Em atraso	Em liquidação	Rendas a apropriar	Total Efetivo
dez.88	0,67	12,44	-17,89	17,06	30,71	46,68	42,47	0,11	1,48	-9,12	34,95
dez.89	1,07	7,21	-36,81	40,81	9,15	48,63	53,01	0,49	1,02	-9,54	44,98
dez.90	0,70	28,76	-8,29	5,90	5,16	10,54	45,81	0,85	2,34	-8,99	40,01
jun.91	0,54	26,50	-1,25	1,88	4,01	5,63	44,58	0,73	2,92	-7,82	40,42
dez.91	0,71	15,81	5,46	1,05	3,62	4,31	43,22	0,36	2,92	-8,70	37,80
jun.92	0,39	6,01	7,17	7,57	4,65	11,52	39,90	0,46	1,50	-6,15	35,71
dez.92	0,42	3,97	9,01	13,02	5,66	17,32	42,66	0,20	1,59	-6,22	38,22
jun.93	0,42	3,75	6,03	12,69	6,69	17,82	42,09	0,26	1,14	-5,61	37,88
dez.93	0,35	3,48	13,11	8,02	4,33	11,91	71,30	0,31	1,28	-31,51	41,38
jun.94	0,19	2,88	15,37	9,05	6,41	15,24	44,55	0,39	1,48	-4,87	41,55
dez.94	0,61	9,02	1,21	5,39	10,62	15,77	48,79	0,42	1,87	-4,51	46,58
jun.95	0,46	7,75	-0,27	4,76	8,91	13,50	46,13	0,81	2,23	-3,86	45,32
dez.95	1,10	5,34	5,49	6,96	6,19	12,62	38,25	1,14	6,31	-1,61	44,09
jun.96	0,56	4,00	0,22	11,23	5,87	15,66	35,73	0,76	6,34	-1,50	41,32
dez.96	0,68	4,58	-1,30	16,40	3,15	19,39	43,15	0,74	2,10	-0,92	45,07

Tabela A7 (continuação): Contas do ativo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil em % do ativo total (dez.1988/jun.1994)

Período	Haveres externos (curto prazo)	Operações cambiais	Créditos especiais	Adiantamente para conta de pagto. diversos	Permanente				Outras contas	Total do ativo
					Investimento	Imobilizado	Diferido	Total		
dez.88	1,66	3,77	0,79	0,81	3,82	7,99	0,25	12,07	4,06	100,00
dez.89	8,02	9,38	0,38	0,61	7,33	5,87	0,55	13,74	2,80	100,00
dez.90	8,25	6,42	0,52	0,41	5,57	3,94	0,47	9,97	2,72	100,00
jun.91	5,82	5,82	1,17	0,29	6,42	4,28	0,62	11,32	3,75	100,00
dez.91	6,17	8,60	1,39	0,19	9,19	6,70	0,86	16,75	2,81	100,00
jun.92	4,06	18,76	0,79	0,23	7,77	5,72	0,69	14,18	1,19	100,00
dez.92	3,26	13,69	0,77	0,18	7,32	5,27	0,67	13,26	-0,10	100,00
jun.93	4,94	16,66	0,72	0,21	7,60	4,56	0,61	12,78	-1,21	100,00
dez.93	4,61	13,97	0,70	0,18	7,00	3,85	0,52	11,37	-1,19	100,00
jun.94	4,08	11,97	0,62	0,20	6,97	3,38	0,49	10,84	-3,01	100,00
dez.94	3,54	9,71	0,68	0,20	7,88	3,49	0,57	11,94	0,72	100,00
jun.95	3,22	14,28	0,75	0,23	7,97	3,11	0,54	11,63	3,13	100,00
dez.95	3,31	10,88	0,89	0,21	8,53	3,11	0,74	12,38	3,68	100,00
jun.96	4,92	14,04	2,67	0,27	8,76	2,57	0,69	12,02	4,32	100,00
dez.96	3,67	9,79	0,76	0,17	9,80	2,46	0,77	13,02	4,16	100,00

FONTE: dez.1988 a jun.1993, Boletim do Banco Central: suplemento estatistico (set.1994); dez.1993 e jun.1994, Boletim do Banco Central: suplemento estatistico (dez.1997); dez.1994 a dez.1996, Boletim do Banco Central do Brasil: suplemento estatistico (mar.1998). Elaboração do autor.

* Total liquido: total das aplicações em TVM menos renda a apropriar menos provisão para desvalorização de titulos.

Tabela A8: Contas do ativo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil em R$ milhões constantes de dez.2007, considerando o IGP-DI (1) - (dez.1988/dez.1996)

Período	Encaixe total		Operações interfinanceiras compromissadas	Aplicações em TVM			Operações de crédito e arrendamento mercantil				
	Disponibilidades	Depósitos compulsórios		Títulos públicos	Títulos privados	Total Líquido*	Normal	Em atraso	Em liquidação	Rendas a apropriar	Total Efetivo
dez.88	756,84	14.006,07	-20.142,85	19.212,76	34.577,49	52.559,24	47.826,72	127,66	1.668,69	-10.267,47	39.355,60
dez.89	2.520,69	16.933,92	-86.494,37	95.883,64	21.501,19	114.269,92	124.552,70	1.158,40	2.388,97	-22.426,17	105.673,90
dez.90	2.009,79	82.584,88	-23.813,02	16.952,44	14.822,13	30.263,04	131.567,96	2.442,19	6.723,68	-25.815,17	114.918,67
jun.91	1.542,84	75.651,60	-3.571,94	5.374,27	11.441,89	16.066,60	127.272,48	2.090,70	8.345,68	-22.320,52	115.388,34
dez.91	2.098,04	46.639,07	16.113,52	3.100,25	10.686,73	12.728,71	127.512,82	1.054,24	8.613,82	-25.663,15	111.517,74
jun.92	1.406,68	21.851,10	26.043,55	27.517,44	16.904,86	41.867,93	145.008,49	1.656,27	5.453,65	-22.333,82	129.784,60
dez.92	1.644,66	15.344,97	34.876,35	50.399,91	21.893,10	67.048,79	165.084,73	760,92	6.140,64	-24.067,31	147.918,97
jun.93	1.756,40	15.540,90	25.002,14	52.645,75	27.752,45	73.919,77	174.633,98	1.074,23	4.716,08	-23.259,04	157.165,24
dez.93	1.617,46	16.028,71	60.317,07	36.897,08	19.929,10	54.783,52	327.995,14	1.428,79	5.883,82	-144.966,84	190.340,91
jun.94	943,84	14.389,22	76.699,30	45.159,82	31.997,15	76.077,71	222.386,54	1.928,12	7.372,62	-24.305,77	207.381,51
dez.94	2.692,55	39.760,04	5.336,78	23.780,77	46.812,46	69.543,82	215.155,73	1.864,08	8.253,71	-19.880,02	205.393,50
jun.95	2.243,18	37.980,28	-1.339,63	23.354,14	43.705,87	66.200,39	226.203,23	3.990,66	10.946,08	-18.939,94	222.200,02
dez.95	5.846,58	28.399,83	29.211,86	37.031,36	32.905,07	67.115,39	203.409,31	6.084,17	33.545,66	-8.565,36	234.473,78
jun.96	3.102,43	22.165,87	1.211,05	62.302,68	32.565,64	86.868,06	198.174,47	4.192,09	35.145,83	-8.322,08	229.190,31
dez.96	3.523,61	23.587,00	-6.678,63	84.517,09	16.239,96	99.931,84	222.430,18	3.817,93	10.829,39	-4.742,16	232.335,35

Tabela A8 (continuação): Contas do ativo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil em R$ milhões constantes de dez.2007, considerando o IGP-DI (1) - (dez.1988/dez.1996)

Período	Haveres externos (curto prazo)	Operações cambiais	Créditos especiais	Adiantamente para conta de pagto. diversos	Permanente				Outras contas	Total do ativo
					Investimento	Imobilizado	Diferido	Total		
dez.88	1.869,30	4.249,24	884,50	911,85	4.303,95	9.000,00	282,67	13.586,62	4.568,39	112.604,81
dez.89	18.850,23	22.032,93	884,78	1.423,79	17.211,90	13.786,56	1.293,04	32.291,50	6.572,69	234.959,99
dez.90	23.684,66	18.439,84	1.493,91	1.176,04	15.986,71	11.308,17	1.339,04	28.633,92	7.805,89	287.197,61
jun.91	16.605,64	16.602,09	3.344,26	839,73	18.315,23	12.212,27	1.782,74	32.310,25	10.692,36	285.471,76
dez.91	18.203,04	25.360,31	4.092,86	573,63	27.119,35	19.758,78	2.527,58	49.405,71	8.281,89	295.014,53
jun.92	14.741,54	68.174,69	2.865,53	835,82	28.249,77	20.780,23	2.505,87	51.535,88	4.308,01	363.415,33
dez.92	12.611,53	52.975,90	2.961,98	704,86	28.332,06	20.401,71	2.591,21	51.324,98	-402,43	387.010,56
jun.93	20.490,46	69.130,09	2.977,13	888,95	31.542,25	18.913,59	2.543,59	52.999,43	-5.012,61	414.857,90
dez.93	21.217,48	64.244,12	3.219,96	807,49	32.223,19	17.702,10	2.403,08	52.328,37	-5.469,74	460.032,32
jun.94	20.359,92	59.723,90	3.074,42	1.016,93	34.781,81	16.878,97	2.429,89	54.090,67	-15.039,34	499.144,52
dez.94	15.623,71	42.818,50	2.996,33	894,07	34.768,46	15.388,98	2.509,60	52.667,04	3.162,02	440.947,05
jun.95	15.786,95	70.037,32	3.692,61	1.107,47	39.103,44	15.272,43	2.666,71	57.042,58	15.360,27	490.327,12
dez.95	17.593,88	57.840,26	4.757,87	1.139,84	45.374,16	16.526,22	3.918,77	65.819,15	19.569,81	531.780,27
jun.96	27.303,65	77.862,83	14.797,95	1.501,81	48.594,40	14.247,47	3.816,64	66.658,51	23.947,15	554.612,43
dez.96	18.908,11	50.469,29	3.905,95	891,22	50.494,05	12.686,09	3.947,21	67.127,35	21.468,98	515.475,57

FONTE: dez.1988 a jun.1993, Boletim do Banco Central: suplemento estatistico (set.1994); dez.1993 e jun.1994, Boletim do Banco Central: suplemento estatistico (dez.1997); dez.1994 a dez.1996, Boletim do Banco Central do Brasil: suplemento estatistico (mar.1998). Deflator: IGP-DI, fim de periodo, considerando a variação dos preços em CR$ do indice de jul.1994. Elaboração do autor.

* Total liquido: total das aplicações em TVM menos renda a apropriar menos provisão para desvalorização de titulos.

Tabela A9: Contas do ativo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil, variação % real em relação ao período imediatamente anterior, considerando o IGP-DI (1) - (dez.1988/dez.1996)

Período	Encaixe total		Operações interfinanceiras compromissadas	Aplicações em TVM			Operações de crédito e arrendamento mercantil				
	Disponibilidades	Depósitos compulsórios		Títulos públicos	Títulos privados	Total Líquido*	Normal	Em atraso	Em liquidação	Rendas a apropriar	Total Efetivo
dez.88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez.89	233,06	20,90	329,40	399,06	-37,82	117,41	160,42	807,42	43,16	118,42	168,51
dez.90	-20,27	387,69	-72,47	-82,32	-31,06	-73,52	5,63	110,82	181,45	15,11	8,75
jun.91	-23,23	-8,40	-85,00	-68,30	-22,81	-46,91	-3,26	-14,39	24,12	-13,54	0,41
dez.91	35,99	-38,35	-551,11	-42,31	-6,60	-20,78	0,19	-49,57	3,21	14,98	-3,35
jun.92	-32,95	-53,15	61,63	787,59	58,19	228,93	13,72	57,11	-36,69	-12,97	16,38
dez.92	16,92	-29,77	33,92	83,16	29,51	60,14	13,84	-54,06	12,60	7,76	13,97
jun.93	6,79	1,28	-28,31	4,46	26,76	10,25	5,78	41,17	-23,20	-3,36	6,25
dez.93	-7,91	3,14	141,25	-29,91	-28,19	-25,89	87,82	33,01	24,76	523,27	21,11
jun.94	-41,65	-10,23	27,16	22,39	60,55	38,87	-32,20	34,95	25,30	-83,23	8,95
dez.94	185,28	176,32	-93,04	-47,34	46,30	-8,59	-3,25	-3,32	11,95	-18,21	-0,96
jun.95	-16,69	-4,48	-125,10	-1,79	-6,64	-4,81	5,13	114,08	32,62	-4,73	8,18
dez.95	160,64	-25,22	-2.280,59	58,56	-24,71	1,38	-10,08	52,46	206,46	-54,78	5,52
jun.96	-46,94	-21,95	-95,85	68,24	-1,03	29,43	-2,57	-31,10	4,77	-2,84	-2,25
dez.96	13,58	6,41	-651,47	35,66	-50,13	15,04	12,24	-8,93	-69,19	-43,02	1,37

Tabela A9 (continuação): Contas do ativo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil, variação % real em relação ao período imediatamente anterior, considerando o IGP-DI (1) - (dez.1988/dez.1996)

Período	Haveres externos (curto prazo)	Operações cambiais	Créditos especiais	Adiantamente para conta de pagto. diversos	Permanente				Outras contas	Total do ativo
					Investimento	Imobilizado	Diferido	Total		
dez.88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez.89	908,41	418,51	0,03	56,14	299,91	53,18	357,43	137,67	43,87	108,66
dez.90	25,65	-16,31	68,84	-17,40	-7,12	-17,98	3,56	-11,33	18,76	22,23
jun.91	-29,89	-9,97	123,86	-28,60	14,57	8,00	33,14	12,84	36,98	-0,60
dez.91	9,62	52,75	22,38	-31,69	48,07	61,79	41,78	52,91	-22,54	3,34
jun.92	-19,02	168,82	-29,99	45,71	4,17	5,17	-0,86	4,31	-47,98	23,19
dez.92	-14,45	-22,29	3,37	-15,67	0,29	-1,82	3,41	-0,41	-109,34	6,49
jun.93	62,47	30,49	0,51	26,12	11,33	-7,29	-1,84	3,26	1.145,58	7,20
dez.93	3,55	-7,07	8,16	-9,16	2,16	-6,41	-5,52	-1,27	9,12	10,89
jun.94	-4,04	-7,04	-4,52	25,94	7,94	-4,65	1,12	3,37	174,96	8,50
dez.94	-23,26	-28,31	-2,54	-12,08	-0,04	-8,83	3,28	-2,63	-121,03	-11,66
jun.95	1,04	63,57	23,24	23,87	12,47	-0,76	6,26	8,31	385,77	11,20
dez.95	11,45	-17,42	28,85	2,92	16,04	8,21	46,95	15,39	27,41	8,45
jun.96	55,19	34,62	211,02	31,76	7,10	-13,79	-2,61	1,28	22,37	4,29
dez.96	-30,75	-35,18	-73,60	-40,66	3,91	-10,96	3,42	0,70	-10,35	-7,06

FONTE: dez.1988 a jun.1993, Boletim do Banco Central: suplemento estatistico (set.1994); dez.1993 e jun.1994, Boletim do Banco Central: suplemento estatistico (dez.1997); dez.1994 a dez.1996, Boletim do Banco Central do Brasil: suplemento estatistico (mar.1998). Deflator: IGP-DI, fim de periodo, considerando a variação dos preços em CR$ do indice de jul.1994. Elaboração do autor.

* Total liquido: total das aplicações em TVM menos renda a apropriar menos provisão para desvalorização de titulos.

Tabela A10: Contas do ativo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil em R$ milhões constantes de dez.2007, considerando o IGP-DI (2) - (dez.1988/dez.1996)

Período	Encaixe total		Operações interfinanceiras compromissadas	Aplicações em TVM			Operações de crédito e arrendamento mercantil				
	Disponibilidades	Depósitos compulsórios		Títulos públicos	Títulos privados	Total Líquido*	Normal	Em atraso	Em liquidação	Rendas a apropriar	Total Efetivo
dez.88	640,15	11.846,63	-17.037,24	16.250,55	29.246,36	44.455,70	40.452,84	107,98	1.411,41	-8.684,44	33.287,79
dez.89	2.132,10	14.323,38	-73.160,38	81.102,21	18.186,56	96.654,06	105.351,64	979,82	2.020,68	-18.968,95	89.383,20
dez.90	1.699,96	69.853,59	-20.142,00	14.339,05	12.537,15	25.597,68	111.285,43	2.065,71	5.687,16	-21.835,50	97.202,80
jun.91	1.305,00	63.989,17	-3.021,29	4.545,77	9.678,01	13.589,77	107.652,18	1.768,40	7.059,11	-18.879,60	97.600,10
dez.91	1.774,61	39.449,19	13.629,46	2.622,32	9.039,27	10.766,45	107.855,44	891,72	7.285,91	-21.706,91	94.326,16
jun.92	1.189,83	18.482,55	22.028,69	23.275,37	14.298,81	35.413,59	122.654,07	1.400,94	4.612,92	-18.890,85	109.777,08
dez.92	1.391,12	12.979,38	29.499,78	42.630,21	18.518,04	56.712,48	139.635,10	643,61	5.193,99	-20.357,07	125.115,64
jun.93	1.485,52	13.144,10	21.146,18	44.526,43	23.472,32	62.519,46	147.700,97	908,55	3.988,74	-19.671,90	132.926,36
dez.93	1.368,00	13.556,68	51.014,64	31.206,61	16.855,53	46.334,50	277.409,95	1.208,43	4.976,38	-122.609,26	160.985,50
jun.94	798,27	12.170,03	64.870,26	38.194,99	27.062,35	64.344,54	188.088,72	1.630,75	6.235,57	-20.557,19	175.397,86
dez.94	2.692,55	39.760,04	5.336,78	23.780,77	46.812,46	69.543,82	215.155,73	1.864,08	8.253,71	-19.880,02	205.393,50
jun.95	2.243,18	37.980,28	-1.339,63	23.354,14	43.705,87	66.200,39	226.203,23	3.990,66	10.946,08	-18.939,94	222.200,02
dez.95	5.846,58	28.399,83	29.211,86	37.031,36	32.905,07	67.115,39	203.409,31	6.084,17	33.545,66	-8.565,36	234.473,78
jun.96	3.102,43	22.165,87	1.211,05	62.302,68	32.565,64	86.868,06	198.174,47	4.192,09	35.145,83	-8.322,08	229.190,31
dez.96	3.523,61	23.587,00	-6.678,63	84.517,09	16.239,96	99.931,84	222.430,18	3.817,93	10.829,39	-4.742,16	232.335,35

Tabela A10 (continuação): Contas do ativo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil em R$ milhões constantes de dez.2007, considerando o IGP-DI (2) - (dez.1988/dez.1996)

Período	Haveres externos (curto prazo)	Operações cambiais	Créditos especiais	Adiantamente para conta de pagto. diversos	Permanente				Outras contas	Total do ativo
					Investimento	Imobilizado	Diferido	Total		
dez.88	1.581,09	3.594,09	748,13	771,26	3.640,37	7.612,38	239,09	11.491,84	3.864,04	95.243,48
dez.89	15.944,27	18.636,33	748,39	1.204,30	14.558,51	11.661,23	1.093,70	27.313,43	5.559,44	198.738,52
dez.90	20.033,43	15.597,15	1.263,61	994,74	13.522,20	9.564,90	1.132,62	24.219,71	6.602,53	242.923,21
jun.91	14.045,72	14.042,71	2.828,71	710,28	15.491,76	10.329,63	1.507,91	27.329,31	9.044,03	241.463,50
dez.91	15.396,85	21.450,76	3.461,91	485,20	22.938,63	16.712,76	2.137,93	41.789,33	7.005,15	249.535,06
jun.92	12.468,99	57.664,92	2.423,79	706,97	23.894,80	17.576,76	2.119,57	43.591,13	3.643,89	307.391,42
dez.92	10.667,33	44.809,08	2.505,36	596,20	23.964,36	17.256,56	2.191,75	43.412,67	-340,39	327.348,64
jun.93	17.330,31	58.468,47	2.517,98	751,85	26.677,63	15.996,63	2.151,31	44.825,57	-4.239,54	350.876,24
dez.93	17.945,21	54.336,04	2.723,36	682,96	27.253,55	14.971,98	2.032,47	44.258,00	-4.626,17	389.083,64
jun.94	17.219,89	50.512,91	2.600,27	860,09	29.417,55	14.275,79	2.055,14	45.748,48	-12.719,88	422.163,39
dez.94	15.623,71	42.818,50	2.996,33	894,07	34.768,46	15.388,98	2.509,60	52.667,04	3.162,02	440.947,05
jun.95	15.786,95	70.037,32	3.692,61	1.107,47	39.103,44	15.272,43	2.666,71	57.042,58	15.360,27	490.327,12
dez.95	17.593,88	57.840,26	4.757,87	1.139,84	45.374,16	16.526,22	3.918,77	65.819,15	19.569,81	531.780,27
jun.96	27.303,65	77.862,83	14.797,95	1.501,81	48.594,40	14.247,47	3.816,64	66.658,51	23.947,15	554.612,43
dez.96	18.908,11	50.469,29	3.905,95	891,22	50.494,05	12.686,09	3.947,21	67.127,35	21.468,98	515.475,57

FONTE: dez.1991 a jun.1993, Boletim do Banco Central: suplemento estatístico (set.1994); dez.1993 e jun.1994, Boletim do Banco Central: suplemento estatístico (dez.1997); dez.1994 a dez.1996, Boletim do Banco Central do Brasil: suplemento estatístico (mar.1998). Deflator: IGP-DI, fim de período, considerando a variação dos preços em R$ do índice de jul.1994. Elaboração do autor.

* Total líquido: total das aplicações em TVM menos renda a apropriar menos provisão para desvalorização de títulos.

Tabela A11: Contas do ativo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil, variação % real em relação ao período imediatamente anterior, considerando o IGP-DI (2) - (dez.1988/dez.1996)

Período	Encaixe total		Operações interfinanceiras compromissadas	Aplicações em TVM			Operações de crédito e arrendamento mercantil				
	Disponibilidades	Depósitos compulsórios		Títulos públicos	Títulos privados	Total Líquido*	Normal	Em atraso	Em liquidação	Rendas a apropriar	Total Efetivo
dez.91	35,99	-38,35	-551,11	-42,31	-6,60	-20,78	0,19	-49,57	3,21	14,98	-3,35
jun.92	-32,95	-53,15	61,63	787,59	58,19	228,93	13,72	57,11	-36,69	-12,97	16,38
dez.92	16,92	-29,77	33,92	83,16	29,51	60,14	13,84	-54,06	12,60	7,76	13,97
jun.93	6,79	1,27	-28,32	4,45	26,75	10,24	5,78	41,16	-23,20	-3,37	6,24
dez.93	-7,91	3,14	141,25	-29,91	-28,19	-25,89	87,82	33,01	24,76	523,27	21,11
jun.94	-41,65	-10,23	27,16	22,39	60,55	38,87	-32,20	34,95	25,30	-83,23	8,95
dez.94	237,30	226,70	-91,77	-37,74	72,98	8,08	14,39	14,31	32,36	-3,29	17,10
jun.95	-16,69	-4,48	-125,10	-1,79	-6,64	-4,81	5,13	114,08	32,62	-4,73	8,18
dez.95	160,64	-25,22	-2.280,59	58,56	-24,71	1,38	-10,08	52,46	206,46	-54,78	5,52
jun.96	-46,94	-21,95	-95,85	68,24	-1,03	29,43	-2,57	-31,10	4,77	-2,84	-2,25
dez.96	13,58	6,41	-651,47	35,66	-50,13	15,04	12,24	-8,93	-69,19	-43,02	1,37

Tabela A11 (continuação): Contas do ativo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil, variação % real em relação ao período imediatamente anterior, considerando o IGP-DI (2) - (dez.1988/dez.1996)

Período	Haveres externos (curto prazo)	Operações cambiais	Créditos especiais	Adiantamente para conta de pagto. diversos	Permanente				Outras contas	Total do ativo
					Investimento	Imobilizado	Diferido	Total		
dez.91	9,62	52,75	22,38	-31,69	48,07	61,79	41,78	52,91	-22,54	3,34
jun.92	-19,02	168,82	-29,99	45,71	4,17	5,17	-0,86	4,31	-47,98	23,19
dez.92	-14,45	-22,29	3,37	-15,67	0,29	-1,82	3,41	-0,41	-109,34	6,49
jun.93	62,46	30,48	0,50	26,11	11,32	-7,30	-1,85	3,25	1.145,49	7,19
dez.93	3,55	-7,07	8,16	-9,16	2,16	-6,41	-5,52	-1,27	9,12	10,89
jun.94	-4,04	-7,04	-4,52	25,94	7,94	-4,65	1,12	3,37	174,96	8,50
dez.94	-9,27	-15,23	15,23	3,95	18,19	7,80	22,11	15,12	-124,86	4,45
jun.95	1,04	63,57	23,24	23,87	12,47	-0,76	6,26	8,31	385,77	11,20
dez.95	11,45	-17,42	28,85	2,92	16,04	8,21	46,95	15,39	27,41	8,45
jun.96	55,19	34,62	211,02	31,76	7,10	-13,79	-2,61	1,28	22,37	4,29
dez.96	-30,75	-35,18	-73,60	-40,66	3,91	-10,96	3,42	0,70	-10,35	-7,06

FONTE: dez.1991 a jun.1993, Boletim do Banco Central: suplemento estatístico (set.1994); dez.1993 e jun.1994, Boletim do Banco Central: suplemento estatístico (dez.1997); dez.1994 a dez.1996, Boletim do Banco Central do Brasil: suplemento estatístico (mar.1998). Deflator: IGP-DI, fim de período, considerando a variação dos preços em R$ do índice de jul.1994. Elaboração do autor.

* Total líquido: total das aplicações em TVM menos renda a apropriar menos provisão para desvalorização de títulos.

Tabela A12: Contas do passivo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil em % do passivo total (dez.1988/dez.1996)

Periodo	Depósitos				Depósitos interfinanceiros	Obrigações para empréstimos e repasses	Obrigações especiais	Obrigações por arrecadações	Obrigações externas	
	Moeda escritural	Depósitos de poupança	Depósitos a prazo	Total					Total curto prazo	Total médio e longo prazo
dez.88	10,08	45,95	9,59	65,75	-8,23	1,61	0,00	1,39	0,85	5,47
dez.89	4,48	19,58	13,83	38,34	0,93	3,27	0,00	0,83	6,13	11,16
dez.90	6,69	8,19	16,58	32,10	-0,63	4,27	25,62	0,53	5,91	10,37
jun.91	7,00	9,45	19,98	36,94	-0,49	3,71	23,01	1,39	4,09	10,15
dez.91	5,51	10,73	20,67	40,44	-2,42	3,57	11,16	0,28	4,99	13,24
jun.92	3,23	9,67	23,11	40,94	-3,34	3,55	2,81	1,14	12,82	4,08
dez.92	3,09	10,18	26,43	43,36	1,82	3,90	0,57	0,77	12,07	4,49
jun.93	2,06	10,05	23,40	37,94	3,18	3,72	0,41	0,60	13,22	5,39
dez.93	1,81	11,03	24,70	39,31	3,35	3,63	0,26	0,19	14,06	6,51
jun.94	1,88	10,81	27,31	41,48	0,51	3,78	0,18	0,57	14,33	6,14
dez.94	4,74	13,58	25,52	44,98	0,52	4,36	0,10	0,40	9,32	5,27
jun.95	2,97	13,61	23,86	41,50	2,15	4,14	0,05	0,63	10,29	5,26
dez.95	3,60	13,54	24,85	42,51	-1,50	9,98	1,04	0,26	11,36	5,00
jun.96	2,64	12,28	18,64	33,95	2,49	11,04	1,45	0,53	11,41	5,72
dez.96	3,01	15,11	20,95	39,50	3,29	5,17	0,12	0,10	13,84	6,32

Tabela A12 (continuação): Contas do passivo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil em % do passivo total (dez.1988/dez.1996)

Período	Obrigações externas (continuação)	Operações cambiais	Obrigações por pagamentos a efetuar	Obrigações por valores a incorporar	Recursos próprios				Total do passivo
	Total geral				Provisões	Patrimônio líquido	Resultado	Total	
dez.88	6,32	0,51	4,83	8,89	2,93	14,22	1,77	18,92	100,00
dez.89	17,28	4,17	5,96	7,46	2,93	15,59	3,24	21,76	100,00
dez.90	16,26	1,86	3,08	1,42	3,47	10,84	1,18	15,50	100,00
jun.91	14,22	1,80	1,72	1,41	2,71	12,96	0,61	16,28	100,00
dez.91	18,22	1,66	2,42	3,07	2,59	17,68	1,32	21,59	100,00
jun.92	16,88	14,54	2,22	2,40	2,58	16,07	0,20	18,86	100,00
dez.92	16,54	9,63	2,66	2,29	2,55	15,30	0,62	18,47	100,00
jun.93	18,59	12,92	1,88	3,07	2,26	15,44	-0,01	17,68	100,00
dez.93	20,54	9,98	1,77	4,74	2,02	14,22	-0,00	16,24	100,00
jun.94	20,43	7,52	1,61	7,96	2,14	13,81	-0,00	15,95	100,00
dez.94	14,56	8,63	2,13	6,09	2,79	15,46	-0,03	18,22	100,00
jun.95	15,52	12,94	1,87	1,94	4,17	14,62	0,47	19,26	100,00
dez.95	16,35	9,49	2,24	0,78	9,59	9,07	0,18	18,85	100,00
jun.96	17,13	12,82	2,15	0,56	10,22	8,06	-0,42	17,87	100,00
dez.96	20,16	8,78	2,22	0,66	4,74	14,41	0,85	20,01	100,00

FONTE: dez.1988 a jun.1993, Boletim do Banco Central: suplemento estatistico (set.1994); dez.1993 e jun.1994, Boletim do Banco Central: suplemento estatistico (dez.1997); dez.1994 a dez.1996, Boletim do Banco Central do Brasil: suplemento estatistico (mar.1998). Elaboração do autor.

Tabela A13: Contas do passivo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil em R$ milhões constantes de dez.2007, considerando o IGP-DI (1) - (dez.1988/dez.1996)

Periodo	Depósitos				Depósitos interfinanceiros	Obrigações para empréstimos e repasses	Obrigações especiais	Obrigações por arrecadações	Obrigações externas	
	Moeda escritural	Depósitos de poupança	Depósitos a prazo	Total					Total curto prazo	Total médio e longo prazo
dez.88	11.352,58	51.738,58	10.796,35	74.033,40	-9.264,43	1.814,59	0,00	1.568,39	957,45	6.164,13
dez.89	10.514,75	45.995,73	32.491,02	90.093,56	2.177,82	7.672,01	0,00	1.948,27	14.391,92	26.217,14
dez.90	19.206,14	23.529,74	47.607,92	92.182,57	-1.816,60	12.266,84	73.586,21	1.521,83	16.979,84	29.768,04
jun.91	19.990,16	26.991,29	57.039,66	105.461,47	-1.394,45	10.598,05	65.700,58	3.969,92	11.684,25	28.976,08
dez.91	16.264,74	31.660,26	60.971,92	119.317,53	-7.135,15	10.543,60	32.929,41	814,68	14.706,82	39.072,29
jun.92	11.727,51	35.130,69	83.996,22	148.791,82	-12.131,13	12.914,55	10.217,96	4.130,17	46.578,47	14.824,93
dez.92	11.954,77	39.387,36	102.305,44	167.792,44	7.036,50	15.086,82	2.214,30	2.962,97	46.695,35	17.362,04
jun.93	8.542,66	41.698,95	97.062,93	157.398,60	13.200,55	15.418,08	1.717,48	2.497,97	54.829,78	22.365,71
dez.93	8.324,41	50.753,19	113.618,91	180.844,11	15.394,90	16.683,77	1.206,04	860,72	64.671,57	29.957,52
jun.94	9.371,69	53.972,23	136.338,13	207.042,41	2.569,73	18.888,09	890,81	2.868,65	71.545,90	30.637,22
dez.94	20.922,52	59.885,15	112.521,12	198.358,34	2.309,38	19.227,59	452,21	1.767,42	41.085,60	23.245,71
jun.95	14.566,53	66.711,77	117.009,13	203.476,55	10.535,09	20.292,12	232,16	3.109,07	50.457,37	25.794,97
dez.95	19.157,78	72.011,60	132.155,60	226.034,74	-7.969,88	53.091,41	5.509,74	1.392,47	60.396,63	26.565,25
jun.96	14.634,21	68.092,57	103.402,13	188.299,76	13.798,62	61.210,20	8.020,02	2.964,11	63.290,72	31.735,69
dez.96	15.505,53	77.909,98	108.016,06	203.607,35	16.949,63	26.637,49	605,15	525,38	71.349,63	32.589,94

Tabela A13 (continuação): Contas do passivo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil em R$ milhões constantes de dez.2007, considerando o IGP-DI (1) - (dez.1988/dez.1996)

Periodo	Obrigações externas (continuação)	Operações cambiais	Obrigações por pagamentos a efetuar	Obrigações por valores a incorporar	Recursos próprios				Total do passivo
	Total geral				Provisões	Patrimônio liquido	Resultado	Total	
dez.88	7.121,58	574,47	5.443,77	10.012,15	3.300,91	16.012,15	1.987,84	21.300,90	112.604,81
dez.89	40.609,05	9.806,24	13.995,29	17.532,98	6.875,36	36.634,06	7.615,35	51.124,77	234.959,99
dez.90	46.687,49	5.350,92	8.833,94	4.078,77	9.972,42	31.139,88	3.393,34	44.505,64	287.197,61
jun.91	40.604,94	5.133,60	4.897,06	4.030,98	7.733,90	36.986,89	1.748,83	46.469,62	285.471,76
dez.91	53.743,80	4.909,65	7.128,05	9.071,12	7.638,52	52.158,70	3.894,59	63.691,81	295.014,53
jun.92	61.344,29	52.824,06	8.080,74	8.714,44	9.388,43	58.410,12	729,89	68.528,44	363.415,33
dez.92	64.015,59	37.257,95	10.283,06	8.881,75	9.870,58	59.210,38	2.398,21	71.479,17	387.010,56
jun.93	77.137,96	53.581,15	7.798,42	12.743,55	9.383,38	64.036,46	-55,70	73.364,14	414.857,90
dez.93	94.476,97	45.895,44	8.136,24	21.826,00	9.310,10	65.412,64	-14,63	74.708,11	460.032,32
jun.94	101.977,52	37.531,74	8.036,37	39.738,83	10.677,08	68.931,12	-7,83	79.600,37	499.144,52
dez.94	64.207,04	38.047,85	9.385,97	26.842,69	12.282,19	68.180,29	-113,92	80.348,56	440.947,05
jun.95	76.117,43	63.445,83	9.148,40	9.531,15	20.452,13	71.709,51	2.290,24	94.439,32	490.327,12
dez.95	86.961,89	50.450,83	11.912,71	4.144,34	51.019,24	48.252,34	980,45	100.252,03	531.780,27
jun.96	95.026,41	71.107,49	11.946,76	3.113,72	56.659,59	44.721,30	-2.312,00	99.125,35	554.612,43
dez.96	103.939,57	45.273,28	11.423,53	3.380,57	24.445,20	74.287,35	4.401,07	103.133,62	515.475,57

FONTE: dez.1988 a jun.1993, Boletim do Banco Central: suplemento estatístico (set.1994); dez.1993 e jun.1994, Boletim do Banco Central: suplemento estatístico (dez.1997); dez.1994 a dez.1996, Boletim do Banco Central do Brasil: suplemento estatístico (mar.1998). Deflator: IGP-DI, fim de período, considerando a variação dos preços em CR$ do índice de jul.1994. Elaboração do autor.

Tabela A14: Contas do passivo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil, variação % real em relação ao período imediatamente anterior, considerando o IGP-DI (1) - (dez.1988/dez.1996)

Periodo	Depósitos				Depósitos interfinanceiros	Obrigações para empréstimos e repasses	Obrigações especiais	Obrigações externas		
	Moeda escritural	Depósitos de poupança	Depósitos a prazo	Total				Obrigações por arrecadações	Total curto prazo	Total médio e longo prazo
dez.88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez.89	-7,38	-11,10	200,94	21,69	-123,51	322,80	-	24,22	1.403,16	325,32
dez.90	82,66	-48,84	46,53	2,32	-183,41	59,89	-	-21,89	17,98	13,54
jun.91	4,08	14,71	19,81	14,40	-23,24	-13,60	-10,72	160,87	-31,19	-2,66
dez.91	-18,64	17,30	6,89	13,14	411,68	-0,51	-49,88	-79,48	25,87	34,84
jun.92	-27,90	10,96	37,76	24,70	70,02	22,49	-68,97	406,97	216,71	-62,06
dez.92	1,94	12,12	21,80	12,77	-158,00	16,82	-78,33	-28,26	0,25	17,11
jun.93	-28,54	5,87	-5,12	-6,19	87,60	2,20	-22,44	-15,69	17,42	28,82
dez.93	-2,55	21,71	17,06	14,90	16,62	8,21	-29,78	-65,54	17,95	33,94
jun.94	12,58	6,34	20,00	14,49	-83,31	13,21	-26,14	233,28	10,63	2,27
dez.94	123,25	10,96	-17,47	-4,19	-10,13	1,80	-49,24	-38,39	-42,57	-24,13
jun.95	-30,38	11,40	3,99	2,58	356,19	5,54	-48,66	75,91	22,81	10,97
dez.95	31,52	7,94	12,94	11,09	-175,65	161,64	2.273,24	-55,21	19,70	2,99
jun.96	-23,61	-5,44	-21,76	-16,69	-273,13	15,29	45,56	112,87	4,79	19,46
dez.96	5,95	14,42	4,46	8,13	22,84	-56,48	-92,45	-82,28	12,73	2,69

Tabela A14 (continuação): Contas do passivo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil, variação % real em relação ao período imediatamente anterior, considerando o IGP-DI (1) - (dez.1988/dez.1996)

Periodo	Obrigações externas (continuação)	Operações cambiais	Obrigações por pagamentos a efetuar	Obrigações por valores a incorporar	Recursos próprios				Total do passivo
	Total geral				Provisões	Patrimônio líquido	Resultado	Total	
dez.88	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez.89	470,23	1.607,01	157,09	75,12	108,29	128,79	283,10	140,01	108,66
dez.90	14,97	-45,43	-36,88	-76,74	45,05	-15,00	-55,44	-12,95	22,23
jun.91	-13,03	-4,06	-44,57	-1,17	-22,45	18,78	-48,46	4,41	-0,60
dez.91	32,36	-4,36	45,56	125,04	-1,23	41,02	122,70	37,06	3,34
jun.92	14,14	975,92	13,37	-3,93	22,91	11,99	-81,26	7,59	23,19
dez.92	4,35	-29,47	27,25	1,92	5,14	1,37	228,57	4,31	6,49
jun.93	20,50	43,81	-24,16	43,48	-4,94	8,15	-102,32	2,64	7,20
dez.93	22,48	-14,34	4,33	71,27	-0,78	2,15	-73,74	1,83	10,89
jun.94	7,94	-18,22	-1,23	82,07	14,68	5,38	-46,47	6,55	8,50
dez.94	-37,04	1,38	16,79	-32,45	15,03	-1,09	1.354,81	0,94	-11,66
jun.95	18,55	66,75	-2,53	-64,49	66,52	5,18	-2.110,47	17,54	11,20
dez.95	14,25	-20,48	30,22	-56,52	149,46	-32,71	-57,19	6,15	8,45
jun.96	9,27	40,94	0,29	-24,87	11,06	-7,32	-335,81	-1,12	4,29
dez.96	9,38	-36,33	-4,38	8,57	-56,86	66,11	-290,36	4,04	-7,06

FONTE: dez.1988 a jun.1993, Boletim do Banco Central: suplemento estatistico (set.1994); dez.1993 e jun.1994, Boletim do Banco Central: suplemento estatistico (dez.1997); dez.1994 a dez.1996, Boletim do Banco Central do Brasil: suplemento estatistico (mar.1998). Deflator: IGP-DI, fim de periodo, considerando a variação dos preços em CR$ do indice de jul.1994. Elaboração do autor.

Tabela A15: Contas do passivo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil em R$ milhões constantes de dez.2007, considerando o IGP-DI (2) - (dez.1988/dez.1996)

Periodo	Depósitos				Depósitos interfinanceiros	Obrigações para empréstimos e repasses	Obrigações especiais	Obrigações por arrecadações	Obrigações externas	
	Moeda escritural	Depósitos de poupança	Depósitos a prazo	Total					Total curto prazo	Total médio e longo prazo
dez.88	9.602,25	43.761,56	9.131,77	62.618,98	-7.836,05	1.534,82	0,00	1.326,58	809,83	5.213,75
dez.89	8.893,79	38.905,02	27.482,20	76.204,72	1.842,09	6.489,29	0,00	1.647,92	12.173,26	22.175,50
dez.90	16.245,32	19.902,39	40.268,68	77.971,70	-1.536,55	10.375,78	62.242,16	1.287,22	14.362,23	25.178,99
jun.91	16.908,48	22.830,32	48.246,44	89.203,55	-1.179,48	8.964,26	55.572,19	3.357,92	9.883,01	24.509,13
dez.91	13.757,37	26.779,51	51.572,48	100.923,53	-6.035,19	8.918,20	27.853,01	689,09	12.439,62	33.048,90
jun.92	9.919,60	29.714,96	71.047,41	125.854,16	-10.261,00	10.923,65	8.642,76	3.493,46	39.397,96	12.539,53
dez.92	10.111,81	33.315,36	86.533,93	141.925,40	5.951,74	12.761,02	1.872,94	2.506,19	39.496,75	14.685,49
jun.93	7.225,17	35.267,91	82.093,35	133.123,72	11.164,69	13.040,22	1.452,60	2.112,72	46.373,63	18.916,35
dez.93	7.040,58	42.925,76	96.095,98	152.953,35	13.020,61	14.110,71	1.020,04	727,98	54.697,57	25.337,31
jun.94	7.926,33	45.648,30	115.311,23	175.111,05	2.173,41	15.975,06	753,42	2.426,23	60.511,65	25.912,16
dez.94	20.922,52	59.885,15	112.521,12	198.358,34	2.309,38	19.227,59	452,21	1.767,42	41.085,60	23.245,71
jun.95	14.566,53	66.711,77	117.009,13	203.476,55	10.535,09	20.292,12	232,16	3.109,07	50.457,37	25.794,97
dez.95	19.157,78	72.011,60	132.155,60	226.034,74	-7.969,88	53.091,41	5.509,74	1.392,47	60.396,63	26.565,25
jun.96	14.634,21	68.092,57	103.402,13	188.299,76	13.798,62	61.210,20	8.020,02	2.964,11	63.290,72	31.735,69
dez.96	15.505,53	77.909,98	108.016,06	203.607,35	16.949,63	26.637,49	605,15	525,38	71.349,63	32.589,94

Tabela A15 (continuação): Contas do passivo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil em R$ milhões constantes de dez.2007, considerando o IGP-DI (2) - (dez.1988/dez.1996)

Período	Obrigações externas (continuação)	Operações cambiais	Obrigações por pagamentos a efetuar	Obrigações por valores a incorporar	Recursos próprios				Total do passivo
	Total geral				Provisões	Patrimônio líquido	Resultado	Total	
dez.88	6.023,58	485,90	4.604,45	8.468,49	2.791,98	13.543,41	1.681,36	18.016,74	95.243,48
dez.89	34.348,76	8.294,51	11.837,77	14.830,09	5.815,46	30.986,55	6.441,36	43.243,37	198.738,52
dez.90	39.490,14	4.526,02	7.472,10	3.449,99	8.435,07	26.339,35	2.870,22	37.644,64	242.923,21
jun.91	34.345,29	4.342,20	4.142,13	3.409,56	6.541,64	31.285,00	1.479,23	39.305,87	241.463,50
dez.91	45.458,66	4.152,78	6.029,19	7.672,72	6.460,97	44.117,91	3.294,20	53.873,08	249.535,06
jun.92	51.887,48	44.680,73	6.835,02	7.371,03	7.941,11	49.405,65	617,37	57.964,13	307.391,42
dez.92	54.146,89	31.514,23	8.697,82	7.512,53	8.348,92	50.082,45	2.028,50	60.459,87	327.348,64
jun.93	65.241,33	45.317,57	6.595,70	10.778,17	7.936,22	54.160,40	-47,11	62.049,52	350.876,24
dez.93	79.906,22	38.817,20	6.881,43	18.459,87	7.874,24	55.324,35	-12,37	63.186,22	389.083,64
jun.94	86.249,92	31.743,37	6.796,95	33.610,06	9.030,40	58.300,14	-6,62	67.323,91	422.163,39
dez.94	64.207,04	38.047,85	9.385,97	26.842,69	12.282,19	68.180,29	-113,92	80.348,56	440.947,05
jun.95	76.117,43	63.445,83	9.148,40	9.531,15	20.452,13	71.709,51	2.290,24	94.439,32	490.327,12
dez.95	86.961,89	50.450,83	11.912,71	4.144,34	51.019,24	48.252,34	980,45	100.252,03	531.780,27
jun.96	95.026,41	71.107,49	11.946,76	3.113,72	56.659,59	44.721,30	-2.312,00	99.125,35	554.612,43
dez.96	103.939,57	45.273,28	11.423,53	3.380,57	24.445,20	74.287,35	4.401,07	103.133,62	515.475,57

FONTE: dez.1988 a jun.1993, Boletim do Banco Central: suplemento estatistico (set.1994); dez.1993 e jun.1994, Boletim do Banco Central: suplemento estatistico (dez.1997); dez.1994 a dez.1996, Boletim do Banco Central do Brasil: suplemento estatistico (mar.1998). Deflator: IGP-DI, fim de periodo, considerando a variação dos preços em R$ do indice de jul.1994. Elaboração do autor.

Tabela A16: Contas do passivo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil, variação % real em relação ao período imediatamente anterior, considerando o IGP-DI (2) - (dez.1988/dez.1996)

Período	Depósitos				Depósitos interfinanceiros	Obrigações para empréstimos e repasses	Obrigações especiais	Obrigações por arrecadações	Obrigações externas	
	Moeda escritural	Depósitos de poupança	Depósitos a prazo	Total					Total curto prazo	Total médio e longo prazo
dez.88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez.89	-7,38	-11,10	200,95	21,70	-123,51	322,81	-	24,22	1.403,19	325,33
dez.90	82,66	-48,84	46,53	2,32	-183,41	59,89	-	-21,89	17,98	13,54
jun.91	4,08	14,71	19,81	14,41	-23,24	-13,60	-10,72	160,87	-31,19	-2,66
dez.91	-18,64	17,30	6,89	13,14	411,68	-0,51	-49,88	-79,48	25,87	34,84
jun.92	-27,90	10,96	37,76	24,70	70,02	22,49	-68,97	406,97	216,71	-62,06
dez.92	1,94	12,12	21,80	12,77	-158,00	16,82	-78,33	-28,26	0,25	17,11
jun.93	-28,55	5,86	-5,13	-6,20	87,59	2,19	-22,44	-15,70	17,41	28,81
dez.93	-2,55	21,71	17,06	14,90	16,62	8,21	-29,78	-65,54	17,95	33,94
jun.94	12,58	6,34	20,00	14,49	-83,31	13,21	-26,14	233,28	10,63	2,27
dez.94	163,96	31,19	-2,42	13,28	6,26	20,36	-39,98	-27,15	-32,10	-10,29
jun.95	-30,38	11,40	3,99	2,58	356,19	5,54	-48,66	75,91	22,81	10,97
dez.95	31,52	7,94	12,94	11,09	-175,65	161,64	2.273,24	-55,21	19,70	2,99
jun.96	-23,61	-5,44	-21,76	-16,69	-273,13	15,29	45,56	112,87	4,79	19,46
dez.96	5,95	14,42	4,46	8,13	22,84	-56,48	-92,45	-82,28	12,73	2,69

Tabela A16 (continuação): Contas do passivo do conjunto de bancos múltiplos privados no Brasil, variação % real em relação ao período imediatamente anterior, considerando o IGP-DI (2) - (dez.1988/dez.1996)

Período	Obrigações externas (continuação)	Operações cambiais	Obrigações por pagamentos a efetuar	Obrigações por valores a incorporar	Recursos próprios				Total do passivo
	Total geral				Provisões	Patrimônio líquido	Resultado	Total	
dez.88	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez.89	470,24	1.607,05	157,09	75,12	108,29	128,79	283,11	140,02	108,66
dez.90	14,97	-45,43	-36,88	-76,74	45,05	-15,00	-55,44	-12,95	22,23
jun.91	-13,03	-4,06	-44,57	-1,17	-22,45	18,78	-48,46	4,41	-0,60
dez.91	32,36	-4,36	45,56	125,04	-1,23	41,02	122,70	37,06	3,34
jun.92	14,14	975,92	13,37	-3,93	22,91	11,99	-81,26	7,59	23,19
dez.92	4,35	-29,47	27,25	1,92	5,14	1,37	228,57	4,31	6,49
jun.93	20,49	43,80	-24,17	43,47	-4,94	8,14	-102,32	2,63	7,19
dez.93	22,48	-14,34	4,33	71,27	-0,78	2,15	-73,74	1,83	10,89
jun.94	7,94	-18,22	-1,23	82,07	14,68	5,38	-46,47	6,55	8,50
dez.94	-25,56	19,86	38,09	-20,13	36,01	16,95	1.620,09	19,35	4,45
jun.95	18,55	66,75	-2,53	-64,49	66,52	5,18	-2.110,47	17,54	11,20
dez.95	14,25	-20,48	30,22	-56,52	149,46	-32,71	-57,19	6,15	8,45
jun.96	9,27	40,94	0,29	-24,87	11,06	-7,32	-335,81	-1,12	4,29
dez.96	9,38	-36,33	-4,38	8,57	-56,86	66,11	-290,36	4,04	-7,06

FONTE: dez.1988 a jun.1993, Boletim do Banco Central: suplemento estatistico (set.1994); dez.1993 e jun.1994, Boletim do Banco Central: suplemento estatistico (dez.1997); dez.1994 a dez.1996, Boletim do Banco Central do Brasil: suplemento estatistico (mar.1998). Deflator: IGP-DI, fim de periodo, considerando a variação dos preços em R$ do indice de jul.1994. Elaboração do autor.

Tabela A17: Crédito do SFN, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)[1] – Deflator: IGP-DI (jul.1994 em CR$)

Período	Setor Público[2]						Setor Privado					
	Governo Federal		Governos estaduais e municipais		Total setor público		Indústria		Habitação[3]		Rural[4]	
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	108,08	48,86	108,24	93,73	108,19	142,59	63,31	104,94	104,94	141,95	71,26	42,65
jun.91	102,06	46,14	119,74	103,68	113,68	149,83	65,26	108,17	88,94	120,31	71,79	42,97
dez.91	97,30	43,99	99,73	86,35	98,90	130,34	65,03	107,79	95,17	128,73	90,27	54,02
jun.92	98,99	44,75	106,85	92,52	104,15	137,27	76,50	126,80	107,20	145,02	94,67	56,66
dez.92	88,00	39,78	116,99	101,30	107,05	141,08	81,14	134,49	109,94	148,72	98,03	58,67
jun.93	87,66	39,63	117,97	102,14	107,57	141,77	80,51	133,45	104,68	141,60	90,52	54,18
dez.93	83,06	37,55	112,53	97,43	102,42	134,98	90,43	149,89	106,42	143,96	98,86	59,17
jun.94	100,00	45,21	100,00	86,59	100,00	131,80	100,00	165,75	100,00	135,28	100,00	59,85
dez.94	62,57	28,29	79,97	69,24	74,00	97,53	86,79	143,86	100,50	135,96	102,13	61,12
jun.95	70,58	31,91	85,78	74,27	80,57	106,18	96,64	160,18	112,62	152,34	108,54	64,96
dez.95	51,44	23,26	96,44	83,51	81,01	106,76	103,16	170,98	105,28	142,41	115,83	69,32
jun.96	36,79	16,63	115,05	99,62	88,21	116,25	98,94	163,99	101,03	136,67	104,96	62,82
dez.96	29,14	13,18	127,26	110,19	93,60	123,37	99,55	165,00	97,51	131,90	87,87	52,59
jun.97	20,17	9,12	147,90	128,06	104,08	137,18	98,31	162,94	95,66	129,40	86,77	51,93
dez.97	19,80	8,95	61,72	53,44	47,34	62,39	103,60	171,71	94,88	128,35	96,77	57,92
jun.98	23,21	10,49	62,39	54,02	48,95	64,51	106,16	175,95	95,75	129,52	98,16	58,75
dez.98	26,91	12,17	46,55	40,31	39,81	52,47	109,27	181,12	100,40	135,81	106,15	63,53
jun.99	27,93	12,63	46,52	40,28	40,14	52,91	112,77	186,91	93,34	126,27	92,04	55,08
dez.99	17,70	8,00	33,03	28,60	27,77	36,60	105,92	175,55	82,10	111,05	91,41	54,71
jun.00	34,92	15,79	21,97	19,02	26,41	34,81	98,42	163,13	91,67	124,01	93,23	55,80
dez.00	31,05	14,04	19,81	17,15	23,66	31,19	98,86	163,86	79,01	106,89	89,08	53,31
jun.01	31,96	14,45	11,47	9,93	18,50	24,38	104,25	172,79	30,67	41,49	74,00	44,29
dez.01	15,66	7,08	11,50	9,96	12,93	17,04	103,13	170,93	30,62	41,42	78,51	46,99
jun.02	14,32	6,47	11,75	10,17	12,63	16,64	106,65	176,77	29,58	40,02	80,83	48,38
dez.02	10,03	4,53	15,03	13,01	13,31	17,55	95,75	158,70	24,67	33,38	79,42	47,53
jun.03	11,26	5,09	14,01	12,13	13,07	17,22	88,91	147,36	23,90	32,34	88,48	52,96
dez.03	13,32	6,02	15,04	13,03	14,45	19,05	89,61	148,53	23,54	31,85	100,45	60,12
jun.04	13,69	6,19	18,23	15,78	16,67	21,97	86,55	143,45	22,19	30,01	100,23	59,98
dez.04	12,64	5,72	18,54	16,05	16,52	21,77	85,34	141,45	21,60	29,22	110,81	66,32
jun.05	11,95	5,40	19,03	16,48	16,60	21,88	87,41	144,88	22,19	30,01	112,24	67,18
dez.05	11,29	5,11	20,69	17,91	17,47	23,02	93,88	155,60	24,07	32,57	123,41	73,86
jun.06	11,08	5,01	20,98	18,17	17,59	23,18	96,80	160,45	26,62	36,01	130,59	78,16
dez.06	10,01	4,53	18,29	15,84	15,45	20,36	107,13	177,57	28,47	38,51	140,04	83,81
jun.07	9,41	4,25	17,99	15,57	15,04	19,83	113,23	187,67	31,70	42,89	145,43	87,04
dez.07	7,94	3,59	17,61	15,24	14,29	18,83	129,00	213,81	33,90	45,85	149,06	89,21
jun.08	8,05	3,64	16,63	14,40	13,69	18,04	137,82	228,43	36,28	49,07	153,45	91,84

Tabela A17 (continuação): Crédito do SFN, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)1 – Deflator: IGP-DI (jul.1994 em CR$)

Período	Setor Privado (continuação)								Total geral[6]	
	Comércio		Pessoas físicas[5]		Outros serviços		Total setor privado			
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	43,48	29,06	32,45	10,37	52,46	42,04	68,73	371,01	76,48	513,59
jun.91	48,87	32,66	40,33	12,88	53,90	43,19	66,73	360,19	75,94	510,01
dez.91	51,96	34,73	42,81	13,68	58,00	46,48	71,40	385,42	76,80	515,77
jun.92	56,23	37,58	42,26	13,50	63,46	50,86	79,74	430,41	84,53	567,68
dez.92	62,49	41,76	61,97	19,80	75,50	60,51	85,95	463,95	90,09	605,03
jun.93	68,06	45,49	64,48	20,60	83,66	67,04	85,66	462,35	89,96	604,13
dez.93	88,45	59,11	82,52	26,36	95,82	76,79	95,46	515,28	96,83	650,26
jun.94	100,00	66,83	100,00	31,95	100,00	80,14	100,00	539,78	100,00	671,58
dez.94	109,13	72,93	173,17	55,32	97,28	77,96	101,36	547,15	95,99	644,67
jun.95	132,24	88,38	168,22	53,74	104,57	83,80	111,78	603,39	105,66	709,57
dez.95	140,30	93,76	153,34	48,99	107,65	86,27	113,33	611,73	106,99	718,50
jun.96	132,87	88,80	150,24	47,99	105,14	84,25	108,29	584,52	104,35	700,77
dez.96	116,18	77,65	202,13	64,57	99,63	79,84	105,89	571,56	103,48	694,92
jun.97	115,01	76,86	246,84	78,85	97,88	78,44	107,16	578,42	106,55	715,60
dez.97	110,99	74,18	280,79	89,70	100,52	80,56	111,60	602,41	98,99	664,80
jun.98	105,64	70,60	287,04	91,70	103,12	82,64	112,85	609,16	100,31	673,67
dez.98	95,43	63,78	285,75	91,29	135,77	108,80	119,37	644,32	103,75	696,79
jun.99	89,38	59,73	273,30	87,31	102,21	81,91	110,64	597,21	96,81	650,12
dez.99	89,40	59,75	274,58	87,72	99,36	79,63	105,30	568,40	90,09	605,00
jun.00	83,97	56,12	328,95	105,08	106,32	85,20	109,18	589,34	92,94	624,15
dez.00	90,73	60,64	376,30	120,21	110,00	88,15	109,87	593,06	92,95	624,24
jun.01	96,75	64,66	428,05	136,74	122,62	98,26	103,42	558,23	86,75	582,62
dez.01	94,18	62,94	435,21	139,03	129,30	103,62	104,66	564,94	86,66	581,97
jun.02	96,08	64,21	450,53	143,93	130,29	104,41	107,03	577,71	88,50	594,35
dez.02	82,71	55,28	378,01	120,76	115,95	92,92	94,22	508,56	78,34	526,11
jun.03	78,76	52,64	373,63	119,36	108,55	86,99	91,08	491,64	75,77	508,86
dez.03	82,29	55,00	393,89	125,83	113,91	91,28	94,97	512,61	79,17	531,66
jun.04	86,82	58,02	418,41	133,66	114,13	91,46	95,70	516,59	80,19	538,57
dez.04	92,91	62,09	484,20	154,68	112,06	89,80	100,70	543,56	84,18	565,33
jun.05	97,98	65,48	567,63	181,33	116,82	93,62	107,91	582,51	90,00	604,39
dez.05	108,10	72,25	661,77	211,41	138,60	111,07	121,67	656,75	101,22	679,77
jun.06	116,33	77,74	733,53	234,33	147,56	118,25	130,60	704,94	108,42	728,12
dez.06	126,62	84,62	796,43	254,43	163,61	131,11	142,66	770,05	117,69	790,41
jun.07	132,44	88,51	898,69	287,09	171,91	137,76	153,94	830,97	126,69	850,79
dez.07	146,11	97,65	984,02	314,35	194,99	156,26	169,91	917,14	139,37	935,97
jun.08	154,83	103,47	1.043,16	333,25	215,13	172,39	181,27	978,45	148,38	996,50

FONTE: Banco Central. Elaboração do autor. Notas: [1] Deflator: IGP-DI; [2] Inclui administração direta, indireta e atividades empresariais; [3] Refere-se às operações realizadas com pessoas físicas e cooperativas habitacionais. As operações destinadas a empreendimentos imobiliários são classificadas no segmento indústria; [4] Refere-se às operações contratadas com produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas em conformidade com as normas específicas do crédito rural; [5] Exclui as operações realizadas com os setores rural e habitacional; [6] Refere-se ao crédito do sistema financeiro, exceto com intermediários financeiros, tendo como base o documento contábil Estatística Econômico-Financeira anexo obrigatório do balancete contábil mensal das instituições financeiras. Inclui recursos livres e direcionados.

Tabela A18: Crédito do SFN, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)[1] – Deflator: IGP-DI (jul.1994 em R$)

Período	Setor Público[2]						Setor Privado					
	Governo Federal		Governos estaduais e municipais		Total setor público		Indústria		Habitação[3]		Rural[4]	
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	108,09	41,33	108,25	79,28	108,20	120,61	63,32	88,76	104,95	120,07	71,27	36,07
jun.91	102,07	39,03	119,75	87,70	113,69	126,73	65,27	91,50	88,94	101,76	71,80	36,34
dez.91	97,30	37,21	99,74	73,04	98,90	110,25	65,04	91,17	95,17	108,89	90,28	45,70
jun.92	98,99	37,85	106,86	78,25	104,16	116,11	76,51	107,25	107,21	122,66	94,68	47,92
dez.92	88,00	33,65	117,00	85,68	107,05	119,33	81,15	113,76	109,95	125,79	98,04	49,63
jun.93	87,66	33,52	117,97	86,39	107,57	119,91	80,51	112,87	104,68	119,77	90,52	45,82
dez.93	83,06	31,76	112,53	82,40	102,42	114,16	90,43	126,77	106,42	121,76	98,86	50,04
jun.94	100,00	38,24	100,00	73,23	100,00	111,47	100,00	140,18	100,00	114,41	100,00	50,62
dez.94	73,99	28,29	94,56	69,25	87,50	97,54	102,63	143,87	118,84	135,97	120,76	61,13
jun.95	83,47	31,92	101,44	74,29	95,28	106,20	114,29	160,21	133,18	152,37	128,36	64,97
dez.95	60,83	23,26	114,05	83,52	95,79	106,78	121,98	171,00	124,49	142,43	136,97	69,33
jun.96	43,51	16,64	136,06	99,64	104,31	116,28	117,00	164,02	119,48	136,70	124,12	62,83
dez.96	34,46	13,18	150,50	110,22	110,70	123,39	117,73	165,04	115,32	131,94	103,92	52,60
jun.97	23,85	9,12	174,91	128,09	123,09	137,21	116,26	162,98	113,13	129,43	102,62	51,95
dez.97	23,42	8,95	72,99	53,45	55,98	62,40	122,51	171,74	112,21	128,38	114,44	57,93
jun.98	27,45	10,49	73,78	54,03	57,88	64,52	125,53	175,97	113,22	129,54	116,08	58,76
dez.98	31,82	12,17	55,05	40,31	47,08	52,48	129,21	181,14	118,72	135,83	125,52	63,53
jun.99	33,02	12,63	55,00	40,28	47,46	52,91	133,33	186,90	110,35	126,26	108,82	55,08
dez.99	20,93	8,00	39,05	28,60	32,84	36,60	125,23	175,56	97,07	111,06	108,08	54,71
jun.00	41,29	15,79	25,98	19,03	31,23	34,81	116,38	163,15	108,40	124,02	110,25	55,81
dez.00	36,71	14,04	23,42	17,15	27,98	31,19	116,90	163,87	93,43	106,89	105,33	53,32
jun.01	37,79	14,45	13,56	9,93	21,87	24,38	123,27	172,80	36,26	41,49	87,50	44,29
dez.01	18,52	7,08	13,60	9,96	15,29	17,04	121,94	170,94	36,21	41,42	92,83	46,99
jun.02	16,93	6,47	13,89	10,17	14,93	16,64	126,09	176,76	34,97	40,01	95,57	48,37
dez.02	11,85	4,53	17,77	13,02	15,74	17,55	113,21	158,70	29,17	33,38	93,91	47,53
jun.03	13,31	5,09	16,57	12,13	15,45	17,23	105,13	147,38	28,27	32,34	104,63	52,96
dez.03	15,76	6,02	17,79	13,03	17,09	19,05	105,97	148,55	27,84	31,85	118,78	60,13
jun.04	16,19	6,19	21,55	15,78	19,72	21,98	102,35	143,48	26,24	30,02	118,52	59,99
dez.04	14,95	5,72	21,92	16,05	19,53	21,77	100,92	141,48	25,54	29,22	131,03	66,33
jun.05	14,13	5,40	22,51	16,48	19,63	21,89	103,36	144,90	26,24	30,02	132,73	67,18
dez.05	13,35	5,11	24,47	17,92	20,65	23,02	111,01	155,61	28,47	32,57	145,93	73,87
jun.06	13,10	5,01	24,81	18,17	20,79	23,18	114,47	160,46	31,47	36,01	154,42	78,16
dez.06	11,84	4,53	21,63	15,84	18,27	20,36	126,68	177,58	33,66	38,51	165,58	83,82
jun.07	11,12	4,25	21,26	15,57	17,79	19,83	133,87	187,67	37,48	42,89	171,94	87,03
dez.07	9,38	3,59	20,82	15,24	16,89	18,83	152,53	213,81	40,08	45,85	176,24	89,21
jun.08	9,52	3,64	19,66	14,40	16,18	18,04	162,94	228,41	42,89	49,07	181,41	91,83

Tabela A18 (continuação): Crédito do SFN, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)[1] – Deflator: IGP-DI (jul.1994 em R$)

Período	Setor Privado (continuação)								Total geral[6]	
	Comércio		Pessoas físicas[5]		Outros serviços		Total setor privado			
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	43,48	24,58	32,46	8,77	52,47	35,56	68,74	313,81	76,48	434,42
jun.91	48,87	27,63	40,33	10,90	53,90	36,53	66,73	304,66	75,95	431,39
dez.91	51,96	29,37	42,81	11,57	58,00	39,31	71,41	326,01	76,80	436,25
jun.92	56,24	31,79	42,27	11,42	63,47	43,02	79,74	364,06	84,54	480,17
dez.92	62,50	35,32	61,97	16,74	75,51	51,18	85,96	392,43	90,10	511,76
jun.93	68,06	38,47	64,48	17,42	83,66	56,70	85,66	391,05	89,96	510,95
dez.93	88,45	50,00	82,52	22,30	95,82	64,94	95,46	435,81	96,83	549,97
jun.94	100,00	56,52	100,00	27,02	100,00	67,78	100,00	456,53	100,00	568,00
dez.94	129,04	72,94	204,77	55,33	115,03	77,97	119,86	547,20	113,51	644,73
jun.95	156,38	88,39	198,93	53,75	123,66	83,81	132,19	603,51	124,95	709,72
dez.95	165,91	93,78	181,33	48,99	127,30	86,28	134,01	611,82	126,51	718,60
jun.96	157,13	88,82	177,67	48,00	124,33	84,27	128,06	584,64	123,40	700,91
dez.96	137,40	77,66	239,04	64,59	117,83	79,86	125,22	571,69	122,37	695,09
jun.97	136,02	76,88	291,92	78,87	115,75	78,45	126,73	578,56	126,02	715,77
dez.97	131,26	74,19	332,06	89,72	118,88	80,57	131,98	602,53	117,07	664,94
jun.98	124,92	70,61	339,44	91,71	121,94	82,65	133,45	609,25	118,62	673,77
dez.98	112,84	63,78	337,89	91,30	160,54	108,81	141,15	644,39	122,69	696,87
jun.99	105,67	59,73	323,12	87,30	120,84	81,90	130,81	597,18	114,45	650,09
dez.99	105,71	59,75	324,66	87,72	117,48	79,63	124,51	568,42	106,52	605,02
jun.00	99,30	56,13	388,97	105,10	125,72	85,21	129,10	589,40	109,90	624,22
dez.00	107,29	60,64	444,95	120,22	130,07	88,16	129,92	593,11	109,91	624,30
jun.01	114,39	64,66	506,12	136,75	144,99	98,27	122,28	558,26	102,58	582,64
dez.01	111,36	62,95	514,59	139,04	152,89	103,63	123,75	564,96	102,46	582,00
jun.02	113,60	64,21	532,67	143,92	154,04	104,41	126,54	577,69	104,63	594,33
dez.02	97,80	55,28	446,95	120,76	137,10	92,92	111,40	508,58	92,63	526,12
jun.03	93,14	52,64	441,83	119,38	128,37	87,00	107,70	491,71	89,60	508,93
dez.03	97,31	55,00	465,78	125,85	134,70	91,30	112,30	512,67	93,61	531,72
jun.04	102,67	58,03	494,77	133,68	134,96	91,47	113,17	516,67	94,83	538,65
dez.04	109,87	62,11	572,59	154,71	132,52	89,82	119,08	543,66	99,55	565,43
jun.05	115,86	65,49	671,21	181,35	138,14	93,63	127,61	582,57	106,42	604,46
dez.05	127,83	72,25	782,52	211,43	163,89	111,08	143,87	656,82	119,69	679,84
jun.06	137,55	77,75	867,35	234,35	174,48	118,26	154,42	704,99	128,20	728,17
dez.06	149,72	84,63	941,71	254,44	193,45	131,12	168,68	770,09	139,16	790,45
jun.07	156,59	88,51	1.062,54	287,09	203,25	137,76	182,01	830,94	149,78	850,77
dez.07	172,76	97,65	1.163,45	314,35	230,55	156,26	200,89	917,14	164,78	935,97
jun.08	183,04	103,46	1.233,26	333,21	254,33	172,38	214,30	978,36	175,42	996,40

FONTE: Banco Central. Elaboração do autor. Notas: [1] Deflator: IGP-DI; [2] Inclui administração direta, indireta e atividades empresariais; [3] Refere-se às operações realizadas com pessoas físicas e cooperativas habitacionais. As operações destinadas a empreendimentos imobiliários são classificadas no segmento indústria; [4] Refere-se às operações contratadas com produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas em conformidade com as normas específicas do crédito rural; [5] Exclui as operações realizadas com os setores rural e habitacional; [6] Refere-se ao crédito do sistema financeiro, exceto com intermediários financeiros, tendo como base o documento contábil Estatística Econômico-Financeira anexo obrigatório do balancete contábil mensal das instituições financeiras. Inclui recursos livres e direcionados.

Tabela A19: Crédito do SF Privado, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)[1] – Deflator: IGP-DI (jul.1994 em CR$)

Período	Setor Público[2]						Setor Privado					
	Governo Federal		Governos estaduais e municipais		Total setor público		Indústria		Habitação[3]		Rural[4]	
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	507,34	6,94	76,04	6,12	138,70	13,05	60,38	60,13	132,58	48,58	75,38	7,00
jun.91	465,07	6,36	79,58	6,40	135,58	12,76	61,53	61,27	110,30	40,41	82,91	7,70
dez.91	464,25	6,35	70,18	5,65	127,43	11,99	59,00	58,75	106,72	39,11	80,85	7,51
jun.92	422,16	5,77	58,60	4,71	111,42	10,49	73,16	72,85	107,41	39,36	79,01	7,34
dez.92	330,10	4,51	76,44	6,15	113,30	10,66	76,90	76,58	105,56	38,68	76,52	7,11
jun.93	314,60	4,30	88,30	7,10	121,18	11,40	77,20	76,88	95,99	35,17	80,02	7,43
dez.93	104,75	1,43	85,60	6,89	88,38	8,32	89,79	89,42	99,78	36,56	94,44	8,77
jun.94	100,00	1,37	100,00	8,04	100,00	9,41	100,00	99,58	100,00	36,64	100,00	9,29
dez.94	78,87	1,08	55,89	4,50	59,23	5,57	82,22	81,87	91,85	33,66	94,66	8,79
jun.95	92,70	1,27	88,77	7,14	89,34	8,41	96,83	96,43	102,14	37,43	89,12	8,28
dez.95	107,12	1,46	99,56	8,01	100,66	9,47	106,93	106,48	88,33	32,37	103,10	9,58
jun.96	125,32	1,71	79,80	6,42	86,42	8,13	105,28	104,84	80,80	29,61	113,44	10,54
dez.96	142,63	1,95	75,61	6,08	85,34	8,03	106,90	106,45	73,71	27,01	135,36	12,57
jun.97	94,22	1,29	86,01	6,92	87,20	8,21	105,92	105,47	64,88	23,78	148,67	13,81
dez.97	96,58	1,32	53,29	4,29	59,58	5,61	106,21	105,77	61,87	22,67	165,95	15,41
jun.98	166,32	2,27	24,57	1,98	45,17	4,25	105,61	105,17	63,17	23,15	158,62	14,73
dez.98	174,10	2,38	14,86	1,20	37,99	3,58	102,63	102,20	62,48	22,89	153,87	14,29
jun.99	219,87	3,01	9,80	0,79	40,32	3,80	107,05	106,60	57,82	21,19	141,48	13,14
dez.99	166,58	2,28	5,71	0,46	29,08	2,74	100,83	100,41	51,92	19,02	135,00	12,54
jun.00	157,50	2,15	4,01	0,32	26,31	2,48	90,17	89,80	51,93	19,03	146,62	13,62
dez.00	144,72	1,98	16,35	1,32	35,00	3,29	101,81	101,38	51,93	19,03	181,48	16,86
jun.01	157,45	2,15	14,74	1,19	35,47	3,34	112,86	112,39	47,32	17,34	190,88	17,73
dez.01	154,84	2,12	14,14	1,14	34,58	3,25	108,61	108,15	44,13	16,17	212,17	19,71
jun.02	188,45	2,58	13,82	1,11	39,19	3,69	108,48	108,03	41,12	15,07	195,76	18,18
dez.02	173,84	2,38	13,64	1,10	36,91	3,47	92,33	91,95	31,87	11,68	210,14	19,52
jun.03	128,94	1,76	12,27	0,99	29,22	2,75	83,30	82,95	29,73	10,89	234,42	21,78
dez.03	118,44	1,62	11,39	0,92	26,94	2,54	86,04	85,68	28,66	10,50	257,21	23,89
jun.04	140,66	1,92	24,34	1,96	41,24	3,88	87,05	86,68	26,25	9,62	273,13	25,37
dez.04	108,44	1,48	23,55	1,89	35,88	3,38	84,20	83,84	24,99	9,16	301,70	28,03
jun.05	97,27	1,33	35,69	2,87	44,64	4,20	85,92	85,56	25,11	9,20	291,28	27,06
dez.05	97,09	1,33	45,28	3,64	52,81	4,97	93,00	92,61	26,03	9,54	322,88	29,99
jun.06	91,24	1,25	48,89	3,93	55,04	5,18	96,27	95,87	26,69	9,78	336,76	31,28
dez.06	72,30	0,99	42,70	3,43	47,00	4,42	103,87	103,44	27,29	10,00	371,83	34,54
jun.07	71,17	0,97	43,75	3,52	47,74	4,49	110,79	110,33	31,93	11,70	390,35	36,26
dez.07	55,92	0,76	42,40	3,41	44,36	4,18	129,61	129,07	35,12	12,87	422,13	39,21
jun.08	43,01	0,59	38,41	3,09	39,08	3,68	136,08	135,51	38,86	14,24	437,89	40,68

Tabela A19 (continuação): Crédito do SF Privado, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)[1] – Deflator: IGP-DI (jul.1994 em CR$)

Período	Setor Privado (continuação)								Total geral[6]	
	Comércio		Pessoas físicas[5]		Outros serviços		Total setor privado			
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	37,41	19,19	32,50	7,92	47,53	28,05	60,98	170,87	63,51	183,93
jun.91	43,22	22,17	39,03	9,51	50,29	29,68	60,94	170,74	63,36	183,50
dez.91	46,09	23,64	40,20	9,80	51,74	30,54	60,44	169,35	62,61	181,34
jun.92	51,69	26,51	39,39	9,60	59,28	34,99	68,04	190,65	69,45	201,14
dez.92	59,41	30,47	62,25	15,17	74,27	43,83	75,61	211,84	76,83	222,51
jun.93	65,21	33,45	62,00	15,11	84,98	50,15	77,87	218,19	79,28	229,60
dez.93	84,72	43,45	77,07	18,78	94,81	55,96	90,27	252,94	90,21	261,26
jun.94	100,00	51,29	100,00	24,37	100,00	59,02	100,00	280,20	100,00	289,61
dez.94	102,35	52,50	167,99	40,94	98,18	57,94	98,40	275,71	97,12	281,28
jun.95	122,97	63,07	153,21	37,34	99,40	58,67	107,50	301,21	106,91	309,62
dez.95	135,82	69,67	138,18	33,68	103,32	60,98	111,62	312,74	111,26	322,22
jun.96	133,52	68,49	134,09	32,68	93,69	55,29	107,58	301,44	106,89	309,57
dez.96	115,29	59,14	194,80	47,47	85,03	50,19	108,08	302,84	107,34	310,87
jun.97	113,57	58,25	236,89	57,73	82,60	48,75	109,85	307,79	109,11	316,00
dez.97	109,38	56,11	283,02	68,98	84,51	49,88	113,78	318,82	112,02	324,43
jun.98	100,29	51,44	292,31	71,24	82,29	48,57	112,17	314,30	109,99	318,55
dez.98	90,82	46,59	294,35	71,74	88,09	51,99	110,53	309,70	108,17	313,27
jun.99	89,93	46,13	275,57	67,16	90,01	53,12	109,69	307,34	107,43	311,13
dez.99	89,93	46,13	271,75	66,23	91,37	53,93	106,44	298,25	103,93	300,99
jun.00	86,33	44,28	305,55	74,46	108,65	64,12	108,96	305,32	106,28	307,79
dez.00	95,96	49,22	380,25	92,67	113,18	66,80	123,47	345,96	120,59	349,25
jun.01	102,06	52,35	439,45	107,10	126,95	74,93	136,27	381,83	133,00	385,17
dez.01	96,46	49,48	446,98	108,93	127,68	75,36	134,83	377,79	131,57	381,05
jun.02	97,49	50,01	462,38	112,69	128,00	75,54	135,45	379,52	132,32	383,21
dez.02	84,38	43,28	384,27	93,65	110,63	65,30	116,12	325,37	113,55	328,85
jun.03	79,96	41,01	380,25	92,67	96,43	56,91	109,29	306,22	106,69	308,97
dez.03	82,33	42,23	402,54	98,10	96,13	56,74	113,19	317,14	110,38	319,68
jun.04	87,13	44,69	422,66	103,01	93,28	55,05	115,78	324,42	113,36	328,30
dez.04	93,10	47,75	505,98	123,31	88,13	52,01	122,81	344,10	119,98	347,48
jun.05	97,65	50,09	593,28	144,59	91,56	54,04	132,24	370,54	129,39	374,74
dez.05	108,58	55,70	710,71	173,21	108,03	63,76	151,61	424,80	148,40	429,77
jun.06	116,50	59,76	787,67	191,96	115,35	68,08	163,00	456,73	159,49	461,91
dez.06	126,57	64,92	860,79	209,78	124,54	73,50	177,08	496,19	172,86	500,61
jun.07	131,68	67,54	970,85	236,60	141,62	83,58	194,87	546,02	190,09	550,51
dez.07	144,75	74,25	1.072,95	261,49	162,64	95,99	218,73	612,87	213,06	617,05
jun.08	152,78	78,37	1.128,12	274,93	177,66	104,85	231,47	648,58	225,22	652,26

FONTE: Banco Central. Elaboração do autor. Notas: [1] Deflator: IGP-DI; [2] Inclui administração direta, indireta e atividades empresariais; [3] Refere-se às operações realizadas com pessoas físicas e cooperativas habitacionais. As operações destinadas a empreendimentos imobiliários são classificadas no segmento indústria; [4] Refere-se às operações contratadas com produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas em conformidade com as normas específicas do crédito rural; [5] Exclui as operações realizadas com os setores rural e habitacional; [6] Refere-se ao crédito do sistema financeiro, exceto com intermediários financeiros, tendo como base o documento contábil Estatística Econômico-Financeira anexo obrigatório do balancete contábil mensal das instituições financeiras. Inclui recursos livres e direcionados.

Tabela A20: Crédito do SF Privado, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)[1] – Deflator: IGP-DI (jul.1994 em R$)

Período	Setor Público[2]						Setor Privado					
	Governo Federal		Governos estaduais e municipais		Total setor público		Indústria		Habitação[3]		Rural[4]	
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	507,38	5,87	76,05	5,17	138,71	11,04	60,39	50,86	132,59	41,09	75,39	5,92
jun.91	465,11	5,38	79,58	5,41	135,59	10,79	61,53	51,82	110,31	34,18	82,91	6,51
dez.91	464,29	5,37	70,19	4,78	127,44	10,14	59,00	49,69	106,73	33,08	80,86	6,35
jun.92	422,20	4,88	58,60	3,99	111,43	8,87	73,16	61,62	107,42	33,29	79,02	6,21
dez.92	330,13	3,82	76,45	5,20	113,30	9,02	76,91	64,77	105,57	32,72	76,53	6,01
jun.93	314,60	3,64	88,30	6,01	121,18	9,65	77,20	65,02	95,99	29,75	80,02	6,29
dez.93	104,75	1,21	85,60	5,82	88,38	7,04	89,79	75,63	99,78	30,92	94,44	7,42
jun.94	100,00	1,16	100,00	6,80	100,00	7,96	100,00	84,22	100,00	30,99	100,00	7,86
dez.94	93,26	1,08	66,09	4,50	70,04	5,57	97,22	81,88	108,61	33,66	111,93	8,79
jun.95	109,62	1,27	104,98	7,14	105,65	8,41	114,51	96,45	120,79	37,44	105,39	8,28
dez.95	126,67	1,46	117,74	8,01	119,03	9,47	126,44	106,49	104,45	32,37	121,91	9,58
jun.96	148,20	1,71	94,37	6,42	102,19	8,13	124,50	104,86	95,55	29,61	134,15	10,54
dez.96	168,68	1,95	89,41	6,08	100,93	8,03	126,43	106,48	87,17	27,01	160,08	12,58
jun.97	111,42	1,29	101,72	6,92	103,13	8,21	125,26	105,50	76,74	23,78	175,82	13,81
dez.97	114,22	1,32	63,02	4,29	70,46	5,61	125,61	105,79	73,17	22,68	196,25	15,42
jun.98	196,67	2,27	29,06	1,98	53,41	4,25	124,89	105,18	74,70	23,15	187,57	14,74
dez.98	205,87	2,38	17,57	1,20	44,93	3,58	121,35	102,21	73,88	22,89	181,95	14,29
jun.99	259,95	3,01	11,59	0,79	47,67	3,79	126,56	106,59	68,36	21,19	167,27	13,14
dez.99	196,97	2,28	6,75	0,46	34,39	2,74	119,22	100,41	61,38	19,02	159,63	12,54
jun.00	186,24	2,15	4,74	0,32	31,11	2,48	106,63	89,81	61,41	19,03	173,38	13,62
dez.00	171,12	1,98	19,33	1,32	41,38	3,29	120,39	101,39	61,40	19,03	214,59	16,86
jun.01	186,17	2,15	17,42	1,19	41,94	3,34	133,44	112,39	55,95	17,34	225,70	17,73
dez.01	183,08	2,12	16,72	1,14	40,89	3,25	128,42	108,16	52,18	16,17	250,87	19,71
jun.02	222,80	2,58	16,34	1,11	46,33	3,69	128,26	108,02	48,62	15,07	231,45	18,18
dez.02	205,54	2,38	16,12	1,10	43,64	3,47	109,18	91,95	37,68	11,68	248,47	19,52
jun.03	152,48	1,76	14,51	0,99	34,56	2,75	98,50	82,96	35,16	10,90	277,21	21,78
dez.03	140,05	1,62	13,46	0,92	31,86	2,54	101,74	85,69	33,88	10,50	304,15	23,90
jun.04	166,33	1,92	28,79	1,96	48,77	3,88	102,93	86,69	31,04	9,62	322,98	25,37
dez.04	128,24	1,48	27,84	1,89	42,43	3,38	99,57	83,86	29,55	9,16	356,78	28,03
jun.05	115,01	1,33	42,20	2,87	52,78	4,20	101,60	85,57	29,69	9,20	344,43	27,06
dez.05	114,81	1,33	53,54	3,64	62,44	4,97	109,96	92,61	30,78	9,54	381,79	30,00
jun.06	107,89	1,25	57,80	3,93	65,08	5,18	113,83	95,87	31,55	9,78	398,19	31,28
dez.06	85,49	0,99	50,48	3,43	55,57	4,42	122,82	103,44	32,27	10,00	439,66	34,54
jun.07	84,15	0,97	51,73	3,52	56,44	4,49	130,99	110,32	37,76	11,70	461,52	36,26
dez.07	66,12	0,76	50,13	3,41	52,45	4,18	153,24	129,07	41,53	12,87	499,11	39,21
jun.08	50,85	0,59	45,41	3,09	46,20	3,68	160,88	135,50	45,95	14,24	517,69	40,67

Tabela A20 (continuação): Crédito do SF Privado, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)[1] – Deflator: IGP-DI (jul.1994 em R$)

Período	Setor Privado (continuação)								Total geral[6]	
	Comércio		Pessoas físicas[5]		Outros serviços		Total setor privado			
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	37,41	16,23	32,50	6,70	47,53	23,73	60,99	144,53	63,51	155,57
jun.91	43,22	18,75	39,04	8,05	50,29	25,10	60,94	144,42	63,37	155,21
dez.91	46,09	20,00	40,21	8,29	51,75	25,83	60,44	143,24	62,62	153,38
jun.92	51,69	22,43	39,40	8,12	59,28	29,59	68,05	161,26	69,46	170,13
dez.92	59,42	25,78	62,26	12,83	74,27	37,08	75,61	179,19	76,84	188,21
jun.93	65,21	28,29	62,00	12,78	84,98	42,42	77,87	184,54	79,28	194,19
dez.93	84,72	36,75	77,07	15,89	94,81	47,33	90,27	213,93	90,21	220,97
jun.94	100,00	43,38	100,00	20,61	100,00	49,92	100,00	236,98	100,00	244,94
dez.94	121,02	52,50	198,64	40,94	116,09	57,95	116,35	275,73	114,85	281,31
jun.95	145,42	63,09	181,18	37,35	117,55	58,68	127,13	301,28	126,43	309,69
dez.95	160,61	69,68	163,41	33,68	122,17	60,99	131,99	312,79	131,57	322,26
jun.96	157,89	68,50	158,58	32,69	110,79	55,31	127,22	301,50	126,41	309,63
dez.96	136,35	59,15	230,37	47,49	100,56	50,20	127,82	302,91	126,94	310,94
jun.97	134,31	58,27	280,16	57,75	97,68	48,76	129,91	307,87	129,04	316,08
dez.97	129,36	56,12	334,70	68,99	99,95	49,89	134,56	318,89	132,48	324,49
jun.98	118,59	51,45	345,66	71,25	97,31	48,57	132,64	314,34	130,07	318,59
dez.98	107,39	46,59	348,06	71,74	104,17	52,00	130,70	309,73	127,91	313,31
jun.99	106,32	46,12	325,80	67,15	106,42	53,12	129,68	307,32	127,02	311,12
dez.99	106,34	46,13	321,31	66,23	108,03	53,93	125,86	298,26	122,89	301,00
jun.00	102,09	44,29	361,30	74,47	128,47	64,13	128,85	305,35	125,67	307,83
dez.00	113,47	49,23	449,62	92,68	133,83	66,80	146,00	345,99	142,60	349,28
jun.01	120,68	52,35	519,61	107,10	150,10	74,93	161,13	381,85	157,26	385,19
dez.01	114,05	49,48	528,51	108,94	150,97	75,36	159,42	377,81	155,57	381,07
jun.02	115,27	50,01	546,67	112,68	151,33	75,54	160,14	379,51	156,44	383,19
dez.02	99,77	43,28	454,36	93,65	130,81	65,30	137,30	325,38	134,26	328,86
jun.03	94,55	41,02	449,65	92,68	114,03	56,92	129,23	306,26	126,16	309,01
dez.03	97,36	42,24	476,00	98,11	113,67	56,74	133,84	317,18	130,53	319,72
jun.04	103,03	44,70	499,81	103,02	110,30	55,06	136,92	324,47	134,05	328,35
dez.04	110,09	47,76	598,35	123,33	104,21	52,02	145,23	344,16	141,89	347,54
jun.05	115,47	50,10	701,54	144,60	108,27	54,04	156,37	370,58	153,01	374,78
dez.05	128,39	55,70	840,39	173,22	127,74	63,77	179,27	424,84	175,47	429,81
jun.06	137,75	59,76	931,37	191,98	136,40	68,09	192,74	456,76	188,59	461,94
dez.06	149,66	64,93	1.017,81	209,79	147,25	73,51	209,39	496,21	204,39	500,64
jun.07	155,69	67,54	1.147,85	236,60	167,44	83,58	230,40	546,00	224,74	550,50
dez.07	171,14	74,25	1.268,60	261,49	192,30	95,99	258,61	612,87	251,91	617,05
jun.08	180,62	78,36	1.333,70	274,91	210,03	104,84	273,66	648,52	266,26	652,20

FONTE: Banco Central. Elaboração do autor. Notas: [1] Deflator: IGP-DI; [2] Inclui administração direta, indireta e atividades empresariais; [3] Refere-se às operações realizadas com pessoas físicas e cooperativas habitacionais. As operações destinadas a empreendimentos imobiliários são classificadas no segmento indústria; [4] Refere-se às operações contratadas com produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas em conformidade com as normas específicas do crédito rural; [5] Exclui as operações realizadas com os setores rural e habitacional; [6] Refere-se ao crédito do sistema financeiro, exceto com intermediários financeiros, tendo como base o documento contábil Estatística Econômico-Financeira anexo obrigatório do balancete contábil mensal das instituições financeiras. Inclui recursos livres e direcionados.

Tabela A21: Crédito do SF Privado Nacional, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)[1] – Deflator: IGP-DI (jul.1994 em CR$)

Período	Setor Público[2]						Setor Privado					
	Governo Federal		Governos estaduais e municipais		Total setor público		Indústria		Habitação[3]		Rural[4]	
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	433,65	5,55	40,57	3,12	96,61	8,67	52,46	38,65	134,38	48,28	67,68	5,63
jun.91	416,51	5,33	47,61	3,66	100,20	8,99	57,08	42,05	111,62	40,10	76,07	6,33
dez.91	437,65	5,60	38,67	2,97	95,55	8,57	54,55	40,19	107,89	38,76	74,21	6,17
jun.92	400,55	5,12	27,60	2,12	80,78	7,24	63,68	46,92	108,49	38,97	73,14	6,08
dez.92	282,68	3,61	52,66	4,05	85,46	7,66	70,75	52,13	106,36	38,21	71,37	5,94
jun.93	259,95	3,32	82,26	6,33	107,59	9,65	74,60	54,96	96,49	34,66	78,32	6,52
dez.93	108,91	1,39	89,27	6,87	92,07	8,26	71,81	52,91	101,00	36,29	102,02	8,49
jun.94	100,00	1,28	100,00	7,69	100,00	8,97	100,00	73,67	100,00	35,93	100,00	8,32
dez.94	81,85	1,05	55,34	4,26	59,12	5,30	88,17	64,96	91,61	32,91	94,71	7,88
jun.95	92,08	1,18	80,95	6,23	82,54	7,40	101,29	74,63	101,67	36,52	87,20	7,25
dez.95	104,41	1,34	96,26	7,40	97,43	8,74	109,27	80,51	86,00	30,90	103,75	8,63
jun.96	126,27	1,61	77,51	5,96	84,47	7,58	105,24	77,53	76,16	27,36	106,11	8,83
dez.96	145,43	1,86	73,52	5,65	83,77	7,51	106,64	78,56	68,28	24,53	72,03	5,99
jun.97	94,94	1,21	27,82	2,14	37,39	3,35	102,35	75,41	58,26	20,93	81,71	6,80
dez.97	97,22	1,24	49,94	3,84	56,68	5,08	98,91	72,87	54,24	19,49	64,14	5,34
jun.98	172,72	2,21	23,56	1,81	44,83	4,02	100,96	74,38	56,87	20,43	83,42	6,94
dez.98	177,09	2,26	13,87	1,07	37,14	3,33	92,66	68,26	53,41	19,19	85,22	7,09
jun.99	191,10	2,44	7,10	0,55	33,33	2,99	86,33	63,61	45,27	16,27	87,37	7,27
dez.99	150,28	1,92	4,19	0,32	25,02	2,24	81,70	60,19	39,81	14,30	89,02	7,41
jun.00	144,66	1,85	3,71	0,28	23,80	2,13	71,90	52,97	39,27	14,11	118,09	9,82
dez.00	124,01	1,59	14,36	1,10	30,00	2,69	81,67	60,17	38,99	14,01	137,00	11,40
jun.01	146,29	1,87	13,26	1,02	32,23	2,89	87,97	64,81	34,21	12,29	138,93	11,56
dez.01	140,38	1,80	13,40	1,03	31,51	2,83	84,69	62,40	30,09	10,81	152,64	12,70
jun.02	167,97	2,15	12,26	0,94	34,46	3,09	86,59	63,79	27,78	9,98	141,99	11,81
dez.02	152,68	1,95	11,12	0,86	31,31	2,81	73,23	53,95	21,60	7,76	150,21	12,50
jun.03	117,10	1,50	10,38	0,80	25,60	2,30	71,48	52,66	20,55	7,38	153,59	12,78
dez.03	100,91	1,29	9,41	0,72	22,46	2,01	77,16	56,85	19,70	7,08	166,62	13,86
jun.04	128,71	1,65	23,06	1,77	38,12	3,42	77,89	57,38	17,93	6,44	177,93	14,80
dez.04	100,13	1,28	23,83	1,83	34,71	3,11	77,38	57,01	16,64	5,98	199,85	16,63
jun.05	88,69	1,13	32,52	2,50	40,53	3,63	79,23	58,37	16,42	5,90	183,03	15,23
dez.05	83,07	1,06	43,13	3,32	48,82	4,38	85,96	63,33	16,73	6,01	211,55	17,60
jun.06	72,05	0,92	44,76	3,44	48,65	4,36	90,17	66,43	16,99	6,10	220,50	18,34
dez.06	55,21	0,71	38,39	2,95	40,78	3,66	99,12	73,02	18,59	6,68	252,18	20,98
jun.07	47,09	0,60	38,45	2,96	39,68	3,56	106,30	78,32	19,37	6,96	263,47	21,92
dez.07	43,79	0,56	36,17	2,78	37,26	3,34	123,84	91,24	20,56	7,39	289,04	24,04
jun.08	32,69	0,42	33,42	2,57	33,32	2,99	132,65	97,73	23,05	8,28	308,85	25,69

Tabela A21 (continuação): Crédito do SF Privado Nacional, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)[1]– Deflator: IGP-DI (jul.1994 em CR$)

Período	Setor Privado (continuação)								Total geral[6]	
	Comércio		Pessoas físicas[5]		Outros serviços		Total setor privado			
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	29,63	12,36	29,35	5,06	45,47	22,14	58,57	132,11	60,03	140,78
jun.91	38,89	16,22	41,87	7,22	49,29	24,00	60,26	135,92	61,79	144,91
dez.91	35,55	14,82	43,60	7,52	49,02	23,87	58,23	131,33	59,65	139,90
jun.92	47,13	19,66	42,11	7,26	59,22	28,84	65,49	147,73	66,08	154,97
dez.92	51,41	21,44	66,69	11,50	73,91	35,99	73,24	165,21	73,71	172,87
jun.93	61,67	25,72	65,46	11,29	87,92	42,81	78,01	175,96	79,14	185,61
dez.93	90,09	37,57	92,46	15,94	106,51	51,86	90,02	203,05	90,10	211,31
jun.94	100,00	41,71	100,00	17,24	100,00	48,69	100,00	225,56	100,00	234,53
dez.94	108,19	45,12	186,53	32,16	102,99	50,15	103,38	233,18	101,69	238,48
jun.95	122,83	51,23	184,64	31,83	103,21	50,25	111,60	251,72	110,49	259,13
dez.95	121,24	50,57	163,47	28,18	102,08	49,70	110,17	248,49	109,68	257,23
jun.96	112,20	46,79	154,90	26,71	88,28	42,98	102,06	230,20	101,39	237,78
dez.96	87,16	36,35	200,00	34,48	81,81	39,83	97,43	219,76	96,91	227,27
jun.97	80,89	33,74	208,57	35,96	78,69	38,32	93,61	211,15	91,46	214,50
dez.97	83,98	35,02	247,28	42,63	81,09	39,49	95,25	214,84	93,77	219,92
jun.98	75,75	31,59	252,88	43,60	72,90	35,50	94,19	212,44	92,30	216,46
dez.98	66,65	27,80	248,89	42,91	69,78	33,98	88,32	199,22	86,37	202,56
jun.99	62,02	25,86	217,49	37,50	66,80	32,53	81,14	183,03	79,32	186,02
dez.99	63,96	26,68	212,97	36,72	67,07	32,66	78,89	177,95	76,83	180,20
jun.00	57,76	24,09	245,10	42,26	75,08	36,56	79,72	179,80	77,58	181,94
dez.00	70,17	29,26	297,28	51,25	86,39	42,06	92,28	208,16	89,90	210,85
jun.01	73,17	30,52	355,34	61,26	92,58	45,08	99,98	225,52	97,39	228,41
dez.01	69,67	29,06	356,43	61,45	95,04	46,27	98,73	222,69	96,16	225,51
jun.02	70,75	29,51	383,38	66,10	97,43	47,44	101,36	228,63	98,80	231,72
dez.02	59,05	24,63	311,73	53,75	85,43	41,60	86,09	194,17	83,99	196,98
jun.03	58,99	24,60	333,48	57,50	81,00	39,44	86,17	194,36	83,85	196,66
dez.03	60,27	25,14	356,69	61,50	79,99	38,95	90,16	203,37	87,57	205,38
jun.04	61,22	25,53	371,53	64,06	76,41	37,21	91,07	205,42	89,04	208,83
dez.04	63,87	26,64	460,17	79,34	72,22	35,16	97,87	220,76	95,46	223,87
jun.05	68,07	28,39	551,00	95,00	70,83	34,49	105,24	237,37	102,76	241,01
dez.05	77,07	32,14	669,76	115,47	78,80	38,37	121,00	272,92	118,24	277,30
jun.06	84,55	35,26	728,88	125,67	85,26	41,51	130,04	293,32	126,93	297,68
dez.06	95,78	39,95	788,48	135,94	94,26	45,90	142,96	322,46	139,06	326,12
jun.07	105,80	44,13	898,10	154,84	106,84	52,02	158,80	358,18	154,24	361,74
dez.07	116,18	48,45	1.007,95	173,78	127,14	61,91	180,36	406,81	174,88	410,15
jun.08	120,82	50,39	1.071,33	184,71	142,30	69,29	193,34	436,09	187,22	439,08

FONTE: Banco Central. Elaboração do autor. Notas: [1] Deflator: IGP-DI; [2] Inclui administração direta, indireta e atividades empresariais; [3] Refere-se às operações realizadas com pessoas físicas e cooperativas habitacionais. As operações destinadas a empreendimentos imobiliários são classificadas no segmento indústria; [4] Refere-se às operações contratadas com produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas em conformidade com as normas específicas do crédito rural; [5] Exclui as operações realizadas com os setores rural e habitacional; [6] Refere-se ao crédito do sistema financeiro, exceto com intermediários financeiros, tendo como base o documento contábil Estatística Econômico-Financeira anexo obrigatório do balancete contábil mensal das instituições financeiras. Inclui recursos livres e direcionados.

Tabela A22: Crédito do SF Privado Nacional, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)[1] – Deflator: IGP-DI (jul.1994 em R$)

Período	Setor Público[2]						Setor Privado					
	Governo Federal		Governos estaduais e municipais		Total setor público		Indústria		Habitação[3]		Rural[4]	
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	433,69	4,69	40,57	2,64	96,62	7,33	52,46	32,69	134,39	40,84	67,68	4,76
jun.91	416,55	4,51	47,61	3,10	100,21	7,60	57,08	35,57	111,63	33,92	76,08	5,35
dez.91	437,69	4,73	38,67	2,52	95,56	7,25	54,55	33,99	107,90	32,79	74,22	5,22
jun.92	400,59	4,33	27,61	1,80	80,78	6,13	63,68	39,68	108,49	32,97	73,14	5,15
dez.92	282,70	3,06	52,67	3,43	85,46	6,48	70,76	44,09	106,37	32,32	71,38	5,02
jun.93	259,95	2,81	82,26	5,35	107,59	8,16	74,60	46,48	96,49	29,32	78,32	5,51
dez.93	108,91	1,18	89,27	5,81	92,07	6,98	71,81	44,75	101,00	30,69	102,02	7,18
jun.94	100,00	1,08	100,00	6,50	100,00	7,59	100,00	62,31	100,00	30,39	100,00	7,04
dez.94	96,79	1,05	65,43	4,26	69,90	5,30	104,26	64,97	108,32	32,92	111,99	7,88
jun.95	108,89	1,18	95,73	6,23	97,61	7,40	119,79	74,64	120,23	36,53	103,12	7,26
dez.95	123,47	1,34	113,83	7,40	115,21	8,74	129,22	80,52	101,69	30,90	122,69	8,63
jun.96	149,33	1,61	91,67	5,96	99,89	7,58	124,45	77,55	90,07	27,37	125,49	8,83
dez.96	171,99	1,86	86,95	5,66	99,07	7,52	126,11	78,58	80,75	24,54	85,18	5,99
jun.97	112,28	1,21	32,90	2,14	44,22	3,35	121,04	75,42	68,91	20,94	96,64	6,80
dez.97	114,97	1,24	59,06	3,84	67,04	5,09	116,97	72,89	64,15	19,49	75,86	5,34
jun.98	204,25	2,21	27,86	1,81	53,01	4,02	119,39	74,39	67,26	20,44	98,65	6,94
dez.98	209,41	2,26	16,40	1,07	43,92	3,33	109,56	68,27	63,16	19,19	100,77	7,09
jun.99	225,93	2,44	8,39	0,55	39,40	2,99	102,07	63,60	53,53	16,26	103,30	7,27
dez.99	177,69	1,92	4,96	0,32	29,59	2,24	96,60	60,19	47,08	14,30	105,26	7,41
jun.00	171,06	1,85	4,38	0,28	28,15	2,14	85,02	52,98	46,43	14,11	139,63	9,82
dez.00	146,64	1,59	16,98	1,10	35,47	2,69	96,57	60,17	46,11	14,01	162,00	11,40
jun.01	172,97	1,87	15,68	1,02	38,11	2,89	104,02	64,82	40,45	12,29	164,27	11,56
dez.01	165,98	1,80	15,85	1,03	37,25	2,83	100,14	62,40	35,58	10,81	180,48	12,70
jun.02	198,59	2,15	14,50	0,94	40,74	3,09	102,37	63,79	32,84	9,98	167,88	11,81
dez.02	180,53	1,95	13,15	0,86	37,02	2,81	86,58	53,95	25,53	7,76	177,61	12,50
jun.03	138,48	1,50	12,27	0,80	30,27	2,30	84,52	52,67	24,30	7,38	181,62	12,78
dez.03	119,32	1,29	11,13	0,72	26,56	2,01	91,24	56,85	23,30	7,08	197,03	13,86
jun.04	152,20	1,65	27,27	1,77	45,08	3,42	92,10	57,39	21,20	6,44	210,40	14,80
dez.04	118,41	1,28	28,18	1,83	41,04	3,11	91,51	57,02	19,68	5,98	236,33	16,63
jun.05	104,88	1,13	38,45	2,50	47,92	3,64	93,69	58,38	19,42	5,90	216,43	15,23
dez.05	98,23	1,06	51,00	3,32	57,73	4,38	101,64	63,34	19,78	6,01	250,15	17,60
jun.06	85,19	0,92	52,93	3,44	57,53	4,36	106,62	66,43	20,09	6,10	260,72	18,34
dez.06	65,28	0,71	45,39	2,95	48,22	3,66	117,20	73,03	21,98	6,68	298,18	20,98
jun.07	55,68	0,60	45,46	2,96	46,92	3,56	125,68	78,32	22,90	6,96	311,51	21,92
dez.07	51,78	0,56	42,77	2,78	44,05	3,34	146,42	91,24	24,31	7,39	341,74	24,04
jun.08	38,65	0,42	39,51	2,57	39,39	2,99	156,82	97,72	27,26	8,28	365,13	25,69

Tabela A22 (continuação): Crédito do SF Privado Nacional, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)[1]– Deflator: IGP-DI (jul.1994 em R$)

Período	Setor Privado (continuação)								Total geral[6]	
	Comércio		Pessoas físicas[5]		Outros serviços		Total setor privado			
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	29,63	10,45	29,35	4,28	45,48	18,73	58,58	111,75	60,03	119,08
jun.91	38,89	13,72	41,87	6,11	49,30	20,30	60,27	114,97	61,79	122,57
dez.91	35,55	12,54	43,60	6,36	49,03	20,19	58,23	111,09	59,66	118,34
jun.92	47,13	16,63	42,11	6,14	59,23	24,39	65,50	124,95	66,08	131,08
dez.92	51,42	18,14	66,70	9,73	73,92	30,44	73,25	139,74	73,72	146,22
jun.93	61,67	21,76	65,46	9,55	87,92	36,21	78,01	148,82	79,14	156,98
dez.93	90,09	31,78	92,46	13,48	106,51	43,86	90,02	171,74	90,10	178,72
jun.94	100,00	35,27	100,00	14,58	100,00	41,18	100,00	190,77	100,00	198,36
dez.94	127,93	45,13	220,57	32,16	121,78	50,15	122,24	233,20	120,24	238,51
jun.95	145,26	51,24	218,36	31,84	122,05	50,26	131,98	251,77	130,66	259,18
dez.95	143,37	50,57	193,31	28,19	120,71	49,71	130,27	248,52	129,70	257,26
jun.96	132,68	46,80	183,18	26,71	104,40	42,99	120,69	230,25	119,90	237,83
dez.96	103,08	36,36	236,53	34,49	96,75	39,84	115,22	219,81	114,60	227,32
jun.97	95,67	33,75	246,66	35,97	93,07	38,33	110,71	211,20	108,17	214,55
dez.97	99,31	35,03	292,44	42,64	95,90	39,49	112,64	214,88	110,90	219,97
jun.98	89,58	31,60	299,04	43,61	86,21	35,50	111,38	212,48	109,14	216,50
dez.98	78,81	27,80	294,30	42,91	82,51	33,98	104,44	199,25	102,13	202,58
jun.99	73,32	25,86	257,14	37,50	78,98	32,52	95,94	183,02	93,77	186,01
dez.99	75,63	26,68	251,82	36,72	79,31	32,66	93,28	177,96	90,85	180,20
jun.00	68,30	24,09	289,82	42,26	88,78	36,56	94,26	179,82	91,73	181,96
dez.00	82,97	29,27	351,52	51,26	102,15	42,07	109,12	208,17	106,31	210,87
jun.01	86,51	30,52	420,15	61,27	109,46	45,08	118,22	225,53	115,15	228,42
dez.01	82,38	29,06	421,45	61,46	112,37	46,28	116,74	222,70	113,70	225,52
jun.02	83,65	29,51	453,27	66,10	115,19	47,44	119,84	228,62	116,81	231,71
dez.02	69,81	24,63	368,59	53,75	101,01	41,60	101,79	194,18	99,31	196,99
jun.03	69,76	24,61	394,35	57,50	95,79	39,45	101,90	194,39	99,16	196,68
dez.03	71,27	25,14	421,78	61,50	94,58	38,95	106,62	203,39	103,55	205,41
jun.04	72,39	25,53	439,34	64,06	90,36	37,21	107,69	205,45	105,30	208,86
dez.04	75,54	26,64	544,17	79,35	85,40	35,17	115,74	220,79	112,88	223,91
jun.05	80,49	28,39	651,55	95,01	83,75	34,49	124,44	237,40	121,52	241,03
dez.05	91,13	32,15	791,97	115,48	93,18	38,37	143,08	272,95	139,81	277,33
jun.06	99,98	35,27	861,86	125,68	100,81	41,52	153,77	293,34	150,09	297,71
dez.06	113,25	39,95	932,31	135,95	111,46	45,90	169,04	322,48	164,42	326,14
jun.07	125,09	44,13	1.061,84	154,84	126,32	52,02	187,75	358,17	182,36	361,73
dez.07	137,36	48,45	1.191,75	173,78	150,32	61,91	213,25	406,81	206,77	410,15
jun.08	142,84	50,39	1.266,56	184,69	168,23	69,28	228,57	436,05	221,34	439,04

FONTE: Banco Central. Elaboração do autor. Notas: [1] Deflator: IGP-DI; [2] Inclui administração direta, indireta e atividades empresariais; [3] Refere-se às operações realizadas com pessoas físicas e cooperativas habitacionais. As operações destinadas a empreendimentos imobiliários são classificadas no segmento indústria; [4] Refere-se às operações contratadas com produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas em conformidade com as normas específicas do crédito rural; [5] Exclui as operações realizadas com os setores rural e habitacional; [6] Refere-se ao crédito do sistema financeiro, exceto com intermediários financeiros, tendo como base o documento contábil Estatística Econômico-Financeira anexo obrigatório do balancete contábil mensal das instituições financeiras. Inclui recursos livres e direcionados.

Tabela A23: Crédito do SF Privado Estrangeiro, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)[1] – Deflator: IGP-DI (jul.1994 em CR$)

Período	Setor Público[2]						Setor Privado					
	Governo Federal		Governos estaduais e municipais		Total setor público		Indústria		Habitação[3]		Rural[4]	
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	1.571,16	1,39	846,90	3,00	991,88	4,39	82,92	21,48	42,31	0,30	141,47	1,37
jun.91	1.166,19	1,03	774,27	2,74	852,72	3,77	74,17	19,22	43,69	0,31	141,53	1,37
dez.91	848,24	0,75	755,04	2,67	773,70	3,42	71,66	18,57	47,96	0,34	137,79	1,34
jun.92	734,14	0,65	732,14	2,59	732,54	3,24	100,11	25,94	53,50	0,38	129,38	1,26
dez.92	1.014,71	0,90	593,24	2,10	677,60	3,00	94,38	24,45	65,23	0,47	120,66	1,17
jun.93	1.103,66	0,98	219,72	0,78	396,66	1,76	84,61	21,92	71,11	0,51	94,68	0,92
dez.93	44,68	0,04	5,81	0,02	13,59	0,06	140,94	36,51	38,70	0,28	29,38	0,28
jun.94	100,00	0,09	100,00	0,35	100,00	0,44	100,00	25,91	100,00	0,72	100,00	0,97
dez.94	35,73	0,03	67,97	0,24	61,52	0,27	65,29	16,91	103,95	0,74	94,22	0,91
jun.95	101,62	0,09	258,57	0,92	227,15	1,01	84,15	21,80	126,15	0,90	105,57	1,02
dez.95	146,18	0,13	171,29	0,61	166,26	0,74	100,25	25,97	205,58	1,47	97,49	0,95
jun.96	111,61	0,10	129,54	0,46	125,95	0,56	105,39	27,30	313,54	2,24	176,22	1,71
dez.96	102,23	0,09	120,91	0,43	117,17	0,52	107,66	27,89	346,26	2,48	678,42	6,58
jun.97	83,74	0,07	1.350,45	4,78	1.096,89	4,85	116,06	30,07	397,25	2,84	722,83	7,01
dez.97	87,36	0,08	125,99	0,45	118,26	0,52	126,99	32,90	444,79	3,18	1.038,94	10,08
jun.98	73,83	0,07	46,60	0,16	52,05	0,23	118,83	30,78	379,36	2,71	803,42	7,79
dez.98	130,90	0,12	36,28	0,13	55,22	0,24	130,98	33,93	517,52	3,70	742,57	7,20
jun.99	635,39	0,56	68,67	0,24	182,11	0,81	165,96	42,99	687,71	4,92	605,47	5,87
dez.99	401,93	0,36	38,63	0,14	111,36	0,49	155,23	40,22	659,42	4,72	529,28	5,13
jun.00	342,86	0,30	10,61	0,04	77,12	0,34	142,15	36,82	687,68	4,92	391,31	3,80
dez.00	443,65	0,39	59,53	0,21	136,42	0,60	159,10	41,22	701,15	5,02	562,83	5,46
jun.01	318,68	0,28	46,79	0,17	101,22	0,45	183,63	47,57	705,60	5,05	636,40	6,17
dez.01	363,58	0,32	30,24	0,11	96,96	0,43	176,62	45,76	748,88	5,36	722,69	7,01
jun.02	484,13	0,43	47,71	0,17	135,07	0,60	170,75	44,24	711,22	5,09	656,83	6,37
dez.02	479,25	0,42	68,23	0,24	150,51	0,67	146,68	38,00	547,64	3,92	724,05	7,02
jun.03	299,88	0,27	53,41	0,19	102,75	0,45	116,92	30,29	490,72	3,51	927,55	9,00
dez.03	371,60	0,33	54,24	0,19	117,77	0,52	111,30	28,83	478,02	3,42	1.034,04	10,03
jun.04	313,11	0,28	52,24	0,18	104,46	0,46	113,10	29,30	444,21	3,18	1.089,51	10,57
dez.04	228,49	0,20	17,39	0,06	59,65	0,26	103,57	26,83	444,23	3,18	1.175,09	11,40
jun.05	221,01	0,20	104,62	0,37	127,91	0,57	104,96	27,19	461,11	3,30	1.219,52	11,83
dez.05	299,54	0,27	92,05	0,33	133,59	0,59	113,01	29,28	493,26	3,53	1.277,55	12,39
jun.06	368,36	0,33	138,50	0,49	184,52	0,82	113,63	29,44	513,38	3,67	1.333,71	12,94
dez.06	319,18	0,28	136,36	0,48	172,95	0,77	117,40	30,41	464,35	3,32	1.397,84	13,56
jun.07	418,87	0,37	159,01	0,56	211,03	0,93	123,56	32,01	662,79	4,74	1.478,39	14,34
dez.07	231,12	0,20	177,71	0,63	188,40	0,83	146,01	37,83	766,06	5,48	1.563,47	15,17
jun.08	192,04	0,17	146,78	0,52	155,84	0,69	145,84	37,78	832,58	5,96	1.544,46	14,98

Tabela A23 (continuação): Crédito do SF Privado Estrangeiro, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)[1] – Deflator: IGP-DI (jul.1994 em CR$)

Período	Setor Privado (continuação)								Total geral[6]	
	Comércio		Pessoas físicas[5]		Outros serviços		Total setor privado			
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	71,27	6,83	40,11	2,86	57,23	5,91	70,94	38,76	78,34	43,15
jun.91	62,04	5,95	32,17	2,29	54,97	5,68	63,73	34,82	70,07	38,59
dez.91	91,96	8,82	32,00	2,28	64,56	6,67	69,57	38,01	75,23	41,44
jun.92	71,53	6,86	32,82	2,34	59,53	6,15	78,56	42,92	83,81	46,16
dez.92	94,21	9,03	51,52	3,67	75,95	7,85	85,36	46,64	90,11	49,64
jun.93	80,56	7,72	53,61	3,82	71,08	7,34	77,30	42,24	79,87	43,99
dez.93	61,35	5,88	39,85	2,84	39,63	4,09	91,31	49,89	90,69	49,95
jun.94	100,00	9,59	100,00	7,13	100,00	10,33	100,00	54,64	100,00	55,08
dez.94	76,93	7,38	123,15	8,78	75,48	7,80	77,83	42,53	77,70	42,80
jun.95	123,55	11,85	77,19	5,50	81,46	8,41	90,58	49,49	91,68	50,50
dez.95	199,23	19,10	77,04	5,49	109,15	11,27	117,60	64,26	117,99	64,99
jun.96	226,26	21,69	83,80	5,97	119,19	12,31	130,37	71,24	130,34	71,79
dez.96	237,66	22,79	182,21	12,99	100,23	10,35	152,05	83,08	151,77	83,60
jun.97	255,69	24,52	305,38	21,77	101,00	10,43	176,88	96,64	184,27	101,50
dez.97	219,89	21,08	369,45	26,34	100,64	10,40	190,30	103,98	189,73	104,50
jun.98	207,03	19,85	387,66	27,64	126,52	13,07	186,41	101,85	185,33	102,08
dez.98	195,97	18,79	404,28	28,83	174,43	18,02	202,18	110,47	201,00	110,72
jun.99	211,33	20,26	416,00	29,66	199,43	20,60	227,51	124,31	227,15	125,12
dez.99	202,92	19,46	413,87	29,51	205,91	21,27	220,18	120,30	219,30	120,79
jun.00	210,64	20,20	451,72	32,21	266,89	27,57	229,71	125,51	228,49	125,85
dez.00	208,17	19,96	580,85	41,41	239,45	24,73	252,20	137,80	251,27	138,41
jun.01	227,74	21,84	642,85	45,84	288,98	29,85	286,09	156,32	284,60	156,76
dez.01	212,96	20,42	665,93	47,48	281,55	29,08	283,87	155,11	282,37	155,54
jun.02	213,84	20,50	653,41	46,59	272,11	28,11	276,17	150,89	275,03	151,49
dez.02	194,57	18,65	559,67	39,90	229,44	23,70	240,12	131,20	239,40	131,87
jun.03	171,17	16,41	493,32	35,17	169,17	17,47	204,72	111,86	203,90	112,31
dez.03	178,29	17,09	513,40	36,61	172,22	17,79	208,23	113,78	207,50	114,30
jun.04	199,85	19,16	546,31	38,95	172,77	17,85	217,80	119,01	216,89	119,47
dez.04	220,21	21,11	616,76	43,98	163,13	16,85	225,75	123,35	224,42	123,61
jun.05	226,36	21,70	695,52	49,59	189,27	19,55	243,72	133,16	242,79	133,73
dez.05	245,65	23,55	809,74	57,73	245,80	25,39	277,96	151,88	276,80	152,47
jun.06	255,44	24,49	929,82	66,30	257,22	26,57	299,06	163,40	298,14	164,22
dez.06	260,52	24,98	1.035,64	73,84	267,25	27,60	317,95	173,72	316,78	174,49
jun.07	244,23	23,42	1.146,75	81,76	305,55	31,56	343,78	187,84	342,71	188,77
dez.07	269,03	25,79	1.230,12	87,71	329,97	34,08	377,13	206,06	375,62	206,90
jun.08	291,80	27,98	1.265,44	90,23	344,33	35,57	388,90	212,49	387,03	213,18

FONTE: Banco Central. Elaboração do autor. Notas: [1] Deflator: IGP-DI; [2] Inclui administração direta, indireta e atividades empresariais; [3] Refere-se às operações realizadas com pessoas físicas e cooperativas habitacionais. As operações destinadas a empreendimentos imobiliários são classificadas no segmento indústria; [4] Refere-se às operações contratadas com produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas em conformidade com as normas específicas do crédito rural; [5] Exclui as operações realizadas com os setores rural e habitacional; [6] Refere-se ao crédito do sistema financeiro, exceto com intermediários financeiros, tendo como base o documento contábil Estatística Econômico-Financeira anexo obrigatório do balancete contábil mensal das instituições financeiras. Inclui recursos livres e direcionados.

Tabela A24: Crédito do SF Privado Estrangeiro, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)[1] – Deflator: IGP-DI (jul.1994 em R$)

Período	Setor Público[2]						Setor Privado					
	Governo Federal		Governos estaduais e municipais		Total setor público		Indústria		Habitação[3]		Rural[4]	
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	1.571,28	1,18	846,96	2,54	991,95	3,71	82,93	18,17	42,31	0,26	141,48	1,16
jun.91	1.166,28	0,87	774,33	2,32	852,79	3,19	74,18	16,25	43,70	0,26	141,54	1,16
dez.91	848,31	0,64	755,10	2,26	773,76	2,90	71,67	15,70	47,97	0,29	137,80	1,13
jun.92	734,20	0,55	732,19	2,19	732,60	2,74	100,12	21,94	53,50	0,32	129,39	1,06
dez.92	1.014,79	0,76	593,28	1,78	677,66	2,54	94,38	20,68	65,23	0,39	120,67	0,99
jun.93	1.103,66	0,83	219,72	0,66	396,66	1,48	84,61	18,54	71,11	0,43	94,68	0,78
dez.93	44,68	0,03	5,81	0,02	13,59	0,05	140,94	30,88	38,70	0,23	29,38	0,24
jun.94	100,00	0,07	100,00	0,30	100,00	0,37	100,00	21,91	100,00	0,61	100,00	0,82
dez.94	42,25	0,03	80,37	0,24	72,74	0,27	77,20	16,92	122,91	0,74	111,42	0,91
jun.95	120,18	0,09	305,78	0,92	268,63	1,01	99,52	21,80	149,18	0,90	124,84	1,02
dez.95	172,86	0,13	202,55	0,61	196,61	0,74	118,54	25,97	243,11	1,47	115,28	0,95
jun.96	131,99	0,10	153,19	0,46	148,95	0,56	124,63	27,31	370,79	2,24	208,39	1,71
dez.96	120,89	0,09	142,99	0,43	138,57	0,52	127,32	27,90	409,50	2,48	802,32	6,58
jun.97	99,03	0,07	1.597,09	4,78	1.297,22	4,85	137,26	30,08	469,80	2,84	854,85	7,01
dez.97	103,31	0,08	149,00	0,45	139,85	0,52	150,18	32,91	526,00	3,18	1.228,64	10,08
jun.98	87,31	0,07	55,10	0,16	61,55	0,23	140,52	30,79	448,60	2,72	950,06	7,80
dez.98	154,78	0,12	42,90	0,13	65,29	0,24	154,88	33,94	611,96	3,70	878,08	7,20
jun.99	751,21	0,56	81,19	0,24	215,31	0,81	196,21	42,99	813,07	4,92	715,84	5,87
dez.99	475,24	0,36	45,68	0,14	131,67	0,49	183,55	40,22	779,69	4,72	625,81	5,13
jun.00	405,43	0,30	12,55	0,04	91,19	0,34	168,08	36,83	813,17	4,92	462,72	3,80
dez.00	524,59	0,39	70,39	0,21	161,31	0,60	188,13	41,22	829,07	5,02	665,52	5,46
jun.01	376,80	0,28	55,33	0,17	119,68	0,45	217,12	47,57	834,30	5,05	752,48	6,17
dez.01	429,89	0,32	35,75	0,11	114,65	0,43	208,84	45,76	885,47	5,36	854,51	7,01
jun.02	572,39	0,43	56,41	0,17	159,69	0,60	201,88	44,23	840,88	5,09	776,57	6,37
dez.02	566,66	0,42	80,67	0,24	177,96	0,67	173,43	38,00	647,52	3,92	856,11	7,02
jun.03	354,61	0,27	63,16	0,19	121,50	0,45	138,26	30,29	580,28	3,51	1.096,85	9,00
dez.03	439,42	0,33	64,14	0,19	139,26	0,52	131,61	28,84	565,26	3,42	1.222,75	10,03
jun.04	370,26	0,28	61,78	0,18	123,53	0,46	133,74	29,30	525,29	3,18	1.288,37	10,57
dez.04	270,21	0,20	20,57	0,06	70,54	0,26	122,47	26,84	525,33	3,18	1.389,61	11,40
jun.05	261,34	0,20	123,71	0,37	151,26	0,57	124,11	27,19	545,25	3,30	1.442,06	11,83
dez.05	354,20	0,27	108,85	0,33	157,96	0,59	133,63	29,28	583,26	3,53	1.510,65	12,39
jun.06	435,57	0,33	163,77	0,49	218,18	0,82	134,36	29,44	607,04	3,67	1.577,02	12,94
dez.06	377,40	0,28	161,23	0,48	204,50	0,77	138,82	30,42	549,06	3,32	1.652,83	13,56
jun.07	495,24	0,37	188,00	0,56	249,50	0,93	146,08	32,01	783,63	4,74	1.747,92	14,34
dez.07	273,26	0,20	210,11	0,63	222,76	0,83	172,64	37,83	905,75	5,48	1.848,57	15,17
jun.08	227,04	0,17	173,52	0,52	184,24	0,69	172,41	37,78	984,30	5,96	1.825,91	14,98

Tabela A24 (continuação): Crédito do SF Privado Estrangeiro, saldo por atividade econômica (dez.1990/jun.2008)[1] – Deflator: IGP-DI (jul.1994 em R$)

Período	Setor Privado (continuação)								Total geral[6]	
	Comércio		Pessoas físicas[5]		Outros serviços		Total setor privado			
	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.94=100)	R$ bilhões dez.07
dez.90	71,27	5,78	40,11	2,42	57,23	5,00	70,95	32,79	78,35	36,50
jun.91	62,05	5,03	32,17	1,94	54,97	4,80	63,73	29,45	70,07	32,64
dez.91	91,96	7,46	32,01	1,93	64,56	5,64	69,58	32,15	75,23	35,05
jun.92	71,54	5,80	32,82	1,98	59,54	5,20	78,56	36,31	83,82	39,05
dez.92	94,22	7,64	51,53	3,11	75,96	6,64	85,36	39,45	90,12	41,98
jun.93	80,56	6,53	53,61	3,23	71,08	6,21	77,30	35,72	79,87	37,21
dez.93	61,35	4,98	39,85	2,40	39,63	3,46	91,31	42,20	90,69	42,25
jun.94	100,00	8,11	100,00	6,03	100,00	8,74	100,00	46,21	100,00	46,59
dez.94	90,97	7,38	145,62	8,78	89,26	7,80	92,03	42,53	91,88	42,80
jun.95	146,11	11,85	91,28	5,50	96,33	8,42	107,12	49,50	108,41	50,51
dez.95	235,59	19,10	91,10	5,49	129,08	11,28	139,06	64,26	139,53	65,00
jun.96	267,57	21,70	99,09	5,98	140,95	12,31	154,18	71,25	154,14	71,81
dez.96	281,07	22,79	215,49	12,99	118,54	10,36	179,82	83,10	179,49	83,62
jun.97	302,39	24,52	361,16	21,78	119,44	10,43	209,18	96,67	217,92	101,52
dez.97	260,04	21,09	436,91	26,35	119,02	10,40	225,05	104,00	224,37	104,53
jun.98	244,81	19,85	458,41	27,64	149,61	13,07	220,43	101,87	219,15	102,10
dez.98	231,74	18,79	478,06	28,83	206,26	18,02	239,08	110,48	237,68	110,73
jun.99	249,85	20,26	491,83	29,66	235,78	20,60	268,99	124,30	268,55	125,11
dez.99	239,93	19,46	489,35	29,51	243,46	21,27	260,33	120,31	259,30	120,80
jun.00	249,07	20,20	534,15	32,21	315,59	27,57	271,63	125,53	270,18	125,87
dez.00	246,15	19,96	686,83	41,42	283,14	24,74	298,22	137,81	297,12	138,42
jun.01	269,28	21,84	760,11	45,84	341,68	29,85	338,27	156,32	336,51	156,77
dez.01	251,80	20,42	787,39	47,48	332,90	29,08	335,65	155,11	333,88	155,54
jun.02	252,82	20,50	772,53	46,59	321,72	28,11	326,51	150,89	325,17	151,49
dez.02	230,05	18,66	661,75	39,91	271,28	23,70	283,92	131,20	283,06	131,87
jun.03	202,41	16,41	583,36	35,18	200,04	17,48	242,09	111,87	241,12	112,33
dez.03	210,83	17,10	607,09	36,61	203,65	17,79	246,23	113,79	245,37	114,31
jun.04	236,32	19,16	646,02	38,96	204,30	17,85	257,56	119,02	256,48	119,49
dez.04	260,41	21,12	729,35	43,98	192,90	16,85	266,96	123,37	265,38	123,63
jun.05	267,66	21,70	822,44	49,60	223,81	19,55	288,19	133,18	287,09	133,75
dez.05	290,47	23,55	957,49	57,74	290,65	25,39	328,68	151,89	327,31	152,48
jun.06	302,05	24,49	1.099,45	66,30	304,15	26,57	353,62	163,42	352,53	164,23
dez.06	308,04	24,98	1.224,55	73,85	316,00	27,61	375,94	173,73	374,57	174,50
jun.07	288,76	23,42	1.355,83	81,76	361,26	31,56	406,45	187,83	405,19	188,76
dez.07	318,09	25,79	1.454,43	87,71	390,14	34,08	445,90	206,06	444,11	206,90
jun.08	344,97	27,97	1.496,04	90,22	407,08	35,56	459,77	212,47	457,56	213,16

FONTE: Banco Central. Elaboração do autor. Notas: [1] Deflator: IGP-DI; [2] Inclui administração direta, indireta e atividades empresariais; [3] Refere-se às operações realizadas com pessoas físicas e cooperativas habitacionais. As operações destinadas a empreendimentos imobiliários são classificadas no segmento indústria; [4] Refere-se às operações contratadas com produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas em conformidade com as normas específicas do crédito rural; [5] Exclui as operações realizadas com os setores rural e habitacional; [6] Refere-se ao crédito do sistema financeiro, exceto com intermediários financeiros, tendo como base o documento contábil Estatística Econômico-Financeira anexo obrigatório do balancete contábil mensal das instituições financeiras. Inclui recursos livres e direcionados.

Tabela A25: Quantitativo de instituições autorizadas a funcionar no SFN (dez.1993/set.2008)

Tipo	dez.93	dez.94	dez.95	dez.96	dez.97	dez.98	dez.99	dez.00	dez.01	dez.02	dez.03	dez.04	dez.05	dez.06	dez.07	set.08
Banco Múltiplo	206	210	205	194	180	174	169	163	153	143	141	139	138	137	135	139
Banco Comercial (1)	35	34	35	38	36	28	25	28	28	23	23	24	22	21	20	20
Banco de Desenvolvimento	7	6	6	6	6	6	5	5	4	4	4	4	4	4	4	4
Caixa Econômica	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Banco de Investimento	17	17	17	23	22	22	21	19	20	23	21	21	20	18	17	18
Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento	41	42	43	48	49	44	42	43	42	46	47	46	50	51	52	55
Sociedade Corretora de TVM	240	240	227	219	202	194	193	187	177	161	147	139	133	116	107	107
Sociedade Corretora de Câmbio	45	47	48	39	37	39	39	41	43	42	43	47	45	48	46	46
Sociedade Distribuidora de TVM	378	376	333	283	238	210	190	177	159	151	146	138	134	133	134	136
Sociedade de Arrendamento Mercantil	67	77	80	75	80	83	81	78	72	65	58	51	45	41	38	36
Sociedade de Crédito Imobiliário, Associação de Poupança e Empréstimo e Sociedade de Crédito Imobiliário Repassadora (2)	27	27	23	22	22	21	19	18	18	18	18	18	18	18	18	18
Companhia Hipotecária	-	-	-	3	3	4	6	7	7	6	6	6	6	6	6	6
Agência de Fomento (3)	-	-	-	-	-	3	5	8	9	10	11	12	12	12	12	12
1º sub-total	**1.065**	**1.078**	**1.019**	**952**	**877**	**830**	**796**	**775**	**733**	**693**	**666**	**646**	**628**	**606**	**590**	**598**
Cooperativa de Crédito	877	946	980	1.018	1.120	1.198	1.253	1.311	1.379	1.430	1.454	1.436	1.439	1.452	1465	1460
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (4)	-	-	-	-	-	-	4	11	23	37	49	51	55	56	53	46
2º sub-total	**1.942**	**2.024**	**1.999**	**1.970**	**1.997**	**2.028**	**2.053**	**2.097**	**2.135**	**2.160**	**2.169**	**2.133**	**2.122**	**2.114**	**2.108**	**2.104**
Consórcio	485	490	462	446	433	422	406	407	399	376	365	364	342	333	329	317
Total	**2.427**	**2.514**	**2.461**	**2.416**	**2.430**	**2.450**	**2.459**	**2.504**	**2.534**	**2.536**	**2.534**	**2.497**	**2.464**	**2.447**	**2.437**	**2.421**

(1) Inclui as Filiais de Bancos Estrangeiros.

(2) Inclui Sociedades de Crédito Imobiliário Repassadoras (SCIR) que não podem captar recursos junto ao público.

(3) Em Jan/1999 foi constituída a 1ª Ag. Fomento, nos termos da Res. 2.574, de 17.12.1998.

(4) Em Out/1999 foi constituída a 1ª SCM, nos termos da Res. 2.627, de 2.8.1999.

FONTE: Relatório de Evolução do SFN do Banco Central (dez.2006); Relatório de Estabilidade Financeira do BC (mai.2008); e atualização mensal de dados do SFN.

Tabela A26: ROE em diferentes setores da economia brasileira (1990/1993)

Setores da economia	1990				1991				1992				1993			
	n. empresas	ROE (1)	ROE (2)	ROE (3)	n. empresas	ROE (1)	ROE (2)	ROE (3)	n. empresas	ROE (1)	ROE (2)	ROE (3)	n. empresas	ROE (1)	ROE (2)	ROE (3)
Setor produtivo																
Agropecuária*	902	0,4	0,0	0,9	240	-7,0	-4,5	-0,4	247	-4,6	-3,6	-0,4	231	-10,8	-2,7	-0,1
Cana/açúcar/alcool	-	-	-	-	277	-11,5	-3,0	-6,5	264	-20,1	-4,2	-6,5	230	-21,7	-1,3	-2,9
Carne e pecuária	-	-	-	-	517	-0,4	-3,4	-3,2	504	0,0	-4,5	-1,6	428	-0,9	-3,2	-0,9
Alimentos	754	1,1	0,9	-2,1	338	2,2	-2,5	-4,8	315	1,0	-1,0	-4,3	283	0,4	-3,6	-9,4
Autopeças	190	25,8	5,2	5,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autopeças e material de transporte	-	-	-	-	256	-4,5	-10,2	-13,6	239	-9,6	-6,3	-7,9	222	-8,0	-8,0	11,9
Bebidas e Fumo	158	10,8	13,1	11,3	152	1,2	0,4	8,9	143	-0,4	0,6	6,2	125	0,0	1,5	9,5
Comércio atacadista	364	41,0	5,9	13,0	324	10,7	-7,5	-1,4	296	9,5	-7,3	1,3	261	6,0	-4,6	2,5
Comércio varejista	1261	49,5	10,4	0,7	443	10,2	-8,9	-7,2	398	7,6	-3,4	-7,1	388	7,5	-4,4	2,0
Comércio exterior	283	21,7	4,1	3,2	255	5,1	-3,8	-0,6	235	-0,9	-4,1	4,8	207	-0,1	0,9	17,2
Construção	963	14,5	4,4	11,4	946	4,5	0,0	0,8	923	2,9	-0,7	0,8	832	2,5	0,5	3,1
Editorial e gráfica	202	25,4	13,2	12,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eletroeletrônica	294	18,6	4,1	-1,2	214	-0,8	-14,4	-18,2	204	0,9	-6,8	-3,3	189	-1,5	-3,2	3,3
Informática e material de escritório	163	7,3	9,3	-1,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Informática e telecomunicações	-	-	-	-	219	-15,0	-9,8	-0,5	220	-12,7	-5,6	2,7	199	-16,4	-7,8	0,5
Madeira e móveis**	248	8,5	0,1	-2,4	447	-2,5	-5,5	-3,8	423	-1,1	-2,0	-2,2	363	-0,3	-2,8	-4,3
Material de transporte	81	3,7	2,4	-26,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mecânica	407	13,0	0,8	-17,4	377	-0,9	-10,8	-20,9	370	-0,8	-7,1	-4,6	324	-0,5	-4,2	-3,4
Metalurgia	555	9,9	1,3	-19,6	533	-2,5	-8,7	-4,6	499	-4,6	-4,8	-2,8	442	-7,3	-6,3	-3,7
Material e serviços de escritório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mineração	162	-2,7	0,0		163	-3,2	-3,9	2,2	159	-1,6	-1,1	3,2	142	-2,2	-1,6	4,6
Não-metálicos	263	10,1	2,0	3,5	252	2,3	-2,9	1,4	242	2,2	-1,4	7,8	224	1,3	-0,2	9,1
Papel e celulose	138	3,8	0,0	-1,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propaganda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Química e farmacêutica	708	12,1	3,7	-3,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Química e petroquímica	-	-	-	-	355	-0,9	-5,7	-4,1	348	-0,1	-0,5	-0,9	321	0,0	-1,0	2,2
Farmacêuticos e higiene	-	-	-	-	141	-1,8	-8,5	-6,7	143	6,7	0,5	8,3	121	4,1	-4,0	0,5

Tabela A26 (continuação): ROE em diferentes setores da economia brasileira (1990/1993)

Setores da economia	1990				1991				1992				1993			
	n. empresas	ROE (1)	ROE (2)	ROE (3)	n. empresas	ROE (1)	ROE (2)	ROE (3)	n. empresas	ROE (1)	ROE (2)	ROE (3)	n. empresas	ROE (1)	ROE (2)	ROE (3)
Serviços públicos	537	2,2	9,9	-17,7	388	-9,2	-0,4	-3,8	388	-11,5	-1,0	-5,0	355	-9,3	-0,8	-3,3
Serviços gerais	-	-	-	-	321	-0,5	-3,3	-3,3	324	-1,9	-3,2	-2,3	291	-0,4	-1,8	1,4
Têxtil e couro	659	20,4	2,2	-3,6	593	0,8	-10,3	-10,2	550	0,0	-7,8	-10,6	506	-0,4	-2,9	-2,6
Transporte e armazenagem	543	-0,1	7,5	-71,0	501	-11,0	-3,5	-12,8	475	-18,7	-9,1	-11,4	453	-19,3	-6,1	-10,8
Turismo e entretenimento	363	2,6	1,2	-9,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Holdings	943	14,0	3,0	3,1	904		-36,1	0,8	894	-2,0	-0,8	1,6	804	-	-0,8	2,0
Distribuidores de veículos e peças	-	-	-	-	677	15,9	-13,5	-8,0	659	6,6	-15,8	-13,9	581	7,8	-12,4	-9,9
Plásticos e borrachas	-	-	-	-	171	-2,3	-10,5	-17,9	171	-5,5	-8,0	-10,6	147	-12,7	-7,3	-10,6
Comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	263	-8,4	-6,6	-15,8	243	-12,8	-6,9	-9,8
Seguros e Previdência***	263	-	-	8,4	204	-	-	9,0	209	-	-	5,1	190	-	-	-1,7
Acumulado das seguradoras	154	-	-	9,0	114	-	3,6	7,3	123	-	1,7	5,8	128	-	2,2	-2,4
Corretoras de seguros	52	-	14,7	19,5	43	-	6,2	13,9	44	-	0,3	2,8	28	-	7,1	22,6
Previdência privada	57	-	-	-	47	-	5,6	17,0	42	-	1,2	3,0	34	-	1,2	2,9
Média ROE setor produtivo (exclui seguros e previdência)**	**11.141**	**13,1**	**4,4**	**-4,9**	**10.004**	**-0,8**	**-7,4**	**-5,3**	**9.896**	**-2,5**	**-4,3**	**-2,7**	**8.912**	**-3,7**	**-3,5**	**-0,1**
Bancos	**221**	-	-	**10,9**	**220**	-	-	**6,6**	**234**	-	-	**9,5**	**238**	-	-	**12,8**
Bancos Comerciais	46	-	-	5,9	45	-	-	4,0	46	-	1,4	5,2	44	-	4,4	6,7
Bancos comerciais privados	11	-	14,9	13,5	12	-	-2,0	6,9	13	-	0,8	8,0	13	-	3,1	12,4
Bancos comerciais estrang.	18	-	8,5	5,0	18	-	0,3	-2,1	17	-	-0,6	1,7	16	-	3,7	3,4
Bancos comerciais estatais e Caixas Econômicas	17	-	9,1	5,6	15	-	2,3	4,4	16	-	4,4	5,3	15	-	10,2	6,6
Bancos Múltiplos	175	-	5,1	15,2	175	-	5,1	8,0	188	-	7,4	11,9	194	-	12,7	16,0
Bancos múltiplos privados	**131**	-	**11,8**	**14,7**	**146**	-	**5,6**	**9,6**	**158**	-	**8,1**	**12,8**	**156**	-	**12,7**	**16,6**
Bancos Múltiplos Estatais	11	-	12,2	16,4	10	-	2,3	3,7	10	-	**4,8**	11,4	13	-	11,9	15,2
Bancos Múltiplos Etrangeiros	17	-	15,6	16,4	19	-	4,4	3,1	20	-	**4,0**	3,8	25	-	14,8	13,1

FONTE: Gazeta Mercantil Balanço Anual (1991, 1992, 1993, 1994/95). Elaboração do autor.

(1) Lucro antes da correção sobre patrimônio líquido real (mediana); (2) lucro líquido sobre patrimônio líquido real; para Finanças, resultado líquido sobre patrimônio líquido real (mediana); (3) lucro líquido sobre patrimônio líquido real (acumulado do setor). Mediana da rentabilidade.

* a partir de 1991, agricultura; ** a partir 1991, madeira/móveis/papel; ***para 1990, exclui previdência privada, ante o erro na publicação Balanço Anual; ****A coluna referente ao número de empresas refere-se à somatória.

Tabela A27: Rentabilidade do patrimônio dos setores produtivo e bancário (1994/1999)

Setores da economia	1994		1995		1996		1997		1998		1999	
	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE
Indústria	**3264**	**8,8**	**3127**	**2,6**	**3060**	**2,0**	**1776**	**2,7**	**1929**	**1,9**	**2374**	**1,1**
Autopeças e material de transporte	248	19,8	235	-2,7	236	-2,1	138	-0,7	134	-1,4	174	-10,2
Eletroeletrônica	193	12,4	186	6,9	181	10,5	110	2,0	116	0,1	206	-13,7
Madeira, móveis e papel	372	4,1	386	3,1	379	-3,1	225	-2,9	247	-4,9	296	2,2
Mecânica	363	7,4	344	-12,7	324	-1,7	188	6,4	191	2,1	234	-3,1
Metalurgia	507	5,4	455	1,4	455	0,2	267	1,8	297	-1,8	360	-3,6
Mineração	118	6,5	115	2,5	122	5,1	57	6,6	85	7,7	99	8,0
Não-metálicos	249	8,1	248	3,1	241	7,9	139	4,0	160	4,1	175	6,1
Química e petroquímica	348	9,6	333	2,7	309	1,7	208	4,2	205	5,6	250	5,8
Farmacêuticos e higiene	153	27,3	153	28,9	147	23,4	75	15,8	84	12,8	112	16,4
Têxtil e couro	530	11,1	499	-1,0	486	-2,8	262	-2,8	292	-2,6	309	-3,7
Plásticos e borracha	183	7,8	173	-1,5	180	-3,6	107	-1,7	118	-7,0	159	-4,9
Média indústria	-	10,9	-	2,8	-	3,2	-	3,0	-	1,3	-	-0,1
Mediana Indústria	-	8,1	-	2,5	-	0,2	-	2,0	-	0,1	-	-3,1
Serviços	**2589**	**0,1**	**2560**	**-1,9**	**2869**	**1,0**	**1508**	**2,2**	**2012**	**1,8**	**2238**	**-2,5**
Construção	851	4,2	845	2,1	914	4,8	527	3,5	611	4,1	687	4,5
Informática e telecomunicações	225	15,7	217	2,8	239	5,0	126	7,6	170	4,7	157	3,7
Serviços	761	0,5	776	-1,6	968	0,8	355	4,4	730	2,2	812	-2,9
Serviços públicos	366	0,5	375	-1,7	444	0,7	140	4,3	250	3,1	-	-
Serviços gerais	395	2,8	401	2,6	524	4,4	215	6,7	480	-15,1	-	-
Transporte e armazenagem	478	-5,2	453	-6,2	467	-16,9	264	-6,6	306	-1,7	362	-8,9
Comunicação	274	15,7	269	9,6	281	14,5	236	10,6	195	-4,9	220	-25,5
Média serviços	-	4,9	-	1,1	-	1,9	-	4,4	-	-1,1	-	-5,8
Mediana serviços	-	2,8	-	2,1	-	4,4	-	4,4	-	2,2	-	-2,9

Tabela A27 (continuação): Rentabilidade do patrimônio dos setores produtivo e bancário (1994/1999)

Setores da economia	1994		1995		1996		1997		1998		1999	
	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE
Comércio	**1991**	**14,1**	**1884**	**7,4**	**1852**	**11,3**	**842**	**8,2**	**874**	**10,2**	**1028**	**5,5**
Comércio atacadista	463	18,0	412	6,7	385	12,0	150	9,2	146	12,2	195	5,0
Comércio varejista	676	9,3	646	9,7	631	11,9	249	6,6	235	8,1	318	3,4
Comércio exterior	190	24,9	182	11,3	204	14,2	107	10,3	132	15,9	136	11,9
Distrib. de veículos e peças	662	10,0	644	0,3	632	3,7	336	6,1	361	4,2	379	5,7
Média comércio	-	15,6	-	7,0	-	10,4	-	8,1	-	10,1	-	6,5
Mediana comércio	-	14,0	-	8,2	-	11,9	-	7,9	-	10,1	-	5,3
Agronegócios	**1283**	**7,1**	**1262**	**3,9**	**1439**	**3,1**	**708**	**2,4**	**1015**	**5,7**	**1062**	**-2,2**
Agricultura	233	1,1	226	1,9	283	-3,7	147	-0,1	196	9,5	232	-10,9
Cana/açúcar/alcool	241	6,7	228	-5,9	212	-4,0	108	-1,8	159	-2,8	162	-6,6
Carne e pecuária	391	3,7	399	-0,1	525	-1,6	201	2,6	365	0,7	355	-4,4
Alimentos	295	10,9	293	6,8	294	1,8	186	-3,0	209	5,3	229	0,6
Bebidas e Fumo	123	10,9	116	13,8	125	15,4	66	10,6	86	12,8	84	3,2
Média agronegócios	-	6,7	-	3,3	-	1,6	-	1,7	-	5,1	-	-3,6
Mediana agronegócios	-	6,7	-	1,9	-	-1,6	-	-0,1	-	5,3	-	-4,4
Total setor produtivo	**9127**	**4,7**	**8833**	**0,6**	**9220**	**2,0**	**4834**	**2,6**	**5830**	**2,5**	**6702**	**-0,8**
Média setor produtivo	-	9,2	-	3,1	-	3,6	-	3,8	-	2,7	-	-0,9
Mediana setor produtivo	-	8,1	-	2,5	-	1,8	-	4,2	-	3,1	-	0,6
Grandes bancos privados (base 50 maiores bancos do BC)	-	-	**39**	**11,7**	**39**	**13,9**	**43**	**3,9**	**42**	**10,7**	**43**	**23,6**
Privados nacionais	-	-	23	11,7	23	13,5	21	3,0	15	18,6	12	22,6
Privados estrangeiros	-	-	11	10,7	11	10,3	15	2,3	21	-2,6	26	25,0
Privados com partic. estrang.	-	-	5	12,8	5	19,4	7	8,0	6	13,5	5	22,8
Bancos privados nacionais (GM)	**168**	**16,7**	**163**	**13,4**	**145**	**17,3**	-	-	-	-	-	-
Comerciais	13	9,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Múltiplos	155	16,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Múltiplos e comerciais	168	16,7	163	13,4	145	17,3	-	-	-	-	-	-

FONTE: Balanço Anual Gazeta Mercantil (1995 a 2000) e Banco Central, “50 maiores bancos”. Elaboração do autor.

Tabela A28: Rentabilidade do patrimônio dos setores produtivo e bancário (2000/2007)

Setores da economia	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE
Indústria	**2.457**	**14,2**	**2.501**	**11,0**	**2.504**	**6,1**	**2.203**	**19,6**	**2.116**	**24,3**	**2.068**	**21,7**	**1.963**	**19,0**	**1.907**	**16,7**
Indústria (sem petróleo e gás)	**2.383**	**10,1**	**2.418**	**6,6**	**2.417**	**1,9**	**2.118**	**16,0**	**2.028**	**24,2**	**1.973**	**19,9**	**1.862**	**17,5**	**1.800**	**16,1**
Petróleo e gás	74	31,1	83	27,8	87	19,5	85	29,5	88	24,4	95	26,2	101	22,3	107	18,1
Veículos e autopeças	206	5,6	212	9,2	207	-9,0	178	0,3	172	12,3	151	17,4	138	18,9	136	31,5
Veículos	-	-	41	14,6	38	-18,1	34	-3,3	37	9,2	-	-	-	-	-	-
Autopeças	-	-	171	3,6	169	4,4	144	6,4	135	16,9	-	-	-	-	-	-
Metalurgia	350	13,4	343	5,9	356	0,6	324	21,3	307	33,4	255	16,5	238	18,7	239	-19,0
Siderurgia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57	27,0	50	23,0	46	23,5
Química e petroquímica	224	7,5	229	3,7	236	-11,5	211	18,3	204	24,1	199	15,6	185	10,1	174	12,7
Petroquímica	-	-	76	4,4	76	-20,8	69	15,2	65	22,2	-	-	-	-	-	-
Química	-	-	153	2,6	160	-1,7	142	21,5	139	26,2	-	-	-	-	-	-
Eletrodomésticos	56	3,5	47	-8,1	45	-7,8	45	0,0	48	10,8	50	7,7	43	7,6	38	10,3
Papel e celulose	113	13,3	98	7,1	102	2,3	95	23,5	93	19,0	92	14,8	88	12,8	86	12,1
Mineração	94	15,7	95	17,8	95	11,1	84	29,4	95	36,9	93	43,7	103	35,7	105	33,8
Minerais não-metálicos	176	12,3	172	16,8	167	21,2	154	16,8	147	19,0	140	6,0	136	4,9	129	4,0
Mecânica	230	4,2	238	6,1	240	9,9	192	2,1	185	15,3	183	10,7	167	1,7	167	16,6
Higiene e limpeza	49	10,8	42	9,8	35	23,9	30	-210,4	29	-11,9	27	48,4	31	12,4	32	16,7
Equipamentos elétricos	71	7,8	75	20,3	73	1,4	61	15,9	56	18,1	117	14,7	104	16,0	98	19,7
Farmacêuticos	76	7,2	89	6,1	97	0,2	81	8,5	82	9,9	71	11,8	62	17,1	58	11,6
Plástico e borracha	192	0,4	194	-5,6	188	6,2	148	12,2	132	23,0	134	15,3	128	7,3	120	5,9
Plástico	-	-	176	-7,4	172	6,2	135	12,8	122	24,9	-	-	-	-	-	-
Borracha	-	-	18	8,1	16	6,6	13	7,4	10	8,3	-	-	-	-	-	-
Eletrônicos	77	-1,4	84	-65,0	70	-104,4	68	-32,8	60	6,0	-	-	-	-	-	-
Têxtil, couro, calçados e confecções	337	12,8	328	0,9	322	-1,6	284	4,1	278	6,1	276	2,7	260	0,8	244	3,4
Couro e calçados	72	10,1	72	9,4	75	7,6	58	15,1	58	7,8	-	-	-	-	-	-
Têxtil	265	2,7	256	-1,4	247	-4,4	226	0,2	220	5,5	-	-	-	-	-	-
Material de escritório	-	-	23	7,4	26	5,9	22	4,9	18	54,9	14	60,3	13		11	
Madeira e móveis	132	2,9	149	-0,7	158	1,6	141	4,0	122	8,2	114	2,9	116	6,9	117	8,4
Média indústria	-	9,2	-	3,5	-	-1,8	-	-3,1	-	18,2	-	20,1	-	13,5	-	13,1
Mediana Indústria	-	7,6	-	6,1	-	1,6	-	8,5	-	18,1	-	15,3	-	12,6	-	12,4

Tabela A28 (continuação): Rentabilidade do patrimônio dos setores produtivo e bancário (2000/2007)

Setores da economia	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE
Serviços	**2.656**	**-0,2**	**2.949**	**-1,2**	**3.673**	**-11,7**	**3.701**	**0,9**	**4.226**	**4,0**	**4.701**	**5,9**	**4.861**	**6,9**	**5.012**	**7,8**
Energia elétrica	86	0,4	120	2,4	183	-16,9	203	5,1	238	4,8	287	11,2	330	9,9	372	10,5
Telecomunicações	86	1,0	82	-5,3	84	-11,9	70	-6,5	76	2,3	77	-0,8	69	6,6	58	8,7
Transporte e logística	461	-9,1	534	-10,0	551	-24,7	488	-6,1	492	4,4	495	0,2	504	1,9	517	5,0
Construção	806	3,8	841	3,8	875	10,0	820	4,2	881	4,0	992	4,9	1.102	4,0	1.129	5,0
Comunicações	278	-10,5	295	-5,6	296	-43,0	266	-4,1	249	11,6	222	13,7	225	17,2	211	20,8
Saneamento, limpeza e desenv. Urbano	131	-2,3	135	-2,4	144	-13,1	142	2,1	138	0,6	150	5,1	149	3,4	143	2,9
Saúde	229	2,3	279	0,5	707	3,1	945	4,1	1.381	8,0	1.593	9,6	1.486	8,3	1.468	10,4
Tecnologia da informação	184	-3,3	229	-33,5	253	-57,7	233	2,3	220	7,1	211	11,8	194	15,0	205	12,7
Serviços especializados, esporte, turismo e lazer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	449	4,4	475	4,8	516	8,2
Serviços especializados	104	13,2	196	11,2	338	-1,5	168	3,0	188	10,7	-	-	-	-	-	-
Turismo, alimentação e hospedagem	232	-4,8	238	-6,4	242	-9,6	223	-8,8	222	-5,4	-	-	-	-	-	-
Esportes e entretenimento	21	-51,2	-	-	-	-	81	-21,2	70	-10,6	-	-	-	-	-	-
Associações de classe	38	-0,1	-	-	-	-	62	2,1	55	4,7	147	17,0	171	11,7	219	1,1
Educação e cultura	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-10,3	78	5,4	156	10,9	174	15,4
Média serviços	-	-5,1	-	-4,5	-	-16,5	-	-2,0	-	2,5	-	7,5	-	8,5	-	9,1
Mediana serviços	-	-1,2	-	-3,8	-	-12,5	-	2,1	-	4,4	-	5,4	-	8,3	-	8,7
Comércio	**1.185**	**5,7**	**1.147**	**5,5**	**1.139**	**0,8**	**1.013**	**9,4**	**1.402**	**11,4**	**1.513**	**10,0**	**1.495**	**5,8**	**1.523**	**9,0**
Varejo	297	2,8	388	4,2	400	-0,7	359	1,6	628	4,7	696	6,5	659	0,2	678	6,5
Atacado	312	12,1	226	5,7	235	-5,0	217	20,0	380	22,1	474	10,7	493	11,9	524	14,2
Distribuidores de veículos e autopeças	443	1,9	380	2,4	347	2,3	282	6,7	250	10,7	234	12,6	234	4,0	214	7,8
Comércio exterior	127	5,1	135	10,8	137	8,7	130	24,4	115	20,7	109	23,0	109	20,1	107	11,9
Franquias	6	24,7	18	14,3	20	3,8	19	5,2	23	23,8	-	-	-	-	-	-
Shopping centers	-	-	-	-	-	-	6	13,6	6	15,1	-	-	-	-	-	-
Média comércio	-	9,3	-	7,5	-	1,8	-	11,9	-	16,2	-	13,2	-	9,1	-	10,1
Mediana comércio	-	5,1	-	5,7	-	2,3	-	10,2	-	17,9	-	11,7	-	8,0	-	9,8

Tabela A28 (continuação): Rentabilidade do patrimônio dos setores produtivo e bancário (2000/2007)

Setores da economia	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE	n. empresas	ROE
Agronegócios	**1.167**	**3,8**	**1.392**	**5,9**	**1.435**	**4,9**	**1.193**	**13,9**	**1.154**	**12,1**	**1.210**	**9,1**	**1.210**	**10,3**	**1.169**	**9,1**
Alimentos, bebidas e fumo	465	6,4	448	7,6	440	1,8	392	16,9	377	13,6	361	12,4	356	15,2	356	11,5
Alimentos	360	-0,7	352	2,8	348	-3,8	309	15,4	297	13,0	-	-	-	-	-	-
Bebidas e fumo	105	14,8	96	15,4	92	12,9	83	18,5	80	14,3	-	-	-	-	-	-
Cana/açucar/álcool	193	-0,9	197	6,6	200	11,8	188	11,2	193	4,2	195	5,1	207	1,6	-	-
Agricultura, pecuária e cooperativas	509	0,3	747	2,3	795	4,9	613	9,1	584	15,3	654	7,0	647	12,3	813	7,1
Agricultura	232	-0,9	277	-1,2	350	5,6	238	1,9	225	2,8	-	-	-	-	-	-
Pecuária	277	1,7	371	-3,5	349	0,7	297	1,4	291	2,0	-	-	-	-	-	-
Cooperativas	-	-	99	15,6	96	7,7	78	26,3	68	49,8	-	-	-	-	-	-
Média agronegócios	-	2,8	-	6,0	-	5,8	-	12,4	-	14,4	-	8,2	-	9,7	-	9,3
Mediana agronegócios	-	-0,7	-	2,8	-	5,6	-	11,2	-	4,2	-	7,0	-	12,3	-	9,3
Total setor produtivo	**7.465**	**5,7**	**7.989**	**4,1**	**8.751**	**-2,9**	**8.110**	**10,1**	**8.898**	**13,7**	**9.492**	**13,0**	**9.529**	**12,2**	**9.611**	**11,7**
Média setor produtivo	-	3,9	-	2,0	-	-4,8	-	0,9	-	12,1	-	14,3	-	11,0	-	11,2
Mediana setor produtivo	-	3,6	-	4,2	-	1,4	-	4,6	-	10,7	-	11,8	-	10,5	-	10,5
Grandes bancos privados (base 50 maiores bancos do BC)	**44**	**10,7**	**45**	**6,5**	**44**	**25,1**	**42**	**14,7**	**44**	**17,7**	**43**	**21,0**	**43**	**20,0**	**44**	**24,1**
Privados nacionais	14	21,5	16	23,4	16	21,1	19	18,0	21	23,9	21	25,5	22	21,7	22	20,6
Privados estrangeiros	25	-3,5	25	-15,5	25	30,7	21	10,1	21	9,0	20	13,5	20	15,6	21	29,5
Privados com partic. estrang.	5	14,6	4	13,9	3	18,9	2	16,3	2	16,7	2	20,3	1	22,7	1	30,0
Bancos (GM)	**204**	**10,0**	**181**	**1,6**	**169**	**20,4**	**304**	**16,6**	-	-	-	-	-	-	-	-
Privados	188	9,7	167	8,8	155	21,3	145	16,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Múltiplos	-	-	-	-	-	-	122	16,4	-	-	-	-	-	-	-	-
Comerciais	-	-	-	-	-	-	23	-0,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Estatais	16	11,2	14	-30,6	14	15,6	14	21,8	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Balanço Anual Gazeta Mercantil (2001 a 2008) e Banco Central, “50 maiores bancos”. Elaboração do autor.

ANEXO B – Dados em R$ constantes e indicadores dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008): base 50 maiores bancos do Banco Central

Tabela B1: Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados		Privado nacional (A)		Privado controle estrangeiro (B)		Privado participação estrangeira (C)		50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)		Total SFN	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	290,08	59,40	351,34	85,06	84,26	21,77	105,39	82,47	541,00	58,30	1.799,63	97,87
jun.96	344,85	70,62	427,23	103,43	118,90	30,72	106,95	83,69	653,08	70,38	1.951,54	106,14
dez.96	328,59	67,29	412,92	99,97	106,12	27,42	108,45	84,86	627,49	67,62	1.878,26	102,15
jun.97	359,85	73,69	469,55	113,68	178,84	46,20	124,78	97,64	773,17	83,32	2.125,29	115,59
dez.97	375,25	76,84	458,38	110,97	203,57	52,60	153,00	119,72	814,96	87,83	2.075,63	112,88
jun.98	464,66	95,15	487,10	117,92	258,38	66,76	178,20	139,43	923,68	99,54	2.125,60	115,60
dez.98	426,70	87,38	434,97	105,30	268,52	69,37	124,65	97,53	828,13	89,25	2.022,85	110,01
jun.99	463,78	94,97	394,97	95,62	356,44	92,09	119,82	93,76	871,23	93,89	2.019,11	109,81
dez.99	414,05	84,79	354,48	85,82	332,32	85,86	108,07	84,56	794,87	85,66	1.802,17	98,01
jun.00	443,44	90,81	385,60	93,35	381,62	98,59	112,22	87,81	879,44	94,78	1.918,72	104,35
dez.00	488,33	100,00	413,06	100,00	387,06	100,00	127,80	100,00	927,92	100,00	1.838,72	100,00
jun.01	564,36	115,57	435,34	105,39	455,09	117,58	134,39	105,15	1.024,82	110,44	1.887,68	102,66
dez.01	545,03	111,61	445,21	107,78	423,95	109,53	126,67	99,12	995,83	107,32	1.878,92	102,19
jun.02	584,36	119,66	446,82	108,17	439,29	113,50	134,31	105,09	1.020,42	109,97	1.908,05	103,77
dez.02	531,88	108,92	417,11	100,98	344,53	89,01	104,26	81,58	865,90	93,32	1.713,60	93,20
jun.03	506,84	103,79	427,55	103,51	286,08	73,91	87,19	68,22	800,81	86,30	1.600,16	87,03
dez.03	549,44	112,51	468,20	113,35	279,95	72,33	89,43	69,98	837,58	90,26	1.692,56	92,05
jun.04	541,15	110,82	468,29	113,37	302,92	78,26	100,66	78,76	871,87	93,96	1.709,31	92,96
dez.04	533,09	109,16	463,21	112,14	286,86	74,11	92,27	72,20	842,34	90,78	1.644,37	89,43
jun.05	569,66	116,65	486,94	117,89	318,81	82,37	98,67	77,21	904,42	97,47	1.712,22	93,12
dez.05	622,54	127,48	534,95	129,51	342,67	88,53	117,94	92,28	995,56	107,29	1.875,32	101,99
jun.06	684,22	140,11	599,50	145,14	369,76	95,53	115,25	90,18	1.084,51	116,88	2.008,38	109,23
dez.06	795,74	162,95	667,06	161,49	421,68	108,95	105,50	82,55	1.194,24	128,70	2.155,40	117,22
jun.07	937,89	192,06	767,50	185,81	534,59	138,12	134,26	105,05	1.436,34	154,79	2.504,74	136,22
dez.07	996,16	203,99	826,51	200,10	521,95	134,85	147,95	115,77	1.496,42	161,27	2.559,11	139,18
jun.08	1.072,53	219,63	888,57	215,12	521,85	134,83	158,40	123,94	1.568,82	169,07	2.671,58	145,29

Tabela B1 (continuação): Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco		Itaú		Unibanco		ABN AMRO		HSBC		Safra		Citibank	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	86,76	54,43	59,00	47,20	67,04	72,39	8,31	15,04	-	-	21,32	44,47	12,78	39,04
jun.96	105,24	66,02	82,27	65,82	63,52	68,59	9,13	16,53	-	-	22,30	46,51	19,86	60,66
dez.96	95,61	59,99	83,20	66,56	66,84	72,17	9,50	17,18	-	-	30,31	63,22	18,17	55,49
jun.97	109,51	68,70	94,41	75,53	64,25	69,37	10,60	19,17	35,25	85,61	42,54	88,74	21,66	66,17
dez.97	109,34	68,60	112,13	89,71	65,09	70,28	11,82	21,39	33,35	81,00	38,47	80,25	19,74	60,30
jun.98	164,65	103,30	124,24	99,40	74,30	80,23	15,95	28,86	35,72	86,75	44,47	92,77	25,44	77,71
dez.98	153,73	96,45	115,57	92,47	73,94	79,84	21,69	39,25	35,08	85,19	39,98	83,41	20,85	63,69
jun.99	161,90	101,58	123,18	98,55	77,24	83,41	60,97	110,32	30,93	75,12	39,56	82,52	29,00	88,58
dez.99	149,42	93,74	101,53	81,23	70,33	75,95	53,31	96,46	27,81	67,55	39,45	82,30	28,44	86,87
jun.00	157,72	98,96	103,67	82,94	75,64	81,68	61,50	111,28	37,22	90,41	44,90	93,67	35,18	107,44
dez.00	159,39	100,00	124,99	100,00	92,61	100,00	55,27	100,00	41,17	100,00	47,94	100,00	32,74	100,00
jun.01	170,18	106,77	129,59	103,68	97,01	104,75	54,22	98,09	47,12	114,44	49,66	103,60	42,31	129,23
dez.01	164,49	103,20	136,05	108,85	89,54	96,69	55,57	100,55	38,81	94,25	52,48	109,49	38,48	117,55
jun.02	185,39	116,31	142,44	113,96	98,92	106,82	60,51	109,48	33,27	80,81	42,37	88,40	52,40	160,07
dez.02	162,81	102,15	147,43	117,95	97,04	104,79	49,86	90,21	33,88	82,28	36,09	75,28	38,67	118,11
jun.03	173,20	108,66	133,62	106,90	79,90	86,28	52,44	94,88	29,18	70,88	41,12	85,78	28,80	87,97
dez.03	187,06	117,36	139,77	111,83	80,88	87,34	69,22	125,23	33,39	81,09	43,24	90,21	25,87	79,02
jun.04	172,79	108,41	134,40	107,53	85,84	92,69	69,52	125,78	38,45	93,40	45,96	95,88	35,47	108,34
dez.04	168,00	105,40	139,93	111,95	82,67	89,27	67,05	121,32	38,97	94,64	46,30	96,58	24,89	76,03
jun.05	175,10	109,86	154,90	123,93	84,46	91,20	74,55	134,88	51,02	123,92	46,71	97,44	29,61	90,44
dez.05	185,63	116,46	163,54	130,85	94,63	102,18	83,54	151,15	53,22	129,26	57,51	119,97	28,15	85,98
jun.06	207,50	130,19	183,80	147,05	102,23	110,39	95,67	173,10	56,74	137,81	62,58	130,54	26,66	81,44
dez.06	230,14	144,39	221,35	177,09	105,50	113,93	128,56	232,61	62,86	152,68	66,70	139,14	33,18	101,36
jun.07	251,83	158,00	263,79	211,05	134,26	144,98	162,43	293,89	72,32	175,66	76,36	159,29	48,29	147,49
dez.07	284,45	178,46	288,77	231,03	147,95	159,76	158,66	287,07	70,76	171,85	67,28	140,35	56,16	171,53
jun.08	325,12	203,98	316,95	253,58	158,40	171,04	153,26	277,30	90,99	220,99	57,58	120,12	36,79	112,36

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B2: Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil - disponibilidades (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	12,08	113,72	4,17	7,18	107,41	2,04	1,94	16,65	2,30	7,43	503,67	7,05	16,55	83,53	3,06	30,55	103,56	1,70
jun.96	10,29	96,82	2,98	6,66	99,57	1,56	3,91	33,57	3,29	5,86	397,78	5,48	16,43	82,95	2,52	28,09	95,21	1,44
dez.96	12,87	121,11	3,92	8,25	123,36	2,00	3,53	30,33	3,33	6,03	409,26	5,56	17,81	89,93	2,84	29,01	98,34	1,54
jun.97	8,25	77,67	2,29	8,91	133,23	1,90	3,50	30,05	1,96	2,02	137,33	1,62	14,43	72,86	1,87	33,52	113,62	1,58
dez.97	12,66	119,10	3,37	12,48	186,64	2,72	3,11	26,68	1,53	4,50	305,22	2,94	20,09	101,40	2,46	31,21	105,81	1,50
jun.98	10,48	98,58	2,25	10,16	152,03	2,09	3,33	28,60	1,29	4,99	338,33	2,80	18,48	93,31	2,00	35,89	121,65	1,69
dez.98	9,45	88,91	2,21	9,18	137,29	2,11	3,89	33,42	1,45	3,82	259,40	3,07	16,90	85,30	2,04	31,53	106,89	1,56
jun.99	12,83	120,69	2,77	8,06	120,60	2,04	10,63	91,25	2,98	2,37	160,76	1,98	21,06	106,33	2,42	31,93	108,22	1,58
dez.99	12,94	121,77	3,13	8,45	126,34	2,38	10,42	89,47	3,14	3,36	227,70	3,11	22,23	112,20	2,80	35,76	121,21	1,98
jun.00	9,15	86,10	2,06	6,44	96,36	1,67	7,89	67,74	2,07	0,97	65,62	0,86	15,30	77,24	1,74	24,60	83,39	1,28
dez.00	10,63	100,00	2,18	6,69	100,00	1,62	11,65	100,00	3,01	1,47	100,00	1,15	19,81	100,00	2,13	29,50	100,00	1,60
jun.01	10,89	102,50	1,93	7,69	114,97	1,77	9,68	83,15	2,13	1,88	127,65	1,40	19,25	97,20	1,88	29,70	100,69	1,57
dez.01	15,36	144,57	2,82	12,89	192,88	2,90	9,83	84,41	2,32	2,22	150,30	1,75	24,94	125,93	2,50	39,10	132,53	2,08
jun.02	16,14	151,93	2,76	14,14	211,50	3,16	12,96	111,24	2,95	2,06	139,91	1,54	29,16	147,21	2,86	46,08	156,21	2,42
dez.02	10,30	96,93	1,94	8,55	127,84	2,05	9,48	81,42	2,75	1,55	104,95	1,48	19,58	98,84	2,26	40,20	136,26	2,35
jun.03	6,92	65,10	1,36	6,35	94,97	1,49	6,43	55,20	2,25	1,05	71,44	1,21	13,83	69,83	1,73	27,13	91,98	1,70
dez.03	9,59	90,21	1,74	9,81	146,74	2,10	6,57	56,44	2,35	1,31	88,80	1,46	17,69	89,33	2,11	36,32	123,12	2,15
jun.04	8,96	84,35	1,66	9,72	145,46	2,08	8,14	69,86	2,69	1,20	81,69	1,20	19,07	96,26	2,19	40,19	136,22	2,35
dez.04	9,31	87,61	1,75	9,64	144,18	2,08	5,73	49,17	2,00	1,73	117,23	1,87	17,09	86,30	2,03	36,97	125,33	2,25
jun.05	9,29	87,46	1,63	8,57	128,13	1,76	5,69	48,81	1,78	1,21	81,79	1,22	15,46	78,04	1,71	21,74	73,69	1,27
dez.05	11,05	103,97	1,77	8,18	122,32	1,53	7,60	65,23	2,22	1,30	88,30	1,10	17,08	86,22	1,72	26,22	88,86	1,40
jun.06	10,38	97,65	1,52	7,79	116,53	1,30	6,77	58,10	1,83	1,57	106,64	1,36	16,13	81,43	1,49	24,83	84,16	1,24
dez.06	13,28	124,93	1,67	9,51	142,20	1,43	5,68	48,74	1,35	1,38	93,33	1,30	16,56	83,60	1,39	25,59	86,75	1,19
jun.07	13,88	130,64	1,48	10,41	155,75	1,36	5,86	50,32	1,10	1,69	114,83	1,26	17,97	90,71	1,25	26,53	89,93	1,06
dez.07	16,15	151,94	1,62	10,50	157,08	1,27	7,40	63,57	1,42	2,62	177,44	1,77	20,52	103,61	1,37	29,31	99,34	1,15
jun.08	14,54	136,86	1,36	10,58	158,32	1,19	5,83	50,06	1,12	1,45	98,39	0,92	17,87	90,19	1,14	27,22	92,27	1,02

Tabela B2 (continuação): Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil - disponibilidades (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	1,98	78,67	2,28	3,45	116,60	5,85	5,80	620,22	8,66	0,09	2,84	1,14	-	-	-	0,10	19,07	0,48	0,64	115,20	4,99
jun.96	1,97	78,45	1,87	3,26	110,06	3,96	4,30	459,19	6,77	0,08	2,53	0,92	-	-	-	0,08	14,42	0,35	0,71	128,58	3,58
dez.96	2,35	93,51	2,46	3,53	119,22	4,24	5,80	620,27	8,68	0,08	2,36	0,83	-	-	-	0,14	26,65	0,47	0,87	157,91	4,81
jun.97	2,17	86,25	1,98	3,64	122,82	3,85	1,57	167,46	2,44	0,14	4,24	1,33	0,35	62,46	1,00	0,13	23,61	0,30	1,11	201,20	5,14
dez.97	3,46	137,64	3,16	6,37	215,01	5,68	0,89	95,32	1,37	0,14	4,10	1,15	0,35	61,42	1,04	1,39	258,52	3,60	0,47	84,07	2,36
jun.98	1,22	48,73	0,74	4,91	165,95	3,95	0,91	97,67	1,23	0,14	4,10	0,85	0,26	46,68	0,74	2,74	511,88	6,17	1,16	209,16	4,55
dez.98	1,73	69,08	1,13	4,28	144,50	3,70	2,26	241,33	3,05	0,23	6,79	1,04	0,49	86,40	1,40	1,82	338,69	4,54	0,26	47,74	1,27
jun.99	1,83	73,07	1,13	4,80	162,07	3,90	1,58	169,21	2,05	1,72	51,75	2,82	0,36	62,93	1,15	0,31	57,25	0,78	0,15	27,37	0,52
dez.99	1,72	68,63	1,15	3,38	114,27	3,33	2,43	260,20	3,46	3,32	99,92	6,23	0,61	108,08	2,20	2,08	387,25	5,26	0,17	30,46	0,59
jun.00	1,58	62,79	1,00	3,15	106,55	3,04	0,87	93,10	1,15	2,22	66,63	3,60	0,36	63,43	0,97	1,33	248,38	2,97	0,13	24,03	0,38
dez.00	2,51	100,00	1,58	2,96	100,00	2,37	0,94	100,00	1,01	3,33	100,00	6,02	0,57	100,00	1,38	0,54	100,00	1,12	0,55	100,00	1,69
jun.01	2,10	83,79	1,24	2,89	97,76	2,23	1,59	169,79	1,64	0,88	26,36	1,62	0,52	91,24	1,10	2,27	423,04	4,57	1,10	198,47	2,59
dez.01	5,25	209,31	3,19	3,26	110,14	2,40	1,62	172,67	1,80	0,97	29,14	1,74	1,59	281,19	4,11	4,02	750,19	7,66	0,72	130,99	1,88
jun.02	3,49	139,02	1,88	3,38	114,03	2,37	1,91	204,29	1,93	1,31	39,45	2,17	1,64	290,09	4,94	6,93	1.292,14	16,35	2,06	372,06	3,93
dez.02	3,78	150,70	2,32	2,56	86,46	1,74	1,37	146,66	1,41	1,41	42,34	2,82	2,08	367,23	6,15	1,83	341,49	5,07	1,60	289,07	4,14
jun.03	2,24	89,34	1,29	1,88	63,65	1,41	0,97	103,66	1,21	1,03	30,94	1,96	1,49	262,39	5,10	1,91	356,88	4,65	0,52	93,16	1,79
dez.03	3,03	120,52	1,62	2,68	90,64	1,92	1,24	132,12	1,53	1,53	46,16	2,22	0,68	119,41	2,03	3,71	692,91	8,59	1,12	201,95	4,32
jun.04	2,59	103,28	1,50	2,03	68,43	1,51	1,16	124,21	1,35	1,50	45,03	2,15	0,70	123,45	1,82	4,77	889,08	10,37	1,05	189,92	2,96
dez.04	2,94	117,29	1,75	2,17	73,20	1,55	1,68	179,59	2,03	1,51	45,43	2,25	0,70	122,92	1,79	4,07	759,66	8,80	0,84	151,02	3,36
jun.05	3,35	133,58	1,92	2,29	77,35	1,48	1,18	125,99	1,40	1,66	50,01	2,23	0,84	147,90	1,64	2,47	460,40	5,28	0,72	129,63	2,42
dez.05	3,70	147,21	1,99	2,30	77,84	1,41	1,28	136,27	1,35	1,99	59,87	2,38	1,53	270,41	2,88	1,71	318,22	2,97	0,62	112,01	2,20
jun.06	3,44	136,90	1,66	2,63	88,88	1,43	1,48	157,83	1,44	2,06	61,86	2,15	0,74	129,83	1,30	1,26	235,15	2,01	1,09	196,23	4,07
dez.06	5,02	199,97	2,18	3,63	122,55	1,64	1,38	147,05	1,30	1,98	59,55	1,54	0,99	173,83	1,57	0,27	51,11	0,41	0,81	146,35	2,44
jun.07	5,15	205,01	2,04	4,42	149,38	1,68	1,69	180,92	1,26	1,64	49,31	1,01	1,31	230,95	1,81	0,37	68,17	0,48	0,42	76,58	0,88
dez.07	5,39	214,80	1,90	4,23	142,73	1,46	2,62	279,56	1,77	2,27	68,27	1,43	1,11	196,31	1,57	0,35	65,06	0,52	0,31	55,91	0,55
jun.08	4,60	183,22	1,41	5,21	176,02	1,64	1,45	155,02	0,92	1,80	54,12	1,17	1,15	202,86	1,26	0,24	44,51	0,41	0,44	79,53	1,20

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B3: Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil - aplicações interfinanceiras (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	46,50	117,92	16,03	77,36	148,72	22,02	25,26	45,66	29,98	25,02	150,58	23,74	127,64	102,98	23,59	369,78	230,01	20,55
jun.96	66,52	168,70	19,29	102,43	196,91	23,98	30,22	54,64	25,42	13,34	80,30	12,48	146,00	117,79	22,36	402,33	250,26	20,62
dez.96	60,83	154,28	18,51	94,84	182,32	22,97	29,95	54,15	28,23	17,48	105,17	16,11	142,27	114,78	22,67	395,99	246,32	21,08
jun.97	72,48	183,82	20,14	105,47	202,75	22,46	51,77	93,58	28,95	26,15	157,35	20,95	183,38	147,94	23,72	404,48	251,60	19,03
dez.97	79,58	201,83	21,21	96,37	185,26	21,02	67,86	122,67	33,33	45,56	274,22	29,78	209,80	169,25	25,74	346,37	215,45	16,69
jun.98	86,81	220,18	18,68	93,15	179,06	19,12	50,79	91,82	19,66	39,38	236,99	22,10	183,32	147,89	19,85	320,00	199,05	15,05
dez.98	56,41	143,06	13,22	68,07	130,86	15,65	43,41	78,47	16,16	23,55	141,72	18,89	135,03	108,93	16,31	254,41	158,25	12,58
jun.99	67,18	170,38	14,48	53,68	103,20	13,59	44,10	79,72	12,37	15,37	92,49	12,83	113,15	91,28	12,99	223,76	139,18	11,08
dez.99	42,36	107,44	10,23	36,82	70,77	10,39	46,09	83,33	13,87	13,60	81,83	12,58	96,51	77,86	12,14	161,00	100,15	8,93
jun.00	43,43	110,14	9,79	44,64	85,82	11,58	43,63	78,88	11,43	16,48	99,17	14,68	104,75	84,51	11,91	168,65	104,90	8,79
dez.00	39,43	100,00	8,07	52,02	100,00	12,59	55,32	100,00	14,29	16,62	100,00	13,00	123,95	100,00	13,36	160,76	100,00	8,74
jun.01	35,09	88,99	6,22	35,00	67,28	8,04	55,66	100,63	12,23	18,37	110,54	13,67	109,03	87,96	10,64	149,61	93,06	7,93
dez.01	38,94	98,77	7,15	49,39	94,94	11,09	52,49	94,88	12,38	11,24	67,65	8,87	113,12	91,26	11,36	169,28	105,30	9,01
jun.02	42,71	108,32	7,31	37,02	71,16	8,28	52,24	94,44	11,89	17,05	102,63	12,70	106,31	85,77	10,42	141,94	88,29	7,44
dez.02	76,23	193,34	14,33	65,80	126,48	15,77	48,58	87,83	14,10	24,57	147,89	23,57	138,95	112,10	16,05	191,60	119,18	11,18
jun.03	68,33	173,31	13,48	64,14	123,29	15,00	39,54	71,48	13,82	14,34	86,29	16,44	118,02	95,21	14,74	154,66	96,20	9,67
dez.03	89,32	226,54	16,26	90,50	173,97	19,33	39,69	71,75	14,18	16,73	100,68	18,70	146,92	118,52	17,54	210,71	131,07	12,45
jun.04	73,34	185,99	13,55	76,58	147,21	16,35	45,29	81,88	14,95	22,12	133,12	21,97	143,99	116,17	16,52	192,62	119,81	11,27
dez.04	72,66	184,29	13,63	76,92	147,87	16,61	33,71	60,94	11,75	18,93	113,94	20,52	129,56	104,52	15,38	163,11	101,46	9,92
jun.05	74,99	190,19	13,16	76,73	147,50	15,76	36,62	66,20	11,49	14,19	85,39	14,38	127,54	102,89	14,10	167,42	104,14	9,78
dez.05	82,95	210,37	13,32	92,77	178,34	17,34	39,68	71,74	11,58	15,30	92,05	12,97	147,75	119,20	14,84	204,28	127,07	10,89
jun.06	90,86	230,43	13,28	107,59	206,83	17,95	43,80	79,18	11,85	21,52	129,49	18,67	172,91	139,50	15,94	239,76	149,14	11,94
dez.06	97,42	247,08	12,24	95,41	183,41	14,30	45,03	81,40	10,68	20,94	126,05	19,85	161,38	130,20	13,51	230,00	143,06	10,67
jun.07	138,25	350,63	14,74	111,33	214,02	14,51	85,19	154,01	15,94	29,02	174,63	21,61	225,54	181,96	15,70	329,46	204,94	13,15
dez.07	163,96	415,83	16,46	137,79	264,89	16,67	73,65	133,14	14,11	36,72	220,97	24,82	248,16	200,20	16,58	344,13	214,06	13,45
jun.08	206,34	523,31	19,24	172,30	331,21	19,39	77,14	139,45	14,78	36,87	221,88	23,28	286,30	230,98	18,25	393,92	245,03	14,74

Tabela B3 (continuação): Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil - aplicações interfinanceiras (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	20,15	457,04	23,22	8,80	52,78	14,91	13,48	105,75	20,10	2,11	48,26	25,42	-	-	-	6,87	75,92	32,21	4,03	57,21	31,56
jun.96	33,21	753,33	31,56	11,80	70,80	14,34	4,63	36,32	7,29	1,18	26,93	12,90	-	-	-	2,89	31,99	12,97	3,13	44,40	15,77
dez.96	20,55	466,26	21,50	18,02	108,11	21,66	8,10	63,53	12,11	1,95	44,53	20,52	-	-	-	14,64	161,92	48,32	4,92	69,70	27,05
jun.97	20,81	472,13	19,01	13,64	81,88	14,45	13,73	107,72	21,37	0,87	19,86	8,20	8,40	137,28	23,82	18,90	208,97	44,43	3,82	54,22	17,65
dez.97	11,69	265,21	10,69	28,26	169,56	25,20	15,10	118,48	23,20	0,47	10,68	3,95	7,87	128,65	23,60	13,36	147,69	34,72	4,23	60,01	21,44
jun.98	27,47	623,19	16,69	26,99	161,98	21,73	12,82	100,58	17,25	1,55	35,37	9,70	7,41	121,21	20,76	9,99	110,42	22,45	2,00	28,42	7,88
dez.98	13,93	316,08	9,06	14,58	87,46	12,61	14,28	112,07	19,32	3,23	73,87	14,90	1,10	18,03	3,15	15,28	169,00	38,22	1,79	25,34	8,57
jun.99	14,45	327,70	8,92	19,45	116,70	15,79	12,03	94,43	15,58	6,15	140,61	10,09	0,23	3,76	0,74	9,00	99,53	22,75	4,30	60,98	14,83
dez.99	5,43	123,25	3,64	15,18	91,12	14,96	11,70	91,82	16,64	2,88	65,71	5,39	3,65	59,68	13,13	7,17	79,25	18,17	6,90	97,84	24,26
jun.00	5,23	118,69	3,32	13,43	80,61	12,96	13,00	102,02	17,19	3,62	82,78	5,89	2,84	46,41	7,63	8,14	89,98	18,12	5,21	73,82	14,80
dez.00	4,41	100,00	2,77	16,66	100,00	13,33	12,74	100,00	13,76	4,38	100,00	7,92	6,12	100,00	14,86	9,04	100,00	18,87	7,05	100,00	21,54
jun.01	3,00	68,06	1,76	13,45	80,68	10,37	12,84	100,79	13,24	3,10	70,81	5,72	7,94	129,76	16,85	6,93	76,67	13,96	4,07	57,71	9,62
dez.01	6,69	151,77	4,07	17,42	104,54	12,80	7,71	60,47	8,61	2,20	50,26	3,96	4,89	79,94	12,60	4,04	44,67	7,70	5,16	73,20	13,41
jun.02	8,98	203,69	4,84	22,39	134,36	15,72	7,78	61,03	7,86	0,87	19,81	1,43	3,83	62,62	11,51	0,70	7,75	1,65	7,10	100,66	13,55
dez.02	25,42	576,65	15,61	23,23	139,38	15,75	21,50	168,69	22,15	0,48	11,06	0,97	3,86	63,17	11,40	8,54	94,39	23,65	5,02	71,23	12,99
jun.03	27,47	623,19	15,86	19,45	116,70	14,55	10,59	83,08	13,25	2,78	63,62	5,31	2,64	43,20	9,06	7,35	81,23	17,86	4,24	60,14	14,72
dez.03	40,30	914,25	21,55	26,41	158,50	18,90	13,56	106,37	16,76	1,36	31,02	1,96	3,08	50,29	9,21	5,83	64,44	13,48	3,23	45,76	12,47
jun.04	24,41	553,72	14,13	19,20	115,22	14,29	16,45	129,07	19,16	2,32	52,91	3,33	5,13	83,90	13,35	5,31	58,74	11,56	5,13	72,74	14,46
dez.04	25,33	574,63	15,08	21,67	130,02	15,48	15,77	123,74	19,07	1,52	34,81	2,27	3,02	49,33	7,74	4,10	45,29	8,85	2,72	38,52	10,91
jun.05	26,10	592,00	14,90	25,55	153,34	16,50	13,60	106,75	16,11	1,62	36,91	2,17	8,43	137,73	16,51	3,59	39,68	7,68	4,88	69,14	16,47
dez.05	28,00	635,23	15,09	25,25	151,49	15,44	14,71	115,46	15,55	3,49	79,64	4,17	7,83	128,07	14,72	9,66	106,82	16,80	2,25	31,87	7,98
jun.06	30,48	691,50	14,69	29,80	178,85	16,22	17,03	133,63	16,66	6,51	148,80	6,81	9,26	151,39	16,32	5,16	57,01	8,24	2,49	35,25	9,32
dez.06	28,04	636,08	12,18	32,95	197,74	14,89	20,94	164,36	19,85	9,76	222,96	7,59	9,91	161,99	15,76	2,44	26,95	3,65	3,22	45,63	9,70
jun.07	29,07	659,33	11,54	40,58	243,54	15,39	29,02	227,70	21,61	10,54	240,95	6,49	8,90	145,48	12,30	7,13	78,84	9,34	4,82	68,36	9,98
dez.07	37,58	852,52	13,21	55,27	331,65	19,14	36,72	288,13	24,82	8,99	205,52	5,67	7,66	125,17	10,82	5,66	62,57	8,41	6,15	87,26	10,96
jun.08	68,76	1.559,70	21,15	62,71	376,29	19,78	36,87	289,31	23,28	14,74	336,92	9,62	12,12	198,16	13,32	5,88	65,04	10,21	4,56	64,64	12,39

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B4: Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil - TVM e instrumentos financeiros derivativos (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	26,83	20,10	9,25	38,87	35,88	11,06	9,11	7,20	10,81	12,92	39,88	12,26	60,89	22,78	11,26	266,36	56,41	14,80
jun.96	35,92	26,90	10,41	50,13	46,27	11,73	11,38	8,99	9,57	20,76	64,10	19,41	82,27	30,78	12,60	318,94	67,55	16,34
dez.96	40,08	30,02	12,20	56,78	52,42	13,75	13,36	10,55	12,59	21,67	66,90	19,98	91,81	34,35	14,63	316,73	67,08	16,86
jun.97	36,75	27,53	10,21	53,19	49,10	11,33	19,86	15,69	11,11	17,89	55,24	14,34	90,95	34,02	11,76	331,15	70,13	15,58
dez.97	54,14	40,55	14,43	69,94	64,56	15,26	35,44	27,99	17,41	23,41	72,28	15,30	128,79	48,18	15,80	475,82	100,77	22,92
jun.98	74,16	55,54	15,96	90,11	83,18	18,50	63,55	50,20	24,60	37,85	116,87	21,24	191,51	71,64	20,73	443,45	93,91	20,86
dez.98	92,29	69,12	21,63	102,33	94,46	23,53	78,32	61,87	29,17	26,32	81,25	21,11	206,97	77,43	24,99	496,77	105,21	24,56
jun.99	91,06	68,20	19,63	97,46	89,97	24,68	99,63	78,70	27,95	31,34	96,77	26,16	228,43	85,46	26,22	496,97	105,25	24,61
dez.99	100,66	75,39	24,31	97,31	89,83	27,45	96,30	76,07	28,98	27,56	85,10	25,50	221,17	82,74	27,82	471,95	99,95	26,19
jun.00	103,72	77,68	23,39	102,84	94,93	26,67	107,12	84,63	28,07	28,10	86,75	25,04	238,06	89,06	27,07	511,15	108,25	26,64
dez.00	133,52	100,00	27,34	108,33	100,00	26,23	126,59	100,00	32,70	32,39	100,00	25,34	267,31	100,00	28,81	472,19	100,00	25,68
jun.01	150,98	113,07	26,75	112,60	103,94	25,87	144,53	114,18	31,76	32,03	98,89	23,83	289,16	108,18	28,22	514,40	108,94	27,25
dez.01	153,04	114,61	28,08	117,15	108,14	26,31	140,62	111,08	33,17	36,70	113,33	28,98	294,48	110,16	29,57	567,68	120,22	30,21
jun.02	147,73	110,64	25,28	106,21	98,04	23,77	147,41	116,45	33,55	35,93	110,93	26,75	289,54	108,32	28,37	580,63	122,97	30,43
dez.02	110,98	83,11	20,87	81,45	75,18	19,53	101,60	80,26	29,49	23,77	73,39	22,80	206,82	77,37	23,88	465,19	98,52	27,15
jun.03	98,36	73,66	19,41	90,31	83,36	21,12	75,38	59,55	26,35	18,80	58,04	21,56	184,49	69,02	23,04	443,19	93,86	27,70
dez.03	111,49	83,50	20,29	101,56	93,75	21,69	80,03	63,22	28,59	17,60	54,34	19,68	199,19	74,52	23,78	467,11	98,92	27,60
jun.04	102,30	76,62	18,90	91,99	84,91	19,64	83,34	65,84	27,51	21,82	67,37	21,68	197,15	73,75	22,61	451,58	95,64	26,42
dez.04	101,08	75,70	18,96	96,50	89,07	20,83	81,98	64,76	28,58	16,49	50,91	17,87	194,97	72,94	23,15	439,17	93,01	26,71
jun.05	97,94	73,35	17,19	98,43	90,86	20,21	93,92	74,19	29,46	22,94	70,84	23,25	215,29	80,54	23,80	460,47	97,52	26,89
dez.05	101,89	76,31	16,37	100,46	92,73	18,78	99,88	78,90	29,15	35,69	110,18	30,26	236,02	88,30	23,71	498,69	105,61	26,59
jun.06	108,19	81,02	15,81	106,89	98,67	17,83	96,73	76,41	26,16	20,92	64,58	18,15	224,54	84,00	20,70	491,92	104,18	24,49
dez.06	144,96	108,56	18,22	144,94	133,79	21,73	125,26	98,96	29,71	12,79	39,51	12,13	283,00	105,87	23,70	550,00	116,48	25,52
jun.07	146,58	109,78	15,63	170,84	157,70	22,26	116,54	92,06	21,80	20,20	62,37	15,05	307,57	115,06	21,41	615,30	130,31	24,57
dez.07	135,49	101,47	13,60	158,04	145,88	19,12	101,88	80,48	19,52	19,77	61,03	13,36	279,69	104,63	18,69	560,19	118,64	21,89
jun.08	147,89	110,76	13,79	147,69	136,33	16,62	99,57	78,66	19,08	24,77	76,49	15,64	272,03	101,77	17,34	526,19	111,44	19,70

Tabela B4 (continuação): Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil - TVM e instrumentos financeiros derivativos (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	3,31	7,91	3,82	2,84	9,44	4,82	8,84	45,38	13,18	0,66	6,10	7,98	-	-	-	6,85	37,03	32,15	0,93	17,26	7,31
jun.96	2,57	6,15	2,45	5,54	18,39	6,73	14,05	72,12	22,11	0,49	4,51	5,36	-	-	-	9,21	49,78	41,32	1,74	32,10	8,75
dez.96	10,70	25,56	11,19	5,78	19,19	6,95	12,18	62,54	18,22	0,33	3,03	3,47	-	-	-	5,55	30,00	18,32	1,51	27,90	8,32
jun.97	13,26	31,69	12,11	8,23	27,32	8,72	6,81	34,96	10,60	0,56	5,16	5,29	8,87	72,23	25,17	5,17	27,92	12,15	1,31	24,11	6,03
dez.97	16,64	39,75	15,22	13,50	44,81	12,04	8,31	42,67	12,77	1,98	18,19	16,73	8,50	69,22	25,49	8,98	48,52	23,34	1,42	26,15	7,17
jun.98	21,70	51,84	13,18	20,95	69,55	16,86	10,97	56,32	14,76	2,78	25,57	17,43	10,93	89,02	30,61	13,08	70,70	29,42	2,94	54,34	11,57
dez.98	33,63	80,33	21,87	28,12	93,37	24,33	9,63	49,47	13,03	2,37	21,82	10,93	15,79	128,52	45,01	8,12	43,88	20,31	3,21	59,25	15,39
jun.99	35,80	85,53	22,11	26,32	87,40	21,37	13,84	71,08	17,92	8,30	76,30	13,60	13,14	107,01	42,50	12,80	69,13	32,35	4,46	82,42	15,39
dez.99	42,52	101,57	28,46	22,23	73,81	21,90	13,73	70,49	19,52	8,96	82,45	16,81	8,79	71,54	31,59	13,22	71,45	33,52	4,46	82,29	15,67
jun.00	41,50	99,14	26,31	21,43	71,14	20,67	13,92	71,47	18,40	9,51	87,52	15,47	12,37	100,71	33,23	17,36	93,80	38,66	5,71	105,53	16,25
dez.00	41,86	100,00	26,26	30,12	100,00	24,10	19,47	100,00	21,03	10,87	100,00	19,67	12,28	100,00	29,83	18,51	100,00	38,61	5,42	100,00	16,54
jun.01	40,84	97,58	24,00	26,20	87,00	20,22	20,21	103,80	20,84	12,42	114,26	22,91	11,37	92,59	24,14	17,19	92,86	34,61	8,33	153,77	19,68
dez.01	42,83	102,33	26,04	25,87	85,89	19,01	21,91	112,50	24,47	16,88	155,28	30,38	11,09	90,30	28,58	20,74	112,04	39,51	7,57	139,81	19,67
jun.02	35,59	85,02	19,20	25,67	85,23	18,02	27,14	139,37	27,44	18,73	172,33	30,96	7,06	57,50	21,23	11,64	62,90	27,47	15,73	290,44	30,01
dez.02	22,47	53,67	13,80	27,46	91,18	18,63	21,10	108,36	21,75	11,75	108,06	23,56	7,74	63,04	22,85	4,81	25,97	13,32	11,47	211,86	29,67
jun.03	23,94	57,19	13,82	24,72	82,07	18,50	16,43	84,37	20,56	10,88	100,12	20,76	5,27	42,90	18,06	9,94	53,70	24,17	7,45	137,52	25,86
dez.03	31,12	74,35	16,64	23,71	78,71	16,96	13,67	70,18	16,90	16,68	153,46	24,10	6,42	52,30	19,24	9,49	51,28	21,95	6,90	127,41	26,67
jun.04	28,04	67,00	16,23	20,51	68,09	15,26	15,21	78,11	17,72	14,06	129,30	20,22	7,53	61,32	19,59	8,05	43,49	17,51	14,17	261,65	39,95
dez.04	28,24	67,46	16,81	18,74	62,23	13,39	11,10	57,01	13,43	16,04	147,55	23,92	9,57	77,92	24,56	12,12	65,51	26,19	7,20	133,00	28,94
jun.05	25,88	61,82	14,78	17,93	59,52	11,57	10,57	54,28	12,52	17,33	159,42	23,25	11,45	93,20	22,44	12,25	66,18	26,22	8,10	149,63	27,37
dez.05	18,40	43,95	9,91	20,09	66,71	12,29	14,96	76,81	15,81	16,46	151,38	19,70	12,70	103,36	23,86	15,50	83,72	26,94	9,09	167,81	32,28
jun.06	18,01	43,03	8,68	22,98	76,28	12,50	16,38	84,14	16,03	18,61	171,15	19,45	10,90	88,71	19,20	21,65	116,97	34,59	7,78	143,71	29,19
dez.06	37,51	89,62	16,30	29,39	97,58	13,28	12,79	65,70	12,13	22,63	208,15	17,60	12,85	104,61	20,44	28,12	151,94	42,16	11,07	204,44	33,36
jun.07	37,40	89,36	14,85	42,00	139,44	15,92	20,20	103,73	15,05	24,39	224,33	15,01	14,53	118,33	20,10	31,83	171,99	41,69	16,54	305,42	34,25
dez.07	41,45	99,03	14,57	37,60	124,83	13,02	19,77	101,50	13,36	16,32	150,16	10,29	13,18	107,29	18,62	24,05	129,92	35,74	15,19	280,53	27,05
jun.08	39,60	94,60	12,18	41,03	136,23	12,95	24,77	127,22	15,64	21,86	201,06	14,26	14,36	116,87	15,78	16,40	88,64	28,49	9,26	171,03	25,18

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B5: Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil - relações interfinanceiras (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	25,26	99,50	8,71	26,52	131,32	7,55	2,85	29,19	3,38	4,08	144,29	3,88	33,45	102,05	6,18	140,85	68,17	7,83
jun.96	39,65	156,19	11,50	44,40	219,84	10,39	11,27	115,54	9,48	8,11	286,37	7,58	63,77	194,55	9,76	189,18	91,56	9,69
dez.96	18,24	71,84	5,55	23,49	116,32	5,69	3,37	34,53	3,17	4,66	164,61	4,30	31,52	96,15	5,02	146,33	70,82	7,79
jun.97	41,80	164,67	11,62	52,27	258,81	11,13	19,45	199,48	10,88	9,63	340,32	7,72	81,35	248,20	10,52	248,88	120,45	11,71
dez.97	26,22	103,27	6,99	31,60	156,46	6,89	12,15	124,57	5,97	7,69	271,55	5,02	51,43	156,91	6,31	202,21	97,86	9,74
jun.98	56,45	222,34	12,15	60,25	298,37	12,37	23,64	242,47	9,15	10,43	368,48	5,85	94,33	287,79	10,21	282,40	136,67	13,29
dez.98	35,46	139,66	8,31	33,69	166,85	7,75	11,16	114,46	4,16	2,81	99,37	2,26	47,67	145,43	5,76	184,95	89,51	9,14
jun.99	48,76	192,07	10,51	41,71	206,53	10,56	22,75	233,33	6,38	4,91	173,30	4,09	69,37	211,63	7,96	222,58	107,72	11,02
dez.99	27,91	109,93	6,74	24,94	123,49	7,03	11,79	120,95	3,55	1,21	42,88	1,12	37,95	115,77	4,77	186,57	90,29	10,35
jun.00	42,62	167,89	9,61	32,18	159,35	8,35	20,28	207,92	5,31	4,53	160,14	4,04	56,99	173,87	6,48	217,88	105,45	11,36
dez.00	25,39	100,00	5,20	20,19	100,00	4,89	9,75	100,00	2,52	2,83	100,00	2,21	32,78	100,00	3,53	206,62	100,00	11,24
jun.01	43,94	173,07	7,79	33,72	166,99	7,75	21,47	220,17	4,72	5,86	206,88	4,36	61,05	186,26	5,96	245,25	118,70	12,99
dez.01	24,86	97,93	4,56	19,83	98,21	4,45	9,86	101,15	2,33	2,82	99,79	2,23	32,52	99,22	3,27	207,01	100,19	11,02
jun.02	40,59	159,88	6,95	30,79	152,46	6,89	17,47	179,16	3,98	4,64	163,92	3,45	52,90	161,39	5,18	241,57	116,91	12,66
dez.02	46,54	183,33	8,75	34,72	171,93	8,32	18,16	186,24	5,27	5,58	197,24	5,36	58,47	178,38	6,75	254,11	122,98	14,83
jun.03	53,76	211,76	10,61	40,02	198,17	9,36	20,11	206,19	7,03	6,51	230,09	7,47	66,64	203,31	8,32	245,26	118,70	15,33
dez.03	44,22	174,16	8,05	31,93	158,14	6,82	16,02	164,33	5,72	5,31	187,60	5,94	53,27	162,52	6,36	228,51	110,59	13,50
jun.04	47,62	187,58	8,80	35,19	174,27	7,52	17,08	175,15	5,64	5,80	204,74	5,76	58,07	177,16	6,66	243,66	117,93	14,25
dez.04	46,48	183,07	8,72	33,62	166,47	7,26	16,72	171,43	5,83	5,49	193,89	5,95	55,82	170,32	6,63	225,50	109,14	13,71
jun.05	52,30	206,02	9,18	37,84	187,37	7,77	19,14	196,26	6,00	6,44	227,50	6,53	63,42	193,48	7,01	233,06	112,80	13,61
dez.05	52,64	207,34	8,46	37,88	187,59	7,08	19,31	198,03	5,64	5,89	208,16	5,00	63,09	192,47	6,34	240,64	116,46	12,83
jun.06	57,79	227,63	8,45	40,88	202,43	6,82	23,73	243,32	6,42	6,67	235,49	5,78	71,27	217,45	6,57	251,33	121,64	12,51
dez.06	57,19	225,26	7,19	41,98	207,89	6,29	20,97	215,06	4,97	5,72	201,97	5,42	68,67	209,51	5,75	255,21	123,51	11,84
jun.07	62,46	246,03	6,66	45,45	225,05	5,92	25,55	261,96	4,78	6,15	217,39	4,58	77,15	235,37	5,37	271,09	131,20	10,82
dez.07	64,33	253,38	6,46	46,74	231,43	5,65	24,62	252,47	4,72	6,87	242,61	4,64	78,22	238,65	5,23	276,97	134,05	10,82
jun.08	72,56	285,82	6,77	51,86	256,81	5,84	27,78	284,83	5,32	7,63	269,50	4,82	87,26	266,24	5,56	292,60	141,61	10,95

Tabela B5 (continuação): Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil - relações interfinanceiras (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	8,89	91,94	10,24	6,49	78,25	11,00	2,31	81,90	3,44	0,56	23,94	6,79	-	-	-	0,36	43,50	1,69	0,74	107,27	5,83
jun.96	13,14	135,92	12,48	10,46	126,10	12,72	4,73	168,08	7,45	0,78	32,92	8,50	-	-	-	2,44	294,57	10,94	2,20	317,32	11,09
dez.96	5,32	55,00	5,56	4,02	48,42	4,83	2,53	89,76	3,78	0,15	6,48	1,61	-	-	-	1,32	158,97	4,34	1,03	148,52	5,67
jun.97	13,56	140,30	12,38	13,06	157,42	13,83	4,40	156,18	6,85	0,62	26,16	5,82	6,12	410,42	17,37	4,71	568,23	11,06	3,09	445,50	14,28
dez.97	9,15	94,64	8,37	8,46	102,03	7,55	3,68	130,67	5,66	0,34	14,43	2,88	3,52	236,02	10,56	2,07	249,56	5,37	2,04	293,94	10,34
jun.98	25,49	263,73	15,48	17,13	206,45	13,79	4,25	150,95	5,72	1,04	44,15	6,53	5,38	360,79	15,07	3,87	467,90	8,71	2,94	424,04	11,57
dez.98	15,51	160,42	10,09	10,69	128,85	9,25	2,35	83,49	3,18	0,12	4,92	0,53	2,97	199,31	8,48	1,35	163,26	3,38	1,33	191,60	6,38
jun.99	19,51	201,81	12,05	16,80	202,55	13,64	4,01	142,43	5,19	5,89	249,99	9,67	3,90	261,19	12,60	2,46	296,64	6,21	1,80	259,39	6,21
dez.99	13,54	140,05	9,06	9,32	112,35	9,18	1,14	40,31	1,61	3,35	142,13	6,28	1,69	113,50	6,09	0,56	68,16	1,43	1,79	258,17	6,30
jun.00	16,46	170,32	10,44	11,34	136,72	10,94	4,40	156,36	5,82	8,92	378,49	14,51	3,39	226,93	9,09	1,49	180,20	3,32	1,81	261,09	5,15
dez.00	9,67	100,00	6,06	8,30	100,00	6,64	2,82	100,00	3,04	2,36	100,00	4,27	1,49	100,00	3,62	0,83	100,00	1,73	0,69	100,00	2,12
jun.01	15,82	163,71	9,30	13,63	164,24	10,51	5,66	200,98	5,84	5,04	213,73	9,29	4,77	319,99	10,13	1,61	194,66	3,25	4,36	628,20	10,31
dez.01	8,90	92,04	5,41	8,69	104,73	6,39	2,77	98,44	3,10	2,29	97,17	4,12	1,60	107,47	4,13	0,71	86,31	1,36	1,69	243,44	4,39
jun.02	16,13	166,89	8,70	11,85	142,84	8,32	4,56	161,85	4,61	4,68	198,52	7,73	3,22	216,07	9,69	1,45	175,17	3,42	2,29	330,42	4,38
dez.02	17,72	183,27	10,88	14,01	168,92	9,51	5,58	198,14	5,75	4,85	205,82	9,73	3,10	207,78	9,15	1,59	191,62	4,40	1,46	210,86	3,79
jun.03	22,59	233,75	13,05	12,96	156,25	9,70	6,51	231,21	8,15	6,56	278,19	12,51	4,32	289,87	14,82	2,13	256,74	5,17	1,08	155,76	3,75
dez.03	17,81	184,28	9,52	10,75	129,53	7,69	5,31	188,43	6,56	6,11	259,40	8,83	3,32	222,30	9,93	1,68	202,81	3,88	0,83	119,16	3,20
jun.04	18,67	193,17	10,81	12,34	148,71	9,18	5,79	205,58	6,75	6,44	273,05	9,26	3,75	251,17	9,74	1,75	211,08	3,80	0,84	121,14	2,37
dez.04	18,24	188,66	10,85	12,31	148,42	8,80	5,49	194,79	6,64	6,06	257,15	9,04	3,97	266,20	10,19	1,37	165,43	2,96	0,90	130,33	3,63
jun.05	19,44	201,12	11,10	14,62	176,20	9,44	6,43	228,20	7,61	7,21	305,67	9,67	4,47	299,47	8,76	1,68	202,93	3,60	1,21	174,70	4,10
dez.05	18,95	196,05	10,21	15,30	184,41	9,35	5,87	208,53	6,21	7,59	321,92	9,08	4,45	298,37	8,36	1,63	196,70	2,83	1,05	151,89	3,75
jun.06	21,16	218,87	10,20	15,22	183,43	8,28	6,65	236,00	6,50	9,49	402,44	9,92	5,18	347,46	9,13	1,76	213,00	2,82	1,40	202,00	5,26
dez.06	20,63	213,47	8,97	16,75	201,85	7,57	5,72	202,96	5,42	8,90	377,71	6,93	5,60	375,72	8,92	2,03	245,45	3,05	1,11	159,72	3,34
jun.07	22,55	233,30	8,95	17,92	216,01	6,79	6,15	218,45	4,58	9,98	423,25	6,14	6,27	420,12	8,67	2,28	274,86	2,98	2,88	414,93	5,97
dez.07	24,04	248,67	8,45	17,66	212,92	6,12	6,87	243,79	4,64	9,61	407,51	6,05	5,95	398,80	8,41	2,35	283,55	3,49	2,25	323,97	4,01
jun.08	26,90	278,25	8,27	19,37	233,52	6,11	7,63	270,82	4,82	11,69	496,09	7,63	6,85	459,13	7,53	1,73	208,99	3,01	1,71	246,90	4,66

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B6: Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil - relações interdependências (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	0,23	8,00	0,08	0,22	78,03	0,06	0,59	23,66	0,70	0,08	3,10	0,08	0,89	16,41	0,16	2,31	37,33	0,13
jun.96	0,29	9,81	0,08	0,31	108,53	0,07	0,37	15,13	0,32	0,04	1,64	0,04	0,72	13,38	0,11	1,64	26,55	0,08
dez.96	0,44	14,96	0,13	0,46	162,39	0,11	0,35	14,00	0,33	0,07	2,47	0,06	0,87	16,07	0,14	1,79	28,99	0,10
jun.97	0,30	10,29	0,08	0,36	129,05	0,08	0,31	12,56	0,17	0,07	2,46	0,05	0,74	13,67	0,10	2,59	41,95	0,12
dez.97	0,66	22,54	0,18	0,39	139,12	0,09	0,20	8,23	0,10	0,31	11,52	0,20	0,90	16,65	0,11	2,68	43,28	0,13
jun.98	0,35	12,00	0,08	0,54	192,52	0,11	0,77	31,13	0,30	0,16	5,97	0,09	1,47	27,20	0,16	3,67	59,42	0,17
dez.98	0,23	7,87	0,05	0,13	47,76	0,03	0,97	39,12	0,36	0,11	4,23	0,09	1,22	22,47	0,15	3,51	56,78	0,17
jun.99	0,21	7,27	0,05	0,16	57,67	0,04	1,32	53,24	0,37	0,04	1,55	0,03	1,52	28,14	0,17	2,18	35,33	0,11
dez.99	0,85	29,11	0,21	0,15	51,61	0,04	3,08	124,36	0,93	0,01	0,24	0,01	3,23	59,74	0,41	3,67	59,33	0,20
jun.00	0,35	11,87	0,08	0,35	122,99	0,09	3,37	136,00	0,88	0,00	0,19	0,00	3,72	68,75	0,42	4,23	68,37	0,22
dez.00	2,93	100,00	0,60	0,28	100,00	0,07	2,48	100,00	0,64	2,65	100,00	2,07	5,41	100,00	0,58	6,18	100,00	0,34
jun.01	0,50	17,03	0,09	0,38	133,61	0,09	2,95	119,07	0,65	0,02	0,88	0,02	3,35	61,90	0,33	3,74	60,45	0,20
dez.01	0,39	13,25	0,07	0,40	141,53	0,09	0,33	13,50	0,08	0,01	0,30	0,01	0,74	13,69	0,07	1,20	19,34	0,06
jun.02	0,62	21,11	0,11	0,69	245,13	0,15	0,37	15,14	0,09	0,01	0,30	0,01	1,07	19,83	0,11	1,67	26,96	0,09
dez.02	0,35	11,93	0,07	0,42	150,85	0,10	0,18	7,07	0,05	0,02	0,73	0,02	0,62	11,44	0,07	1,64	26,45	0,10
jun.03	0,35	11,94	0,07	0,45	158,64	0,10	0,14	5,74	0,05	0,00	0,14	0,00	0,59	10,95	0,07	1,46	23,63	0,09
dez.03	0,69	23,56	0,13	0,80	282,80	0,17	0,28	11,42	0,10	0,02	0,62	0,02	1,09	20,25	0,13	1,48	23,99	0,09
jun.04	0,35	11,84	0,06	0,36	129,59	0,08	0,04	1,55	0,01	0,12	4,38	0,12	0,52	9,60	0,06	3,65	59,00	0,21
dez.04	0,37	12,59	0,07	0,36	129,13	0,08	0,04	1,78	0,02	0,16	6,09	0,18	0,57	10,52	0,07	1,21	19,58	0,07
jun.05	0,16	5,59	0,03	0,26	94,05	0,05	0,07	2,74	0,02	0,03	1,07	0,03	0,36	6,67	0,04	1,16	18,76	0,07
dez.05	0,33	11,22	0,05	0,41	144,84	0,08	0,04	1,54	0,01	0,09	3,46	0,08	0,54	9,93	0,05	0,87	14,01	0,05
jun.06	0,28	9,65	0,04	0,42	149,30	0,07	0,05	1,92	0,01	0,05	1,96	0,05	0,52	9,61	0,05	0,72	11,63	0,04
dez.06	0,30	10,14	0,04	0,51	182,66	0,08	0,01	0,52	0,00	0,05	1,73	0,04	0,57	10,59	0,05	0,90	14,55	0,04
jun.07	0,29	9,78	0,03	0,60	211,97	0,08	0,03	1,05	0,00	0,08	3,07	0,06	0,70	13,02	0,05	0,93	15,02	0,04
dez.07	0,52	17,84	0,05	1,01	357,47	0,12	0,02	0,85	0,00	0,03	1,19	0,02	1,06	19,58	0,07	1,49	24,03	0,06
jun.08	0,16	5,32	0,01	0,69	244,31	0,08	0,01	0,49	0,00	0,05	1,94	0,03	0,75	13,89	0,05	1,16	18,70	0,04

Tabela B6 (continuação): Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil - relações interdependências (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	0,08	35,90	0,09	0,01	29,54	0,02	0,05	1,70	0,07	0,56	7.951,83	6,73	-	-	-	0,00	49,01	0,02	0,00	-	0,00
jun.96	0,08	37,69	0,08	0,01	11,95	0,01	0,01	0,55	0,02	0,00	7,51	0,01	-	-	-	0,00	34,43	0,02	0,00	-	0,00
dez.96	0,20	93,95	0,21	0,04	94,87	0,05	0,02	0,62	0,02	0,00	50,23	0,04	-	-	-	0,00	43,10	0,01	0,00	-	0,00
jun.97	0,13	60,86	0,12	0,01	15,78	0,01	0,03	1,21	0,05	0,00	10,78	0,01	0,00	164,56	0,00	0,01	65,62	0,02	0,00	-	0,00
dez.97	0,16	73,67	0,14	0,04	95,49	0,04	0,29	10,89	0,44	0,00	1,20	0,00	0,00	67,83	0,00	0,01	54,34	0,01	0,00	-	0,00
jun.98	0,16	73,23	0,10	0,01	20,00	0,01	0,14	5,44	0,19	0,00	40,52	0,02	0,00	55,58	0,00	0,01	67,03	0,01	0,00	-	0,00
dez.98	0,10	45,21	0,06	0,01	21,17	0,01	0,11	4,14	0,15	0,00	11,67	0,00	0,00	12,88	0,00	0,01	51,85	0,01	0,00	-	0,00
jun.99	0,13	60,18	0,08	0,00	7,61	0,00	0,04	1,55	0,05	0,03	453,24	0,05	0,00	66,97	0,00	0,01	81,05	0,02	0,00	-	0,00
dez.99	0,10	48,49	0,07	0,03	70,65	0,03	0,01	0,24	0,01	0,71	10.106,05	1,33	0,00	80,91	0,00	0,00	18,09	0,00	0,00	-	0,00
jun.00	0,26	121,39	0,17	0,07	162,89	0,07	0,00	0,19	0,01	0,00	56,94	0,01	0,00	480,71	0,01	0,01	82,82	0,02	0,00	-	0,00
dez.00	0,22	100,00	0,13	0,04	100,00	0,03	2,65	100,00	2,86	0,01	100,00	0,01	0,00	100,00	0,00	0,01	100,00	0,02	0,00	-	0,00
jun.01	0,30	139,81	0,18	0,04	98,97	0,03	0,02	0,88	0,02	0,05	755,85	0,10	0,01	1.292,12	0,02	0,01	114,11	0,02	0,00	-	0,00
dez.01	0,30	141,67	0,19	0,06	139,98	0,04	0,01	0,30	0,01	0,01	101,68	0,01	0,02	2.485,45	0,05	0,02	154,67	0,03	0,00	-	0,00
jun.02	0,47	220,65	0,26	0,02	36,21	0,01	0,01	0,30	0,01	0,11	1.565,89	0,18	0,00	180,39	0,00	0,05	484,86	0,11	0,00	-	0,00
dez.02	0,27	126,78	0,17	0,03	66,19	0,02	0,02	0,73	0,02	0,01	198,48	0,03	0,00	204,20	0,00	0,00	47,91	0,01	0,00	-	0,00
jun.03	0,28	131,11	0,16	0,02	56,77	0,02	0,00	0,14	0,00	0,03	379,30	0,05	0,00	202,59	0,01	0,00	39,71	0,01	0,00	-	0,00
dez.03	0,65	304,20	0,35	0,02	36,88	0,01	0,02	0,62	0,02	0,00	26,34	0,00	0,00	181,14	0,00	0,01	58,25	0,01	0,00	-	0,00
jun.04	0,19	86,39	0,11	0,02	56,10	0,02	0,12	4,38	0,14	0,02	293,14	0,03	0,00	269,93	0,01	0,00	36,22	0,01	0,00	-	0,00
dez.04	0,17	77,73	0,10	0,02	42,70	0,01	0,16	6,09	0,20	0,02	306,24	0,03	0,01	758,89	0,01	0,00	42,17	0,01	0,00	-	0,00
jun.05	0,07	31,83	0,04	0,01	33,84	0,01	0,03	1,07	0,03	0,05	735,99	0,07	0,00	92,45	0,00	0,00	36,14	0,01	0,00	-	0,00
dez.05	0,19	90,14	0,10	0,02	50,44	0,01	0,09	3,46	0,10	0,02	285,97	0,02	0,00	144,00	0,00	0,00	34,65	0,01	0,00	-	0,00
jun.06	0,18	82,91	0,09	0,02	39,42	0,01	0,05	1,96	0,05	0,03	497,78	0,04	0,00	80,23	0,00	0,00	45,86	0,01	0,00	-	0,00
dez.06	0,20	93,74	0,09	0,04	88,74	0,02	0,05	1,73	0,04	0,01	135,86	0,01	0,00	151,48	0,00	0,01	61,83	0,01	0,00	-	0,00
jun.07	0,15	68,79	0,06	0,04	85,06	0,01	0,08	3,07	0,06	0,02	293,98	0,01	0,00	653,30	0,01	0,01	55,96	0,01	0,00	-	0,00
dez.07	0,43	199,78	0,15	0,04	99,59	0,01	0,03	1,19	0,02	0,02	254,45	0,01	0,00	256,53	0,00	0,00	50,49	0,01	0,00	-	0,00
jun.08	0,09	39,90	0,03	0,01	20,63	0,00	0,05	1,94	0,03	0,01	133,98	0,01	0,00	272,98	0,00	0,00	44,42	0,01	0,00	-	0,00

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B7: Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil - operações de crédito e arrendamento mercantil (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	104,64	67,02	36,07	116,79	86,07	33,24	21,26	21,61	25,23	29,27	71,11	27,78	167,32	60,79	30,93	605,71	102,81	33,66
jun.96	99,02	63,42	28,71	112,31	82,77	26,29	24,92	25,33	20,96	29,23	70,99	27,33	166,46	60,48	25,49	592,20	100,51	30,35
dez.96	112,22	71,88	34,15	131,32	96,78	31,80	31,45	31,97	29,64	35,49	86,22	32,73	198,26	72,03	31,60	628,52	106,68	33,46
jun.97	112,62	72,13	31,30	131,45	96,88	28,00	42,31	43,00	23,66	39,61	96,22	31,74	213,37	77,52	27,60	658,33	111,74	30,98
dez.97	117,00	74,94	31,18	133,49	98,38	29,12	45,01	45,74	22,11	42,85	104,08	28,01	221,34	80,42	27,16	600,87	101,99	28,95
jun.98	125,90	80,64	27,10	121,91	89,85	25,03	52,43	53,29	20,29	43,77	106,32	24,56	218,11	79,24	23,61	591,07	100,32	27,81
dez.98	126,86	81,25	29,73	118,53	87,35	27,25	59,85	60,83	22,29	38,62	93,81	30,98	216,99	78,84	26,20	614,41	104,28	30,37
jun.99	129,41	82,89	27,90	100,80	74,29	25,52	79,33	80,63	22,25	37,03	89,95	30,90	217,16	78,90	24,93	578,31	98,16	28,64
dez.99	125,93	80,66	30,42	103,87	76,55	29,30	79,85	81,16	24,03	35,68	86,68	33,02	219,40	79,71	27,60	535,95	90,97	29,74
jun.00	129,94	83,23	29,30	110,08	81,13	28,55	85,71	87,12	22,46	34,04	82,68	30,33	229,83	83,50	26,13	559,91	95,03	29,18
dez.00	156,12	100,00	31,97	135,69	100,00	32,85	98,39	100,00	25,42	41,17	100,00	32,21	275,24	100,00	29,66	589,17	100,00	32,04
jun.01	186,15	119,23	32,98	147,73	108,88	33,93	115,95	117,85	25,48	47,78	116,06	35,55	311,46	113,16	30,39	572,53	97,18	30,33
dez.01	184,80	118,37	33,91	148,33	109,32	33,32	117,03	118,95	27,61	46,16	112,13	36,44	311,52	113,18	31,28	558,60	94,81	29,73
jun.02	194,13	124,34	33,22	155,58	114,66	34,82	118,19	120,13	26,90	46,66	113,34	34,74	320,43	116,42	31,40	575,17	97,62	30,14
dez.02	172,53	110,51	32,44	143,17	105,51	34,32	99,41	101,05	28,85	29,69	72,11	28,47	272,27	98,92	31,44	508,52	86,31	29,68
jun.03	169,60	108,63	33,46	141,91	104,59	33,19	82,78	84,14	28,94	29,11	70,70	33,38	253,80	92,21	31,69	491,34	83,40	30,71
dez.03	179,22	114,79	32,62	148,60	109,52	31,74	84,63	86,02	30,23	30,54	74,19	34,15	263,77	95,83	31,49	519,75	88,22	30,71
jun.04	182,27	116,75	33,68	153,95	113,46	32,87	86,31	87,73	28,49	29,96	72,78	29,76	270,22	98,18	30,99	517,80	87,89	30,29
dez.04	190,43	121,97	35,72	155,28	114,44	33,52	91,10	92,59	31,76	32,47	78,88	35,19	278,85	101,31	33,10	537,43	91,22	32,68
jun.05	209,55	134,22	36,79	165,37	121,88	33,96	100,37	102,01	31,48	34,87	84,70	35,34	300,61	109,22	33,24	569,81	96,71	33,28
dez.05	241,86	154,92	38,85	190,03	140,05	35,52	114,56	116,44	33,43	38,84	94,34	32,93	343,42	124,77	34,50	637,45	108,19	33,99
jun.06	258,92	165,84	37,84	206,68	152,32	34,48	122,07	124,07	33,01	41,26	100,23	35,80	370,01	134,43	34,12	683,48	116,01	34,03
dez.06	287,26	183,99	36,10	230,07	169,56	34,49	133,35	135,54	31,62	42,54	103,32	40,32	405,96	147,49	33,99	745,39	126,52	34,58
jun.07	313,41	200,75	33,42	258,22	190,31	33,64	142,89	145,23	26,73	46,12	112,02	34,35	447,23	162,49	31,14	800,79	135,92	31,97
dez.07	342,21	219,19	34,35	287,16	211,63	34,74	151,90	154,39	29,10	50,25	122,07	33,97	489,31	177,77	32,70	865,41	146,89	33,82
jun.08	347,96	222,88	32,44	299,17	220,48	33,67	154,23	156,76	29,55	51,88	126,01	32,75	505,27	183,57	32,21	905,97	153,77	33,91

Tabela B7 (continuação): Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil - operações de crédito e arrendamento mercantil (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	32,43	52,09	37,38	18,94	52,06	32,11	20,56	68,54	30,67	1,96	10,91	23,63	-	-	-	4,11	36,29	19,29	3,26	26,33	25,49
jun.96	28,27	45,41	26,87	23,24	63,88	28,25	19,32	64,38	30,41	3,44	19,11	37,68	-	-	-	3,74	32,99	16,76	3,90	31,52	19,64
dez.96	31,63	50,80	33,08	25,91	71,20	31,14	23,66	78,86	35,40	5,05	28,02	53,14	-	-	-	5,40	47,70	17,83	4,16	33,58	22,87
jun.97	36,41	58,47	33,24	28,09	77,21	29,76	22,84	76,12	35,55	5,54	30,78	52,32	5,41	45,48	15,34	7,56	66,72	17,77	4,31	34,85	19,91
dez.97	42,85	68,83	39,19	28,49	78,30	25,41	21,82	72,75	33,53	4,75	26,37	40,17	5,14	43,25	15,42	6,78	59,81	17,61	6,23	50,35	31,56
jun.98	51,67	82,99	31,38	27,22	74,81	21,91	22,41	74,69	30,16	3,39	18,81	21,24	5,91	49,66	16,53	7,01	61,84	15,75	7,31	59,10	28,75
dez.98	52,30	84,00	34,02	28,11	77,25	24,32	25,37	84,56	34,31	2,48	13,78	11,44	6,44	54,13	18,35	6,37	56,22	15,93	8,14	65,82	39,06
jun.99	50,03	80,35	30,90	28,58	78,55	23,20	25,90	86,33	33,53	16,14	89,64	26,48	6,40	53,83	20,70	6,95	61,36	17,57	9,32	75,36	32,16
dez.99	47,04	75,56	31,48	29,10	79,97	28,66	24,43	81,45	34,74	16,12	89,54	30,24	6,97	58,61	25,06	9,23	81,48	23,40	9,17	74,12	32,25
jun.00	50,16	80,56	31,80	30,22	83,05	29,15	24,80	82,66	32,78	15,99	88,79	26,00	9,95	83,69	26,73	8,77	77,44	19,54	9,80	79,18	27,85
dez.00	62,26	100,00	39,06	36,39	100,00	29,11	30,00	100,00	32,39	18,01	100,00	32,58	11,89	100,00	28,88	11,33	100,00	23,63	12,37	100,00	37,80
jun.01	67,63	108,62	39,74	39,06	107,35	30,14	36,30	120,99	37,42	19,63	109,00	36,21	11,98	100,76	25,43	12,48	110,11	25,12	14,39	116,26	34,01
dez.01	65,71	105,53	39,94	42,06	115,58	30,91	35,74	119,13	39,91	20,90	116,07	37,61	10,80	90,83	27,83	12,79	112,86	24,36	13,88	112,14	36,06
jun.02	73,06	117,34	39,41	42,13	115,78	29,58	35,92	119,74	36,31	21,52	119,52	35,57	10,91	91,78	32,80	14,30	126,19	33,74	12,51	101,08	23,87
dez.02	59,09	94,91	36,30	45,97	126,34	31,18	29,58	98,62	30,49	20,49	113,77	41,09	10,24	86,15	30,24	13,68	120,76	37,91	10,06	81,32	26,02
jun.03	58,91	94,62	34,02	44,45	122,17	33,27	28,97	96,56	36,26	20,86	115,81	39,77	10,47	88,01	35,86	12,73	112,40	30,97	7,14	57,69	24,79
dez.03	58,49	93,94	31,27	42,94	118,00	30,72	30,37	101,25	37,55	29,39	163,22	42,47	14,53	122,23	43,54	15,05	132,81	34,79	7,16	57,86	27,67
jun.04	59,70	95,89	34,55	43,73	120,17	32,53	29,64	98,79	34,53	29,57	164,22	42,54	14,77	124,23	38,42	15,85	139,87	34,48	7,28	58,81	20,52
dez.04	63,37	101,78	37,72	43,23	118,81	30,89	32,26	107,52	39,02	30,21	167,77	45,06	16,51	138,80	42,36	16,26	143,55	35,13	7,12	57,54	28,61
jun.05	69,59	111,77	39,74	47,03	129,26	30,36	34,67	115,56	41,05	34,34	190,69	46,07	18,67	157,02	36,59	16,49	145,57	35,31	7,43	60,02	25,08
dez.05	81,76	131,32	44,05	52,25	143,59	31,95	38,61	128,71	40,81	40,98	227,57	49,06	20,01	168,24	37,59	18,48	163,07	32,12	7,54	60,91	26,77
jun.06	87,49	140,53	42,17	55,30	151,98	30,09	40,91	136,38	40,02	44,36	246,35	46,37	21,32	179,32	37,58	20,47	180,64	32,71	7,79	62,92	29,20
dez.06	92,85	149,13	40,34	65,50	180,03	29,59	42,54	141,79	40,32	49,52	275,01	38,52	23,35	196,36	37,14	22,26	196,50	33,38	7,77	62,83	23,43
jun.07	103,11	165,60	40,94	73,01	200,67	27,68	46,12	153,73	34,35	52,89	293,70	32,56	25,35	213,20	35,05	22,33	197,12	29,25	8,25	66,69	17,09
dez.07	115,96	186,24	40,77	78,16	214,81	27,07	50,25	167,51	33,97	58,49	324,78	36,86	26,90	226,19	38,01	22,23	196,25	33,05	8,06	65,17	14,36
jun.08	117,09	188,06	36,01	83,82	230,37	26,45	51,88	172,92	32,75	56,04	311,18	36,56	28,33	238,23	31,13	19,23	169,77	33,40	7,83	63,28	21,29

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B8: Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil - provisão para crédito em liquidação duvidosa (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	-2,50	20,00	0,86	-2,47	27,06	0,70	-0,20	3,17	0,24	-0,98	36,76	0,93	-3,65	20,11	0,67	-13,51	33,29	0,75
jun.96	-3,94	31,54	1,14	-4,25	46,53	0,99	-0,37	5,77	0,31	-1,01	37,96	0,94	-5,62	31,01	0,86	-17,71	43,64	0,91
dez.96	-4,30	34,37	1,31	-4,67	51,18	1,13	-0,52	8,19	0,49	-0,94	35,46	0,87	-6,13	33,83	0,98	-15,49	38,15	0,82
jun.97	-3,69	29,51	1,03	-5,75	62,97	1,22	-0,54	8,46	0,30	-1,05	39,72	0,84	-7,34	40,48	0,95	-23,88	58,82	1,12
dez.97	-3,26	26,04	0,87	-6,08	66,60	1,33	-1,36	21,34	0,67	-2,51	94,48	1,64	-9,94	54,83	1,22	-29,68	73,13	1,43
jun.98	-4,74	37,89	1,02	-4,86	53,20	1,00	-2,60	41,00	1,01	-2,37	89,41	1,33	-9,83	54,23	1,06	-30,03	73,98	1,41
dez.98	-6,15	49,20	1,44	-5,70	62,47	1,31	-2,88	45,37	1,07	-1,28	48,30	1,03	-9,87	54,41	1,19	-24,83	61,18	1,23
jun.99	-7,48	59,79	1,61	-5,67	62,09	1,44	-4,08	64,34	1,15	-1,63	61,45	1,36	-11,38	62,78	1,31	-21,91	53,98	1,09
dez.99	-6,98	55,78	1,68	-5,42	59,37	1,53	-3,17	49,99	0,96	-1,62	61,24	1,50	-10,22	56,36	1,29	-18,43	45,41	1,02
jun.00	-10,19	81,49	2,30	-8,33	91,24	2,16	-5,60	88,25	1,47	-2,52	95,17	2,25	-16,46	90,77	1,87	-42,49	104,68	2,21
dez.00	-12,51	100,00	2,56	-9,13	100,00	2,21	-6,35	100,00	1,64	-2,65	100,00	2,08	-18,13	100,00	1,95	-40,59	100,00	2,21
jun.01	-13,34	106,65	2,36	-9,69	106,18	2,23	-5,93	93,35	1,30	-2,78	104,86	2,07	-18,40	101,50	1,80	-37,39	92,12	1,98
dez.01	-13,90	111,11	2,55	-10,14	111,13	2,28	-6,66	104,92	1,57	-2,39	90,20	1,89	-19,20	105,89	1,93	-40,18	98,98	2,14
jun.02	-15,92	127,29	2,72	-11,82	129,43	2,64	-6,77	106,58	1,54	-2,57	96,72	1,91	-21,15	116,64	2,07	-43,09	106,17	2,26
dez.02	-13,69	109,44	2,57	-10,81	118,37	2,59	-5,50	86,66	1,60	-1,81	68,25	1,74	-18,12	99,93	2,09	-37,70	92,88	2,20
jun.03	-13,83	110,55	2,73	-11,36	124,44	2,66	-5,27	82,99	1,84	-1,78	66,99	2,04	-18,41	101,52	2,30	-40,67	100,21	2,54
dez.03	-14,38	114,94	2,62	-11,25	123,18	2,40	-5,38	84,72	1,92	-1,81	68,38	2,03	-18,44	101,70	2,20	-39,11	96,36	2,31
jun.04	-13,17	105,28	2,43	-10,61	116,25	2,27	-4,93	77,60	1,63	-1,67	62,81	1,66	-17,21	94,89	1,97	-35,39	87,19	2,07
dez.04	-12,33	98,56	2,31	-9,83	107,67	2,12	-4,69	73,91	1,64	-1,90	71,74	2,06	-16,42	90,59	1,95	-35,44	87,32	2,16
jun.05	-13,67	109,29	2,40	-11,14	122,04	2,29	-5,10	80,40	1,60	-1,94	73,08	1,97	-18,18	100,30	2,01	-37,38	92,10	2,18
dez.05	-15,97	127,70	2,57	-13,09	143,39	2,45	-6,05	95,37	1,77	-2,34	88,26	1,99	-21,49	118,51	2,16	-43,43	107,00	2,32
jun.06	-18,79	150,18	2,75	-14,90	163,19	2,49	-7,33	115,41	1,98	-2,69	101,40	2,33	-24,92	137,42	2,30	-49,36	121,60	2,46
dez.06	-21,49	171,82	2,70	-16,93	185,42	2,54	-7,40	116,49	1,75	-2,97	111,85	2,81	-27,29	150,52	2,29	-50,50	124,43	2,34
jun.07	-22,69	181,37	2,42	-18,09	198,15	2,36	-7,75	122,11	1,45	-2,90	109,44	2,16	-28,75	158,55	2,00	-52,44	129,19	2,09
dez.07	-22,96	183,60	2,31	-17,80	195,02	2,15	-8,41	132,51	1,61	-3,08	115,98	2,08	-29,29	161,56	1,96	-52,54	129,44	2,05
jun.08	-23,38	186,92	2,18	-18,07	197,97	2,03	-8,79	138,45	1,68	-3,22	121,53	2,04	-30,09	165,94	1,92	-52,56	129,50	1,97

Tabela B8 (continuação): Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil - provisão para crédito em liquidação duvidosa (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	-0,37	8,00	0,43	-0,09	2,73	0,15	-0,88	41,24	1,32	-0,02	2,17	0,29	-	-	-	-0,06	12,92	0,27	-0,02	4,53	0,17
jun.96	-0,57	12,42	0,55	-1,33	40,93	1,61	-0,81	37,84	1,28	-0,04	3,88	0,47	-	-	-	-0,14	30,95	0,63	-0,03	5,59	0,13
dez.96	-0,70	15,08	0,73	-1,41	43,40	1,69	-0,71	33,06	1,06	-0,07	5,97	0,69	-	-	-	-0,11	24,70	0,37	-0,14	29,03	0,75
jun.97	-0,58	12,60	0,53	-1,42	43,82	1,51	-0,75	34,95	1,17	-0,10	9,53	0,99	0,00	0,03	0,00	-0,04	9,27	0,10	-0,11	23,12	0,50
dez.97	-0,61	13,15	0,56	-1,42	43,75	1,27	-0,66	31,03	1,02	-0,11	10,36	0,96	-0,04	6,10	0,12	-0,04	9,92	0,12	-0,14	30,04	0,72
jun.98	-1,13	24,52	0,69	-1,88	57,91	1,51	-0,78	36,32	1,05	-0,17	15,72	1,08	-0,10	15,93	0,29	-0,06	13,90	0,14	-0,16	33,23	0,62
dez.98	-1,61	34,79	1,05	-2,59	79,71	2,24	-0,90	41,86	1,21	-0,20	18,60	0,94	-0,25	39,54	0,73	-0,05	10,98	0,12	-0,15	31,91	0,72
jun.99	-2,41	51,98	1,49	-2,38	73,48	1,94	-1,19	55,72	1,55	-1,40	127,05	2,29	-0,25	38,85	0,81	-0,25	55,60	0,64	-0,48	101,09	1,65
dez.99	-2,35	50,86	1,58	-2,23	68,76	2,20	-0,96	44,67	1,36	-1,12	101,72	2,10	-0,18	28,37	0,66	-0,32	69,78	0,80	-0,31	65,38	1,09
jun.00	-4,35	94,05	2,76	-2,62	80,64	2,52	-1,60	74,55	2,11	-1,12	102,20	1,83	-0,44	68,61	1,19	-0,50	111,09	1,12	-0,70	147,57	1,98
dez.00	-4,63	100,00	2,90	-3,24	100,00	2,60	-2,14	100,00	2,31	-1,10	100,00	1,99	-0,64	100,00	1,56	-0,45	100,00	0,94	-0,47	100,00	1,44
jun.01	-4,95	107,05	2,91	-3,29	101,39	2,54	-2,35	109,87	2,43	-1,15	104,45	2,12	-0,75	117,14	1,60	-0,52	115,72	1,05	-0,46	98,05	1,09
dez.01	-4,98	107,67	3,03	-3,59	110,69	2,64	-2,01	93,88	2,25	-1,55	141,34	2,80	-0,76	118,49	1,96	-0,47	103,78	0,90	-0,33	69,62	0,85
jun.02	-5,76	124,42	3,11	-4,41	135,82	3,09	-2,24	104,34	2,26	-1,61	146,13	2,66	-0,73	113,44	2,19	-0,58	128,14	1,37	-0,35	74,55	0,67
dez.02	-4,85	104,76	2,98	-4,46	137,54	3,03	-1,81	84,48	1,87	-1,26	114,30	2,52	-0,61	94,14	1,79	-0,55	122,25	1,53	-0,35	73,35	0,90
jun.03	-5,13	110,84	2,96	-4,51	138,99	3,38	-1,78	82,92	2,22	-1,35	122,38	2,57	-0,77	119,25	2,63	-0,53	116,03	1,28	-0,26	55,06	0,90
dez.03	-4,97	107,31	2,65	-4,49	138,35	3,21	-1,81	84,64	2,24	-2,01	183,10	2,91	-1,34	207,98	4,01	-0,65	144,13	1,51	-0,29	61,33	1,12
jun.04	-4,78	103,37	2,77	-3,99	123,11	2,97	-1,67	77,72	1,94	-1,69	153,91	2,44	-1,31	204,23	3,42	-0,66	144,99	1,43	-0,30	62,74	0,84
dez.04	-4,53	97,80	2,69	-3,53	108,91	2,53	-1,90	88,78	2,30	-1,48	135,00	2,21	-1,29	200,68	3,31	-0,69	152,86	1,49	-0,32	67,45	1,28
jun.05	-4,81	103,95	2,75	-4,30	132,46	2,77	-1,94	90,41	2,29	-1,74	158,25	2,33	-1,41	218,58	2,76	-0,83	183,98	1,78	-0,31	66,56	1,06
dez.05	-5,38	116,22	2,90	-5,24	161,55	3,20	-2,33	108,79	2,46	-1,94	176,29	2,32	-1,72	267,47	3,23	-0,92	202,95	1,60	-0,42	88,10	1,48
jun.06	-6,21	134,20	2,99	-5,95	183,24	3,23	-2,68	125,30	2,63	-2,42	220,19	2,53	-1,82	282,50	3,20	-1,01	223,64	1,62	-0,52	111,07	1,97
dez.06	-6,98	150,75	3,03	-7,18	221,24	3,24	-2,97	138,47	2,81	-2,69	244,29	2,09	-1,66	257,30	2,63	-0,92	203,62	1,38	-0,61	129,89	1,85
jun.07	-7,37	159,20	2,93	-7,88	242,81	2,99	-2,90	135,49	2,16	-2,86	259,96	1,76	-1,67	260,14	2,31	-0,89	196,63	1,17	-0,66	139,50	1,36
dez.07	-7,72	166,77	2,71	-7,31	225,39	2,53	-3,08	143,59	2,08	-3,10	281,89	1,95	-1,59	246,56	2,24	-0,84	185,46	1,25	-0,71	150,64	1,27
jun.08	-7,96	172,00	2,45	-7,28	224,26	2,30	-3,22	150,46	2,04	-3,25	295,20	2,12	-1,60	249,16	1,76	-0,76	167,10	1,31	-0,77	164,10	2,11

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B9: Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil – outros créditos (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	32,86	43,55	11,33	37,77	69,97	10,75	17,17	27,92	20,38	14,81	81,78	14,06	69,75	52,21	12,89	208,11	79,61	11,56
jun.96	50,90	67,45	14,76	61,17	113,33	14,32	30,52	49,63	25,67	19,21	106,05	17,96	110,90	83,02	16,98	254,61	97,39	13,05
dez.96	44,55	59,04	13,56	49,26	91,26	11,93	18,45	30,00	17,38	12,85	70,94	11,85	80,55	60,30	12,84	213,66	81,73	11,38
jun.97	49,16	65,14	13,66	70,02	129,72	14,91	33,06	53,76	18,49	18,27	100,85	14,64	121,35	90,84	15,69	308,37	117,96	14,51
dez.97	41,52	55,02	11,07	61,87	114,63	13,50	28,14	45,76	13,82	17,14	94,61	11,20	107,15	80,21	13,15	270,52	103,48	13,03
jun.98	62,88	83,32	13,53	61,97	114,81	12,72	45,48	73,95	17,60	27,38	151,18	15,37	134,83	100,93	14,60	294,07	112,49	13,83
dez.98	64,28	85,18	15,06	57,22	106,00	13,15	40,56	65,95	15,10	15,60	86,13	12,52	113,38	84,87	13,69	266,55	101,96	13,18
jun.99	63,65	84,34	13,72	49,66	91,99	12,57	67,81	110,26	19,02	16,35	90,29	13,65	133,82	100,17	15,36	293,85	112,40	14,55
dez.99	53,02	70,25	12,80	44,17	81,82	12,46	54,55	88,70	16,41	15,15	83,66	14,02	113,87	85,24	14,33	253,96	97,14	14,09
jun.00	69,64	92,28	15,70	54,62	101,19	14,17	88,83	144,44	23,28	18,14	100,12	16,16	161,59	120,96	18,37	312,55	119,56	16,29
dez.00	75,47	100,00	15,45	53,98	100,00	13,07	61,50	100,00	15,89	18,11	100,00	14,17	133,59	100,00	14,40	261,42	100,00	14,22
jun.01	92,21	122,18	16,34	63,20	117,09	14,52	85,84	139,57	18,86	18,38	101,50	13,68	167,42	125,33	16,34	271,10	103,70	14,36
dez.01	84,14	111,49	15,44	61,65	114,21	13,85	77,89	126,66	18,37	17,86	98,60	14,10	157,40	117,82	15,81	245,19	93,79	13,05
jun.02	100,23	132,81	17,15	66,21	122,66	14,82	77,24	125,60	17,58	19,93	110,01	14,84	163,37	122,29	16,01	237,39	90,81	12,44
dez.02	85,13	112,80	16,00	57,90	107,27	13,88	57,01	92,70	16,55	13,66	75,40	13,10	128,57	96,24	14,85	191,96	73,43	11,20
jun.03	82,35	109,12	16,25	61,42	113,79	14,37	53,91	87,66	18,85	12,70	70,09	14,56	128,03	95,84	15,99	189,59	72,52	11,85
dez.03	85,94	113,87	15,64	61,75	114,40	13,19	44,42	72,23	15,87	13,28	73,33	14,85	119,45	89,42	14,26	177,23	67,79	10,47
jun.04	96,41	127,75	17,82	75,59	140,03	16,14	55,28	89,90	18,25	14,32	79,06	14,23	145,19	108,68	16,65	207,23	79,27	12,12
dez.04	79,13	104,86	14,84	60,69	112,44	13,10	48,87	79,47	17,04	12,74	70,35	13,81	122,31	91,56	14,52	183,99	70,38	11,19
jun.05	87,52	115,97	15,36	63,86	118,31	13,11	55,00	89,42	17,25	14,33	79,11	14,52	133,18	99,70	14,73	196,53	75,18	11,48
dez.05	86,14	114,14	13,84	59,75	110,69	11,17	53,96	87,75	15,75	15,90	87,78	13,48	129,61	97,02	13,02	194,69	74,47	10,38
jun.06	102,47	135,79	14,98	74,40	137,83	12,41	69,68	113,31	18,85	16,61	91,71	14,41	160,69	120,29	14,82	233,05	89,15	11,60
dez.06	125,86	166,78	15,82	77,45	143,49	11,61	83,08	135,08	19,70	14,51	80,11	13,75	175,04	131,03	14,66	246,43	94,27	11,43
jun.07	183,99	243,80	19,62	96,26	178,34	12,54	147,60	240,01	27,61	20,89	115,35	15,56	264,76	198,19	18,43	343,42	131,36	13,71
dez.07	171,00	226,59	17,17	92,49	171,36	11,19	145,12	235,97	27,80	18,32	101,16	12,38	255,94	191,59	17,10	333,55	127,59	13,03
jun.08	154,97	205,35	14,45	94,29	174,70	10,61	134,49	218,69	25,77	18,61	102,74	11,75	247,40	185,19	15,77	342,20	130,90	12,81

Tabela B9 (continuação): Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil – outros créditos (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	7,40	27,25	8,53	7,76	46,37	13,15	7,04	53,36	10,50	2,03	24,82	24,48	-	-	-	0,96	28,55	4,52	2,34	38,38	18,30
jun.96	12,37	45,54	11,75	16,34	97,63	19,86	8,98	68,07	14,14	2,42	29,50	26,46	-	-	-	1,68	49,61	7,52	7,41	121,62	37,32
dez.96	14,73	54,24	15,40	12,58	75,18	15,12	7,59	57,55	11,36	1,36	16,59	14,32	-	-	-	0,55	16,16	1,80	5,06	82,97	27,83
jun.97	11,44	42,12	10,44	15,74	94,06	16,67	8,00	60,60	12,45	2,39	29,16	22,55	3,75	57,14	10,63	2,78	82,18	6,53	7,34	120,39	33,87
dez.97	10,75	39,61	9,84	13,85	82,75	12,35	7,21	54,66	11,08	1,99	24,27	16,82	5,83	88,94	17,49	1,95	57,82	5,08	4,42	72,45	22,37
jun.98	19,15	70,52	11,63	15,29	91,39	12,31	12,84	97,31	17,28	2,87	35,01	17,99	3,24	49,33	9,06	3,34	98,90	7,51	7,91	129,82	31,10
dez.98	18,98	69,90	12,35	18,70	111,77	16,18	9,86	74,76	13,34	1,85	22,53	8,51	5,89	89,79	16,79	2,22	65,76	5,55	4,63	75,89	22,18
jun.99	21,23	78,18	13,11	16,84	100,65	13,67	10,50	79,59	13,60	12,19	148,75	19,99	4,33	66,01	14,00	3,77	111,56	9,53	7,72	126,67	26,62
dez.99	22,47	82,76	15,04	12,02	71,81	11,84	8,18	62,02	11,64	7,00	85,46	13,14	3,59	54,69	12,90	3,34	98,87	8,46	4,86	79,76	17,09
jun.00	29,75	109,56	18,86	13,53	80,87	13,05	10,75	81,49	14,21	11,74	143,31	19,09	6,02	91,87	16,19	3,86	114,22	8,59	12,02	197,22	34,17
dez.00	27,15	100,00	17,04	16,73	100,00	13,39	13,20	100,00	14,25	8,19	100,00	14,83	6,56	100,00	15,93	3,38	100,00	7,05	6,09	100,00	18,62
jun.01	29,65	109,18	17,42	20,32	121,45	15,68	11,85	89,78	12,21	7,03	85,83	12,97	8,57	130,62	18,18	4,51	133,49	9,08	9,51	155,98	22,47
dez.01	24,61	90,64	14,96	23,11	138,07	16,98	11,06	83,81	12,35	7,73	94,34	13,91	6,93	105,62	17,85	5,60	165,90	10,68	8,93	146,46	23,19
jun.02	35,30	129,99	19,04	21,43	128,04	15,04	14,33	108,61	14,49	9,85	120,20	16,28	5,11	77,97	15,37	2,64	78,01	6,22	12,28	201,45	23,43
dez.02	24,85	91,52	15,26	24,38	145,66	16,53	12,60	95,46	12,98	8,18	99,88	16,42	5,80	88,48	17,13	2,02	59,93	5,61	8,73	143,17	22,57
jun.03	29,54	108,80	17,06	20,53	122,67	15,36	11,79	89,36	14,76	8,48	103,53	16,18	4,19	63,90	14,36	3,66	108,48	8,91	8,09	132,79	28,10
dez.03	27,41	100,96	14,66	23,60	141,05	16,89	12,12	91,85	14,98	10,60	129,41	15,32	4,82	73,56	14,45	4,00	118,46	9,25	6,47	106,16	25,01
jun.04	30,98	114,09	17,93	26,02	155,46	19,36	12,19	92,37	14,20	12,34	150,57	17,75	6,03	91,95	15,68	6,33	187,27	13,76	6,90	113,26	19,46
dez.04	21,72	79,98	12,93	26,29	157,11	18,79	12,04	91,21	14,56	8,56	104,45	12,76	4,44	67,63	11,38	3,61	106,78	7,79	5,15	84,43	20,67
jun.05	20,38	75,05	11,64	29,73	177,65	19,19	13,37	101,34	15,83	9,74	118,82	13,06	6,35	96,82	12,44	4,30	127,40	9,21	6,32	103,65	21,33
dez.05	21,75	80,10	11,72	25,23	150,75	15,43	14,22	107,78	15,03	10,22	124,67	12,23	5,69	86,76	10,69	3,14	93,04	5,46	6,70	109,95	23,80
jun.06	29,34	108,04	14,14	30,63	183,02	16,66	13,14	99,61	12,86	11,89	145,05	12,42	7,73	117,90	13,63	4,45	131,77	7,11	5,87	96,34	22,02
dez.06	27,06	99,64	11,76	35,65	213,04	16,11	14,51	109,96	13,75	31,95	389,89	24,85	7,82	119,25	12,44	3,20	94,71	4,80	8,98	147,30	27,05
jun.07	33,52	123,43	13,31	44,86	268,06	17,01	20,89	158,35	15,56	57,56	702,46	35,44	12,72	193,91	17,58	3,57	105,76	4,68	15,08	247,51	31,24
dez.07	33,41	123,02	11,74	43,75	261,44	15,15	18,32	138,86	12,38	54,51	665,23	34,36	11,32	172,64	16,00	2,96	87,73	4,40	23,92	392,44	42,59
jun.08	33,90	124,83	10,43	43,50	259,95	13,73	18,61	141,03	11,75	34,88	425,69	22,76	22,03	335,88	24,21	3,81	112,88	6,62	12,76	209,39	34,69

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B10: Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil – outros valores e bens (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	1,93	96,88	0,67	2,17	112,05	0,62	0,34	23,17	0,41	0,38	75,64	0,36	2,90	73,84	0,54	12,66	143,93	0,70
jun.96	2,14	107,36	0,62	2,49	128,13	0,58	0,44	29,82	0,37	0,48	94,93	0,45	3,41	86,78	0,52	13,28	150,98	0,68
dez.96	2,45	122,70	0,75	3,04	156,82	0,74	0,49	32,76	0,46	0,61	120,28	0,56	4,14	105,33	0,66	14,21	161,63	0,76
jun.97	1,52	75,92	0,42	2,25	115,92	0,48	0,46	30,76	0,25	0,78	153,26	0,62	3,48	88,62	0,45	15,29	173,85	0,72
dez.97	1,69	84,80	0,45	2,59	133,55	0,57	0,79	53,18	0,39	0,99	195,27	0,65	4,37	111,19	0,54	12,13	137,96	0,58
jun.98	1,94	97,22	0,42	2,00	102,93	0,41	0,64	43,21	0,25	1,19	234,42	0,67	3,82	97,35	0,41	9,98	113,47	0,47
dez.98	2,62	131,20	0,61	2,79	143,91	0,64	1,30	88,11	0,49	0,67	131,88	0,54	4,76	121,32	0,58	12,10	137,65	0,60
jun.99	2,31	115,50	0,50	2,36	121,48	0,60	1,54	104,32	0,43	0,53	104,69	0,44	4,43	112,84	0,51	11,21	127,49	0,56
dez.99	1,69	84,52	0,41	1,61	83,12	0,45	1,18	79,94	0,36	0,44	86,74	0,41	3,23	82,39	0,41	8,84	100,51	0,49
jun.00	1,74	87,32	0,39	1,58	81,71	0,41	1,79	120,73	0,47	0,45	89,13	0,40	3,82	97,38	0,43	9,49	107,90	0,49
dez.00	2,00	100,00	0,41	1,94	100,00	0,47	1,48	100,00	0,38	0,51	100,00	0,40	3,93	100,00	0,42	8,79	100,00	0,48
jun.01	2,72	136,40	0,48	1,97	101,54	0,45	1,58	106,74	0,35	0,52	102,66	0,39	4,07	103,65	0,40	8,38	95,30	0,44
dez.01	3,03	151,70	0,56	2,33	119,94	0,52	1,76	119,09	0,42	0,55	108,10	0,43	4,64	118,10	0,47	8,11	92,22	0,43
jun.02	3,76	188,27	0,64	3,10	159,83	0,69	1,67	112,70	0,38	0,50	98,70	0,37	5,27	134,18	0,52	8,26	93,97	0,43
dez.02	3,46	173,19	0,65	2,86	147,54	0,69	1,24	83,57	0,36	0,40	79,48	0,39	4,50	114,64	0,52	6,94	78,91	0,40
jun.03	3,25	162,89	0,64	2,79	143,64	0,65	1,17	78,96	0,41	0,39	77,62	0,45	4,35	110,74	0,54	6,58	74,83	0,41
dez.03	3,44	172,19	0,63	2,72	139,99	0,58	1,25	84,32	0,45	0,48	94,66	0,54	4,44	113,15	0,53	6,69	76,10	0,40
jun.04	3,28	164,21	0,61	2,70	139,00	0,58	1,20	81,09	0,40	0,45	89,14	0,45	4,35	110,73	0,50	6,46	73,45	0,38
dez.04	3,28	164,04	0,61	2,68	138,43	0,58	1,17	78,78	0,41	0,43	85,71	0,47	4,29	109,14	0,51	6,36	72,38	0,39
jun.05	3,52	176,05	0,62	2,95	152,06	0,61	1,24	84,07	0,39	0,48	95,56	0,49	4,68	119,14	0,52	6,90	78,44	0,40
dez.05	4,42	221,50	0,71	4,00	206,16	0,75	1,33	90,04	0,39	0,69	136,38	0,59	6,02	153,37	0,60	9,10	103,51	0,49
jun.06	4,81	240,73	0,70	4,36	224,56	0,73	1,86	125,39	0,50	0,74	146,85	0,64	6,96	177,15	0,64	10,22	116,25	0,51
dez.06	6,45	323,04	0,81	4,78	246,55	0,72	2,98	201,02	0,71	1,22	241,11	1,16	8,98	228,68	0,75	12,45	141,64	0,58
jun.07	8,67	434,45	0,92	7,01	361,56	0,91	3,73	251,82	0,70	1,29	255,05	0,96	12,03	306,45	0,84	17,72	201,52	0,71
dez.07	11,98	599,89	1,20	9,68	499,28	1,17	4,58	309,12	0,88	1,39	274,62	0,94	15,65	398,61	1,05	23,22	264,11	0,91
jun.08	12,07	604,37	1,13	9,83	507,03	1,11	4,46	301,42	0,86	1,50	296,44	0,95	15,80	402,35	1,01	24,19	275,15	0,91

Tabela B10 (continuação): Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil – outros valores e bens (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	0,10	15,96	0,12	1,03	159,01	1,75	0,28	67,48	0,41	0,01	9,79	0,16	-	-	-	0,05	58,36	0,22	0,04	316,61	0,32
jun.96	0,21	31,89	0,20	1,26	192,90	1,53	0,29	71,44	0,46	0,04	30,41	0,44	-	-	-	0,05	58,26	0,21	0,06	435,92	0,28
dez.96	0,40	60,92	0,42	1,21	185,98	1,45	0,35	84,51	0,52	0,03	21,29	0,30	-	-	-	0,15	182,72	0,48	0,04	334,28	0,24
jun.97	0,46	69,86	0,42	0,33	50,50	0,35	0,43	105,49	0,68	0,02	17,89	0,22	0,01	6,11	0,03	0,12	148,01	0,28	0,04	288,26	0,17
dez.97	0,45	69,23	0,41	0,51	78,74	0,46	0,50	121,31	0,77	0,02	15,14	0,17	0,01	3,11	0,02	0,12	148,47	0,31	0,04	279,91	0,18
jun.98	0,75	114,26	0,45	0,42	64,65	0,34	0,48	116,19	0,64	0,04	27,37	0,23	0,00	2,66	0,01	0,14	171,47	0,31	0,03	239,73	0,12
dez.98	1,17	178,95	0,76	0,76	116,87	0,66	0,47	114,41	0,64	0,04	31,28	0,19	0,14	76,68	0,40	0,13	165,47	0,33	0,02	141,75	0,09
jun.99	1,01	154,64	0,63	0,69	106,42	0,56	0,40	97,90	0,52	0,14	109,59	0,24	0,36	193,65	1,16	0,10	129,56	0,26	0,03	227,95	0,10
dez.99	0,71	108,66	0,48	0,42	64,92	0,42	0,33	80,43	0,47	0,13	100,20	0,25	0,23	124,96	0,83	0,09	112,24	0,23	0,02	155,42	0,07
jun.00	0,74	112,65	0,47	0,41	62,51	0,39	0,36	86,38	0,47	0,17	131,28	0,28	0,23	123,37	0,61	0,07	87,10	0,16	0,02	145,15	0,05
dez.00	0,65	100,00	0,41	0,65	100,00	0,52	0,41	100,00	0,44	0,13	100,00	0,24	0,18	100,00	0,45	0,08	100,00	0,17	0,01	100,00	0,04
jun.01	0,69	106,15	0,41	0,57	87,00	0,44	0,44	107,48	0,46	0,16	120,66	0,29	0,22	117,47	0,46	0,07	90,28	0,15	0,02	144,32	0,04
dez.01	0,54	82,90	0,33	1,05	161,15	0,77	0,43	105,37	0,48	0,14	103,02	0,25	0,40	215,14	1,03	0,07	93,34	0,14	0,01	84,36	0,03
jun.02	1,20	184,06	0,65	1,13	173,34	0,79	0,43	104,48	0,44	0,17	127,12	0,28	0,35	190,04	1,06	0,06	75,30	0,14	0,01	77,69	0,02
dez.02	0,92	140,91	0,57	1,28	196,45	0,87	0,40	96,88	0,41	0,16	118,43	0,31	0,17	93,61	0,51	0,05	66,39	0,15	0,00	38,42	0,01
jun.03	0,98	149,72	0,57	1,11	171,10	0,83	0,39	94,70	0,49	0,12	92,64	0,23	0,20	108,34	0,69	0,06	70,51	0,14	0,01	43,69	0,02
dez.03	0,80	122,88	0,43	1,24	191,12	0,89	0,48	115,73	0,59	0,27	206,76	0,40	0,29	158,20	0,88	0,03	33,14	0,06	0,00	33,98	0,02
jun.04	0,84	127,88	0,48	1,17	179,18	0,87	0,45	108,89	0,52	0,21	162,31	0,31	0,32	173,23	0,83	0,02	24,26	0,04	0,01	58,81	0,02
dez.04	0,94	144,16	0,56	1,13	172,88	0,80	0,43	105,19	0,52	0,23	175,24	0,35	0,33	177,93	0,84	0,03	38,65	0,07	0,01	110,00	0,06
jun.05	1,16	177,21	0,66	1,09	167,92	0,71	0,48	117,21	0,57	0,24	183,77	0,33	0,40	217,95	0,79	0,03	40,19	0,07	0,01	107,16	0,05
dez.05	1,33	202,83	0,72	1,72	264,90	1,05	0,69	167,23	0,73	0,37	282,99	0,45	0,57	305,63	1,06	0,03	41,78	0,06	0,01	80,88	0,04
jun.06	1,49	226,97	0,72	1,63	251,10	0,89	0,74	180,18	0,73	0,55	418,54	0,58	0,74	402,26	1,31	0,04	54,09	0,07	0,05	379,42	0,18
dez.06	1,70	260,03	0,74	1,62	248,36	0,73	1,22	296,10	1,16	1,09	826,06	0,85	0,89	480,56	1,41	0,05	65,42	0,08	0,07	529,10	0,21
jun.07	1,86	283,73	0,74	3,17	487,64	1,20	1,29	313,23	0,96	1,38	1.044,51	0,85	1,14	615,77	1,57	0,06	69,65	0,07	0,08	647,99	0,17
dez.07	3,05	465,67	1,07	4,44	682,86	1,54	1,39	337,25	0,94	1,48	1.117,80	0,93	1,25	674,64	1,76	0,06	71,48	0,09	0,07	528,13	0,12
jun.08	3,01	459,28	0,92	4,63	711,62	1,46	1,50	364,06	0,95	1,38	1.042,71	0,90	1,30	701,92	1,43	0,02	20,52	0,03	0,05	420,33	0,15

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B11: Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil – ativo imobilizado (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	7,09	36,21	2,44	9,74	57,75	2,77	1,81	15,14	2,15	2,92	57,88	2,77	14,47	42,72	2,68	43,09	88,19	2,39
jun.96	10,09	51,58	2,93	14,32	84,92	3,35	2,53	21,10	2,12	2,27	44,98	2,12	19,12	56,43	2,93	38,28	78,34	1,96
dez.96	10,11	51,68	3,08	15,01	89,02	3,64	2,47	20,63	2,33	1,91	37,75	1,76	19,39	57,22	3,09	34,98	71,60	1,86
jun.97	10,93	55,83	3,04	17,91	106,22	3,82	3,31	27,63	1,85	3,00	59,43	2,41	24,22	71,48	3,13	35,99	73,66	1,69
dez.97	11,93	60,96	3,18	18,98	112,51	4,14	6,17	51,51	3,03	3,54	70,14	2,32	28,68	84,65	3,52	47,61	97,44	2,29
jun.98	17,90	91,48	3,85	20,43	121,13	4,19	11,83	98,88	4,58	6,57	130,12	3,69	38,84	114,61	4,20	64,50	132,01	3,03
dez.98	13,65	69,75	3,20	19,16	113,60	4,40	16,77	140,11	6,25	5,96	118,03	4,78	41,89	123,63	5,06	70,39	144,08	3,48
jun.99	22,31	114,02	4,81	18,69	110,84	4,73	18,05	150,83	5,06	6,09	120,55	5,08	42,84	126,42	4,92	73,11	149,65	3,62
dez.99	23,92	122,24	5,78	17,38	103,08	4,90	16,92	141,36	5,09	5,94	117,69	5,50	40,25	118,78	5,06	65,06	133,16	3,61
jun.00	22,74	116,18	5,13	16,43	97,40	4,26	14,82	123,78	3,88	5,43	107,50	4,84	36,67	108,22	4,17	57,69	118,07	3,01
dez.00	19,57	100,00	4,01	16,86	100,00	4,08	11,97	100,00	3,09	5,05	100,00	3,95	33,88	100,00	3,65	48,86	100,00	2,66
jun.01	19,23	98,25	3,41	17,21	102,02	3,95	9,63	80,43	2,12	4,12	81,50	3,06	30,95	91,34	3,02	42,74	87,48	2,26
dez.01	15,57	79,57	2,86	15,32	90,81	3,44	7,05	58,90	1,66	3,26	64,47	2,57	25,62	75,61	2,57	34,65	70,92	1,84
jun.02	13,73	70,16	2,35	14,65	86,89	3,28	5,79	48,37	1,32	2,63	52,06	1,96	23,07	68,09	2,26	30,42	62,25	1,59
dez.02	9,39	47,99	1,77	10,69	63,41	2,56	3,86	32,27	1,12	1,57	31,07	1,51	16,13	47,59	1,86	21,88	44,79	1,28
jun.03	7,72	39,43	1,52	9,48	56,19	2,22	2,62	21,93	0,92	1,20	23,74	1,38	13,30	39,25	1,66	17,65	36,12	1,10
dez.03	8,36	42,74	1,52	9,97	59,13	2,13	2,40	20,03	0,86	1,11	22,02	1,24	13,48	39,78	1,61	18,23	37,31	1,08
jun.04	8,87	45,31	1,64	11,03	65,41	2,36	2,36	19,68	0,78	1,05	20,77	1,04	14,43	42,60	1,66	18,40	37,66	1,08
dez.04	12,50	63,87	2,34	15,47	91,71	3,34	2,61	21,81	0,91	1,12	22,21	1,22	19,20	56,66	2,28	22,84	46,74	1,39
jun.05	16,96	86,64	2,98	21,03	124,69	4,32	2,71	22,68	0,85	1,22	24,08	1,23	24,96	73,66	2,76	28,72	58,79	1,68
dez.05	23,36	119,35	3,75	28,52	169,14	5,33	3,31	27,65	0,97	1,30	25,82	1,11	33,14	97,80	3,33	37,56	76,87	2,00
jun.06	31,00	158,43	4,53	35,86	212,65	5,98	3,97	33,16	1,07	1,81	35,84	1,57	41,64	122,89	3,84	46,78	95,74	2,33
dez.06	41,12	210,13	5,17	44,51	263,92	6,67	4,71	39,31	1,12	2,95	58,35	2,79	52,16	153,94	4,37	58,64	120,02	2,72
jun.07	54,01	276,01	5,76	54,02	320,34	7,04	7,04	58,85	1,32	5,24	103,77	3,90	66,31	195,69	4,62	74,48	152,45	2,97
dez.07	74,57	381,06	7,49	69,24	410,54	8,38	11,60	96,92	2,22	9,11	180,26	6,15	89,94	265,43	6,01	100,02	204,71	3,91
jun.08	98,16	501,60	9,15	87,66	519,78	9,87	17,52	146,37	3,36	11,87	234,98	7,49	117,05	345,43	7,46	131,72	269,61	4,93

Tabela B11 (continuação): Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil – ativo imobilizado (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	0,11	1,61	0,13	0,00	-	0,00	2,62	66,94	3,91	0,00	-	0,00	-	-	-	1,39	41,50	6,54	0,29	44,26	2,25
jun.96	0,10	1,50	0,10	4,29	123,17	5,22	2,15	54,97	3,39	0,57	12,43	6,19	-	-	-	1,15	34,10	5,14	0,28	43,35	1,42
dez.96	1,96	28,67	2,05	3,57	102,41	4,29	1,89	48,23	2,83	0,45	9,95	4,77	-	-	-	1,10	32,61	3,62	0,30	46,95	1,68
jun.97	1,56	22,73	1,42	3,08	88,38	3,26	1,90	48,37	2,95	0,38	8,36	3,59	0,11	12,94	0,31	1,76	52,41	4,14	0,37	56,28	1,68
dez.97	2,04	29,84	1,87	3,30	94,61	2,94	2,19	55,91	3,37	2,06	45,30	17,45	0,00	0,00	0,00	2,47	73,54	6,42	0,66	102,52	3,37
jun.98	5,50	80,42	3,34	3,01	86,48	2,43	4,43	113,03	5,96	4,11	90,30	25,77	0,50	58,87	1,40	2,96	88,08	6,65	0,90	138,32	3,53
dez.98	5,77	84,28	3,75	2,49	71,51	2,16	4,71	120,11	6,37	5,65	124,19	26,06	0,68	80,33	1,94	3,31	98,67	8,29	1,19	182,95	5,69
jun.99	7,60	111,00	4,69	2,25	64,45	1,82	4,74	120,79	6,13	6,46	141,99	10,60	0,79	93,43	2,56	3,09	91,85	7,80	1,29	198,68	4,44
dez.99	7,40	108,06	4,95	2,43	69,61	2,39	4,33	110,45	6,16	6,95	152,72	13,04	0,91	107,72	3,28	2,82	83,90	7,14	1,01	156,33	3,57
jun.00	7,14	104,35	4,53	2,73	78,44	2,64	3,92	100,05	5,19	5,93	130,18	9,64	0,85	100,09	2,28	3,01	89,66	6,71	0,81	125,08	2,31
dez.00	6,84	100,00	4,29	3,48	100,00	2,79	3,92	100,00	4,23	4,55	100,00	8,24	0,85	100,00	2,06	3,36	100,00	7,01	0,65	100,00	1,98
jun.01	6,29	91,84	3,69	4,43	126,99	3,41	3,20	81,63	3,30	3,00	65,97	5,54	0,66	78,23	1,41	3,97	118,08	7,99	0,65	100,44	1,54
dez.01	5,04	73,62	3,06	4,27	122,55	3,14	2,83	72,14	3,16	1,81	39,66	3,25	0,46	54,45	1,19	4,06	120,83	7,73	0,51	79,26	1,34
jun.02	5,04	73,62	2,72	4,01	115,12	2,82	2,27	57,85	2,29	1,19	26,04	1,96	0,40	46,78	1,19	4,19	124,59	9,88	0,45	69,67	0,86
dez.02	3,52	51,46	2,16	2,92	83,72	1,98	1,57	40,04	1,62	0,60	13,27	1,21	0,31	36,02	0,90	3,35	99,74	9,28	0,39	60,81	1,02
jun.03	3,07	44,79	1,77	2,52	72,36	1,89	1,20	30,59	1,50	0,44	9,62	0,84	0,25	29,72	0,86	3,10	92,36	7,55	0,29	44,91	1,01
dez.03	2,71	39,55	1,45	3,15	90,52	2,26	1,11	28,38	1,38	0,95	20,91	1,38	0,33	39,05	0,99	3,38	100,54	7,81	0,22	33,50	0,84
jun.04	2,32	33,83	1,34	4,07	116,87	3,03	1,05	26,76	1,22	1,02	22,36	1,46	0,34	39,72	0,88	3,81	113,51	8,30	0,16	25,03	0,46
dez.04	2,46	35,92	1,46	7,37	211,58	5,27	1,12	28,61	1,36	1,12	24,63	1,67	0,37	43,20	0,94	4,72	140,57	10,20	0,12	18,49	0,48
jun.05	2,92	42,64	1,67	11,17	320,57	7,21	1,22	31,03	1,44	1,16	25,41	1,55	0,42	49,51	0,82	5,97	177,64	12,78	0,06	9,85	0,22
dez.05	3,77	55,13	2,03	16,15	463,56	9,88	1,30	33,27	1,38	1,59	34,94	1,90	0,55	65,25	1,04	7,51	223,61	13,06	0,05	7,75	0,18
jun.06	4,76	69,49	2,29	21,89	628,11	11,91	1,81	46,18	1,77	2,03	44,53	2,12	0,84	99,17	1,48	7,99	237,77	12,76	-0,01	-1,83	-0,04
dez.06	5,76	84,08	2,50	28,88	828,59	13,05	2,95	75,19	2,79	3,05	67,00	2,37	1,17	138,13	1,86	8,42	250,57	12,62	-0,01	-1,34	-0,03
jun.07	7,09	103,56	2,81	36,49	1.047,17	13,83	5,24	133,70	3,90	4,73	103,85	2,91	1,80	212,87	2,49	8,82	262,64	11,56	0,02	3,58	0,05
dez.07	11,20	163,67	3,94	45,75	1.312,80	15,84	9,11	232,26	6,15	8,03	176,36	5,06	3,01	354,94	4,25	9,62	286,48	14,30	0,04	6,19	0,07
jun.08	19,31	282,12	5,94	53,91	1.547,01	17,01	11,87	302,77	7,49	12,27	269,52	8,01	4,33	511,48	4,76	10,24	304,80	17,78	0,07	11,03	0,19

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B12: Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil – ativo permanente (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	35,15	98,22	12,12	37,20	141,97	10,59	4,14	28,95	4,91	9,44	97,81	8,96	50,78	101,26	9,39	133,73	139,58	7,43
jun.96	33,97	94,92	9,85	37,27	142,24	8,72	3,69	25,85	3,11	8,66	89,64	8,09	49,62	98,95	7,60	130,71	136,43	6,70
dez.96	31,10	86,89	9,46	35,14	134,10	8,51	3,23	22,63	3,05	8,63	89,38	7,96	47,00	93,72	7,49	112,53	117,45	5,99
jun.97	29,74	83,09	8,26	33,46	127,70	7,13	5,35	37,45	2,99	8,42	87,20	6,75	47,23	94,18	6,11	110,57	115,40	5,20
dez.97	33,11	92,52	8,82	36,75	140,25	8,02	6,07	42,50	2,98	9,52	98,64	6,23	52,35	104,38	6,42	115,89	120,96	5,58
jun.98	32,54	90,92	7,00	31,44	119,98	6,45	8,51	59,51	3,29	8,85	91,66	4,97	48,79	97,29	5,28	110,62	115,45	5,20
dez.98	31,62	88,35	7,41	29,56	112,80	6,80	15,17	106,14	5,65	8,47	87,69	6,79	53,19	106,07	6,42	113,06	118,00	5,59
jun.99	33,54	93,73	7,23	28,05	107,04	7,10	15,37	107,55	4,31	7,42	76,89	6,20	50,84	101,38	5,84	107,13	111,81	5,31
dez.99	31,74	88,69	7,67	25,21	96,22	7,11	15,30	107,08	4,61	6,74	69,79	6,24	47,26	94,23	5,95	97,85	102,12	5,43
jun.00	30,31	84,70	6,84	24,77	94,52	6,42	13,78	96,45	3,61	6,61	68,47	5,89	45,16	90,05	5,14	95,06	99,22	4,95
dez.00	35,79	100,00	7,33	26,20	100,00	6,34	14,29	100,00	3,69	9,66	100,00	7,56	50,15	100,00	5,40	95,81	100,00	5,21
jun.01	35,99	100,57	6,38	25,54	97,46	5,87	13,72	95,99	3,01	8,21	85,07	6,11	47,47	94,65	4,63	87,61	91,44	4,64
dez.01	38,80	108,42	7,12	28,06	107,09	6,30	13,74	96,12	3,24	8,25	85,42	6,51	50,05	99,79	5,03	88,29	92,15	4,70
jun.02	40,64	113,57	6,96	30,25	115,45	6,77	12,73	89,04	2,90	7,46	77,30	5,56	50,44	100,58	4,94	88,02	91,87	4,61
dez.02	30,66	85,68	5,76	22,36	85,32	5,36	10,50	73,48	3,05	5,26	54,48	5,05	38,12	76,01	4,40	69,27	72,30	4,04
jun.03	30,03	83,93	5,93	22,05	84,15	5,16	9,25	64,75	3,23	4,87	50,41	5,58	36,17	72,13	4,52	63,96	66,76	4,00
dez.03	31,55	88,17	5,74	21,81	83,24	4,66	10,03	70,17	3,58	4,87	50,41	5,44	36,71	73,20	4,38	65,65	68,52	3,88
jun.04	30,92	86,40	5,71	21,80	83,19	4,65	8,80	61,55	2,90	5,49	56,84	5,45	36,08	71,95	4,14	63,11	65,87	3,69
dez.04	30,18	84,34	5,66	21,88	83,48	4,72	9,62	67,35	3,36	4,60	47,68	4,99	36,10	71,99	4,29	63,23	66,00	3,85
jun.05	31,09	86,89	5,46	23,04	87,91	4,73	9,16	64,10	2,87	4,90	50,79	4,97	37,10	73,98	4,10	63,79	66,58	3,73
dez.05	33,88	94,67	5,44	26,05	99,42	4,87	9,05	63,30	2,64	5,28	54,70	4,48	40,38	80,52	4,06	69,27	72,30	3,69
jun.06	38,31	107,05	5,60	29,53	112,68	4,93	8,44	59,05	2,28	6,79	70,36	5,89	44,76	89,25	4,13	75,65	78,96	3,77
dez.06	43,40	121,26	5,45	34,82	132,87	5,22	8,02	56,10	1,90	6,38	66,05	6,05	49,21	98,13	4,12	81,29	84,85	3,77
jun.07	39,03	109,07	4,16	31,44	119,98	4,10	7,91	55,37	1,48	6,47	67,04	4,82	45,83	91,38	3,19	77,45	80,84	3,09
dez.07	38,92	108,74	3,91	31,67	120,86	3,83	9,59	67,09	1,84	5,96	61,74	4,03	47,22	94,15	3,16	77,37	80,75	3,02
jun.08	41,27	115,31	3,85	32,57	124,29	3,67	9,61	67,23	1,84	6,99	72,40	4,41	49,17	98,04	3,13	78,96	82,41	2,96

Tabela B12 (continuação): Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil – ativo permanente (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	12,69	150,24	14,62	9,75	75,64	16,53	6,95	80,80	10,37	0,33	7,25	3,97	-	-	-	0,67	50,94	3,15	0,53	143,85	4,12
jun.96	13,89	164,48	13,20	7,40	57,41	9,00	5,86	68,15	9,23	0,18	4,04	2,01	-	-	-	1,21	91,56	5,41	0,45	123,55	2,28
dez.96	8,48	100,43	8,87	9,95	77,18	11,96	5,43	63,12	8,12	0,16	3,56	1,70	-	-	-	1,56	118,79	5,16	0,41	113,24	2,28
jun.97	10,30	121,97	9,40	10,01	77,66	10,61	5,30	61,59	8,25	0,18	3,86	1,66	2,22	118,58	6,31	1,46	111,05	3,44	0,39	105,80	1,79
dez.97	12,75	151,02	11,66	10,78	83,57	9,61	5,75	66,87	8,84	0,19	4,27	1,64	2,17	115,52	6,50	1,40	106,62	3,65	0,38	104,33	1,93
jun.98	12,67	150,01	7,69	10,19	78,99	8,20	5,83	67,74	7,84	0,21	4,64	1,32	2,18	116,29	6,11	1,39	105,90	3,14	0,40	108,48	1,56
dez.98	12,23	144,84	7,96	10,42	80,79	9,01	5,79	67,25	7,82	5,93	130,47	27,34	1,83	97,56	5,22	1,42	107,71	3,55	0,44	119,42	2,10
jun.99	12,73	150,73	7,86	9,82	76,17	7,97	5,39	62,63	6,97	5,34	117,38	8,75	1,67	89,07	5,40	1,33	101,24	3,37	0,40	108,67	1,37
dez.99	10,83	128,27	7,25	9,65	74,81	9,50	5,01	58,22	7,12	5,00	109,97	9,38	1,55	82,73	5,58	1,26	95,31	3,18	0,37	100,00	1,29
jun.00	9,25	109,59	5,87	9,96	77,27	9,61	5,21	60,61	6,89	4,52	99,35	7,34	1,66	88,30	4,45	1,36	103,42	3,03	0,36	98,15	1,02
dez.00	8,44	100,00	5,30	12,89	100,00	10,32	8,60	100,00	9,29	4,55	100,00	8,22	1,88	100,00	4,56	1,32	100,00	2,75	0,37	100,00	1,12
jun.01	8,80	104,25	5,17	12,29	95,34	9,49	7,25	84,24	7,47	4,05	89,15	7,47	1,83	97,77	3,89	1,15	87,37	2,32	0,35	96,00	0,83
dez.01	9,60	113,64	5,83	13,86	107,51	10,19	7,48	86,97	8,36	4,21	92,53	7,57	1,79	95,17	4,60	0,90	68,46	1,72	0,34	92,19	0,88
jun.02	11,89	140,82	6,41	14,85	115,14	10,42	6,81	79,18	6,89	3,69	81,09	6,09	1,46	78,03	4,40	1,01	76,60	2,38	0,33	90,18	0,63
dez.02	9,61	113,80	5,90	10,06	77,99	6,82	5,13	59,65	5,29	3,18	69,88	6,37	1,17	62,37	3,45	0,77	58,31	2,13	0,27	72,85	0,69
jun.03	9,29	110,05	5,36	10,47	81,20	7,84	4,83	56,12	6,04	2,60	57,29	4,97	1,12	59,48	3,82	0,76	57,67	1,85	0,25	67,72	0,86
dez.03	9,70	114,85	5,18	9,76	75,66	6,98	4,83	56,15	5,97	4,31	94,93	6,23	1,25	66,50	3,74	0,73	55,15	1,68	0,24	65,20	0,92
jun.04	9,83	116,45	5,69	9,32	72,27	6,93	5,45	63,39	6,35	3,74	82,25	5,38	1,20	63,73	3,11	0,74	55,83	1,60	0,22	61,23	0,63
dez.04	9,12	108,03	5,43	10,54	81,71	7,53	4,52	52,60	5,47	3,25	71,55	4,85	1,36	72,45	3,49	0,70	52,97	1,51	1,15	313,94	4,62
jun.05	11,03	130,59	6,30	9,77	75,77	6,31	4,85	56,37	5,74	2,94	64,77	3,95	1,41	75,01	2,76	0,76	57,48	1,62	1,19	325,98	4,03
dez.05	13,15	155,74	7,08	10,47	81,20	6,40	5,22	60,65	5,51	2,77	61,00	3,32	1,61	85,92	3,03	0,77	58,67	1,34	1,26	343,54	4,47
jun.06	17,37	205,74	8,37	9,65	74,82	5,25	6,71	78,02	6,56	2,57	56,46	2,68	1,84	98,27	3,25	0,81	61,37	1,29	0,74	201,12	2,76
dez.06	18,34	217,22	7,97	14,13	109,54	6,38	6,38	74,14	6,05	2,36	51,84	1,83	1,94	103,47	3,09	0,82	62,22	1,23	0,78	212,26	2,34
jun.07	19,31	228,74	7,67	9,17	71,08	3,47	6,47	75,26	4,82	2,16	47,46	1,33	1,97	105,14	2,73	0,85	64,77	1,12	0,84	228,80	1,73
dez.07	19,66	232,89	6,91	9,18	71,19	3,18	5,96	69,30	4,03	2,04	44,99	1,29	1,97	104,99	2,78	0,84	63,42	1,24	0,87	238,91	1,56
jun.08	19,84	234,99	6,10	10,03	77,76	3,16	6,99	81,27	4,41	1,83	40,32	1,20	2,13	113,36	2,34	0,77	58,78	1,34	0,87	237,00	2,36

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B13: Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil – passivo exigível (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	251,36	57,86	86,65	304,42	82,19	86,64	76,12	21,70	90,33	95,96	84,55	91,05	476,49	57,09	88,08	1.649,24	98,84	91,64
jun.96	305,08	70,22	88,47	379,34	102,42	88,79	109,52	31,22	92,11	97,39	85,81	91,06	586,25	70,24	89,77	1.809,10	108,42	92,70
dez.96	288,93	66,51	87,93	364,31	98,37	88,23	96,58	27,53	91,01	98,44	86,73	90,77	559,33	67,01	89,14	1.705,91	102,24	90,82
jun.97	319,14	73,46	88,69	432,83	116,87	92,18	166,08	47,34	92,87	113,59	100,09	91,03	712,50	85,36	92,15	1.960,78	117,51	92,26
dez.97	335,86	77,31	89,50	428,34	115,65	93,45	189,13	53,91	92,91	141,16	124,38	92,26	758,63	90,89	93,09	1.919,87	115,06	92,50
jun.98	422,78	97,32	90,99	443,17	119,66	90,98	242,40	69,09	93,81	164,57	145,01	92,36	850,14	101,85	92,04	1.963,09	117,65	92,35
dez.98	383,70	88,32	89,92	390,93	105,55	89,88	240,17	68,46	89,44	112,80	99,39	90,50	743,90	89,12	89,83	1.846,73	110,68	91,29
jun.99	414,89	95,50	89,46	353,63	95,48	89,53	321,37	91,61	90,16	108,33	95,45	90,41	783,34	93,85	89,91	1.831,32	109,76	90,70
dez.99	365,26	84,08	88,22	314,80	85,00	88,81	299,85	85,47	90,23	95,81	84,42	88,65	710,46	85,12	89,38	1.626,78	97,50	90,27
jun.00	393,80	90,64	88,81	344,43	93,00	89,32	348,54	99,35	91,33	100,31	88,38	89,39	793,28	95,04	90,20	1.742,16	104,41	90,80
dez.00	434,44	100,00	88,96	370,37	100,00	89,66	350,83	100,00	90,64	113,49	100,00	88,80	834,69	100,00	89,95	1.668,55	100,00	90,74
jun.01	504,08	116,03	89,32	390,33	105,39	89,66	415,90	118,55	91,39	120,08	105,80	89,35	926,31	110,98	90,39	1.711,66	102,58	90,67
dez.01	481,65	110,87	88,37	397,94	107,45	89,38	382,70	109,09	90,27	112,59	99,20	88,88	893,24	107,01	89,70	1.699,06	101,83	90,43
jun.02	519,18	119,50	88,85	398,19	107,51	89,12	394,21	112,37	89,74	120,50	106,18	89,72	912,90	109,37	89,46	1.726,07	103,45	90,46
dez.02	477,06	109,81	89,69	376,21	101,58	90,20	304,42	86,77	88,36	94,11	82,92	90,27	774,74	92,82	89,47	1.557,83	93,36	90,91
jun.03	446,97	102,88	88,19	382,30	103,22	89,42	248,65	70,88	86,92	77,30	68,11	88,66	708,26	84,85	88,44	1.444,06	86,55	90,25
dez.03	486,13	111,90	88,48	420,77	113,61	89,87	242,65	69,17	86,68	79,38	69,94	88,76	742,80	88,99	88,68	1.528,16	91,59	90,29
jun.04	479,04	110,27	88,52	419,48	113,26	89,58	266,91	76,08	88,11	90,57	79,80	89,97	776,96	93,08	89,11	1.546,71	92,70	90,49
dez.04	468,49	107,84	87,88	411,57	111,13	88,85	251,79	71,77	87,78	82,13	72,36	89,01	745,49	89,31	88,50	1.477,85	88,57	89,87
jun.05	501,57	115,45	88,05	432,39	116,75	88,80	283,76	80,88	89,01	88,15	77,67	89,34	804,30	96,36	88,93	1.539,61	92,27	89,92
dez.05	551,88	127,03	88,65	475,48	128,38	88,88	308,27	87,87	89,96	106,66	93,98	90,43	890,41	106,68	89,44	1.691,41	101,37	90,19
jun.06	608,46	140,05	88,93	533,65	144,09	89,02	335,19	95,54	90,65	103,18	90,91	89,52	972,03	116,45	89,63	1.809,46	108,45	90,10
dez.06	707,75	162,91	88,94	589,74	159,23	88,41	384,88	109,71	91,27	94,69	83,43	89,75	1.069,31	128,11	89,54	1.940,88	116,32	90,05
jun.07	844,54	194,40	90,05	681,96	184,13	88,86	492,39	140,35	92,11	122,64	108,06	91,35	1.297,00	155,39	90,30	2.265,14	135,75	90,43
dez.07	901,12	207,42	90,46	736,86	198,95	89,15	475,55	135,55	91,11	135,98	119,81	91,91	1.348,39	161,54	90,11	2.309,19	138,39	90,23
jun.08	976,82	224,84	91,08	799,32	215,82	89,96	474,49	135,25	90,92	146,43	129,02	92,44	1.420,24	170,15	90,53	2.417,96	144,91	90,51

Tabela B13 (continuação): Evolução do ativo dos bancos privados no Brasil – passivo exigível (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	72,20	50,16	83,21	48,95	44,42	82,97	61,12	74,64	91,17	7,61	16,47	91,62	-	-	-	19,57	43,36	91,82	11,06	38,28	86,52
jun.96	90,51	62,88	86,00	71,41	64,80	86,81	57,74	70,51	90,90	8,44	18,25	92,35	-	-	-	20,38	45,15	91,40	18,02	62,39	90,76
dez.96	80,44	55,89	84,13	72,18	65,50	86,76	60,91	74,39	91,14	8,61	18,61	90,62	-	-	-	28,26	62,61	93,25	16,54	57,26	91,04
jun.97	94,32	65,53	86,14	83,17	75,47	88,10	57,77	70,55	89,93	9,59	20,75	90,55	32,49	85,18	92,18	40,41	89,53	95,00	19,93	68,99	91,99
dez.97	94,91	65,94	86,80	100,82	91,49	89,92	58,35	71,26	89,66	10,70	23,13	90,48	30,66	80,37	91,92	36,32	80,46	94,41	17,95	62,14	90,93
jun.98	148,99	103,51	90,49	112,39	101,99	90,46	67,04	81,87	90,23	14,52	31,41	91,06	32,93	86,32	92,19	42,27	93,65	95,06	22,74	78,73	89,40
dez.98	137,60	95,60	89,51	102,09	92,64	88,34	66,37	81,04	89,76	14,90	32,22	68,67	32,61	85,48	92,96	37,64	83,39	94,14	18,12	62,71	86,88
jun.99	145,97	101,42	90,16	108,21	98,19	87,85	69,81	85,25	90,37	52,60	113,78	86,27	28,67	75,15	92,69	37,35	82,73	94,41	25,29	87,53	87,20
dez.99	135,04	93,82	90,38	87,03	78,98	85,72	61,75	75,40	87,79	44,20	95,61	82,91	25,86	67,79	92,96	37,24	82,50	94,40	24,77	85,76	87,11
jun.00	143,41	99,64	90,92	88,80	80,58	85,66	66,96	81,77	88,52	52,43	113,41	85,25	34,64	90,81	93,06	42,20	93,49	93,99	31,31	108,39	89,02
dez.00	143,93	100,00	90,30	110,20	100,00	88,17	81,89	100,00	88,43	46,23	100,00	83,65	38,14	100,00	92,64	45,14	100,00	94,17	28,89	100,00	88,24
jun.01	153,44	106,61	90,16	114,30	103,72	88,20	86,19	105,25	88,84	45,16	97,68	83,29	44,29	116,11	93,99	46,39	102,78	93,42	37,92	131,25	89,62
dez.01	147,54	102,51	89,69	118,66	107,68	87,22	78,81	96,24	88,01	46,66	100,93	83,96	36,36	95,31	93,68	49,28	109,17	93,89	33,54	116,10	87,15
jun.02	167,87	116,63	90,55	123,97	112,49	87,03	88,33	107,86	89,29	51,84	112,14	85,68	31,26	81,96	93,97	38,94	86,27	91,90	46,59	161,29	88,91
dez.02	147,78	102,67	90,77	132,75	120,46	90,04	87,93	107,38	90,61	41,95	90,75	84,14	32,03	83,98	94,55	32,84	72,76	91,01	33,61	116,35	86,93
jun.03	156,79	108,93	90,52	117,31	106,45	87,80	70,70	86,33	88,48	44,27	95,75	84,42	27,36	71,73	93,76	37,08	82,14	90,17	24,21	83,82	84,08
dez.03	169,83	118,00	90,79	123,51	112,08	88,37	71,53	87,35	88,44	58,53	126,61	84,57	30,97	81,20	92,77	39,26	86,97	90,78	21,69	75,08	83,83
jun.04	156,54	108,76	90,59	118,05	107,13	87,84	76,40	93,30	89,00	59,06	127,75	84,96	35,96	94,27	93,51	41,88	92,78	91,12	31,71	109,76	89,40
dez.04	150,75	104,74	89,73	121,78	110,50	87,03	73,22	89,42	88,57	56,93	123,14	84,91	35,93	94,20	92,22	42,18	93,43	91,10	21,60	74,76	86,77
jun.05	155,61	108,12	88,87	136,02	123,43	87,81	74,62	91,13	88,35	64,25	138,97	86,18	47,68	125,00	93,45	42,45	94,05	90,89	26,46	91,60	89,37
dez.05	163,88	113,86	88,29	143,85	130,53	87,96	84,05	102,63	88,82	73,22	158,37	87,64	49,34	129,34	92,71	53,08	117,59	92,29	24,71	85,55	87,79
jun.06	183,57	127,54	88,47	161,57	146,61	87,91	91,25	111,43	89,26	85,06	183,99	88,91	52,60	137,91	92,71	57,95	128,37	92,60	23,35	80,83	87,57
dez.06	203,43	141,34	88,39	190,91	173,24	86,25	94,69	115,64	89,75	117,14	253,39	91,11	58,43	153,17	92,94	62,27	137,95	93,36	29,74	102,96	89,63
jun.07	222,43	154,54	88,33	233,46	211,85	88,50	122,64	149,77	91,35	151,01	326,65	92,97	67,50	176,95	93,32	72,06	159,64	94,38	44,24	153,13	91,61
dez.07	253,75	176,30	89,21	257,87	234,00	89,30	135,98	166,05	91,91	146,46	316,80	92,31	65,67	172,16	92,81	63,08	139,74	93,76	51,49	178,23	91,69
jun.08	293,58	203,97	90,30	286,82	260,27	90,50	146,43	178,81	92,44	141,10	305,20	92,06	85,47	224,07	93,93	53,84	119,27	93,50	32,93	113,98	89,51

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B14: Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – depósitos totais (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	139,56	74,28	48,11	165,08	103,31	46,98	29,22	30,53	34,68	38,14	107,37	36,19	232,44	79,87	42,96	740,86	119,51	41,17
jun.96	126,59	67,37	36,71	152,30	95,32	35,65	22,16	23,15	18,64	30,09	84,70	28,13	204,56	70,29	31,32	671,86	108,38	34,43
dez.96	127,99	68,12	38,95	158,96	99,49	38,50	22,30	23,30	21,02	30,10	84,73	27,75	211,36	72,63	33,68	670,37	108,14	35,69
jun.97	126,60	67,38	35,18	155,95	97,60	33,21	43,28	45,22	24,20	29,35	82,62	23,52	228,58	78,54	29,56	702,35	113,30	33,05
dez.97	151,87	80,83	40,47	177,00	110,78	38,61	55,43	57,91	27,23	38,99	109,75	25,48	271,42	93,26	33,30	738,03	119,05	35,56
jun.98	166,18	88,45	35,76	178,49	111,71	36,64	65,39	68,31	25,31	44,40	124,98	24,91	288,27	99,06	31,21	749,49	120,90	35,26
dez.98	185,22	98,58	43,41	182,47	114,20	41,95	76,37	79,79	28,44	33,84	95,28	27,15	292,68	100,57	35,34	746,61	120,43	36,91
jun.99	180,30	95,96	38,88	161,52	101,09	40,90	101,67	106,22	28,52	30,02	84,50	25,05	293,21	100,75	33,65	731,46	117,99	36,23
dez.99	172,28	91,69	41,61	158,42	99,15	44,69	91,94	96,05	27,67	28,51	80,27	26,38	278,87	95,83	35,08	671,61	108,34	37,27
jun.00	156,73	83,42	35,34	146,85	91,91	38,08	85,03	88,83	22,28	26,75	75,31	23,84	258,63	88,87	29,41	629,88	101,61	32,83
dez.00	187,89	100,00	38,48	159,78	100,00	38,68	95,72	100,00	24,73	35,52	100,00	27,80	291,02	100,00	31,36	619,93	100,00	33,72
jun.01	188,02	100,07	33,32	156,06	97,67	35,85	90,05	94,08	19,79	35,41	99,68	26,35	281,52	96,73	27,47	621,79	100,30	32,94
dez.01	198,02	105,39	36,33	164,66	103,06	36,99	93,26	97,43	22,00	41,56	116,98	32,80	299,48	102,91	30,07	653,65	105,44	34,79
jun.02	218,38	116,23	37,37	175,96	110,13	39,38	105,91	110,65	24,11	44,20	124,44	32,91	326,08	112,05	31,96	683,96	110,33	35,85
dez.02	215,79	114,85	40,57	171,23	107,16	41,05	95,10	99,36	27,60	38,22	107,60	36,66	304,55	104,65	35,17	635,41	102,50	37,08
jun.03	201,84	107,42	39,82	161,76	101,24	37,83	88,59	92,55	30,97	32,62	91,84	37,42	282,96	97,23	35,33	602,88	97,25	37,68
dez.03	211,98	112,82	38,58	169,00	105,77	36,10	89,43	93,43	31,94	34,46	97,02	38,54	292,89	100,64	34,97	624,39	100,72	36,89
jun.04	209,97	111,75	38,80	172,62	108,03	36,86	95,90	100,19	31,66	36,64	103,14	36,40	305,15	104,86	35,00	631,04	101,79	36,92
dez.04	226,92	120,77	42,57	174,34	109,11	37,64	108,40	113,25	37,79	39,70	111,75	43,02	322,44	110,80	38,28	648,54	104,62	39,44
jun.05	239,81	127,63	42,10	179,61	112,41	36,89	120,66	126,06	37,85	41,63	117,20	42,19	341,91	117,49	37,80	680,27	109,73	39,73
dez.05	267,89	142,58	43,03	200,55	125,51	37,49	138,30	144,49	40,36	43,31	121,92	36,72	382,16	131,32	38,39	764,52	123,32	40,77
jun.06	279,95	149,00	40,91	206,74	129,39	34,49	148,79	155,45	40,24	48,07	135,31	41,70	403,60	138,68	37,21	797,14	128,59	39,69
dez.06	290,93	154,84	36,56	221,21	138,45	33,16	158,11	165,19	37,50	39,24	110,47	37,19	418,56	143,83	35,05	843,16	136,01	39,12
jun.07	295,39	157,22	31,50	227,80	142,57	29,68	170,26	177,88	31,85	37,35	105,15	27,82	435,41	149,62	30,31	874,45	141,06	34,91
dez.07	323,91	172,40	32,52	248,24	155,36	30,03	165,16	172,56	31,64	47,82	134,61	32,32	461,22	158,48	30,82	926,73	149,49	36,21
jun.08	355,94	189,44	33,19	266,72	166,93	30,02	187,68	196,08	35,96	49,27	138,71	31,11	503,68	173,07	32,11	960,81	154,99	35,96

Tabela B14 (continuação): Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – depósitos totais (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	43,88	62,62	50,58	29,06	54,36	49,26	29,14	115,05	43,47	3,26	20,23	39,21	-	-	-	9,78	115,66	45,88	4,04	183,55	31,62
jun.96	38,75	55,30	36,83	28,41	53,15	34,54	22,58	89,13	35,54	1,76	10,90	19,22	-	-	-	8,60	101,71	38,57	3,64	165,26	18,33
dez.96	40,82	58,25	42,70	31,79	59,47	38,22	20,74	81,87	31,03	1,87	11,60	19,67	-	-	-	7,72	91,32	25,48	4,45	202,06	24,49
jun.97	46,19	65,92	42,18	33,21	62,11	35,18	16,95	66,91	26,38	1,28	7,98	12,13	16,07	105,50	45,59	7,37	87,18	17,33	4,51	204,63	20,80
dez.97	54,24	77,40	49,61	47,25	88,38	42,14	17,16	67,73	26,36	1,93	12,00	16,36	17,03	111,78	51,05	10,10	119,49	26,26	5,34	242,67	27,07
jun.98	68,18	97,29	41,41	47,57	88,98	38,29	18,83	74,33	25,34	3,05	18,94	19,12	17,64	115,84	49,40	9,74	115,21	21,90	4,50	204,56	17,71
dez.98	73,96	105,54	48,11	53,59	100,24	46,37	19,64	77,55	26,57	3,31	20,55	15,26	17,21	112,97	49,05	6,92	81,88	17,31	3,86	175,31	18,52
jun.99	80,50	114,88	49,72	49,83	93,21	40,46	21,57	85,17	27,93	22,21	137,87	36,42	14,11	92,61	45,61	5,83	68,94	14,73	3,78	171,75	13,04
dez.99	78,88	112,57	52,80	48,82	91,31	48,08	19,36	76,41	27,52	17,74	110,17	33,28	13,25	86,98	47,63	7,48	88,44	18,95	3,65	165,60	12,82
jun.00	68,74	98,10	43,59	44,69	83,59	43,11	20,13	79,47	26,61	15,74	97,72	25,59	14,72	96,67	39,55	7,42	87,77	16,53	2,33	105,76	6,62
dez.00	70,08	100,00	43,97	53,46	100,00	42,78	25,33	100,00	27,35	16,11	100,00	29,14	15,23	100,00	36,99	8,45	100,00	17,64	2,20	100,00	6,73
jun.01	67,60	96,47	39,72	49,81	93,17	38,44	28,19	111,30	29,06	14,63	90,86	26,99	16,45	108,00	34,91	8,77	103,78	17,67	2,55	115,99	6,04
dez.01	71,44	101,94	43,43	49,23	92,07	36,18	33,57	132,52	37,49	16,38	101,72	29,48	15,44	101,39	39,79	11,43	135,22	21,78	2,10	95,17	5,45
jun.02	85,00	121,29	45,85	47,99	89,76	33,69	36,30	143,30	36,69	20,56	127,68	33,99	15,91	104,49	47,83	13,09	154,85	30,90	2,54	115,27	4,84
dez.02	77,54	110,65	47,63	54,10	101,19	36,70	36,01	142,17	37,11	21,60	134,11	43,32	17,61	115,65	51,99	10,34	122,28	28,65	2,02	91,84	5,23
jun.03	74,69	106,58	43,12	46,62	87,19	34,89	32,21	127,15	40,31	24,32	150,99	46,38	17,92	117,66	61,41	10,00	118,24	24,31	1,48	67,42	5,16
dez.03	74,05	105,67	39,59	47,62	89,07	34,07	33,14	130,83	40,97	34,01	211,16	49,14	19,23	126,28	57,61	11,03	130,51	25,51	1,57	71,10	6,05
jun.04	76,47	109,12	44,26	43,56	81,47	32,41	35,21	139,02	41,02	32,01	198,73	46,04	23,10	151,67	60,07	10,45	123,64	22,74	3,74	169,98	10,55
dez.04	77,86	111,11	46,35	47,86	89,52	34,21	38,53	152,12	46,61	36,69	227,77	54,71	26,14	171,65	67,09	11,32	133,87	24,45	6,82	309,66	27,40
jun.05	80,10	114,31	45,75	49,74	93,04	32,11	39,81	157,15	47,13	41,80	259,52	56,07	30,63	201,08	60,02	11,14	131,79	23,85	7,88	357,65	26,60
dez.05	84,51	120,60	45,53	57,86	108,22	35,38	41,13	162,38	43,47	50,81	315,48	60,83	32,55	213,70	61,16	12,99	153,64	22,59	7,04	319,54	25,00
jun.06	86,88	123,98	41,87	59,63	111,53	32,44	45,17	178,33	44,19	54,55	338,71	57,02	35,65	234,05	62,83	10,72	126,79	17,13	4,60	209,04	17,27
dez.06	90,60	129,28	39,37	67,16	125,61	30,34	39,24	154,91	37,19	59,49	369,36	46,27	40,70	267,24	64,75	13,94	164,94	20,91	6,00	272,36	18,08
jun.07	87,96	125,52	34,93	73,87	138,16	28,00	37,35	147,45	27,82	59,54	369,65	36,65	44,41	291,56	61,40	12,36	146,18	16,19	7,14	324,33	14,79
dez.07	100,76	143,78	35,42	82,59	154,48	28,60	47,82	188,76	32,32	53,56	332,53	33,76	44,39	291,46	62,74	11,33	134,01	16,84	7,03	319,42	12,53
jun.08	115,47	164,77	35,51	81,22	151,92	25,63	49,27	194,53	31,11	65,65	407,62	42,84	50,00	328,28	54,95	8,85	104,64	15,36	6,77	307,36	18,40

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B15: Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – depósitos à vista (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	19,97	49,56	6,88	17,79	61,33	5,06	0,63	3,56	0,75	3,72	77,91	3,53	22,15	42,93	4,09	59,50	60,00	3,31
jun.96	14,94	37,08	4,33	14,09	48,55	3,30	0,60	3,34	0,50	2,50	52,34	2,34	17,18	33,30	2,63	46,97	47,37	2,41
dez.96	15,71	39,00	4,78	14,81	51,05	3,59	1,02	5,71	0,96	2,83	59,16	2,61	18,66	36,15	2,97	50,71	51,13	2,70
jun.97	24,47	60,73	6,80	22,84	78,73	4,86	3,85	21,60	2,15	4,05	84,69	3,24	30,74	59,56	3,98	76,31	76,95	3,59
dez.97	26,51	65,81	7,07	25,80	88,93	5,63	4,90	27,53	2,41	3,88	81,14	2,54	34,59	67,02	4,24	85,10	85,82	4,10
jun.98	24,61	61,09	5,30	23,07	79,51	4,74	4,53	25,42	1,75	4,11	86,04	2,31	31,71	61,44	3,43	84,53	85,24	3,98
dez.98	27,43	68,08	6,43	24,54	84,57	5,64	5,82	32,64	2,17	2,93	61,23	2,35	33,28	64,49	4,02	85,17	85,88	4,21
jun.99	28,90	71,73	6,23	22,17	76,39	5,61	10,17	57,08	2,85	2,84	59,49	2,37	35,18	68,16	4,04	79,90	80,57	3,96
dez.99	30,34	75,31	7,33	25,28	87,13	7,13	13,95	78,34	4,20	3,00	62,85	2,78	42,24	81,85	5,31	89,87	90,63	4,99
jun.00	28,49	70,70	6,42	23,98	82,63	6,22	12,07	67,78	3,16	3,17	66,40	2,83	39,22	76,00	4,46	83,63	84,33	4,36
dez.00	40,29	100,00	8,25	29,02	100,00	7,02	17,81	100,00	4,60	4,78	100,00	3,74	51,61	100,00	5,56	99,17	100,00	5,39
jun.01	36,59	90,81	6,48	26,64	91,80	6,12	16,47	92,46	3,62	4,22	88,31	3,14	47,33	91,70	4,62	89,36	90,11	4,73
dez.01	40,37	100,18	7,41	29,71	102,38	6,67	18,08	101,50	4,26	4,57	95,70	3,61	52,36	101,45	5,26	102,28	103,13	5,44
jun.02	40,73	101,10	6,97	30,33	104,54	6,79	18,12	101,71	4,12	4,93	103,13	3,67	53,38	103,43	5,23	99,61	100,45	5,22
dez.02	46,36	115,06	8,72	36,10	124,41	8,65	17,97	100,88	5,22	4,69	98,21	4,50	58,77	113,87	6,79	108,23	109,14	6,32
jun.03	36,24	89,93	7,15	26,86	92,56	6,28	14,27	80,09	4,99	4,13	86,33	4,73	45,25	87,68	5,65	87,89	88,62	5,49
dez.03	41,79	103,71	7,61	31,74	109,40	6,78	16,40	92,05	5,86	3,53	73,78	3,94	51,67	100,11	6,17	102,20	103,06	6,04
jun.04	39,56	98,20	7,31	30,19	104,04	6,45	15,28	85,75	5,04	3,66	76,64	3,64	49,13	95,19	5,63	96,42	97,23	5,64
dez.04	43,08	106,91	8,08	32,60	112,36	7,04	16,27	91,35	5,67	3,80	79,54	4,12	52,68	102,07	6,25	99,19	100,02	6,03
jun.05	41,47	102,93	7,28	31,05	107,01	6,38	16,30	91,53	5,11	4,17	87,29	4,23	51,53	99,84	5,70	95,74	96,54	5,59
dez.05	47,50	117,88	7,63	34,91	120,31	6,53	19,04	106,89	5,56	5,01	104,87	4,25	58,96	114,25	5,92	112,55	113,49	6,00
jun.06	46,03	114,25	6,73	33,84	116,63	5,64	17,63	98,98	4,77	5,49	114,80	4,76	56,96	110,37	5,25	106,66	107,55	5,31
dez.06	58,71	145,71	7,38	45,45	156,63	6,81	21,06	118,20	4,99	4,39	91,90	4,16	70,90	137,37	5,94	131,75	132,86	6,11
jun.07	59,15	146,80	6,31	46,28	159,50	6,03	22,10	124,09	4,13	5,02	104,96	3,74	73,40	142,23	5,11	129,86	130,95	5,18
dez.07	82,00	203,52	8,23	62,29	214,67	7,54	26,86	150,79	5,15	10,40	217,62	7,03	99,55	192,90	6,65	174,36	175,82	6,81
jun.08	56,76	140,86	5,29	44,39	152,99	5,00	20,34	114,20	3,90	3,33	69,66	2,10	68,06	131,88	4,34	130,94	132,04	4,90

Tabela B15 (continuação): Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – depósitos à vista (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	8,04	55,86	9,26	4,74	38,60	8,04	3,07	66,46	4,58	0,01	0,27	0,12	-	-	-	0,04	5,36	0,17	0,25	24,00	1,95
jun.96	7,93	55,11	7,53	2,45	19,96	2,98	1,88	40,71	2,96	0,02	0,56	0,24	-	-	-	0,05	7,66	0,23	0,19	17,98	0,94
dez.96	6,34	44,03	6,63	4,10	33,37	4,93	2,30	49,67	3,43	0,02	0,55	0,22	-	-	-	0,07	10,78	0,24	0,38	36,33	2,08
jun.97	12,51	86,94	11,42	5,75	46,83	6,09	3,26	70,63	5,08	0,07	1,93	0,70	1,75	40,52	4,97	0,28	41,86	0,66	0,79	76,16	3,65
dez.97	12,41	86,22	11,35	8,58	69,88	7,65	2,67	57,74	4,10	0,04	0,97	0,32	2,26	52,17	6,77	0,24	35,86	0,62	0,67	64,88	3,41
jun.98	12,59	87,48	7,65	7,35	59,87	5,92	2,48	53,67	3,34	0,07	1,93	0,46	1,44	33,24	4,03	0,27	39,98	0,60	0,55	53,18	2,17
dez.98	12,53	87,08	8,15	8,51	69,28	7,36	2,71	58,60	3,66	0,07	1,77	0,31	1,25	28,83	3,56	0,31	46,01	0,77	0,60	57,78	2,88
jun.99	12,66	87,99	7,82	8,49	69,15	6,89	2,78	60,25	3,60	2,88	75,03	4,72	1,44	33,32	4,66	0,21	31,03	0,52	0,82	78,46	2,81
dez.99	14,31	99,48	9,58	9,55	77,78	9,41	2,84	61,54	4,04	3,43	89,36	6,43	2,09	48,27	7,51	0,20	30,69	0,52	1,16	111,42	4,07
jun.00	13,36	92,85	8,47	8,62	70,21	8,32	3,12	67,44	4,12	2,97	77,50	4,84	2,24	51,82	6,02	0,41	62,21	0,92	0,91	87,19	2,57
dez.00	14,39	100,00	9,03	12,28	100,00	9,83	4,62	100,00	4,99	3,84	100,00	6,94	4,33	100,00	10,51	0,67	100,00	1,39	1,04	100,00	3,17
jun.01	12,96	90,06	7,61	11,07	90,12	8,54	4,16	90,08	4,29	3,32	86,47	6,12	3,99	92,12	8,46	0,66	99,52	1,33	1,41	135,59	3,33
dez.01	13,97	97,12	8,50	12,25	99,76	9,00	4,16	90,06	4,65	4,56	118,79	8,20	4,10	94,75	10,56	0,92	137,68	1,75	1,33	127,99	3,45
jun.02	16,70	116,07	9,01	10,61	86,43	7,45	4,57	98,81	4,62	3,95	102,98	6,53	4,36	100,72	13,10	1,15	172,72	2,71	1,65	158,52	3,14
dez.02	18,32	127,31	11,25	14,27	116,23	9,68	4,45	96,40	4,59	4,58	119,30	9,18	4,21	97,41	12,44	1,11	166,75	3,08	1,28	123,00	3,30
jun.03	15,16	105,34	8,75	9,28	75,55	6,94	4,11	88,97	5,15	3,77	98,29	7,19	3,51	81,23	12,04	1,03	155,27	2,51	0,89	86,01	3,10
dez.03	16,46	114,43	8,80	12,22	99,47	8,74	3,49	75,54	4,32	4,93	128,51	7,13	3,81	88,12	11,42	1,69	253,33	3,90	0,95	91,28	3,67
jun.04	16,15	112,26	9,35	11,28	91,85	8,39	3,50	75,74	4,08	4,59	119,50	6,60	3,84	88,69	9,98	1,23	185,26	2,68	1,05	101,06	2,96
dez.04	17,36	120,68	10,34	12,50	101,81	8,94	3,71	80,20	4,48	4,99	130,07	7,45	4,03	93,21	10,35	1,38	207,80	2,99	1,15	110,85	4,63
jun.05	16,70	116,09	9,54	11,78	95,94	7,61	3,96	85,79	4,69	5,06	131,86	6,79	3,99	92,13	7,81	1,20	179,75	2,56	1,74	167,56	5,88
dez.05	17,90	124,37	9,64	14,24	115,96	8,71	4,42	95,66	4,67	6,18	160,91	7,39	4,47	103,32	8,40	1,44	216,48	2,51	1,53	147,50	5,44
jun.06	18,47	128,40	8,90	12,43	101,20	6,76	5,02	108,71	4,91	6,03	157,02	6,30	4,39	101,39	7,73	1,68	251,74	2,68	1,22	117,31	4,57
dez.06	22,16	153,98	9,63	19,49	158,73	8,81	4,39	95,05	4,16	7,56	197,00	5,88	5,46	126,11	8,68	2,39	358,25	3,58	1,88	180,88	5,66
jun.07	22,42	155,85	8,90	19,86	161,76	7,53	5,02	108,56	3,74	7,15	186,28	4,40	5,58	129,01	7,72	2,34	351,24	3,06	1,89	181,72	3,91
dez.07	28,59	198,73	10,05	27,46	223,58	9,51	10,40	225,09	7,03	9,29	242,13	5,86	7,00	161,73	9,89	3,74	561,18	5,55	2,17	208,58	3,86
jun.08	24,16	167,90	7,43	17,60	143,33	5,55	3,33	72,05	2,10	7,77	202,55	5,07	6,00	138,73	6,60	0,97	146,38	1,69	1,79	171,97	4,86

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B16: Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – depósitos de poupança (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	67,10	78,58	23,13	66,50	97,55	18,93	2,33	9,88	2,76	7,73	103,67	7,33	76,56	77,19	14,15	191,44	89,29	10,64
jun.96	63,88	74,81	18,53	64,73	94,96	15,15	2,19	9,29	1,84	7,03	94,37	6,58	73,95	74,57	11,32	180,58	84,23	9,25
dez.96	72,16	84,51	21,96	73,84	108,32	17,88	3,32	14,08	3,12	7,54	101,18	6,95	84,70	85,40	13,50	195,86	91,35	10,43
jun.97	71,34	83,55	19,83	71,47	104,84	15,22	11,90	50,54	6,66	8,17	109,59	6,55	91,54	92,30	11,84	214,14	99,88	10,08
dez.97	86,19	100,93	22,97	86,34	126,66	18,84	15,41	65,41	7,57	9,23	123,91	6,04	110,98	111,90	13,62	249,83	116,52	12,04
jun.98	87,49	102,46	18,83	83,07	121,86	17,05	17,19	72,98	6,65	10,46	140,33	5,87	110,72	111,64	11,99	250,15	116,68	11,77
dez.98	106,75	125,02	25,02	92,26	135,33	21,21	22,75	96,57	8,47	7,79	104,55	6,25	122,79	123,81	14,83	272,13	126,93	13,45
jun.99	93,35	109,32	20,13	78,09	114,56	19,77	31,24	132,64	8,77	7,19	96,46	6,00	116,52	117,49	13,37	261,77	122,09	12,96
dez.99	83,78	98,12	20,24	70,70	103,72	19,95	26,53	112,65	7,98	6,05	81,21	5,60	103,29	104,15	12,99	233,46	108,89	12,95
jun.00	79,95	93,63	18,03	67,77	99,41	17,57	23,87	101,35	6,26	5,57	74,73	4,96	97,21	98,02	11,05	225,69	105,26	11,76
dez.00	85,39	100,00	17,49	68,17	100,00	16,50	23,55	100,00	6,09	7,45	100,00	5,83	99,18	100,00	10,69	214,40	100,00	11,66
jun.01	82,21	96,28	14,57	63,42	93,04	14,57	22,11	93,85	4,86	7,98	107,10	5,94	93,51	94,29	9,12	209,34	97,64	11,09
dez.01	81,95	95,97	15,04	62,92	92,30	14,13	20,92	88,83	4,94	8,56	114,83	6,76	92,40	93,17	9,28	207,94	96,99	11,07
jun.02	80,25	93,98	13,73	60,04	88,07	13,44	20,92	88,83	4,76	8,23	110,41	6,13	89,19	89,93	8,74	210,34	98,10	11,02
dez.02	73,75	86,36	13,87	54,36	79,74	13,03	19,35	82,13	5,61	7,83	105,08	7,51	81,53	82,21	9,42	192,18	89,64	11,21
jun.03	68,25	79,92	13,47	50,78	74,49	11,88	16,73	71,03	5,85	7,12	95,49	8,16	74,63	75,25	9,32	180,56	84,22	11,28
dez.03	71,55	83,79	13,02	51,93	76,18	11,09	16,68	70,83	5,96	7,52	100,93	8,41	76,14	76,77	9,09	182,86	85,29	10,80
jun.04	67,56	79,12	12,48	49,19	72,16	10,50	15,78	67,00	5,21	7,10	95,26	7,05	72,07	72,67	8,27	177,49	82,79	10,38
dez.04	69,73	81,66	13,08	50,80	74,52	10,97	16,09	68,32	5,61	6,76	90,73	7,33	73,66	74,27	8,74	180,67	84,27	10,99
jun.05	67,09	78,56	11,78	49,03	71,93	10,07	15,67	66,54	4,92	6,29	84,42	6,38	71,00	71,59	7,85	178,32	83,17	10,41
dez.05	71,32	83,53	11,46	52,44	76,92	9,80	16,52	70,15	4,82	6,30	84,58	5,34	75,27	75,89	7,56	189,29	88,29	10,09
jun.06	67,75	79,34	9,90	49,76	73,00	8,30	16,11	68,41	4,36	5,74	76,96	4,98	71,61	72,21	6,60	185,06	86,32	9,21
dez.06	76,26	89,30	9,58	55,73	81,75	8,35	16,41	69,68	3,89	7,29	97,81	6,91	79,43	80,09	6,65	202,22	94,32	9,38
jun.07	79,45	93,04	8,47	57,40	84,20	7,48	17,17	72,92	3,21	8,56	114,80	6,37	83,13	83,82	5,79	216,75	101,09	8,65
dez.07	88,27	103,37	8,86	62,74	92,04	7,59	19,22	81,60	3,68	10,51	140,96	7,10	92,47	93,24	6,18	234,27	109,27	9,15
jun.08	83,80	98,14	7,81	61,74	90,57	6,95	19,43	82,47	3,72	7,95	106,65	5,02	89,11	89,85	5,68	231,27	107,87	8,66

Tabela B16 (continuação): Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – depósitos de poupança (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	25,22	73,97	29,07	20,04	65,19	33,98	6,50	87,25	9,70	0,00	0,00	0,00	-	-	-	1,08	67,59	5,05	0,52	143,58	4,05
jun.96	23,85	69,94	22,66	19,58	63,69	23,80	5,88	78,92	9,26	0,00	0,00	0,00	-	-	-	1,26	79,05	5,65	0,44	122,64	2,22
dez.96	28,02	82,17	29,30	23,08	75,05	27,74	6,24	83,71	9,33	0,00	0,00	0,00	-	-	-	1,52	95,63	5,03	0,61	170,12	3,37
jun.97	29,82	87,46	27,23	25,10	81,64	26,59	6,64	89,11	10,34	0,00	0,00	0,00	7,71	230,86	21,88	1,51	94,74	3,55	0,67	186,20	3,10
dez.97	35,23	103,33	32,22	32,31	105,08	28,82	7,17	96,24	11,02	0,00	0,00	0,00	9,10	272,20	27,27	1,62	101,81	4,22	0,79	220,31	4,02
jun.98	37,29	109,37	22,65	31,94	103,89	25,71	6,94	93,05	9,33	0,00	0,00	0,00	9,68	289,72	27,10	1,88	118,04	4,23	0,69	190,86	2,70
dez.98	40,70	119,37	26,48	36,89	119,96	31,92	7,50	100,67	10,15	0,00	0,00	0,00	11,42	341,79	32,56	1,78	111,76	4,46	0,75	209,41	3,62
jun.99	39,22	115,02	24,22	34,72	112,92	28,19	7,19	96,46	9,31	10,39	124,54	17,05	8,65	259,01	27,98	1,22	76,66	3,09	0,76	209,93	2,61
dez.99	36,20	106,15	24,23	31,10	101,15	30,63	6,05	81,21	8,61	9,20	110,22	17,25	6,74	201,69	24,23	1,24	77,50	3,13	0,52	144,94	1,84
jun.00	34,76	101,95	22,04	29,46	95,80	28,42	5,57	74,73	7,36	8,54	102,37	13,89	5,67	169,84	15,25	1,62	101,51	3,60	0,43	119,30	1,22
dez.00	34,10	100,00	21,39	30,75	100,00	24,60	7,45	100,00	8,05	8,35	100,00	15,10	3,34	100,00	8,12	1,59	100,00	3,33	0,36	100,00	1,10
jun.01	31,98	93,79	18,79	28,36	92,23	21,88	7,98	107,10	8,23	7,74	92,77	14,28	2,93	87,66	6,22	1,53	96,13	3,09	0,30	84,35	0,72
dez.01	31,71	92,99	19,28	27,98	90,99	20,56	8,56	114,83	9,56	7,80	93,43	14,03	2,67	80,06	6,89	1,44	90,16	2,74	0,25	70,73	0,66
jun.02	31,45	92,23	16,96	26,63	86,60	18,69	8,23	110,41	8,32	7,80	93,52	12,90	2,58	77,14	7,75	1,44	90,35	3,40	0,25	68,19	0,47
dez.02	28,40	83,28	17,44	24,42	79,41	16,56	7,83	105,08	8,07	7,30	87,50	14,65	2,24	67,15	6,62	1,10	69,23	3,06	0,26	73,45	0,68
jun.03	27,18	79,71	15,69	22,04	71,67	16,49	7,12	95,49	8,91	6,48	77,70	12,37	2,08	62,23	7,13	1,17	73,20	2,84	0,22	60,39	0,76
dez.03	28,17	82,61	15,06	22,46	73,04	16,07	7,52	100,93	9,30	8,07	96,69	11,66	1,99	59,48	5,95	0,94	58,69	2,16	0,19	53,48	0,74
jun.04	26,70	78,31	15,45	21,17	68,84	15,75	7,10	95,26	8,27	7,58	90,88	10,91	1,85	55,28	4,80	0,98	61,65	2,14	0,17	48,12	0,49
dez.04	28,09	82,39	16,72	21,76	70,77	15,55	6,76	90,73	8,18	7,87	94,25	11,73	1,81	54,13	4,64	0,60	37,42	1,29	0,15	41,51	0,60
jun.05	27,37	80,28	15,63	20,74	67,43	13,39	6,29	84,42	7,45	7,62	91,28	10,22	1,80	53,82	3,52	0,53	33,30	1,14	0,14	40,11	0,49
dez.05	29,34	86,05	15,81	22,15	72,05	13,55	6,30	84,58	6,66	8,15	97,61	9,75	1,84	55,00	3,45	0,52	32,52	0,90	0,14	38,94	0,50
jun.06	27,46	80,53	13,23	21,35	69,42	11,61	5,74	76,96	5,61	7,95	95,22	8,31	1,76	52,70	3,10	0,46	28,57	0,73	0,13	35,66	0,48
dez.06	29,79	87,37	12,95	24,72	80,39	11,17	7,29	97,81	6,91	8,99	107,78	7,00	1,82	54,59	2,90	0,58	36,43	0,87	0,13	37,24	0,40
jun.07	30,21	88,60	12,00	25,61	83,28	9,71	8,56	114,80	6,37	9,42	112,84	5,80	1,95	58,43	2,70	0,69	43,36	0,91	0,15	41,89	0,31
dez.07	32,81	96,23	11,54	27,99	91,03	9,69	10,51	140,96	7,10	10,67	127,88	6,73	2,05	61,32	2,90	0,78	48,78	1,16	0,21	58,97	0,38
jun.08	31,87	93,46	9,80	26,96	87,66	8,50	7,95	106,65	5,02	10,29	123,26	6,71	2,12	63,56	2,33	1,70	106,53	2,95	0,27	76,26	0,75

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B17: Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – depósitos interfinanceiros (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	4,59	243,89	1,58	8,73	439,83	2,49	2,09	99,37	2,48	0,35	64,98	0,34	11,17	241,31	2,07	91,23	394,52	5,07
jun.96	7,41	394,10	2,15	10,23	515,34	2,40	2,20	104,89	1,85	0,75	136,93	0,70	13,18	284,68	2,02	69,61	301,03	3,57
dez.96	4,27	227,20	1,30	6,78	341,30	1,64	1,38	65,63	1,30	0,41	74,57	0,38	8,56	184,90	1,36	61,17	264,51	3,26
jun.97	1,86	99,09	0,52	4,14	208,37	0,88	7,15	340,46	4,00	0,59	108,35	0,47	11,87	256,44	1,54	66,13	285,96	3,11
dez.97	1,85	98,41	0,49	5,02	252,68	1,09	3,66	174,44	1,80	0,75	136,97	0,49	9,43	203,57	1,16	33,83	146,29	1,63
jun.98	1,92	102,34	0,41	3,49	175,75	0,72	3,44	163,97	1,33	0,44	80,38	0,25	7,37	159,16	0,80	34,17	147,76	1,61
dez.98	2,01	107,16	0,47	4,21	211,90	0,97	2,71	129,14	1,01	0,30	55,60	0,24	7,22	155,95	0,87	31,71	137,13	1,57
jun.99	1,30	69,18	0,28	3,38	170,20	0,86	3,22	153,26	0,90	0,44	80,10	0,37	7,03	151,89	0,81	24,71	106,86	1,22
dez.99	2,02	107,35	0,49	2,61	131,32	0,74	3,74	178,24	1,13	1,22	222,46	1,12	7,56	163,34	0,95	23,74	102,68	1,32
jun.00	1,46	77,58	0,33	1,93	97,24	0,50	3,08	146,72	0,81	0,19	35,68	0,17	5,21	112,41	0,59	23,02	99,55	1,20
dez.00	1,88	100,00	0,39	1,99	100,00	0,48	2,10	100,00	0,54	0,55	100,00	0,43	4,63	100,00	0,50	23,12	100,00	1,26
jun.01	1,97	104,53	0,35	2,58	130,18	0,59	1,50	71,62	0,33	0,81	147,46	0,60	4,89	105,68	0,48	25,78	111,46	1,37
dez.01	1,43	75,91	0,26	2,57	129,35	0,58	1,27	60,68	0,30	0,67	123,35	0,53	4,52	97,52	0,45	24,97	107,96	1,33
jun.02	1,77	94,39	0,30	3,51	176,59	0,78	2,81	133,68	0,64	0,35	64,06	0,26	6,66	143,87	0,65	26,13	112,98	1,37
dez.02	1,05	55,84	0,20	1,99	100,14	0,48	1,71	81,65	0,50	0,26	46,91	0,25	3,96	85,48	0,46	17,30	74,79	1,01
jun.03	1,21	64,27	0,24	3,19	160,60	0,75	1,48	70,53	0,52	0,13	24,63	0,15	4,80	103,74	0,60	18,43	79,70	1,15
dez.03	2,58	137,09	0,47	6,44	324,31	1,38	1,83	87,28	0,65	0,42	77,45	0,47	8,69	187,76	1,04	23,59	102,02	1,39
jun.04	1,93	102,74	0,36	6,80	342,55	1,45	1,45	69,30	0,48	0,27	49,81	0,27	8,53	184,18	0,98	24,53	106,09	1,44
dez.04	1,50	79,77	0,28	7,61	383,08	1,64	2,17	103,24	0,76	0,14	24,78	0,15	9,91	213,98	1,18	26,78	115,80	1,63
jun.05	1,20	63,73	0,21	7,54	379,95	1,55	2,32	110,61	0,73	0,31	57,24	0,32	10,18	219,81	1,13	26,35	113,93	1,54
dez.05	1,75	93,27	0,28	8,88	447,34	1,66	2,64	125,59	0,77	0,03	4,73	0,02	11,54	249,30	1,16	28,67	124,00	1,53
jun.06	2,22	118,29	0,33	8,41	423,52	1,40	2,70	128,66	0,73	0,12	21,40	0,10	11,23	242,45	1,04	30,10	130,17	1,50
dez.06	3,68	195,94	0,46	8,54	429,92	1,28	5,69	271,09	1,35	0,09	16,39	0,08	14,32	309,15	1,20	31,78	137,41	1,47
jun.07	3,71	197,43	0,40	9,08	457,38	1,18	7,34	349,64	1,37	0,94	171,25	0,70	17,36	374,80	1,21	34,49	149,13	1,38
dez.07	4,13	219,81	0,41	11,34	571,30	1,37	6,78	322,93	1,30	0,92	168,08	0,62	19,04	411,17	1,27	38,06	164,58	1,49
jun.08	4,69	249,30	0,44	12,84	646,38	1,44	7,14	340,10	1,37	1,31	240,36	0,83	21,29	459,68	1,36	41,12	177,82	1,54

Tabela B17 (continuação): Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – depósitos interfinanceiros (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	0,42	38,24	0,48	0,52	119,00	0,89	0,11	178,39	0,17	0,75	308,32	9,03	-	-	-	0,76	503,68	3,57	0,04	12,56	0,31
jun.96	0,05	4,79	0,05	1,21	275,35	1,47	0,13	209,27	0,21	0,29	119,82	3,19	-	-	-	0,60	396,99	2,69	0,00	0,00	0,00
dez.96	0,07	6,36	0,07	0,39	88,91	0,47	0,10	152,61	0,14	0,25	103,65	2,66	-	-	-	0,61	401,42	2,00	0,11	35,35	0,61
jun.97	0,36	33,38	0,33	0,56	127,77	0,59	0,07	109,10	0,11	0,23	96,13	2,21	3,64	4.229,22	10,34	0,68	450,71	1,60	0,13	42,78	0,62
dez.97	0,19	17,53	0,17	0,67	152,95	0,60	0,05	72,52	0,07	0,41	166,60	3,43	1,36	1.579,03	4,08	0,34	226,05	0,89	0,30	95,70	1,51
jun.98	0,36	33,21	0,22	0,52	117,76	0,42	0,21	337,17	0,28	0,21	85,74	1,31	0,28	321,92	0,78	0,25	166,41	0,57	0,09	28,60	0,35
dez.98	0,34	31,74	0,22	0,34	77,91	0,30	0,05	86,48	0,07	0,31	126,85	1,42	0,15	175,20	0,43	0,25	164,33	0,62	0,01	3,56	0,05
jun.99	0,15	13,64	0,09	0,57	129,02	0,46	0,09	139,53	0,11	0,47	192,72	0,77	0,06	67,47	0,19	0,54	357,82	1,37	0,63	202,58	2,18
dez.99	0,98	90,59	0,66	0,65	148,21	0,64	0,07	106,87	0,09	0,29	117,18	0,53	0,02	20,68	0,06	0,03	20,90	0,08	0,08	26,80	0,29
jun.00	0,56	51,82	0,36	0,51	115,96	0,49	0,06	100,44	0,08	0,25	101,87	0,40	0,03	30,85	0,07	0,08	50,15	0,17	0,75	240,35	2,13
dez.00	1,09	100,00	0,68	0,44	100,00	0,35	0,06	100,00	0,07	0,24	100,00	0,44	0,09	100,00	0,21	0,15	100,00	0,32	0,31	100,00	0,95
jun.01	0,13	11,68	0,07	0,77	175,87	0,60	0,58	927,19	0,60	0,16	66,35	0,30	0,13	148,91	0,27	0,22	145,75	0,44	0,58	186,22	1,37
dez.01	0,07	6,45	0,04	0,89	202,13	0,65	0,26	409,72	0,29	0,15	62,16	0,27	0,12	136,49	0,30	0,16	108,73	0,31	0,42	133,95	1,09
jun.02	0,25	23,20	0,14	1,08	245,40	0,76	0,10	163,27	0,10	0,23	95,83	0,39	0,09	107,17	0,28	1,13	746,20	2,66	0,02	6,54	0,04
dez.02	0,03	3,01	0,02	0,74	168,58	0,50	0,09	139,64	0,09	0,10	42,54	0,21	0,15	178,54	0,45	0,08	51,91	0,22	0,04	14,03	0,11
jun.03	0,05	4,77	0,03	0,95	216,79	0,71	0,11	175,28	0,14	0,09	35,81	0,17	0,03	39,91	0,12	0,73	484,24	1,78	0,15	46,72	0,51
dez.03	0,04	3,68	0,02	1,54	349,38	1,10	0,35	562,32	0,43	0,64	262,00	0,92	0,22	261,01	0,67	2,38	1.574,92	5,51	0,14	43,96	0,53
jun.04	0,06	5,17	0,03	1,04	236,51	0,77	0,25	397,99	0,29	0,54	221,33	0,77	0,04	41,27	0,09	2,53	1.670,35	5,49	0,37	118,88	1,05
dez.04	0,02	2,04	0,01	0,73	166,89	0,52	0,14	216,82	0,16	0,51	208,29	0,76	0,04	46,36	0,10	2,71	1.790,05	5,85	0,04	12,34	0,15
jun.05	0,05	4,73	0,03	0,62	141,29	0,40	0,12	199,36	0,15	0,39	158,68	0,52	0,07	80,33	0,14	2,29	1.512,14	4,89	0,11	34,85	0,37
dez.05	0,16	15,03	0,09	0,72	164,45	0,44	0,03	41,42	0,03	0,59	241,16	0,70	0,04	50,22	0,08	0,95	629,67	1,66	0,20	64,31	0,71
jun.06	0,18	16,58	0,09	1,31	298,38	0,71	0,10	159,48	0,10	0,50	204,50	0,52	0,13	147,62	0,22	0,75	493,11	1,19	0,10	33,19	0,39
dez.06	0,31	28,83	0,14	2,34	531,86	1,06	0,09	143,39	0,08	0,67	276,38	0,52	0,32	369,39	0,51	0,83	547,00	1,24	0,02	6,97	0,07
jun.07	0,25	22,63	0,10	0,97	220,28	0,37	0,94	1.498,12	0,70	1,03	423,52	0,63	0,53	615,39	0,73	0,49	325,07	0,64	0,65	208,33	1,35
dez.07	0,37	34,31	0,13	1,62	367,59	0,56	0,92	1.470,38	0,62	0,92	376,85	0,58	0,83	960,18	1,17	0,95	631,56	1,42	0,02	4,83	0,03
jun.08	0,45	41,72	0,14	1,21	274,88	0,38	1,31	2.102,74	0,83	1,08	443,53	0,70	0,86	996,69	0,94	1,04	689,62	1,81	0,08	24,30	0,21

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B18: Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – depósitos a prazo (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	47,89	79,51	16,51	72,04	119,02	20,50	24,15	46,43	28,65	26,26	115,50	24,92	122,45	90,52	22,63	373,57	135,92	20,76
jun.96	40,31	66,94	11,69	63,22	104,45	14,80	17,15	32,98	14,43	19,72	86,73	18,44	100,09	73,99	15,33	347,25	126,34	17,79
dez.96	35,82	59,48	10,90	63,50	104,92	15,38	16,57	31,85	15,61	19,24	84,59	17,74	99,30	73,41	15,83	329,30	119,81	17,53
jun.97	28,89	47,97	8,03	57,47	94,95	12,24	20,36	39,14	11,38	16,44	72,30	13,18	94,26	69,68	12,19	310,22	112,87	14,60
dez.97	37,26	61,86	9,93	59,77	98,76	13,04	31,41	60,40	15,43	25,03	110,07	16,36	116,22	85,91	14,26	336,27	122,35	16,20
jun.98	52,10	86,51	11,21	68,81	113,69	14,13	40,19	77,27	15,55	29,29	128,82	16,44	138,29	102,23	14,97	369,46	134,42	17,38
dez.98	48,96	81,30	11,47	61,41	101,46	14,12	44,95	86,44	16,74	22,82	100,34	18,31	129,18	95,50	15,60	346,89	126,21	17,15
jun.99	56,64	94,05	12,21	57,82	95,52	14,64	56,83	109,27	15,94	19,54	85,93	16,31	134,19	99,20	15,40	355,96	129,51	17,63
dez.99	56,05	93,07	13,54	59,75	98,72	16,86	47,50	91,33	14,29	18,24	80,20	16,88	125,48	92,76	15,79	316,03	114,98	17,54
jun.00	46,75	77,63	10,54	53,11	87,75	13,77	45,77	88,01	11,99	17,80	78,29	15,87	116,69	86,26	13,27	287,80	104,71	15,00
dez.00	60,22	100,00	12,33	60,53	100,00	14,65	52,01	100,00	13,44	22,74	100,00	17,79	135,27	100,00	14,58	274,85	100,00	14,95
jun.01	67,15	111,50	11,90	63,33	104,63	14,55	49,70	95,56	10,92	22,40	98,50	16,67	135,42	100,11	13,21	280,48	102,05	14,86
dez.01	74,23	123,26	13,62	69,44	114,72	15,60	52,75	101,43	12,44	27,74	122,01	21,90	149,93	110,84	15,06	282,87	102,92	15,06
jun.02	95,53	158,63	16,35	82,01	135,50	18,35	63,81	122,69	14,52	30,69	134,97	22,85	176,51	130,48	17,30	312,66	113,76	16,39
dez.02	94,57	157,03	17,78	78,72	130,06	18,87	55,83	107,36	16,21	25,43	111,85	24,40	159,99	118,27	18,48	281,66	102,48	16,44
jun.03	96,05	159,48	18,95	80,84	133,57	18,91	55,91	107,50	19,54	21,24	93,41	24,36	157,99	116,80	19,73	280,39	102,02	17,52
dez.03	95,74	158,97	17,42	78,70	130,03	16,81	54,31	104,42	19,40	22,99	101,09	25,71	156,00	115,32	18,62	275,62	100,28	16,28
jun.04	100,56	166,97	18,58	86,21	142,44	18,41	63,16	121,44	20,85	25,60	112,58	25,43	174,97	129,34	20,07	290,11	105,55	16,97
dez.04	112,02	186,00	21,01	82,89	136,96	17,90	73,60	141,52	25,66	29,00	127,51	31,42	185,49	137,12	22,02	297,93	108,40	18,12
jun.05	129,40	214,87	22,72	91,50	151,18	18,79	86,05	165,46	26,99	30,85	135,67	31,27	208,40	154,06	23,04	331,74	120,70	19,37
dez.05	146,25	242,84	23,49	103,50	171,00	19,35	99,66	191,63	29,08	31,96	140,56	27,10	235,12	173,81	23,62	374,45	136,24	19,97
jun.06	162,79	270,30	23,79	113,81	188,04	18,98	111,93	215,22	30,27	36,72	161,47	31,86	262,46	194,02	24,20	412,29	150,01	20,53
dez.06	148,77	247,03	18,70	108,60	179,43	16,28	114,15	219,50	27,07	27,32	120,16	25,90	250,08	184,87	20,94	401,70	146,15	18,64
jun.07	150,36	249,67	16,03	112,92	186,57	14,71	122,88	236,27	22,99	22,75	100,04	16,94	258,55	191,13	18,00	417,35	151,85	16,66
dez.07	146,24	242,83	14,68	109,35	180,67	13,23	111,27	213,94	21,32	25,85	113,68	17,47	246,47	182,20	16,47	404,63	147,22	15,81
jun.08	208,06	345,48	19,40	145,60	240,56	16,39	139,87	268,95	26,80	36,56	160,79	23,08	322,04	238,07	20,53	497,32	180,94	18,62

Tabela B18 (continuação): Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – depósitos a prazo (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	10,20	49,77	11,76	3,76	37,86	6,36	19,45	147,47	29,02	2,50	67,95	30,05	-	-	-	7,90	130,83	37,08	3,24	408,64	25,32
jun.96	6,92	33,77	6,58	5,15	51,95	6,26	14,67	111,19	23,09	1,44	39,23	15,78	-	-	-	6,69	110,70	30,00	2,81	355,32	14,17
dez.96	6,40	31,22	6,70	4,21	42,45	5,06	12,10	91,75	18,11	1,59	43,35	16,78	-	-	-	5,52	91,32	18,21	3,46	436,83	19,04
jun.97	3,50	17,07	3,20	1,78	17,94	1,89	6,96	52,79	10,84	0,97	26,42	9,17	2,96	39,58	8,40	4,90	81,11	11,52	3,00	378,72	13,85
dez.97	6,41	31,26	5,86	5,64	56,90	5,03	7,26	55,08	11,16	1,49	40,54	12,61	4,30	57,52	12,89	7,90	130,74	20,53	3,87	489,19	19,63
jun.98	17,94	87,49	10,90	7,72	77,88	6,22	9,19	69,69	12,37	2,77	75,25	17,34	6,24	83,50	17,48	7,34	121,43	16,50	2,59	327,29	10,19
dez.98	20,39	99,43	13,26	7,80	78,67	6,75	9,37	71,07	12,68	2,93	79,79	13,52	4,38	58,64	12,50	4,58	75,89	11,47	2,37	299,77	11,39
jun.99	28,48	138,89	17,59	5,99	60,38	4,86	11,51	87,25	14,90	8,45	230,03	13,87	3,95	52,80	12,76	3,86	63,85	9,75	2,11	266,22	7,27
dez.99	27,39	133,60	18,33	7,45	75,06	7,33	10,39	78,76	14,77	4,83	131,32	9,05	4,40	58,88	15,83	6,00	99,32	15,21	1,33	167,96	4,68
jun.00	20,06	97,83	12,72	6,05	60,97	5,83	11,37	86,21	15,03	3,97	107,94	6,45	6,78	90,68	18,21	5,31	87,82	11,82	0,73	92,52	2,08
dez.00	20,50	100,00	12,86	9,92	100,00	7,94	13,19	100,00	14,24	3,68	100,00	6,65	7,48	100,00	18,16	6,04	100,00	12,60	0,79	100,00	2,42
jun.01	22,53	109,90	13,24	9,54	96,16	7,36	15,47	117,26	15,94	3,41	92,67	6,28	9,41	125,80	19,96	6,35	105,16	12,79	0,82	103,31	1,93
dez.01	25,68	125,27	15,61	8,08	81,48	5,94	20,59	156,09	22,99	3,87	105,35	6,97	8,55	114,36	22,03	8,91	147,51	16,98	0,51	63,84	1,31
jun.02	36,60	178,51	19,74	9,60	96,77	6,74	23,40	177,39	23,65	8,56	233,01	14,15	8,89	118,87	26,71	9,37	155,14	22,12	0,64	80,48	1,22
dez.02	30,79	150,18	18,91	14,61	147,34	9,91	23,63	179,18	24,36	9,61	261,51	19,28	11,00	147,17	32,48	8,04	133,06	22,28	0,47	59,08	1,21
jun.03	32,30	157,54	18,65	14,26	143,81	10,68	20,87	158,18	26,11	13,97	380,15	26,64	12,29	164,41	42,12	7,06	116,89	17,17	0,36	45,91	1,26
dez.03	29,38	143,29	15,70	11,23	113,18	8,03	21,77	165,08	26,92	20,23	550,51	29,23	13,21	176,67	39,56	6,03	99,79	13,94	0,28	35,82	1,10
jun.04	33,56	163,68	19,42	9,85	99,34	7,33	24,36	184,72	28,38	19,16	521,47	27,57	17,38	232,49	45,20	5,71	94,50	12,42	2,30	290,58	6,49
dez.04	32,29	157,48	19,22	12,53	126,35	8,96	27,93	211,73	33,78	23,19	630,97	34,58	20,26	270,95	51,99	6,62	109,66	14,31	4,81	607,80	19,34
jun.05	35,80	174,62	20,45	16,34	164,71	10,55	29,43	223,09	34,84	28,61	778,59	38,38	24,76	331,21	48,53	7,10	117,53	15,20	5,12	645,90	17,28
dez.05	36,81	179,56	19,83	20,25	204,15	12,38	30,38	230,32	32,11	35,75	972,81	42,80	26,17	350,04	49,17	10,06	166,55	17,50	4,62	583,16	16,41
jun.06	40,46	197,33	19,50	23,96	241,53	13,03	34,31	260,11	33,56	39,96	1.087,25	41,77	29,35	392,61	51,73	7,82	129,50	12,50	2,45	309,26	9,19
dez.06	37,73	184,04	16,40	18,43	185,79	8,33	27,32	207,14	25,90	42,03	1.143,53	32,69	33,03	441,73	52,53	10,05	166,38	15,07	3,39	428,30	10,22
jun.07	34,45	168,02	13,68	25,98	261,94	9,85	22,75	172,47	16,94	41,67	1.133,90	25,66	36,27	485,09	50,14	8,82	145,94	11,55	4,70	593,07	9,73
dez.07	38,01	185,37	13,36	24,06	242,53	8,33	25,85	195,98	17,47	32,39	881,38	20,42	34,36	459,57	48,56	5,83	96,44	8,66	4,40	555,92	7,84
jun.08	58,10	283,37	17,87	34,24	345,19	10,80	36,56	277,20	23,08	46,35	1.261,11	30,24	40,94	547,57	44,99	5,11	84,55	8,87	4,56	575,57	12,39

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B19: Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – outros depósitos (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	0,01	14,21	0,00	0,01	13,64	0,00	0,03	12,45	0,04	0,07	2.116,30	0,07	0,11	33,91	0,02	25,12	299,55	1,40
jun.96	0,04	39,07	0,01	0,04	43,42	0,01	0,02	10,23	0,02	0,08	2.486,40	0,08	0,14	43,60	0,02	27,44	327,27	1,41
dez.96	0,02	24,60	0,01	0,02	28,69	0,01	0,03	10,59	0,02	0,09	2.625,34	0,08	0,14	41,51	0,02	33,33	397,50	1,77
jun.97	0,04	38,44	0,01	0,03	38,36	0,01	0,03	12,52	0,02	0,10	2.985,18	0,08	0,16	49,01	0,02	35,56	424,09	1,67
dez.97	0,06	61,17	0,02	0,06	71,89	0,01	0,05	20,45	0,02	0,09	2.823,87	0,06	0,20	61,78	0,03	33,00	393,53	1,59
jun.98	0,06	58,45	0,01	0,05	62,14	0,01	0,04	16,08	0,02	0,09	2.732,48	0,05	0,18	55,16	0,02	11,18	133,36	0,53
dez.98	0,06	63,97	0,02	0,06	72,59	0,01	0,14	59,03	0,05	0,00	123,42	0,00	0,21	63,14	0,03	10,70	127,65	0,53
jun.99	0,11	107,31	0,02	0,07	81,16	0,02	0,21	87,32	0,06	0,01	156,07	0,00	0,29	86,44	0,03	9,11	108,68	0,45
dez.99	0,08	81,54	0,02	0,08	89,68	0,02	0,21	88,11	0,06	0,00	121,61	0,00	0,29	88,85	0,04	8,50	101,39	0,47
jun.00	0,08	80,75	0,02	0,06	76,34	0,02	0,23	96,41	0,06	0,01	322,01	0,01	0,31	93,56	0,04	9,74	116,17	0,51
dez.00	0,10	100,00	0,02	0,08	100,00	0,02	0,24	100,00	0,06	0,00	100,00	0,00	0,33	100,00	0,04	8,39	100,00	0,46
jun.01	0,10	98,35	0,02	0,09	102,81	0,02	0,27	111,86	0,06	0,00	51,30	0,00	0,36	108,94	0,04	16,83	200,71	0,89
dez.01	0,04	43,09	0,01	0,03	35,46	0,01	0,23	95,38	0,05	0,00	120,20	0,00	0,27	80,32	0,03	35,60	424,51	1,89
jun.02	0,09	91,29	0,02	0,07	86,96	0,02	0,26	106,29	0,06	0,00	72,53	0,00	0,33	101,01	0,03	35,22	420,06	1,85
dez.02	0,07	69,40	0,01	0,06	73,75	0,01	0,24	97,94	0,07	0,00	126,51	0,00	0,30	92,05	0,04	36,04	429,85	2,10
jun.03	0,10	97,51	0,02	0,09	102,09	0,02	0,20	83,11	0,07	0,00	128,34	0,00	0,29	88,41	0,04	35,33	421,31	2,21
dez.03	0,33	329,32	0,06	0,18	219,03	0,04	0,21	85,35	0,07	0,00	65,06	0,00	0,39	119,28	0,05	39,98	476,85	2,36
jun.04	0,36	358,01	0,07	0,22	262,18	0,05	0,23	94,66	0,08	0,00	38,43	0,00	0,45	136,87	0,05	42,35	505,02	2,48
dez.04	0,29	287,18	0,05	0,16	195,03	0,04	0,22	89,24	0,08	0,00	38,82	0,00	0,38	115,75	0,05	43,46	518,31	2,64
jun.05	0,65	642,56	0,11	0,48	569,86	0,10	0,32	129,87	0,10	0,00	83,25	0,00	0,80	241,76	0,09	48,13	573,95	2,81
dez.05	1,07	1.066,07	0,17	0,82	968,26	0,15	0,44	180,83	0,13	0,00	102,91	0,00	1,26	381,13	0,13	59,56	710,29	3,18
jun.06	1,15	1.146,60	0,17	0,92	1.094,17	0,15	0,41	168,72	0,11	0,01	185,68	0,01	1,34	405,23	0,12	63,02	751,60	3,14
dez.06	3,51	3.488,68	0,44	2,90	3.435,14	0,43	0,80	329,67	0,19	0,14	4.359,66	0,14	3,84	1.163,24	0,32	75,72	902,99	3,51
jun.07	2,72	2.710,98	0,29	2,11	2.505,56	0,28	0,77	316,23	0,14	0,09	2.808,78	0,07	2,98	900,38	0,21	76,00	906,41	3,03
dez.07	3,27	3.253,06	0,33	2,51	2.971,05	0,30	1,04	428,59	0,20	0,14	4.140,85	0,09	3,69	1.115,19	0,25	75,41	899,37	2,95
jun.08	2,63	2.619,47	0,25	2,16	2.554,28	0,24	0,90	372,17	0,17	0,12	3.600,45	0,08	3,18	961,88	0,20	60,16	717,45	2,25

Tabela B19 (continuação): Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – outros depósitos (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	0,00	0,09	0,00	0,00	1,11	0,00	0,00	145,06	0,01	0,00	4,64	0,00	-	-	-	0,00	15,73	0,00	0,00	0,11	0,00
jun.96	0,00	0,08	0,00	0,02	21,61	0,02	0,02	495,12	0,03	0,00	20,94	0,01	-	-	-	0,00	13,19	0,00	0,00	0,00	0,00
dez.96	0,00	0,08	0,00	0,02	19,64	0,02	0,01	152,04	0,01	0,00	35,00	0,02	-	-	-	0,00	30,31	0,00	0,00	0,00	0,00
jun.97	0,00	0,08	0,00	0,02	19,60	0,02	0,01	321,55	0,02	0,01	120,06	0,05	0,00	243,51	0,00	0,00	20,39	0,00	0,00	2,27	0,00
dez.97	0,00	0,08	0,00	0,04	57,95	0,04	0,00	133,07	0,01	0,00	16,34	0,01	0,01	5.086,53	0,04	0,00	17,80	0,00	0,00	18,73	0,01
jun.98	0,00	2,89	0,00	0,03	44,69	0,03	0,01	261,64	0,01	0,00	37,52	0,01	0,00	1.810,95	0,01	0,01	276,41	0,01	0,00	23,46	0,01
dez.98	0,00	1,33	0,00	0,05	67,63	0,05	0,00	113,95	0,01	0,00	9,47	0,00	0,00	1.327,43	0,01	0,00	79,48	0,00	0,00	16,83	0,01
jun.99	0,00	0,55	0,00	0,06	83,06	0,05	0,01	156,07	0,01	0,01	226,13	0,02	0,00	1.865,00	0,02	0,00	79,63	0,00	0,01	117,38	0,05
dez.99	0,00	7,15	0,00	0,07	86,68	0,07	0,00	121,61	0,01	0,00	103,78	0,01	0,00	118,96	0,00	0,01	290,55	0,01	0,00	11,30	0,00
jun.00	0,00	5,67	0,00	0,06	71,77	0,05	0,01	322,01	0,01	0,01	155,21	0,01	0,00	104,02	0,00	0,01	376,30	0,02	0,01	57,72	0,02
dez.00	0,00	100,00	0,00	0,08	100,00	0,06	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,01	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,01	100,00	0,03
jun.01	0,00	97,24	0,00	0,08	99,59	0,06	0,00	46,26	0,00	0,01	148,24	0,01	0,00	295,82	0,00	0,01	257,16	0,01	0,01	48,90	0,01
dez.01	0,00	42,95	0,00	0,03	33,10	0,02	0,00	120,20	0,00	0,00	93,87	0,01	0,00	102,25	0,00	0,00	89,44	0,00	0,01	53,36	0,02
jun.02	0,00	20,27	0,00	0,07	91,18	0,05	0,00	72,53	0,00	0,01	237,52	0,02	0,00	118,02	0,00	0,00	35,37	0,00	0,01	77,91	0,02
dez.02	0,00	1,13	0,00	0,06	71,36	0,04	0,00	126,51	0,00	0,00	103,19	0,01	0,00	30,94	0,00	0,01	342,16	0,02	0,01	108,83	0,03
jun.03	0,00	8,96	0,00	0,08	108,26	0,06	0,00	128,34	0,01	0,00	92,34	0,01	0,00	116,35	0,00	0,00	108,53	0,01	0,01	90,96	0,04
dez.03	0,00	7,17	0,00	0,18	237,23	0,13	0,00	65,06	0,00	0,14	2.960,98	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	61,26	0,00	0,01	82,87	0,04
jun.04	0,00	4,51	0,00	0,22	282,68	0,16	0,00	38,43	0,00	0,14	2.857,17	0,19	0,00	0,00	0,00	0,00	131,09	0,01	0,02	202,27	0,06
dez.04	0,00	3,83	0,00	0,16	210,47	0,12	0,00	38,82	0,00	0,12	2.537,32	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00	73,39	0,00	0,04	321,27	0,14
jun.05	0,17	5.133,36	0,10	0,27	348,55	0,17	0,00	37,49	0,00	0,12	2.531,14	0,16	0,01	3.785,02	0,02	0,03	1.400,96	0,06	0,02	175,63	0,07
dez.05	0,30	8.762,35	0,16	0,49	635,44	0,30	0,00	58,33	0,00	0,15	3.221,45	0,18	0,03	10.202,58	0,05	0,01	756,40	0,03	0,03	245,45	0,10
jun.06	0,31	9.052,98	0,15	0,59	759,42	0,32	0,00	102,04	0,00	0,13	2.668,12	0,13	0,02	8.002,84	0,04	0,02	896,98	0,03	0,04	350,27	0,15
dez.06	0,60	17.708,38	0,26	2,18	2.815,48	0,98	0,14	4.359,66	0,14	0,24	4.973,57	0,18	0,08	31.086,68	0,12	0,10	5.034,86	0,15	0,10	884,49	0,30
jun.07	0,63	18.516,29	0,25	1,45	1.872,65	0,55	0,09	2.808,78	0,07	0,27	5.682,27	0,17	0,08	29.753,21	0,10	0,02	1.044,59	0,03	0,09	817,80	0,19
dez.07	0,97	28.508,50	0,34	1,47	1.906,42	0,51	0,14	4.140,85	0,09	0,29	6.048,55	0,18	0,16	63.171,11	0,23	0,03	1.719,46	0,05	0,12	1.068,45	0,21
jun.08	0,89	26.118,10	0,27	1,22	1.578,06	0,38	0,12	3.600,45	0,08	0,17	3.514,78	0,11	0,08	30.328,26	0,08	0,02	1.167,77	0,04	0,12	1.096,02	0,33

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B20: Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – captações no mercado aberto (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	24,26	32,89	8,36	43,94	49,65	12,51	7,68	14,09	9,12	11,02	48,52	10,45	62,64	37,80	11,58	226,26	91,85	12,57
jun.96	55,03	74,60	15,96	84,40	95,36	19,75	17,10	31,37	14,38	12,42	54,72	11,62	113,92	68,74	17,44	313,09	127,10	16,04
dez.96	49,71	67,39	15,13	81,87	92,51	19,83	17,38	31,88	16,38	17,76	78,22	16,38	117,02	70,61	18,65	322,86	131,07	17,19
jun.97	54,45	73,81	15,13	86,11	97,30	18,34	37,98	69,67	21,24	22,51	99,12	18,04	146,60	88,46	18,96	319,78	129,82	15,05
dez.97	54,55	73,95	14,54	79,41	89,72	17,32	55,33	101,49	27,18	38,15	168,01	24,94	172,89	104,32	21,21	334,58	135,83	16,12
jun.98	79,12	107,26	17,03	97,11	109,73	19,94	37,10	68,05	14,36	35,81	157,68	20,09	170,01	102,59	18,41	289,81	117,65	13,63
dez.98	47,58	64,50	11,15	70,66	79,84	16,24	34,45	63,19	12,83	17,01	74,91	13,65	122,12	73,69	14,75	230,96	93,76	11,42
jun.99	47,49	64,38	10,24	53,02	59,91	13,42	26,20	48,06	7,35	14,00	61,67	11,69	93,22	56,25	10,70	164,41	66,74	8,14
dez.99	50,89	68,99	12,29	51,19	57,85	14,44	41,57	76,25	12,51	11,88	52,33	11,00	104,65	63,15	13,17	169,80	68,93	9,42
jun.00	61,06	82,77	13,77	67,66	76,46	17,55	57,33	105,16	15,02	17,28	76,09	15,40	142,27	85,85	16,18	239,36	97,17	12,47
dez.00	73,77	100,00	15,11	88,50	100,00	21,43	54,52	100,00	14,09	22,71	100,00	17,77	165,73	100,00	17,86	246,33	100,00	13,40
jun.01	81,58	110,59	14,45	78,82	89,07	18,11	67,83	124,42	14,91	23,85	105,02	17,74	170,50	102,88	16,64	253,28	102,82	13,42
dez.01	76,69	103,97	14,07	89,65	101,30	20,14	67,50	123,81	15,92	20,64	90,89	16,29	177,79	107,28	17,85	289,46	117,51	15,41
jun.02	58,59	79,43	10,03	55,55	62,76	12,43	36,49	66,93	8,31	15,94	70,21	11,87	107,98	65,16	10,58	205,79	83,54	10,79
dez.02	61,75	83,71	11,61	52,57	59,40	12,60	26,62	48,83	7,73	21,03	92,61	20,17	100,22	60,47	11,57	216,35	87,83	12,63
jun.03	52,30	70,89	10,32	65,80	74,35	15,39	19,14	35,11	6,69	10,20	44,91	11,70	95,14	57,41	11,88	195,82	79,50	12,24
dez.03	85,13	115,41	15,49	101,47	114,65	21,67	27,14	49,77	9,69	13,07	57,54	14,61	141,67	85,48	16,91	254,85	103,46	15,06
jun.04	61,68	83,62	11,40	71,90	81,25	15,35	31,41	57,61	10,37	21,01	92,50	20,87	124,32	75,01	14,26	232,01	94,19	13,57
dez.04	68,61	93,01	12,87	91,27	103,14	19,70	32,11	58,89	11,19	15,34	67,55	16,62	138,72	83,70	16,47	220,36	89,46	13,40
jun.05	66,68	90,40	11,71	87,06	98,38	17,88	34,10	62,56	10,70	16,92	74,53	17,15	138,09	83,33	15,27	215,47	87,47	12,58
dez.05	92,34	125,18	14,83	111,91	126,46	20,92	47,60	87,31	13,89	31,08	136,86	26,35	190,59	115,00	19,14	273,16	110,89	14,57
jun.06	105,44	142,94	15,41	135,44	153,04	22,59	45,61	83,66	12,34	20,50	90,26	17,78	201,54	121,61	18,58	313,07	127,09	15,59
dez.06	155,66	211,02	19,56	166,47	188,10	24,96	70,27	128,89	16,66	20,73	91,30	19,65	257,47	155,36	21,56	363,61	147,61	16,87
jun.07	187,36	253,99	19,98	198,02	223,76	25,80	65,52	120,18	12,26	35,11	154,63	26,15	298,65	180,21	20,79	451,89	183,45	18,04
dez.07	216,52	293,53	21,74	229,62	259,46	27,78	58,44	107,19	11,20	32,98	145,23	22,29	321,04	193,72	21,45	457,04	185,54	17,86
jun.08	256,39	347,58	23,91	256,13	289,42	28,83	52,47	96,24	10,05	35,04	154,31	22,12	343,64	207,35	21,90	497,89	202,12	18,64

Tabela B20 (continuação): Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – captações no mercado aberto (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	11,35	49,09	13,08	2,83	13,27	4,80	4,72	24,20	7,05	0,36	6,96	4,30	-	-	-	1,04	5,09	4,90	0,38	15,49	2,96
jun.96	23,95	103,56	22,76	7,16	33,54	8,70	4,78	24,48	7,52	0,30	5,91	3,32	-	-	-	2,04	9,95	9,16	0,22	8,91	1,10
dez.96	16,94	73,24	17,71	11,43	53,54	13,73	7,64	39,15	11,43	0,88	17,19	9,30	-	-	-	11,38	55,43	37,55	0,34	14,08	1,90
jun.97	13,29	57,48	12,14	11,65	54,59	12,34	9,79	50,17	15,24	0,14	2,76	1,34	7,40	105,77	20,99	17,07	83,17	40,14	0,12	4,88	0,55
dez.97	13,75	59,44	12,57	14,23	66,69	12,69	8,57	43,89	13,16	0,48	9,30	4,04	7,20	103,03	21,60	10,52	51,23	27,34	0,54	22,16	2,75
jun.98	34,15	147,65	20,74	18,75	87,88	15,09	6,98	35,75	9,39	0,54	10,46	3,37	4,31	61,58	12,06	10,40	50,65	23,38	0,21	8,56	0,82
dez.98	23,42	101,26	15,23	6,36	29,80	5,50	7,02	35,97	9,49	0,69	13,43	3,18	1,83	26,15	5,21	12,52	60,98	31,30	0,55	22,53	2,64
jun.99	18,70	80,85	11,55	10,47	49,09	8,50	8,96	45,92	11,60	1,80	35,08	2,96	1,44	20,62	4,66	8,63	42,03	21,81	0,28	11,31	0,95
dez.99	16,39	70,87	10,97	10,62	49,76	10,46	8,82	45,21	12,55	3,76	73,22	7,05	3,17	45,34	11,40	11,30	55,04	28,64	2,76	112,67	9,69
jun.00	19,09	82,54	12,10	9,50	44,51	9,16	12,02	61,57	15,88	4,95	96,44	8,05	4,98	71,26	13,39	15,50	75,52	34,52	2,69	110,14	7,66
dez.00	23,13	100,00	14,51	21,34	100,00	17,07	19,52	100,00	21,07	5,14	100,00	9,29	6,99	100,00	16,98	20,53	100,00	42,82	2,45	100,00	7,47
jun.01	23,16	100,13	13,61	17,23	80,74	13,30	19,94	102,15	20,55	3,43	66,76	6,32	7,81	111,72	16,58	15,73	76,61	31,67	2,60	106,33	6,15
dez.01	24,33	105,21	14,79	21,67	101,54	15,93	14,00	71,74	15,64	3,42	66,65	6,16	5,80	82,91	14,94	14,01	68,23	26,69	4,97	203,07	12,91
jun.02	14,45	62,50	7,80	21,20	99,32	14,88	11,36	58,20	11,48	4,36	84,94	7,21	0,62	8,80	1,85	4,68	22,78	11,04	2,22	90,61	4,23
dez.02	17,95	77,61	11,02	16,25	76,17	11,03	18,90	96,81	19,47	0,71	13,80	1,42	0,58	8,33	1,72	5,56	27,09	15,41	1,87	76,47	4,84
jun.03	24,32	105,16	14,04	15,30	71,69	11,45	6,96	35,68	8,72	0,95	18,53	1,82	0,59	8,42	2,02	7,64	37,22	18,58	1,75	71,59	6,08
dez.03	41,70	180,32	22,29	21,38	100,20	15,30	9,13	46,76	11,28	3,10	60,44	4,48	0,90	12,91	2,70	9,68	47,18	22,40	1,42	58,11	5,49
jun.04	19,93	86,16	11,53	15,35	71,92	11,42	12,06	61,82	14,05	2,26	44,09	3,26	1,02	14,54	2,64	3,56	17,36	7,75	2,30	94,10	6,49
dez.04	26,00	112,44	15,48	18,77	87,97	13,42	8,56	43,87	10,36	2,86	55,68	4,26	1,53	21,89	3,93	10,81	52,64	23,34	2,07	84,50	8,30
jun.05	23,47	101,49	13,40	20,60	96,53	13,30	7,21	36,95	8,54	2,77	53,93	3,72	5,26	75,25	10,31	9,46	46,10	20,26	0,35	14,27	1,18
dez.05	27,99	121,04	15,08	25,91	121,42	15,84	12,82	65,70	13,55	3,22	62,65	3,85	6,06	86,71	11,39	17,49	85,20	30,41	0,65	26,64	2,32
jun.06	32,76	141,66	15,79	32,67	153,10	17,78	16,63	85,23	16,27	5,89	114,66	6,16	4,31	61,63	7,60	21,09	102,72	33,70	0,76	30,88	2,83
dez.06	51,91	224,44	22,55	43,59	204,28	19,69	20,73	106,23	19,65	11,94	232,48	9,29	5,82	83,22	9,26	28,44	138,56	42,64	0,98	40,07	2,95
jun.07	58,50	252,95	23,23	53,96	252,85	20,45	35,11	179,91	26,15	12,40	241,54	7,64	3,14	44,97	4,35	33,34	162,40	43,66	0,74	30,34	1,54
dez.07	75,15	324,95	26,42	67,91	318,23	23,52	32,98	168,98	22,29	17,37	338,14	10,95	1,54	22,08	2,18	31,19	151,95	46,36	0,74	30,29	1,32
jun.08	94,98	410,69	29,21	91,41	428,37	28,84	35,04	179,54	22,12	18,44	359,13	12,03	1,09	15,54	1,19	22,03	107,32	38,26	1,93	78,72	5,24

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B21: Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – recursos de aceites e emissão de títulos (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	8,44	32,88	2,91	4,30	17,90	1,22	0,93	7,20	1,10	7,38	59,37	7,00	12,60	25,55	2,33	35,43	49,13	1,97
jun.96	9,26	36,07	2,69	6,38	26,56	1,49	1,26	9,76	1,06	7,02	56,48	6,56	14,65	29,71	2,24	40,87	56,68	2,09
dez.96	11,34	44,16	3,45	9,82	40,87	2,38	7,00	54,39	6,60	8,04	64,68	7,41	24,86	50,40	3,96	54,65	75,78	2,91
jun.97	11,50	44,80	3,20	13,80	57,46	2,94	7,87	61,07	4,40	9,65	77,69	7,74	31,32	63,50	4,05	66,38	92,05	3,12
dez.97	20,17	78,54	5,38	17,69	73,65	3,86	7,59	58,97	3,73	12,88	103,64	8,42	38,16	77,37	4,68	75,62	104,86	3,64
jun.98	26,35	102,60	5,67	19,50	81,17	4,00	13,60	105,60	5,26	15,74	126,72	8,83	48,84	99,02	5,29	78,72	109,17	3,70
dez.98	22,34	86,99	5,24	20,07	83,54	4,61	10,10	78,42	3,76	15,01	120,83	12,04	45,18	91,60	5,46	75,32	104,45	3,72
jun.99	24,90	96,97	5,37	19,65	81,81	4,98	14,54	112,87	4,08	13,98	112,50	11,66	48,16	97,65	5,53	77,15	106,99	3,82
dez.99	23,64	92,06	5,71	13,97	58,15	3,94	14,51	112,66	4,37	14,56	117,23	13,48	43,04	87,26	5,41	66,70	92,49	3,70
jun.00	31,06	120,95	7,00	20,41	84,97	5,29	16,16	125,47	4,23	12,31	99,09	10,97	48,88	99,10	5,56	71,85	99,65	3,74
dez.00	25,68	100,00	5,26	24,02	100,00	5,81	12,88	100,00	3,33	12,42	100,00	9,72	49,32	100,00	5,32	72,11	100,00	3,92
jun.01	31,33	122,01	5,55	26,12	108,76	6,00	12,60	97,81	2,77	12,19	98,14	9,07	50,91	103,23	4,97	75,90	105,26	4,02
dez.01	26,14	101,81	4,80	21,19	88,23	4,76	12,13	94,16	2,86	10,40	83,75	8,21	43,72	88,65	4,39	67,08	93,02	3,57
jun.02	27,48	106,99	4,70	19,76	82,28	4,42	15,45	119,99	3,52	10,78	86,77	8,03	46,00	93,26	4,51	69,61	96,53	3,65
dez.02	18,55	72,24	3,49	15,90	66,20	3,81	7,93	61,57	2,30	5,03	40,50	4,83	28,86	58,51	3,33	45,65	63,31	2,66
jun.03	26,31	102,45	5,19	23,33	97,12	5,46	9,42	73,15	3,29	7,49	60,32	8,60	40,24	81,59	5,03	57,89	80,28	3,62
dez.03	23,13	90,06	4,21	20,39	84,89	4,36	9,71	75,35	3,47	5,32	42,83	5,95	35,42	71,81	4,23	53,90	74,75	3,18
jun.04	21,50	83,73	3,97	18,33	76,30	3,91	12,13	94,15	4,00	3,04	24,43	3,02	33,49	67,90	3,84	52,79	73,20	3,09
dez.04	16,63	64,78	3,12	14,91	62,09	3,22	9,07	70,42	3,16	1,99	15,98	2,15	25,97	52,65	3,08	42,07	58,35	2,56
jun.05	20,18	78,58	3,54	19,06	79,34	3,91	7,79	60,52	2,44	1,70	13,67	1,72	28,55	57,88	3,16	43,28	60,02	2,53
dez.05	18,91	73,62	3,04	22,30	92,82	4,17	5,88	45,64	1,72	1,84	14,77	1,56	30,01	60,84	3,01	43,86	60,82	2,34
jun.06	20,86	81,22	3,05	25,05	104,30	4,18	7,55	58,64	2,04	1,83	14,75	1,59	34,44	69,82	3,18	44,68	61,97	2,22
dez.06	22,84	88,93	2,87	27,21	113,27	4,08	8,18	63,47	1,94	4,00	32,20	3,79	39,38	79,85	3,30	48,93	67,85	2,27
jun.07	25,25	98,33	2,69	31,05	129,28	4,05	9,46	73,42	1,77	5,10	41,04	3,80	45,61	92,47	3,18	55,29	76,67	2,21
dez.07	23,60	91,90	2,37	26,08	108,58	3,16	8,95	69,53	1,72	5,96	47,94	4,03	40,99	83,11	2,74	49,09	68,08	1,92
jun.08	21,71	84,54	2,02	23,09	96,11	2,60	8,80	68,33	1,69	5,81	46,77	3,67	37,70	76,43	2,40	42,55	59,00	1,59

Tabela B21 (continuação): Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – recursos de aceites e emissão de títulos (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	0,23	2,97	0,27	1,07	18,77	1,82	6,92	82,35	10,33	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,83	11,80	3,87	0,03	10,46	0,26
jun.96	0,35	4,53	0,34	1,57	27,48	1,91	6,52	77,60	10,27	0,20	5,37	2,19	-	-	-	0,88	12,57	3,94	0,03	10,33	0,17
dez.96	0,28	3,62	0,30	3,26	56,95	3,92	7,55	89,78	11,29	1,74	46,71	18,30	-	-	-	1,85	26,41	6,09	2,05	636,86	11,26
jun.97	0,05	0,67	0,05	2,83	49,49	3,00	7,01	83,37	10,91	2,18	58,56	20,56	0,55	124,41	1,56	3,83	54,85	9,01	1,83	570,06	8,46
dez.97	0,00	0,01	0,00	6,90	120,58	6,16	8,57	101,96	13,17	1,83	49,11	15,46	0,00	0,00	0,00	4,00	57,18	10,39	1,53	477,69	7,78
jun.98	0,85	10,80	0,51	9,27	161,94	7,46	10,87	129,29	14,63	3,20	85,94	20,05	0,00	0,00	0,00	4,66	66,63	10,47	1,42	443,30	5,60
dez.98	1,15	14,71	0,75	10,19	178,03	8,82	10,90	129,60	14,74	2,15	57,89	9,93	0,00	0,00	0,00	4,31	61,58	10,77	0,72	223,23	3,44
jun.99	0,72	9,26	0,45	10,96	191,44	8,90	9,66	114,91	12,51	2,75	73,94	4,51	0,00	0,00	0,00	5,27	75,35	13,32	1,40	434,35	4,81
dez.99	1,44	18,42	0,96	5,34	93,26	5,26	10,43	124,12	14,84	2,40	64,56	4,51	0,04	8,12	0,13	4,02	57,55	10,20	0,95	294,72	3,33
jun.00	6,79	86,77	4,31	5,05	88,20	4,87	8,27	98,32	10,93	5,94	159,59	9,66	0,25	55,44	0,66	5,01	71,73	11,17	0,54	168,08	1,54
dez.00	7,83	100,00	4,91	5,73	100,00	4,58	8,41	100,00	9,08	3,72	100,00	6,73	0,44	100,00	1,08	6,99	100,00	14,59	0,32	100,00	0,98
jun.01	8,38	107,05	4,92	7,14	124,72	5,51	7,85	93,40	8,09	3,12	83,92	5,76	0,23	52,33	0,49	6,94	99,31	13,98	0,13	40,58	0,31
dez.01	8,20	104,77	4,98	5,03	87,81	3,70	5,71	67,93	6,38	2,65	71,31	4,77	0,04	9,93	0,11	4,18	59,73	7,96	0,09	27,32	0,23
jun.02	8,41	107,52	4,54	6,40	111,83	4,50	6,59	78,42	6,67	2,16	58,14	3,58	0,11	24,08	0,32	2,88	41,14	6,79	0,03	8,35	0,05
dez.02	4,21	53,73	2,58	6,25	109,11	4,24	5,03	59,84	5,18	0,57	15,37	1,15	0,05	11,37	0,15	3,52	50,40	9,76	0,00	0,00	0,00
jun.03	7,50	95,87	4,33	6,67	116,52	4,99	5,80	68,97	7,26	3,35	89,97	6,38	0,00	0,00	0,00	5,47	78,31	13,31	0,00	0,00	0,00
dez.03	8,69	110,97	4,64	4,78	83,52	3,42	4,36	51,89	5,39	2,28	61,18	3,29	0,00	0,00	0,00	2,80	40,06	6,48	0,00	0,00	0,00
jun.04	8,41	107,43	4,87	4,51	78,73	3,35	2,76	32,83	3,22	2,79	75,07	4,02	0,00	0,00	0,00	1,84	26,27	4,00	0,00	0,00	0,00
dez.04	5,73	73,15	3,41	5,11	89,31	3,65	1,73	20,60	2,10	2,10	56,33	3,13	0,11	24,03	0,27	0,85	12,12	1,83	0,00	0,00	0,00
jun.05	7,44	95,05	4,25	7,29	127,27	4,70	1,62	19,22	1,91	2,06	55,30	2,76	0,04	8,99	0,08	0,92	13,20	1,98	0,00	0,00	0,00
dez.05	6,92	88,48	3,73	6,99	122,17	4,28	1,72	20,45	1,82	2,17	58,40	2,60	0,15	33,43	0,28	4,65	66,55	8,09	0,00	0,00	0,00
jun.06	6,84	87,35	3,29	7,27	126,90	3,95	1,78	21,13	1,74	2,90	77,94	3,03	0,13	29,97	0,23	4,61	65,92	7,36	0,00	0,00	0,00
dez.06	6,06	77,46	2,63	8,03	140,29	3,63	4,00	47,59	3,79	3,19	85,78	2,48	0,38	86,00	0,61	0,90	12,89	1,35	0,00	0,00	0,00
jun.07	7,06	90,21	2,80	7,92	138,35	3,00	5,10	60,64	3,80	3,44	92,32	2,11	0,70	157,05	0,96	5,51	78,83	7,22	0,00	0,00	0,00
dez.07	6,46	82,57	2,27	6,29	109,90	2,18	5,96	70,85	4,03	2,97	79,86	1,87	1,09	246,46	1,54	2,83	40,49	4,21	0,00	0,00	0,00
jun.08	4,99	63,81	1,54	5,28	92,25	1,67	5,81	69,12	3,67	3,21	86,34	2,10	1,11	251,44	1,22	1,98	28,38	3,45	0,00	0,00	0,00

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B22: Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – relações interfinanceiras (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	0,72	117,49	0,25	1,06	217,70	0,30	0,24	16,65	0,28	0,43	359,99	0,41	1,73	84,89	0,32	3,01	107,61	0,17
jun.96	15,98	2.595,85	4,63	19,80	4.054,22	4,63	11,19	781,82	9,41	3,48	2.924,86	3,26	34,47	1.691,13	5,28	57,27	2.049,40	2,93
dez.96	1,08	175,02	0,33	1,24	254,56	0,30	0,96	67,36	0,91	0,33	273,33	0,30	2,53	124,25	0,40	4,82	172,53	0,26
jun.97	21,15	3.436,40	5,88	28,73	5.882,87	6,12	11,09	775,22	6,20	3,33	2.798,21	2,67	43,16	2.117,26	5,58	72,22	2.584,23	3,40
dez.97	1,14	184,73	0,30	1,71	350,93	0,37	0,77	53,92	0,38	0,75	628,71	0,49	3,23	158,67	0,40	4,16	148,97	0,20
jun.98	17,78	2.887,86	3,83	18,68	3.825,33	3,84	9,98	697,76	3,86	2,41	2.025,00	1,35	31,08	1.524,70	3,36	55,35	1.980,64	2,60
dez.98	6,91	1.122,02	1,62	5,76	1.180,17	1,33	4,05	282,91	1,51	1,54	1.291,42	1,23	11,35	556,83	1,37	16,85	603,04	0,83
jun.99	21,85	3.548,79	4,71	17,95	3.675,87	4,55	13,44	939,17	3,77	3,18	2.672,79	2,66	34,58	1.696,20	3,97	48,67	1.741,67	2,41
dez.99	0,78	126,83	0,19	0,43	87,90	0,12	1,56	108,72	0,47	0,10	81,08	0,09	2,08	102,11	0,26	3,04	108,76	0,17
jun.00	20,89	3.393,05	4,71	14,97	3.064,42	3,88	12,86	899,03	3,37	3,06	2.571,12	2,73	30,89	1.515,58	3,51	45,24	1.619,05	2,36
dez.00	0,62	100,00	0,13	0,49	100,00	0,12	1,43	100,00	0,37	0,12	100,00	0,09	2,04	100,00	0,22	2,79	100,00	0,15
jun.01	20,00	3.249,34	3,54	15,00	3.072,09	3,45	15,46	1.080,39	3,40	2,86	2.403,23	2,13	33,33	1.634,91	3,25	42,66	1.526,53	2,26
dez.01	2,43	394,49	0,45	0,55	112,30	0,12	3,48	242,98	0,82	0,37	313,85	0,30	4,40	215,81	0,44	5,39	192,96	0,29
jun.02	14,80	2.404,71	2,53	11,64	2.382,28	2,60	8,07	563,91	1,84	2,36	1.983,02	1,76	22,07	1.082,53	2,16	30,28	1.083,49	1,59
dez.02	1,91	310,66	0,36	1,50	307,77	0,36	2,11	147,30	0,61	0,29	240,82	0,28	3,90	191,22	0,45	4,89	174,83	0,29
jun.03	9,33	1.515,18	1,84	7,88	1.613,19	1,84	5,09	355,38	1,78	1,20	1.004,51	1,37	14,16	694,69	1,77	20,43	731,22	1,28
dez.03	0,96	155,33	0,17	1,06	217,07	0,23	2,63	184,06	0,94	0,09	77,42	0,10	3,79	185,74	0,45	4,75	169,81	0,28
jun.04	5,41	878,60	1,00	4,37	894,76	0,93	3,58	250,27	1,18	0,74	624,53	0,74	8,70	426,56	1,00	17,46	624,68	1,02
dez.04	0,51	82,98	0,10	0,66	136,10	0,14	1,41	98,25	0,49	0,02	20,28	0,03	2,09	102,76	0,25	7,01	250,87	0,43
jun.05	5,39	875,90	0,95	4,00	818,29	0,82	4,50	314,15	1,41	0,80	671,46	0,81	9,29	455,83	1,03	18,29	654,45	1,07
dez.05	0,34	55,14	0,05	0,51	103,49	0,09	1,90	132,87	0,55	0,06	54,42	0,05	2,47	121,24	0,25	10,02	358,56	0,53
jun.06	5,32	864,54	0,78	4,08	834,67	0,68	4,64	324,21	1,25	0,76	636,13	0,66	9,47	464,75	0,87	20,46	732,04	1,02
dez.06	1,01	164,51	0,13	1,29	263,58	0,19	0,08	5,80	0,02	0,14	118,52	0,13	1,51	74,15	0,13	11,42	408,50	0,53
jun.07	5,57	904,27	0,59	4,89	1.001,72	0,64	2,02	140,90	0,38	0,73	609,32	0,54	7,63	374,53	0,53	20,57	736,12	0,82
dez.07	0,68	109,80	0,07	1,07	218,27	0,13	0,37	25,77	0,07	0,14	113,60	0,09	1,57	77,02	0,10	11,95	427,76	0,47
jun.08	11,12	1.806,26	1,04	9,04	1.850,10	1,02	3,91	273,45	0,75	1,38	1.160,96	0,87	14,33	703,09	0,91	32,07	1.147,58	1,20

Tabela B22 (continuação): Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – relações interfinanceiras (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	0,01	6,59	0,02	0,50	688,77	0,84	0,05	51,54	0,07	0,01	6,23	0,18	-	-	-	0,01	36,05	0,03	0,00	0,00	0,00
jun.96	3,46	1.686,81	3,28	6,02	8.325,19	7,32	1,67	1.887,50	2,63	1,10	461,03	12,04	-	-	-	1,03	6.403,41	4,64	0,96	625,89	4,83
dez.96	0,06	28,98	0,06	0,63	877,42	0,76	0,23	257,88	0,34	0,56	234,29	5,89	-	-	-	0,03	179,97	0,10	0,02	9,85	0,08
jun.97	6,48	3.164,65	5,92	6,95	9.597,86	7,36	0,59	665,23	0,92	0,76	319,83	7,20	2,33	4.906,95	6,62	2,17	13.415,08	5,10	1,84	1.202,98	8,50
dez.97	0,10	47,62	0,09	0,20	271,99	0,18	0,69	785,95	1,07	0,08	35,07	0,71	0,02	33,57	0,05	0,01	60,04	0,03	0,02	10,02	0,08
jun.98	6,54	3.191,77	3,97	6,53	9.030,54	5,26	0,78	886,80	1,06	0,41	173,85	2,60	1,61	3.376,42	4,50	1,25	7.765,54	2,82	2,01	1.315,60	7,92
dez.98	1,68	820,13	1,09	2,48	3.426,08	2,15	1,16	1.310,34	1,57	0,60	251,96	2,77	0,66	1.391,57	1,89	0,24	1.478,69	0,60	0,28	184,74	1,36
jun.99	5,81	2.834,61	3,59	8,79	12.144,95	7,13	2,15	2.431,12	2,78	2,55	1.070,58	4,19	1,65	3.475,20	5,34	2,05	12.687,73	5,18	1,13	740,25	3,91
dez.99	0,13	61,14	0,08	0,07	91,72	0,07	0,09	107,03	0,13	0,28	117,06	0,52	0,02	33,73	0,06	0,22	1.331,68	0,55	0,00	0,10	0,00
jun.00	7,01	3.421,25	4,44	5,54	7.662,39	5,35	2,50	2.822,35	3,30	4,82	2.020,94	7,84	1,91	4.016,35	5,13	1,02	6.286,75	2,26	0,98	640,41	2,79
dez.00	0,20	100,00	0,13	0,07	100,00	0,06	0,09	100,00	0,10	0,24	100,00	0,43	0,05	100,00	0,12	0,02	100,00	0,03	0,15	100,00	0,47
jun.01	7,35	3.589,64	4,32	5,23	7.230,42	4,04	2,56	2.900,97	2,64	3,31	1.387,34	6,11	2,81	5.904,91	5,96	1,12	6.941,30	2,26	3,77	2.463,93	8,92
dez.01	0,33	162,33	0,20	0,09	127,61	0,07	0,32	365,09	0,36	1,59	664,54	2,85	0,07	151,46	0,19	0,00	27,77	0,01	0,14	89,95	0,36
jun.02	5,26	2.566,93	2,84	4,37	6.032,16	3,06	2,21	2.505,01	2,24	1,93	806,82	3,18	1,27	2.673,97	3,82	0,97	6.024,09	2,30	0,94	616,67	1,80
dez.02	0,83	405,32	0,51	0,41	561,38	0,28	0,29	324,42	0,30	0,27	112,59	0,54	0,18	371,88	0,52	0,00	2,13	0,00	0,40	262,60	1,04
jun.03	3,89	1.897,06	2,24	2,44	3.376,85	1,83	1,20	1.352,34	1,50	1,17	489,57	2,23	0,87	1.834,67	2,99	0,64	3.953,76	1,55	0,80	524,92	2,79
dez.03	0,67	328,66	0,36	0,14	198,59	0,10	0,09	104,30	0,11	0,05	18,94	0,07	0,04	93,91	0,13	0,03	192,49	0,07	0,97	630,39	3,73
jun.04	1,55	756,96	0,90	1,69	2.329,68	1,25	0,74	841,10	0,87	0,99	413,48	1,42	0,50	1.048,55	1,30	0,40	2.483,77	0,87	0,14	88,36	0,38
dez.04	0,20	96,40	0,12	0,24	326,61	0,17	0,02	27,31	0,03	0,05	21,37	0,08	0,01	19,92	0,02	0,02	100,74	0,04	0,00	0,00	0,00
jun.05	1,57	765,78	0,90	1,54	2.124,09	0,99	0,80	904,38	0,95	1,07	447,33	1,43	0,52	1.100,00	1,03	0,35	2.192,67	0,76	0,24	159,74	0,83
dez.05	0,16	76,08	0,08	0,06	80,81	0,04	0,06	73,32	0,07	0,05	22,11	0,06	0,01	29,17	0,03	0,00	27,78	0,01	0,00	0,00	0,00
jun.06	1,41	687,89	0,68	1,69	2.342,31	0,92	0,76	854,61	0,74	1,04	434,03	1,08	0,57	1.204,05	1,01	0,40	2.491,33	0,64	0,16	102,53	0,59
dez.06	0,01	3,08	0,00	0,79	1.085,60	0,35	0,14	159,67	0,13	0,08	32,45	0,06	0,00	6,82	0,01	0,28	1.708,85	0,41	0,00	0,00	0,00
jun.07	1,33	648,33	0,53	2,25	3.104,64	0,85	0,73	820,87	0,54	0,96	400,35	0,59	0,51	1.078,91	0,71	0,64	3.953,21	0,84	0,21	134,86	0,43
dez.07	0,02	8,12	0,01	0,44	608,32	0,15	0,14	153,04	0,09	0,08	34,84	0,05	0,01	24,63	0,02	0,01	31,63	0,01	0,27	178,27	0,49
jun.08	2,94	1.432,99	0,90	4,29	5.925,34	1,35	1,38	1.564,05	0,87	1,88	786,11	1,22	1,05	2.197,23	1,15	0,72	4.431,74	1,24	0,32	208,55	0,87

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B23: Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – relações de interdependências (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	2,23	29,43	0,77	2,22	66,68	0,63	0,37	6,26	0,44	0,59	16,22	0,56	3,18	24,70	0,59	7,41	46,65	0,41
jun.96	1,26	16,59	0,36	1,16	34,72	0,27	0,61	10,38	0,51	0,32	8,84	0,30	2,09	16,24	0,32	3,81	23,96	0,20
dez.96	2,86	37,82	0,87	3,44	103,45	0,83	1,35	22,95	1,28	0,47	12,97	0,44	5,27	40,91	0,84	9,04	56,87	0,48
jun.97	2,06	27,24	0,57	1,93	58,09	0,41	0,84	14,20	0,47	0,57	15,57	0,46	3,34	25,93	0,43	5,74	36,14	0,27
dez.97	3,17	41,86	0,84	3,25	97,46	0,71	1,48	25,04	0,73	0,57	15,49	0,37	5,29	41,04	0,65	8,44	53,13	0,41
jun.98	1,81	23,94	0,39	1,66	49,82	0,34	1,41	23,93	0,55	0,77	21,04	0,43	3,84	29,80	0,42	6,25	39,32	0,29
dez.98	4,77	63,10	1,12	3,95	118,63	0,91	2,89	49,04	1,08	0,62	16,92	0,50	7,46	57,90	0,90	11,06	69,57	0,55
jun.99	2,05	27,06	0,44	1,39	41,68	0,35	2,45	41,53	0,69	0,32	8,80	0,27	4,16	32,27	0,48	6,18	38,86	0,31
dez.99	5,06	66,90	1,22	3,35	100,59	0,94	5,68	96,34	1,71	0,66	18,15	0,61	9,69	75,23	1,22	13,13	82,64	0,73
jun.00	2,70	35,73	0,61	1,89	56,69	0,49	6,33	107,34	1,66	0,43	11,83	0,39	8,65	67,12	0,98	10,77	67,75	0,56
dez.00	7,57	100,00	1,55	3,33	100,00	0,81	5,90	100,00	1,52	3,66	100,00	2,86	12,89	100,00	1,39	15,89	100,00	0,86
jun.01	2,84	37,56	0,50	1,84	55,36	0,42	5,73	97,10	1,26	0,55	14,93	0,41	8,12	62,97	0,79	9,75	61,32	0,52
dez.01	3,63	48,03	0,67	2,86	85,98	0,64	3,67	62,21	0,87	0,47	12,88	0,37	7,00	54,34	0,70	9,63	60,58	0,51
jun.02	3,57	47,12	0,61	2,67	80,16	0,60	3,15	53,48	0,72	0,60	16,51	0,45	6,43	49,87	0,63	8,48	53,33	0,44
dez.02	4,52	59,69	0,85	2,95	88,62	0,71	3,64	61,67	1,06	0,43	11,78	0,41	7,02	54,46	0,81	10,10	63,58	0,59
jun.03	4,42	58,44	0,87	3,25	97,52	0,76	2,35	39,84	0,82	0,61	16,77	0,70	6,21	48,19	0,78	7,85	49,38	0,49
dez.03	5,24	69,29	0,95	3,50	105,25	0,75	3,33	56,48	1,19	0,47	12,97	0,53	7,31	56,72	0,87	10,54	66,34	0,62
jun.04	4,44	58,66	0,82	2,67	80,18	0,57	2,95	50,06	0,97	0,60	16,52	0,60	6,23	48,31	0,71	11,44	71,98	0,67
dez.04	5,05	66,79	0,95	3,51	105,28	0,76	3,38	57,31	1,18	0,44	12,00	0,48	7,32	56,83	0,87	10,27	64,59	0,62
jun.05	4,53	59,82	0,79	3,15	94,59	0,65	3,48	59,06	1,09	0,37	10,15	0,38	7,00	54,35	0,77	9,15	57,58	0,53
dez.05	5,45	72,02	0,88	3,66	109,87	0,68	3,52	59,63	1,03	0,47	12,96	0,40	7,65	59,35	0,77	10,76	67,71	0,57
jun.06	5,83	77,10	0,85	4,08	122,64	0,68	4,37	74,18	1,18	0,35	9,59	0,30	8,81	68,35	0,81	10,91	68,65	0,54
dez.06	6,69	88,44	0,84	4,59	137,87	0,69	3,89	66,03	0,92	0,57	15,59	0,54	9,05	70,26	0,76	12,63	79,44	0,59
jun.07	6,44	85,04	0,69	4,72	141,82	0,62	3,64	61,72	0,68	0,47	12,72	0,35	8,83	68,50	0,61	10,84	68,21	0,43
dez.07	6,34	83,77	0,64	4,89	146,90	0,59	3,35	56,83	0,64	0,63	17,11	0,42	8,87	68,82	0,59	12,81	80,60	0,50
jun.08	6,02	79,50	0,56	4,84	145,46	0,55	3,00	50,86	0,57	0,39	10,72	0,25	8,23	63,90	0,52	10,10	63,55	0,38

Tabela B23 (continuação): Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – relações de interdependências (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	0,78	44,93	0,90	0,44	45,54	0,74	0,38	10,30	0,56	0,01	0,91	0,10	-	-	-	0,10	28,43	0,47	0,04	6,13	0,31
jun.96	0,23	13,34	0,22	0,42	43,60	0,51	0,26	7,12	0,41	0,03	2,94	0,31	-	-	-	0,03	7,78	0,12	0,02	3,65	0,12
dez.96	1,08	62,37	1,13	0,78	81,32	0,94	0,17	4,67	0,26	0,02	2,44	0,24	-	-	-	0,21	58,59	0,69	0,61	95,27	3,37
jun.97	0,33	18,96	0,30	0,99	102,84	1,05	0,41	11,34	0,65	0,06	6,03	0,54	0,05	7,88	0,14	0,13	37,69	0,31	0,07	11,06	0,33
dez.97	1,07	61,60	0,97	0,97	101,62	0,87	0,33	9,01	0,51	0,05	5,53	0,45	0,41	65,64	1,23	0,24	68,91	0,64	0,38	59,78	1,94
jun.98	0,39	22,83	0,24	0,56	58,51	0,45	0,51	14,04	0,69	0,11	11,11	0,66	0,05	7,23	0,13	0,09	26,71	0,21	0,05	8,39	0,21
dez.98	1,44	83,47	0,94	1,59	165,82	1,38	0,57	15,57	0,77	0,06	6,28	0,28	0,69	109,93	1,96	0,24	66,44	0,59	0,26	40,26	1,24
jun.99	0,34	19,66	0,21	0,83	86,74	0,68	0,31	8,52	0,40	0,47	49,65	0,78	0,06	9,24	0,19	0,16	44,02	0,40	0,15	22,92	0,51
dez.99	1,85	106,79	1,24	0,97	101,15	0,96	0,62	17,09	0,89	1,32	138,76	2,48	0,53	84,51	1,90	0,30	84,39	0,76	0,38	59,52	1,34
jun.00	0,70	40,64	0,45	0,86	89,89	0,83	0,39	10,65	0,51	0,52	54,61	0,85	0,17	27,67	0,46	0,23	64,73	0,51	0,19	29,74	0,54
dez.00	1,73	100,00	1,08	0,96	100,00	0,77	3,66	100,00	3,95	0,95	100,00	1,72	0,62	100,00	1,52	0,36	100,00	0,74	0,64	100,00	1,96
jun.01	0,80	46,36	0,47	0,79	82,34	0,61	0,52	14,30	0,54	0,43	45,59	0,80	0,34	54,75	0,73	0,17	49,09	0,35	1,25	194,15	2,94
dez.01	1,32	76,31	0,80	0,79	81,93	0,58	0,45	12,22	0,50	0,70	73,58	1,26	0,53	85,49	1,38	0,51	143,49	0,97	0,68	106,08	1,77
jun.02	1,34	77,28	0,72	0,81	84,22	0,57	0,60	16,45	0,61	0,58	61,23	0,96	0,42	66,88	1,26	0,18	51,49	0,43	0,98	152,71	1,87
dez.02	1,84	106,50	1,13	0,74	76,69	0,50	0,43	11,80	0,44	1,13	118,84	2,27	0,39	62,81	1,16	0,20	57,37	0,56	0,74	114,62	1,90
jun.03	1,59	91,75	0,92	1,24	129,20	0,93	0,61	16,79	0,77	0,70	73,07	1,33	0,17	27,97	0,60	0,26	72,23	0,62	0,56	87,61	1,95
dez.03	2,27	131,03	1,21	0,88	91,95	0,63	0,47	12,99	0,59	1,23	128,71	1,77	0,39	61,82	1,16	0,14	39,32	0,32	0,53	82,42	2,04
jun.04	1,14	66,17	0,66	1,17	121,49	0,87	0,60	16,54	0,70	1,06	111,33	1,52	0,21	33,67	0,55	0,16	45,65	0,35	0,65	102,06	1,85
dez.04	1,98	114,46	1,18	1,08	112,66	0,77	0,44	12,01	0,53	0,98	103,31	1,47	0,52	82,71	1,33	0,16	45,14	0,35	0,76	118,39	3,05
jun.05	1,42	82,39	0,81	1,31	136,79	0,85	0,37	10,17	0,44	1,02	107,34	1,37	0,46	74,14	0,91	0,16	45,51	0,35	0,95	148,78	3,22
dez.05	2,13	123,15	1,15	1,11	115,64	0,68	0,47	12,97	0,50	1,13	118,70	1,35	0,50	79,98	0,94	0,16	44,89	0,28	0,63	98,32	2,24
jun.06	1,96	113,24	0,94	1,58	164,96	0,86	0,35	9,60	0,34	1,23	128,89	1,28	0,57	90,60	1,00	0,19	53,09	0,30	1,32	205,61	4,95
dez.06	2,40	138,93	1,04	1,54	160,61	0,70	0,57	15,61	0,54	1,23	129,03	0,96	0,67	107,98	1,07	0,17	47,45	0,25	0,81	126,04	2,44
jun.07	1,87	108,40	0,74	2,10	219,40	0,80	0,47	12,74	0,35	1,02	107,40	0,63	0,99	158,41	1,37	0,19	52,34	0,24	0,56	87,88	1,17
dez.07	2,52	145,85	0,89	1,45	151,38	0,50	0,63	17,13	0,42	1,19	124,94	0,75	0,72	115,54	1,02	0,18	51,67	0,27	0,54	84,26	0,96
jun.08	1,92	111,12	0,59	1,89	197,44	0,60	0,39	10,73	0,25	0,90	94,64	0,59	0,61	98,10	0,67	0,21	60,20	0,37	0,49	75,93	1,32

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B24: Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – obrigações por empréstimos e repasses (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	46,83	82,18	16,14	48,62	103,16	13,84	24,83	31,94	29,47	24,15	103,75	22,92	97,61	65,88	18,04	355,18	104,02	19,74
jun.96	47,24	82,90	13,70	53,88	114,32	12,61	30,80	39,61	25,90	24,19	103,91	22,62	108,87	73,48	16,67	381,03	111,59	19,52
dez.96	60,96	106,98	18,55	66,22	140,51	16,04	24,95	32,09	23,51	26,35	113,19	24,30	117,52	79,32	18,73	356,87	104,52	19,00
jun.97	60,85	106,79	16,91	69,21	146,86	14,74	27,12	34,88	15,16	26,70	114,69	21,40	123,03	83,04	15,91	389,88	114,19	18,34
dez.97	60,12	105,51	16,02	68,42	145,16	14,93	35,80	46,05	17,59	32,80	140,87	21,44	137,01	92,48	16,81	384,51	112,61	18,52
jun.98	68,25	119,78	14,69	65,04	138,00	13,35	56,50	72,67	21,87	35,02	150,44	19,65	156,57	105,67	16,95	377,33	110,51	17,75
dez.98	55,76	97,85	13,07	52,08	110,51	11,97	50,85	65,41	18,94	25,44	109,26	20,41	128,38	86,65	15,50	351,53	102,96	17,38
jun.99	69,99	122,84	15,09	50,47	107,09	12,78	68,43	88,02	19,20	26,05	111,90	21,74	144,96	97,84	16,64	368,28	107,86	18,24
dez.99	58,96	103,47	14,24	45,45	96,44	12,82	63,07	81,12	18,98	25,06	107,62	23,18	133,58	90,16	16,81	328,38	96,18	18,22
jun.00	53,15	93,28	11,99	43,66	92,63	11,32	58,67	75,46	15,37	22,81	97,96	20,32	125,13	84,46	14,23	319,20	93,49	16,64
dez.00	56,98	100,00	11,67	47,13	100,00	11,41	77,75	100,00	20,09	23,28	100,00	18,22	148,16	100,00	15,97	341,44	100,00	18,57
jun.01	77,12	135,34	13,66	56,87	120,66	13,06	92,45	118,91	20,32	28,54	122,59	21,24	177,86	120,05	17,36	308,38	90,32	16,34
dez.01	75,32	132,18	13,82	57,06	121,06	12,82	83,95	107,97	19,80	24,80	106,51	19,58	165,80	111,91	16,65	277,19	81,18	14,75
jun.02	82,88	145,45	14,18	60,87	129,16	13,62	91,94	118,25	20,93	26,59	114,22	19,80	179,41	121,09	17,58	303,77	88,97	15,92
dez.02	69,46	121,89	13,06	54,22	115,05	13,00	68,97	88,71	20,02	14,91	64,05	14,30	138,11	93,21	15,95	268,90	78,76	15,69
jun.03	60,48	106,14	11,93	46,65	98,97	10,91	45,35	58,32	15,85	12,75	54,75	14,62	104,74	70,69	13,08	218,16	63,89	13,63
dez.03	63,36	111,19	11,53	50,80	107,78	10,85	43,90	56,46	15,68	11,64	50,00	13,02	106,34	71,77	12,70	226,78	66,42	13,40
jun.04	65,45	114,86	12,09	53,36	113,22	11,39	40,87	52,56	13,49	11,40	48,97	11,33	105,63	71,29	12,12	229,26	67,14	13,41
dez.04	53,27	93,48	9,99	45,73	97,03	9,87	32,52	41,82	11,34	9,17	39,37	9,93	87,41	59,00	10,38	209,08	61,23	12,71
jun.05	47,74	83,77	8,38	38,56	81,82	7,92	30,30	38,97	9,50	9,04	38,81	9,16	77,90	52,58	8,61	181,73	53,22	10,61
dez.05	52,88	92,80	8,49	42,78	90,78	8,00	35,75	45,97	10,43	10,49	45,06	8,90	89,02	60,08	8,94	193,67	56,72	10,33
jun.06	48,15	84,50	7,04	39,15	83,06	6,53	25,78	33,15	6,97	9,75	41,87	8,46	74,67	50,40	6,89	176,39	51,66	8,78
dez.06	57,81	101,46	7,27	45,19	95,89	6,77	33,95	43,67	8,05	10,37	44,54	9,83	89,51	60,41	7,50	186,77	54,70	8,67
jun.07	69,40	121,79	7,40	51,47	109,21	6,71	58,70	75,50	10,98	12,45	53,46	9,27	122,62	82,76	8,54	235,11	68,86	9,39
dez.07	78,94	138,54	7,92	59,78	126,84	7,23	51,26	65,93	9,82	16,23	69,70	10,97	127,27	85,90	8,50	227,77	66,71	8,90
jun.08	72,63	127,47	6,77	60,46	128,28	6,80	46,13	59,34	8,84	15,26	65,56	9,64	121,85	82,24	7,77	236,66	69,31	8,86

Tabela B24 (continuação): Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – obrigações por empréstimos e repasses (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	11,90	54,05	13,72	8,60	67,74	14,58	14,16	93,91	21,13	2,78	55,43	33,50	-	-	-	2,97	77,67	13,93	3,79	26,85	29,62
jun.96	13,13	59,62	12,48	12,59	99,14	15,31	12,70	84,21	19,99	2,99	59,60	32,77	-	-	-	3,90	101,99	17,49	5,86	41,54	29,49
dez.96	15,79	71,67	16,51	13,44	105,79	16,15	15,80	104,76	23,64	1,38	27,42	14,50	-	-	-	3,64	95,11	12,00	3,33	23,60	18,32
jun.97	20,66	93,80	18,87	13,49	106,18	14,29	13,11	86,94	20,41	1,12	22,27	10,56	1,73	28,47	4,91	2,26	59,05	5,31	4,12	29,25	19,03
dez.97	17,90	81,26	16,37	17,06	134,27	15,21	13,73	91,07	21,10	1,31	25,99	11,04	2,46	40,45	7,38	4,06	106,28	10,56	4,71	33,43	23,87
jun.98	23,53	106,83	14,29	14,13	111,22	11,37	14,12	93,64	19,01	1,31	26,15	8,24	3,61	59,30	10,10	9,57	250,32	21,52	5,65	40,05	22,19
dez.98	22,37	101,57	14,55	11,52	90,71	9,97	14,28	94,69	19,31	0,95	19,00	4,40	3,58	58,85	10,20	5,98	156,29	14,94	5,86	41,58	28,11
jun.99	23,31	105,85	14,40	13,63	107,31	11,07	15,81	104,86	20,47	5,72	113,78	9,37	3,91	64,28	12,64	5,97	156,07	15,08	7,50	53,18	25,85
dez.99	19,46	88,37	13,03	10,77	84,79	10,61	14,31	94,91	20,35	6,98	139,06	13,10	2,78	45,65	9,98	7,42	194,14	18,81	7,98	56,58	28,04
jun.00	19,61	89,04	12,43	10,27	80,85	9,91	13,86	91,87	18,32	2,86	56,96	4,65	5,20	85,47	13,96	6,55	171,36	14,59	10,11	71,75	28,75
dez.00	22,03	100,00	13,82	12,70	100,00	10,16	15,08	100,00	16,28	5,02	100,00	9,09	6,08	100,00	14,77	3,82	100,00	7,98	14,10	100,00	43,06
jun.01	25,37	115,20	14,91	15,79	124,34	12,19	17,20	114,04	17,73	3,66	72,85	6,75	6,13	100,70	13,00	6,47	169,16	13,02	17,41	123,50	41,15
dez.01	23,99	108,90	14,58	15,59	122,74	11,46	16,34	108,32	18,24	2,90	57,83	5,23	5,47	90,01	14,11	8,16	213,48	15,55	15,32	108,65	39,80
jun.02	26,81	121,70	14,46	15,92	125,34	11,18	17,49	116,00	17,68	3,74	74,51	6,18	4,61	75,74	13,85	9,48	247,85	22,36	15,37	109,06	29,34
dez.02	22,22	100,87	13,65	19,70	155,11	13,36	14,88	98,65	15,33	3,68	73,36	7,39	5,06	83,26	14,95	4,02	105,27	11,15	11,61	82,34	30,02
jun.03	18,82	85,45	10,87	16,19	127,49	12,12	12,74	84,50	15,95	3,93	78,28	7,50	2,80	45,96	9,58	4,00	104,62	9,73	7,32	51,92	25,41
dez.03	18,81	85,38	10,05	16,05	126,36	11,48	11,64	77,17	14,39	6,70	133,39	9,68	3,16	51,92	9,46	6,36	166,39	14,71	5,88	41,74	22,74
jun.04	20,00	90,78	11,57	15,41	121,35	11,47	11,33	75,12	13,20	7,02	139,84	10,10	3,76	61,78	9,77	7,40	193,59	16,10	6,14	43,53	17,30
dez.04	18,09	82,13	10,77	11,56	90,99	8,26	9,16	60,77	11,09	5,45	108,43	8,12	2,42	39,76	6,21	6,68	174,72	14,43	3,21	22,77	12,89
jun.05	16,75	76,03	9,56	9,92	78,12	6,41	9,03	59,90	10,69	4,45	88,60	5,97	2,92	47,97	5,72	4,46	116,71	9,55	3,59	25,46	12,12
dez.05	18,55	84,21	9,99	10,09	79,45	6,17	10,49	69,55	11,08	5,22	103,87	6,25	3,39	55,68	6,36	4,24	110,93	7,37	3,66	25,98	13,01
jun.06	17,11	77,67	8,24	8,59	67,66	4,68	9,75	64,63	9,53	4,78	95,16	5,00	2,12	34,83	3,73	3,78	98,94	6,05	2,34	16,59	8,77
dez.06	18,79	85,32	8,17	11,15	87,77	5,04	10,37	68,75	9,83	6,75	134,48	5,25	1,80	29,66	2,87	4,51	118,07	6,77	4,45	31,55	13,40
jun.07	20,38	92,54	8,09	13,65	107,44	5,17	12,45	82,54	9,27	10,34	205,80	6,36	2,65	43,59	3,67	4,97	129,87	6,50	10,89	77,24	22,55
dez.07	23,41	106,28	8,23	16,55	130,26	5,73	16,23	107,60	10,97	11,10	220,89	6,99	4,17	68,52	5,89	5,38	140,70	8,00	5,72	40,55	10,18
jun.08	23,09	104,82	7,10	15,58	122,62	4,91	15,26	101,20	9,64	8,32	165,59	5,43	6,21	102,07	6,82	5,86	153,35	10,18	2,65	18,79	7,20

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B25: Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – instrumentos derivativos (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.02 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.02 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.02 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.02 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.02 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.02 = 100)	% do ativo total
dez.95	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.96	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.96	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.97	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.97	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.98	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.98	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.99	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.99	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.01	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.01	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.02	5,05	100,00	0,86	9,85	100,00	2,21	22,52	100,00	5,13	1,84	100,00	1,37	34,21	100,00	3,35	37,67	100,00	1,97
dez.02	8,39	165,99	1,58	12,76	129,52	3,06	20,62	91,55	5,98	1,44	78,37	1,38	34,82	101,78	4,02	38,30	101,66	2,23
jun.03	3,08	60,91	0,61	7,61	77,24	1,78	8,61	38,25	3,01	0,44	23,88	0,50	16,66	48,71	2,08	18,69	49,60	1,17
dez.03	3,00	59,33	0,55	7,08	71,85	1,51	7,84	34,79	2,80	0,67	36,28	0,74	15,58	45,55	1,86	17,44	46,29	1,03
jun.04	3,66	72,48	0,68	13,82	140,29	2,95	14,25	63,27	4,70	0,96	52,15	0,95	29,03	84,86	3,33	32,08	85,15	1,88
dez.04	2,90	57,42	0,54	10,63	107,90	2,30	5,36	23,81	1,87	0,37	20,10	0,40	16,36	47,83	1,94	17,59	46,71	1,07
jun.05	6,17	122,05	1,08	17,37	176,24	3,57	14,29	63,46	4,48	1,43	77,69	1,45	33,08	96,71	3,66	35,57	94,41	2,08
dez.05	6,14	121,44	0,99	14,61	148,23	2,73	10,73	47,64	3,13	1,20	65,27	1,02	26,53	77,56	2,67	28,32	75,19	1,51
jun.06	9,12	180,53	1,33	15,10	153,24	2,52	12,90	57,28	3,49	1,60	87,39	1,39	29,60	86,54	2,73	31,93	84,76	1,59
dez.06	8,70	172,29	1,09	14,11	143,17	2,11	9,71	43,10	2,30	0,79	42,92	0,75	24,60	71,91	2,06	29,37	77,98	1,36
jun.07	17,38	343,91	1,85	18,33	186,04	2,39	15,92	70,67	2,98	3,56	194,12	2,65	37,81	110,53	2,63	41,00	108,83	1,64
dez.07	15,84	313,60	1,59	15,95	161,88	1,93	18,42	81,78	3,53	3,94	214,61	2,66	38,31	111,98	2,56	41,15	109,24	1,61
jun.08	16,76	331,70	1,56	18,77	190,48	2,11	13,95	61,96	2,67	5,26	286,59	3,32	37,98	111,04	2,42	40,88	108,51	1,53

Tabela B25 (continuação): Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – instrumentos derivativos (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.02 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.02 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.02 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.02 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.02 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.02 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (jun.02 = 100)	% do ativo total
dez.95	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.96	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.96	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.97	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.97	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.98	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.98	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.99	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.99	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.01	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.01	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.02	0,91	100,00	0,49	1,09	100,00	0,76	0,49	100,00	0,50	1,50	100,00	2,48	1,40	100,00	4,20	3,52	100,00	8,31	8,07	100,00	15,41
dez.02	0,78	86,03	0,48	2,68	246,44	1,82	0,90	183,23	0,93	2,88	191,83	5,78	1,35	96,27	3,97	5,04	143,20	13,97	4,53	56,06	11,71
jun.03	0,39	43,05	0,23	1,27	117,18	0,95	0,26	52,40	0,32	0,74	49,18	1,41	0,29	20,93	1,00	3,32	94,25	8,07	2,09	25,84	7,24
dez.03	0,06	7,05	0,03	0,96	88,19	0,69	0,32	64,98	0,39	1,30	86,48	1,88	0,39	28,01	1,17	3,70	105,11	8,56	2,15	26,62	8,31
jun.04	0,93	102,21	0,54	0,93	85,24	0,69	0,31	63,82	0,36	1,18	78,68	1,70	0,56	40,21	1,46	10,04	285,29	21,85	8,67	107,41	24,45
dez.04	0,20	21,61	0,12	1,33	121,96	0,95	0,30	62,03	0,37	0,87	57,64	1,29	0,26	18,81	0,67	6,21	176,33	13,41	0,77	9,50	3,08
jun.05	1,81	198,46	1,03	1,86	171,12	1,20	0,56	113,68	0,66	1,06	70,76	1,43	1,33	95,34	2,61	8,06	228,85	17,25	1,28	15,88	4,33
dez.05	0,27	29,28	0,14	2,72	249,84	1,66	0,79	161,51	0,84	1,09	72,24	1,30	1,02	72,76	1,91	5,78	164,08	10,04	1,28	15,83	4,54
jun.06	0,44	48,14	0,21	2,73	251,40	1,49	1,29	262,74	1,26	2,91	193,54	3,04	0,54	38,35	0,94	5,61	159,32	8,96	1,60	19,78	5,99
dez.06	0,56	61,65	0,24	2,50	229,56	1,13	0,79	160,58	0,75	2,69	178,86	2,09	0,31	21,89	0,49	5,55	157,80	8,33	1,56	19,35	4,71
jun.07	2,26	248,05	0,90	4,50	413,23	1,70	3,56	726,21	2,65	2,88	191,56	1,77	0,93	66,59	1,29	4,96	140,99	6,50	1,73	21,44	3,59
dez.07	0,95	104,23	0,33	3,85	353,71	1,33	3,94	802,86	2,66	2,54	169,26	1,60	0,83	59,22	1,17	3,34	94,75	4,96	5,99	74,18	10,67
jun.08	1,49	163,13	0,46	4,53	416,77	1,43	5,26	1.072,17	3,32	1,17	77,83	0,76	1,41	100,80	1,55	4,89	138,97	8,50	1,57	19,45	4,27

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B26: Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – outras obrigações (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	29,32	35,78	10,11	39,20	83,19	11,16	12,85	12,52	15,24	14,25	90,28	13,52	66,29	40,05	12,25	281,09	75,96	15,62
jun.96	49,72	60,68	14,42	61,42	130,35	14,38	26,40	25,72	22,20	19,86	125,88	18,57	107,68	65,05	16,49	341,17	92,19	17,48
dez.96	34,99	42,70	10,65	42,76	90,74	10,35	22,62	22,04	21,32	15,39	97,53	14,19	80,77	48,79	12,87	287,30	77,64	15,30
jun.97	42,52	51,89	11,82	77,09	163,61	16,42	37,90	36,93	21,19	21,48	136,12	17,21	136,47	82,45	17,65	404,43	109,29	19,03
dez.97	44,85	54,73	11,95	80,87	171,64	17,64	32,72	31,88	16,07	17,03	107,95	11,13	130,63	78,91	16,03	374,53	101,21	18,04
jun.98	63,28	77,22	13,62	62,69	133,05	12,87	58,41	56,91	22,61	30,42	192,81	17,07	151,53	91,54	16,40	406,15	109,75	19,11
dez.98	61,12	74,58	14,32	55,93	118,71	12,86	61,46	59,89	22,89	19,34	122,59	15,52	136,74	82,61	16,51	414,40	111,98	20,49
jun.99	68,30	83,35	14,73	49,63	105,32	12,56	94,65	92,22	26,55	20,78	131,70	17,34	165,05	99,71	18,94	435,17	117,60	21,55
dez.99	53,65	65,47	12,96	41,99	89,11	11,84	81,52	79,43	24,53	15,03	95,25	13,91	138,54	83,69	17,43	374,12	101,10	20,76
jun.00	68,21	83,24	15,38	48,99	103,97	12,70	112,16	109,28	29,39	17,67	111,97	15,74	178,82	108,03	20,33	425,86	115,08	22,20
dez.00	81,95	100,00	16,78	47,12	100,00	11,41	102,63	100,00	26,52	15,78	100,00	12,35	165,53	100,00	17,84	370,05	100,00	20,13
jun.01	103,20	125,93	18,29	55,62	118,04	12,78	131,78	128,40	28,96	16,68	105,71	12,41	204,08	123,29	19,91	399,91	108,07	21,19
dez.01	99,42	121,32	18,24	61,97	131,52	13,92	118,72	115,68	28,00	14,35	90,94	11,33	195,04	117,83	19,59	396,67	107,19	21,11
jun.02	108,43	132,32	18,56	61,88	131,34	13,85	110,67	107,83	25,19	18,19	115,25	13,54	190,74	115,23	18,69	386,52	104,45	20,26
dez.02	96,69	118,00	18,18	65,07	138,11	15,60	79,44	77,40	23,06	12,76	80,87	12,24	157,27	95,01	18,16	338,22	91,40	19,74
jun.03	89,22	108,88	17,60	66,03	140,15	15,44	70,11	68,31	24,51	11,99	76,01	13,76	148,14	89,49	18,50	322,35	87,11	20,14
dez.03	93,34	113,90	16,99	67,47	143,19	14,41	58,69	57,18	20,96	13,66	86,56	15,27	139,82	84,47	16,69	335,51	90,66	19,82
jun.04	106,93	130,48	19,76	82,42	174,91	17,60	65,83	64,14	21,73	16,18	102,54	16,07	164,42	99,33	18,86	340,64	92,05	19,93
dez.04	94,60	115,44	17,74	70,50	149,63	15,22	59,55	58,03	20,76	15,11	95,74	16,37	145,17	87,70	17,23	322,93	87,27	19,64
jun.05	111,08	135,55	19,50	83,58	177,38	17,16	68,63	66,87	21,53	16,27	103,10	16,49	168,48	101,78	18,63	355,86	96,16	20,78
dez.05	107,94	131,72	17,34	79,17	168,03	14,80	64,60	62,95	18,85	18,21	115,42	15,44	161,99	97,86	16,27	367,09	99,20	19,57
jun.06	133,79	163,26	19,55	104,02	220,76	17,35	85,55	83,35	23,14	20,33	128,82	17,64	209,89	126,80	19,35	414,88	112,11	20,66
dez.06	164,11	200,27	20,62	109,68	232,77	16,44	100,69	98,10	23,88	18,85	119,46	17,87	229,21	138,47	19,19	445,00	120,25	20,65
jun.07	237,77	290,14	25,35	145,67	309,16	18,98	166,88	162,60	31,22	27,88	176,69	20,77	340,43	205,66	23,70	576,00	155,65	23,00
dez.07	235,28	287,12	23,62	151,23	320,97	18,30	169,59	165,24	32,49	28,30	179,36	19,13	349,13	210,92	23,33	582,64	157,45	22,77
jun.08	236,26	288,30	22,03	160,28	340,16	18,04	158,54	154,47	30,38	34,00	215,50	21,47	352,82	213,14	22,49	597,01	161,33	22,35

Tabela B26 (continuação): Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – outras obrigações (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	4,04	21,31	4,65	6,44	40,40	10,91	5,75	58,58	8,57	1,19	7,91	14,32	-	-	-	4,85	97,48	22,74	2,78	30,79	21,74
jun.96	10,63	56,13	10,10	15,23	95,57	18,51	9,23	94,10	14,53	2,05	13,65	22,49	-	-	-	3,90	78,40	17,48	7,30	80,82	36,74
dez.96	5,47	28,89	5,72	10,85	68,06	13,04	8,79	89,62	13,15	2,16	14,33	22,71	-	-	-	3,44	69,19	11,35	5,75	63,65	31,63
jun.97	7,31	38,61	6,68	14,06	88,22	14,89	9,91	101,04	15,43	4,05	26,90	38,22	4,36	49,96	12,36	7,58	152,37	17,81	7,43	82,36	34,32
dez.97	7,86	41,50	7,19	14,21	89,16	12,67	9,30	94,81	14,29	5,02	33,31	42,43	3,54	40,58	10,62	7,39	148,56	19,20	5,42	60,02	27,44
jun.98	15,35	81,07	9,32	15,57	97,71	12,53	14,95	152,41	20,12	5,90	39,22	37,02	5,72	65,57	16,01	6,56	131,90	14,75	8,89	98,50	34,95
dez.98	13,58	71,68	8,83	16,36	102,63	14,15	12,80	130,48	17,31	7,13	47,35	32,86	8,64	99,09	24,65	7,45	149,76	18,62	6,58	72,94	31,58
jun.99	16,58	87,56	10,24	13,69	85,92	11,12	11,34	115,58	14,68	17,10	113,59	28,05	7,50	85,96	24,25	9,45	190,02	23,88	11,06	122,47	38,12
dez.99	16,89	89,18	11,30	10,45	65,57	10,29	8,10	82,54	11,51	11,71	77,78	21,96	6,08	69,72	21,87	6,50	130,82	16,49	9,07	100,44	31,88
jun.00	21,46	113,31	13,61	12,88	80,83	12,43	9,81	100,00	12,97	17,59	116,88	28,61	7,41	84,91	19,90	6,47	130,11	14,41	14,46	160,23	41,12
dez.00	18,94	100,00	11,88	15,94	100,00	12,75	9,81	100,00	10,59	15,05	100,00	27,24	8,72	100,00	21,19	4,97	100,00	10,37	9,03	100,00	27,57
jun.01	20,77	109,68	12,21	18,30	114,83	14,12	9,92	101,14	10,23	16,57	110,06	30,56	10,52	120,58	22,32	7,19	144,58	14,47	10,20	113,03	24,12
dez.01	17,93	94,67	10,90	26,27	164,83	19,31	8,42	85,87	9,41	19,01	126,27	34,20	8,99	103,05	23,17	10,99	220,98	20,93	10,25	113,58	26,64
jun.02	25,69	135,65	13,86	26,20	164,40	18,39	13,28	135,37	13,42	17,00	112,91	28,09	6,93	79,47	20,84	4,14	83,34	9,78	16,44	182,10	31,37
dez.02	22,41	118,34	13,77	32,62	204,69	22,13	11,50	117,20	11,85	11,10	73,76	22,27	6,81	78,02	20,09	4,15	83,47	11,50	12,45	137,89	32,19
jun.03	25,59	135,12	14,77	27,58	173,02	20,64	10,92	111,31	13,66	9,11	60,54	17,38	4,72	54,08	16,17	5,75	115,70	13,99	10,21	113,07	35,44
dez.03	23,58	124,53	12,61	31,69	198,87	22,68	12,38	126,23	15,31	9,87	65,58	14,26	6,86	78,59	20,54	5,51	110,73	12,73	9,17	101,62	35,46
jun.04	28,11	148,44	16,27	35,45	222,41	26,37	13,37	136,33	15,58	11,74	78,00	16,89	6,81	78,06	17,71	8,02	161,32	17,45	10,06	111,47	28,37
dez.04	20,69	109,26	12,32	35,82	224,77	25,60	14,46	147,44	17,49	7,94	52,75	11,84	4,95	56,70	12,69	6,14	123,51	13,26	7,97	88,34	32,04
jun.05	23,05	121,72	13,16	43,76	274,56	28,25	15,22	155,22	18,03	10,02	66,54	13,44	6,52	74,68	12,77	7,89	158,75	16,90	12,16	134,76	41,08
dez.05	23,35	123,31	12,58	39,11	245,37	23,91	16,55	168,74	17,49	9,53	63,28	11,40	5,66	64,88	10,64	7,77	156,20	13,50	11,45	126,88	40,69
jun.06	36,18	191,03	17,43	47,40	297,40	25,79	15,52	158,27	15,19	11,76	78,15	12,30	8,72	99,97	15,37	11,55	232,34	18,46	12,58	139,35	47,18
dez.06	33,10	174,78	14,38	56,16	352,38	25,37	18,85	192,18	17,87	31,77	211,05	24,71	8,74	100,15	13,90	8,47	170,29	12,69	15,95	176,64	48,05
jun.07	43,07	227,42	17,10	75,22	471,98	28,52	27,88	284,24	20,77	60,44	401,50	37,21	14,17	162,38	19,59	10,10	203,20	13,23	22,96	254,37	47,55
dez.07	44,48	234,88	15,64	78,79	494,39	27,29	28,30	288,54	19,13	57,65	382,94	36,33	12,92	148,04	18,25	8,82	177,48	13,11	31,19	345,54	55,55
jun.08	48,71	257,20	14,98	82,61	518,36	26,07	34,00	346,68	21,47	41,52	275,82	27,09	23,99	275,05	26,37	9,29	186,92	16,14	19,21	212,78	52,22

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B27: Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – patrimônio líquido (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	38,72	71,84	13,35	46,93	109,92	13,36	8,14	22,48	9,67	9,44	65,94	8,95	64,51	69,19	11,92	150,39	88,37	8,36
jun.96	39,77	73,80	11,53	47,89	112,19	11,21	9,38	25,88	7,89	9,56	66,82	8,94	66,83	71,68	10,23	142,44	83,70	7,30
dez.96	39,66	73,59	12,07	48,60	113,85	11,77	9,54	26,34	8,99	10,01	69,97	9,23	68,16	73,11	10,86	172,36	101,28	9,18
jun.97	40,71	75,55	11,31	36,71	85,99	7,82	12,76	35,22	7,13	11,19	78,21	8,97	60,66	65,07	7,85	164,51	96,67	7,74
dez.97	39,39	73,09	10,50	30,04	70,37	6,55	14,44	39,86	7,09	11,84	82,75	7,74	56,33	60,41	6,91	155,77	91,53	7,50
jun.98	41,88	77,72	9,01	43,93	102,90	9,02	15,99	44,13	6,19	13,62	95,21	7,64	73,54	78,88	7,96	162,51	95,49	7,65
dez.98	43,00	79,79	10,08	44,04	103,16	10,12	28,34	78,23	10,56	11,85	82,80	9,50	84,23	90,34	10,17	176,12	103,49	8,71
jun.99	48,89	90,73	10,54	41,34	96,82	10,47	35,07	96,79	9,84	11,49	80,31	9,59	87,90	94,28	10,09	187,79	110,35	9,30
dez.99	48,78	90,52	11,78	39,68	92,94	11,19	32,47	89,62	9,77	12,26	85,71	11,35	84,41	90,54	10,62	175,39	103,07	9,73
jun.00	49,64	92,12	11,19	41,17	96,44	10,68	33,08	91,29	8,67	11,91	83,25	10,61	86,16	92,41	9,80	176,57	103,76	9,20
dez.00	53,89	100,00	11,04	42,69	100,00	10,34	36,23	100,00	9,36	14,31	100,00	11,20	93,23	100,00	10,05	170,18	100,00	9,26
jun.01	60,27	111,84	10,68	45,01	105,42	10,34	39,19	108,16	8,61	14,31	100,02	10,65	98,50	105,65	9,61	176,03	103,44	9,33
dez.01	63,38	117,60	11,63	47,27	110,71	10,62	41,24	113,83	9,73	14,08	98,43	11,12	102,59	110,04	10,30	179,86	105,69	9,57
jun.02	65,18	120,95	11,15	48,63	113,91	10,88	45,09	124,44	10,26	13,80	96,46	10,28	107,52	115,33	10,54	181,98	106,94	9,54
dez.02	54,83	101,73	10,31	40,90	95,80	9,80	40,12	110,72	11,64	10,15	70,91	9,73	91,16	97,78	10,53	155,77	91,54	9,09
jun.03	59,87	111,09	11,81	45,25	105,98	10,58	37,42	103,29	13,08	9,89	69,09	11,34	92,56	99,28	11,56	156,09	91,72	9,75
dez.03	63,31	117,47	11,52	47,43	111,11	10,13	37,29	102,93	13,32	10,05	70,26	11,24	94,78	101,66	11,32	164,40	96,61	9,71
jun.04	62,11	115,25	11,48	48,81	114,33	10,42	36,01	99,38	11,89	10,09	70,55	10,03	94,91	101,80	10,89	162,59	95,54	9,51
dez.04	64,60	119,86	12,12	51,64	120,95	11,15	35,07	96,79	12,22	10,14	70,90	10,99	96,85	103,88	11,50	166,52	97,85	10,13
jun.05	68,09	126,34	11,95	54,55	127,78	11,20	35,04	96,72	10,99	10,52	73,50	10,66	100,11	107,38	11,07	172,61	101,43	10,08
dez.05	70,66	131,11	11,35	59,47	139,31	11,12	34,40	94,93	10,04	11,28	78,85	9,57	105,15	112,78	10,56	183,92	108,08	9,81
jun.06	75,77	140,59	11,07	65,84	154,23	10,98	34,57	95,41	9,35	12,07	84,38	10,48	112,49	120,65	10,37	198,92	116,89	9,90
dez.06	87,98	163,26	11,06	77,32	181,11	11,59	36,80	101,58	8,73	10,81	75,55	10,25	124,93	134,00	10,46	214,53	126,06	9,95
jun.07	93,35	173,21	9,95	85,54	200,36	11,14	42,20	116,46	7,89	11,62	81,19	8,65	139,35	149,46	9,70	239,60	140,80	9,57
dez.07	95,04	176,35	9,54	89,65	210,00	10,85	46,40	128,07	8,89	11,97	83,68	8,09	148,03	158,78	9,89	249,92	146,86	9,77
jun.08	95,71	177,60	8,92	89,25	209,05	10,04	47,36	130,72	9,08	11,97	83,65	7,56	148,58	159,36	9,47	253,62	149,03	9,49

Tabela B27 (continuação): Evolução do passivo dos bancos privados no Brasil – patrimônio líquido (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% do ativo total
dez.95	14,56	94,20	16,79	10,05	67,94	17,03	5,92	55,22	8,83	0,70	7,70	8,38	-	-	-	1,74	62,36	8,18	1,72	44,76	13,48
jun.96	14,73	95,28	14,00	10,85	73,40	13,19	5,78	53,93	9,10	0,70	7,73	7,65	-	-	-	1,92	68,53	8,60	1,84	47,67	9,24
dez.96	15,18	98,17	15,87	11,02	74,49	13,24	5,92	55,27	8,86	0,89	9,86	9,38	-	-	-	2,04	73,11	6,75	1,63	42,27	8,96
jun.97	15,18	98,21	13,86	11,24	75,99	11,90	6,47	60,38	10,07	1,00	11,07	9,45	2,76	91,04	7,82	2,13	76,00	5,00	1,74	45,07	8,01
dez.97	14,43	93,35	13,20	11,30	76,45	10,08	6,73	62,82	10,34	1,12	12,44	9,52	2,69	88,94	8,08	2,15	76,92	5,59	1,79	46,51	9,07
jun.98	15,66	101,30	9,51	11,85	80,14	9,54	7,26	67,72	9,77	1,43	15,78	8,94	2,79	92,15	7,81	2,20	78,60	4,94	2,70	70,03	10,60
dez.98	16,13	104,35	10,49	13,48	91,15	11,66	7,57	70,63	10,24	6,80	75,19	31,33	2,47	81,52	7,04	2,34	83,79	5,86	2,73	71,04	13,12
jun.99	15,93	103,06	9,84	14,96	101,19	12,15	7,44	69,39	9,63	8,37	92,60	13,73	2,26	74,66	7,31	2,21	79,10	5,59	3,71	96,41	12,80
dez.99	14,38	92,99	9,62	14,50	98,03	14,28	8,59	80,14	12,21	9,11	100,82	17,09	1,96	64,62	7,04	2,21	79,05	5,60	3,67	95,22	12,89
jun.00	14,32	92,62	9,08	14,87	100,53	14,34	8,68	81,01	11,48	9,07	100,38	14,75	2,58	85,31	6,94	2,70	96,56	6,01	3,86	100,32	10,98
dez.00	15,46	100,00	9,70	14,79	100,00	11,83	10,72	100,00	11,57	9,04	100,00	16,35	3,03	100,00	7,36	2,80	100,00	5,83	3,85	100,00	11,76
jun.01	16,74	108,28	9,84	15,29	103,40	11,80	10,82	100,97	11,16	9,06	100,21	16,71	2,83	93,44	6,01	3,27	116,86	6,58	4,39	114,04	10,38
dez.01	16,95	109,68	10,31	17,39	117,62	12,78	10,73	100,14	11,99	8,92	98,63	16,04	2,45	80,97	6,32	3,21	114,68	6,11	4,95	128,45	12,85
jun.02	17,52	113,35	9,45	18,47	124,89	12,97	10,59	98,83	10,71	8,67	95,87	14,32	2,01	66,27	6,03	3,43	122,79	8,10	5,81	150,92	11,09
dez.02	15,03	97,23	9,23	14,68	99,25	9,96	9,11	85,01	9,39	7,91	87,45	15,86	1,85	60,97	5,45	3,25	116,04	8,99	5,05	131,29	13,07
jun.03	16,41	106,16	9,48	16,30	110,25	12,20	9,21	85,89	11,52	8,17	90,41	15,58	1,82	60,09	6,24	4,04	144,54	9,83	4,59	119,12	15,92
dez.03	17,23	111,48	9,21	16,26	109,95	11,63	9,35	87,24	11,56	10,68	118,17	15,43	2,41	79,68	7,23	3,99	142,58	9,22	4,18	108,63	16,17
jun.04	16,25	105,13	9,41	16,35	110,53	12,16	9,44	88,06	11,00	10,46	115,67	15,04	2,50	82,45	6,49	4,08	145,95	8,88	3,76	97,68	10,60
dez.04	17,25	111,61	10,27	18,15	122,77	12,97	9,45	88,15	11,43	10,12	111,96	15,09	3,03	100,11	7,78	4,12	147,35	8,90	3,29	85,52	13,23
jun.05	19,49	126,07	11,13	18,88	127,65	12,19	9,84	91,78	11,65	10,30	113,94	13,82	3,34	110,39	6,55	4,26	152,18	9,11	3,15	81,79	10,63
dez.05	21,74	140,64	11,71	19,70	133,20	12,04	10,58	98,72	11,18	10,32	114,20	12,36	3,88	128,18	7,29	4,43	158,52	7,71	3,44	89,25	12,21
jun.06	23,93	154,80	11,53	22,22	150,29	12,09	10,98	102,42	10,74	10,61	117,39	11,09	4,14	136,57	7,29	4,63	165,56	7,40	3,31	86,05	12,43
dez.06	26,71	172,78	11,61	30,43	205,81	13,75	10,81	100,85	10,25	11,42	126,38	8,89	4,44	146,48	7,06	4,43	158,41	6,64	3,44	89,36	10,37
jun.07	29,39	190,15	11,67	30,33	205,08	11,50	11,62	108,38	8,65	11,42	126,30	7,03	4,83	159,40	6,68	4,29	153,52	5,62	4,05	105,18	8,39
dez.07	30,70	198,57	10,79	30,89	208,92	10,70	11,97	111,71	8,09	12,21	135,04	7,69	5,08	167,87	7,19	4,20	150,22	6,24	4,67	121,26	8,31
jun.08	31,54	204,05	9,70	30,13	203,72	9,50	11,97	111,67	7,56	12,17	134,60	7,94	5,52	182,23	6,07	3,74	133,83	6,50	3,86	100,18	10,49

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B28: Receita, despesa e resultado bruto de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil, em R$ bilhões de dez.2007 (dez.1995/jun.1998)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	Receita	Despesa	Resultado bruto	Receita	Despesa	Resultado bruto	Receita	Despesa	Resultado bruto	Receita	Despesa	Resultado bruto	Receita	Despesa	Resultado bruto	Receita	Despesa	Resultado bruto
dez.95	41,19	-31,82	9,36	53,86	-43,13	10,73	12,03	-9,81	2,23	13,16	-9,66	3,50	79,05	-62,60	16,45	247,40	-218,10	29,30
jun.96	42,29	-27,08	15,20	50,70	-35,13	15,58	10,97	-8,38	2,59	12,45	-9,08	3,37	74,12	-52,59	21,53	200,89	-178,66	22,24
dez.96	30,96	-22,25	8,71	39,95	-30,25	9,70	10,97	-7,64	3,33	10,88	-7,89	2,99	61,79	-45,77	16,02	176,56	-136,21	40,35
jun.97	29,66	-18,76	10,90	37,14	-26,16	10,98	12,26	-8,88	3,38	11,57	-8,02	3,54	60,97	-43,06	17,91	164,99	-127,88	37,11
dez.97	32,21	-22,12	10,09	37,69	-31,43	6,26	17,23	-12,45	4,78	12,22	-11,45	0,76	67,14	-55,33	11,81	191,15	-160,46	30,68
jun.98	42,01	-30,02	11,99	43,69	-32,07	11,63	23,90	-18,06	5,85	14,79	-11,33	3,46	82,38	-61,45	20,93	185,91	-150,57	35,35
dez.98	41,26	-29,28	11,98	41,80	-31,44	10,35	29,90	-22,44	7,46	13,36	-10,05	3,31	85,05	-63,93	21,12	188,29	-149,57	38,72
jun.99	76,65	-63,07	13,58	55,33	-46,88	8,45	71,07	-52,69	18,38	23,74	-21,92	1,81	150,14	-121,50	28,64	297,43	-250,98	46,46
dez.99	38,14	-26,35	11,79	30,54	-21,57	8,97	33,12	-22,74	10,39	11,77	-9,11	2,65	75,43	-53,42	22,01	156,85	-112,16	44,69
jun.00	36,31	-23,91	12,40	30,20	-20,36	9,85	31,03	-22,41	8,62	9,52	-7,30	2,22	70,75	-50,06	20,69	137,12	-95,46	41,67
dez.00	40,08	-26,08	14,00	32,66	-22,94	9,72	35,53	-30,15	5,38	10,80	-8,17	2,63	78,99	-61,27	17,73	140,65	-106,52	34,13
jun.01	53,08	-38,43	14,65	37,91	-28,67	9,23	47,03	-34,47	12,56	13,51	-11,33	2,18	98,45	-74,48	23,97	162,20	-130,18	32,03
dez.01	54,13	-36,06	18,07	39,84	-27,23	12,60	39,36	-26,79	12,57	13,86	-10,37	3,49	93,05	-64,39	28,66	152,48	-110,93	41,55
jun.02	57,70	-44,44	13,26	42,31	-33,64	8,67	52,24	-37,24	15,00	14,77	-12,78	1,99	109,32	-83,66	25,66	187,82	-143,93	43,89
dez.02	62,33	-46,39	15,94	46,06	-34,42	11,64	54,75	-38,40	16,35	10,34	-9,49	0,85	111,14	-82,30	28,84	200,91	-150,39	50,52
jun.03	46,43	-30,14	16,29	38,42	-26,98	11,44	23,67	-16,28	7,39	9,16	-6,20	2,96	71,24	-49,46	21,79	137,92	-99,58	38,33
dez.03	49,31	-31,11	18,20	40,45	-26,55	13,90	25,10	-15,50	9,60	8,71	-5,90	2,81	74,25	-47,94	26,31	142,10	-92,45	49,65
jun.04	43,40	-26,67	16,72	35,83	-23,46	12,36	23,68	-13,85	9,83	7,56	-5,14	2,42	67,07	-42,45	24,62	126,50	-83,08	43,42
dez.04	44,49	-24,82	19,67	37,87	-21,73	16,14	21,20	-13,13	8,07	8,50	-5,75	2,75	67,58	-40,61	26,96	120,92	-74,43	46,49
jun.05	52,25	-29,30	22,95	43,54	-26,26	17,28	25,10	-15,36	9,74	9,07	-5,82	3,25	77,70	-47,44	30,26	130,74	-79,91	50,83
dez.05	59,03	-36,38	22,65	49,61	-31,98	17,63	30,61	-19,79	10,82	11,25	-7,76	3,49	91,47	-59,54	31,93	155,16	-100,71	54,45
jun.06	62,19	-38,84	23,35	53,00	-34,37	18,63	31,58	-19,60	11,98	11,16	-7,19	3,98	95,75	-61,16	34,59	155,59	-101,73	53,86
dez.06	64,80	-40,51	24,29	54,90	-36,14	18,76	31,52	-18,50	13,02	9,78	-6,02	3,76	96,20	-60,66	35,54	156,84	-97,29	59,55
jun.07	68,75	-42,49	26,26	59,56	-37,89	21,67	32,18	-20,53	11,65	9,10	-5,83	3,27	100,84	-64,24	36,59	162,05	-101,03	61,02
dez.07	72,88	-47,21	25,67	61,74	-41,17	20,57	35,18	-21,90	13,28	10,62	-6,65	3,98	107,54	-69,72	37,82	166,30	-107,36	58,94
jun.08	80,08	-52,97	27,11	66,43	-44,80	21,63	33,14	-21,81	11,33	11,92	-7,27	4,65	111,49	-73,87	37,61	169,47	-110,11	59,36

Tabela B28 (continuação): Receita, despesa e resultado bruto de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil, em R$ bilhões de dez.2007 (dez.1995/jun.1998)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	Receita	Despesa	Resultado bruto	Receita	Despesa	Resultado bruto	Receita	Despesa	Resultado bruto	Receita	Despesa	Resultado bruto	Receita	Despesa	Resultado bruto	Receita	Despesa	Resultado bruto	Receita	Despesa	Resultado bruto
dez.95	11,55	-9,00	2,55	7,51	-5,67	1,83	8,73	-6,66	2,08	1,06	-0,79	0,28	-	-	-	3,27	-2,58	0,69	1,68	-1,14	0,54
jun.96	12,28	-8,34	3,94	10,04	-6,23	3,80	9,26	-6,29	2,97	1,49	-1,01	0,48	-	-	-	2,20	-1,75	0,44	1,57	-0,99	0,59
dez.96	7,80	-5,28	2,52	7,60	-5,23	2,37	7,80	-5,13	2,67	1,52	-0,70	0,82	-	-	-	2,12	-1,63	0,49	1,51	-1,12	0,38
jun.97	8,19	-4,86	3,33	6,73	-4,58	2,15	7,63	-4,60	3,02	1,38	-0,66	0,72	1,26	-0,86	0,40	2,36	-1,73	0,63	1,49	-1,31	0,18
dez.97	9,16	-6,15	3,01	7,80	-5,43	2,37	7,15	-4,77	2,37	1,60	-0,76	0,85	2,70	-2,00	0,70	3,47	-2,74	0,73	1,35	-0,80	0,55
jun.98	14,67	-10,39	4,28	9,64	-6,50	3,15	8,21	-5,83	2,38	2,20	-1,43	0,77	3,20	-2,19	1,01	4,10	-3,38	0,72	1,61	-0,94	0,67
dez.98	13,80	-9,97	3,83	10,84	-8,25	2,59	8,48	-5,91	2,57	2,76	-2,40	0,37	3,79	-2,34	1,45	4,01	-3,22	0,79	2,57	-1,55	1,03
jun.99	24,39	-20,98	3,41	14,36	-10,79	3,57	16,78	-15,09	1,69	11,19	-8,98	2,22	4,28	-2,46	1,83	6,43	-5,80	0,63	6,35	-3,56	2,79
dez.99	13,71	-10,37	3,34	7,14	-3,83	3,30	8,75	-6,51	2,24	5,38	-3,23	2,14	3,07	-1,62	1,45	3,17	-2,41	0,76	2,57	-1,39	1,19
jun.00	12,99	-9,30	3,68	7,28	-3,85	3,43	7,06	-5,26	1,80	5,64	-2,98	2,66	3,11	-1,80	1,30	3,34	-2,52	0,83	1,80	-1,06	0,74
dez.00	13,87	-9,84	4,03	8,35	-4,99	3,36	7,36	-5,79	1,57	6,43	-3,40	3,03	3,87	-2,50	1,38	4,00	-3,26	0,74	2,91	-1,67	1,24
jun.01	16,29	-12,11	4,17	9,56	-6,86	2,70	10,54	-8,50	2,04	7,13	-4,72	2,41	3,96	-2,89	1,07	4,44	-3,68	0,75	4,56	-3,01	1,55
dez.01	17,12	-11,59	5,53	9,92	-6,47	3,45	11,12	-8,32	2,80	5,72	-3,14	2,58	3,60	-2,78	0,82	4,21	-3,21	1,00	2,54	-1,55	0,99
jun.02	19,02	-14,70	4,31	10,38	-8,64	1,73	11,19	-9,46	1,73	8,00	-5,25	2,76	3,88	-2,64	1,24	4,76	-3,86	0,89	5,46	-3,45	2,01
dez.02	21,55	-16,50	5,05	12,10	-8,16	3,94	9,90	-9,15	0,75	7,95	-5,25	2,70	3,24	-2,07	1,17	4,06	-3,44	0,61	5,88	-3,37	2,51
jun.03	15,75	-11,12	4,63	10,87	-7,28	3,59	8,69	-5,70	2,99	4,40	-2,82	1,58	3,88	-2,47	1,41	2,45	-2,33	0,11	0,80	-1,30	-0,50
dez.03	16,27	-11,10	5,17	11,72	-7,11	4,61	7,87	-5,26	2,60	7,32	-4,32	3,00	3,41	-2,28	1,13	3,18	-2,41	0,76	1,40	-0,99	0,40
jun.04	13,56	-8,95	4,61	9,88	-6,07	3,81	6,94	-4,50	2,43	7,01	-4,01	3,00	3,89	-2,20	1,69	3,11	-2,28	0,83	1,70	-0,80	0,90
dez.04	13,50	-7,73	5,77	11,96	-5,64	6,31	7,65	-4,96	2,68	5,62	-3,61	2,01	4,45	-2,58	1,88	2,83	-2,06	0,77	0,69	-0,70	0,00
jun.05	15,80	-9,20	6,60	13,95	-7,45	6,50	8,22	-5,00	3,22	6,85	-4,04	2,82	5,24	-3,37	1,86	3,35	-2,52	0,83	1,54	-0,84	0,69
dez.05	17,49	-10,77	6,73	15,43	-9,34	6,09	9,42	-6,09	3,33	8,77	-5,10	3,67	5,98	-4,23	1,75	4,36	-3,33	1,02	2,07	-1,05	1,01
jun.06	18,64	-11,31	7,32	16,49	-10,26	6,23	9,45	-6,05	3,40	9,47	-5,81	3,66	5,85	-3,85	2,00	4,74	-3,66	1,07	1,99	-0,80	1,19
dez.06	17,65	-11,36	6,28	19,48	-12,61	6,86	9,78	-6,02	3,76	9,89	-5,77	4,11	5,80	-3,65	2,15	4,66	-3,47	1,19	2,17	-0,81	1,35
jun.07	19,32	-11,81	7,51	21,38	-13,55	7,83	9,10	-5,83	3,27	10,74	-6,44	4,30	5,87	-3,85	2,02	5,23	-4,29	0,95	2,56	-1,07	1,48
dez.07	19,79	-12,66	7,13	22,26	-15,18	7,08	10,62	-6,65	3,98	10,99	-6,58	4,42	5,82	-3,51	2,30	5,24	-4,66	0,58	1,97	-0,80	1,16
jun.08	22,53	-14,70	7,82	25,76	-17,85	7,92	11,92	-7,27	4,65	11,17	-7,20	3,97	6,03	-3,97	2,06	4,46	-3,81	0,65	2,00	-0,92	1,08

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B29: Receitas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - operações de crédito e arrendamento mercantil (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.
dez.95	28,56	115,65	69,35	33,97	169,05	63,08	5,10	28,96	42,39	7,23	116,11	54,96	46,30	105,39	58,58	142,22	167,54	57,49
jun.96	29,64	119,99	70,08	33,44	166,43	65,96	4,98	28,30	45,43	7,28	116,87	58,47	45,71	104,03	61,67	113,38	133,56	56,44
dez.96	20,89	84,57	67,47	25,23	125,55	63,16	5,62	31,91	51,25	6,75	108,35	62,03	37,60	85,57	60,85	101,12	119,12	57,27
jun.97	19,42	78,63	65,49	23,32	116,03	62,77	6,52	37,01	53,19	7,27	116,76	62,88	37,11	84,46	60,87	96,43	113,60	58,45
dez.97	21,84	88,42	67,81	25,86	128,68	68,61	9,67	54,93	56,13	8,33	133,82	68,22	43,87	99,84	65,34	117,76	138,72	61,61
jun.98	24,87	100,67	59,19	24,96	124,20	57,12	12,03	68,32	50,34	8,73	140,21	59,05	45,73	104,07	55,50	102,35	120,57	55,05
dez.98	24,21	98,03	58,68	24,07	119,80	57,60	14,34	81,42	47,96	7,57	121,60	56,71	45,99	104,67	54,07	106,15	125,05	56,38
jun.99	43,50	176,10	56,75	31,95	158,98	57,74	28,37	161,07	39,92	14,13	226,92	59,55	74,45	169,45	49,59	156,13	183,93	52,49
dez.99	24,61	99,64	64,53	18,91	94,12	61,94	16,38	93,00	49,45	6,93	111,25	58,89	42,22	96,10	55,98	91,27	107,51	58,19
jun.00	23,42	94,82	64,49	18,50	92,07	61,26	15,46	87,79	49,83	5,43	87,18	57,03	39,39	89,66	55,68	78,69	92,70	57,39
dez.00	24,70	100,00	61,63	20,10	100,00	61,53	17,61	100,00	49,57	6,23	100,00	57,64	43,94	100,00	55,62	84,89	100,00	60,36
jun.01	31,73	128,46	59,77	23,88	118,84	63,00	21,37	121,35	45,44	8,12	130,32	60,09	53,37	121,47	54,21	97,64	115,02	60,20
dez.01	32,72	132,48	60,45	24,08	119,81	60,44	19,26	109,37	48,94	8,96	143,85	64,65	52,30	119,03	56,20	84,93	100,05	55,70
jun.02	34,35	139,09	59,54	26,92	133,95	63,62	22,50	127,75	43,07	8,52	136,72	57,65	57,93	131,86	53,00	101,46	119,52	54,02
dez.02	32,29	130,74	51,81	26,26	130,69	57,02	22,00	124,89	40,18	5,86	94,09	56,70	54,12	123,18	48,70	100,83	118,78	50,19
jun.03	28,36	114,81	61,07	22,20	110,49	57,79	14,19	80,54	59,94	6,25	100,28	68,18	42,63	97,03	59,84	73,84	86,98	53,54
dez.03	29,54	119,62	59,92	22,91	114,01	56,64	13,24	75,19	52,77	5,22	83,75	59,90	41,37	94,16	55,71	73,85	87,00	51,97
jun.04	27,56	111,59	63,51	22,48	111,85	62,74	13,10	74,35	55,29	4,71	75,66	62,32	40,29	91,69	60,06	74,26	87,48	58,70
dez.04	27,24	110,28	61,22	22,43	111,62	59,22	13,10	74,36	61,76	4,92	79,06	57,95	40,45	92,07	59,86	71,14	83,80	58,83
jun.05	32,23	130,48	61,68	26,90	133,87	61,79	15,15	86,01	60,36	5,67	91,04	62,55	47,72	108,61	61,42	76,09	89,64	58,20
dez.05	39,45	159,72	66,84	32,09	159,67	64,67	18,19	103,25	59,42	6,73	108,06	59,82	57,00	129,74	62,32	91,55	107,85	59,00
jun.06	40,92	165,67	65,80	33,89	168,62	63,93	18,60	105,62	58,90	6,58	105,71	58,98	59,07	134,45	61,69	90,61	106,74	58,23
dez.06	44,64	180,72	68,88	37,65	187,34	68,58	18,83	106,89	59,72	6,55	105,22	67,00	63,03	143,45	65,52	97,80	115,21	62,36
jun.07	46,68	188,98	67,90	40,34	200,75	67,74	19,54	110,97	60,74	6,60	105,99	72,54	66,49	151,32	65,94	101,07	119,06	62,37
dez.07	50,64	205,02	69,48	42,64	212,20	69,07	20,75	117,80	58,98	7,23	116,02	68,02	70,62	160,72	65,67	106,58	125,56	64,09
jun.08	55,24	223,64	68,98	46,84	233,07	70,51	21,34	121,17	64,40	7,69	123,50	64,54	75,87	172,68	68,05	111,09	130,87	65,55

Tabela B29 (continuação): Receitas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - operações de crédito e arrendamento mercantil (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.
dez.95	8,34	90,69	72,22	5,42	115,00	72,15	5,33	116,20	61,07	0,59	12,85	55,36	-	-	-	1,51	79,93	46,24	0,92	65,27	54,62
jun.96	8,34	90,69	67,92	7,91	168,00	78,83	5,54	120,75	59,83	1,04	22,67	69,78	-	-	-	1,47	77,41	66,70	0,83	59,23	53,03
dez.96	5,24	56,95	67,15	5,47	116,24	72,07	5,03	109,69	64,54	1,24	26,98	81,34	-	-	-	1,29	68,20	61,01	0,96	67,94	63,47
jun.97	5,37	58,36	65,50	4,63	98,30	68,82	4,97	108,26	65,14	1,29	28,17	93,45	0,61	28,61	48,57	1,48	78,29	62,81	0,83	58,81	55,54
dez.97	6,73	73,18	73,46	5,39	114,52	69,14	5,17	112,58	72,29	1,43	31,18	89,28	0,97	45,19	35,79	1,81	95,61	52,13	0,92	65,69	68,45
jun.98	9,62	104,56	65,55	5,18	110,02	53,73	5,08	110,81	61,92	1,67	36,46	75,95	1,12	52,48	35,08	1,78	93,84	43,29	1,14	81,16	70,74
dez.98	9,78	106,29	70,83	5,05	107,14	46,55	5,74	125,12	67,68	2,12	46,17	76,68	1,29	60,34	34,05	1,90	100,39	47,42	1,44	102,34	56,00
jun.99	16,47	179,07	67,52	6,55	139,04	45,60	10,95	238,72	65,27	6,03	131,39	53,86	1,56	72,99	36,43	3,33	176,02	51,84	3,66	260,03	57,67
dez.99	9,23	100,35	67,34	3,98	84,58	55,82	5,64	122,82	64,41	4,09	89,14	76,05	1,36	63,76	44,37	1,67	88,22	52,76	1,48	105,35	57,62
jun.00	8,62	93,69	66,35	4,08	86,73	56,10	4,59	100,13	65,04	4,38	95,38	77,63	1,66	77,71	53,45	1,75	92,26	52,24	1,18	83,56	65,36
dez.00	9,20	100,00	66,30	4,71	100,00	56,41	4,59	100,00	62,37	4,59	100,00	71,36	2,14	100,00	55,19	1,89	100,00	47,34	1,41	100,00	48,37
jun.01	10,68	116,14	65,58	6,00	127,45	62,75	6,51	141,83	61,75	4,80	104,62	67,35	2,16	101,18	54,57	2,31	122,04	52,10	2,05	145,37	44,83
dez.01	10,86	118,11	63,44	6,03	127,97	60,74	7,87	171,54	70,80	4,47	97,43	78,08	2,05	96,12	57,01	2,15	113,51	51,06	1,47	104,27	57,71
jun.02	12,35	134,32	64,97	7,13	151,30	68,67	6,91	150,48	61,69	4,58	99,90	57,26	2,11	98,64	54,38	2,76	146,00	58,10	2,77	197,05	50,84
dez.02	12,18	132,47	56,54	6,88	146,08	56,88	5,85	127,54	59,13	4,27	93,07	53,71	2,09	97,94	64,58	2,74	144,66	67,53	2,47	175,30	41,96
jun.03	9,25	100,56	58,71	6,27	133,15	57,68	6,24	135,90	71,75	3,85	83,86	87,41	2,18	102,05	56,24	1,66	87,82	68,00	0,91	64,73	113,74
dez.03	9,34	101,60	57,43	6,58	139,78	56,18	5,19	113,17	66,03	5,61	122,33	76,65	2,26	105,98	66,37	2,02	106,81	63,69	0,82	58,25	58,65
jun.04	8,47	92,06	62,46	6,61	140,30	66,91	4,69	102,18	67,61	5,12	111,58	73,00	2,80	131,21	72,16	2,22	117,06	71,29	0,74	52,37	43,43
dez.04	8,05	87,51	59,64	6,88	146,12	57,55	4,90	106,80	64,10	4,70	102,54	83,73	2,99	139,99	67,16	2,23	117,93	78,93	0,81	57,41	116,60
jun.05	9,16	99,65	58,01	9,14	194,13	65,52	5,65	123,02	68,71	5,17	112,62	75,42	3,55	166,03	67,76	2,73	144,31	81,56	1,18	83,53	76,57
dez.05	11,52	125,30	65,87	10,84	230,10	70,22	6,70	145,98	71,10	6,45	140,54	73,51	3,91	183,07	65,41	3,37	177,78	77,29	1,25	88,84	60,46
jun.06	12,05	131,02	64,66	11,41	242,24	69,21	6,57	143,13	69,49	6,66	145,10	70,29	3,95	185,03	67,59	3,48	183,82	73,46	1,25	88,50	62,62
dez.06	12,51	135,99	70,87	13,74	291,76	70,54	6,55	142,81	67,00	7,55	164,53	76,35	4,04	188,94	69,63	3,68	194,11	78,84	1,24	88,19	57,30
jun.07	13,00	141,40	67,32	14,97	317,81	70,01	6,60	143,85	72,54	7,59	165,34	70,63	4,17	195,24	71,11	3,52	186,00	67,28	1,32	93,58	51,50
dez.07	13,96	151,79	70,54	16,37	347,66	73,55	7,23	157,47	68,02	8,30	180,84	75,46	4,32	202,34	74,35	3,51	185,52	67,04	1,06	75,28	53,88
jun.08	15,59	169,49	69,20	18,92	401,76	73,45	7,69	167,63	64,54	8,50	185,24	76,07	4,50	210,41	74,61	3,23	170,71	72,49	1,29	91,70	64,46

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B30: Receitas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - operações com Títulos e Valores Mobiliários (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.
dez.95	8,03	60,39	19,50	15,46	124,81	28,70	5,97	35,79	49,58	3,83	97,99	29,12	25,26	76,62	31,95	86,57	169,20	34,99
jun.96	9,75	73,30	23,05	14,99	121,00	29,56	5,13	30,80	46,79	3,97	101,53	31,89	24,09	73,08	32,50	74,66	145,91	37,16
dez.96	7,02	52,78	22,67	12,14	98,05	30,40	4,94	29,64	45,04	3,15	80,52	28,94	20,23	61,38	32,74	68,20	133,28	38,62
jun.97	7,21	54,19	24,30	11,48	92,68	30,90	5,02	30,13	40,97	3,11	79,54	26,89	19,61	59,49	32,16	59,53	116,34	36,08
dez.97	8,02	60,33	24,91	9,82	79,29	26,06	6,74	40,46	39,13	3,46	88,51	28,33	20,02	60,75	29,82	64,49	126,03	33,74
jun.98	13,93	104,75	33,15	15,12	122,05	34,60	11,08	66,47	46,35	5,34	136,46	36,08	31,53	95,66	38,27	72,47	141,63	38,98
dez.98	14,40	108,33	34,91	15,41	124,46	36,88	13,42	80,51	44,88	4,93	126,00	36,89	33,76	102,42	39,69	73,93	144,49	39,26
jun.99	23,41	176,10	30,55	24,52	197,97	44,31	35,18	211,08	49,50	9,03	230,99	38,06	68,73	208,52	45,78	124,74	243,80	41,94
dez.99	9,66	72,62	25,32	9,77	78,92	32,01	13,00	78,01	39,25	3,66	93,70	31,14	26,44	80,21	35,05	54,53	106,58	34,77
jun.00	9,91	74,50	27,28	9,86	79,59	32,64	14,30	85,82	46,09	2,90	74,04	30,41	27,06	82,08	38,24	50,86	99,39	37,09
dez.00	13,30	100,00	33,17	12,39	100,00	37,92	16,67	100,00	46,91	3,91	100,00	36,19	32,96	100,00	41,73	51,17	100,00	36,38
jun.01	20,38	153,32	38,40	15,90	128,37	41,94	23,35	140,08	49,64	5,21	133,29	38,58	44,46	134,87	45,16	60,86	118,95	37,52
dez.01	15,02	112,98	27,75	11,47	92,59	28,78	15,69	94,11	39,85	3,52	89,95	25,38	30,67	93,04	32,96	52,10	101,82	34,17
jun.02	21,19	159,38	36,73	12,97	104,75	30,66	23,66	141,97	45,29	6,01	153,68	40,69	42,65	129,37	39,01	69,87	136,56	37,20
dez.02	27,05	203,46	43,40	16,70	134,80	36,25	25,12	150,73	45,89	5,46	139,51	52,78	47,27	143,42	42,54	78,97	154,34	39,31
jun.03	11,67	87,80	25,14	13,61	109,88	35,42	8,31	49,84	35,10	1,37	35,01	14,95	23,28	70,64	32,68	53,35	104,26	38,68
dez.03	15,82	118,97	32,08	14,78	119,37	36,55	9,68	58,09	38,58	2,96	75,78	34,03	27,43	83,21	36,94	56,34	110,11	39,65
jun.04	12,61	94,84	29,06	10,76	86,86	30,03	8,70	52,21	36,74	2,61	66,74	34,51	22,07	66,95	32,90	43,02	84,07	34,01
dez.04	10,79	81,14	24,25	10,79	87,10	28,48	6,94	41,65	32,74	2,69	68,70	31,61	20,42	61,93	30,21	39,64	77,48	32,78
jun.05	12,13	91,21	23,21	10,88	87,88	25,00	9,13	54,80	36,40	2,59	66,11	28,52	22,60	68,57	29,09	43,94	85,87	33,60
dez.05	13,54	101,84	22,94	13,60	109,81	27,41	9,82	58,89	32,07	3,83	97,82	34,00	27,24	82,64	29,78	52,47	102,54	33,81
jun.06	13,72	103,17	22,06	13,28	107,24	25,06	9,59	57,51	30,35	3,67	93,97	32,92	26,54	80,52	27,72	50,43	98,57	32,41
dez.06	15,02	113,00	23,19	14,83	119,73	27,01	11,40	68,38	36,16	2,47	63,09	25,22	28,69	87,05	29,83	51,39	100,44	32,77
jun.07	16,35	122,98	23,78	15,67	126,50	26,31	12,65	75,87	39,30	2,33	59,60	25,61	30,64	92,96	30,39	53,16	103,91	32,81
dez.07	16,15	121,51	22,17	14,66	118,34	23,74	11,06	66,34	31,43	2,55	65,30	24,04	28,27	85,75	26,28	47,38	92,61	28,49
jun.08	15,93	119,83	19,90	12,86	103,82	19,36	9,81	58,87	29,61	2,70	69,06	22,66	25,37	76,97	22,76	44,59	87,15	26,31

Tabela B30 (continuação): Receitas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - operações com Títulos e Valores Mobiliários (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.
dez.95	2,01	49,55	17,37	1,18	34,97	15,66	2,13	107,68	24,41	0,45	27,97	42,37	-	-	-	1,67	68,74	51,01	0,76	72,03	45,42
jun.96	3,30	81,60	26,91	1,32	39,35	13,18	2,84	143,62	30,70	0,30	18,68	20,21	-	-	-	1,32	54,15	59,84	0,70	65,99	44,51
dez.96	1,79	44,18	22,94	1,23	36,70	16,23	1,98	100,00	25,39	0,20	12,33	13,06	-	-	-	1,11	45,82	52,57	0,64	60,27	42,42
jun.97	2,10	51,91	25,65	1,42	42,22	21,09	1,71	86,21	22,38	0,03	1,99	2,32	0,58	33,03	46,44	1,22	50,19	51,65	0,57	53,93	38,37
dez.97	1,65	40,70	17,99	1,71	50,79	21,88	1,50	75,68	20,97	0,12	7,41	7,45	1,47	83,12	54,52	1,87	76,93	53,80	0,53	50,31	39,50
jun.98	3,61	89,12	24,60	3,95	117,56	40,96	2,55	128,71	31,03	0,49	30,45	22,29	1,83	103,25	57,16	2,34	96,46	57,09	0,63	59,22	38,89
dez.98	3,34	82,50	24,20	5,14	152,97	47,42	2,17	109,47	25,55	0,62	38,48	22,47	2,29	129,20	60,38	2,14	88,07	53,36	0,60	56,57	23,32
jun.99	5,77	142,60	23,67	7,27	216,38	50,63	3,12	157,50	18,58	3,43	212,85	30,67	2,79	157,75	65,21	3,47	142,70	53,91	2,03	191,50	32,00
dez.99	3,20	79,06	23,36	2,63	78,39	36,91	1,61	81,31	18,39	0,80	49,74	14,92	1,05	59,57	34,33	1,41	57,99	44,48	0,78	73,29	30,20
jun.00	3,44	85,01	26,51	2,64	78,68	36,31	1,50	75,85	21,26	0,97	60,00	17,17	1,20	67,80	38,63	1,35	55,59	40,38	0,83	77,89	45,90
dez.00	4,05	100,00	29,19	3,36	100,00	40,25	1,98	100,00	26,91	1,61	100,00	25,08	1,77	100,00	45,71	2,43	100,00	60,72	1,06	100,00	36,44
jun.01	5,13	126,64	31,49	3,99	118,84	41,75	2,62	132,15	24,82	1,78	110,30	24,96	2,25	126,95	56,71	2,82	116,06	63,55	1,20	113,27	26,32
dez.01	3,23	79,80	18,87	3,18	94,59	32,03	2,11	106,59	18,98	1,18	73,02	20,57	1,56	87,88	43,17	2,07	85,03	49,07	0,81	76,28	31,81
jun.02	5,06	124,88	26,60	2,61	77,76	25,18	4,04	204,17	36,11	2,89	179,21	36,10	1,95	110,28	50,35	2,37	97,75	49,90	1,53	144,73	28,13
dez.02	6,58	162,48	30,54	3,89	115,70	32,14	4,96	250,44	50,09	2,72	168,58	34,20	1,47	82,82	45,23	2,07	85,23	51,03	1,55	145,80	26,30
jun.03	4,67	115,21	29,62	3,71	110,53	34,16	0,78	39,55	9,01	0,38	23,86	8,74	0,55	31,06	14,18	1,06	43,56	43,26	0,67	63,12	83,55
dez.03	5,24	129,31	32,18	4,00	119,08	34,14	2,22	112,16	28,23	1,83	113,54	25,01	0,72	40,53	21,02	1,29	52,92	40,47	0,74	69,38	52,64
jun.04	3,41	84,28	25,18	2,68	79,70	27,12	1,88	94,99	27,11	1,33	82,44	18,96	0,83	46,72	21,28	0,95	39,21	30,63	0,72	67,96	42,46
dez.04	3,30	81,53	24,46	2,68	79,81	22,42	1,85	93,29	24,16	1,08	67,26	19,31	0,81	45,56	18,11	0,77	31,61	27,13	0,60	57,04	87,28
jun.05	3,55	87,56	22,45	2,35	69,89	16,83	1,79	90,47	21,80	1,18	73,41	17,28	1,10	62,08	20,98	0,98	40,28	29,20	0,78	73,54	50,79
dez.05	3,83	94,70	21,92	3,14	93,58	20,38	2,01	101,30	21,29	1,51	93,35	17,16	1,65	93,29	27,61	1,32	54,37	30,32	0,70	65,72	33,70
jun.06	3,39	83,64	18,18	3,21	95,56	19,48	2,14	108,17	22,66	1,84	114,33	19,47	1,36	76,75	23,22	1,39	57,19	29,32	0,60	56,47	30,11
dez.06	3,42	84,55	19,40	4,29	127,62	22,02	2,47	124,61	25,22	1,73	107,14	17,48	1,44	81,55	24,89	1,35	55,64	28,99	0,72	68,26	33,41
jun.07	3,53	87,05	18,25	4,71	140,12	22,02	2,33	117,72	25,61	2,42	149,81	22,49	1,45	82,10	24,76	2,05	84,51	39,21	1,15	108,72	45,08
dez.07	3,28	81,02	16,58	4,80	142,71	21,54	2,55	128,98	24,04	1,96	121,33	17,80	1,12	63,05	19,19	1,40	57,54	26,67	0,69	65,26	35,19
jun.08	3,66	90,36	16,24	4,39	130,53	17,02	2,70	136,40	22,66	1,72	106,64	15,39	1,17	66,12	19,42	1,18	48,63	26,49	0,53	49,67	26,30

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B31: Receitas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - operações com instrumentos financeiros derivativos (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.
dez.95	-0,20	17,65	-0,49	-0,30	15,99	-0,56	-0,16	44,88	-1,31	0,14	-35,52	1,05	-0,32	12,22	-0,41	-1,42	40,90	-0,58
jun.96	-0,29	25,97	-0,70	-0,86	45,71	-1,70	0,01	-3,94	0,13	-0,16	40,15	-1,25	-1,00	38,24	-1,35	-1,64	47,07	-0,82
dez.96	-0,29	25,37	-0,93	-0,65	34,65	-1,63	-0,20	56,26	-1,80	-0,20	51,44	-1,84	-1,05	40,03	-1,70	-2,07	59,61	-1,17
jun.97	-0,16	14,41	-0,55	-0,55	29,05	-1,47	-0,12	34,32	-0,98	-0,22	56,88	-1,91	-0,89	33,88	-1,46	-1,84	52,81	-1,11
dez.97	-1,02	90,08	-3,17	-1,90	101,01	-5,04	-0,70	198,35	-4,04	-0,82	209,80	-6,67	-3,41	130,17	-5,08	-6,03	173,40	-3,16
jun.98	-0,66	58,07	-1,57	-0,18	9,31	-0,40	-1,12	317,81	-4,67	-0,80	205,65	-5,40	-2,09	79,71	-2,54	-3,53	101,37	-1,90
dez.98	-0,83	73,32	-2,01	-1,16	61,42	-2,77	0,19	-55,27	0,65	-0,08	21,10	-0,61	-1,04	39,82	-1,23	-3,85	110,74	-2,05
jun.99	-5,14	453,94	-6,71	-8,78	466,68	-15,87	-3,19	908,59	-4,49	-3,83	985,23	-16,13	-15,80	602,69	-10,52	-19,02	546,70	-6,40
dez.99	0,20	-17,70	0,53	-0,09	4,64	-0,29	0,90	-256,91	2,72	-0,58	148,91	-4,92	0,24	-8,99	0,31	-0,30	8,70	-0,19
jun.00	0,54	-47,26	1,47	0,41	-21,86	1,36	-0,07	19,02	-0,22	0,11	-28,61	1,17	0,46	-17,39	0,64	-0,44	12,74	-0,32
dez.00	-1,13	100,00	-2,83	-1,88	100,00	-5,76	-0,35	100,00	-0,99	-0,39	100,00	-3,60	-2,62	100,00	-3,32	-3,48	100,00	-2,47
jun.01	-4,14	365,82	-7,81	-5,32	282,57	-14,03	-0,46	132,28	-0,99	-1,59	409,78	-11,78	-7,37	281,31	-7,49	-9,17	263,40	-5,65
dez.01	2,54	-223,93	4,69	1,30	-69,32	3,27	1,94	-552,30	4,92	0,59	-150,65	4,22	3,83	-146,03	4,11	4,21	-120,93	2,76
jun.02	-3,72	328,45	-6,45	-1,86	98,93	-4,40	1,89	-539,41	3,62	-1,17	302,28	-7,95	-1,14	43,62	-1,05	-1,49	42,89	-0,79
dez.02	-5,67	500,37	-9,09	-3,39	180,20	-7,36	1,93	-551,49	3,53	-2,70	694,24	-26,09	-4,15	158,45	-3,74	-5,79	166,28	-2,88
jun.03	2,62	-231,19	5,64	-0,38	20,33	-1,00	-1,42	404,83	-6,00	0,76	-196,02	8,31	-1,04	39,73	-1,46	-1,16	33,41	-0,84
dez.03	0,72	-63,44	1,46	0,19	-9,93	0,46	0,70	-198,52	2,78	0,04	-10,02	0,45	0,92	-35,19	1,24	0,74	-21,41	0,52
jun.04	-0,13	11,21	-0,29	-0,38	20,38	-1,07	0,41	-117,29	1,74	-0,22	55,66	-2,86	-0,19	7,18	-0,28	-0,58	16,69	-0,46
dez.04	4,63	-408,73	10,41	3,03	-161,20	8,01	0,26	-72,89	1,21	0,64	-164,13	7,50	3,93	-149,82	5,81	3,95	-113,46	3,26
jun.05	5,23	-461,40	10,00	3,61	-191,88	8,29	-0,51	144,77	-2,02	0,49	-127,18	5,45	3,60	-137,23	4,63	2,86	-82,30	2,19
dez.05	2,66	-234,94	4,51	1,33	-70,69	2,68	0,86	-244,09	2,80	0,26	-67,95	2,35	2,45	-93,49	2,68	1,84	-52,80	1,18
jun.06	4,65	-410,41	7,48	3,14	-166,90	5,93	1,33	-380,12	4,22	0,60	-154,99	5,39	5,08	-193,67	5,30	4,60	-132,26	2,96
dez.06	2,23	-197,18	3,45	0,13	-6,75	0,23	0,29	-82,76	0,92	0,39	-101,68	4,04	0,81	-30,99	0,84	0,07	-2,00	0,04
jun.07	3,44	-303,29	5,00	1,27	-67,23	2,12	-1,77	503,28	-5,49	-0,19	49,49	-2,11	-0,69	26,44	-0,69	-0,79	22,57	-0,48
dez.07	3,09	-272,32	4,23	2,27	-120,60	3,68	1,22	-347,83	3,47	0,38	-97,42	3,56	3,87	-147,58	3,60	3,77	-108,40	2,27
jun.08	6,06	-535,29	7,57	4,98	-264,82	7,50	0,17	-49,54	0,52	0,89	-229,22	7,47	6,05	-230,72	5,42	6,29	-180,76	3,71

Tabela B31 (continuação): Receitas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - operações com instrumentos financeiros derivativos (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.
dez.95	-0,07	10,93	-0,59	-0,05	25,42	-0,60	0,07	-41,27	0,79	0,01	-6,09	0,93	-	-	-	0,01	-1,09	0,16	-0,06	-15,44	-3,62
jun.96	-0,05	8,41	-0,43	-0,02	11,34	-0,20	-0,07	43,42	-0,78	0,00	-0,12	0,01	-	-	-	-0,63	133,50	-28,68	0,00	-0,60	-0,15
dez.96	-0,05	7,72	-0,61	-0,04	23,82	-0,56	-0,12	71,03	-1,52	0,00	1,24	-0,13	-	-	-	-0,32	67,64	-15,09	-0,09	-22,29	-5,83
jun.97	-0,05	8,21	-0,62	-0,01	6,20	-0,16	-0,13	75,24	-1,65	-0,02	10,98	-1,29	-0,01	8,58	-1,03	-0,40	84,14	-16,83	-0,02	-4,28	-1,13
dez.97	-0,26	41,18	-2,79	-0,12	64,94	-1,48	-0,20	119,67	-2,80	-0,07	44,84	-4,53	-0,04	26,67	-1,49	-0,37	78,50	-10,67	-0,27	-69,06	-20,15
jun.98	0,04	-6,10	0,26	-0,11	59,98	-1,10	-0,30	179,15	-3,65	-0,08	49,92	-3,67	-0,04	25,11	-1,19	-0,25	52,67	-6,06	-0,27	-68,12	-16,63
dez.98	-0,58	94,00	-4,22	-0,08	45,50	-0,75	-0,08	45,29	-0,89	-0,15	90,01	-5,28	-0,03	18,02	-0,72	-0,32	68,77	-8,10	0,46	116,09	17,79
jun.99	-1,35	217,12	-5,52	-1,87	1.053,78	-13,03	-0,82	491,00	-4,90	-0,64	393,06	-5,69	-0,39	261,19	-9,21	-1,04	220,18	-16,17	0,51	129,93	8,07
dez.99	0,08	-12,65	0,57	0,14	-79,26	1,97	-0,06	34,36	-0,66	0,07	-43,56	1,31	0,55	-364,25	17,90	-0,03	6,73	-1,00	0,21	54,54	8,35
jun.00	0,02	-3,89	0,19	0,23	-130,60	3,19	-0,01	8,79	-0,21	0,12	-76,37	2,19	0,16	-106,06	5,15	0,17	-36,08	5,09	-0,23	-58,45	-12,80
dez.00	-0,62	100,00	-4,47	-0,18	100,00	-2,13	-0,17	100,00	-2,27	-0,16	100,00	-2,52	-0,15	100,00	-3,90	-0,47	100,00	-11,80	0,39	100,00	13,54
jun.01	-1,55	250,38	-9,54	-1,28	723,41	-13,43	-0,34	205,11	-3,26	0,19	-114,68	2,61	-0,53	352,63	-13,43	-0,90	190,72	-20,30	1,31	333,63	28,81
dez.01	1,01	-162,03	5,87	0,22	-123,40	2,21	0,36	-215,85	3,25	-0,16	97,09	-2,75	-0,03	17,04	-0,71	-0,18	38,82	-4,35	-0,10	-25,88	-4,01
jun.02	-1,30	209,60	-6,84	-0,15	84,78	-1,45	-1,00	599,36	-8,96	-0,04	27,68	-0,56	-0,24	160,43	-6,25	-0,70	149,26	-14,81	0,96	243,50	17,59
dez.02	-1,77	286,01	-8,23	0,21	-116,22	1,71	-2,61	1.560,80	-26,39	-0,04	22,41	-0,46	-0,57	375,10	-17,47	-1,18	250,35	-29,14	1,66	420,32	28,17
jun.03	0,09	-15,15	0,60	0,23	-127,15	2,08	1,09	-651,77	12,55	0,09	-57,07	2,10	0,86	-566,60	22,05	-0,44	93,63	-18,08	-0,89	-224,85	-110,62
dez.03	0,05	-8,28	0,32	0,60	-336,01	5,09	-0,02	10,74	-0,23	-0,37	225,59	-4,99	0,18	-116,89	5,17	-0,29	60,88	-9,05	-0,34	-85,93	-24,23
jun.04	0,15	-24,42	1,12	-0,18	99,96	-1,80	-0,08	45,69	-1,10	0,13	-82,48	1,91	0,10	-63,87	2,48	-0,27	57,80	-8,78	0,06	16,32	3,79
dez.04	1,26	-203,36	9,35	1,98	-1.116,29	16,58	0,65	-387,40	8,48	-0,23	143,13	-4,13	0,43	-286,41	9,70	-0,22	45,86	-7,65	-0,87	-220,57	-125,45
jun.05	1,87	-301,76	11,85	1,91	-1.077,85	13,72	0,47	-279,79	5,70	0,17	-106,01	2,51	0,37	-243,52	7,02	-0,41	87,28	-12,30	-0,66	-166,38	-42,71
dez.05	0,77	-123,64	4,38	0,85	-479,86	5,52	0,29	-170,73	3,03	0,27	-169,53	3,13	0,17	-111,38	2,81	-0,53	111,68	-12,11	-0,07	-18,99	-3,62
jun.06	1,78	-286,82	9,55	1,36	-765,15	8,24	0,46	-274,56	4,86	0,49	-301,45	5,16	0,22	-145,77	3,76	-0,35	74,06	-7,38	-0,12	-30,12	-5,97
dez.06	0,67	-108,37	3,81	0,58	-326,34	2,98	0,39	-236,04	4,04	0,24	-150,68	2,47	0,08	-51,81	1,35	-0,45	96,09	-9,73	0,11	27,39	4,98
jun.07	1,96	-315,21	10,12	1,14	-642,08	5,33	-0,19	114,89	-2,11	0,41	-252,17	3,80	-0,05	33,64	-0,87	-0,90	190,15	-17,15	-0,61	-154,72	-23,84
dez.07	1,55	-249,59	7,82	0,62	-348,52	2,78	0,38	-226,16	3,56	0,35	-219,06	3,23	0,01	-8,80	0,23	0,02	-4,69	0,42	-0,16	-40,65	-8,15
jun.08	2,51	-404,69	11,14	2,00	-1.126,98	7,77	0,89	-532,11	7,47	0,38	-236,26	3,43	0,16	-107,00	2,68	-0,10	21,23	-2,25	-0,09	-21,91	-4,31

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B32: Receitas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - operações de câmbio (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.
dez.95	2,49	91,74	6,05	1,96	119,17	3,64	0,91	63,96	7,60	1,53	155,21	11,61	4,40	108,45	5,57	9,26	164,13	3,74
jun.96	2,11	77,63	4,99	1,67	101,30	3,29	0,77	53,51	6,97	1,13	114,82	9,07	3,56	87,74	4,80	8,09	143,25	4,02
dez.96	2,33	85,69	7,52	1,95	118,51	4,88	0,55	38,72	5,05	0,99	101,07	9,14	3,50	86,17	5,66	4,94	87,60	2,80
jun.97	2,07	76,31	6,99	1,54	93,70	4,15	0,52	36,34	4,24	1,07	109,01	9,27	3,13	77,20	5,14	4,50	79,76	2,73
dez.97	1,73	63,82	5,38	1,75	106,64	4,65	0,66	46,19	3,83	0,56	56,97	4,59	2,97	73,30	4,43	4,28	75,76	2,24
jun.98	2,03	74,59	4,82	1,72	104,38	3,93	0,89	62,01	3,71	0,69	69,82	4,65	3,29	81,07	3,99	4,36	77,17	2,34
dez.98	1,97	72,48	4,77	1,90	115,41	4,54	0,98	68,88	3,29	0,55	55,59	4,09	3,43	84,51	4,03	4,85	85,99	2,58
jun.99	13,91	512,31	18,15	6,56	398,83	11,85	9,34	653,45	13,15	3,94	400,90	16,62	19,85	489,05	13,22	29,16	516,69	9,80
dez.99	3,09	113,76	8,10	1,34	81,64	4,40	2,45	171,68	7,41	1,63	165,78	13,86	5,43	133,77	7,20	7,97	141,28	5,08
jun.00	1,91	70,47	5,27	0,94	57,29	3,12	1,10	76,60	3,53	0,97	98,84	10,21	3,01	74,16	4,25	4,76	84,37	3,47
dez.00	2,72	100,00	6,78	1,64	100,00	5,03	1,43	100,00	4,02	0,98	100,00	9,11	4,06	100,00	5,14	5,64	100,00	4,01
jun.01	4,50	165,89	8,49	3,01	182,86	7,93	2,59	180,92	5,50	1,65	167,24	12,18	7,24	178,39	7,35	9,74	172,59	6,01
dez.01	3,22	118,58	5,95	2,49	151,50	6,25	2,17	151,75	5,51	0,74	74,93	5,32	5,40	133,02	5,80	7,41	131,36	4,86
jun.02	4,99	183,83	8,65	3,84	233,65	9,08	3,69	258,13	7,07	1,37	138,81	9,25	8,90	219,28	8,14	14,36	254,42	7,65
dez.02	7,20	265,14	11,55	5,37	326,39	11,65	5,27	368,59	9,63	1,51	153,98	14,66	12,15	299,46	10,93	20,50	363,25	10,20
jun.03	1,46	53,79	3,15	1,17	71,43	3,06	1,98	138,45	8,37	0,41	41,62	4,47	3,56	87,82	5,00	3,97	70,38	2,88
dez.03	1,28	47,10	2,59	1,02	62,24	2,53	0,98	68,54	3,91	0,19	19,36	2,19	2,19	54,06	2,95	4,40	77,93	3,10
jun.04	1,87	68,93	4,31	1,79	109,01	5,00	1,09	76,35	4,61	0,23	23,45	3,05	3,11	76,76	4,64	4,56	80,87	3,61
dez.04	0,24	8,93	0,55	0,35	21,10	0,92	0,47	32,76	2,21	0,00	0,00	0,00	0,82	20,10	1,21	1,13	20,04	0,94
jun.05	0,52	19,19	1,00	0,66	40,29	1,52	0,54	37,57	2,14	0,00	0,42	0,05	1,20	29,66	1,55	1,61	28,58	1,23
dez.05	1,04	38,34	1,76	1,00	60,93	2,02	0,83	58,37	2,73	0,10	10,43	0,91	1,94	47,79	2,12	2,58	45,68	1,66
jun.06	0,78	28,84	1,26	1,25	76,10	2,36	1,22	85,36	3,86	0,02	1,99	0,18	2,49	61,39	2,60	3,82	67,73	2,46
dez.06	0,87	32,18	1,35	0,89	53,98	1,62	0,23	16,26	0,74	0,11	11,54	1,16	1,23	30,40	1,28	1,43	25,41	0,91
jun.07	0,38	13,87	0,55	0,96	58,09	1,60	0,99	69,42	3,08	0,14	13,97	1,51	2,09	51,39	2,07	2,68	47,42	1,65
dez.07	1,20	44,32	1,65	0,93	56,61	1,51	1,43	99,84	4,06	0,25	25,06	2,32	2,60	64,19	2,42	3,24	57,41	1,95
jun.08	0,97	35,88	1,22	0,49	29,62	0,73	1,06	74,30	3,21	0,39	39,24	3,24	1,94	47,70	1,74	2,10	37,27	1,24

Tabela B32 (continuação): Receitas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - operações de câmbio (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.
dez.95	0,56	53,94	4,86	0,42	155,30	5,64	1,00	107,90	11,40	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,02	12,62	0,54	0,03	58,96	1,61
jun.96	0,36	34,36	2,91	0,55	200,44	5,44	0,84	90,57	9,02	0,15	42,50	9,76	-	-	-	0,03	20,88	1,33	0,03	62,27	1,82
dez.96	0,52	50,29	6,71	0,68	248,33	8,91	0,81	87,55	10,35	0,09	25,49	5,73	-	-	-	0,02	10,94	0,73	0,01	16,97	0,52
jun.97	0,44	42,29	5,37	0,34	124,69	5,05	0,88	95,50	11,55	0,08	22,28	5,51	0,02	21,68	1,56	0,03	21,12	1,26	0,03	56,17	1,73
dez.97	0,56	53,45	6,07	0,31	115,24	4,02	0,39	42,28	5,46	0,09	25,73	5,49	0,07	73,53	2,46	0,04	27,35	1,11	0,06	125,99	4,29
jun.98	0,74	71,43	5,07	0,19	69,21	1,96	0,53	57,37	6,44	0,07	21,69	3,37	0,08	83,87	2,37	0,09	62,50	2,14	0,01	28,06	0,80
dez.98	0,70	66,91	5,05	0,33	120,53	3,03	0,43	47,13	5,12	0,14	40,89	5,06	0,06	64,66	1,54	0,22	157,12	5,50	0,02	51,56	0,92
jun.99	3,09	296,34	12,65	2,05	754,12	14,31	3,46	374,72	20,59	2,26	660,07	20,18	0,22	243,65	5,14	0,65	465,84	10,17	0,14	294,89	2,14
dez.99	0,94	90,06	6,84	0,16	60,15	2,30	1,52	164,34	17,32	0,36	105,77	6,73	0,05	58,93	1,73	0,11	78,71	3,49	0,10	207,40	3,71
jun.00	0,67	63,90	5,12	0,13	46,14	1,73	0,94	102,43	13,37	0,11	32,54	1,97	0,05	50,20	1,46	0,07	47,66	2,00	0,03	55,18	1,41
dez.00	1,04	100,00	7,50	0,27	100,00	3,26	0,92	100,00	12,53	0,34	100,00	5,32	0,09	100,00	2,33	0,14	100,00	3,51	0,05	100,00	1,58
jun.01	1,83	175,99	11,25	0,66	243,33	6,93	1,64	177,53	15,53	0,32	92,32	4,43	0,07	74,38	1,70	0,20	140,40	4,44	0,00	0,00	0,00
dez.01	1,80	172,91	10,51	0,29	104,69	2,87	0,72	77,69	6,44	0,18	53,18	3,18	0,00	0,00	0,00	0,16	117,49	3,92	0,37	797,52	14,42
jun.02	2,67	256,50	14,04	0,60	219,65	5,77	1,20	129,59	10,68	0,53	154,49	6,60	0,04	46,96	1,10	0,31	223,48	6,59	0,19	404,89	3,41
dez.02	3,94	378,15	18,27	0,70	257,84	5,81	1,50	162,71	15,16	0,93	272,09	11,71	0,16	179,80	5,02	0,38	274,17	9,49	0,20	436,67	3,41
jun.03	0,79	75,64	5,00	0,00	0,00	0,00	0,21	22,37	2,37	0,00	0,00	0,00	0,12	130,81	3,05	0,07	52,55	3,02	0,08	179,33	10,29
dez.03	0,81	77,54	4,96	0,00	0,00	0,00	0,17	18,46	2,16	0,17	50,87	2,38	0,10	110,13	2,92	0,09	61,87	2,73	0,16	348,20	11,45
jun.04	0,86	82,81	6,36	0,39	142,00	3,92	0,22	23,59	3,14	0,37	108,83	5,31	0,03	34,09	0,79	0,16	117,55	5,31	0,16	352,81	9,56
dez.04	0,18	17,44	1,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	77,96	1,58	0,00	0,00	0,00	0,13	280,71	18,63
jun.05	0,39	37,45	2,47	0,05	18,03	0,35	0,00	0,00	0,00	0,02	5,78	0,29	0,02	25,32	0,44	0,00	0,00	0,00	0,20	432,86	12,96
dez.05	0,52	50,06	2,98	0,05	17,29	0,31	0,10	11,13	1,09	0,17	49,35	1,93	0,02	19,02	0,29	0,13	93,12	3,00	0,16	351,19	7,81
jun.06	0,67	64,42	3,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	32,89	1,19	0,11	124,90	1,93	0,16	116,58	3,45	0,24	520,51	12,03
dez.06	0,35	33,25	1,96	0,34	124,67	1,74	0,11	12,31	1,16	0,02	6,04	0,21	0,04	42,15	0,66	0,05	34,85	1,05	0,08	163,72	3,47
jun.07	0,16	15,52	0,84	0,08	28,52	0,36	0,14	14,90	1,51	0,00	0,00	0,00	0,09	94,07	1,45	0,51	360,52	9,67	0,67	1.466,38	26,36
dez.07	0,39	37,34	1,96	0,00	1,62	0,02	0,25	26,74	2,32	0,08	23,99	0,75	0,17	186,75	2,90	0,26	183,13	4,90	0,35	769,41	17,99
jun.08	0,11	10,93	0,51	0,00	0,00	0,00	0,39	41,87	3,24	0,27	78,88	2,42	0,00	0,00	0,00	0,11	76,98	2,42	0,25	538,81	12,37

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B33: Receitas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - aplicações compulsórias (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.
dez.95	2,30	460,38	5,59	2,77	663,48	5,14	0,21	123,61	1,73	0,43	607,43	3,26	3,41	518,71	4,31	10,76	443,56	4,35
jun.96	1,09	218,16	2,58	1,47	350,82	2,89	0,07	43,97	0,68	0,23	319,57	1,81	1,77	268,60	2,38	6,41	264,09	3,19
dez.96	1,01	202,74	3,27	1,28	305,64	3,20	0,05	30,04	0,46	0,19	264,98	1,72	1,51	230,44	2,45	4,38	180,41	2,48
jun.97	1,12	224,43	3,78	1,36	324,53	3,65	0,32	187,10	2,58	0,33	470,61	2,87	2,00	304,90	3,29	6,37	262,31	3,86
dez.97	1,63	326,61	5,07	2,16	516,32	5,72	0,85	504,78	4,95	0,68	958,61	5,54	3,69	560,88	5,49	10,66	439,30	5,58
jun.98	1,85	370,05	4,40	2,08	497,46	4,75	1,02	602,70	4,26	0,83	1.177,42	5,62	3,93	597,57	4,77	10,27	423,41	5,53
dez.98	1,51	301,47	3,65	1,57	374,88	3,75	0,96	569,64	3,22	0,39	552,08	2,92	2,92	443,97	3,43	7,21	297,23	3,83
jun.99	0,97	193,97	1,26	1,09	260,60	1,97	1,36	807,58	1,92	0,45	640,40	1,91	2,90	441,99	1,93	6,42	264,51	2,16
dez.99	0,58	116,64	1,53	0,59	141,95	1,94	0,39	228,10	1,16	0,12	169,47	1,02	1,10	167,05	1,46	3,38	139,21	2,15
jun.00	0,54	107,70	1,48	0,49	117,14	1,62	0,24	140,01	0,76	0,11	160,10	1,19	0,84	127,63	1,19	3,26	134,36	2,38
dez.00	0,50	100,00	1,25	0,42	100,00	1,28	0,17	100,00	0,48	0,07	100,00	0,65	0,66	100,00	0,83	2,43	100,00	1,73
jun.01	0,61	121,65	1,15	0,44	104,61	1,15	0,19	112,08	0,40	0,13	177,77	0,93	0,75	114,39	0,76	3,13	128,84	1,93
dez.01	0,63	126,42	1,17	0,50	119,23	1,25	0,30	178,32	0,77	0,06	82,58	0,42	0,86	130,47	0,92	3,83	157,65	2,51
jun.02	0,88	176,37	1,53	0,44	104,71	1,03	0,50	293,26	0,95	0,05	75,66	0,36	0,99	150,05	0,90	3,61	148,94	1,92
dez.02	1,45	291,06	2,33	1,12	269,22	2,44	0,42	248,60	0,77	0,20	285,06	1,95	1,75	265,62	1,57	6,39	263,27	3,18
jun.03	2,32	464,79	5,00	1,81	434,26	4,72	0,62	364,47	2,60	0,38	531,14	4,09	2,80	426,73	3,94	7,92	326,51	5,74
dez.03	1,95	389,14	3,95	1,55	370,08	3,82	0,49	292,49	1,97	0,30	424,27	3,44	2,34	355,96	3,15	6,77	278,93	4,76
jun.04	1,48	296,30	3,41	1,18	283,38	3,30	0,38	227,33	1,62	0,22	318,43	2,97	1,79	272,74	2,67	5,24	216,02	4,14
dez.04	1,59	318,31	3,58	1,28	305,32	3,37	0,44	261,74	2,08	0,25	353,73	2,94	1,97	299,32	2,91	5,06	208,58	4,19
jun.05	2,15	429,64	4,11	1,48	354,03	3,40	0,78	463,77	3,12	0,31	441,59	3,44	2,57	391,64	3,31	6,24	257,19	4,77
dez.05	2,33	466,66	3,95	1,59	381,83	3,21	0,91	541,41	2,99	0,33	465,46	2,92	2,84	431,83	3,10	6,73	277,21	4,34
jun.06	2,12	423,47	3,40	1,44	345,63	2,72	0,84	498,52	2,67	0,28	401,30	2,54	2,57	390,90	2,68	6,13	252,58	3,94
dez.06	2,03	406,49	3,14	1,41	336,67	2,56	0,78	459,65	2,46	0,25	356,51	2,57	2,43	370,40	2,53	6,14	253,02	3,91
jun.07	1,91	381,31	2,77	1,33	317,59	2,23	0,76	451,35	2,37	0,22	316,16	2,45	2,31	351,81	2,29	5,93	244,33	3,66
dez.07	1,80	359,65	2,47	1,24	296,93	2,01	0,73	429,42	2,06	0,22	310,34	2,06	2,18	332,42	2,03	5,32	219,31	3,20
jun.08	1,87	374,35	2,34	1,26	302,69	1,90	0,75	442,71	2,26	0,25	353,89	2,10	2,26	344,17	2,03	5,39	222,30	3,18

Tabela B33 (continuação): Receitas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - aplicações compulsórias (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.
dez.95	0,71	348,05	6,14	0,54	291,82	7,16	0,20	590,62	2,33	0,01	29,41	1,35	-	-	-	0,07	730,38	2,05	0,03	1.741,59	1,96
jun.96	0,33	162,03	2,69	0,28	149,96	2,75	0,11	331,70	1,24	0,00	7,28	0,24	-	-	-	0,02	193,92	0,81	0,01	657,11	0,79
dez.96	0,30	145,93	3,81	0,25	138,15	3,35	0,10	280,68	1,24	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,02	180,92	0,78	-0,01	-458,78	-0,58
jun.97	0,34	164,75	4,09	0,35	190,13	5,21	0,20	569,72	2,58	0,00	0,00	0,00	0,06	216,41	4,46	0,03	287,41	1,12	0,08	4.319,74	5,49
dez.97	0,48	236,79	5,26	0,50	272,44	6,43	0,29	847,04	4,09	0,04	75,72	2,31	0,24	906,26	8,72	0,13	1.379,26	3,64	0,11	5.649,33	7,92
jun.98	0,66	325,34	4,52	0,43	233,66	4,46	0,35	1.013,54	4,26	0,05	92,98	2,06	0,21	809,40	6,57	0,15	1.586,18	3,54	0,10	5.280,92	6,19
dez.98	0,57	281,17	4,15	0,41	220,78	3,75	0,22	624,27	2,54	0,03	60,66	1,07	0,18	692,18	4,74	0,07	798,18	1,83	0,05	2.688,22	1,98
jun.99	0,41	201,31	1,68	0,36	194,15	2,49	0,08	220,43	0,45	0,11	225,54	0,98	0,10	399,63	2,42	0,02	176,23	0,25	0,01	421,83	0,13
dez.99	0,26	127,43	1,89	0,21	116,41	3,00	0,05	136,10	0,54	0,05	109,59	0,99	0,05	196,19	1,66	0,01	95,12	0,28	0,00	159,23	0,12
jun.00	0,24	116,78	1,83	0,19	105,62	2,67	0,04	109,96	0,54	0,06	119,96	1,04	0,04	156,48	1,31	0,01	104,04	0,29	0,00	131,03	0,14
dez.00	0,20	100,00	1,47	0,18	100,00	2,21	0,03	100,00	0,47	0,05	100,00	0,76	0,03	100,00	0,67	0,01	100,00	0,23	0,00	100,00	0,07
jun.01	0,20	97,78	1,22	0,19	103,80	2,00	0,12	353,84	1,16	0,05	96,38	0,66	0,02	70,06	0,46	0,01	97,62	0,20	0,00	95,38	0,04
dez.01	0,22	109,40	1,30	0,21	115,47	2,14	0,06	168,93	0,52	0,05	107,14	0,91	0,02	73,94	0,53	0,01	141,08	0,31	0,00	91,40	0,07
jun.02	0,23	114,93	1,23	0,19	102,96	1,83	0,05	154,77	0,48	0,05	97,56	0,59	0,02	62,21	0,42	0,01	115,97	0,22	0,00	76,32	0,03
dez.02	0,62	305,27	2,88	0,42	227,53	3,46	0,20	576,65	2,01	0,07	137,35	0,84	0,09	329,51	2,64	0,04	484,72	1,10	0,01	490,32	0,16
jun.03	0,96	470,06	6,08	0,66	358,93	6,08	0,38	1.086,50	4,31	0,08	157,19	1,74	0,17	669,10	4,48	0,09	1.013,70	3,80	0,02	1.284,48	3,04
dez.03	0,83	408,78	5,12	0,54	291,96	4,59	0,30	867,88	3,81	0,07	143,71	0,96	0,15	593,98	4,52	0,07	746,74	2,16	0,02	1.095,84	1,48
jun.04	0,66	325,64	4,89	0,38	206,51	3,85	0,22	651,38	3,24	0,06	119,11	0,83	0,13	492,10	3,29	0,05	526,84	1,55	0,01	685,62	0,76
dez.04	0,70	344,86	5,20	0,41	224,00	3,45	0,25	723,58	3,27	0,06	125,52	1,09	0,15	591,00	3,44	0,04	489,80	1,59	0,02	1.075,70	2,94
jun.05	0,83	405,20	5,22	0,50	271,32	3,58	0,31	903,32	3,79	0,31	633,24	4,51	0,20	767,88	3,81	0,05	559,84	1,53	0,04	1.933,94	2,38
dez.05	0,85	415,98	4,84	0,55	299,50	3,57	0,33	951,94	3,49	0,37	767,84	4,27	0,23	894,18	3,88	0,07	710,93	1,50	0,03	1.806,60	1,65
jun.06	0,75	367,68	4,02	0,51	275,01	3,07	0,28	820,54	3,00	0,37	755,45	3,89	0,20	789,12	3,50	0,05	592,25	1,15	0,02	1.269,08	1,21
dez.06	0,70	342,55	3,95	0,53	287,74	2,72	0,25	729,27	2,57	0,35	707,37	3,49	0,20	777,78	3,48	0,04	434,07	0,85	0,02	951,46	0,83
jun.07	0,67	329,45	3,47	0,49	263,87	2,27	0,22	646,73	2,45	0,33	676,99	3,07	0,21	801,62	3,55	0,05	568,03	0,99	0,02	1.207,62	0,89
dez.07	0,61	300,80	3,09	0,47	255,04	2,11	0,22	634,83	2,06	0,30	623,22	2,76	0,19	745,77	3,33	0,05	552,44	0,97	0,02	1.122,82	1,08
jun.08	0,66	322,02	2,91	0,45	246,23	1,76	0,25	723,91	2,10	0,30	617,64	2,70	0,20	762,74	3,28	0,04	408,89	0,84	0,02	1.249,47	1,18

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B34: Despesas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - captações no mercado (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.
dez.95	-20,09	149,93	63,13	-29,55	218,88	68,51	-6,42	52,03	65,50	-5,39	135,91	55,79	-41,36	138,75	66,08	-137,60	275,48	63,09
jun.96	-15,01	112,04	55,43	-21,08	156,12	60,01	-4,94	39,99	58,89	-5,28	133,27	58,20	-31,30	105,00	59,52	-97,44	195,07	54,54
dez.96	-11,35	84,71	51,02	-17,72	131,21	58,57	-4,20	34,01	54,99	-4,29	108,10	54,35	-26,20	87,89	57,25	-85,97	172,11	63,11
jun.97	-10,04	74,95	53,54	-14,89	110,25	56,90	-5,62	45,56	63,35	-4,31	108,72	53,73	-24,82	83,26	57,64	-76,82	153,80	60,08
dez.97	-13,21	98,60	59,72	-17,91	132,67	57,00	-8,51	68,90	68,32	-5,71	143,90	49,81	-32,12	107,76	58,06	-90,60	181,38	56,46
jun.98	-17,77	132,63	59,20	-19,77	146,44	61,65	-10,49	84,97	58,09	-6,73	169,80	59,43	-36,99	124,09	60,20	-86,56	173,29	57,49
dez.98	-16,83	125,59	57,46	-19,02	140,84	60,48	-12,14	98,31	54,08	-5,79	145,98	57,62	-36,94	123,92	57,78	-83,38	166,91	55,74
jun.99	-20,59	153,69	32,65	-19,82	146,78	42,27	-19,87	160,97	37,71	-8,46	213,34	38,58	-48,15	161,51	39,63	-94,11	188,40	37,50
dez.99	-11,93	89,01	45,26	-11,53	85,43	53,48	-11,55	93,57	50,79	-3,39	85,43	37,17	-26,47	88,80	49,56	-53,46	107,03	47,67
jun.00	-12,27	91,56	51,31	-11,96	88,56	58,74	-12,55	101,68	56,01	-3,23	81,56	44,30	-27,74	93,06	55,41	-50,81	101,73	53,23
dez.00	-13,40	100,00	51,37	-13,50	100,00	58,85	-12,34	100,00	40,94	-3,97	100,00	48,52	-29,81	100,00	48,66	-49,95	100,00	46,89
jun.01	-20,51	153,09	53,37	-15,64	115,85	54,55	-16,63	134,73	48,24	-5,47	137,88	48,26	-37,74	126,60	50,67	-57,65	115,41	44,29
dez.01	-19,21	143,35	53,26	-16,20	119,96	59,47	-14,95	121,12	55,81	-4,79	120,76	46,17	-35,93	120,54	55,81	-60,66	121,43	54,68
jun.02	-25,48	190,16	57,33	-18,76	138,94	55,77	-20,02	162,18	53,76	-6,95	175,36	54,42	-45,73	153,41	54,67	-70,55	141,24	49,02
dez.02	-26,80	200,07	57,78	-18,04	133,59	52,40	-19,63	159,04	51,13	-5,59	140,87	58,88	-43,25	145,10	52,56	-69,59	139,32	46,28
jun.03	-20,35	151,90	67,52	-18,48	136,89	68,51	-9,91	80,31	60,89	-4,48	112,95	72,25	-32,87	110,28	66,47	-63,18	126,48	63,44
dez.03	-21,26	158,72	68,36	-18,62	137,92	70,14	-10,43	84,52	67,31	-4,04	101,99	68,58	-33,10	111,03	69,03	-60,09	120,30	65,00
jun.04	-17,20	128,38	64,48	-15,21	112,63	64,81	-8,52	69,06	61,55	-3,51	88,64	68,40	-27,25	91,39	64,18	-47,44	94,98	57,11
dez.04	-16,73	124,87	67,40	-15,26	113,02	70,22	-9,12	73,85	69,43	-3,97	100,06	69,00	-28,34	95,08	69,79	-48,40	96,90	65,03
jun.05	-19,98	149,12	68,18	-17,51	129,65	66,66	-11,13	90,17	72,46	-4,29	108,08	73,65	-32,92	110,43	69,40	-54,62	109,34	68,35
dez.05	-23,83	177,85	65,50	-20,99	155,46	65,63	-13,81	111,91	69,80	-5,56	140,29	71,65	-40,37	135,41	67,80	-65,11	130,35	64,65
jun.06	-23,47	175,20	60,43	-21,24	157,34	61,81	-13,62	110,32	69,47	-4,78	120,68	66,57	-39,65	132,99	64,82	-64,13	128,39	63,04
dez.06	-23,91	178,47	59,03	-22,06	163,42	61,05	-12,90	104,50	69,72	-3,80	95,88	63,14	-38,77	130,04	63,90	-62,10	124,32	63,83
jun.07	-23,92	178,55	56,30	-22,13	163,88	58,40	-12,59	102,01	61,33	-3,51	88,50	60,23	-38,23	128,23	59,50	-61,48	123,08	60,85
dez.07	-25,69	191,77	54,43	-23,11	171,18	56,13	-12,98	105,19	59,29	-3,74	94,26	56,22	-39,83	133,62	57,14	-62,63	125,39	58,34
jun.08	-27,15	202,64	51,25	-23,15	171,46	51,68	-12,81	103,77	58,74	-4,04	101,79	55,51	-39,99	134,16	54,14	-62,19	124,51	56,48

Tabela B34 (continuação): Despesas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - captações no mercado (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.
dez.95	-5,94	113,53	66,01	-3,62	121,58	63,85	-3,63	154,17	54,60	-0,53	30,62	67,68	-	-	-	-1,77	77,60	68,73	-0,68	130,80	59,24
jun.96	-4,90	93,67	58,75	-2,52	84,59	40,42	-3,62	153,54	57,54	-0,35	20,16	34,61	-	-	-	-0,88	38,50	50,16	-0,42	81,76	42,94
dez.96	-2,96	56,61	56,15	-2,18	73,18	41,71	-2,62	111,09	51,05	-0,26	14,98	36,90	-	-	-	-0,88	38,54	53,94	-0,31	59,36	27,38
jun.97	-2,63	50,26	54,08	-2,41	81,04	52,73	-2,22	94,24	48,27	-0,34	19,83	51,95	-0,77	55,73	89,82	-1,19	52,11	68,80	-0,71	137,69	54,49
dez.97	-3,35	64,04	54,49	-3,38	113,47	62,25	-2,42	102,56	50,65	-0,38	21,89	50,29	-1,86	134,60	93,14	-2,07	90,51	75,41	-0,47	90,83	58,55
jun.98	-6,00	114,73	57,78	-4,02	135,00	61,90	-3,12	132,22	53,44	-0,68	39,29	47,76	-1,88	135,77	85,63	-2,39	104,75	70,76	-0,55	105,89	58,18
dez.98	-5,21	99,56	52,24	-5,20	174,45	62,96	-2,77	117,41	46,83	-0,77	44,48	32,22	-1,73	125,42	74,21	-1,89	82,60	58,54	-0,56	107,96	36,18
jun.99	-5,94	113,49	28,31	-5,75	192,88	53,25	-4,43	187,95	29,36	-3,10	178,57	34,52	-1,48	106,97	60,21	-2,92	127,69	50,28	-0,81	157,14	22,85
dez.99	-4,75	90,79	45,83	-2,53	84,89	65,97	-2,00	84,96	30,78	-1,34	77,02	41,32	-0,95	68,71	58,56	-1,31	57,22	54,28	-0,42	80,74	30,13
jun.00	-4,83	92,33	51,94	-2,47	82,97	64,23	-1,96	83,15	37,23	-1,55	89,26	51,97	-1,15	83,13	63,78	-1,46	63,72	57,84	-0,44	84,27	41,02
dez.00	-5,23	100,00	53,16	-2,98	100,00	59,74	-2,36	100,00	40,73	-1,74	100,00	50,99	-1,38	100,00	55,36	-2,28	100,00	70,03	-0,52	100,00	30,97
jun.01	-5,62	107,47	46,42	-3,98	133,68	58,01	-3,71	157,44	43,63	-2,75	158,47	58,27	-1,49	107,46	51,41	-2,52	110,25	68,38	-0,62	119,69	20,59
dez.01	-5,56	106,19	47,96	-3,93	132,00	60,75	-3,39	143,69	40,70	-1,46	84,39	46,64	-1,81	131,23	65,25	-2,42	106,00	75,44	-0,58	111,30	37,08
jun.02	-7,13	136,25	48,49	-5,17	173,57	59,81	-4,79	203,28	50,64	-3,65	210,28	69,57	-1,59	115,28	60,48	-2,48	108,56	64,15	-0,65	126,03	18,92
dez.02	-7,51	143,53	45,53	-4,43	148,88	54,36	-5,33	226,13	58,23	-3,55	204,37	67,60	-1,23	89,04	59,51	-2,26	98,77	65,48	-0,54	105,05	16,15
jun.03	-7,39	141,29	66,50	-4,48	150,39	61,50	-4,03	170,83	70,64	-1,82	105,12	64,75	-1,69	122,05	68,41	-1,72	75,15	73,64	-0,28	53,46	21,26
dez.03	-7,72	147,45	69,50	-4,54	152,37	63,83	-3,52	149,19	66,84	-2,91	167,54	67,27	-1,59	115,11	69,85	-1,50	65,69	62,18	-0,24	45,78	23,83
jun.04	-5,73	109,53	64,03	-3,52	118,15	57,99	-2,91	123,57	64,70	-2,58	148,88	64,36	-1,27	91,51	57,62	-1,32	57,79	57,90	-0,20	38,87	25,22
dez.04	-5,59	106,87	72,36	-3,32	111,52	58,86	-3,21	135,98	64,56	-2,27	130,54	62,84	-1,69	122,26	65,60	-1,04	45,74	50,76	-0,33	64,00	47,51
jun.05	-6,66	127,24	72,38	-3,92	131,62	52,63	-3,47	147,35	69,47	-2,90	167,04	71,83	-2,30	166,34	68,20	-1,30	57,08	51,67	-0,60	116,64	71,84
dez.05	-7,50	143,41	69,71	-4,71	158,13	50,44	-3,93	166,73	64,52	-3,76	216,49	73,65	-3,05	220,96	72,17	-1,84	80,57	55,17	-0,58	112,31	55,19
jun.06	-6,97	133,12	61,57	-4,80	160,98	46,74	-3,68	156,23	60,82	-4,00	230,69	68,90	-2,59	187,58	67,28	-2,07	90,78	56,57	-0,45	86,02	55,69
dez.06	-7,09	135,55	62,42	-5,86	196,57	46,42	-3,80	161,28	63,14	-3,65	210,35	63,25	-2,56	184,97	70,09	-2,02	88,42	58,21	-0,37	71,65	45,56
jun.07	-7,27	138,96	61,59	-6,09	204,50	44,95	-3,51	148,86	60,23	-3,77	217,21	58,50	-2,48	179,74	64,51	-2,42	106,08	56,53	-0,38	74,08	35,72
dez.07	-7,25	138,63	57,31	-6,72	225,48	44,25	-3,74	158,56	56,22	-3,60	207,29	54,70	-2,19	158,72	62,44	-2,58	113,02	55,40	-0,31	59,02	38,10
jun.08	-8,25	157,69	56,12	-7,04	236,49	39,47	-4,04	171,22	55,51	-3,65	210,54	50,74	-2,32	167,48	58,39	-1,86	81,33	48,76	-0,40	76,47	42,92

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B35: Despesas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - empréstimos e repasses (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.
dez.95	-3,84	72,96	12,08	-4,21	101,12	9,77	-1,69	13,09	17,21	-1,98	86,95	20,51	-7,88	40,76	12,59	-42,41	117,27	19,45
jun.96	-3,71	70,41	13,70	-3,97	95,28	11,30	-1,85	14,38	22,11	-1,97	86,58	21,72	-7,79	40,32	14,82	-37,92	104,86	21,23
dez.96	-4,79	90,89	21,53	-5,28	126,77	17,46	-2,37	18,38	31,02	-2,01	88,33	25,51	-9,66	49,97	21,11	-32,18	88,96	23,62
jun.97	-4,27	80,98	22,75	-4,40	105,55	16,81	-2,02	15,68	22,77	-2,05	90,21	25,61	-8,47	43,82	19,68	-28,76	79,53	22,49
dez.97	-4,13	78,44	18,69	-4,93	118,29	15,68	-1,73	13,44	13,92	-2,29	100,35	19,96	-8,95	46,27	16,17	-36,00	99,53	22,43
jun.98	-4,88	92,63	16,26	-4,36	104,78	13,61	-3,23	25,03	17,87	-2,42	106,03	21,32	-10,01	51,75	16,28	-31,53	87,17	20,94
dez.98	-5,06	96,08	17,29	-4,79	115,11	15,25	-5,64	43,79	25,15	-2,53	111,00	25,17	-12,97	67,07	20,28	-38,69	106,98	25,87
jun.99	-32,45	615,87	51,46	-19,43	466,53	41,45	-25,66	199,04	48,69	-10,71	470,13	48,85	-55,80	288,61	45,93	-119,76	331,13	47,72
dez.99	-6,88	130,64	26,13	-3,60	86,51	16,71	-6,20	48,11	27,27	-4,05	178,01	44,50	-13,86	71,69	25,95	-35,07	96,96	31,27
jun.00	-4,67	88,63	19,53	-3,04	72,88	14,91	-5,71	44,27	25,46	-2,40	105,47	32,92	-11,14	57,64	22,26	-25,73	71,14	26,95
dez.00	-5,27	100,00	20,20	-4,17	100,00	18,15	-12,89	100,00	42,75	-2,28	100,00	27,87	-19,33	100,00	31,56	-36,17	100,00	33,95
jun.01	-9,93	188,46	25,84	-7,09	170,17	24,72	-12,96	100,51	37,58	-4,11	180,38	36,27	-24,15	124,93	32,43	-47,93	132,52	36,82
dez.01	-8,09	153,51	22,43	-4,65	111,66	17,08	-6,84	53,07	25,54	-3,62	158,82	34,88	-15,11	78,15	23,46	-26,17	72,36	23,59
jun.02	-9,77	185,39	21,98	-8,06	193,44	23,95	-13,05	101,21	35,03	-3,47	152,40	27,17	-24,58	127,11	29,38	-53,26	147,26	37,00
dez.02	-11,98	227,33	25,82	-9,86	236,75	28,65	-14,63	113,53	38,11	-2,68	117,83	28,29	-27,18	140,58	33,02	-60,10	166,18	39,96
jun.03	-2,19	41,65	7,28	-2,08	49,93	7,71	-2,78	21,53	17,05	-0,52	22,80	8,38	-5,37	27,80	10,87	-14,54	40,20	14,60
dez.03	-3,37	64,00	10,84	-3,09	74,23	11,65	-2,48	19,24	16,00	-0,71	30,99	11,97	-6,28	32,47	13,09	-18,97	52,46	20,52
jun.04	-4,21	79,90	15,78	-3,82	91,66	16,27	-3,15	24,41	22,72	-0,75	32,74	14,52	-7,71	39,88	18,16	-21,46	59,35	25,83
dez.04	-1,58	29,98	6,37	-1,41	33,82	6,48	-0,99	7,68	7,54	-0,34	14,83	5,88	-2,74	14,16	6,74	-10,42	28,82	14,00
jun.05	-1,78	33,83	6,08	-1,72	41,35	6,56	-1,23	9,55	8,01	-0,34	14,96	5,86	-3,29	17,04	6,94	-8,20	22,68	10,27
dez.05	-3,00	56,92	8,25	-2,63	63,20	8,23	-2,22	17,19	11,20	-0,48	21,24	6,23	-5,33	27,58	8,96	-13,64	37,71	13,54
jun.06	-2,74	51,96	7,05	-2,57	61,80	7,49	-1,42	11,01	7,24	-0,47	20,76	6,58	-4,47	23,10	7,30	-12,44	34,38	12,22
dez.06	-2,61	49,46	6,43	-2,07	49,80	5,74	-1,20	9,29	6,47	-0,47	20,83	7,88	-3,75	19,38	6,18	-10,73	29,67	11,03
jun.07	-2,57	48,73	6,04	-2,35	56,51	6,21	-2,02	15,69	9,85	-0,41	17,91	7,00	-4,78	24,75	7,45	-11,80	32,62	11,68
dez.07	-3,56	67,53	7,54	-3,47	83,42	8,44	-2,58	20,01	11,78	-0,51	22,21	7,61	-6,56	33,93	9,41	-13,86	38,33	12,91
jun.08	-3,75	71,21	7,08	-3,42	82,13	7,64	-1,49	11,55	6,83	-0,45	19,55	6,12	-5,35	27,70	7,25	-12,02	33,24	10,92

Tabela B35 (continuação): Despesas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - empréstimos e repasses (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.
dez.95	-0,94	43,46	10,44	-0,62	80,73	10,96	-1,18	61,17	17,67	-0,15	58,54	19,24	-	-	-	-0,36	91,50	14,02	-0,26	23,69	22,36
jun.96	-0,87	40,33	10,45	-0,85	110,50	13,65	-1,24	64,31	19,66	-0,28	108,43	27,68	-	-	-	-0,39	97,58	22,00	-0,36	33,26	36,41
dez.96	-1,23	56,85	23,31	-1,05	136,89	20,17	-1,23	63,77	23,90	-0,29	112,85	41,34	-	-	-	-0,44	110,46	26,75	-0,56	51,80	49,80
jun.97	-1,24	57,44	25,55	-0,91	117,55	19,77	-1,19	62,09	25,94	-0,12	46,48	18,11	-0,07	12,80	8,48	-0,21	54,20	12,38	-0,49	45,54	37,56
dez.97	-1,42	65,59	23,07	-0,81	105,10	14,91	-1,21	62,94	25,35	-0,08	32,91	11,24	-0,12	20,51	5,83	-0,23	57,33	8,27	-0,15	13,99	18,80
jun.98	-1,66	76,79	15,98	-0,91	118,22	14,02	-1,29	67,10	22,12	-0,09	35,45	6,41	-0,13	22,54	5,84	-0,43	109,40	12,79	-0,20	18,80	21,54
dez.98	-1,89	87,23	18,92	-0,89	116,01	10,82	-1,49	77,28	25,14	-0,12	47,48	5,11	-0,26	46,16	11,22	-0,76	191,69	23,51	-0,75	69,22	48,35
jun.99	-11,13	514,42	53,04	-3,79	491,99	35,12	-8,60	447,13	56,97	-3,80	1.472,77	42,33	-0,73	128,04	29,60	-1,83	462,09	31,48	-1,90	176,31	53,44
dez.99	-2,14	99,16	20,69	-0,47	60,61	12,18	-3,32	172,56	50,99	-0,57	220,75	17,61	-0,42	74,54	26,09	-0,39	97,52	16,01	-0,74	68,90	53,59
jun.00	-1,63	75,33	17,52	-0,48	62,05	12,42	-1,95	101,47	37,06	-0,19	71,96	6,23	-0,32	56,85	17,92	-0,43	107,97	16,96	-0,34	31,40	31,86
dez.00	-2,16	100,00	21,97	-0,77	100,00	15,45	-1,92	100,00	33,22	-0,26	100,00	7,58	-0,57	100,00	22,74	-0,40	100,00	12,12	-1,08	100,00	64,55
jun.01	-3,67	169,79	30,31	-1,50	194,33	21,80	-3,45	179,32	40,54	-0,44	169,65	9,28	-0,86	152,13	29,90	-0,52	132,79	14,25	-2,18	201,99	72,42
dez.01	-2,96	136,99	25,57	-0,85	109,80	13,07	-3,31	172,40	39,83	-0,18	68,46	5,63	-0,26	45,88	9,37	-0,20	51,42	6,33	-0,83	77,22	53,62
jun.02	-4,36	201,68	29,66	-1,54	199,46	17,77	-2,55	132,89	27,00	-0,55	213,18	10,49	-0,60	105,07	22,64	-0,63	160,34	16,39	-2,62	242,36	75,84
dez.02	-6,12	282,83	37,08	-1,61	209,08	19,74	-2,60	135,38	28,44	-0,95	368,28	18,11	-0,44	76,83	21,09	-0,50	126,73	14,54	-2,66	246,23	78,89
jun.03	-1,13	52,16	10,15	-0,28	35,89	3,79	-0,47	24,61	8,30	-0,14	54,28	4,97	-0,20	35,12	8,09	-0,16	40,88	6,93	-0,92	85,21	70,62
dez.03	-1,41	65,31	12,72	-0,90	117,27	12,70	-0,60	31,13	11,38	-0,26	99,43	5,94	-0,19	32,90	8,20	-0,18	45,99	7,53	-0,57	53,24	57,77
jun.04	-1,40	64,88	15,68	-1,19	154,29	19,58	-0,71	37,00	15,80	-0,63	245,26	15,76	-0,22	39,22	10,14	-0,31	78,93	13,68	-0,51	46,87	63,38
dez.04	-0,56	25,79	7,22	-0,38	49,42	6,74	-0,32	16,55	6,41	-0,15	57,27	4,10	-0,14	24,35	5,37	-0,14	36,37	6,98	-0,13	11,81	18,28
jun.05	-0,72	33,35	7,84	-0,39	50,55	5,23	-0,33	17,41	6,69	-0,11	44,01	2,81	-0,13	23,16	3,90	-0,17	41,96	6,57	-0,08	7,24	9,29
dez.05	-1,21	55,96	11,24	-0,60	78,05	6,44	-0,46	23,78	7,51	-0,21	81,62	4,13	-0,08	14,49	1,94	-0,23	57,03	6,76	-0,24	22,09	22,63
jun.06	-1,36	62,96	12,04	-0,41	52,62	3,95	-0,44	22,95	7,29	-0,18	71,64	3,18	-0,07	13,06	1,92	-0,19	48,01	5,18	-0,06	5,86	7,91
dez.06	-0,86	39,80	7,58	-0,63	82,28	5,02	-0,47	24,68	7,88	-0,30	115,00	5,14	-0,06	10,62	1,65	-0,16	39,52	4,50	-0,10	9,47	12,55
jun.07	-0,73	33,59	6,15	-0,65	84,53	4,80	-0,41	21,22	7,00	-0,37	141,52	5,67	-0,07	12,47	1,84	-0,42	105,52	9,73	-0,29	26,53	26,66
dez.07	-0,89	40,96	7,00	-1,32	171,67	8,71	-0,51	26,31	7,61	-0,34	130,61	5,12	-0,11	20,21	3,27	-0,52	131,33	11,14	-0,17	15,43	20,76
jun.08	-0,70	32,46	4,77	-1,78	231,23	9,98	-0,45	23,16	6,12	-0,33	126,86	4,55	-0,12	20,68	2,96	-0,37	92,98	9,65	-0,07	6,40	7,49

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B36: Despesas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - arrendamento mercantil (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.
dez.95	-1,47	41,87	4,63	-2,07	68,26	4,80	-0,45	16,90	4,56	-0,67	75,33	6,94	-3,19	48,53	5,09	-9,99	97,30	4,58
jun.96	-2,46	69,93	9,08	-3,63	119,62	10,33	-0,66	24,96	7,88	-0,59	66,34	6,50	-4,88	74,28	9,28	-9,42	91,76	5,27
dez.96	-2,97	84,41	13,34	-4,09	134,95	13,54	-0,64	24,18	8,38	-0,65	73,15	8,25	-5,38	81,96	11,77	-8,95	87,19	6,57
jun.97	-2,59	73,67	13,81	-3,77	124,30	14,41	-0,68	25,63	7,64	-0,79	89,25	9,90	-5,24	79,81	12,18	-7,74	75,42	6,05
dez.97	-2,11	60,11	9,56	-3,27	107,78	10,40	-0,91	34,51	7,34	-0,70	78,94	6,13	-4,89	74,36	8,83	-7,68	74,83	4,79
jun.98	-2,91	82,70	9,69	-3,33	109,84	10,39	-1,78	67,38	9,88	-1,08	121,56	9,55	-6,20	94,33	10,08	-9,32	90,82	6,19
dez.98	-2,28	64,79	7,78	-3,27	107,80	10,40	-2,68	101,28	11,94	-0,87	97,38	8,62	-6,82	103,76	10,66	-10,94	106,63	7,32
jun.99	-4,33	123,13	6,87	-3,71	122,12	7,90	-4,00	151,01	7,58	-1,10	123,75	5,02	-8,80	133,98	7,24	-14,81	144,26	5,90
dez.99	-4,16	118,19	15,78	-3,73	123,01	17,30	-3,22	121,76	14,17	-0,83	92,98	9,08	-7,78	118,44	14,57	-12,28	119,69	10,95
jun.00	-4,34	123,44	18,16	-3,57	117,66	17,54	-2,99	113,00	13,34	-0,81	91,11	11,10	-7,37	112,19	14,72	-11,38	110,89	11,92
dez.00	-3,52	100,00	13,48	-3,03	100,00	13,22	-2,65	100,00	8,78	-0,89	100,00	10,89	-6,57	100,00	10,72	-10,26	100,00	9,64
jun.01	-4,03	114,67	10,49	-2,96	97,57	10,32	-2,49	94,22	7,23	-0,87	97,89	7,69	-6,32	96,26	8,49	-9,55	93,03	7,34
dez.01	-3,64	103,37	10,08	-2,96	97,65	10,88	-2,03	76,54	7,56	-0,73	81,83	7,02	-5,72	87,01	8,88	-8,21	79,98	7,40
jun.02	-2,89	82,16	6,50	-2,61	86,13	7,77	-1,38	52,06	3,70	-0,60	67,18	4,68	-4,59	69,84	5,48	-6,23	60,68	4,33
dez.02	-2,22	63,17	4,79	-2,16	71,06	6,26	-1,27	48,00	3,31	-0,33	36,54	3,43	-3,75	57,10	4,56	-5,15	50,21	3,43
jun.03	-1,76	50,16	5,85	-1,82	59,93	6,74	-0,76	28,62	4,65	-0,31	34,44	4,94	-2,88	43,87	5,83	-4,56	44,45	4,58
dez.03	-1,64	46,74	5,28	-1,79	58,84	6,72	-0,61	22,94	3,92	-0,22	24,49	3,69	-2,61	39,73	5,44	-3,91	38,08	4,23
jun.04	-1,62	46,08	6,08	-1,81	59,81	7,73	-0,54	20,55	3,93	-0,19	21,63	3,74	-2,55	38,83	6,01	-3,64	35,49	4,38
dez.04	-2,00	56,78	8,05	-2,27	74,80	10,44	-0,60	22,70	4,57	-0,19	20,93	3,24	-3,06	46,52	7,53	-4,23	41,25	5,69
jun.05	-2,54	72,26	8,67	-3,05	100,47	11,61	-0,64	24,33	4,19	-0,19	21,67	3,31	-3,88	59,13	8,19	-4,96	48,34	6,21
dez.05	-3,38	96,12	9,29	-3,97	130,70	12,40	-0,67	25,40	3,40	-0,34	38,36	4,40	-4,98	75,78	8,36	-6,00	58,51	5,96
jun.06	-4,39	124,87	11,31	-5,10	167,93	14,82	-0,73	27,66	3,73	-0,31	35,28	4,37	-6,14	93,47	10,04	-7,23	70,49	7,11
dez.06	-5,98	170,18	14,77	-6,60	217,41	18,25	-0,72	27,24	3,90	-0,38	42,52	6,28	-7,70	117,13	12,69	-8,90	86,74	9,15
jun.07	-7,02	199,52	16,51	-7,29	240,20	19,23	-1,01	38,28	4,93	-0,59	66,67	10,18	-8,89	135,37	13,84	-10,29	100,29	10,19
dez.07	-9,38	266,75	19,87	-9,06	298,53	22,00	-1,47	55,51	6,71	-1,01	113,31	15,16	-11,53	175,56	16,54	-13,11	127,78	12,22
jun.08	-12,62	358,76	23,82	-11,57	381,35	25,83	-2,24	84,57	10,26	-1,38	154,80	18,94	-15,18	231,13	20,56	-17,07	166,34	15,51

Tabela B36 (continuação): Despesas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - arrendamento mercantil (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.
dez.95	-0,01	1,19	0,15	0,00	0,00	0,00	-0,56	84,70	8,35	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-0,40	80,27	15,65	-0,08	45,24	6,65
jun.96	-0,01	0,67	0,09	-1,06	195,66	17,03	-0,51	77,86	8,12	-0,17	16,34	16,80	-	-	-	-0,38	75,90	21,77	-0,09	54,05	9,21
dez.96	-0,62	53,37	11,68	-0,91	167,78	17,42	-0,59	90,43	11,56	-0,14	13,19	19,47	-	-	-	-0,34	68,04	20,97	-0,07	43,35	6,49
jun.97	-0,38	32,93	7,82	-0,69	127,92	15,16	-0,51	78,40	11,17	-0,14	13,06	20,50	-0,01	7,48	1,60	-0,31	62,29	18,10	-0,06	36,00	4,62
dez.97	-0,30	25,57	4,80	-0,61	111,47	11,14	-0,46	69,81	9,59	-0,19	18,31	25,20	-0,01	3,57	0,33	-0,40	80,03	14,68	-0,08	49,37	10,33
jun.98	-0,89	76,79	8,53	-0,53	96,81	8,09	-0,67	101,54	11,42	-0,46	44,66	32,53	-0,09	51,41	4,30	-0,47	93,35	13,88	-0,13	75,63	13,48
dez.98	-0,93	80,66	9,34	-0,48	88,79	5,84	-0,73	111,10	12,33	-0,83	79,54	34,53	-0,14	74,58	5,85	-0,56	111,45	17,39	-0,19	112,73	12,25
jun.99	-1,44	125,07	6,88	-0,42	76,76	3,86	-0,85	129,55	5,63	-1,12	107,24	12,42	-0,15	79,81	5,96	-0,79	157,37	13,64	-0,41	243,24	11,48
dez.99	-1,44	124,80	13,90	-0,43	79,09	11,20	-0,61	93,16	9,39	-1,06	101,58	32,66	-0,15	81,41	9,20	-0,62	123,14	25,72	-0,31	184,35	22,32
jun.00	-1,56	135,18	16,78	-0,49	89,80	12,67	-0,72	109,20	13,61	-1,09	104,53	36,47	-0,16	87,62	8,92	-0,49	97,40	19,46	-0,18	105,07	16,59
dez.00	-1,15	100,00	11,73	-0,54	100,00	10,89	-0,66	100,00	11,33	-1,04	100,00	30,56	-0,18	100,00	7,34	-0,50	100,00	15,42	-0,17	100,00	10,05
jun.01	-1,16	100,74	9,60	-0,60	110,04	8,70	-0,67	101,95	7,86	-1,02	98,50	21,70	-0,16	86,45	5,49	-0,58	116,13	15,86	-0,13	76,42	4,27
dez.01	-1,16	100,46	10,01	-0,70	129,01	10,82	-0,61	92,94	7,33	-0,71	68,74	22,77	-0,16	86,11	5,68	-0,59	116,47	18,25	-0,10	62,28	6,73
jun.02	-0,98	84,92	6,67	-0,65	119,51	7,50	-0,53	80,69	5,59	-0,46	44,21	8,76	-0,10	57,12	3,98	-0,64	126,62	16,47	-0,07	41,98	2,04
dez.02	-0,85	73,66	5,16	-0,44	81,62	5,43	-0,32	49,44	3,54	-0,36	34,55	6,85	-0,09	51,69	4,58	-0,55	110,19	16,08	-0,07	41,36	2,06
jun.03	-0,78	67,44	7,00	-0,38	69,48	5,18	-0,31	46,69	5,37	-0,17	15,92	5,88	-0,08	43,84	3,26	-0,47	94,06	20,29	-0,08	46,94	6,06
dez.03	-0,63	54,67	5,69	-0,42	76,64	5,85	-0,22	33,19	4,14	-0,25	23,61	5,68	-0,08	41,38	3,33	-0,54	107,46	22,40	-0,06	33,49	5,66
jun.04	-0,56	48,49	6,25	-0,55	100,76	9,01	-0,19	29,33	4,27	-0,21	19,75	5,12	-0,08	45,95	3,84	-0,57	112,96	24,91	-0,04	24,77	5,21
dez.04	-0,48	41,81	6,25	-0,98	180,42	17,35	-0,19	28,39	3,75	-0,25	24,05	6,94	-0,10	54,81	3,90	-0,67	133,23	32,55	-0,03	17,89	4,31
jun.05	-0,49	42,19	5,30	-1,54	284,19	20,71	-0,19	29,40	3,86	-0,22	21,16	5,45	-0,11	61,58	3,35	-0,87	172,26	34,33	-0,02	13,32	2,66
dez.05	-0,59	50,70	5,44	-2,10	386,05	22,44	-0,34	52,04	5,60	-0,26	24,65	5,03	-0,12	66,39	2,88	-1,11	220,09	33,18	-0,02	10,53	1,68
jun.06	-0,72	62,17	6,34	-2,95	543,96	28,78	-0,31	47,86	5,18	-0,31	29,38	5,26	-0,16	85,78	4,08	-1,23	245,08	33,63	-0,02	12,33	2,59
dez.06	-0,89	76,99	7,82	-4,20	773,87	33,30	-0,38	57,67	6,28	-0,41	39,85	7,18	-0,20	108,31	5,44	-1,30	259,12	37,56	0,00	2,78	0,57
jun.07	-1,06	91,79	8,98	-4,63	853,93	34,20	-0,59	90,43	10,18	-0,63	60,39	9,75	-0,28	150,09	7,15	-1,36	271,04	31,80	-0,01	4,00	0,62
dez.07	-1,50	129,63	11,82	-5,82	1.072,11	38,34	-1,01	153,69	15,16	-0,97	93,03	14,71	-0,40	217,41	11,35	-1,47	291,43	31,45	-0,01	4,90	1,03
jun.08	-2,49	215,97	16,96	-7,13	1.313,87	39,96	-1,38	209,97	18,94	-1,51	145,60	21,03	-0,60	329,81	15,25	-1,50	298,32	39,38	-0,01	7,09	1,29

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B37: Despesas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - operações de câmbio (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.
dez.95	0,00	-	0,00	-0,01	54,69	0,03	-0,15	124,92	1,53	0,00	0,00	0,00	-0,16	70,09	0,26	-0,19	56,68	0,09
jun.96	0,00	-	0,00	-0,01	33,16	0,02	-0,02	14,84	0,21	0,00	0,00	0,00	-0,02	10,83	0,05	-0,05	14,30	0,03
dez.96	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,02	4,97	0,01
jun.97	0,00	-	0,00	0,00	3,69	0,00	-0,01	9,74	0,13	0,00	0,00	0,00	-0,01	5,41	0,03	-0,03	9,95	0,03
dez.97	0,00	-	0,00	-0,04	197,42	0,14	-0,01	5,44	0,05	-0,06	64,66	0,50	-0,11	46,33	0,19	-0,13	37,76	0,08
jun.98	0,00	-	0,00	0,00	17,64	0,01	-0,07	62,31	0,41	0,00	1,84	0,01	-0,08	34,77	0,13	-0,10	29,63	0,07
dez.98	0,00	-	0,00	0,00	19,45	0,01	-0,01	7,59	0,04	0,00	0,00	0,00	-0,01	5,77	0,02	-0,05	15,20	0,03
jun.99	0,00	-	0,00	-0,05	222,20	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,05	20,86	0,04	-0,14	41,02	0,06
dez.99	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,03	7,92	0,02
jun.00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,07	60,93	0,33	-0,06	70,53	0,86	-0,14	58,92	0,27	-0,14	41,61	0,15
dez.00	0,00	-	0,00	-0,02	100,00	0,09	-0,12	100,00	0,40	-0,09	100,00	1,09	-0,23	100,00	0,38	-0,34	100,00	0,32
jun.01	0,00	-	0,00	-0,03	148,95	0,11	-0,41	340,60	1,18	-0,07	73,31	0,58	-0,51	219,41	0,68	-0,68	197,73	0,52
dez.01	0,00	-	0,00	-0,01	41,76	0,03	-0,31	258,55	1,16	-0,06	62,21	0,53	-0,37	162,39	0,58	-0,53	153,07	0,47
jun.02	-0,04	-	0,10	-0,15	713,84	0,46	-0,32	267,81	0,86	0,00	2,94	0,02	-0,48	207,43	0,57	-0,49	144,16	0,34
dez.02	0,00	-	0,00	-0,12	574,16	0,36	-0,73	607,43	1,89	0,00	0,00	0,00	-0,85	369,78	1,03	-0,85	248,36	0,57
jun.03	-0,39	-	1,29	-0,41	1.901,55	1,52	-0,69	580,29	4,27	0,00	0,00	0,00	-1,11	480,31	2,24	-2,58	750,93	2,59
dez.03	-0,02	-	0,07	-0,08	347,39	0,28	0,00	0,34	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,08	32,79	0,16	-0,08	22,42	0,08
jun.04	0,00	-	0,00	0,00	11,48	0,01	-0,08	65,52	0,57	0,00	0,00	0,00	-0,08	35,15	0,19	-0,09	25,76	0,11
dez.04	-0,75	-	3,01	-0,47	2.168,22	2,16	-0,38	316,61	2,89	-0,19	214,42	3,32	-1,04	451,02	2,56	-1,08	315,78	1,46
jun.05	-0,11	-	0,36	-0,14	624,34	0,51	-0,06	46,98	0,37	-0,11	119,26	1,82	-0,30	129,10	0,63	-0,43	125,04	0,54
dez.05	0,00	-	0,00	-0,11	524,41	0,35	-0,08	63,59	0,38	0,00	3,89	0,04	-0,19	83,81	0,32	-0,21	60,49	0,21
jun.06	-0,26	-	0,67	-0,21	986,36	0,62	-0,05	43,51	0,27	-0,06	64,11	0,79	-0,32	139,99	0,53	-0,35	102,49	0,35
dez.06	0,00	-	0,00	-0,01	26,84	0,02	-0,14	118,85	0,77	0,00	0,00	0,00	-0,15	64,32	0,24	-0,24	69,32	0,24
jun.07	-0,26	-	0,61	-0,12	554,39	0,32	-0,42	349,99	2,04	0,00	0,00	0,00	-0,54	234,06	0,84	-0,60	174,95	0,59
dez.07	0,00	-	0,00	-0,06	269,68	0,14	-0,10	87,03	0,48	0,00	0,00	0,00	-0,16	70,58	0,23	-0,17	49,63	0,16
jun.08	-0,05	-	0,10	-0,31	1.448,76	0,70	-0,19	160,45	0,88	0,00	0,00	0,00	-0,51	219,47	0,68	-0,56	163,93	0,51

Tabela B37 (continuação): Despesas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - operações de câmbio (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.
dez.95	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,31	-	-	-	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.96	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.96	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.97	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.97	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.98	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.98	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.99	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.99	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.01	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-0,02	-	0,61
dez.01	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-0,18	-	6,55	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.02	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.02	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.03	0,00	-	0,00	-0,35	-	4,86	0,00	-	0,00	-0,03	-	1,19	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.03	0,00	-	0,00	-0,02	-	0,31	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.04	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.04	0,00	-	0,00	-0,22	-	3,90	-0,19	-	3,78	-0,34	-	9,44	0,00	-	0,00	-0,12	-	5,96	0,00	-	0,00
jun.05	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-0,11	-	2,12	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-0,03	-	1,08	0,00	-	0,00
dez.05	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.06	0,00	-	0,00	-0,15	-	1,47	-0,06	-	0,94	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.06	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.07	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-0,18	-	2,79	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
dez.07	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00
jun.08	0,00	-	0,00	-0,05	-	0,28	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-0,12	-	2,99	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B38: Despesas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - provisão para crédito em liquidação duvidosa (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da receita interm.
dez.95	-6,42	164,60	20,16	-7,29	328,04	16,89	-1,10	51,05	11,20	-1,62	170,28	16,76	-10,00	187,89	15,98	-27,91	284,94	12,80
jun.96	-5,90	151,41	21,79	-6,44	290,02	18,34	-0,91	42,48	10,91	-1,23	129,67	13,58	-8,59	161,31	16,33	-33,83	345,37	18,93
dez.96	-3,14	80,55	14,11	-3,16	142,08	10,43	-0,43	19,91	5,61	-0,94	98,64	11,89	-4,52	84,94	9,88	-9,10	92,93	6,68
jun.97	-1,86	47,64	9,90	-3,11	139,97	11,88	-0,54	25,17	6,10	-0,86	90,79	10,76	-4,51	84,78	10,48	-14,52	148,23	11,35
dez.97	-2,66	68,30	12,04	-5,28	237,55	16,79	-1,29	60,04	10,38	-2,70	284,36	23,60	-9,27	174,15	16,76	-26,06	266,02	16,24
jun.98	-4,46	114,39	14,85	-4,60	206,95	14,33	-2,48	115,36	13,75	-1,10	115,48	9,69	-8,18	153,59	13,31	-23,06	235,43	15,32
dez.98	-5,11	131,18	17,46	-4,36	196,25	13,86	-1,97	91,66	8,79	-0,86	90,72	8,59	-7,19	135,12	11,25	-16,51	168,58	11,04
jun.99	-5,70	146,13	9,03	-3,88	174,62	8,27	-3,17	147,29	6,02	-1,66	174,14	7,55	-8,70	163,49	7,16	-22,16	226,30	8,83
dez.99	-3,38	86,75	12,83	-2,70	121,46	12,51	-1,76	81,99	7,76	-0,84	88,64	9,25	-5,30	99,64	9,93	-11,32	115,56	10,09
jun.00	-2,63	67,51	11,01	-1,79	80,74	8,81	-1,09	50,62	4,86	-0,79	83,02	10,81	-3,67	68,97	7,33	-7,39	75,44	7,74
dez.00	-3,90	100,00	14,94	-2,22	100,00	9,68	-2,15	100,00	7,14	-0,95	100,00	11,63	-5,32	100,00	8,69	-9,79	100,00	9,20
jun.01	-3,95	101,41	10,29	-2,95	132,88	10,29	-1,99	92,27	5,76	-0,82	85,86	7,21	-5,75	108,07	7,72	-14,37	146,74	11,04
dez.01	-5,13	131,65	14,23	-3,42	153,80	12,54	-2,66	123,63	9,93	-1,18	124,33	11,40	-7,26	136,34	11,27	-15,37	156,90	13,85
jun.02	-6,26	160,63	14,09	-4,05	182,57	12,05	-2,48	115,09	6,65	-1,75	184,26	13,71	-8,28	155,59	9,90	-13,40	136,80	9,31
dez.02	-5,39	138,18	11,61	-4,24	190,97	12,32	-2,13	99,08	5,55	-0,89	93,80	9,40	-7,27	136,47	8,83	-14,69	149,97	9,77
jun.03	-5,44	139,65	18,06	-4,19	188,49	15,52	-2,14	99,46	13,15	-0,89	94,09	14,43	-7,22	135,64	14,60	-14,72	150,33	14,79
dez.03	-4,80	123,26	15,45	-2,97	133,96	11,21	-1,98	91,95	12,77	-0,93	97,68	15,75	-5,88	110,50	12,27	-9,40	95,99	10,17
jun.04	-3,64	93,45	13,66	-2,62	118,12	11,18	-1,56	72,36	11,24	-0,69	72,11	13,34	-4,87	91,40	11,46	-10,44	106,61	12,57
dez.04	-3,77	96,60	15,17	-2,33	104,69	10,70	-2,04	94,96	15,57	-1,07	112,30	18,57	-5,44	102,12	13,39	-10,29	105,06	13,83
jun.05	-4,90	125,58	16,70	-3,85	173,35	14,66	-2,30	106,81	14,97	-0,89	93,97	15,35	-7,04	132,28	14,84	-11,70	119,46	14,64
dez.05	-6,17	158,28	16,96	-4,28	192,86	13,39	-3,01	139,96	15,22	-1,37	144,35	17,68	-8,67	162,81	14,56	-15,75	160,81	15,64
jun.06	-7,98	204,71	20,54	-5,24	236,14	15,26	-3,78	175,74	19,29	-1,56	164,02	21,69	-10,59	198,84	17,31	-17,57	179,42	17,27
dez.06	-8,01	205,41	19,77	-5,40	243,05	14,94	-3,54	164,61	19,15	-1,37	143,74	22,70	-10,31	193,61	16,99	-15,32	156,37	15,74
jun.07	-8,72	223,71	20,52	-6,00	270,16	15,84	-4,48	208,30	21,84	-1,32	138,45	22,59	-11,80	221,63	18,37	-16,87	172,19	16,69
dez.07	-8,57	219,96	18,16	-5,47	246,31	13,29	-4,76	221,27	21,75	-1,40	146,85	21,00	-11,63	218,43	16,68	-17,58	179,44	16,37
jun.08	-9,40	241,28	17,75	-6,34	285,54	14,16	-5,08	235,99	23,29	-1,41	148,53	19,42	-12,83	241,04	17,37	-18,26	186,41	16,58

Tabela B38 (continuação): Despesas de intermediação financeira dos bancos privados no Brasil - provisão para crédito em liquidação duvidosa (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	% da desp. interm.
dez.95	-2,11	162,83	23,39	-1,43	205,76	25,19	-1,29	151,47	19,39	-0,10	27,08	12,77	-	-	-	-0,04	52,17	1,60	-0,13	-144,39	11,75
jun.96	-2,56	198,15	30,71	-1,80	259,44	28,90	-0,92	108,39	14,68	-0,21	57,08	20,90	-	-	-	-0,11	134,38	6,07	-0,11	-121,22	11,44
dez.96	-0,47	36,14	8,86	-1,08	155,71	20,69	-0,69	81,19	13,48	-0,02	4,35	2,28	-	-	-	0,03	-34,06	-1,65	-0,18	-196,96	16,32
jun.97	-0,61	47,21	12,55	-0,56	81,35	12,34	-0,67	79,00	14,62	-0,06	16,88	9,44	0,00	0,25	0,11	-0,01	15,59	0,71	-0,04	-46,79	3,33
dez.97	-1,09	83,93	17,65	-0,64	91,49	11,70	-0,69	80,77	14,41	-0,10	27,06	13,26	-0,01	3,88	0,71	-0,05	56,81	1,64	-0,10	-106,36	12,32
jun.98	-1,84	142,28	17,71	-1,04	149,60	15,99	-0,76	89,11	13,02	-0,19	51,34	13,31	-0,09	25,52	4,23	-0,09	109,78	2,57	-0,06	-68,84	6,80
dez.98	-1,94	150,38	19,50	-1,68	242,28	20,38	-0,93	108,93	15,70	-0,67	182,05	28,13	-0,20	56,04	8,72	-0,02	23,04	0,57	-0,05	-53,48	3,22
jun.99	-2,47	190,93	11,77	-0,84	120,67	7,77	-1,21	142,34	8,04	-0,96	260,07	10,72	-0,10	28,59	4,23	-0,27	337,08	4,60	-0,44	-468,14	12,23
dez.99	-2,03	156,99	19,58	-0,41	58,85	10,66	-0,58	67,50	8,84	-0,27	73,44	8,40	-0,10	27,42	6,14	-0,10	121,16	3,99	0,08	90,08	-6,04
jun.00	-1,28	98,99	13,76	-0,41	59,23	10,69	-0,64	74,77	12,10	-0,16	42,90	5,33	-0,17	46,49	9,38	-0,14	182,41	5,74	-0,11	-120,33	10,52
dez.00	-1,29	100,00	13,14	-0,69	100,00	13,93	-0,85	100,00	14,72	-0,37	100,00	10,88	-0,36	100,00	14,56	-0,08	100,00	2,43	0,09	100,00	-5,56
jun.01	-1,65	127,98	13,66	-0,79	113,54	11,49	-0,68	79,53	7,97	-0,51	137,08	10,75	-0,38	104,90	13,20	-0,06	70,42	1,52	-0,06	-68,20	2,11
dez.01	-1,91	147,52	16,46	-0,99	143,17	15,36	-1,01	118,61	12,14	-0,78	211,70	24,96	-0,37	100,60	13,16	0,00	-0,72	-0,02	-0,04	-42,79	2,56
jun.02	-2,23	172,64	15,18	-1,29	185,76	14,92	-1,59	186,28	16,77	-0,59	158,45	11,18	-0,34	93,56	12,91	-0,12	145,57	2,98	-0,11	-118,32	3,19
dez.02	-2,02	156,07	12,23	-1,67	240,47	20,47	-0,90	105,15	9,79	-0,39	105,43	7,44	-0,31	84,33	14,82	-0,13	169,83	3,91	-0,10	-104,79	2,89
jun.03	-1,82	140,62	16,35	-1,80	258,74	24,67	-0,89	104,93	15,68	-0,65	176,72	23,22	-0,50	137,28	20,24	0,02	-25,39	-0,86	-0,03	-28,88	2,06
dez.03	-1,34	103,82	12,09	-1,23	177,32	17,32	-0,93	108,97	17,64	-0,91	246,43	21,11	-0,42	116,66	18,62	-0,19	240,20	7,89	-0,13	-136,24	12,74
jun.04	-1,26	97,14	14,03	-0,81	117,35	13,43	-0,69	80,45	15,22	-0,59	160,02	14,76	-0,62	171,47	28,40	-0,08	100,93	3,51	-0,05	-53,04	6,18
dez.04	-1,10	84,77	14,18	-0,74	106,88	13,15	-1,07	125,31	21,50	-0,60	162,51	16,69	-0,65	178,13	25,14	-0,08	97,23	3,74	-0,21	-224,19	29,90
jun.05	-1,33	102,99	14,48	-1,60	230,04	21,44	-0,89	104,83	17,86	-0,80	217,01	19,91	-0,83	227,70	24,55	-0,16	201,99	6,34	-0,14	-146,39	16,20
dez.05	-1,47	113,34	13,61	-1,93	278,24	20,69	-1,36	160,00	22,37	-0,88	237,02	17,20	-0,97	267,92	23,01	-0,16	205,77	4,89	-0,22	-232,24	20,51
jun.06	-2,27	175,41	20,05	-1,96	281,69	19,07	-1,56	183,14	25,77	-1,32	355,56	22,66	-1,03	283,24	26,72	-0,17	213,75	4,62	-0,27	-290,55	33,80
dez.06	-2,52	195,00	22,19	-1,92	277,20	15,26	-1,37	160,43	22,70	-1,41	380,78	24,43	-0,83	228,94	22,82	0,01	-12,00	-0,27	-0,34	-361,59	41,32
jun.07	-2,75	212,52	23,28	-2,17	313,02	16,04	-1,32	154,53	22,59	-1,50	405,56	23,30	-1,02	280,84	26,51	-0,08	105,46	1,95	-0,40	-427,05	37,00
dez.07	-3,02	233,57	23,86	-1,32	190,18	8,70	-1,40	163,90	21,00	-1,67	452,33	25,46	-0,81	221,81	22,95	-0,09	118,12	2,01	-0,32	-345,80	40,11
jun.08	-3,26	251,89	22,15	-1,84	264,87	10,31	-1,41	165,78	19,42	-1,71	460,89	23,69	-0,81	222,50	20,40	-0,08	106,57	2,22	-0,45	-479,03	48,31

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B39: Outras receitas operacionais dos bancos privados no Brasil - receitas de prestação de serviços (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados		Privado nacional (A)		Privado controle estrangeiro (B)		Privado participação estrangeira (C)		50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)		Total SFN	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	5,21	67,67	5,65	97,06	0,69	18,51	0,79	68,90	7,13	66,71	16,47	88,72
jun.96	5,33	69,27	5,57	95,62	0,66	17,63	1,37	119,28	7,60	71,05	17,46	94,09
dez.96	5,72	74,29	5,89	101,15	0,82	22,08	1,43	124,12	8,14	76,14	19,13	103,07
jun.97	5,56	72,14	5,48	94,08	1,13	30,46	1,44	124,63	8,04	75,25	19,38	104,40
dez.97	6,31	81,98	6,19	106,35	2,07	55,82	1,66	143,60	9,92	92,79	19,99	107,70
jun.98	6,03	78,30	5,39	92,53	2,69	72,46	1,63	141,62	9,71	90,84	19,07	102,77
dez.98	7,32	95,00	5,71	98,16	2,87	77,29	1,36	117,92	9,95	93,03	19,60	105,58
jun.99	6,96	90,35	5,27	90,53	3,21	86,32	1,34	116,01	9,82	91,82	19,22	103,55
dez.99	6,90	89,59	5,51	94,61	3,16	85,11	1,20	103,71	9,87	92,29	18,89	101,76
jun.00	6,81	88,45	5,33	91,58	3,38	90,82	1,10	95,84	9,81	91,78	18,78	101,20
dez.00	7,70	100,00	5,82	100,00	3,72	100,00	1,15	100,00	10,69	100,00	18,56	100,00
jun.01	8,14	105,67	6,00	103,07	3,68	98,99	1,21	105,38	10,89	101,90	18,94	102,07
dez.01	8,22	106,80	5,77	99,13	3,93	105,69	1,35	116,86	11,05	103,32	19,64	105,80
jun.02	8,50	110,38	5,76	98,96	3,94	105,91	1,34	116,30	11,04	103,24	19,88	107,10
dez.02	7,61	98,86	5,20	89,39	3,35	90,18	1,24	107,61	9,80	91,63	17,59	94,79
jun.03	7,80	101,30	5,40	92,70	3,34	89,94	1,17	101,53	9,91	92,69	18,16	97,85
dez.03	8,65	112,36	5,82	100,05	3,61	97,01	1,28	110,82	10,71	100,15	19,53	105,20
jun.04	8,53	110,79	5,80	99,65	3,61	97,08	1,17	101,65	10,58	98,97	19,11	102,96
dez.04	9,45	122,66	6,41	110,13	4,59	123,38	1,28	111,46	12,28	114,88	22,19	119,57
jun.05	9,89	128,42	7,03	120,74	4,58	123,11	1,21	104,99	12,81	119,87	22,08	118,99
dez.05	11,51	149,50	8,04	138,06	5,16	138,70	1,46	126,25	14,65	137,01	24,91	134,23
jun.06	11,71	152,01	8,22	141,21	5,76	154,96	1,58	137,33	15,56	145,58	26,34	141,92
dez.06	12,66	164,34	8,95	153,73	6,07	163,28	1,37	118,88	16,39	153,30	27,75	149,50
jun.07	13,23	171,79	9,15	157,26	6,93	186,42	1,44	124,61	17,52	163,88	29,77	160,38
dez.07	13,42	174,30	9,22	158,38	7,92	213,11	1,52	132,26	18,67	174,60	31,07	167,41
jun.08	12,28	159,44	8,48	145,65	6,55	176,15	1,37	119,18	16,40	153,40	28,23	152,09

Tabela B39 (continuação): Outras receitas operacionais dos bancos privados no Brasil - receitas de prestação de serviços (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco		Itaú		Unibanco		ABN AMRO		HSBC		Safra		Citibank	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	1,56	56,71	1,47	57,62	0,57	56,32	0,02	2,63	-	-	0,23	106,02	0,24	82,83
jun.96	1,40	50,79	1,83	71,80	0,84	83,17	0,01	1,57	-	-	0,35	160,33	0,24	83,75
dez.96	1,52	55,16	2,01	78,59	0,98	96,72	0,02	2,42	-	-	0,22	98,09	0,29	101,93
jun.97	1,66	60,57	2,05	80,39	1,05	103,77	0,02	1,95	0,31	36,55	0,17	75,91	0,28	96,53
dez.97	1,75	63,53	2,54	99,40	1,12	110,49	0,02	2,68	0,81	94,67	0,21	93,44	0,29	101,05
jun.98	1,95	70,85	2,00	78,25	1,07	105,51	0,03	4,12	1,08	126,40	0,24	107,49	0,34	118,27
dez.98	2,28	83,05	2,27	88,86	1,15	113,43	0,06	7,26	0,96	112,48	0,18	82,05	0,27	93,28
jun.99	2,21	80,45	2,62	102,47	1,17	115,74	0,74	89,37	0,89	103,56	0,14	61,50	0,28	96,49
dez.99	2,14	77,91	2,87	112,17	1,03	101,19	0,70	84,22	0,79	92,32	0,17	77,53	0,28	96,03
jun.00	2,23	81,20	2,54	99,35	1,00	98,39	0,85	102,52	0,77	90,33	0,20	89,41	0,30	104,64
dez.00	2,75	100,00	2,55	100,00	1,01	100,00	0,83	100,00	0,86	100,00	0,22	100,00	0,29	100,00
jun.01	2,75	100,00	2,65	103,68	1,14	112,25	0,82	99,13	0,90	105,13	0,25	111,38	0,29	102,81
dez.01	2,49	90,63	2,65	103,71	1,25	123,15	0,88	107,12	0,88	103,00	0,22	100,67	0,25	88,94
jun.02	2,46	89,40	2,87	112,34	1,22	120,22	0,90	108,43	0,83	96,51	0,21	97,00	0,25	88,17
dez.02	2,13	77,61	2,65	103,93	1,18	116,20	0,78	94,93	0,74	86,74	0,20	88,78	0,20	71,12
jun.03	2,14	77,75	2,81	109,83	1,13	111,65	0,89	107,29	0,75	87,24	0,23	101,74	0,22	76,43
dez.03	2,36	85,95	2,95	115,51	1,23	121,09	1,16	140,02	0,79	91,96	0,24	107,01	0,23	79,10
jun.04	2,37	86,15	2,94	115,21	1,11	109,50	1,11	134,01	0,81	95,21	0,21	92,96	0,24	82,48
dez.04	2,69	97,99	3,19	124,71	1,15	113,82	1,18	143,21	0,89	103,69	0,21	97,00	0,69	239,45
jun.05	2,79	101,60	3,63	141,94	1,10	108,66	1,18	142,31	1,03	120,26	0,23	105,22	0,51	178,99
dez.05	3,20	116,45	4,21	164,77	1,35	133,43	1,40	168,99	1,14	133,50	0,26	116,27	0,52	181,49
jun.06	3,26	118,80	4,19	164,20	1,31	129,58	1,44	174,47	1,24	144,92	0,27	124,20	0,53	184,05
dez.06	3,33	121,27	4,77	186,85	1,37	135,06	1,55	187,94	1,21	140,87	0,28	126,58	0,52	181,98
jun.07	3,59	130,67	4,68	183,04	1,44	141,57	1,65	199,54	1,24	145,17	0,28	126,61	0,62	216,18
dez.07	3,65	132,73	4,59	179,65	1,52	150,26	1,76	213,29	1,23	143,21	0,29	132,40	0,62	215,87
jun.08	3,35	121,95	4,17	163,43	1,37	135,40	1,54	186,12	1,05	122,58	0,25	112,86	0,68	238,90

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B40: Outras receitas operacionais dos bancos privados no Brasil - resultado de participação em controladas e coligadas (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados		Privado nacional (A)		Privado controle estrangeiro (B)		Privado participação estrangeira (C)		50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)		Total SFN	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	2,95	98,24	3,32	135,40	0,34	133,50	0,76	107,19	4,41	129,43	3,72	71,78
jun.96	2,08	69,23	1,81	73,76	0,22	89,45	1,28	181,79	3,32	97,23	0,81	15,61
dez.96	2,05	68,22	2,12	86,57	0,16	65,30	1,03	145,92	3,32	97,26	5,38	103,80
jun.97	1,63	54,46	1,44	58,73	0,14	54,33	0,63	88,93	2,20	64,64	5,53	106,71
dez.97	1,95	64,98	1,51	61,57	0,10	39,30	1,38	196,31	2,99	87,76	5,63	108,56
jun.98	2,51	83,73	1,98	80,74	-0,32	-128,93	0,96	136,80	2,62	76,86	5,71	110,19
dez.98	1,44	47,92	1,45	59,23	0,18	69,93	0,44	62,20	2,07	60,63	3,08	59,48
jun.99	4,55	151,72	4,03	164,29	1,43	570,50	2,41	341,73	7,87	230,89	16,80	324,29
dez.99	1,52	50,65	1,54	62,86	-0,13	-51,09	0,44	62,03	1,85	54,29	4,81	92,90
jun.00	2,25	75,00	2,13	86,96	0,07	27,05	0,58	82,33	2,78	81,59	4,27	82,42
dez.00	3,00	100,00	2,45	100,00	0,25	100,00	0,70	100,00	3,41	100,00	5,18	100,00
jun.01	-9,34	-311,34	3,18	129,64	-12,52	-4.978,11	1,07	151,83	-8,26	-242,35	-4,52	-87,30
dez.01	1,55	51,75	1,02	41,75	0,43	172,03	0,28	39,87	1,74	50,97	2,41	46,50
jun.02	4,44	147,82	3,14	127,99	1,06	423,04	1,18	167,24	5,38	157,85	8,37	161,53
dez.02	3,75	125,05	2,37	96,56	1,08	428,63	1,21	171,22	4,65	136,47	7,19	138,82
jun.03	-0,39	-13,14	0,15	6,27	-0,47	-186,98	-0,52	-74,24	-0,84	-24,61	-3,59	-69,36
dez.03	1,50	50,03	1,32	53,81	0,07	29,10	0,33	47,08	1,73	50,60	4,77	91,98
jun.04	2,18	72,65	1,89	76,88	0,41	162,91	0,32	45,56	2,62	76,75	3,69	71,15
dez.04	1,06	35,16	0,18	7,15	-0,54	-213,92	1,14	162,34	0,78	22,91	0,65	12,53
jun.05	0,66	21,94	0,90	36,60	-0,40	-159,70	0,10	13,70	0,59	17,40	1,05	20,24
dez.05	2,04	67,91	1,72	70,02	0,36	144,72	0,42	59,53	2,50	73,36	3,95	76,27
jun.06	1,96	65,16	1,91	77,68	-0,06	-22,56	0,38	53,65	2,23	65,33	5,11	98,66
dez.06	1,27	42,21	1,01	41,22	0,26	103,75	0,39	55,79	1,67	48,84	3,08	59,44
jun.07	2,42	80,70	1,74	70,86	-0,02	-7,89	1,08	153,50	2,80	82,12	5,15	99,34
dez.07	3,11	103,63	2,41	98,30	-0,46	-183,86	0,71	100,73	2,66	78,00	5,18	99,90
jun.08	1,64	54,73	1,81	73,88	-0,07	-29,07	-0,07	-9,60	1,67	49,05	5,76	111,20

Tabela B40 (continuação): Outras receitas operacionais dos bancos privados no Brasil - resultado de participação em controladas e coligadas (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco		Itaú		Unibanco		ABN AMRO		HSBC		Safra		Citibank	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	0,89	69,32	1,41	187,98	0,38	44,08	0,04	18,03	-	-	0,05	49,13	0,00	-
jun.96	1,11	86,21	0,19	24,90	0,72	84,46	0,00	-1,50	-	-	0,06	60,57	0,00	-
dez.96	0,93	72,29	0,43	57,09	0,56	66,18	0,01	6,14	-	-	0,12	126,84	0,00	-
jun.97	0,72	56,12	0,49	65,51	0,25	29,40	0,01	4,77	0,09	93,22	0,06	61,45	0,00	-
dez.97	0,51	39,63	0,62	82,92	0,71	83,07	0,00	2,16	-0,01	-13,17	0,04	38,87	0,00	-
jun.98	1,03	80,20	0,68	90,32	0,61	71,20	0,01	3,18	0,06	65,19	0,05	54,28	0,00	-
dez.98	0,56	43,99	0,51	68,26	0,13	14,99	0,00	-1,50	0,12	121,05	0,06	60,68	0,00	-
jun.99	1,22	95,02	1,40	187,01	1,03	120,92	0,90	399,48	0,06	57,45	0,32	345,23	0,00	-
dez.99	0,58	45,00	0,60	79,48	0,36	41,91	-0,06	-27,47	0,04	36,85	0,05	54,71	0,00	-
jun.00	1,10	86,01	0,62	82,96	0,49	57,07	0,00	-2,13	0,14	141,14	0,04	46,42	0,00	-
dez.00	1,28	100,00	0,75	100,00	0,85	100,00	0,23	100,00	0,10	100,00	0,09	100,00	0,00	-
jun.01	1,20	93,47	1,18	157,07	0,99	116,02	0,49	216,15	0,13	136,51	0,15	155,43	0,00	-
dez.01	0,80	62,49	0,16	21,28	0,27	31,36	0,05	22,32	0,08	85,37	0,02	18,33	0,00	-
jun.02	1,01	78,87	1,38	184,21	1,15	135,07	0,72	320,45	0,08	85,77	0,21	223,06	0,00	-
dez.02	1,18	91,79	0,41	55,04	1,18	137,72	0,79	349,26	0,13	127,96	0,25	272,42	0,00	-
jun.03	0,20	15,78	0,46	60,89	-0,55	-64,05	-0,81	-360,80	0,05	46,24	-0,19	-200,46	0,00	-
dez.03	0,71	55,31	0,55	74,02	0,30	35,62	-0,03	-12,49	0,08	83,49	0,00	-0,68	0,00	-
jun.04	0,86	67,01	0,76	100,92	0,29	34,12	0,17	74,87	0,06	56,51	0,10	104,68	0,00	-
dez.04	0,08	6,49	0,43	56,79	1,08	126,29	-0,58	-258,49	0,08	79,18	-0,13	-135,62	0,00	-
jun.05	0,69	54,10	0,36	47,65	0,06	7,03	-0,40	-175,37	0,08	85,05	-0,05	-53,86	0,04	-
dez.05	1,26	98,06	0,41	54,18	0,39	45,61	-0,05	-20,96	0,31	316,72	0,00	2,52	0,04	-
jun.06	1,18	92,26	0,70	93,86	0,33	38,20	-0,30	-135,16	0,09	88,90	-0,01	-15,93	0,03	-
dez.06	0,27	21,19	0,62	82,96	0,39	46,05	-0,05	-21,97	0,13	131,41	0,07	73,86	0,05	-
jun.07	1,57	122,57	0,15	19,82	1,08	126,69	-0,42	-186,76	0,14	143,02	-0,02	-23,10	0,12	-
dez.07	1,92	149,81	0,50	66,87	0,71	83,14	-0,17	-74,75	0,11	110,43	-0,03	-31,72	0,10	-
jun.08	1,46	113,63	0,34	44,85	-0,07	-7,92	-0,17	-75,41	0,26	266,88	-0,02	-17,43	0,12	-

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B41: Demais receitas operacionais dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados		Privado nacional (A)		Privado controle estrangeiro (B)		Privado participação estrangeira (C)		50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)		Total SFN	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	3,25	78,18	3,80	131,77	0,61	6,11	1,07	145,19	5,48	40,37	24,52	105,53
jun.96	2,12	51,03	2,32	80,53	1,18	11,85	1,17	157,57	4,67	34,37	18,01	77,53
dez.96	3,80	91,55	4,39	152,48	0,91	9,14	1,13	152,80	6,43	47,40	22,57	97,15
jun.97	1,94	46,64	2,50	86,82	1,39	13,96	0,94	126,47	4,83	35,56	15,94	68,60
dez.97	2,82	67,77	4,61	160,09	1,57	15,74	1,51	203,54	7,69	56,63	27,02	116,31
jun.98	1,75	42,23	1,91	66,34	1,43	14,39	1,28	173,65	4,63	34,10	17,05	73,40
dez.98	3,69	88,75	3,18	110,27	2,34	23,51	1,05	142,20	6,57	48,40	21,31	91,71
jun.99	5,68	136,58	3,65	126,76	4,82	48,45	1,56	210,39	10,03	73,91	22,62	97,39
dez.99	4,16	100,04	3,34	115,90	3,52	35,36	0,94	126,62	7,80	57,43	19,08	82,12
jun.00	3,05	73,41	2,15	74,70	4,31	43,27	0,74	100,10	7,20	53,04	16,20	69,73
dez.00	4,16	100,00	2,88	100,00	9,95	100,00	0,74	100,00	13,57	100,00	23,23	100,00
jun.01	5,77	138,89	2,97	102,93	4,25	42,68	0,91	123,65	8,13	59,88	20,19	86,92
dez.01	6,68	160,69	4,51	156,34	4,79	48,08	0,91	122,60	10,20	75,12	22,31	96,02
jun.02	5,88	141,61	3,27	113,54	4,34	43,58	1,39	187,81	9,00	66,30	13,90	59,81
dez.02	7,11	171,16	3,88	134,48	5,52	55,43	0,89	120,15	10,28	75,74	17,31	74,51
jun.03	11,12	267,54	7,90	274,01	10,42	104,74	1,12	151,32	19,44	143,22	43,70	188,10
dez.03	3,45	83,14	2,11	73,21	2,03	20,40	0,69	92,97	4,83	35,57	9,90	42,62
jun.04	3,41	82,12	2,03	70,48	1,92	19,32	0,64	86,23	4,59	33,83	8,48	36,49
dez.04	8,41	202,30	4,95	171,80	6,68	67,10	1,68	227,20	13,31	98,05	29,46	126,82
jun.05	6,11	147,08	3,52	122,01	4,77	47,91	1,63	220,42	9,92	73,05	22,55	97,06
dez.05	4,51	108,55	2,58	89,44	3,48	34,93	0,97	131,14	7,02	51,75	15,05	64,79
jun.06	5,36	128,97	3,63	125,88	3,27	32,85	1,40	188,68	8,29	61,10	18,64	80,22
dez.06	4,78	115,07	3,35	116,07	2,34	23,49	1,10	148,79	6,78	49,98	13,22	56,90
jun.07	8,42	202,58	5,99	207,71	5,91	59,41	1,63	219,88	13,53	99,64	24,08	103,64
dez.07	9,32	224,31	7,00	242,83	6,11	61,35	1,23	166,25	14,33	105,60	23,77	102,32
jun.08	8,59	206,79	7,26	251,74	5,01	50,35	1,73	233,83	14,00	103,11	23,18	99,79

Tabela B41 (continuação): Demais receitas operacionais dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco		Itaú		Unibanco		ABN AMRO		HSBC		Safra		Citibank	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	0,94	120,17	0,33	18,34	0,71	153,60	0,10	15,07	-	-	0,32	547,62	0,08	230,22
jun.96	0,27	35,16	0,59	32,80	0,70	151,44	0,36	56,63	-	-	0,10	166,53	0,11	340,46
dez.96	1,20	154,75	0,98	54,84	0,87	187,88	0,03	4,50	-	-	0,29	489,84	0,34	1.029,23
jun.97	0,28	36,39	0,53	29,44	0,65	140,22	0,03	5,37	0,27	91,60	0,13	217,01	0,51	1.538,79
dez.97	1,00	128,34	0,63	35,14	0,63	137,00	0,10	15,17	0,55	184,59	0,16	277,58	0,04	108,30
jun.98	0,36	46,82	0,39	21,78	0,46	99,79	0,11	16,45	0,43	143,00	0,13	215,06	0,04	109,33
dez.98	0,72	92,51	1,64	91,33	0,83	178,70	0,21	33,51	0,17	57,39	0,07	126,58	0,04	110,62
jun.99	0,80	102,59	2,10	116,80	0,79	170,57	1,54	240,77	0,16	53,76	0,31	531,97	0,04	131,50
dez.99	1,32	169,01	1,59	88,78	0,47	102,03	0,66	102,71	0,18	59,35	0,12	198,32	0,18	556,31
jun.00	0,84	108,10	0,70	39,26	0,53	115,01	0,61	95,95	0,23	77,19	0,36	605,68	0,16	487,37
dez.00	0,78	100,00	1,80	100,00	0,46	100,00	0,64	100,00	0,30	100,00	0,06	100,00	0,03	100,00
jun.01	0,54	68,85	1,97	109,86	0,47	102,24	0,53	82,08	0,36	121,35	0,07	125,76	0,04	118,98
dez.01	1,06	136,51	2,96	165,14	0,67	143,90	0,51	79,92	0,73	243,20	0,15	254,25	0,10	300,15
jun.02	0,59	75,29	2,04	113,60	0,94	203,01	0,33	51,36	0,30	100,82	0,26	449,38	0,33	995,74
dez.02	0,54	69,27	2,41	134,47	0,86	185,99	0,42	64,85	0,17	55,53	0,20	346,67	0,23	696,61
jun.03	2,01	257,55	4,12	229,39	0,98	210,95	2,67	417,40	0,40	133,33	1,20	2.035,57	1,28	3.898,92
dez.03	0,91	116,71	0,57	31,68	0,63	135,74	0,66	102,56	0,25	82,18	0,35	594,95	0,20	599,39
jun.04	0,68	87,91	1,05	58,28	0,59	126,93	0,49	76,48	0,22	72,53	0,05	88,09	0,07	210,98
dez.04	1,24	159,12	2,15	119,92	1,63	352,07	2,37	370,55	0,52	172,19	0,58	989,73	1,00	3.038,72
jun.05	0,77	98,92	1,64	91,30	1,61	347,18	1,19	186,60	0,26	86,74	0,35	590,79	0,43	1.301,97
dez.05	0,51	65,59	1,23	68,37	0,93	201,71	0,54	84,71	0,28	93,24	0,22	366,54	0,29	875,70
jun.06	0,64	82,54	1,68	93,41	1,35	291,32	0,72	113,17	0,30	98,60	0,32	543,15	0,24	724,45
dez.06	0,95	122,61	1,45	80,78	1,10	237,62	0,55	86,59	0,30	100,34	0,22	365,40	0,35	1.063,23
jun.07	2,06	265,22	2,08	115,60	1,63	351,16	1,44	224,85	0,38	126,35	0,37	622,30	0,42	1.290,97
dez.07	2,02	258,88	3,00	166,87	1,23	265,51	1,72	268,10	0,43	143,26	0,81	1.376,90	0,18	536,73
jun.08	1,91	245,74	2,89	160,86	1,73	373,43	1,27	198,15	0,38	125,69	0,67	1.144,17	0,22	665,61

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B42: Outras despesas operacionais dos bancos privados no Brasil - despesas de pessoal (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados		Privado nacional (A)		Privado controle estrangeiro (B)		Privado participação estrangeira (C)		50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)		Total SFN	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	-7,35	71,59	-8,45	139,23	-1,25	16,17	-1,41	138,40	-11,11	74,87	-39,87	142,65
jun.96	-7,30	71,08	-7,82	128,78	-1,51	19,53	-1,65	161,68	-10,98	73,95	-37,70	134,89
dez.96	-7,42	72,29	-8,48	139,79	-1,52	19,58	-1,67	163,59	-11,67	78,61	-36,96	132,25
jun.97	-6,15	59,91	-6,76	111,35	-2,04	26,30	-1,55	152,53	-10,35	69,73	-55,00	196,79
dez.97	-6,71	65,38	-7,33	120,71	-3,20	41,28	-1,85	181,66	-12,38	83,39	-35,87	128,34
jun.98	-6,67	64,93	-6,39	105,35	-3,69	47,58	-2,09	205,38	-12,18	82,02	-33,00	118,07
dez.98	-8,52	82,98	-7,35	121,05	-4,66	60,06	-1,42	139,49	-13,43	90,45	-32,54	116,44
jun.99	-7,11	69,25	-5,62	92,61	-4,85	62,56	-1,25	123,07	-11,73	79,00	-29,25	104,68
dez.99	-6,91	67,32	-5,76	94,93	-5,13	66,15	-0,99	97,38	-11,88	80,06	-29,71	106,32
jun.00	-6,81	66,38	-5,52	90,95	-4,98	64,21	-0,91	89,59	-11,41	76,88	-26,20	93,76
dez.00	-10,27	100,00	-6,07	100,00	-7,76	100,00	-1,02	100,00	-14,84	100,00	-27,95	100,00
jun.01	-9,62	93,69	-5,66	93,20	-6,86	88,45	-1,19	116,97	-13,71	92,35	-25,07	89,72
dez.01	-8,97	87,37	-6,31	103,94	-5,84	75,25	-1,26	123,31	-13,40	90,28	-26,29	94,07
jun.02	-8,52	82,98	-5,62	92,53	-5,59	72,03	-1,12	109,62	-12,32	82,99	-22,79	81,55
dez.02	-7,75	75,52	-5,28	87,04	-5,10	65,69	-0,96	94,18	-11,34	76,37	-21,99	78,68
jun.03	-7,14	69,60	-4,82	79,38	-4,18	53,94	-0,88	86,88	-9,89	66,60	-19,11	68,37
dez.03	-8,08	78,75	-5,36	88,35	-4,53	58,41	-1,03	101,11	-10,92	73,58	-21,78	77,94
jun.04	-7,27	70,82	-4,71	77,61	-4,11	52,98	-0,92	90,16	-9,74	65,60	-19,56	70,00
dez.04	-7,54	73,41	-5,08	83,75	-4,14	53,41	-1,01	99,61	-10,24	68,99	-20,48	73,28
jun.05	-7,41	72,16	-4,99	82,22	-4,14	53,37	-0,87	85,90	-10,00	67,39	-19,80	70,83
dez.05	-8,21	79,99	-5,47	90,17	-4,61	59,44	-0,96	94,68	-11,05	74,42	-22,40	80,16
jun.06	-7,86	76,55	-5,50	90,68	-4,23	54,51	-0,99	96,82	-10,72	72,21	-21,70	77,66
dez.06	-8,88	86,55	-6,43	106,01	-4,19	53,98	-1,03	101,25	-11,65	78,49	-23,10	82,65
jun.07	-8,27	80,54	-6,02	99,17	-4,33	55,78	-0,98	95,79	-11,32	76,27	-23,08	82,60
dez.07	-9,18	89,47	-6,68	110,02	-4,67	60,24	-1,00	98,68	-12,35	83,23	-24,64	88,17
jun.08	-8,15	79,38	-6,02	99,14	-4,33	55,77	-0,98	96,38	-11,32	76,29	-22,34	79,94

Tabela B42 (continuação): Outras despesas operacionais dos bancos privados no Brasil - despesas de pessoal (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco		Itaú		Unibanco		ABN AMRO		HSBC		Safra		Citibank	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	-2,45	83,44	-1,83	83,72	-1,01	108,68	-0,15	11,94	-	-	-0,27	97,42	-0,24	73,35
jun.96	-2,43	82,81	-1,74	79,55	-1,28	138,57	-0,15	12,38	-	-	-0,21	72,69	-0,22	68,18
dez.96	-2,33	79,49	-1,92	88,02	-1,27	137,22	-0,17	14,11	-	-	-0,28	99,15	-0,26	79,17
jun.97	-2,16	73,53	-1,69	77,61	-1,16	125,41	-0,18	14,96	-0,50	45,38	-0,26	93,00	-0,26	79,82
dez.97	-2,28	77,67	-2,08	95,51	-1,21	131,20	-0,22	17,89	-1,02	92,40	-0,31	109,59	-0,26	80,42
jun.98	-2,75	93,74	-1,81	82,77	-1,09	118,04	-0,20	16,26	-0,97	88,14	-0,26	93,31	-0,27	83,49
dez.98	-3,00	102,25	-2,43	111,24	-1,10	118,49	-0,26	20,94	-1,23	111,44	-0,32	113,52	-0,31	95,94
jun.99	-2,53	86,20	-2,10	96,37	-0,91	98,34	-1,06	85,75	-0,99	90,01	-0,29	103,06	-0,31	94,20
dez.99	-2,72	92,79	-2,03	93,04	-0,87	93,78	-1,01	82,19	-1,03	93,64	-0,28	99,42	-0,30	93,14
jun.00	-2,65	90,25	-1,82	83,47	-0,81	87,54	-1,23	100,10	-0,95	86,31	-0,30	107,81	-0,29	88,88
dez.00	-2,93	100,00	-2,18	100,00	-0,93	100,00	-1,23	100,00	-1,10	100,00	-0,28	100,00	-0,32	100,00
jun.01	-2,55	87,09	-1,99	91,34	-1,08	116,36	-1,08	87,43	-0,87	79,32	-0,31	108,46	-0,35	109,53
dez.01	-2,72	92,75	-2,30	105,29	-1,15	124,43	-1,19	96,69	-1,01	91,60	-0,30	104,67	-0,36	110,46
jun.02	-2,64	90,13	-2,13	97,37	-1,05	113,87	-1,27	102,86	-0,90	81,36	-0,28	98,05	-0,34	105,40
dez.02	-2,56	87,27	-1,93	88,47	-0,93	100,34	-1,13	91,68	-0,94	85,57	-0,24	83,29	-0,30	93,95
jun.03	-2,46	83,92	-1,64	75,08	-0,87	94,06	-1,06	86,14	-0,70	63,38	-0,23	81,25	-0,29	89,54
dez.03	-2,82	96,27	-1,68	76,95	-1,01	109,37	-1,46	118,96	-0,91	82,48	-0,24	85,85	-0,30	92,49
jun.04	-2,39	81,48	-1,51	69,08	-0,90	97,55	-1,32	107,06	-0,76	68,54	-0,28	98,62	-0,26	79,49
dez.04	-2,59	88,37	-1,60	73,23	-1,00	107,70	-1,30	105,97	-0,85	77,51	-0,27	94,70	-0,29	89,15
jun.05	-2,44	83,32	-1,69	77,37	-0,86	92,45	-1,29	104,66	-0,76	68,88	-0,31	110,92	-0,33	103,32
dez.05	-2,74	93,53	-1,80	82,66	-0,94	101,94	-1,50	121,77	-0,86	78,43	-0,29	103,05	-0,34	105,17
jun.06	-2,71	92,51	-1,85	84,98	-0,97	104,32	-1,30	105,62	-0,83	75,36	-0,30	106,11	-0,38	116,31
dez.06	-3,06	104,44	-2,36	108,11	-1,03	111,37	-1,34	109,14	-0,88	80,30	-0,34	119,42	-0,42	129,19
jun.07	-2,77	94,66	-2,23	102,36	-0,98	105,36	-1,32	107,06	-0,92	83,59	-0,33	118,65	-0,50	154,39
dez.07	-3,15	107,41	-2,39	109,58	-1,00	108,54	-1,57	127,30	-0,94	85,47	-0,36	126,48	-0,42	129,05
jun.08	-2,69	91,83	-2,20	100,60	-0,98	106,01	-1,35	109,87	-0,80	72,62	-0,37	129,69	-0,47	146,24

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B43: Outras despesas operacionais dos bancos privados no Brasil - demais despesas administrativas (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados		Privado nacional (A)		Privado controle estrangeiro (B)		Privado participação estrangeira (C)		50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)		Total SFN	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	-6,98	71,69	-7,40	107,26	-0,99	16,62	-1,62	86,22	-10,01	68,00	-21,13	86,34
jun.96	-8,32	85,38	-8,12	117,61	-1,11	18,72	-2,32	123,39	-11,55	78,44	-22,74	92,93
dez.96	-8,31	85,33	-8,23	119,29	-1,40	23,56	-2,38	126,94	-12,02	81,64	-24,37	99,61
jun.97	-6,90	70,80	-6,88	99,72	-1,76	29,69	-2,16	115,28	-10,81	73,45	-23,08	94,30
dez.97	-8,67	88,99	-8,67	125,63	-3,28	55,18	-2,43	129,29	-14,37	97,67	-26,13	106,80
jun.98	-7,99	82,04	-7,18	104,06	-3,47	58,48	-2,73	145,14	-13,38	90,91	-25,23	103,13
dez.98	-9,25	94,95	-7,74	112,16	-4,30	72,33	-2,12	112,88	-14,16	96,18	-25,72	105,10
jun.99	-8,50	87,23	-6,23	90,21	-4,99	83,95	-1,88	100,04	-13,09	88,94	-24,08	98,41
dez.99	-8,23	84,48	-6,21	90,03	-5,01	84,30	-1,65	88,10	-12,87	87,47	-25,04	102,32
jun.00	-8,85	90,82	-6,39	92,59	-5,30	89,27	-1,50	80,11	-13,20	89,66	-23,87	97,56
dez.00	-9,74	100,00	-6,90	100,00	-5,94	100,00	-1,88	100,00	-14,72	100,00	-24,47	100,00
jun.01	-10,24	105,13	-6,85	99,21	-5,62	94,67	-1,90	101,28	-14,37	97,64	-23,80	97,26
dez.01	-10,59	108,75	-7,02	101,76	-5,96	100,31	-2,07	110,39	-15,05	102,28	-24,60	100,54
jun.02	-10,25	105,18	-6,84	99,14	-5,67	95,47	-1,92	102,38	-14,43	98,07	-23,55	96,22
dez.02	-9,31	95,55	-6,29	91,10	-5,23	87,99	-1,52	81,15	-13,04	88,58	-22,02	89,98
jun.03	-9,13	93,71	-6,26	90,68	-4,67	78,70	-1,52	80,92	-12,45	84,60	-20,59	84,14
dez.03	-10,61	108,93	-7,46	108,10	-4,80	80,88	-1,63	86,89	-13,89	94,41	-22,73	92,88
jun.04	-9,54	97,99	-6,61	95,79	-4,93	83,01	-1,43	76,33	-12,97	88,15	-21,14	86,41
dez.04	-9,88	101,42	-6,49	93,99	-5,78	97,36	-1,79	95,35	-14,06	95,53	-23,93	97,79
jun.05	-9,66	99,14	-6,51	94,28	-5,77	97,13	-1,68	89,36	-13,95	94,80	-22,81	93,20
dez.05	-11,20	114,96	-7,54	109,28	-6,38	107,48	-2,01	106,82	-15,93	108,24	-25,69	104,98
jun.06	-10,87	111,61	-7,48	108,33	-6,26	105,46	-1,93	102,60	-15,67	106,44	-25,19	102,95
dez.06	-12,23	125,56	-8,69	125,92	-6,67	112,34	-2,06	109,93	-17,43	118,40	-27,57	112,69
jun.07	-15,01	154,10	-12,23	177,26	-6,47	108,96	-1,83	97,31	-20,53	139,50	-30,60	125,04
dez.07	-12,23	125,60	-9,25	134,10	-7,05	118,79	-1,76	93,90	-18,07	122,79	-28,95	118,33
jun.08	-11,10	113,99	-8,54	123,81	-6,43	108,29	-1,59	84,49	-16,56	112,53	-26,22	107,17

Tabela B43 (continuação): Outras despesas operacionais dos bancos privados no Brasil - demais despesas administrativas (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco		Itaú		Unibanco		ABN AMRO		HSBC		Safra		Citibank	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	-1,83	65,35	-1,62	54,19	-1,26	82,83	-0,11	6,26	-	-	-0,37	123,55	-0,19	59,73
jun.96	-2,17	77,74	-2,14	71,73	-1,88	123,49	-0,13	7,45	-	-	-0,34	112,62	-0,25	80,19
dez.96	-2,06	73,70	-1,93	64,65	-2,05	134,38	-0,19	10,85	-	-	-0,34	111,25	-0,28	86,88
jun.97	-2,02	72,16	-1,79	59,92	-1,74	114,29	-0,20	11,05	-0,40	43,53	-0,34	114,16	-0,22	69,19
dez.97	-2,23	79,86	-2,97	99,59	-1,84	120,78	-0,20	11,28	-0,80	86,95	-0,41	135,06	-0,28	86,74
jun.98	-2,52	90,18	-2,27	75,96	-1,60	105,25	-0,21	11,76	-0,81	87,42	-0,44	145,49	-0,33	102,31
dez.98	-2,73	97,75	-2,78	93,14	-1,75	114,98	-0,25	13,80	-0,88	95,15	-0,39	128,83	-0,45	141,05
jun.99	-2,65	94,73	-2,59	86,74	-1,54	101,12	-1,43	79,80	-0,81	87,84	-0,37	122,79	-0,40	126,16
dez.99	-2,72	97,28	-2,45	82,19	-1,44	94,38	-1,27	70,75	-0,80	87,15	-0,35	116,87	-0,28	89,17
jun.00	-2,68	95,76	-2,74	91,80	-1,40	91,77	-1,77	99,03	-0,76	82,69	-0,26	86,28	-0,29	91,48
dez.00	-2,80	100,00	-2,98	100,00	-1,52	100,00	-1,79	100,00	-0,92	100,00	-0,30	100,00	-0,32	100,00
jun.01	-2,75	98,42	-2,91	97,54	-1,66	109,03	-1,71	95,35	-0,87	94,89	-0,25	81,18	-0,27	84,67
dez.01	-2,76	98,70	-2,90	97,21	-1,85	121,85	-1,85	103,34	-0,91	98,87	-0,28	94,06	-0,33	102,84
jun.02	-2,75	98,42	-2,88	96,57	-1,71	112,51	-1,81	101,29	-0,86	93,76	-0,27	89,44	-0,28	87,03
dez.02	-2,67	95,44	-2,52	84,35	-1,47	96,80	-1,65	92,40	-0,81	88,41	-0,23	76,82	-0,25	77,12
jun.03	-2,63	94,11	-2,54	85,11	-1,49	97,60	-1,55	86,89	-0,74	80,17	-0,23	74,58	-0,27	84,90
dez.03	-2,96	105,84	-3,04	101,70	-1,59	104,67	-1,89	105,80	-0,92	99,71	-0,28	93,59	-0,29	91,42
jun.04	-2,67	95,53	-2,58	86,51	-1,41	92,61	-1,67	93,14	-1,18	127,55	-0,28	91,73	-0,30	95,07
dez.04	-2,59	92,50	-2,53	84,83	-1,76	115,62	-1,80	100,32	-1,26	136,38	-0,26	86,36	-0,72	226,92
jun.05	-2,43	86,86	-2,55	85,32	-1,64	107,80	-1,60	89,40	-1,31	141,62	-0,25	84,22	-0,59	186,59
dez.05	-2,69	96,20	-3,08	103,14	-1,97	129,50	-1,94	108,67	-1,39	151,12	-0,29	95,83	-0,73	228,88
jun.06	-2,73	97,60	-2,91	97,60	-1,89	124,01	-1,90	106,28	-1,42	153,82	-0,27	89,44	-0,72	227,97
dez.06	-2,90	103,68	-3,71	124,24	-2,06	135,63	-2,07	115,74	-1,48	160,68	-0,32	105,00	-0,88	277,82
jun.07	-2,86	102,27	-6,90	231,08	-1,83	120,06	-1,98	110,40	-1,50	162,27	-0,33	108,17	-0,82	257,00
dez.07	-3,13	112,06	-3,48	116,63	-1,76	115,85	-2,37	132,45	-1,59	172,18	-0,33	108,41	-0,73	230,45
jun.08	-3,00	107,16	-3,17	106,10	-1,59	104,24	-2,04	113,80	-1,40	152,38	-0,30	98,23	-0,78	246,29

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B44: Outras despesas operacionais dos bancos privados no Brasil – despesas tributárias (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados		Privado nacional (A)		Privado controle estrangeiro (B)		Privado participação estrangeira (C)		50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)		Total SFN	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	-0,40	26,97	-0,49	45,07	-0,10	8,91	-0,11	42,17	-0,69	28,58	-1,80	43,18
jun.96	-0,57	38,79	-0,61	56,24	-0,07	6,87	-0,14	53,92	-0,82	33,90	-1,78	42,65
dez.96	-0,51	34,68	-0,59	54,80	-0,16	14,80	-0,12	47,71	-0,87	36,15	-1,86	44,59
jun.97	-0,57	38,22	-0,62	57,76	-0,20	18,54	-0,16	62,57	-0,98	40,71	-1,99	47,68
dez.97	-0,63	42,61	-0,72	66,27	-0,24	22,13	-0,18	69,91	-1,13	46,90	-2,23	53,47
jun.98	-0,75	50,63	-0,73	67,80	-0,36	33,29	-0,22	87,82	-1,32	54,46	-2,56	61,25
dez.98	-0,82	55,28	-0,74	68,59	-0,57	52,22	-0,19	76,14	-1,50	62,06	-2,67	63,93
jun.99	-1,65	111,58	-1,19	110,20	-1,38	127,44	-0,37	146,66	-2,94	121,76	-5,65	135,53
dez.99	-1,37	92,71	-1,10	102,19	-0,94	86,67	-0,23	91,28	-2,28	94,09	-4,25	101,96
jun.00	-1,36	92,16	-1,09	100,35	-0,95	87,52	-0,23	90,49	-2,26	93,57	-4,16	99,81
dez.00	-1,48	100,00	-1,08	100,00	-1,08	100,00	-0,25	100,00	-2,42	100,00	-4,17	100,00
jun.01	-1,63	110,40	-1,12	103,88	-1,13	104,84	-0,25	99,73	-2,51	103,87	-4,07	97,66
dez.01	-1,86	125,97	-1,24	114,80	-1,29	119,59	-0,31	120,52	-2,84	117,54	-4,65	111,45
jun.02	-1,75	118,11	-1,18	109,28	-1,14	105,01	-0,30	118,81	-2,62	108,37	-4,43	106,11
dez.02	-1,95	131,47	-1,30	119,87	-1,51	139,93	-0,21	81,61	-3,02	124,82	-4,84	115,97
jun.03	-1,79	121,23	-1,30	119,85	-1,10	101,58	-0,27	105,74	-2,66	110,19	-4,47	107,11
dez.03	-2,05	138,21	-1,38	128,03	-1,10	101,66	-0,28	110,50	-2,77	114,38	-4,73	113,33
jun.04	-2,00	134,95	-1,46	135,27	-1,15	106,61	-0,28	109,73	-2,90	119,75	-4,95	118,56
dez.04	-2,39	161,54	-1,64	152,09	-1,40	129,80	-0,36	141,00	-3,41	140,95	-5,79	138,85
jun.05	-2,71	183,00	-1,99	184,27	-1,32	121,93	-0,36	143,36	-3,68	152,06	-5,97	143,06
dez.05	-2,86	193,47	-2,02	186,56	-1,42	131,28	-0,40	157,87	-3,84	158,80	-6,31	151,15
jun.06	-2,94	198,35	-2,13	196,82	-1,53	141,42	-0,41	159,45	-4,06	168,09	-6,54	156,78
dez.06	-3,24	219,18	-2,50	231,25	-1,59	147,19	-0,38	147,58	-4,47	184,82	-7,07	169,54
jun.07	-3,28	221,95	-2,45	226,25	-1,88	174,16	-0,24	93,22	-4,57	188,94	-7,24	173,58
dez.07	-3,25	219,91	-2,47	228,33	-1,94	179,09	-0,21	82,95	-4,62	190,99	-7,29	174,71
jun.08	-2,83	191,32	-2,13	196,98	-1,66	153,68	-0,22	87,56	-4,02	166,09	-6,35	152,22

Tabela B44 (continuação): Outras despesas operacionais dos bancos privados no Brasil – despesas tributárias (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco		Itaú		Unibanco		ABN AMRO		HSBC		Safra		Citibank	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	-0,06	13,08	-0,11	28,23	-0,07	34,28	0,00	0,21	-	-	-0,03	40,52	-0,01	10,17
jun.96	-0,17	35,54	-0,16	41,50	-0,08	44,64	0,00	1,29	-	-	-0,01	8,52	-0,01	10,57
dez.96	-0,14	28,31	-0,13	35,06	-0,09	44,73	-0,01	3,59	-	-	-0,02	31,48	-0,06	79,35
jun.97	-0,17	35,00	-0,15	38,88	-0,11	59,84	-0,01	4,16	-0,03	20,19	-0,03	47,34	-0,02	29,64
dez.97	-0,18	37,15	-0,23	59,71	-0,12	62,26	-0,01	4,88	-0,08	47,94	-0,01	15,22	-0,01	17,27
jun.98	-0,26	54,97	-0,20	52,69	-0,12	64,65	-0,02	7,08	-0,08	54,02	-0,04	53,82	-0,03	46,18
dez.98	-0,28	57,26	-0,21	54,52	-0,13	68,65	-0,14	55,76	-0,08	53,55	-0,04	56,24	-0,04	53,92
jun.99	-0,51	105,30	-0,48	127,35	-0,22	114,24	-0,30	115,95	-0,15	96,35	-0,04	58,58	-0,18	246,63
dez.99	-0,48	100,69	-0,42	111,30	-0,18	95,91	-0,23	87,86	-0,15	93,47	-0,05	74,10	-0,08	109,42
jun.00	-0,47	97,59	-0,37	98,37	-0,18	96,15	-0,26	99,34	-0,15	97,77	-0,08	108,70	-0,06	86,70
dez.00	-0,48	100,00	-0,38	100,00	-0,19	100,00	-0,26	100,00	-0,16	100,00	-0,07	100,00	-0,07	100,00
jun.01	-0,51	106,20	-0,38	100,38	-0,22	115,20	-0,22	86,48	-0,16	98,84	-0,06	78,20	-0,10	132,50
dez.01	-0,53	109,53	-0,46	119,85	-0,27	140,29	-0,32	121,69	-0,16	104,93	-0,05	73,31	-0,09	120,33
jun.02	-0,50	103,67	-0,45	118,01	-0,27	142,74	-0,26	101,13	-0,15	97,86	-0,06	83,86	-0,08	111,30
dez.02	-0,46	96,53	-0,51	134,23	-0,20	103,90	-0,35	134,29	-0,13	84,06	-0,09	124,21	-0,16	215,87
jun.03	-0,51	106,78	-0,51	135,39	-0,26	136,06	-0,29	112,52	-0,13	85,78	-0,08	106,19	-0,06	87,79
dez.03	-0,54	111,40	-0,55	145,44	-0,27	144,63	-0,37	143,91	-0,16	100,91	-0,05	72,08	-0,06	77,92
jun.04	-0,57	118,24	-0,55	145,85	-0,27	141,03	-0,34	131,58	-0,21	130,93	-0,09	118,50	-0,09	119,12
dez.04	-0,63	130,86	-0,67	175,65	-0,34	179,47	-0,42	161,07	-0,22	142,88	-0,09	119,42	-0,22	301,53
jun.05	-0,72	150,66	-0,88	232,53	-0,36	187,54	-0,39	149,03	-0,23	149,54	-0,09	127,68	-0,12	167,72
dez.05	-0,75	156,35	-0,91	239,70	-0,38	202,46	-0,44	171,16	-0,26	162,36	-0,11	147,40	-0,12	163,31
jun.06	-0,84	174,84	-0,88	232,38	-0,37	192,69	-0,46	177,76	-0,27	173,83	-0,10	132,63	-0,14	196,90
dez.06	-0,81	169,00	-1,14	301,02	-0,38	197,63	-0,53	203,31	-0,28	176,06	-0,12	165,78	-0,19	254,64
jun.07	-0,91	189,38	-1,07	281,53	-0,24	124,84	-0,62	238,43	-0,29	182,56	-0,07	87,94	-0,19	264,41
dez.07	-0,88	182,24	-1,11	291,70	-0,21	111,08	-0,64	246,85	-0,28	179,19	-0,06	83,41	-0,14	199,12
jun.08	-0,83	172,65	-0,86	226,39	-0,22	117,25	-0,53	202,76	-0,24	153,61	-0,04	60,72	-0,17	232,98

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B45: Demais despesas operacionais dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados		Privado nacional (A)		Privado controle estrangeiro (B)		Privado participação estrangeira (C)		50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)		Total SFN	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	-3,78	47,12	-3,24	97,76	-0,86	14,22	-2,21	247,06	-6,30	61,60	-15,76	89,72
jun.96	-3,46	43,16	-2,70	81,55	-0,90	14,86	-1,71	191,97	-5,31	51,92	-12,96	73,80
dez.96	-2,77	34,48	-2,50	75,51	-1,46	24,21	-1,20	134,63	-5,16	50,46	-12,46	70,95
jun.97	-2,52	31,41	-2,71	81,74	-1,02	16,97	-1,44	161,17	-5,17	50,54	-11,73	66,81
dez.97	-2,15	26,74	-4,82	145,40	-2,06	34,14	-1,10	123,52	-7,98	77,97	-16,04	91,32
jun.98	-2,67	33,27	-2,20	66,40	-2,52	41,81	-1,31	147,08	-6,03	58,96	-14,16	80,64
dez.98	-3,04	37,94	-2,38	71,69	-2,39	39,59	-1,25	139,86	-6,01	58,74	-15,63	89,04
jun.99	-7,22	89,97	-2,79	84,20	-6,28	104,24	-2,07	231,93	-11,14	108,90	-21,00	119,58
dez.99	-4,11	51,27	-2,75	83,06	-3,84	63,68	-1,34	149,93	-7,93	77,49	-18,84	107,29
jun.00	-2,55	31,73	-1,54	46,33	-2,31	38,33	-0,88	98,35	-4,72	46,16	-11,81	67,27
dez.00	-8,02	100,00	-3,31	100,00	-6,03	100,00	-0,89	100,00	-10,23	100,00	-17,56	100,00
jun.01	-5,03	62,69	-1,93	58,28	-3,47	57,55	-1,05	117,62	-6,45	63,03	-19,09	108,74
dez.01	-5,97	74,47	-3,33	100,43	-4,97	82,50	-1,23	137,73	-9,53	93,13	-18,26	104,00
jun.02	-5,07	63,21	-2,75	83,10	-4,30	71,30	-1,25	139,43	-8,30	81,07	-13,91	79,21
dez.02	-9,38	116,86	-6,10	184,22	-6,14	101,85	-1,13	126,76	-13,37	130,70	-23,80	135,53
jun.03	-8,31	103,61	-4,94	148,93	-7,67	127,23	-0,83	93,19	-13,43	131,29	-35,94	204,68
dez.03	-5,43	67,73	-3,64	109,72	-2,60	43,16	-0,97	108,26	-7,20	70,40	-13,58	77,33
jun.04	-4,49	55,95	-2,62	78,98	-2,51	41,70	-0,98	109,69	-6,11	59,71	-10,67	60,78
dez.04	-9,58	119,38	-4,75	143,44	-5,38	89,36	-3,62	404,67	-13,75	134,40	-29,17	166,11
jun.05	-8,22	102,41	-5,39	162,62	-4,32	71,71	-1,78	199,62	-11,49	112,32	-22,08	125,71
dez.05	-7,44	92,77	-5,00	150,75	-3,66	60,73	-1,23	137,17	-9,88	96,55	-16,53	94,11
jun.06	-8,75	109,05	-6,03	181,83	-5,16	85,67	-1,53	171,66	-12,72	124,32	-20,23	115,19
dez.06	-9,20	114,67	-6,15	185,67	-3,50	58,08	-2,14	239,22	-11,79	115,21	-18,31	104,25
jun.07	-14,04	175,00	-9,13	275,45	-5,01	83,20	-3,10	347,43	-17,24	168,52	-26,40	150,33
dez.07	-14,05	175,08	-8,78	265,00	-6,32	104,86	-2,51	281,27	-17,61	172,12	-27,55	156,92
jun.08	-13,71	170,94	-9,58	289,01	-5,35	88,76	-3,00	335,72	-17,92	175,17	-27,53	156,77

Tabela B45 (continuação): Demais despesas operacionais dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco		Itaú		Unibanco		ABN AMRO		HSBC		Safra		Citibank	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	-0,44	50,26	-0,86	40,73	-1,21	194,91	-0,05	4,09	-	-	-0,14	106,87	-0,22	188,27
jun.96	-0,61	69,93	-0,67	31,75	-1,43	232,00	-0,48	41,77	-	-	-0,18	135,40	-0,13	112,12
dez.96	-0,44	50,18	-0,74	35,04	-1,09	176,18	-0,25	22,09	-	-	-0,03	24,26	-0,56	468,17
jun.97	-0,26	29,73	-0,49	23,07	-1,33	215,64	-0,19	16,80	-0,06	22,40	-0,10	74,63	-0,18	148,83
dez.97	-0,37	42,75	-0,67	31,40	-0,75	121,25	-0,39	33,85	-0,07	29,54	-0,19	140,88	-0,30	251,59
jun.98	-0,63	72,16	-0,75	35,25	-0,88	142,87	-0,29	25,23	-0,40	161,57	-0,18	131,60	-0,17	139,30
dez.98	-0,57	65,19	-0,80	37,87	-0,89	143,27	-0,45	38,90	-0,32	128,46	-0,12	91,38	-0,18	152,33
jun.99	-0,70	79,62	-1,48	69,58	-1,11	180,12	-1,89	164,07	-0,28	112,73	-0,32	234,56	-0,52	434,59
dez.99	-0,87	100,02	-1,47	69,28	-0,87	140,47	-0,66	57,54	-0,25	100,33	-0,24	177,84	-0,20	167,95
jun.00	-0,72	82,04	-0,33	15,65	-0,73	118,15	-0,48	41,28	-0,13	54,16	-0,29	216,54	-0,14	119,95
dez.00	-0,87	100,00	-2,12	100,00	-0,62	100,00	-1,15	100,00	-0,25	100,00	-0,13	100,00	-0,12	100,00
jun.01	-0,80	91,43	-0,72	34,15	-0,91	147,95	-0,81	70,02	-0,24	96,19	-0,18	136,48	-0,07	55,53
dez.01	-1,31	150,55	-1,20	56,48	-0,90	145,35	-0,67	57,96	-0,44	178,14	-0,25	184,59	-0,10	81,56
jun.02	-1,09	124,77	-0,79	37,09	-1,17	188,75	-0,98	85,42	-0,23	93,43	-0,51	381,78	-0,14	121,93
dez.02	-1,56	178,99	-3,60	169,83	-1,09	175,65	-0,98	84,98	-0,19	76,75	-0,20	146,90	-0,32	266,17
jun.03	-1,97	226,09	-2,17	102,53	-0,80	129,64	-0,94	82,09	-0,79	319,84	-0,20	149,93	-0,77	651,18
dez.03	-1,52	174,17	-1,37	64,49	-0,95	154,29	-0,72	62,34	-0,21	84,84	-0,23	173,39	-0,17	146,54
jun.04	-1,28	146,62	-0,82	38,46	-0,97	156,06	-0,51	44,60	-0,24	95,99	-0,12	87,73	-0,24	203,44
dez.04	-1,18	134,95	-2,57	120,99	-3,55	574,48	-0,84	73,14	-0,51	208,43	-0,20	152,15	-0,75	632,93
jun.05	-1,54	176,69	-2,87	135,09	-1,73	280,55	-0,60	51,86	-0,40	163,22	-0,17	124,24	-0,68	576,51
dez.05	-1,59	181,95	-2,41	113,70	-1,21	195,53	-0,81	70,73	-0,28	114,59	-0,20	145,71	-0,46	385,00
jun.06	-1,63	186,56	-2,92	137,72	-1,47	236,93	-0,88	76,81	-0,37	150,32	-0,35	261,82	-0,42	356,14
dez.06	-2,27	259,76	-2,66	125,39	-2,14	345,60	-0,53	46,02	-0,33	134,79	-0,28	209,72	-0,46	384,62
jun.07	-3,05	349,02	-4,37	205,91	-3,10	501,92	-1,25	108,45	-0,35	142,55	-0,21	157,34	-0,51	433,27
dez.07	-3,41	390,64	-3,54	166,99	-2,51	406,34	-1,82	157,87	-0,45	182,86	-0,33	241,55	-0,41	348,43
jun.08	-3,36	385,07	-3,95	186,19	-3,00	485,01	-1,47	127,97	-0,50	204,49	-0,22	161,63	-0,31	261,60

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B46: Resultado operacional dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados		Privado nacional (A)		Privado controle estrangeiro (B)		Privado participação estrangeira (C)		50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)		Total SFN	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	2,26	-344,47	3,92	111,67	0,66	-44,17	0,78	65,77	5,36	168,16	-4,55	-65,46
jun.96	5,09	-774,85	6,03	171,88	1,05	-69,73	1,38	115,99	8,46	265,15	-16,65	-239,55
dez.96	1,27	-193,56	2,30	65,43	0,69	-45,82	1,21	101,82	4,19	131,48	11,77	169,36
jun.97	3,90	-593,46	3,43	97,68	1,01	-67,19	1,23	103,35	5,66	177,61	-13,84	-199,06
dez.97	3,01	-458,49	-2,96	-84,27	-0,25	16,61	-0,25	-21,17	-3,46	-108,42	3,05	43,88
jun.98	4,21	-641,58	4,40	125,31	-0,40	26,25	0,99	83,20	4,99	156,41	2,24	32,17
dez.98	2,79	-425,43	2,49	71,04	0,94	-62,65	1,18	99,21	4,61	144,62	6,14	88,37
jun.99	6,29	-957,90	5,58	158,93	10,18	-676,20	1,70	143,37	17,46	547,38	25,12	361,32
dez.99	3,74	-569,94	3,53	100,49	2,03	-134,74	1,01	84,77	6,56	205,68	9,62	138,43
jun.00	4,94	-753,26	4,93	140,58	2,83	-188,14	1,12	94,70	8,89	278,69	14,87	213,85
dez.00	-0,66	100,00	3,51	100,00	-1,51	100,00	1,19	100,00	3,19	100,00	6,95	100,00
jun.01	-7,30	1.112,12	5,82	165,96	-9,11	605,43	0,98	82,79	-2,31	-72,42	-5,40	-77,64
dez.01	7,12	-1.084,94	6,00	171,07	3,66	-242,98	1,16	97,46	10,82	339,15	12,10	174,05
jun.02	6,50	-989,41	4,45	126,88	7,65	-508,07	1,32	110,89	13,42	420,66	21,36	307,19
dez.02	6,04	-919,35	4,12	117,34	8,33	-553,06	0,36	30,49	12,80	401,51	19,97	287,21
jun.03	8,44	-1.285,34	7,58	216,05	3,06	-203,24	1,22	103,13	11,86	371,98	16,50	237,27
dez.03	5,63	-858,17	5,31	151,45	2,27	-150,89	1,20	101,17	8,79	275,48	21,03	302,49
jun.04	7,55	-1.149,89	6,68	190,38	3,07	-203,99	0,94	79,49	10,69	335,31	18,37	264,21
dez.04	9,20	-1.400,84	9,71	276,77	2,09	-138,61	0,08	6,68	11,88	372,41	19,43	279,43
jun.05	11,62	-1.769,58	9,84	280,49	3,13	-208,03	1,48	125,19	14,46	453,35	25,87	372,10
dez.05	10,99	-1.674,76	9,94	283,18	3,74	-248,40	1,74	146,32	15,41	483,22	27,45	394,84
jun.06	11,95	-1.820,72	11,25	320,71	3,77	-250,44	2,48	209,18	17,50	548,85	30,29	435,68
dez.06	9,44	-1.437,80	8,28	236,11	5,74	-381,26	1,02	85,69	15,04	471,61	27,55	396,22
jun.07	9,72	-1.481,28	8,72	248,54	6,78	-450,26	1,28	107,52	16,77	525,98	32,69	470,22
dez.07	12,81	-1.951,16	12,01	342,43	6,86	-455,80	1,95	164,33	20,82	653,01	30,53	439,07
jun.08	13,82	-2.105,58	12,91	367,97	5,05	-335,52	1,90	159,82	19,86	622,66	34,09	490,33

Tabela B46 (continuação): Resultado operacional dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco		Itaú		Unibanco		ABN AMRO		HSBC		Safra		Citibank	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	1,16	65,96	0,63	79,23	0,20	30,74	0,13	46,08	-	-	0,48	148,81	0,19	26,62
jun.96	1,33	75,71	1,70	214,83	0,56	86,20	0,08	28,53	-	-	0,22	68,96	0,32	44,38
dez.96	1,21	68,75	1,06	134,03	0,60	92,36	0,25	86,77	-	-	0,44	136,98	-0,13	-18,30
jun.97	1,40	79,62	1,10	138,91	0,63	97,57	0,20	68,37	0,09	45,48	0,24	75,34	0,29	39,59
dez.97	1,20	68,52	0,21	26,75	0,92	141,99	0,15	51,17	0,08	41,08	0,22	69,03	0,02	3,43
jun.98	1,46	82,87	1,19	150,38	0,82	126,95	0,20	70,40	0,32	158,62	0,22	68,47	0,25	34,85
dez.98	0,82	46,81	0,79	99,42	0,82	126,51	-0,46	-160,12	0,20	98,42	0,23	70,48	0,35	48,55
jun.99	1,27	72,09	3,03	382,53	0,91	140,92	0,72	252,13	0,70	347,46	0,38	118,95	1,71	235,56
dez.99	0,58	32,87	1,98	249,82	0,75	115,52	0,27	92,79	0,22	110,97	0,17	53,43	0,78	107,64
jun.00	1,35	77,03	2,03	255,85	0,70	108,08	0,38	131,01	0,45	222,46	0,49	153,10	0,41	56,82
dez.00	1,76	100,00	0,79	100,00	0,65	100,00	0,29	100,00	0,20	100,00	0,32	100,00	0,72	100,00
jun.01	2,04	116,35	2,49	313,68	0,77	118,95	0,43	148,82	0,33	163,65	0,43	133,26	1,10	152,10
dez.01	2,57	146,37	2,37	298,88	0,81	125,17	0,01	3,16	-0,01	-4,43	0,51	158,82	0,47	65,35
jun.02	1,38	78,80	1,78	224,13	0,84	129,84	0,38	133,25	0,31	153,31	0,46	143,38	1,74	240,70
dez.02	1,65	93,79	0,86	108,17	0,28	42,72	0,58	203,00	0,13	63,05	0,51	159,60	1,92	265,44
jun.03	1,40	79,73	4,10	516,88	1,14	176,23	0,48	166,36	0,24	120,42	0,62	193,30	-0,40	-55,19
dez.03	1,31	74,76	2,05	257,99	0,93	144,23	0,34	117,39	0,05	26,41	0,54	168,44	0,01	0,78
jun.04	1,61	91,67	3,09	389,82	0,88	136,02	0,92	322,43	0,40	201,26	0,42	132,65	0,32	43,76
dez.04	2,80	159,27	4,71	594,44	-0,10	-16,25	0,63	218,29	0,51	253,18	0,62	194,46	-0,30	-41,99
jun.05	3,72	211,67	4,14	522,23	1,40	216,76	0,92	320,40	0,54	266,34	0,53	165,60	-0,06	-7,64
dez.05	3,93	223,52	3,73	470,34	1,50	232,13	0,86	299,56	0,69	341,02	0,61	191,08	0,22	30,71
jun.06	4,50	256,36	4,23	533,16	1,70	263,80	0,97	339,63	0,73	361,50	0,63	198,20	0,32	44,26
dez.06	1,80	102,61	3,84	483,80	1,02	157,34	1,70	593,01	0,81	403,49	0,70	218,61	0,33	45,97
jun.07	5,15	293,10	0,16	20,07	1,28	197,43	1,80	628,89	0,72	358,96	0,64	199,01	0,62	86,30
dez.07	4,15	236,32	4,65	585,74	1,95	301,73	1,33	464,87	0,80	399,54	0,58	183,02	0,35	47,96
jun.08	4,67	265,62	5,14	648,40	1,90	293,45	1,22	425,05	0,80	397,02	0,63	197,94	0,37	51,15

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B47: Resultado não-operacional dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados		Privado nacional (A)		Privado controle estrangeiro (B)		Privado participação estrangeira (C)		50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)		Total SFN	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	0,42	2.701,63	0,04	-648,60	-0,30	69,12	0,13	38,78	-0,13	127,18	5,10	437,84
jun.96	-0,05	-317,78	0,09	-1.502,35	-0,03	7,54	-0,11	-32,20	-0,05	51,56	-0,45	-38,93
dez.96	-0,30	-1.937,63	-0,27	4.646,20	-0,10	22,21	-0,06	-16,74	-0,42	407,90	-0,51	-44,06
jun.97	-0,12	-749,87	0,87	-15.008,81	0,02	-5,36	-0,04	-10,61	0,86	-830,27	0,51	43,63
dez.97	-0,14	-886,65	-0,06	1.029,75	-0,12	27,10	-0,07	-22,14	-0,25	242,93	-0,47	-40,34
jun.98	-0,40	-2.587,01	-0,32	5.500,36	-0,23	53,67	-0,07	-21,62	-0,62	603,29	-0,59	-50,95
dez.98	-0,53	-3.477,48	-0,10	1.739,23	-0,08	19,19	-0,13	-39,40	-0,32	305,54	-0,99	-85,14
jun.99	-0,30	-1.949,14	-0,17	2.931,05	-0,10	22,83	-0,03	-10,19	-0,30	293,02	-0,92	-78,97
dez.99	-0,29	-1.868,03	-0,07	1.275,46	0,69	-158,63	-0,03	-10,30	0,58	-558,76	0,38	32,61
jun.00	1,29	8.399,18	1,06	-18.320,07	0,00	-1,02	0,17	50,90	1,24	-1.197,21	1,57	134,81
dez.00	0,02	100,00	-0,01	100,00	-0,43	100,00	0,34	100,00	-0,10	100,00	1,16	100,00
jun.01	0,57	3.705,22	0,37	-6.374,55	0,20	-47,24	0,05	15,91	0,63	-606,92	0,32	27,45
dez.01	0,82	5.304,10	0,49	-8.374,29	0,05	-10,42	0,12	36,20	0,65	-630,83	0,61	52,07
jun.02	0,57	3.682,98	0,52	-9.020,76	0,05	-11,83	-0,05	-14,85	0,52	-507,58	0,42	35,94
dez.02	1,00	6.532,89	0,71	-12.280,13	0,28	-65,17	0,01	3,56	1,01	-973,33	0,24	20,48
jun.03	-0,60	-3.872,90	-0,70	11.996,54	0,05	-12,21	0,02	6,79	-0,62	600,08	-0,58	-49,42
dez.03	-2,18	-14.151,86	-2,16	37.170,32	-0,02	3,86	-0,01	-4,36	-2,19	2.116,11	-2,02	-173,31
jun.04	-0,10	-680,61	-0,07	1.188,84	-0,06	13,84	-0,01	-3,09	-0,14	134,64	-0,16	-13,89
dez.04	0,72	4.707,05	-0,05	920,00	-0,09	19,79	0,83	248,28	0,69	-670,04	0,75	64,16
jun.05	0,11	714,98	0,20	-3.472,43	-0,10	22,99	-0,01	-3,98	0,09	-85,77	0,01	1,23
dez.05	-0,12	-799,61	0,25	-4.250,05	-0,17	38,18	-0,02	-5,78	0,06	-60,02	0,17	14,71
jun.06	0,27	1.779,05	0,24	-4.179,26	0,00	-1,15	-0,01	-4,21	0,23	-225,69	0,26	22,57
dez.06	1,14	7.387,67	1,17	-20.126,09	-0,07	15,07	-0,03	-7,69	1,08	-1.041,44	0,85	72,84
jun.07	2,11	13.746,64	1,51	-26.102,21	0,19	-44,07	0,45	133,24	2,15	-2.080,86	2,21	189,75
dez.07	3,90	25.355,28	3,17	-54.650,44	4,37	-1.010,27	0,57	170,82	8,11	-7.847,23	10,86	933,15
jun.08	0,66	4.275,21	0,52	-9.018,03	1,95	-450,22	0,02	5,91	2,49	-2.408,94	3,01	258,65

Tabela B47 (continuação): Resultado não-operacional dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco		Itaú		Unibanco		ABN AMRO		HSBC		Safra		Citibank	
	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)	R$ bilhões dez.07	Índ. real (dez.00 = 100)
dez.95	-0,18	41,33	-0,01	-3,49	0,20	59,01	0,00	-1,27	-	-	-0,21	-20.812,53	-0,08	49.089,05
jun.96	-0,02	4,18	0,14	32,49	-0,09	-27,57	0,00	-0,10	-	-	0,00	26,41	0,00	3.051,49
dez.96	-0,04	9,18	-0,12	-28,94	-0,06	-17,60	-0,04	-50,71	-	-	0,00	-105,41	-0,01	8.006,79
jun.97	-0,05	11,54	0,02	4,44	-0,04	-11,13	0,06	90,31	0,00	16,47	0,01	619,97	0,00	376,92
dez.97	-0,28	65,26	0,23	55,30	-0,06	-19,14	0,00	-4,45	-0,02	73,14	0,00	-398,91	0,00	-325,17
jun.98	-0,24	55,42	0,05	12,82	-0,05	-13,63	0,01	10,71	-0,11	447,54	0,00	27,35	0,00	-1.490,59
dez.98	-0,40	93,87	0,16	38,51	-0,11	-32,94	0,00	4,11	-0,09	375,38	0,00	95,43	-0,01	3.489,65
jun.99	-0,26	60,39	0,06	15,11	-0,05	-14,73	-0,05	-75,23	0,00	8,90	0,00	-54,72	-0,01	6.850,11
dez.99	-0,12	28,88	-0,10	-22,91	-0,04	-11,73	-0,03	-40,34	-0,03	114,36	0,00	-13,57	-0,01	8.417,61
jun.00	0,99	-231,86	0,07	17,58	0,18	54,44	0,05	67,19	0,00	9,16	0,00	-76,90	0,01	-3.224,32
dez.00	-0,43	100,00	0,42	100,00	0,34	100,00	0,07	100,00	-0,02	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
jun.01	0,04	-8,43	0,25	59,14	0,07	20,43	0,06	83,14	-0,01	34,98	0,00	-44,83	0,00	-682,28
dez.01	-0,20	46,02	0,70	167,10	0,16	46,83	0,07	98,93	-0,02	96,77	0,00	7,41	0,00	2.025,95
jun.02	0,27	-62,35	0,27	63,74	-0,03	-8,31	0,04	58,96	-0,03	109,14	0,00	11,25	0,00	-2.976,07
dez.02	0,11	-25,61	0,55	130,98	0,01	3,81	0,12	170,25	-0,02	69,59	0,01	706,49	0,00	-963,88
jun.03	-0,05	12,04	-0,64	-152,22	0,02	7,17	0,01	19,38	-0,01	38,63	0,00	66,74	0,00	-1.136,28
dez.03	0,31	-71,98	-2,46	-585,79	-0,01	-4,22	-0,01	-15,79	-0,01	38,17	0,00	-62,12	0,00	-1.503,07
jun.04	-0,16	37,41	0,08	20,21	-0,01	-3,06	0,00	1,37	-0,05	189,66	0,00	9,47	0,00	-1.530,55
dez.04	0,01	-2,23	-0,04	-9,09	0,83	245,27	-0,07	-98,70	-0,01	45,19	0,00	33,51	0,00	-699,15
jun.05	0,04	-9,36	0,18	42,40	-0,01	-3,97	-0,02	-32,81	0,00	14,88	0,00	38,90	0,00	-1.664,57
dez.05	-0,04	9,51	0,31	74,81	-0,02	-5,70	-0,05	-70,15	-0,01	43,21	0,00	337,07	0,22	-141.574,63
jun.06	-0,16	38,19	0,47	111,73	-0,02	-6,87	0,01	20,62	-0,01	42,81	0,00	152,76	0,00	1.242,52
dez.06	-0,01	2,98	1,20	285,80	-0,03	-7,59	0,00	2,11	-0,01	40,06	0,00	17,08	-0,03	16.058,37
jun.07	0,00	-0,37	1,56	371,76	0,45	131,61	0,11	156,26	0,10	-398,42	0,00	-184,95	-0,01	7.451,74
dez.07	0,02	-3,76	2,40	570,57	0,57	168,73	0,49	703,99	0,24	-965,35	0,00	-307,27	1,50	-956.933,79
jun.08	-0,04	9,66	0,57	136,72	0,02	5,84	0,06	86,71	0,06	-253,03	0,00	253,52	1,26	-801.430,16

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B48: Índices de solvência e liquidez dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	Encaixe vol. (%)	Emprést./ dep. (%)	Cap. giro próprio	Encaixe vol. (%)	Emprést./ dep. (%)	Cap. giro próprio	Encaixe vol. (%)	Emprést./ dep. (%)	Cap. giro próprio	Encaixe vol. (%)	Emprést./ dep. (%)	Cap. giro próprio	Encaixe vol. (%)	Emprést./ dep. (%)	Cap. giro próprio	Encaixe vol. (%)	Emprést./ dep. (%)	Cap. giro próprio
dez.95	60,52	74,98	1,23	40,35	70,75	2,77	305,64	72,75	4,76	199,39	76,75	-0,01	74,69	71,98	2,54	51,34	81,76	0,93
jun.96	68,86	78,22	1,68	47,26	73,74	2,49	656,25	112,46	4,78	234,40	97,13	0,85	95,62	81,38	2,63	59,80	88,14	0,60
dez.96	81,90	87,68	2,61	55,68	82,61	3,26	347,12	141,01	5,94	213,36	117,92	1,27	95,48	93,80	3,37	57,21	93,76	3,19
jun.97	33,73	88,96	3,05	38,99	84,29	0,69	90,98	97,75	4,14	50,01	134,97	2,22	46,95	93,35	1,74	43,93	93,73	2,54
dez.97	47,74	77,04	1,67	48,35	75,42	-1,46	63,38	81,19	4,11	116,02	109,90	1,51	58,07	81,55	0,49	36,68	81,42	1,92
jun.98	42,56	75,76	2,01	44,06	68,30	2,56	73,57	80,19	2,90	121,28	98,59	2,68	58,29	75,66	2,68	42,46	78,86	2,44
dez.98	34,44	68,49	2,67	37,40	64,96	3,33	66,95	78,36	4,91	130,68	114,11	2,71	50,77	74,14	3,75	37,02	82,29	3,12
jun.99	44,38	71,77	3,31	36,37	62,41	3,36	104,54	78,02	5,53	83,35	123,36	3,39	59,87	74,06	4,25	39,96	79,06	3,99
dez.99	42,64	73,10	4,12	33,41	65,56	4,08	74,68	86,86	5,17	111,74	125,15	5,11	52,62	78,68	4,67	39,79	79,80	4,30
jun.00	32,12	82,91	4,36	26,87	74,96	4,25	65,36	100,80	5,06	30,48	127,23	4,72	39,01	88,86	4,66	29,41	88,89	4,25
dez.00	26,37	83,09	3,71	23,04	84,92	3,99	65,39	102,79	5,67	30,84	115,89	3,64	38,38	94,58	4,64	29,75	95,04	4,04
jun.01	29,77	99,01	4,30	28,86	94,67	4,47	58,80	128,76	5,60	44,58	134,93	4,54	40,68	110,64	4,98	33,24	92,08	4,68
dez.01	38,06	93,32	4,51	43,41	90,08	4,31	54,38	125,49	6,49	48,44	111,08	4,61	47,64	104,02	5,28	38,23	85,46	4,87
jun.02	39,63	88,89	4,20	46,61	88,42	4,11	71,52	111,59	7,37	41,84	105,56	4,72	54,63	98,27	5,59	46,26	84,09	4,92
dez.02	22,22	79,95	4,54	23,67	83,61	4,44	52,77	104,54	8,60	32,96	77,67	4,69	33,31	89,40	6,13	37,14	80,03	5,05
jun.03	19,09	84,03	5,89	23,64	87,73	5,43	45,06	93,45	9,85	25,52	89,22	5,76	30,57	89,69	7,04	30,87	81,50	5,76
dez.03	22,94	84,54	5,78	30,90	87,93	5,47	40,09	94,64	9,74	37,12	88,62	5,80	34,24	90,06	6,93	35,54	83,24	5,83
jun.04	22,66	86,81	5,76	32,21	89,18	5,77	53,27	90,01	8,98	32,87	81,78	4,58	38,81	88,55	6,75	41,68	82,06	5,82
dez.04	21,61	83,92	6,46	29,57	89,06	6,43	35,19	84,04	8,87	45,46	81,80	6,00	32,45	86,48	7,21	37,28	82,87	6,28
jun.05	22,41	87,38	6,49	27,59	92,07	6,47	34,87	83,18	8,12	28,90	83,76	5,69	30,00	87,92	6,97	22,71	83,76	6,36
dez.05	23,26	90,28	5,91	23,42	94,76	6,25	39,91	82,83	7,40	25,97	89,68	5,09	28,96	89,86	6,51	23,29	83,38	6,11
jun.06	22,54	92,49	5,47	23,02	99,97	6,06	38,38	82,04	7,07	28,65	85,84	4,58	28,32	91,68	6,25	23,28	85,74	6,14
dez.06	22,61	98,74	5,60	20,92	104,01	6,37	26,96	84,34	6,83	31,32	108,40	4,20	23,36	96,99	6,34	19,43	88,40	6,18
jun.07	23,47	106,10	5,79	22,50	113,36	7,05	26,52	83,92	6,41	33,75	123,47	3,83	24,48	102,71	6,51	20,43	91,58	6,47
dez.07	19,69	105,65	5,63	16,86	115,68	7,02	27,57	91,97	7,05	25,15	105,10	4,06	20,61	106,09	6,74	16,81	93,38	6,74
jun.08	25,62	97,76	5,08	23,84	112,17	6,38	28,66	82,18	7,23	43,56	105,28	3,14	26,25	100,32	6,34	20,79	94,29	6,54

Tabela B48 (continuação): Índices de solvência e liquidez dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	Encaixe vol. (%)	Emprést./ dep. (%)	Cap. giro próprio	Encaixe vol. (%)	Emprést./ dep. (%)	Cap. giro próprio	Encaixe vol. (%)	Emprést./ dep. (%)	Cap. giro próprio	Encaixe vol. (%)	Emprést./ dep. (%)	Cap. giro próprio	Encaixe vol. (%)	Emprést./ dep. (%)	Cap. giro próprio	Encaixe vol. (%)	Emprést./ dep. (%)	Cap. giro próprio	Encaixe vol. (%)	Emprést./ dep. (%)	Cap. giro próprio
dez.95	24,57	73,91	2,16	72,82	65,17	0,50	188,95	70,55	-1,54	917,42	60,28	4,41	-	-	-	286,24	42,04	5,03	255,64	80,60	9,36
jun.96	68,86	72,96	0,80	132,93	81,80	4,20	228,39	85,55	-0,13	388,71	196,00	5,64	-	-	-	151,68	43,46	3,19	380,82	107,18	6,96
dez.96	81,90	77,47	7,00	86,12	81,49	1,28	252,85	114,08	0,74	373,52	270,16	7,68	-	-	-	199,04	70,00	1,58	231,47	93,39	6,68
jun.97	33,73	78,81	4,46	63,23	84,60	1,30	48,01	134,74	1,83	190,47	431,46	7,79	20,20	33,66	1,51	45,41	102,55	1,56	140,67	95,69	6,22
dez.97	47,74	79,01	1,54	74,18	60,29	0,47	33,43	127,21	1,51	364,46	245,58	7,88	15,43	30,21	1,58	580,36	67,07	1,94	69,00	116,58	7,14
jun.98	42,56	75,79	1,82	66,82	57,22	1,34	36,85	119,01	1,93	184,00	111,08	7,62	18,40	33,47	1,70	1.030,70	71,93	1,81	209,44	162,36	9,04
dez.98	34,44	70,71	2,54	50,29	52,45	2,65	83,39	129,14	2,41	332,27	74,96	4,00	39,27	37,41	1,82	592,55	92,02	2,31	43,99	210,97	11,02
jun.99	44,38	62,14	1,98	56,51	57,35	4,17	56,87	120,04	2,65	59,75	72,70	4,98	24,74	45,38	1,91	148,53	119,26	2,22	18,57	246,54	11,43
dez.99	42,64	59,64	2,37	35,42	59,61	4,78	85,61	126,23	5,09	96,87	90,87	7,72	29,34	52,61	1,46	1.015,76	123,47	2,42	14,55	251,48	11,60
jun.00	32,12	72,97	3,21	36,58	67,62	4,73	27,95	123,19	4,59	74,48	101,59	7,41	16,04	67,59	2,49	321,39	118,23	2,98	14,68	420,70	9,96
dez.00	26,37	88,85	4,40	24,11	68,06	1,51	20,25	118,43	2,29	86,64	111,81	8,13	13,10	78,07	2,80	80,50	134,01	3,09	53,25	561,90	10,64
jun.01	29,77	100,04	4,66	26,15	78,41	2,31	38,17	128,74	3,69	26,41	134,12	9,23	12,98	72,84	2,11	342,18	142,19	4,26	77,94	563,25	9,55
dez.01	38,06	91,98	4,47	26,62	85,43	2,59	38,82	106,47	3,63	21,25	127,59	8,47	38,89	69,94	1,72	438,62	111,85	4,39	54,50	662,06	11,97
jun.02	39,63	85,95	3,04	31,81	87,78	2,54	41,86	98,96	3,82	33,19	104,66	8,23	37,74	68,58	1,63	602,23	109,20	5,72	124,98	492,73	10,46
dez.02	22,22	76,21	3,33	17,93	84,97	3,13	30,81	82,15	4,10	30,75	94,85	9,49	49,40	58,16	2,00	164,85	132,34	6,86	125,14	497,54	12,38
jun.03	19,09	78,88	4,11	20,31	95,36	4,37	23,59	89,95	5,48	27,28	85,76	10,62	42,33	58,40	2,41	185,02	127,38	7,98	57,67	480,77	15,06
dez.03	22,94	78,99	4,03	21,97	90,17	4,65	35,41	91,65	5,59	31,12	86,42	9,20	17,75	75,57	3,49	220,18	136,37	7,54	117,80	457,24	15,24
jun.04	22,66	78,08	3,72	17,96	100,38	5,23	33,21	84,16	4,64	32,64	92,39	9,66	18,24	63,95	3,38	386,31	151,59	7,28	100,07	194,40	9,97
dez.04	21,61	81,39	4,84	17,33	90,32	5,44	45,34	83,71	5,96	30,26	82,36	10,24	17,28	63,13	4,29	294,27	143,70	7,39	72,55	104,41	8,61
jun.05	22,41	86,87	4,83	19,44	94,55	5,88	29,74	87,08	5,91	32,86	82,16	9,87	21,03	60,97	3,79	206,18	148,02	7,49	41,20	94,30	6,60
dez.05	23,26	96,75	4,63	16,18	90,30	5,64	28,84	93,88	5,67	32,23	80,65	9,04	34,29	61,47	4,27	118,33	142,23	6,36	40,44	107,11	7,74
jun.06	22,54	100,71	3,16	21,17	92,74	6,84	29,40	90,57	4,17	34,13	81,32	8,41	16,78	59,82	4,04	75,19	190,93	6,11	89,07	169,14	9,66
dez.06	22,61	102,49	3,64	18,61	97,54	7,37	31,32	108,40	4,20	26,19	83,25	7,05	18,06	57,37	3,97	11,49	159,65	5,41	43,08	129,62	8,03
jun.07	23,47	117,22	4,00	22,26	98,84	8,02	33,75	123,47	3,83	22,94	88,84	5,70	23,46	57,09	3,95	15,62	180,70	4,51	22,44	115,53	6,65
dez.07	19,69	115,08	3,88	15,39	94,63	7,52	25,15	105,10	4,06	24,43	109,20	6,40	15,90	60,59	4,40	9,33	196,24	5,00	14,27	114,63	6,76
jun.08	25,62	101,41	3,60	29,61	103,20	6,34	43,56	105,28	3,14	23,15	85,36	6,74	19,16	56,66	3,73	24,48	217,41	5,16	24,63	115,69	8,13

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B49: Índices de capital e risco dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	Indep. Financ. (%)	Alavanc.	Alavanc. (ativo ajust.)	Indep. Financ. (%)	Alavanc.	Alavanc. (ativo ajust.)	Indep. Financ. (%)	Alavanc.	Alavanc. (ativo ajust.)	Indep. Financ. (%)	Alavanc.	Alavanc. (ativo ajust.)	Indep. Financ. (%)	Alavanc.	Alavanc. (ativo ajust.)	Indep. Financ. (%)	Alavanc.	Alavanc. (ativo ajust.)
dez.95	15,40	7,49	6,49	15,42	7,49	6,49	10,70	10,35	9,35	9,83	11,17	10,17	13,54	8,39	7,39	9,12	11,97	10,97
jun.96	13,04	8,67	7,67	12,63	8,92	7,92	8,56	12,68	11,68	9,82	11,19	10,19	11,40	9,77	8,77	7,87	13,70	12,70
dez.96	13,73	8,29	7,29	13,34	8,50	7,50	9,88	11,12	10,12	10,17	10,83	9,83	12,19	9,21	8,21	10,10	10,90	9,90
jun.97	12,76	8,84	7,84	8,48	12,79	11,79	7,68	14,02	13,02	9,85	11,15	10,15	8,51	12,75	11,75	8,39	12,92	11,92
dez.97	11,73	9,53	8,53	7,01	15,26	14,26	7,64	14,10	13,10	8,39	12,92	11,92	7,42	14,47	13,47	8,11	13,33	12,33
jun.98	9,91	11,09	10,09	9,91	11,09	10,09	6,60	16,16	15,16	8,28	13,08	12,08	8,65	12,56	11,56	8,28	13,08	12,08
dez.98	11,21	9,92	8,92	11,27	9,88	8,88	11,80	9,47	8,47	10,50	10,52	9,52	11,32	9,83	8,83	9,54	11,49	10,49
jun.99	11,78	9,49	8,49	11,69	9,55	8,55	10,91	10,16	9,16	10,61	10,43	9,43	11,22	9,91	8,91	10,25	10,75	9,75
dez.99	13,36	8,49	7,49	12,60	8,93	7,93	10,83	10,23	9,23	12,80	8,81	7,81	11,88	9,42	8,42	10,78	10,28	9,28
jun.00	12,61	8,93	7,93	11,95	9,37	8,37	9,49	11,54	10,54	11,87	9,42	8,42	10,86	10,21	9,21	10,14	10,87	9,87
dez.00	12,40	9,06	8,06	11,53	9,68	8,68	10,33	10,68	9,68	12,61	8,93	7,93	11,17	9,95	8,95	10,20	10,80	9,80
jun.01	11,96	9,36	8,36	11,53	9,67	8,67	9,42	11,61	10,61	11,92	9,39	8,39	10,63	10,40	9,40	10,28	10,72	9,72
dez.01	13,16	8,60	7,60	11,88	9,42	8,42	10,78	10,28	9,28	12,51	8,99	7,99	11,49	9,71	8,71	10,59	10,45	9,45
jun.02	12,56	8,96	7,96	12,21	9,19	8,19	11,44	9,74	8,74	11,45	9,73	8,73	11,78	9,49	8,49	10,54	10,48	9,48
dez.02	11,49	9,70	8,70	10,87	10,20	9,20	13,18	8,59	7,59	10,78	10,28	9,28	11,77	9,50	8,50	10,00	11,00	10,00
jun.03	13,39	8,47	7,47	11,84	9,45	8,45	15,05	7,64	6,64	12,79	8,82	7,82	13,07	8,65	7,65	10,81	10,25	9,25
dez.03	13,02	8,68	7,68	11,27	9,87	8,87	15,37	7,51	6,51	12,66	8,90	7,90	12,76	8,84	7,84	10,76	10,30	9,30
jun.04	12,97	8,71	7,71	11,64	9,59	8,59	13,49	8,41	7,41	11,15	9,97	8,97	12,22	9,19	8,19	10,51	10,51	9,51
dez.04	13,79	8,25	7,25	12,55	8,97	7,97	13,93	8,18	7,18	12,35	9,10	8,10	12,99	8,70	7,70	11,27	9,87	8,87
jun.05	13,57	8,37	7,37	12,62	8,93	7,93	12,35	9,10	8,10	11,93	9,38	8,38	12,45	9,03	8,03	11,21	9,92	8,92
dez.05	12,80	8,81	7,81	12,51	8,99	7,99	11,16	9,96	8,96	10,58	10,45	9,45	11,81	9,47	8,47	10,87	10,20	9,20
jun.06	12,45	9,03	8,03	12,34	9,10	8,10	10,31	10,70	9,70	11,70	9,55	8,55	11,57	9,64	8,64	10,99	10,10	9,10
dez.06	12,43	9,04	8,04	13,11	8,63	7,63	9,56	11,46	10,46	11,42	9,76	8,76	11,68	9,56	8,56	11,05	10,05	9,05
jun.07	11,05	10,05	9,05	12,54	8,97	7,97	8,57	12,67	11,67	9,47	11,56	10,56	10,74	10,31	9,31	10,58	10,45	9,45
dez.07	10,55	10,48	9,48	12,17	9,22	8,22	9,76	11,25	10,25	8,81	12,36	11,36	10,98	10,11	9,11	10,82	10,24	9,24
jun.08	9,80	11,21	10,21	11,17	9,96	8,96	9,98	11,02	10,02	8,17	13,23	12,23	10,46	10,56	9,56	10,49	10,53	9,53

Tabela B49 (continuação): Índices de capital e risco dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	Indep. Financ. (%)	Alavanc.	Alavanc. (ativo ajust.)	Indep. Financ. (%)	Alavanc.	Alavanc. (ativo ajust.)	Indep. Financ. (%)	Alavanc.	Alavanc. (ativo ajust.)	Indep. Financ. (%)	Alavanc.	Alavanc. (ativo ajust.)	Indep. Financ. (%)	Alavanc.	Alavanc. (ativo ajust.)	Indep. Financ. (%)	Alavanc.	Alavanc. (ativo ajust.)	Indep. Financ. (%)	Alavanc.	Alavanc. (ativo ajust.)
dez.95	20,17	5,96	4,96	20,53	5,87	4,87	9,68	11,33	10,33	9,15	11,93	10,93	-	-	-	8,91	12,22	11,22	15,58	7,42	6,42
jun.96	16,28	7,14	6,14	15,20	7,58	6,58	10,01	10,99	9,99	8,29	13,07	12,07	-	-	-	9,40	11,63	10,63	10,18	10,82	9,82
dez.96	18,87	6,30	5,30	15,26	7,55	6,55	9,73	11,28	10,28	10,35	10,66	9,66	-	-	-	7,23	14,82	13,82	9,84	11,16	10,16
jun.97	16,10	7,21	6,21	13,51	8,40	7,40	11,20	9,93	8,93	10,43	10,58	9,58	8,49	12,78	11,78	5,26	20,02	19,02	8,71	12,48	11,48
dez.97	15,21	7,58	6,58	11,21	9,92	8,92	11,54	9,67	8,67	10,52	10,51	9,51	8,79	12,38	11,38	5,92	17,88	16,88	9,98	11,02	10,02
jun.98	10,51	10,51	9,51	10,54	10,48	9,48	10,83	10,24	9,24	9,82	11,18	10,18	8,48	12,80	11,80	5,20	20,23	19,23	11,85	9,44	8,44
dez.98	11,72	9,53	8,53	13,20	8,57	7,57	11,41	9,77	8,77	45,63	3,19	2,19	7,57	14,21	13,21	6,23	17,06	16,06	15,10	7,62	6,62
jun.99	10,91	10,16	9,16	13,83	8,23	7,23	10,65	10,39	9,39	15,91	7,28	6,28	7,89	13,68	12,68	5,92	17,88	16,88	14,68	7,81	6,81
dez.99	10,65	10,39	9,39	16,66	7,00	6,00	13,91	8,19	7,19	20,62	5,85	4,85	7,57	14,21	13,21	5,94	17,85	16,85	14,80	7,76	6,76
jun.00	9,98	11,02	10,02	16,74	6,97	5,97	12,97	8,71	7,71	17,31	6,78	5,78	7,46	14,41	13,41	6,40	16,63	15,63	12,33	9,11	8,11
dez.00	10,74	10,31	9,31	13,42	8,45	7,45	13,09	8,64	7,64	19,55	6,11	5,11	7,94	13,59	12,59	6,20	17,14	16,14	13,33	8,50	7,50
jun.01	10,91	10,17	9,17	13,38	8,48	7,48	12,56	8,96	7,96	20,06	5,99	4,99	6,39	16,65	15,65	7,04	15,20	14,20	11,58	9,64	8,64
dez.01	11,49	9,70	8,70	14,66	7,82	6,82	13,62	8,34	7,34	19,11	6,23	5,23	6,75	15,82	14,82	6,51	16,36	15,36	14,75	7,78	6,78
jun.02	10,44	10,58	9,58	14,90	7,71	6,71	11,99	9,34	8,34	16,72	6,98	5,98	6,42	16,58	15,58	8,82	12,34	11,34	12,47	9,02	8,02
dez.02	10,17	10,83	9,83	11,06	10,05	9,05	10,36	10,65	9,65	18,84	6,31	5,31	5,76	18,35	17,35	9,88	11,12	10,12	15,04	7,65	6,65
jun.03	10,47	10,55	9,55	13,90	8,20	7,20	13,02	8,68	7,68	18,46	6,42	5,42	6,65	16,04	15,04	10,90	10,17	9,17	18,94	6,28	5,28
dez.03	10,15	10,85	9,85	13,16	8,60	7,60	13,07	8,65	7,65	18,25	6,48	5,48	7,79	13,83	12,83	10,16	10,85	9,85	19,28	6,19	5,19
jun.04	10,38	10,63	9,63	13,85	8,22	7,22	12,35	9,09	8,09	17,70	6,65	5,65	6,94	15,40	14,40	9,75	11,26	10,26	11,86	9,43	8,43
dez.04	11,45	9,74	8,74	14,91	7,71	6,71	12,90	8,75	7,75	17,78	6,63	5,63	8,44	12,85	11,85	9,77	11,23	10,23	15,24	7,56	6,56
jun.05	12,52	8,98	7,98	13,88	8,21	7,21	13,18	8,59	7,59	16,03	7,24	6,24	7,01	15,26	14,26	10,02	10,98	9,98	11,90	9,40	8,40
dez.05	13,27	8,54	7,54	13,69	8,30	7,30	12,59	8,94	7,94	14,10	8,09	7,09	7,87	13,71	12,71	8,35	12,97	11,97	13,90	8,19	7,19
jun.06	13,04	8,67	7,67	13,75	8,27	7,27	12,03	9,31	8,31	12,48	9,02	8,02	7,86	13,72	12,72	7,99	13,52	12,52	14,19	8,05	7,05
dez.06	13,13	8,62	7,62	15,94	7,27	6,27	11,42	9,76	8,76	9,75	11,25	10,25	7,59	14,17	13,17	7,11	15,06	14,06	11,57	9,64	8,64
jun.07	13,21	8,57	7,57	12,99	8,70	7,70	9,47	11,56	10,56	7,56	14,23	13,23	7,15	14,98	13,98	5,96	17,79	16,79	9,15	11,92	10,92
dez.07	12,10	9,27	8,27	11,98	9,35	8,35	8,81	12,36	11,36	8,33	13,00	12,00	7,74	13,92	12,92	6,66	16,02	15,02	9,07	12,03	11,03
jun.08	10,74	10,31	9,31	10,50	10,52	9,52	8,17	13,23	12,23	8,62	12,60	11,60	6,46	16,49	15,49	6,95	15,39	14,39	11,71	9,54	8,54

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B50: Demais Índices de capital e risco dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados		Privado nacional (A)		Privado controle estrangeiro(B)		Privado particip. estrang. (C)		50 maiores (exclusive bancos públicos)		Total SFN	
	Capital/ deposit.	Imob. capital próprio	Capital/ deposit.	Imob. capital próprio	Capital/ deposit.	Imob. capital próprio	Capital/ deposit.	Imob. capital próprio	Capital/ deposit.	Imob. capital próprio	Capital/ deposit.	Imob. capital próprio
dez.95	27,74	90,79	28,43	79,28	27,87	50,79	24,74	100,10	27,75	78,73	20,30	88,93
jun.96	31,42	85,41	31,45	77,82	42,31	39,40	31,77	90,54	32,67	74,25	21,20	91,77
dez.96	30,99	78,40	30,58	72,30	42,79	33,89	33,26	86,21	32,25	68,96	25,71	65,29
jun.97	32,16	73,04	23,54	91,15	29,48	41,94	38,13	75,25	26,54	77,87	23,42	67,21
dez.97	25,94	84,05	16,97	122,32	26,05	42,06	30,37	80,45	20,75	92,94	21,11	74,40
jun.98	25,20	77,68	24,61	71,57	24,45	53,19	30,68	64,98	25,51	66,35	21,68	68,07
dez.98	23,22	73,53	24,13	67,12	37,11	53,52	35,00	71,47	28,78	63,16	23,59	64,19
jun.99	27,12	68,60	25,59	67,85	34,49	43,83	38,28	64,61	29,98	57,84	25,67	57,05
dez.99	28,32	65,06	25,05	63,54	35,32	47,13	43,01	54,95	30,27	55,98	26,12	55,79
jun.00	31,67	61,06	28,04	60,16	38,90	41,67	44,52	55,50	33,31	52,42	28,03	53,84
dez.00	28,68	66,41	26,72	61,38	37,85	39,44	40,28	67,49	32,04	53,79	27,45	56,30
jun.01	32,06	59,71	28,84	56,74	43,52	35,01	40,42	57,40	34,99	48,19	28,31	49,77
dez.01	32,00	61,22	28,70	59,37	44,22	33,31	33,89	58,57	34,26	48,78	27,52	49,09
jun.02	29,85	62,35	27,64	62,21	42,57	28,22	31,22	54,08	32,97	46,91	26,61	48,37
dez.02	25,41	55,93	23,88	54,67	42,18	26,18	26,54	51,85	29,93	41,82	24,52	44,47
jun.03	29,66	50,17	27,97	48,74	42,25	24,73	30,30	49,24	32,71	39,08	25,89	40,98
dez.03	29,86	49,84	28,07	45,99	41,70	26,89	29,17	48,42	32,36	38,73	26,33	39,93
jun.04	29,58	49,78	28,28	44,66	37,55	24,43	27,55	54,38	31,10	38,02	25,77	38,81
dez.04	28,47	46,72	29,62	42,36	32,35	27,45	25,55	45,38	30,04	37,28	25,68	37,97
jun.05	28,39	45,67	30,37	42,23	29,04	26,14	25,26	46,63	29,28	37,06	25,37	36,96
dez.05	26,38	47,95	29,66	43,81	24,87	26,30	26,05	46,82	27,51	38,40	24,06	37,66
jun.06	27,06	50,56	31,85	44,84	23,23	24,41	25,12	56,27	27,87	39,79	24,95	38,03
dez.06	30,24	49,32	34,95	45,03	23,28	21,78	27,55	59,00	29,85	39,39	25,44	37,89
jun.07	31,60	41,81	37,55	36,76	24,78	18,75	31,10	55,73	32,00	32,89	27,40	32,32
dez.07	29,34	40,95	36,12	35,32	28,10	20,66	25,04	49,79	32,10	31,90	26,97	30,96
jun.08	26,89	43,12	33,46	36,49	25,23	20,29	24,29	58,41	29,50	33,09	26,40	31,13

Tabela B50 (continuação): Demais Índices de capital e risco dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco		Itaú		Unibanco		ABN AMRO		HSBC		Safra		Citibank	
	Capital/ deposit.	Imob. capital próprio	Capital/ deposit.	Imob. capital próprio	Capital/ deposit.	Imob. capital próprio	Capital/ deposit.	Imob. capital próprio	Capital/ deposit.	Imob. capital próprio	Capital/ deposit.	Imob. capital próprio	Capital/ deposit.	Imob. capital próprio
dez.95	33,19	87,11	34,57	97,07	20,31	117,43	21,37	47,33	-	-	17,83	38,47	42,63	30,56
jun.96	38,01	94,28	38,20	68,20	25,60	101,41	39,81	26,24	-	-	22,29	62,92	50,44	24,64
dez.96	37,17	55,88	34,65	90,34	28,57	91,65	47,70	18,15	-	-	26,48	76,52	36,57	25,48
jun.97	32,87	67,84	33,84	89,12	38,19	81,86	77,92	17,53	17,16	80,69	28,83	68,81	38,51	22,32
dez.97	26,61	88,36	23,92	95,32	39,25	85,44	58,18	17,24	15,82	80,47	21,29	65,28	33,51	21,33
jun.98	22,97	80,88	24,91	85,95	38,55	80,27	46,76	14,79	15,82	78,18	22,57	63,45	59,85	14,73
dez.98	21,81	75,81	25,15	77,29	38,54	76,42	205,38	87,25	14,35	74,15	33,85	60,54	70,84	15,99
jun.99	19,79	79,88	30,03	65,64	34,47	72,44	37,69	63,74	16,03	73,91	37,95	60,27	98,14	10,72
dez.99	18,22	75,34	29,70	66,54	44,37	58,31	51,36	54,85	14,77	79,32	29,56	56,78	100,52	9,99
jun.00	20,83	64,63	33,26	67,02	43,13	60,05	57,65	49,77	17,55	64,12	36,39	50,44	165,84	9,30
dez.00	22,06	54,62	27,66	87,20	42,31	80,26	56,12	50,28	19,88	61,95	33,08	47,09	174,83	9,51
jun.01	24,76	52,59	30,69	80,40	38,39	66,95	61,89	44,73	17,20	64,83	37,25	35,21	171,90	8,00
dez.01	23,73	56,59	35,33	79,70	31,97	69,70	54,41	47,18	15,88	72,82	28,05	28,11	235,95	6,82
jun.02	20,62	67,85	38,48	80,39	29,18	64,30	42,14	42,53	12,61	72,95	26,23	29,38	228,90	5,68
dez.02	19,39	63,92	27,13	68,52	25,30	56,31	36,60	40,18	10,48	63,38	31,39	23,66	249,93	5,28
jun.03	21,97	56,62	34,98	64,22	28,58	52,44	33,60	31,87	10,15	61,33	40,44	18,79	308,87	5,41
dez.03	23,27	56,27	34,14	60,00	28,21	51,66	31,41	40,39	12,55	51,70	36,14	18,21	267,10	5,71
jun.04	21,25	60,50	37,53	57,01	26,80	57,78	32,66	35,76	10,81	47,89	39,04	18,01	100,47	5,96
dez.04	22,16	52,87	37,93	58,03	24,52	47,89	27,59	32,13	11,60	44,83	36,41	16,93	48,28	34,91
jun.05	24,33	56,58	37,95	51,75	24,71	49,29	24,64	28,58	10,92	42,10	38,19	17,79	39,98	37,90
dez.05	25,73	60,48	34,04	53,16	25,73	49,30	20,32	26,86	11,93	41,53	34,13	17,43	48,83	36,60
jun.06	27,54	72,59	37,27	43,41	24,30	61,14	19,45	24,18	11,60	44,58	43,19	17,45	71,97	22,22
dez.06	29,48	68,67	45,32	46,41	27,55	59,00	19,20	20,63	10,90	43,76	31,77	18,50	57,36	22,59
jun.07	33,42	65,71	41,06	30,22	31,10	55,73	19,17	18,90	10,87	40,86	34,74	19,87	56,70	20,68
dez.07	30,47	64,06	37,41	29,71	25,04	49,79	22,79	16,75	11,45	38,75	37,08	19,88	66,37	18,74
jun.08	27,32	62,90	37,09	33,28	24,29	58,41	18,53	15,06	11,04	38,54	42,30	20,68	56,98	22,50

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B51: Índices de rentabilidade dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados			Privado nacional (A)			Privado controle estrangeiro (B)			Privado participação estrangeira (C)			50 maiores (A)+(B)+(C) (exclusive bancos públicos)			Total SFN		
	R$ bilhões dez.07	ROE %	ROA %	R$ bilhões dez.07	ROE %	ROA %	R$ bilhões dez.07	ROE %	ROA %	R$ bilhões dez.07	ROE %	ROA %	R$ bilhões dez.07	ROE %	ROA %	R$ bilhões dez.07	ROE %	ROA %
dez.95	1,74	4,49	0,60	2,66	5,67	0,76	0,43	5,24	0,51	0,58	6,19	0,55	3,67	5,69	0,68	-2,83	-1,88	-0,16
jun.96	3,12	7,84	0,90	3,82	7,97	0,89	0,73	7,76	0,61	0,96	10,00	0,89	5,50	8,23	0,84	-22,16	-15,56	-1,14
dez.96	1,96	4,94	0,60	2,75	5,65	0,66	0,25	2,66	0,24	0,98	9,82	0,91	3,98	5,84	0,63	9,42	5,47	0,50
jun.97	3,09	7,58	0,86	3,75	10,21	0,80	0,64	5,05	0,36	0,95	8,45	0,76	5,34	8,80	0,69	11,60	7,05	0,55
dez.97	3,23	8,19	0,86	-2,85	-9,48	-0,62	-0,31	-2,13	-0,15	0,00	0,03	0,00	-3,15	-5,60	-0,39	-0,48	-0,31	-0,02
jun.98	3,33	7,95	0,72	3,39	7,73	0,70	-1,63	-10,19	-0,63	0,67	4,89	0,37	2,43	3,31	0,26	-4,95	-3,05	-0,23
dez.98	4,71	10,95	1,10	4,79	10,88	1,10	0,88	3,11	0,33	0,93	7,85	0,75	6,61	7,84	0,80	6,68	3,79	0,33
jun.99	5,06	10,34	1,09	4,84	11,70	1,22	6,73	19,19	1,89	1,81	15,79	1,51	13,38	15,22	1,54	19,74	10,51	0,98
dez.99	4,10	8,41	0,99	4,14	10,44	1,17	1,39	4,27	0,42	0,98	8,02	0,91	6,51	7,71	0,82	9,60	5,48	0,53
jun.00	4,86	9,80	1,10	4,71	11,44	1,22	1,53	4,63	0,40	0,92	7,70	0,82	7,16	8,31	0,81	11,44	6,48	0,60
dez.00	0,01	0,02	0,00	4,45	10,43	1,08	-2,80	-7,73	-0,72	1,16	8,14	0,91	2,81	3,02	0,30	6,95	4,08	0,38
jun.01	-6,95	-11,52	-1,23	5,63	12,52	1,29	-9,85	-25,13	-2,16	0,94	6,60	0,70	-3,27	-3,32	-0,32	-8,23	-4,68	-0,44
dez.01	7,24	11,42	1,33	5,45	11,53	1,22	3,47	8,42	0,82	1,01	7,19	0,80	9,93	9,68	1,00	9,22	5,13	0,49
jun.02	6,73	10,32	1,15	4,15	8,54	0,93	6,17	13,69	1,40	1,13	8,21	0,84	11,46	10,65	1,12	16,99	9,34	0,89
dez.02	6,60	12,03	1,24	4,47	10,92	1,07	6,14	15,30	1,78	0,79	7,78	0,76	11,39	12,50	1,32	14,20	9,12	0,83
jun.03	5,64	9,42	1,11	4,83	10,67	1,13	1,90	5,09	0,67	0,71	7,13	0,81	7,44	8,04	0,93	8,52	5,46	0,53
dez.03	4,01	6,33	0,73	3,69	7,78	0,79	1,87	5,01	0,67	0,93	9,30	1,05	6,49	6,85	0,78	15,97	9,71	0,94
jun.04	6,02	9,70	1,11	5,14	10,52	1,10	1,99	5,52	0,66	0,76	7,51	0,75	7,88	8,30	0,90	13,79	8,48	0,81
dez.04	7,64	11,83	1,43	7,20	13,94	1,55	1,17	3,32	0,41	0,93	9,21	1,01	9,30	9,60	1,10	14,38	8,64	0,87
jun.05	8,28	12,16	1,45	7,09	13,00	1,46	1,67	4,77	0,52	1,02	9,67	1,03	9,78	9,77	1,08	17,31	10,03	1,01
dez.05	9,18	12,99	1,47	8,05	13,54	1,50	2,97	8,63	0,87	1,28	11,31	1,08	12,29	11,69	1,23	20,48	11,14	1,09
jun.06	9,66	12,74	1,41	9,05	13,74	1,51	1,93	5,58	0,52	1,68	13,95	1,46	12,66	11,25	1,17	24,56	12,35	1,22
dez.06	8,50	9,66	1,07	7,72	9,98	1,16	3,81	10,36	0,90	0,77	7,13	0,73	12,30	9,85	1,03	21,44	9,99	0,99
jun.07	8,62	9,23	0,92	7,30	8,54	0,95	6,01	14,25	1,12	1,54	13,27	1,15	14,85	10,66	1,03	27,71	11,56	1,11
dez.07	13,02	13,70	1,31	11,15	12,43	1,35	7,69	16,57	1,47	2,05	17,12	1,39	20,88	14,11	1,40	31,37	12,55	1,23
jun.08	10,67	11,15	0,99	9,96	11,16	1,12	4,96	10,48	0,95	1,39	11,63	0,88	16,32	10,98	1,04	29,63	11,68	1,11

Tabela B51 (continuação): Índices de rentabilidade dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco			Itaú			Unibanco			ABN AMRO			HSBC			Safra			Citibank		
	R$ bilhões dez.07	ROE %	ROA %	R$ bilhões dez.07	ROE %	ROA %	R$ bilhões dez.07	ROE %	ROA %	R$ bilhões dez.07	ROE %	ROA %	R$ bilhões dez.07	ROE %	ROA %	R$ bilhões dez.07	ROE %	ROA %	R$ bilhões dez.07	ROE %	ROA %
dez.95	0,75	5,14	0,86	0,47	4,67	0,80	0,24	4,01	0,35	0,08	12,19	1,02	-	-	-	0,24	13,82	1,13	0,09	5,25	0,71
jun.96	1,22	8,25	1,16	0,80	7,35	0,97	0,36	6,20	0,56	0,05	6,50	0,50	-	-	-	0,14	7,22	0,62	0,22	11,73	1,08
dez.96	1,10	7,26	1,15	0,89	8,11	1,07	0,44	7,35	0,65	0,10	11,05	1,04	-	-	-	0,35	17,24	1,16	-0,17	-10,34	-0,93
jun.97	1,18	7,77	1,08	0,92	8,20	0,98	0,47	7,22	0,73	0,15	15,10	1,43	0,09	3,17	0,25	0,21	9,97	0,50	0,17	10,01	0,80
dez.97	1,01	7,02	0,93	0,98	8,71	0,88	0,70	10,45	1,08	0,08	7,12	0,68	0,04	1,45	0,12	0,19	8,94	0,50	-0,06	-3,18	-0,29
jun.98	1,15	7,34	0,70	1,02	8,58	0,82	0,63	8,67	0,85	0,12	8,58	0,77	0,14	4,92	0,38	0,19	8,63	0,43	0,14	5,05	0,53
dez.98	1,49	9,22	0,97	2,31	17,15	2,00	0,55	7,24	0,74	-0,38	-5,60	-1,76	0,15	6,15	0,43	0,17	7,19	0,42	0,18	6,71	0,88
jun.99	1,08	6,81	0,67	2,56	17,11	2,08	0,73	9,75	0,94	0,43	5,15	0,71	0,41	18,10	1,32	0,28	12,82	0,72	1,15	31,11	3,98
dez.99	1,38	9,57	0,92	1,90	13,14	1,88	0,61	7,10	0,87	0,06	0,62	0,11	0,13	6,85	0,48	0,15	6,98	0,39	0,57	15,54	2,00
jun.00	1,96	13,71	1,24	1,58	10,64	1,53	0,73	8,37	0,96	0,25	2,71	0,40	0,27	10,56	0,73	0,35	12,84	0,77	0,30	7,84	0,86
dez.00	1,49	9,64	0,94	2,10	14,18	1,68	0,76	7,07	0,82	0,27	2,97	0,49	0,19	6,33	0,47	0,28	10,16	0,59	0,58	15,04	1,77
jun.01	1,90	11,36	1,12	2,59	16,97	2,00	0,81	7,45	0,83	0,44	4,83	0,81	0,25	8,93	0,54	0,32	9,77	0,64	0,71	16,26	1,69
dez.01	1,96	11,54	1,19	2,61	15,03	1,92	0,95	8,90	1,07	0,22	2,52	0,40	0,10	4,12	0,26	0,40	12,53	0,77	0,37	7,41	0,95
jun.02	1,52	8,66	0,82	1,67	9,03	1,17	0,80	7,55	0,81	0,65	7,53	1,08	0,21	10,44	0,63	0,30	8,86	0,72	1,17	20,10	2,23
dez.02	1,51	10,05	0,93	1,71	11,67	1,16	0,74	8,09	0,76	0,61	7,72	1,22	0,11	5,97	0,33	0,41	12,69	1,14	1,27	25,13	3,29
jun.03	1,35	8,21	0,78	2,20	13,49	1,65	0,67	7,23	0,83	0,13	1,58	0,25	0,15	8,16	0,51	0,37	9,09	0,89	-0,29	-6,30	-1,00
dez.03	1,63	9,44	0,87	0,49	3,04	0,35	0,74	7,92	0,92	0,31	2,92	0,45	0,10	4,18	0,30	0,45	11,28	1,04	0,09	2,25	0,36
jun.04	1,49	9,15	0,86	2,21	13,52	1,64	0,71	7,57	0,83	0,64	6,08	0,91	0,23	9,28	0,60	0,33	8,05	0,72	-0,08	-2,17	-0,23
dez.04	2,24	12,97	1,33	3,49	19,22	2,49	0,82	8,70	0,99	0,16	1,58	0,24	0,38	12,40	0,96	0,40	9,70	0,86	-0,30	-9,16	-1,21
jun.05	2,93	15,02	1,67	2,90	15,36	1,87	0,98	9,94	1,16	0,38	3,67	0,51	0,37	11,07	0,73	0,31	7,37	0,67	-0,04	-1,20	-0,13
dez.05	3,24	14,90	1,75	3,24	16,44	1,98	1,13	10,73	1,20	0,78	7,59	0,94	0,58	14,96	1,09	0,44	9,95	0,77	0,26	7,58	0,93
jun.06	3,47	14,48	1,67	3,93	17,68	2,14	1,20	10,94	1,17	0,57	5,34	0,59	0,49	11,93	0,87	0,39	8,34	0,62	-0,28	-8,48	-1,05
dez.06	2,02	7,58	0,88	3,63	11,92	1,64	0,77	7,13	0,73	1,26	11,07	0,98	0,54	12,17	0,86	0,53	12,05	0,80	0,22	6,40	0,66
jun.07	4,28	14,58	1,70	0,64	2,10	0,24	1,54	13,27	1,15	1,13	9,92	0,70	0,58	12,05	0,80	0,48	11,08	0,62	0,48	11,77	0,99
dez.07	4,06	13,21	1,43	4,49	14,54	1,56	2,05	17,12	1,39	1,54	12,63	0,97	0,69	13,62	0,98	0,41	9,66	0,60	1,22	26,14	2,17
jun.08	3,84	12,18	1,18	3,85	12,79	1,22	1,39	11,63	0,88	0,84	6,93	0,55	0,72	13,01	0,79	0,42	11,10	0,72	1,13	29,19	3,06

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

Tabela B52: Índice de eficiência dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	5 maiores privados	Privado nacional (A)	Privado controle estrangeiro (B)	Privado participação estrangeira (C)	50 maiores (exclusive bancos públicos)	Total SFN
	Índice de Eficiência	Índice de Eficiência	Índice de Eficiência	Índice de Eficiência	Índice de Eficiência	Índice de Eficiência
dez.95	0,71	0,67	0,55	0,56	0,64	0,41
jun.96	0,73	0,71	0,43	0,84	0,69	0,46
dez.96	0,77	0,69	0,54	0,86	0,70	0,52
jun.97	0,90	0,81	0,56	0,93	0,78	0,35
dez.97	0,94	0,84	0,65	0,89	0,80	0,56
jun.98	0,90	0,84	0,73	0,78	0,80	0,58
dez.98	0,86	0,78	0,62	0,96	0,74	0,60
jun.99	0,98	0,94	0,66	1,07	0,84	0,66
dez.99	1,00	0,96	0,62	1,21	0,83	0,64
jun.00	1,00	0,97	0,68	1,21	0,86	0,72
dez.00	0,75	0,96	0,48	1,13	0,72	0,66
jun.01	0,85	1,06	0,54	1,02	0,79	0,76
dez.01	0,92	0,91	0,67	1,07	0,82	0,75
jun.02	1,00	1,03	0,70	1,20	0,90	0,87
dez.02	0,98	0,98	0,66	1,29	0,86	0,80
jun.03	1,09	1,12	0,80	1,32	1,00	0,95
dez.03	1,07	1,09	0,80	1,24	0,98	0,90
jun.04	1,17	1,23	0,88	1,28	1,09	0,98
dez.04	1,25	1,26	1,11	1,27	1,20	1,08
jun.05	1,34	1,41	1,11	1,38	1,28	1,12
dez.05	1,40	1,47	1,12	1,51	1,33	1,11
jun.06	1,49	1,49	1,36	1,61	1,45	1,21
dez.06	1,42	1,39	1,45	1,33	1,41	1,20
jun.07	1,60	1,52	1,60	1,47	1,55	1,29
dez.07	1,46	1,38	1,70	1,52	1,51	1,26
jun.08	1,51	1,41	1,51	1,40	1,45	1,26

Tabela B52 (continuação): Índice de eficiência dos bancos privados no Brasil (dez.1995/jun.2008)

Período	Bradesco	Itaú	Unibanco	ABN AMRO	HSBC	Safra	Citibank
	Índice de Eficiência	Índice de Eficiência	Índice de Eficiência	Índice de Eficiência	Índice de Eficiência	Índice de Eficiência	Índice de Eficiência
dez.95	0,64	0,81	0,57	0,15	-	0,85	1,00
jun.96	0,58	1,06	0,66	0,08	-	1,73	1,09
dez.96	0,65	1,04	0,77	0,12	-	0,78	1,14
jun.97	0,77	1,21	0,91	0,09	0,63	0,64	1,07
dez.97	0,77	1,22	0,92	0,10	0,80	0,67	1,11
jun.98	0,71	1,11	0,98	0,17	1,11	0,90	1,25
dez.98	0,76	0,93	1,05	0,23	0,78	0,57	0,86
jun.99	0,87	1,24	1,29	0,70	0,89	0,47	0,91
dez.99	0,79	1,41	1,18	0,69	0,77	0,61	0,91
jun.00	0,84	1,39	1,23	0,69	0,81	0,65	1,04
dez.00	0,94	1,17	1,10	0,67	0,78	0,78	0,88
jun.01	1,08	1,33	1,06	0,76	1,03	0,81	0,83
dez.01	0,92	1,15	1,08	0,74	0,87	0,75	0,71
jun.02	0,93	1,35	1,16	0,71	0,92	0,78	0,74
dez.02	0,83	1,37	1,27	0,69	0,79	0,84	0,67
jun.03	0,87	1,71	1,30	0,84	1,07	0,98	0,75
dez.03	0,84	1,76	1,21	0,79	0,87	0,98	0,76
jun.04	0,99	1,95	1,23	0,84	1,08	0,74	0,92
dez.04	1,04	1,99	1,16	0,91	1,04	0,80	2,37
jun.05	1,14	2,15	1,29	0,91	1,36	0,74	1,53
dez.05	1,17	2,33	1,43	0,93	1,32	0,88	1,53
jun.06	1,20	2,26	1,36	1,11	1,49	0,92	1,40
dez.06	1,09	2,02	1,33	1,16	1,36	0,83	1,24
jun.07	1,29	2,09	1,47	1,25	1,35	0,84	1,24
dez.07	1,16	1,92	1,52	1,12	1,30	0,82	1,48
jun.08	1,25	1,90	1,40	1,14	1,31	0,68	1,44

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos). Deflator: IGP-DI. Elaboração do autor.

ANEXO C – COMPOSIÇÃO DAS CONTAS DO ATIVO E DO PASSIVO DOS BANCOS PRIVADOS DISPONIBILIZADAS NA BASE 50 MAIORES BANCOS DO BANCO CENTRAL

Tabela: C1: Composição das contas do ativo

Ativo total	Disponib.	Aplicações interfin.	TVM e instrumentos financeiros derivativos	Relações interfinanceiras	Relações interdependências	Operações de crédito e arrendamento mercantil		Outros créditos	Outros valores e bens	Imobililizado de arrendamento	Permanente
						Total	Provisão para CL				
1.0.0.00.00-7 (+)	1.1.0.00.00-6 (+)	1.2.0.00.00-5 (+)	1.3.0.00.00-4 (+)	1.4.0.00.00-3 (+)	1.5.0.00.00-2 (+)	1.6.0.00.00-1 (+)	1.6.9.00.00-8 (+)	1.8.0.00.00-9 (+)	1.9.0.00.00-8 (+)	2.3.0.00.00-1 (+)	2.0.0.00.00-4 (+)
2.0.0.00.00-4 (+)						1.6.9.00.00-8 (-)	1.7.9.00.00-7 (+)				2.3.0.00.00-1 (-)
						1.7.0.00.00-0 (+)					
						1.7.9.00.00-7 (-)					

Contas Cosif

1.1.0.00.00-6	DISPONIBILIDADES	1.7.9.00.00-7	(-) PROV.P/OP.ARREND.MERCANTIL
1.2.0.00.00-5	APLICACOES INTERF DE LIQUIDEZ	1.8.0.00.00-9	OUTROS CREDITOS
1.3.0.00.00-4	TIT.E VAL.MOB.E INST.FIN.DER.	1.9.0.00.00-8	OUTROS VALORES E BENS
1.4.0.00.00-3	RELACOES INTERFINANCEIRAS	2.0.0.00.00-4	PERMANENTE
1.6.0.00.00-1	OPERACOES DE CREDITO	2.3.0.00.00-1	IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO
1.6.9.00.00-8	(-) PROVISOES P/ OP. CREDITO		
1.7.0.00.00-0	OPER DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos).

Tabela: C2: Composição das contas do passivo

Passivo exigível	Depósitos						Captações no mercado aberto	Recursos de aceites e emissão de títulos
	À vista	Poupança	Interfinanceiros	A prazo	Outros	Total		
4.0.0.00.00-8 (+)	4.1.1.00.00-0 (+)	4.1.2.00.00-3 (+)	4.1.3.00.00-6 (+)	4.1.5.00.00-2 (+)	4.1.4.00.00-9 (+)	4.1.0.00.00-7 (+)	4.2.0.00.00-6 (+)	4.3.0.00.00-5 (+)
5.0.0.00.00-5 (+)					4.1.6.00.00-5 (+)			
					4.1.7.00.00-8 (+)			
					4.1.8.00.00-1 (+)			
					4.1.9.00.00-4 (+)			

Contas Cosif

4.0.0.00.00-8	CIRC/EXIGIVEL A LONGO PRAZO
5.0.0.00.00-5	RESULTADOS DE EXERC FUTUROS
4.1.1.00.00-0	DEPOSITOS A VISTA
4.1.2.00.00-3	DEPOSITOS DE POUPANCA
4.1.3.00.00-6	DEPOSITOS INTERFINANCEIROS
4.1.5.00.00-2	DEPOSITOS A PRAZO
4.1.4.00.00-9	DEPOSITOS SOB AVISO
4.1.6.00.00-5	OBR P/DEPOS ESP E FUND E PROGR
4.1.7.00.00-8	APE - Depósitos Especiais
4.1.8.00.00-1	DEPOSITOS MOEDAS ESTRANGEIRAS
4.1.9.00.00-4	OUTROS DEPOSITOS
4.1.0.00.00-7	DEPOSITOS
4.2.0.00.00-6	OBRIG P/OPER COMPROMISSADAS
4.3.0.00.00-5	RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS, LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS, DEBÊNTURES, E SIMILARES

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos).

Tabela: C2 (continuação): Composição das contas do passivo

Relações interfinanceiras	Relações interdependências	Obrigações por empréstimos e repasses	Instrumentos financeiros derivativos	Outras obrigações e exercícios futuros	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
4.4.0.00.00-4 (+)	4.5.0.00.00-3 (+)	4.6.0.00.00-2 (+)	4.7.0.00.00-1(+)	4.9.0.00.00-9 (+)	6.0.0.00.00-2 (+)	7.0.0.00.00-9 (+)
				5.0.0.00.00-5 (+)	7.0.0.00.00-9 (+)	8.0.0.00.00-6 (+)
					8.0.0.00.00-6 (+)	8.1.9.55.00-2 (-)

Contas Cosif	
4.4.0.00.00-4	RELACOES INTERFINANCEIRAS
4.5.0.00.00-3	RELACOES INTERDEPENDENCIAS
4.6.0.00.00-2	OBRIG P/EMPRESTIMOS E REPASSES
4.7.0.00.00-1	INST.FINANC.DERIVATIVOS
4.9.0.00.00-9	OUTRAS OBRIGACOES
5.0.0.00.00-5	RESULTADOS DE EXERC FUTUROS
6.0.0.00.00-2	PATRIMONIO LIQUIDO
7.0.0.00.00-9	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS
8.0.0.00.00-6	(-) CTAS DE RESULT DEVEDORAS
8.1.9.55.00-2 (-)	DESPESAS DE JUROS AO CAPITAL

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos).

Tabela: C3: Composição das contas de receitas e despesas de intermediação

Receitas de Intermediação Financeira				
Operações de crédito e arrend. mercantil	**Operações com TVM**	**Operações com instrum. financ. derivativos**	**Operações de câmbio**	**Aplicações compulsórias**
7.1.1.00.00-1 (+)	7.1.4.00.00-0 (+)	7.1.5.80.00-9 (+)	7.1.3.00.00-7 (+)	7.1.9.55.00-5 (+)
7.1.2.00.00-4 (+)	7.1.5.00.00-3 (+)	8.1.5.50.00-5 (+)	8.1.4.00.00-7 (+)	7.1.9.60.00-7 (+)
7.1.9.20.00-9 (+)	7.1.5.80.00-9 (-)	7.1.9.90.26-6 (+)		7.1.9.65.00-2 (+)
7.1.9.25.00-4 (+)	7.1.9.40.00-3 (+)	8.1.8.30.26-8 (+)	se saldo	7.1.9.90.12-5 (+)
7.1.9.50.00-0 (+)	7.1.9.45.00-8 (+)		positivo	8.1.8.30.12-7 (+)
7.1.9.80.00-1 (+)	7.1.9.47.00-6 (+)			
8.1.9.40.00-0 (+)	7.1.9.90.05-3 (+)			
8.1.9.45.00-5 (+)	7.1.9.90.10-1 (+)			
8.1.9.50.00-7 (+)	7.1.9.90.15-6 (+)			
	7.1.9.90.20-4 (+)			
	7.1.9.90.70-9 (+)			
	8.1.5.00.00-0 (+)			
	8.1.5.50.00-5 (-)			
	8.1.8.30.05-5 (+)			
	8.1.8.30.10-3 (+)			
	8.1.8.30.15-8 (+)			
	8.1.8.30.20-6 (+)			
	8.1.8.30.70-1 (+)			

Contas Cosif	
7.1.1.00.00-1	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO
7.1.2.00.00-4	RENDAS DE ARRENDAMEN MERCANTIL
7.1.9.20.00-9	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO
7.1.9.25.00-4	RENDAS DE CRÉDITOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE EXPORTAÇÃO ADQUIRIDOS
7.1.9.50.00-0	RENDAS DE CRÉDITOS POR AVAIS E FIANÇAS HONRADOS
7.1.9.80.00-1	RENDAS DE REPASSES INTERFINANCEIROS
8.1.9.40.00-0	DESPESAS DE CESSÃO DE CRÉDITOS DE ARRENDAMENTO
8.1.9.45.00-5	DESPESAS DE CESSÃO DE CRÉDITOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE EXPORTAÇÃO
8.1.9.50.00-7	DESPESAS DE CESSÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
7.1.4.00.00-0	Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
7.1.5.00.00-3	Rendas com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
7.1.5.80.00-9	RENDAS EM OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS
7.1.9.40.00-3	RENDAS DE APLICAÇÕES NO EXTERIOR
7.1.9.45.00-8	Não encontrado no COSIF
7.1.9.47.00-6	RENDAS DE APLICAÇÕES EM MOEDAS ESTRANGEIRAS NO PAÍS
7.1.9.90.05-3	Perdas em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros
7.1.9.90.10-1	Desvalorização de Títulos Livres
7.1.9.90.15-6	Desvalorização de Títulos Vinculados a Operações Compromissadas
7.1.9.90.20-4	Desvalorização de Títulos Vinculados à Negociação e Intermediação de Valores
7.1.9.90.70-9	Perdas em Participações Societárias
8.1.5.00.00-0	Despesas com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
8.1.5.50.00-5	DESPESAS EM OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS
8.1.8.30.05-5	Perdas em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros
8.1.8.30.10-3	Desvalorização de Títulos Livres
8.1.8.30.15-8	Desvalorização de Títulos Vinculados a Operações Compromissadas

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos).

Tabela: C3 (continuação): Composição das contas de receitas e despesas de intermediação

Despesas de Intermediação Financeira					Resultado bruto
Captações no mercado	Empréstimos e repasses	Arrendam. mercantil	Operações de câmbio	Provisão para CL	
8.1.1.00.00-8 (+) 8.1.9.80.00-8 (+)	8.1.2.00.00-1 (+) 8.1.9.60.00-4 (+)	7.1.9.90.50-3 (+) 8.1.3.00.00-4 (+) 8.1.8.30.50-5 (+) 8.1.8.30.55-0 (+)	7.1.3.00.00-7 (+) 8.1.4.00.00-7 (+) se saldo negativo	7.1.9.90.30-7 (+) 7.1.9.90.35-2 (+) 7.1.9.90.40-0 (+) 7.1.9.90.60-6 (+) 8.1.8.30.30-9 (+) 8.1.8.30.35-4 (+) 8.1.8.30.40-2 (+) 8.1.8.30.60-8 (+)	Soma

Contas Cosif

8.1.8.30.20-6	Desvalorização de Títulos Vinculados à Negociação e Intermediação de Valores
8.1.8.30.70-1	Perdas em Participações Societárias
7.1.5.80.00-9	RENDAS EM OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS
8.1.5.50.00-5	DESPESAS EM OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS
7.1.9.90.26-6	Derivativos de Crédito
8.1.8.30.26-8	Derivativos de Crédito
7.1.3.00.00-7	Rendas de Câmbio
8.1.4.00.00-7	Despesas de Câmbio
7.1.9.55.00-5	RENDAS DE CRÉDITOS VINCULADOS AO CRÉDITO RURAL
7.1.9.60.00-7	RENDAS DE CRÉDITOS VINCULADOS AO BANCO CENTRAL
7.1.9.65.00-2	RENDAS DE CRÉDITOS VINCULADOS AO SFH
7.1.9.90.12-5	Desvalorização de Créditos Vinculados
8.1.8.30.12-7	Desvalorização de Créditos Vinculados
8.1.1.00.00-8	Despesas de Captação
8.1.9.80.00-8	DESPESAS COM CAPTAÇÃO EM TÍTULOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
8.1.2.00.00-1	Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses
8.1.9.60.00-4	DESPESAS DE OBRIGAÇÕES POR FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO
7.1.9.90.50-3	Perdas na Venda de Valor Residual
8.1.3.00.00-4	Despesas de Arrendamento Mercantil
8.1.8.30.50-5	Perdas na Venda de Valor Residual
8.1.8.30.55-0	Perdas de Bens de Arrendamento Operacional
7.1.3.00.00-7	Rendas de Câmbio
8.1.4.00.00-7	Despesas de Câmbio
7.1.9.90.30-7	Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa
7.1.9.90.35-2	Repasses Interfinanceiros
7.1.9.90.40-0	Créditos de Arrendamento de Liquidação Duvidosa
7.1.9.90.60-6	Outros Créditos de Liquidação Duvidosa
8.1.8.30.30-9	Provisões para Operações de Crédito
8.1.8.30.35-4	Repasses Interfinanceiros
8.1.8.30.40-2	Provisões para Arrendamento Mercantil
8.1.8.30.60-8	Provisões para Outros Créditos

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos).

Tabela C4: Composição das demais contas de receitas e despesas operacionais

Outras Receitas / Despesas Operacionais			
Receitas de prestação de serviços	**Despesas de pessoal**	**Outras despesas administrativas**	
7.1.7.00.00-9 (+)	8.1.7.18.00-5 (+)	8.1.7.03.00-3 (+)	8.1.7.57.00-4 (+)
7.1.9.70.00-4 (+)	8.1.7.27.00-3 (+)	8.1.7.06.00-0 (+)	8.1.7.60.00-8 (+)
	8.1.7.30.00-7 (+)	8.1.7.09.00-7 (+)	8.1.7.63.00-5 (+)
	8.1.7.33.00-4 (+)	8.1.7.12.00-1 (+)	8.1.7.66.00-2 (+)
	8.1.7.36.00-1 (+)	8.1.7.15.00-8 (+)	8.1.7.72.00-3 (+)
	8.1.7.37.00-0 (+)	8.1.7.21.00-9 (+)	8.1.7.75.00-0 (+)
	8.1.9.90.20-1 (+)	8.1.7.24.00-6 (+)	8.1.7.77.00-8 (+)
		8.1.7.39.00-8 (+)	8.1.7.81.00-1 (+)
		8.1.7.42.00-2 (+)	8.1.7.99.00-0 (+)
		8.1.7.45.00-9 (+)	8.1.8.10.00-6 (+)
		8.1.7.48.00-6 (+)	8.1.8.20.00-3 (+)
		8.1.7.51.00-0 (+)	8.1.9.90.30-4 (+)
		8.1.7.54.00-7 (+)	

Contas Cosif

7.1.7.00.00-9	Rendas de Prestação de Serviços
7.1.9.70.00-4	RENDAS DE GARANTIAS PRESTADAS
8.1.7.18.00-5	DESPESAS DE HONORÁRIOS
8.1.7.27.00-3	DESPESAS DE PESSOAL - BENEFÍCIOS
8.1.7.30.00-7	DESPESAS DE PESSOAL - ENCARGOS SOCIAIS
8.1.7.33.00-4	DESPESAS DE PESSOAL - PROVENTOS
8.1.7.36.00-1	DESPESAS DE PESSOAL - TREINAMENTO
8.1.7.37.00-0	DESPESAS DE REMUNERAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
8.1.9.90.20-1	Impostos e Contribuições sobre Salários
8.1.7.03.00-3	DESPESAS DE ÁGUA, ENERGIA E GÁS
8.1.7.06.00-0	DESPESAS DE ALUGUÉIS
8.1.7.09.00-7	DESPESAS DE ARRENDAMENTOS DE BENS
8.1.7.12.00-1	DESPESAS DE COMUNICAÇÕES
8.1.7.15.00-8	DESPESAS DE CONTRIBUIÇÕES FILANTRÓPICAS
8.1.7.21.00-9	DESPESAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS
8.1.7.24.00-6	DESPESAS DE MATERIAL
8.1.7.39.00-8	DESPESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS
8.1.7.42.00-2	DESPESAS DE PROMOÇÕES E RELAÇÕES PÚBLICAS
8.1.7.45.00-9	DESPESAS DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE
8.1.7.48.00-6	DESPESAS DE PUBLICAÇÕES
8.1.7.51.00-0	DESPESAS DE SEGUROS
8.1.7.54.00-7	DESPESAS DE SERVIÇOS DO SISTEMA FINANCEIRO
8.1.7.57.00-4	DESPESAS DE SERVIÇOS DE TERCEIROS
8.1.7.60.00-8	DESPESAS DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA
8.1.7.63.00-5	DESPESAS DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS
8.1.7.66.00-2	DESPESAS DE TRANSPORTE
8.1.7.72.00-3	DESPESAS DE VIAGEM AO EXTERIOR
8.1.7.75.00-0	DESPESAS DE VIAGEM NO PAÍS
8.1.7.77.00-8	DESPESAS DE MULTAS APLICADAS PELO BANCO CENTRAL
8.1.7.81.00-1	DESPESAS DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO
8.1.7.99.00-0	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS
8.1.8.10.00-6	DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO
8.1.8.20.00-3	DESPESAS DE DEPRECIAÇÃO
8.1.9.90.30-4	Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos).

Tabela C4 (continuação): Composição das demais contas de receitas e despesas operacionais

Outras Receitas / Despesas Operacionais			
Despesas tributárias	**Resultado de partic. em coligadas e controladas**	**Outras rec. operacionais**	**Outras despesas operacionais**
8.1.7.69.00-9 (+)	7.1.8.00.00-2 (+)	7.1.9.30.00-6 (+)	8.1.8.30.99-0 (+)
8.1.9.25.00-1 (+)	7.1.9.90.80-2 (+)	7.1.9.75.00-9 (+)	8.1.9.10.00-9 (+)
8.1.9.30.00-3 (+)	7.1.9.90.90-5 (+)	7.1.9.85.00-6 (+)	8.1.9.20.00-6 (+)
8.1.9.33.00-0 (+)	8.1.6.00.00-3 (+)	7.1.9.86.00-5 (+)	8.1.9.36.00-7 (+)
8.1.9.90.90-2 (+)	8.1.8.30.80-4 (+)	7.1.9.90.95-0 (+)	8.1.9.52.00-5 (+)
	8.1.8.30.90-7 (+)	7.1.9.90.99-8 (+)	8.1.9.65.00-9 (+)
		7.1.9.99.00-9 (+)	8.1.9.75.00-6 (+)
			8.1.9.85.00-3 (+)
			8.1.9.86.00-2 (+)
			8.1.9.90.10-8 (+)
			8.1.9.99.00-6 (+)

Contas Cosif

8.1.7.69.00-9	DESPESAS TRIBUTÁRIAS
8.1.9.25.00-1	DESPESAS DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA -
8.1.9.30.00-3	DESPESAS DE CONTRIBUIÇÃO AO COFINS
8.1.9.33.00-0	DESPESAS DE CONTRIBUIÇÃO AO PIS/PASEP
8.1.9.90.90-2	Outras depesas de atualização de impostos e contribuições
7.1.8.00.00-2	Rendas de Participações
7.1.9.90.80-2	Perdas em Dependências no Exterior
7.1.9.90.90-5	Perdas em Sociedades Coligadas e Controladas
8.1.6.00.00-3	Despesas de Participações
8.1.8.30.80-4	Perdas em Dependências no Exterior
8.1.8.30.90-7	Perdas em Sociedades Coligadas e Controladas
7.1.9.30.00-6	RECUPERAÇÃO DE ENCARGOS E DESPESAS
7.1.9.75.00-9	RENDAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS
7.1.9.85.00-6	RENDAS DE CRÉDITOS ESPECÍFICOS
7.1.9.86.00-5	INGRESSOS DE DEPÓSITOS INTERCOOPERATIVOS
7.1.9.90.95-0	Imposto de Renda
7.1.9.90.99-8	Outras (reversão de provisões operacionais)
7.1.9.99.00-9	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS
8.1.8.30.99-0	Outras (despesas de provisões operacionais)
8.1.9.10.00-9	DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS E PROGRAMAS SOCIAIS
8.1.9.20.00-6	DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO DE LOTERIAS
8.1.9.36.00-7	DESPESAS DE CONTRIBUIÇÃO AO SFH
8.1.9.52.00-5	DESPESAS DE DESCONTOS CONCEDIDOS EM RENEGOCIAÇÕES
8.1.9.65.00-9	DESPESAS DE RECURSOS DO PROAGRO
8.1.9.75.00-6	DESPESAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS
8.1.9.85.00-3	DESPESAS DE OBRIGAÇÕES DIVERSAS
8.1.9.86.00-2	DISPÊNDIOS DE DEPÓSITOS INTERCOOPERATIVOS
8.1.9.90.10-8	Impostos e Contribuições sobre Lucros
8.1.9.99.00-6	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos).

Tabela C5: Composição das contas de resultado

Resultado operacional	Resultado não-operacional	Resultado antes da tributação lucro e part.	IR e Contribuição Social	Participação nos lucros	Lucro líquido
Soma	7.3.0.00.00-6 (+) 8.3.0.00.00-3 (+)	Soma	8.9.4.10.00-6 (+) 8.9.4.20.00-3 (+)	8.9.7.00.00-8 (+)	7.0.0.00.00-9 (+) 8.0.0.00.00-6 (+) 8.1.9.55.00-2 (-)

Contas Cosif

7.3.0.00.00-6	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS
8.3.0.00.00-3	DESPESAS NÃO OPERACIONAIS
8.9.4.10.00-6	IMPOSTO DE RENDA
8.9.4.20.00-3	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
8.9.7.00.00-8	Participações no Lucro
7.0.0.00.00-9	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS
8.0.0.00.00-6	CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS
8.1.9.55.00-2	DESPESAS DE JUROS AO CAPITAL

FONTE: Banco Central (50 maiores bancos).